Renata Malcher de Araujo

Orientador
Professor Doutor José Eduardo Horta Correia

A URBANIZAÇÃO DO MATO GROSSO NO SÉCULO XVIII
DISCURSO E MÉTODO
Volume I

Dissertação de Doutoramento em História da Arte

Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
2000

ÍNDICE

Abreviaturas 5

Introdução 9

I. O Nome do Lugar

Capítulo 1. O Mato Grosso: A Identificação da Paisagem
- 1.1. O Lago, a Ilha e o Bicho: Para uma Mitologia do Território 23
- 1.2. O Mato Grosso na Política Territorial Portuguesa: A "Chave" e o Tratado de Madrid 39
- 1.3. Um Lugar de Fronteiras 50

II. A Medida do Lugar

Capítulo 2. Os Percursos da Apropriação do Espaço
- 2.1. O Caminho como Prática 67
- 2.2. Bandeirantes e Missionários: Rios, Guerra e Território 73
- 2.3. A Miragem do Ouro 82

Capítulo 3. O Processo da Ocupação
- 3.1. A Criação da Capitania: As Vilas e o Território 99
- 3.2. Rolim de Moura : Fixação e Defesa dos Caminhos - O Caminho do Pará 107
- 3.3. João Pedro da Câmara e Luís Pinto de Souza Coutinho: Entre o Norte e o Sul 120

Capítulo 4. O Território como Limite
- 4.1. Luís de Albuquerque: Pelo Interior da Capitania 143
- 4.2. A Criação Urbana: Discurso e Acção 154
- 4.3. O Território Tratado 173
- 4.4. Os Limites da Geometria 183

Capítulo 5. O Território como Herança
- 5.1. João de Albuquerque e Caetano Pinto de Miranda Montenegro: Entre a Paz e a Guerra 199
- 5.2. O Território Herdado 216

III. O Desenho do Lugar

Capítulo 6. Vila Bela da Santíssima Trindade: A Capital no Limite:	6.1. A Fundação e a Dúvida	233
	6.2. A Malha Urbana – Evolução	244
	6.3. Razão e Declínio	265
Capítulo 7. Príncipe da Beira: A Encenação do Poder	7.1. A Ocupação Formal do Guaporé-Mamoré-Madeira	299
	7.2. A Fortaleza do Mato	318
Capítulo 8. Coimbra, Albuquerque e Vila Maria: A Guarda do Paraguai	8.1. A Fortaleza de Coimbra e a Vila de Albuquerque	357
	8.2. O Marco do Jauru e a Criação de Vila Maria do Paraguai	371
Capítulo 9. Casal Vasco: O Quartel Avançado	9.1. Um Território de Caça	425
	9.2. Projecto e Execução	434
Capítulo 10. Os Mapas do Mato Grosso: O Território como Projecto	10.1. Os Desenhos da Terra	467
	10.2. As Estradas Fluviais	492
	10.3. A Construção do Espaço	500

IV. A Razão do Lugar

Capítulo 11. Formação e Informação: A Ciência Pragmática do Estado	11.1. A Geração do Mato: Governadores, Engenheiros e Filósofos	543
	11.2. A Estratégia do Conhecimento: As Minas e a Quina	555
	11.3. Visões do Mundo: O Teatro na Fronteira	574
Conclusão	O Território e as Cidades - As Heranças da Colónia	585
	O Mato Grosso e o Brasil: O Estado Urbanizado	595
Bibliografia		607
Índice das Imagens		627
Apêndices		
I. Tábua Cronológica		639
II. Quadro Populacional		657
III. Quadro de Famílias / Fogos		659
IV. Núcleos Remanescentes		661
Nota Final / Agradecimentos		663
Anexo Documental (vol. II)		
I. Documentação		
II. Inventário Iconográfico		

ABREVIATURAS

Instituições

AHE	Arquivo Histórico do Exército – Rio de Janeiro
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
APP	Arquivo Público do Pará
BNL	Biblioteca Nacional de Lisboa
BNRJ	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
BPMP	Biblioteca Pública Municipal do Porto
CI	Casa da Insua
GEAEM	Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar
MB	Museu Bocage
MI	Mapoteca do Itamaraty
Pomb	Colecção Pombalina da Biblioteca Nacional de Lisboa

Nomes próprios

ARF	Alexandre Rodrigues Ferreira
ARM	António Rolim de Moura
CPMM	Caetano Pinto de Miranda Montenegro
FXMF	Francisco Xavier de Mendonça Furtado
LAMPC	Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres
LPSC	Luís Pinto de Sousa Coutinho
JAMPC	João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres
JPC	João Pedro da Câmara
RCM	Rodrigo César de Menezes

Introdução

Introdução

O Brasil representa em superfície praticamente metade da América do Sul. Os cerca de oito milhões de quilómetros quadrados que constituem o actual território brasileiro ficaram quase totalmente estabelecidos ao fim do período colonial. No entanto, esse imenso território tem sido identificado, sob vários aspectos, como uma espécie de "prenda" do destino. Portugal não se sabia dono de tanta terra. O Tratado de Tordesilhas não lha dera, e por longo tempo não a reivindicou. Mas as insistentes reclamações historiográficas sobre a primazia da costa na colonização portuguesa do Brasil, ou sobre o fraco e tardio empenho dos colonizadores na penetração e fixação no interior, são claramente desmentidos pelos resultados territoriais concretos. Na verdade, quase todo o interior da América do Sul é o Brasil. Como tal facto aconteceu se, aparentemente, tão tarde se acordou para um destino territorial tão vasto?

Evidentemente que o papel dos bandeirantes é absolutamente fundamental. Bem viram Jaime Cortesão, Sérgio Buarque de Holanda e Capistrano de Abreu, cada um a seu modo, o crucial significado do projecto "desbravador" bandeirante. Embora correcta, a identificação do mérito dos bandeirantes como desbravadores, de certo modo, deslocou o problema da construção territorial do Brasil para uma espécie de auto-génese. Ou seja, criou-se o mito de que o Brasil fez-se a si próprio, premiando a metrópole colonizadora com a dádiva territorial. Será?

Os territórios são construções no espaço, sobre o espaço. O "Brasil", de algum modo buscou o seu espaço, mas só se tornou efectivamente o Brasil depois de o ter. A construção do Brasil é o verdadeiro facto do processo colonial português na América do Sul. E construção é a palavra apropriada, porque, em especial o seu suporte físico, o território, foi literalmente construído.

O Mato Grosso surge aqui como o fecho simbólico e concreto desse processo de construção territorial. No centro do continente, a região foi, historicamente, a última terra a ser alcançada na sequência do desbravamento da América do Sul. Etapa final de um processo que avançou para o interior a partir das margens (de ambos os lados), o Mato Grosso é a prova e o símbolo da eficácia da acção territorial dos portugueses que lograram cativar metade da América.

Por outro lado, o Mato Grosso é também o lugar do encontro do limite da conquista. De uma ideia difusa do território, que se identificava com a vastidão, caminhou-se, progressivamente, até se alcançar a dimensão real

dessa amplitude. O Brasil, antes de ser o Brasil, era a terra sem fim em contraste com a finisterra portuguesa. O Mato Grosso, nesse sentido, viria a ser a clara representação da barreira, pois ali se defrontavam, fisicamente, os dois grandes ocupadores da América. Reencarnando, a ocidente, o confronto peninsular entre portugueses e espanhóis, e incorporando finalmente a linha divisória prevista em Tordesilhas, o Mato Grosso é, na América do Sul, a fronteira por antonomásia.

No limite do próprio Mato Grosso, precisamente na fronteira, e inclusive determinando-a, estão as vilas e povoações fundadas no século XVIII. Numa sequência que cobria do norte ao sul da antiga capitania foram criadas aldeias, fortificações e vilas, cujo objectivo prioritário era salvaguardar a entrada interior do Brasil. A criação urbana estava ali, a todos os níveis, indestrinçavelmente vinculada à defesa da fronteira e à construção territorial.

Sobre estes três grandes questionamentos o **território**, a **fronteira** e **a criação urbana** fundamenta-se o objecto de estudo deste trabalho.

Porque são as cidades que se constituem como o elemento de criação social que darão corpo à fronteira e ao território, é sobre elas que se vai discorrer e trabalhar. Toda a estrutura do trabalho faz-se sobre o eixo do seu próprio tema, ou seja, o que está em causa é o processo de urbanização do Mato Grosso no século XVIII, analisando-se o discurso que o fundamentou e o método que se utilizou para a sua concretização.

Porque tal processo decorreu no tempo, é um trabalho essencialmente devedor da História e à História irá buscar a sua explanação. Dado que para a sua concretização dependeu, em vários aspectos, da vontade política e da acção do poder administrativo, os protagonistas desta acção também serão chamados a guiar a narrativa. Não se quer com isso dizer que se pretende contar a história do Mato Grosso no século XVIII, mas tão somente admitir que os dados da "história da urbanização" da região e do processo de criação urbana e de estruturação do território são, acima de tudo, factos históricos. E são também partes de um conjunto maior que se vincula, inevitavelmente, à estrutura administrativa colonial. Por esse motivo pareceu lógico utilizar, em alguns capítulos, a sequência dos responsáveis pelo governo da capitania como balizas temporais do processo. Também não se trata, com isso, de personalizar a acção política e de exaltar as idiossincrasias pessoais dos governadores. Ao contrário, o que se pretende é vislumbrar a continuidade do processo através dos seus executantes, sendo o processo, e não eles, a matéria em causa.

O trabalho encontra-se dividido em quatro partes, cada uma das quais corresponde, progressivamente, a uma aproximação e aprofundamento do tema proposto. Essa divisão metodológica procura também abarcar os

diferentes níveis de leitura que o tema permite. Assim, a primeira e a quarta partes, que respondem pelas considerações iniciais e finais do trabalho, caracterizam-se por análises mais abrangentes e alargadas, quer do ponto de vista conceptual e teórico, quer do ponto de vista do tempo. São naturalmente mais especulativas e abordam o processo de uma maneira global e sintética. Ambas se desenvolvem em capítulos únicos. A segunda e terceira partes do trabalho correspondem a análises mais pormenorizadas dos vários aspectos do processo. Aí o volume da informação é naturalmente mais abrangente e são os documentos que sustentam o discurso explicativo. Na segunda parte o tempo é o fio condutor da narrativa e o eixo por onde se fazem os cortes para a análise. Na terceira parte é o espaço que fornece o elemento de divisão e sistematização da abordagem. A sequência dos capítulos é, no entanto, contínua ao longo de todo o trabalho, garantindo a unidade e a sucessão do tratamento temático que se desenvolve em 11 capítulos. Com efeito, há constantes remissões entre os capítulos de modo a solidificar a ligação entre eles. Mas, pelo próprio processo descrito acima, cada uma das partes, e dos capítulos em si, permitem leituras autónomas, sem prejuízo da compreensão da sua temática específica.

Na primeira parte, intitulada O NOME DO LUGAR, pretende-se fazer a "apresentação" e a identificação histórica e física do espaço do Mato Grosso, sendo este espaço, no fundo, o principal objecto de estudo de todo o trabalho. Num primeiro capítulo, designado *O Mato Grosso: A Identificação da Paisagem*, abordar-se-á o reconhecimento do espaço por parte dos colonizadores, questionando o seu nome e a sua génese constitutiva, tanto em termos míticos quanto concretos. Um pequeno texto, divulgado na literatura de cordel do século XVIII, que faz referência a um bicho que vivia no "Mato Grosso" serve de introdução ao tema da identificação simbólica da paisagem, enquanto as vicissitudes da discussão dos Tratados esclarecem as circunstâncias da apropriação política e física do espaço.

Ainda neste primeiro capítulo apresenta-se um conceito que deverá ser fundamental para o desenvolvimento do trabalho, identificando, a partir da definição física e simbólica do espaço, uma espécie de "carimbo" que o marca, e que o define de maneira inequívoca, como um *território de fronteira*. Neste sentido, propõe-se uma breve discussão sobre o território como ideia e como lugar de intervenção, aprofundando o tema do limite, visto tanto em termos da definição de uma linha de fronteira, como em termos de um desafio conceptual imposto à consecução da obra de ocupação e urbanização. No

mesmo âmbito deverão ser abordados, dentro do quadro das mentalidades setecentistas e do caso português em especial, todos os processos de lida com os limites em questão no Mato Grosso: os limites do território, do saber, e do poder.

É do conhecimento comum que o tema da fronteira tem vasta bibliografia, sendo abordado nos mais variados aspectos que o conceito permite, desde o âmbito filosófico, aos âmbitos histórico, sociológico ou cultural. O conceito comporta, em si, uma discussão riquíssima e a todos os níveis interessante, mas que exigiria para o seu tratamento completo um outro tipo de investigação e de preparo que não são nem o que este trabalho se propõe nem o que a minha formação me abaliza. Não há, portanto, em momento algum, a pretensão de evocar neste trabalho a amplitude e a riqueza de todos esses aspectos, mas tão somente aqueles que pareceram significativos para o processo preciso da urbanização do Mato Grosso no século XVIII.

O mesmo se pode dizer do tema do território, também passível de análises em vários campos do conhecimento que vão desde a geografia, a história, as ciências jurídicas, a etnologia e até a biologia. Como é evidente, o território que está em causa ao longo deste trabalho é, sobretudo, o suporte físico da acção urbanizadora que se estuda, e o continente espacial e geográfico do conceito jurídico de soberania do Estado, pelo qual se discutia em termos políticos na esfera internacional. Entre os dois conceitos território e fronteira uma imensa teia de significados se interpenetra, enriquecendo a ambos e multiplicando as possibilidades de abordagem. Uma vez mais atenta-se que, apesar da riqueza intrínseca dos temas, o nosso objectivo não podia deixar de ser modesto e ater-se apenas ao que parecia dizer respeito ao quadro específico da matéria que se está aqui a tratar.

A segunda e a terceira partes do trabalho, intituladas, respectivamente, A MEDIDA DO LUGAR e O DESENHO DO LUGAR, respondem pelo corpo principal, e mais analítico, do tema proposto da urbanização do Mato Grosso no século XVIII. No seu conjunto, os capítulos da segunda parte pretendem dar a visão do tratamento da urbanização do território, quer em termos conceptuais quer práticos, como um projecto abrangente e MEDIDO considerando mais de um sentido da palavra. Na terceira parte do trabalho estão concentradas as análises efectivas dos DESENHOS e projectos que fizeram o corpo da intervenção urbanizadora do Estado.

A segunda parte acolhe do segundo ao quinto capítulo. A medida a que se refere no título é também, em parte, a medida da própria acção no

tempo. Logo, esses capítulos são os que estão basicamente ordenados de acordo com a sequência cronológica do processo. Como já se referiu, são os sucessivos governos da capitania que estruturam a divisão dos capítulos, mas são as criações urbanas que sustentam a narrativa ao longo de todos eles.

Assim, no segundo capítulo, intitulado *Os Percursos da Apropriação do Espaço,* trata-se dos primórdios da ocupação colonial da região, desde os primeiros desbravadores que ali penetraram ainda no século XVI, até a descoberta das jazidas de ouro no início do século XVIII. No terceiro capítulo, então chamado *O Processo da Ocupação* apresentam-se os passos iniciais da constituição da capitania, indicando a sequência dos acontecimentos mais marcantes, tendo como guia principal os dados do processo de instalação e evolução urbana do território. Os governos de D. António Rolim de Moura a Luís Pinto de Sousa Coutinho (1751-1771) são as balizas cronológicas desta apresentação histórica dos primeiros tempos da capitania do Mato Grosso, criada em 1748.

O quarto capítulo, intitulado *O Território como Limite*, centra-se na figura de Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, revendo, a partir dos seus textos, da sua acção administrativa e do seu papel pessoal no Mato Grosso, a síntese político-ideológica da intervenção realizada naquele território durante a segunda metade do século XVIII, especialmente nos anos do seu governo que cobre de 1772 a 1789. Um documento intitulado "Ideia Geral", escrito por Luís de Albuquerque, e várias vezes por ele defendido perante a coroa, deverá ser o guia de uma parte da análise, assim como a apresentação cronológica da evolução urbana da região e as principais linhas de acção desenvolvidas pelo governador, cuja pedra de toque era a defesa da fronteira.

O quinto capítulo, designado *O Território como Herança,* apresenta os dados finais da urbanização da região nos últimos anos do século XVIII e no início do século XIX. Abarca os períodos de governo de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres e de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, que se desenrolam entre 1789 e 1803. Findo este tempo ficava completo o quadro urbano da capitania que o Império viria herdar.

A terceira parte abriga do sexto ao décimo capítulo do trabalho. Aqui as criações urbanas são finalmente estudadas com detalhe, sempre avaliando as suas transformações no tempo, mas também os seus aspectos formais e de desenho propriamente dito. O quadro maior da criação urbana colonial como um todo, e especialmente outros exemplos da urbanização do Brasil no século XVIII, estão inevitavelmente por trás de todas as análises realizadas.

Assim, o sexto capítulo intitulado *Vila Bela da Santíssima Trindade: A Capital no Limite*, trata, como é evidente, do processo vivido pela vila criada para ser a capital da capitania, desde a sua fundação até ao seu quase "desaparecimento" virtual, com a transferência dos atributos da centralidade administrativa para Cuiabá, já no início do século XIX. Para além do processo histórico de evolução da vila, esta é estudada enquanto objecto de desenho avaliando-se a sua malha e as relações formais existentes na formação e estruturação do tecido urbano.

O sétimo capítulo designado *Príncipe da Beira: A Encenação do Poder*, tem o referido forte como eixo da narrativa, mas na verdade trata-se menos da fortificação em si e mais da conjuntura geral da urbanização do norte da capitania, abordando-se especialmente a ocupação formal do vale dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira. O forte surge como o fecho simbólico de um processo que envolveu a tentativa de criação de várias aldeias de índios na região e também de outras fortificações. Não se pretendeu apresentar a história da construção do Príncipe da Beira, que já está estudada, ou sequer fazer a avaliação do seu aparato bélico-defensivo, mas especialmente desvendar o que ele significa em termos de apropriação do território.

No oitavo capítulo, chamado *Coimbra, Albuquerque e Vila Maria: A Guarda do Paraguai* é a conjuntura da urbanização do sul da capitania, na região do rio Paraguai, que é especialmente tratada. Vêem-se aqui a experiência da fortificação e da criação urbana planeadas num tempo mais compacto e numa relação espacial mais próxima. Diferente também é o relacionamento com os indígenas daquela área, assim como o processo de formação dos povoados que se vinculam a outros exemplos da acção urbanizadora regional, como são a criação de registos e a regularização dos arraiais de mineração. Todas estas experiências são, também como as anteriores, vistas a luz dos seus aspectos formais e compositivos.

No nono capítulo, designado *Casal Vasco: O Quartel Avançado*, esta última criação urbana do período colonial no Mato Grosso surge como corolário da gestão territorial e como síntese metodológica da intervenção levada a cabo na capitania. A sua construção, desenhada e dirigida por um engenheiro militar, congrega e sintetiza a acção desenvolvida nas diferentes vertentes do processo.

O décimo capítulo, que fecha a terceira parte, retoma a base territorial da criação urbana e avalia o conjunto da cartografia tratando os inúmeros desenhos da região como resultado de uma intervenção projectual sobre o território. *Os Mapas do Mato Grosso: O Território como Projecto* é o título

deste capítulo que estuda, através dos mapas e cartas, o processo de formação de um território que era desvendado, desenhado, e construído quase ao mesmo tempo.

A quarta parte do trabalho intitula-se A RAZÃO DO LUGAR. É onde se insere o décimo primeiro capítulo, o último de todo o trabalho, que se chama *Formação e Informação: A Ciência Pragmática do Estado*. Aqui se retomam os personagens que surgiram ao longo dos outros capítulos agora para os enquadrar menos numa visão cronológica e mais numa síntese que possa abarcar o conjunto da sua intervenção sucessiva, procurando encontrar o que, de uma maneira mais abrangente, os vincula e esclarece a sua acção, quer em termos políticos e ideológicos, quer em termos culturais e estéticos. Tal análise enquadra-se necessariamente no quadro do que já se tem estudado sobre os valores da geração pombalina e pós-pombalina, acrescentando algumas contribuições para o entendimento da "formação e informação" dos agentes envolvidos na urbanização do Brasil e fazendo ver, porventura, o eventual peso da "geração do mato" no seu conjunto.

Espera-se que as deduções a que se possa ter chegado em cada uma das partes do trabalho fiquem enunciadas nos próprios capítulos. Assim, as conclusões com que se fecha o texto são menos uma síntese do que já tenha sido dito nos capítulos anteriores e mais uma reflexão aberta, em que o Mato Grosso serve de motivo para uma aproximação ao quadro da urbanização do Brasil como um todo, anunciando novos dados para uma abordagem mais aprofundada e abrangente do tema das cidades e do território na cultura portuguesa da Idade Moderna. O contexto da criação do Estado-territorial do Brasil e a clarificação de uma metodologia de intervenção fundada sobre o "discurso" e a "medida" indiciam um "corpus" mental que, além de revelar, inegavelmente, as suas bases assentes na cultura matemática e pragmática da engenharia militar portuguesa, pode também ter influenciado outras áreas do conhecimento.

As fontes utilizadas para a realização deste trabalho foram sobretudo fontes primárias, em especial, a correspondência trocada entre os intervenientes no processo no Mato Grosso, e os dirigentes políticos da metrópole. Na sua maioria, esta documentação corresponde ao acervo do Arquivo Histórico Ultramarino relativo ao Mato Grosso. Acresce-se a isso uma série de textos contemporâneos que incluem relatórios de viagens, crónicas, memórias e outros trabalhos de natureza descritiva, alguns encomendados pelos

responsáveis da capitania, outros realizados por iniciativa particular, que se encontram dispersos em diferentes arquivos tendo sido já alguns deles publicados.

Convém referir que, para o caso específico do Mato Grosso, havia ainda uma documentação primária que se aventava especialmente rica, que era o espólio particular de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, que se guardava na Casa da Insua. Infelizmente, um incêndio ocorrido no edifício há alguns anos danificou de maneira catastrófica a quase totalidade dos documentos daquele acervo, destruindo parcialmente os livros e manuscritos. Os exemplares que foram resgatados do incêndio encontram-se actualmente em precaríssimo estado, não podendo de facto ser manuseados, (correndo com isso o risco de se destruírem ainda mais), como pude comprovar pessoalmente na ocasião em que visitei aquele arquivo. Neste sentido, é de toda a justiça lembrar, e agradecer vivamente, a amabilidade dos actuais responsáveis pelo acervo que não apenas se mostraram disponíveis para a visita que insisti em fazer, mesmo sabendo do incêndio, como também pelo cuidado que têm manifestado em guardar a documentação, ainda que no seu estado precário, prevendo a hipótese de um eventual restauro que permita, no futuro, o seu manuseio em condições de segurança. Os desenhos, que são a maior riqueza do espólio da Casa da Insua, e cuja importância para este trabalho é evidente, foram felizmente salvos pois estavam em outras instalações na altura do incêndio.

A par do Arquivo Histórico Ultramarino, foram ainda consultados, entre outros, os acervos do Arquivo Público do Pará, da Biblioteca Pública do Porto, da Biblioteca Nacional de Lisboa, em especial a colecção Pombalina, e da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Em todos estes arquivos examinou-se quer os espólios documentais quer as colecções cartográficas e iconográficas. No âmbito específico da cartografia foram ainda vistos o Arquivo Histórico do Exército, e a Mapoteca do Itamaraty, no Rio de Janeiro, e, em Lisboa, o Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar e o Museu Bocage. Para além desses contou-se ainda com o excepcional conjunto da Casa da Insua, já referido, e outros exemplares recolhidos em colecções diversas.

Embora especialmente rica em termos informativos, não se pode dizer que a documentação primária sobre o Mato Grosso seja muito vasta, ou de difícil acesso. Com efeito, a maioria dos textos principais não estão de todo inacessíveis (salvo o caso da documentação da Insua que por força maior não pode ser totalmente conhecida) e uma parte deles já foi inclusive publicada. É esse o caso de vários diários de viagens dos engenheiros e técnicos das

comissões demarcadoras, assim como de outros documentos avulsos que ao longo dos anos foram sendo divulgados em publicações como a Revista do Instituto Histórico Geográfico do Brasil ou outras compilações como a colecção de cartas organizada por Marcos Carneiro do Mendonça. Outros casos há em que alguns documentos foram parcialmente reproduzidos, ou citados, em obras do âmbito da História regional, como a monumental *História do Mato Grosso* de Virgílio Correia Filho, ou ainda o singular ensaio de Gilberto Freyre -*Contributo para uma Sociologia da biografia. O exemplo de Luiz de Albuquerque Governador do Mato Grosso no fim do século XVIII* , que inclui uma série de documentos recolhidos na Casa da Insua, antes do sinistro. Especificamente sobre o forte do Príncipe da Beira, há já um bom conjunto de publicações que citam e transcrevem fontes primárias, aos quais se faz a devida referência no capítulo respectivo.

Tendo em consideração este aspecto optou-se por não sobrecarregar este trabalho com a excessiva transcrição de documentos em anexo, seleccionando apenas os que dizem respeito à criação urbana, e entre eles, privilegiando os que fornecem indicações sobre a forma dos núcleos. Não se quer com isso dizer que se pretende abdicar da citação das partes essenciais desses, e de outros documentos, ao longo do texto. Ao contrário, é importante ressaltar que cada citação incluída no texto tem aqui o valor de uma reposição do discurso que engendrou as cidades, que para nós tem tanta importância quanto os seus desenhos. Cabe também lembrar que, embora a documentação do Mato Grosso seja razoavelmente acessível, não implica que tenha sido sempre utilizada em toda a sua potencialidade, o que torna ainda mais importante dar a palavra aos próprios personagens da acção. Nas citações e nas transcrições finais adoptou-se o critério de manter a grafia original dos documentos, excepto os casos de utilização das maiúsculas, que foram adaptadas ao uso actual. Os sublinhados que algumas vezes aparecem nas citações fazem parte dos próprios textos originais. Os trechos ou expressões que se quis especialmente ressaltar foram marcados a **bold**.

Relativamente aos desenhos, embora as principais colecções que dizem respeito ao Mato Grosso estejam já sumariamente inventariadas e uma parte dos exemplares sejam conhecidos e divulgados, por vezes não é fácil identificar a sua origem pois um número considerável dos desenhos são cópias de outros a que apenas se introduziram algumas pequenas variações. Assim, para melhor avaliar a amplitude do conjunto em causa, elaborou-se um inventário iconográfico em que se pretendeu sistematizar as referências dos vários arquivos e identificar as muitas cópias existentes. A par desse inventário, que está, juntamente com a documentação anexa, num volume separado,

procurou-se também trazer os desenhos mais significativos para junto do texto, organizando-os no fim dos capítulos em que são referidos. A maioria dos mapas e plantas originais aparece, como é evidente, na terceira parte do trabalho, assim como algumas fotografias que mostram aspectos actuais dos núcleos urbanos estudados. Para esclarecer certas situações de cunho geográfico ou de carácter compositivo das plantas das cidades, foi necessário elaborarem-se alguns desenhos específicos que surgem tanto nos capítulos da segunda como da terceira parte do trabalho.

Nos apêndices do primeiro volume, foram incluídos uma tábua cronológica e dois quadros com a evolução da população no Mato Grosso. Os dados para esses quadros foram retirados dos vários "mapas da população" feitos regularmente a partir de 1771. Tais mapas são mais complexos nas informações que contêm, indicando, diferenciadamente, as faixas etárias da população, o número de escravos e de livres, os mortos e nascidos a cada ano, etc.. Para o presente trabalho apenas se sistematizaram os dados gerais, contabilizando os totais de povoadores e o número de fogos de cada núcleo indicado. A partir de uma listagem das povoações da capitania referidas na documentação até ao final do século XVIII e de outras indicações especialmente citadas na *Corografia Brasílica* de Aires do Casal, elaborou-se um último quadro em que se pretende identificar os núcleos remanescentes do período colonial nos actuais estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia.

Quanto a bibliografia, uma vez mais pode dizer-se que o Mato Grosso não está de todo mal tratado. Apesar de ser um tema de trabalho, de certo modo, periférico, a região tem sido várias vezes abordada especialmente pelo aspecto da formação territorial da colónia e da questão dos limites. Nunca é demais lembrar os excelentes estudos de Jaime Cortesão e Capistrano de Abreu que representam um tempo de leituras amplas sobre o Brasil, inseridas numa grande abrangência na visão do império colonial. É justo também ressaltar o movimento que se volta a assistir, neste sentido, com a recuperação das visões em macro-escala do universo da Expansão, tão bem representado pelas edições recentes de mais de uma História da Expansão Portuguesa, quer do Círculo de Leitores e da Editorial Estampa, em Portugal, quer outras iniciativas no âmbito da historiografia brasileira. Quanto à História Regional, o Mato Grosso conta com alguns autores de peso, de que Virgílio Correia Filho é o principal exemplo, em cujas obras é patente a profusa leitura de importantes documentos. No âmbito da cartografia é impossível deixar de referir ao trabalho ímpar de Isa Adonias que, entre outros estudos, foram especialmente importantes para nós, as suas investigações sobre a Cartografia da Região Amazónica, publicada em 1963,

assim como os outros trabalhos mais recentes feitos em colaboração com a Fundação Odebrecht.

Relativamente a História do Urbanismo brasileiro é já um grato prazer poder dizer que, nos últimos anos, uma série de trabalhos a tem enriquecido, com contribuições de vária ordem, tanto a nível de abordagens regionais, quanto em sínteses mais abrangentes ou análises de casos específicos. Sem poder entrar no mérito de cada um desses estudos, aos quais certamente utilizaremos ao longo do texto como importantes fontes de consulta e referência, cabe no entanto, fazer uma menção especial ao trabalho de Roberta Marx Delson que na sua tese *New Towns for Colonial Brazil Espacial and Social Planning of the Eigteenth Century*, editada inicialmente em 1979, e traduzida para português em 1998, chamou particularmente a atenção para as cidades do Mato Grosso trabalhando, de maneira pioneira e inovadora, o conjunto das cidades planeadas no Brasil do século XVIII.

No contexto do urbanismo da expansão portuguesa como um todo também já é possível dizer que se avançaram com estudos em várias áreas, tanto geográficas quanto teóricas, permitindo um quadro comparativo de abordagem bem mais rico do que o que existia há poucos anos atrás. Também procuramos, como é evidente, fazer uso dessas novas e importantes fontes de trabalho. É de toda a justiça lembrar, neste âmbito, o peso que tiveram para o desenvolvimento da historiografia do urbanismo português os trabalhos de José-Augusto França e José Eduardo Horta Correia, assim como a sua acção enquanto professores e formadores de novos investigadores.

Antes de passarmos à viagem metafórica que nos deve levar a ver o processo de urbanização do Mato Grosso no século XVIII cabe fazer-se uma última referência a uma outra viagem, esta sim concreta, feita ao Mato Grosso deste tempo. Foi de especial importância para a concretização deste trabalho à visita de estudo que realizei às principais povoações nele referidas. Pude ver e passear por Cuiabá, Chapada dos Guimarães, Vila Bela, Cáceres (Vila Maria), Corumbá (Albuquerque) e Poconé (S. Pedro del Rei), entre outros lugares e paisagens dos três actuais estados do Brasil que respondem pela antiga capitania do Mato Grosso (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondónia). Fui, de avioneta, numa viagem inesquecível sobre a floresta, até ao imponente Príncipe da Beira. Subi o Guaporé e atravessei numa pequena canoa o rio Barbados para encontrar as ruínas da antiga Casal Vasco. Desci o larguíssimo rio Paraguai até a fortaleza de Coimbra. A força e a beleza desses locais somam-se, na minha memória, ao especial acolhimento que recebi em todos eles. Em Vila Bela, a minha pequena comitiva de amigos foi ciceroneada, todos os dias, pelo "rei

do Congo"[1] em pessoa, que também nos acompanhou e guiou até Casal Vasco. Essa viagem, a par da outra viagem mental que a tentativa de reconstituição da história obrigou-me, deu-me a ver o quanto a apreensão do espaço e do tempo exigem de nós, em cada papel, seja de viajante, investigador ou leitor, uma grande disponibilidade para entender a pertinência e a grandeza de construções aparentemente tão frágeis, como uma cidade que se chegou a abandonar, outra de que já só existem algumas pedras que serviram de base aos edifícios entretanto submersos na floresta, ou ainda um imenso forte, que jaz no meio do nada. Sobre estas tão "efémeras" fundações construiu-se um território e, sobre ele, toda uma cultura vive.

[1] "O rei do Congo" era o personagem que o nosso anfitrião Joaquim interpretava na "congada", a festa anual que se realiza em Vila Bela. Era assim que ele se apresentava, e era assim que era conhecido na cidade.

I. O Nome do Lugar

Cap. 1.
O Mato Grosso: A Identificação da Paisagem

"He o caso, suponho, que não duvidas, pois he a todos notorio, que no ano de mil e setecentos, e os mais que na verdade se acharem, foi deste Reyno remetida uma grande parte dos nacionais delle para (...) uma campina novamente descuberta, a que seus inventores deram o célebre nome de Matto Grosso."[1]

1.1. O Lago, a Ilha e o Bicho: Para uma Mitologia do Território

Em qualquer dicionário mato é "bosque, brenha, selva, floresta, mata, matagal". Em boa verdade, esta descrição não corresponde à maior parte do território do dito "Mato Grosso". Marcado por uma paisagem peculiar, em que se cruzam três ecossistemas, o Mato Grosso não é o que o seu nome indica. Não é todo "mato", nem "grosso". Pelo contrário, mais de dois terços do território da antiga capitania podem ser descritos como campos, que se estendem entre as zonas do planalto central a Leste e as depressões dos grandes rios situados a Oeste e a Sul, limitados a Norte, aí sim, pela área densamente florestada da bacia amazónica. **(fig.1)**

Mas a principal característica da geografia do Mato Grosso, e o que marca mais profundamente a sua paisagem, tanto em singularidade quanto em peso simbólico, é o fenómeno do pantanal. Mal identificado como pântano ou charco o Pantanal Matogrossense é antes uma imensa área de várzea, inundada sazonalmente pela cheia dos rios. Abrange praticamente todo o leito do rio Paraguai, concentrando-se as inundações mais avolumadamente entre a barra do rio Jauru e a entrada do rio Apa e repete-se, embora em menor escala, também no vale do rio Guaporé, que inunda especialmente os terrenos localizados a Oeste, já em território boliviano. Correctamente não se poderia dizer que há um pantanal no Mato Grosso, ou sequer que sejam vários "pantanais", mas sim que numa enorme extensão geográfica desenha-se uma vasta depressão, que define uma área de "baixada", onde, com pouquíssimo declive, correm grandes rios alimentados por muitos afluentes, que criam, na época das chuvas, um volume de águas considerável, capaz de cobrir as eventuais irregularidades do terreno, nivelando a paisagem numa grande massa aquática. Essa "grande água", que identifica mais o Mato Grosso do que o

[1] Anónimo -*Relação e breve noticia de hum bicho feroz que apareceo à gente que foi para o Matto Grosso*, 1754.

próprio mato, é o centro da sua paisagem e do seu território. Também é, em termos aproximativos, o centro do continente sul-americano. A conjugação das características de centralidade e a consequente dificuldade de acesso, e a especificidade do fenómeno do pantanal terão contribuído, com o que a exuberância da natureza pode contribuir para a fertilidade da imaginação dos homens, para um dos mais profícuos e persistentes mitos do continente: o da grande Lagoa Dourada.

Variações do mesmo mito surgem numa área alargada inseridos quer no universo da colonização espanhola, quer no da portuguesa. Na região da província de Moxos identificava-se miticamente o designado "Gran Paititi", que efabulava um império sobre uma ilha no meio de um grande lago, império esse que se teria formado com as riquezas indescritíveis dos dignatários Incas que, escapando à perseguição espanhola, se teriam internado no interior do continente com as respectivas populações. Fizeram-se várias expedições em busca deste reino perdido, continuação secreta do reino vencido dos Incas e dos seus tesouros. Conta-se que em uma delas os soldados alcançaram a província de Xarayés e confrontaram-se com a resistência dos índios da região. No regresso, afirmavam que tinham encontrado um grande império indígena, à volta de um imenso lago. Renascia assim o mito da lagoa então identificada como a "Lagoa dos Xarayés"[2].

Ainda no século XVIII o grande lago dos Xarayés era referido, desta feita associando-o directamente ao pantanal. Neste sentido, é interessante notar a semelhança dos relatos de um governador português e de um engenheiro espanhol sobre o mesmo fenómeno. Em 1754, Rolim de Moura dirá que "...*o mapa não mostra a grandeza do pantanal (...). No tempo de secas he muito entrecortado de terras altas, e os Rios Paragoay, Achianes, Porrudos, Cuyabá, que correm por entre elle tem pela mayor parte o barranco descoberto; porem no de agoas muitas não acham os viandantes aonde pouzarem, e fazerem fogo. Este me parece he verdadeiramente o lago Xaraes, que a consideralo nesta extenção he hú mar de agoa doce; mas com os intervalos que tenho ditto, e não continuo como os mapas todos o reprezentão: Isto he cortado de Redutos dos barrancos dos Rios, que o atravessão semeado de arvores, de capim, e de arrozaes, que mais propriamente he hua asemblea de m^tos Pantanais, que se comunicão por varios braços do que hú so Lago*"[3].

---

[2] V. Jorge Magasisch-Airola; Jean-Marc de Beer -*America Magica: Quand l'Europe de la Renaissance croyait conquérir le Paradis.* Paris : Éditions Autrement, 1994.

[3] AHU Mato Grosso Caixa 7 doc 1 - 26 Janeiro de 1754. Carta de D. António Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Corte Real.

Em 1785, Felix de Azarra, na sua *Descripción General del Paraguay* afirma que "*Todos los rios grandes nivelan el país en su termino o embocadura depositando allí sus acarreos, de donde necessariamente resultan inundaciones. Pues lo contrario sucede ao presente, cuyas inundaciones se verifican en el tercio más alto de su curso, donde se halla la famosa laguna de los Xarayes. (...) Dicha laguna, que ha dado origen a tantas fábulas en el mundo, quizás no tiene la extension que el estero Yberá, que no ha dado motivo de hablar a las gentes, y hablando con propriedad no és mas que un estero cubierto de agua en los tiempos lluviosos y de malezas, la maior parte secas, en las sequías*"[4].

Tal como o império dos Xarayés vários outros reinos fabulosos foram localizados na América do Sul: o El Dorado, na vastidão da Amazónia, com o seu lago Parimá e a cidade Manoa, ou a misteriosa Cidade dos Césares, na Patagónia[5]. Em todos esses mitos encontram-se dados comuns, como a presença de lagoas encantadas[6], a eventual "herança" inca ou "romana" e, principalmente, a abundância de riquezas minerais - ouro, prata, pedras preciosas - que chegavam a revestir os edifícios, ou até os habitantes. Descontados os exageros naturais dos mitos e o seu efectivo alcance em termos da vivência das populações, o certo é que, ao menos no plano simbólico, eles são o espelho de um imaginário que tem as suas correspondências na realidade. Porque terá sido, de facto, sob o espectro das minas que se fizeram muitos dos avanços sobre todo o território americano, de ambos os lados. E o Peru, com as suas comprovadas riquezas, especialmente as abundantes minas de Potosi, eram o centro buscado por aventureiros de todas as latitudes.

"*As minas: eis a palavra-chave para explicar o papel que o Peru desfrutou na psicologia e portanto na economia brasileira do século XVII e mesmo um pouco antes e um pouco depois, Porque Potosí não comandou somente uma parte da actividade brasileira pelo fluxo da prata Tucumán - Buenos Aires: literalmente importunou a política e a imaginação portuguesas no Brasil*"[7]. Se no início ainda se fazia uma falsa ideia da verdadeira distância que

---

[4] Félix de Azara - *Descripción General del Paraguay*. Madrid : Alianza Editorial, 1990, pp. 59-60.

[5] Cf. Jorge Magasisch-Airola; Jean-Marc de Beer -*op. cit.*

[6] A literatura e a cartografia registam uma série de nomes de lagoas misteriosas na América do Sul que, muitas vezes, transladam de uma localização para outra: *Lagoa Eupana, Lago Parimá, Lagoa Dourada, Paititi, Paraupaba, Xaraiés*, são alguns dos nomes encontrados.

[7] Fréderic Mauro - *Do Brasil à América*. São Paulo : Editora Perspectiva, 1975. p. 72. Havia, na confluência dos mitos e das realidades, a ideia de que era possível, senão provável, que houvesse um "outro Peru" no interior da América. Tal ideia era partilhada pela maioria dos povoadores e administradores da colónia desde o início da ocupação do território. De certo modo, parecia "injusto" que as riquezas se tivessem concentrado nas regiões pertencentes à Espanha e que não estivessem distribuídas pelo continente. Assim, abundam as

separava o Peru das costas brasileiras, depois, como esclarece F. Mauro, apesar das dificuldades que a espessa massa continental representava, os caminhos interiores acabariam por se revelar mais promissores, e eventualmente até menos perigosos, ou controlados, que os caminhos marítimos. Esses caminhos do sertão deram azo a criação de um fluxo comercial paralelo - maioritariamente clandestino - que, desde o século XVI ao XVIII, manteve ligados o Peru e o Brasil e que foi um dos principais meios de penetração no continente, tendo, naturalmente, como zona fulcral a região do Mato Grosso[8].

Mas ainda noutro importante aspecto a ideia do "grande lago" do Mato Grosso é significativa. Diz respeito a suposta ligação que se pretendeu que existisse entre as duas grandes bacias hidrográficas do continente: a bacia amazónica e a do Paraguai. Supunha-se que ambas se encontravam em um grande lago interior, de onde nasciam os seus principais rios. A ligação fluvial daria ao Brasil a conformação de uma grande ilha, contígua ao continente sul-americano, mas dele claramente separada pela água dos rios. A imagem dessa "ilha-Brasil" foi divulgada pela cartografia portuguesa desde o século XVI até a primeira metade do século XVIII, sendo corroborada por grandes nomes entre os cartógrafos nacionais e por via destes difundida em cartografias gerais publicadas no estrangeiro[9]. Jaime Cortesão identifica a primeira imagem da "Ilha-Brasil" no mapa de Lopo Homem de 1519, em que o *Magnus Brasil* aparece cercado pelos rios Amazonas e da Prata. A partir daí o conceito do continente-ilha limitado pelos rios interiores iria repetir-se nos mapas de André Homem (1559), Bartolomeu Velho (1562), Luís Teixeira (cerca de 1600) e Nicolau Sanson (1650) entre vários outros[10]. A denominação das lagoas interiores que faziam a junção dos grandes rios, que no entanto podiam variar entre a ligação

---

referências aos eventuais tesouros do interior tanto nos documentos como na literatura coeva. Vários autores tem tratado essa questão da recorrente "busca do ouro" desde os primórdios do descobrimento do Brasil. Entre outros, Sérgio Buarque de Holanda refere que já ao tempo de Tomé de Sousa, o próprio governador-geral não deixou de assinalar ao rei, em 1550, que a terra do Brasil e do Peru era "toda hum". Do mesmo modo, Duarte Lemos dizia da capitania de Porto Seguro que aquela era a melhor via de acesso aos lugares "donde está o ouro" porque situava-se na mesma latitude do Peru. Cf. Sérgio Buarque de Holanda (dir.) - *História Geral da Civilização Brasileira - Tomo I A Época Colonial* - 2º Volume. São Paulo : Difel, 1982. pp. 236-237.

[8]Fréderic Mauro - *op. cit.* O autor cita uma importante bibliografia de referência para a questão do contrabando e do comércio ilegal com o Peru. V., entre outros, Alice Canabrava - *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640),* São Paulo, 1944; Fernand Braudel - *Une route clandestine de l'argent, à travers les Ameriques Latines*, in "Cahier des Annales", nº 4. Voltaremos a esta questão no item 1.3."Um Lugar de Fronteiras", assim como ao processo de penetração no interior do continente, no item 2.1."O Caminho como Prática".

[9] Cf. Jaime Cortesão - *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid - III*. Lisboa : Livros Horizonte, 1984. pp. 639-649. A "Ilha-Brasil" que aqui está em causa é o conceito apresentado por Jaime Cortesão e não a ilha ou grupo de ilhas imaginárias, localizadas no Atlântico, que aparecem na cartografia medieval a partir do século XIV e de onde eventualmente terá surgido a própria denominação do Brasil. Para tal conceito ver "Brasil, Ilha" in Luís de Albuquerque (dir.) - *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*. Vol. I. Lisboa : Caminho, 1994, pp. 144-145.

[10] Cf. Jaime Cortesão - *op. cit.*, pp. 639-640.

Tocantins-São Francisco, ou a Amazonas-Prata, tanto referem à Lagoa Eupana como a dos Xarayés[11].

Não apenas na cartografia figurava a imagem da grande lagoa. A mesma ideia da união dos rios no interior do continente aparecia também nos textos e nos relatos descritivos do Brasil dos séculos XVI e XVII[12]. Atribuía-se esta indicação, quase sempre, às informações indígenas. O Padre Simão de Vasconcelos apresentava o mito e a realidade quando escrevia que "*Contam os índios versados no sertão que bem no meio dele são vistos darem-se as mãos estes dois rios* (o Amazonas e o Prata) *em uma laguna famosa ou lago profundo, de águas que se ajuntam das vertentes das grandes serras do Chile e do Peru (...). Verdade é que, com mais larga volta, se avistam mais ao interior da terra, encontrando-se não águas com águas, mas avistando-se tanto ao perto, que distam somente duas pequenas léguas: donde com facilidade os que navegam, corrente acima num destes rios, levando as canoas às costas naquela distância interposta, tornam a navegar corrente abaixo do outro: e esta é a volta com que abraçam estes dois grandes rios duas mil legoas de circuito*"[13].

De facto, as duas grandes bacias não se comunicam directamente através de um lago, mas as cabeceiras de dois rios, subsidiários um de cada sistema - o Alegre, afluente do Guaporé, pertencente à bacia amazónica e o Aguapeí, afluente do Jauru, pertencente à bacia do Prata - encontram-se muito próximas na mesma serra. Tal situação concretamente permitia que, com um percurso relativamente pequeno, se pudesse passar de um rio ao outro, alcançando assim a navegabilidade quase contínua nas duas bacias. Em 1785, quando foi finalmente medida a região onde se encontravam as cabeceiras dos rios Alegre e Aguapei, o governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres descreveu o local retomando a referência da circulação fluvial da "Ilha-Brasil".

"Ponho juntamente na mão de V. Ex.ca o Plano particular, ou carta Topografica em mayor escalla do famoso Istmo unicamente de 2400 Braças que estabelecem os dois Rios Alegre, e o Aguapehy, □...□ huma das mais celebres Poziçoens Geographicas que athe hoje se tem reconhecido, e

---

[11] Vide nota 6 deste capítulo. A Lagoa Eupana é normalmente identificada com a junção dos rios Tocantins e São Francisco e a dos Xarayés, mais próxima da realidade geográfica do pantanal, ligaria o Guaporé ao Paraguai.

[12] Idem nota 9 deste capítulo. Jaime Cortesão cita os exemplos de António Rodrigues (1553), Gabriel Soares de Sousa (1584), Ambrósio Fernandes Brandão (1617), Simão Estácio da Silveira (1624), Pe. António de Araújo (c. 1625) e Pe. Simão de Vasconcelos (c. 1654).

determinado no interior desta imensa Peninsula da America Meridional: pois que nele principiam a emanar quazi de huma mesma Fonte as agoas dos dous maiores Rios como na verdade o são o das Amazonas, e da Prata, não so da dita Grande Peninsula, mas de todo o Mundo; com a circunstancia bem extraordinaria de circularem huma não piquena parte dos mesmos Reaes Dominios Portuguezes, ou de talvez passarem nas suas vezinhanças"[14].

Aqui Luís de Albuquerque já não menciona o grande lago, e a alusão à "circulação dos domínios portugueses" proporcionada pelo rios é claramente política, associada aos interesses das Demarcações. Esta vinculação foi aliás, desde sempre, uma relação implícita no conceito da "Ilha-Brasil". Como Jaime Cortesão deixa claro, o mito da ilha colada ao continente antecipou a solução do problema da soberania portuguesa na América do Sul. Ao definir uma demarcação "natural" entre as possessões portuguesas e as espanholas, a "ilha-Brasil" foi antes de tudo uma ideia-força que sustentou boa parte da argumentação portuguesa na defesa dos seus domínios na América, como mais adiante se poderá observar[15].

Apropriando-se do referencial geográfico dos indígenas, que conheciam a ligação entre as duas bacias, e que, possivelmente, descreviam o pantanal como um grande lago, os cartógrafos e os primeiros narradores do Brasil não mais fizeram do que plasmar nos desenhos e nos textos uma ideia do espaço que também a eles próprios interessava: a noção de um território contínuo e coeso, que se "fechava" em si próprio - uma imensa ilha - garantido aos seus possuidores a segurança de uma total unidade territorial.

Embora, infelizmente, continue por conhecer toda a riqueza das representações simbólicas dos indígenas relativamente à paisagem que habitavam é sensível o peso que as suas descrições tiveram na formulação do imaginário do colonizador. Com efeito, os dois primeiros, e mais frequentes ítens identificáveis para uma mitologia do território do Mato Grosso: o lago e a ilha, são, cada um por si, imagens carregadas de simbolismos.

A ilha é um dos mais poderosos símbolos da cultura ocidental[16]. Lugar a que se chega apenas depois de uma travessia, isolado e naturalmente

---

[13] Pe. Simão de Vasconcelos - *Livro Primeiro das Notícias Antecedentes, curiosas e necessárias das coisas do Brasil.* Introdução à *Crónica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil,* § 27. Referido por Jaime Cortesão - *op. cit.* , p. 641.

[14] AHU Mato Grosso caixa 22 doc 23 - 6 de Março de 1785. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro.

[15] Cf. Jaime Cortesão - *op. cit.* , p. 646. Ver item 1.2. "O Mato Grosso na Política Territorial Portuguesa".

[16] Cf. Jean Chevalier - *Dicionário dos Símbolos, mitos, sonhos, costumes, gestos, formas figuras, cores, números.* Lisboa : Círculo de Leitores, 1997; Hans Biedermann - *The Wordsworth Dictionary of Simbolism*. London : Wordswoth Ed., 1996.

defendido do mundo, a ilha é um outro mundo. A mitologia e a literatura ocidental estão plenas de ilhas que são invariavelmente locais onde impera uma lei outra, onde o espaço, demarcado e isolado pelo círculo das águas, é palco de acontecimentos surpreendentes. São territórios de refúgio, de ascese ou de liberdade. São moradas dos bem-aventurados e dos eleitos, ou locais onde se alcança a riqueza e a felicidade social. A Atlântida, as Ilhas Afortunadas, a Utopia, a Ilha dos Amores do canto nono de Camões, e as várias "ilhas do tesouro" localizadas nos mares, ou na própria América, são exemplos de uma lista infindável de ilhas míticas.

O lago é por sua vez o símbolo do *olho da terra*, por onde os habitantes do mundo subterrâneo podem observar os homens. O pântano é o olho que chorou demais[17]. São locais que conjugam a promessa de surpresas e riquezas, escondidas sob o espelho da água, ou que, no caso dos pântanos, ameaçam com a sua inospitalidade, ou com o perigo implícito dos habitantes do seu reino, que atraem os homens para a morte. Mas os lagos também representam uma imagem de fertilidade e abundância, como fontes de renovação da vida. No caso do grande lago/pantanal do Mato Grosso, esta imagem está necessariamente presente na vivência do espaço, que se renova, sazonalmente, a cada cheia.

Ao lago do Mato Grosso, acresce-se ainda a referência à centralidade da sua localização, no "umbigo" do continente americano, o que reforça o seu potencial simbólico, como local singular e como espaço de referência para todo o território circundante. Também nesse sentido a posição do lago é significativa no contexto do imaginário do colonizador. A água que supostamente dividia as terras dos povos ocupadores da América era potencialmente "justa", demarcando o continente pelo seu eixo. O lago no centro da América é mais um símbolo duma partilha entre nações que pretendiam ter a natureza como cúmplice. Um novo "testamento de Adão" a confirmar que o mundo terá sido feito para que fosse legada aos portugueses e aos espanhóis cada uma das suas metades.

A ilha que era miticamente isolada por este lago, e circundada pelas águas dos rios que dele emanavam, era o território eleito a salvaguardar, o território merecido e destinado aos conquistadores. Ali se esperava, por direito, obter os prémios da conquista, receber as benesses do poder e alcançar o sonho da riqueza. Todo o território se fundia assim numa imagem ampliada das míticas "ilhas do tesouro", onde cabiam o deslumbramento e a avidez com que

[17] Idem.

muitos dos homens se deslocaram para as colónias, e especialmente para o Mato Grosso. Esperavam daquela terra, que supunham estar-lhes garantida por direito, todas as riquezas, e nela projectavam reinos inteiros de ouro e diamantes.

A realidade não terá sido assim, mas o sonho infiltrava-se no imaginário, e por muitos séculos ainda se vislumbrou a miragem do ouro e dos diamantes no Mato Grosso. No entanto, e para além do mito, o território era realmente rico em minérios, embora não tanto quanto se supunha. E apesar da ocorrência de períodos em que se procurou, deliberadamente, por razões políticas, esconder a existência dos veios auríferos ou diamantíferos, o sonho permaneceu.

Uma das primeiras descrições oficiais da descoberta das minas de Cuiabá dizia que eram"*fecundissimas de ouro segundo o que todos affirmão e se experimenta*"[18]. As próprias armas da vila de Cuiabá são um eloquente exemplo da relação simbólica que envolve a paisagem do Mato Grosso e as expectativas que sobre ela se projectava. A nova vila se fazia representar por "*hum escudo dentro com campos verdes e hum morro ou monte no meyo tudo salpicado com folhetas e granitos de ouro e por timbre em sima do escudo hua Feniz* [19]. Ali estavam todos os dados do sonho sempre renovado, o ouro que se espalhava pelos campos e montes bendizendo prodigamente a terra e a fénix que simbolizava o "renascimento" que a colonização branca pretendia significar, finalmente potencializando as riquezas da região.

Para além do ouro e dos diamantes, também a natureza e as suas prodigalidades mereciam atenção. O volume e a dimensão atingidos pelos rios, a quantidade e a diversidade das espécies vegetais e animais, ou a grandeza dos espaços, eram retratados em imagens paradisíacas. Num folheto que circulava em Lisboa, em meados do século XVIII, o Mato Grosso era assim descrito: "*Os Rios de todo este continente são grandes, e cheos de muitos bichos, e a terra tambem delles he assaz abundante; causa porque os que viemos costumados do Reyno a não ver mais que os caens, e gatos de Lisboa nos sobresaltamos quando vemos cobra de quatro, cinco varas de comprido, tão grossa como a cintura de qualquer de nós. (...) Ha mais outras qualidades de bichos, e as aves são em grande numero muita diversidade, humas alegrando com a melodia, outras com a vista de suas penas, de tal forma, que*

---

[18] AHU Mato Grosso caixa 1 doc 3 – 3 de Fevereiro de 1727. Carta do Ouvidor Geral António Alvarez Lanhas Peixoto datada de 3 de Fevereiro de 1727 narrando a viagem e a fundação da vila de Cuiabá feita em 1 de Janeiro de 1727, com o governador D. Rodrigo César de Menezes. Ver Anexo Documental **Doc. I.**

[19] Idem.

a primeira reprezentação desta terra he boa, e parece não haver mais que dezejar (...)"[20].

Porém, havia um outro lado deste paraíso, que as agruras do clima e as dificuldades de toda a ordem logo revelavam. Então os mesmos personagens da natureza, antes seres paradisíacos, transmutavam-se em verdadeiros monstros. "*(...) ha em todo o que navegamos muita quantidade de onças, e tigres contra o que pella defenção se vigia de noute, e ha muitos rebates, são infinitas as cobras peçonhentas, e he necessario cautella (...) quantidades de formigas, que picando he intoleravel o ardor, e quazi em todos a multidão de mosquitos que ferem, e he sobre difficultoza impossivel mormente a deffença das referidas sevandijas* (...)"[21].

Vivia-se no Mato Grosso entre estes dois pólos opostos, entre uma visão edénica da natureza e outra detractora das suas virtualidades. Tal quadro não era, neste aspecto, diferente do vivido por todos os colonos no resto do Brasil, e nem sequer era novo. A discussão sobre a essência paradisíaca ou infernal do Novo Mundo e dos seus habitantes nasceu com o seu próprio "descobrimento"[22]. Via-se naquela terra a idealização do Paraíso Terrestre ou as antípodas infernais e monstruosas, e ambas as visões conviviam nas perplexidades dos mesmos observadores. De certo modo, esta discussão percorreu, em termos simbólicos, toda a formação do Brasil. Evidentemente que variou de tom com o passar dos séculos mas, mesmo quando já se tinham motivos e conhecimentos para rever, em termos realistas, ambas as idealizações da natureza, estas mantiveram-se como a sua base mítica. No século XVIII, quando se deu a efectiva ocupação do território do Mato Grosso, a visão da natureza tinha já perdido parte da força evocativa dos primeiros séculos da colonização. No entanto será este o tempo de um novo deslumbramento pelas suas potencialidades e ainda que já se vislumbre um claro sentido crítico relativamente ao discurso sobre a natureza, é possível identificar a permanência de dúvidas ontológicas sobre a especificidade daquela terra e dos seus seres.

Assim, ilhados no paraíso ou no inferno, os colonos do Mato Grosso deveriam contar com as surpresas e saber lidar com elas. Um texto anónimo,

---

[20] Caetano Paes da Silva - *Relação e Notícia da Gente que nesta Segunda Monção chegou ao sítio do Grão Pará e as terras do Mato Grosso, caminhos que fizeram por aquelas terras com outras muito curiosas e agradaveis de Rios, Fontes, Fructos, que naqueles pais acharam, cópia tudo de uma carta que a esta cidade mandou Isidoro do Couto, escripta por Caetano Paes da Silva.* Lisboa : na Offic. de Bernardo Autor de Oliveira, anno de MDCCLIX (1759).

[21] AHU Mato Grosso caixa 1 doc 3 – 3 de Fevereiro de 1727. Ver Anexo Documental **Doc. I.**

[22] Para uma visão mais aprofundada destas questões veja-se J. S. da Silva Dias - *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do século XVI.* Lisboa : Presença, 1988, pp. 213-255; e para o caso especificamente brasileiro Laura de Melo e Souza - *O Diabo e a Terra de Santa Cruz.* São Paulo : Companhia das Letras, 1987, pp. 21-85.

publicado por volta de 1754 na literatura de cordel e intitulado *Relação e breve notícia de um bicho feroz que apreceo à gente que foi para o Mato Grosso*[23], é um excelente exemplo da relação ambígua que permanecia no imaginário dos colonizadores. Profundamente irónico, e até sarcástico, o autor começa por alertar os leitores para os enganos e logros de que são vítimas os incautos que se deixam iludir pelas "parábolas" apregoadas por alguns "tratantes, ardilosos e astutos" que com títulos apelativos conseguiam vender-lhes histórias com a suposta intenção de "divertir penas, aliviar tristezas, submergir melancolias, e conservar alegrias". Depois deste aviso contra o próprio género literário em que se inscreve, o autor apresenta a sua "parábola", dizendo-se compadecido do leitor, e propondo-se a contar "um sucesso" que deveria faze-lo pensar "*de sorte que deste receberás, nos avizos que te dá, mais avultados lucros, que os grandes danos que aqueles te causaram.*"

Narra então o sucedido com a gente que foi para o Mato Grosso para exercitar a "*ocupação da agricultura*", de modo a transformar aquelas matas estéreis, que apenas "*por incognitas eram infrutiferas*", em "*deliciosos prados, campos férteis, e frescas lezírias*". Sabiam que, ultrapassado o "segredo" em que vivia aquela natureza ela se mostraria finalmente na sua exuberância. Assim, "*Com esta resolução pois, e com o gosto de aos novos íncolas, se atribuir* ***a glória de povoarem um mundo novo, e crearem coma sua assitência nela uma potência das grandes daqueles Estados****, largando já as velas ao vento, rompendo com generoso ânimo as altas serras, e inconstantes montes das cristalinas e impetuosas ondas, alegres, resolutos, e sem temor dirigiram seu curso, e encaminharam a sua jornada para aquela tão apetecida, por nova pátria como depois infausta pelos perigos, que a vista oculta, inevitáveis por isto mesmo, que não podem ser acautelados, pela falta da sua notícia*"[24].

Já na nova terra, depois das dificuldades da travessia, trabalham vendo-se "*já possuidores do que aspiravam e logrando os frutos, e premios, com cujas esperanças alentavam os trabalhos que padeceram*." Até que "*numa manhã de certo dia, em hum Mês no ano próximo passado*" descobrem que, nas entranhas de um rochedo, escondia-se um "monstro" que só pelo ruído atemorizante que fazia parecia que era capaz de dissolver o Universo. "*Daqui observando, intuitivamente, que bicho ou fera seria, o que só de ser ouvido*

[23] O folheto em causa não tem indicação de local, ou de editor. Consta de uma colecção de textos de cordel arquivada em microfilme na secção de reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa. Eram relativamente comuns os textos de literatura de cordel sobre monstros e feras. Ver para tal a antologia organizada por Mário Cesariny de Vasconcelos - *Horta de Literatura de Cordel*, Lisboa : Assírio e Alvim, 1983. Entre os vários exemplos incluídos na antologia (Os Sobreviventes do Dilúvio: Monstros Nacionais, Monstros Estrangeiros) há textos sobre um monstro que apareceu no Chile, e outro no Paraguai.

lhes tinha causado tanto assombro (...) Era pois este animal ou bicho, da proporção e grandezas referidas, sua forma era mais que tudo horrenda, disforme nas suas partes, porque todas eram de diferentes espécies, pelo que participava da natureza de diversos animais, porque tinha a cabeça de elefante, saindo da boca um esporão tão demarcado no comprimento, que fazia com ele separar a união daqueles densos matos, quarenta palmos adiante, tinha como semelhança da de cavalo marinho, que comprida quarenta cavalos a fortaleza dos seus peitos faria inveja ao maior charibidis daqueles circunvizinhos mares, o ventre era de baleia, a ligeireza das pernas, excedia a velocidade da mais ligeira corça, por remate delas vião que tinha unhas semelhantes ao Leão, porem cada uma delas constituira um ceptro de Neptuno, pelo comprimento, com que se estendia, não tinha cauda, tinha porem duas asas de osso, a maneira de fouces, que com elas so posto em campo fazia mais ruina que o Grão Turco com todos os poderes dos seus Estados, por cabelos tinha umas escamas como telas, que mais mostravam ser artifício da natureza para resistir que fabricadas para ornar, fingia diversas cores, porque ao mesmo tempo que lançava raios tão transparentes que fazendo reflexo aos olhos os privava da vista, virando-se logo constituia-se uma tenebrosa noite amortalhada em escuras sombras, que de si demitia, era finalmente terrestre, e ***residente habitador daquelas matas"***[25].

Assustados com tão poderosa fera, os colonos comunicam ao governador o sucedido afirmando que "*na companhia* ***daquele habitador*** *era impossível serem por eles habitadas aquelas terras e que conservando-se ele vivo, se resolviam antes a retirar que a ser segura preza da sua fúria*". Ao que o governador se apressa a organizar, com os próprios colonos, um exército para dar batalha ao inimigo. O resultado seria fatal. O monstro, com seus diversos atributos, a uns comeu, a outros destruiu com as balas das suas próprias armas, que ricocheteavam no seu corpo, e *"Finalmente todos ficaram sendo despojo, e cruento sacrifício daquela cruel parca para testemunha do que cinco ficaram com vida que achando-se sos na companhia (ainda que ocultos) daquele carniceiro estão com toda força enviando gazetas do sucesso, pedindo socorro para o perigo, em que se vem constituidos, lamentando o miserável sucesso, em que se viram* ***naquela ilha"***[26]***.***

O texto termina exortando o leitor a reflectir sobre a situação. "*Agora se a tua agilidade e perspicacia pode descobrir para isto algum remédio,*

---

[24] *Relação e breve noticia de hum bicho feroz que apareceo a gente que foi para o Matto Grosso.* s.l., s.e., s.d.

[25] Idem.

oferece-te que has de ser premiado com larga mão, e porque dos Estados da India dizem, que ha de vir socorro para aquela terra para darem nova batalha aquele soberbo, se acontecer que estes por mais destros , e experimentados na peleja sejão dele vencedor, eu te darei o aviso, para que não seja baldada a tua jornada, porque bem sabes, que sou mais interessado na tua conveniência que na minha utilidade"[27].

Embora irónico, o autor não deixa de ser claro nas suas críticas. Através de um discurso alegórico denuncia uma série de situações que correspondiam à realidade ou ao imaginário dessa realidade. Aponta o dedo para o risco de logro que corriam todos os que se deixavam enganar pelas muitas "parábolas" que eram veiculadas sobre os territórios do Novo Mundo, em especial, as "parábolas" da própria colonização. A "glória" de povoar um mundo novo e de o transformar em uma "grande potência"[28] aparece como o móbil que motiva a travessia dos colonos e justifica o enfrentar das dificuldades. Mas logo se indica que aqueles que partiam para a nova terra já chegavam ali como cobradores de uma promissória, vendo-se como herdeiros de uma promessa de riqueza e poder que era requisitada logo à chegada. Exigiam da terra a imediata resposta aos seus anseios, esperando obter, rapidamente, a riqueza pretendida. A natureza, que na idealização inicial só não era perfeita por não ser conhecida, ao ser conhecida revelava-se como a imagem da própria imperfeição, revelava-se monstruosa.

No "bicho ou fera que aparece às gentes do Mato Grosso" estão retratados muitos dos medos e perigos enfrentados pelos colonos: todos os bichos reunidos num só bicho, a floresta e as forças da natureza, mas também o medo dos homens, dos índios, ou dos inimigos do outro lado da fronteira. A guerra que o governador organiza contra o bicho, ou o reforço que se promete trazer da "ìndia" para o combater, reforçam a alegoria crítica à militarização da conquista e da colonização e o constante estado de violência em que se vivia. Contra este(s) monstro(s) habitador(es) daquelas matas os colonos colocavam-se em franca oposição preferindo antes retornar, ou a não se deixarem enganar pelas promessas, e os que permaneciam isolados naquela "ilha" - antes ilha das venturas e dos tesouros - clamavam agora por socorro.

Muitos destes medos, de certo modo, foram-se exorcizando ao longo do tempo, neutralizados progressivamente por um maior conhecimento do território

---

[26] Idem.

[27] Idem.

e das suas características. No entanto, a colonização do Mato Grosso, tal como a de outras regiões do Brasil, ocorre num frágil equilíbrio entre medo e cobiça, e para ambos os conceitos pesam as referências míticas. Assim, ao longo do processo de conhecimento e tomada de posse do território, há uma mescla de combates reais, ideológicos e virtuais.

Parte preponderante dos combates reais dão-se, de facto, contra as forças da natureza, em especial, na difícil defesa contra as doenças do mato. As febres, as malárias e as várias epidemias grassavam livremente, mostrando-se capazes de dizimar as populações. Por outro lado, os esforços a que a exuberância da terra obrigava os homens não eram poucos. Havia que ultrapassar cachoeiras e quedas d'água, atravessar grandes e densas matas, enfrentar muitos animais, suportar chuvas e enchentes, etc.... Tudo contribuía para uma visão mítica da natureza e para um imaginário épico do processo de desbravamento do território.

Aqui cabe referir ao efectivo nome do "Mato Grosso" que faz justiça, não necessariamente à sua paisagem, mas ao imaginário do desconhecido. Na verdade o nome de "Mato Grosso" relaciona-se com o facto daquela região ter sido a "última" área alcançada pela colonização, era o mato, grosso, denso, onde com dificuldade se penetrou. Sob certos aspectos, essa característica ainda pesou por longo tempo sobre aquele território que se manteve circundado por zonas muito pouco exploradas no seu interior, em especial as regiões do alto Xingu e dos rios Arinos e Juruena, ou de muitos dos afluentes do Madeira[29]. À volta dos núcleos de colonização permanecia o "mato grosso", cheio de perigos e de trabalhos.

Os relatos sobre as fadigas enfrentadas para desbravar o território e para vencer as dificuldades da lida com a natureza são recorrentes na documentação coeva. *"Ultimamente não tem medida, nem (...) o trabalho a necessidade o perigo, e a mizeria; porque se passão cachoeiras sem nº assi rio assima, como agoa abaixo com muito trabalho e perigo, que são correntes impetuozas dos rios por entre pedras, e baixios por sima dellas, no que a*

---

[28] Note-se que, também ironicamente, o texto diz "uma potência das grandes daqueles estados" o que deixa a dúvida sobre para quem ela deveria ser grande. Para o rei - dono dos Estados? Ou para os colonos, que a cultivariam?

[29] Um dos afluentes do Madeira foi por largo tempo identificado como "rio sem nome" ou "rio da dúvida" e só foi finalmente explorado e conhecido nos primeiros anos deste século numa expedição da qual fazia parte o presidente dos EUA Teodore Roosevelt, que deu nome ao rio. Esta viagem passou à história como a "Expedição Roosevelt-Rondon". Realizou-se entre 1912 e 1914 contando com a presença do Marechal Cândido Rondon, que teve um papel preponderante na nova exploração e desbravamento do Mato Grosso no século XX, em especial no contacto com tribos indígenas que até então tinham permanecido isoladas.

qualquer toque de canoas, ou se afundem perdendosse tudo, afogandosse gente, ou alagão enchendosse de agoa perdendosse as fazendas (...)"[30].

Mas a presença mais constante, e o maior "medo" normalmente nomeado pelos colonos do Mato Grosso eram os índios. A diversidade de tribos que habitavam a região era identificada pelos colonizadores como uma listagem de perigos. "*Intrando pelas grandes bahias que acompanhão as margens deste grande rio forão achando tantas nações de gentes que não cabem nos arquivos da memória e só me lembrão as seguintes: Caroyas, Taquasentes, Xixibes, Xanites, Porrudos, Xacorores, Aragoares, Coxipones, Pocuris, Araponenes, Mocos, Goatos, Araviras, Buripocones, Arapares, Hytapores, Iaymes, Aycurus, Bororos, Payagoas, Xaraes, Penacuicas, e outros"*[31].

Com efeito, aquela região, por variadíssimas razões, concentrava não apenas uma grande população indígena, como era das mais diversificadas em termos étnicos, abrigando tribos de várias origens e de grupos linguísticos distintos. Pelos critérios da geografia, o pantanal matogrossense encontra-se, de certo modo, integrado na paisagem do "grande chaco". Termo originado do quêchua, o "Chaco" identifica uma vasta planície que se estende pelos territórios actuais da Argentina, Paraguai, Bolívia e Brasil[32]. Limitado a Sul pelos pampas, a Oeste pelos Andes, a Norte pela floresta amazónica e a Leste pelo maciço brasileiro, a região, como já se disse, representa o centro do continente americano. No eixo dos grandes percursos continentais recebeu migrações sucessivas de tribos vindas das mais diversas origens[33], transformando-se numa efectiva "encruzilhada de povos"[34].

---

[30] AHU Mato Grosso caixa 1 doc 3 – 3 de Fevereiro de 1727. Carta do Ouvidor Geral António Alvarez Lanhas Peixoto datada de 3 de Fevereiro de 1727. Ver Anexo Documental **Doc. I.**

[31] Joseph Barboza de Sá - *Relação das Povoaçoens do Cuyaba e Mato Grosso de seos principios thé os prezentes tempos.* (1775 ?), Cuiabá : Edições UFMT, 1975, p. 10.

[32] A planície chaquena, formada pelos sedimentos provenientes da erosão das unidades vizinhas, encontra-se cortada pelo rio Paraguai. Trata-se na verdade de um grande plano inclinado que se estende por cerca de 600 quilómetros, com alturas que descendem desde os 350 metros acima do nível do mar, até 50 metros no leito dos rios Paraná-Paraguai. Cf. Ernesto Maeder; Ramon Gutierrez - *Atlas Historico y Urbano del Nordeste Argentino: El medio físico, el poblamiento prehispanico y la época colonial (1500-1810)*. Resistencia : Instituto de Investigaciones Geohistoricas; Conicet; Fundanord, 1994, p. 16.

[33] Acredita-se que a região central do continente americano tenha sido tanto um pólo irradiador de movimentos migratórios - tendo funcionado eventualmente como uma "área de cabeceira", na acepção de Greg Urban, a partir de onde se criaram e difundiram matrizes linguísticas que estão na origem das línguas de vários grupos indígenas, assim como foi também, certamente, um pólo de recepção de muitos grupos, provenientes de outras regiões, que trouxeram novas línguas. Cf. Greg Urban - *A História da Cultura Brasileira segundo as línguas nativas*, in "História dos Índios no Brasil", São Paulo : Companhia das Letras; SNC, Fapesp, 1992, pp. 87-102.

[34] A expressão é de Silvia M. Selanuziger Carvalho - *Chaco: Encruzilhada de povos e "melting pot cultural"*, in "História dos Índios no Brasil", São Paulo : Companhia das Letras; SNC, Fapesp, 1992, pp. 457-474. "*Tanto do ponto de vista cultural quanto económico, o Chaco é uma zona de transição entre a planície da bacia amazónica, a planície argentina e a zona subandina. As culturas confinantes de todas estas regiões se misturam no Chaco, produzindo um novo tipo de civilização.*" (p. 460).

À época da colonização partilhavam os extensos territórios da planície chaquena vários grupos, entre os quais podem contar-se integrantes de pelo menos três grandes famílias linguísticas (guaycuru, tupi-guarani e arawak) a que se devem acrescentar elementos de outras quatro famílias (jê, macro-jê, nanbikwara e mura), residentes já do lado oriental, nas faldas da planície em direcção ao planalto central brasileiro ou à floresta amazónica, para além de ainda outros grupos de línguas isoladas[35]. As tribos mais frequentemente identificadas no Mato Grosso no período colonial eram: os payaguás e os guaycurus, ambos da mesma família mbayá-guaycuru[36], que ocupavam basicamente as áreas do rio Paraguai e dos seus afluentes; os parecis, chanés, chamacoco e guanás, que se distribuíam pela região do Alto Paraguai e pelo rio Guaporé e seus afluentes; os kayapós, guatós e bororós, localizados nas áreas centrais em direcção ao rio Araguaia; os muras e os pamas, na área do Madeira-Mamoré, e outros grupos ainda que viviam nas regiões menos exploradas dos rios Arinos-Juruena e no Alto Xingu[37]. Nos territórios espanhóis, nas regiões da fronteira com o Mato Grosso, a diversidade não era menor. Na área do Paraguai e dos seus afluentes da margem esquerda, habitavam também vários grupos guaycurus. Os guaranis eram maioritários nas missões mais ao Sul, e os itonamas, baures e moxos habitavam nas respectivas missões, mais ao Norte, para além dos chanés, chiriguanos e matacos que viviam nas zonas de transição com os Andes[38].

Dentre todos, os mais presentes na história guerreira do Mato Grosso eram os payaguás e os guaycurus. Há inúmeras referências de ataques payaguás às expedições, assim como das guerras depois movidas contra eles pelos colonizadores. O nome desses índios era indicativo de perigo e de medo, especialmente nos rios, onde atacavam em canoas, dominando efectivamente a maioria dos combates que estabeleciam. Talvez a mais significativa batalha travada com os payaguás tenha sido o ataque à monção de 1730, em que morreu o ouvidor António Álvares Lanhas Peixoto. O relato é elucidativo da eficiência dos índios: *"Navegando as ágoas do rio Paraguai sahiolhes de hum sangradouro huma turba de Payagoas com urro tão extrondozo que atemorizou os animos de alguns e aoutros incitou o vallor pelleijaram*

---

35 Cf. Greg Urban - *op. cit.*

36 A família indica aqui a matriz linguística. Existiam várias tribos guaycurus, com chefes e estruturas distintas que se distribuíam pelo território. Assim, os nomes das hostes identificadas pelos colonizadores são muitos. Entre os guaycurus contam-se, entre outros, os kadiveu, utadeu e payagua, localizados nas regiões mais a oriente do rio Paraguai e os pilaga, toba, mokovi e abipon a ocidente. Cf. Silvia Selanuziger Carvalho - *op. cit.* e *Mapa Etno Histórico de Curt Nimuendaju*, Rio de Janeiro : IBGE, 1987.

37 Cf. Silvia M. Selanuziger Carvalho - *op. cit.*

38 Cf. Silvia M. Selanuziger Carvalho - *op. cit.*

fortissimamente de parte a parte foy tanto o sangue derramado que tornou as agoas christallinas anacaradas (...) Continha a frota do gentio oitenta e tres canoas com melhor de trezentos lugares peleijarão das nove horas da manham thé as duas da tarde em que acabarão quatrocentos christaons entre brancos pretos e indios e dos inimigos sincoenta escapando dos nossos doze pessoas que por terra se acoutarão a hum capão de mato"[39].

Os guaycurus, ou índios cavaleiros, por seu lado, senhoreavam os campos. Atacavam em cavalos, de que eram criadores, desde a sua introdução na América pelos espanhóis. Avessos às actividades sedentárias, pouco produziam em termos de agricultura, vivendo da caça, da pesca e do saque às roças. Eram guerreiros muito organizados que, como os payaguás, mantinham técnicas de ataques de surpresa e quase sempre eram vencedores nos confrontos, ainda quando estavam em menor número. Os payaguás e os guaycurus integravam o mesmo grupo linguístico e eram, na maior parte dos casos, aliados entre si, o que contribuía para a definição de um estado de guerra permanente, em relação aos portugueses e aos espanhóis, que sofriam investidas de ambas as tribos.

Uma guerra em que todos partilhavam medos recíprocos, mas que, como na maioria das guerras, também se faziam alianças temporárias. Nesse sentido, o papel dos índios no Mato Grosso é deveras significativo, tendo funcionado, várias vezes, como "pivots" da guerra virtual entre portugueses e espanhóis, como aliados eventuais de uns ou de outros, e a ambos infligindo ataques[40].

No entanto, o papel das populações indígenas da região transcende o mero estatuto de inimigo de ambos os colonizadores. Na verdade, eram os alvos privilegiados das suas políticas de controle do território pois, quer Portugal quer Espanha, ambicionavam a submissão das diferentes tribos às suas respectivas esferas de influência, bem como a sua vinculação às regiões que reivindicavam para si, as quais de resto, estavam a subtrair aos próprios índios.

---

[39] Joseph Barboza de Sá - *Relação das Povoaçoens do Cuyaba e Mato Grosso de seos principios thé os prezentes tempos*. (1775), Cuiabá : Edições UFMT, 1975, p. 28. Depois deste incidente organizou-se uma bandeira para revidar o ataque dos índios chefiada pelo coronel Thomé Ferreira de Morais Sarmento, cujo relato, pela ironia, é também significativo. "*Chamarão a esta expedição a bandeira dos emboabas por não querer o cabo levar paisanos consigo abusando do seo valor e uzo militar paressendolhe que nelle se inteirava todo o valor e saber que para o cazo se requeria conforme o uzo militar da India que havia exercitado e de que muito se presava contando muitas fasanhas que la havia feito não se lhe nega o ser homem para muito mas a sua prezumpção o deslustrou e fez servir de galhofa ao povo pello arrojo e exvanecimento com que partio e froxidam com que voltou*". De algum modo podemos notar semelhanças entre este relato de cunho "histórico" e o outro da literatura de cordel, também aqui só escapou "ao monstro" quem conseguiu fugir e esconder-se e um comandante experimentado na India pretendia acabar com ele e não foi capaz.

[40] David Davidson nota que mesmo nas disputas "comerciais" tanto os portugueses como os espanhóis também utilizavam os índios, embora estivessem ambos intimidados pelos seus ataques. Cf. David Davidson - *How the Brasilian West was won: Freelance & State on the Mato Grosso Frontier, 1737-1752.* In "Colonial Roots of Modern Brazil", Berkeley, Los Angeles, London : University of California Press, 1973, p. 84.

Neste contexto, é importante ressaltar que embora seja impossível, neste trabalho, clarificar em termos historiográficos os dados omissos da história do Mato Grosso em relação aos índios, é inquestionável a complexidade do seu papel na formação da região, não tendo sido, em todos os casos, nem um papel simplesmente passivo (inclusive no sentido da própria guerra), nem meramente receptivo. Para os índios, como para os colonos, o Mato Grosso era um incontornável espaço de fronteiras e de confrontos, como adiante se verá.

1.2. O Mato Grosso na Política Territorial Portuguesa: A "chave" e o Tratado de Madrid

Não será novidade indicar os antecedentes e as circunstâncias da realização do Tratado de Madrid, ou sequer esclarecer os fundamentos e as argumentações utilizadas pelos portugueses nas negociações. Estas, e outras questões, foram já magistralmente tratadas por Jaime Cortesão nos seus vários trabalhos e, em especial, nos volumes sobre *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*[41]. Procurando evitar o risco de repetir o que já está esclarecido, julga-se, no entanto, necessário apontar resumidamente as razões levantadas por Jaime Cortesão, ressaltando algumas das questões que parecem mais significativas tanto para a definição do papel do Mato Grosso na política territorial portuguesa em relação ao Brasil, assim como para a identificação de uma imagem do próprio território do Mato Grosso enquanto espaço em si.

Da leitura dos trabalhos de Cortesão, para além da demonstração do génio diplomático de Alexandre de Gusmão, fica evidenciada na América portuguesa uma política de cunho expansionista relativamente ao Tratado de Tordesilhas, baseada num "*vasto plano de exploração nas regiões de* ***soberania não definida****, elaborado e ordenado em Lisboa, em 1739, pelo menos*"[42]. Cortesão é o primeiro a apontar, a partir do mito da ilha-Brasil e da procura de uma ideia de espaço coeso e unificado na América, a própria antecedência "in virtu" desse plano expansionista. Do mesmo modo também deixa clara a sucessão das acções de penetração e conhecimento do território que permitiram a gradual conversão do mito em realidade, alcançando balizas naturais para o ideal unificador que sustentava o discurso da posse do território. Para tal, cita tanto as bandeiras do Norte e do Sul, como as míticas viagens em busca da grande lagoa ou do eldorado, realizadas desde os séculos XVI e XVII,

---

[41] Ver, entre outros títulos de Jaime Cortesão - *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, 4 vols., Lisboa : Livros Horizonte, 1984 e *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*, Rio de Janeiro : Ministério de Educação e Cultura, 1958.

[42] Jaime Cortesão - *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid - III*. Lisboa : Livros Horizonte, 1984, p.667.

assim como as efectivas viagens de levantamento do território executadas pelos padres matemáticos, ou por La Condamine, já no século XVIII.

Quanto à negociação com a Espanha está mais do que glosada a lógica utilizada por Portugal na defesa do *uti possidetis* argumentando que ambas as coroas tinham negligenciado as condições inseridas no Tratado de Tordesilhas - a Espanha em relação às Filipinas e Portugal no que dizia respeito à América do Sul. Assim como também fica demonstrado o papel crucial da Colónia do Sacramento como fiel da balança nas negociações, e a troca tácita daquele porto fortificado - que representava, a par com Buenos Aires, o controle do escoamento da prata andina - pelos territórios requisitados pelos portugueses que avançavam para além da linha de Tordesilhas, quer para Sul, quer para Oeste. A complicada questão das missões jesuíticas na região do rio Uruguai e os interesses ingleses no comércio platino acresciam as dificuldades das negociações estabelecendo-se toda a região do rio da Prata como a área mais cobiçada por ambas as nações e a região onde se desenrolaram situações concretas de conflito armado, antes e depois da efectivação do Tratado.

Sobre esse tema lembra-nos Silva Dias que para Pombal a questão com a Inglaterra não era vista como matéria contenciosa ou de diferendos conjunturais, mas como matéria de fundo e que, no conjunto das dificuldades de renegociação dos tratados com aquele país surgia também a falta de alternativas possíveis no quadro internacional. Na óptica do ministro de D. José, uma diversificação de alianças ou mudança de rumos, nomeadamente com a França, ao invés de facilitar, eventualmente complicaria a questão, posto que exigiria o controle de duas situações multiplicando a cobiça e não a aliança efectiva, o que para o caso do Brasil seria ainda mais grave, tornando deveras preocupante o interesse inglês na região do rio da Prata[43].

De todo o processo do Tratado de Madrid apercebe-se que a região platina é o espaço objecto de efectiva disputa territorial e o campo de batalha das lutas fronteiriças enquanto que o Mato Grosso e a Amazónia, surgem, de certo modo, como espaços "ganhos" nas negociações - salvaguardando, obviamente, o trabalho anterior de penetração e de desbravamento. No entanto, o Mato Grosso é a região identificada como a "chave", ou o "fecho" do Brasil, numa expressão várias vezes repetida, tanto pelos políticos e técnicos

---

[43] *"As ideias de povoamento e ocupação territorial, bem como de eliminação do contrabando* □inglês□*e a de precaução contra o estabelecimento destes nas imediações do Rio da Prata, eram correlatas de outras: a salvaguarda da integridade física da terra brasílica, a constituição de um grande mercado comprador para as produções de Portugal na Europa, e o exclusivo português da comercialização dos géneros exportados pela nossa América".* Cf. J.S. da Silva Dias - *Pombalismo e Projecto Político.* Lisboa : Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1984, p. 116.

envolvidos nas negociações e nas demarcações como, ainda antes disso, pelos desbravadores da região[44].

Relativamente ao Mato Grosso o conceito de "chave do Brasil" aparecia já no século XVII, quando o Pe. Simão Estácio de Vasconcelos diz que os rios Amazonas e Paraguai são "*duas chaves de prata que fecham a terra do Brasil*" ou "*dois gigantes que a defendem e a demarcam entre nós e Castela*"[45]. Do mesmo modo, como já se viu, toda a especulação e representação cartográfica à volta do grande lago do Mato Grosso identificava a região como o centro simbólico do continente, como o "fecho" de ligação natural entre as duas bacias e como limite da ilha continental do Brasil. Rolim de Moura, em carta ao Rei D. José em que lhe dava conta da fundação de Vila Bela, escrevia claramente que: "*Pareceme que V. Mag.de não mandou formar esta Vª ao comodo, e satisfação dos moradores do Matogrosso, nem elles tal Vª pedião, nem querião. O motivo que V. Mag.de. toma para esta determinação he a vezinhança que este destricto tem com as terras de Espanha,* ***por cuja cauza lhe chama V. Magestade Chave e o Propugmanto*** *(sic)* ***do Sertão do Brazil*** *pella parte do Peru, e assim o sitio desta Vª devia especialmente corresponder a este fim, ainda que dahi resultasse algum incomodo aos moradores (...)*"[46].

O Mato Grosso é pois, nas palavras do próprio rei, a chave do "sertão" do Brasil. Tal expressão é significativa na medida em que esclarece que o que se discutia no contexto do Tratado de Madrid era, sob vários aspectos, a concretude da noção de território que os portugueses reivindicavam para si na América. As chaves que ali estavam em causa eram tanto a chave negocial representada pela Colónia do Sacramento, como a verdadeira chave do território que era a sua continuidade geográfica. O Mato Grosso era assim entendido como o espaço simbólico da coesão do Brasil, na medida em que representava a união entre o Norte e o Sul, era a "chave" que formava a "ilha" que delimitava o circuito da soberania territorial. Mas se tal concepção existia antes da negociação do tratado, e eventualmente antes mesmo da própria ocupação da área, caberá questionarmos até quando remonta,

---

[44] Fernanda Bicalho refere que outra região comumente identificada como "chave" ou "porta" do Brasil (sobretudo no período pombalino) é a cidade do Rio de Janeiro: chave ou porta para os tesouros das Minas que a partir dali eram alcançados e escoados. Cf. Fernanda Bicalho -*A Cidade e o Império: O Rio de Janeiro na Dinâmica Colonial Portuguesa. Séculos XVII e XVIII*, tese de doutoramento em História Social, USP, 1997(inédito).

[45] Pe. Simão de Vasconcelos - *Livro Primeiro das Notícias Antecedentes, curiosas e necessárias das coisas do Brasil.* Introdução à *Crónica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil,* § 27, in Jaime Cortesão - *op. cit.* , p. 641.

[46] AHU Mato Grosso caixa 8 doc 31 - pasta 30 de Junho de 1756. Carta de D. António Rolim de Moura ao Rei datada de 2 de Abril de 1757, sobre a fundação de Vila Bela.

retrospectivamente, a premeditação da **ideia do território** português na América do Sul.

Para além das referências míticas, as acções concretas de exploração e expansão territorial por parte dos portugueses na América para áreas além das previstas no Tratado de Tordesilhas, poderiam remontar, quando muito, aos finais do século XVI, em pleno período de união das coras, portanto. A fundação de Salvador, em 1549, com a criação do Governo Geral, é um marco incontestável na viragem da política portuguesa relativamente ao Brasil. No entanto, em 1580, a colonização empreendida ao Norte da Bahia chegava até pouco adiante de Itamaracá, mantendo-se quase sempre no litoral, e no Sul, apenas São Paulo poderia representar uma efectiva interiorização. Só nas últimas décadas de Quinhentos e primeiras de Seiscentos é que se assiste ao movimento de conquista e ocupação do Norte, com a fundação sucessiva de Filipeia (1589), São Luís (1612) e Belém (1616), originando a partir dai tanto a expansão pelos territórios nordestinos como a entrada sistemática e a ocupação contínua do vale do Amazonas.

Na Amazónia, o século XVII registou, ainda na sua primeira metade, algumas das mais significativas entradas no território, entre elas a expedição de Pedro Teixeira[47], a que breve retornaremos. O pólo interior de São Paulo foi o ponto de partida de várias incursões ainda mais para Sul e para Oeste dentro do continente que, desde o século XVI até as primeiras décadas do século XVIII, paulatinamente, descortinaram as verdadeiras dimensões dos territórios que se entrepunham entre os pólos já ocupados pelos portugueses no litoral atlântico e os ocupados pelos espanhóis no planalto andino. Todo este movimento no espaço foi, de certo modo, "facilitado"[48] pela circunstância da união das Coroas, embora se mantivessem as condições de independência entre as iniciativas das duas nações.

Na região platina a instalação definitiva de Buenos Aires deu-se, coincidentemente com a união das Coroas, em 1580[49]. Mas no vale dos rios Paraná-Paraguai existiam já o forte de Assunção (1537), nas margens do próprio rio Paraguai, e Ciudad Real (1557), esta na confluência dos rios Paraná e Pequeri.

---

[47] Partindo de Belém, em 1737, Pedro Teixeira chega até Quito. A sua expedição percorreu e identificou o rio Amazonas até a confluência do Napo, onde estabeleceu um marco em nome da coroa portuguesa. Ver nota 57 deste capítulo.

[48] Em termos jurídicos continuava a ser proibida a passagem entre os territórios castelhanos e portugueses, e os portugueses eram considerados estrangeiros nas províncias de Castela. No entanto, na prática as proibições não se davam e, ao contrário, proliferavam as viagens, as relações comerciais e a instalação de colónias de comerciantes portugueses em várias cidades da América espanhola, de que Buenos Aires foi um dos maiores exemplos.

[49] A primeira fundação de Buenos Aires deu-se em 1536. A cidade viria no entanto a ser despovoada e apenas a partir de 1580, com uma segunda fundação, inicia-se a sua verdadeira ocupação.

No interior do actual altiplano boliviano a famosa Potosi fundara-se em 1545 e, nas nascentes do Mamoré, La Antigua ou Santa Cruz de la Sierra surgiu em 1561(ou 63)[50]. As incursões que partiam do Brasil para o interior do continente - e era esse o sentido preponderante das movimentações - faziam-se, se não visando efectivamente o alcance dos pólos castelhanos já existentes (ou das suas eventuais riquezas) ao menos tendo-os como referência de um limite já alcançado pela penetração contrária[51].

Pode dizer-se que Portugal, ou os colonos portugueses do Brasil, assistiram ao efectivo descortinar do continente, no sentido do conhecimento concreto da massa continental, basicamente durante os anos da União Ibérica. Esse conhecimento foi, naturalmente, gradual, na medida em que só progressivamente foi-se desvendando o território através das sucessivas explorações e viagens ao interior. Assim cabe voltar a perguntar quando se terá criado a ideia do território coeso e uno que a ilha-Brasil pressupõe: desde o momento em que se começou a buscá-lo, ou quando se alcançou a sua dimensão total?

Não será fácil responder a esta questão. A historiografia brasileira, e em parte também a portuguesa, tem tendido, por motivos explicáveis em ambos os casos, a identificar o Brasil como uma "entidade" com existência concreta praticamente desde o seu próprio "descobrimento"[52]. Nesta "entidade-Brasil[53]" está implícita a noção de um território que, naturalmente, se confunde com o território efectivo do Brasil actual. Não se trata, como é óbvio, de uma situação de desconhecimento generalizado das sucessivas fases de apropriação e ocupação do espaço, mas sim de uma projecção, também explicável, de um referencial da nacionalidade. O que é interessante notar neste sentido é que ao conceito de "**Brasil**" está indissociavelmente vinculado, ainda que de maneira simbólica, o conceito do "**território do Brasil**", mesmo **antes de ambos terem uma existência concreta**.

---

[50] Cf. Catalina Romero Romero - *Fundaciones españolas en America: Una sucesión cronologica*, in "La Ciudad Hispanoamericana. El Sueño de un Orden". Madrid : CEHOPU, 1989, pp. 275-293.

[51] Ver nota 7 deste capítulo, sobre a ideia do Brasil e Peru como "um só".

[52] No caso da historiografia brasileira tal facto, que tem sido revisto nos últimos anos, funda-se nos primórdios da construção do discurso histórico sobre o Brasil desenvolvido, especialmente, a partir da independência, que, na maioria dos casos, dá início a "história do Brasil" no momento do descoberta. Para uma síntese sobre a história da historiografia do Brasil Colonial veja-se Maria Beatriz Nizza da Silva - *Guia de História do Brasil Colonial*, Porto : Universidade Portucalense, 1992, pp. 21-55; e Charles Boxer - *Some Reflections on the Historiography of Colonial Brazil, 1950-1970*, in "Colonial Roots of Modern Brazil- Papers of the Newberry Library Conference", Berkeley, Los Angeles, London : University of Califórnia Press, 1973, pp. 3-18.

[53] Embora seja do conhecimento geral a situação da divisão existente entre o que era designado por "Estado do Brasil" e o "Estado do Maranhão e Grão Pará", que teve administração independente entre 1621 e 1772.

De certo modo poderíamos dizer que o verdadeiro "descobrimento" do Brasil resultou do conhecimento e da reivindicação que se fez do seu território, que no entanto já existia, antes de ser descoberto. Ou seja, o espaço que corresponde ao conceito do território, e que o define, surgiu, na sua dimensão física, depois do próprio conceito.

O primeiro elemento que conforma a ideia do território do Brasil é a definição dada, a priori, do seu limite, estabelecido pela linha de Tordesilhas, que existe antes mesmo da descoberta do próprio Brasil. A terra que é "encontrada" surge assim num espaço detentor de existência virtual anterior ao seu descobrimento. Um espaço demarcado sobre o vazio da ignorância do próprio espaço, e a que só a descoberta da terra dará existência concreta. Um espaço que se constitui como um lugar "atópico" e "utópico" que é o lugar do desejo do encontro própria da terra.

Num primeiro momento o território, ou a ideia de território, que então se estabelece, também usufrui desta condição utópica e atópica. É um espaço, sem uma definição física precisa, de que apenas se (re)conhece a existência - já antes desejada - e se intui um limite. O limite - que, aparentemente, é o mais consistente dos dados da definição daquele espaço - também não chega a ser um elemento concreto. É uma linha, traçada sobre o nada, que tem como parâmetro uma distância da qual apenas se identifica o ponto de partida da medição e não o ponto de alcance[54]. No fundo, mais do que uma linha, ou mesmo mais do que um limite, o meridiano estabelecido por Tordesilhas é o resultado de um acordo e o seu entendimento implica a inevitável relatividade de todos os acordos.

Em 1514, relata-se o caso de uma nau portuguesa que tendo sido apresada em Santo Domingo e os seus tripulantes submetidos a interrogatório estes disseram que era prática corrente entre os pilotos portugueses considerar o Equador como divisória dos territórios de Portugal e Espanha na América, ficando a Norte as possessões espanholas e a Sul as portuguesas[55]. Embora marcado por um certo pragmatismo, pois do ponto de vista da navegação no Atlântico as conquistas espanholas estavam de facto a Norte, e as portuguesas

---

[54] Nunca se chegou a determinar concretamente a localização da linha tanto por imprecisões do próprio Tratado de Tordesilhas, que não estabelecia que tipo de légua deveria ser utilizado, nem de que ponto se deveria começar a medir a distância no arquipélago de Cabo Verde, como por outras circunstâncias relativas às condições tecnológicas disponíveis que não permitiam determinar com precisão o meridiano em causa dado que não havia conhecimento de um método seguro de medição das longitudes. Há assim discrepâncias consideráveis entre as várias cartas que identificam a localização da linha.

[55] Carta de Estêvão de Fróis a D. Manuel I (Santo Domingo, 30 de Julho de 1514), pub. in *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, dir. Carlos Malheiro Dias, vol. I, Porto, 1921, p. XLVI , citada por Jorge Couto - *As Tentativas Portuguesas de Colonização do Maranhão e o Projecto da França Equinocial*, in "A União Ibérica e o Mundo Atlântico", Lisboa : Ed. Colibri, 1997, p. 172.

a Sul, este episódio é significativo de uma visão que privilegia a ideia da divisão sobre a ideia do espaço em si. Quer fosse o Equador ou o meridiano de Tordesilhas, o que se queria ali referir ao evocar a divisória era à partilha e não apenas ao território partilhado.

Neste sentido, a linha de Tordesilhas que estabelece a primeira definição do território do Brasil não é exactamente o limite deste território, sendo antes o traço da sua origem. É relativamente à linha divisória que se definem os territórios na América, é a partir dela, e até ela, que se reivindicam as soberanias respectivas. Assim, a linha está, não no limite, mas, simbolicamente, no centro dos territórios por ela criados. Por isso mesmo, estes territórios situam-se num espaço que é, inevitavelmente, um potencial palco de disputa, no qual a mesma linha que estabelece a sua origem é também a baliza das suas constituições. Surgidos no âmbito de um acordo, e assim entendidos e apropriados pelas duas coroas ibéricas, os territórios coloniais dos portugueses e espanhóis na América mantêm, em vários aspectos, uma identidade eminentemente relacional e até complementar em alguns casos.

Para a constituição do Brasil, ou para a **ideia do território** português que vimos buscando, tal facto é importantíssimo, pois a imagem deste mesmo território cria-se a partir de uma situação de confronto e a sua identificação faz-se sobre a imagem do oponente. Assim, para a formação da identidade territorial importava tanto o que ele era, como o que ele não podia ser, ou seja, seria território português o que não fosse espanhol, e ao contrário também.

Neste sentido o tempo de união das coroas é, a vários níveis, um período determinante para a constituição da imagem do território. É a altura em que se dá o desbravamento do interior, permitindo o descortinar das suas verdadeiras dimensões, como antes vimos, assim como é a ocasião em que se procura eliminar todas as tentativas de ocupação do território por outras nações, como foi o caso dos franceses no Maranhão e dos Holandeses, primeiro na Bahia e depois em Pernambuco[56]. Mas este é também o tempo, em que, no auge da dubiedade entre o que o podia, ou não podia, ser o território português na América, este se afirmou pela pressão máxima, estendendo a possibilidade ao extremo, admitindo como seu tudo o que não tinha sido reivindicado pelo parceiro / oponente.

Pedro Teixeira, ao alcançar as "bocainas do Rio do Ouro", nos limites do território de Quito afirma que "*(...) tomou posse pela Coroa de Portugal, do dito sitio e mais terras, rios, navegações e comercios, tomando terra nas*

mãos, lançando-as ao ar e dizendo em altas vozes: - Que tomava posse destas terras e do sitio em nome de el Rey Filipe IV nosso Senhor, pela Coroa de Portugal. Se havia quem a dita posse contradissesse ou tivesse embargos que lhe por, ahi estava o escrivão da Jornada e descobrimento que lhos receberia; porquanto ali vinham religiosos da Companhia de Jesus por ordem da Real Audiencia de Quito, e porque eram terras remotas e povoadas de muytos índios, ***não houve por elles e nem por outrem quem lhe contradissesse a dita posse****: pelo que eu escrivão tomei a terra nas mãos e dei mão do capitão e em nome de el Rey Felippe IV nosso Senhor, o houve por metido e investido na dita posse,* ***pela Coroa de Portugal****, do sitio, terras, navegações e comercios referidos (...)"*[57].

Não havendo quem contradissesse, tomava-se posse do território, ou pelo menos projectava-se a ideia da posse do território. Aqui é significativo notar que a despeito dos índios serem referidos como habitantes do local, não são eles os possíveis oponentes à tomada de posse, mas sim os religiosos da Companhia de Jesus. A posse pretendida é reivindicada em primeira instância não perante o indígena, que de facto ocupa o terra, mas em oposição a outros eventuais colonizadores. Investe-se na conquista do território estabelecendo antes a representação do domínio, que o domínio em si e, ao ficar definido o seu contorno diante do(s) oponente(s) colonizador(es) este é dado como conquistado, mesmo que de facto não o tenha sido aos seus reais possuidores, os índios[58].

Neste contexto o território que Portugal reivindicava na América tem ainda mais importância quando este vem a ser, de certo modo, parte do aval da sua independência diante de Castela, após a Restauração[59]. O território do Brasil constrói-se, simbólica e concretamente, tendo por base um confronto, em que se opõem duas nações que, sistematicamente, excluem outros oponentes para decidir um domínio já pré-estabelecido. Reverso especular do confronto

---

[56] Embora, como é sabido, a ocupação holandesa de Pernambuco tenha durado ainda até 1660, a resistência começou bastante antes e logo após a Restauração os conflitos estouraram.

[57] Auto de Posse da expedição de Pedro Teixeira, transcrito in Augusto Meira Filho - *Evolução Histórica de Belém do Grão Pará*. Vol. I. Belém : Grafisa, 1976, p. 260. Ver nota 47.

[58] Este tema já foi desenvolvido na nossa dissertação de mestrado *As Cidades da Amazónia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*. Porto : FAUP, 1998, p. 91. Ali tornava-se ainda mais significativo por estar implícita na ideia de posse do território a posse dos próprios índios que eram utilizados como escravos pelos colonos, transformado de tal modo a situação que a verdadeira disputa de poder na Amazónia deslocava-se do domínio das terras para o domínio das gentes.

[59] No dizer de Juan Gil, que compara a situação de Portugal à da Catalunha que em 1640 também se separou da coroa de Filipe IV, para depois voltar a unir-se, "*Portugal escapó a este destino y si el Océano le puso limites, também le concedió un imperio - salvaguarda de su independencia - y le permitió, llegado el caso, mayor liberdade de eleccion*". Cf. Juan Gil - *Balance de la Union Iberica. Exitos y Fracasos*, in "A União Ibérica e o Mundo Atlântico", Lisboa : Edições Colibri, 1997, p.380.

histórico da Península Ibérica, na América, voltam a estar confinantes os territórios português e espanhol.

Com efeito, duas grandes noções sustentam a ideia do território português que então se forma na América. Por um lado, a noção do território como o espaço que se interpõe até se encontrar o oponente, permitindo a posse até ao limite oferecido como resistência. Por outro lado, a noção da linha, a linha que já lá estava, desde sempre, que não é precisa, mas que é definidora de um limite até onde se pode ir. Esta linha, levada ao extremo, estabelece um contorno que se fecha e cerca o território criando a ideia da ilha. A estas duas noções deve-se acrescentar ainda a base contratual em que se funda a discussão sobre o território, estabelecendo uma conjuntura em que a representação do domínio pesa tanto quanto o domínio em si.

É, neste aspecto, particularmente ilustrativo recordar toda a polémica gerada à volta do dito "território", adstrito à Colónia do Sacramento[60]. Enquanto os espanhóis pugnavam por que se estabelecesse o limite de um tiro de canhão como a área de soberania portuguesa vinculada à Colónia, estes nunca assim o entenderam, e não permitiram que tal ficasse expressamente escrito nos tratados. Não o permitiram porque o território que queriam, e sabiam que ali estava em causa, não era pontualmente o da praça-forte, mas, no fundo, todo o espaço a que a conquista dessa praça se referia, depois de conectada à **rede** a que pertencia.

A argumentação de Alexandre de Gusmão era clara: se todos os tratados anteriores e vigentes proibiam o comércio entre as diferentes áreas das duas nações a sobrevivência da Colónia do Sacramento dependia das suas conexões com os outros pólos portugueses. Logo, a ser esta portuguesa também o era o "caminho" (o território) que a ligava às outras vilas brasileiras. Alegava ainda que o próprio sentido da palavra território jamais poderia ser o "tiro de canhão" que os espanhóis pretendiam pois era, segundo os "*mais acreditados autores (...) uma* ***extensão de terras e de campos*** *onde se exerce jurisdição*"[61].

O que importa salientar neste episódio é que, como também se nota no caso do auto de posse de Pedro Teixeira, interessava, acima de tudo, marcar as balizas da "extensão de terras e de campos" onde se pretendia exercer jurisdição. Estas balizas, situadas no limite do confronto com a outra nação, estabeleceriam o território por oposição e por continuidade, sendo este

---

[60] V. Jaime Cortesão - *op. cit.* pp. 600-610.

[61] Idem, p. 609.

território não apenas o espaço que correspondia às cercanias de cada núcleo, mas o espaço de ligação **entre** os vários núcleos criados.

Assim o território não só é referenciado a partir do seu limite exterior, a partir da linha imaginária que o fez surgir, mas é conceptualmente concebido como um espaço que se define tanto pelo seu **contorno** como pelas suas **interligações**.

Na brilhante definição de Luís Filipe Thomaz a estrutura do "*Estado da India é, essencialmente, uma rede, e não um espaço*". Isto é, um sistema de comunicação entre vários espaços em que se aliou "*um mínimo de territorialidade efectiva a um máximo de âmbito geográfico abarcado*"[62] e onde a actuação do Estado como agente centralizador externo criava um sistema que poderíamos baptizar de **aterritorial**. Neste sistema a prioridade estava não em conquistar um território, mas em viabilizar a rede. "*Na expansão portuguesa no Oriente, embora ao longo do século XVI a territorialidade esteja em lento mas contínuo incremento, mantém-se, em princípio, a subordinação dos espaços à rede*"[63].

Ora podemos considerar que, uma vez mais, a "rede" volta a estar na base da estruturação do território brasileiro, agora já não no sentido aterritorial que tinha no Estado da Índia, mas numa visão **supra-territorial** em que se utiliza a rede como o suporte da noção de poder sobre o espaço, transformando-o em território. De certo modo, a hierarquia também se mantém inalterada, pois a reivindicação primeira dos espaços é para a sua inserção num sistema de comunicações e trocas que ultrapassa, por princípio, a própria noção física de território. Subordina-se antes aos conceitos de soberania e influência, que são exercidos por Portugal enquanto Estado em todos os vastos espaços onde continua a actuar e onde cada novo ponto conquistado, inevitavelmente, se insere. No entanto, já não se poderá dizer mais que se prescindia da terra para manter a estrutura da rede, pelo menos no contexto do Brasil. Poderíamos dizer que se na Índia o território era instrumental para a subsistência da rede, no Brasil a rede será instrumental para a formação do território, como veremos.

Aqui cabe regressarmos ao Tratado de Madrid revendo a essência das suas bases. Uma vez mais o território voltava ali a ser objecto de uma discussão que retomava os termos da partilha inicial de Tordesilhas, para a refazer. É a discussão em si que sustenta, "a priori", a ideia do próprio território estabelecendo-o acima de tudo como um espaço negociado. Sobre esta base,

---

[62] Luís Filipe Thomaz - *De Ceuta a Timor*. Lisboa : Difel, 1994, p. 210.

[63] Idem, p. 215.

essencialmente dialéctica, a terra não é apenas o suporte estrutural da soberania e é, em si, objecto de cobiça, pois é o principal sujeito da divisão. E a divisão "justa" implicava a equivalência das partes divididas.

Assim, a unidade e a coesão que enformavam a ideia do território português na América eram inseparáveis dos seus interesses na medida em que seriam a garantia da partilha do todo continental em condições de paridade, que era o que se pretendia. No entanto, para que esta unidade se concretizasse era necessário conhecer o espaço e "descobrir" onde estava a linha virtual que definia o eixo do continente e consequentemente o limite do território pretendido. Assim, o processo "expansionista" que deu origem ao território do Brasil teve como fundamento a cobiça da terra, como método, a sua aprendizagem e como fim, a sua efectiva partilha.

Neste âmbito, ressurge o Mato Grosso como a "chave" que completa a ideia do território. Para ali convergiam as principais noções da sua definição: era o lugar, por excelência, do estabelecimento da linha, onde esta se dava a ver, era o espaço de ligação entre o Norte e o Sul que garantia a unidade territorial do todo e era o interior do continente progressivamente conquistado aos índios. Embora a Colónia do Sacramento tenha sido a moeda de troca das negociações do Tratado de Madrid, a ocupação do Mato Grosso, e da Amazónia, simbolizaram uma estratégia ainda mais significativa no processo geral da expansão portuguesa, na medida em que representaram a efectiva conquista do território.

Mas o Tratado de Madrid é, por assim dizer, também o grande símbolo da base negocial da constituição do território do Brasil. Embora não se tenha chegado a estabelecer a "linha" prevista no tratado, as determinações nele contidas permaneceram como a base de todo o processo que se lhe seguiu. Anulado pelo Tratado do Pardo, em 1761, e depois renovado nos termos do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, o Tratado de Madrid acabou por se concretizar na prática, sem que nenhuma das demarcações previstas em todos os acordos se completassem como estava estipulado.

Tal situação prolongou no tempo a discussão sobre o território, mantendo em aberto a questão dos limites, que fora sempre a sua principal base. O Mato Grosso, inevitavelmente no cerne desta discussão/criação do território do Brasil, define-se, a vários níveis como a sua principal **fronteira**.

1.3. Um Lugar de Fronteiras

A palavra fronteira designava, "*desde os princípios do reino*", uma "*expedição militar, guerra ou campanha que se fazia no limite, raia ou fronteira de algum reino, ou província beligerante e comarcã, sem mais destino que conter-se na defensiva e impedir que o inimigo se adiantasse fora das suas terras, fazendo nas alheias alguma conquista roubo ou dano*[64]. As expressões primitivamente utilizadas eram portanto "ir em fronteira", ou "morrer na fronteira", significando a presença numa batalha que se realizava para a defesa do território[65], ou a própria área de ocorrência dessas batalhas[66]. É só a partir de meados do século XIII que os termos "fronteira" ou "frontaria" se aproximam do sentido que hoje damos à palavra, designando efectivamente a divisão entre reinos, embora tenham mantido por longo tempo, o seu significado inicial[67].

Quando identificamos o Mato Grosso como um lugar de fronteira estamos, evidentemente, a referir, em termos pragmáticos, à efectiva divisão entre reinos que tem lugar naquela região, ou seja, ao limite entre as possessões portuguesas e castelhanas na América. No entanto, sob certos aspectos, o sentido arcaico do termo também tem lugar , pois para a própria definição do Mato Grosso a "fronteira" foi, mais do que uma circunstância, uma condição do próprio espaço e da sua ocupação.

Se, como diz Luciana Stegagno Picchio, o mar era naturalmente uma "fronteira móvel" para os portugueses e cada terra alcançada se convertia na sua verdadeira e renovada fronteira[68], então o Mato Grosso, enquanto zona

---

[64] Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo - *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal se usaram e que hoje regularmente se ignoram (...)*. Porto : Livraria Civilização Editora, 1993. Vol. II, p. 287.

[65] Para tais campanhas faziam-se convocatórias, a que, via de regra, quem fosse chamado não se podia desobrigar. O direito de não ir nestas expedições era um prerrogativa apenas concedida pelo monarca. Entre os privilégios confirmados por D. Fernando aos que morassem dentro da cerca de Coimbra estava o de não serem obrigados a ir em fronteiras e fossadeiras. Cf. Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo - *op. cit*, p. 287.

[66] Rita Costa Gomes aponta que o termo surge em Portugal, em data anterior a 1263, designando a zona indecisa dos combates entre cristãos e mouros. Segundo a autora "*primitivamente, "fronteira" designava portanto, a frente de luta com os mouros, um significado mais antigo da palavra que se encontra atestado em várias fontes dos séculos XII e XIII.*". Cf. Rita Costa Gomes - *A Construção das Fronteiras*, in "A Memória da Nação", Lisboa : Livraria Sá da Costa Editora, 1991, p. 359.

[67] "*As palavras mais correntes, uma vez que "fronteira" será ainda pouco usada no século XVI, são "termo", "estremo" e "raia". Nos tratados e acordos fronteiriços continuara a utilizar-se, até final do século XV "partição", "partimento", "divisão", "demarcamento", e também "partidas". "Frontaria" e "fronteiro" ocorrem com frequência crescente ao longo do século XIV.*" Cf. Rita Costa Gomes - *op. cit.*, p. 360.

[68] "*Se é verdade que "cada comunidade interpreta a fronteira como um limite entre o âmbito da sua vida quotidiana e o que lhe fica estrangeiro" é claro que a interpretação da fronteira por parte dos portugueses foi influenciada pela sua situação geográfica e a sua história. Apertado entre a Espanha e o Oceano, o país, falho de gente e portanto impossibilitado para uma aventura de mudança na fronteira oriental, foi levado a considerar como fronteira estável o seu limes terrestre e fronteira móvel, conforme a natureza do homem, a do Oceano. O português teve assim que considerar o Oceano o único território onde teria sido possível ampliar os seus confins, modificar a linha da sua avançada. Desta forma, a verdadeira fronteira para eles, senhores do mar, iria coincidir com a linha imaginária em que o mar se acaba e a terra (alheia e*

avançada no interior do continente americano representa, mais do que qualquer outro lugar, a prova do quanto a mobilidade da fronteira aquática foi eficiente na conquista terrestre. E não só, sendo a "fronteira ocidental" do reino, o Mato Grosso simboliza o culminar da desejada "expansão", que o aberto mar ocidental lhe permitiu.

Mas uma fronteira, por princípio, não é um conceito estanque e a noção de fronteira política, entre estados, ou mesmo física, entre espaços ou territórios, é insuficiente para abranger os vários significados possíveis do termo. As fronteiras podem ser virtuais ou reais, podem concretizar-se, ou não, em limites tangíveis. Há fronteiras de ordem cultural, linguística, económica e até psicológica ou afectiva. E para cada possível fronteira correspondem diferentes critérios de comparação[69]. Mesmo para a definição das fronteiras políticas ou territoriais, que, normalmente, se vê como fruto de tratados ou de batalhas ganhas e perdidas, pesam hoje, como pesaram no passado, uma série de factores que não se podem medir em guerras e diplomacias.

O próprio conceito também se modificou ao longo dos tempos. A história económica explica que "*a fronteira não funciona da mesma forma na economia feudal e na economia capitalista. No primeiro caso, é uma zona de trocas comerciais e humanas, com um status político fluido. É a* ***fronteira-zona****, dizem os geógrafos. No segundo caso, se passa à* ***fronteira-linha****, a uma delimitação estrita, em função de exigências estatais mais fortes, de controle policial e fiscal de pessoas residentes ou migrantes, de obrigações militares, de status monetário (...) cada metro quadrado, cada indivíduo é atribuído à soberania de um Estado ou de outro*"[70].

A fronteira que é politicamente discutida no Mato Grosso corresponde, como já notámos, ao conceito de fronteira-linha. De Tordesilhas ao Tratado de Madrid há uma linha virtual que norteia ideologicamente a definição da fronteira na América do Sul, linha esta que significa um empenho de controle político e económico de áreas diferenciadas e delimitadas do território por parte dos dois Estados europeus envolvidos na colonização. No entanto, não seria correcto dizer que esta linha existia, de facto, como uma barreira

---

portanto inimiga) (re)começa". Cf. Luciana Stegagno Picchio – *Mar Aberto Viagens dos Portugueses*. Lisboa : Caminho, 1999, p. 28.

[69] O tema da "fronteira" tem uma vastíssima bibliografia que abarca as várias acepções do conceito e as diferentes apropriações do termo ao longo da história. Embora seja potencialmente aliciante não cabe no âmbito deste trabalho, nem é esse o seu objectivo, discutir a riqueza do tema em si, mas tão somente apresentar as características inerentes ao espaço do Mato Grosso.

[70] Jean Chesnaux - *Du passé faisons table rase? A propos de l'Histoire et des historiens*. Paris: Maspero, 1976, p. 159 citado por Helen Osório - *Apropriação da Terra no Rio Grande de São Pedro e a Formação do Espaço Platino*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1990.

identificável no território antes da demarcação de limites, ou mesmo depois. A fronteira-zona, caracterizada pelo espaço fluído de trocas comerciais e humanas, e pela relativa indefinição da soberania sobre o território faz parte da vivência da região e convive, a vários níveis, com a formação da fronteira-linha, permanecendo inclusive, sob certos aspectos, encapotada por esta.

O primeiro aspecto a considerar nesta dualidade é o próprio tempo. Embora se estabeleça o conceito de fronteira sobre a ideia de um limite preciso, este não se concretiza de imediato. Por um lado, a demarcação em si da linha de fronteira foi uma tarefa prolongada e sucessivamente protelada ao longo do século XVIII tendo sido sempre mais um conceito operacional do que uma realidade concreta. Por outro lado, o tempo anterior à demarcação é também, duplamente, significativo, tanto pela indefinição implícita do período de União das Coroas, como pelo processo de desbravamento do território, a que já referimos.

Neste sentido convém voltar a lembrar que tal processo se realiza a partir de entradas, esporádicas e não contínuas, no território desconhecido, o qual estava aberto a incursões de ambos os lados, repondo a noção de zona intermédia, de terra de ninguém que precisava ainda ser reivindicada[71]. A linha de fronteira só se estabeleceria depois desta zona "vazia" de soberania ser conhecida e, consequentemente, incorporada respectivamente por ambos os Estados.

O segundo aspecto a ter em conta é a complexidade da questão indígena. A fronteira discutida pelos reinos ibéricos ignorava as eventuais fronteiras existentes entre os territórios indígenas, partindo do princípio que os índios eram parte integrante do território e não os seus possuidores. Ainda que no final do século XVIII se vá assistir a negociações de paz com caciques de algumas tribos, em nenhum momento se atribui um claro sentido territorial ao poder dos chefes indígenas. Faz-se, no máximo, uma identificação geográfica da sua área de influência ou de acção militar e, tendo como baliza a divisão negociada com Espanha, nomeiam-se os índios como "portugueses" ou "espanhóis" embora tal "estatuto" fosse, potencialmente, negociável[72].

---

[71] Como indica Hespanha "*o carácter da fronteira concebido como linha, como nós hoje a concebemos, não pertencia ao imaginário medieval do Antigo Regime. O que pertencia a este imaginário era outro tipo de fronteira identificada com o vazio. Fronteira que para os alemães é a floresta, o vale, onde pululam as bruxas, os lobos, os duendes, e não há aí ninguém. De facto, o que existe na fronteira não é uma linha traçada, é um progressivo esbatimento e a certa altura começam-se a notar as marcas do outro centro político vizinho, mas ali há uma zona de ninguém que constitui uma marca, pela negativa, de fronteira, sem que a fronteira corresponda a esta linha precisa*" Cf. António Hespanha, debate, in *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*, Lisboa : De. Colibri, 1997, p. 119.

[72] É recorrente este tipo de identificação dos índios em toda a documentação do Mato Grosso. Fizeram-se várias aldeias com índios migrados das missões jesuíticas espanholas. Mas, o mais significativo exemplo é

Com efeito, a criação do território colonial dá-se pela supressão da terra aos índios, o que tem como corolário, eventualmente, a aniquilação física dos próprios índios. Mas também se dá pela sobreposição da ideia do domínio entre ambos, pois em vários aspectos a apropriação da terra pelos europeus baseia-se no aparato jurídico da propriedade - e não na verdadeira posse. Tal situação é tanto mais evidente quando se mantinha a distinção entre os "índios amigos" - que eram incorporados ao território como um todo - e o "gentio bravio" - que eram os implicitamente detentores de bolsas de poder sobre o território, embora tal facto jamais fosse assumido de forma explícita.

No entanto, concretamente, pouco se pode dizer sobre as fronteiras entre os grupos indígenas que conviviam no Mato Grosso. Provavelmente não se poderá sequer falar da existência de fronteiras, dado que os conceitos que norteavam as divisões entre os territórios tribais não se enquadravam nos mesmos padrões da cultura ocidental. Mas, mesmo admitindo que a ideia de território, e de fronteira, entre os grupos indígenas fosse muito diferente daquela que os portugueses e espanhóis discutiam é evidente que se estabelece entre todos uma contradição intrínseca pois a terra que é tida como sua propriedade por uns é de facto ocupada por outros que também se têm por seus donos e que por ela lutam.

O que se assiste no Mato Grosso não é apenas à formação de uma fronteira entre Estados, mas o surgimento do próprio conceito num espaço "sem fronteiras". Não se quer dizer aqui que o Mato Grosso indígena fosse um espaço "sem conflitos". Evidentemente que o seu território era partilhado, e disputado, pelas várias nações que o ocupavam, e que se faziam guerras e alianças entre as tribos que ali viviam[73]. No entanto, a ideia do território como propriedade negociável, em si, independente do seu uso, não deveria fazer parte do universo indígena. Lutava-se pelo usufruto do território, e eventualmente, pela exclusividade deste usufruto relativamente aos outros grupos, mas não necessariamente pela sua propriedade. A terra era o suporte da vida e não um bem negociável, até porque, tratando-se de culturas semi-nómadas, mesmo o seu usufruto era, tendencialmente, temporário. Lutava-se, portanto, pela soberania sobre o território, mas não por uma fronteira demarcada. Há assim no

---

talvez o caso de vários grupos guaycurus que, após a assinatura do tratado de paz com os portugueses, passaram das áreas espanholas para as portuguesas. Ver cap. 5 "O Território como Herança".

[73] Os grandes grupos indígenas podiam controlar vastas áreas através de um elaborado sistema de alianças interaldeias. "*Tais alianças, que uniam várias aldeias em expedições guerreiras contra um inimigo comum, não representavam qualquer tipo de unidade política ou territorial, uma vez que não se subordinavam a uma autoridade comum e permaneciam sempre sujeitas a mudanças*". Cf. John M. Monteiro - *Indios* In "Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil". Lisboa : Verbo, 1994, p. 433. No caso do Mato Grosso eram comuns as alianças entre os diversos grupos guaycurus, a que já referimos. Existiam também relações de vassalagem entre alguns grupos, como é o caso dos Guaná que se encontravam dependentes dos guaycurus. Cf. Silvia Selanuziger Carvalho - *op. cit.,* p. 467.

Mato Grosso, uma espécie de sobreposição entre as diferentes concepções de território que permite que se discuta uma fronteira entre dois oponentes quando os guerreiros que o disputam são mais de dois.

Sob este ângulo chega-se a um terceiro aspecto a considerar para a complexidade intrínseca da disputa fronteiriça no Mato Grosso, que se relaciona tanto com a problemática indígena, como com a questão específica da demarcação de limites, e que diz respeito à presença dos jesuítas. Se dissemos que se discutia a fronteira entre dois oponentes devíamos antes dizer que nessa fronteira estava implícita uma outra - a do território das Missões e dentro dela, a do poder dos jesuítas.

Pode dizer-se que a maioria dos territórios verdadeiramente confinantes com o Mato Grosso eram administrados pelos jesuítas, nomeadamente os das províncias de Moxos e Chiquitos. A administração das missões jesuíticas em território espanhol era exercida, com grande autonomia, pelos padres inacianos. As autoridades civis da colónia não só estavam excluídas da administração das missões como tinham que pedir autorização aos jesuítas para penetrarem no seu território. Em alguns aspectos, as missões jesuíticas podem ser identificadas como uma espécie de "ilha" no interior do continente, mantendo opções diferenciadas das outras áreas coloniais, tanto em termos administrativos como económicos ou ideológicos. A intervenção dos missionários no processo de demarcação da fronteira, no caso preciso do Mato Grosso, para além de política e ideológica foi também presencial. Esta posição determinou a sua participação como intervenientes directos na disputa em causa, envolvendo simultaneamente os grupos indígenas e os poderes instituídos das duas potências colonizadoras. Mais adiante veremos as várias fases desse processo[74]. O que importa agora salientar é que para a discussão da fronteira havia ainda mais um factor que contribuía para a complexidade da sua definição.

Sobre o mesmo território, havia uma sobreposição de fronteiras que constantemente se interpenetravam gerando situações que raras vezes permitiam estabelecer linhas precisas. Assim como não havia uma única fronteira física no Mato Grosso também não havia um espaço verdadeiramente delimitado para o exercício do poder. Assistiremos ao longo do processo de conquista da fronteira em si, a um progressivo caminhar para a estabilização das estruturas de poder. No entanto, tal não será nem uma situação contínua, nem unívoca. A própria caracterização básica da estrutura administrativa da colónia

[74] Ver caps. 2 e 3.

assentava sobre um frágil equilíbrio entre a escassez dos recursos, humanos inclusive, e a imensidão das necessidades[75].

Neste sentido, para além de se constituir como uma fronteira territorial "externa", o Mato Grosso é também um espaço submetido a uma lógica de dominação que enfrenta as suas próprias fronteiras internas. Veremos que da conjugação destes dois níveis de limites impostos à efectiva conquista do poder surgirá a "chave" da sua própria superação e que o discurso da defesa da fronteira será a pedra de toque que sustentará as actuações legitimadoras de poder tanto a nível externo, quanto interno[76].

Mas a despeito de se constituir como um processo de conquista de poder, a colonização do Mato Grosso é também, inevitavelmente, um processo de confrontos de poderes. Novamente aqui surgirão os poderes institucionais e políticos que disputavam o território, os poderes militares que nele faziam a guerra, mas também as mais variadas espécies de resistências que se interpunham a todos os tipos de poder.

Para além da imponderável resistência indígena, a mais persistente das transgressões na zona do Mato Grosso era o contrabando que, não por acaso, corresponde também à mais dúbia das imposições do próprio poder colonial - no caso representado por ambas as potências - que embora insistissem na proibição do comércio entre os territórios das duas Coroas eram as primeiras a desrespeitar as próprias regras, como a seguir se verá.

O comércio foi, ao longo de todo o processo de ocupação da região, uma espécie de sombra da fronteira. Objectivos comerciais estavam na base do estabelecimento dos grandes caminhos de comunicação da região e, em última análise, foram também estruturas comerciais que sustentaram a implantação da rede urbana regional[77]. Foi pela integração daquela área a uma mais vasta estrutura de trocas comerciais que esta se estabeleceu definitivamente como um território de soberania portuguesa, para o que se

---

[75] Como caracteriza Hespanha para o conjunto da administração colonial portuguesa "*Na verdade não dominava aqui o modelo "jurisdicionalista" de governo,(...) mas antes o modelo "militar", "económico" e "comissarial", dependentes do arbítrio régio, das soluções casuísticas contidas nos regimentos ou mesmo das instruções orais ou por carta cerrada. (...) Tudo isto transformava o mundo administrativo num universo fluído, dependente do acaso das pessoas e das situações. E o mundo político numa rede de relações em que o factor de fidelidade pessoal se sobrepunha ao factor político-jurídico que caracteriza as relações administrativas formais. Com isso, a fronteira entre domínio formal e domínio informal esbatia-se forçosamente. Em suma: ao contrário do que acontecia com os impérios clássicos, como o da Espanha, fundado sobe o domínio homogéneo de um território e integrado numa estratégia de reputação da coroa, o império português obedece a uma lógica mais pragmática e económica, fundada sobre a autonomia e modularidade das partes componentes e sobre a economia dos custos políticos da administração dos territórios* ". Cf. António Manuel Hespanha; Maria Catarina Santos -*Os poderes num império oceânico*. In "História de Portugal", 4º Vol., O Antigo Regime. Lisboa : Círculo de Leitores, 1993, p. 408 .

[76] Ver caps. 3 e 4.

[77] Idem.

impunha um rigoroso controle fiscal que, a nível interno, era exercido o mais apertadamente possível. No entanto, mesmo para o usufruto deste estatuto, havia uma "zona de concessão" implícita que incluía o contrabando entre os territórios coloniais como algo não apenas tolerado, como até incentivado, em alguns aspectos, pela própria administração.

A fundação da Colónia do Sacramento é o mais conhecido aspecto da política portuguesa seguida na região do Rio da Prata em que se estabeleceu quase um "plano orgânico de contrabando"[78] que permitia aos portugueses escoarem a prata oriunda das minas do Peru ameaçando assim a hegemonia espanhola na região. Este porto, cobiçado pelos ingleses, e de algum modo também partilhado por eles, transformou-se num centro de trocas comercias ilícitas com ramificações para o interior que percorriam tanto vias fluviais como terrestres estabelecendo redes mais ou menos clandestinas de comercio que funcionavam paralelamente às ditas oficiais.

Enquanto se acreditou que houvesse vantagem, o comércio ilícito entre os territórios coloniais foi incentivado, esperando-se assim aumentar a entrada da prata no Brasil. O assunto era tratado como matéria de Estado nas cartas trocadas entre os governadores e o Conselho Ultramarino e embora recomendando-se prudência, quase sempre parecia razoável a uns e a outros que se incentivasse clandestinamente as trocas que eram entretanto reiteradamente proibidas na lei. Em 1740, organizou-se, a expensas do Senado da Câmara de Cuiabá, uma expedição às missões jesuíticas espanholas cujo objectivo formalmente aceite era "estabelecer negócio com os castelhanos"[79]. Mas, de acordo com o relato de José Barbosa de Sá "*falandolhes os Portuguezes em materia de negoceação de fazendas da eoropa por commutasão dos efeitos daquelles distritos responderão que os efeitos que os Portuguezes podião dela tirar erão só Bois e cavallos que outra couza não esperassem e se chegassem alguma prata serlheshia logo o commercio prohibido e castigados os cumplisies que para isso concorressem*"[80].

Em 1772, Luís Pinto de Sousa Coutinho, referindo-se ao comércio de "contrabando" com as Províncias de Moxos e Chiquitos, dirá ao seu sucessor no governo da capitania, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, que os

---

[78] A expressão é de Alberto de Paula - *Las ciudades fortificadas y el territorio en el cono sur americano (1527 a 1810),* in " Estudios sobre Urbanismo Iberoamericano - Siglos XVI al XVIII", Sevilha : Junta de Andalucia, 1990, p. 377.

[79] Esta expedição comandada por António Pinheiro de Faria teria, segundo Jaime Cortesão, intenções mais específicas do que o simples estabelecimento de relações comerciais, visando antes a averiguação da localização e o estado das missões castelhanas. Cf. Jaime Cortesão - *op. cit.,* p. 665-666.

[80] Joseph Barboza de Sá - *Relação das Povoações do Cuyabá e Mato Grosso de seos principios thé os prezentes tempos.* (1775) . Cuiabá : Edições UFMT, 1975, p. 39.

índios das missões pouco ou nada produziam e que as províncias não ofereciam verdadeiramente grandes oportunidades de trocas, salvo no caso de algum gado, que se reproduzia bem nos seus pastos, bem como arroz, açúcar e algodão. Acrescentava que para o interesse dos portugueses era menos aliciante ainda devido à dificuldade em trocar as mercadorias por metal. "*Alguns destes effeitos se promutão por quinquilharias, que os Directores mandão vir do Peru; de sorte que os pobres Indios nunca conhecerão a iffigie dos seu soberano: a vista do que tenho exposto, pode V. Exa. apreciar no seu justo valor; qual seja o comercio que podemos fazer com esta gente, sendo hum axioma bem patente que por nada nada se dâ. Não obstante tudo, os governadores espanhois para se fazerem talvez valler na Corte afectão hum grande receyo dos nossos contrabandos; que se reduzem a compra de algum gado vacum e cavallar; e se lhes pode aplicar justamente a exclamação de Andromaca = Oxalâ que tivessem que temer!*"[81].

Oxalá tivessem o que temer, porque assim não tinham os portugueses que recear o contrário que era a recíproca cobiça dos espanhóis, dispostos a obter, pelos seus produtos, o ouro das minas do Brasil. Na verdade, a mesma intenção estava por trás da relativa complacência com que a Coroa espanhola tratava a questão do contrabando entre as colónias, mantendo porém idênticas leis proibitivas. Felix de Azara assume claramente a hipótese de usufruir do comércio com o Mato Grosso arquitectando um plano para retirar o ouro das minas introduzindo o sal na região[82]. Prossegue ainda dizendo que a criação de uma povoação a partir de onde se pudesse comerciar, e oportunamente atacar, serviria para destruir os estabelecimentos portugueses, fazendo-os infrutuosos ao seu soberano que necessitaria de grandes custos para os sustentar, pois além da sua manutenção teria que contar com os problemas dos escravos que "fugiriam como moscas" para os territórios espanhóis. Conclui assim que *"dudo yo que la corte de Madrid pueda formar plán que dé más inquietud a la de Lisboa"*[83].

A percepção da importância de tal ponto não escapou aos engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra e Joaquim José Ferreira que nas *Reflexões*

---

[81] AHU Mato Grosso caixa 15 doc 67 - 24 de Dezembro de 1772 - Carta de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres.

[82] "*cuyo articulo podrian los paraguayos venderlo con mucha ventaja y más barato de lo que hoy se lo vende el soberano. Si a esto se agregasse el que hallase camino para conducir ganados y caballerías desde nuestra población a dichas minas portuguesas, se multiplicarían nuestras utilidades, porque un caballo o mula vale en el Paraguay tres o cuatro pesos y en dichos minerales ciento. Quizás con este comercio, que embarazaría mucho a la corte de Lisboa, se introducirían algunos esclavos, pero aún esto sería ventajoso. Por lo demais, tengo por impossible que los portugueses pudiesem introducir otra cosa en la provincia que el oro y los diamantes, porque géneros y otras cosas los tienen ellos por caminos tan dilatados y peligrosos y nosotros tan cómodos por el rio Paraguay* Félix de Azara - *op. cit.,* pp. 73-74.

sobre a Capitania do Mato Grosso[84] apresentadas ao governador advertiram para os perigos das intenções espanholas no Paraguai. Argumentavam que por um lado a área do Guaporé, com os seus pantanais e serras era naturalmente defensável, e que os espanhóis dificilmente atacariam por ali. Por outro lado, no Paraguai, as condições favoráveis eram detidas pelos vizinhos que podiam entrar de várias maneiras utilizando as vastas extensões de água das enchentes do rio, tanto para fazer o contrabando, como para efectivamente invadir o território do Mato Grosso. Defendiam por isso o cuidado na fronteira do Paraguai e reafirmavam a intenção dos inimigos de "desviarem" o ouro do Brasil através do contrabando.

Efectivamente os objectivos das duas coroas convergiam neste aspecto, e o contrabando foi, por isso, reciprocamente, tolerado e temido, transformando a zona entre os territórios coloniais numa vasta área de interpenetrações mútuas. Aqui uma vez mais esbate-se a fronteira-linha e ressurge a ideia de um largo espaço de trocas sobre o qual a própria distinção da soberania dos estados admite uma diminuição do seu poder de influência. Volta-se assim a uma das definições clássicas do conceito de fronteira que a identifica como uma zona de intercâmbios ligada a concessões de imunidade por parte de quem exerce o poder[85], uma zona assumida como um espaço de transição que de certo modo defende o próprio poder, garantindo até a transgressão sob a sua tutela.

Mas ainda noutro aspecto reaparece o largo espaço de trocas que a "fronteira" representa, posto que este existe antes da própria fronteira, realizado pelos índios da região. Os especialistas são unânimes na afirmação de que vários grupos indígenas do Brasil mantinham relações de escambo intertribal que abrangiam por vezes áreas muito extensas. Tal situação não terá sido diferente no Mato Grosso. De todos os modos, para além das trocas que se faziam entre os índios, e depois entre estes e os brancos[86], o espaço em causa era desde sempre percorrido pelos indígenas e por eles conhecido. Tal facto colocava-os em posição de dominarem, pela experiência e pela cultura, os caminhos da

---

[83] Idem, p.75.

[84] AHU Mato Grosso caixa 26 doc 53 -18 de Setembro de 1793. Carta de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro.

[85] Cf. Donatella Calabi - *El Espacio del Mercado y el concepto de Límite*, In "Historia Urbana", 3, 1994, pp. 15-22.

[86] M. Meira relata, para a área do rio Negro, que os índios "*teriam entrado em contacto, via comercio intertribal (...) com elementos materiais da cultura européia (facas, machados, etc.), ou seja, já sabiam da existência dos colonizadores mesmo antes de tê-los visto face-a-face*" Cf. Márcio Meira - *Indios e Brancos nas Águas Pretas: Histórias do Rio Negro*. (texto policopiado) Conferência proferida no Seminário "Povos Indígenas do Rio Negro: Terra e Cultura", Manaus, 1996.

região, detendo uma visão do território que, em vários aspectos, era, por certo, mais ampla do que a do colonizador.

Assim, sobre a fronteira virtual entre as duas coroas ibéricas pairava um espaço entrecruzado de intercâmbios e de passagens que se faziam dentro, e fora, da tutela do poder.

Outra das mais constantes resistências a que o espaço assiste é a dos escravos africanos. O fantasma evocado pelos espanhóis relativamente à fuga dos escravos era verdadeiro e recorrente. Para além dos quilombos de escravos fugidos que se formavam no mato, há inúmeros relatos de fugas de escravos portugueses que passavam para os territórios espanhóis, o que ocupava, em vários aspectos, a correspondência oficial entre os governadores locais e a metrópole. Em 1777, os vereadores da câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade reivindicavam privilégios que lhes permitissem perseguir seus escravos fugidos nos territórios de Espanha[87]. Entre os assuntos discutidos no decorrer das Demarcações, a fuga dos escravos ocupava lugar de destaque. Em 1782, o governador de Vila Bela insistentemente reivindicava do seu congénere da província de Chiquitos a devolução, já acordada, dos escravos e que era constantemente protelada pelas autoridades espanholas[88]. Ainda nesse documento Luís de Vasconcelos e Sousa, governador de São Paulo, relatava a Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres que enfrentava o mesmo problema nas regiões mais a Sul, com os escravos que fugiam para as áreas de soberania castelhana.

A passagem dos índios de um para outro território era também constante forçando ambas as coroas a tomarem iniciativas de aliciamento dos grupos indígenas para as suas respectivas áreas de influência. Entre outros exemplos, é especialmente significativo o da criação de Vila Maria do Paraguai, fundada, em 1778, por iniciativa de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, para aldear "*mais de sessenta Indios Castelhanos de ambos os sexos que havera tres mezes dezertaram da Missão de São João de Chiquitos, persuadidos de pessoas que neste mesmo objecto fiz penetrar no dito estabelecimento*"[89].

Este tipo de acções, realizadas no sentido de cativar as populações locais para as respectivas soberanias eram tomadas tanto pelos portugueses como

---

[87] AHU Mato Grosso caixa 17 doc 54 - 20 de Dezembro de 1777. Petição da Câmara de Vila Bela ao Conselho Ultramarino

[88] AHU Mato Grosso caixa 21 doc 2 - 5 de Agosto de 1782. Correspondência enviada a Juan Baptista Berdugo, Governador da Província de Chiquitos.

[89] AHU Mato Grosso caixa 18 doc 37 - 20 de Novembro de 1778. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro. Termo da nova fundação de Vila Maria do Paraguai em 6 de

pelos espanhóis, e eram necessárias não só para "atrair" os índios "alheios", mas também os próprios "nativos" de cada região. A simples permanência do estatuto do indígena dentro do território de cada nação colonizadora era, em si, uma fronteira imposta ao poder do Estado, que sem os reconhecer como cidadãos não os podia controlar totalmente. Veremos o quanto a política pombalina incidirá sobre este aspecto pretendendo recuperar para o controle político do território o efectivo enquadramento das populações locais na condição de súbditos do rei[90]. Entretanto para a já de si complexa noção da fronteira no Mato Grosso impunha-se ainda mais um desafio, o de encontrar um "locus" para os índios dentro das suas próprias fronteiras.

Se para o entendimento da fronteira política a situação do Mato Grosso ostenta tantas facetas, não apresentará menos para a compreensão maior de outras fronteiras também em causa naquele espaço. José Mattoso, num belo texto sobre a génese cultural dos Descobrimentos apresentava Portugal como o "limite" do mundo cristão, o extremo do mundo habitado, do *oikumene*[91]. Guardião de uma fronteira implícita, o país foi o primeiro a rompê-la sendo obrigado a confrontar-se com as barreiras que lhe foram impostas, entre as quais estavam os seus próprios mitos[92].

Mas, lembra ainda Mattoso, a viagem para fora da Cristandade era desencorajada por uma representação mais doutrinal do que objectiva e por isso começaram a surgir vários factores que operaram a mudança das mentalidades. Com os novos mapas e os relatos e contos de viagens o exotismo já não era ameaçador mas fascinante e nos novos reinos já não imperava a desordem, mas sim a abundância. "*Tudo isto vai provocando mudanças na concepção do mundo: os monstros e animais fantásticos das terras longínquas perdem, na literatura e nas formas iconográficas, o aspecto ameaçador, para se tornarem por vezes, até, expressões aliciantes de um mundo sonhado, povoadores do espaço de evasão que o desejo inventa para escapar ao peso e contrariedades do quotidiano*"[93].

Outubro de 1778. Ver cap. 8 "Coimbra, Albuquerque e Vila Maria: A Guarda do Paraguai". Ver Anexo Documental **Doc. X.**

[90] Ver caps. 3 e 4 .

[91] José Matoso - "*A Voz da Terra ansiando pelo mar": Antecedentes dos Descobrimentos* □Introdução□. In "Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento - XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura". Lisboa : Presidência do Conselho de Ministros, 1983, p. 49.

[92] Idem. "*O mundo longínquo, sobretudo para lá das fronteiras da Cristandade, torna-se o lugar da confusão, do anti-mundo, a superfície habitada por monstros e animais fantásticos, como que o reino do caos ou da natureza insubmissa, das forças naturais desencadeadas, ou mesmo, como pensava o autor da vida de Santo Antão, como que o reino dos demónios. O espaço sagrado da Cristandade era benéfico, propício aos homens fiéis e feitos à imagem de Deus. O resto era o reino da natureza ameaçadora, maligna, desordenada, onde o cristão não se podia aventurar sem perigo para a alma e o corpo*".

[93] Ibidem.

Os monstros sempre estiveram na borda do mundo, habitam um território que, por definição, se encontra nos limites: no limite da dúvida, no limite da crença, no limite do sonho, no limite do medo, no limite do próprio homem. É, em princípio, um território de ignorância. Ignorância não no sentido da inaptidão para o saber, mas no da assunção da essência do não saber, do desconhecer. É por isso um território situado na zona "ignorada" da terra, nos antípodas[94]. Se a história proporcionou um constante empurrar das fronteiras do conhecimento e do mundo, nunca chegou a eliminar o grande "vazio" entre o saber e o não saber que é preenchido pelo imaginário.

Vimos pela representação do "bicho ou fera" que surgiu às gentes do Mato Grosso, um exemplo, irónico é certo, da associação de formas "monstruosas" ao imaginário da região. Não seria correcto afirmar que este tipo de associação fosse uma atitude básica da relação dos colonos com aquele espaço. No entanto, é possível dizer que se tratava de um espaço que constantemente apresentava desafios ao conhecimento e que impunha uma grande área de fronteira entre o que se sabia e o que não se sabia, especialmente sobre a natureza. Outro autor da literatura de cordel do século XVIII ilustra esse confronto lembrando aos leitores, antes de apresentar o seu monstro, que "*prodigiosa é a natureza na criação de indivíduos, assim terrestres como aquáticos, sendo tanta a sua variedade que por mais que os naturalistas se empenhem na sua descrição, foi ela matéria muito superior às suas forças*"[95] .

Nem os mais ilustrados naturalistas e filósofos discordariam desta observação, especialmente os que percorreram o Mato Grosso no século XVIII. Veremos, no decorrer deste trabalho, o quanto a maioria dos actores envolvidos no processo de incorporação do Mato Grosso empenharam-se, na medida das suas forças, no reconhecimento da natureza e no rompimento das barreiras de ignorância sobre as suas características e potencialidades. A fronteira do saber era imposta tanto pelo espaço como pelo tempo em que se vivia e todo o processo realizou-se sobre estas "limitações".

No entanto, veremos também que depois de ser o lugar do confronto com os limites do poder e do saber, o Mato Grosso passará a ser o lugar da sua afirmação: a afirmação do saber, que se construirá pela **medida**, pelo **desenho** e pela **razão** e, especialmente, a afirmação do poder, que se construirá pela

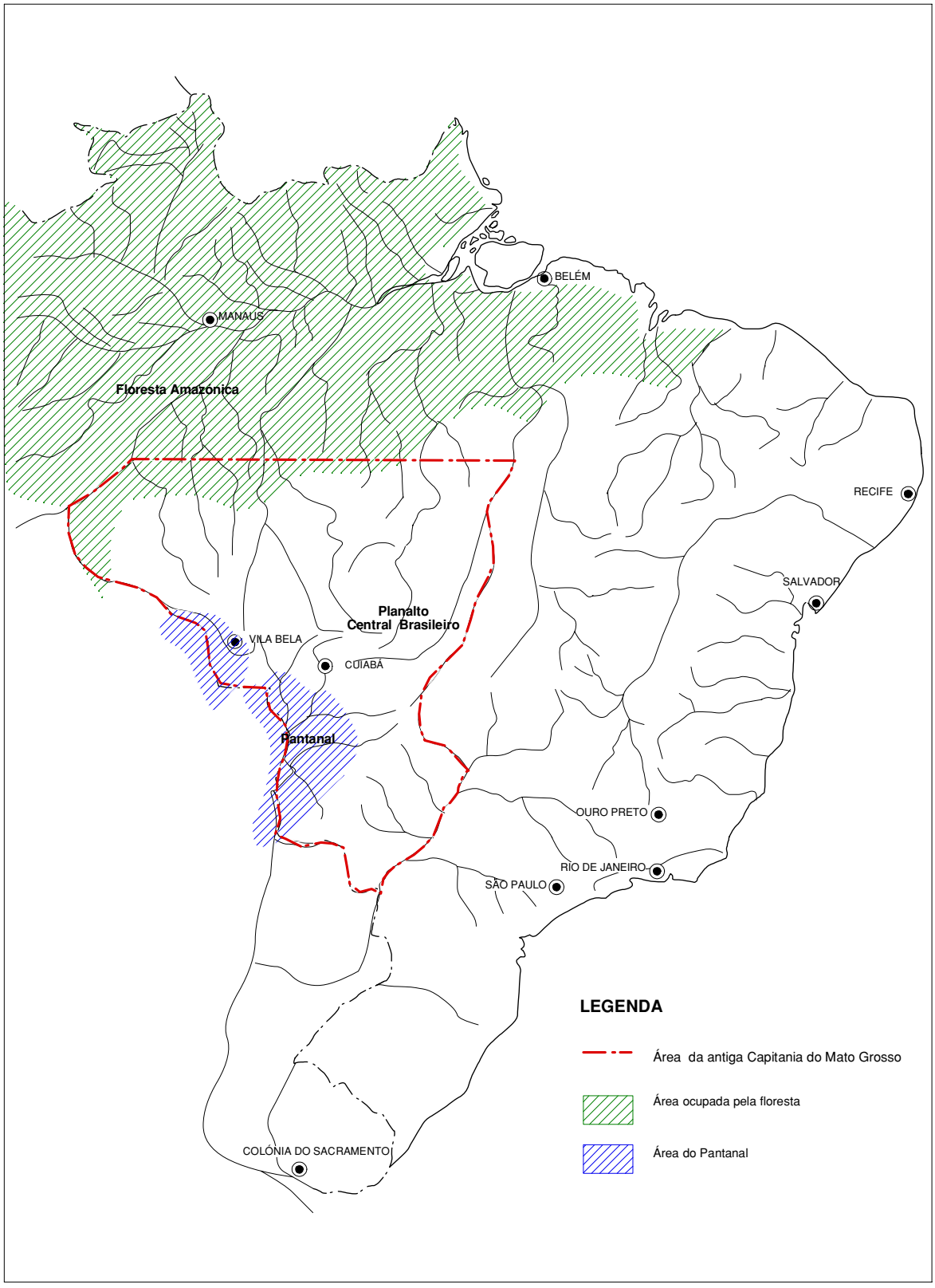
---

[94] Daniel Tércio; Renata Araujo - *Relação de vários prodígios, monstros feras e outras bizarrias do século XVIII*. Comunicação apresentada no encontro sobre Metamorfose no Palácio Marquês da Fronteira, Junho, 1995.

[95] *Relação verdadeira da espantosa fera que há tempos a esta parte tem apparecido em as vizinhanças de Chaves: os estragos que tem feito, e diligencias que se fazem para a apanharem: segundo as noticias participadas por cartas de pessoas fidedignas daquella Província*. Lisboa : Off. de Joseph Filipe, 1760.

instituição definitiva da linha de fronteira. Não esqueçamos que o Mato Grosso caracteriza-se também por ser uma fronteira física natural materializada no encontro das duas grandes bacias do continente americano. Esta barreira natural será o limite aproveitado para a construção da fronteira e a linha do percurso dos rios definirá a linha de separação das soberanias. Assiste-se assim, no Mato Grosso, com interpenetrações e ambivalências, a um caminhar da fronteira-zona para a fronteira-linha. A linha divisória, que virtualmente sempre lá esteve, foi a espinha dorsal da constituição do território que se formou a partir dela. Toda uma política de instalação, e exibição do poder sobre o limite, que revelava a intenção de se colocar militarmente como barreira diante do inimigo para defender o território, permite-nos voltar ao sentido arcaico do termo fronteira, para dizer que o Mato Grosso foi, inquestionavelmente, a "frontaria" do Brasil.

Fig. 1



Área da antiga capitania do Mato Grosso

II. A Medida do Lugar

Cap. 2.
Os Percursos da Apropriação do Espaço

"he esta jornada tal que me persuado sem encaresser
he a mayor empreza da nação"[1].

2.1. O Caminho como Prática

O Mato Grosso, como o Brasil, também foi "encontrado". Encontro metafórico, ou descobrimento, como diriam alguns, todo o processo de incorporação do território brasileiro baseia-se na descoberta anterior do(s) caminho(s) que permitiram alcançar cada ponto, caminho marítimo, inicialmente, e depois caminhos terrestres e fluviais. Os percursos pioneiros realizados no espaço garantiram para os seus seguidores a conexão possível entre o conhecido e o desconhecido, ampliando sucessivamente os limites da procura. A descoberta da passagem viabilizava a demanda do território.

É neste quadro, em que o espaço se descortina através dos caminhos, que o Mato Grosso foi encontrado, ou antes alcançado. É também neste quadro que os próprios caminhos revestem-se de uma importância significativa tanto para a região, como para todo o processo de formação territorial do Brasil ao longo dos três séculos da colonização. Em meados do século XVIII, Francisco Tosi Colombina[2], que propusera ao Estado a construção de uma estrada ligando Santos e São Paulo até Goiás e Cuiabá, quando, por motivos diversos, não consegue realizar a obra, dirá que "*nunca lhe poderão tirar gloria de ter proposto, ideado, e posto em boa ordem tal projecto, como Americo Vespucio ainda que deo o nome a America, não pode tirar a gloria a Cristovão Colombo de ter sido o descobridor dela*"[3], ou seja, do seu caminho.

Os caminhos foram a estruturação básica do território e sobre eles se fundamentaram tanto a conquista quanto a ocupação das terras. Disputava-se para garantir a possibilidade de percorrer os caminhos, assim como para impedir que outros o fizessem. No centro do continente, e elo de ligação entre o Norte e o Sul, os caminhos do Mato Grosso transcendem a sua importância regional

---

[1] AHU Mato Grosso caixa 1 doc 3 –3 de Fevereiro de 1727. Carta do Ouvidor Geral António Alvarez Lanhas Peixoto datada de 3 de Fevereiro de 1727. Comentário sobre a viagem de São Paulo à Cuiabá. Ver Anexo Documental **Doc. I.**

[2]Colombina, italiano de origem, e engenheiro-militar, tem um percurso singular no império: depois do Brasil, serve na Madeira em 1756, e em 1758 é nomeado sargento-mor engenheiro e vai para a India onde se envolve na organização dos corpos militares de sipais.

[3] AHU Mato Grosso caixa 6 doc 64 - (ant. a 29 de Maio de 1753). Requerimento de Francisco Tosi Colombina pedindo autorização para construir uma estrada ligando Santos e São Paulo até Goiás e Cuiabá.

para alcançar um significado territorial mais vasto. Boa parte das discussões sobre o Mato Grosso e a sua posse envolveram disputas pelos percursos e pelas conexões estabelecidas no território através deles. Os caminhos foram o meio de encontrar/alcançar a terra e seriam o meio de a manter e de a defender. Das bandeiras às monções e aos limites, os caminhos estabeleceram as várias teias sobre as quais se fundou a organização daquele espaço em termos físicos, sociais, políticos e económicos.

Num primeiro momento a ideia do caminho vinculava-se mais ao procedimento inaugural do desbravador. Aquele rompia o espaço apreendendo a paisagem com o corpo e a memória e narrava as suas façanhas descrevendo a natureza com adjectivos e interjeições. Na tradição das narrativas de viagens, herdadas desde os primeiros tempos da Expansão, os caminhos eram descritos tomando elementos da natureza para identificar marcas na paisagem e indicar os percursos seguidos[4]. A própria toponímia utilizada nas descrições dá conta da progressiva apropriação do espaço que é inicialmente feita pela assimilação da paisagem e dos seus atributos[5]. Por vezes nomeavam-se os acidentes geográficos pela sua aparência, fazendo analogias com outras referências conhecidas, ou com objectos e situações curiosas que fossem logo identificáveis. Noutras ocasiões eram as produções do local que lhe davam o nome e permitiam o seu reconhecimento futuro. Noutras ainda, eram as façanhas ocorridas num determinado ponto que marcavam o espaço e impunham uma denominação à área. Mas na base do processo de incorporação da paisagem estavam as descrições dos percursos e caminhos que a tinham sucessivamente descortinado.

Gradualmente, a descrição dos caminhos deixará de ser a simples narrativa das viagens ganhando cada vez mais aspectos físicos, estabelecendo balizas de reconhecimento e dimensionando distâncias, chegando até à elaboração de mapas e desenhos que, embora toscos, são os primeiros documentos de identificação territorial. Note-se que, em termos de uma evolução do pensamento espacial, passa-se de uma abordagem "descritiva"

---

[4] Para uma análise da percepção do espaço ver Maria Adelaide Godinho Arala Chaves - *Formas de Pensamento em Portugal no Séc. XV: Esboço de análise a partir de representações de paisagem nas fontes literárias.* Lisboa : Livros Horizonte, s.d. □1969□. "*(...) mais do que um espaço que surge em virtude de pontos de referência visuais, temos um espaço que reflecte a experiência íntima de cada sujeito, através do contacto que toma com o seu próprio corpo.*" (p. 303).

[5] "*A natureza é vista e avaliada segundo a sua utilidade e é segundo o aspecto prático que os seus elementos são notados. Em primeiro lugar é necessário dominá-la. Vencendo-a, percorrendo-a ou caminhando-a, (....). Procurando nela produtos alimentares, modos de dominar a sua produção por meio do cultivo, até pontos de reconhecimento, num esquema técnico de acção económica (...). É preciso que a natureza seja em primeiro lugar conquistada, por meio de um esquema de acção, de um esquema técnico, correspondentes a uma primeira fase de tomada de contacto. Só depois será possível passar a um sistema mais evoluído, automatizando o precedente. Então virá a possibilidade de um deleite estético, de uma observação crítica.* Idem, p.302.

dos elementos da paisagem para uma identificação "locativa" destes mesmos elementos. Ou seja, elegem-se pontos na paisagem que funcionam já não apenas como referências para a identificação dos percursos (no caminho de A para B passa-se pelo morro X que tem as seguintes características), mas são também balizas genéricas do próprio espaço (entre o morro X e o morro Y corre o rio Z que, mais ao norte atravessa a vila A). O conhecimento do espaço funda-se assim numa cultura de reconhecimento do território que parte de uma vertente "geográfica" - de identificação e localização de pontos na paisagem - a que se foram somando cada vez mais informações até se alcançar uma ideia relacional do todo.

As descrições do Mato Grosso, como de todo o Brasil, evidenciam este processo. Pode-se recuar, ou avançar, ao longo do tempo, assistindo à progressiva assimilação do espaço permitida pelo seu desbravamento e pelo saber adquirido com as sucessivas viagens. Por um lado, como nota Sérgio Buarque de Holanda, os primeiros caminhos utilizados pelos colonizadores eram já, provavelmente, trilhos indígenas. No entanto, tais percursos eram naturalmente instáveis e "*cada viagem tomaria, de certo modo, a aparência de uma exploração nova, de um novo trabalho de engenharia*"[6]. Por outro lado, para além de incorporar a herança indígena e o seu conhecimento prático do território, o caminho era, para o desbravador, o passaporte que lhe permitia reivindicar poder sobre o espaço.

Assim, a partir das narrativas de viagens e do esquema mecânico de descrição do espaço, caminha-se para uma identificação cada vez mais conceptual e "geométrica", que se concretiza com a feitura de mapas que são progressivamente mais elaborados. O caminho é portanto um método de apreensão e de apropriação conceptual do espaço, espaço contínuo, e não necessariamente visível ou utilizável, mas sobre o qual se exerce o poder do seu conhecimento virtual[7], e se reivindica a sua posse potencial, ou direito de utilização.

No Mato Grosso, como noutras regiões do Brasil, conhecer pelo caminho será um procedimento repetido desde os primeiros exploradores até aos governadores e demarcadores do século XVIII. Rolim de Moura, o primeiro governador da capitania, logo na sua chegada preocupou-se em fazer o roteiro

---

[6] Sérgio Buarque de Holanda - *Caminhos e Fronteiras*. (1956). São Paulo : Companhia das Letras, 1994, p. 33. Especialmente no texto "veredas de pé posto", incluído no livro citado, o autor aborda a apropriação feita pelos colonos e mestiços dos primitivos caminhos indígenas e das suas técnicas de marcha no sertão.

[7] "*Ai livelli territoriali, geografici, planetari, atronomici, l'appropriazione dello spazio è soprattutto un'azione cognitiva, una azione interiorizata (nel senso definito da Piaget: una azione-percorso virtuale che avviene nello spazio mentale, che mima nella mente un percorso reale, senza necessitàdi effeturarlo*". Cf. Donatella Mazzoleni (org.) - *La cittá e l'immaginario*. Roma : Officina Edizioni, 1985, p.18.

da viagem. "*Quando vim para esta capitania tive a curiozidade de Santos para diante de vir sempre com o agulhão na mão observando os Rumos, e conjecturando por fantezia as manchas, assim de terra como dos Rios. Do Cuiabá para aqui fiz o mesmo com o fim de poder remeter a S. Mag.de. um mapa destes caminhos, senão exacto, ao menos que de algú modo buscasse com menos distancia a verd.de*"[8]. No mesmo sentido também a manutenção da viabilidade do próprio percurso o preocupava e, alegando que um dos trechos estava impraticável, recorreu a um sertanista, ao qual pediu que abrisse novo caminho, menos sujeito a alagamentos, prometendo-lhe em troca a possibilidade de exercer um oficio na nova vila que iria fundar[9].

Evidentemente que o conhecimento detido por Rolim de Moura é diferente do dos desbravadores e bandeirantes que antes dele percorreram o mesmo caminho. Nota-se a diferença trazida pelo tempo e pelo diferente nível cultural pois enquanto o governador procurava marcar as latitudes e longitudes de cada ponto, os desbravadores, utilizando formas arcaicas de descrição da paisagem, apenas identificavam os morros, os cursos de água, ou uma mancha de vegetação mais marcante. No entanto, o processo, na sua essência, é o mesmo, o espaço revela-se, e possui-se, pelo percurso, que é, gradualmente, informado pela medida e pela escala do desenho.

Mas o desenho não é o único instrumento de apropriação do espaço. Também a palavra, como nas narrativas de viagens, foi usada ao longo de todo o processo de incorporação do território, em renovados diários de navegação e de exploração dos rios, e em inquéritos feitos aos colonos e aos indígenas. É, neste âmbito, famosa a bandeira de 1740, já antes mencionada, que foi organizada, entre outros aspectos, com o intuito de obter informações sobre as distâncias que mediavam até as povoações castelhanas. Realizada sob iniciativa do Ouvidor e dos oficiais da Câmara de Cuiabá, a expedição mereceu reparos do governador D. Luís de Mascarenhas, por ter sido efectuada sem a obtenção prévia da autorização régia[10].

---

[8] AHU Mato Grosso caixa 7 doc 1 - 26 Janeiro de 1754. Carta de D. António Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Corte Real.

[9] AHU Mato Grosso caixa 5 doc 48 -26 de Agosto de 1751. Carta de D. António Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Corte Real. A mesma situação repete-se no caso de João Leme do Prado que, em 1772, faz um requerimento ao Conselho Ultramarino alegando que com a sua bandeira abrira o caminho de Cuiabá ao forte de Bragança e pedia como recompensa pelos seus préstimos o ofício de tabelião em Cuiabá. Cf. AHU Mato Grosso caixa 15 doc 51 - 8 de Agosto de 1772.

[10] AHU Mato Grosso caixa 3 doc 6 -13 de Fevereiro de 1741. Carta de D. Luís de Mascarenhas ao Conselho. "*Se a materia do dito segundo ponto (se explorarem e reconhecerem as vizinhas povoações de Castella por meyo de um bandeira) he conveniente, ou não à Coroa Portuguesa, não questiono neste cazo; por o ser rezervada e hir affecta a V. Mag.de. me dezobriga para o conhecimento, e me dezalenta para o votto; mas o ser posta em execução pello Povo e Ministro do Cuyabá com tanta celleridade, que sendo propria da jurisdição Real a rezolverão particularmente, e effectuarão, de sorte que o de que se da conta, não he se convinha que parta a bandeira, mas sim dizendo que ja partio*" . Para além dos reparos de ordem política, o

A defesa dos caminhos no processo de colonização do Brasil era, literalmente, assunto de Estado. O território onde este exercia a sua soberania conformava-se através de uma rede de percursos[11]. O Estado manda até onde alcança e, num contínuo empurrar, e solidificar, da sua área de influência procurará sempre defender os seus caminhos, gerindo-os como a um processo político. Há caminhos que são liberados, outros que são proibidos, há caminhos oficiais e caminhos clandestinos.

Mas em todos persistirá, por longo tempo, um rol de dificuldades e de incomodidades que faz dos caminhantes verdadeiros heróis épicos. A história do Mato Grosso, nesse capítulo, muito se pode orgulhar, pois tem dos mais árduos trajectos do Brasil. Tanto os percursos de ligação com o Sul, como com o Norte, eram trabalhosos e perigosos. As conexões via Sul, as primeiras a serem estabelecidas e as mais difíceis, implicavam a passagem sucessiva através de numerosos rios, com travessias por terra, onde se tinha que descer e carregar as canoas às costas, para além de outros incómodos.

A viagem inaugural de D. Rodrigo César de Menezes destinada a elevar a povoação de Cuiabá à vila é um bom exemplo das dificuldades do percurso que ligava inicialmente a região do Mato Grosso à São Paulo[12] **(fig. 2)**. Sai a comitiva de São Paulo a 7 de Julho de 1726, por terra, até o porto de Araritaguaba; a 16 de Julho segue, em canoa, pelo Rio Tiete, até chegar ao rio Grande, deste passa para o Rio Pardo, depois faz um trecho por terra até o rio Camapoam (que se encontrava muito baixo, tendo sido necessário arrastar as canoas) para em seguida navegar pelos rios Cochim, Taquari, Paraguai, Ahuanés e vários outros até alcançar os rios Porrudos e o Cuiabá, onde finalmente chegam depois de *quatro meses menos hum dia* de trajecto. Alguns anos depois, Rolim de Moura, fará o mesmo percurso. Perfeitamente adaptado às

---

governador alertava também para o facto de, ao utilizarem-se índios como guias para chegarem às povoações castelhanas, corria-se o risco de que os castelhanos também pudessem usar os caminhos abertos em sentido contrário, sem dependerem dos índios. Uma vez desbravados, os percursos podiam ser percorridos em todos os sentidos e era necessário precaver tal situação.

[11] Volta-se aqui a referir à noção de uma rede de conexões não apenas como a base estruturadora do território, mas como o suporte da própria acção colonizadora. Na verdade, a integração de cada região no sistema colonial, e a sua subsistência, dependiam das suas ligações ou com outras regiões já integradas no sistema ou, em última análise, com o centro. Num artigo intitulado "Centro e periferia nas estruturas administrativas do Antigo Regime" A.M. Hespanha aborda as contingências materiais da administração (*"O exercício quotidiano do poder político - a que chamamos administração, é antes uma prática corporizada em coisas - o espaço, os equipamentos e processos administrativos, as estruturas humanas (...)"* - p. 36) evidenciando o peso que detêm os factores concretos de "ocupação jurídica" do espaço que se traduzem na sua integração e acessibilidade. *"Na verdade, cada agente político tem uma capacidade limitada de controlo. Do ponto de vista espacial a sua acção está limitada pela acessibilidade geográfica, nomeadamente pela distância. (...) como diziam os juristas medievais o "território" é o "espaço politicamente equipado" (territorium est spatium armatum iurisdictionis)"* , p. 41. Cf. A.M. Hespanha - *Centro e Periferia nas estruturas administrativas do Antigo Regime,* in "Ler História" , nº8, Lisboa, 1986, pp. 35-60.

[12] O percurso seguido pelo governador correspondia ao trajecto das "monções", que eram as expedições periódicas que se faziam para levar pessoas e mercadorias para o Mato Grosso. Ver nota 37 deste capítulo.

condições do meio, dirá que se familiarizou tanto com as aranhas durante a viagem que *"já me não cansava em as sacudir de mim, porque a todo o instante estavam caindo"*[13].

No Norte, os problemas não seriam menores. Embora fosse feito quase continuamente através dos rios (Amazonas, Madeira, Mamoré e Guaporé) o trajecto desde Belém até Vila Bela da Santíssima Trindade consumia também cerca de quatro meses de viagem, com as cachoeiras do Madeira a criar sérios obstáculos à passagem das canoas e a dificultar o percurso.

Nota-se que, tal como em outras regiões, são os rios os principais veios de penetração no território, constituindo-se eles próprios, como os grandes caminhos do Mato Grosso. Os rios foram, não apenas as vias de entrada, mas a efectiva rede de estruturação do território. Já o eram para as tribos indígenas que o habitavam e seriam, ainda mais, para os colonizadores, garantido não apenas a conexão entre todos os pontos da rede urbana que ali se criou, como a sua expansão.

Neste sentido é interessante notar a clareza com que tal situação é observada pelos próprios habitantes da região, que reconheciam a importância das comunicações fluviais. Numa representação dos oficiais da Câmara de Cuiabá, na qual requisitavam autorização régia para a abertura e utilização do "caminho" do rio Botuca, pedido este que vinham fazendo desde há seis anos, os moradores da vila apresentavam as razões que consideravam óbvias para convencer o rei afirmando que *"he certo Senhor que os caminhos de terra nestes sertões agrestes por falta de povoações se fazem intoleraveis por cuja razão são muito precisos os dos rios, e so por estes he que verdadeiramente podem ser com mais prompta brevidade ampliados os dominios de V. Mag.de"*[14]. Com efeito, através dos rios, foram muito ampliados os domínios dos monarcas portugueses na América.

2.2. Bandeirantes e Missionários: rios, guerra e território

"Sobindo o rio Pardo tomando a barra do Anahndohy e Anhangohy, que são dous rios nascidos de huma madre, navegando estes assima thé as

---

[13] "Relação da viagem que em 1757 (sic) fez o Exmo. Conde de Azambuja, saindo da cidade de São Paulo para a Vila de Cuiabá, ..." citado por Laura de Melo e Sousa - *Formas Provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações*, in "História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América portuguesa". São Paulo : Companhia das Letras, 1997. A autora apresenta um interessante quadro da vivência semi-nómada dos caminhantes do Brasil e das suas condições de conforto.

[14] AHU Mato Grosso caixa 3 doc 37 - 16 de Setembro de 1744. Representação da Câmara de Cuiabá ao Conselho Ultramarino.

vertentes que caem para o Paragoai que formão o rio Mateteu e outros; acharão seis povoações de gente castelhana brancos Indios e mestisos com igrejas cazas de telha officinas criaçõens de bois cavallos e carneiros a quem os nossos famosos capitaens como fieis portuguezes fizerão guerra por repetidas vezes thé que pondo em fuga os brancos recolherão muitos indios destruirão e queimarão as feitorias vendo pertencerem aquelles Lugares aos dominios de Portugal, (...) o que causou tanto espanto e temor as povoaçoens da Provincia do Paragoai que alli não mais tornarão e ao não ser isso serião hoje do_dominio de Espanha todos os nossos lugares thé Sam Paulo Minas Gerais Goyas e Cuiabá"[15].

Há neste trecho do relato de José Barbosa de Sá, que se auto-intitula como descritivo da génese da formação do Mato Grosso, três aspectos que importa realçar: inicialmente, a identificação dos rios como os caminhos percorridos; depois, a clara referência à disputa com os espanhóis, aventando até a hipótese de que estes pudessem ter dominado a região, não fosse o conflito ter sido resolvido pela guerra e; por fim, a justificação apontada para esta guerra, uma vez que o autor declarava "a priori" que aquele território pertencia à Portugal. Estes três ítens, os rios, a guerra e o território constituem a tríade de sustentação da conquista do Mato Grosso.

Os rios, como já foi afirmado, constituíram as grandes vias de comunicação e penetração na região, e permaneceram como a base estruturadora da sua ocupação pelos colonizadores. A guerra acompanhará também, quer real, quer virtualmente, todo o processo de formação regional, e o território adquiria no Mato Grosso, como antes se pôde constatar, a medida da coesão do domínio português na América do Sul. A estes ítens devem-se acrescentar os "famosos capitães", ou seja, os bandeirantes paulistas, responsáveis pelo desbravamento dos caminhos que permitiram desvendar a região.

Antes dos bandeirantes, a primeira via de contacto dos colonizadores europeus com a região do Mato Grosso estabeleceu-se, ainda no século XVI, por intermédio do Rio da Prata. Objecto de grande interesse por parte das duas coroas ibéricas, a descoberta do caudaloso estuário daquele rio, em 1513, provocou imediatas reacções. A coroa espanhola armou sem demora uma expedição comandada por Juan Días Solis que, em 1516, alcançou o estuário e subiu o rio até a junção dos rios Paraná e Uruguai. Malogrou no entanto a experiência de fixação de Solis, pois o capitão morreu no local e a expedição

---

[15] José Barbosa de Sá - *Relação das Povoaçoens do Cuyabá e Mato Grosso de seos principios thé os prezentes tempos.* (1775) Cuiabá : Edições UFMT, 1975, p. 10.

regressou à Espanha capitaneada por Francisco de Torres. Portugal, por sua vez, também rapidamente incorporou o grande rio na cartografia do continente americano estendendo até ele os seus potenciais domínios[16].

A primeira referência a um explorador português[17] na região do Rio da Prata surge com Aleixo Garcia, um dos náufragos da expedição de Solís, que se deixaram ficar na costa atlântica, em Santa Catarina. Seguindo indicações indígenas que veiculavam a existência no interior do continente de um rei branco e de uma serra de prata, Garcia partiu de Santa Catarina, em 1524, tendo supostamente alcançado as serras do Alto Peru e regressado ao rio Paraguai, onde viria a falecer numa emboscada. As informações sobre a existência de riquezas enviadas por Aleixo Garcia aos seus companheiros foram responsáveis pelo incremento dos mitos dos tesouros, incentivando novas explorações em direcção ao interior[18].

Quase simultaneamente, em 1527, Sebastião Gaboto, ao serviço da coroa de Espanha, subiu o rio Paraná e fundou o forte Sancti Spiritus, estabelecendo o primeiro marco físico da presença espanhola na região do rio da Prata. Gaboto continuou as suas explorações alcançando a confluência do rio Paraná com o Paraguai. No mesmo ano, entrou também no rio Paraná uma das expedições portuguesas capitaneadas por Cristóvão Jacques realizadas no intuito de "guardar a costa" atlântica da América. Em 1529, saiu do Tejo uma expedição comandada por Martim Afonso de Sousa que, entre outras funções, deveria explorar a região do Rio da Prata. O que foi feito, em finais de 1531, pelo irmão do capitão, Pêro Lopes de Souza, que subiu os rios Paraná e Uruguai até ao esteiro dos Carandins. A expedição de Pêro Lopes de Sousa procurava, uma vez mais, instituir o rio da Prata como o termo da ocupação portuguesa no continente americano[19].

Até este período ambas as coroas promoveram quase paralelamente acções de desbravamento da bacia do Prata. A partir de 1535 a Espanha tomará a dianteira, nomeando Pedro de Mendonza como primeiro

---

[16] Ver no cap. 1 as considerações tecidas sobre a ilha-Brasil. Entre os exemplos da cartografia portuguesa de seiscentos que identificam o rio da Prata como território português Max Justo Guedes cita as cartas de Jorge Reinel e Lopo Homem-Reineis. Cf. Max Justo Guedes - *A Cartografia da Delimitação das Fronteiras do Brasil no Século XVIII*. Lisboa : Comissão dos Descobrimentos, 1997, p. 10.

[17] Há informações imprecisas de uma expedição que teria partido de Lisboa, em 1513, ou em 1524, pilotada pelo famoso João de Lisboa que deveria explorar o extremo sul do continente americano. Para uma síntese das acções de exploração da região do Rio da Prata e de reconhecimento do território brasileiro no primeiro século da colonização veja-se Joaquim Romero Magalhães - *O Reconhecimento do Brasil*, in Francisco Bethencourt; Kirti Chaudhuri (dir.) - *História da Expansão Portuguesa,* vol. 1, Lisboa : Círculo de Leitores, 1998. pp. 192-221.

[18] Cf. Manuel Díaz-Marta Pinilla - *Navegación fluvial en el río de la Plata*, in "Puertos y Fortificaciones en America y Filipinas - Actas del Seminario 1984, Madrid : CEHOPU, 1985, pp. 153-170

[19] Cf. Joaquim Romero Magalhães - *op. cit.*, pp. 202-203.

"adelantado" do Rio da Prata. A expedição de Mendonza deu origem à fundação inicial de Buenos Aires, em 1536. No mesmo ano, Juan de Ayolas, seu lugar-tenente, subiu o rio Paraná e estabeleceu o forte de Corpus Christi, nas proximidades do de Sancto Spiritu. No ano seguinte, uma outra expedição fundou a vila de Assunção, já no rio Paraguai. As duas primeiras instalações não sobreviveram e apenas Assunção, declarada cidade em 1541, garantiria a ocupação espanhola da região do Rio da Prata. Mais tarde, Alvar Núñes Cabeza de Vaca, nomeado segundo "adelantado" e governador do Paraguai, realizou uma série de viagens que, partindo de Assunção e subindo o rio Paraguai, alcançaram a região do Pantanal matogrossense, o mesmo acontecendo com as expedições de Diego Martinez Irala e de Hernando de Ribera[20].

Em meados do século XVI os espanhóis estabeleceram uma efémera colónia na costa atlântica, na região de São Francisco do Sul, no actual estado de Santa Catarina. Buscavam uma comunicação directa do rio Paraguai com o Atlântico, refazendo o percurso de Aleixo Garcia e do próprio Cabeza de Vaca, que na sua chegada aportara em Santa Catarina. Embora tal estabelecimento na costa não tenha vingado, outros tiveram lugar no interior e foram bem sucedidos. Em 1557, fundou-se Ciudad Real, na confluência dos rios Paraná e Pequeri e em 1560, já no caminho de uma comunicação mais efectiva com o altiplano peruano, surgiu a primeira Santa Cruz de la Sierra (depois transladada e refundada em 1563). Em 1573, fez-se Santa Fé, no rio Paraná; em 1577, foi estabelecida Vila Rica do Espirito Santo, no rio Ivaí, na região do Guaira e, no ano seguinte, fundou-se Santiago de Jerez, no rio Mbotetey (Miranda), afluente da margem direita do Paraguai[21]. Com excepção de Santa Fé, estas últimas fundações localizavam-se entre o Sul do actual estado do Mato Grosso do Sul e o Oeste do actual estado do Paraná, no Brasil, ficando Santiago do Jerez próxima da localização contemporânea de Corumbá **(fig. 3)**.

Ficava assim estabelecida, pelos espanhóis, uma primeira rede de conexões entre as serras peruanas - La Plata e Potosi, em especial - e a saída Atlântica, via rios Paraná/Paraguai/Prata, que se virá a reafirmar, em 1580, com a segunda e definitiva fundação de Buenos Aires e a fundação de Corrientes, na confluência dos rios Paraná e Paraguai, em 1588. A implantação, a partir de 1610, de vários núcleos de missões jesuíticas de índios guaranis, completavam o quadro da iniciativa espanhola de ocupação da região. Os missionários

---

[20] Cf. Manuel Díaz-Marta Pinilla - *op., cit.*, pp. 153-170.

[21] Cf. Alberto de Paula - *Las Ciudades fortificadas y el territorio en el cono sur americano (1527 a 1810)*, in "Estudios sobre Urbanismo Iberoamericano: Siglos XVI al XVIII", Sevilha : Junta de Andalucia; Consejeria de CulturaAsesoria Quinto Centenario, 1990, pp. 356-413.

instalaram-se na região dos rios Guaira e Iguaçu (1610-1628), nas imediações de Ciudad Real, assim como na região dos rios Paraná e Uruguai (1610-1629 / 1626-1632), nas proximidades de Vila Rica do Espírito Santo. Posteriormente viriam a fundar ainda outros núcleos de missionação na área do Itatin (1632-1650), cerca de Santiago do Jerez e, mais ao sul do continente, na região do Tape (1632-1634). Já na década final do século XVII e no início do XVIII surgiriam os núcleos de missionação localizados mais no interior do continente, na efectiva fronteira com o Mato Grosso: tratavam-se das Missões de Chiquitos (1692-1760) e de Moxos (1700-1760) [22] **(fig. 3)**.

Entretanto, a colonização portuguesa, realizada a partir do Atlântico, contava na sul do continente americano com a vila de São Vicente, criada em 1532 por Martim Afonso de Sousa, a vila de Santos, estabelecida em 1545, a uma légua de São Vicente e as povoações de Itanhaém (1561), Iguape (1577) e Cananéia (1587), todas instaladas no litoral[23]. A vila de São Paulo, criada em 1554, era o único núcleo estabelecido no interior do continente. Dali partiam as famosas "bandeiras"[24] de exploração do interior.

O caminho dos paulistas, era também feito, prioritariamente, através dos rios, atravessando a bacia platina no sentido Leste-Oeste. Alcançavam o rio Paraguai percorrendo os afluentes de ambas as margens do rio Paraná. Passavam dos afluentes da margem esquerda para os da direita e depois de percorrerem algumas áreas por terra entravam finalmente nos afluentes do Paraguai. O Tietê, o Grande e o Paranapanema eram as principais vias que permitiam chegar até o rio Paraná, a partir daí o rio Pardo surgia como um dos percursos mais utilizados no caminho para Oeste assim como o próprio Paraná, em direcção ao Sul.

Organizados em tropas de combate e saque, de nítido carácter militar, os paulistas arriscavam a penetração no interior em operações de resgate que se poderiam identificar como uma verdadeira caça ao indígena, que era depois negociado e vendido como escravo. É neste âmbito que se vão dar os grandes embates dos bandeirantes com os jesuítas instalados nas missões.

---

[22] Cf. Ernesto J.A.Maeder; Ramón Gutierrez - *Atlas Historico y Urbano del Nordeste Argentino. El medio Físico, el poblamiento prehispánico y la época colonial (1500-1810)*, Resitência : Instituto de Investigaciones Geohistoricas; Conicet; Fundanord, 1994, pp. 56-57.

[23] Cf. Nestor Goulart Reis Filho - *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil*. São Paulo : Pioneira, 1979, p. 85.

[24] É consideravelmente vasta a bibliografia sobre o movimento das bandeiras, analisando as sua motivações e consequências. Entre os títulos já clássicos vejam-se as obras de Capistrano de Abreu - *Capítulos de História Colonial*, Rio de Janeiro, 1907; Afonso Taunay - *História Geral da Bandeiras Paulistas*, São Paulo, 1924-50; Sérgio Buarque de Holanda - *Caminhos e Fronteiras*, São Paulo, 1957 e Jaime Cortesão - *Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil*, Rio de Janeiro, 1958. Entre os títulos mais recentes veja-se o estudo de John M. Monteiro - *Os Negros da Terra*. São Paulo : Companhia das Letras, 1998, que aborda mais especificamente as condições do apresamento e da escravatura indígena.

Depois de terem assolado as tribos que viviam espalhadas pela região, as bandeiras investiram contra as missões numa busca de presas fáceis e, relativamente menos apetrechadas para se defenderem. Entre os anos 20 e 40 do século XVII arrasaram, sucessivamente, vários acampamentos missionários gerando o pânico entre a população e causando um verdadeiro genocídio que obrigou os padres a empreenderem um dramático êxodo, transferindo os índios sobreviventes quer mais para Oeste, criando assim as missões do Itatin, quer ainda mais para o Sul, dando origem às missões do Uruguai e do Tape. Do mesmo modo, os ataques dos paulistas afugentaram os colonos espanhóis provocando o abandono de Ciudad Real, Vila Rica do Espírito Santo e Santiago de Jerez, conforme refere José Barbosa de Sá no trecho que citámos no início deste ítem.

Está-se assim, em termos evolutivos e no contexto da ocupação daquela área, perante a passagem de uma situação de preponderância da acção espanhola, que na segunda metade de Quinhentos detinha os pontos avançados de ocupação do território, para a crescente pressão por parte dos portugueses, especialmente a partir da primeira metade do século XVII, quando as investidas bandeirantes estabelecem na região um verdadeiro quadro de guerra.

A situação vivida nas missões era de tal modo violenta que os padres obtiveram permissão, em 1636, para estabelecer a defesa dos índios com armas de fogo. No entanto, a eficácia das bandeiras sobre as populações indígenas manter-se-ia crescente e inabalada até cerca de 1638, quando os paulistas começaram a sofrer os primeiros reveses. A grande derrota bandeirante ocorrerá em 1641, na famosa batalha de Mboreré, na qual os guaranis puseram em fuga os paulistas. Mas nessa esta altura já não era possível reverter o quadro estabelecido e, em termos práticos, as missões tinham sido definitivamente expulsas da região do Guaira e do Itatin, sobrevivendo apenas as do Sul, que continuaram entretanto a sofrer ataques[25].

Depois de 1641, não por acaso coincidindo com a Restauração, o movimento bandeirante, na sua globalidade, sofreu uma sensível mudança. Com a maior entrada de escravos negros, o apresamento dos índios foi progressivamente deixando de ser um negócio rentável desviando, em parte, o interesse dos bandeirantes das expedições de resgate para outro tipo de projectos que envolviam a própria Coroa. Como noutra ocasião já tínhamos feito notar, na administração do Brasil, muitas vezes, o poder central fez uso dos

[25] Cf. Jonh M. Monteiro - *Bandeiras*, in "Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil", Lisboa: Verbo, 1994, pp. 96-98.

particulares como se fossem seus "funcionários"[26]. Aqui voltava a repetir-se a mesma situação. Reordenando a penetração no interior já iniciada pelos paulistas, a Coroa armou expedições, com os próprios bandeirantes, que visavam tanto a repressão (e extinção eventual) de alguns grupos indígenas, como a prospecção de minas e, numa escala maior, a garantia dos avanços territoriais. Para tais expedições contava-se com a experiência e força combativa dos bandeirantes, a quem a Coroa abertamente aliciava através de promessas de concessão de cargos e títulos[27].

Assim, os bandeirantes surgiam como os combatentes de uma guerra que era dirigida, em princípio, contra os índios, mas que permitia estabelecer condições de exercício do poder sobre o espaço. Em consequência do poder conquistado foram também protagonistas de um outro combate, este claramente controlado pelo Estado, que reivindicava não um maior espaço de acção para as investidas e os resgates, mas que buscava o efectivo domínio territorial do interior do continente americano. E para a obtenção de tal desiderato as incursões dos bandeirantes foram fundamentais.

Entre 1648 e 1651 ocorreu a mais famosa e mais significativa das expedições realizadas no território do Mato Grosso em todo o século XVII, a dita "bandeira dos limites" de Raposo Tavares **(fig. 6)**. Detentor de um vasto "curriculum" de violentas e sangrentas batalhas no Guaira e sendo conhecido como um dos mais destemidos chefes paulistas, Raposo Tavares organizou com o apoio da Coroa, em 1648, uma ambiciosa bandeira com duzentos brancos e mamelucos e mais de mil indígenas, que partiu para Noroeste em demanda do que poderia ter restado das Missões do Itatin. Apesar de ter obtido a destruição da última das reduções da região, a expedição foi praticamente rechaçada pelos índios e castigada pela fome e pelas dificuldades do mato acabando por se desmembrar. Alguns dos participantes regressaram para São Paulo, enquanto outros, incluindo o próprio Raposo Tavares, aparentemente perdidos, embrenharam-se no território em direcção aos Andes alcançando talvez Santa

---

[26] Cf. Renata M. Araujo - *As Cidades da Amazónia no século XVIII. Belém, Macapá e Mazagão*. Porto : FAUP edições, 1998, p. 28.

[27] Raimundo Faoro explica cabalmente o processo ocorrido ao afirmar que "*O conquistador* (bandeirante) *é, basicamente, um militar, comissionado nessa categoria ou com o cargo à época atribuído à milícia. Militar mais guerreiro do que burocrata, dentro do sistema dos séculos XVI e XVII: Sua empresa obedecia a um desígnio público, mas se alimentava de vantagens pessoais, capazes de equipar a tropa e assegurar o lucro da actividade. Não seria crível que o devassamento dos sertões, a escravização do índio, atos em principio proibidos com reserva de autorização, se levassem a cabo sem a anuência das autoridades*". Raimundo Faoro - *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. 6ª ed. Porto Alegre : Globo, 1984, vol. I, p. 158. Com efeito, também não seria crível que o Estado abdicasse da sua noção patrimonialista da terra, em prol dos aventureiros. Nesse sentido, o texto de José Barbosa de Sá citado no início deste ítem é uma vez mais exemplificativo, pois indica que todas as conquistas protagonizadas pelos "famosos capitães" eram realizadas na sua condição de "fiéis portugueses", em nome da Coroa de Portugal.

Cruz de la Sierra. Perseguidos novamente pelos indígenas, os bandeirantes desceram o rio Grande, por onde encontraram a confluência dos rios Mamoré e Guaporé e, penetrando no Madeira e no Amazonas, acabaram por atingir a fortaleza do Gurupá, no Baixo Amazonas, cumprindo pela primeira vez a "circum-navegação" do Brasil. A viagem terminou em Belém, tendo merecido do Padre António Vieira o famoso comentário que a reputava como "*uma das mais notáveis que até hoje se tem feito no mundo*"[28].

E de facto, como Vieira certamente concordaria, a notabilidade da expedição residia menos nos méritos guerreiros dos bandeirantes, de quem o padre era tão crítico quanto os demais jesuítas, e mais na resistência demonstrada pelos viajantes e no "descobrimento" que a viagem continha, dando a conhecer a possibilidade da ligação entre as bacias do Prata e do Amazonas.

Se a possibilidade da comunicação fluvial interna do continente era do conhecimento indígena e era intuída pelos colonizadores, mais ainda o seria entre os missionários que lidavam com maior proximidade com os índios e que tinham eles próprios feito grandes incursões no interior do continente americano. Nesse sentido, talvez não seja absurdo crer que, embora o próprio Raposo Tavares possa não ter tido a dimensão exacta da sua façanha, ela pôde ser apreendida de uma maneira global por quem detinha a visão mais abrangente sobre o território e aqui caberá referir tanto às coroas ibéricas, quanto às missões jesuíticas. Note-se que quando Pedro Teixeira alcançou, em 1639, a boca do rio do Ouro, estabelecendo o marco simbólico da penetração portuguesa na bacia amazónica, contava, entre as testemunhas do acto, com os missionários jesuítas enviados pela Real Audiência de Quito.

Os dez anos que separam as viagens de Pedro Teixeira e Raposo Tavares foram decisivos para a compreensão da estrutura geral da hidrografia continental e, consequentemente, para o estabelecimento de uma ideia mais precisa do território, vinculando, reciprocamente, os conhecimentos parciais que se tinham do Norte e do Sul. Conhecimentos esses que, embora efectivamente descortinados, precisariam de cerca de mais cem anos para serem definitivamente fixados, como adiante se verá.

Com efeito, a ideia do território em causa era de certo modo partilhada, em níveis diversos, por agentes e estruturas de poder que o reivindicavam também de maneira distinta. Como explica David Davidson o processo de

---

[28] Cf. Jaime Cortesão - *Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil*. Rio de Janeiro : Ministério de Educação e Cultura, Imprensa Nacional, 1958.

integração da região do Mato Grosso, desde o primeiro capítulo da sua história, contou com a participação de quatro "grupos" que interagiram a vários níveis, estabelecendo um conjunto de relações complexas. Eram eles as coroas portuguesa e espanhola e os seus respectivos grupos de "fronteiros": os desbravadores do Mato Grosso e os missionários jesuítas. Todos esses "agentes" actuaram naquela região influenciando-se mutuamente, avançando e recuando em todas as frentes[29].

Se, por um lado, pode dizer-se que o pioneirismo na acção desbravadora cabe às expedições portuguesas, por outro lado, a visão geo-política dos missionários castelhanos era provavelmente também alargada. O que parece evidente é que o processo de ocupação e reivindicação da região não foi apenas cumulativo, no sentido de que os conhecimentos sobre o próprio território aumentaram progressivamente com as viagens e as explorações. Na verdade, todo o processo se baseava em pressupostos eminentemente relacionais. Ou seja, não era possível, para qualquer dos agentes actuantes no processo, sustentar a posse da região com o simples argumento da prioridade dos avanços sobre o território. Pelo contrário, a base de sustentabilidade da posse residia, sobretudo, na capacidade de manutenção dos vínculos desse território à estrutura que o reivindicava para si. Neste sentido, cabe notar uma possível diferença essencial entre a actuação missionária e a acção bandeirante-estatal.

Observa-se no mapa que os jesuítas detiveram "ilhas" dentro do território, as quais, ao longo do tempo, foram transferidas, empurradas, alargadas, ou diminuídas **(fig. 3)**. Historicamente, eram "ilhas" de defesa dos próprios índios perante a cobiça e os ataques dos colonos. Graciela Viñuales, em um trabalho sobre as missões guaranis, nota que os vários grupos de índios reunidos pelos missionários reconheciam em si próprios uma raiz comum, no entanto as lutas tribais e os receios recíprocos não estavam ausentes de todo entres eles[30]. O trabalho missionário procurava, em muitos aspectos, incentivar a criação de uma

---

[29] "*The process by which the Brazilian West was won can be clarified within a framework of intersecting national and international relations of four parties: the imperial states of Portugal an Spain, and their respective groups of freelances - the paulistas, miners, and merchants of Mato Grosso, and the Jesuit (...)missions. Interplay occurred along international or horizontal lines between the imperial states, and between their freelances. Simultaneously, national or vertical interplays envolved between the metropolitan governments and their freelances. Both national and international relationships were characterized by conflict, accommodation, and other more ambiguous forms of mutual influence; and from the intersections of these relationships in Europe and America, policy and action on both sides of the frontier were shaped*". Cf. David M. Davidson - *How the Brazilian West was won: Freelance & State on the Mato Grosso Frontier, 1737-1752*. in "Colonial Roots of Modern Brazil", Berkley. Los Angeles, London : University of Califórnia Press, 1973, p. 64.

[30] Cf. Graciela Maria Viñuales - *Las Missiones Jesuíticas del àrea Guaraní: un urbanismo alternativo*, in "Estudios sobre Urbanismo Iberoamericano Siglos XVI al XVIII", Sevilha : Junta de Andalucia, Assessoria Quinto Centenário, Consejeria de Cultura, 1990, p. 328.

consciência indígena para além dos grupos tribais que era fundada, obviamente, nos valores do cristianismo. As missões funcionavam com uma organização territorial interna bastante desenvolvida, que fazia uso das redes fluviais, estabelecendo uma distribuição entre os aldeamentos e os campos de cultivo, com os respectivos caminhos e ligações. As próprias reduções, enquanto instalações urbanizadoras[31], constituíam, a vários níveis, um elaborado processo de territorialização. Algumas capelas marcavam o espaço rural circundante das aldeias, sacralizando-o e incorporando-o ao território missionário, assim como também era buscada a ligação entre as diversas reduções, estabelecendo-se inclusive trocas de produtos e comércio entre elas.

O facto das missões se constituírem como territórios organizados com uma certa autonomia, que inclusive guardava dados da própria organização social dos grupos indígenas, respeitando os vínculos e as relações já previamente estabelecidas por eles no espaço, contrastava, sobremaneira, com o território "abstracto" reivindicado pelos bandeirantes, que dele pretendiam subtrair os índios (e consequentemente o seu território) para estabelecer o direito de "conquista" e de ocupação da terra em si.

A par da alegação do direito implícito ao território, que se baseava na suposta divisão da terra americana entre os portugueses e os espanhóis, os bandeirantes também apelavam para as implicações da sua conquista efectiva aos índios. O mito da conquista é recorrente e real ao longo de todo o processo de incorporação territorial da colónia. O epíteto de "conquistador" foi várias vezes reivindicado pelos desbravadores que pediam mercês à Coroa pelos seus feitos na "devassa do gentio" ou no desbravamento de regiões hostis. Todo o processo de avanço e apropriação do espaço foi, com efeito, acompanhado de uma gradual submissão dos naturais da terra feita, via de regra, à custa dos violentos métodos da guerra.

Assim, quando cerca de cinquenta anos depois da iniciativa de Raposo Tavares outros bandeirantes retomaram a exploração da região e ali encontraram ouro, voltaram a evocar para a génese da constituição daquele território tanto as viagens feitas pelos anteriores bandeirantes - pelo direito que a sua passagem constituíra, enquanto descoberta do caminho, assim como as guerras que tinham sustentado com os índios e missionários - pela conquista que representavam. Assumiam, portanto, no momento mesmo da sua fixação na área, o direito àqueles territórios que afirmavam ser duplamente da Coroa de

[31] Idem, p. 329. "*Reducir significava, em certa medida, urbanizar. Significava también acortar el numero de aldeias en pro de la formacion de pueblos mayores*."

Portugal, quer por ter sido "descoberto" pelos portugueses, quer por ter sido por eles "conquistado" aos gentios.

2.3. A Miragem do Ouro

Reza a história que o ouro do Mato Grosso foi encontrado por acaso. Duzentos anos depois de Aleixo Garcia ter supostamente passado por ali em busca das riquezas descritas pelos índios, Pascoal Moreira Cabral, quando procurava índios, acabou por encontrar ouro. O "descobrimento novo" do Cuiabá foi comunicado à capitania de São Paulo, em certidão datada de 8 de Abril de 1719, requerendo-se para o bandeirante descobridor a função de guarda-mor regente das minas. A notícia da nova mina, e a imediata fama da sua prodigalidade, divulgada pelos descobridores como "*a manxa de ouro mais copiosa que se tem achado em todo o Brazil*"[32] atraiu uma grande quantidade de desbravadores, oriundos especialmente de São Paulo.

Depois da complicada questão da guerra dos emboabas[33] nas Minas Gerais, as jazidas de Cuiabá pareciam aos paulistas uma hipótese de um reduto garantido para a sua acção, posto que, de certa maneira, o seu único "caminho" viável era o que começava em Araritaguaba, a cerca de 160 quilómetros de São Paulo. A partir daí era o difícil percurso através dos rios até se alcançarem as nova minas, o que também contribuiu para o imaginário mirífico que estas representaram logo nos primeiros anos da sua descoberta[34].

Apesar das dificuldades, levas sucessivas de expedições chegaram ao arraial do rio Cuiabá, dando origem a povoação do mesmo nome[35]. Arranchado sobre as próprias jazidas o povoado instalou-se ao longo do córrego da Prainha,

---

[32] José Barbosa de Sá - *op., cit.,* p. 15.

[33] "Emboabas" era a designação genericamente dada pelos paulistas aos "forasteiros" que tinham atingido a região das minas depois dos pioneiros bandeirantes. Sob tal nome incluíam não apenas os reinóis como os oriundos de outras regiões do Brasil. A "Guerra dos Emboabas" diz respeito à disputa que se gerou entre os dois grupos - emboabas e paulistas - pelo controle das minas. Num primeiro momento os emboabas, mais bem armados, conseguiram obter o controle da região assumindo o governo, em 1708, o reinol Manuel Nunes Viana, influente comerciante e minerador vindo da Bahia. Embora a criação da capitania das Minas e São Paulo, em 1709, tenha, aparentemente, restituído o prestígio dos paulistas na região, tal situação duraria apenas até 1720 quando a capitania foi novamente desmembrada e as Minas Gerais passaram a ter governo autónomo. Cf. C.R. Boxer - *The Golden Age of Brazil: Growing Pains of a Colonial Society 1695-1750*, (1962) Manchester : Caracanet Press, 1995, pp. 61-83 (Chapter III - "Paulistas and Emboabas").

[34]. José Barbosa de Sá - *op. cit.,* p. 15 "*soou a fama do Cuyabá thé os confins do orbe passando os limites do Brazil a Portugal e dahy aos Reynos extrangeiros tanto que chegarão a exageraçóens fabullosas dizendo-se que (...) de ouro erão as pedras em que nos fogoens se punhão as panelas e que para o apurar (sic) não era necessario mais que arancar as tosas de capim que nellas vinhão pegadas as folhetas*"

[35] "*Divulgada a noticia pellos povoados foi tal o movimento que cauzou nos animos que das minas gerais Rio de Janeiro e de toda a capitania de Sam Paulo se aballarão muitas gentes deixando cazas, fazendas, mulheres e filhos botando-se para estes sertões como se fôra a terra de promissam ou o Parahyso incoberto em que Deus pos os nossos primeiros paes*". Cf. José Barbosa de Sá - *op. cit.,* p. 12.

um pequeno curso fluvial tributário do Cuiabá. Na margem esquerda estavam as lavras onde se minerava e onde o povoado convivia com os espaços de produção aurífera. Na margem direita acomodavam-se as casas e, em 1723, iniciou-se a construção da primitiva igreja do Bom Jesus do Cuiabá, que viria a ser a matriz da vila. O porto geral da povoação, por onde se estabelecia toda a comunicação com o resto da colónia, ficava no rio Cuiabá, a cerca de meia légua do núcleo populacional[36].

Até a sua morte, em 1724, Pascoal Moreira Cabral manteve o cargo de guarda-mor das minas de Cuiabá que se geriam entre conflitos e desvios de toda a ordem. Em 1721, Rodrigo César de Menezes tomou posse do governo da capitania de São Paulo, então autonomizada de Minas Gerais. A área de jurisdição da nova capitania abarcava as regiões de Goiás e Mato Grosso, recém identificadas como zonas auríferas. Com recomendações expressas para estabelecer convenientemente a cobrança fiscal em todo o território sob a sua alçada, o governador nomeou, em 1724, Fernando Dias Falcão e João Antunes Maciel como superintendentes da área de Cuiabá. Com difíceis condições de abastecimento e sofrendo sucessivos ataques indígenas os conflitos continuavam a proliferar no povoado, assim como as evasões fiscais. Em 1726, o governador deslocou-se a Cuiabá com o intuito de a erigir em vila e aí criar justiças.

No primeiro dia de Janeiro de 1727 levantou-se o pelourinho e fundou-se oficialmente a Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá com a respectiva instituição do senado da câmara. Rodrigo César de Menezes permaneceu dezoito meses em Cuiabá, mas a sua presença não impediu que a vila continuasse a ser um espaço profundamente conflituoso, a que a cobrança mais rigorosa dos direitos reais só veio agravar. Depois da partida do governador sucederam-se incidentes dos mais variados tipos entre os representantes do poder, ao mesmo tempo que os ataques indígenas às monções continuavam a castigar a povoação.

Denominavam-se de monções as expedições provenientes de São Paulo (povoado) constituídas por pessoas e por carregamentos de víveres destinados a abastecerem as minas do Cuiabá[37]. Por questões de segurança tinha-se

---

[36] Cf. Carlos Rosa - *Evolução Urbana de Cuiabá: Notas Históricas*, in "Caderno de Documentos nº 2 - Estudos de Tombamento", Rio de Janeiro : Ministério da Cultura, IPHAN, 1995, pp.99-122.

[37] Utilizando basicamente os mesmos percursos feitos anteriormente pelas bandeiras de apresamento, as monções estabeleciam a comunicação da região do Mato Grosso com o resto da colónia, desta feita com objectivos comerciais. De Araritaguaba, no rio Tietê (actual Porto Feliz no interior de São Paulo) partiam as expedições cuja composição variava entre 50 a 300 canoas, transportando até 3000 pessoas, para além de diversas toneladas de carga que incluía todo o tipo de mercadorias. A viagem até Cuiabá durava em média de cinco a sete meses e o regresso fazia-se em cerca de quatro meses. A maior dificuldade do percurso era a passagem do estreito de Camapuã, onde se tinha de transportar toda a carga por terra, incluindo as próprias canoas. Fizeram-se excelentes estudos sobre as monções, que é um dos temas melhor

determinado que a partida destas expedições se fizesse apenas uma vez ao ano, aproveitando a melhor época para a travessia dos rios e usufruindo de melhores condições de defesa contra o assédio dos índios. Condicionada por este abastecimento periódico e por uma gestão pouco equilibrada dos recursos naturais da região, que praticamente não era cultivada, a vila sofria de grandes carências, que se traduziam em fomes e pestes generalizadas. O ouro, por sua vez, também começava a rarear. O período efectivo de extracção contínua das minas de Cuiabá, que nunca chegaram a ser tão abundantes quanto fora divulgado, durou até 1730.

Perante as difíceis condições que a povoação apresentava para a sua manutenção, em risco de ser abandonada pela população, emite-se, em 1732, uma carta régia em que se determinava que *"se fizesse toda a humana diligencia por se conservar a povoação nesta villa ainda que faltassem os descobrimentos das minas"*[38]. Entretanto, em 1733, descobrem-se novas lavras no rio Galera, no "Mato Grosso dos Parecis", que viriam a dar origem a criação do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada e, nos anos seguintes, a outros arraiais que passaram a ser identificados no seu conjunto como "Arraiais do Mato Grosso" **(fig. 4)**.

Essas novas minas vieram dar alento ao incipiente povoamento da região, provocando a chegada de uma renovada leva de imigrantes. E, por outro lado, contribuíram para reforçar a preocupação da Coroa com a manutenção e a segurança da área, já manifestada na carta régia de 1732.

A criação da Colónia do Sacramento, em 1680, confirmara como ponto extremo a Sul, a política de fixação de balizas da presença portuguesa ao longo do vale dos rios Paraná e Paraguai. A sequência desta linha virtual para Oeste e Norte ia de encontro à região das minas do Cuiabá e agora também às do Mato Grosso, localizadas ainda mais ao Norte do que as primeiras. As preocupações com a manutenção da soberania sobre essas áreas ultrapassavam as questões iniciais relacionadas com a garantia de cobrança fiscal que tinham movido a instalação da vila de Cuiabá.

É sabido que desde 1722, data da publicação em França do famoso mapa de De Lisle, que inseria o vale do Paraguai e a bacia do Prata em áreas claramente "espanholas", a Coroa Portuguesa aumentara as suas preocupações com a definição das fronteiras das suas possessões na América

---

tratados da historiografia brasileira. Entre os principais títulos encontram-se os trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda - *Monções* (1945), São Paulo : Brasiliense, 1990 e o capítulo "Frotas de Comércio", in *Caminhos e Fronteiras* (1956), São Paulo : Companhia das Letras, 1994, pp. 135-154.

[38] AHU Mato Grosso caixa 2 doc 10. 4 de Setembro de1738. Petição dos Oficiais da Câmara de Cuiabá ao Rei. Citam a Carta Régia de 23 de Janeiro de 1732.

do Sul. A missão dos padres matemáticos, já largamente estudada por Jaime Cortesão[39], teve inicio em 1730, e entre as intenções prioritárias afectas ao seu trabalho estava a realização de um mapa, o mais acurado possível, dos avanços que tinham sido realizados no interior, especialmente nas regiões minerais. Ainda que o Mato Grosso não tenha sido alcançado pelos levantamentos e medições realizados pelos padres, a conjugação dos conhecimentos recolhidos pelos próprios bandeirantes e as informações mandadas à Corte sobre os descobrimentos auríferos esclareciam a sua posição avançada para Oeste e a necessidade urgente de garantir o seu enquadramento mediante o estabelecimento de povoados e da instalação de estruturas que os defendessem.

Há que considerar que, do lado espanhol, também se avolumavam preocupações similares sobre a região central do continente. A chegada, em 1723, de Francisco Palheta, à Santa Cruz de la Sierra, vindo de Belém do Pará, via Amazonas-Madeira-Mamoré, dera aos espanhóis uma visão do alcance possível das entradas portuguesas estabelecidas a partir do Norte[40]. A notícia do descobrimento de minas "algures no Paraguai" só atravessou a "fronteira" cerca de 1734 provocando grande surpresa e inquietação entre os responsáveis pela defesa da área que entretanto, não conseguiam precisar as informações divulgadas. Os depoimentos de Francisco Esteves Cervera, em 1735, e do capitão Juan Antonio de la Colina, em 1737, ambos vindos do Brasil, garantem às autoridades espanholas instaladas no Peru e em Buenos Aires a existência e continuidade daquelas minas. O governo de Madrid é então abundantemente notificado e iniciam-se pressões recíprocas (entre a Corte, os governadores e os missionários) no sentido de se obter a localização precisa das minas do Mato Grosso e a identificação do perigo efectivo que a situação criava às suas possessões[41].

No entanto, por diversos motivos, e a despeito do seu real interesse em obter as mais acuradas notícias sobre os avanços dos vizinhos, o governador de Santa Cruz de la Sierra, Francisco Antonio Ceballos, pouco conseguiu saber até 1738, contando apenas com as informações prestadas pelos padres das missões de Moxos e Chiquitos. No informe fornecido ao governador pelo padre Augustin Castañares, provincial das missões, Ceballos tem a comprovação da existência das minas do Cuiabá e do Mato Grosso, que sabe serem as mais próximas das

---

[39] Cf. Jaime Cortesão - *A Missão dos Padres Matemáticos no Brasil*, in "Studia", nº 1, Lisboa, Janeiro, 1958 e *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid Vol II*. Lisboa : Livros Horizonte, 1984, pp.483-507.

[40] Cf. J. Capistrano de Abreu - *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, Belo Horizonte : Itatiaia, 1989, pp. 119 -134 ("A Bandeira de Francisco de Mello Palheta ao Madeira e o documento da narração da viagem")

[41] Cf. David Davidson- *op. cit.*, p. 78-81.

missões espanholas. Mas, para além de não ter dados exactos sobre a sua localização foi sugerido pelo jesuíta que estas estivessem melhor apetrechadas para a sua defesa do que de facto estavam, contrariando assim a hipótese de um ataque militar que chegou a estar nas intenções de Ceballos[42].

No Mato Grosso, a preocupação com a defesa do território começa também a estar cada vez mais presente. Em 1739, o ouvidor do Cuiabá, João Gonçalves Pereira, apresentava à Corte o projecto de realização de uma bandeira de inquérito às povoações castelhanas, afirmando ser patente que os espanhóis não só mantinham contacto com os índios da região "*como também entravam em explorações no território daquelas minas*"[43]. Alegando a necessidade da defesa das minas, o Ouvidor sugeria a construção de uma fortaleza no Rio Cuiabá e pedia que se criassem medidas de incentivo para ali se estabelecerem povoações.

O parecer do Conselho Ultramarino aprovou de imediato as razões apontadas pelo ouvidor sugerindo a criação de uma vila e exortando o empenho para que toda a região das minas fosse mais povoada no sentido de melhor se defender das eventuais investidas castelhanas[44].

Ainda antes da obtenção da autorização régia, ou da aprovação do governo de São Paulo[45], realizou-se a bandeira prevista que, segundo o relato de José Barbosa de Sá, utilizou o caminho "*seguido dos missionarios que ja antes costumavão passar da provincia de Santa Cruz para cá a nossa parte e reduzir os gentios destes nossos destrictos*"[46]. Alcançaram, em 1740, a redução de San Rafael, um dos aldeamentos das missões de Chiquitos, provocando, uma vez mais, reacções por parte dos vizinhos, tanto no que dizia respeito às questões de defesa recíproca, como relativamente aos propósitos comerciais dos cuiabanos, então revelados pelo comandante da expedição António Pinheiro de Faria, que foram veementemente recusados pelos missionários[47].

---

[42] Idem.

[43] AHU Mato Grosso caixa 3 doc 6 . 13 de Fevereiro de 1741. Carta de D. Luís de Mascarenhas ao Conselho. Em anexo carta do Ouvidor João Gonçalves Pereira datada de 6 de Setembro de 1739.

[44] Idem. "*e para que se não animem a fazer nellas alguma uzurpação, será conveniente haver no sito do Matto Grosso forças com que se possam rebater as suas entradas, por serem aquellas minas as mais interiores no sertão que tem descoberto os portuguezes. (...) conseguindose o estabelecimento de uma povoação numeroza ficara com ella mais facil a fortificação quando V. Magde a tenha por conveniente naquelle sitio, aonde V. Magde sendo servido pode mandar estabelecer hua villa, que tenha por destricto desde o Cubatão, principal desembocadouro do Rio Jauru, ultimo dos que se navegão indo do Cuyaba para o Matto Grosso, e compreenda o sitio destas minas desde Cubatão para o Poente*".

[45] Ver nota 10 deste capítulo.

[46] José Barbosa de Sá - *op. cit.*, p. 39.

[47] Ver cap. 1, notas 79 e 80.

Assustados com a iniciativa da visita dos cuiabanos, os jesuítas acautelaram-se informando com mais precisão as autoridades de Madrid e da colónia sobre a localização das minas e da povoação de Cuiabá. O governador do Paraguai, D. Rafael de La Moneda, ouviu desta feita, em 1741, o Pe. Castañares finalmente dizer quão próximos estavam os aldeamentos missionários dos arraiais portugueses. Nesta ocasião, Francisco António Ceballos, então governador de Buenos Aires, voltou a cogitar e a insistir junto da Corte de Madrid, sobre a necessidade de se realizar uma expedição contra os portugueses que pusesse termo à sua "invasão do Oeste", expedição para a qual, no entanto, não obtém autorização[48].

Em 1742, os jesuítas receberam nova visita inesperada, agora nas missões de Moxos, mais a Norte. Os mineiros recém-instaladas nas proximidades do rio Galera, empurrados pelas dificuldades de abastecimento e pela escassez dos filões em prospecção naquelas minas voltaram a organizar bandeiras de exploração da região. Visavam encontrar novas minas, e uma vez mais, procuravam o contacto com as povoações castelhanas, com quem pudessem fazer comércio. Descendo o rio Galera acabaram por encontrar o Guaporé e entrar depois no Mamoré estabelecendo comunicação com a região de Moxos. Mas quando Manuel Félix de Lima e Francisco Leme do Prado alcançaram a missão de São Miguel e voltaram a fazer propostas de comércio, foram novamente recusados pelos padres.

No regresso, a bandeira dividiu-se. Enquanto Leme do Prado tornou a subir o Guaporé a caminho das minas, Manuel Félix de Lima, seguiu o curso desse rio até encontrar o Madeira e, refazendo o percurso que Raposo Tavares tinha feito no século XVII, chegou a Belém do Pará, em 1743 **(figs. 5/6)**. Tanto Félix de Lima, como Leme do Prado foram submetidos a questionários e interrogatórios sobre as suas viagens, que marcaram definitivamente um novo rumo no quadro dos contactos regionais. Aquele percurso confirmava de maneira inequívoca a possibilidade de se estabelecer a comunicação das minas do Mato Grosso com o Pará, através do Guaporé, ao mesmo tempo que confirmava a proximidade das povoações castelhanas e o perigo que isso representava.

Félix de Lima, sob a acusação de ter violado a lei de 1733, que proibia a abertura de novos caminhos para as minas, foi preso e enviado para Lisboa pelo governador do Pará. A despeito de tal procedimento dissuasor, instalou-se, a partir desse momento, uma discussão sobre o caminho do Pará que irá

[48] V. David Davidson- *op. cit.*, p. 78-81.

acompanhar o início do processo de instalação da capitania, como adiante se analisará[49]. Entretanto, no Mato Grosso, Leme do Prado, depois de ouvido pelas autoridades foi, juntamente com José Barbosa de Sá, ostensivamente reenviado à Moxos pelo ouvidor João Gonçalves Pereira para assim precisar as informações sobre a localização dos aldeamentos missionários. Nessa segunda viagem, realizada em 1743, encontraram no caminho a nova redução de Santa Roza, recém-fundada na margem direita do Guaporé, onde tiveram uma recepção muito pouco amistosa por parte dos missionários, que então pretendiam, em nome da Coroa de Espanha, vetar a passagem dos portugueses pelo rio Guaporé[50].

A nova fundação castelhana era, evidentemente, uma reacção à viagem anterior dos portugueses. Os contactos entre os missionários e os mineradores do Mato Grosso tinham provocado, em ambos os lados, a aceleração de um processo mútuo de tomada de posição e de efectiva reivindicação de posse do território. Após a fundação de Santa Roza, os padres de Moxos avançariam ainda com a criação de mais duas reduções localizadas na margem oriental do Guaporé, São Miguel, criada em 1744, e São Simão, fundada dois anos depois **(fig. 5)**.

Alertada a Coroa de Portugal, com as informações detalhadas sobre as povoações de Moxos fornecidas pelo ouvidor do Mato Grosso, e com os novos interrogatórios feitos na Corte a Manuel Félix de Lima, a noção sobre fronteira Oeste, e os eventuais problemas com os vizinhos de Castela passou a ser bem mais acurada. Nos meios políticos da Corte e da colónia, as minas do Mato Grosso ocupavam cada vez mais uma posição de relevo entre as preocupações relativas à defesa territorial do Brasil.

O Conselho Ultramarino retomou então o processo, iniciado em 1740, que visava a criação de uma nova vila no distrito das minas para garantir a sua defesa. Em relatório e parecer apresentado ao rei, em 26 de Abril de 1746, os conselheiros anexaram as cartas do Ouvidor do Cuiabá, as consultas feitas aos governadores de São Paulo e do Rio de Janeiro, e os pareceres dos procuradores da Fazenda e da Coroa. Estavam todos cientes "*que estes nossos confinantes tem muitas povoações grandes junto das nossas terras, e que do seu partido estão muitos indios domesticos, e guerreiros, o que tudo faltava da nossa parte, ao mesmo tempo, que nella se achavam minas de ouro, e diamantes, que tanto pellos generos, como pella abundancia são muito mais*

[49] V. Cap. 3. "O Processo da Ocupação".

preciosas que as suas: que nesta ocorrencia não havia couza maes que se recear, do que conhecido pella comonicação tudo o referido, e a nossa pouca defença, se aproveitem della em prezuíjo concideravel, ou inteira Ruina de hua Conquista tão importante"[51].

Os pareceres dos governadores do Rio e São Paulo, por seu lado, diferiam no ponto em que se discutia a pertinência ou não da construção de uma fortaleza na região, concordando ambos que era necessário criar uma nova povoação, para a qual o governador de São Paulo e o procurador da fazenda sugeriam que se transportassem casais dos Açores, além de alguns habitantes da vila de Cuiabá que "*nella são inteiramente inuteis, e que mudadas para as dittas minas, podião servir ao público com utilidade sua*". Tendo a todos ouvido, o Conselho entendeu que era opinião comum que se criasse uma nova vila na região e que não se devia adiar por mais tempo uma tão importante decisão, com discussões que poderiam ser resolvidas depois[52]. "*Parece ao Conselho, que sendo o negocio do estabelecimento de hua povoação no Cuyabá, negocio de tenta importancia como he* ***a conservação do dominio daquele vasto descobrimento,*** *e dilatadas terras confinantes com as missões dos Castelhanos, senão devem involver nesta materia outros pontos, cuja discussão retarde a execução do principal*"[53].

Embora sejam referidas e nomeadas como património a defender, as minas do Mato Grosso já nesta altura não mais podiam ser consideradas como abundantes. Bem pelo contrário. Rareavam as extracções, tanto nos já instalados arraiais de Cuiabá e do Mato Grosso, como nos outros entretanto surgidos, em 1745, no rio Curumbiara e, em 1746, no rio Arinos. Na região do alto Paraguai também se tinham fundado alguns arraiais. No entanto, a confirmação da descoberta de diamantes, levou a Coroa a impedir a mineração, proibindo qualquer instalação naquela área[54].

---

[50] Esta reacção coincide com o receio já aventado por Ceballos de que os portugueses quisessem navegar o Guaporé estabelecendo a ligação como o Pará, o que de facto viria a confirmar-se. V. David Davidson - *op. cit.*, p. 80.

[51] AHU Mato Grosso caixa 3 doc 56 - 26 de Abril de 1746. Relatório e parecer do Conselho ao Rei.

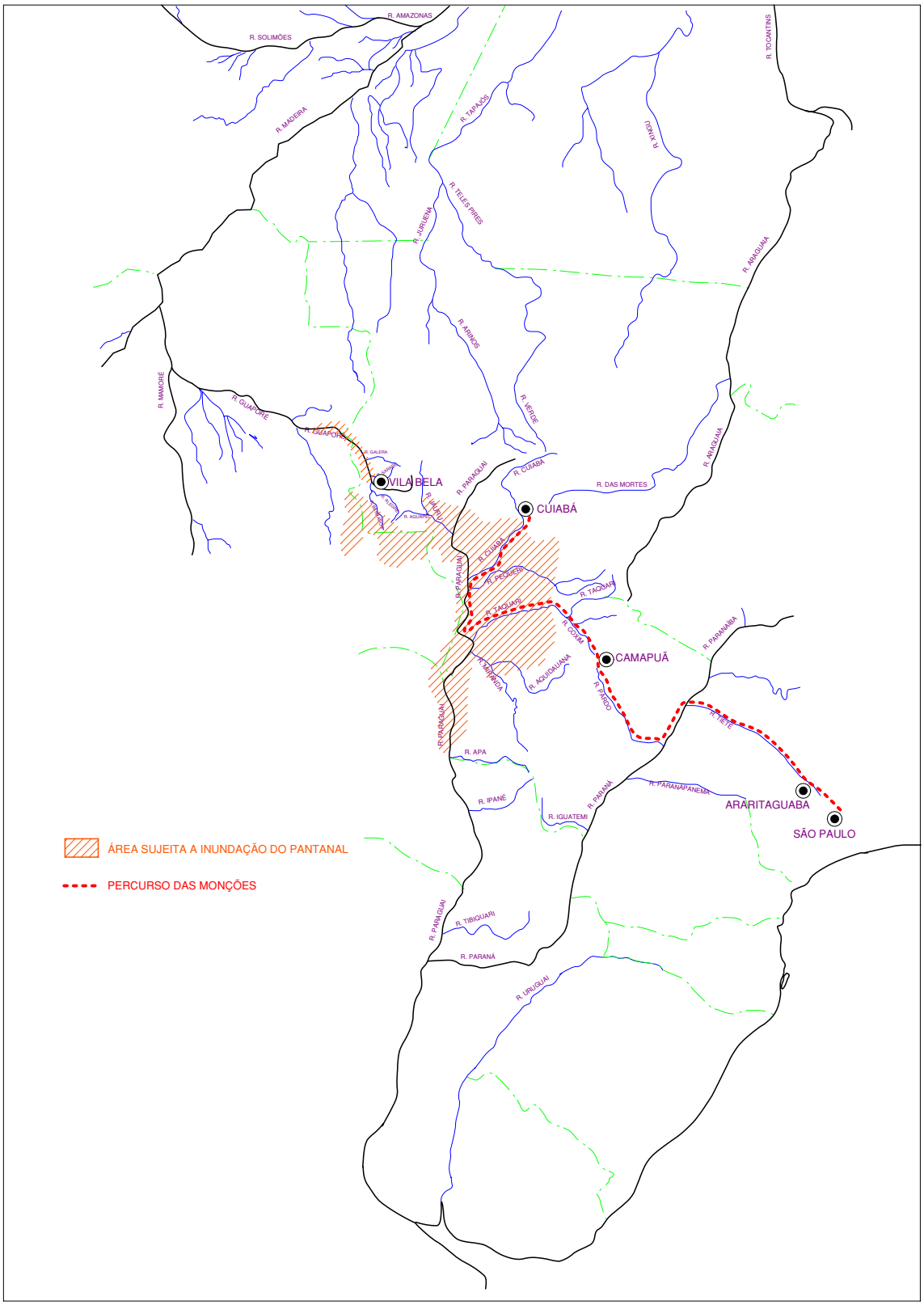
[52] Parte principal das discussões diziam respeito aos privilégios a serem concedidos aos novos moradores da vila, que a seguir trataremos.

[53] AHU Mato Grosso caixa 3 doc 56 - 26 de Abril de 1746. Relatório e parecer do Conselho ao Rei.

[54] Desde 1729 que a extracção dos diamantes foi considerada monopólio da Coroa. Em 1730 foi publicado o primeiro regimento sobre os diamantes, que vigorou até 1734, funcionando basicamente na região do "distrito diamantino nas Minas Gerais". No Mato Grosso a proibição da mineração foi quase imediatamente posterior à descoberta das jazidas diamantíferas. Temia-se o êxodo da população para o interior do continente, abandonando a área da fronteira. Uma guarda militar foi instalada na região das minas então descobertas, o que não impediu que, clandestinamente, se extraíssem diamantes do Mato Grosso. As minas do Alto Paraguai só foram oficialmente abertas em 1805. Cf. Virgílio Correia Filho – *História do Mato Grosso*. Rio de Janeiro : INL, 1969, p. 51.

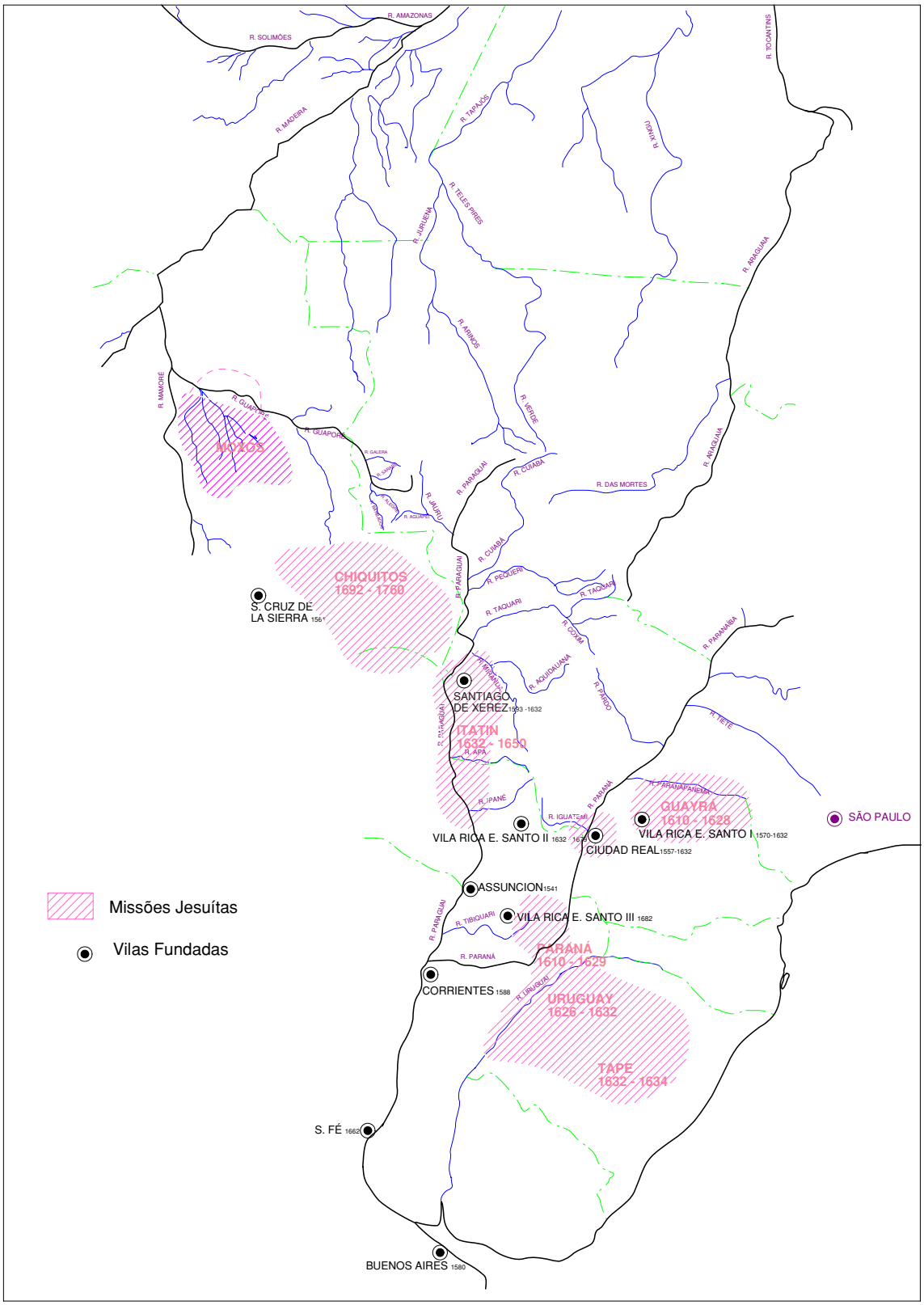
O ouro que fora, de certo modo, o chamariz do avanço para o Oeste não era agora, a todos os níveis, o principal objecto das preocupações dos políticos relativamente ao Mato Grosso. As minas, como então se tornava claro, eram uma "miragem" que no entanto tinham revelado um tesouro maior, o próprio território. Mais do que o ouro é a terra que é convertida em objecto de desejo e o Mato Grosso, passa doravante a ser identificado como a chave da conservação do domínio do vasto interior do Brasil e não apenas das suas próprias minas.

Fig. 2



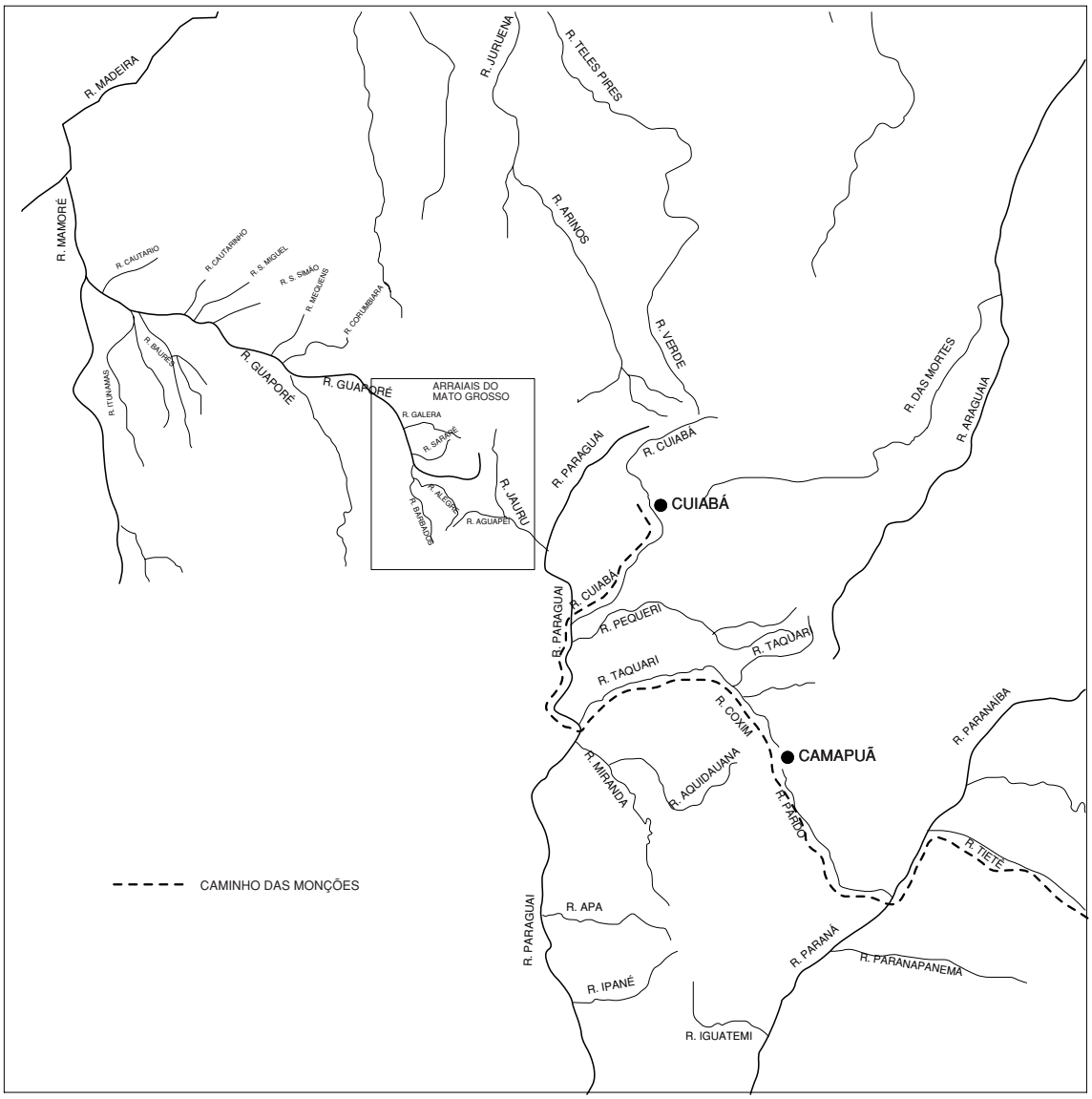
Percurso das Monções

Fig. 3



Fundações e Missões da Coroa de Espanha Séc. XVI -XVII

Fig. 4



Novas Minas do Mato Grosso

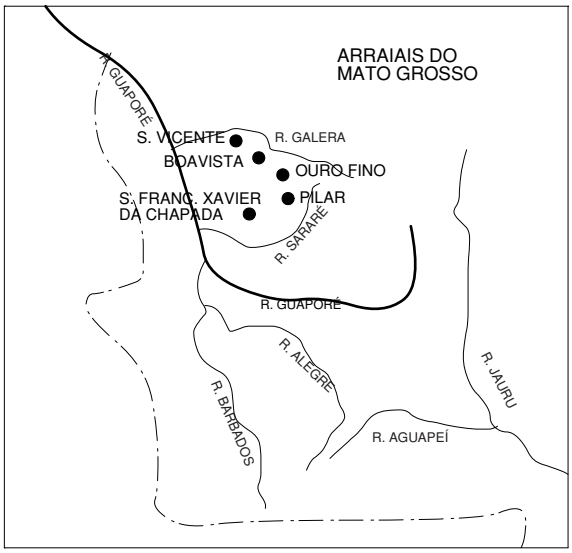
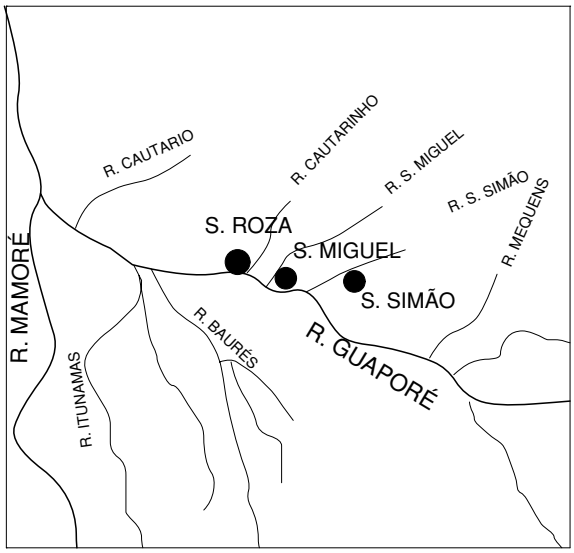


Fig. 5





Aldeias Missionárias Espanholas

Cap. 3.

O Processo da Ocupação

"A Fortificação daquellas minas que hoje são como confins da conquista de Portugal nesta America he muito util e necessaria, mas ha de ser de gente, e não de muros, porque estes apenas deffendem o seo circuito, e aquela guarda toda a extenção do Paiz, sendo huma fortaleza movel que em qualquer parte reziste e destroe, conservando o conquistado e conquistando mais."[1]

3.1. A Criação da Capitania: as vilas e o território.

Em 1747, iniciaram-se as discussões que dariam origem ao Tratado de Madrid. O contexto das negociações fez avançar a problemática da defesa da fronteira e provocou o desmembramento da capitania de São Paulo, dando origem à criação das capitanias do Mato Grosso e de Goiás, em 1748. O conselho justificava a decisão afirmando que o governo de São Paulo tinha sido criado, não por ser necessário, mas porque era o "caminho"[2] para as minas e que, dadas as novas circunstâncias, era necessário que as próprias minas tivessem governo autónomo. Especificamente sobre a capitania do Mato Grosso, esperava-se que"*por meio do estabelecimento do Governo, como por todos os outros que ocorrerem se procure fazer a Colonia do Mato Grosso tão poderoza, que contenha os vizinhos em respeito, e sirva de* ***antemural*** *a todo o interior do Brazil*""[3].

As instruções que foram passadas ao governador da nova capitania eram claras quanto às prioridades a seguir[4]. Os sete primeiros itens diziam respeito à fundação da nova vila, já antes prevista, que seria a cabeça do governo da capitania e onde deveria residir o governador. Para tal recomendava-se que esta se situasse no distrito do Mato Grosso, ainda que o

---

[1] AHU Mato Grosso caixa 3 doc 53 - 26 de Abril de 1746. Pasta com relatório e parecer do conselho sobre a questão do Mato Grosso e defesa das minas. Carta de D. Luís de Mascarenhas datada de 8 de Abril de 1740.

[2] AHU Mato Grosso caixa 4 doc 2 - 29 de Janeiro de 1748. Consulta do Conselho sobre os novos governos em Goiás e Mato Grosso. "*O Governo de São Paulo não se erigiu porque se reputasse necessario para aquelas duas comarcas, senão porque sendo então por São Paulo o caminho, e comunicação das Minas Gerais pareceu preciso criar naquela parte Governador*".

[3] AHU Mato Grosso caixa 4 doc 2 - 29 de Janeiro de 1748. Consulta do Conselho sobre os novos governos em Goiás e Mato Grosso.

de Cuiabá fosse mais populoso, e que se fizesse "*em lugar defensável e quanto for possível vizinho ao rio Guaporé ou algum outro navegável que nelle desague para lograr as comodidades da navegação e da pesca*" [5].

Para incentivar a vinda de povoadores, a Coroa concedia isenções e privilégios aos habitantes da nova vila, na qual o governador deveria ter o "*cuidado de mandar traçar as ruas direitas e largas, o mais que vos parecer conveniente, para que a mesma vila desde o principio se estabeleça com boa direcção*". Havia que mandar fazer casa para morada dos governadores "*com aquella decencia e comodidade que vos parecer necessaria e bastante*", assim como quartéis para acomodar a guarda de dragões.

As questões relativas aos cuidados a tomar com os vizinhos castelhanos, especialmente na área de Moxos, ocupavam dez itens das instruções. Recomendava-se "*circunspecção para evitar toda a queixa e castigar toda a desordem*" procurando acautelar situações de conflito directo com os padres. A instalação dos aldeamentos jesuítas era considerada uma questão preocupante obrigando o governador a "*por todo o cuidado para que ao menos não cresça o mal que dali pode resultar*". Para tal, era crucial manter activas a navegação e a pesca no rio Guaporé "*para que não tome vigor com a negligencia da nossa parte a pretensão que tem entrado os espanhoes de senhorear-se dellas*". A comunicação com o Pará por aquele rio era o "*meio mais efficaz para destruir aquela pretensão e para fortalecer as terras do nosso governo*", não devendo, no entanto, ser descurado o caminho de Cuiabá para São Paulo, que "*por muitas e importantes razões convem conservar-se frequentado*". As instruções lembravam ainda que "*O governo de Espanha tem grande ciume de que da nossa parte se vendam fazendas de contrabando aos seos subditos americanos*" pelo que se reforçava a necessidade de proibir todo o comércio entre ambos os domínios[6].

Os índios ocupavam outros oito pontos do rol das recomendações alertando-se o governador quanto às precauções que deveria ter com as nações hostis, que continuavam a atacar as monções, assim como quanto às providências que deveria tomar para aldear os índios "mansos", não consentido

---

[4] Instruções passadas ao Governador D. António Rolim de Moura em 19 de Janeiro de 1749. In Carlos Francisco de Moura - *D. António Rolim de Moura: Primeiro Conde de Azambuja -Biografia*. Cuiabá : UFMT, 1982, pp. 127-137.

[5] AHU Mato Grosso caixa 4 doc 2 - 29 de Janeiro de 1748. Consulta do Conselho sobre os novos governos em Goiás e Mato Grosso. "*Ao governador do Matto Grosso e Cuiabá parece pelas razões sobreditas se deve ordenar que faça a maior parte da sua rezidencia no Matto Grosso, e ali escolha o sitio mais conveniente, e sadio para assento da nova villa, que V. M. tem mandado criar naquela parte*".

[6] Idem.

que *"sejam administrados por pessoas particulares e muito menos que sejam reduzidos a sujeição alguma, que tenha a minima apparencia de captiveiro"*[7].

Os limites do governo do Mato Grosso com as outras capitanias do Brasil permaneciam em aberto, *por falta de conhecimento bastante dos sertões*. Quanto aos limites com o Peru, esclareciam-se as bases da reivindicação portuguesa nas negociações do Tratado de Madrid. Apelando para a "justiça" da causa portuguesa, exortava-se o responsável da capitania não apenas a defender o território ocupado, como, eventualmente, a conquistar mais[8]. Evidentemente, se qualquer questão sobre as fronteiras fosse levantada pelos vizinhos, o governador deveria escusar-se da sua resolução, remetendo o assunto para as respectivas Cortes.

Apenas os dois últimos itens das instruções de governo, diziam respeito às minas. Recomendava-se a execução de uma conduta de água para garantir a mineração de uma área recentemente descoberta e voltava-se a proibir, por todos os meios, a extracção de diamantes. Para os outros problemas que pudessem ocorrer, confiava-se na prudência e no zelo do governador nomeado, D. António Rolim de Moura.

Do conjunto de indicações recomendadas a Rolim de Moura sobressaem-se as questões de ordem territorial. A fronteira perpassa praticamente todos os itens das instruções. O documento evidencia que a presença do governador deveria funcionar como o garante da defesa militar do território, o que era reforçado pela criação de um corpo de dragões sob o seu comando. Mas, a despeito das precauções de ordem militar, a abordagem feita ao território parte, sobretudo, de uma visão jurídica.

Por um lado, era invocando a "justiça" da causa defendida por Portugal que se reivindicava a posse da terra, como se diante de um tribunal se tratasse. Por outro lado, era instituindo um processo jurídico que se fortalecia aquela

---

[7] Idem. É interessante esta observação porque é feita antes da lei de liberdade absoluta dos índios decretada em 1755. Para uma abordagem mais aprofundada dos princípios da legislação relativa aos índios do Brasil no período colonial veja-se o artigo de Beatriz Perrone-Moisés - *Índios Livres e Índios Escravos: Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)*, in "História dos Índios no Brasil", São Paulo : Companhia das Letras; SNC; Fapesp, 1992, pp. 115-132. A autora aborda a diferença do tratamento legal dado aos índios "amigos" e aos inimigos. Cf. p. 117.

[8]instruções passadas ao Governador D. António Rolim de Moura em 19 de Janeiro de 1749. In Carlos Francisco de Moura - *D. António Rolim de Moura: Primeiro Conde de Azambuja -Biografia*. Cuiabá : UFMT, 1982, pp. 127-137. *"Por que supposto entre esta coroa e a de Castella se fizesse no anno de 1494 uma convenção em Tordesilhas (...) não posso contudo considerar-me obrigado a conter o limite da minha conquista no da ditta linha. Primeiramente, porque (...) ainda falta muito para ficar compensada a minha conquista do que os Espanhoes teem excedido no seo hemisferio. Em segundo lugar porque (...) foram os espanhoes depois estabelecer-se nas Filipinas, donde resulta um novo título para eu pretender a compensação destas ilhas (…). Supostos estes fundamentos de justiça da minha coroa, deveis não só defender as terras que os meos vassalos tiverem descoberto e occupado e impedir que os espanhoes se não adiantem para a nossa parte; mas promover os descobrimentos e apossar-vos do que poderdes e não estiver já ocupado pelos espanhoes"*

posse, dotando o território de um estatuto institucional dentro do quadro da administração portuguesa, ou seja, alçando-o a categoria de capitania.

A primeira providência política no sentido de incorporar aquele território ao controle fiscal e administrativo da Coroa tinha sido a criação da vila de Cuiabá, realizada logo na altura do descobrimento das minas, para o que se deslocou até ao local o governador de São Paulo. A instituição da vila não só instaurava a legitimidade do poder administrativo sobre o espaço como também regulava, em termos sociais, a própria vivência naquele espaço, que sem as respectivas autoridades tendia para o caos. Submetida, hierarquicamente, ao centro de poder instalado em São Paulo, a vila de Cuiabá transformava o Mato Grosso numa área reconhecida mas que era, inevitavelmente, periférica.

Quando se pôs em causa a capacidade de defesa do território foi outra vez na criação de uma vila que se pensou. A instituição do novo município funcionaria como acção legitimadora da posse do espaço e a sua população serviria como potencial exército na defesa da região. No entanto, a dimensão política daquele espaço ultrapassava as circunstâncias de defesa de uma área localizada, para vir a significar a defesa de "toda" a conquista. Assim a área ganhou autonomia e, subvertendo a hierarquia a que estava submetida, passou a ter um governo próprio, ao invés de ser governada a partir de outro ponto. Esta simples deslocação de centralidade alterou consideravelmente as hipóteses de gestão do espaço.

A nova vila, já determinada e prevista desde 1740, assumiria então o papel de capital da nascente região administrativa. Note-se que, em 1745, com o estabelecimento da prelazia de Cuiabá, dera-se um primeiro passo no sentido de dotar a região de uma individuação institucional que, sob certos aspectos, procurava garantir o reconhecimento internacional do direito de jurisdição sobre o território[9]. Tal situação aliás, não é diferente do sucedido em 1676, quando Roma aceitou que o Rio da Prata fosse o limite do então criado bispado do Rio de Janeiro admitindo, implicitamente, a legitimidade da jurisdição portuguesa até aquela área, o que viria a constituir mais um argumento para a criação, em 1680, da Colónia do Sacramento.

O que importa realçar é que, no Mato Grosso como em outras situações, o processo de incorporação progressiva do território sustentou-se sobre o estabelecimento de um suporte jurídico-institucional, no qual a **vila** detém um

---

[9] Como observa Jaime Cortesão "*Individuar a prelazia de Cuiabá equivalia a tornar mais explícito o beneplácito da Santa Sé*" para toda a conquista do Oeste. Cf. Jaime Cortesão - *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*., Vol. III, p. 682.

papel preponderante. Não se tratava apenas da instalação de mais povoados na área, pois o surgimento dos arraiais de mineração tinham, de algum modo, alargado o âmbito da ocupação física da região. A vila significava, acima de tudo, a ocupação política do território que, neste caso, se revestia de prioridade sobre a física. Assim, enquanto a primeira vila dera lugar jurídico ao caminho do Mato Grosso, vinculando aquele espaço ao centro de poder já existente, a segunda vila daria lugar jurídico à região em si, nela criando um novo centro de poder.

Nesse sentido, é significativo notar o conjunto de preocupações de que se cercou a criação da nova vila e, em especial, o suporte jurídico da sua constituição. O documento-base da criação da nova vila, a sua "carta de fundação", determinava os procedimentos instauradores do concelho e instituía privilégios para os futuros moradores.

Para os oficiais da Câmara eleitos determinava-se que gozassem dos mesmos privilegios e prerrogativas que tinham os oficiais da câmara de São Paulo. Todos os moradores da vila estavam isentos do pagamento de vários tributos por tempo de dez anos a contar do dia da fundação da villa. Quanto ao "quinto", o imposto sobre a extracção dos metais e minerais, pagariam apenas metade do que era cobrado nas outras capitanias, ou seja "*somente a decima parte em lugar do quinto que devem*." Nessa isenção também não se incluíam os dízimos devidos a Deus, de que nenhum concelho no Brasil estava excluído de pagamento[10]. Para além desses privilégios fiscais instituía-se outro que livrava os moradores da nova vila de serem executados por dívidas que tivessem contraído fora dela[11].

A concessão de privilégios aos povoadores dos novos concelhos insere-se numa longa tradição do urbanismo português que remonta à instituição de forais como processo de urbanização e povoamento do território[12]. Documentos instauradores e/ou legitimadores, os forais foram a base legal de muitos

---

[10] AHU Mato Grosso caixa 3 doc 2 - (post. 30 de Janeiro de 1741). Minuta da carta régia datada de 5 de Agosto de 1746. Ver Anexo Documental **Doc. II.**

[11] Idem. "*o que se entende somente nos primeiros 3 annos, contados do dia em que forem estabelecerse na ditta villa, em qualquer tempo quer seja, ou nos principios da sua fundação, ou no futuro; mas deste privilegio não gozem os que se levantarem, e fugirem com fazendas alheas, porque esta poderão logo haver seus donos pellos meyos de direito; por serem indignos de tal merce os que tiverem similhante procedimento*". D. Luís de Mascarenhas criticou duramente a concessão do terceiro privilégio, que ilibava os novos moradores dos crimes cometidos fora do distrito da vila, temendo que pudesse significar a reinstituição dos coutos, já abolidos no reino, e especialmente perigosos na colónia na sua opinião. (Cf. AHU Caixa 3 doc 53 - 26 de Abril de 1746. Carta de D. Luís de Mascarenhas datada de 23 de Fevereiro de 1742). O item foi modificado na carta de fundação e o texto passou a referir expressamente a dívidas, e não a crimes, excluindo os que fugissem com fazendas alheias.

[12] Para uma abordagem relacionada com a História do Urbanismo português veja-se Walter Rossa, "A Cidade Portuguesa", in Paulo Pereira (dir.) *História da Arte Portuguesa*, Vol. III. Lisboa : Círculo de Leitores, 1995, p. 248.

municípios, instituindo-se como um contrato entre o rei e o povo. Contrato esse que muitas vezes foi utilizado como instrumento de defesa do território e do poder régio, garantindo especialmente, a segurança de áreas de fronteira com a criação de novos povoados[13]. Estabelecidos a partir de documentos-padrão, os forais foram também instrumentos de "normalização" da estrutura administrativa do reino, contribuindo para sua unidade e coesão.

Sob vários aspectos as "cartas de fundação" de muitas vilas no Brasil podem ser consideradas "herdeiras" directas desses forais. No caso do Mato Grosso a situação é tanto mais pertinente na medida em que é, uma vez mais, uma política de fixação de fronteiras que mobiliza a criação dos seus municípios. Mas noutros aspectos as cartas de fundação são profundamente inovadoras porque, para além da base jurídica de legitimação e padronização da estrutura de privilégios do concelho, fornecem também um padrão formal para o assentamento do núcleo urbano. Padrão este, de certo modo "simplificado" pela enunciado pragmático do texto das cartas, mas que denuncia uma intenção reguladora, marcada por uma visão estetizada do fenómeno urbano.

O trecho relativo ao assentamento das vilas é sobejamente conhecido, tendo sido utilizado, entre outros casos, nas cartas régias que determinaram a fundação de Vila Boa de Goiás (11 de Fevereiro de 1736), da nova vila no Mato Grosso que viria a ser Vila Bela da Santíssima Trindade (5 de Agosto de 1746) de que tratamos agora, da Vila Nova de São José do Rio Negro (3 de Março de 1755), e de muitos outros municípios em toda a colónia[14].

Tal como as outras, a carta da nova vila no Mato Grosso estabelecia os procedimentos iniciais da fundação recomendando que "*se determine o lugar da praça, no meyo da qual se levante o pelourinho, e se assignalle area para o edeficio da Igreja, capaz de receber competente numero de freguezes quando a povoação se augmente; e fareis logo delinear por linhas rectas a area para as cazas se edeficarem, deixando Ruas Largas, e direitas, e em primeiro Lugar se determine nesta area das cazas, as que se devem fazer para*

---

[13] Cf. Amélia Andrade - *Um empreendimento Régio: a Formação e Desenvolvimento de uma rede urbana na fronteira noroeste de Portugal durante a Idade Média*, in "Penélope". Lisboa : Cosmos, 1993.

[14] Paulo F. Santos, no seu trabalho pioneiro sobre a formação de cidades no Brasil colonial, divulgou várias cartas de fundação de vilas que tinham todas o mesmo texto-padrão, similar ao que foi utilizado para a nova vila do Mato Grosso (cujo documento também é reproduzido na íntegra). Entre os exemplos citados encontram-se as vilas de Icó, Montemor e Aracati, no Ceará e Vila Boa de Goiás. Oeiras e outras vilas no Piauí foram também citadas na mesma obra, a partir das indicações já antes publicadas por Paulo Tedim Barreto. Cf. Paulo F. Santos - *Formação de Cidades no Brasil Colonial*, in "V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros". Coimbra, 1968, pp. 44-62 e Paulo Tedim Barreto - *O Piauí e a sua Arquitectura*, in "Revista do SPHAN", nº 2, 1938, pp. 187-223. Horta Correia reforça o caracter moderno do formulário das "cartas de fundação" utilizadas no Brasil. "*Estão aqui portanto, os princípios essenciais do urbanismo da época moderna: a linearidade, a uniformidade e o programa. E este último, pelo menos, é digno de nota pelo seu vanguardismo*. Cf. José Eduardo Horta Correia - *Pragmatismo e Utopismo na criação urbanística de raiz portuguesa no século XVIII*, in "Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas", 1995.

a Camara, Cadea, e Caza das Audiencias, e mais officinas publicas, e os officiaes da Camara depois de elleitos darão os sitios que se lhe pedirem para cazas e quintaes nos lugares diliniados, e as ditas cazas em todo o tempo serão feitas todas no mesmo perfill no exterior; ainda que no interior as fara cada morador a sua vontade; de sorte que em (todo o tempo) se conserve a mesma formozura da terra, e a mesma Largura das Ruas"[15]. Lembrava ainda que se deixasse junto a vila bastante terreno para "logradouro público", "*e para se edificarem cazas que os officiaes da Camara arruarão*", casas estas que deveriam ser "*feitas com a mesma ordem, e concerto com que se mandão fazer as primeiras*".

Também aqui não há novidade, a arruação é um processo várias vezes citado em documentos similares existentes em todo o Brasil. Na documentação do Mato Grosso encontramos uma clara referência ao papel desempenhado pelo arruador. Segundo correição aprovada pelo Rei, em 22 de Maio de 1733, a câmara de Cuiabá "*Proveo que nenhuma pessoa, com pena de seis outavas de ouro para o Concelho faça cazas sem pedir Licença à Câmara que lha dara mandando primeiro ao Arruador, que deve haver demarcar lugar para as edficar em Rua direita e continuada das que estão principiadas, com forma que todas vão diretas por corda, não consentido os officiaes da Câmara, se fação daqui por diante Cazas separadas, e desviadas para os Mattos, como se achão alguãs porque alem de fazerem a villa disforme, ficam nellas os moradores mais expostos, a insultos, e desviados para lhe acodir em qualquer necessidade, que de dia ou de noite hajão de suceder, e milhor he que em pouco terreno, esteja a villa bem unida e formada, do que em largo com tantos dispovoados*"[16].

A partir desse documento dois aspectos podem ser ressaltados. Por um lado, a óbvia alusão às ruas "directas e continuadas feitas por corda", ou seja rectas, identificando a matriz reguladora do desenho urbano, também claramente determinada nas "cartas de fundação". Por outro lado, a par da recomendação sobre a "formosura da terra" indicada na carta, a correição adianta ainda um outro item revelador do padrão estético da vila, preferindo-a "unida e bem formada", e não dispersa.

Agregando à estrutura de privilégios e definições jurídicas do município uma série de recomendações formais cria-se um conceito do fenómeno urbano que vê na cidade não apenas o lugar do poder e da ordem, mas também da

---

[15] AHU Mato Grosso caixa 3 doc 2 - (post. 30 de Janeiro de 1741). Minuta da carta régia datada de 5 de Agosto de 1746. Ver Anexo Documental **Doc. II.**

beleza, esta profundamente vinculada ao carácter "ordenado" do conjunto. Neste sentido, e porque nos parece muito bem encontrada a expressão proposta por Walter Rossa, concordamos que o urbanismo português é, por definição, um "urbanismo regulado". "*Regulado por via processual e descritiva com base numa fortíssima tradição demarcadora produzida a partir das necessidades de uma independência precoce e da distribuição de território conquistado ao Islão. Regulado sem recurso ao desenho enquanto matéria, mas denotando o seu uso como conceito*"[17]. Conceito este que por sua vez funda-se numa matriz geométrica que valoriza profundamente a regularidade e a simetria como é patente no método de instalação proposto.

Para além da forma, e da constituição jurídico-administrativa do núcleo urbano, submetia-se o próprio território à uma estrutura sistematizadora. A cidade, que era internamente regulada pelas leis e posturas que lhe definiam o funcionamento e a forma, era, por sua vez, a reguladora do território circundante, estabelecendo, a partir do núcleo urbano, uma apropriação hierarquizada do espaço[18].

Ainda segundo a mesma carta de fundação que vínhamos citando, determinava-se o modo como os goverandores deveriam controlar a concessão das sesmarias rurais. Para tal processo ficava estabelecida uma categorização dos terrenos circundantes da vila em três níveis. Imediatamente no "contorno" da vila, por quatro léguas, estavam as terras de reserva de crescimento do núcleo, que ficavam sob administração da Câmara (para serem aforadas nos mesmos moldes dos lotes iniciais); num nível seguinte, por seis léguas, as terras que podiam ser concedidas em sesmarias, mas com restrição de tamanho (até meia légua), criando um lote intermédio entre o lote urbano e o rural, e a partir deste segundo círculo, as efectivas sesmarias rurais, que podiam atingir (legalmente) até 3 léguas[19]

---

[16] AHU Mato Grosso caixa 2 doc 31 - 9 de Setembro de 1739. Parecer o Ouvidor sobre a petição feita pelos vereadores da câmara de Cuiabá para poderem aforar os terrenos do rocio da vila.

[17] Walter Rossa - *O Urbanismo Regulado e as primeiras cidades coloniais portuguesas*, in "Colectânea de Estudos: Universo Urbanístico Português 1415-1822". Lisboa : Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 524.

[18] Sob este aspecto, é interessante notar o critério antes referido da cidade "unida e bem formada", revelando um padrão de concentração urbana, que se pretendia claramente diferenciado do padrão rural, marcando o desenho do núcleo pelo ideal de proximidade e de continuidade, que tem reflexos óbvios na estruturação dos lotes, como mais adiante se verá. Ver caps. 6,8 e 9.

[19] AHU Mato Grosso caixa 3 doc 2 - (post. a 30 de Janeiro de 1741). Minuta da carta régia datada de 5 de Agosto de 1746. Ver Anexo Documental **Doc. II.** A medida legal das datas de sesmaria nunca foi cumprido com rigor em todo o território do Brasil. As doações variavam de região para região e de administração para administração atingindo dimensões muito diversas das prescritas na lei. A concessão das datas de sesmaria estava vinculada ao governador da capitania que tinha poder para realizar as doações, e no prazo de um ano após a tomada de posse pelo sesmeiro, estas necessitavam de serem confirmadas pelo rei. Tal confirmação estava, em princípio, dependente da medição e demarcação das terras.

A vila surge, de certo modo, como o agente catalisador de procedimentos sucessivos de regulação, que vão da organização social dos grupos ao ordenamento do território. Assim, a criação de uma nova vila implicava uma atitude de "urbanização" que, em vários aspectos, era mais ampla do que o facto isolado em si. Pode dizer-se que os "privilégios" instituídos pela criação da vila valiam tanto para os moradores do núcleo urbano como, numa escala mais abrangente, para os do território que a circundava, que passava a estar também "urbanizado".

No caso do Mato Grosso a circunstância da nova vila assumir o papel de capital da capitania é ainda mais significativo na medida em que arrastava consigo uma maior e mais próxima capacidade de acção sobre o território. Por um lado, a instalação da vila permitia uma defesa mais eficiente dos caminhos e comunicações da região, como expressamente se pretendeu com a sua criação. Por outro lado, a presença do governador ampliava também as hipóteses de criação de outras novas vilas na região. A criação da vila-capital instalaria assim o efectivo processo de "regulação" da capitania que visava, sobretudo, a sua incorporação definitiva ao território maior da colónia.

3.2. Rolim de Moura: fixação e defesa dos caminhos - o caminho do Pará

D. António Rolim de Moura foi o primeiro governador e capitão general do Mato Grosso. Nomeado em Julho de 1748, recebeu a sua carta patente em Setembro do mesmo ano e em Janeiro do ano seguinte as instruções para o governo da nova capitania. Partiu para o Brasil em Fevereiro de 1749 acompanhado de uma companhia de dragões que vinha servir sob o seu comando. Aportou inicialmente no Recife, onde aguardou transporte para o Rio de Janeiro, para onde partiu em Abril, chegando em Junho. Em Novembro de 1749 seguiu, com toda a comitiva de dragões, para Santos e dali para São Paulo, onde chegaram em Janeiro de 1750. Passaram-se ainda mais seis meses antes da partida definitiva para o Mato Grosso, tendo o novo governador a oportunidade de vistoriar o caminho até Araritaguaba, e de ir a Parati conferenciar com Gomes Freire de Andrade. A comitiva de Rolim de Moura partiu finalmente de Araritaguaba em 5 de Agosto de 1750. Chegado a Cuiabá a 12 de Janeiro de 1751, deu início ao governo autónomo do Mato Grosso[20].

[20] Em 1751 iniciava-se o governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado no Pará. Como Rolim de Moura, Mendonça Furtado também assumia a criação de uma nova capitania e uma nova capital, a do Grão-Pará, com o governo sediado em Belém, que ganhara autonomia relativamente ao do Maranhão.

Ainda no ano da sua chegada à capitania, entre outras providências, o governador atribuiu 116 sesmarias[21], e fundou a aldeia de Santa Ana, que viria a dar origem ao actual município da Chapada dos Guimarães. Sob a orientação pessoal do governador e dos missionários, fizeram-se igreja e casas para os índios que foram entregues à administração do padre Estevão de Crasto, um dos jesuítas que vieram do Rio de Janeiro com Rolim de Moura[22] **(fig. 7)**.

A segunda fundação urbana da administração de Rolim de Moura deu-se em 19 de Março de 1752, com a criação, nas margens do rio Guaporé, da nova capital da capitania, ou seja, Vila Bela da Santíssima Trindade, que foi o acto central do seu governo **(fig. 7)**.

Depois de Vila Bela, Rolim de Moura irá fundar, em 1754, outra aldeia de índios, no sítio da Casa Redonda, no rio Guaporé, inicialmente denominada aldeia de São José que foi entregue à administração do padre jesuíta Agostinho Lourenço. Em 1757, criou o destacamento do Sitio das Pedras, no Guaporé e, em 1760, tomou posse do sítio da antiga aldeia de Santa Rosa, dos jesuítas castelhanos, fundando no mesmo local o destacamento de Nossa Senhora da Conceição. Todos estes actos estão directamente vinculados com as circunstâncias específicas da consolidação do "caminho do Pará".

As relações entre Rolim de Moura e os responsáveis pelas missões jesuíticas espanholas pautavam-se, aparentemente, por um mútuo respeito, que era guardado com um certo temor, também recíproco. Com efeito, a hipótese de uma guerra concreta não era desejo nem de um, nem de outros, mas mantinham-se as posições de firmeza de ambos os lados. Da parte dos portugueses, o primeiro elemento de disputa era a questão das três aldeias instaladas na margem oriental do Guaporé - Santa Rosa, São Miguel e São Simão, fundadas pelos espanhóis respectivamente em 1742, 1744 e 1746 das quais se exigia a retirada. Da parte dos missionários castelhanos, para além da manutenção das aldeias, as reivindicações eram as defendidas desde o início da missionação, apontando as grandes violências praticadas pelos colonos portugueses contra os índios. No caso específico da região de Moxos, os padres assumiam também a defesa da navegação do Guaporé, pretendendo vetá-la aos portugueses, temendo que se assim não fizessem, a abertura do rio poderia ser um factor de vulnerabilidade para as suas missões.

Para os portugueses, a "abertura" do rio era, pelo contrário, a principal base de sustentação da sua política de consolidação da fronteira que por isso

---

[21] Estevão de Mendonça - *Datas Mato-grossenses*. Niterói, 1919, 1º Vol., p. 106.

[22] Sobre a instalação da aldeia ver mais adiante o item 7.1 "A Ocupação Formal do vale do Guaporé-Mamoré.

reivindicavam a sua navegação exclusiva. Havia assim uma inevitável tensão sobre a área do Guaporé que a transformou no palco primordial dos acontecimentos ocorridos durante o primeiro governo da capitania. Dando cumprimento às instruções régias, Rolim de Moura fundou Vila Bela no Guaporé de modo a garantir a navegação do rio e estabelecer oficialmente a comunicação com o Pará. Na verdade, o rio era já "oficiosamente" frequentado desde a viagem de Félix de Lima, em 1743, e especialmente a partir da viagem comandada por Luís Fagundes Machado, realizada em 1749-50.

Na sequência do percurso de Félix de Lima, que tinha alcançado Belém partindo do Mato Grosso, Luís Fagundes Machado partiu de Belém para as minas de Mato Grosso, regressando depois à capital do Pará. As circunstâncias desta viagem foram diferentes das da primeira. Enquanto aquela tinha sido feita sob a iniciativa, de certo modo, "privada" do explorador, esta outra seria feita sob a tutela da Coroa, organizada pelo governador do Pará **(fig. 6)**.

O governador do Pará, Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, tinha recebido em Belém, em 1747, outro explorador que viera do Mato Grosso por um caminho diferente. Tratava-se de João de Souza Azevedo que chegara ao Pará através do rio Tapajós[23] **(fig. 6)**. A eventual utilização de outra via de comunicação com as minas do Mato Grosso preocupava a Corte. Temendo o escoamento ilegal do ouro, mantinha-se a proibição de se abrirem caminhos para as áreas de mineração para além dos oficialmente estabelecidos o que, no caso do Mato Grosso, era a via das monções. No entanto, era necessário garantir o conhecimento de outros possíveis percursos, em especial na zona da fronteira.

Assim, ao pedir permissão para voltar ao Mato Grosso para fazer comércio, João de Souza Azevedo foi proibido de voltar pelo caminho que tinha descoberto, mas foi instado a colaborar, com a sua experiência de sertanista, numa expedição que deveria explorar a comunicação com as minas pelo rios Madeira e Guaporé. Integrou então a "entrada"[24] organizada pelo governador

---

[23]Tratava-se de um "sertanista" que, possivelmente à procura de ouro, ou de diamantes, subira até às cabeceiras do rio Paraguai e, encontrando as nascentes do rio Arinos, tinha descido aquele rio, e por via dele, entrado no Juruena e no Tapajós e depois no Amazonas.

[24]Integravam também a expedição os sertanistas José Leme do Prado e seu irmão Paulo Leme, recentemente chegados a Belém pela via do Madeira e, provavelmente, João de Sousa Azevedo. (Cf. Max Justo Guedes - *A Cartografia da delimitação das fronteiras do Brasil no século XVIII*, in "Cartografia e Diplomacia no Brasil o século XVIII", Lisboa : CNCDP, 1998, p. 25). Há duas versões da participação de Souza Azevedo na expedição. Supõe-se que possa ter partido juntamente com Fagundes Machado, ou que, mantendo uma certa independência dos seus propósitos comerciais, tenha feito uma expedição paralela, na mesma altura. Cogita-se inclusive que pretendesse refazer o caminho do Tapajós clandestinamente e que foi dissuadido de tal ideia por ter encontrado Leme do Prado que lhe garantira a melhor viabilidade do Guaporé.(Cf. Virgílio Correia Filho - *op. cit.*, p. 291). De todos os modos, Souza Azevedo inaugurou o trato comercial na linha do Guaporé, onde viria a navegar muito mais vezes, vindo a obter, para além do seu papel como comerciante, o posto de sargento-mor prático do rio Madeira. Nesse papel, e com peso

do Pará que deveria percorrer em sentido contrário o "caminho" descoberto por Félix de Lima. A expedição partiu de Belém em 14 de Julho de 1749 sob o comando do sargento-mor Luís Fagundes Machado, que ia acompanhado de José Gonçalves da Fonseca, secretário do governo do Pará, encarregado de anotar toda a viagem. Com algumas dificuldades, cumpriu-se o percurso entre Belém e Cuiabá em nove meses e dois dias. Gonçalves da Fonseca produziu um mapa e um relato pormenorizado da jornada[25] que sustentavam a viabilidade da navegação do rio Guaporé, então oficialmente defendido pelos portugueses perante a Corte de Madrid como a linha de fronteira a estabilizar na região Oeste.

Com efeito, pelos termos do Tratado de 1750, o Guaporé foi aceite como o limite entre os domínios português e castelhano ficando os territórios à Leste do rio para a Coroa de Portugal e os à Oeste para a Espanha. Os jesuítas comprometiam-se, de maneira similar ao que se deveria passar também no Sul, a transferirem para a margem ocidental do rio as aldeias entretanto fundadas na margem oriental, oferecendo aos índios a escolha entre permanecerem na região, com os portugueses, ou migrarem para as novas aldeias. A navegação no rio estaria garantida para ambos os litigantes, assegurando-se para os portugueses a tão pretendida comunicação com o Pará. No entanto, embora as condições tivessem ficado definidas no Tratado, nada se fez, de ambos os lados, para mudar a situação existente na região: os jesuítas não saíram das aldeias e a coroa portuguesa não "abriu" o caminho do Guaporé, até 1752.

A questão da abertura, ou não, do "caminho do Pará" foi discutida na metrópole e na colónia e os pareceres suscitados eram os mais diversos. Mantinham-se os temores quanto aos perigos que o alargado conhecimento das comunicações pudesse provocar tanto pela parte dos espanhóis, como dos próprios colonos portugueses. Temia-se que por aquele meio fossem divulgados os segredos da navegação interior da Amazónia, pondo em risco a colonização do Norte. Mas era especialmente o receio do contrabando e do desvio do ouro o que continuava a assustar os portugueses e a sustentar os discursos contra a abertura de um novo caminho para as minas. Em meio a polémica gerada, havia, inclusive, quem argumentasse que a navegação do Guaporé poria em

---

preponderante na definição económica da capitania, João de Souza Azevedo viria ser ouvido em várias ocasiões pelos governadores, tendo integrado, em 1752, a comitiva de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para fundação de São José de Macapá.

[25] O relato referido intitula-se *Navegação feita da cidade do Grão Pará até a bacia do Rio Madeira*, publicado pela Academia Real de Ciências na "Colecção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas", tomo IV, nº I, Lisboa, 1826. Outro texto, intitulado *Notícia da situação do Mato Grosso e Cuiabá*, foi publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo XXI.

risco a alfândega do Rio de Janeiro que perderia parte das suas receitas pois as mercadorias passariam a ser introduzidas nos sertões através do Pará[26].

D. António Rolim de Moura, por seu lado, era um ardoroso defensor da abertura oficial do caminho do Guaporé sustentando que dali dependeria todo o sucesso da instalação da nova vila e, consequentemente, a própria manutenção da capitania. O Mato Grosso e, especialmente, a nova vila, necessitavam de ser abastecidos e de facto a comunicação pela bacia amazónica era bastante mais rápida e viável para aquela vila do que o caminho de São Paulo, que servia especialmente a Cuiabá. O governador garantia que além de mais rápido, o caminho era também mais seguro, pois o único perigo na região do Madeira eram os índios Mura, que não atacavam nos rios com o mesmo ímpeto dos Payaguás, que ainda causavam grandes problemas às monções[27].

Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o governador do Pará, também defendia a navegação do Guaporé como o único meio de garantir a defesa da região, argumentando que o facto dos portugueses serem proibidos de utilizar aquele caminho não impediria os espanhóis de o fazerem, muito pelo contrário[28]. O próprio Marquês de Pombal, instado a pronunciar-se sobre a questão do caminho do Mato Grosso desenvolveu uma interessante comparação entre a situação vivida entre os portugueses e espanhóis na fronteira Oeste da América e o que se passava na Europa entre a Casa de Áustria e os turcos[29]. Alertava ainda para a necessidade de se precaver a

---

[26] Para uma síntese das discussões acerca a abertura do caminho do rio Guaporé veja-se Marcos Carneiro de Mendonça- *O Caminho do Mato Grosso e as fortificações pombalinas da Amazónia*, in "Revista do IHGB", vol. 251, Abril-Junho, 1961, pp. 3-32, onde são publicados trechos da correspondência de Francisco Xavier de Mendonça Furtado e de Sebastião José de Carvalho e Melo sobre o assunto. Várias cartas trocadas entre Francisco Xavier de Mendonça Furtado e D. António Rolim de Moura também abordam a mesma problemática. Cf. BNL Colecção Pombalina cod. 629.

[27] Cf. AHU Mato Grosso caixa 6 doc 61 - 26 de Maio de 1753. Consulta régia sobre abertura do caminho do Guaporé com carta de D. António Rolim de Moura ao Conselho.

[28] Cf. AHU Mato Grosso caixa 6 doc 60 - 26 de Maio de 1753. Consulta régia sobre a abertura do caminho do Guaporé com carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Conselho e Marcos Carneiro de Mendonça - *O Caminho do Mato Grosso e as fortificações pombalinas da Amazónia*, in "Revista do IHGB", vol. 251, Abril-Junho, 1961, pp. 3-32. A argumentação de Mendonça Furtado é prolixa e aborda todos os itens apontados pelos opositores da abertura do caminho incluindo o suposto dano que causaria à alfândega do Rio de Janeiro. O mais significativo dos seus argumentos aponta que sendo impossível sonegar o conhecimento da comunicação era muito mais eficiente usufruir dela e controlá-la do que estar à mercê da utilização que os inimigos pudessem fazer do mesmo caminho. "*Porem, se houver alguem que, melhor instruído, e com mais conhecimento do Estado, assentar que é mais fácil o vedar-se a comunicação dessa cidade com o Mato Grosso; quisera que me dissesse, se, por nós não frequentarmos aquele caminho, tiram os castelhanos das nossas terras as aldeias de Sta. Rosa, de S. Simão e de S. Miguel (...); e se deixam de ir fazendo novas aldeias nas nossas terras.*"

[29] "*Sendo o Turco muito mais poderoso do que a Casa de Austria nunca, até agora lhe pode fazer brecha sensível e sempre por via de regra fica de baixo nas guerras que ocorrem; porque a Casa de Austria, para mover suas tropas e para socorre-las de gente e de víveres, tem a facilidade de descer o Danúbio, e o Turco pelo contrário, para ambos aqueles efeitos, é necessário vencer a summa dificuldade de remontar o mesmo rio. (...) Ora, achando-se os espanhois tão fortes nas campanhas do rio Mamoré, de onde navegam para o da Madeira quotidianamente, achando-se já tão bem estabelecidos nas margens orientais deste*

eventual desvantagem que poderiam sofrer os portugueses pela natureza da comunicação fluvial, visto que necessitavam subir o rio para socorrer o Mato Grosso, enquanto os espanhóis alcançavam os territórios portugueses beneficiando do favor da corrente. Neste sentido, descuidar o caminho era certamente, mais perigoso do que o frequentar.

Assim, após a efectiva fundação e instalação de Vila Bela, franqueou-se o caminho do Pará, que foi oficialmente autorizado em Outubro de 1752[30]. Na mesma altura, os jesuítas castelhanos finalmente abandonaram as aldeias de Santa Rosa, São Miguel e São Simão transferindo-as para margem ocidental do Guaporé. A primeira a ser evacuada foi a aldeia de São Simão, nos finais de 1752, o mesmo aconteceu com S. Miguel e Santa Rosa, entre 1753 e 1754. Os sítios das antigas aldeias foram queimados, mas o padres mantinham em algumas delas campos de cultivo que continuaram a ser visitados pelos índios **(fig. 5)**.

Em 1752 tinham também começado, no Sul, as demarcações previstas pelo Tratado de Madrid. Os plenipotenciários português e espanhol, respectivamente Gomes Freire de Andrade e o marquês de Valdelirios, deram início aos trabalhos da primeira partida demarcatória no dia 18 de Outubro de 1752. No entanto, em Março de 1753, iniciaram-se as hostilidades entre os índios das missões jesuíticas e os exércitos português e castelhano, dando origem à famosa "guerra guaranítica"[31] que iria durar até 1756, com resultados nefastos para ambos os lados.

Das três partidas demarcatórias previstas para a região sul apenas a terceira não foi impedida pela guerra. Entre Novembro de 1753 e Dezembro de 1754 estiveram na região do rio Jauru os técnicos portugueses e espanhóis que

---

segundo rio, com as aldeias que ali tem fundado, (...) e tendo sobretudo a seu favor a facilidade de descerem os tais rios Mamoré e da Madeira, que nós devemos remontar com tão grandes dificuldades. Parece que de tudo isto se conclui, que nós estamos no caso dos Turcos e eles no dos Austríacos, e que muito melhor nos podem eles socorrer a nós, do que nós os podemos a eles socorrer". Cf. Marcos Carneiro de Mendonça - *op. cit.* , pp. 18-19. Carta de Sebastião José de Carvalho e Melo a Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

[30] Resolução de 23 de Outubro de 1752. "*que fique daqui em diante permitida a comunicação desta capitania do Pará para o Mato Grosso e Minas dos meus dominios daquela parte, com declaração que o caminho se fará somente pelo rio da Madeira e Guaporé, e não por outro algum enquanto eu não mandar o contrário, procurando os navegantes das cachoeiras para cima absterem-se de tomar terra a parte direita subindo pelos ditos rios por serem daquela banda dominios de Espanha, nos quais tenho concordado, que não será licito aos meus vassalos aportar senão em caso de extrema e inevitavel necessidade*" . Citado in Virgílio Correia Filho - *op. cit.*, p. 358.

[31] Como é sabido, segundo o artigo 16 do Tratado de Madrid a Coroa espanhola ficava obrigada a entregar aos portugueses o território ocupado pelas missões jesuíticas à oriente do rio Uruguai comprometendo-se Portugal a entregar em troca a Colónia do Sacramento. Para tal os índios e os missionários das respectivas aldeias deveriam abandoná-las deixando aos portugueses "*todas as sua casas, igrejas e edifícios, e a propriedade e posse do terreno*". (Cf. Visconde Carnaxide - *O Brasil na Administração Pombalina*, São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1979, p. 109). Quando as comissões demarcadoras alcançaram a região em causa para efectivarem o estipulado no Tratado, os índios recusaram-se a abandonar as aldeias

deixaram estabelecido na foz daquele rio um marco de mármore. A equipa portuguesa era comandada pelo engenheiro José Custódio de Sá e Faria, coadjuvado pelo astrónomo Miguel António Ciera[32]. Ao longo de todo o processo, José Custódio de Sá e Faria encarregou-se de informar o governador do Mato Grosso através da remessa para Vila Bela de mapas e relatórios dos avanços realizados no Jauru[33].

Mantendo-se relativamente tranquilo quanto ao Sul da capitania, onde decorriam sem grandes atritos os trabalhos demarcatórios, Rolim de Moura voltou as preocupações sobretudo para Norte, onde poderiam ocorrer confrontos com os jesuítas. Sem alterar o quadro das relações, supostamente cordiais, que mantinha com os missionários[34], Rolim de Moura iniciou um avanço nessa direcção garantido posições ao longo do rio Guaporé. O primeiro passo no caminho do Norte foi a fundação, em 1754, da aldeia de São José no sítio da Casa Redonda, localizada nas proximidades da foz do rio Corumbiara que desaguava no Guaporé, a dez dias de viagem de Vila Bela **(fig. 7)**.

A "Casa Redonda" era um antigo posto onde se tinham estabelecido alguns colonos portugueses nos anos 40, provavelmente na altura da descoberta das minas do Corumbiara. Abandonado, o local foi recuperado para a fundação da aldeia onde se instalou o padre Agostinho Lourenço com "*cento e tantos*" índios a que depois se vieram juntar mais "*quarenta e tantos*" . Em 1756, o governador visitou a aldeia e afirmou ter notícia de terem "*entrado mais noventa, todos do mato*" [35]. No entanto, a despeito desses dados promissores, a aldeia não conseguiu sobreviver naquele local. Uma série de epidemias atacou a povoação que foi transferida, ainda em 1756, para a foz do rio Mequens com um número bastante reduzido de habitantes.

---

resistindo tanto aos portugueses quanto aos espanhóis. Em 1756, uma força conjunta luso-espanhola pôs fim ao conflito derrotando definitivamente os guaranis.

[32] Cf. Max Justo Guedes – *A Cartografia da Delimitação das Fronteiras do Brasil no século XVIII*, in "Cartografia e Diplomacia no Brasil do século XVIII. Lisboa : CNCDP, 1997, p. 35. Os levantamentos realizados durante a partida demarcatória deram origem a uma série de mapas que serão analisados no cap. 10 "Os Mapas do Mato Grosso: O Território como Projecto".

[33] Cf. BNL Colecção Pombalina cod 629.

[34] Em carta remetida à Diogo de Mendonça Corte-Real defendia a sua política em relação aos missionários. Afirmava que, desde que chegara, tinha a questão dos jesuítas "em cuidados", mas encontrando-se já as aldeias evacuadas pelos próprios padres, que só lá voltavam para recolher alguns frutos, achava que talvez não fosse o momento apropriado para ter qualquer atitude mais ostensiva, pois dificultaria as "negociações", de algum modo pacíficas, que pretendia fazer com os índios. O governador afirmava que, a bem dessa paz, permitia, inclusive, embora com uma certa dissimulação, que se fizessem trocas de mercadorias entre os colonos portugueses e os índios espanhóis. Assim, enquanto não tivesse ordens positivas da Coroa não julgava conveniente tomar atitudes contra os missionários, reafirmando no entanto a sua disposição "*em lhos embaraçar* (aos padres) *por todos os modos, q' poder, valendome dos violentos, quando não haja outro remedio*". Cf. AHU Mato Grosso caixa 8 doc 29 - 29 de Junho de 1756. Carta de D. António Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Corte-Real.

[35] AHU Mato Grosso caixa 8 doc 28 - 29 de Junho de 1756. Carta de D. António Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Corte-Real.

Depois da visita que fez à aldeia de São José, Rolim de Moura vistoriou os locais dos antigos aldeamentos espanhóis na margem oriental do rio Guaporé. Os padres de Moxos, tendo tido, muito provavelmente, notícia desta visita às suas antigas aldeias contestaram-na fazendo também eles, uma expedição à margem oriental do rio. A entrada dos missionários no território português provocou imediatas reacções, a que um incidente ocorrido durante a visita que o padre Raimundo Laynes fez a nova aldeia de São José, só veio agravar. Um colono português morreu alvejado por uma flecha, alegadamente disparada por um dos índios que vieram com o padre. Em tais circunstâncias as relações na fronteira não podiam deixar de se azedar.

Numa troca de cartas bastante duras entre Rolim de Moura e o principal das missões castelhanas, o governador contestou uma a uma as argumentações com as quais o eclesiástico pretendia justificar a entrada dos missionários no território da banda oriental do Guaporé[36]. O jesuíta alegava que os padres apenas tinham abandonado as aldeias e que ainda tinham direito a retirar os índios daquela região. Rolim de Moura contra-argumentava que a "retirada" das aldeias, na verdade, pretendera apenas impedir o bom cumprimento do Tratado, pois estas, em principio, deveriam ter sido pacificamente "entregues" aos portugueses. Os índios teriam direito a ir ou a ficar, mas os que partissem perderiam os seus bens de raiz[37]. Afirmava portanto que o abandono e a queima das aldeias por parte dos missionários tinha sido, no fundo, uma atitude de má fé e não de boa fé como o padre alegava. Os argumentos seguiam-se, contundentes. O governador alegava que a navegação do rio Guaporé tinha sido descoberta pelos portugueses e que estes tinham direito aquela área pois lhes estava garantida pelo principio jurídico do *juz primi sapientiz.* Quanto à demora na demarcação da região, a que o padre também fazia referência, Rolim de Moura justificava que se devia à ausência dos castelhanos posto que a comissão portuguesa estava à sua espera no Rio Negro desde 1753[38].

---

[36] AHU Mato Grosso caixa 9 doc 2 - 9 de Fevereiro de 1757 (data da pasta). Carta de D. António Rolim de Moura ao principal jesuíta das missões castelhanas Pe. Nicolaz Altogradi, datada de 14 de Maio de 1757.

[37] As circunstâncias da "entrega" das aldeias eram as mesmas determinadas para as missões guaranis no Sul. Ver nota 31 deste capítulo.

[38] Os plenipotenciários das demarcações no Norte eram Francisco Xavier de Mendonça Furtado, pela coroa portuguesa e D. José de Iturriaga, pela coroa espanhola. Como no Sul, os trabalhos demarcatórios também estavam divididos em três partidas. A terceira partida correspondia à região do Guaporé. No entanto, nenhuma das partidas previstas à Norte foi realizada. Em 1753 chegaram à Belém os técnicos destinados às demarcações. Em 1754, Francisco Xavier de Mendonça Furtado transferiu-se com a equipa de demarcadores para Mariuá, no Rio Negro onde aguardou, até 1759, pela chegada dos oficiais espanhóis o que não se concretizou. Cf. Arthur César Ferreira Reis - *Limites e Demarcações na Amazónia Brasileira: A Fronteira com as Colônias Espanholas* - Vol. 2 (1948), Belém : Secretaria de Estado da Cultura, 1993.

Na sequência desses acontecimentos Rolim de Moura instalou, no final de 1756, uma guarda no "Sítio das Pedras", comandada pelo alferes Francisco Dorta Tejo. Instruiu o oficial para que construísse uma pequena estacada onde pudesse alojar toda a guarnição. Deu-lhe recomendações de guerra, dizendo que não permitisse em circunstância nenhuma a passagem dos missionários, ou dos índios, para o lado oriental, e se tal ocorresse, que a guarda atacasse logo que tivesse comodidade e vantagem para tal[39]. Ordenou também que o militar examinasse sítios próprios para se estabelecerem moradores, rio-abaixo no Guaporé, ou em rios e ribeiros que nele desaguassem lado português, recomendando um local pouco abaixo da barra do rio Mamoré no rio Madeira.

No mesmo ano de 1756 Francisco Xavier de Mendonça Furtado dava início, na Amazónia, ao processo de reconversão das aldeias missionárias, que foram elevadas a vilas e submetidas a uma legislação especificamente criada para tal fim - o Directório das Povoações. Tal processo, de cunho assumidamente reformador, envolveu o conjunto de todas as povoações existentes na região e foi, a vários níveis, o modelo tanto para a política indígena dos governos pombalinos do Brasil, como para a própria política "urbanizadora" a ser seguida nas várias regiões[40].

Voltar-se-á a aludir ao Directório e à reforma urbana da Amazónia, mas o que é especialmente significativo para o Mato Grosso é o facto de entre as primeiras fundações realizadas por Mendonça Furtado estar a elevação à vila da aldeia do Trocano, localizada no rio Madeira. Tratava-se de um aldeamento jesuíta, como o eram todos os da margem Sul do rio Amazonas, ali estabelecidos desde os finais do século XVII. A aldeia do Trocano era um ponto importante no caminho fluvial que ligava o Pará e o Mato Grosso. Era paragem obrigatória das expedições, sendo a principal povoação do percurso entre Vila Bela e os demais aldeamentos do rio Amazonas.

Na carta régia que determinou a elevação da aldeia à vila, com o nome de Borba-a-Nova, alegava-se expressamente que "*esta* (aldeia do Trocano) *he a mais propria para acharem refresco os meus vassalos, que frequentando a navegação deste Estado para o Mato Grosso, voltarem daquelas minas para o mesmo Estado. Sou servido erigir a referida aldeia em uma nova vila a que impus o nome de Borba a Nova. E hey por bem conceder a referida villa, e aos*

---

[39] AHU Mato Grosso caixa 9 doc 2 - 9 de Fevereiro de 1757 (data da pasta). Instrução passada por D. António Rolim de Moura ao Alferes de Dragões Francisco Dorta Tejo em 26 de Dezembro de 1756. "*Não consentirá que os Pes. Espanhoes, nem os seus indios innovem coisa algua alterando o estado prezente: isto he, q' occupem terra alguma de novo no barranco da nossa parte, ou q' tornem a occupar, as q' largarão.*"

[40] A reforma urbana da Amazónia foi objecto de estudo da nossa dissertação de mestrado intitulada *As Cidades da Amazónia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*. Porto : FAUP, 1992, para onde remetemos o essencial sobre estas questões.

moradores todas as honras, prerrogativas, privilégios e liberdades, que pella sobredita carta concedo a outra futura villa de São José e que na criação dos oficiais da câmara, de justiça, alinhamento das praças, ruas e edifícios, assim públicos como particulares, assignação de distrito para os logradouros e do terreno para jurisdição dos juizes e para repartição de terras, assim da câmara como dos moradores, observeis em ambas as referidas vilas o mesmo sem alguma diferença"[41].

A outra vila a que a carta régia faz menção era a antiga aldeia carmelita de São Francisco Xavier do Javari que tomara o nome de vila de São José do Javari. A elevação de ambas as povoações à condição de vilas insere-se no conjunto de medidas tomadas no contexto da criação da nova capitania de São José do Rio Negro, que passava a ter governo próprio, embora dependente do Grão-Pará. A vila de São José do Javari foi inicialmente pensada para ser a capital da nova capitania. Situava-se na confluência do Javari com o Solimões, estabelecendo o mais avançado marco da ocupação portuguesa na linha do Amazonas.

A criação da capitania do Rio Negro foi decretada em 1755, mas só foi efectivamente concretizada em 1757, com a posse do primeiro governador, Joaquim de Melo e Póvoas. Como também ocorrera no Mato Grosso, determinou-se a criação de "novas vilas" para suportar juridicamente a estrutura da "nova capitania", para o que foram emitidas cartas de fundação absolutamente similares às já anteriormente mencionadas[42]. No contexto das demarcações, determinava-se que a capital fosse instalada nas imediações da fronteira garantindo, com a presença da governador, a baliza estabelecida[43].

Quanto a vila de Borba-a-Nova, para além das inegáveis razões estratégicas e económicas que determinavam a sua criação, cabe referir ao importante peso político da sua escolha como primeira vila a ser criada na capitania. Tratava-se de uma aldeia jesuítica, tida como o elo de ligação possível (ou provável) com os outros aldeamentos missionários castelhanos sendo, neste aspecto, considerada potencialmente "perigosa"[44]. Mendonça

---

[41] BNL Reservados cod. 11393, fl. 106. Carta régia de 3 de Março de 1755 determinando a erecção da Aldeia do Trocano em Vila de Borba-a-Nova.

[42] O decreto de elevação das vilas data do mesmo dia da criação da capitania, ou seja, 3 de Março de 1755. As cartas de fundação das vilas seguem o mesmo padrão da de Vila Bela. Ver nota 14 deste capítulo.

[43] No caso do Rio Negro desistiu-se de instalar a capital no Javari, preferindo antes situá-la em posição mais central dentro da capitania, permitindo uma melhor administração do espaço e salvaguardando também os limites do Norte, nas cabeceiras dos rios Negro e Branco. Foi eleita para capital a antiga aldeia carmelita de Mariuá, elevada a vila em 1757, com o nome de Barcelos, onde Mendonça Furtado já estava instalado, desde 1754, a espera dos comissários espanhóis das demarcações. Ver nota 55 deste capítulo.

[44] Um incidente ocorrido nesta aldeia, que nunca chegou a ser efectivamente comprovado, foi considerado um dos argumentos da "desconfiança" para com os missionários, movida especialmente por

Furtado foi o primeiro a assumir que procurara com aquela vila "dar o exemplo" para as outras. Exemplo esse que era tanto político e ideológico, quanto metodológico. Com essa vila começou a reconversão sucessiva dos outros aldeamentos missionários, sustentando-se num plano "regenerador" e "civilizador", que tinha por propósito assumir finalmente os indígenas como súbditos do rei, congregando-os em vilas "civis", governadas pelas justiças da Corte.

Rolim de Moura, por seu lado, foi instado a seguir o mesmo procedimento utilizado no Pará por Mendonça Furtado. Tomando a nova vila como exemplo[45], o governador promoveu, juntamente com o ouvidor Teotónio da Silva Gusmão, a criação de uma outra aldeia, mais acima no rio Madeira, que servisse de ligação entre a nova Borba e Vila Bela. O povoado foi baptizado, em 1758, com o nome de Nossa Senhora da Boa Viagem mas não logrou manter-se. No ano seguinte tinha já sido abandonado pela população **(fig. 7)**.

Em 1759, decretou-se a expulsão dos missionários jesuítas do Brasil. E na sequência Rolim de Moura recebeu instruções para ocupar os sítios das antigas aldeias dos jesuítas espanhóis[46]. Em carta enviada a Francisco Xavier de Mendonça Furtado explicou o plano de acção que depois seguiria[47]. O governador afiançava que, logo que as águas baixassem, providenciaria a ocupação de acordo com o plano exposto. Julgava que se deviam esperar

---

comparação ao sucedido no sul do Brasil, onde estalara a guerra com os índios. Foram supostamente encontrados na aldeia algumas peças de artilharia que serviram como provas da acusação de traição que se imputou aos padres. Tal processo tem especial interesse na medida em que culminaria com a expulsão dos missionários do Pará.

[45] AHU Mato Grosso. Caixa 9 doc 31. 22 de Agosto de 1758. Carta de Tome Joaquim da Costa Corte Real a D. António Rolim de Moura. "*(...) as urgencias de aproveitar a conjuntura de segurar essa fronteira para todo o sucesso futuro; e de fortificar a margem oriental do Rio Guaporé; e territorio della, com a civilização dos Indios Silvestres, que nelle vivem; devião prevalecer à qualquer outra, sendo negocios, que tão immediatamente interessão o serviço de Deos e de S. Mag. O mesmo Senhor considera desnecessario prevenir a V. Sª, que as Villas, e Aldeas, que se estabelecerem devem ser Povoações Civiz, governadas no temporal por justiças de El Rey Nosso Snor.; e no espiritual por Parochos, que sejão clerigos do habito de S. Pedro; e de nenhuma sorte Regulares; e muito menos ainda Religiosos da Companhia (...). Finalmente como o Gov. e Cap. General do Pará, tem sido larga, e cathegoricamente instruido sobre esta materia dos principios gerais, e da policia e economia particular das villas, e aldeas que tem fundado; por não repetir o que esta dito, lhe ordena S. Mag. que faça e va fazendo V. Sª commuas as noçoens e ordens, que se expedirão ao dito respeito: parecendo muito propria para consolidar a sociedade entre os indios, e Reinicolas, e para attrair os primeiros que se acham silvestres, às Povoações, e por consequencia ao curral da Igreja, a ultima Instrução que na conformidade das Reas Ordens havia dado o mesmo Governador e Capitão General aos officiais da Camara de Borba a Nova, fundada na Aldea do Trocano*".

[46] Em 1759 Rolim de Moura foi nomeado plenipotenciário das demarcações no Norte, em substituição à Francisco Xavier de Mendonça Furtado que regressou naquele ano à Corte. Como as demarcações não se realizaram Rolim de Moura não chegou a sair do Mato Grosso.

[47] Primeiro reinstalaria a guarda no Sitio das Pedras, de onde a tinha retirado devido à ocorrência de doenças que tinham atingido os soldados. Depois, na substituição da guarda pela que lhe iria render ordenaria ao oficial rendido, que em vez de voltar a Vila Bela fosse ocupar Santa Rosa criando aí uma nova guarda. Assim a expedição seria publicada como reinstalação do Sitio das Pedras, incluindo, no fundo, a criação das duas guardas. Esse procedimento garantiria que só se saberia da diligência depois de estar executada e que Santa Rosa poderia ser sustentada e municiada a partir do Sítio das Pedras, se fosse necessário. AHU Mato Grosso caixa 9 doc 38 - 15 de Novembro de 1758. Carta de D. António Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

algumas reacções por parte dos jesuítas espanhóis, mas que estes possivelmente não chegariam a fazer nenhum ataque efectivo ao Mato Grosso. No entanto, por precaução, e citando Camões - *porq' nunca louvarei ao Capitão, q' disse não cuidei* - pediu que lhe fossem fornecidas mais armas para seus soldados.

A ocupação da antiga aldeia jesuíta foi feita conforme o previsto. Rolim de Moura tomou posse da localidade, em 22 de Fevereiro, baptizando-o com o nome de Nossa Senhora da Conceição, estabelecendo aí um destacamento. Os protestos não se fizeram esperar. Enquanto ainda estacionava na antiga aldeia, o governador recebeu o padre Sarmiento, director de Santa Roza a Nova, que pretendia demovê-lo da ocupação. Em Novembro de 1760, já em Vila Bela, dois emissários enviados por D. Alonso Berdugo, governador de Santa Cruz de la Sierra, tornaram a contestar a posição tomada por Rolim de Moura que, em ambas as ocasiões, reafirmou a posse portuguesa da região. Um ano depois, em Novembro de 1761, mais dois emissários espanhóis foram enviados para apresentar novos protestos.

Tinha-se assinado entretanto a convenção de 1761 (Tratado do Pardo) que anulava o tratado de Madrid, determinando que cada Coroa voltasse a ocupar as terras anteriormente detidas, o que, de certo modo, suportava a argumentação castelhana que pretendia reaver os antigos aldeamentos na margem direita do Guaporé. Rolim de Moura, contudo, não cedeu. Bem pelo contrário, reforçou a posição do destacamento de Nossa Senhora da Conceição transformando a instalação numa pequena fortificação[48], dando azo a que começassem efectivamente os jogos de guerra.

Em Agosto de 1762, o governador instalou-se no novo presídio, promovendo as obras e providenciando o envio de reforços a partir do Pará. Obteve informações de que um ataque castelhano estava a ser preparado com cuidado e que faria recurso a um elevado contingente[49]. Em Abril de 1763, Rolim de Moura teve finalmente notícia da guerra em curso entre Portugal e

---

[48] Desde o início do ano que Rolim de Moura afirmara a sua intenção de construir ali uma fortificação. V. AHU Mato Grosso caixa 11 doc 31 -18 de Junho de 1762. Carta de D. António Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. "*Pretendia ir ao presídio de N. Sra. da Conceição ou sítio velho de Santa Roza delinear e principiar um forte que considero ali preciso e conveniente*". A despeito das suas intenções, o governador não chegou a construir uma grande fortificação no local, realizando por esta altura apenas uma estacada e um quartel muito pequeno que mal abrigava os dragões. V. AHU Mato Grosso caixa 11 doc 41 - 30 de Setembro de 1762. Carta de D. António Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. "*O forte resolvo-me a faze-lo pentagonal, e não quadrado como havia escrito de Villa Bella a V. Exa. assim por ser figura maes capaz de fortificar-se com regularidade, do que os quadrados que ficam sempre defeituosos. Parece-me ser esta obra muito util pela distancia em que isto esta de Villa Bella e porque eu não sei o que se passa la no interior do Peru*".

[49] O plano era impedir a comunicação e o abastecimento do presídio fechando o Guaporé, a montante, na altura do rio Itonamas, e a barra do Mamoré, a jusante, para o que os espanhóis pretendiam guarnecer ambas as posições com cerca 1.000 homens. Cf. Carlos F. Moura - *op. cit.*, pp. 65-78.

Espanha desde 1762. Temendo a iminência de um ataque espanhol, o governador adiantou-se. Em Maio, atacou de surpresa a aldeia castelhana de São Miguel, incendiando-a e prendendo os dois jesuítas que a administravam. Em Junho, após receber reforços para a sua guarnição, atacou directamente o presídio espanhol localizado na barra do rio Itonamas. Não chegou a tomar o presídio, mas o resultado da expedição foi louvado como positivo. A eventual resposta castelhana a estes ataques foi impedida pela chegada, em Agosto de 1763, da notícia do acordo de Paz celebrado entre as duas nações, que fora assinado em Fevereiro, em Paris.

Lembremos que, exactamente em Outubro de 1762, o governador do Rio da Prata, D. Pedro de Cevallos, tomara pelas armas a Colónia do Sacramento assenhoreando-se também de boa parte da capitania do Rio Grande de São Pedro. O Tratado de Paris consignou a devolução da Colónia aos portugueses (o que ocorreu em Dezembro de 1763) mas Cevallos negou-se a entregar as terras conquistadas no Rio Grande o que, em termos concretos, significou a manutenção do estado de guerra na América, a despeito da paz decretada na Europa[50].

A prioridade das acções militares no Sul talvez tenha, de algum modo, influenciado o resultado do incidente de Itonamas, adiando a preparação do ataque castelhano no Guaporé, ou retardando a decisão final. De todos os modos, a ausência de reacção por parte dos espanhóis no Oeste implicava uma certa sub-hierarquização da defesa daquela região relativamente ao Sul, onde as questões eram mais prementes.

Os governadores do Mato Grosso sabiamente aperceberam-se das prioridades espanholas e não deixaram de se aproveitar delas. Puderam, como Rolim de Moura, ser intransigentes na defesa das posições assumidas, porque, de facto, poucas vezes foram contestados militarmente. O caso do combate de Itonamas, que se realizou por ansiedade do governador, encenando uma guerra que se deu em tempo de paz, por, supostamente, se ignorar a paz, é paradigmático.

Mas esta "guerra virtual" fará parte da contínua "conquista" do Mato Grosso. A estruturação militar da capitania é um processo que começa com Rolim de Moura e tem continuidade até ao final do século, merecendo as maiores atenções tanto na criação de tropas como na selecção de comandos. A estrutura de poder do Estado funda-se ali sobre um aparato militar que,

---

[50] Sobre o desenvolvimento das disputas entre portugueses e espanhóis no Sul veja-se o estudo de Dauril Alden - *Royal Government in Colonial Brazil: With special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779*, Berkeley; Los Angeles : University of California Press, 1968.

contrapondo-se ao incipiente peso dos ouvidores ou dos oficiais das Câmaras, vai constituir a grande base de sustentação dos governadores, também eles, essencialmente comandantes militares[51].

Mil setecentos e setenta e quatro, o último ano da administração de Rolim de Moura, decorreu sem maiores percalços embora se mantivesse o clima de tensão fronteiriça[52]. A capitania sustentava-se, ironicamente, do ouro de Goiás posto que as suas receitas não garantiam os custos da defesa e do abastecimento e até fazia uso, com permissão do Conselho, do subsídio do terramoto, para suprir os gastos militares.

Em 1 de Janeiro de 1765, João Pedro da Câmara, sobrinho de Rolim de Moura, tomou posse do governo do Mato Grosso. A capitania contava então com as vilas de Cuiabá e Vila Bela, as aldeias de índios de Santa Ana e São José, os redutos do Sítio das Pedras e de Nossa Senhora da Conceição e os arraiais de mineração **(fig. 7)**.

3.3. João Pedro da Câmara e Luís Pinto de Souza: Entre o Norte e o Sul

Ao contrário do tio, que seguiu o percurso das monções, João Pedro da Câmara chegou à capitania pelo caminho do Norte. Nomeado em 1763[53], só em 1764 chegou ao Pará. Em Maio deixou Belém a caminho de Vila Bela, onde aportaria apenas em Dezembro. Como também fizera Rolim de Moura na sua viagem pelo Sul, João Pedro da Câmara observou o curso dos rios, anotou as dificuldades do percurso[54], e sobretudo, procurou compreender o sistema de comunicações que ligava a capitania ao Pará, preocupando-se com a sua defesa.

---

[51] Voltaremos a referir a este aspecto na avaliação conjunta da obra de sedimentação e estruturação do território desenvolvida ao longo dos sucessivos governos do século XVIII no Mato Grosso Ver cap. 11. "Formação e Informação: A Ciência Pragmática do Estado".

[52] Em Setembro de 1764 Rolim de Moura recebeu uma outra comitiva espanhola, que tornou a reivindicar a entrega do presídio de N. Sra. de Conceição. Nesta ocasião efectuou-se a troca dos prisioneiros e a evacuação da aldeia de São Miguel, que tinha sido ocupada pelos portugueses. Constou então que tinha sido preparado um ataque ao Mato Grosso, com 500 homens, organizado pelo engenheiro Aymerich, que entretanto tinha recebido ordens para suspender a ofensiva. Cf Virgílio Correia Filho - *op. cit.*, p. 377.

[53] AHU Mato Grosso caixa 11 doc 63 - 30 de Junho de 1763. Carta de nomeação de João Pedro da Câmara, tenente-coronel do regimento de Penamacor, para *Governador e capitão General da capitania de Matto Grosso, por tempo de trez annos*. Em 11 de Maio de 1763 emitira-se carta de nomeação para o governo do Mato Grosso a Manuel Bernardo de Melo e Castro, que naquele ano terminava o governo da capitania do Grão Pará. (AHU Mato Grosso caixa 11 doc 51 -11 de Maio de 1763). Não sabemos os motivos que levaram a mudança da escolha.

[54] A sua comitiva enfrentou grandes percalços para transportar a artilharia que o governador trazia especialmente na transposição das cachoeiras do rio Madeira. Cf. AHU Mato Grosso caixa 12 doc 23 -10 de Fevereiro de 1765. Carta de João Pedro da Câmara a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, com o relato da viagem entre Belém e Vila Bela.

A segurança da guarnição de N. Sra. da Conceição e a eventualidade de um novo incidente militar que expusesse aquela área eram as principais preocupações do novo governador. Ao passar pelo destacamento, na vinda do Pará, João Pedro da Câmara comunicou à Rolim de Moura a ordem que recebera da Corte para estabelecer ali uma fortaleza, como era desejo do seu antecessor[55]. Decidiram em conjunto sobre o local e a forma da fortificação, encarregando o sargento-mor engenheiro da sua execução[56].

Desde 1761, pelo menos, que Rolim de Moura requisitava ao Governador do Pará o envio de engenheiros para o Mato Grosso[57]. Em 1763, o seu pedido foi satisfeito, com a nomeação de José Mathias de Oliveira Rego[58], que todavia só chegou em 1764. Veio, provavelmente, na comitiva do novo governador, que imediatamente fez uso dos seus indispensáveis serviços.

Em Fevereiro de 1765, partiram ambos para o destacamento de N. Sra. da Conceição para providenciar a construção da fortaleza. O governador pretendia, durante o mês de Março "*dar calor a obra, por conta de se fazer com a maior brevidade, e antes que lhe queirão por alguns embargos os nossos vezinhos, ou por melhor dizer os nossos inimigos*"[59].

A dualidade "vizinhos / inimigos" parece estar sempre presente para Pedro da Câmara. Durante os quatro anos do seu governo (1765-1768) enviou uma série de relatórios a Francisco Xavier de Mendonça Furtado informando-o sobre as posições e as intenções guerreiras dos confrontantes. Afirmava que os "*Castilhanos tem maior sentido no Posto da Conceição, e em toda esta Capitania do que se cuidava. Pelo que a defeza, e a conservação destes Dominios merecem hua seria attenção de Sua Magestade*"[60].

---

[55] Ver nota 48 deste capítulo.

[56] AHU Mato Grosso caixa 12 doc 24 -11 de Fevereiro de 1765. Carta de João Pedro da Câmara a Francisco Xavier de Mendonça Furtado."...*Depois de assentarmos no sitio mais proprio, e na forma della, imediatamente se expedirão as Ordens, ao Sargento Mor Engenheiro para fazer o risco, e aos officiais da Fazenda para mandar ajuntar os materiaes necessarios*". Trataremos com mais vagar sobre a construção específica da fortaleza e as suas vicissitudes no capítulo 7 "Príncipe da Beira: A Encenação do Poder".

[57] Cf. AHU Mato Grosso Caixa 11 doc 66. 21 de Julho de 1763. Carta de D. António Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. *"Eu havia pedido ao Gal. daquela capitania hum Engenheiro que me não pode mandar porque todos os que la havia naquele tempo eram precisos para forteficalla. Agora necessito muito mais delle do que quando o pedi."*

[58] AHU Mato Grosso caixa 11 doc 72. 23 de Agosto de 1763. Nomeação de Joseph Mathias de Oliveira Rego, "*ajudante de Infantaria com exercício de engenheiro, nomeado sargento-mor de infantaria com o mesmo exercício e soldo dobrado para servir por tempo de seis anos, com praça assentada na plana da corte onde tera exercicio findo o dito tempo com soldo singelo*".

[59] AHU Mato Grosso caixa 12 doc 24 - 11 de Fevereiro de 1765. Carta de João Pedro da Câmara a Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

[60] AHU Mato Grosso caixa 12 doc 30 - 14 de Fevereiro de 1765. Carta de João Pedro da Câmara a Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

A despeito do tom, às vezes alarmista, dos relatos do governador, não chegaram a ocorrer combates na área. O que não significa que não existissem intenções ou probabilidades efectivas de algum ataque[61]. Especialmente durante o ano de 1766 viveram-se momentos de grande tensão na fronteira devido a evidente, e ostensiva, movimentação de tropas espanholas.

Desde a troca de prisioneiros decorrente dos conflitos de Itonamas, em 1764, que na documentação do Mato Grosso referia-se a um coronel engenheiro, do qual se dizia que tinha participado na tomada de Colónia do Sacramento, e que era identificado como o responsável pela organização dos prováveis ataques à região. Tratava-se, com efeito, de D. Antonio Aymerich y Villajuana[62] que dirigiu no terreno uma série de operações que, por uma razão ou outra, acabaram por não se concretizar em combates.

Sabe-se que, em 1764, esteve prevista uma investida ao presídio de N. Sra. da Conceição que foi desaconselhada pelo engenheiro, que terá dito na Real Audiência de Chuquiasca que para expulsar os portugueses do Guaporé seria necessário organizar um ataque com tropas regulares e fazer ao mesmo tempo "*diversão pelo Cuiabá e Mato Grosso*"[63]. Em 1765-66, Aymerich organizou uma milícia nas missões de Moxos. Estabeleceu uma fundição de armas na missão de São Pedro e fez construir uma fortaleza triangular na missão da Exaltação, na barra do rio Mamoré[64]. Depois, instalou-se pessoalmente nas proximidades da missão de Santa Roza-a-Nova, enquanto outros batalhões postaram-se diante da fortaleza de N. Sra. da Conceição, em ostensivo movimento militar[65].

Em resposta, João Pedro da Câmara procurou também garantir a defesa da área portuguesa, preparando-se, em várias frentes, para a eventualidade do ataque. Guarneceu a fortaleza de N. Sra. da Conceição e fortificou o Sítio das Pedras. Tratou da defesa da capital deixando aí 200 homens de ordenança, entre dragões e pedestres, e ordenou ao capitão de Cuiabá que estivesse de sobreaviso. Examinou também os rios Barbados e Jauru, por onde julgava que os espanhóis também poderiam passar, e estabeleceu aí destacamentos. Para

---

[61] As guarnições de ambas as Coroas fizeram aprisionamentos recíprocos de embarcações e tripulantes. Cf. AHU Mato Grosso caixa 12 doc 60 - 10 de Fevereiro de 1766. Carta de João Pedro da Câmara a Francisco Xavier de Mendonça Furtado datada de 20 de Junho de 1766.

[62] O engenheiro Antonio Aymerich y Villajuana foi designado governador da província de Moxos em 1764. Contava entre os seus técnicos, com outro engenheiro, José Núñez Cornejo que o auxiliou na execução das fortificações da região e na preparação das campanhas contra os portugueses. Cf. Alberto de Paula - *op. cit.*, p.393.

[63] AHU Mato Grosso caixa 12 doc 30 - 14 de Fevereiro de 1765. Carta de João Pedro da Câmara a Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

[64] Cf. Alberto de Paula - *op. cit.*, p. 393.

além de manter seis canoas armadas a fazer a ronda da barra dos rios que desaguavam no Guaporé (Mequens, Itonamas, ...), mandou abrir um caminho por terra entre a barra do rio Mequens e Vila Bela para precaver a eventual obstrução do rio.

Em toda a correspondência trocada com a metrópole e com a capitania do Grão Pará o governador pedia, insistentemente, mais artilharia e mais infantaria. À Mendonça Furtado confessava, no entanto, que apesar dos preparativos, julgava haver uma grande desproporção entre as suas forças e as do inimigo: "*fico com firmes esperanças, sem embargo de ser tão pouco o nosso poder, e tão grande o dos vezinhos, que Deos abencoará às nossas Armas, no caso de serem por elles atacadas*"[66].

Deus deve ter lhe ouvido as preces porque não chegou a ocorrer nenhum ataque, pois as tropas estacionadas nas missões de Moxos não avançaram. Em parte porque lidavam com graves problemas internos, especialmente a grande mortandade provocada pelas doenças do pântano que enfraquecia os seus contingentes[67]. E também porque receberam ordens expressas para suspender quaisquer atitudes ofensivas naquela área[68]. Assim, no final de 1766, João Pedro da Câmara assistiu à retirada dos "vizinhos / inimigos" sem ter travado com eles nenhuma batalha.

É-nos impossível, e talvez também seja pouco pertinente, saber quais eram as verdadeiras intenções dos espanhóis relativamente ao Mato Grosso. Pode ser que tenham de facto pretendido atacar as posições do Guaporé e que se tenha inclusive pensado em conquistar Cuiabá e Vila Bela. Mas é também plausível que as movimentações de tropas na fronteira se destinassem apenas a garantir a sua segurança e a impedir o avanço dos portugueses. O mais provável é que a verdade oscile entre ambas as razões.

É significativo notar que exactamente em 1766, Luís António Botelho Mourão, Morgado de Mateus, então governador da capitania restaurada de São Paulo[69], dava início as diligências para a instalação de uma praça forte no

---

[65] Cf. Virgílio Correia Filho - *op. cit.*, pp. 379-380.

[66] AHU Mato Grosso caixa 12 doc 60 -10 de Fevereiro de 1766. Carta de João Pedro da Câmara a Francisco Xavier de Mendonça Furtado datada de 20 de Junho de 1766.

[67] Cf. Virgílio Correia Filho - *op. cit.*, p. 381.

[68] O ataque militar contra a guarnição portuguesa no Guaporé tinha sido ordenado em 1766 pela audiência de Charcas. Depois de iniciados os preparativos a acção foi suspensa por ordem da autoridade central de Madrid (Cf. Alberto de Paula - *op. cit.*, p. 393) e por recomendação de Cevallos (Cf. Virgílio Correia Filho - *op. cit.*, p. 381).

[69] Com a criação das capitanias de Mato Grosso e Goías, em 1748, decidiu-se que São Paulo deixava de necessitar de um governador autónomo, ficando dependente do Rio de Janeiro. No início deste capítulo já desenvolvemos, em parte, as razões alegadas para tal decisão. Basicamente julgava-se que as capitanias recém criadas poderiam responder pela defesa da fronteira à Oeste, enquanto a defesa a Sul ficaria

rio Iguatemi, no extremo sul da capitania do Mato Grosso. A "empresa do Iguatemi" como lhe chamou Heloísa Bellotto[70] foi a pedra de toque da administração de Botelho Mourão que advogava a hipótese de se preparar uma "diversão" pelo Oeste, para garantir a preservação das fronteiras como um todo[71]. A tese do Morgado de Mateus era que se devia tentar desviar as forças castelhanas do Sul, provocando o seu deslocamento para a defesa do Oeste. A fortificação do rio Iguatemi, deveria assim, ser ao mesmo tempo um baluarte de defesa da área considerada portuguesa como também uma preocupação para o exército inimigo. No seu plano, Botelho Mourão previa, inclusive, a hipótese de realizar a partir daí manobras ofensivas sobre as possessões dos castelhanos de modo a não permitir que estes pudessem deslocar todos os seus contingentes para o Sul, onde se concentravam as efectivas atenções de ambas as Coroas[72].

Nos primeiros tempos o projecto do governador de São Paulo contou com o apoio da metrópole e de D. António Rolim de Moura, então vice-rei do Brasil (1767-1769). O ex-governador do Mato Grosso, muito possivelmente, partilhava as opiniões de Botelho Mourão. De certo maneira, ele próprio tinha ensaiado uma manobra de "diversão" pelo Oeste com o seu ataque a Itonamas garantindo com isso a posse da banda oriental do Guaporé. Do outro lado do rio, as movimentações de tropas do engenheiro Aymerich também indicavam a intenção contrária de segurar os domínios castelhanos prevendo-se a hipótese da invasão de Cuiabá e de Vila Bela.

Evidentemente, há de ambos os lados da fronteira propósitos similares de garantir a todo custo as posições já conquistadas. Mas há também processos, eventualmente escusos, de avançar sobre determinados terrenos provocando a reacção do vizinho, ou garantindo uma moeda de troca possível nas

---

concentrada no Rio de Janeiro, que era já responsável pela segurança da Colónia do Sacramento e da capitania subalterna do Rio Grande. Em 1765, as mesmas razões de defesa da fronteira são alegadas para se restabelecer o governo autónomo da capitania. Contava-se com a presença do governador para organizar a militarização do estado que deveria apoiar as campanhas do Sul e do Oeste e funcionar como zona de "bloqueio" e protecção do Rio de Janeiro em caso de invasão. Foi escolhido para primeiro governador da capitania restaurada Luís António de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, que a dirigirá entre 1765 e 1775.

[70] O trabalho de Heloísa Liberalli Bellotto - *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo 1765-1775*. São Paulo : Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979, foi a obra de referência que utilizámos para estabelecer as relações entre o Mato Grosso e o governo de São Paulo.

[71] Botelho Mourão via a partilha territorial da América como um grande palco de guerra. "*O dilatado espaço deste Brazil, que he o Theatro em que se ha de representar esta Acção, a separação e distancia das suas grandes e dilatadas Capitanias, oferece à ideya hum dilatado taboleiro para formar este jogo, cujas pessas se devem mover de todas as partes com a mesma proporção, e ao mesmo fim para efeito de se poder ganhar a partida*". Carta do Morgado de Mateus a Martinho de Melo e Castro, citada por Heloísa Bellotto - *op. cit.*, p. 289.

[72] Em 1767 os portugueses conseguiram reaver as terras na margem Norte do Rio Grande, mas os espanhóis mantinham-se na posse d a Vila de São Pedro. A guerra, portanto continuava.

negociações. Viu-se ao longo do tempo, vários destes lances na fronteira, realizados tanto por uns, quanto por outros. Neste sentido, a "diversão" pelo Oeste parece ter sido uma hipótese recíproca para ambos os confrontantes. E a existência desta hipótese, mesmo não se tendo realizado muitos combates, foi responsável pela manutenção de um clima de permanente "paz armada" que influenciou toda a gestão da capitania do Mato Grosso.

Outra das políticas certamente comum a ambos os lados da fronteira era o empenho constante no aliciamento dos respectivos indígenas. Os governadores do Mato Grosso procuravam atrair o maior número possível de "vizinhos", tanto para obter informações, como novos povoadores. Em 1766, João Pedro da Câmara orgulhava-se de dizer que, como havia mandado fazer bom agasalho aos índios castelhanos, "*dando-se-lhes sempre alguas quinquilharias*"[73], em agradecimento disso tinha sido convenientemente avisado dos preparativos da guerra e tinha recebido vários desertores dos aldeamentos missionários, aquando da expulsão dos jesuítas dos territórios espanhóis, decretada em 1767.

Segundo um levantamento feito naquele ano pela corte de Espanha[74], os jesuítas tinham 10 povoados nas Missões de Chiquitos (S. Francisco Xavier, Concepción, S. Miguel, S. Ignacio, S. Rafel, Sta Anna, S. Jozep, S. Juan, Santiago, Sto Corazón) com um total de 18.815 índios. Nas Missões de Moxos os aldeamentos encontravam-se distribuídos por 4 repartições: dos Baurés, com 5 povoados (Concepción, S. Joaquín, S. Martin, S. Simon, S. Nicolás), do Mamoré, com 6 povoados (Exaltación, Sta Anna, S. Francisco Xavier, S. Pedro, Trinidad, Loreto); dos Pampas, com 3 povoados (S. Ignacio, S. Borja, Stos Reis) e de Itonamas, com a povoação da Magdalena. O total de índios das 15 Missões de Moxos perfazia 19.807 almas. Somando-se a estes os de Chiquitos temos para os territórios confrontantes com o Mato Grosso um conjunto populacional de 38.622 pessoas.

Essa população era assustadoramente maior do que a do Mato Grosso. Segundo o primeiro levantamento, realizado em 1768, a população de toda a capitania alcançava um total de cerca de 10.886 pessoas[75] cobrindo um

---

[73] AHU Mato Grosso Caixa 12 doc 60 -10 de Fevereiro de 1766 (data da pasta). Carta de João Pedro da Câmara a Francisco Xavier de Mendonça Furtado datada de 20 de Junho de 1766.

[74] V. AHU Mato Grosso Caixa 12 doc 41 - 8 de Setembro de 1765. Documentos anexos: "*Cathalogo de las Missiones de Mojos del año 1767 - Cathalogo de las Missiones de Chiquitos del año de 1767 (...) Observacções Este Cathalogo, foi mandado fazer pela Corte de Hespanha, na expulçao dos Jezuitas (...)*"

[75] Evidentemente, este número não incluía os índios que permaneciam nas suas organizações tribais e que não eram contabilizados. Ver quadro de evolução da população nos apêndices deste trabalho.

território que ia do Madeira ao Paraguai. A "fortificação de gente"[76] que se queria para o Mato Grosso era ainda uma miragem.

Pelo menos desde a publicação do *Directório dos Índios*, em 1758, há um grande empenho por parte da Coroa na criação de novas povoações de índios. O Directório foi enviado para os governadores de todas as capitanias que eram exortados a seguir o modelo das fundações de Mendonça Furtado na Amazónia[77]. No Mato Grosso, Rolim de Moura não apenas recebeu em primeira mão a legislação pombalina, como partilhou com Mendonça Furtado a especial importância de alguns pontos regionais, como era o caso do povoamento do caminho fluvial entre o Pará e o Mato Grosso. Mas as preocupações militares não lhe permitiram avançar, em termos concretos, para além da criação das aldeias de Santa Ana, nas proximidades de Cuiabá, da de S. José, no Guaporé e a tentativa falhada da de N. Sra. da Boa Viagem, no Madeira, como já se observou.

De certo modo, o mesmo motivo também impediu João Pedro da Câmara de dar contínua atenção à criação dos novos povoados. Mas não descurou totalmente do assunto. Logo no primeiro ano do seu governo, em Dezembro de 1765, encarregou o engenheiro José Mathias de Oliveira Rego de fazer o plano da Nova Aldeia de São Miguel, no Guaporé e providenciou a instalação de uma outra no rio Madeira[78].

Essa "aldeia de São Miguel"[79], era composta por índios que, "*no tempo da guerra, passarão para a nossa parte da Missão Castelhana, que se queimou, e de outros que fugirão, e vão fugindo das mais Missoens*"[80]. Tinham sido instalados inicialmente nas cercanias do destacamento de N. Sra. da Conceição. Rolim de Moura quis mudá-los, para evitar os distúrbios provocados pelos soldados, que importunavam as índias e faziam repetidos furtos nas suas

---

[76] Ver nota 1 deste capítulo.

[77] Belloto afirma que o Morgado de Mateus recebeu o Directório juntamente com as Instruções para o governo da Capitania de São Paulo. Quando este governador voltou a inquirir a metrópole sobre a política a seguir relativamente às povoações e novos estabelecimentos que deveria fazer na capitania obteve como resposta "Observar o Directório e o que vinha sendo feito no Pará". Cf. Heloísa Belloto - *op. cit.*, pp. 72-79. Ver também Maria Helena Ochi Flexor - *Os Núcleos Urbanos Planejados do século XVIII: Porto Seguro e São Paulo*. Salvador : Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1989, onde se indica que o Directório foi enviado a todas as capitanias com a mesma recomendação de se seguir o exemplo do Pará.

[78] Os aspectos relativos à composição formal deste e dos outros povoados da área do Guaporé serão tratados em conjunto no item 7.1 "A Ocupação Formal do Guaporé / Mamoré".

[79] O nome de Aldeia de São Miguel, que consta no desenho realizado pelo engenheiro para a nova povoação deve ter sido dado em referência à origem dos índios que tinham sido habitantes da antiga aldeia castelhana de S. Miguel.

[80] AHU Mato Grosso caixa 12 doc 59A - 16 de Dezembro de 1765. Carta de João Pedro da Câmara a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Documentação anexa a cartografia. Ver Anexo Documental **Doc. IV**

plantações e criações. João Pedro da Câmara afirmava que não foi possível ao governador anterior realizar a transferência, porque *alguns obstaculos* o impediram, mas que finalmente conseguira mudar a aldeia "*para outro sitio rio acima, quatro legoas distante da primeira, de muito bons ares, e largueza bastante*" [81].

Neste aspecto, não fugia à comparação do seu trabalho com o do tio e, embora acusando implicitamente os jesuítas, diz que fez melhor. "*Nesta mudança, e situação se não gastou cousa algua da Real Fazenda, havendo se dispendido cem mil oitavas de ouro, com as duas de S. Joseph, e S. Anna; para cuja fundação foram mandados com meu Antecessor dous jesuitas, que se aproveitarão, segundo dizem, bastantemente, tanto destas despezas, como do trabalho dos Indios:*". Mas o mais significativo da sua crítica às fundações anteriores é a referência à sua falta de ordem. "*E o peor de tudo, he que não consiste a fabrica destas Aldeas, mais que em dous Ranchos, que precizamente devo mandar deitar abaixo e fazer de novo com a formalidade, que he conveniente, para a habitação, e comodidade dos moradores*"[82]. Nota-se aqui o espírito do Directório, mas também o facto de João Pedro da Câmara finalmente dispor dos serviços de um engenheiro[83] a quem encarregar a "formalidade" dos aldeamentos.

Paralelamente a esta iniciativa outra aldeia foi criada no rio Madeira, com os índios Panas, habitantes daquela região. A aldeia localizava-se na cachoeira do Girau, e foi criada dando continuidade ao projecto pré-estabelecido de garantir a navegação em todo o percurso do caminho do Pará. José Mathias de Oliveira Rego também foi chamado a realizar o plano desta aldeia, mas já sob as ordens de Luís Pinto de Sousa, nos finais de 1768[84].

Observa-se que não há, no período de João Pedro da Câmara, uma evolução significativa do quadro urbano da capitania. A guerra, ainda que virtual, também o impediu de aumentar o número de povoações. Tinha-a

---

[81] Idem

[82] Idem.

[83] Sobre a acção de José Mathias de Oliveira Rego, ver especialmente o capítulo 7 "Príncipe da Beira : A Encenação do Poder". A opinião de João Pedro da Câmara sobre o engenheiro não era das mais abonatórias. Em carta dirigida a Mendonça Furtado dirá "*pesso de novo a V. Exª seis artilheiros, pois não ha aqui soldados que saibam trabalhar com as pessas, nem quem possa instruí-los nesta manobra, porque o Sargento-mor Engenheiro, não só nisto, mas em tudo o mais que pertence ao seu oficio, he totalmente incapaz, e pouco benemérito ao seu Real Serviço*". V. AHU Mato Grosso caixa 12 doc 44 - 10 de Outubro de 1765.

[84] AHU Mato Grosso caixa 13 doc 10 - 30 de Novembro de 1768. Carta de Luiz Pinto de Souza Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. "*Restame unicamente participar a V.Exa que como numa das cachoeiras que habita a nação Pamas deixei delineada, na forma do modelo nº 1 huma povoaçam com nome de Balsemão e cujo estabelecimento de pessoas milhor constara a V. Exa pela lista inclusa que vai rabiscada com o nº 2.*".

recebido de seu tio com as vilas de Cuiabá e Vila Bela, as aldeias de Sta. Ana e São José, a guarda do Sítio das Pedras, o destacamento de N. Sra. da Conceição, e os sempre instáveis arraiais de mineração. Acrescentou a este quadro mais duas aldeias, ambas no caminho do Pará **(fig. 8)**.

Há, no entanto, um interessante factor a considerar relativamente a este período. O plano de defesa de João Pedro da Câmara, concentrando-se sobre a região do Guaporé, deixou apontadas as áreas de maior fragilidade de toda a fronteira Norte da capitania, onde depois viriam a ser concretizados os projectos de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Note-se que Pedro da Câmara apercebeu-se da importância e vulnerabilidade da região dos rios Barbados e Jauru, que mandou explorar e onde instalou os primeiros destacamentos. A comunicação por terra entre as zonas do baixo Guaporé-Mamoré e a região de Vila Bela é também significativa, assim como a identificação da barra dos rios que desaguavam no Guaporé, como pontos essenciais de controle regional, onde começou a estabelecer as povoações de índios.

Mas se João Pedro da Câmara procurou guardar o Norte da capitania, muito pouca atenção deu ao Sul. Luís Pinto de Sousa Coutinho também manterá o principal foco das atenções sobre a área do Madeira-Mamoré-Guaporé. Mas nos últimos anos da sua administração, e em decorrência dos contactos com o governador de São Paulo, surgirão as preocupações com o Sul.

Responsável pelo governo do Mato Grosso entre o final de 1768 e 1772[85], Sousa Coutinho viveu, nos primeiros anos do seu governo, um clima de paz virtual em contraponto à guerra tantas vezes anunciada por Pedro da Câmara. Nos anos de 1768, 69 e 70 José Barbosa de Sá resumia a vida da capitania ao relato das idas e vindas das monções e a grande alegria da visita do governador a Cuiabá[86]. Aparentemente, nada ocorria na fronteira.

De facto diminuíram as preocupações de ordem estritamente militar, embora Luís Pinto de Souza não descurasse o principal aspecto do conflito, procurando garantir o conhecimento geográfico da região. Como João Pedro da Câmara, também chegara à capitania pelo caminho do Pará e, do mesmo modo, tinha examinado com atenção aquele percurso fluvial, que foi objecto de várias e circunstanciadas memórias ao longo do seu governo.

---

[85] Luís Pinto de Souza Coutinho foi nomeado governador do Mato Grosso em 21 de Agosto de 1767 (AHU Mato Grosso caixa 12 doc 71). Assumiu oficialmente o governo da capitania em Janeiro de 1769, mas desde o final de 1768, quando estava a caminho de Vila Bela, mandou executar pelo engenheiro José Mathias de Oliveira Rego o plano da povoação da Cachoeira do Girau. Ver nota anterior .

[86] José Barbosa de Sá - *op. cit.*, p. 51-52.

Em 20 de Janeiro de 1769 escreve a Mendonça Furtado enviando as suas reflexões sobre a região[87]. Para além de tecer considerações sobre os índios e sobre os produtos da terra, Luís Pinto de Sousa desenvolve uma efectiva memória geográfica sobre o rio Madeira. Para tal, executou medições da latitude da boca do rio e das alturas das cachoeiras, indicou os seus afluentes e descreveu detalhadamente o terreno circundante. Cita os vários geógrafos que se tinham debruçado sobre o assunto[88] para concluir que era ainda necessário identificar as verdadeiras origens do rio, o que era de crucial importância para a segurança da região, pois era através dele e do Mamoré, que tinham as suas nascentes em território espanhol, que se corriam maiores riscos de penetração por parte dos vizinhos, segundo o seu parecer.

Visando especificamente o Tratado de Madrid, determina um ponto abaixo da junção do Mamoré e do Guaporé onde recomenda vivamente que se fizesse algum estabelecimento[89]. Mas não apenas ali. Também insistia na necessidade, prioritária, de criar povoações em ambas as margens do rio Madeira[90]. Sugere que, para além da povoação já estabelecida na cachoeira do Girau, se fizesse outra na do Salto[91].

Nota-se o empenho, ao menos teórico, na criação de novas povoações. No entanto, Luís Pinto de Souza rejeitou, em 1769, o projecto de um padre que se propunha a estabelecer por sua conta a povoação prevista na Cachoeira do Salto. Embora ciente da utilidade da criação do povoado, o governador

---

[87] AHU Mato Grosso caixa 13 doc 19 - 20 de Janeiro de 1769. Carta de Luiz Pinto de Souza a Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

[88] Explica que um erro se vinha perpetuando, ao se indicar que o Madeira era formado pelo Mamoré e pelo Guaporé, quando este distava ainda 35 léguas depois da confluência dos dois rios. Refere que geógrafos como De Lille, La Buache e La Condamine tinham insistido no erro, do qual culpa os jesuítas e os seus interesses, e que esta ignorância era manifesta no próprio Tratado de Madrid, sustentada pela relação da viagem do sargento-mor Luís Fagundes cujos erros a faziam "*pouco attendivel*" segundo o governador. Ver nota 25 deste capítulo.

[89] Sugere que dali deveria sair a linha prevista no Tratado de Madrid que seguiria no sentido L-O até encontrar o rio Javari. Sobre a localização deste ponto, e de outros dados do documento sobre o curso preciso do rio, Luiz Pinto de Souza fez uma rectificação que foi enviada a corte em 13 de Junho de 1769 (AHU Mato Grosso caixa 13 doc 37).

[90] "*Tudo isto, nos deve adevertir, como bem refletiu ja o sobre dito Conde de Azambuja, de nam perdermos tempo algu em se formarem estabelecimentos pella nossa parte, sobre huma, e outra margem do Rio Madeira; antes que os Espanhoes se antecipem: por quanto, chegando a fazer qualquer fundação nas Caxoeiras, e a forteficarem nellas algum posto; perdida fica em hum instante toda a navegação do Pará, e empossebilitados quaesquer socorros para poderem nunca vir em tempo de Guerra, aos dominios desta Capitania*". Cf. AHU Mato Grosso caixa 13 doc 19 - 20 de Janeiro de 1769. Carta de Luiz Pinto de Souza a Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

[91] Idem. "*A Caxoeira da Salto, que na sua ordem he a segunda deste rio he nam so das mais famozas entre todas; mas tão bem das mais proprias pª hum novo estabelecimento. A abundancia de peixe que nella se pesca em todo o tempo alem de sustentar aos moradores, deve utelizalos ainda com o comercio de peixe seco que podem vender aos comboeyros*".

transferiu a decisão para o Conselho Ultramarino, alegando que aquele projecto feria a regulamentação estabelecida no Directório[92].

O que o padre Ignacio Pedro Jacome e o seu sócio Luís de Pina Castel-Branco propunham era aproveitar-se o facto de um dos caciques da povoação do Girau querer mudar-se para a cachoeira do Salto. Com os adeptos deste cacique criariam a nova povoação que, segundo o projecto "*Se arranchará no dito Salto, onde se formara huma Missão bem arruada, toda coberta de telha (havendo barro suficiente) e as casas de taipa, sendo boa a terra, toda fechada de muro, com quatro portoens pª que melhor se livre de alguma invasão de Indios Barbaros. Sera a primeira obra o Templo de Deos com aquelle asseio, gravidade, e ornato, que permitir o lugar e o tempo: Depois se fara hum recolhimento, ou caza gr.de onde se recolhão as indias donzellas, e solteiras, para que, depois de catequizadas, e baptizadas se cazem: e depois disto feito, e o mais que he preciso a huma nova Povoação se fara huma cadeia, e caza, que possa vir a servir de Caza de Camara quando houver povo suficiente para se erigir villa: nem menos se fara huma Caza grande que sirva de hospital geral aquella Missão*"[93].

É interessante ver a hierarquia das construções previstas para a aldeia (a igreja, a casa das donzelas e depois a cadeia e o hospital) assim como o uso que se pretendia dar a cada um destes edifícios inserindo-se numa lógica, embora deturpada, de "missão", como aliás acabam por indicar no próprio texto. Também não escapa ao imaginário dos proponentes o modelo da vila amuralhada para garantir a defesa e isolar os índios. O processo indicado para a execução da aldeia e os pedidos feitos pelos proponentes de vantagens para si próprios[94], tudo contribui para que se enquadre esta proposta numa visão bastante diversa da do Directório. Mas o mais significativo do projecto é a tentativa de seguir a metodologia de instalação do governo, prometendo uma povoação bem arruada, resumindo todo o conteúdo ideológico da legislação pombalina, que não chegavam a alcançar, à sua imagem formal.

---

[92] AHU Mato Grosso caixa 13 doc 41 - 18 de Junho de 1769. Carta de Luiz Pinto de Souza a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. "*Porem como não obstante as ventagens que se offerecem para o seu estabelecimento, se pedem muitas couzas que por contrarias ao Directorio excedem a minha authoridade para concederlhas, me pareceo conveniente expolas a V. Exª para que chegando a Real Presença de Sua Mage seja o mesmo Senhor servido deferirlhe como julgar mais adequado ao bem do seu serviço.*

[93] AHU Mato Grosso caixa 13 doc 41 -18 de Junho de 1769. Em anexo carta do Padre Ignacio Pedro Jacome a Luís Pinto de Souza, datada de 10 de Maio de 1769.

[94] Idem. Entre as condições requisitadas pelos dois sócios para realizarem o projecto constavam os seguintes pedidos: que ambos fossem "livrados" das dívidas que tinham da compra de um engenho (pediam que a *Real Fazenda arrume os ditos credores*); que a mulher e a família de Luís de Pina fossem transferidos, a custa da Fazenda Real, até Cuiabá; que o padre Ignácio fosse feito vigário da missão, com a côngrua respectiva, e Luís fosse nomeado capitão-mor e director da povoação; que tudo o que os índios cultivassem, metade seria dos sócios "*pello trabalho de direcção e por sermos os primeiros que imos povoar aquella Missão e tirar*

Dando cumprimento a outra das recomendações implícitas do Directório, Luís Pinto de Souza vai substituir o nome de todas as povoações recém-fundadas na capitania. Em carta dirigida a Francisco Xavier de Mendonça Furtado afirmava que as povoações de índios e outros estabelecimentos "*por hua piedade mal entendida se achavam designados com os nomes dos seus Padroeiros: pratica na verdade mais desvota, que significante*" e que, seguindo as instruções régias, passariam a ser denominados "*com os apellidos das Cidades, Villas, e Lugares de Portugal; a fim de que se reconheça posetivamente, e com mais facilidade o verdadeiro dominio a quem pertencem*"[95]. Indicava a seguir a lista das substituições dos nomes antigos pelos nomes modernos: a Fortaleza de N. Sra. da Conceição passava a *Forte de Bragança;* a aldeia de S. José a *Lugar de Leomil;* S. João de Índios seria o *Lugar de Lamego;* Sta. Anna no distrito de Cuiabá passava a *Lugar de Guimarães*; o Sitio das Pedras passava a ser o *Destacamento de Palmela* e o estabelecimento dos Pamas na Cachoeira do Girau era baptizado como *Lugar de Balsemão*.

Para além da relação simbólica que se pode estabelecer entre a nova denominação dos povoados e o projecto ideológico do Directório[96], no caso da fronteira tal medida tem ainda um significado acrescido, como garantia de diferença, relativamente às povoações castelhanas que mantinham os nomes das antigas missões, sendo todas identificadas pelos seus padroeiros. Aqui era efectivamente importante deixar claro a quem pertencia cada pedaço de terra.

Quanto às povoações indicadas, o Lugar de Índios de S. João, que tomou o nome de Lamego, também foi objecto de um projecto de José Mathias de Oliveira Rego. Na mesma carta em que comunicava a mudança dos nomes, Luís Pinto de Souza referia que, uma vez mais, se tinha transladado a povoação de S. José, agora baptizada de Leomil, para outra localização, no rio Guaporé, mais próxima do forte, alegando que seria de utilidade para o sustento da guarnição "*assim como ja o he a Povoação de Lamego, que o meu*

---

do paganismo para a Luz da Fé, e gremio da igreja", e ainda que depois de pronta a povoação pudessem requerer ao rei "*premio correspondente ao nosso trabalho*".

[95] AHU Mato Grosso caixa 13 doc 39 - 15 de Junho de 1769. Carta de Luís Pinto de Souza Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Ver Anexo Documental **Doc. V.**

[96] Na Amazónia, a sequência das denominações utilizadas por Mendonça Furtado correspondeu a um vasto plano de homenagem ao poder régio. O governador escolheu para as novas povoações os nomes das vilas da Casa de Bragança, da coroa, da rainha, do infantado e da Ordem de Cristo. Cf. Renata Araujo - *As Cidades da Amazónia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*. Porto . FAUP, 1998, p. 122.

antecessor fez transplantar com o mesmo fim para aquellas circumvezinhanças"[97].

Souza Coutinho pretendeu transplantar ainda uma outra incipiente povoação da capitania. Tratava-se do Arraial de Arraes, na região do Rio das Mortes, que o governador rebaptizou de Amarante. No relatório que enviou para Martinho de Melo e Castro dizia que: "*Finalmente, acabo de concluir o que pertence a Povoação desta Cap.nia partecipando a V. Exª, em como achando util, assim para o seu aumento, como para a boa administração economica; Reduzir a forma civil o Arraial dos Arraes, que se achava disperso na margem do Rio das Mortes; o fiz ajuntar em corpo de Povoação com o dito de Amarante: estabelecendo para o seu regimen as providencias que julgey mais proprias a esse intento"*[98].

Nestas circunstâncias observa-se que, embora em clima de relativa paz, o quadro urbano da capitania também não havia crescido **(fig. 8)**. Para além da substituição dos nomes das povoações, e da transferência de localização e reordenação de alguns núcleos já existentes, pouco havia mudado. Mas não faltavam intenções para a criação de novos povoados. No Norte, a utilidade da povoação já referida na Cachoeira do Salto do Madeira era constantemente lembrada à corte. No Sul, um novo projecto animava Souza Coutinho.

Já se tinha visto que, desde 1766, o governador de São Paulo começara as diligências para a instalação do presídio do Iguatemi. A operação foi feita com cuidados de dissimulação, para evitar a desconfiança dos espanhóis. As cartas e os projectos referiam à "expedições do Ivay" nunca identificando com precisão a fortificação do rio Iguatemi[99]. No entanto, desde pelo menos 1768 que esta era um realidade com a criação da Praça e povoação de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi. Preocupado em defender a sua posição perante o governador do Paraguai, o Morgado de Mateus pouca atenção dera ao facto daquele lugar estar, ou não, sob jurisdição da sua capitania. Confiante de que tudo era "*da Monarquia do mesmo soberano"*[100] não comunicou antecipadamente ao governador do Mato Grosso sobre o seu projecto.

---

[97] AHU Mato Grosso caixa 13 doc 39 - 15 de Junho de 1769. Carta de Luís Pinto de Souza Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Ver Anexo Documental **Doc. V.**

[98] AHU Mato Grosso caixa 14 doc 70 - 1 de Maio de 1771. Carta de Luís Pinto de Souza Coutinho a Martinho de Melo e Castro. Relatório do estado da capitania. A despeito de referir à regulação do Arraial como a um dado adquirido, esta não foi cabalmente executada no seu governo. Ver item 5.1. "A Criação Urbana: Discurso e Acção".

[99] Cf. Heloísa Liberalli Belloto - *op. cit.*, pp.- 117-151.

[100] Idem, p. 141. Carta do Morgado de Mateus a Luís Pinto de Souza Coutinho. São Paulo, 13 de Agosto de 1770 .

Ao contrário, foi Luís Pinto de Souza Coutinho quem procurou consertar com o Governador de São Paulo sobre o estabelecimento do Iguatemi, incluindo-o num plano ainda mais vasto. Em Fevereiro de 1770, Souza Coutinho participou a Mendonça Furtado que tinha escrito ao Morgado de Mateus. Sugeria-lhe uma nova derrota para as monções provenientes de São Paulo, que pensava poderiam passar pelo Iguatemi. Referia elogiosamente àquele empreendimento, que a seu ver facilitava o trânsito e protegia os comerciantes dos ataques dos Guaycurus. Mais ainda, sugeria a criação de um outro estabelecimento em Fecho de Morros que, apoiando-se no Iguatemi como retaguarda, assegurasse para os portugueses toda a navegação do rio Paraguai.

Souza Coutinho esclarecia ao ministro que "*Semilhante projecto não era ate agora praticavel; porque a situação, em que se oferecia, era impossivel sustentar-se por esta Capitania, suposta a sua grande distancia; as despezas, e faltas de meios, que para isso havia. Como tambem o abandono e Risco, em que ficava sô, sem ter outro estabelecimento vezinho, que podesse Cobri-lo; socorre-lo de viveres; e sustenta-lo em cazo necessario: porem como a Colonia estabelecida* (Iguatemi) *me dizem que he importante; que o terreno he mui proprio pª todo o genero de Cultura, e em grande vezinhança do sitio projectado; desta sorte ficão rezolvidas todas as dificuldades, e mui facil a Capitania de S. Paulo de poder tambem seguir aquella empreza: pois se bem que o dito paiz (conforme as Provisões Regias) fique na demarcação desta capitania; nem ella tem gente; nem os meios convenientes para emprender novas fundações em paragens tão remotas*"[101].

Tendo recebido a carta do governador do Mato Grosso, o Morgado de Mateus finalmente justificou-se dizendo que "*neste negocio não consultei os lemites que podia haver entre esta Capitania e a de V. Excia., por ser aquelle um sertão infinito que verdadeiramente se podia considerar sem dominio algum*"[102]. Souza Coutinho respondeu-lhe: "*eu não propuz a V. Exª a informação desse objecto, para disputar os limites da minha jurisdição; mas unicamente pelo grande interesse que tinha no mesmo estabelecimento*"[103]. Interesse esse que era reconfirmado no parágrafo seguinte quando afirmava a sua alegria pela concordância implícita do governador de São Paulo no projecto de

---

[101] AHU Mato Grosso caixa 14 doc 9 -11 de Fevereiro de 1770. Carta de Luís Pinto de Souza Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. (Mendonça Furtado faleceu em 1769. Em 1770, foi substituído na Secretaria de Negócios Ultramarinos por Martinho de Melo e Castro).

[102] Heloísa Bellotto - *op. cit.*, p. 141. Carta do Morgado de Mateus a Luís Pinto de Souza Coutinho. São Paulo, 13 de Agosto de 1770.

[103] AHU Mato Grosso caixa 14 doc 57 -1 de Abril de 1771 (data da pasta). Carta de Luís Pinto de Souza Coutinho a Luís António de Souza Botelho datada de 15 de Maio de 1771.

instalação de um novo estabelecimento no Rio Paraguai que deveria coadjuvar o empreendimento do Iguatemi[104].

Admitindo que ambos trabalhariam juntos para a criação da nova povoação, Souza Coutinho passa então aos planos. Afirma inicialmente que a capitania do Mato Grosso não poderia fornecer gente porque não a tinha. Quanto aos mantimentos, como seria muito custoso faze-los sair de *Povoado* (São Paulo), o Governador comprometia-se a sustentar o novo estabelecimento nos seus primeiros tempos, através de Cuiabá. Mas como pretendia que fosse uma empresa permanente dever-se-ia escolher bem o sítio, examinando a natureza do terreno, tanto para a defesa como para as culturas. A nova colónia deveria ter uma fortificação guarnecida de artilharia e de soldados, precavendo-se dos perigos da proximidade da vila espanhola de Assunção, e tal defesa deveria ser provida por São Paulo, onde supostamente a própria povoação ficaria (dependendo de onde fossem finalmente estabelecidos os limites entre as capitanias)[105].

De todos os modos, dizia que deviam aguardar a aprovação da Corte, apenas sendo conveniente fazer-se a exploração do sítio por um engenheiro, que São Paulo também teria que mandar por não haver nenhum disponível no Mato Grosso. A expedição deveria ser feita no Verão para se ter o exacto conhecimento do leito do rio, que no Inverno se confundia nos pantanais. O governador alertava ainda para as dificuldades do empreendimento relativamente aos espanhóis, que neste caso estariam bem mais atentos do que tinham estado na fundação do Iguatemi.

Os principais problemas eram logo ali levantados. Se não encontrassem um meio de comunicação fácil entre São Paulo e o ponto do rio Paraguai onde pretendiam estabelecer a nova colónia, esta teria poucas hipóteses de sobrevivência. Por um lado, as dificuldades da navegação do rio Pardo e os perigos da travessia dos sertões tornavam muito trabalhoso o alcance do rio Paraguai a partir de São Paulo. Por outro lado, contando apenas com os socorros vindos de Cuiabá a nova colónia ficaria praticamente à mercê dos espanhóis que facilmente a alcançariam a partir de Assunção. Na verdade, o

---

[104] Idem. "*A fundação que V. Exª me insinua de hum novo estabelecimento sobre as margens do Paraguay, junto a foz do rio Ipané; já o anno passado a propuz à Corte, como summamente necessaria: ficandome a gloria de que as minhas ideias se conformassem tanto com as de V. Exª.*"

[105] Idem. "*Donde concluo, que ou a Corte decida que o dito estabelecimento deve pertencer a esta, ou aquela Capitania, os Povoadores, ou Officiaes mecanicos, a construção do forte e sua goarnição, e pagamento, devem sahir indispensavelmente da capitª de S. Paulo: E o que deve competir a esta, em qualquer dos referidos casos, he o coadjuvar a dª fundação nos seus principios; fornecendo-lhe da Villa do Cuiabá os mantimentos necessarios, por conta desta Provedoria; e sustenta-la de todos os mais auxilios precizos, em caso de insulto, conforme as possibilidades da mesma capitania*".

plano proposto por Luís Pinto de Souza Coutinho era praticamente inexequível. A localização que sugeria no rio Paraguai não era possível de ser alcançada a partir do Iguatemi, ou pelo menos não o era com a facilidade que supunha. As comunicações que o governador do Mato Grosso pensava existir entre os rios afinal não eram possíveis. O governador de São Paulo, que teve de enfrentar uma série de dificuldades acrescidas no próprio Iguatemi, também não pode dar o apoio requisitado ao projecto e este acabou por não se fazer[106].

Entretanto, para além das vicissitudes da administração da capitania, o que importa salientar deste processo é a apropriação contínua que se fez do seu território, tendo como base, inevitavelmente, os "limites". Neste caso, tanto os limites externos, quanto internos.

As questões relativas aos limites internos da capitania estiveram particularmente presentes nos últimos anos da administração de Luís Pinto de Souza Coutinho. Quanto à fronteira com São Paulo já vimos que Souza Coutinho não só não se opôs aos avanços do Morgado de Mateus como inclusive sugeriu que se estendesse a responsabilidade daquele governo até ao rio Paraguai. Relativamente à Goiás, discutia-se se o limite deveria ser o Rio das Mortes ou o Rio Grande (Araguaia). Luís Pinto de Souza advogava que o limite fosse o Rio das Mortes, no fundo cedendo terreno à capitania de Goiás. Justificava-se dizendo que: "*Segundo a natureza das cousas parece evidente, que os Limites se ajão de regular pelo Est.o. atual das poceções; que os acontecimentos futuros se devão someter á diverça ordem dos tempos; e que desproporcionar os objectos dos seus verdadeiros fins, he o meyo de perpectuar os abuzos, que um zello iluminado deve unicamt.e destrohir. E como, nem a povoação, nem as faculdades desta Capitania podem prometer por muito tempo grandes recursos para se utilizarem as terras da sua dependencia, parece improprio procurar augmentar ao mesmo governo certoens dezertos e incultos: quando por outra parte, as cap.nias mais povoadas e poderozas, podem fazer florecer os mesmos citios, com novos estabelecimentos; e quadijuvalos proporcionadamt.e com todos os socorros profiquos: e o que na dependencia de hum governo seria inutil por falta de meyos, pode vir a fazerse em outro ventajozo*"[107].

Esta posição de Souza Coutinho viria a custar-lhe a incompreensão de alguns dos seus subordinados, que não se conformavam com a redução do

---

[106] Mas não se fez naquela altura, porque depois, de certo modo e noutras circunstâncias, o mesmo projecto acabou por se realizar com a fundação da fortaleza de Coimbra, no rio Paraguai, já na administração de Luís de Albuquerque. Ver cap. 4. "O Território como Limite".

[107] AHU Mato Grosso caixa 14 doc 70 - 1 de Maio de 1771. Carta de Luís Pinto de Souza Coutinho a Martinho de Melo e Castro.

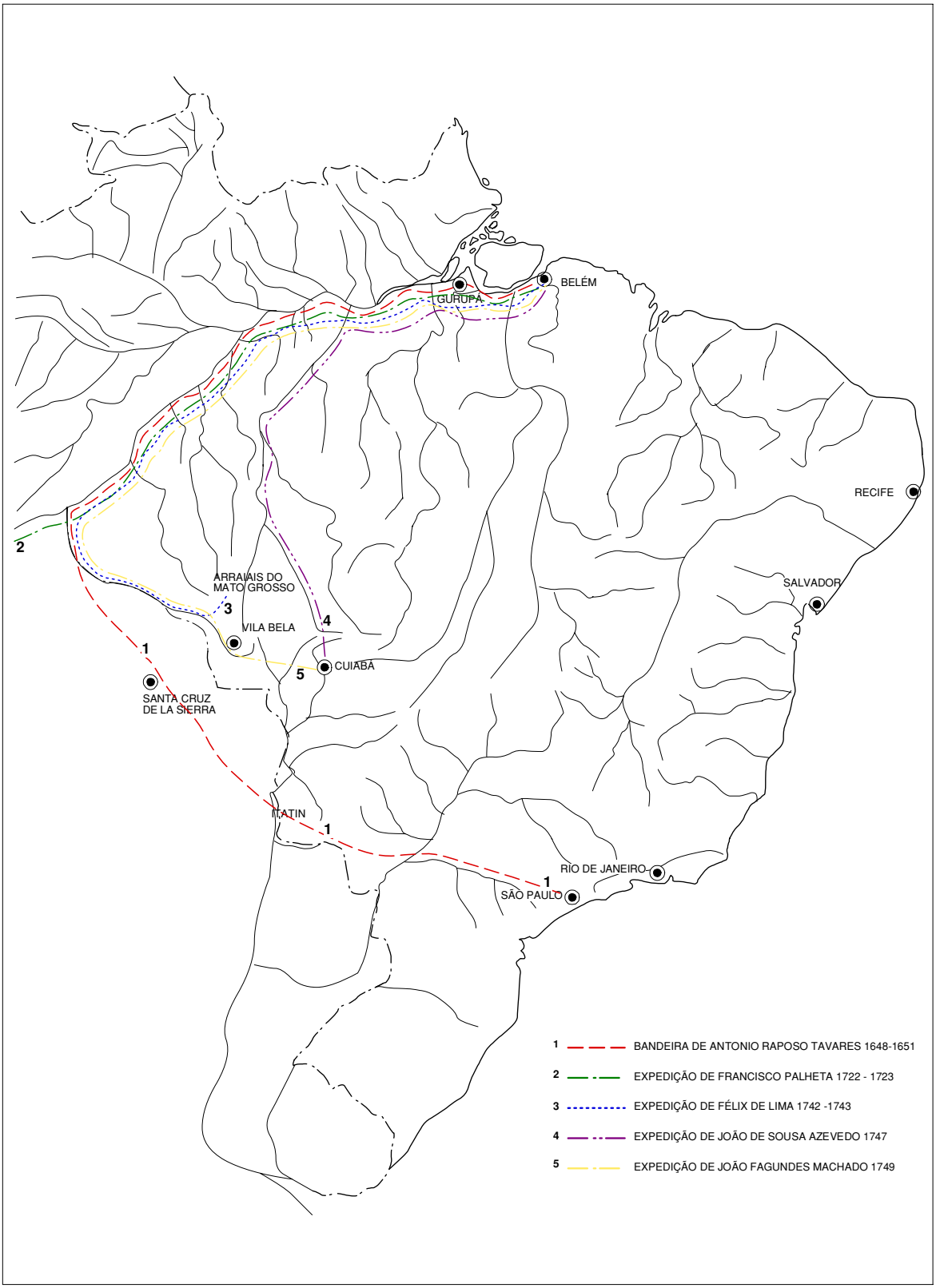
território do Mato Grosso. Os limites internos das capitanias foram aliás uma das mais polémicas discussões políticas herdadas por Luís de Albuquerque, que tomou, neste aspecto, uma posição bastante diferente da do seu antecessor, como adiante se verá[108].

Mas as preocupações do governador quanto à parca população do imenso território da sua capitania eram pertinentes. Em 1771 somavam um total de apenas 11.859 pessoas[109]. No relatório que elaborou antes de findar o seu governo apresentava o quadro urbano do Mato Grosso de maneira muito pouco entusiasta[110]. Embora indicasse a existência do Arraial de Amarante, dos quatro arraiais dependentes de Vila Bela (São Francisco Xavier da Chapada, Pilar, Santa Anna e São Vicente), das duas povoações de índios adjacentes ao Forte de Bragança (Leomil e Lamego), da aldeia dos Guimarães e da nova povoação nas cachoeiras do Madeira (Balsemão) dizia expressamente que os três únicos estabelecimentos que "merecem alguma consideração" eram Cuiabá, Vila Bela e o Forte de Bragança.

[108] Ver cap. 4.

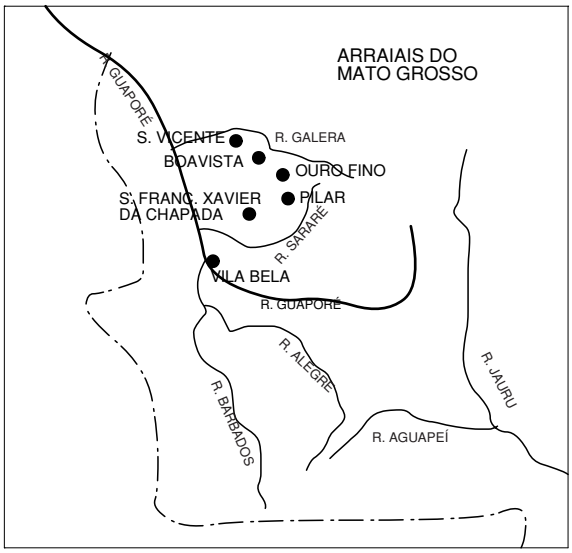
[109] Este número inclui toda a população contabilizada da capitania, entre brancos, índios aldeados e pretos. Estão naturalmente excluídos os índios não aldeados.

[110] AHU Mato Grosso caixa 14 doc 70. 1 de Maio de 1771. Carta de Luís Pinto de Souza Coutinho a Martinho de Melo e Castro.



Caminho do Pará





Quadro urbano da Capitania
Período Rolim de Moura 1751 - 1764



Quadro Urbano da Capitania
Período João Pedro da Câmara / Luís Pinto de Souza Coutinho 1765 - 1772

Cap. 4.
O Território como Limite

"(...) pesados aqueles meus esforços (sempre mais debeis do que dezejara) com todos os muitos e incessantes que alias não posso deixar de haver continuado, e continuar por varios outros lugares igualmente remotos, e importantes (...) e combinandose os mesmos esforços com os diminutos meyos, e faculdades de que so posso prevalecerme: de alguma forma se poderiam comparar aos de hum Pigmeu que com os seus pequenos braços se propozesse de abraçar algum vasto, e mal siguro Edificio no meio de dezertos, sustentando-o das muitas fissuras e dezamparos a que precizamente se achasse exposto, em semelhantes termos."[1]

4.1. Luís de Albuquerque: Pelo Interior da Capitania

Viu-se, nos capítulos anteriores, que todos os governadores do Mato Grosso deixaram relatos, mais ou menos detalhados, das suas viagens inaugurais à capitania. A atribulada jornada de Rodrigo César de Menezes pelo caminho das monções foi narrada pelo Ouvidor António Álvares Lanhas Peixoto. D. António Rolim de Moura, não apenas fez, ele próprio, um circunstanciadíssimo relato da sua viagem, como mandou elaborar um mapa utilizando as medições que realizara ao longo do percurso desde Santos até Cuiabá. João Pedro da Câmara descreveu o seu trajecto pelo "caminho do Pará", através dos rios Amazonas, Madeira-Mamoré e Guaporé enquanto Luís Pinto de Souza, que percorreu o mesmo caminho, enviou à Corte um relatório particularizado do rio da Madeira. Tal como os seus antecessores, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres também documentou o seu percurso de chegada ao Mato Grosso, no entanto empreendeu um caminho diferente de todos os outros.

Com efeito, os diversos trajectos seguidos pelos governadores indicam a variação, ao longo do tempo, dos principais percursos que ligavam a capitania do Mato Grosso ao resto do Brasil, e por extensão à metrópole. À conexão inicialmente estabelecida a partir de São Paulo, pela via das monções, sucedeu-se a ligação prioritária com Belém, através da via fluvial do Amazonas-Madeira-

[1] AHU Mato Grosso caixa 22 doc 21 - 4 de Janeiro de 1785. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro.

Guaporé. Assim, enquanto os dois primeiros responsáveis pela capitania utilizaram o caminho do "Sul", os seus outros dois sucessores chegaram pela via do "Norte". Luís de Albuquerque, por sua vez, iria alcançar o Mato Grosso pelo "centro" do Brasil e, enquanto todos os seus antecessores tinham feito percursos maioritariamente fluviais, o seu seria praticamente todo por terra.

Tendo partido de Lisboa em 12 de Outubro de 1771, chegou ao Rio de Janeiro no dia 1 de Dezembro do mesmo ano. Cinco meses depois, a 17 de Maio de 1772, deu início a viagem que o levaria à Vila Bela da Santíssima Trindade. Partiu em direcção às Minas Gerais e ao fim de 15 dias, no dia 1 de Junho de 1772, alcançou Vila Rica. Permaneceu por sete dias em Vila Rica e no dia 8 de Junho partiu novamente. Acompanhando o curso do rio das Velhas chegou a Sabará e, após ultrapassar os rios São Francisco e Abaeté, alcançou, no dia 3 de Julho, o arraial de Paracatu, situado próximo do limite entre as capitanias de Minas e Goiás. Descansou por três dias e partiu em direcção à Vila Boa, onde chegou a 25 de Julho. Permaneceu cerca de um mês na capital de Goiás e, a 27 de Agosto, recomeçou a jornada. A 8 de Setembro transpôs o rio Araguaia entrando finalmente no território da capitania do Mato Grosso. Depois de uma breve passagem pela aldeia da Chapada dos Guimarães chegou a Cuiabá no dia 4 de Outubro, onde ficaria outro mês, até 12 de Novembro, quando retomou a viagem em direcção a Vila Bela. No dia 5 de Dezembro de 1772, seis meses e dezoito dias depois da partida do Rio de Janeiro, e mais de um ano depois da sua saída de Lisboa, Luís de Albuquerque chegou à capital do Mato Grosso **(fig. 9)**.

Descreveu essa grande viagem em diários[2] que contemplam, inclusive, os dias passados no mar, entre Lisboa e o Rio de Janeiro, onde o governador registava tanto as variações de latitude como os entremezes levados à cena a bordo. Em terra, cada dia mereceu anotações e comentários que, para além das indicações do percurso seguido (com a identificação dos locais de pouso e dos principais rios e acidentes geográficos), abarcavam também descrições da paisagem e até alguns desenhos. De acordo com os apontamentos do próprio Luís de Albuquerque, nos 116 dias de viagem (excluídos os meses de

[2]Cf. Gilberto Freyre - *Contribuição para uma sociologia da biografia o exemplo de Luiz de Albuquerque, governador de Mato Grosso no fim do século XVIII*, Lisboa : Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1968, Vol. II - Documentário, pp.9-91; 197-208. Os diários originais de Luís de Albuquerque encontravam-se no acervo particular da Casa da Insua. O incêndio que atingiu a biblioteca da Casa, a que já se referiu na introdução deste trabalho, danificou os manuscritos originais. A transcrição publicada por G. Freyre é a principal referência de que dispomos. Os documentos reproduzidos no livro estão identificados como: "Diário da Viagem de Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres de Lisboa para o Rio de Janeiro" (pp. 9-26), "Notas e desenhos de Luiz de Albuquerque na viagem do Rio de Janeiro a Paracatu" (pp. 27-48), "Reprodução do diário de Luiz, conservado em manuscritos no arquivo da Casa da Insua relativo à sua viagem do Rio de Janeiro à Vila Bella da Santíssima Trindade" (pp. 59-90), "Fac-símile (...) do diário de viagem de Luiz, do Rio de Janeiro à Vila Bela, com desenhos do próprio Luiz" (pp. 197-208).

permanência nas principais vilas), ele e a sua comitiva tinham percorrido 569 léguas e passado por 356 rios[3].

Embora represente um périplo considerável, o maior significado dessa jornada não é tanto o seu eventual sentido épico, mas o peso político do reconhecimento "oficial" de mais caminho para o Mato Grosso. No caso específico desse percurso cabe fazer-se uma pequena retrospectiva indicando alguns importantes antecedentes. A primeira conexão com o território das Minas Gerais estabeleceu-se a partir de São Paulo, na sequência do desbravamento da região pelos bandeirantes, em finais do século XVII. Por algum tempo, o "caminho velho" de São Paulo foi a única ligação das Minas com o sul do Brasil. O acesso àquela região a partir do Rio de Janeiro fazia-se por intermédio da via Parati-Taubaté, o que implicava desviar-se para Sul, até encontrar a estrada proveniente de São Paulo e daí seguir para o centro. Por volta de 1705 estabeleceu-se o "caminho novo" que ligava por via directa o Rio de Janeiro às Minas Gerais[4] **(fig. 10)**. Foi exactamente por este "caminho novo" que Luís de Albuquerque seguiu até Vila Rica, no trecho inicial da sua viagem para o Mato Grosso, sendo o primeiro governador da capitania a fazê-lo.

Tal facto é significativo na medida em que, sob certos aspectos, a questão dos "caminhos" para as Minas esteve na base da disputa pelo controle da região desde o início do seu desbravamento. A atribulada sequência da criação da capitania de São Paulo e das Minas do Ouro, em 1709, seguida do desmembramento e criação da capitania das Minas Gerais, em 1720[5], reflecte a progressiva afirmação do "caminho novo" sobre o "caminho velho"[6], transformando o Rio de Janeiro no principal porto de acesso e escoamento de mercadorias para as minas. Tal processo viria a culminar com a crescente hegemonia daquela cidade, até a sua consagração como capital do vice-reinado, em 1763[7].

---

[3] Idem, p. 88. Os diários continham quadros bastante elaborados que incluíam indicações dos lugares de pernoite, com as respectivas latitude e longitude, os dias de demora em cada lugar, as horas de partida e de chegada, as léguas percorridas em cada dia, o estado do tempo e o número e a "qualidade" dos rios por que se passaram, que estavam divididos entre grandes (cuja travessia era feita por canoa), medianos e pequenos. Na contagem final Luís de Albuquerque identificou 15 grandes rios, 65 medianos e 276 pequenos.

[4] Cf. Hélio Viana -*História do Brasil,* São Paulo : Melhoramentos, 1994, p. 271. O autor cita Antonil (-*Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, 1711) indicando que o "caminho novo" foi aberto por Garcia Rodrigues Pais, entre 1704/1705.

[5] É vasta e conhecida a bibliografia sobre a "Guerra dos Emboabas", por todos veja-se Charles Boxer - *The Golden Age of Brazil: Growing Pains of a Colonial Society 1695-1750,* (1962), Manchester : Caracanet Press, 1995, pp. 61-83. (Ver nota 38 do cap. 2.)

[6] Sobre o "caminho novo" e o "caminho velho" veja-se a abordagem de Guy Martinière - *A implantação das estruturas de Portugal na América (1620-1750)*, in "Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Luso-Brasileiro 1620-1750", coord. Fréderic Mauro, Lisboa : Editorial Estampa, 1991, pp. 156-163.

[7] Sobre este assunto vejam-se Fernanda Bicalho – *A Cidade e o Império: O Rio de Janeiro na dinâmica Colonial Portuguesa. Séculos XVII e XVIII*, tese de doutorado apresentada a Faculdade de Filosofia, Letras e

Quando Luís de Albuquerque realizou a sua viagem, em 1772, o caminho das Minas Gerais até o Rio de Janeiro já não era "novo" e estava perfeitamente estabelecido. Mas as conexões "interiores" do Brasil, que ligavam entre si as principais áreas de mineração - Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, embora fossem uma realidade no terreno, não eram, até então, politicamente identificadas como caminhos prioritários. Estabeleceram-se ligações por terra entre as minas quase desde o início do seu desbravamento. Os caminhos interiores coexistiam com os percursos principais que uniam os grandes centros mineiros a São Paulo, ao Rio de Janeiro ou à Bahia. Especialmente a partir de São Paulo e da Bahia começaram a ser introduzidos nas minas, o gado, os cavalos e as bestas muares que eram depois distribuídos pelos caminhos interiores[8],. Tal facto processou-se ao longo do século XVIII ampliando, progressivamente, a capacidade de penetração por terra, tanto dos comerciantes que realizavam o comércio das bestas, como dos próprios habitantes daquelas áreas que passaram a dispor dos animais **(fig. 10)**.

Por vários motivos o acesso interior ao Mato Grosso foi o que se manteve por mais tempo dificultado. Para além das sucessivas proibições e controles da Coroa, desejosa de precaver-se da possível evasão da ouro, havia ainda o perigo dos ataques indígenas que eram potencializados pela falta de povoados no longo espaço entre Goiás e Cuiabá[9]. Assim, a via das monções e o caminho fluvial do Pará eram efectivamente as grandes vias de comunicação da região com o resto da colónia. No entanto, desde o final da administração de Rolim de Moura o Mato Grosso era praticamente sustentado pelo ouro de Goiás que vinha da Casa dos Quintos de Vila Boa directamente para Vila Bela[10]. Do mesmo modo, em várias ocasiões tinham sido enviadas tropas da capitania de Goiás, para auxiliar a defesa da fronteira[11]. Em todas essas situações os caminhos interiores foram percorridos e utilizados.

Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997 (policopiada), pp. 77-84, e Kenneth Maxwell - *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*, São Paulo : Paz e Terra, 1996, pp. 119-139.

[8] Cf. Sérgio Buarque de Holanda - *Caminhos e Fronteiras*, São Paulo : Companhia das Letras, 1994. pp.125-134; J. Capistrano de Abreu - *Caminhos Antigos e povoamento do Brasil*, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

[9] Ao contrário dos troços no interior da capitania de São Paulo, ou na de Minas, em que os pousos da estrada começavam a ter alguns moradores, no Mato Grosso, "*todos estes pousos e os que se seguem são desertos*". Cf. Luiz d'Alicourt - *Memória sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá (1823)*. Belo Horizonte : Ed. Itatiaia; São Paulo : Ed. da Universidade de São Paulo, 1975, p. 135.

[10] Atendendo às reclamações feitas pelo governador sobre a constante falta de fundos para pagar as despesas de manutenção e de defesa da capitania, determinou-se, por carta régia de 7 de Julho de 1757, que se passassem de Goiás ao governador do Mato Grosso "*os pezos de ouro que elle reclamar que lhe são necessarios todas as vezes que vos participar que tem necessidade delles e até segunda ordem minha*". Tal processo deveria fazer-se sem intermediários, enviando-se o dinheiro directamente de uma capitania a outra. Cf. AHU Mato Grosso caixa 9 doc 15 - 7 de Julho de 1757. Só depois da independência do Brasil Goiás deixou de enviar ouro para o Mato Grosso.

[11] Vários documentos referem-se às ordens régias que obrigavam os governos do Pará e de Goiás a proporcionarem ajuda militar ao Mato Grosso sempre que tal fosse necessário (cf. AHU Mato Grosso caixa 9

Neste sentido, a "oficialização" do percurso "central" propiciada pela jornada de Luís de Albuquerque vem de encontro a pelos menos dois factores. Por um lado, a urgência em reconhecer e controlar efectivamente os caminhos que já eram utilizados e, por outro lado, a necessidade crescente de fazer chegar ao Mato Grosso o gado[12] que não poderia vir pelas vias fluviais do "Norte" ou do "Sul". Mas, para além destes aspectos de ordem pragmática, é importante realçar o quanto a gestão política dos caminhos continuava a pesar no contexto da construção territorial do Brasil. A viagem de Luís de Albuquerque insere-se num processo de progressivo "reconhecimento" e incorporação do território que, estabelecendo conexões prioritárias, começou por garantir os extremos para depois explorar o interior.

Já se tinha visto que, sob vários aspectos, os caminhos eram "assunto de Estado" para a administração colonial. No caso do Mato Grosso, tratando-se de uma zona de fronteira, tal situação era ainda mais pertinente. Mas, a despeito das inevitáveis acções de controle que o estabelecimento da fronteira exigia, havia mais motivos para que se cuidasse dos caminhos do Mato Grosso. Aquela região continuava a representar uma periferia nas próprias ligações interiores da colónia. Estava efectivamente dependente dos seus "caminhos" e não tinha outro meio de se comunicar com a metrópole, a não ser através deles.

Assim, o percurso de Luís de Albuquerque é significativo na medida em que conecta as vias "periféricas" que já estabeleciam a ligação da região, com outras vias "centrais", que atravessavam o interior do continente, possibilitando uma maior diversidade de acessos e uma mais eficiente integração da região no quadro colonial.

Poder-se-ia dizer que tais ligações já existiam, de facto, antes de serem percorridas pelo governador, no entanto a sua viagem detém um caracter inaugural que, de certa maneira, "produz" finalmente o território. Ao percorrer o caminho, na condição de representante oficial do rei, o governador reconhece, e torna reconhecível para o Reino, tanto o percurso, quanto o conjunto das relações territoriais que este incorpora. A sua viagem não é apenas uma estratégia de autoridade, no sentido de marcar simbolicamente o lugar da passagem (e da presença) do poder do reino, mas é também, e sobretudo,

---

doc 31). Do Pará foram enviados reforços durante o ataque de Itonamas, em 1763. De Goiás, pelo menos em 1767, foi enviada uma missão militar de socorro da qual fazia parte o engenheiro Tomas de Souza que executou, na altura, um desenho da fortaleza de N. Sra. da Conceição. Ver cap. 7 deste trabalho.

[12] A preocupação com a introdução de gado no Mato Grosso é recorrente desde o início da instalação da capitania. Nas instruções passadas a D. António Rolim de Moura, determinava-se expressamente que se promovessem as actividades de criação de gado e cavalos. V. "Instruções dadas pela Rainha ao Governador da capitania D. António Rolim de Moura em 19 de Janeiro de 1749", publicadas in Carlos F. Moura - *D. António Rolim de Moura, primeiro Conde de Azambuja: Biografia*, Cuiabá : UFMT, 1982, pp. 127-137. O gado é hoje um dos principais factores de sustentação económica do Mato Grosso.

uma estratégia de **produção do território**[13] realizada através da apropriação (no sentido do conhecimento e da utilização) da sua rede de caminhos.

Neste aspecto são especialmente expressivos os diários de Luís de Albuquerque onde se denota uma preocupação constante em indicar as comunicações possíveis a partir de cada ponto do caminho sempre procurando relacionar o percurso em que seguia com as outras ligações regionais[14].

Mas os diários também apontam para um outro importante significado da viagem do governador que pode ser lido tanto a nível pessoal, como a nível político. Embora as anotações de Luís de Albuquerque não sejam muito ricas em descrições da natureza, algumas vezes aparecem observações sobre animais ou plantas, assim como referências elogiosas à paisagem de certos lugares[15]. Surgem também, acompanhando as páginas escritas, alguns desenhos que são quase sempre esboços, ou vistas (prospectos) dos locais de pouso, ou das vilas por onde passou. Esse tipo de registos, e a própria escrita em forma de diário, denunciam o carácter de experiência pessoal que a viagem, inevitavelmente, teve para o governador. Na verdade, todas as informações que Luís de Albuquerque obteve (e registou) sobre aquele caminho foram adquiridas e verificadas com a sua própria experimentação. Assim, para além do que pudessem significar em termos do conhecimento geral da colónia, as características das regiões percorridas pelo governador foram incorporadas por ele também como "domínios" do seu saber pessoal. Ele próprio tinha visto e vivenciado as diferentes paisagens. Ele próprio tinha testado as informações obtidas[16].

---

[13] A expressão "produção do território", relacionada com as viagens dos reis e de sucessivos chefes de Estado em França, foi utilizada por Jacques Revel em conferência proferida no Colóquio "A Memória da Nação" do Gabinete de Estudos de Simbologia realizado na Fundação Gulbenkian em Outubro de 1987. Embora as conjunturas abordadas pelo autor sejam diferentes das que se apresentam no Brasil é possível estabelecer um paralelo, tanto em termos simbólicos quanto pragmáticos, entre as viagens e o território que se "reconhece" e se "produz" através delas. Revel afirma que "*En se déplaçant, le roi marque son territoire. Il fait exister son royaume et il se le donne à lui-même. (...) On doit se garder, pourtant, de réduire le voyage à une simple stratégie d'autorité. On peut y lire, bien plutôt, comme un échange contractuel entre le roi et le royaume. Reconnaître et se faire reconnaître (...)*". Cf. Jacques Revel - *la production du territoire: les voyages du souverain*, in "A Memória da Nação" , Lisboa : Livraria Sá da Costa Editora, 1991, p. 348.

[14] Os exemplos são vários especialmente no que diz respeito às conexões através dos rios. Pode citar-se, entre outros, o seguinte trecho: "*(Ao 45ª dia de viagem) (...) A 3 legoas e meia do sitio Novo, aonde chamam a Lagoinha Redonda se ajunta a estrada com que segue para a Bahia; o rio de S. Bartolomeu vai fazer barra no Corumbá doze legoas abaixo; este faz no rio das Velhas, e o rio das Velhas no chamado Grande*". Cf. Gilberto Freyre - *op. cit.*, pp. 64; 70.

[15] Como exemplo pode citar-se: "*(Ao 71° dia de viagem) (...) A 2 legoas de distancia do rancho antecedente se aparta para o lado direito no lugar em que corre hum riacho, o caminho que conduz ao Arraial dos Arraes, que dipois de ter seguido a nossa estrada ficando a esquerda; dipois que aqui se passa, nos fica sempre a direita, formando a mais gracioza e mais dilatada vista do Mundo. A passagem desta serra consiste em 3 legoas de distancia, cujo territorio he abundante de todas as saborozas especies de frutas silvestres, como são os cajus rasteiros de varias castas, croas de clerigo, corações de gallo, mangabas, manapussás amarellos e pretos, etc..*". Cf. Gilberto Freyre - *op. cit.*, p. 76.

[16] Ainda do diário: "*(Ao 79° dia de viagem) (...) Esta lagoa hé a maior que encontrei em todo o Brazil; tera perto de uma legoa de comprido, e mais d'hum quarto de largura; em algumas partes hé muito clara a sua*

Tal património vivencial é importante, pois será várias vezes referido pelo governador, e utilizado na sua gestão do espaço, inclusive como indicação para a actuação dos seus subordinados. A "experiência do território" adquirida por Luís de Albuquerque foi apontada pelo seu antecessor, Luís Pinto de Souza, que o aguardava em Vila Bela para lhe entregar o governo da capitania. No relatório que elaborou para o instruir dos assuntos da administração por duas vezes mencionou o especial preparo que a viagem tinha fornecido ao novo governador. Reportando-se precisamente às comunicações entre as capitanias e a situação do comércio no Mato Grosso afirmava que "*a importancia de todas estas comunicações, são bem patentes a V. Ex.a. que conhece admiravelmente a situação geografica do paiz (...)*". Mas é quando alude aos "*estabelecimentos projectados entre Cuiabá e Goiás*" que fica clara a importância dos conhecimentos adquiridos por Luís de Albuquerque durante a viagem pois, "*V. Ex.a. como **testemunha ocular** se acha completamente instruhido dos sitios mais vantajosos para os referidos estabelecimentos*" [17].

Parece evidente que o caminho escolhido para a viagem do governador se conformava como uma opção estratégica, como aliás já o tinham sido os dos seus antecessores. No seu caso, a opção envolvia uma revisão e um aprofundamento das políticas até então seguidas, que Luís de Albuquerque, ao longo dos 17 anos da sua administração, iria progressivamente implementar.

Chegado à capital, como vimos, em 5 de Dezembro de 1772, o novo governador tomou posse no dia 13 de Dezembro do mesmo ano, dando início ao governo da capitania. Três documentos são essenciais para a compreensão do programa de governo de Luís de Albuquerque: as **instruções gerais** relativas ao governo da capitania, recebidas da mão de Martinho de Melo e Castro, em Lisboa, em 13 de Agosto de 1771; as **instruções específicas** relativas ao comércio e navegação do Pará para o Mato Grosso, assinadas por Martinho de Melo e Castro, em Lisboa, em 30 de Setembro de 1772 e enviadas posteriormente a Luís de Albuquerque[18] e as **instruções especiais**, recebidas da mão de Luís Pinto de Souza Coutinho, já em Vila Bela, em 24 de Dezembro de 1772.

As instruções que Luís de Albuquerque recebeu ainda em Lisboa eram na verdade um conjunto de 15 cartas que tinham sido passadas aos seus antecessores, em diferentes ocasiões, entre 1757 e 1767. Segundo Martinho de Melo e Castro, aquelas cartas, elaboradas a partir das instruções do Marquês de

---

agoa, e se reprezenta mui profunda; hé rodeada de grandes arvores muito verdes, e ainda que se dis que della saem varios sangradouros ou ribeiras, a mim me não paresseu isto no possivel exame que fiz para a reconhecer. (...)". Cf. Gilberto Freyre - *op. cit.*, p. 79.

[17] AHU Mato Grosso caixa 15 doc 67. 24 de Dezembro de 1772. Instruções de Luís Pinto de Souza Coutinho a Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres.

Pombal, representavam *"o sixtema fundamental, que hoje forma o governo Politico. Militar e Civil de toda a America Portuguesa"*[19].

A primeira carta, datada de 7 de Julho de 1757, dirigia-se a D. António Rolim de Moura. Os principais assuntos ali tratados diziam respeito aos cuidados a ter com os jesuítas na fronteira. Embora a situação já não fosse a mesma alerta-se o governador, não sem ironia, que "*os castelhanos substituirão os jezuitas, não so nas terras, mas nas maximas, particolarmente naquellas que nos dizem respeito, as mesmas cautelas e prevençoens que então se apontarão a respeito de huns, devem prezentemente tomar-se, com muito pouca diferença, a respeito dos outros*"[20]. A tónica do documento centra-se na defesa do território. Os métodos sugeridos reforçam, por um lado, a política de aliciamento dos índios castelhanos para as terras portuguesas e a fundação de novas aldeias, e por outro, a criação de corpos especiais de defesa utilizando os nativos bororós "*a maneira dos sipais da India Oriental*"[21]. A única diferença de vulto entre as recomendações passadas em 1757 e a renovação que delas se fazia em 1771 diz respeito ao "comércio". Enquanto Rolim de Moura tinha sido admoestado a suspender toda a comunicação entre os territórios português e espanhol, Luís de Albuquerque era convidado a promover o comércio clandestino "*de tal sorte porem e com tal disfarce, que não pareça que V. Senhoria o promove, e menos que tem ordem para assim o fazer*"[22].

A segunda carta, de 22 de Agosto de 1758, pouco diferia da primeira no que dizia respeito aos jesuítas e aos cuidados necessários a ter na fronteira. Insistia-se na necessidade de atrair a população dos territórios confinantes e voltava-se a referir à tropa especial que deveria ser criada com os índios bororós. O principal escopo deste documento era o plano de sustentação da

---

[18] O governador recebeu este ofício em 3 de Maio de 1773.

[19] Cf. "Instruções que levou Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres quando foi nomeado governador e capitão-general da Capitania de Mato Grosso (13 de Agosto de 1771)", publicado in Gilberto Freyre - *op. cit.*, p. 167. Kenneth Maxwell cita um trecho das Instruções remetidas ao Governador de Goiás, também em 1771, que repetem textualmente essas afirmações sobre um "sistema fundamental" para a América Portuguesa ideado pelo Marquês de Pombal, cujas bases se fundavam na ajuda recíproca entre as capitanias especialmente nas questões relativas à defesa do território. Cf. Kenneth Maxwell - *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1996, p. 128.

[20] Cf. Gilberto Freyre - *op. cit.* , p. 168.

[21] Idem, p. 168. O exemplo dos "corpos de sipais" diz respeito, basicamente, ao estabelecimento de uma estrutura mista para o funcionamento do exército na colónia como já se tinha experimentado na Índia. Para além dos corpos regulares, mantidos pela Coroa, deveriam organizar-se outros corpos auxiliares formados pelos guerreiros nativos, que só eram efectivamente convocados em caso de guerra, embora se mantivesse, a nível representativo os postos militares atribuídos aos indígenas. Especificamente sobre os corpos de Sipaes na Índia ver uma série de cartas de Francisco Tosi Colombina ao Conde da Ega, onde o projecto é explicado. BNL, Colecção Pombalina, cod. 684.

[22] Idem, p. 168. Sobre a política a seguir relativamente ao comércio clandestino reforça-se a possibilidade de obter informações sobre os vizinhos através dos comerciantes mas alerta-se o para o perigo recíproco de que os espanhóis também fizessem entrar espiões no Mato Grosso em lugar de homens de negócio. Apela-

fronteira através do aumento da população da capitania e da criação de novos pólos de ocupação. Para tal, recomendava-se que se renovassem todos os privilégios que tinham sido concedidos na ocasião da fundação de Vila Bela, de modo a angariar novos povoadores. Chegou-se mesmo a pensar em transferir para o Mato Grosso toda a população do Arraial da Meia Ponte, situado em Goiás[23]. Outro importante ponto do documento é a afirmação da política de liberdade dos Índios confirmando-se textualmente "*que os mais naturaes povoadores dessas terras são os mesmos índios, primeiros possuidores, e primitivos ocupantes dellas*"[24].

As cartas seguintes, na sua maioria, voltam a aludir aos mesmos assuntos, realçando os procedimentos necessários na fronteira. Aborda-se, nomeadamente, a defesa da margem oriental do rio Guaporé, valorizando as acções empreendidas pelo Conde de Azambuja e reforçando a necessidade de construção de uma fortaleza no local[25].

O segundo documento do conjunto das instruções de Luís de Albuquerque diz respeito ao projecto, já determinado na corte, de se estabelecerem feitorias ao longo do caminho fluvial entre o Pará e o Mato Grosso. Tais feitorias deveriam ser realizadas às expensas da Companhia do Grão Pará e Maranhão sob a imediata inspecção dos governadores do Pará e do Mato Grosso. O projecto exigia que todas as diligencias fossem conduzidas "*com o segredo, circunspecção e asserto, que pede a sua importância*"[26]. Neste sentido determinava-se que Luís de Albuquerque, tomando por motivo "*a obrigação que tem de ver e examinar os lugares e sítios mais consideraveis dessa capitania*"[27] fosse vistoriar, na companhia do engenheiro Salvador Franco da Mota, a área entre o baixo-Guaporé e as cachoeiras do rio Madeira, para determinar os locais tanto das feitorias previstas, como de uma fortaleza a ser urgentemente construída na região. O documento é bastante explícito nas suas recomendações e denuncia a decisão finalmente tomada sobre a efectiva

---

se para a experiência de Luís de Albuquerque adquirida na Praça de Almeida, para saber "*distinguir os bons dos maos castelhanos*".

[23]Cf. AHU Mato Grosso caixa 9 doc 31 - 22 de Agosto de 1758. Carta de Joaquim da Costa Corte-Real a D. António Rolim de Moura. "*Mandando el Rey Nosso Senhor novo Governo para a capitania de Goyas: e conhecendo que os habitantes do Arrayal das Minas da Meya Ponte serão muito mais uteis nessa Fronteira: mandou instruir neste sentimento o Governador, para persuadir esta util transmigração a pesar da distância aos ditos Mineiros; os quais he esperavel que sejão atrahidos pelo engodo de não pagarem quintos; ao mesmo tempo, em que são ahi tão necessarios, como na Meya Ponte inuteis os trablhos, que ali fazem no centro daquele sertão, onde nada podemos recear, tendo tanto que temer nessa Fronteira*".

[24] Idem. AHU Mato Grosso caixa 9 doc 31 - 22 de Agosto de 1758. Carta de Joaquim da Costa Corte-Real a D. António Rolim de Moura.

[25] Cf. Gilberto Freyre - *op. cit.*, pp. 167-175.

[26] "Instruções de Martinho de Mello e Castro ao governador e capitão-general do Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres..." publicado in Gilberto Freyre - *op. cit.*, pp. 177-180.

[27] Idem, p. 178.

fortificação do caminho do Pará, que viria a culminar com a construção do forte do Príncipe da Beira.

O terceiro, e mais significativo documento entregue a Luís de Albuquerque continha as recomendações do seu antecessor. Num relatório prolixo e muito bem escrito, Luís Pinto de Souza apresentava a região e indicava quais eram, a seu ver, os principais procedimentos a serem tomados pelo novo governador[28].

Começava por afirmar que "*a mente de S. Mag.e a respeito desta Capitania, se reduz a* ***dois pontos essenciaes, e inalteraveis****; que vem a ser de que* ***os espanhois se não tornem a estabelecer de nenhum modo na margem oriental do Guapore e que se conserve livre, e desembarassada a navegação do Parâ***" [29].

A fundação de novos estabelecimentos e o aumento da população da região são os tópicos mais constantes do documento. Num discurso de cariz iluminista refere-se à "aritmética política dos povos" exortando o novo governador a elaborar anualmente um levantamento do "estado verdadeiro da povoação" da capitania de modo a poder controlar o seu efectivo crescimento. Menciona os privilégios concedidos pelo Rei para incentivar o aumento da população reportando-se expressamente aos "*varios privilegios monicipaes que constão da Provisão fundamental da criação desta Villa*"[30] e aos outros de carácter fiscal. Para além das deliberações já determinadas pelo poder central sugere ainda outros "meios políticos" para aumentar o número de habitantes da capitania entre os quais apontava a necessidade de "*Dar maior liberdade possivel ao Comercio; e Fomentar constantemente a agricultura*" [31].

Mas a mais significativa análise de Luís Pinto de Sousa relativamente ao comércio é a que aborda as comunicações da capitania. Identificando as três ligações existentes: com o Pará, a partir de Vila Bela, e com o Sul e Centro, a partir de Cuiabá[32]. Afirmava, como já se disse, que Luís de Albuquerque estava

---

[28] As recomendações para Luís de Albuquerque são decalcadas de um extenso relatório elaborado por Luís Pinto de Souza em Maio de 1771 apresentado à corte como comentário ao "Mapa Económico" da capitania. Cf. AHU Mato Grosso caixa 14 doc 70. 1 de Maio de 1771.

[29] AHU Mato Grosso caixa 15 doc 67 - 24 de Dezembro de 1772. Carta de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres.

[30] Idem.

[31] Idem.

[32] Idem. *Os dois principaes estabelecimentos desta Capitania, situados sobre as margens dos rios Cuiabá, e Guaporê, oferecem de sua natureza differentes direcções para a frequencia do Comercio: O primeiro facelita a comonicação desta capitania por via de São Paulo, com as praças do Rio de Janeiro e Sanctos; o segundo com a Cidade do Pará. Pelo certão do Cuyaba se liga a mesma Capitania com a de Goyaz, e se tem aberto á poucos annos huma boa correspondencia coma Praça da Bahia, pelo que toca ao comercio dos escravos*".

especialmente habilitado pela sua experiência para compreender a "situação geográfica" da capitania e a importância de tais comunicações. Recomendava então que em cada uma destas vias se promovessem novos estabelecimentos. No caminho do Pará propõe não apenas a povoação já referida nas cachoeiras do Madeira, mas sugere que o governador do Pará também se deveria empenhar na criação de uma "povoação presidiada" na foz do rio Jamari, que afugentasse os índios Mura. Do mesmo modo, no caminho de Goiás, preocupa-se com os ataques dos Cayapós e sugere que "obrando de concerto" com os governadores de Goiás e São Paulo se afugentasse o gentio e se construíssem as *"fazendas e mais estabelecimentos projectados entre Cuiabá e Goiás"*[33]. Volta a referir à proposta de se transmigrar a população de Meia Ponte para o Mato Grosso de modo a engrossar o número de habitantes da capitania. Quanto à comunicação com o Sul, uma vez mais não descobre melhor meio de a valorizar do que com o estabelecimento de uma outra povoação/fortaleza que se deveria fazer na localização identificada como "Fecho de Morros" no rio Paraguai, a qual já tinha sugerido anteriormente ao governador de São Paulo[34].

Tendo desenvolvido todos os itens concernentes ao aumento da população, Luís Pinto de Souza passa a discorrer sobre a defesa da capitania apresentando ao seu sucessor os "conhecimentos preliminares" que julgava indispensáveis para o seu governo. Aborda então sucessivamente a geografia regional, as produções da terra e o quadro económico da capitania, assim como o quadro militar, indicando quer o estado das suas tropas, quer a eventual disposição do inimigo.

Da análise das informações e instruções recebidas por Luís de Albuquerque depreende-se que, no seu conjunto, estas não se afastavam das grandes recomendações pombalinas para o Brasil, o que aliás foi expressamente assumido na carta instrutiva de 13 de Agosto de 1771[35]. Tanto nas cartas emanadas directamente de Lisboa, como nas instruções de Luís Pinto de Sousa recebidas localmente constata-se que a militarização e a defesa eram os grandes estruturadores do discurso. Recomendava-se, insistentemente, a criação de tropas especiais e a manutenção da vigilância e da operacionalidade da máquina de guerra. A estas considerações prioritárias seguiam-se as recomendações, que também lhes estavam ligadas, para incentivar o crescimento económico da capitania de modo a garantir o seu sustento, e consequentemente, garantir também a sua defesa.

---

[33] Idem.

[34] Já se tinha referido a este projecto, partilhado com o governador de São Paulo, no item 3.3 deste trabalho, "João Pedro da Câmara e Luz Pinto de Sousa Coutinho: Entre o Norte e o Sul".

[35] Ver nota 19 deste capítulo.

É neste âmbito que surgem, como objectivos e como métodos, as políticas de incentivo ao aumento da população. Assim o maior número de habitantes deveria significar não só um maior desenvolvimento da capitania, como uma maior capacidade de defesa. A síntese desta política económico-militar preconizava-se na criação de **novas povoações** que deveriam conduzir ao aumento do número de habitantes da capitania, e responder pelo seu desenvolvimento económico e pela sua defesa. A "liberdade dos índios" servia como coadjuvante do mesmo processo, acrescentando povoadores e "soldados".

Todas estas considerações estiveram na base da actuação posterior de Luís de Albuquerque, foram os sustentáculos do seu discurso e da sua acção que teve duas grande linhas que se abordarão a seguir: a criação urbana e o "tratamento" do território.

4.2. A Criação Urbana: Discurso e Acção

No dia 18 de Dezembro de 1772, cinco dias depois de ter tomado posse do governo da capitania, Luís de Albuquerque encaminhou à Corte uma petição dos moradores de Cuiabá que desejavam alcançar da "*paternal clemência de Sua Mag.de*" que mandasse fazer uma "*Povoação e Fortaleza na margem Oriental do Rio Paraguai junto da barra do rio Ipane ou no sitio denominado Fexo dos morros*"[36]. As razões supostamente alegadas pelos cuiabanos para que se fizesse tal estabelecimento eram evitar as evasões de escravos que fugiam pelo rio para Assunção e também para a protecção dos moradores da capitania dos ataques dos índios Payaguás e Guaycurus. Afiançando tratar-se de um projecto de interesse, Luís de Albuquerque comunicou ao Conselho que enviaria o engenheiro Salvador Franco da Mota numa expedição ao rio Paraguai para examinar os locais indicados e para avaliar se eram próprios para construir a dita "povoação e fortaleza".

Nesse pedido, feito em nome dos moradores, é evidente a tentativa de Luís de Albuquerque de retomar o projecto de Luís Pinto de Souza, anteriormente negociado com o governador da capitania de São Paulo. Como se viu no capítulo anterior, foi impossível para ambos os governadores dar prosseguimento ao plano, que previa que Cuiabá garantisse os mantimentos e que São Paulo fornecesse gente à nova colónia. Naquela ocasião, Luís Pinto de

[36] AHU Mato Grosso caixa 15 doc. 61- 18 de Dezembro de 1772. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro.

Sousa também requisitou junto ao governador de São Paulo que este providenciasse a ida de um engenheiro à região, o que não chegou a ter lugar[37].

No entanto, em 25 de Maio de 1773, passados cinco meses do envio do pedido dos "cuiabanos", Luís de Albuquerque comunicou novamente ao Conselho o adiamento da expedição prevista ao rio Paraguai. O governador acabara de receber o ofício de 30 de Setembro de 1772, a que já se fez menção anteriormente, que determinava o estabelecimento das feitorias no caminho do Pará. Afirmava nessa ocasião que suspendia o projecto de exploração da margem do rio Paraguai, por não ser compatível essa acção no Sul da capitania com as ordens régias que determinavam o seu deslocamento pessoal, bem como do engenheiro, para o Norte. Pelo mesmo motivo, dizia-se igualmente impossibilitado de dar prosseguimento a outro projecto que também tinha em mente, o de estabelecer um Registo no caminho de Goiás, para o qual já tinha inclusive escolhido o sítio[38].

Dois aspectos evidenciam-se logo nos primeiros meses da administração de Luís de Albuquerque. Por um lado, é visível o seu empenho em avançar com um programa abrangente para todo o território da capitania, por outro lado, são também patentes as dificuldades relativas à consecução de tal programa evidenciadas, sobretudo, na impossibilidade de dispor do número suficiente de técnicos que o auxiliassem, entre os quais os engenheiros militares. Situação que de resto não era nova.

Todos os antecessores de Luís de Albuquerque tinham reclamado a escassez de engenheiros na capitania. Durante o tempo de D. António Rolim de Moura não há referência a nenhum engenheiro[39], assim expressamente identificado, trabalhando no Mato Grosso. Já se referiu ao facto de Rolim de Moura ter várias vezes pedido que lhe mandassem engenheiros do Pará, o que nunca foi concretizado. Só em 1764 veio com João Pedro da Câmara o primeiro engenheiro nomeado para o Mato Grosso, José Mathias de Oliveira Rego que ali permaneceu até meados de 1772, era o único oficial com aquele exercício na região. Enquanto José Mathias esteve activo, o Mato Grosso recebeu dois outros engenheiros que vieram em comissões de serviço. Sabe-se que em 1767, Tomás de Sousa, que era engenheiro da capitania de Goiás, visitou a fortaleza

---

[37] Ver item 3.3 "João Pedro da Câmara e Luís Pinto de Sousa: Entre o Norte e o Sul".

[38] AHU Mato Grosso caixa 15 doc. 91 - 1773. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro datada de 25 de Maio de 1773.

[39] Rolim de Moura contou, no entanto, com o apoio de outros militares que tiveram, certamente, formação complementar de engenharia militar e fortificação. Sobre este aspecto ver mais adiante o cap. 6 "Vila Bela: A Capital no Limite".

de N. Sra. da Conceição integrando uma expedição de apoio militar[40] e que, em Janeiro de 1772, veio do Pará Domingos Sambucetti incumbido de realizar uma vistoria à mesma fortificação[41].

Veremos adiante que Domingos Sambucetti será outra vez chamado ao Mato Grosso, em 1774. No entanto, quando Luís de Albuquerque chegou à capitania apenas podia contar com Salvador Franco da Mota, que tinha vindo na sua expedição desde o Rio de Janeiro. Salvador Franco da Mota foi nomeado para servir no Mato Grosso em circunstâncias um tanto extraordinárias. O engenheiro tinha estado preso em Lisboa, na cadeia do Limoeiro, pelo que Luís de Albuquerque tinha sido expressamente instruído para constantemente "vigiar o seu procedimento"[42]. Ainda que confiasse na sua formação técnica, tal situação terá constituído, de certo modo, uma dificuldade a mais dentro do quadro em que se encontrava a capitania. O governador não tinha outros engenheiros de serviço e o único de que dispunha não era indicado para servir numa fronteira posto que não se lhe podiam confiar missões de "consequência e segredo".

Mas as ordens recebidas eram claras. Ao governador do Mato Grosso cabia a imediata inspecção dos lugares na fronteira em que se deveriam fundar feitorias para a Companhia do Grão Pará e Maranhão. Para tal se determinava que fosse, com o engenheiro Salvador Franco da Mota, e "*os mais que houvessem na capitania*", à Aldeia de índios fundada na Barra do Rio Mequens, para ali, ou na sua vizinhança, identificar um sítio para a Companhia do Pará estabelecer uma feitoria. Depois de escolhido o lugar, o engenheiro deveria desenhar um mapa da região, compreendendo "*quatro legoas de circunferência para a parte do continente*", no qual fosse possível observar todos os detalhes do rio e o melhor porto da localidade[43].

Deliberava ainda que o governador fosse à fortaleza de N. Sra. da Conceição para examinar as ruínas e determinar as obras a fazer para que se instalasse ali uma outra feitoria. Depois ordenava-se-lhe que examinasse a região das cachoeiras do rio Madeira onde deveria "*escolher um terreno com as ventagens que prescrevem os preceitos de fortificação, (...) e que comande quanto possivel for a passagem do Rio; e que depois de escolhido assim este lugar, faça levantar pelo mais habil dos engenheiros hum plano do*

---

[40] Ver nota 11 deste capítulo.

[41] Sobre esta vistoria ver cap. 7 deste trabalho "Príncipe da Beira: A Encenação do Poder".

[42] Cf. AHU Mato Grosso caixa 15 doc. 27 - 6 de Dezembro de 1771. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro.

[43] idem.

terreno, e dilinear hum forte (...)"[44]. E que depois de tudo executado mandasse os mapas, plantas e relações para o governador do Pará, dando notícia do que fosse necessário, para que este, juntamente com a Companhia de Comércio, tomasse as devidas providencias.

No seu relatório, Luís de Albuquerque afirma-se disposto a cumprir todas as ordens com a maior brevidade. Alegava no entanto, a falta de embarcações no porto de Vila Bela e em especial a falta de engenheiros para o rápido cumprimento da tarefa, para o que pedia que fossem enviados para as cachoeiras dois engenheiros do Pará[45]. Previa o encontro com os engenheiros para daí a sete meses, pois deveria, segundo as mesmas ordens, passar pela aldeia do rio Mequens e pela fortaleza da Conceição. Quanto ao rio Mequens informava que já não existia a aldeia de índios referida na carta, dado que tinha sido transferida pelo seu antecessor para as vizinhanças da Fortaleza da Conceição.

Na verdade aquela tinha sido a segunda mudança de local de instalação sofrida pela comunidade. Tratava-se, efectivamente, da antiga aldeia de S. José, fundada em 1754 por D. António Rolim de Moura na foz do rio Corumbiara. Em 1756, após uma epidemia, a aldeia foi transferida para a foz do rio Mequens. Em 1769, Luís Pinto de Souza fez migrar uma vez mais os índios para outra localidade perto do forte de N. Sra. da Conceição baptizando o novo povoado com o nome de Lugar de Leomil[46]. Luís de Albuquerque iria efectuar a terceira transmigração vivida pela população, no território do Mato Grosso, posto que os mesmos índios eram já oriundos das missões castelhanas. Mais adiante se verá em que condições foi feita esta transmigração.

Não era caso único. Viu-se que João Pedro da Câmara criou a aldeia de S. Miguel com índios que tinham estado aldeados noutra localidade. Também a aldeia de N. Sra. da Boa Viagem, que D. António Rolim de Moura pretendeu instalar no rio Madeira, teve pelo menos dois assentamentos antes de sucumbir, o mesmo acontecendo com o Lugar de Balsemão criado por Luís Pinto de Souza[47]. Por vários motivos, as aldeias de índios eram muito instáveis nas suas localizações. Em parte, obviamente, devido à dificuldade em fixar populações que tinham como factor cultural básico um carácter de mobilidade. Em parte também porque a própria instabilidade da questão indígena como um todo

---

[44] Idem.

[45] Idem.

[46] Ver cap. 3. "O Processo da Ocupação"

[47] Idem.

assim o determinava. Apesar do decreto garantindo a liberdade dos índios continuava a não lhes ser aliciante aderir ao aldeamento, por razões evidentes.

Mas enquanto o processo determinado pela Corte para a criação das feitorias e para a fortificação no Norte ainda iria sofrer adaptações, Luís de Albuquerque procurou dar continuidade ao programa que expôs na carta de 25 de Maio de 1773. É precisamente a esta carta que volta a referir quando, em Janeiro de 1774, comunicou ao Conselho que se determinava a fazer, com os meios de que dispunha, tanto o Registo que tinha previsto no caminho de Goiás, como a regularização do Arraial de Arraes[48].

A realização desses projectos relaciona-se com a definição dos limites internos das capitanias, então novamente em discussão. Enquanto Luís Pinto de Souza tinha defendido que se admitisse o rio das Mortes como divisória entre Goiás e o Mato Grosso, Luís de Albuquerque advogava que o limite fosse o rio Grande (Araguaia) já tacitamente estabelecido desde a administração de Rolim de Moura. Utilizava como argumento o seu "conhecimento pessoal" daqueles sertões afirmando que o rio Araguaia era o limite "*que a natureza providamente estabeleceu para separar-nos fazendo seguir quase perfeitamente o rumo de Sul a Norte*"[49]. Como Virgílio Correia bem observou, o que estava em causa nessa defesa de Luís de Albuquerque era a garantia da comunicação da capitania com o centro da colónia[50].

Considerava, portanto, a fundação do Registo como "*da mais indispensável importância*", tanto para estabelecer o controle das pessoas que pretendessem sair da capitania com ouro ilegal como para "*favorecer, abrigar e socorrer os passageiros, e viandantes de tão dilatado sertão*". O encarregado da instalação do Registo, que se chamaria "**Registo Novo da Insua**", foi o fiel António Lopes da Silva. Reconhecendo que as condições para a criação não eram as mais fáceis "*e porque devendo de novo fazer-se este piqueno estabelecimento num Paiz deserto, infestado de Gentios ferozes, e tão remoto das comodidades, e assistencias de povoação julguei que tambem seria*

---

[48] Cf. AHU Mato Grosso caixa 16 doc 2 - 4 de Janeiro de 1774. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro. Assinada e datada da Fortaleza de N. Sra. da Conceição. Ver Anexo Documental **Doc. VII.**

[49] Carta de Luís de Albuquerque ao governador de Goiás José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho, datada de 15 de Outubro de 1773, publicada in Virgílio Correia Filho - *op. cit.,* p. 405.

[50] *"A Goiás pouco se lhe dava que esse caminho existisse ou não, uma vez que a sua comunicação com São Paulo, e portanto , com o litoral, estivesse garantida. (...) A Mato Grosso, ao revés, a interrupção dessas estradas, rudes, mas indispensáveis, importaria tanto como a obstrução de uma artéria, por onde já não circulasse o oxigenado sangue vivificador (...) Luís de Albuquerque aprendera, rápido, a situação real da capitania cujo governo lhe coubera. E tratou de garantir-lhe os caminhos".* Cf. Virgílio Correia Filho - *op. cit.*, p. 407.

necessario instruir com mais amplo detalhe as pessoas que deputey para tão trabalhosa diligencia"[51].

Tratavam-se, efectivamente, de instruções bastante detalhadas que contemplavam desde à construção do Registo propriamente dito até a sua manutenção e controle. Quanto à localização, o governador dava as indicações prioritárias, ditadas pela sua experiência, mas deixava ao critério do oficial que, com o devido cuidado e após observação, escolhesse um lugar que reunisse as condições indicadas. Não deveria ser terreno pantanoso, sugerindo-se antes que fosse "*povoado d'algumas alturas, ou pequenos montes*", que tivesse perto um curso d'água, se possível apto para pescaria. Era necessário ter "*competentes matos*" com capacidade para estabelecer não apenas os roçados mas também uma fazenda de gado, que precisamente deveriam sustentar o registo.

As recomendações relativas à instalação dos edifícios eram ainda mais precisas. Indicava-se que "*o primeiro principio que deve ter o rancho mencionado, consistirá logo em huma caza ou Atalaya de sobrado, ou girau quadrada, e q' não seja grande, e q' tenha esteios fortes com huma escada interior, q' comunique com o sobrado ou Girau; (...). Esta caza assim alta, e com figura de Atalaya, deve ter em sima algum ornato de bandeirolas de pano velho, ou outra qualquer couza q' seja propria para impor aos indios brutos algum receyo, ou temor, considerendo a couza maior do que he na realid.e*[52]". O governador afiançava que era manifesto em circunstâncias como aquela serem preferíveis as casas altas, ainda que pequenas, aos cercados baixos, mesmo quando maiores, pois aqueles eram quase sempre facilmente transponíveis e necessitavam de mais gente para a sua defesa. Depois de feita a casa conforme o determinado o Fiel deveria construir para seu alojamento "*dous ou tres lanços de casa terreas / no caso de não poderem ser de mais capacidade/*"[53].

Especialmente significativas são as instruções para a acomodação dos eventuais moradores que acorressem ao local. "*Se concorrerem mais alguns moradores a estabelecer-se, junto do Reg.o. os dirigirá e persuadirá, a que fassam cazas, ou ranchos com as sobreditas providências, formando* ***rua direyta, ou outros espassos regulares q' paressam proprios****; para o'q se uzará*

---

[51] Cf. AHU Mato Grosso caixa 16 doc 2 - 4 de Janeiro de 1774. "*Copia das Instruções com q' o Gov.or e Capitão General da Capitania (...) mandou passar as vezinhanças do Rio Grande ao Fiel António Lopes da Silva, a fim de erigir e criar de novo hum Registo na paragem indicada*". As Instruções estão datadas de 3 de Novembro de 1773. Ver Anexo Documental **Doc. VII.**

[52] Cf. AHU Mato Grosso caixa 16 doc 2 - 4 de Janeiro de 1774. Ver Anexo Documental **Doc. VII.**

[53] Idem.

***d'alinhamentos, e com piquetes**; e seria sem duvida muito proveitozo, q' em lugar de paus a pique, quizessem antes uzar o methodo dos adobos q' duram imcomparavelm.e. mays e fazem muy pouca difirença na despeza"*[54].

Para além de outras importantes indicações relativas à exploração e ao exame da região, que noutro capítulo se tratará[55], o governador recomendava ao seu oficial no terreno os cuidados específicos do seu posto, tais como a vigilância dos caminhos e a repressão sobre o extravio do ouro. Informava-lhe ainda sobre o Arraial dos Arraes, que mandara "regular", com o qual era necessário garantir a comunicação, e "dar as mãos" entre as povoações.

A "regularização" do **Arraial de Arraes** foi outro projecto proposto por Luís Pinto de Souza Coutinho que não foi totalmente executado durante o seu governo[56]. Dois motivos principais pesavam na necessidade de "regular" essa localidade. Por um lado, havia contínuas desordens entre os mineiros daquela área que faziam temer pela segurança da capitania, devido à perigosa possibilidade do alastramento de conflitos, sempre presente em áreas de mineração, e que a "guerra dos emboabas" tinha já ensinado às autoridades. Por outro lado, e possivelmente como razão prioritária, suspeitava-se que o pouco ouro que vinha daquele arraial para fundir em Cuiabá, indiciava a possibilidade de um considerável extravio ilegal da produção.

O Arraial, que se designava por Arraes, o nome de uma tribo indígena da região, ou de Amaro Leite, o mineiro descobridor do filão, localizava-se na margem esquerda do Rio das Mortes. Luís Pinto de Souza pretendeu rebaptizá-lo com o nome de Amarante, mas tal designação não teve continuidade. Luís de Albuquerque apresentou à corte o projecto de regularização do arraial em moldes similares aos que expusera a criação do Registo da Insua. As cartas comunicando os procedimentos estão datadas do mesmo dia, assim como as respectivas instruções passadas aos oficiais encarregados de cada um dos estabelecimentos. Para a regulação do arraial, Luís de Albuquerque delegou o comando a Marcelino Rodrigues Camponês, sargento-mor de Auxiliares de Cuiabá.

Depois de convocar o juiz e as pessoas mais autorizadas (se as houvesse) e dar conhecimento dos objectivos da sua presença, o sargento-mor estava incumbido de examinar o terreno onde se achavam construídas as casas dispersas do Arraial e avaliar se era local com as condições indispensáveis para a instalação de uma povoação. Deveria também observar se nas paragens

---

[54] Idem.

[55] Ver cap. 11 "Formação e Informação: A Ciência Pragmática do Estado"

vizinhas não havia outro lugar, melhor situado, em que existissem com vantagem as mesmas condições, onde se pudesse formar "***a nova regulação de cazas q' he preciza e que se dezeja***". Então persuadiria aos moradores "com a suavidade e bom modo" que fosse possível, do quão útil seria a mudança do local de implantação da povoação, e do quanto esta poderia engrandecer-se "*por huma escolha de terreno feita com as circunspectas atensões*" [57].

Convencidos os moradores, deveria, cuidadosamente, e sem perda de tempo, "*proceder a hum novo* ***alinhamento de ruas direitas com suas correspondentes travessas e mais partes de que costuma compor-se huma povoação sevilizada****; pª o q' se plantarão estacas grandes, ou mouroes q' asinalem os alinhamentos detreminados, juntam.e. com os difirentes angulos, que for precizo destinar para a formatura das travessas, naquela porporção q' o terreno permitir. N.B. Em todo o cazo deverâ escolher-se hum sitio proprio para hum Largo espasozo, ou Prasa quadrada, se não ouver incoveniente, e junto desta em alguma das faces, devera ser edificada pelo tempo adiante a Igreja, e Prizão Publica, sendo essencial seja a pouca diferença huma Planicie*" [58].

Outras recomendações completavam ainda o documento, abarcando as várias áreas de actuação encomendadas ao sargento-mor que iam desde o controle fiscal antes referido, ao incentivo à agricultura e ao estabelecimento de pastagens, ou à exploração da região à volta do Arraial. Mas são especialmente significativas as recomendações sobre os cuidados a ter com a instalação formal dos estabelecimentos constantes nas duas instruções. Não porque representem alguma novidade. Ao contrário, uma vez mais observa-se como base a fórmula sistematizada das cartas de fundação repetida como um procedimento padrão. No caso do Arraial de Arraes é também significativo notar que o uso do verbo "regular" faz-se tanto no sentido de o submeter à lei, como de o submeter à ordenação formal do núcleo urbano, que se "precisava e se desejava" [59].

Estes dois estabelecimentos foram os primeiros procedimentos de intervenção territorial realizados por Luís de Albuquerque. Do programa geral que gizara para capitania avançava antes de mais sobre a zona central. O

---

[56] Ver item 3.3. "João Pedro da Câmara e Luís Pinto de Sousa: Entre o Norte e o Sul".

[57] AHU Mato Grosso caixa 16 doc 2 - 4 de Janeiro de 1774. "*Instruções e Ordens que o Governador e Cap.m. General (...) mandou passar ao Sargento-mor de Auxiliares Marcelino Roiz ao Arraial dos Araes sobre a margem ocidental do Rio das Mortes; com objecto de estabelecer os regulamentos de civilidade, Policia e boa ordem q' vão prescritos, e são dependentes dos exames e indagações q' ao mesmo vão ordenadas*". Instruções datadas de Novembro de 1773. Ver Anexo Documental **Doc. VII.**

[58] Idem.

método que utilizou recebeu-o por formação e através das suas instruções transmitia-o aos seus subordinados, utilizando outros militares nas acções que não podia confiar aos engenheiros, por não os ter na capitania.

Previa-se a partida de ambas as expedições para princípios de Maio de 1774. Em Janeiro, o governador já estava na fortaleza de N. Sra. da Conceição de onde escreveu as cartas informando sobre os projectos para o "caminho de Goiás". Ali recebeu novas indicações sobre os estabelecimentos que deveria executar na região do rio Madeira. A comunicação vinha de João Pereira Caldas, o governador da capitania do Grão Pará, que a tinha recebido do Marquês de Pombal. As novas indicações alteravam alguns pontos das instruções de 1772, o que, segundo Luís de Albuquerque, o obrigava a "*conceber novas ideyas, e fazer novos exames sobre os que ja tinha principado a praticar*[60]."

Os engenheiros requeridos ao Pará tinham entretanto chegado em Fevereiro de 1774. Eram Domingos Sambucetti e Alexandre José de Sousa, ambos com o posto de ajudantes de infantaria com exercício de engenheiro. Aos três técnicos então existentes na capitania, Salvador Franco da Mota, Sambucetti e Alexandre de Sousa, foram encomendadas as acções prescritas nas ordens régias para a região do Madeira que redundariam, entre outros aspectos, na construção do forte do Príncipe da Beira[61]. No entanto, em Junho de 1774, faleceu Salvador Franco da Mota, e, em 1775, Alexandre José de Sousa, regressou ao Pará deixando, uma vez mais, o Mato Grosso desfalcado de engenheiros. Só Sambucetti permanecia na capitania. Luís de Albuquerque voltou a insistir para Lisboa sobre a necessidade de mais técnicos, sem os quais não podia sequer executar os "monumentos geográficos"[62] que deveria remeter ao Conselho.

Durante o ano de 1774 os projectos no Norte ocuparam o governador. Nas cartas, Luís de Albuquerque referia-se repetidamente a cálculos e ideias que diziam respeito à construção das fortificações que estavam previstas para a região. Terá, eventualmente, exagerado no seu entusiasmo. Em Dezembro do mesmo ano o Marquês de Pombal dirigiu ao governador uma "carta instrutiva"

---

[59] Do registo da Insua, não se conhecem desenhos, da "regulação" do arraial de Arraes, há dois, executados pelo sargento-mor, que serão analisados no capítulo 8 "Coimbra, Albuquerque e Vila Maria : A Guarda do Paraguai".

[60] AHU Mato Grosso caixa 16 doc. 9 - 14 de Fevereiro de 1774. carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro.

[61] Ver cap. 7 "Príncipe da Beira: A Encenação do Poder".

[62] Os "monumentos geográficos" eram os mapas que tinha já mandado executar por Franco da Mota e os muitos outros que seriam necessários para instruir os processos em curso no Madeira. Cf. AHU Mato Grosso

cujos termos tocavam a repreensão. "*A respeito das primeiras (praças de guerra), não devendo nem podendo fazer todas juntas e, ao mesmo tempo, até contra a ordem da criação do mundo, deve V.S. principiar por consolidar a fortaleza sita na aldeia de Santa Rosa, antes chamada da Conceição, e hoje Bragança, dispondo-se ao mesmo tempo para a transplantar para o melhor sítio que lhe foi destinado, logo que o comércio que dela fizer for fornecendo para isso os meios necessários e praticando o mesmo pelo que pertence às mais fortificações, declaradas na ordem de S.M.*"[63] Mais adiante dizia ainda que "*quer, pois, S.M. que V.S. se regule prática e precisamente, fugindo de especulações matemáticas e de estudos abstractos, que não são de algum uso na administração dos negócios públicos*"[64].

Embora admoestado a não pretender "ir contra a ordem de criação do mundo", Luís de Albuquerque não abandonou o programa geral que tinha para a capitania e quase parecia querer, de facto, fazer tudo ao mesmo tempo. Enquanto prosseguiam os trabalhos no Norte e no Centro voltou novamente a aludir ao projecto do Sul. Em Janeiro de 1775 recebeu uma carta do governador de São Paulo em que este lhe recordava que em Agosto de 1773 lhe dera conta dos movimentos dos espanhóis de Buenos Aires em direcção à fronteira. Afirmava então que estes tinham naquele mesmo ano subido o rio da Prata (Paraguai) com uma grande expedição indo estabelecer uma povoação com 300 casais na barra do rio Ipané, a qual tinham fortificado e equipado com artilharia. A povoação fundada pelos espanhóis tratava-se, efectivamente, da Vila Real de la Concepcion, criada, em 1773, na margem esquerda do rio Paraguai, nas proximidades do rio Ipané **(fig. 12)**.

O Morgado de Mateus reafirmava o perigo que aquele estabelecimento espanhol representava, como tantas vezes tinha alertado a Corte e que a despeito dos seus avisos tinha sido frustrado o intento que tivera, juntamente com o governador Luís Pinto de Sousa, de ocupar o rio, para o que "nunca lhe tinham dado forças". Alertava ainda para o facto dos projectos espanhóis não se limitarem a esse empreendimento, relembrando que poderiam avançar e instalarem-se na foz do rio Taquari, impedindo o comércio da capitania com a zona Sul. A carta terminava com uma exortação concreta

---

caixa 16 doc. 24 - 20 de Setembro de 1774. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro.

[63] Carta citada In Virgílio Correia Filho - *História de Mato Grosso...* p. 441.

[64] Idem.

ao governador do Mato Grosso, para retomar o projecto da fortificação em no rio Paraguai[65]. Novamente o espectro da guerra pairava sobre o Mato Grosso.

De posse dos documentos justificativos[66], Luís de Albuquerque apressou-se a dar início ao processo que preconizava para o Sul antes mesmo de obter autorização da Corte para tal. Respondeu imediatamente ao governador de São Paulo[67] reafirmando "*o muyto que sempre julguey util conceber-se a ideya d'ocupar-mos a dita Margem, logo desde o momento em que* ***d'hum olho alguma couza Geographico, e Politico****, conciderey esta materia*"[68]. Assim, garantindo o seu interesse em contribuir para a defesa da região em causa, tinha já mandado um oficial de Auxiliares ocupar a dita paragem denominada "Fecho dos Morros" no rio Paraguai.

Constavam entre os documentos anexos a esta carta enviada ao governador de São Paulo as instruções passadas, em 9 de Maio de 1775, ao capitão d'Auxiliares Mathias Ribeiro da Costa nas quais se determinava que o capitão se deveria dirigir "*ao lugar denominado Fecho dos Morros; cituado abaixo das embocaduras que no Rio Paraguay formam outros dous mais piquenos Rios Taquarí e Embotiteú* ***afim de ocupar ali a margem esquerda, ou oriental do Rio, ou ambas ellas, parecendo necessario***"[69]. O 6º item das instruções referia-se às acomodações. Embora admitindo que talvez não se pudessem fazer as instalações necessárias naquela ocasião, aconselhava-se o oficial a ocupar-se da defesa e da segurança do local construindo o maior número possível de casas, ou ranchos "*ficando V.M. desde logo prevenido de que tudo quanto se fizer, seja ou não interino,* ***deve sempre ser em figura quanto possivel rigular e como para residencia de gente civilizada****, não imitando as confuzas congregações de moradores, ou Arrayaes, em que pelo comum consistem as Povoações do Brazil*"[70].

---

[65] AHU Mato Grosso caixa 16 doc. 54A - 2 de Setembro de 1775. Em Anexo Carta de Luís António de Sousa a Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, datada de São Paulo, 9 de Janeiro de 1773. "*Estes são os movimentos que por cá se passam, e creyo que V. Ex.ca deve por toda a deligencia em ocupar sem demora o Fecho dos Morros fazendo todo o esforço para formar ali estabelecimento, e alguma defença, porque depois de ocupado aquele porto pela nossa parte he outra cousa muito diferente, Temos o direito da posse, o juz de o defender-mos, e a rezão de o reclamar, e pedir a restituição delle senolotomarem*".

[66] Apresentava cópias das cartas de 18 de Dezembro de 1772, em que propusera às instâncias superiores, em nome dos moradores de Cuiabá, a realização de uma expedição exploradora à região do Paraguai, e a carta de 25 de Maio de 1773, que obrigava o adiamento de tal projecto em função das ordens recebidas para o Norte da capitania. Já se referiu a ambos os documentos no início deste item.

[67] A resposta de Luís de Albuquerque para Luís António de Sousa Botelho, possivelmente, já não o encontrou como governador de São Paulo. O Morgado de Mateus foi substituído no governo da capitania em Junho de 1775, por Martim Lopes Lobo de Saldanha.

[68] AHU Mato Grosso caixa 16 doc. 46 - 24 de Maio de 1775. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Luís António de Sousa Botelho, datada de 13 de Maio de 1775.

[69] AHU Mato Grosso caixa 16 doc. 46 - 24 de Maio de 1775. Anexo nº 4. Instruções passadas ao capitão de auxiliares Mathias Ribeiro da Costa, datadas de 9 de Maio de 1775.

[70] Idem.

Para o Conselho foi encaminhada a mesma documentação. Remetiam-se cópias da carta do governador de São Paulo e da resposta enviada, assim como os respectivos anexos com as instruções passadas ao oficial que chefiou a expedição. Luís de Albuquerque justificava a pressa do seu gesto com o argumento imperioso da defesa dos vastos territórios do rio Paraguai "*que já d'hum modo podiam considerar-se portuguezes*" afirmando que tomara "*sem hezitar nada, a fixa deliberação de mandar tomar posse, como melhor o permitisse o tempo, e a grandissima falta de forças, em que me acho, de todos os generos, para tàes emprezas; do lugar denominado Fecho dos Morros*"[71]. Representava ainda à corte que aquele lugar situava-se nas proximidades da antiga povoação espanhola de Jerez, de modo a confirmar o eventual perigo de reclamação da terra pelos espanhóis caso não se ocupasse a área com rapidez. Luís de Albuquerque reafirmava a sua disposição militar de defender os "*Estados de Sua Magestade athe a ultima extremidade*", embora no seu quadro regional reinasse a paz e "contrabando"[72].

Note-se que, a despeito de ter enviado a expedição determinando inclusive que o oficial se instalasse tanto na margem oriental como na ocidental do rio, ou seja do lado supostamente "espanhol"[73], Luís de Albuquerque não tinha ordens expressas de Lisboa para tal. Em Junho de 1775, um mês depois de ter despachado a expedição ao Paraguai, remeteu à Corte nova carta dando conta desta feita de um "ferocíssimo" ataque dos índios guaycurus perpetrado contra uma fazenda nas proximidades da confluência do rio Paraguai com o Jauru no qual morreram 16 pessoas. O governador sustentava que tal ataque tinha sido "inspirado e sugerido" pelos castelhanos, de quem dizia serem os índios aliados. Não se referia à expedição ao Paraguai, mas é evidente que o ataque dos índios era mais um argumento em defesa da sua causa.

Em Setembro de 1775, Luís de Albuquerque remeteu ao Conselho alguns desenhos relativos à campanha do Fecho de Morros. Afirmava a sua intenção em mandar soldados para ali e insistia na necessidade de efectivar o projecto de instalação de uma povoação naquele local. Os argumentos enunciados reforçavam os já anteriormente apresentados. Retomava a ligação com o Iguatemi, tão defendida por Luís Pinto de Souza, aventava as facilidades na

---

[71] AHU Mato Grosso caixa 16 doc. 47 - 26 de Maio de 1775. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro.

[72] Idem. "*de sorte que de prezente se fica formando no Brazil hum contraste tão bizarro qual hé o de que no Sul dele se estejam fazendo campanhas violentas, enquanto eu nestes Dominios Ocidentaes / abstracção feita ao receyo e cautela, com que sempre vivo / estou empreendendo e fumentando com a mayor aplicação, tentativas de Comercio, e por consequencia de aparente boa vizinhança e amizade, com os Castelhanos; conforme efectivamente estou; assim pela via de Moxos, como de Chiquitos*".

[73] Considerando o Tratado de Madrid o rio Paraguai deveria ser a divisória entre os domínio português e castelhano. Assim a margem Oeste seria dos espanhóis enquanto a margem Leste seria dos portugueses.

gestão do comércio clandestino que tal povoação permitiria e voltava ao discurso da guerra, desta vez admitindo a hipótese de estabelecer um ponto de ataque aos castelhanos e não apenas de defesa[74].

Em Dezembro do mesmo ano o governador continuava sem ordens expressas de Lisboa para dar continuidade ao projecto iniciado. No entanto, enviou nova expedição ao local e fez constar que "*foram efectiva, e felismente arvoradas as bandeiras Portuguezas no lugar proposto das Margens do Rio Paraguay no dia treze de Setembro do mesmo corrente ano*". Fez saber à Corte que determinara que a nova fundação na **margem ocidental** do Paraguai se chamaria de **Presídio de Coimbra a Nova.** Embora reconhecendo que se encontrava "*sem authoridade para obrar com a derradeira mão, e vigor neste negocio*"[75], porquanto não tinham chegado as "decisivas ordens de Sua Majestade", declarava basear-se nos parágrafos nono, décimo e principalmente no 29ª, da carta de 13 de Agosto de 1771[76], "*que me parece que quazi de modo expreço determinam o mesmo procedimento que acabo de ter nesta expedição*"[77].

Nessa ocasião, Luís de Albuquerque não fez qualquer referência ao "erro" cometido pelo capitão Mathias Ribeiro da Costa que não se tinha efectivamente instalado no "lugar proposto", ou seja, no dito "Fecho de Morros", mas sim numa localidade próxima, mais a Norte. Na sequência desse "erro" é que seria mandada a expedição seguinte chefiada por Marcelino Rodrigues Camponês, o mesmo oficial que estivera encarregado da regulação do Arraial de Arraes, que dará efectivamente início a construção da fortaleza de Coimbra e com ela se estabelece o marco da ocupação do Sul da capitania.

Note-se que Luís de Albuquerque procurava, por todos os meios, defender a sua posição diante da Corte argumentando com as instruções recebidas de Lisboa e com os "sucessos" da expedição. Na verdade, todas as acções no Sul da capitania, como, de certa maneira, também as do centro, não eram

---

[74] Cf. AHU Mato Grosso caixa 16 doc. 54A - 2 de Setembro de 1775. Documentação anexa à cartografia. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro. "*Enfim o de constituir hum ponto de apoyo, e de reunião de onde em cazo precizo pelo tempo adiante, podessemos não so disputar vigorozamente, ou impedir aos espanhois a sobida do Rio em qualquer ocazião, o que athe agora não podia de sorte alguma fazer-se: mas dedonde havendo forças para tanto, ouvessemos de poder facilmente invadir, e hostilizar as suas Povoaçoens, e Domicilios*".

[75] AHU Mato Grosso caixa 16 doc. 57 - 20 de Dezembro de 1775. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro.

[76] O 29ª parágrafo da referida carta instrutiva que Luís de Albuquerque recebeu ainda antes de partir de Lisboa para o Brasil trata expressamente, "*da grande vigilancia que deve ter o Governador do Matto Grosso, em tomar todas as medidas necessarias para se acautelar e prevenir contra qualquer surpreza ou invazão, que os castelhanos possão intentar contra os domínios de Sua Magestade*".

[77] AHU Mato Grosso caixa 16 doc. 57 - 20 de Dezembro de 1775. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro.

consideradas prioritárias na Corte, ainda que não tivessem sido totalmente contestadas. Sob certos aspectos, renovava-se no Mato Grosso, a situação vivida em São Paulo, por Luís António de Sousa Botelho, com o "caso" do Iguatemi[78]. O Morgado de Mateus mantivera ao longo do seu governo na capitania de São Paulo uma firme defesa das suas acções no Iguatemi, o que, de certo modo, lhe custou o próprio cargo[79]. Já se referiu a tese argumentada por aquele governador que sustentava que a manutenção de um posto fortificado naquela área poderia servir para realizar uma "diversão" pelo Oeste, que dividisse as tropas do inimigo e aliviasse os combates no Sul[80]. Não era essa, no entanto, a política seguida por Lisboa. E Luís de Albuquerque, certamente, o sabia. Daí que, mesmo quando apresentava as razões de ordem militar, contrapunha-as com a continuidade do projecto "pacífico" do contrabando. E não deixava de dar notícias dos avanços a Norte, que eram considerados prioritários pela autoridade de Lisboa.

Assim, em Junho de 1776, enviava directamente ao Marquês de Pombal o "*Auto de Fundação e de declaração de dia em que se dá principio e lança a primeira pedra na nova Fortaleza, que (...) mandou levantar na margem oriental, ou direita do rio Guaporé denominando-a - **Real Forte do Príncipe da Beira***"[81]. A cerimónia realizou-se no dia 20 de Junho. Dois dias depois o governador comunicava à Corte que o forte se encontrava já "desenhado" no chão e adiantava outros detalhes da sua construção que serão tratados no devido capítulo[82]. Informava ainda que pretendia, na sua viagem de volta para Vila Bela, fundar a povoação determinada pelas ordens régias esperando que aquele "*utilissimo estabelecimento*" pudesse prosperar tanto pelo mérito dos moradores, que o governador faria transportar para ali, assim como em função da feitoria de Comércio que esperava pudesse atrair ainda mais gente. A povoação levantar-se-ia no "*expressado Sitio do Carambiara*"[83].

---

[78]Como já antes se disse, ver para as referências sobre a administração do Morgado de Mateus, o trabalho de Heloísa Bellotto - *op. cit.,* no caso, em especial, o capítulo identificado "Iguatemi em Xeque" (pp. 295-310) em que se analisam as reprimendas sofridas pelo governador por ter defendido o seu projecto, em detrimento do envio de tropas para o Sul, como era a indicação da metrópole.

[79] Cf. idem. Em Junho de 1774 foi nomeado em Lisboa o sucessor do Morgado de Mateus, que entretanto só chegaria à capitania um ano depois. É possível que ao escrever a carta para Luís de Albuquerque, em Janeiro de 1775, Luís António de Sousa já soubesse da sua substituição e fizesse um último movimento no sentido de "salvar" o empreendimento do Iguatemi, buscando o apoio de Luís de Albuquerque como contara com o de Luís Pinto de Sousa Coutinho.

[80] Ver item 3.3. " João Pedro da Câmara e Luís Pinto de Souza Coutinho: Entre o Norte e o Sul".

[81] AHU Mato Grosso caixa 17 doc 11 - 23 de Junho de 1776. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Marquês de Pombal. Ver Anexo Documental **Doc. VIII**.

[82] Ver cap. 7 "Príncipe da Beira: A Encenação do Poder".

[83] AHU Mato Grosso caixa 17 doc 11 - 23 de Junho de 1776. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro, datada de 22 de Junho de 1776. Ver Anexo Documental **Doc. VIII**.

Com efeito, em Setembro do mesmo ano, Luís de Albuquerque remeteu novo auto de fundação ao Marquês de Pombal, desta feita, da ***"nova Povoação denominada de Vizeu***" que tinha sido criada, no dia 4 de Setembro, *"na margem occidental, ou esquerda do Rio Guaporé, quazi defronte do Rio Caraimbiara"*[84].

Dois aspectos são especialmente importantes relativamente a esta fundação. O primeiro deles é o facto se esclarecer que o "expressado sítio" da foz do rio Corumbiara localizava-se na margem esquerda, ou ocidental, do rio Guaporé. O segundo diz respeito à "repetição" que tal sítio implica pois, aparentemente, voltava-se a instalar os índios da antiga aldeia de S. José, no primeiro lugar em que tinham estado aquando da sua primitiva fundação por D. António Rolim de Moura, também na foz do rio Corumbiara. A diferença é que desta vez estavam na margem "ocidental" e não na "oriental".

O que já se tinha notado para a fundação do presídio de Coimbra, em que o governador ordenou que se fizesse quer numa margem quer na outra do rio Paraguai, e o seu oficial "escolheu"[85] a esquerda, aqui foi o governador que instalou a povoação a ocidente do rio. Isto é, ambas as fundações, quer a do rio Paraguai, no Sul, quer a do rio Guaporé, no Norte, estabeleceram-se, deliberadamente, no "lado" supostamente espanhol.

Quanto ao presídio de Coimbra já se viu que o governador agira com uma certa "autonomia" relativamente a essa decisão, embora contasse, ou julgasse contar, implicitamente, como os apoios do seu antecessor no governo da capitania e do ex-governador de São Paulo. Quanto à fundação da povoação de Viseu, a decisão da sua localização foi certamente partilhada com o governador do Grão Pará, João Pereira Caldas, e através deste, como o próprio Marquês de Pombal. Em Abril de 1775, Luís de Albuquerque enviou a Pereira Caldas uma "carta hidrográfica" da confluência dos rios Guaporé e Corumbiara. Nesta carta indicava-se o local onde o governador propunha que se construísse a feitoria. Não se refere expressamente ser na margem ocidental do rio, mas a indicação da corrente é suficiente para esclarecer a situação. Os terrenos da margem oriental são descritos como "alagadiços", assim como a ilha no meio do rio. Na carta que acompanhou o desenho, o governador ainda reforçava que "*a situação do terreno* (na margem escolhida), *me pareceo*

---

[84] AHU Mato Grosso caixa 17 doc. 23 - 25 de Setembro de 1776. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Marquês de Pombal.

[85] É evidente que a "escolha" indicada ao oficial que foi enviado ao Paraguai, implicava uma situação já pré-determinada para se fazer na margem ocidental. Eram bastante comuns essas manobras para despistar os espanhóis e para garantir, em termos documentais, a "legalidade" da situação. Nas instruções fica claro que o governador também tinha identificado "vocalmente" o lugar a realizar a fundação. E embora o oficial tenha errado o sítio preciso da instalação, não "errou" na margem.

muito mais proprio, salutifero, levantado, e menos infectado da praga dos mosquitos"[86].

É então evidente que quando Luís de Albuquerque aludia ao "expressado sítio" na foz do rio Corumbiara contava com o conhecimento dos seus superiores de que se tratava da margem ocidental do Guaporé. Sendo tal localização potencialmente "perigosa" é significativo que se tenha feito uma povoação que conjugava o facto de ser, ao mesmo tempo, uma "feitoria" da Companhia de Comércio e uma aldeia de índios. Ambas as situações permitiam duas espécies diferentes de "defesas" para o governo. O facto dos seus povoadores serem índios implicava uma espécie de "muralha avançada"[87] de gente que tanto poderia ser mais facilmente "negociada" com os espanhóis como poderia receber os embates de um eventual ataque com menos perdas para a capitania. O facto de ser uma feitoria da Companhia de Comércio implicava uma hipótese de denegação de responsabilidade por parte do governo, imputando-a aos administradores "particulares" da Companhia. Mas, de todos os modos, ver-se-á que tal situação, aparentemente, não preocupava Luís de Albuquerque que irá ainda outras vezes, repetir o procedimento de colocar as suas "fundações" do lado avançado da alegada fronteira.

Assim aconteceu exactamente dois anos depois da criação de Viseu, quando em 21 de Setembro de 1778, o governador enviou à Corte o "*Auto de posse, e Fundação do* ***Lugar de Albuquerque,*** *e seu destricto para a Coroa de Portugal*". O lugar situava-se, uma vez mais, na margem ocidental do rio Paraguai algumas léguas acima do presídio de Coimbra. O sargento-mor Marcelino Rodrigues Camponês encarregou-se dos procedimentos da tomada de posse e fundação[88].

Menos de um mês depois, outro termo de fundação subia ao conhecimento da Rainha. Com efeito, foi criada em 6 de Outubro de 1778 a **Vila Maria do Paraguai**, desta vez na margem esquerda do rio, em local inquestionavelmente português, no caminho já há muito estabelecido, entre Cuiabá e Vila Bela. A nova povoação situava-se a cinco léguas do marco do

---

[86] AHU Pará - Documento anexo a planta nº 854 (Mato Grosso) - 1 de Abril de 1775. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a João Pereira Caldas.

[87] Toma-se esta expressão do trabalho de Nádia Farage - *Muralhas do Sertão: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*, Rio de Janeiro : Paz e Terra, Anpocs, 1991. A autora analisa a situação dos índios do Rio Branco, usados em situação similar como "defesa" do território.

[88] AHU Mato Grosso caixa 18 doc 36 - 21 de Setembro de 1778. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro. "*tomou posse para a Coroa de Portugal mandando levantar huma grande cruz de pau de Ley, limpar terreiro, fazer quartel e fogo nele, cassar nos matos vezinhos, pescar no Rio e passear de huma e outra parte no dito terreiro; dizendo com vozes altas, 1ª, 2ª e 3ª ves; Viva El Rey de Portugal; cujas palavras em igual voz todos os circunstantes repetimos outras tantas vezes: e para de tudo contar aos vindouros*". Ver Anexo Documental **Doc. IX.**

Jauru, instalado pela partida demarcadora de 1754. A sua população eram índios "castelhanos", oriundos de algumas missões de Chiquitos.

As análises formais de ambos estes estabelecimentos remetem-se para o seu capítulo específico[89]. O que importa inicialmente salientar na sequência de criações urbanas de Luís de Albuquerque é a constância do processo e a contínua complementação do seu "programa" para a capitania, que expôs à Corte na carta de 25 de Maio de 1773.

Embora relacionadas ao programa de governo de Luís de Albuquerque, estas duas últimas fundações tem um factor de diferenciação relativamente às anteriores. Em 1777, a morte de D. José I e a queda do Marquês de Pombal terão deixado, de certo modo, o governador mais à vontade quanto aos seus avanços no Sul, para os quais nunca obtivera nem total anuência, nem a completa contestação do Marquês. Também as condições de guerra no Sul, com a tomada definitiva da Colónia do Sacramento e de Santa Catarina por Cevallos naquele mesmo ano e, especialmente, a queda do presídio do Iguatemi, que passavam a estar em mãos espanholas[90] foram decisivos para o reforço da intervenção no Sul da capitania. Por outro lado, 1777 foi o ano da assinatura do Tratado de Santo Ildefonso o que, sob vários aspectos, muito irá influir na acção do governador.

Assim, é significativo que Luís de Albuquerque tenha dado à nova vila no Paraguai o nome da Rainha, assumindo uma homenagem e, ao mesmo tempo, reivindicando o seu apoio. No entanto, se a Vila Maria se fez em local incontestavelmente português, o mesmo não se podia dizer das outras fundações realizadas **(fig. 11)**.

Entre 1778 e 1780 Luís de Albuquerque empenhar-se-á na defesa política e ideológica das "suas" fundações. Em Novembro de 1778, ainda antes da Corte ter tido notícia dos estabelecimentos de Albuquerque e Vila Maria, já o governador se via obrigado a responder perante o Conselho pela criação anterior de Coimbra e de Viseu, localizadas na margem ocidental dos respectivos rios. Afiançava que "*sem embargo de parecer que talves não ficarão comprehendidos na sobredita Linha Divisoria que se imagina no Tratado Preliminar, eu não deliberarei de sorte alguma a abandonallos durante a minha Administração, sem que para semelhante fim primeiro receba huma*

---

[89] Ver cap. 8 "Coimbra, Albuquerque e Vila Maria: A Guarda do Paraguai".

[90] Em 1776 os portugueses tinham conseguido reaver o Rio Grande do Sul, mas em 1777 as operações dirigidas por Cevallos conseguiram não só tomar definitivamente a Colónia do Sacramento, como tinham sido bem sucedidos nos ataques à ilha de Santa Catarina e ao presídio do Iguatemi. Estavam previstos realizarem-se ataques ao Príncipe da Beira, assim como se intentaria novamente recuperar o Rio Grande do

expreça ordem da ditta Senhora, pelas conhecidas ventagens, que na verdade rezultam a estes seus Dominios da subsistencia dos mesmos Estabelecimentos (...)"[91] . Sobre Viseu informava que se localizava num sítio onde antes já existira uma missão de "Índios Portugueses" e que na sua vizinhança ficava a Serra dos Guarajuz, onde afirmava terem sido encontrados indícios de minério. Reforçava a necessidade de defender a posição da povoação alegando que a navegação incondicional do Guaporé era imprescindível para o comércio com o Pará e para o sustento da capitania.

Na mesma carta indicava o que lhe parecia ser a mais perfeita divisão dos domínios entre as coroas na região do rio Guaporé e referia-se a um "*Mapa Geographico de ponto grande*" de toda a corrente do Guaporé e dos seus afluentes que estava a ser elaborado. O desenho demorava-se pela falta de técnicos na região para o executar e o próprio governador via-se na obrigação de ajudar o "curioso do país" que o executava. Na verdade, Luís de Albuquerque encontrava-se sempre desfalcado no seu quadro de técnicos. Domingos Sambucetti, o único engenheiro então em serviço na capitania morrera em 1777[92], ainda durante os trabalhos do forte do Príncipe da Beira. Foi substituído por José Pinheiro de Lacerda vindo do Pará naquele ano e imediatamente empregado nas obras do forte. O mapa a que Luís de Albuquerque alude foi iniciado em 1773-74 durante as viagens no Guaporé e no Madeira quando ainda contava com a companhia de Salvador Franco da Mota e de Sambucetti. Noutro capítulo se tratará com mais vagar sobre a confecção desse importante mapa que ficou finalmente pronto, em Janeiro de 1779[93].

No ano de 1779 Luís de Albuquerque não realizou nenhuma nova fundação na capitania, mas investiu em obras na capital, ampliando ruas e determinando novas construções. Também mandou executar uma planta de Cuiabá e ordenou a execução de melhoramentos naquela vila. No forte do Príncipe da Beira, por seu lado, prosseguia a construção dos baluartes, e nas novas vilas fundadas faziam-se praças e casas.

Sul. A assinatura do Tratado de Santo Ildefonso paralisou ambas as campanhas. Para mais dados sobre a guerra no sul veja-se a obra já citada de Dauril Alden.

[91] AHU Mato Grosso caixa 18 doc. 41 - 30 de Novembro de 1778. carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro.

[92] Ver cap. 7 "Príncipe da Beira: A encenação do poder". Cf. AHU Mato Grosso caixa 17 doc. 26 - 3 de Janeiro de 1777 e AHU Mato Grosso caixa 17 doc. 48 - 12 de Setembro de 1777- cartas de Luís de Albuquerque de Melo pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro.

[93] Cf. AHU Mato Grosso caixa 19 doc. 1 - 8 de Janeiro de 1779. carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro. Ver cap. 10 "Os Mapas do Mato Grosso: o território como projecto".

Em 20 de Novembro do mesmo ano foi nomeado, em Lisboa, um novo governador para a capitania de Mato Grosso[94], que deveria substituir a Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Tratava-se de João Pereira Caldas, até então o governador do Grão-Pará. Luís de Albuquerque foi informado de tal facto em Janeiro de 1780. A notícia da sua substituição vinha acompanhada de uma importante observação: João Pereira Caldas apenas o poderia ir render no governo da capitania depois da realização dos trabalhos de que tinha sido encarregado na direcção das novas demarcações na capitania do Rio Negro. Luís de Albuquerque, por sua vez, não apenas esperaria até que o seu sucessor pudesse ir substituí-lo, como também deveria manter-se em correspondência com ele, de modo a realizar as tarefas preparativas das partidas demarcatórias previstas pelo Tratado de Santo Ildefonso que se pretendiam realizar no Mato Grosso[95].

É do conhecimento geral que a substituição do governador não se realizou. João Pereira Caldas permaneceu no comando das operações de Demarcação no Norte até 1785 e dali, doente, regressou directamente ao Reino. No entanto, a conjuntura estabelecida pela urgência das demarcações e pela iminência da substituição imprimiram ao governo de Luís de Albuquerque, uma nova "determinação", que é perfeitamente identificável a partir de 1780. Sob certos aspectos iniciava-se uma "segunda fase" do seu governo que tem como base um documento chamado "Ideia Geral" que Luís de Albuquerque enviou à Corte em Agosto de 1780. Nesse documento defendia a sua visão da fronteira. O ponto básico de sustentação do seu discurso era a manutenção das novas povoações como parte integrante do território português, inclusive, as que o governador tinha, deliberadamente, fundado no lado "ocidental".

Entre 1780 e o final da sua administração, em 1789, Luís de Albuquerque ainda iria estabelecer pelo menos mais duas povoações na capitania. Em 1781 criou a **Vila de São Pedro del Rei**. Tratava-se de facto de um arraial de mineração já existente nas Lavras de Peripoconé, descobertas em 1777, que o governador fez elevar a categoria de vila, dando-lhe um novo nome. Em 1783, foi criada, no rio Barbados, a nova **Vila de Casalvasco**, esta completamente inserida no contexto da "Ideia Geral", como mais um argumento do seu discurso e acção **(fig. 11)**.

---

[94] Cf. AHU Mato Grosso caixa 19 doc. 34 - 20 de Novembro de 1779.

[95] Para uma síntese da actuação das partidas demarcatórias veja-se Inácio Guerreiro - *As Demarcações segundo o Tratado de Santo Ildefonso de 1777*, in "Cartografia e Diplomacia no Brasil do século XVIII", Lisboa : CNCDP, 1998, pp. 39-52. Para as demarcações no Norte veja-se a dissertação de mestrado de Angela Domingues - *Viagens de Exploração Geográfica na Amazónia em finais do século XVIII: Política , Ciência e Aventura* (UNL, 1990) Funchal : Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Imigração / Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991.

4.3. O Território Tratado

A "***Idea Geral*** *oferecida ao Real Conhecimento de Sua Magestade pelo actual Governador, e Capitão General da Capitania do Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres; de toda a Fronteira que forma a dita Capitania, a mais Ocidental do vasto continente do Brazil (...),*" foi remetida à corte em Agosto de 1780. O governador acrescentava que tal ideia dizia também "*a respeito dos Dominios Espanhoes*" e incluía "*algumas notas relativas ao objecto prezente das Demarcaçoens (...) do Tratado Preliminar de Limites, celebrado em Santo Ildefonço no 1° de Outubro de 1777*"[96].

O primeiro item do documento intitula-se "*Desde o Prezidio de Nova Coimbra, athe defronte do Marco do Jauru*" e apresenta a "ocupação" da margem ocidental do rio Paraguai, concretizada pela criação do presídio de Nova Coimbra e depois pela vila de Albuquerque. O governador justificava tais fundações em prol da defesa do exclusivo de navegação do rio Paraguai, que alegava só ser possível de facto com o domínio de ambas as margens. Defendia que a posse privativa do rio e da sua navegação deveria ser portuguesa desde Nova Coimbra até as suas cabeceiras, mas se fosse impossível de convencer aos espanhóis, insistia em que pelo menos se preservasse o domínio de ambas as margens a partir de Albuquerque. Afirmava que tal era necessário para garantir a própria navegação e comunicação com São Paulo, salvaguardando o livre trânsito em território de soberania portuguesa. Luís de Albuquerque recorria aos argumentos do próprio Tratado, que previa a defesa das possessões existentes de cada nação, assim como das minas e campos cultivados ou pastos. Daí que se tenha apressado a incentivar o cultivo e a exploração das terras adjacentes às novas povoações[97].

---

[96] AHU Mato Grosso caixa 20 doc 4 - 10 de Agosto de 1780. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro datada de 20 de Agosto de 1780. O mesmo documento existe na Biblioteca Pública Municipal do Porto, cod. 464 (25-33 v.º). Ver Anexo Documental **Doc. XIII.**

[97] Idem. "*Parece pois, que desde o referido Prezidio athe frente do Marco de marmore deveria tambem pertencer aos Reas Dominios toda a margem ocidental ou direita dos Rios Paraguai, e Jauru, com hum certo pequeno limite que se lhe determinasse em ordem a verificar sem duvida que a navegação dos portugueses do Mato Grosso para Cuiabá, ou vice versa lhes fosse com efeito privativa como diz o Artigo X do Tratado preliminar; pois que muito mal poderia dizer-se privativa semelhante navegação, sem que na verdade pertencessem aos mesmos Reaes Dominios aquellas duas margens, desde o mencionado Prezidio: o que athe mesmo paresse que as expressoens Geraes do Artigo XIII e ainda do XVI e XX, estipulam positivamente. No cazo porem de que esta propozição paresa hum pouco ardua aos Comissarios Espanhoes, visto terem a seu favor de algum modo o artigo IX; ao menos se deveria pertender que a dita Margem Ocidental ou Direita do Paraguai e Jauru se reputasse portugueza desde a nova Povoação chamada Albuquerque, que o sobredito governador tambem foi estabelecer na forma do Auto que se junta N° 2 e que actualmente subsiste com bastantes cazaes de moradores, e seus respectivos cultivados na mesma margem (...)* ".

O segundo item do documento aborda "*Desde as vezinhanças do marco do Jauru, athe salvar o principio da Cordilheira fronteiro a Capital de Villa Bella, para Rumo de S.O.*". Este área, reconhecidamente crucial e problemática, é tratada com todo o cuidado. A primeira consideração diz respeito ao **Artigo X** do tratado, que fazia menção a uma "*Linha recta desde a boca do Jauru athe a Margem do Guaporé defronte da boca do Sararé*," que seria a divisória entre os dois litigantes e que o governador alegava ser impraticável, pois deixava fora dos domínios portugueses praticamente todo o território da própria capital e os campos de que ela dependia, contrariando inclusive o artigo XVI que previa se salvaguardassem "*todas as actuaes posseçoens dos cultivados, Minas, e Pastos*". Segundo o governador, tal linha deveria ser "*sumamente curva e abraçar por consequencia maior espaço de terreno para a banda do Sul e de Oeste; sem embargo do anunciado talvez por equivocação ou falta de cartas do Paiz*"[98].

Reconhecia que estas alegações, embora justas para os portugueses, não deixariam de parecer contestáveis aos espanhóis, daí defender que se insistisse noutro argumento do próprio artigo X que declarava não importar se ficasse "*mais ou menos terreno a esta ou aquela parte*". Assim, mandaria aprontar uma bandeira de exploração da área, de modo a reconhecer os melhores lugares para o estabelecimento da raia, antes que os espanhóis o fizessem, com prejuízo certo dos portugueses. Recomendaria aos comandantes das expedições que "*na picada que abrirem não so hajam de salvar todos os Estabelecimentos Portuguezes dos Rios Aguapei, Alegre, e principalmente dos Barbados que vem confluir do Guaporê, com todas as suas mais remotas cabeceiras*". Alegava que aquela área era necessária à povoação de Vila Bela que precisava dos campos para a sua subsistência e que "*seria prejudicial e mesmo ruinozo privar deles, na Divisão que se fizer, e com maior motivo sendo como verdade* ***são couza muito limitada, a respeito de tão imensos territórios.***"[99].

Na verdade, apesar de extensa e afirmativa, a argumentação de Luís de Albuquerque escondia a principal razão da defesa daquela área. Evidentemente, a manutenção da posse da capital do Mato Grosso era inquestionável, e só por isso era contestável a "linha recta" estipulada pelo Tratado, que a ser reconhecida, implicaria a perda de Vila Bela. Mas, para além da capital, o que ali estava em jogo, um pouco mais "ao Sul e a Oeste" como preconizava a mudança sugerida por Luís de Albuquerque, eram os rios Aguapei e Alegre, que protagonizavam a possibilidade de união das bacias amazónica e

[98] Idem.

[99] Idem.

platina. Assim, a sugestão para que se defendesse até as cabeceiras do rio Barbados inclusive, era na verdade para salvaguardar as cabeceiras do Alegre e do Aguapei e o famoso "istmo" de comunicação entre as bacias.

Luís de Albuquerque tinha recebido da Corte uma recomendação para defender precisamente essa área. Em carta régia datada de 8 de Janeiro de 1780, afirmava-se o conhecimento em Lisboa da situação dos rios Aguapei e Alegre e determinava-se que o governador tomasse as devidas providencias para manter aquela área dentro do domínio português, encarregando-o, prioritariamente, da exploração do lugar. Ali era a própria Rainha quem afirmava que se tratava de um "*objecto,* ***de pouca, ou nenhuma consideração para Espanha, e de muita para Portugal"***[100].

Luís de Albuquerque incorporou as razões régias no seu documento, sem as nomear, adiantando que sem que se concluíssem as averiguações no próprio local não seria possível estabelecer a dita linha[101]. Ainda defendendo a necessidade de empurrar a linha mais para Oeste e para Sul, alegava a fuga de escravos e os perigos de ter a fronteira muito próxima da capital pois proporcionaria uma hipótese de exploração por parte dos espanhóis de uma espécie de "contrabando" de gente, o que não seria pacífico para ambas as partes.

O terceiro item da "Ideia Geral" trata "*Desde por detras da Serra, ou Cordilheira de Villa Bella, athe a Foz do Rio São Simão na margem Ocidental do Guaporé"*. Aqui novamente a alegação principal de Luís de Albuquerque era garantir para os portugueses a navegação privativa, agora do rio Guaporé. Voltava a argumentar sobre a necessidade de manter o domínio das duas margens, pelo menos até ao rio Simão, onde tinha estabelecido a vila de Viseu e onde se localizavam as minas de Guarajus. Cita várias cartas onde defendeu a mesma argumentação[102] que, invariavelmente alegava que Viseu foi "*fundado em 14 de Setembro de 1776, pelo mesmo Governador na dita margem ocidental, muito* ***antes da celebração do tratado preliminar***.[103].

---

[100] AHU Mato Grosso caixa 19 doc 41 - 4 de Janeiro de 1780. Carta Régia endereçada à Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, datada de 8 de Janeiro de 1780.

[101] AHU Mato Grosso caixa 20 doc 4 - 10 de Agosto de 1780. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro datada de 20 de Agosto de 1780. "*sem que se conclua o exame previo (que ha de levar muitos tempos) determinado pelas Ordens de Sua Magestade, a respeito dos certoens por onde devera passar a Linha Divizoria e que agora terá o primeiro principio; não sera possivel formar com suficiente clareza as cartas topograficas de toda a referida Linha; athe por não haver de prezente pessoa bastante habil, e desocupada a quem encarregar a sua construção; dependente na mais principal parte, das noticias que trouxerem os executores deste reconhecimento ou exame previo*".Ver Anexo Documental **Doc. XIII.**

[102] Idem. As cartas referidas são: 30 de Novembro de 1778, 8 de Janeiro, 9 de Junho, 3 de Julho e 28 de Dezembro de 1779 e 15 de Abril de 1780

[103] Idem.

O quarto item refere-se ao trecho que vai "*Desde a Barra do Rio São Simão no Guapore, ou suas vezinhanças athe a junção dos Rios da Madeira, e Mamore, ou mais ao Norte onde enfim terminara a navegação comua*". Aqui o governador apenas lembrava que se devia cuidar da preservação dos postos que tinham sido estabelecidos pelos portugueses, muito antes da redacção do tratado preliminar, como eram a fortaleza de N. Sra. da Conceição, e o forte do Príncipe da Beira, que a deveria substituir, o qual era "*o unico que cobre todo este Lado Ocidental do Estado do Brazil, e o unico ponto de apoyo a vasta Fronteira que constitue*".

O quinto item vai "*Desde o ponto que se determinar na Margem Ocidental do Rio da Madeira para lançar a Linha de Leste-Oeste qua ha de ligar e Rio Javari; athe a embocadura deste Rio das Amazonas, ou Maranhão*". Nesse ponto Luís de Albuquerque apontava as grandes dificuldades que se teriam de vencer na ocasião das demarcações posto que a região era efectivamente desconhecida por parte de ambas equipas envolvidas. O documento termina com uma síntese identificada pelo título *Notas principaes* em que o governador, reforçando a dificuldade que previa para a campanha das demarcações, referia-se à enorme carestia da região e apresentava uma relação de contas do quanto tinham custado alguns mantimentos utilizados na construção e transporte do Marco do Jauru ainda no tempo do Conde de Azambuja. Considerando que aquela demarcação tinha envolvido distâncias relativamente medianas, apresentava a relação "*afim de produzir hum piqueno exemplo da excessiva carestia destes Paizes, em dar a conhecer por hum dos dedos a grandeza do gigante*"[104].

Em anexo à "Ideia Geral" Luís de Albuquerque enviava os seguintes documentos: "Nº 1 - *Termo de revalidação de Posse, ou sendo necessario, de nova posse, tomado por parte de S. Magestade que Deos Guarde do Lugar que ate agora se chamava Fexo de Morros...*

Nº 2 - *Auto de Posse e Fundação do Lugar de Albuquerque, e seu Destricto para a Coroa de Portugal*

Nº 3 - *Auto de principio com que se estabelesse a nova Povoação denominada de Vizeu...*

Nº 4 - *Auto de Fundação e declaração do dia em que se lança a primeira pedra na nova fortaleza (...) na margem Oriental, ou Direita do Rio Guapore denominando-a - Real Forte do Principe da Beira*

---

[104] AHU Mato Grosso caixa 20 doc 4 - 10 de Agosto de 1780. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro datada de 20 de Agosto de 1780. Ver Anexo Documental **Doc. XIII.**

Nº 5 - *Observaçoens determinadas na confluencia dos Rios da Madeira , e Mamore,...*

Nº 6 - *Relação do que se gastou pela Real Fazenda da Provedoria do Cuyaba na primeira e segunda expedição que se fez para socorro dos comissarios que vierão a por o Marco do Jauru no anno de 1754"*[105].

Como é evidente, a documentação anexa à "Ideia Geral" é em si uma justificativa da acção do governador ao longo da sua administração na capitania. Mas é também uma prova inequívoca do quanto esta acção se baseou numa contínua lógica territorial, onde a fundação urbana detém o maior peso e funciona como o suporte de toda a política desenvolvida. Aos autos de posse e fundação de Coimbra, Albuquerque, Viseu e Príncipe da Beira, que são apresentados como documentos de defesa da fronteira, poder-se-iam acrescentar ainda as fundações do Registo da Insua, Arraes e Vila Maria que são também acções de cunho territorial.

Na mesma remessa em que seguiu a "**Ideia Geral**" Luís de Albuquerque enviou o "**Mapa Geografico de Todo o Estado do Brasil**". Acompanhava esse mapa uma carta dirigida a Martinho de Melo e Castro e, em anexo, as respectivas "*Observaçoens ao Mapa Geographico de todo o Estado do Brazil*"[106], que deveriam ser apresentadas à Rainha. A carta ao ministro reiterava praticamente todos os argumentos já desenvolvidos no documento anterior. As observações ao mapa também repetiam as recomendações da carta e da Ideia Geral. No fundo tratava-se de **apresentar em desenho** a ideia da fronteira e, por extensão, o próprio território.

Logo nas primeiros observações ao mapa, Luís de Albuquerque afirmava que a linha apresentada no desenho não era a indicada no Tratado Preliminar, mas sim a sugerida por ele, resultante do seu conhecimento, de facto, do terreno. Reforçava, inclusive, que algumas das notas que acompanhavam o mapa poderiam ser rectificadas pelos conhecimentos adquiridos posteriormente à sua execução. Assim, a fronteira passava um pouco a oeste dos rios Paraguai e Jauru garantindo uma pequena faixa de terreno na margem ocidental, sustentada pelo argumento de que só assim seria possível manter a navegação exclusiva dos rios. A zona das nascentes do Aguapei e Alegre, ficavam preservadas com a imposição de uma linha "curva" nesta área. Quanto ao Norte representava-se a linha também um pouco a Oeste do Guaporé **(fig. 12)**. Como último argumento, para esta área, o governador reafirmava a

---

[105] Idem.

[106] AHU Mato Grosso caixa 20 doc 7 - 25 de Agosto de 1780. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro.

necessidade de garantir a posse das minas da serra de Guarajuz, da qual enviava também uma "carta particular".

Os desenhos que o governador enviou reflectiam precisamente os argumentos defendidos na "Ideia Geral", localizando, prioritariamente as intervenções realizadas no território, ou seja, as "suas" novas povoações. Note-se que foram os autos de fundação dessas mesmas povoações que acompanharam o documento principal, sendo elas a base de sustentação do discurso da posse e direito àqueles territórios. Mas enquanto as novas povoações foram aceites e incorporadas na corte como argumentos válidos, a defesa das minas de Guarajus, também referida pelo governador, não foi bem acolhida.

A questão da minas era, sob vários aspectos, bastante delicada. Por volta de 1770, se tinham descoberto indícios de minério na Serra dos Guarajuz. Tal serra ficava no lado ocidental do rio Guaporé há algumas léguas da margem do rio. Depois desse "descobrimento" Luís de Albuquerque tinha insistentemente referido à Corte sobre a necessidade de preservar para Portugal as minas encontradas, passando a defender para aquela zona a própria serra como limite[107]. Tal argumentação obteve como resposta de Martinho de Melo e Castro a alegação de "*que ainda que seja muito util o estabelecimento de minas, não deixa de ser digno de toda a ponderação os graves inconvenientes que delas resultão quando são formadas junto das fronteiras porque convidam os confinantes a cometerem todos aqueles desturbios e pertubações que a ambição segamente convida*"[108]. O ministro, em nome do Conselho, determinava então que se desvalorizasse o estabelecimento das minas e que se espalhasse a notícia de que não eram suficientemente ricas, ou produtivas[109].

Apesar de durante o ano de 1780, ter redigido a "Ideia Geral" e de ter terminado os mapas que foram enviados juntamente com aquele documento, Luís de Albuquerque continuava sem engenheiros e sem oficiais militares de

---

[107] AHU Mato Grosso caixa 18 doc 41 - 30 de Novembro de 1778. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro. "*O territorio das faldas, e diclivios orientaes da referida Serra com todos os outros que se lhe seguem para o Sul incluidos na estreita lingoa de terra que por muitas vezes se avista, e observa entre a cordilheira que acompanha quazi paralelamente este dito Rio Guaporé desde as imediações desta mesma capital athe de fronte do nosso antigo Destacamento das Pedras; são o que verdadeiramente parece que constituiriam huma Raya menos incontestavel, e nos termos prezentes menos prejudicial aos Dominios de Sua Magestade*"

[108] AHU Mato Grosso caixa 20 doc 29 - 2 de Março de 1781. Carta de Martinho de Melo e Castro a Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres.

[109] Luís de Albuquerque irá cumprir muito reticentemente essas determinações. Em carta a Martinho de Melo e Castro datada de 12 de Março de 1783 comunicava que tinha "fechado" as minas de Guarajus segundo as ordens régias, mas insistia em defender a serra como o limite a ser negociado naquela área, ao mesmo tempo que anunciava a possível descoberta de novas minas na região do rio Barbado s(cf. AHU Mato Grosso caixa 21 doc 21 - 26 de Fevereiro de 1783). No entanto, em 1784, ainda há referências ao estabelecimento dos Guarajus. (cf. AHU Mato Grosso caixa 22 doc 14 - 30 de Novembro de 1784).

maior graduação na capitania. O governador tratava dos "preparativos" da sua divisão, mas continuava à espera dos técnicos enviados de Lisboa para tal fim.

Os oficiais destacados para o Mato Grosso foram os engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra e Joaquim José Ferreira e os matemáticos Francisco José de Lacerda e Almeida e António Pires da Silva Ponte. Chegaram todos ao Pará em 1780, mas estiveram ocupados em acções determinadas por João Pereira Caldas antes de passarem para o Mato Grosso. Em 1 de Setembro de 1781 saíram finalmente do Rio Negro, chegando a Vila Bela no dia 28 de Fevereiro de 1782[110].

A partir de 1782 começaram os trabalhos de levantamento cartográfico e de efectiva "marcação" conceptual do território. A primeira área de levantamento foi, obviamente, a região dos rios Madeira - Mamoré e Guaporé. A segunda região examinada envolvia os já referidos rios Alegre, Aguapei e Barbados. Mas entre as incumbências prioritariamente atribuídas aos engenheiros e matemáticos estava o pedido para que instruíssem algumas pessoas nos "primeiros elementos de geometria prática". Tarefa essa, que lhes foi recomendada logo após a sua chegada à capitania[111]. A vigência dessa "aula" terá sido esporádica e informal, mas é seguro que funcionou como método de aprendizagem para alguns soldados.

No início do ano de 1783 continuava a não haver sinal da vinda da comissão espanhola para a efectivação da partida de demarcação prevista para o Mato Grosso. No entanto, um incidente apressou a acção de Luís de Albuquerque na área mais claramente problemática, a que envolvia as cercanias de Vila Bela e dos rios já referidos. Pretextando ir caçar, o governador resolveu percorrer pessoalmente aquela área, para, juntamente com os engenheiros e um dos matemáticos, realizar os levantamentos necessários ao conhecimento da região. Nessa ocasião ocorreu um "encontro" entre os engenheiros que exploravam a região à oeste do rio Barbados e alguns soldados espanhóis, provavelmente envolvidos em acção semelhante. Os portugueses terão dito aos espanhóis que estavam a caçar em território português, como era a recomendação do governador, enquanto aqueles pretextavam estarem a fazer a ronda da região a partir do seu destacamento, então instalado nas proximidades da missão de S. Ana de Chiquitos. Tal facto alertou a Luís de Albuquerque para a necessidade de também criar um destacamento português na área, o que passou imediatamente a defender

---

[110] Cf. AHU Mato Grosso caixa 20 doc 37 - 1 de Setembro de 1781. *Diário ou Roteiro da Viagem que a expedição destinada à Diligencia das Demarcações fez do Rio Negro até Vila Bela Capital do Mato Grosso.*

perante à Corte[112], e a agir, como era seu costume, antes mesmo da chegada das autorizações.

Em 25 de Agosto de 1783, ocorreu um outro encontro no já instituído destacamento do rio Barbados. Tinham chegado alguns oficiais espanhóis que traziam cartas do coronel de milícias de Santa Cruz de La Sierra. Anunciavam que o coronel viria depois trazer, pessoalmente, outra carta do presidente da Audiência de Charcas para assinalar o início das demarcações. Pelo teor das cartas e das reivindicações, Luís de Albuquerque deduziu que a sua verdadeira intenção era, de facto, conhecerem a região. Confirmava esta suspeita pela pretensão dos mensageiros em regressarem à província de Moxos subindo o rio Guaporé dizendo serem ali necessários por razões políticas. Luís de Albuquerque achou melhor precaver-se e evitar um maior conhecimento do território por parte dos enviados e não deixou que os emissários fossem sequer a Vila Bela, como era seu desejo. Logo depois da partida dos espanhóis, o governador deslocou-se ao destacamento do rio Barbados e resolveu fundar uma nova povoação "*que fiz nomear **Cazalvasco**, e assim mesmo se denominara daqui por diante"*[113] **(fig. 11)**.

Para além das circunstâncias episódicas e das inevitáveis situações de desconfiança[114] e "espionagem" que desde sempre fazem parte dos processos de demarcação de fronteiras, o que importa realçar aqui é, uma vez mais, o procedimento de instalação de uma nova povoação, como parte do programa de sustentação do território levado a cabo por Luís de Albuquerque. Esta nova povoação foi "fundada" em circunstâncias similares aos outros estabelecimentos anteriores. O "Termo de Fundação do Novo Estabelecimento Regular de Cazalvasco" foi assinado por todos os presentes, inclusive o próprio governador, no dia 29 de Setembro de 1783[115]. A responsabilidade da instalação e construção do povoado coube ao engenheiro Joaquim José Ferreira, que passou a residir no local. A direcção do engenheiro era necessária para que

---

[111] Cf. AHU Mato Grosso caixa 20 doc 49 - 24 de Julho de 1782. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro.

[112] Cf. AHU Mato Grosso caixa 21 doc 21 - 26 de Fevereiro de 1783. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro.

[113] Cf. AHU Mato Grosso caixa 21 doc 42 – 24 de Novembro de 1783. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro.

[114] Embora tenha procurado receber os enviados com toda a civilidade, o governador afirma que os tinha feito acompanhar na sua saída ate mais seis ou sete léguas adiante da povoação de modo a deixar clara a posse portuguesa da região, assim como tinha mandado retirar, diante dos próprios espanhóis, uma cruz de madeira que tinham colocado no seu acampamento, para evitar que aquilo pudesse ser entendido como um sinal de posse deles.

[115] Analisaremos com mais detalhes a formação deste novo núcleo no capítulo específico. Ver cap. 9 "Casalvasco: O Quartel Avançado".

tudo pudesse estar pronto para receber ali, no ano seguinte, os comissários espanhóis, quando estes finalmente viessem para as demarcações.

O plano do governador era "*o entretelos, e hospeda-los naquele lugar, que so dista cerca de oito legoas desta capital*"[116] de modo a evitar que passassem muito mais para o interior da capitania. Ou seja, Casalvasco deveria funcionar como uma base avançada de defesa, ao mesmo tempo que seria o local das negociações do tratado, pois Luís de Albuquerque pretendia começar a demarcação pela área referida no artigo X, de modo a não permitir que se passasse para o Guaporé ou o para o Paraguai sem garantir a região à volta de Vila Bela.

Casalvasco foi a última criação urbana de Luís de Albuquerque no Mato Grosso. Entre 1783 e 1789, o governador insistiu na sua política dando prosseguimento a todas as acções iniciadas nos anos anteriores. Os grandes trabalhos realizados nesse período foram as expedições de levantamento cartográfico levadas a cabo pelos matemáticos e engenheiros, em especial Ricardo Franco de Almeida Serra, posto que Joaquim José Ferreira permaneceu a maior parte do tempo em Casalvasco. Depois do Guaporé e da região do istmo dos rios Alegre e Aguapei, foi o rio Paraguai o grande objecto das explorações. A comitiva espanhola não chegou a vir a tempo de se realizarem as demarcações previstas[117], o que não impediu que continuassem, pela parte portuguesa, os trabalhos na fronteira. Ao contrário, foram ainda mais intensas as acções de exploração e levantamento, visando o avanço dos conhecimentos sobre os oponentes. Luís de Albuquerque lembrava que não podia "*dezaproveitar o prestimo dos mencionados officiaes pois que não vieram para o descanço*"[118].

Na ocasião em que foi fundada a capitania do Mato Grosso, em 1748, a Coroa pretendeu expressamente que aquele território fosse o **ante-mural** do Brasil. Luís de Albuquerque fundou Casalvasco como um baluarte deste muro

---

[116] AHU Mato Grosso caixa 21 doc 42 - 24 de Novembro de 1783. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro datada de Casalvasco, a 26 de Novembro de 1783.

[117] Por pelo menos duas vezes foi anunciada a chegada dos espanhóis sem que se concretizasse no tempo da administração de Luís de Albuquerque. Em 1784 foram enviados instrumentos matemáticos para a comitiva espanhola que ficaram depositados em Casalvasco (cf. Virgílio Correia - *op. cit.*, p. 414). Em Janeiro de 1875 um relojoeiro foi "afinar" os instrumentos e anunciou a vinda do comissário nomeado D. Rosendo Rico Negron com a sua comitiva que incluiria o astrónomo D. Lázaro de Ribera e o engenheiro D. José Boceta. No entanto, em Outubro de 1785 o comissário espanhol faleceu gorando o encontro previsto para aquele ano. Substituído por D. António Levane, este também não chegou a ir ao Mato Grosso. Em 1789, quando já estava na capitania o novo governador, João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, foi novamente anunciada a vinda do terceiro comissário nomeado para aquela partida, D. António Álvares de Sottomaior, o que também não se concretizou.

[118] AHU Mato Grosso caixa 21 doc 42 - 24 de Novembro de 1783. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro, datada de 27 de Novembro de 1783.

imaginário. O último baluarte de uma série que vinha construindo desde o início da sua administração, plantando povoações ao longo da fronteira.

É interessante notar que, a partir dos três documentos-base que fundamentaram o seu governo, cuja tónica principal era a fronteira, Luís de Albuquerque viria elaborar uma síntese, que sem deixar de tratar precisamente da fronteira, avançava com uma definitiva "ideia Geral" do território. Tal ideia sustentava-se na conjugação entre as povoações fundadas e as "entradas" do território a defender. Como se estas fossem uma sucessão de "portas" a garantir o controle da muralha imaginária.

Até aqui nada de novo. Terá sido este um sistema básico de sustentação de fronteiras e de territórios ao longo dos séculos. O que sobretudo diferencia a acção que se assiste no Mato Grosso (não apenas durante a administração de Luís de Albuquerque, mas que aí culmina) é o literal "delinear" de um processo de construção territorial. Pois para além de se constituírem como marcos operacionais do limite entre as potências litigantes, as povoações fundadas estão no centro de uma operação de desenho deste mesmo limite que ultrapassa a sua situação pontual e abarca a sua relação territorial. Ou seja, o(s) mapa(s) - das áreas de demarcação e do conjunto da capitania - na medida em que se realizavam enquanto desenho, também se concretizavam enquanto território demarcado no próprio espaço. E as povoações eram tanto as balizas desse território como as suas frentes de construção.

Assim, a "ideia Geral" de Luís de Albuquerque apresenta-se em pelo menos dois níveis. Por um lado era a explanação de uma acção concreta que já se vinha realizando no terreno e que continuava para além do enunciamento do discurso. Por outro lado era um "tratado" sobre o tratado de limites, que discutia as suas bases, contrapondo aos argumentos políticos os argumentos geoestratégicos ditados pela experiência no terreno. Todo o discurso desenvolvido ao longo do texto de Luís de Albuquerque fundamenta-se nos dois grandes princípios da negociação: imposição x persuasão. Numa frente discute-se, noutra age-se. A base da acção era a criação urbana, a base da discussão era a "ciência" da cartografia e ambas devem os seus métodos a uma decantada visão da geometria, como a ciência das relações do espaço.

4. 4. Os limites da Geometria

"He a Geometria huma parte da Mathematica pura que concidera as grandezas, não segundo a sua natureza, mas pella razão, que podem ter com

outras grandezas do mesmo genero: divide-se em geral em especulativa, e pratica (...) A Geometria pratica he a sciência, que ensina a dividir , e medir a quantidade continua segundo a sua extenção"[119]. Estas palavras de Azevedo Fortes são suficientemente claras a respeito da base de trabalho dos demarcadores do Mato Grosso. O que ali estava em causa, era, efectivamente, medir a "quantidade contínua" do território português na América.

O fundamento da requisição desse território começou por ser o processo primário de conquista e ocupação do espaço com o estabelecimento de marcos nos lugares dos possíveis confrontos. Para tal buscou-se na geometria da própria natureza a geometria da guerra[120]. Não é por acaso que os sítios das instalações das fortificações eram o "fecho dos morros" ou "as cachoeiras". Tratavam-se de "portas" naturais que, simbólica e concretamente, garantiriam o controle sobre extensões mais vastas de terreno.

As fortificações exemplificam a organização do território do Mato Grosso sob a visão "estruturadora" dos eventuais confrontos, mas não foram os únicos elementos reguladores do espaço. Os registos, no âmbito fiscal, e as povoações de índios, no âmbito ideológico/civilizacional, também tiveram uma função estruturadora. Mas no caso específico da fronteira foi de facto a fortificação, como conceito, a orientação principal do processo. Fixaram-se, espaçadamente, ao longo dos muitos quilómetros por onde se pretendia estabelecer o limite, uma série de pontos que, sendo ou não fortificações, deveriam funcionar como se fossem, no sentido de guardar a posse do território maior que defendiam.

Aparentemente, trata-se de um processo simples e antigo. A diferença e complexidade reside apenas no facto de que este território era reivindicado enquanto "quantidade contínua" e era reconhecido na sua grandeza pela sua extensão. A sucessão de fortes e de povoações não eram a fronteira, mas estavam na fronteira. Ou seja, o que eles defendiam e o que representavam não era simplesmente a posse de um espaço mas de um sistema de relações espaciais que se concretizava em um território.

Se não vejamos. A marcação da fronteira no Mato Grosso, no século XVIII foi sistematizada pela ocupação de vários pontos, mas não foi totalmente determinada por eles. A linha reivindicada estava ainda para além das povoações fundadas. Os pontos ocupados não representavam um processo de

---

[119] Manuel de Azevedo Fortes - *O Engenheiro Português*, Tomo I, p. 1 (edição fac-símile Lisboa : Direcção da Arma de Engenharia, 1993).

[120] Cf. Roberto Conduru - *Geometria Bélica*, in "Colectânea de Estudos sobre o Universo Urbanístico Português 1415 -1822", Lisboa :CNCDP, 1998.

avanço conquistador que tivesse "empurrado" o inimigo para trás. Não foram fruto de um quadro guerreiro - no sentido clássico do termo, de tomar em guerra possessões de outros contendores - salvo, em parte, no caso de S. Rosa, transformada na fortaleza de N. Sra. da Conceição. A maioria os pontos reclamava a posse de um território que supostamente já era pertença de Portugal, antes do estabelecimento existir. Ou seja, quando se deu o processo de discussão da fronteira ela foi "representada" nas ocupações pontuais do espaço, mas o que era reivindicado era um conjunto de relações territoriais que era anterior a estas mesmas ocupações (ou mais abrangente do que elas).

O principal argumento de todo o discurso sobre a fronteira no Mato Grosso era a "comunicação" entre os diversos pontos, que deveria ser garantida a todo custo. Por um lado, apontava-se a ligação entre a região e o Norte, através da bacia amazónica, por outro lado, a ligação entre a região e o Sul, através da via fluvial do Paraguai e dos seus afluentes, e por outro ainda, a conexão possível entre estas duas bacias através do "istmo" dos rios Aguapei e Alegre. Não se tratavam de indicações puramente pragmáticas. A despeito de serem estas as vias em utilização para o estabelecimento das comunicações entre as regiões, elas indicavam também que o que estava em causa era mais do que elas, era o próprio sistema como um todo. É evidente que se aquelas vias não pudessem ser utilizadas, se achariam outros caminhos possíveis para fazer as mesmas ligações. É evidente também que exactamente por que representavam o "último caminho", a "ronda" pelos confins do Brasil, a sua reivindicação era ainda mais importante.

Mas o que importa realçar é que o território alegado, e pretendido, era apresentado como uma construção problemática do espaço, como um conjunto de relações e como um **espaço de circulações.** Tal ideia do território era defendida nos mais variados níveis. A nível geográfico, fundando-se nas determinações da própria natureza e das suas relações intrínsecas. A nível "geométrico", pode dizer-se, por reivindicar a extensão territorial enquanto "quantidade contínua", ou seja, enquanto espaço mensurável. E, especialmente, a nível económico. Note-se o primado economicista de todos os discursos, pregando o comércio e o fluxo de mercadorias como a garantia de sustentação do território, ou a agricultura e a manutenção da terra pelos frutos da própria terra.

Mas não era apenas no âmbito da economia, ou da circulação, que se reclamava aquele território, assumia-se também a ele próprio, enquanto estrutura física, enquanto base da construção social e política do Estado que ali se instalava. A terra reivindicada era a terra tida como "portuguesa", ou

melhor, como "domínio de Sua Majestade". Assim, cada ponto que constituiu a identificação social da fronteira (as povoações, fortalezas e destacamentos) representavam também uma escolha a vários níveis do **lugar** sua instalação. A nível do sítio, consideravam-se, necessariamente, as situações inerentes à defesa da região e os condicionamentos básicos de sobrevivência (proximidade de água, possibilidade de culturas e pastos etc...). No entanto, o seu "lugar" era relativo dentro do conjunto, posto que simbolizava uma pertença que era maior do que o sítio em si, dado que, não só aquele, como os outros sítios circundantes, representavam o domínio português. Cada estabelecimento mantinha assim um duplo estatuto valia pelo lugar que ocupava e pelo lugar que representava. E se fosse preciso ceder no lugar da "ocupação" não se pretendia ceder no da "representação". Vejam-se, nesse sentido, as situações "negociáveis" patenteadas pelas localizações de Coimbra e Albuquerque, que o próprio Luís de Albuquerque apresentava quase de maneira "alternativa", alegando que se aos espanhóis fosse insuportável a ideia de marcar o uso das duas margens do Paraguai até Coimbra, que ao menos fosse até Albuquerque. Também o caso da localização de Viseu tinha os mesmos propósitos, de representar o uso das duas margens do Guaporé, mais do que simplesmente ocupar o sítio.

O território era requisitado no seu conjunto, e não como uma simples soma de pontos. Para a construção mental desse conjunto pesou, sobretudo, a **cartografia**. Pelo trabalho sistemático de observação e fixação do espaço em forma de mapas e de cartas geográficas é que se obteve, verdadeiramente, o território enquanto unidade contínua. A base de tal processo de conhecimento deriva das viagens de exploração levadas a cabo ao longo das várias fases da ocupação da região, mas foram as viagens que se materializaram em "mapas" as que concretamente **produziram o território**. Produziram no sentido de o dar a ver na sua dimensão contínua, e de o revelarem enquanto sistema de formas.

A cartografia transformava as grandezas reais em unidades legíveis. Os mapas projectavam os espaços no plano do papel, sistematizando os elementos existentes na natureza e permitindo ver e relacionar em segundos o que a experiência observou em dias, meses ou até em anos. Os mapas representavam o lugar visível do Reino, o espaço mental onde o rei podia "passear" pelos seus domínios, e ter consciência da sua extensão[121]. Era pelos mapas que se transmitia ao soberano a ideia do seu próprio poder sobre o

[121] Cf. Carlos Sambricio - *A ideia de território na Espanha da Razão*, in "Lisboa Iluminista e o seu Tempo", Lisboa : UAL Editora, 1997, pp. 211-238

espaço. Era onde ele podia confrontar a área de acção da sua soberania com a dos outros reis.

Na fronteira, os mapas funcionavam como argumentos e como instrumentos. Representavam um conhecimento adquirido e fixado, que era insubstituível a nível da negociação. Não apenas o ter visto os locais, como os ter retido e sistematizado no desenho, implicavam uma posse primária de conhecimento que era potencialmente útil para a posse efectiva do terreno, tanto a nível da ocupação em si, como da sua reivindicação nas negociações.

A tudo isto se assiste no Mato Grosso. E não só. Ao mesmo tempo que se desenhavam os mapas do território físico, também se faziam os "mapas" da população. Nesses outros mapas, também se pretendia dar a ver ao rei o quadro da sua soberania. Em causa estavam o interesse fiscal e o conhecimento, e aproveitamento, dos "meios económicos" e das produções do território. Mas, no caso específico do Mato Grosso o próprio quadro populacional era importante. Não só era uma das capitanias menos povoadas da colónia como era onde o acréscimo de povoadores era especialmente significativo, considerando a situação da fronteira. O discurso do incremento à população do Mato Grosso era inclusivamente hierarquizado relativamente às outras capitanias. Já se referiu ao facto de se ter chegado a pensar em transferir uma povoação inteira de Goiás para o Mato Grosso[122]. Era uma ideia universalmente admitida que se deveria criar toda a espécie de incentivos para fazer vencer a "repugnância do clima" e atrair novos povoadores que ficavam melhor na fronteira do que em "sertões" onde pouco serviam. No entanto, embora estes argumentos correspondessem a uma vontade política e ideológica, eles eram claramente irrealistas.

Durante a administração de Luís de Albuquerque foram realizados mapas anuais da população entre 1772 e 1779. Não se encontraram os mapas relativos ao período entre 1780 e 1789, mas os dados de 1790 indicam os valores gerais do crescimento da população. Em 1772 a capitania contava com um total contabilizável de 14.376 almas (entre livres e escravos), em 1779 tinha passado para 18.261 e, em 1790, somava 23.272 pessoas. Nos dezassete anos do seu governo a população tinha crescido cerca de 60%. Embora tal acréscimo seja considerável em termos percentuais, em termos absolutos continuava a representar muito pouco para uma área tão extensa. O mapa de 1790 indicava um total de apenas 150 habitantes divididos entre a povoação de Albuquerque e o presídio de Coimbra. Em Viseu, no mesmo ano, moravam apenas 77 pessoas

[122] Ver item 4.1. "Luís de Albuquerque: pelo interior da capitania".

e no Arraial de Arraes as 4 famílias residentes contabilizavam somente 29 indivíduos.

Esse facto remete, novamente, para o discurso-base de sustentação da fronteira que também se fundamentava sobre o aumento da população e sobre a criação de povoações. Tal discurso vinha sendo mantido por todos os governadores do Mato Grosso que, a vários níveis, se empenharam no aumento populacional e na instalação de novos povoados. Luís de Albuquerque manteve o discurso mas adaptou uma política de povoamento a uma efectiva política de "**urbanização**". Simplificando, pode dizer-se que ele instrumentalizou de tal modo a criação urbana que fez povoações onde supostamente não haviam povoadores.

Com efeito, o que está em causa com a criação destas "novas povoações" é sempre o território. E é nesse sentido que se pode falar de "urbanização", posto que nenhuma povoação criada valia senão pela sua inserção numa política mais vasta de gestão territorial. Todas são um conjunto que se define pelo seu processo. Luís de Albuquerque pretendeu, concretamente, "urbanizar" o Mato Grosso, no sentido de estabelecer uma estrutura territorial fundada sobre os núcleos urbanos. Não quis simplesmente povoar a região, mas de facto urbanizá-la, ordenando e hierarquizando as relações dentro do território.

A própria relação cidade/campo incluía em si este carácter ordenador. O sustento de cada povoação deveria depender do seu campo, com o cultivo e a criação do gado, ou com o ouro. Mas não havia nenhuma situação de submissão da cidade ao campo, até ao contrário, pois era através do núcleo urbano que se escoaria a produção do campo. A cidade incluía o campo, integrando-o no sistema maior das relações territoriais e das comunicações entre os vários núcleos. Os caminhos, os estruturadores prévios do território antes da própria urbanização, foram novamente chamados a desempenhar o importante papel de estabelecer as ligações entre os novos núcleos. Investiu-se nos caminhos existentes (as vias fluviais e o caminho de Goiás) mas também se procurou garantir algumas conexões que ficavam "em aberto" esperando a hipótese de poderem ser desenvolvidas, como é o caso da ligação entre o alto Paraguai e o Rio Arinos[123].

Mas esta "urbanização" do Mato Grosso fundava-se, sob certos aspectos, debaixo do signo da utopia. Uma utopia do próprio território que se pretendia ver estabelecido pela inter-relação entre as comunidades e pelos fluxos

[123] Ver, mais adiante o cap. 5 "O Território como Herança".

constantes de produtos e de mercadorias. Neste sentido é significativo lembrar a utilização da política do Directório para a criação das povoações de índios, que acabou por funcionar ali, menos como um sistema de "igualdade" para os índios e mais como um mecanismo de "indiferenciação" de um método que antes de tudo pretendia a submissão das pessoas, e do espaço, à uma hierarquia. Uma hierarquia primariamente centrífuga, posto que todos os verdadeiros "centros" efectivos do sistema estavam fora espaço do Mato Grosso. Cada núcleo criado na região, dependia, no fundo, do funcionamento de uma rede que se encontrava quase totalmente fora da capitania. Eram as relações com o Pará, ou com São Paulo, que vinculavam e davam existência ao território. Concretamente, eram as relações com a metrópole que garantiam o funcionamento da rede como um todo. O Mato Grosso era, em si, uma parte dos "domínios de Sua Majestade", e era a pertença a este sistema maior de relações que o definia como território.

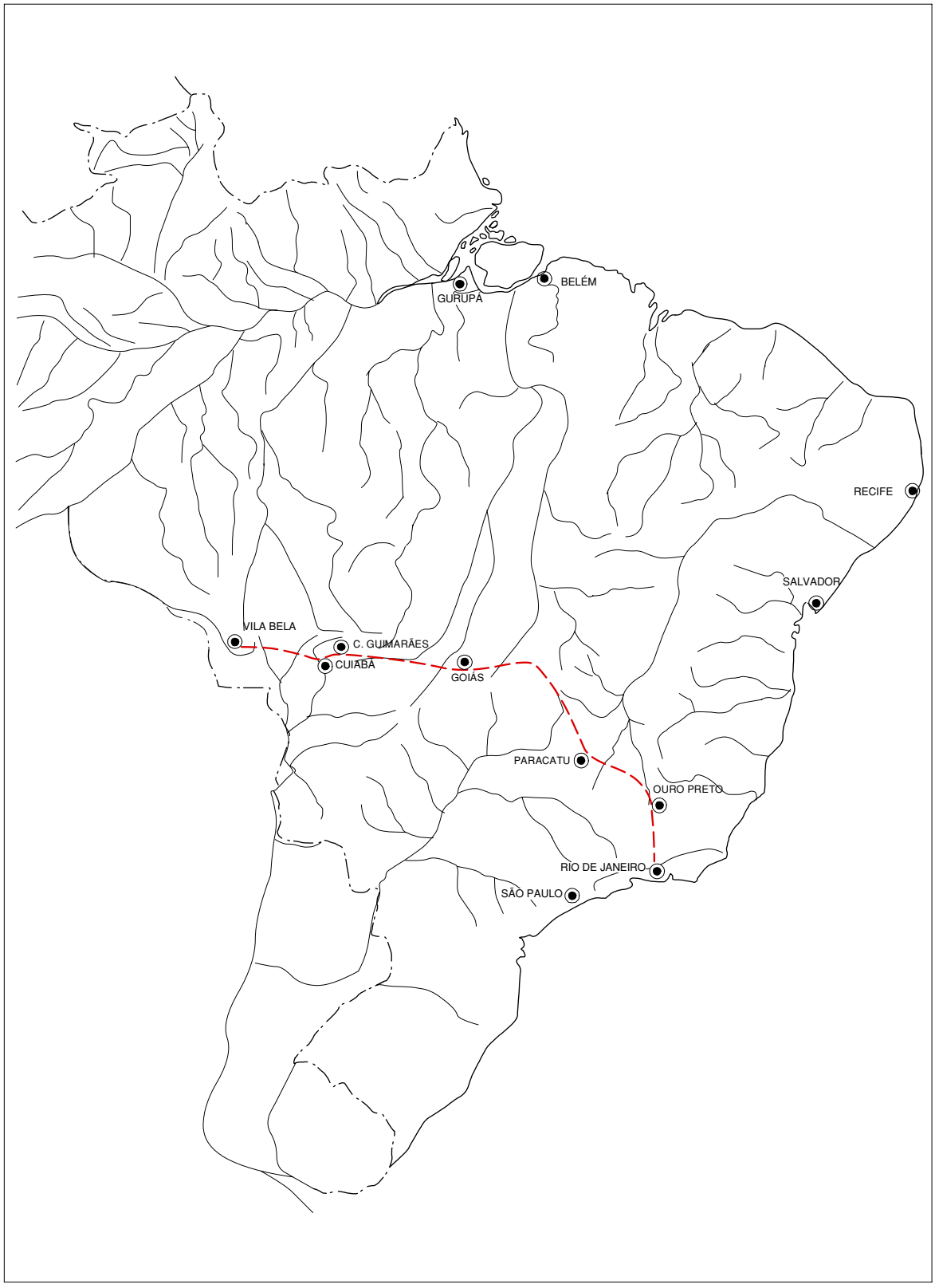
Mas foi durante a administração de Luís de Albuquerque que o território do Mato Grosso, como em nenhuma outra altura, foi tão subordinado a um programa. Programa esse que o via regulado e submetido tanto às razões políticas do tratado de limites como às razões "filosóficas" da geometria prática. Foi ali, mais do que nunca, efectivamente, um "território moderno", no sentido definido por Picon como "*mensurable et pensable en termes aussi bien techiniques qu'économiques*[124]. Pelo mesmo motivo também se poderia dizer que foi também o que o mesmo autor caracterizou como o "território dos engenheiros" do século das Luzes[125]. E foi esse território, que se pretendia idealmente composto e relacionado, que Luís de Albuquerque deixou, praticamente em "herança" ao seu irmão que o veio substituir no governo da capitania.

---

[124] Antoine Picon - *Architects et Ingénieurs au Siècle des Lumières*, Marseille : Parenthèses, 1988, p. 97

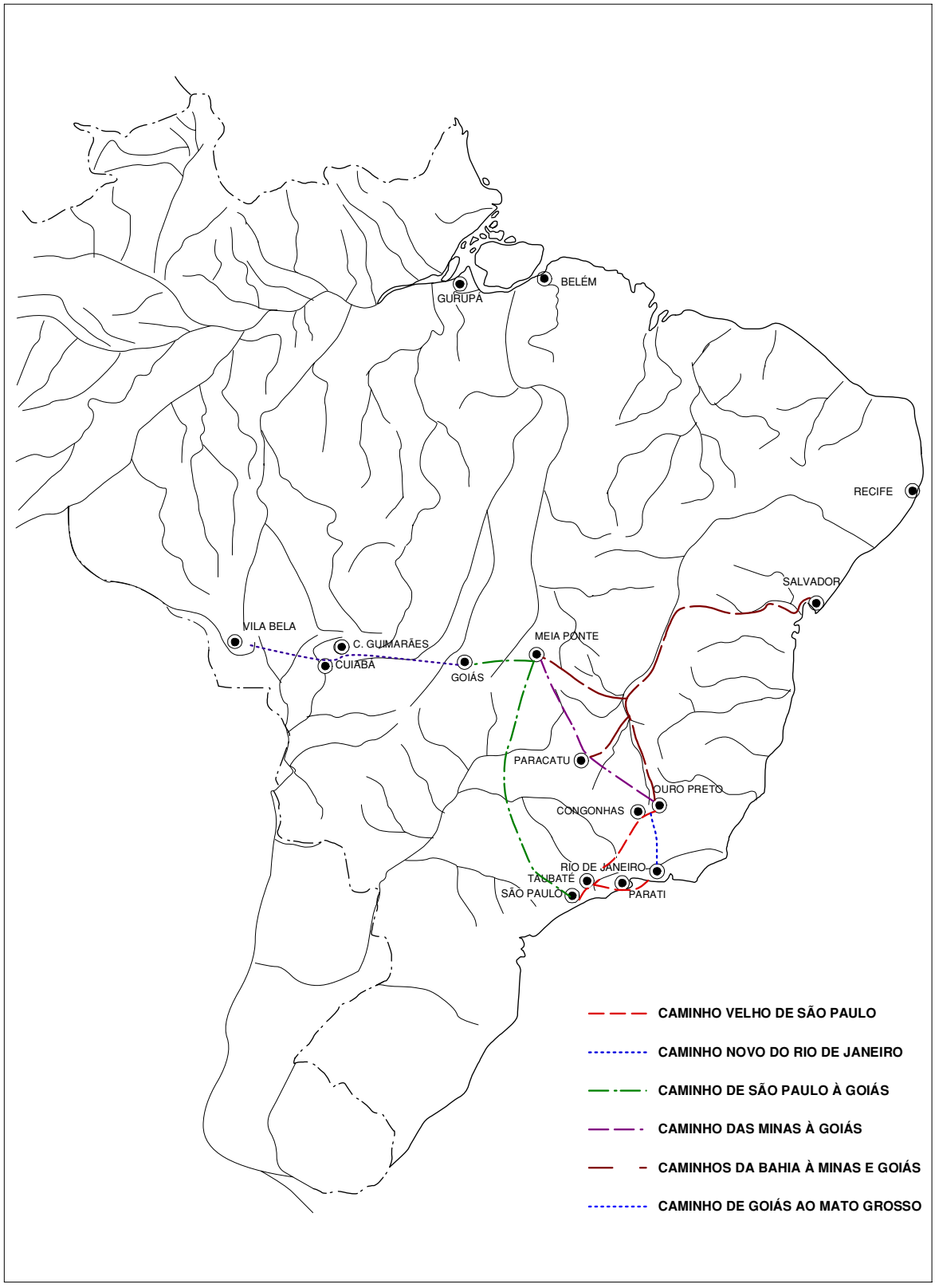
[125] "*Afin de ne pas donner dans l'arbitraire, il doit en outre procéder rationnellement à partir d'un plan general de développement (...). Le territoire concerné par ce plan accède alors a une dimension programmatique. Un dessein global d'aménagement vient s'attacher à combler ses lacunes, a surmenoter son morcellement, a fin de resturer son unité idéale*". Idem, p. 211.

Fig. 9

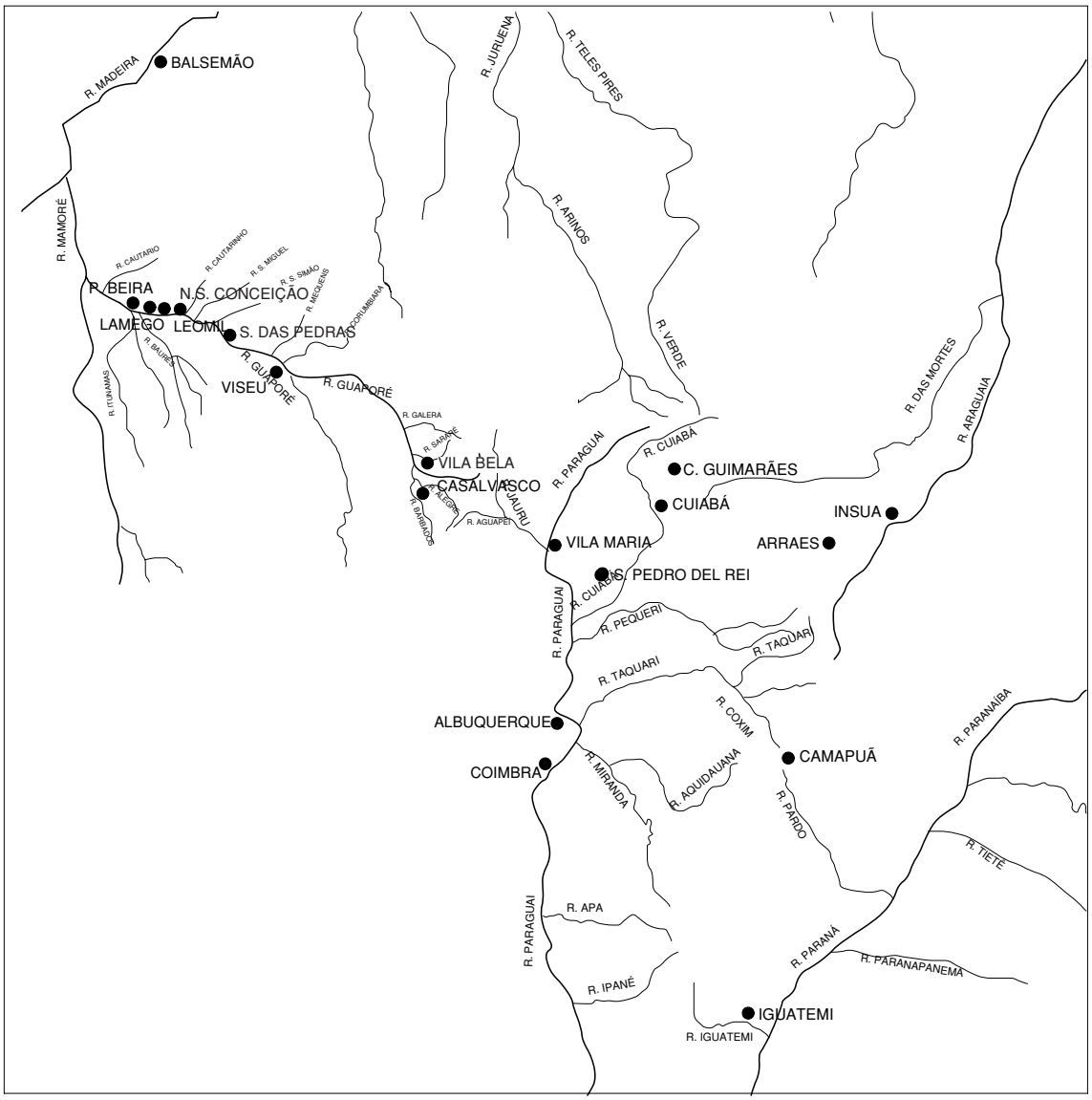


Viagem de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres

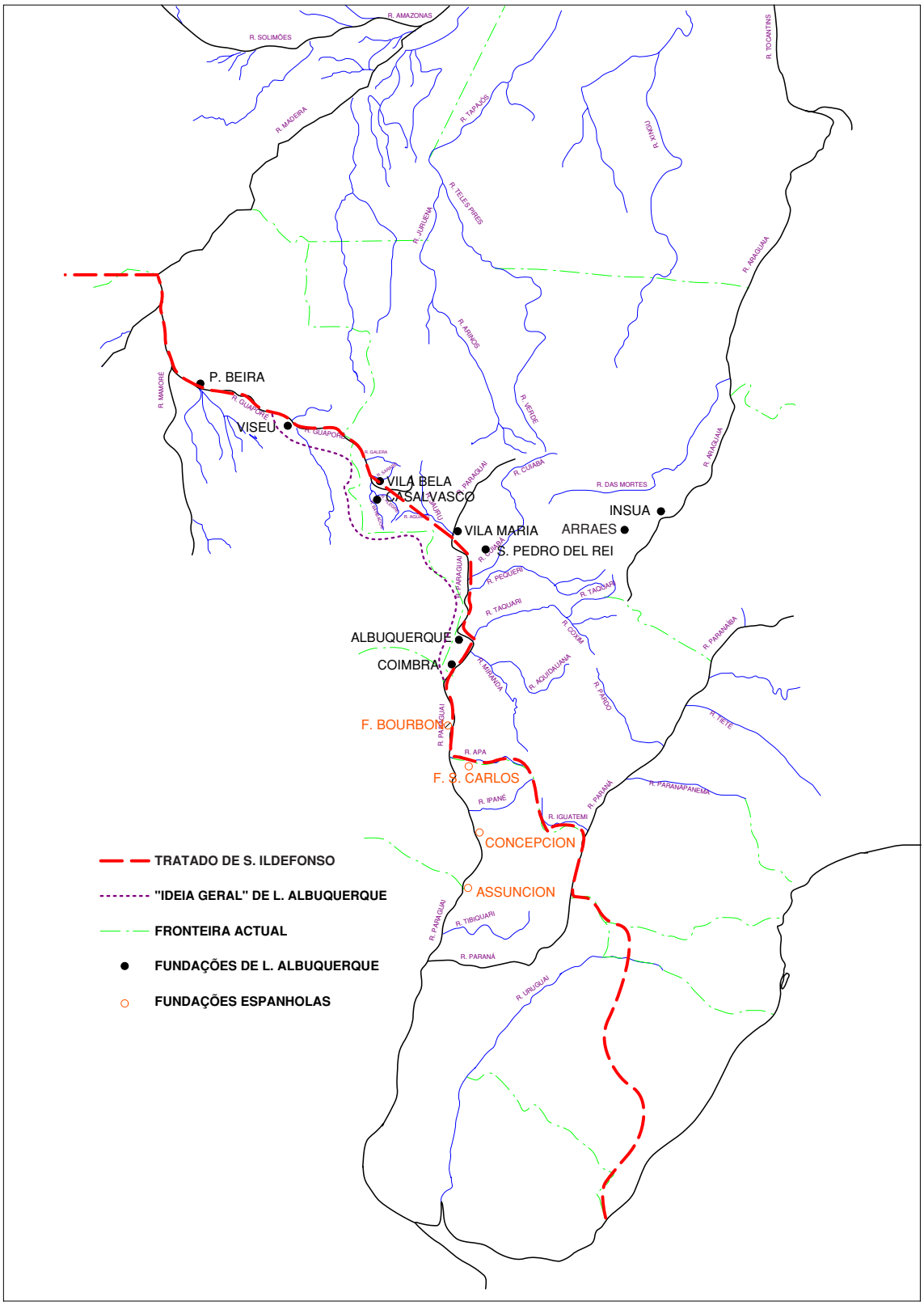
Fig. 10



Percursos interiores



Quadro Urbano da Capitania
Período Luís de Albuquerque 1772 - 1789


R. AMAZONAS
R. SOLIMÕES
R. MADEIRA
R. TAPAJOS
R. XINGU
R. TOCANTINS
R. TELES PIRES
R. JURUENA
R. ARAGUAIA
R. ARINOS
R. GUAPORÉ
R. GUAPORÉ
R. GALERA
R. JAURU
R. PARAGUAI
R. CUIABÁ
R. DAS MORTES
R. ARAGUAIA
R. VERDE
R. PARAGUAI
R. PEQUERI
R. TAQUARI
R. TAQUARI
R. COXIM
R. PARANAIBA
R. MIRANDA
R. AQUIDAUANA
R. PARDO
R. PARAGUAI
R. APA
R. IPANÉ
R. PARANÁ
R. PARANAPANEMA
R. IGUATEMI
R. TIBIQUARI
R. PARAGUAI
R. PARANÁ
R. URUGUAI
P. BEIRA
VISEU
VILA BELA
CASALVASCO
VILA MARIA
S. PEDRO DEL REI
INSUA
ARRAES
ALBUQUERQUE
COIMBRA
F. BOURBON
F. S. CARLOS
CONCEPCION
ASSUNCION
TRATADO DE S. ILDEFONSO
"IDEIA GERAL" DE L. ALBUQUERQUE
FRONTEIRA ACTUAL
FUNDAÇÕES DE L. ALBUQUERQUE
FUNDAÇÕES ESPANHOLAS

Fronteira

Cap. 5.

O Território como Herança

"(...) a mesma Senhora fora servida de não so prescrever que as couzas se conservassem no mesmo identico estado em que eu as deixo, não se inovando couza alguma, nem consentindo que respectivamente se inovasse, em quanto não chegassem as novas ordens que fossem do Real Agrado"[1].

5.1. João de Albuquerque e Caetano Pinto de Miranda Montenegro: Entre a Paz e a Guerra.

As circunstâncias da nomeação de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres para o Mato Grosso têm sido tratadas como uma espécie de sucessão nepótica. Na verdade, menos do que uma situação de favoritismo, tratava-se de um claro desejo de uma estável continuidade. João de Albuquerque deveria não só substituir o irmão como dar sequência ao seu trabalho[2]. O novo governador chegou a Vila Bela em 16 de Outubro de 1789[3]. No dia 20 de Novembro do mesmo ano tomou posse do governo da capitania, recebendo as suas instruções das mãos do irmão que aí permaneceu até Junho de 1790.

As instruções eram claras quanto à manutenção do mesmo "plano e sistema" já desenvolvido por Luís de Albuquerque para a fronteira. Plano esse, que como o próprio João de Albuquerque resumiu demandava "*de modo indispensavel (...) o sustentar, e prover de tudo quanto seja necessario varios Destacamentos, e novas Povoações Limitrofes em Lugares na maior parte remotissimos*"[4].

---

[1] AHU Mato Grosso caixa 24 doc 30 - 8 de Maio de 1790. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro.

[2] Na impossibilidade de João Pereira Caldas assumir o governo da capitania para a qual que estava nomeado, foi o próprio Luís de Albuquerque quem sugeriu o seu irmão. Corrêa Filho cita um trecho da carta do governador endereçada à Martinho de Melo e Castro em que afirma "*Quando vim para esta Capitania, deixei um irmão que hoje deve ser homem; pode substituir-me e o instruirei convenientemente na marcha dos negocios de S. Magestade nesta dilatada fronteira*". Cf. Virgílio Corrêa Filho - *op. cit.*, p. 416.

[3] Nomeado em Outubro de 1788, João de Albuquerque partiu de Lisboa em Novembro do mesmo ano em direcção ao Pará. De Belém partiu para Vila Bela em meados de 1789.

[4] AHU Mato Grosso caixa 24 doc 24 - 21 de Abril de 1790. Carta de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro.

Nas instruções, Luís de Albuquerque reforçava a necessidade de defender a todo o custo o seu projecto da fronteira "*muito a pezar de que algumas das literaes expressoens do Tratado Preliminar de Limites de 1771 o contradizem*"[5]. Comunicava ao seu sucessor que a Corte tinha decidido suspender a partida demarcatória prevista para aquela região. Sugeria ao irmão que caso os espanhóis aparecessem, ou pretendessem retomar as negociações, ele deveria demorar o máximo que pudesse a formação da comissão portuguesa pretextando alguma ordem régia por chegar, ou a falta de algum oficial, garantindo aos comissários que tal demora seria sempre menor do que os "nove anos" que os portugueses tinham estado à espera dos espanhóis.

No final das suas recomendações Luís de Albuquerque anexou uma lista dos documentos necessários à efectiva preparação do irmão. Tratava-se de um conjunto de 35 documentos que, entre a correspondência trocada com os comissários espanhóis e as acções realizadas no Mato Grosso, deveriam fornecer a João de Albuquerque toda a informação necessária para assegurar a continuidade do sistema anteriormente implantado. A "Ideia Geral", "o primeiro e mais principal", encabeçava a lista, a que se seguiam, entre vários outros exemplos, o termo de fundação de Cazal Vasco bem como as instruções passadas aos engenheiros e matemáticos.

Embora, em princípio, estivessem suspensas as demarcações, continuavam as explorações, protagonizadas tanto pelos engenheiros e matemáticos da comissão demarcadora, como pela expedição do Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira, que entretanto chegara ao Mato Grosso, na continuidade da sua "Viagem Filosófica". Tendo partido de Barcelos, no Rio Negro, em 27 de Agosto de 1788, Rodrigues Ferreira chegou a Vila Bela em 3 de Outubro de 1789, poucos dias antes do novo governador da capitania. Os catorze meses decorridos na viagem foram ocupados na exploração e exame da região das cachoeiras do rio Madeira, assim como da área circundante do Forte do Príncipe da Beira no Guaporé e da serra dos Guajarus. Durante esse período, o naturalista e os seus desenhadores adoeceram gravemente e o jardineiro botânico integrante da expedição, Agostinho José do Cabo, acabou mesmo por falecer em Vila Bela.

Apesar de desfalcada de um dos seus membros, a expedição iria ainda prosseguir uma série de explorações no Mato Grosso, especialmente exames

[5] AHU Mato Grosso caixa 24 doc 30 - 8 de Maio de 1790. Instruções deixadas por Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres.

de afloramentos minerais[6]. Mas enquanto Alexandre Rodrigues Ferreira dava continuidade à sua "Viagem Filosófica" prosseguiam as questões relativas às demarcações. Em Outubro de 1790, João de Albuquerque enviou à Corte um conjunto de cartas que trocara com o comissário espanhol, D. Antonio Alvarez de Sotto Maior, e com o Vice-rei de Buenos Aires, D. Nicola de Arredondo, que pretendiam marcar um encontro entre as partidas demarcadoras. As cartas dos representantes da coroa espanhola eram duras. Demandavam a evacuação de todos os pontos ocupados por Portugal à Oeste do rio Paraguai (Coimbra e Albuquerque), assim como também referiam à Casal Vasco e ao Príncipe da Beira, exigindo a sua devolução. O governador do Mato Grosso, para além de defender as possessões portuguesas, informava às autoridades espanholas que tinha sido obrigado a suspender a partida demarcadora e que para restabelece-la necessitava de ordens expressas da Rainha. Protestava ainda que alguns técnicos já não estavam no terreno, e que outros se achavam doentes devendo ser substituídos, assim como necessitava também de materiais e instrumentos. Como argumento final repetia as palavras sugeridas pelo irmão afirmando que "*não obstante todas estas circunstancias, e estorvos que a demora que havera em esperar pelas ordens da minha Soberana, certamente ha de ser muito menor do que a que os Srs Espanhoes tem causado efectivamente a Partida Portugueza*"[7].

Entretanto, como precaução, João de Albuquerque resolveu substituir o comandante do Forte de Coimbra, enviando para ali o engenheiro Joaquim José Ferreira, que deveria reforçar a fortificação e preparar-se para eventuais entradas dos espanhóis. Em Dezembro do mesmo ano o engenheiro informava ao governador sobre a "paz" reinante no presídio, aventando que os espanhóis não estivessem, de facto, com intenções de prosseguir nas demarcações, ou de

---

[6] Em Abril de 1790, Rodrigues Ferreira partiu de Vila Bela para examinar os arraiais próximos da capital, localizados nas Serras de São Vicente e da Bocaina, ocasião em que observou a famosa Gruta das Onças. Seguiu depois para as regiões de Vila Maria do Paraguai e de Cuiabá, também visitando os arraiais vizinhos a estas vilas, entre os quais os da Lavrinha, de Santa Bárbara, de S. Pedro del Rei e o descoberto das Lavras de Cocaes. (Cf. AHU Mato Grosso caixa 24 doc 31 - 17 de Maio de 1790. Carta de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro). Novamente doente, ficou em Cuiabá até o início do ano seguinte. Em Fevereiro de 1791, pode partir de Cuiabá em direcção ao sul da capitania. Através do rios Cuiabá e São Lourenço atingiu o rio Paraguai e alcançou a vila de Albuquerque. Entre Albuquerque e o presídio de Nova Coimbra, para onde se dirigiu depois, realizou uma série de explorações, e visitou uma gruta calcária descoberta anteriormente pelo engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra, que denominou de "Gruta do Inferno". (Cf. AHU Mato Grosso caixa 24 doc 22 - 12 de Abril de 1790. Carta de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro). Explorou também a região dos rios Taquari e Mondego. Voltou a subir o rio Paraguai e depois o Jauru, examinando no caminho a região das lagoas Guaiba Grande, Mearim e Uberaba. A partir do Jauru atingiu o rio Aguapeí e observou o famoso istmo entre os rios Aguapei e Alegre. Daí regressaria a Vila Bela em Junho de 1791. Em 3 de Outubro de 1791, exactamente dois anos depois da sua chegada a Vila Bela, Alexandre Rodrigues Ferreira retornou ao Pará, chegando a Belém no dia 12 de Janeiro de 1792 **(fig. 13)**.

[7] AHU Mato Grosso caixa 24 doc 45 - 12 de Outubro de 1790. Carta de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro. Anexo nº 2, carta de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a D. Antonio Alvares de Sotto Maior, datada de 2 de Julho de 1790.

cobrar por guerra a devolução de Coimbra[8]. O comandante aproveitava para envidar esforços no sentido de garantir a paz também com os índios daquela região, estabelecendo contactos e negociações com os chefes guaycurus.

Durante a primeira metade do ano de 1791 a remessa de cartas pelas autoridades espanholas atingiu o seu auge. João de Albuquerque mantinha o discurso sobre a legalidade das posses portugueses, alegando serem anteriores à discussão do Tratado, e insistia na impossibilidade de marcar nova partida sem ordens régias. Em Agosto de 1791, os espanhóis mandaram buscar os seus instrumentos que estavam em Casal Vasco desde 1784[9], e o comissário retirou-se para Santa Cruz de la Sierra, aguardando a reorganização da partida portuguesa, o que não chegaria a ocorrer[10].

Também em Agosto de 1791, os esforços de Joaquim José Ferreira lograram obter a assinatura de um acordo de paz com dois chefes guaycurus. Tratavam-se dos caciques Emavidi Chaué e Queima que foram a Vila Bela e se fizeram baptizar com os nomes de Paulo Joaquim José Ferreira e João Queima de Albuquerque, homenageando respectivamente o engenheiro e o governador. O termo de paz foi assinado solenemente na mesma ocasião do baptismo[11].

O ano de 1792 decorreu sob o signo de "explorações" recíprocas feitas tanto por portugueses como por espanhóis, com sucessivos, embora cautelosos, avanços de ambas as partes. João de Albuquerque enviara dois oficiais militares, para "adquirir notícias" das intenções e avanços dos espanhóis na região do Paraguai. Em Março de 1792, regressavam os oficiais com as informações pretendidas[12]. Aparentemente, as intenções não eram de modo algum bélicas, mas, para além de Vila Real (fundada em 1773) os espanhóis tinham criado uma outra povoação no Paraguai um pouco acima da foz rio Ipané. Ambas as povoações ficavam na margem "esquerda" do rio, o que implicava uma lógica similar a que tinha sido usada pelos portugueses ao fundar as suas povoações na margem "direita". Mas o mais significativo para os portugueses, que pretendiam ter o rio Ipané como linha de fronteira, era o facto de ambas as povoações espanholas terem sido fundas acima da foz, procurando impedir que aquele rio

---

[8] Cf. AHU Mato Grosso caixa 24 doc 55 - 22 de Dezembro de 1790. Carta de Joaquim José Ferreira a João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres.

[9] Ver nota 117 do cap. 4. Os instrumentos foram entregues ao delegado espanhol por Ricardo Franco de Almeida Serra.

[10] Cf. Virgílio Corrêa Filho - *op. cit.*, p. 419.

[11] Cf. AHU Mato Grosso caixa 25 doc 38 - 20 de Outubro de 1791. Carta de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro.

[12] O comandante da expedição era o cabo de Dragões João d'Almeida, que desenhou um mapa do rio com todas as indicações pedidas. Ver Inventário Iconográfico nº 136.

pudesse servir de raia **(fig. 14)**. E não só, as informações obtidas pelos oficias indicavam que havia intenções por parte das autoridades espanholas de fundar algumas fazendas de gado e mais uma nova vila, também na margem oriental do Paraguai, mais acima ainda das outras duas.

Perante esse quadro, Joaquim José Ferreira pensou em instalar um destacamento no local onde os espanhóis queriam fundar a nova vila no rio Paraguai, de modo a impedir aquela acção. Procurando não aumentar as áreas de conflito o governador ordenou a suspensão do envio da patrulha. Ao mesmo tempo, enviou ao governador do Paraguai uma carta afirmando o seu conhecimento do projecto espanhol e procurando dissuadi-lo da sua execução[13].

Francisco Rodrigues do Prado, o furriel encarregado da entrega da correspondência ao governador do Paraguai, regressou da sua viagem com "boas" notícias. Relatava ter sido muito bem recebido em Vila Real, tendo sido inclusive convidado a participar de um sarau. Em nenhum momento lhe pareceu que os vizinhos tivessem qualquer intenção guerreira, ou que sequer tivessem condições efectivas de ataque ou defesa. Segundo a sua descrição, Vila Real não oferecia qualquer perigo aos portugueses embora chamasse a atenção de que a margem setentrional do rio Ipané se encontrava, de facto, ocupada por muitas fazendas espanholas[14]. Segundo o furriel as novas povoações que estes pensavam fazer tinham como objectivo facilitar a comunicação de Chiquitos com o Paraguai, e nada mais do que disso. Mas o mais significativo é o à vontade com que expressou o resultado principal das suas inquirições dizendo que perguntara a um português que aí vivia quais eram as intenções dos espanhóis relativamente aos portugueses, ao que este terá respondido, "*que so meditavão contrabando, e nada de guerras*"[15].

Tal versão "pacífica e contrabandista" foi aceite pelo governador do Mato Grosso[16], tanto mais que o governador do Paraguai comprometera-se

---

[13] Cf. AHU Mato Grosso caixa 26 doc 2 - 9 de Janeiro de 1792. Carta de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Joaquim José Ferreira datada de 10 de Março de 1792.

[14] AHU Mato Grosso caixa 26 doc 16 - 30 de Maio de 1792. Carta de Francisco Rodrigues do Prado a João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. "*Villa Real hê huma piquena Povoação que não chega a ter vinte cazas todas de palha, maz, e fraquissimas, com ellas fazem huma praça quadrada, tem huma igreja ja escorada: esta situada a 25º graus na margem oriental do rio Paraguai, sinco legoas acima da foz do Ipanê.*"

[15] Idem.

[16] Em carta enviada a Joaquim José Ferreira, João de Albuquerque comentou a "perspicácia" do furriel quanto a importância do contrabando para os espanhóis, admitindo inclusive que a visita de um oficial de milícias espanhol ao presídio de Coimbra tivesse efectivamente mais intentos de comércio ilícito que de guerra. Tratava-se de José Antonio Zavalla y Delgadillo, sobre quem o governador dizia que "*ele mostra ter muito menos instrução na profissão Militar, do que na de contrabandista, não deixando eu de ter alcançado de que os espanhoes com o projecto em que tanto se empenham de abrirem uma comunicação pelo Paraguay, com a sua provincia de Chiquitos, não so tem em mira o conseguirem esta grande ventagem de se poderem comunicar, e traficar com a mesma provincia, e fazello muito mais*

perante o furriel a suspender o projecto de fundação da nova povoação. Assim, em Junho de 1792, João de Albuquerque comunicou à Corte que tinha decidido diminuir os destacamentos de Coimbra e Albuquerque, poupando à Fazenda Real gastos desnecessários, e que tinha preferido encarregar o comandante do presídio de outras diligências, nomeadamente a exploração do Rio Mondego, e o contacto com os índios guaycurus no intuito de conservar a amizade dos índios e manter a paz.

Com efeito, desde a celebração do tratado com os caciques guaycurus tinham diminuído consideravelmente as investidas indígenas à região. No entanto a "paz" efectiva não foi um processo simples. Pouco tempo depois da assinatura do termo de paz ocorreu um grande ataque à fazenda de Camapoã gerando dúvidas quanto à possibilidade dos índios cumprirem o acordo firmado. Mas a garantia dada pelos chefes de que tinham sido outras tribos as responsáveis pela investida fizeram retomar o sentido da aliança estabelecida em Vila Bela[17].

Uma vez mais, este incidente é revelador da complexidade da questão indígena no processo da fronteira. Como vimos, os mbayá-guaycuru[18] representavam uma parcela significativa do vasto mosaico cultural que a área do Mato Grosso apresentava em termos da ocupação indígena, pois exerciam um domínio incontestado na região do rio Paraguai[19]. Do mesmo grupo faziam parte diversas tribos que se encontravam espalhadas desde a zona do Gran

---

comodamente com o Peru, mas tambem não fica incognito que hum dos seus principaes fins, he sem duvida o verem se nos podem introduzir nesta capitania os muitos e diferentes generos de fazendas secas e molhadas da Europa, que com muita facilidade, e em grandes embarcações podem conduzir de Buenos Ayres, para furtivamente as venderem nesta fronteira por muito menos do que as podem vender os negociantes que com grande trabalho, demora, e despeza as conduzem da Cidade do Pará, Bahia, Ryo de Janeiro e S. Paulo. (...) o seu intento seja introduzir os ditos generos e fazendas, para sacarem o ouro destas Minas, nem deste Paiz querem outra cousa (...)" Cf. AHU Mato Grosso caixa 26 doc 16 - 30 de Maio de 1792. carta de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Joaquim José Ferreira, datada de 4 de Junho de 1792.

[17] O próprio João de Albuquerque afiançava que não podiam ter sido os índios "amigos" os responsáveis pelo ataque, posto que os seus chefes se encontravam na altura em Vila Bela. Cf. AHU Mato Grosso caixa 26 doc 16 - 30 de Maio de 1792.

[18] Os guaranis identificavam por guaycurus todas as tribos de caçadores-colectores da região do Paraguai. O mesmo designativo passou a abranger os povos da família linguística mbayá, provenientes da região dos pampas, provavelmente originários da Patagónia. Cf. Silvia Selanuziger Carvalho - *Chaco: Encruzilhada de povos e "melting pot " cultural* , in "História dos Índios no Brasil, São Paulo : Companhia das Letras; SMC; Fapesp, 1992, p. 467.

[19] Existiam, desde antes da colonização, relações de vassalagem entre os vários grupos indígenas da região. Os Mbayá-guaycuru gozavam já de uma situação de suserania sobre outras tribos que foi sensivelmente reforçada depois da chegada dos colonizadores e da adopção do cavalo por aqueles índios. O aumento do seu poder de locomoção permitiu-lhes um raio de acção maior e deu-lhes uma capacidade de resistência relativamente aos colonizadores que outros grupos raras vezes alcançavam. Deste modo, tribos indígenas agricultoras e menos apetrechadas para o combate aos colonizadores, passaram a aceitar a protecção dos grupos equestres que, pela sua mobilidade, estavam também mais habilitados a servirem de intermediários nas trocas de produtos europeus e indígenas entre as tribos. Tal sujeição não era, necessariamente, de cariz violento. Na relação dos guaycurus com os índios "guaná", por exemplo, os "senhores" cavaleiros estavam moralmente obrigados a presentear os chefes guanás aquando das visitas que lhes faziam. Cf. Cf. Silvia Selanuziger Carvalho - *op. cit.*, p. 467.

Chaco, nos territórios espanhóis, até a região que é hoje identificada pelo pantanal matogrossense, no Brasil. Responsáveis pelos mais devastadores ataques perpetrados aos colonizadores, os guaycurus eram igualmente temidos por espanhóis e por portugueses. No entanto, no caso da ocupação espanhola, a animosidade com os guaycurus era acrescida pela aliança implícita dos espanhóis com os guaranis que desde o início da colonização tinham sido mais permeáveis à missionação e que constituíam o maior contingente numérico das aldeias e reduções espanholas daquela região. Os guaranis antagonizavam os guaycurus já antes da ocupação colonial. A sua "integração" nas hostes espanholas não só provocava maior agressividade por parte dos guaycurus, como, eventualmente, os próprios guaranis também exigiam dos espanhóis as "expedições punitivas" que se faziam contra aqueles índios, nas quais participavam de bom grado.

Acrescida de todos estes factores, a aversão dos guaycurus aos espanhóis era maior do que a hostilidade que, naturalmente, também tinham aos portugueses. Desde os anos 60 vinham aumentando as investidas espanholas contra os guaycurus. Acossados entre uns e outros, os índios preferiram aliar-se aos portugueses, desencadeando assim a assinatura do termo de paz. Não foram efectivamente todos os grupos que procuraram a aliança com os portugueses, dando azo aos episódios de desconfiança a que antes ser referiu. Mas, como continuaram as expedições militares dos espanhóis contra os guaycurus, estes, progressivamente, foram se instalando sob a protecção dos portugueses, no lado oriental do rio Paraguai[20]. Evidentemente que tal situação agradava aos militares portugueses que tudo fizeram para garantir a amizade dos índios, que passaram a ser uma peça chave na disputa pelo território, tanto por ocuparem as áreas de fronteira com os seus aldeamentos, como pelos próprios ataques que faziam aos espanhóis.

No entanto, do lado espanhol também existiam alianças firmadas com outros grupos indígenas que serviam os mesmos propósitos e interesses. Em 1754, o governador do Paraguai assinara um acordo de paz com os índios payaguás, então chefiados por Epilig Iyegí, filho de um cacique mbayá e de uma índia payaguá. Em 1766, outros grupos payaguás pediram asilo na redução de Belém, na foz do Itatin, onde foram naturalmente bem acolhidos pelos espanhóis[21]. As circunstâncias e intenções desse acordo eram certamente similares às já desenvolvidas entre os portugueses e os guaycurus.

---

[20] A partir de 1796 os Utadéo, os Eujuco, os Cadivéo e outras hordas transferiram-se para as vizinhanças de Albuquerque enquanto outros passaram para a região do rio Mondego, onde se tinha construído o presídio de Miranda, como adiante se verá. Cf. Silvia Selanuziger Carvalho - *op. cit.*, p. 468.

[21] Cf. Silvia Selanuziger Carvalho - *op. cit.*, p. 466.

Mutatis mutandis, os processos empregues nos dois lados da fronteira aproximavam-se tanto nos interesses quanto nos métodos utilizados. De tal modo que, em Setembro de 1793, João de Albuquerque voltava a comunicar à Corte que, a despeito das repetidas e "falsas desculpas" apresentadas pelo governador do Paraguai de que não avançaria com novas povoações na fronteira, tinha de facto avançado e construído uma estacada, o forte Bourbon[22], na margem ocidental do Paraguai, no sítio conhecido pelos portugueses como morro de Miguel José[23]. De acordo com os índios guaycurus, além desse, os espanhóis tinham ainda intenção de construir um outro forte, um pouco baixo do verdadeiro Fecho de Morros.

Confirmada a fundação do Forte de Bourbon, em 1792, e depois dele de um outro fortim no rio Apa[24], em 1795, e de uma série de estâncias de gado localizadas nas proximidades da fronteira, João de Albuquerque redobrou as preocupações. O discurso da defesa do Brasil voltava a estar presente nas suas argumentações. Em Julho de 1795 escrevia à Corte pedindo o auxílio de Goiás, afirmando que era crucial defender a "importante" capitania do Mato Grosso "*por ser huma amplissima barreira, que fecha, e circunda as mais capitanias internas do Brazil, guardando em si riquissimos, e ainda não tocados sertões*"[25].

Para além das eventuais riquezas, os "sertões" do Mato Grosso, guardavam também os escravos fugitivos. No ano de 1795, o governador ordenou que se fizesse uma expedição punitiva aos vários quilombos que se encontravam localizados na região dos rios Branco, Galera e Sararé, ou seja, na área dos arraiais de mineração primitivamente identificados como "arraiais do Mato Grosso". A expedição, capitaneada por Francisco Pedro de Mello, procurava não apenas escravos mas também ouro e a ambos encontrou. A bandeira desmantelou o que restava do "Quilombo do Piolho" e do "Quilombo da Mutuca" apreendendo cerca de 83 indivíduos que foram levados para Vila Bela[26].

---

[22] O Forte foi instalado em Fevereiro de 1792 pelo comandante de cavalaria de Assunção do Paraguai, o tenente-coronel José António Zavalla y Delgadillo, o mesmo que João de Albuquerque tomara por "contrabandista" (ver nota 25 deste capítulo). O Forte era de pau-a-pique, com quartéis, corpo de guarda, armazéns, prisão e dependências. Cf. Alberto de Paula - *Las ciudades fortificadas y el territorio en le cono sur americano (1527 a 1810)*, in " Estudios sobre Urbanismo Ibero-americano . Siglos XVI al XVIII". Sevilha : Junta de Andalucia, Consejeria de Cultura, Asesoria Quinto Centenario, 1990, p. 396.

[23] Cf. AHU Mato Grosso caixa 26 doc 47 - 1 de Setembro de 1793. Carta de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro.

[24] Trata-se do forte de São Carlos, no rio Apa. O Forte de Bourbon tomaria depois o nome de Forte Olimpo.

[25] AHU Mato Grosso caixa 27 doc 32 - 28 de Julho de 1795. Carta de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro.

[26] Cf. AHU Mato Grosso caixa 27 doc 57 - 30 de Dezembro de 1795.

Na verdade, a maioria dos habitantes desses quilombos eram índios e mestiços que conviviam com os escravos fugidos, com quem tinham aprendido português e tinham sido iniciados nas práticas religiosas cristãs. Os escravos eram os líderes da comunidade, que para além de cultivos dispunha ainda de teares[27]. Devolvidos os escravos aos seus proprietários, os índios foram baptizados e constrangidos a formar uma nova povoação, identificada por **Aldeia Carlota**, claramente em homenagem à princesa, localizada no mesmo lugar do quilombo destruído.

A notificação deste empreendimento à Corte é um dos últimos actos da administração de João de Albuquerque. Em 30 de Dezembro de 1795 comunicava o êxito da expedição afirmando terem dela resultado pelo menos três utilidades: o reconhecimento da fertilidade daquelas terras, o estabelecimento de uma povoação que facilitava a comunicação entre Vila Bela e o Príncipe da Beira e a identificação de novas jazidas minerais na área[28].

A Aldeia Carlota foi a única criação urbana do período de João de Albuquerque. Em 28 de Fevereiro de 1796 o governador morreu em Vila Bela, provavelmente vítima de malária. O governo da capitania foi entregue provisoriamente a uma Junta formada pelo ouvidor António da Silva do Amaral, pelo tenente-coronel engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra e pelo vereador mais velho, Marcelino Ribeiro[29]. Já á caminho estava o novo governador, Caetano Pinto de Miranda Montenegro.

Nomeado desde Setembro de 1795, Caetano Pinto de Miranda Montenegro apenas chegou à Cuiabá um ano depois. Assumiu oficialmente o governo, em Vila Bela, em 6 de Novembro de 1796. Era o primeiro "doutor" a governar do Mato Grosso, depois dos vários militares. Pouco antes da sua nomeação formara-se em Direito, em Coimbra.

Em Outubro de 1796 quando ainda estava em Cuiabá, o governador recebeu uma proposta do capitão Francisco Rodrigues do Prado, o

---

[27] AHU Mato Grosso caixa 27 doc 57 - 30 de Dezembro de 1795. *Diário da Deligencia que por ordem do Ilmo e Exmo Sr. João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso, se fez no ano de 1795, a fim de destruirem varios quilombos e buscar alguns lugares em que houvesse ouro. (...) "Destes escravos so se acharam seis vivos prezentemente, os quaes erão os Regentes, Padres, Medicos, pais e avos do pequeno povo que formava o actual quilombo, cituado em hum belissimo terreno, muito superior tanto na qualidade das terras, como nas altas e frondosas matarias, a excelentes e actualmente cultivadas margens dos rios Galera, Sarare e Guapore, abundante de caça e o rio de muito peixe (...) A bandeira achou no quilombo grandes plantações de milho, feijão, favas, mandioca, manduin, batatas, caraz e outras raizes, aboboras, fumo, galinhas, e algodão de que fazião pannos grossos, e fortissimos com que se cobriam".*

[28] AHU Mato Grosso caixa 28 doc 1 - 30 de Dezembro de 1795. Carta de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro.

[29] Cf. Virgílio Corrêa - *op. cit.*, p. 423.

comandante do Forte de Coimbra[30]. O projecto pretendia o estabelecimento de uma nova vila para alojar os índios guaycurus e guanás que, excepcionalmente, se achavam na disposição de formar uma única povoação com as duas tribos. As circunstâncias eram de facto especiais[31]. O capitão guaycuru Paulo Joaquim, um dos que tinha assinado o termo de paz com os portugueses, casara-se com uma índia guaná a quem "quase adorava", segundo Rodrigues do Prado. Em Março de 1796, um grupo de guanás, fugindo às perseguições dos espanhóis, tinha pedido auxílio no forte de Coimbra, e Rodrigues do Prado conseguira que fossem recebidos pelos guaycurus, formando um único aldeamento. O conjunto dos habitantes das duas tribos alcançava cerca de 1.000 pessoas e era com estes povoadores, e com mais metade da guarnição do forte, que Rodrigues do Prado requeria que se fizesse uma nova vila, nas imediações de Albuquerque, onde os índios já estavam acampados. O ânimo dos índios para este estabelecimento crescera especialmente depois de, em Maio do mesmo ano, terem sido atacadas pelos espanhóis duas aldeias de guaycurus localizadas nas proximidades do Fecho de Morros. Nesse ataque tinha morrido o capitão João Queima de Albuquerque, o outro chefe que assinara o acordo de paz com os portugueses. Rodrigues do Prado garantia ao novo governador que o tratado de Limites não deveria causar nenhum obstáculo à instalação da nova povoação posto que os espanhóis tinham dado o "exemplo" com a fundação do Forte de Bourbon e de S. Carlos, no rio Apa e que continuavam a estabelecer fazendas na região[32] **(fig. 14)**.

Antes de tomar uma decisão, Caetano Pinto de Miranda Montenegro pediu o parecer de Ricardo Franco de Almeida Serra sobre o assunto. O engenheiro defendia a ideia da nova povoação mas não no terreno sugerido, entre Coimbra e Albuquerque. Alegava, entra outras razões, que fundar mais uma povoação na margem ocidental do Paraguai, naquela altura, só motivaria os espanhóis a continuarem a lutar pela área, onde já vinham instalando novos fortes. Também o facto de se tratar de uma povoação com Guaycurus, seus inimigos, dificultaria ainda mais as hipóteses de negociação, posto que poderiam alegar que os portugueses davam protecção aos seus furtos. Sugeriu então que a povoação fosse feita em outro terreno, no rio Mondego[33],

---

[30] Francisco Rodrigues do Prado assumiu o comando do forte quando José Joaquim Ferreira voltou para a Corte. Desde pelo menos 1793 que o engenheiro já se encontrava em Belém, partindo depois dali para Lisboa.

[31] Já se referiu que os guanás eram tribos, de certo modo, vassalas dos guaycurus (ver nota 19 deste capítulo). De todos os modos, a anuência para a formação de uma aldeia conjunta não era uma situação simples e implicava uma grande concessão por parte de ambos os grupos.

[32] Cf. AHU Mato Grosso caixa 28 doc 18 - 17 de Outubro de 1796. Carta de Francisco Rodrigues do Prado a Caetano Pinto de Miranda Montenegro datada de 22 de Julho de 1796.

[33] O Mondego era o mesmo rio Mbotetei. Hoje chama-se rio Miranda.

salvaguardando a zona da passagem de Camapoã e contando ainda com outras vantagens[34].

Ouvidos os dois oficiais, Caetano Pinto de Miranda Montenegro comunicou à Corte, em Abril de 1797, o resultado das ponderações sobre a nova povoação. Em princípio, optava pelo parecer de Ricardo Franco, ainda que soubesse a repugnância que causava aos índios uma mudança de lugar, tendo estes dito que só se mudariam se também se transferisse o forte e a guarnição portuguesa[35]. Em Julho do mesmo ano, o governador decidiu passar o comando da região do rio Paraguai para Ricardo Franco de Almeida Serra. Suspendeu entretanto o projecto da nova povoação aguardando que amainassem as tensões provocadas pelos assaltos dos guaycurus às instalações espanholas[36].

Entre Maio e Outubro de 1797 o comandante do presídio de Coimbra recebeu três "visitas" de oficiais espanhóis que insistiam em reivindicar a sua evacuação e que justificavam a sua perseguição aos guaycurus pelos assaltos que os índios lhes tinham feito[37]. O governador manteve o discurso de que o forte tinha sido feito antes do Tratado e que o seu objectivo primordial também tinha sido o defender a capitania dos ataques dos índios. O clima na fronteira era tenso. Às voltas com o perigo da guerra, Caetano Pinto de Miranda decidiu-se então a reforçar as defesas de Coimbra e a dar continuidade ao fortim iniciado no rio Mondego, que denominou de Presídio de Miranda, assim como resolveu também fortificar a povoação de Albuquerque. Enquanto Ricardo Franco permanecia em Coimbra reparando as defesas da fortificação, Francisco Rodrigues do Prado foi enviado para a região do rio Mondego para fundar uma estacada defensiva.

Tomados os cuidados possíveis no sentido de precaver a guerra, o doutor Caetano voltou-se para a gestão interna da capitania. Nos anos de 1798 e 1799 decorreram acções dos mais variados tipos que revelam os diversificados

---

[34] Cf. AHU Mato Grosso caixa 28 doc 18 - 17 de Outubro de 1796. Carta de Caetano Pinto de Miranda Montenegro a Francisco Rodrigues do Prado datada de 17 de Outubro de 1796; Carta de Ricardo Franco de Almeida Serra a Caetano Pinto de Miranda Montenegro datada de 27 de Março de 1797. Como era uma área menos habitada, e claramente uma região de ocupação indígena, a região do Mondego parecia ao engenheiro mais "segura" para alojar os guaycurus. Aproveitava-se a sua disposição de ajudar os portugueses e evitavam-se os riscos das expedições punitivas dos espanhóis que visando supostamente os índios acabassem por atacar as áreas de maior interesse na fronteira, como era a do rio Paraguai.

[35] Cf. AHU Mato Grosso caixa 28 doc 18 - 17 de Outubro de 1796. Carta de Caetano Pinto de Miranda Montenegro a Luís Pinto de Souza Coutinho, datada de 17 de Abril de 1797.

[36] Cf. AHU Mato Grosso caixa 28 doc 41 - 2 de Julho de 1797. Carta de Caetano Pinto de Miranda Montenegro a Ricardo Franco de Almeida Serra.

[37] Cf. Virgílio Corrêa - *op. cit.* , p. 424.

interesses do governador, em especial no que diz respeito ao desenvolvimento da "História Natural" no Mato Grosso[38].

Preocupado com a arrecadação fiscal da capitania, o governador elaborou um projecto "*para aumentar e proporcionar a receita da Fazenda Real da Capitania de Mato Grosso e a sua Despeza*"[39] Nesse documento propôs pela primeira vez que se transferisse a capital de Vila Bela para Cuiabá, ou para Vila Maria, embora adiantasse que tal só poderia ocorrer depois de concluídas as demarcações. Sob certos aspectos, a visão de Miranda Montenegro sobre as fundações da fronteira correspondiam quase unicamente à uma noção militarizada do urbanismo, vendo-as efectivamente mais como fortes do que como cidades. Argumentava inclusive que, dado que serviam à defesa da fronteira, essas fundações também deveriam ser "sustentadas" pelas verbas destinadas às demarcações[40]. Não deixava de ser de certo modo crítico relativamente às fundações de Luís de Albuquerque afirmando que no seu governo "*não sei se politica, ou impoliticamente se abrirão e franquearão novas portas para esta Capitania, havendo tão pouco quem as guardasse*"[41].

Uma nova "porta" entretanto passara a existir durante a sua própria administração: **o presídio de Miranda**. Deu-se início à sua construção no final de 1797 tendo sido inaugurado no dia 3 de Novembro desse ano. Em Julho de 1798 o governador enviou para a Corte a planta do presídio, executada por Francisco Rodrigues do Prado[42]. Quanto ao estabelecimento da nova povoação de índios, já então se pensava que os guaycurus deveriam ser aldeados nas proximidades do novo presídio, enquanto os guanás deveriam ser transferidos para Vila Maria do Paraguai. Por um lado, a convivência entre as tribos não se revelara tão pacífica quanto o esperado. Os guanás sentiam-se oprimidos pelos guaycurus e foram eles a reivindicar a transferência. Por outro lado, mantinham-se as dificuldades para um efectivo processo de paz com os índios. Os espanhóis

---

[38] Voltaremos a referir a este aspecto da administração de Miranda Montenegro no cap. 11 "Formação e Informação: A Ciência Pragmática do Estado".

[39] AHU Mato Grosso caixa 30 doc 25 - 18 de Julho de 1798. Carta de Caetano Pinto de Miranda Montenegro a D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

[40] O que também era, evidentemente, um argumento para pedir que continuassem a vir os subsídios de Goiás para sustentar os gastos da capitania. "*Enquanto durassem as Demarcações e as suas dependencias, determinou a mesma Senhora, que alem dos trezentos marcos do subsidio anual, fosse assistida esta capitania com mais vinte contos de reis por ano. As dependencias das ditas Demarcações ainda existem , porque Casalvasco, Coimbra, Albuquerque, e o novo Presidio de Miranda , que fui obrigado a fazer antes que os espanhois se apoderassem daquele terreno, como pretendião, não tem outro objecto, fazendo todos uma grande despeza.*" AHU Mato Grosso caixa 30 doc 25 - 18 de Julho de 1798. Carta de Caetano Pinto de Miranda Montenegro a D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

[41] AHU Mato Grosso caixa 30 doc 56 - 29 de Dezembro de 1798. Carta de Caetano Pinto de Miranda Montenegro a D. Rodrigo de Souza Coutinho.

[42] Cf. AHU Mato Grosso caixa 30 doc 29 - 23 de Julho de 1798. Carta de Caetano Pinto de Miranda Montenegro a D. Rodrigo de Souza Coutinho.

tinham todo o empenho em abalar a "amizade" dos guaycurus com os portugueses. Também eles tinham feito "as pazes" com outro grupo guaycuru que habitava nas proximidades do Forte de Bourbon, na "Aldeia do capitão Negro"[43]. Na opinião do governador, os espanhóis utilizavam emissários dessa aldeia para indispor os outros índios contra os portugueses[44].

Concomitantemente, a Corte insistia na necessidade de não descuidar a comunicação entre o Mato Grosso e o Pará e voltava a ordenar que se fizesse uma povoação nas cachoeiras do rio Madeira. Caetano Pinto de Miranda Montenegro deveria entrar em acordo com o governador do Pará, Francisco de Sousa Coutinho, que se encarregaria de enviar povoadores para o local, enquanto do Mato Grosso se mandaria um engenheiro para a execução da nova povoação[45]. Em 1799, o governador afirmava que a despeito de estar programada há um ano tinha sido impossível até então realizar a expedição ao rio Madeira. Referia-se à crónica falta de meios pecuniários da capitania. Por essa razão, tinha insistido com o governador de Goiás para continuar a mandar o subsídio mas não obtivera qualquer resultado. Afirmava ainda que faria uso da herança de João de Albuquerque para financiar a expedição alegando que "*aos seus herdeiros toda a referida herança lhes faria menos falta, do que a qualquer morador destas minas mil oitavas*"[46]. Mas ainda assim, o projecto da povoação não teve o seguimento esperado. No ano seguinte o governador voltou a comunicar à Corte que ainda não tinham vindo do Pará os casais destinados à nova vila[47] e que o engenheiro Ricardo Franco também não poderia passar ao rio Madeira enquanto durassem as "inquietações" no Sul[48].

---

[43] Os índios da aldeia do Capitão Negro assim como de outra aldeia também vizinha do forte de Bourbon passaram para as proximidades do forte de Miranda em 1800, aliando-se aos portugueses. Cf. AHU Mato Grosso caixa 33 doc 27.

[44] Cf. AHU Mato Grosso caixa 30 doc 29 - 23 de Julho de 1798. Carta de Francisco Rodrigues do Prado a Caetano Pinto de Miranda Montenegro datada de 29 de Abril de 1798. Neste contexto é significativo notar que uma das preocupações de Rodrigues do Prado foi a de elaborar um dicionário da língua guaycuru, de modo a diminuir os problemas de comunicação entre os índios e os portugueses.

[45] Cf. AHU Mato Grosso caixa 32 doc 16 - 23 de Junho de 1799. Carta de Caetano Pinto de Miranda Montenegro a Francisco de Sousa Coutinho.

[46] AHU Mato Grosso caixa 32 doc 33 - 7 de Julho de 1799. Carta de Caetano Pinto de Miranda Montenegro a Francisco de Sousa Coutinho. A questão da herança de João de Albuquerque provocou vários contratempos. O governador alegava uma série de irregularidades no processo. O pai de João de Albuquerque insistentemente requeria a resolução do problema. (V. os seguintes documentos: AHU Mato Grosso caixa 30 doc 24; caixa 31 doc 19; caixa 33 vários documentos).

[47] Com efeito chegou-se a criar uma povoação que foi designada S. José do Ribeirão que foi estabelecida "*na cabeça da cachoeira do Ribeirão que é a décima subindo o rio Madeira*" (Cf. *Noticia resumid do tempo da fundação e nome dos fundadores dos principais lugares da capitania do Mato Grosso*, in "Revista do IHGB", nº 20, Rio de Janeiro, 1857, pp. 276-281). Mas a julgar pelas muitas dificuldades aventadas, o povoado não teve ter tido vida longa.

[48] Cf. AHU Mato Grosso caixa 33 doc 24 - 21 de Abril de 1800. Relação de cartas do governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro a D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

As "inquietações" no Sul em breve tomariam maior monta e a "Guerra das Laranjas" iria ter uma versão sul-americana, mas com resultados diversos, como adiante se verá. Convencido da fragilidade da fortificação portuguesa, o governador do Paraguai, D. Lázaro da Ribera, resolveu atacar o presídio de Coimbra. Em Setembro de 1801 postou-se diante do forte com cerca de 600 homens, incluindo um grande contingente de payaguás, seus aliados. A despeito da diferença numérica, pois em Coimbra existiam apenas cerca de 100 homens, o forte, sob o comando de Ricardo Franco de Almeida Serra, resistiu ao cerco e aos ataques espanhóis, que decorreram entre os dias 17 e 24 de Setembro, e D. Lázaro se retirou sem lograr ocupar o forte[49].

Na volta para Assunção, o governador do Paraguai ordenou entretanto o reforço das guarnições do Forte de Bourbon e de S. Carlos e a construção de mais uma estacada no rio Apa, programando, eventualmente, um novo ataque, desta feita ao presídio de Miranda. Rodrigues do Prado, o comandante do presídio de Miranda, foi informado pelos guaycurus da existência de um novo fortim espanhol na região e, com o apoio de Ricardo Franco, resolveu antecipar o presumível ataque espanhol destruindo o fortim em Dezembro de 1801[50].

Contando com a possibilidade de ocorrerem incidentes na fronteira, o governador já tinha feito vir ajuda militar da capitania de São Paulo desde o início de 1801. Naquela altura concordara, embora reticentemente, com um projecto do governador de São Paulo, António Manuel de Melo e Castro e Mendonça[51], que pretendia reactivar as defesas do rio Iguatemi, no intuito de recuperar a praça perdida em 1777. Para tal efeito tinha sido enviado de São Paulo para o Mato Grosso o tenente coronel Cândido Xavier de Almeida e Sousa. Chegou a Vila Bela com a sua guarnição em Maio de 1801. Sem fundos para sustentar mais aquele corpo militar, Miranda Montenegro dispensou os serviços do coronel, mas quando este já se achava a caminho de São Paulo foi novamente convocado para ajudar na defesa de Coimbra e Miranda. Nessa ocasião construiu, já em Dezembro de 1801, um pequeno fortim de faxina que se chamou S. Caetano do Monte Negro, que pouco terá durado[52]. Em 1802, o governador mandou fazer ainda um outro fortim nas proximidades do registo do Jauru, na margem oriental do Paraguai, denominando-o de forte do Escalvado.

---

[49] Cf. AHU Mato Grosso caixa 34 doc 20 - 2 de Dezembro de 1801. Carta de Caetano Pinto de Miranda Montenegro a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho.

[50] Cf. AHU Mato Grosso caixa 34 doc 25 - 30 de Março a 18 de Maio de 1802. Cartas de Caetano Pinto de Miranda Montenegro a D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

[51] Cf. AHU Mato Grosso caixa 34 doc 3 - 18 de Fevereiro de 1801. António Manuel de Melo e Castro e Mendonça governou a capitania de São Paulo entre 1797 e 1802.

[52] Cf. Raul Silveira de Melo - *Historia do Forte de Coimbra*, Rio de Janeiro : Imprensa do Exército, 1959, v. 2., p. 399-400.

No Norte, Caetano Pinto Miranda também procurou precaver-se pedindo ajuda ao governador do Pará, que deveria mandar o engenheiro Henrique João Wilkens para o Príncipe da Beira[53].

Embora se tenham tomado providências no sentido de salvaguardar a ocorrência de novos incidentes, a "guerra" no Mato Grosso acabou por se resumir aos dois ataques respectivos, o espanhol ao forte de Coimbra, e o português ao fortim do rio Apa, que se saldaram pela "vitória" portuguesa, uma vez que não apenas mantivera as suas posições no rio Paraguai como impedira o avanço das posições espanholas no Apa.

As circunstâncias desses jogos de guerra no Mato Grosso[54], relacionam-se, inevitavelmente, com a complicada conjuntura europeia pós Revolução Francesa e com o estado das relações entre Portugal e a Espanha. Se após a independência dos Estados Unidos da América, em 1776, Portugal tinha conseguido manter a neutralidade desejada no plano internacional, após a Revolução Francesa, em 1789, e as rápidas mudanças por ela provocadas no quadro europeu, tornou-se impossível sustentar uma posição neutra.

Em 1793, Portugal e Espanha assinaram um tratado de auxílio mútuo com a Inglaterra, que declarara guerra, em finais de 1792, ao governo da Convenção francesa. Depois deste tratado, Portugal assinaria outro acordo com a sua tradicional aliada negociando separadamente outras cláusulas de protecção. Embora não tenha declarado directamente guerra à França, Portugal participou na Guerra do Rossilhão (1793-1794), selando assim o seu apoio à Inglaterra. A Espanha, pelo contrário, depois do malogro da ofensiva conjunta, negociou separadamente com a França um acordo de paz (Santo Ildefonso) ratificado pelo tratado de Basileia, em 1795. A partir de então as duas coroas ibéricas divergiram claramente quanto às suas opções europeias e Portugal ficou isolado, sob a ameaça anunciada de um ataque franco-espanhol.

Nesse clima de tensão crescente, a Corte, dividida entre o "partido inglês" e o "partido francês", procurava minimizar as hipóteses de um confronto directo com a Espanha e a França unidas. A guerra seria no entanto inevitável. Em Maio de 1801 deu-se a famosa "Guerra das Laranjas", em que a ofensiva franco-espanhola, em apenas três semanas conseguiu acumular vitórias no Alentejo, e da qual resultou a perda de Olivença e de Jurumenha. Embora sob

---

[53]Cf. AHU Mato Grosso caixa 34 doc 9 - 17 de Setembro de 1801. Carta de Caetano Pinto de Miranda Montenegro a Francisco de Sousa Coutinho.

[54] De algum modo "anunciados" pelos espanhóis desde os anos 80 com as sucessivas reclamações dos pontos da fronteira.

pressão, D. João VI assinou, em Junho de 1801, o Tratado de Badajoz estabelecendo as pazes com a Espanha e a França[55].

Na América, viu-se que, por vários motivos, as demarcações previstas em Santo Ildefonso e ratificadas pelo tratado do Pardo não se tinham efectuado convenientemente em nenhuma frente[56]. Sob vários aspectos mantinha-se o mesmo estado de "indefinição" posterior ao episódio similar das primeiras demarcações, previstas pelo tratado de Madrid e também não realizadas. A despeito dos tratados, mantiveram-se situações dúbias e quase de disputa bélica pelas terras a serem demarcadas. Mas não apenas no Mato Grosso ocorreram batalhas.

No prolongamento das sucessivas campanhas do Sul, onde a "guerra" praticamente não parou, os espanhóis, que tinham sido claramente vitoriosos no anos 60 e 70, começaram a perder posições para os portugueses. Tinham alcançado a maior vitória exactamente em 1777, quando conquistaram tanto a Colónia do Sacramento como o forte do Iguatemi e estavam na posse da ilha de Santa Catarina, que tinham obtido pela força das armas. O tratado de Santo Ildefonso obrigara a Espanha a devolver a ilha de Santa Catarina aos portugueses, mas deixara em seu poder tanto a Colónia do Sacramento como o território das Missões, que tinha sido o grande motivo da guerra guaranítica, nos anos 50. Inconformados com esta solução, que comparativamente ao Tratado de Madrid, era penalizadora para Portugal, os comandantes do Sul nunca abdicaram, de facto, de recuperar as Missões. Exactamente em 1801, com as novas circunstâncias europeias e o antagonismo declarado entre as duas coroas ibéricas, o governador do Rio Grande do Sul aproveitou para ordenar o ataque ao território das Missões logrando obter a sua conquista. O contra-ataque espanhol foi impedido pela assinatura da paz em Badajoz.

Nesses termos, a situação da fronteira encontrava-se definida por um paradoxo. Era "tratada" em termos diplomáticos e discutida sobre bases

---

[55]Cf. síntese do período realizada por Ana Cristina Bartolomeu de Araújo - *As Invasões Francesas e a afirmação das ideias liberais*, in " História de Portugal , Quinto Volume, O Liberalismo". Lisboa : Círculo de Leitores, 1993, pp. 17-43.

[56]Constatou-se já que, no Mato Grosso nunca chegou a haver a terceira partida prevista para aquela região. No Sul, onde deveriam decorrer a primeira e a segunda partidas demarcadoras, nenhuma chegou a bom termo. Na primeira, que deveria demarcar entre as barras do Chui e do Pepiri-Guaçu, as comissões encontraram-se e começaram os trabalhos conjuntos, mas as divergências impediram a finalização. Em 1787, interromperam-se as demarcações naquela área. A segunda partida, que deveria averiguar a área dos rios Igurei e Corrientes mais complicada foi ainda, tendo os desentendimentos começados pela contestação da existência do próprio rio indicado no tratado que uns e outros pretendiam identificar de maneira mais vantajosa para à sua parte. A actuação de Félix de Azara como comissário espanhol desta partida foi muito importante posto que estabeleceu uma situação acrescida de disputa. Na quarta partida, a ser realizada no norte, os desentendimentos não foram menores. Não se concluiu sobre o efectivo leito do rio Japurá e muito menos sobre a "linha recta" que deveria ligar o Javari ao Madeira. Também ali foram suspensas as demarcações em 1790. Cf. síntese realizada por Inácio Guerreiro - *As Demarcações segundo o Tratado de Santo Ildefonso*, in "Cartografia e Diplomacia no Brasil do século XVIII", Lisboa : CNCDP, 1997.

genéricas de paridade mas era concretamente decidida pelos avanços de ambas as partes no terreno. Tais avanços, no entanto, correspondiam, grosso modo, às determinações dos tratados. Na verdade, pode dizer-se, que o "tratado" é feito no próprio terreno, com concessões e adaptações recíprocas. Entre a paz e a guerra avançava-se e retrocedia-se, sobre um eixo que, aparentemente, estava pré-pactuado.

No Mato Grosso, os episódios bélicos foram efectivamente poucos. Podem inventariar-se sumariamente nos pontos mais importantes: a tomada das aldeias jesuíticas, em 1759 e o assalto ao presídio de Itonamas, em 1763, pelos portugueses, ambos da iniciativa de Rolim de Moura; o assédio à fortaleza de N. Sra. da Conceição, em 1766 e, em 1801, a tentativa de tomada do forte de Coimbra, pelos espanhóis e a consecutiva destruição do fortim do rio Apa, no mesmo ano, pelos portugueses.

Mas se não houve muita guerra, não deixou de haver movimento na fronteira. Em especial as "fundações". No lado "português" viu-se a sequência das criações urbanas e das fortificações estabelecidas ao longo da linha "proposta". No caso espanhol, as Missões de Moxos e Chiquitos funcionavam como os "tampões" de defesa da fronteira. Quando pareceu que não eram suficientes avançou-se com a construção de mais fortificações e povoações, de que os exemplos na região do Paraguai e do Apa são evidentes. Com poucos lances guerreiros, mas com frentes avançadas de ocupação, foi-se construindo, de ambos os lados, a fronteira.

E foi nesse quadro, de cuidados, embora não excessivos, e de "acomodação" ao *status quo*, que se mantiveram os trabalhos até o fim da administração de Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Depois do assalto a Coimbra e da destruição do fortim de São José, não voltaram a ocorrer mais incidentes na área do Paraguai. O comandante do forte de Miranda, que tinha cogitado destruir também o forte de São Carlos no rio Apa desistiu da empreitada e a "paz" regressou à capitania.

Em 7 de Julho de 1802, Manuel Carlos de Abreu e Menezes foi nomeado governador do Mato Grosso para substituir Caetano Pinto de Miranda Montenegro que deveria ser o novo governador da capitania de Pernambuco. Em Agosto de 1803, o antigo governador deixava Cuiabá em direcção ao Recife. Não esperou pela chegada do seu substituto que só alcançou Cuiabá em Julho de 1804. Uma Junta composta pelo ouvidor Dr. Manuel Joaquim Ribeiro, pelo Coronel António Filipe da Cunha Ponte e pelo vereador João da

Costa Lima, governou a capitania nos 11 meses que decorreram entre a partida de um governador e a chegada de outro. Na fronteira, nada de novo acontecia.

5.2. O Território herdado

Sob vários aspectos o governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro fechou um ciclo na história do Mato Grosso. Com ele terminou o século XVIII e completou-se o quadro de fundações "coloniais" na região, de que o presídio de Miranda é o último exemplo. A capitania viveu os cerca de vinte anos que ainda faltavam para a independência do Brasil num clima bastante conturbado. Por um lado, foi obrigada a conviver com as mudanças que se passavam do outro lado da fronteira, em que as revoltas acabariam por dar lugar a formação de estados independentes onde antes era território espanhol. Por outro lado, internamente, foi também sacudida, ela própria, por ventos "liberais" que provocaram a deposição do seu último governador ainda antes da proclamação da independência. No entanto, nunca a capitania esteve tão desamparada em termos financeiros, e tão pouco capaz de realizar efectivas reformas.

Entre 1804 e 1822 administraram o Mato Grosso três governadores diferentes e cinco Juntas governativas provisórias, as quais também variaram de composição. Manuel Carlos de Abreu e Menezes tomou posse a 28 de Julho de 1804. Passou apenas 15 meses à frente da capitania, pois morreu a 8 de Novembro de 1805. Nova junta provisória assumiu a administração do Mato Grosso, desta feita formada pelo ouvidor Sebastião Pita de Castro, pelo Coronel António Filipe da Cunha Ponte e pelo vereador José da Costa Lima. Ainda antes da chegada do novo governador essa Junta sofreu alterações[57].

Nomeado em 9 de Junho de 1806, João Carlos Augusto Oeynhausen Gravenburg, assumiu o governo do Mato Grosso em 18 de Novembro de 1807. Gravenburg esteve a frente da capitania até 1819, quando passou para o governo de São Paulo. Internamente, a sua administração foi o período mas estável dos primeiros anos do século XIX no Mato Grosso. Empreendeu, com os magros recursos de que dispunha, algumas importantes iniciativas, a sua maioria realizadas em Cuiabá, que foi elevada à categoria de cidade em 17 de Setembro de 1818. Entre as mais expressivas contam-se a criação do hospital da

[57] Por morte do Coronel António Filipe da Cunha Ponte, Ricardo Franco de Almeida Serra assumiu o seu lugar. O vereador também foi duas vezes substituído, primeiro por Marcelino Ribeiro e depois por Francisco Sales Brito. Cf. Virgílio Corrêa - *op. cit.*, p. 437.

Santa Casa da Misericórdia e a abertura de uma aula de anatomia e cirurgia bem como a criação de um horto botânico. Mas o mais significativo projecto de Oyenhausen foi a tentativa de solidificar um novo caminho de comunicação entre o Pará e o Mato Grosso, através da navegação dos rios Arinos e Tapajós[58]. Externamente, o período foi de grande agitação nos territórios vizinhos.

Em 1806 e 1807, os ingleses tentaram apoderar-se de Buenos Aires e de Montevideo. A expulsão dos ingleses, lograda por sectores populares da capital do vice-reinado do Rio da Prata, aliada a uma série de conjunções propícias à criação de um sentimento autonomista constituíram o início de um movimento que veio a desembocar no pronunciamento de 25 de Maio de 1810 que reivindicou a independência do vice-reinado. A partir dessa data Buenos Aires assumiu para todo o resto do império espanhol americano o papel de impulsionador de movimentos separatistas que, num processo bastante atribulado, durariam até meados do século XIX gerando várias nações sul-americanas.

A desintegração territorial começou dentro do próprio vice-reinado independente[59].. Assim, na fronteira do Mato Grosso iriam surgir a Argentina, o Paraguai e a Bolívia. Ao lado de todos esses processos estava o Mato Grosso. Em 1811 e 1813 viu passar pelo seu território os governadores derrotados das antigas províncias espanholas sem ter tomado nenhum partido. Em 1825, no caso da independência da Bolívia o papel do Mato Grosso seria diferente, como a seguir se verá.

---

[58] Em 18 de Julho de 1814 o Capitão Bento Pires de Miranda estabeleceu nas margens do rio Preto um porto que denominou Porto de Oyenhausen que deveria facilitar a navegação fluvial pela via dos rios Arinos e Tapajós. (Cf. Estevão de Mendonça - *Datas Matogrossenses*. 2º Vol. Niterói : Escola Typ. Salesiana, 1919, p. 41). O projecto de abrir a comunicação com o Pará pelo rio Arinos, era recorrente na história do Mato Grosso. Como vimos, nos primeiros anos da criação da capitania foi proibida aquela navegação de modo a precaver o contrabando e a garantir a prioridade da comunicação pelo rio Madeira (vide cap. 3). Neste aspecto, há que considerar também que a área entre o alto Paraguai e as nascentes do rio Arinos era a região diamantífera da capitania que se manteve interditada por determinação régia, até 1805 quando foi levantada a proibição, dando origem a criação do Arraial Diamantino, em 1811. Mas a possibilidade de estabelecer uma via mais directa entre Cuiabá e o Pará era do interesse da comunidade de comerciantes daquela cidade que sempre reivindicaram o estabelecimento da ligação pelo Arinos. Desde pelo menos 1793 a abertura desse caminho fluvial vinha sendo proposta também pelos engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra e Joaquim José Ferreira que neste ano apresentaram um documento à João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, defendendo aquela navegação que, em conjunto com a do Madeira, poderia salvaguardar o comércio, em caso de guerra. (Cf. AHU Mato Grosso caixa 26 doc 53 - 18 de Setembro de 1793 . Carta de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro, *Reflexões sobre a Capitania do Mato Grosso que particularmente me forão apresentadas pelos tenentes coroneis de Infantaria com exercicio de engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra e Joaquim José Ferreira)*.

[59] O governador espanhol do Paraguai manteve a resistência realista até quando pôde mas foi expulso pelos revoltosos de Buenos Aires em 1811. Do mesmo modo os governadores de Santa Cruz de la Sierra e de Moxos também foram derrotados em 1813. Em 1814, José Rodrigues de Francia foi referendado como ditador perpétuo do Paraguai, reivindicando a independência daquele território para os guaranis, que, entretanto, só foi reconhecida por Buenos Aires em 1852. Em 1825 foi a vez da Bolívia conquistar a independência pelas lutas de Bolívar e de Sucre.

Entretanto, no lado português também ocorriam transformações. Em 1808 a família real mudara-se para o Brasil que, em 1815, foi elevado à categoria de Reino Unido ao de Portugal e Algarves. Em 1809, D. João VI aprovou a invasão da Guiana Francesa e em 1816 aprovaria também a invasão da "Banda Oriental" do Uruguai, denunciando, embora de maneira diversa num e noutro caso[60], uma postura não isenta quanto às reivindicações territoriais e independentistas na América[61].

Em 1819, chegava no Mato Grosso um novo governador. Tratava-se do Tenente-General Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho. Um militar experimentado que deveria controlar e conter, uma vez mais, o ante-mural do Brasil que era o Mato Grosso. Acostumado às lides militares, e dispondo de parquíssimos recursos económicos, Magessi terá feito um governo deveras autoritário e pouco producente, que gerou um clima de crescente impopularidade. O governador era malquisto tanto em Cuiabá, como em Vila Bela, embora por motivos diversos. Os habitantes da capital oficial da capitania desprezavam Magessi pelo abandono a que tinha votado aquela cidade,

---

[60] Segundo Heloísa Bellotto " *As duas questões de conquista territorial empreendidas por D. João VI tiveram razões diversificadas. No caso da invasão da Guiana francesa da ocupação de Cayenne por largos oito anos, vinha como réplica à invasão francesa ao território português. A permanência luso-brasileira na colónia francesa, de 1809 a 1817, não criou maiores raízes, tendo a devolução sido negociada no Congresso de Viena. Já em relação à Banda Oriental do Uruguai, embora pudesse ter algo em comum com o caso da Guiana - o sentido de cortar alguma possibilidade napoleónica na América, facilitada pela presença dos franceses na Espanha - a intervenção luso-brasileira tinha raízes mais longínquas e profundas, tratava-se do velho sonho português quinhentista de estender o seu espaço na América até ao estuário do Prata.*". Heloísa Bellotto - *O Estado Português no Brasil: Sistema Administrativo e Fiscal* in " Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Luso-Brasileiro 1750-1822", Lisboa : Editorial Estampa, 1986, p. 295.

[61] O caso do Uruguai é, neste aspecto, paradigmático. Logo após a proclamação de Maio de 1810 pelos argentinos dois problemas surgem relativamente ao Uruguai. Por um lado há o perigo de expansão dos responsáveis pela Confederação do Prata, que poderiam, detendo o Uruguai, continuar e reivindicar o Rio Grande do Sul. Por outro lado há o projecto, apoiado por D. João VI, de garantir a permanência monárquica dos Bourbons no território sul-americano representados pela Rainha D. Carlota Joaquina. Tendo falhado tanto a via monárquica, pretendida pelos portugueses, como a incorporação da banda Oriental do Uruguai à Confederação do Prata, pretendida pelos argentinos, os Uruguaios conseguem a sua autonomia em 1812, tendo Artigas proclamado a República do Uruguai. A nova invasão do Uruguai que D. João VI iria aprovar em 1816 era justificada desta feita pelo "perigo" que representavam os movimentos "independentistas" do sul. Temia-se de facto as ideias revolucionárias de Artigas, que pregava a distribuição da terra aos pequenos proprietários e escravos, e neste sentido, a anexação da Cisplatina ao Brasil fez-se com o "acordo", ainda que temporário, dos próprios latifundiários do Uruguai. A questão tornar-se-ia mais complexa com as reivindicações de terra feitas pelos militares do Rio Grande do Sul que realizaram a invasão. À coroa brasileira interessava criar uma área tampão que garantisse ao menos a defesa do território das Missões conquistado há poucos anos, e que isolasse, sempre, o verdadeiro "perigo" Argentino. Embora tivesse realizado uma política maioritariamente conciliadora, Lécor, o comandante da invasão, e governador da Cisplatina, incentivou a distribuição de propriedades dentro do Uruguai aos rio-grandenses, o que viria a provocar a reacção dos latifundiários uruguaios, que voltaram a unir-se, também temporariamente, aos argentinos. Todo processo de "incorporação" da Província Cisplatina, duraria assim até 1828, quando, com a intervenção dos ingleses, também interessados em manter aberto o comércio do Prata, os uruguaios conseguiram, novamente, isolar tanto os brasileiros como os argentinos garantindo a sua efectiva independência. No entanto, a questão da propriedade efectiva das terras da fronteira, manteve-se em aberto por mais tempo. Cf. Maria Beatriz Nizza da Silva - *Política Externa de D. João VI no respeitante à definição territorial do Brasil*, in " Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Luso-Brasileiro 1750-1822", Lisboa : Editorial Estampa, 1986, pp. 389-393 e Helen Osório - *Apropriação da Terra no Rio Grande de São Pedro e a Formação do Espaço Platino*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1990.

transferindo algumas importantes funções para Cuiabá[62], de onde efectivamente governava. Os cuiabanos por sua vez, não queriam que a sua cidade fosse apenas a capital "de facto", mas de direito, como sempre tinham reivindicado e, apesar de contarem com a sede "oficiosa" do governo, viam-se como as principais "vítimas" do despotismo do governador.

Na atribulada sequência do movimento constitucional que, entre 1821 e 1822 levaria à independência do Brasil, um facto é especialmente importante para o Mato Grosso. Em Junho de 1821, eclodira em São Paulo um levantamento em que se depôs o capitão-general substituindo-o por um governo provisório[63]. A notícia deste sucesso mal chegou ao Mato Grosso deu azo a que os cuiabanos se unissem para depor o capitão-general, criando também uma Junta Governativa, em Agosto de 1821. Expulso Magessi, assumia, supostamente, o governo em Cuiabá, um conjunto de 9 pessoas em representação das várias classes sociais[64].

A criação da Junta Cuiabana teve imediatas repercussões em Vila Bela, que contestou a sua legitimidade e, em Setembro do mesmo ano, criou-se outra Junta Governativa, a funcionar na capital oficial[65]. Essa inverosímil situação, da existência de dois governos na capitania, durou até 1823 quando o Imperador conseguiu impor ao Mato Grosso um governo provisório único, em substituição às duas Juntas que entretanto tinham sido já, ambas, substituídas por novos membros[66].

O Governo Provisório Constitucional assumiu o governo da capitania, em Vila Bela, a 17 de Agosto de 1823. Compunham-no dois membros da Junta de Cuiabá, três da de Vila Bela e dois novos[67]. O presidente era o cónego Manuel

---

[62] Nomeadamente a casa da Fundição, o Desembargo do Paço, a Junta de Fazenda e várias guarnições militares. Cf. Paulo Pitalunga Costa e Silva - *Breve História de Mato Grosso e de seus Municípios*, Cuiabá, 1994, p. 32.

[63] O capitão general de São Paulo era, na altura, o antigo governador do Mato Grosso João Carlos Augusto Oyenhausen Gravenburg. Embora deposto Gravenburg permaneceu como membro do governo provisório, por indicação de José Bonifácio de Andrade e Silva. Cf. Virgílio Correia Filho - *op. cit.* , p. 462.

[64] O clero estava representado nas pessoas de D. Luís, Bispo de Ptolomaida, Pe. Agostinho Vilar Pereira, Vigário Geral e Pe José da Silva Guimarães, comissário da Bula; a "nobreza" fazia-se representar por Andre Gaudie Ley; o povo por João José Guimarães e Silva, capitão-mor das ordenanças, e os militares pelos tenentes coronéis Felix Merme, Jerónimo Joaquim Nunes e António Navarro de Abreu e pelo engenheiro Luiz d'Alincourt. Cf. Virgílio Corrêa Filho - *op. cit.*, p. 464.

[65] A Junta de Vila Bela, também se compunha, inicialmente, por nove pessoas: Pe. José António de Assunção Baptista, Manuel Teodoro Tavares da Silva, Cap. Manuel Veloso Rabelo e Vasconcelos, Cap. José da Silva Gama e Cunha, P. Joaquim Teixeira Coelho, T.te. Luís António de Souza, Cap. Joaquim Vieira Passos, Mateus Vaz Pacheco e J.F. Guimarães. Cf. Virgílio Corrêa Filho - *op. cit.*, p. 502.

[66]Em ambas as Juntas tinha havido dissidências entre os seus membros, quer por questões administrativas, quer por questões pessoais, o que provocou ou a substituição de alguns membros ou a completa modificação do conjunto governativo. Cf. Virgílio Corrêa Filho - *op. cit.*, pp. 464-468.

[67]Integravam o governo o T.te C.el Felix Merme e J. Poupino Caldas, por Cuiabá; o Cap. Manuel Veloso Rabelo e Vasconcelos, o Cap. José da Silva Gama e Cunha e o Sarg-mor J. Paes de Azevedo, por Vila Bela

Alves da Cunha, que apesar de ser considerado o homem mais culto do Mato Grosso, pouco tempo ficava na capital a gerir os negócios públicos, cuidando antes das suas fazendas. Foi numa dessas prolongadas ausências que ocorreu o incidente da "incorporação de Chiquitos".

Em Abril de 1825, já pressionado pelas tropas revolucionárias de Bolívar e de Sucre, o governador da província de Chiquitos, D. Sebastião Ramos, resolveu aderir à causa da independência do Brasil e reivindicou o apoio do Mato Grosso para conter os revolucionários, prometendo, em caso de vitória, a incorporação de Chiquitos no Império Brasileiro. O governo provisório da província[68] resolveu aceitar a proposta de D. Sebastião Ramos, sem consultar a Corte, ou sequer o seu o presidente, que se encontrava ausente de Vila Bela. Assim, não apenas fez proclamar em acto solene a reunião da província de Chiquitos ao Império do Brasil, como enviou tropas para a região. A "anexação" duraria pouco mais de um mês. O governo provisório, novamente reunido com os membros ausentes, decretou, em Maio, que se evacuasse o destacamento mandado para Chiquitos e que se cancelasse o compromisso assumido com D. Sebastião Ramos.

A "incorporação" de Chiquitos foi contestada e repudiada pelo Imperador do Brasil que decretou a nulidade todos os actos tomados pelo governo provisório naquela matéria[69]. O que não impediu entretanto que Sucre, então vitorioso, viesse a fazer sucessivas reivindicações que por muito tempo ainda complicariam as relações do Brasil com a recém-criada Bolívia.

Usando das atribuições outorgadas pela Constituição do Império do Brasil, D. Pedro I nomeou, em Abril de 1824, José Saturnino da Costa Pereira, como primeiro presidente da província do Mato Grosso, o qual só viria a tomar posse, em Cuiabá, a 10 de Setembro de 1825. A partir de então começou uma nova fase na história da província que iria ter, durante o período imperial, cerca de 34 governos. Muito embora o Império tenha sido efectivamente um outro tempo para o Mato Grosso algumas das principais questões da região não tiveram qualquer solução de continuidade relativamente ao período colonial. A fronteira foi uma delas, senão a principal.

É significativo que na reprimenda endereçada ao governo provisório do Mato Grosso, aquando da sua decisão de "incorporar" Chiquitos, D. Pedro I

---

e o Cónego Manuel Alves da Cunha e o Cap. Caetano da Costa Araújo Melo que não pertenciam a nenhuma junta anterior. Cf. Virgílio Corrêa Filho - *op. cit.,* p. 504.

[68] A partir de 25 de Março de 1824, quando foi outorgada a Constituição do Império do Brasil, todas as capitanias passaram a designar-se "Províncias do Império".

[69] Portaria endereçada ao governo do Mato Grosso datada de 15 de Agosto de 1825. Cf. Virgílio Corrêa Filho - *op. cit.*, p. 505.

tenha expressamente afirmado que "*este negocio* (o território / a fronteira) *é de competência exclusiva do soberano*"[70]. Na verdade, o "príncipe herdeiro" que se tinha feito Imperador do Brasil reivindicava para si uma exclusividade histórica. A terra brasileira era *terra del rei*. O Brasil e o seu território eram, por conseguinte, a grande "herança" recebida pelo Imperador.

Em 1817, cinco anos antes da proclamação da independência, o Padre Manuel Aires de Casal oferecia a sua "Corografia Brasílica" ao rei D. João VI, apresentando-a com as seguintes palavras: "*A descrição geográfica do* ***vasto Reino que a Providência confiou a V.R. Majestade na America*** *é o assunto da obra que respeitosamente ofereço a V. R. Majestade, como Sua, por muitos títulos*"[71]. Do rei o reino, ao rei a obra. Esse exemplar texto de Aires de Casal pode ser considerado como o culminar da "construção do Brasil" em termos da definição da ideia global do seu espaço. Ali o território português na América foi pela primeira vez descrito no seu conjunto, abarcando todas as províncias (inclusive o Uruguai e Caiena, então incorporadas na coroa portuguesa).

O território é apresentado em termos físicos, mas tendo a história como unificador, desde o descobrimento até a efectiva constituição do "reino" do Brasil[72]. Cada região é descrita identificando-se a sua formação e colonização. Todas pertencem ao reino e o reino reflecte-se nelas, nos seus atributos naturais, nas suas produções e nas suas povoações. Era aquele o país herdado por D. Pedro I, o território construído e constituído do Brasil.

Na descrição que Aires de Casal faz do Mato Grosso afirma que aquela província ocupava um terreno que era "*muito maior que a antiga Germânia, tomada na sua mais lata acepção*"[73]. Apresenta-a dividida em três grandes comarcas, ou distritos, a saber: setentrional, meridional e médio. O distrito setentrional dividia-se por sua vez em três regiões menores: Juruena, Arinos, Tapiraquia. Do mesmo modo o distrito médio também se apresentava dividido

---

[70]idem.

[71] Pe. Manuel Aires de Casal -*Corografia Brasílica ou Relação Historico-geografica do Reino do Brasil*. (1817) Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : Ed. da Universidade de São Paulo, 1976, p. 15.

[72] "*Nela se acha a Historia do Descobrimento do Brasil em 1500, até o ano de 1532 em que este País foi repartido em Capitanias: mostra-se a época, o método de colonização e ao actual estado das povoações, e produções da agricultura e industria de cada uma delas: indica-se o que ha de mais notável em a Natureza; como são rios, lagos, montes, cabos, portos, ilhas, animais, minerais e vegetais.*" Pe. Manuel Aires de Casal -*op. cit.*, p. 15. "*No quinto ano do seu feliz reinado ilustrou o Senhor D. João IV o Brasil com o título de Principado na Real Pessoa do seu primogênito, o Príncipe D. Teodósio. Esse título passou a todos os sereníssimos Príncipes herdeiros do reino até o dia 16 de Dezembro de 1815, quando S.A.R. o Príncipe Regente, Nosso Senhor, sublimou o mesmo principado, com a dignidade de reino*". Idem, p. 35.

[73] Idem, p. 124.

em três regiões: Mato Grosso, Cuiabá e Bororônia. O distrito meridional tomava o nome de Camapuânia[74].

No distrito de Camapuânia, cujo nome derivava do rio Camapuã, o autor identifica, a existência de duas povoações: a fazenda **Camapuã** (pouso no caminho das monções) e o presídio de **Miranda**. Faz ainda uma longa referência aos índios guaycurus, aliados dos portugueses, descrevendo as suas aldeias, entre as quais distingue sete grandes grupos[75]. No distrito médio, na região do Mato Grosso, identifica **Vila Bela**, que diz ser "*bem arruada em terreno plano junto a margem do Guaporé*"[76] e, no seu vasto termo as capelas de **Santa Ana**, **S. Francisco Xavier**, **N. Sra. do Pilar**, **S. Vicente Ferreira** e **Ouro Fino** (que correspondem aos arraiais de mineração). Inclui ainda nesta região o Arraial **Diamantino**, cuja matriz era já filial da de Cuiabá.

Na região de Cuiabá as povoações listadas são a Vila Real de **Cuiabá**, o Arraial de **Santa Ana** (Chapada dos Guimarães), o Arraial de **São Pedro del Rei** (Poconé), a **Vila Maria** do Paraguai, o Forte de **Coimbra**, **Albuquerque** e a Aldeia da **Boa Vista**. Refere ainda a algumas ermidas que eram "como paroquias" dos povos que habitavam o distrito: a de N. Sra. do Livramento, na estrada para Vila Bela, a de N. Sra. dos Prazeres, perto das cabeceiras do rio Cuiabá, a de Santo António, no mesmo rio e a ermida de S. Gonçalo de Amarante, também junto ao porto de Cuiabá. Na região da Bororonia, cujo nome, naturalmente, derivava dos índios bororós[77], seus principais habitantes, Aires de Casal apenas identifica como povoação a Aldeia da **Insua**. Informa que existira outra aldeia com o nome de Amaro Leite, que tinha entretanto desaparecido, quando se mudou a direcção da estrada para Cuiabá.

No distrito setentrional da província, a região de Juruena abrigava o Forte do **Príncipe da Beira**, a aldeia de **Leomil** e a paróquia de **São José**. Na região de Arinos, apenas refere uma nova povoação que se estava principiando no rio Preto, para comodidade dos navegantes do Tapajós[78]. Na região denominada de Tapiráquia, que correspondia à área entre o rio Xingu e o Araguaia, nenhuma povoação é identificada, salvo o caso de três aldeias que se tentaram fazer

---

[74] Idem, ibidem.

[75] Os grupos eram: Chagotéu, Pacachodéu, Adioéu, Atiadéu, Oléu, Laudéu e Cadioéu. Segue-se uma descrição dos hábitos e costumes dos índios e das suas aldeias: "*As ruas das povoações são direitas e largas, as casas cobertas de esteiras de junco postas horizontalmente ou com mui pouco declívio, enquanto não chove: Chovendo, dão-lhes a forma dos nossos telhados*". Idem, p. 131.

[76] Idem, p. 135.

[77] Dentre os Bororós enumera os guatós e os bacairis que viviam nas suas tribos. Idem, p. 140.

[78] Tratava-se, provavelmente, do "Porto Oyenhausen", criado em 1814 pelo capitão Bento Pires de Miranda. Ver nota 58 deste capítulo.

com os índios Ximbiuá que no entanto não tiveram continuidade, tendo os índios voltado aos sertões[79].

Foi esse o Mato Grosso apresentado ao Imperador que correspondia, em traços gerais, à efectiva ocupação da região no século XVIII. A maior concentração de povoados encontrava-se ao longo dos rios Cuiabá, Guaporé e Paraguai, correspondendo as sucessivas áreas de avanço e de consolidação da fronteira. No interior, especialmente no norte da província, entre o rio de Arinos e o Araguaia, havia um enorme vazio que era apenas descrito pelos índios seus ocupantes. Mas essa imensa área, maior que a "antiga germânia" ainda que não ocupada, era assumida, como integrante do reino.

Curiosamente, Aires de Casal não se refere à fronteira. Ou pelo menos não a identifica como um traço determinante da identidade da província do Mato Grosso. Muito simplesmente afirma que "*ao ocidente tem as possessões católicas das quais é separada pelos rios Guaporé, Jauru e Paraguai*"[80]. A descrição da província valoriza os aspectos regionais e reforça a sua integração no conjunto que define o território do "Brasil". A afirmação da região faz-se na "certeza do território"[81] como um todo.

Os relatos de Luiz d'Alincourt, ao contrário, descrevem a região sobretudo a partir da fronteira. Engenheiro, formado pela Academia Militar do Rio de Janeiro, d'Alincourt escreveu várias memórias sobre o Mato Grosso, onde esteve entre 1818 e 1830. Foi participante activo dos processos de transformação que a província viveu nos primeiros anos do século XIX, tendo inclusive integrado uma das suas Juntas governativas[82]. Mas o seu trabalho principal foi, inicialmente, o levantamento da fronteira e a seguir a compilação das "*Indagações Statísticas da Província de Mato Grosso*"[83] que abarcavam a situação geográfica da província - "extensão, superfície e limites" e a estatística política e civil.

No primeiro parágrafo da sua "*Memória acerca da Fronteira da Província de Mato Grosso, organizada em Cuiabá, no ano de 1826*"[84] Luiz

---

[79] As três aldeias ter-se-iam chamado Lapa, Almeida e Sernancelhe, localizando-se sobre a margem do rio Araguaia. Pe. Manuel Aires de Casal -*op. cit.,* p. 144.

[80] Idem, p. 124.

[81] Esta expressão é utilizada por Heloísa Bellotto quando afirma: "*Especificidade brasileira, a colonização não avança à conquista da fronteira, como no caso norte-americano; a ocupação faz-se dentro da "certeza do território". Conquista setecentista, o espaço brasileiro projectava-se como um todo no sentido do seu período nacional*". Cf. Heloísa Bellotto - *op. cit.*, p. 295.

[82] Ver nota 64 deste capítulo.

[83] Este texto foi publicado em Cuiabá, em 1828. Ver referência completa na bibliografia deste trabalho.

[84] Publicada in Luiz d'Alincourt - *Memória sobre a Vigem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1975, pp. 167- 207. Esta memória é seguida de um "*Apêndice sobre o reconhecimento da fronteira de Mato Grosso, para o lado de S. Anna de*

d'Alincourt retoma o mesmo discurso que tinha sido repetido ao longo de todo o século XVIII: "*A Província do Mato Grosso é de um interesse reconhecido para o* ***vasto e rico Império do Brasil****; ela lhe serve de* ***ante-mural,*** *por todo o Ocidente e grande parte do Meio-Dia; cobrindo as Províncias do Grã-Pará, Goyáz e S. Paulo; desenvolvendo uma Fronteira dilatada de mais de 500 léguas"*[85]. Até aqui, nada de novo. Salvo a circunstância de que o "vasto e rico Império do Brasil" existia, nestes termos, há apenas 4 anos.

A situação da província, no entanto, não era rica. Expondo a penúria de meios com que se vivia no Mato Grosso, D'Alincourt expressava a sua preocupação, alertando especialmente para os "perigos" vindos do "outro lado" da fronteira, sobretudo o perigo de desintegração territorial que a formação dos outros estados sul-americanos suscitava[86].

A solução proposta seria, sempre o mesmo processo já defendido por todos os administradores da região "*que todos os desvelos e cuidados se devem empregar para o aumento da população da Província de Mato Grosso, espalhando-a de propósito pelas margens dos grandes rios, que dos portos de mar comunicam até o interior da América Meridional*"[87].

Se, por um lado, o discurso de Luiz d'Alincourt não apresenta grandes novidades relativamente aos métodos preconizados para a garantia da defesa do Mato Grosso, ele é, por outro lado, a prova da continuidade de uma visão da tarefa "urbanizadora" que é, acima de tudo, entendida como estruturadora do território.

Dois aspectos são especialmente importantes para o entendimento do processo de urbanização vivido no Mato Grosso ao longo do século XVIII. O principal é a relação intrínseca que a criação dos novos núcleos mantém com os eixos naturais de penetração e comunicação, ali representados basicamente pelos rios. O segundo aspecto diz respeito à consecução da fronteira e ao posicionamento estratégico das povoações criadas. Mas o resultado mais significativo de tal processo é a abordagem hierarquizada do território que este permite. Ao priorizar os eixos de comunicação estruturou-se a rede urbana, sobre uma rede viária (no caso fluvial), permitindo uma leitura "relacional" e

---

Chiquitos; o qual teve princípio na cidade; feito no ano de 1820, por Luiz d'Alincourt, sargento mor engenheiro."

[85] Idem, p. 169.

[86] Idem, p. 141. *"Eis aqui o estado verdadeiro do ante-mural do Brasil; desta dilatada Província, (...) cercada por toda a parte do Ocidente, o Sul, por povos, que, sendo originários de uma Nação, as circunstâncias os tem conduzido a ponto de adotarem princípios que os conduzirão bem depressa a formar diversos Estados, que não poderão deixar de atrair mui seriamente a nossa atenção".*

"progressiva" do espaço. Ou seja, cada novo núcleo integrava-se num sistema de comunicação, solidificando-o e expandindo-o, ao mesmo tempo. Assim, cada eixo comunicacional aberto passava a "exigir" a criação de novos núcleos que iam, progressivamente, ocupando o território, e abrindo novas linhas de penetração. Estas, por sua vez, foram se inter-relacionando de modo a manter a fluidez da comunicação e a possibilidade de ampliação da rede.

No caso do Mato Grosso, o facto dessa estruturação "hierarquizada" ter partido da fronteira para "dentro", é reveladora do quanto o processo de urbanização naquela região era entendido numa "macro-escala" territorial. Isto é, o que se fez no Mato Grosso, em termos de urbanização visava a estruturação do espaço em escalas sucessivas e complementares e compreendia uma visão do território, necessariamente maior do que a própria região. Assim, o posicionamento estratégico das povoações na fronteira, mirava não apenas a defesa do espaço do Brasil (como é tantas vezes repetido), mas também a garantia da "comunicação" no próprio limite da posse do território, permitindo, pelo mesmo processo, a sua efectiva integração.

O domínio do território afirmava-se então pela evidência da compreensão do conjunto permitida pela rede de comunicações. Domínio este que incluía, sob a tutela da mesma rede, os espaços eventualmente "vazios" ainda existentes entre os eixos, ou os parcos núcleos populacionais. É neste quadro que a urbanização do Mato Grosso no século XVIII tem especial importância. Surge, não como uma "obra" pessoal, ou épica, mas como um projecto, sucessivo e consecutivo, que, acima de tudo, contribuiu para a consolidação territorial do Brasil.

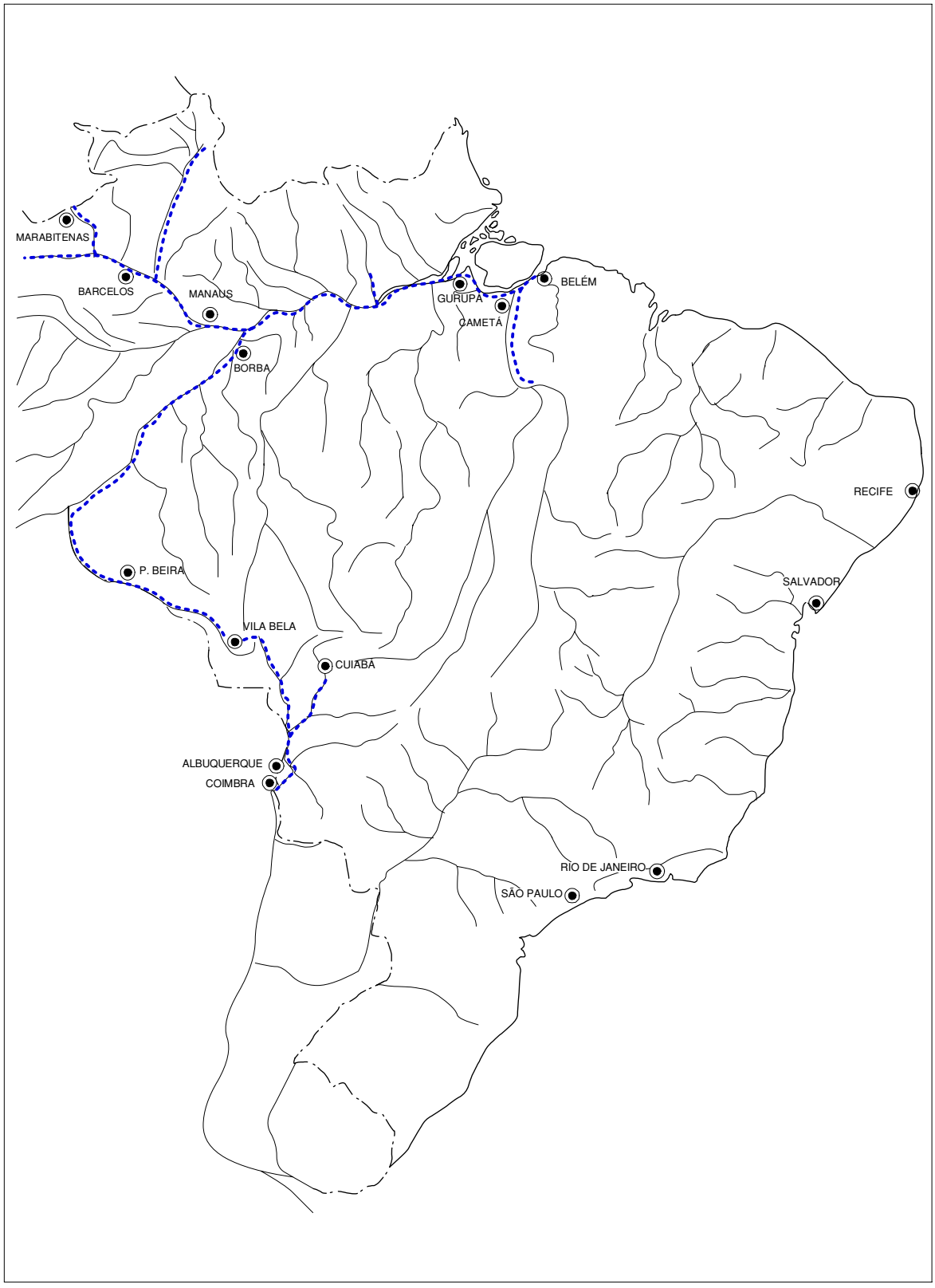
Se a fronteira não ficou completamente "demarcada" no século XVIII, ficou de tal modo, "compreendida", que não teve modificações de maior monta quanto finalmente se estabeleceram os tratados definitivos com os estados confinantes do Brasil[88]. A "herança" legada pelo Mato Grosso foi, de certo modo, a **medida** do Brasil.

---

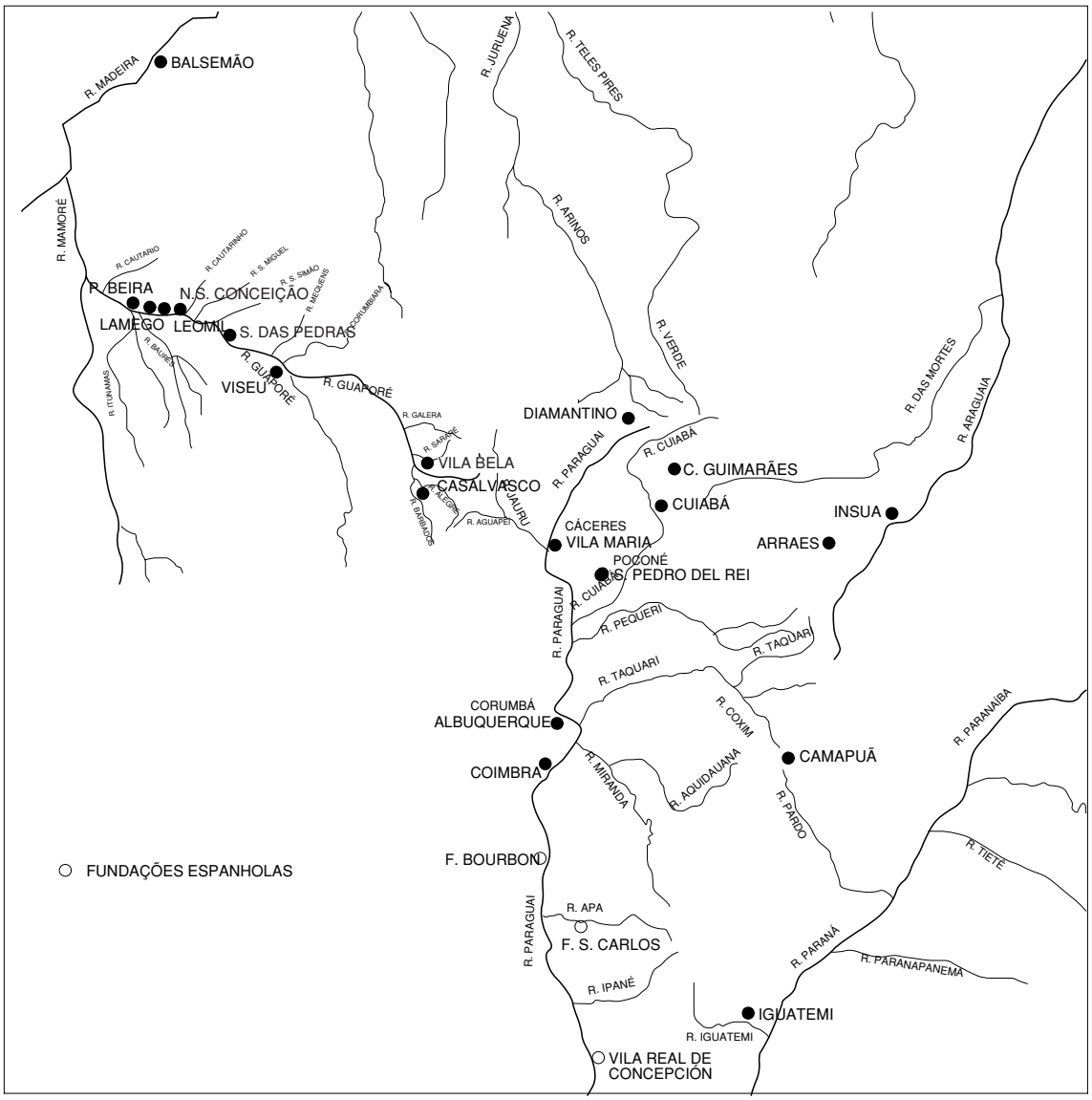
[87] Idem, p. 140. Aqui a sequência do discurso é totalmente fisiocrata "*mas para esta população prosperar deve firmar o seu forte interesse na Agricultura, e Comércio, e este será seguro melhorando-se frequentando-se os grandes canais, que a Natureza apresenta*".

[88] Relativamente à área Sul da província a fixação dos limites veio após a Guerra do Paraguai, em 1870. A fronteira foi estabelecida pelo rio Apa, como era a pretensão portuguesa desde o século XVIII. No Norte, as negociações com a Bolívia só culminam com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 1903. Mas o que estava principalmente em causa era o actual território do Acre no Brasil. A fronteira com a região do Mato Grosso estabeleceu-se, de certo modo pacificamente, pelo rio Guaporé, como tinha sido determinado pelos tratados do século XVIII, tendo o Brasil desistido da ocupação da margem oriental, onde Luís de Albuquerque tinha instalado Viseu. A grande "batalha" pela região do istmo dos rios Aguapei e Alegre também foi ganha pelo Brasil com a anexação das áreas ocupadas até Casal Vasco.

Fig. 13



Viagens de Alexandre Rodrigues Ferreira



Quadro Urbano da Capitania
Período João de Albuquerque / Caetano Pinto de Miranda Montenegro 1790 - 1803

III. O Desenho do Lugar

Cap. 6.

Vila Bela da Santíssima Trindade: A Capital no Limite

"He esta villa assentada em terreno plano, e formada por sinco grandes e largas Ruas, que quazi terminam no Rio, cortadas perpendicularmente por outras cinco travessas todas em Linha Recta, que formão espaçozos quadros e grandes quintaes. As casas são decentes e cobertas de telhas, e as paredes construidas por adobes, o que lhes segura uma longa duração"[1].

6.1. A Fundação e a Dúvida

Apesar de se augurar a longa duração de Vila Bela, tal afirmação não correspondeu a realidade. Embora a vila continue a existir até hoje, ela viveu constantemente sob o estigma de uma "morte anunciada" que a acompanhou desde a sua fundação. No dizer mordaz de José Barbosa de Sá a criação da vila correspondeu a erigir o Senado da Câmara "*em hum charco moradia de Jacares e Capivaras*"[2].

Aparentemente, o principal problema residia no facto de que o local escolhido para a instalação da vila estava sujeito a inundações nos períodos de cheia do rio Guaporé. Assim asseguravam os moradores dos arraiais vizinhos, que contestaram aquela localização[3]. No entanto, para além do eventual problema das cheias, o que concretamente também estava em causa era o facto de não se ter "dado atenção" à vontade dos moradores que, por vários motivos, não queriam que se construísse a nova vila naquele lugar.

Inicialmente, não a queriam ali porque, acima de tudo, a queriam nos locais das suas habitações, ou seja, nos arraiais do Mato Grosso. Se esta era a pretensão dos moradores dos arraiais não era diferente a dos habitantes de Cuiabá. Embora fosse já vila, Cuiabá pretendia obter o estatuto de capital da capitania que vinha vinculado à nova fundação decretada pela carta régia de

---

[1] AHU Mato Grosso caixa 24 doc 41 - 20 de Agosto de 1790. Ricardo Franco de Almeida Serra - *Diário dos Rios da Madeira, Mamoré, e Guaporé: Novo Diário da Viagem dos Rios Madeira, Mamoré e Guaporé, athe Villa Bella, capital do Governo do Matto Grosso. (...)*

[2] José Barbosa de Sá - *Relação das povoaçoens do Cuyaba e Mato Grosso de seos principios the os prezentes tempos*, (1775) Cuiabá : UFMT, 1975, p.46.

[3] Idem. "*afirmando todos os vizinhos que o lugar alagava todos os annos nas enchentes do Rio não se lhes deo atenção fese* (contra) *a vontade dos moradores e assim se conserva sem se lhe procurar remedio*".

1746. Assim, tanto uns, quanto outros, não queriam de facto uma "nova vila" na região, no sentido de se estabelecer uma nova fundação urbana, mas queriam, sobretudo, uma "elevação" que se fizesse sobre uma povoação já existente, ou bem dignificando-a com o título de vila ou com o estatuto de capital.

Com estes motivos básicos, a que depois seriam acrescidos outros, estabeleceu-se logo no momento da fundação de Vila Bela uma resistência dos povoadores da região. Resistência esta que acompanhou, de forma velada ou não, todo o processo de instalação do povoado e da sua evolução.

Desde a publicação do decreto régio que determinava a criação de uma nova vila no Mato Grosso, que os moradores dos arraiais interpretaram tal decisão como relativa à "elevação" de um dos núcleos existentes na área. Em Junho de 1748, o Mestre de Campo de Cuiabá, Manuel Dias da Silva, escrevia ao governador de São Paulo afirmando que, por razões de saúde, ainda não tinha sido possível ir "fundar vila no arraial"[4].

Um mês depois, em Julho de 1748, foi nomeado Rolim de Moura para o governo da nova capitania, o qual, em Janeiro de 1749, recebeu instruções expressas para fundar a "nova vila" no rio Guaporé. Nenhum dos arraiais existentes no Mato Grosso encontrava-se no rio Guaporé. Todos estavam localizados um pouco mais para o interior, na região dos rios Galera e Sararé (que são afluentes do Guaporé). Embora tenha procurado observar as condições que ofereciam cada um dos arraiais existentes, Rolim de Moura priorizou de facto as determinações régias que apontavam a localização no próprio rio Guaporé como a mais indicada para a nova vila.

A indicação precisa do rei foi o principal argumento que utilizou quando foi obrigado a defender a sua escolha, afirmando que "*Pareceme que V. Mag.de. não mandou formar esta Vª ao comodo, e satisfação dos moradores do Matogrosso, nem elles tal Vª pedião, nem querião. O motivo que V. Mag.de. toma para esta determinação he a vezinhança que este destricto tem com as terras de Espanha, (...) e assim o sitio desta Vª devia especialmente corresponder a este fim, ainda que dahi resultasse algum incomodo aos moradores (...) V. Mag.de não somente insinua na minha Instrução o fim a que havia de atender na fundação desta Vª, mas expressamente me determina, que esta se faça quanto for possivel, na borda*

[4] Cf. AHU Mato Grosso caixa 4 doc 13 - 5 de Junho de 1748. Carta de Manuel Dias da Silva a D. Luís de Mascarenhas.

do Rio Guapore (...) posso assegurar a V. Mag.de que em toda esta distancia não ha sitio com tantas comodidades pª o intento de V. Mag.de. como este"[5].

Mas, apesar de contar com efectiva determinação régia para instalar a vila de acordo com as prioridades indicadas nas suas instruções, e não "ao cómodo" dos moradores do Mato Grosso, o processo não foi simples.

Segundo o "*Anal de Vila Bela*"[6] o primeiro passo para a instalação da vila foi a viagem realizada pelo Juiz de Fora Theotonio da Silva Gusmão que partiu de Cuiabá, em Junho de 1751, em direcção ao Guaporé, para examinar um local conveniente para a criação do povoado. Esta viagem incluiu a exploração do percurso fluvial entre as minas do Mato Grosso e o rio Guaporé, onde o Juiz de Fora "descobriu" um sítio que lhe pareceu próprio para a instalação da nova vila. O local eleito era conhecido apenas dos pescadores que ali realizavam pescarias. Identificado o sítio como o "Pouso Alegre", Theotonio Gusmão providenciou imediatamente a abertura de uma picada que ligasse por terra aquele local aos arraiais do Mato Grosso, que depois foi transformada numa estrada[7].

Quando Rolim de Moura chegou ao local, em Dezembro de 1751, já estava concluída a estrada de ligação aos arraiais e já existia uma "rancharia" construída para a acomodação da sua comitiva. O governador aprovou a escolha do sítio no mesmo dia da sua chegada[8]. Depois foi levado a vistoriar os rios da região, e os arraiais. Nos arraiais terá ouvido muitas vezes o argumento dos moradores, que reafirmavam que o local escolhido alagaria nas cheias do rio. Decidiu então esperar que passasse o mês de Fevereiro para ver o nível de subida das águas. Em Março, no dia de São José, fizeram-se as cerimónias da praxe e a vila foi instituída com a respectiva erecção do pelourinho e distribuição dos pelouros[9].

---

[5] AHU Mato Grosso caixa 8 doc 31 - 30 de Junho de 1756. Carta de D. António Rolim de Moura ao Rei datada de 2 de Abril de 1757.

[6] *Anal de Vila Bela desde o primeiro descobrimento deste sertão do Mato Grosso, no ano de 1734*, documento original da BNL (Pombalina cod. 629, doc. 29), publicado in "Congresso do Mundo Português", vol. X, pp. 303-320.

[7] Idem, p. 313. "*Com a ideia de que fosse este dito campo chamado em algum tempo Pouzo Alegre e so conhecido dos pescadores o lugar desta villa; mandou logo o Juis de Fora a sua custa exploradores da campanha, e que abrissem picada desde os sitios da Conceição té este campo por não haver thé ali nem conhecimento algum do terreno que mediava entre este porto, e aquellas minnas, e sitios circumvizinhos e por isso mandou ao Guarda mor Francisco Xavier Julio Leyte a amostrar a paragem de donde havia de ter principio a picalla (...) e conseguida com bom sucesso a picada deu o Juiz de Fora ordem para abrir hua larga estrada com os negros dos moradores destas minas que para isto convidou*".

[8] Idem, p. 313. "*Achou Sua Excelencia ja rancharia feita para sy neste porto; e no mesmo dia lhe foi o juis de fora mostrar o terreno deste campo, que inteiramente aprovou para nelle se fundar a villa*"

[9] Idem, p. 314. "*Passada a festa do Natal na Chapada em que fes o Juiz de Fora os primeiros pellouros dos officiais que havião de servir na Nova Villa e entrando o anno de 1752, em meados de Janeiro partiu Sua Excellencia com o Juiz de Fora para este campo ou Pouzo Alegre, a disporem a creação da Nova Villa, e*

O relato do próprio Rolim de Moura não difere, no essencial, do que ficou descrito no *Anal*. Em carta remetida ao Rei, datada já de Vila Bela, em 18 de Junho de 1752, o governador detalhou o processo seguido e explicou as razões que o levaram a aceitar o sítio proposto pelo Juiz de Fora, fazendo, sobretudo, uma longa explanação sobre a pobreza e inadequação de cada um dos arraiais existentes para ser transformado em vila

Do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada diz que "*Compoemse todo de cazas de pao a pique barradas e cobertas de capim (assim eram as que eu me acomodei) postas aventura, sem ordem nenhuma, nem formatura de ruas e so uma morada ha e a igreja que sejam telhadas*" [10]. Afirma que a povoação estava no alto de uma serra, impondo uma íngreme subida de légua e meia para alcançá-la. As madeiras necessárias para as obras de carpintaria estariam a uma distância ainda maior e de mais difícil acesso e condução. A tal quadro acrescenta que embora houvessem boas várzeas nas proximidades da povoação, não se poderia ali criar gado posto que os pastos eram "refriados" e a sua utilização provocaria a morte tanto dos bois quanto dos cavalos. Quanto ao clima, era "*o mais destemperado que tenho visto, e se pode considerar. No tempo que la estive houve dias em que cheguei a experimentar lama, frio, sol, chuva, vento e nevoa*"[11]. Desta "destemperança" decorriam uma série de doenças que o governador descrevia como normalmente fatais, especialmente para os negros. O quadro da mineração também não era o melhor. Longe estavam os tempos em que os mineiros apanhavam as folhetas de ouro em chapéus "*como quem apanha seixinhos*"**(fig. 15)**.

O segundo Arraial visitado e descrito pelo governador foi o de Santa Ana, onde existia uma capela dessa invocação. Rolim de Moura diz que "*propriamente não he Arraial porque são muyto poucos os moradores que estão junto a elle, e os mais que lhe pertencem se acham dispersos em lavras distantes*"[12]. O seu "defeito" era estar muito encostado à Chapada, que pela sua altura lhe fazia sombra. Tinha bons matos para lenha e bons pastos para o gado, mas não tinha água suficiente para se formar povoação grande, e a que tinha provocava doenças. O clima era melhor que o da Chapada, por ser mais quente e temperado, mas era tão maligno quanto, no que dizia respeito às

---

por ser a beira do rio e dar indicio de que este alagaria o vargeado terreno mais vizinho se esperou todo o mez de Fevereiro e entrando Março, como se viu que o Rio com a sua enchente não vencia o Barranco se puserão editaes para convocar o povo ao levantamento da villa lavrado já para esta função o pellourinho. E juntos os bons e povo destas minas, em dia de São José de tarde em huma caza que se armou coberta de Toldas, no lugar da praça, se fez o acto de Creação da villa, levantando-se tambem o Pelourinho (...)".

[10] AHU Mato Grosso caixa 6 doc 10 - 18 de Junho de 1752. Carta de D. António Rolim de Moura ao Rei.

[11] Idem.

[12] Idem.

"sezões". Quanto às minas, eram, segundo os mineiros, mais produtivas que as de S. Francisco Xavier, mas Rolim de Moura duvidava **(fig. 15)**.

O quadro geral apresentado pelo governador era reforçado pela evidente falta de moradores das localidades. Dizia que os brancos não chegavam a sessenta, e destes, só sete eram casados. Neste sentido concluía que "*Considerando a pouca capacidade dos lugares em que se achão os Arraiais acima dittos, a que faltão as principais circunstancias com que Vossa Mag.de manda formar a villa, e havendo reconhecido, quando rodei pello Goaporé o Pouzo Alegre, descoberto ja pello Juiz de Fora Theotonio da Silva Gusmão na navegação que fez pello mesmo rio, me pareceo o sitio mais proprio pera a creação da villa, e mais conforme as Reais Ordens de Vossa Mag.de pellas rezões seguintes*"[13].

As razões eram, em primeiro lugar, a localização na borda do rio Guaporé "*na melhor volta, e mais alegre, que elle tem.*"[14]. Depois seguia com as qualidades próprias do sítio que tinha o tamanho e forma necessária para a fundação da vila – "*Começa por hum campo de hua legoa pequena de comprimento, e outra de largo, que parece veyo de molde pera servir de logradouro a villa*" – assim como tinha bons matos que forneceriam madeiras para a construção das casas, para além dos pastos onde os moradores poderiam deixar os seus cavalos. Nas redondezas não faltavam "capões" que permitiriam a instalação de fazendas de gado e de roças, até para além do rio Sararé. A região do rio Alegre também oferecia condições para se criarem outras fazendas, assim como era uma boa fonte de fornecimento de pescado para os moradores.

A preocupação maior eram os pantanais que tanto o rio Guaporé como o rio Alegre faziam na ocasião das cheias. Mas Rolim de Moura explica que "*Parese que esta circonstancia devia fazer mais quente este sitio: porem ca na America os pantanais que se comunicam com Rio são sadios*"[15]. Conclui assim que o clima da região era bom, com ar temperado, sem as friagens e os calores da Chapada, assim como a água do rio era "*muyto leve e dioretica*" com a singularidade de manter-se sempre clara, mesmo nas enchentes[16].

---

[13] Idem.

[14] Idem.

[15] Idem.

[16] Tal afirmação a respeito da água não podia corresponder a verdade. O rio Guaporé, como a maioria dos rios da bacia amazónica, carrega grande quantidade de sedimentos. As suas águas são, ao contrário, quase sempre barrentas, embora não cheguem a ser tão castanhas quanto as do Madeira ou do Amazonas.

Apesar dos elogios tecidos ao clima o governador afirmava que "*A minha experiencia alguma couza contradiz ao que fica exposto, porque de Março pera ca eu e toda a minha comitiva temos por varias vezes tido sezões*"[17]. Desculpava-se, no entanto, pelo facto de ser esta a "acolhida" comum dos matos aos recém-chegados, agravada pelas fadigas que todos tinham passado na jornada até ali e, especialmente, por se terem mantido nas proximidades do rio "*vivendo em ranchos de palha sem, nem ginelas, expostos a todo o rigor do tempo*"[18].

Rolim de Moura diz que se obrigou a esta "assistência" nas proximidades do rio para provar que, ao contrário do que diziam os moradores dos arraiais, as águas não chegariam a invadir o local previsto para a instalação da vila. E ali permaneceu, confirmando que na maior força das águas (daquele ano) o rio não saíra do seu leito. Afirmava ainda que mesmo se houvesse alguma cheia extraordinária as águas não alcançariam o "barranco" de "*vinte e cinco palmos bons*" onde pretendia instalar a povoação, posto não haver notícia de tal alguma vez ter sucedido.

Para além de todas estas razões relativas às "qualidades" do sítio eleito, Rolim de Moura ponderava também que aquela localização, a Oeste dos arraiais, seria benéfica para a própria protecção das minas. Assim como eram melhores as suas condições de comunicação, garantidas pelo rio Guaporé, tanto com o Pará como com Cuiabá. Assim, "*movido de todas estas rezões*", resolveu-se o governador a fundar a vila naquele lugar "*o que se fez a dezanove de Março levantandose o pelourinho, e entrando a servir os oficias da Cãmara*"[19].

Embora apresentasse ao rei a justificação da escolha do local com uma argumentação longa e exaustiva, Rolim de Moura adiantava que alguns dos "preceitos" indicados no decreto régio não tinham sido cumpridos na fundação da vila. Os oficias da Câmara eleitos não eram os mesmos que a carta régia determinava pois a nomeação do Juiz de Fora alterara o procedimento seguido e, principalmente, a eleição do lugar para a nova a vila não fora feita de acordo com o prescrito no decreto de 1746. As razões para tal eram também apresentadas: "*não foi escolhido o lugar pera a villa pella forma que a ditta ordem prescreve; porque Vossa Mag.de na minha Instrução deixa esta escolha ao meu arbítrio; e alem disso via que os moradores destas Minas se inclinavão mais nesta materia a procurarem o seu comodo particular, do que o serviço*

---

[17] AHU Mato Grosso caixa 6 doc 10 - 18 de Junho de 1752. Carta de D. António Rolim de Moura ao Rei.

[18] Idem.

de Vossa Mag.de"[20] Rolim de Moura admitia também que embora a distância entre os arraiais e Vila Bela fosse "apenas" um dia e meio não seria cómodo para os mineiros se estes fossem obrigados a se deslocar à vila por qualquer motivo[21].

Estas últimas observações de Rolim de Moura iriam servir aos moradores dos arraiais, como adiante veremos. Derrotado o argumento das cheias do rio, (embora na prática se tenha provado que a cidade ficava, de facto, periodicamente inundada), os moradores vão buscar outros motivos para justificar a sua resistência ao projecto. Por um lado, vão cobrar a falta de "legalidade" do processo de fundação da nova vila. Por outro lado, vão também insistir que ficavam prejudicados com aquela localização, por ser distante e pouco cómoda, tanto para os habitantes dos arraiais como para os de Cuiabá.

No entanto, uma vez fundada a vila, prosseguia-se com a sua construção. Sabe-se que desde a fundação Rolim de Moura pedia, insistentemente, que fossem enviados para ali novos colonos. Sugeria que viessem das outras capitanias, ou directamente do Reino. Mas a resposta do Conselho sobre esta matéria foi clara. Afirmava que não poderia mandar colonos para o Mato Grosso, posto que, para além do excessivo custo que implicaria o transporte de gente para região tão longínqua, todos fugiam da "malignidade do clima" e não havia como encontrar voluntários que se dispusessem a ocupar aquela colónia[22].

Assim, contando apenas com as condições de que dispunha, e com a resitência dos moradores da região e de fora dela, Rolim de Moura continuava a instalação do povoado. As obras começaram em 1752 e, em 1757, a vila tinha já, segundo o governador, trinta e quatro casas com cobertura de telha e outras tantas com cobertura de palha, para além da Igreja Matriz, e de uma capela dedicada a Nossa Srª Mãe dos Homens. Nas redondezas, afirmava que estavam

---

[19] Idem.

[20] Idem.

[21] AHU Mato Grosso caixa 6 doc 10 - 18 de Junho de 1752. Carta de D. António Rolim de Moura ao Rei. "*não he justo nem conveniente tiralos das suas lavras, nem destituir os Arraiais das logias, e officios; pois ainda que a villa diste somente dia e meyo delles hindo escuteiro he bastante discomodo pera os Mineiros, se houverem de mandar a villa pera qualquer couza, principalmente pera concertos de ferramentas, sendo certo que em Minas devem ser os mais favorecidos, pois delles procede o aumento e abundancia das terras*".

[22] Idem.

estabelecidas "*vinte e seis rossas, entre grandes e piquenas, havendo antes do seu levantamento somente duas, ou trez muito piquenas*"[23].

Mas foi neste ano de 1757, que Vila Bela, com apenas cinco anos de existência, sofreu o primeiro grande ataque por parte dos detractores da sua fundação que se manifestaram directamente ao Rei acusando o governador de irregularidades na criação da capital. Obrigado a responder às veementes acusações, Rolim de Moura contestou uma a uma as alegações feitas por António da Silveira Fagundes Borges, o provedor comissário de Vila Bela. Numa longa carta escrita ao rei, em 2 de Abril de 1757, apresentava, novamente, as suas razões.

A principal alegação do comissário dizia respeito à ordem régia que determinava o modo como deveria ter sido eleito o local de instalação da nova vila, que não tinha sido cumprido pelo governador. Na verdade a carta régia dizia textualmente que os moradores deveriam eleger cinco pessoas, as que julgassem as mais habilitadas para a questão em causa, e estes cinco representantes mais o governador deveriam decidir, em conjunto, o local da nova vila[24] Como se viu, o processo foi bastante diverso. Mas Rolim de Moura voltava a afirmar que ao ser enviado para o governo levava instrução em que "*he S. Mag.de servido deixar a meu arbitrio não somente escolher o sitio que melhor me parecesse para a fundação nova da Villa, mais ainda pª mudalla caso estivesse ja fundada em algum dos Arrayais (...) o que se declarou ao povo no mesmo acto da sua fundação*"[25].

O representante dizia a seguir que a vila fora fundada com muito prejuízo dos moradores dos arraiais. O governador alegava que quando chegou a região ela não podia ser mais miserável e que a partir da instalação da vila toda a economia tinha prosperado[26]. Segue o representante afirmando que os moradores tinham sido obrigados a assinar os termos que eram precisos para o estabelecimento da vila e que o Juiz de Fora instituíra "tributos" para além dos constantes na lei. A isto Rolim de Moura responde que assinar os termos era cumprir as ordens do rei, que determinara a fundação da vila "*por razões muito superiores do seu Real Serviço*" e que o que fora instituído não eram tributos

---

[23] AHU Mato Grosso caixa 8 doc 31 - 30 de Julho de 1756. Carta de D. António Rolim de Moura ao Rei datada de 2 de Abril de 1757.

[24] AHU Mato Grosso caixa 3 doc 2 - (post a 30 jan. de 1741). Minuta da carta régia datada de 5 de Agosto de 1746. Ver Anexo Documental **Doc. II.**

[25] AHU Mato Grosso caixa 8 doc 31 - 30 de Julho de 1756. Carta de D. António Rolim de Moura ao Rei, datada de 2 de Abril de 1757.

[26] Idem. "*hoje estão actualmente nesta vila onze logeas de fazenda em bastante sortimento de toda a qualidade e por preços, posto que grandes em comparação das mais Minas muito diminutos ainda para os*

mas as contribuições para a renda da Câmara. Afirmava ainda que não sabia de ninguém que tivesse deixado a vila por ser perseguido. Segundo o governador, os que se tinham retirado eram, na maioria dos casos, os que tinham intenções de mineração que ficaram frustradas com a carência das minas e que, por isso, desistiram.

Uma outra série de alegações seguiam-se contra o lugar em si da instalação do povoado. Reiteravam-se as afirmações que já tinham sido ditas cinco anos antes: que a vila estava situada em um pantanal a beira do rio Guaporé que se alagava na maior parte dos anos; que ficava distante das povoações de mineiros e que os caminhos eram alagadiços e intransitáveis. Sobre o primeiro ponto Rolim de Moura voltava a afirmar o mesmo que já tinha dito na anterior carta ao conselho. Lembrava que na ocasião da fundação tinha esperado para a ver a altura das cheias e que estando já ali há cindo anos, só em duas ocasiões o rio tinha saído do seu leito, sem no entanto atingir o centro da vila. Quanto a distância dos arraiais, dizia ser em média, de um dia, ou dia e meio de viagem. Admitia, novamente, que talvez fosse uma distância pouco cómoda para os mineiros, mas que tinha feito a sua escolha considerando que se a fizesse mais próxima das lavras poderia contar com maior bulício, desistindo os mineiros de minerar, ou de cuidar dos seus sítios, como acontecia em Cuiabá. Refere também que a grande distância alegada era relativa "*que esta ordinariamente se avalia mais pelo que se representa na imaginação do que pello que he na realidade. Cá na America, pella largueza das terras e pello uzo de fazer jornadas tão largas, como são daqui ao Pará, daqui a Bahia, daqui ao Rio, vinte e trinta legoas reputão-se por couza nenhua*"[27].

Quanto às dificuldades dos caminhos afirma que este era, infelizmente, o quadro da realidade da maioria dos caminhos do Brasil, apontando o de Santos a São Paulo como um dos piores. Relata casos similares inclusive no Reino onde várias vezes "*se embaração as estradas mais publicas, ficando detidos e parados mesmo os Correios*"[28]. Afirma assim que "*Avista disto não he muito que hua terra que fez a poucos dias cinco annos que foi fundada não tenha ainda a sua estrada livre de todos os discomodos principalmente nestas terras aonde a agoa chove toda junta, porque ordinariamente desde Dezembro até Fevereiro he raro o dia que deixa de chover. Com que não ha duvida, que no tempo das agoas alaga parte do caminho que vae daqui para os Arrayaes,*

---

que eu alcancei, pois se vendem agora muitos generos por menos da metade, e não he nenhum, assim de fora como da terra que não esteja mais barato que eu achei."

[27] Idem.

[28] Idem.

nem sera facil fundarse villa por estas terras sem esse defeito"[29]. De todos os modos, mesmo admitindo que as estradas podiam ficar alagadas, diz que estes incidentes nunca chegaram a impedir a comunicação entre os arraiais e a vila.

Na óptica de Rolim de Moura as conclusões a tirar eram claras posto que todas as acusações apresentadas pelo provedor eram exageradas ou infundadas. Para o governador a distância dos arraiais não era de facto tão grande, nem era impedimento para que os mineiros não fossem a vila quando necessário. Embora concordasse que o sitio da vila não era totalmente sadio, afirmava justamente que nenhum o seria no Mato Grosso, e que aquele tinha fama de ser o "menos mal", o que até então se comprovava, segundo a sua experiência, pois a vila tinha boas águas, bons matos para as lenhas e terras suficientes para plantar e para fazer pastos. Quanto a suposta sugestão de que a vila se poderia ter feito no Rio Sararé, mais próxima dos arraiais, apresenta o argumento da localização do rio Guaporé, mais contíguo da "raia". Conclui o raciocínio afirmando que *"achando eu o sitio que achey não podia cuidar no do Sararé sem violar de algum modo a determinação de V. Mag.de atendendo mais ao comodo dos moradores do que aos interesses do Estado"*[30].

A representação do provedor seguia ainda com mais queixas: que os ofícios (lojas e serviços) tinham sido transferidos dos arraiais para a vila, deixando-os sem oficiais; que se cobravam tributos injustos, e que já se tinham gasto na vila 14.000 oitavas de ouro até 1753 sem que fosse visível tal gasto nas poucas obras realizadas. Em suma, os moradores afirmavam que não acreditavam que a vila pudesse gorar sugerindo ao rei que a mudasse para outra localidade. O governador novamente responde a todas as questões levantadas, com exaustiva argumentação. Quanto aos "custos" da vila declara peremptoriamente que *"V. Mag.de nesta Vª; ou por cauza desta Villa tem despendido muito mais do que o Provedor Comissario diz; porque segundo me parece por cauza deste estabelecimento foi V. Mag.de servido formar nestas terras hua Capitania Nova, mandando para ella Governador, Officiaes do Governo, e da Salla, e hua Companhia Completa de Dragões, o que tem importado em muitas mil oitavas (...) Se esta despeza he bem empregada, ou não V. Mag.de a conhece milhor, do que eu lho posso expor. (...)"*[31].

No seu conjunto, todo este documento é uma verdadeira apologia da criação urbana enquanto instrumento da gestão territorial e política da colónia.

---

[29] Idem.

[30] Idem.

[31] AHU Mato Grosso caixa 8 doc 31 - 30 de Julho de 1756. Carta de D. António Rolim de Moura ao Rei, datada de 2 de Abril de 1757.

E não só. É também esclarecedor da relação hierárquica implícita no processo de criar cidades, demonstrando que os "interesses do Estado" eram claramente os determinantes e os definidores da formação urbana (sobretudo naquele caso). A síntese que as afirmações de Rolim de Moura contém são exemplares, pois mesmo que os moradores do Mato Grosso "não quisessem, nem pedissem" a vila em causa, esta seria feita, não segundo o seu interesse, mas segundo as "razões muito superiores do real serviço". Mas o que é mais significativo observar é que se o real serviço admitia que as suas razões eram prioritárias, também tomava como seu encargo os custos e o trabalho em si de "construir" a cidade a todos os níveis, não apenas elegendo o seu sítio como também "desenhando" a sua forma e gerindo a ocuapação do espaço, em várias escalas, como a seguir se verá.

Cerca de um mês depois de ter enviado essa longa carta ao rei, Rolim de Moura, confiante da aprovação dos seus métodos, insistia na necessidade de dar continuação à política até então seguida, confirmando para Vila Bela a sua "capitalidade" dentro da região. Para tal, era urgente que se transferissem para ali as funções administrativas que ainda continuavam em Cuiabá, nomeadamente, a ouvidoria, a intendência e a provedoria. É exactamente isto o que o governador pede ao Conselho, em carta datada de 20 de Março de 1757, onde reafirma as razões defendidas no documento anterior e onde declara, metaforicamente, que só assim a cidade ficaria estabelecida de "pedra e cal"[32].

Mais de um ano depois o Conselho confirmou o pedido de Rolim de Moura, mas apenas em parte. Em 22 de Agosto de 1758 foi emitida autorização para passar a residência da ouvidoria de Cuiabá para Vila Bela[33]. No entanto, em Dezembro do mesmo ano, não tendo ainda recebido esta confirmação, Rolim de Moura, agastado com o Conselho exactamente por este motivo, confidenciava a Francisco Xavier de Mendonça Furtado que "*Eu muitas vezes*

---

[32] AHU Mato Grosso caixa 9 doc 2 - 9 de Fevereiro de 1757 (data da pasta) . Carta de D. António Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Corte-Real, datada de 20 de março de 1757. "*o Consº me manda agora ouvir sobre a conta que contra a ditta Villa lhe deo o Provedor Comissario della. A resposta, q' a isso dou vera V.Excia da sua copea, Se S. Mag.de. não achar q'eu acertei nesta incumbencia, o meu empenho não he outro mais, q' servilo, e asim estou pronto a desmanchar , e desfazer tudo quanto até aqui me tem custado tanto suor, e tenta despeza. Porem se pellos mapas, q' tenho remetido, e pelas rezões, q' tenho exposto se persuade S. Mag.de que o logar esta bem escolhido para os fins, q' o ditto S.or. tem nesta fundação, pareceme, q convem muyto ao seu Real Serviço darlhe a ultima firmeza, mandando mudar para esta Villa a Ouvidoria, e a Intendencia, e Provedoria; porq' bem sabido he pella experiencia, q' em qualquer logar , q seja ninguem gosta de seguir as ideas do seu antecessor. E se quem me vier render não achar isto como la dizem de* ***pedra e cal****, e não estimar mais o serviço de S.Mag.de q' nenhuma outra couza, facilmente lhe poderão andar com a cabeça a roda; pois se se deixar vencer da conveniencia, antes querera fazer assento nos Arraiais, q tem as Minas, e as lavras ao pe, e penetrandose do temor das doenças não se dara por seguro senão no Cuiabá, q' he mais sadio*".

[33] AHU Mato Grosso caixa 9 doc 31 - 22 de Agosto de 1758. Carta de Tomé Joaquim da Costa Corte Real a D. António Rolim de Moura.

me admiro ca cõ os meus botões, q' esteja entregue a America (q', como o Pe. Antonio Vieira dizia, he o bem, q' a Velha tem) a hum Tribunal só de Juristas (...)"[34]. Apenas em Novembro de 1759 foi definitivamente confirmada a transferência de todas as funções administrativas de Cuiabá para Vila Bela[35]. A capital estava finalmente formada. Mas não estava imune à resistência.

6.2. A Malha Urbana - Evolução

Em 22 de Outubro de 1752, cerca de sete meses depois da fundação oficial de Vila Bela, Rolim de Moura enviou à corte um circunstanciado relato da sua acção urbanizadora explicando, com alguns detalhes preciosos, o modo como "formou" a vila no terreno. Seguiremos as suas palavras, a começar pela praça.

"A villa vou formando da maneyra seguinte. Escolhi pera a praça principal hum terreno mais alto, e fora de todo o risco das cheas por mais extraordinarias que sejão, distante do rio perto de quinhentos passos porque a demaziada vizinhança destes he ordinariamente sogeita a sezões no tempo das enchentes e vazantes.

Como os quatro lados da dita praça, que faço de quatrocentos e outo palmos em quadro estão quazi aos quatro Rhumos principaes determiney que fica ao Oriente pera a Matris, o do Poente pera as Cazas da Camera, o do Norte pera as da Rezidencia e o do Sul pera quarteis"[36].

Até aqui é visível o empenho em seguir os procedimentos recomendados na carta-padrão que determinou a fundação da vila, que preconizava, como já se viu, que se elegesse o melhor sítio para a instalação da praça e que se assinalasse área para a igreja, para a Câmara, Cadeia e mais oficinas públicas. Quanto à abertura de ruas o procedimento também se enquadrava nas determinações da carta de fundação.

"Saem de cada angulo da mesma praça duas ruas em direitura cada hua de cada hum dos lados, que formão o dito angulo, e lhe dou secenta

---

[34] AHU Mato Grosso caixa 9 doc 50 - 23 de Dezembro de 1758 (data da pasta). Carta de D. António Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Os motivos da "queixa" eram não apenas a demora na resposta quanto a transferência das funções administrativas para Vila Bela, mas também questões de ordem militar que não contavam com a aprovação tão rápida do Conselho quanto o governador gostaria.

[35] AHU Mato Grosso caixa 10 doc 8 - 5 de Julho de 1759 (data da pasta) . Extractos de cartas do Governador. Nº 3 (6 de Julho de 1759) sobre a mudança da provedoria, ouvidoria e intendência para Vila Bela; Nº 6 (29 de Novembro de 1759) confirmando o recebimento, entre outros papeis, o aviso da Secretaria de Estado determinado a transferência daquelas funções administrativas para Vila Bela.

palmos de largo. As duas que correm Leste Oeste vão em linha recta ao porto dezembocando em huma grande praça que nelle deixo ficar ainda que irregular porque o mesmo rio a termina por hua parte. Porem de todas estas ruas somente esta começada a que fica no mesmo alinhamento das Cazas de Rezidencia, as mais se irão fazendo (assim) *que houver quem se queira nellas estabelecer, e ao mesmo tempo determino fazer outras atravessadas pera mayor comodo, e serventia dos moradores, ou pª milhor dizer se achão ja duas com algum principio"*[37].

A recomendação seguinte da carta de fundação, que insistia para que se mantivesse o "alinhamento" das ruas é também cuidada, embora o governador admita que não foi possível manter a "simetria das fachadas". Apresenta as razões que naquelas circunstâncias lhe pareciam prioritárias, especialmente a necessidade de atrair povoadores para a nova vila que, com a exigência de tal medida, podiam se esquivar. Do mesmo modo também não foi tão exigente quanto às coberturas de telha, adiantando que tais "erros" poderiam ser corrigidos depois.

"O meu cuidado mayor he que as cazas todas vão bem perfiladas sem que alguma dellas se afaste do estrocimento das ruas porque o erro que agora se der nisso não sera facil emmendar-se ao depoiz, e he couza que não aumenta a despeza aos moradorez: emquanto a igualdade, e simetria das fachadas me tenho relaxado maiz por ver a dificuldade, que fazia a muitos este ponto pera virem estabelecerse na villa, principalmente aos pobres fazendoselhe custoza haver de se proporcionar aos riscos nesta perfeição, porque o meu fim, e o que por hora intendo convem maiz ao serviço de V. Mag.de, he facilitar o que for possivel o estabelecimento dos moradores. Pelo mesmo motivo lhe permito tambem cobrirem as cazas de capim, e porque ainda que as quizessem cobrir de telha a não ha, nem haverá tão depreça só pera as que estão feitas. Se a villa for em aumento, tempo virá em que possão emmendar estes defeitos, porquanto as cazas que agora fazem, não são de muita dura, por serem de pao a pique, e quando os donnos as quizerem reformar, ou fazer de novo, será milhor occazião de lhe por a Ley, sem o risco, de que este detrimento haja de os fazer largar a vivenda, a que ja estão costumados"[38].

---

[36] AHU Mato Grosso caixa 6 doc 16 - 22 de Outubro de 1752. Carta de D. António Rolim de Moura ao Conselho. Ver Anexo Documental **Doc. III.**

[37] Idem.

[38] Idem.

A mesma carta contem ainda duas informações concernentes à instalação do povoado. Uma diz respeito aos quartéis para a acomodação dos soldados, que Rolim de Moura afirmava ser necessário executar, embora não tivesse ordem para tal[39]. A outra refere-se à casa de residência do governador, sobre a qual se menciona a existência de um "risco" que Rolim de Moura levara do Rio de Janeiro.

"*Ainda que do Rio de Janeiro trouxe o risco pera as cazas de rezidencia me não servi delle vendo a exceciva despeza que me importaria a sua execução me rezolvo a fazella pelo que remeto a V.Mag.de. proporcionando-me aos poucos meyos da Fazenda Real desta capitania: porem às paredes dou a grossura necessaria pera poderem levantarse a todo o tempo, que parecer conveniente fazer quarto alto*"[40].

Infelizmente não se encontrou nenhum dos dois "riscos" do palácio referidos na carta, nem o que o governador levou do Rio de Janeiro, nem o projecto alternativo que supostamente enviou para o Conselho. Assim como também não se encontrou qualquer outro desenho que tenha sido executado na altura da fundação. As primeiras plantas de Vila Bela de que se tem conhecimento foram todas realizadas no período de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, a partir da década de setenta, portanto. Assim, será com base nessas plantas, e nos levantamentos actuais existentes[41], que procuraremos rever o conjunto das acções descritas por Rolim de Moura e os seus resultados concretos no desenho urbano de Vila Bela.

Das observações relativas à praça, embora a descrição do governador seja bastante precisa na indicação da medida de 408 palmos de lado, em praticamente todas as plantas essa medida corresponde a 400 palmos (cerca de 88 metros na planta actual). Quanto à orientação das frentes é curioso que Rolim de Moura refira a estarem "quase" nos rumos principais. De facto, segundo as indicações da planta actual, a diferença da orientação das ruas relativamente aos eixos cardeais é de cerca de apenas 7°. No entanto, nas plantas do século XVIII a diferença indicada é muito maior. Nos vários exemplares que consultamos, em nenhum encontramos a mesma indicação para o Norte. As discrepâncias oscilam entre uma diferença de cerca de 31° até

---

[39] Idem.

[40] Idem.

[41] No caso de Vila Bela tivemos grande dificuldade em encontrar um levantamento actualizado. A prefeitura do município não dispunha de nenhuma planta actual da cidade, assim como também não existiam quaisquer desenhos de Vila Bela na capital do Estado, salvo alguns esquemas indicativos, utilizados em folhetos turísticos. O único exemplar de um levantamento realizado nos anos 70 deste século a que tivemos acesso encontrava-se, em péssimo estado de conservação, numa moldura improvisada na

cerca de 34º relativamente aos eixos das ruas. Nas plantas que foram por nós desenhadas para explanar as fases de evolução da vila tomamos como correcta a orientação indicada no levantamento actual e é portanto esta a indicação do Norte que aparece nos desenhos **(figs. 17; 21-23, 26)**.

Quanto às ruas, a medida de 60 palmos condiz com todas as indicações em plantas e foi a medida padrão da maioria da vias abertas no tecido urbano, salvo algumas poucas excepções. As vias que Rolim de Moura aponta como as primeiras abertas, correspondem efectivamente aos quatro lados que definem a praça principal e que seguem "quase" nos rumos cardeais. A medida dessas ruas está incluída na medida total da praça. Assim, cada quarteirão da praça tem cerca de 280 palmos, sendo circundado por duas ruas laterais e uma frontal. A rua que ligava o local de instalação da residência do governador ao porto era claramente o eixo de expansão prioritário, por onde se deu início a construção das casas. Apesar do risco das cheias, a construção das moradias fez-se na direcção do porto, à ocidente da praça **(fig. 21)**.

Sobre os edifícios realizados por Rolim de Moura, pode intuir-se, pela carta que antes citámos, que o projecto inicial da residência dos governadores previa a construção de um edifício de dois andares, que não foi concretizado, sendo substituído por uma construção de um só piso, que é certamente o edifício que ainda hoje existe na vila **(fig. 27)**. Os quartéis devem ter tido um aspecto similar, mas hoje já não existem, assim como as duas igrejas referidas pela governador.

No seu relato, Rolim de Moura assume a instalação formal da vila no terreno como obra sua. Nada leva a crer que tal afirmação não seja verdadeira. Na verdade o governador estava perfeitamente habilitado para coordenar uma instalação urbana em moldes regulares como a que fez. Era um militar experimentado com comprovados conhecimentos tanto das artes da guerra como das suas bases matemáticas e geométricas[42]. Já se referiu que durante toda a administração de Rolim de Moura não havia nenhum engenheiro servindo na capitania do Mato Grosso. O governador era efectivamente o

---

prefeitura de Vila Bela. A partir de algumas medições realizadas no local tentou-se auferir a escala do desenho e compará-lo com os levantamentos do século XVIII.

[42] Vários documentos comprovam a extensão dos interesses e dos conhecimentos de Rolim de Moura não apenas relativamente à matemática ou à guerra, mas de uma maneira geral. Tratava-se, certamente, de um homem muito culto, o que ele próprio deixa entrever, em repetidas ocasiões, (o padre António Vieira era uma das suas mais constantes citações) afectando inclusive uma modéstia que provavelmente não tinha. Nas cartas trocadas com Francisco Xavier de Mendonça Furtado aparecem inúmeras referências aos conhecimentos matemáticos de ambos. Em mais de uma ocasião Rolim de Moura agradece ao governador do Pará o envio de livros e de instrumentos de medição. Em 1760 refere expressamente o recebimento de um estojo de compassos, "*um quarto de circulo com óculos de ver ao longe nas alidadas*" (uma espécie de teodolito) e um octante, para além de livros específicos. (Cf. AHU Mato Grosso caixa 10 doc 17 - 32 de Janeiro de 1760. Carta de D. António Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado).

responsável por todas as decisões que envolviam o "desenho da guerra"[43], incluindo o desenho das próprias fortificações e também, segundo afirma, o de Vila Bela.

No entanto, para a acção efectiva no terreno e para a própria execução das suas ordens, contou, certamente, com a ajuda dos oficiais militares. Dentre os mais habilitados, estava Victoriano Freitas da Cunha, que ocupou o posto de Tenente de Mestre de Campo General da capitania entre 1748 e 1756. No extenso currículo que este oficial apresentou ao Conselho para a sua candidatura, para além das ocasiões de guerra em que actuou, fez constar também que tinha participado nas obras de Mafra, "*onde esteve fazendo trabalhar na cava da terra assim os soldados como os payzanos, com todo o cuidado, e prontidão, e ajudar as medições do terreno com os thenentes coroneis engenheiros, e fazer todas as demarcaçõens necessarias*". O candidato acrescentava ainda que "*para melhor servir a V.Mag.de se empregou sete annos na Aula dos Engenheiros, tomando postillas, e ouvindo as explicaçõens do Enginheiro mor do Reino e dos Lentes das Mathematicaz do Collegio, que ditavam as materias pertencentes aos Militares*"[44]. Também Félix Caetano Pimentel, que ocupou o mesmo posto de Tenente de Mestre de Campo General entre 1756 e 1760 alegava que tinha formação na aula de navegação[45].

Assim, embora não seja possível imputar uma autoria precisa para o "projecto" inicial de Vila Bela é evidente que a sua consecução correspondeu à

---

[43] Sobre os seus conhecimentos das artes militares o próprio Rolim de Moura disse que " *assentei praça muito rapaz ainda antes das passagens e sempre fiz gosto da vida militar e procurei instruir-me nesta arte, mas como a verdadeira escola he na guerra viva, considere V. Exa. a pena que me causara acharme em similhante ocasião ca nessa distancia aonde em lugar de aprender o meo officio com os grandes Mestres que me dizem se esperavam de fora neste Reyno me vejo obrigado a ensinar aos outros o que eu não sei bem*". Cf. AHU Mato Grosso caixa 11 doc 57 - 1 de Junho de 1763. carta de D. António Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

[44] AHU Mato Grosso caixa 4 doc 44 - 30 de Agosto de 1748. *Consulta para nomeação de Thenente e Mestre de Campo General para a capitania de Mato Grosso*. Segundo esta consulta Victoriano Freitas da Cunha serviu na Infantaria da Corte, província do Alentejo e praça de Setúbal, por 45 anos, 2 meses e oito dias, desde 7 de Março de 1703 a 7 de Agosto de 1748. Neste período enumera os seus trabalhos: em 1707 foi na marcha que se fez para levantar o cerco de Olivença; em 1708 assistiu na mesma fortaleza participando nas campanhas ocorridas na região; e em vários anos seguintes serviu no Alentejo; em 1720 embarcou na fragata N. Sra. Madre de Deus a comboiar os navios do Porto que tinham vindo do Rio; em 1729 voltou ao Alentejo para assistir as passagens das princesas das Astúrias e Brasil, fazendo as diligencias necessárias para os seus alojamentos; no mesmo ano foi nomeado para ir assistir às reais obras de Mafra, onde executou os trabalhos referidos; em 1732 foi para o forte de S. Pedro da Estrela para registar todas as embarcações que passassem pelo rio; em 1734 foi com 50 soldados guarnecer a marinha da "banda d'alem" na chegada da frota da Bahia executando algumas prisões; em 1735 está em Lisboa treinando um regimento que deveria seguir para o Alentejo ao qual seguiu comandando-o até Évora; volta a Lisboa para outras funções e finalmente refere à frequência das aulas de engenharia. O conselho aprovou o seu nome em detrimento de outros dois candidatos. Ambos eram bastante mais novos que Victoriano, e um deles apresentava uma série de trabalhos desenvolvidos na Índia, em defesa de fortificações e ataque de algumas. Como o Conselho não esclarece a sua escolha, quer-se crer que, para além da experiência e maior idade do candidato eleito devem ter contado os itens relativos à aula, e as demarcações, como requisitos prioritários para a sua indicação para o novo posto.

um método de trabalho partilhado, em termos de formação geral, pelo mais alto corpo de oficiais da capitania, incluindo o próprio governador.

Em 1755, Rolim de Moura diz numa carta a Diogo de Mendonça Corte-Real: "*penso que a vila esta formada*"[46]. Contava na altura com 47 fogos, sendo habitada por 538 pessoas[47]. Em 1757, haviam já 34 moradas cobertas de telha, e outras tantas cobertas de palha e os moradores "de confissão" já passavam de 700[48]. Quanto ao andamento das "obras públicas" sabemos que, em 1757, o provedor comissário acusava que apesar do muito dinheiro gasto apenas estavam construídos os alicerces da casa do governador, os quartéis ainda não estavam acabados e só se tinha feito uma casa de "60 palmos de comprido e 35 de largo"[49].

Rolim de Moura contestava veementemente esta acusação. "*Enquanto a relação de obras q' o Provedor Comissario faz esqueceram-lhe alguas, e de outras não disse, o q' era precizo, pª que V. Mag.de. visse no cabal conhecimento da materia. Não faz menção do* ***Armazem****, que primeiro que tudo mandei fazer para por em guarda e segurança os materiais precizos pª dar principio as obras. Da* ***caza*** *que tambem mandei fazer para a comodação do Pe. da Companhia (...). Do* ***rancho*** *para a acomodação dos soldados, enquanto os quarteis se não acabavão. De outro* ***rancho*** *pª trabalharem os officiais de carpinteiro juntos, e a coberto das inclemencias do tempo, o q' era precizo pª lhe puxar a elles a saude e não multiplicar os jornais a Fazenda Real. E por ultimo pello tempo da quaresma de mil setecentos e sincoenta e trez hua* ***capella*** *pª se nos dizer missa, e se nos administrarem os Sacramentos, poiz a primeira, q' eu havia feito a minha custa no primeiro anno se arruinou com a enchente, por ficar muito a borda do Rio, aonde todos assistiamos em ranchos naquele tempo"*[50].

Para além de apresentar a sua "lista" de obras Rolim de Moura acrescentava ainda que diante das condições técnicas e dos materiais existentes o que podia parecer pouco era de facto muito. Não havia cal disponível na região e a que ali chegava era muito cara. As obras eram normalmente feitas de taipa, mas para serem duráveis exigiam a construção de

---

[45] AHU Mato Grosso caixa 8 doc 11 - (ant. a 10 de Fevereiro de 1756).

[46] AHU Mato Grosso caixa 7 doc 55 - 10 de Maio de 1755.

[47] Idem.

[48] AHU Mato Grosso caixa 8 doc 31 - (pasta 30 de Junho de 1756). Carta de D. António Rolim de Moura ao rei datada de 2 de Abril de 1757.

[49] Idem. Esta informação é especialmente significativa, pois indica as medidas do lote-padrão utilizado em Vila Bela que a seguir veremos confirmado nas plantas da vila do final do século XVIII. Ver nota 81 deste capítulo.

alicerces sólidos, de pedra e barro. Todo o trabalho, desde a retirada dos materiais à execução dos edifícios, era, portanto, bastante moroso. O governador concluía assim que "*a obra que estava feita era pouca, pello que respeita ao que se ve, mas não he piquena parte do edificio pello que toca ao trabalho*"[51].

Outras informações fornecidas por Rolim de Moura são também significativas para se compreender as condições de instalação da vila. Para além dos incómodos passados por ele e pelos que inicialmente o acompanharam que incluíram enfrentar jararacas e dormir em redes o governador também enumera algumas das "oportunidades" aproveitadas. Refere especialmente a vinda de vários carpinteiros trazidos pelo Juiz de Fora logo no início das obras. Cita também as pessoas que se ajuntaram ao núcleo instalando-se para pescar ou caçar e que começaram a construção das suas casas. A transferência dos cartórios para a vila foi uma importante medida, pois obrigava os mineiros dos arraiais a frequenta-la. Mas, a mais significativa foi o ter mandado vir de Cuiabá todos os oficiais de pedreiros que tinha a companhia de dragões que não só se instalaram na vila como moradores, como fizeram depois casas para vender. Refere-se ainda a ter ajudado o ferreiro a vir instalar-se com a sua família fazendo-lhe um empréstimo inicial, assim como ao primeiro açougueiro. Entre outras confissões, Rolim de Moura diz mesmo que nos primeiros tempos da vila foi obrigado ele próprio a servir de médico, juntamente com um carpinteiro italiano.

A construção da matriz mereceu uma atenção especial. Logo na sua chegada, o governador tinha pedido ao Bispo do Rio de Janeiro para transferir para Vila Bela a freguesia então instalada no arraial de S. Francisco Xavier da Chapada, o que foi prontamente efectuado. O governador apressou-se assim a construir, à sua conta, uma pequena capela para a vila, a qual se fez ao lado da "palhoça" onde então vivia, nas proximidades do rio. As primeiras cheias encarregaram-se de destruir essa capela, assim como as próprias instalações provisórias do governador. Tal facto obrigou a construção de outra capela na praça principal, no local que estava destinado para a matriz desde a fundação da vila. Rolim de Moura afirmava que não podia exigir o contributo apenas dos moradores, pois estes já tinham arcado com a edificação da matriz anterior no arraial. A irmandade do Santíssimo Sacramento tomou para si esta responsabilidade, assumindo a construção da igreja sem custos para o Estado[52].

---

[50] Idem.

[51] Idem.

[52] Idem.

Até ao final da administração de Rolim de Moura, em 1765, e depois, já no período de João Pedro da Câmara, até 1768, não há muitas notícias sobre o crescimento da vila. As únicas referências que surgem dizem respeito às intermináveis obras dos edifícios principais. Em 1758, a câmara enfrentava grandes dificuldades para pagar as obras no edifício do senado[53]. Em 1763, a construção dos quartéis continuava a aparecer no mapa geral das despesas da capitania e a residência do governador também não se concluíra, levantando-se apenas uma parte do edifício[54].

Entretanto, a ocorrência mais constante em Vila Bela eram as cheias. Em 1753, logo no ano seguinte à fundação, as águas alcançaram o "barranco" onde se encontrava a vila[55]. Em 1754, o rio voltou a subir "*alagando ainda palmo e meyo mais do que o anno de antes*"[56]. E tal situação se repetia a cada ano, com maior, ou menor gravidade. Na primeira cheia os moradores tinham construído uma vala e uma ponte, para separar a área da várzea da cidade[57]. Em 1766, a câmara ainda lidava com as mesmas dificuldades de pagamento que tinha em 1758 e se encontrava impossibilitada de reparar a ponte e de concluir as obras da casa de câmara e cadeia[58].

Apesar de Rolim de Moura se ter empenhado pessoalmente na edificação da igreja, a obra em causa também jamais ficou definitivamente efectivada. Em termos alegóricos pode dizer-se que a história da construção da matriz de Vila Bela, como a da própria cidade, esbarra em tantas dificuldades que a transformam num eterno "projecto".

Em 1764, os representantes da Câmara de Vila Bela dirigiram ao rei uma súplica pedindo que a fazenda real financiasse a construção da matriz, que se encontrava em ruínas[59]. Nessa altura o processo não teve qualquer resposta por parte do Conselho. Em 1769, já no período de administração de Luís Pinto de Sousa Coutinho, o próprio governador voltou a dirigir o pedido dos moradores ao Conselho, alegando a sua intrínseca justiça e desculpando-se pelas

---

[53] AHU Mato Grosso caixa 9 doc 28- 15 de Junho de 1758. Oficio do Juiz de Fora do Mato Grosso ao Rei. Explica que pela falta de rendas próprias, e porque não se cumpria a ordem régia que determinava que se desse meia arroba de ouro para tal fim, a câmara tinha feito empréstimos ao cofre dos órfãos para fazer as obras do edifício da Câmara. Continuando sem rendas, a Câmara agora acumulava as dívidas ao cofre dos órfãos e ao empreiteiro e não tinha como pagar a ambos.

[54] AHU Mato Grosso caixa 11 doc 52 - 23 de Maio de 1763.

[55] Cf. *Anal de Vila Bela...*, p. 315.

[56] Idem, p. 316.

[57] Ibidem.

[58] AHU Mato Grosso caixa 12 doc 60 - 12 de Fevereiro de 1766. Carta de João Pedro da Câmara a Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

[59] AHU Mato Grosso caixa 12 doc 3 - 18 de Fevereiro de 1764. Da Câmara de Vila Bela ao Conselho Ultramarino.

irregularidades do primeiro pedido, pois os representantes da câmara não tinham cumprido todos os requisitos necessários para apelar à piedade régia[60]. Nessa segunda ocasião o pedido seguiu acompanhado de todos os pareceres necessários e de um projecto da igreja a ser construída **(fig. 16)**. Desta vez houve resposta do Conselho. Em 21 de Agosto de 1770 os ministros deliberaram que, apesar da eventual justiça do pedido em si, achavam que o projecto proposto talvez fosse "exorbitante" em termos de custos e diziam que obra deveria ajustar-se a "*possibilidade do povo*""[61].

A natureza de tal parecer do Conselho obrigava a recomeçar tudo de novo, posto que se exigiam novas consultas ao provedor e ao governador para que reavaliassem o projecto. Mais anos passaram-se. Luís Pinto de Sousa não chegou a rever o processo que, para todos os efeitos, continuava sem resposta positiva do Conselho.

Também em 1769 outras obras ainda preocupavam o governador. Tratavam-se dos preparos para a instalação da Casa de Fundição que deveria ser transferida de Cuiabá para Vila Bela e do aumento e continuação da residência dos governadores, ainda não concluída. João Pedro da Câmara tinha vendido uma propriedade sua para funcionar como Casa de Fundição. Luís Pinto de Sousa morava, interinamente, nesta propriedade, enquanto duravam as obras que mandara fazer na residência dos governadores. Como os oficiais da futura casa de fundição julgaram que a propriedade que lhes estava destinada não era adequada, Luís Pinto de Sousa pensou em adaptar a própria residência dos governadores para aquela função[62]. O que acabou por não ocorrer, posto que em 1772 a fundição estava finalmente instalada em Vila Bela, numa casa que ficava mesmo ao lado da residência dos governadores, na outra esquina da rua direita do palácio **(fig. 17)**.

---

[60] AHU Mato Grosso caixa 13 doc 55 - 20 de Setembro de 1769. Carta de Luís Pinto de Sousa Coutinho ao Conselho. O governador referia ao facto dos moradores não terem consultado para o seu pedido o provedor da fazenda, "*na forma da provisão de 2 de Abril de 1739 que assim o dispoem expressamente*". E não só, também lhe parecia "supérfluo" o facto dos oficiais terem pedido na mesma altura licença para despenderem anualmente uma certa quantia dos bens do concelho com a festas de S. Francisco de Borja, Santa Isabel e Anjo Custódio, "*estando a mesma câmara empenhada, e não tendo os rendimentos competentes para o destino da sua instituição*".

[61] Idem. Parecer do Conselho (21 de Agosto de 1770)

[62] AHU Mato Grosso caixa 13 doc 20 - 27 de Janeiro de 1769. Carta de Luís Pinto de Sousa a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. "*Havendo o meu antecessor feito vender para o destino de servirem para fundição as casas que lhe tocam pela data que lhes fez seu tio o Conde de Azambuja, avisei ultimamente a V. Exa que mandava continuar um quarto das que o mesmo conde tinha feito construir para residencia dos generais deste estado visto se acharem ate aqui incompletas e eu não ter onde viver interinamente mais do que naquelas que se acham destinadas para fundição . (...) porem examinando as mesmas casas acham os officiais della não serem proporcionadas para aquele ministerio, razão porque em lugar de continuar para mim o quarto projectado, o mando conlcuir para aquele destino na forma que presentemente requer a necessidade do mesmo estabelecimento. He o que me parece indispensavel partecipar a V. Exa a esse respeito*".

O estado das ruas de Vila Bela preocupava Luís Pinto de Sousa que cobrou da câmara o cumprimento das posturas municipais que obrigavam a que o senado fiscalizasse o seu calçamento, assim como também exigiu que se concluíssem as obras do edifício da Câmara e Cadeia, ainda incompleto. Em resposta, os oficiais concordavam com ambas as necessidades mas não viam meios de suprir a sua falta. A Câmara ainda não tinha resolvido os seus problemas de insolvência[63] e os moradores, pela sua pobreza, não poderiam arcar com as despesas do calçamento das ruas. Apesar disso, o parecer dos oficiais do Senado da Câmara também enfatizava o seu interesse no assunto.

"A autoridade[64] das ruas calçadas, hé sem duvida incontroversa: em m^to nos interessamos neste projecto. A praxe porem não deixa de padecer alguma impossibilidade; porque hade custar muitas lagrimas da pobreza, que he da maior parte, de que se compoem algumas ruas. O mais, que no estado presente se poderá conseguir virá a ser o calçarem-se oito, ou dez palmos na forma exposta na Referida copea, intervindo algumas modificações segundo a conjectura do tempo presente, o permitir as partes mais fracas, que devemos attender, não só pelo que nos parece excesso de razão obriga-las, como porque a sua impossibilidade actual se faz credora da mayor compaixão: esperando com tudo que no curso de mais annos, em que os moradores estejão menos exhaustos, possamos todos preferir esta utilidade publica a todas as outras domesticas"[65].

Nesse quadro de penúria generalizada seguia a "evolução" da vila. Só em 1773 o processo da igreja teve novo andamento. O governador a quem coube responder a consulta pedida pelo Conselho era já Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Novamente alegava que a obra não só era imprescindível como não lhe parecia nada exagerado o custo que os oficiais da câmara tinham apresentado. O provedor da fazenda era da mesma opinião, justificando ainda o seu parecer com vários argumentos de ordem prática, especialmente a efectiva inexistência de outro qualquer templo, e as dificuldades normais das obras naquela região[66].

---

[63] AHU Mato Grosso caixa 14 doc 5 - 3 de Fevereiro de 1770. Carta da Câmara de Vila Bela a Luís Pinto de Sousa. Os oficiais alegavam que desde que tinham tomado dinheiro emprestado ao cofre dos órfãos ainda não tinham conseguido pagar, e com o agravamento da situação de penúria da câmara, corriam o risco de não ter quem lhes fizesse obras, com medo de não ser pago. Ver Anexo Documental **Doc. VI.**

[64] A expressão está sublinhada no documento com uma nota lateral: *Esta palavra parecia ser = utilidade =*

[65] AHU Mato Grosso caixa 14 doc 5 - 3 de Fevereiro de 1770. Carta da Câmara de Vila Bela a Luís Pinto de Sousa. Ver Anexo Documental **Doc. VI.**

[66] AHU Mato Grosso caixa 13 doc 55 - 20 de Setembro de 1769. Carta de Miguel Pereira Pinto (Ouvidor geral que servia de provedor da capitania) ao Conselho, datada de 12 de Julho de 1773. "*A única igreja desta villa estava ameasando a ultima ruina por ser de pau a pique sem alicerce, e mal armada: inclinou enfim quase a perder todo o equilíbrio, e foy necessario derribala. A planta projectada he muito moderada, e ja se esta*

No seu parecer o provedor apresenta uma descrição do projecto que condiz com a primeira planta apresentada em 1769, que aliás já estava em construção desde aquela altura[67]. No entanto, não seria ainda desta vez que se confirmaria a ajuda régia para a construção da matriz. Embora o Conselho tenha dado, em 1774, um parecer favorável ao pedido, sem mais exigências de consultas suplementares, só em 1777 este parecer foi confirmado, aprovando-se a utilização de três contos de reis para a construção da capela-mor. Mas esta confirmação também não chegou à Vila Bela.

Em todas as plantas da cidade elaboradas durante a administração de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a matriz é identificada como "igreja arruinada com destino de matriz". Existia entretanto uma outra capela, ao lado da câmara, que era identificada como "igreja que serve interinamente" ou "barraca que serve de igreja" **(fig. 17)**.

De uma maneira geral o quadro evolutivo de Vila Bela durante a administração de Luís de Albuquerque não diferiu muito dos períodos anteriores. A cidade efectivamente crescera no número dos seus habitantes e no número de fogos construídos. No entanto, tal facto não implicava um efectivo "progresso" em termos económicos. A pobreza da população, constantemente declarada pela câmara, era um facto incontestável. Como se viu, as minas, apesar de continuarem em extracção, apresentavam um quadro de contínuo decréscimo. Com efeito, parte da população que aparentemente aumentava em Vila Bela era na verdade oriunda dos arraiais mineiros que se desertificavam. No conjunto, a população da região de facto não aumentava nem enriquecia.

Um dos mais claros índices do quadro de pobreza da capitania era dado pelo volume de negócios ali efectuados pela Companhia do Grão Pará e Maranhão. Apesar das insistentes reclamações da falta de braços, assim para as minas como para as lavouras, os colonos do Mato Grosso mal tinham como pagar os escravos que tanto requisitavam. Estes rareavam cada vez mais, tanto devido à fraca introdução de peças por parte da Companhia, como pelo

---

executando não permitindo a extrema necessidade mais demora. (...) A despeza ja feita pelo povo ate ao ultimo de Junho do prezente ano com os alicerces de pedra deficulttosos de solidar por ser o terreno quase pantanozo, e oito palmos de soco de pedra e duas fiadas de taypa que fazem doze palmos, trabalhos em que se axa a obra tem custado seis contos seis centos e tres mil quatrocentos cincoenta e nove rz. A excessiva carestia dos artifices, materiais, e necessarios adornos decentes faz orsar o custo da igreja com as necessarias oficinas em melhor de vinte contos de rz."

[67] Idem. "*O corpo da igreja incluindo o cruzeiro tem 90 palmos de comprido, e quarenta e cinco de largo, e a capela em proporsão. Duas piquenas torres de sessenta palmos de alto são mais para refuste da obra, do que para fausto. A falta total de cal e a carestia da pedra fazem que so pode ser construida de barro sucado, a que vulgarmente xamão de taypa de pilão sobre alicerce, e soco de pedra*".

desinteresse progressivo do negócio em função das dificuldades de pagamento dos moradores e da diminuta produção da região[68].

Quando Luís de Albuquerque iniciou a sua administração esta situação não havia mudado. É possível que tenha inclusive piorado, posto que o processo de exaustão das minas era contínuo. Viu-se que desde o início das suas funções, em 1772, até 1778, toda a governação esteve voltada para a estruturação do território e para o investimento nas novas fundações que se realizaram nos vários pontos da capitania[69]. Pode dizer-se que durante esse tempo a capital funcionou como centro da gestão territorial mas mereceu, em si, poucos investimentos. Salvo o interminável processo de (des)construção da igreja, as únicas outras obras em curso pareciam ser de manutenção ou pequenas reformas nos edifícios já existentes[70].

No entanto, em 1775, o governador mandou realizar *um "novo projecto para a continuação do plano primitivo desta villa"*. O desenho, que tem grande interesse por mostrar a evolução do tecido urbano até aquele ano, propunha a abertura de uma nova travessa à oriente das existentes. A legenda indicava ainda *"os limites de terreno ate onde somente podera edificar-se pela ocidental, ainda que sera conveniente dissuadir os que tiverem esse mesmo pensamento pelos reconhecidos incovenientes"* **(fig. 18)**.

Essa observação confirma o que já antes se tinha afirmado sobre a tendência de expansão da vila se ter estabelecido em direcção ao rio (a ocidente), apesar dos perigos representados pelos cheias. Observa-se que a evolução do tecido se tinha feito basicamente no quadrante Noroeste, mantendo-se a praça inicial como o vértice dos eixos de expansão para Norte e Oeste.

O "novo projecto" de Luís de Albuquerque pretendia, basicamente, reverter o processo de expansão da vila para ocidente, dirigindo-o para oriente,

---

[68] Em 1760 o governador do Mato Grosso apresentava a seguinte exposição sobre o problema da falta de braços na capitania e os deficientes "serviços" da Companhia de Comércio. *"Não tem nenhum outro obstáculo que por ora possa fazer eleger com preferência o das outras praças, mais do que a maior facilidade que tem de alcançar fianças ou fazendas, o maior numero de pretos que acham para os seus transportes, cuja carestia, e mais do que tudo, grande esterilidade que encontram nesta cidade os faz desanimar para prosseguirem um comércio que se não pode sustentar sem estes socorros. Por isso exorto a V. Mercê que participando aos deputados da mesa este objecto, lhe ajam de representar que nas maiores remessas de escravos consiste a a melhor parte do aumento e felicidade não so destas minas mas tão bem deste Estado."* (AHU Pará papeis avulsos caixa nº 30) Citado in António Carreira - *As Companhias Pombalinas de Grão Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba* . Lisboa : Editorial Presença, 1983, p. 160.

[69] Ver cap. 4, especialmente o item 4.2. "A Criação Urbana: Discurso e Acção".

[70] Em 1776, no mapa geral de despesas da capitania surgem referências a algumas obras na vila com a seguinte observação: *"pertencem estes pagamentos a despesa que ainda se não tinham satisfeito da casa de Fundição e hua parte do muro do quintal do palácio e de varias reedificações indispensaveis que se fizeram nos quarteis e armazens."* AHU Mato Grosso caixa 17 doc 6 - 12 de Abril de 1776.

onde o perigo das cheias supostamente não existia, embora ali também houvessem zonas alagadas.

Para concretizar a expansão para oriente o desenho aponta as rectificações que se faziam necessárias para esta evolução urbana. A "travessa do Ourives" que constituía praticamente o limite da vila a oriente é finalmente definida e são projectadas (a vermelho) as continuações das ruas de Santo António, do Fogo e da Virgem. As ruas Direita e da Rosa, as únicas que já tinham algumas casas a oriente da praça (a amarelo), são prolongadas até a dita "travessa nova" (a vermelho), que se mandaria abrir **(fig. 18).**

Para além de direccionar a expansão da vila, o projecto também reenquadra a posição da praça, que passa a estar numa situação mais central dentro do tecido urbano e já não como seu vértice. Valorizando esta situação da praça, e criando com ela um eixo central, surge, associada à residência do governador, uma espécie de "área verde" que é bastante curiosa. Não se sabe a exacta função desta área, mas, pelo desenho, parece ser um grande jardim, ou horto do palácio[71] **(figs. 18, 21A)**.

A concretização do projecto é iniciada, começando-se pela rectificação da travessa do Ourives. Com efeito o Anal de Vila Bela regista que neste ano o governador mandou "*que se abrisse efectivamente a grande travessa que corta presentemente desde a praça, as ruas dos Mercadores e do Fogo (...) executando-se em tudo as ordens de Sua Excellencia a este respeito, de palpavel interesse comum*"[72].

Em 1777, o Anal de Vila Bela voltava a registar as preocupações de Luís de Albuquerque quanto ao crescimento da capital. Afirma-se que, "*ordenou Sua Excellencia que as cazas desta villa continuassem para o nascente que oferece maior altura de terras, e goza de hum ambiente mais sadio e determinou a nova delimitação de ruas e travessas com respectivo desenho*"[73]. O desenho aqui referido deve ser, provavelmente o "*Plano da Capital de Villa Bela (...) cujo*

---

[71] Com efeito, o espaço parece um jardim ou horto e é interessante observar que em alguns desenhos tem duas áreas distintas de plantação: uma, mais próxima do palácio, que se assemelha a um conjunto de canteiros regulares, como um tradicional jardim de bucho; outra que parece um grande pomar ordenado. Não se sabe se a instalação deste "jardim" é anterior ao governo de Luís de Albuquerque, ou se corresponde a uma iniciativa sua. Se de facto se concretizou como jardim, este terá sidos dos primeiros jardins "desenhados" da colónia. Note-se que o interesse de Luís de Albuquerque pelos jardins não é negligenciável, tendo sido responsável pela introdução de várias espécies no seu jardim privado na Casa da Ínsua, continuando aliás, uma tradição familiar que lhe antecedia. Quando Luís de Albuquerque ainda se encontrava no Brasil, em 1775, entre outras intervenções no jardim, foi plantada na Ínsua uma rua de bucho que formava uma abóbada que se podia passear de carruagem sob ela. Cf. Souza Viterbo – *A Jardinagem em Portugal,* Segunda Série. Coimbra, 1909, pp.68-69, Apud. Hélder Carita, Homem Cardoso – *Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal ou da originalidade e desaires desta arte*. Lisboa : Círculo de Leitores, 1990, pp. 278-279.

[72] Anal de Vila Bela, Ano de 1775, citado in Gilberto Freyre - *op. Cit.*, vol. I, p. 165

[73] Anal de Vila Bela, Ano de 1777, citado in Gilberto Freyre - *op. Cit.*, vol. I, p. 163.

plano se levantou no anno de 1777 por direcção do Gov. E Cap. General daquela capitania (...)" **(fig. 19)**.

Neste plano de 1777 é evidente que as intenções do projecto de 1775 não se tinham concretizado totalmente. Embora a travessa do Ourives apareça já mais completa em termos de loteamento, o alcance da extensão para oriente não tinha sido muito. Apenas na rua de Santo António e na rua Direita existiam novas casas que chegavam até a "travessa nova" prevista dois anos antes, e a travessa em si não se encontrava efectivamente "desenhada" no terreno **(fig. 19)**. Mas já neste desenho de 1777 é visível uma outra intervenção do governador na "regulação" de Vila Bela, que será melhor explanada na sua correspondência de finais de 1779.

Em 29 de Dezembro de 1779 o governador enviou ao Conselho uma carta onde apresentava a sua acção em Vila Bela como parte integrante da "*boa Policia das terras*". Assim, "*sem prejuizo dos outros mais importantes negocios que ocorreram*", Luís de Albuquerque diz que tinha procurado promover "*a Povoação desta Villa Capital muito mais comoda, e regularmente do que na verdade se achava na minha chegada*"[74].

O processo para tal "regularização" foi a abertura de "***duas novas Ruas***" que, segundo o governador, facilitavam sumamente a comunicação dos habitantes. Apontava para o facto de que a intervenção implicara apenas numa pequena despesa por parte da câmara, que "*a vista de tão publica e notoria utilidade se destinou com sua complacencia*"[75]. Além da "*referida regulação*" o governador procurou incentivar os moradores para que construíssem novas casas na vila, ou que reformassem as suas desde os alicerces. Afirmava que estas casas deveriam ser feitas tanto sobre o "plano primitivo" da vila (que segundo Luís de Albuquerque fora "muito bem advertido") como sobre os "adiantamentos" feitos durante o seu governo[76].

Na mesma carta referia ainda que tinha mandado fazer, por conta da real fazenda, um armazém para arrecadação de munições de boca e guerra, no qual fizera uma acomodação distinta para a pólvora, para conserva-la livre da humidade e dos perigos a que estava exposta e expondo a vila. O desenho

---

[74] AHU Mato Grosso caixa 19 doc 39 - 1779-1780. Extractos de cartas de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro. Carta nº 6 - 29 de Dezembro de 1779. Ver Anexo Documental **Doc. XII.**

[75] Idem.

[76] Idem. "*tenho podido inspirar aos mesmos habitantes em geral, e sem que se lhe ocazionasse a minima violencia; o util arbitrio, não somente de edificarem de novo muitas , e decentes cazas proprias, tanto sobre o primitivo plano da criação desta referida Villa, que foi muito bem advirtido, como sobre os adiantamentos que no meu tempo se lhe fizeram; mas ainda de reformarem desde o alicerces, como na verdade se fazia preciso, a maior parte das cazas antigas, que subsistiam; pois que sendo muito mal construidas; não tinham sigurança, nem comodidade.*"

correspondente a estes projectos não enviava porque não o achava "*copeado com a requerida decencia para tão alto fim*" assim como também não seguia pelo mesmo motivo a planta de Cuiabá que tinha mandado executar[77].

Esse documento revela pelo menos dois aspectos significativos para a evolução do desenho urbano de Vila Bela. Por um lado, a opinião do governador de que o plano inicial fora "muito bem advertido" indica uma permanência no processo de construção da vila que não tem solução de continuidade de um para outro governo. Tal facto é ainda mais evidente quando Luís de Albuquerque reforça que gostaria de "reconstruir" as casas tanto nas ruas já abertas anteriormente, como nas "novas" que mandara fazer, as quais mantém uma estreita relação com as existentes em termos da malha urbana, como a seguir veremos. Mas, por outro lado, o documento também indica que as condições "técnicas" existentes na capitania continuavam a dificultar o trabalho de intervenção urbana. A dificuldade apontada para encontrar alguém que fizesse o "desenho" do plano é similar a existente para encontrar quem o pudesse executar.

Como já foi referido noutros pontos deste trabalho, a falta de engenheiros e arquitectos no Mato Grosso era um problema persistente desde a instalação da capitania. Concretamente, no que diz respeito a esses projectos apresentados para a capital, ambos coincidem com períodos em que a falta de técnicos era evidente. Em 1775, o único engenheiro a trabalhar no Mato Grosso era Domingos Sambucetti. Foi certamente ele o autor do desenho do "*Novo Projecto para a continuação do plano primitivo desta vila*", que antes apresentamos **(fig. 18)**. O projecto deve ter sido elaborado em conjunto com o governador, numa das viagens do engenheiro à Vila Bela. Entre 1777 e 1779, o quadro de técnicos era ainda mais precário pois Sambuceti havia morrido e o único engenheiro da capitania ocupava-se exclusivamente das obras do Príncipe da Beira, motivo pelo qual Luís de Albuquerque alegava que não tinha quem copiasse o desenho do seu projecto com a devida decência.

Entre 1779 e 1780, a necessidade de execução dos mapas correspondentes à "Ideia Geral" e ao levantamento dos rios obrigou o governador a requisitar os serviços de todas as pessoas que tivessem "algumas luzes" para o desenho. Nessa altura, para além dos mapas referidos, Luís de Albuquerque mandou fazer novas plantas de Vila Bela, as quais deram origem a

[77] Idem.

uma série de cópias[78], onde são visíveis as intervenções referidas no documento de 1779 **(fig. 20)**.

Nesses desenhos observa-se, como já se tinha dito, que a "nova travessa" prevista em 1775 para ser aberta à oriente da praça não tinha sido efectivamente concretizada no terreno. Mas, contrariamente ao primeiro plano, tinha sido aberta uma outra travessa à ocidente da praça. Esta, que é identificada nos desenhos de 1780 como "travessa nova", foi feita cortando ao meio os quarteirões já existentes. A segunda rua nova a que o documento de 1779 faz referência não é na verdade uma rua completa mas apenas um trecho. Trata-se do rompimento de uma pequena faixa da grande área existente por trás da residência dos governadores. A abertura deste troço fez-se em continuidade à rua central, que na altura ganhou novo nome, passando de "rua da Virgem", para "rua dos Mercadores" **(figs. 22 / 22A)**.

Embora aparentemente pequenas, essas "reformas" no plano da vila não deixam de ser significativas. Tal como o governador alegava, a abertura da nova travessa facilitava de facto a circulação interna dentro da vila, pois evitava o contornar de quarteirões antes muito alongados. O mesmo se poderá certamente dizer da continuação da "rua dos Mercadores", pois aquele pequeno trecho estabelecia a única outra comunicação possível com a parte oriental da vila, para além da praça e da rua de Santo António, no extremo norte da área urbana.

Assim, as mais importantes características da "regulação" promovida por Luís de Albuquerque dizem respeito à estruturação interna da malha urbana e não simplesmente à sua ampliação. A abertura das novas ruas, no interior da malha já existente, proporcionou efectivamente uma acção rectificadora sobre o tecido urbano, mas contribuiu sobretudo para uma maior clareza na leitura do desenho da vila.

Viu-se que a instalação inicial da vila fez-se a partir da praça para ocidente, em direcção ao rio. Esta instalação, realizada claramente no sentido longitudinal, através das ruas, era balizada pelas travessas que as cortavam ortogonalmente. As primeiras travessas a serem estabelecidas (depois dos eixos formadores da praça) foram as que são identificadas como travessa da Olaria e travessa Baixa ou do Rio. Estas vias marcavam os limites dos respectivos quarteirões. A sua marcação estabelecia uma malha que, embora fosse ortogonal, não seguia, aparentemente, um padrão constante. A primeira travessa, que tem 60 palmos de largura, cortava as ruas depois de um

[78] Ver Inventário Iconográfico.

quarteirão de 960 palmos de frente. A segunda travessa, também com 60 palmos de largura, vem a seguir a outro quarteirão de cerca de 360 palmos. As ruas, também com 60 palmos de largura, repetiam-se, por sua vez, em intervalos não regulares primeiro de 210 palmos, depois 360, depois 480 palmos **(fig. 23)**.

Apesar de parecer aleatória, a métrica do desenho inicial de Vila Bela denuncia um sistema de modulação do tecido urbano em que são evidentes as medidas múltiplas de 60 palmos (360, 480, 960) que geram os quarteirões, quer no sentido das ruas, quer no das travessas. Essas medidas mantêm inequívocas relações de proporcionalidade matemática ao mesmo tempo que denunciam uma lógica geométrica de composição. Somando as medidas dos quarteirões e das ruas que iam sendo sucessivamente acrescentadas ao tecido observa-se que os avanços fazem-se em padrões regulares de 480 palmos tanto para Norte como para Ocidente, o que permite observar que a expansão do tecido urbano tem um eixo virtual que se define a partir da diagonal do quadrado inicial da praça. Tal processo é mais facilmente identificável no desenho onde se pode ver as relações de proporção numérica que dão origem ao quadrado virtual da expansão urbana (960= 480+480) **(fig. 23)**. Com efeito, tal como Luís de Albuquerque afirmou, o plano de Rolim de Moura fora muito bem advertido.

No entanto, embora seja detectável o padrão de modulação da malha urbana, a leitura do desenho continha um certo desequilíbrio provocado sobretudo pelos primeiros longos quarteirões de 960 palmos que dotavam a malha de uma tendência marcadamente longitudinal que não era seguida nos outros quarteirões menores. Assim, a intervenção efectuada por Luís de Albuquerque, ao dividir estes quarteirões ao meio, realizava uma aproximação aos valores mais constantes em torno dos 480 palmos e de facto "regularizava" de uma maneira mais evidente o desenho da vila **(fig. 23A)**. Ao mesmo tempo que simplificava a circulação dentro do tecido, a abertura da travessa também contribuía para uma leitura mais simétrica e regular das frentes dos quarteirões.

Do mesmo modo, o pequeno trecho aberto na continuação da rua dos Mercadores era mais do que uma simples ligação entre partes da vila. Representava também a criação de um novo centro no tecido urbano que levava já em consideração a ampliação da malha. Assim, a travessa do palácio e a rua dos mercadores passavam a ser os novos eixos centrais do tecido urbano. A partir deste centro virtual definiam-se as novas linhas de evolução da tecido que determinavam a expansão para ocidente e para sul, tal como Luís de Albuquerque pretendia já com o plano de 1775. **(fig. 23A)**.

Ademais de serem intervenções significativas ao nível da malha urbana, estas reformas denunciam também uma abordagem mais complexa da

"forma urbis" de Vila Bela. Ao se acrescentar mais uma travessa e ao se valorizar o eixo da rua dos Mercadores hierarquizou-se o tecido urbano proporcionando uma leitura mais "regularizada" da estrutura viária. Com aquelas modificações também ficava mais clara e mais legível a forma geral da vila onde se podiam ver as "cinco ruas" e as "cinco travessas" a que Ricardo Franco se refere na descrição citada no início deste capítulo[79]. Ao afirmar que Vila Bela era formada por igual número de ruas e de travessas, que se cortavam perpendicularmente em "*espaçozos quadros*", o engenheiro representava a imagem de uma vila regular, marcada pela racionalidade e pela beleza do seu desenho.

Em 1775, Luís de Albuquerque dissera que pretendia deixar a vila "*muito mais comoda, e regularmente do que na verdade se achava na minha chegada*"[80]. O governador, provavelmente, não se referia apenas à comodidade da circulação interna dentro da vila, mas à leitura global do seu desenho que deveria espelhar a sua condição de capital da capitania e de baluarte de defesa da conquista portuguesa no interior da América.

No entanto, para além da abertura das ruas, não se constata a realização de grandes obras de arquitectura durante o seu governo. A maioria dos edifícios institucionais (residência do governador, quartéis, casa de fundição e igreja) estavam já construídos aquando da sua chegada, ou com obras já iniciadas (e, eventualmente, não terminadas, como a igreja matriz). A planta de 1775 **(fig. 18)** indica a existência de uma "casa de ópera" que pode ter sido construída nos primeiros anos da sua administração (ou antes ainda), mas que nos últimos, aparentemente, já não existia. Em 1780, edificou-se nas proximidades do rio a capela de Santo António, assim como, cerca de 1788, surgiu, no extremo oposto do mesmo eixo, outra capela dedicada a N. Sra. do Carmo **(fig. 17)**. Essas duas igrejas foram as únicas construções de dimensões urbanas realizadas durante a administração de Luís de Albuquerque. Embora não sejam obras de iniciativa total do Estado, é interessante observar que a implantação destas igrejas responde a uma lógica de correspondência simétrica dentro do tecido urbano **(fig. 23A).** O que pode ser lido como uma imposição "racional" da regularização do desenho da vila, ou como uma intenção "barroca" de estabelecer um eixo perspéctico, ou apenas simbólico, entre as duas igrejas.

No último ano do seu governo, em 1789, Luís de Albuquerque encomendou uma nova série de plantas de Vila Bela. Nessa altura o governador

---

[79] Ver nota 1 deste capítulo.

[80] AHU Mato Grosso caixa 19 doc 39 - 1779-1780. Extractos de cartas de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro. Carta nº 6 - 29 de Dezembro de 1779. Ver Anexo Documental **Doc. XII**.

contava com os préstimos de Ricardo Franco de Almeida Serra e de Joaquim José Ferreira. Nenhuma das plantas se encontra assinada mas é provável que tenham sido executadas ou por algum dos dois engenheiros, ou por um dos seus discípulos.

Em termos da evolução da vila os desenhos de 1789 apresentam algumas novidades. Vê-se que a travessa prevista em 1775, a oriente da praça, tinha sido finalmente aberta, deixando-se inclusivamente já marcada outra travessa paralela na mesma direcção. Mais duas ruas tinham sido acrescentadas à malha urbana, uma a norte e outra a sul. A do norte designou-se por rua de S. Luís, certamente em homenagem ao governador, e a do sul rua do Açougue. Para além destas ruas deixavam-se já previamente indicadas no desenho outras duas paralelas a estas que deveriam ser abertas nas respectivas direcções **(fig. 24)**.

Observa-se que embora se indiquem as novas ruas no desenho a elas não corresponde uma ocupação completa dos quarteirões correspondentes. Ao contrário, a maioria apresenta uma ocupação bastante rarefeita. É assim evidente que o desenho e a abertura das ruas corresponde a uma operação de antecipação do crescimento urbano e não o contrário

Neste sentido, é interessante notar que, em alguns exemplares dessa série, a vila é representada também em escala reduzida num pequeno desenho que indica com maior detalhe a sua localização relativamente ao rio e que dá uma visão global do conjunto urbano. Nesses desenhos é ainda mais evidente a "projecção" que a indicação das novas ruas representa e o valor simbólico que adquirem na imagem da cidade. A "forma urbis" que é sintetizada nesse pequeno desenho reforça a noção de regularidade da vila, apresentando-a definida, no seu corpo principal, pela figura de um duplo quadrado. Tal figura não corresponde efectivamente à vila "real" (que se encontra representada ao lado no desenho em maior escala), mas indica a vila "ideal", que se queria bela e regular, inclusive no seu crescimento **(fig. 25)**.

Note-se que a imagem ideal da vila que se projecta nestes desenhos (e nos outros anteriores) é sobretudo uma imagem em planta. E este aspecto é interessante pois denuncia, uma vez mais, que é sobre a apropriação espacial do território que se constrói a imagem da cidade. E aqui cabe lembrar como e quanto esta "imagem" foi divulgada. Com efeito, Vila Bela é dos núcleos urbanos do Brasil colonial com mais vasta representação iconográfica e a planta da vila foi o seu "retrato" mais difundido. Era a única imagem que o próprio rei

conhecia daquele espaço da sua soberania. E era a imagem que importava marcar no âmbito das disputas territoriais, daí que tenha sido tantas vezes repetida.

Mas os desenhos de 1789 apresentam também uma informação valiosa que não aparece em nenhuma das séries anteriores. É nestas plantas que surgem pela primeira vez as indicações sobre o loteamento interno do tecido urbano. Observa-se que embora ocorram pequenas variações, havia uma espécie de lote-padrão que se apresentava de maneira regular em todo o tecido urbano. As principais características desse lote eram a sua forma rectangular e a sua frente, que tinha cerca de 60 palmos, encontrando-se alguns casos cuja frente parecia ter o dobro desta medida. A profundidade dos lotes variava de acordo com a dimensão dos quarteirões e ocorria em medidas que iam dos 180 aos 240 palmos, em média. A acupação dos lotes em termos de edificação também tinha um padrão constante. De uma maneira geral as edificações preenchiam a totalidade da frente do lote e tinham medidas de fundo similares. É provável que o exemplo da casa citada pelo provedor de Vila Bela em 1757 correspondesse às medidas usuais das edificações urbanas (60 palmos de frente por 35 palmos de fundo)[81]

Nota-se, sobretudo na primeira área de expansão do tecido urbano, que o loteamento foi feito basicamente no sentido perpendicular à orientação das ruas, gerando quarteirões com apenas duas frentes construídas. Ou seja, a frente dos lotes voltada para as ruas encontrava-se edificada enquanto que para as travessas, voltavam-se, em princípio, apenas os quintais das casas ou, em alguns casos, construções que marcavam a "esquina" mas que mantinham uma continuidade com a frente voltada para a rua. A estrutura interna da maioria dos quarteirões aparece assim definida por duas séries de lotes separados por uma linha central que, via de regra, dividia os quarteirões ao meio **(fig. 26)**.

Esse sistema de loteamento explica não apenas o processo inicial de expansão do tecido urbano, que ocorreu segundo o eixo das ruas, assim como também esclarece o padrão das medidas dos quarteirões cujos valores eram múltiplos de 60 palmos. Assim, os 960 palmos de frente dos primeiros quarteirões correspondem a um conjunto de 16 lotes, enquanto os 360 palmos do quarteirão seguinte equivalem à junção de 6 lotes. Quanto à profundidade dos quarteirões, e dos lotes, também já se tinha notado que, na maioria dos casos, surgem valores múltiplos de 60 palmos (180+180 = 360 palmos, 240+240 = 480 palmos) **(fig. 26)**.

---

[81] Ver nota 49 deste capítulo.

Tal facto é significativo e revela a lógica de proporcionalidade inerente ao plano da vila. Note-se que as figuras geométricas geradas a partir destas medidas mantinham sempre relações de proporção evidentes. Tomemos o lote como exemplo: com os seus 60 palmos de frente este poderia ter 180 palmos de fundo, gerando um triplo quadrado; com os mesmos 60 palmos de frente e 240 palmos de fundo, gerava um duplo duplo quadrado. O mesmo raciocínio se pode aplicar para os próprios quarteirões e, por extensão, para todo o desenho da vila, que era assim, naturalmente, "proporcionada".

Mas o mais importante desse sistema de relações proporcionais não diz respeito a aplicação de uma qualquer lógica numérica e sim a demonstração de um método de composição. Método este que aparece a maior parte das vezes como um procedimento interiorizado e não necessariamente evidenciado. E o caso de Vila Bela é um bom exemplo para se avaliar o nível de "interiorização" conceptual desse método de composição, pois embora não se possa dizer que tenha havido um "projecto" formal para o desenho da vila, há um projecto virtual que acabou por se revelar implícito no método utilizado no seu desenho concreto no terreno. E é sempre o mesmo método que está na base das principais intervenções que se fazem no tecido urbano, quer no período de Rolim de Moura, quer na administração de Luís de Albuquerque.

Um método que valorizava o ideal de cidade "unida e bem formada" em contraponto ao "mato grosso" e selvagem que a circundava. Um método que se fundava sobre as bases matemáticas e geométricas da "razão e proporção" para estabelecer um desenho urbano legível e legítimo que evidenciasse o carácter civilizado da sua instalação. Mas também um método pragmático e essencialmente "táctico" que considerava como premissas básicas da criação urbana razões próximas às das estratégias de guerra, onde o entendimento das relações e comunicações no espaço era tão importante como o estudo da forma de ocupação e movimentação neste mesmo espaço. Neste sentido, embora tenha sido desde sempre uma vila civil, a criação de Vila Bela representava também uma lógica "militar" de ocupação do espaço, especialmente na óptica de estratégia territorial com que é fundada. Assim, ao seu papel de centro urbano acresce-se, necessariamente, o de centro "táctico" de toda a capitania, de onde se geriu a guerra virtual que sustentaria o território da colónia.

Não é estranho portanto que na maioria dos desenhos de Vila Bela elaborados em 1789 a legenda tenha um tom encomiástico louvando os 18 anos de "feliz governo" de Luís de Albuquerque. Neles é evidente a identificação da cidade como "capital" da capitania e, consequentemente,

como espaço central da acção governativa que se elogiava. Nalguns refere-se também ao seu fundador, D. António Rolim de Moura, ou aos 37 anos da fundação da vila, estendendo o elogio à toda a intervenção do Estado naquele território, desde a criação da capitania. A cidade, e a criação urbana, surgem, uma vez mais, como os símbolos da acção do poder, como prova eloquente da sua eficácia e do seu método.

6.3. Razão e Declínio

Entre as recomendações deixadas por Luís Pinto de Souza a Luís de Albuquerque constava expressamente o cuidado que o governador deveria ter para contrariar o resistência dos cuiabanos relativamente à Vila Bela. Luís Pinto de Sousa advertia ao seu sucessor que os habitantes de Cuiabá "*olhando sempre com ciume este estabelecimento depois que se mudou para elle o assento do Governo; tendo por maxima universal horrorizar os novos vindos; pintando-lhe a rezidencia de Villa Bella com as cores mais atrozes. Huma das attenções particulares da administração de V. Exa. he o fazer cohibir estas funestas sugestões; e declarar aos ministros / que muitas vezes se deixão dominar do mesmo anthosiasmo / quais sejão as intenções de Sua Mag.e a este respeito; e o quanto he inerente ao seu officio, não so não embarassarem as pessoas que pretendem mudar para aqui o seu domicilio, mas concorrerem com o maior zelo possível para que assim de effectue*"[82].

O fantasma da "morte anunciada" desde o início da fundação da vila era permanente. Com efeito, apesar da resistência dos moradores dos arraiais do Mato Grosso ter acabado por diminuir ao longo do tempo, o "ciúme" dos cuiabanos crescia. Jamais conformados com a sua "substituição" enquanto sede administrativa da região, os moradores de Cuiabá não se cansavam de reclamar a sua primazia na conquista e no estabelecimento da capitania. A lógica da sua reivindicação assentava sobre a antiguidade e a centralidade da sua localização, o que, segundo eles, evidenciava a injustiça da "capitalidade" perdida para a nova vila. Assim, continuavam a imputar àquela localidade todos os defeitos que vinham sendo alegados desde a sua criação. Reafirmavam, sobretudo, as más condições climáticas, acrescidas das dificuldades de abastecimento, o que contribuía para a pobreza generalizada dos seus habitantes.

[82] AHU Mato Grosso caixa 15 doc 67 -24 de Dezembro de 1772.

Este último argumento, por coincidir com a verdade, era especialmente eficaz. De facto Vila Bela não espelhava riqueza. Durante a administração de João de Albuquerque, excepção feita para construção de uma "casa das canoas"[83] e para as intermináveis obras da igreja matriz, pouco mais se investiu na vila.

Relativamente à igreja mantinham-se as mesmas dificuldades no processo de obtenção de ajuda de custo da coroa, iniciado desde 1764. A aprovação emitida pelo conselho, em 1777, não foi transmitida aos oficiais da câmara que ainda lidavam com dificuldades para concluir as obras[84]. A falta de continuidade das obras e a acção do tempo devem ter deteriorado completamente o templo em construção na praça principal. Em 1793, os oficiais da câmara voltaram a pedir novamente a rainha uma "esmola" de 8.000 cruzados para a construção da capela-mor da matriz[85]. Dessa vez tinham começado a obra noutro terreno, por trás da residência dos governadores, onde até então era uma espécie de jardim do palácio[86].

O requerimento da câmara tinha o apoio do então governador, João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Mas o novo processo não foi mais célere do que o primeiro. Em 1795 foi emitido o parecer do Conselho. Após terem feito várias consultas complementares, os ministros acabaram por admitir como justo o pedido dos moradores sugerindo a rainha que desse a esmola pedida, como já fizera noutras ocasiões[87]. Não sabemos se tal ajuda chegou de facto à Vila Bela, pois essa igreja também não foi concluída.

A morte de João de Albuquerque, em 1796, veio contribuir para a má fama dos "ares" de Vila Bela e do seu clima maligno. Com efeito, as cheias sucediam-se mantendo a região constantemente exposta à malária e a outras doenças endémicas. O próprio governador tinha alertado para esse problema referindo-se a uma grande cheia ocorrida em 1792[88]. Por outro lado, as dificuldades económicas da vila não só perduravam como foram especialmente

---

[83] AHU Mato Grosso caixa 25 doc 32 - 20 de Setembro de 1791. Carta de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro. A nova casa das canoas tinha 240 palmos de comprimento, por 80 palmos de largura e 20 de altura.

[84] Ver item 6.2.

[85] AHU Mato Grosso caixa 26 doc 49 - 4 de Setembro de 1793 - Dos Oficiais da Câmara de Vila Bela a Martinho de Melo e Castro.

[86] É nesta localização que se encontram actualmente as ruínas da segunda igreja matriz que jamais chegou a ser concluída **(fig. 27A)**.

[87] AHU Mato Grosso caixa 27 doc 18 - 13 de Fevereiro de 1795. Relatório do Conselho Ultramarino sobre a Igreja de Vila Bela.

[88] AHU Mato Grosso caixa 26 doc 2 - 9 de Janeiro de 1792 (data da pasta). Carta de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Joaquim José Ferreira, datada de 10 de Março de 1792.

acrescidas depois da extinção da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão.

Em 1798, quase no final do século, Vila Bela enfrentou um segundo grande golpe, com a proposta explícita de mudança da capital sugerida por Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Os argumentos eram os já conhecidos. "*Como todos os meios que augmentão a Povoação de qualquer paiz, augmentão tambem as suas rendas publicas, poderia eu propor, entre outros, a mudança da capital para o Cuiabá. Aqui tem os homens de lutar sempre contra o clima e natureza. O clima de Cuiabá, e a abundancia daquelle paiz, de farinha, carne, e peixe, fazem que elles ali se multipliquem sem esforço algum. Daqui rezulta que sendo aquella colonia so doze ou treze anos mais antiga doque o Mato Grosso, tem duas partes mais de habitantes, apezar de estar aqui a capital do governo há quarenta e seis anos, o que so por si deveria fazer que a população deste districto, longe de ser inferior, fosse muito maior. Com a mudança para o Cuiabá facilitava-se tãobem a emigração para aquella vila dos moradores de Goiazes, e de São Paulo, os quais, e mais que eles os cuiabanos, tem o maior horror a Mato Grosso*"[89].

O governador teve a lucidez de admitir que a mudança da capital só poderia ser feita depois de concluídas as demarcações, para evitar os perigos de enfraquecimento da situação militar da capitania. Sugeria inclusive, como localização alternativa para a capital, a Vila Maria do Paraguai, de onde, como também de Cuiabá, se poderia socorrer a fronteira. Alertava, no entanto, para o incontornável problema da decadência de Vila Bela, caso deixasse de ser capital. "*Deve contudo notar-se que transferindo a capital, ou para Cuiabá, ou para Villa Maria, este districto de Matto Grosso se atrazaria bastante, e que afrouxaria o comercio com a Cidade do Para se não se animar efficazmente*"[90].

Foram exactamente a garantia da fronteira e o comércio com o Pará, os principais fundamentos da petição que os moradores de Vila Bela fizeram subir à corte, em 1803, reivindicando que não se transferisse a capital. Em tom de súplica e de ofendida contestação, os oficiais da câmara da capital contrapunham as suas razões à mudança pretendida.

A segurança da fronteira, que tinha sido o principal motivo da fundação da vila, voltava a ser lembrada. "*O governo, Real Senhor, mudado para Cuiaba e esta vila entregue a um comandante que nada resolve de per si esperando as ordens daquela grande distância dara motivos a que havendo algua*

---

[89] AHU Mato Grosso caixa 30 doc 25 - 18 de Julho de 1798. Carta de Caetano Pinto de Miranda Montenegro a D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

[90] Idem.

invasão tenha o inimigo entrada franca e que della tome posse, e huma vez perdida sera dificil a sua restauração e perdidas ficam as mais importantes possessões como são o Forte do Principe, CasalVasco, Paraguai e com bastante perigo o mesmo Cuiabá"[91].

Mais adiante, era o espectro do abandono total que movia as súplicas. *"A capital, Real Senhor, mudada para Cuiabá, fica esta vila dezerta, porque nos officios da Caza de Fundição se ocupão muitos rapazes que dos seus ordenados alimentam suas familias"*[92]. A morte do governador era também, indirectamente referida, mas os moradores afirmavam que "*A vida de hum General ou d'hum ministro não he mais preciosa que a de tantos mil vassalos que tem V. A. R. nesta capital"*[93]. E por fim, apresentavam a extinção do comércio com o Grão Pará, com prejuízos certos tanto para o rei como para os vassalos de Vila Bela. *"Ficara sim, Real Senhor, per huma vez extinta o tão necessario util e interessante as rendas de V. A. R. o Commercio do Gram Para e virão estes povos a comprarem a peso de ouro os generos da maior necessidade"*[94].

O documento apresentava ainda outras razões para manter a capital no Guaporé. A vila era descrita como sendo "*populosa de edificios*" e tão sadia quanto qualquer outra das minas. Mas o processo afinal era inevitável. Apesar da vila ter sido feita cidade em 1818, com o nome de Mato Grosso[95], tal não impediu a mudança oficial da capital, que se deu em 1835[96]. Na verdade, a transferência de funções administrativas para Cuiabá tinha começado pelo menos desde 1820[97]. A partir de então, como todos previram, Vila Bela entrou em agonia[98].

---

[91] AHU Mato Grosso caixa 35 doc 33 - 19 de Fevereiro de 1803. Dos oficiais da câmara de Vila Bela ao Visconde de Anadia.

[92] Idem.

[93] Idem.

[94] Ibidem.

[95] A elevação a cidade foi concedida por carta lei datada de 17 de Setembro de 1818. Cf. Virgílio Correia Filho - *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros - Mato Grosso ,XXXV Volume*, Rio de Janeiro, 1958, p. 219.

[96] Idem. O documento que oficializa a mudança da capital é a Lei Provincial nº 19, de 28 de Agosto de 1835.

[97] Ver item 5.2. "O Território Herdado".

[98] Um curioso fenómeno ocorreu em Vila Bela, ainda não totalmente explicado pela bibliografia. A partir da transferência da capital os poucos habitantes brancos da vila foram sucessivamente abandonando-a e a sua população, que já era maioritariamente constituída pelos negros escravos, ficou quase que exclusivamente formada por descendentes dos africanos. A vinda dos habitantes dos arraiais vizinhos ajudou a ainda a completar o quadro, o que levou Gilberto Freyre a dizer que a vila se "aquilombou". Tal facto e o isolamento a que a vila foi votada, geraram a formação de uma comunidade negra extremamente coesa e singular em termos de tradições culturais no interior do Brasil, que ainda não teve os estudos que merece.

Durante o século XIX, a guerra do Paraguai viria ainda acentuar a decadência e o abandono votado ao vale do Guaporé. No final desse século e no início do século XX a exploração da borracha surgiu como um possível meio de recuperação da economia regional. Mas as dificuldades de comunicação impediram o maior desenvolvimento da região, que chegou entretanto a ser produtora de borracha de qualidade. O escoamento do produto obtido no vale era maioritariamente feito a partir do sul (por terra e depois pelo rio Paraguai) e não pela antiga via do Guaporé-Mamoré-Madeira onde as cachoeiras concretamente impediam a navegação a vapor em certos trechos. Como os moradores também tinham previsto, o comércio com o Grão Pará tinha praticamente morrido[99].

Mas é curioso notar que passados cerca de 100 anos da mudança da capital e do consequente declínio de Vila Bela, a descrição da região feita por um engenheiro acabava por dar razão à escolha de Rolim de Moura, pois indicava que na vasta extensão de água das cheias o local da vila parecia-se com uma ilha num imenso lago[100].

A vila ilhada é uma imagem evocativa de todos os condicionalismos por que passou Vila Bela. Recorda, acima de tudo, a referência mítica daquela ilha no meio do grande lago dos Xaraiés que os desbravadores queriam encontrar coberta de ouro. Embora Vila Bela jamais tenha sido uma terra de riquezas, as dificuldades da sua criação e o isolamento natural reforçam o seu carácter quimérico, afirmando-a como um sonho surgido (e mantido) em condições adversas.

Ainda em termos alegóricos pode dizer-se que Vila Bela esteve sempre ilhada. Ilhada, especialmente, na sua condição de capital e dela dependente. Tendo sido criada para sustentar politicamente a posse de um território a cidade manteve-se presa a esta relação. Mas, se considerarmos, que a simples

---

[99] Não morrera totalmente porque parte da borracha também era conduzida pelo Guaporé até o actual porto de Guajará-mirim e depois alcançava por terra Porto Velho, no rio Madeira, e dali seguia para Belém, pelo mesmo caminho do século XVIII. Outro caminho fluvial também era percorrido pelos exportadores de borracha, embora com menos frequência, pois apresentava também algumas dificuldades, que era o percurso dos rios Arinos, Juruena e Tapajós. No entanto, a maior parte da produção de borracha do Mato Grosso era exportada pelo rio Paraguai. Cf. *Álbum Graphico do Estado do Mato Grosso*, Corumbá / Hamburgo, 1914.

[100] "*Por mais que se leia e se estude os mappas geográphicos, não se póde fazer idéa exacta da transformação que, no tempo das chuvas, soffre esta imensa area de terreno, sobre o qual correm o Guaporé e seus affluentes. Quem os viu, como eu, cobertos d'água, por dezenas e dezenas de légoas, ás vezes sem deixar uma nesga de terra secca para pouso dos viajantes, fica estupefacto diante de tamanha massa d'água, parecendo diluvio (...) Aqui, no Guaporé, vi reunidas as águas do Sararé, Galera, Verde, Corumbiara, Mequenes, São Miguel, Cantário, Baures e Itonamas, n'uma extensão de mais de oito légoas acima de suas fozes, parecendo mesmo não existir entre eles o menor divisor de águas. (...) A cidade do Matto Grosso fica então cercada de água. É uma ilha de uma e meia légua em quadra: ao Sul o Guaporé e seus banhados; ao Norte o Sararé; a Leste os banhados do Sararé que se comunicam com o Guaporé; ao Poente o Guaporé*". In *Álbum Graphico do Estado do Mato Grosso*, Corumbá / Hamburgo, 1914, p. 364. O autor da descrição é engenheiro Manuel Esperidião da Costa Marques, morto em 1906, em Vila Bela.

intenção de afirmar todo um território pela criação de uma cidade é em si uma visão utópica, podemos também dizer que Vila Bela foi, efectivamente, uma utopia realizada. Foi talvez a única no contexto de todas as vilas fundadas no Mato Grosso que tivesse esse carácter simbólico assumido desde sempre. As outras todas eram "fundações" suficientemente pragmáticas para prescindir de si próprias enquanto núcleos urbanos, caso a manutenção do território assim o exigisse. Sob certos aspectos Vila Bela também, mas a sua localização precisa e a sua condição de capital acrescentavam-lhe um poder que dava existência à cidade para alem de si própria. Com efeito, Vila Bela era o "fecho" da colónia. A sua fundação, mais do que todas as outras, dava sentido a "ilha-Brasil". A sua existência, ali, naquele rio, era um ponto nodal que representava, ao mesmo tempo, a difusão e o limite do império.

Há, no entanto, um paradoxo implícito na situação de Vila Bela que é, em parte, o espelho da sua condição múltipla e contraditória de cidade capital-colonial / territorial -periférica.

Por um lado, aos olhos do Estado, Vila Bela em si não existia. O que existia era o território que aquela cidade representava e que se pretendia ter domínio sobre. A vila era a cabeça de um corpo mais vasto que valia pelo seu conjunto, o qual estava, por sua vez, submetido à um outro conjunto ainda maior, cuja cabeça era a própria metrópole. Por outro lado, e exactamente porque representava um dos elos da continuidade do poder colonial, Vila Bela existia, e garantia com a sua existência a manutenção da estrutura administrativa imprescindível para a submissão do território. Assim a existência da cidade dependia do território na mesma medida em que a existência do território dependia dela. Mas essa relação recíproca funcionava, sobretudo, no nível da representação e da hierarquia, porque, em termos concretos, ambos, cidade e território, dependiam das efectivas condições de manutenção das suas estruturas no terreno e estas estavam, necessariamente, vinculadas aos meios económicos e sociais.

Assim, é significativo observar que não foi por coincidência que a capital regional mudou tanto em 1752, como em 1835. No primeiro momento, quando foi fundada Vila Bela, esta representava a instalação oficial da capitania do Mato Grosso que era assim inserida no quadro da administração da colónia. No segundo momento, quando a capital passou para Cuiabá, a situação política também se tinha alterado e o Brasil deixara de ser colónia. Em ambos os casos as cidades que sediaram a administração da região mantinham vínculos inequívocos com a estrutura política e económica em causa em cada momento. Vila Bela foi a cidade-baluarte da fronteira e do território, cuja

discussão estava em pauta durante a administração colonial. Cuiabá nunca tinha deixado de ser o centro económico da capitania e, naturalmente, reivindicou tal posição no momento da independência do país[101].

Evidentemente não há mudanças gratuitas na história, mas essas mudanças também não se fazem a partir de factores pré-condicionados. Há todo um conjunto de elementos que pesam, quer para a manutenção de certas situações, quer para a sua alteração. No caso do Mato Grosso, a condição de "capitalidade" que foi disputada por Cuiabá e Vila Bela tinha em si mesma um valor acrescido. Numa região cujo isolamento era, e continua a ser, uma das principais dificuldades, a instalação das estruturas administrativas, e a concentração da classe dirigente, implicava um potencial de riqueza para a vila e para os seus habitantes que era, naturalmente, motivo de emulação por parte dos outros núcleos. A "capitalidade" longe de ser uma situação isenta, era um efectivo privilégio dentro do quadro regional. No entanto, apesar do estatuto de capital se constituir como um inequívoco privilégio para os habitantes da vila em causa, este não era suficiente para a sua sustentação. Até ao contrário, o próprio facto de deter uma situação de vantagem implicava a necessidade de possuir outros factores que pudessem garantir a inevitável pressão exercida por parte dos outros potenciais candidatos às mesmas regalias, o que, sob vários aspectos, fragilizava a própria condição de capital.

Embora o projecto global de instalação da capital em Vila Bela previsse e procurasse estabelecer as condições efectivas para a manutenção da cidade, em termos concretos elas falharam. Mas apesar da cidade ter, de certo modo, morrido, o território que ela representava sobreviveu exactamente nos termos que se pretendia.

É interessante notar que essas contradições e características são visíveis no próprio desenho de Vila Bela. Era uma cidade submetida às razões do território. A sua localização foi decidida numa escala territorial e não urbana. A ordenação implícita da sua malha era uma alusão a pretendida ordenação do território circundante. Mesmo na sua forma "aberta" assumia-se uma hipótese de expansão contínua em clara referência territorial. Mas essa "cidade interminável" que na sua forma e instalação representava a "propriedade contínua" dos domínios do rei era uma cidade frágil, uma pequena ilha em meio a muitos trabalhos **(fig. 25)**.

---

[101] Luiza Rios Ricci Volpato adverte para a importância do papel desempenhado, no quadro regional, pelos comerciantes de Cuiabá enquanto força política durante todo o processo de crise do sistema colonial que culminou com a independência do Brasil. Ver Luiza Rios Ricci Volpato - *O Processo de emancipação política em Mato Grosso: Análise Bibliográfica*, in "Revista da Universidade Federal de Mato Grosso", Ano I, nº 1 Jan.-Abr., 1981, pp. 33-36.

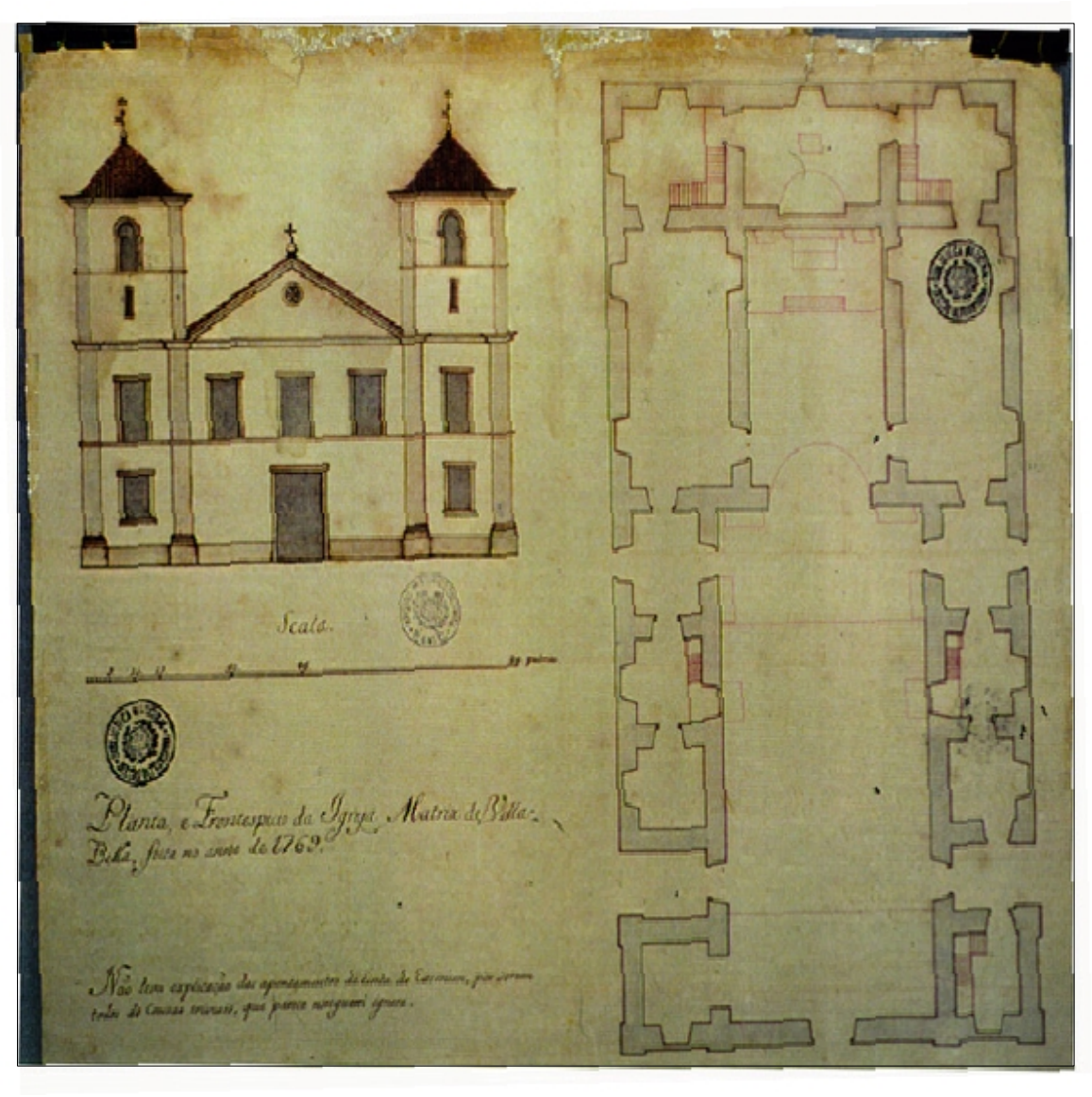
Fig. 15



Joaquim José Ferreira
Arraial de Santana, Arraial do Pilar, Arraial de São Francisco Xavier da Chapada e Arraial de São Vicente....
Color. 64 x 49 cm.

Casa da Insua 21 / cópia BPMP Pasta 24 (22)

Fig. 16

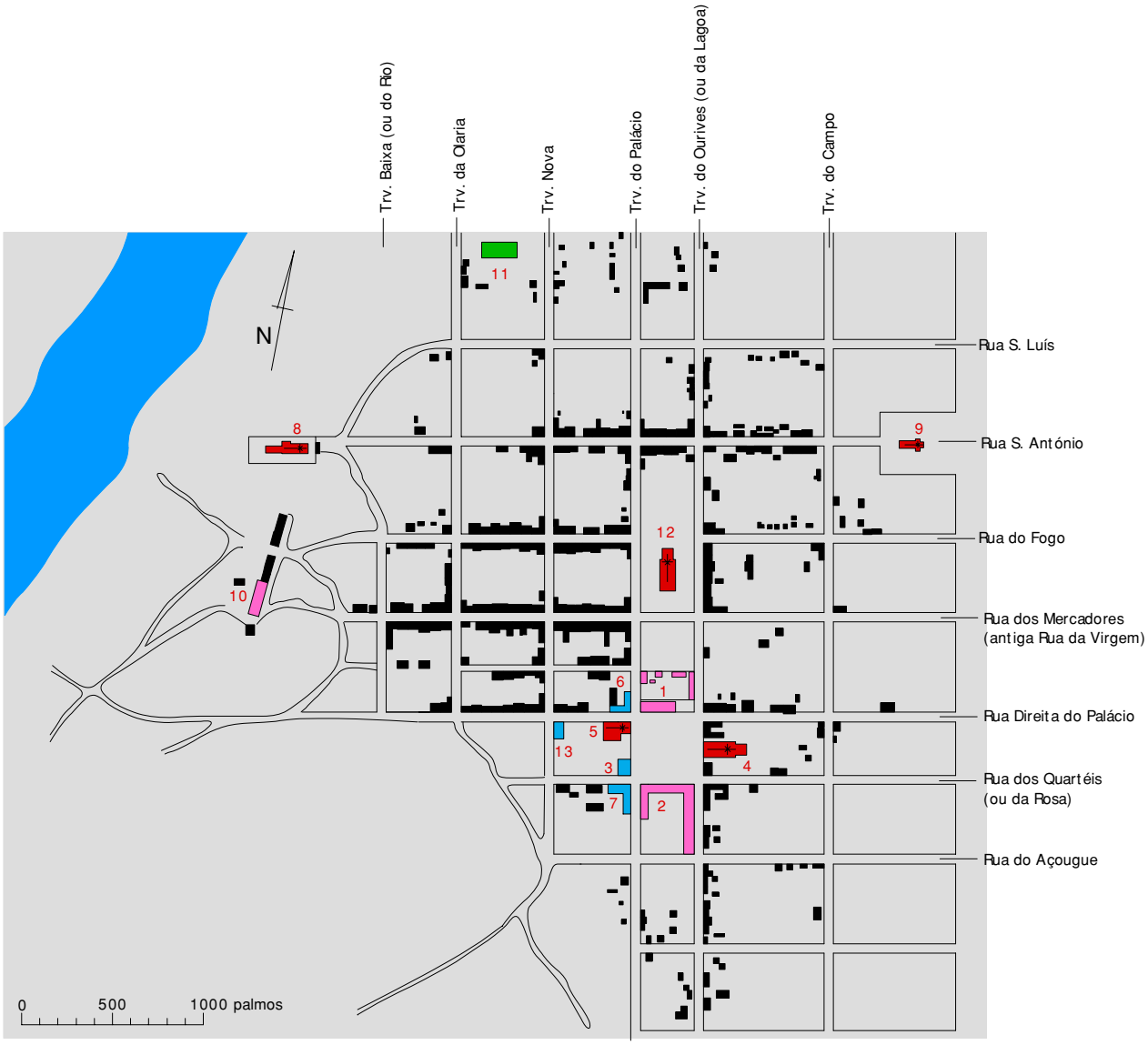


1769

Planta e Frontespício da Igreja Matrix de Villa Bella feita no ano de 1769. Não leva explicação dos apontamentos de tinta carmim por serem todos de cousas triviais, que parece ninguém ignora.

AHU Cartografia Manuscrita 853 (445)

Fig. 17

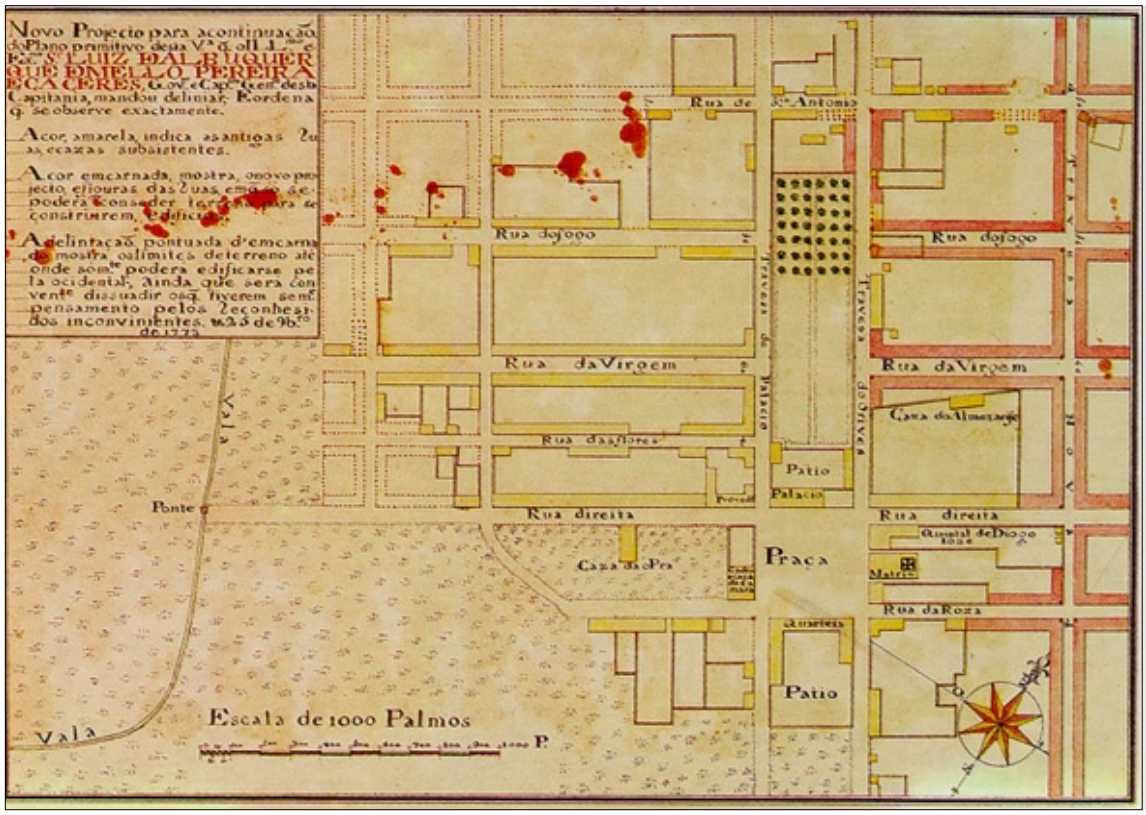


LEGENDA:

1 - Residência do Governador
2 - Quartéis
3 - Casa da Câmara e Cadeia
4 - 1ª Matriz (não concluída), 1º Cemitério
5 - Igreja que servia de Matriz
6 - Intendência e Casa de Fundição
7 - Armazens Reais
8 - Capela de S. António (1780)
9 - Capela do Carmo (1788) - Cemitério
10 - Casa das Canoas
11 - Olaria
12 - 2ª Matriz (não concluída)
13 - Casa da Ópera

Vila Bela - Ruas e edifícios principais
Planta baseada no levantamento de 1789 (fig. 24)

Fig. 18

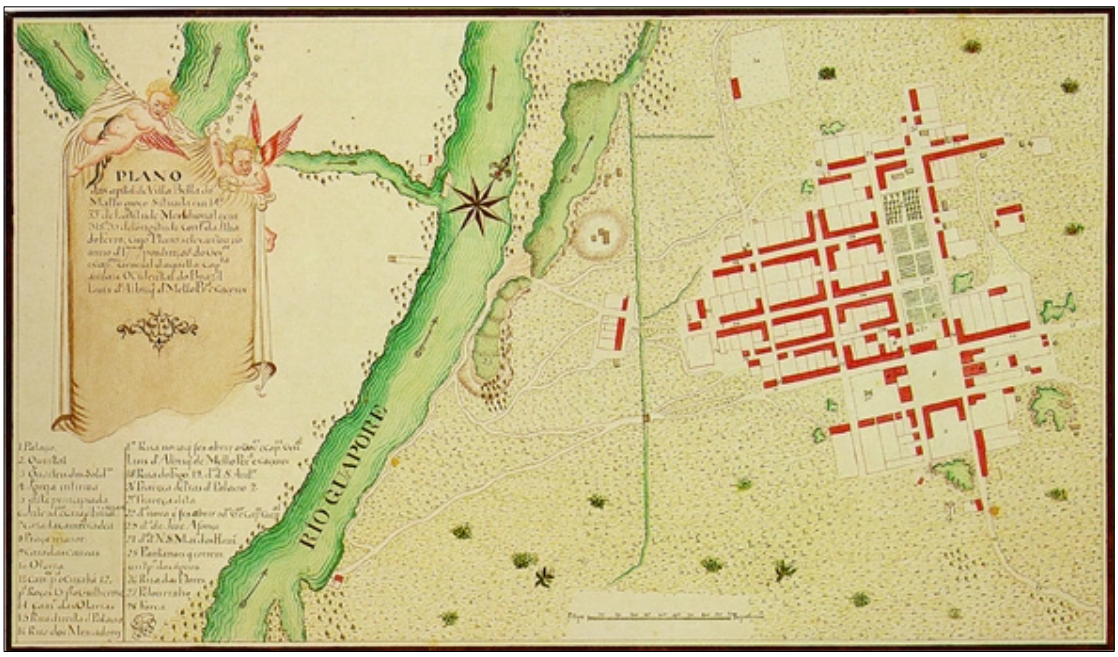


1775

Novo Projecto para a Continuação do Plano primitivo desta vila que o Illmo e Exmo Sr. Luis de Albuquerque de Melo Pereria e Cáceres (...) mandou delinear e ordena que se observe exactamente. 25 de 9bro de 1775.
Color . 34 x 22 cm.

Casa da Insua 14

Fig. 19

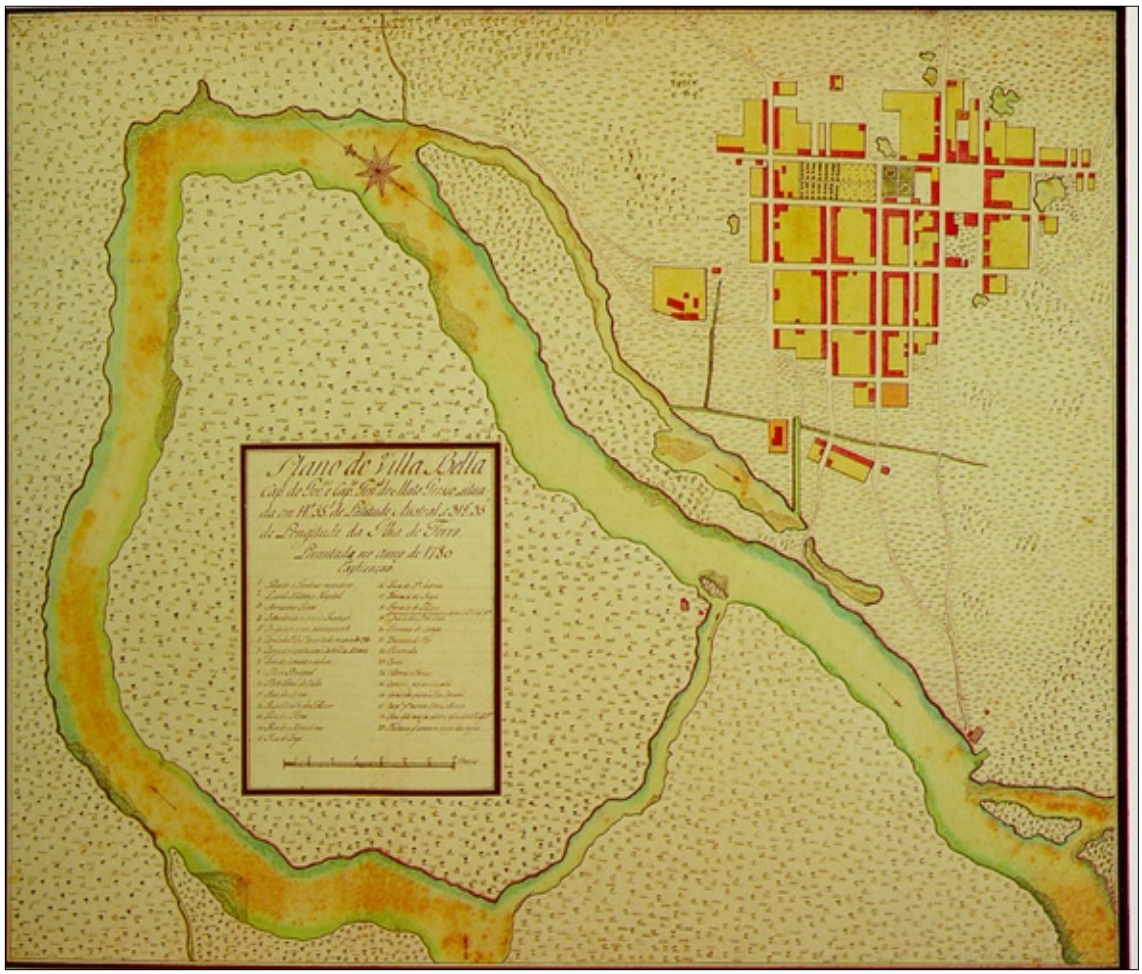


1777

Plano da Capital de Villa Bella do Mato Grosso situada em 14º 35' de latitude Meridional e em 318º 35' de Longitude contados da Ilha do Ferro, cujo plano se levantou no anno de 1777 por direcção do Gov. e Cap. General daquella Capitania a mais ocidental do Brazil, Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Caceres.
Color 39 x 62 cm.

Casa da Insua 5 / cópia BPMP pasta 24 (26)

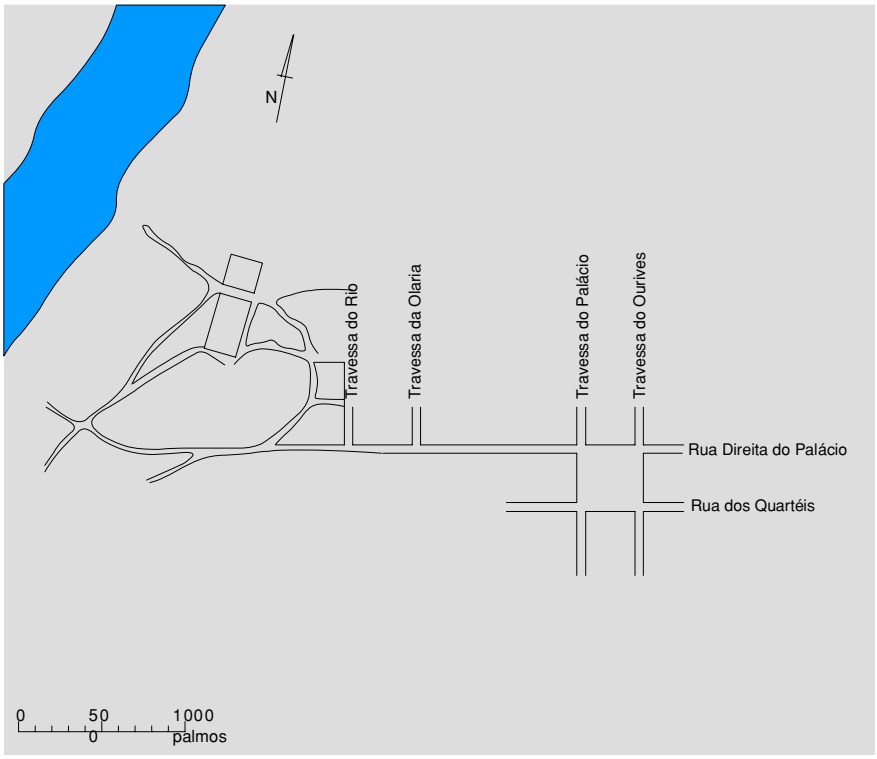
Fig. 20



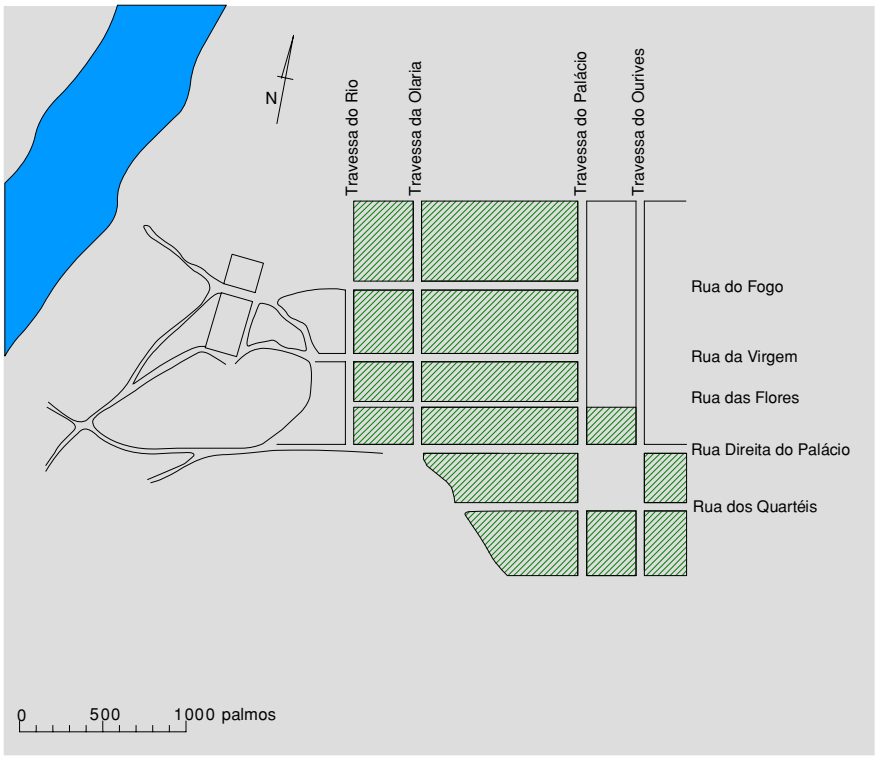
1780

Plano de Villa Bella(...) situada em 14º 55' de Latitude Austral, e 318º 35' de longitude da Ilha do Ferro. Levantado no ano de 1780.
Color . 59 x 46 cm.

Casa da Insua 10 / cópia BPMP pasta 19 (9)



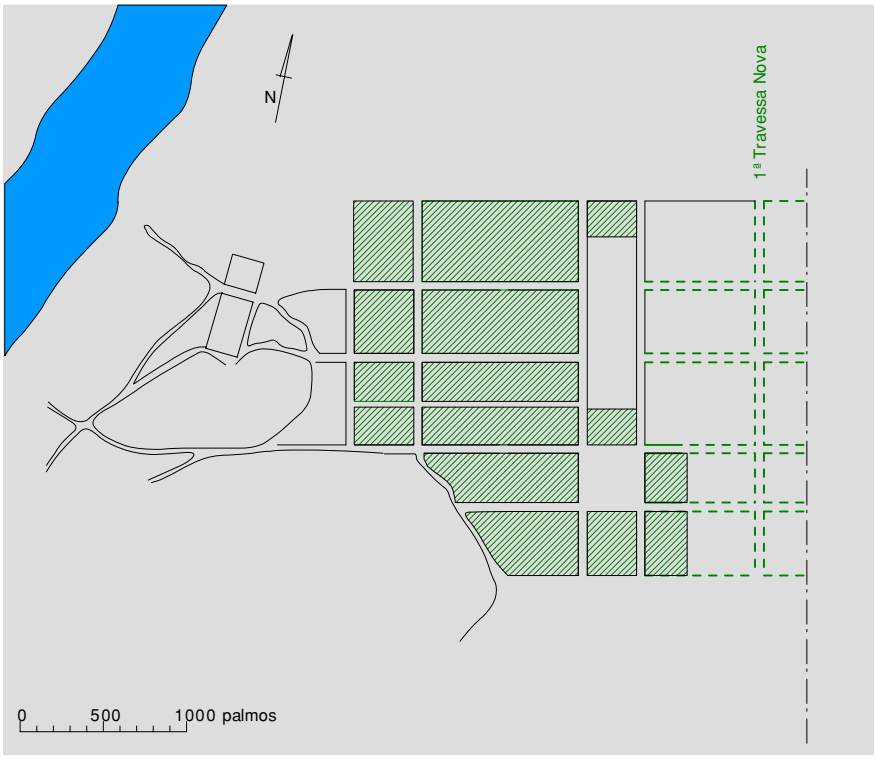
ASSENTAMENTO INICIAL
Período Rolim de Moura



QUARTEIRÕES

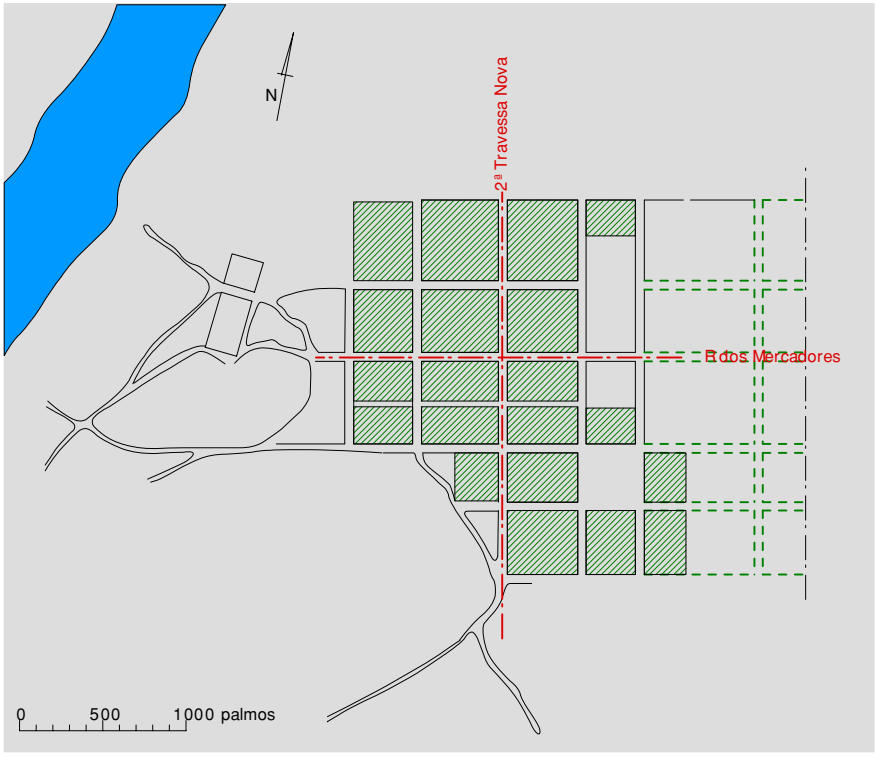
EVOLUÇÃO URBANA ATÉ 1775

Fig. 22 / 22A



QUARTEIRÕES

PROJECTO DE 1775



QUARTEIRÕES

INTERVENÇÃO 1777



MODULAÇÃO INICIAL DA MALHA

EVOLUÇÃO INICIAL DO TECIDO URBANO A PARTIR DA PRAÇA



REGULAÇÃO DE LUÍS DE ALBUQUERQUE

NOVOS EIXOS CENTRAIS DO TECIDO URBANO

NOVOS EIXOS DE EXPANSÃO DO TECIDO URBANO

EVOLUÇÃO INICIAL DO TECIDO URBANO A PARTIR DA PRAÇA

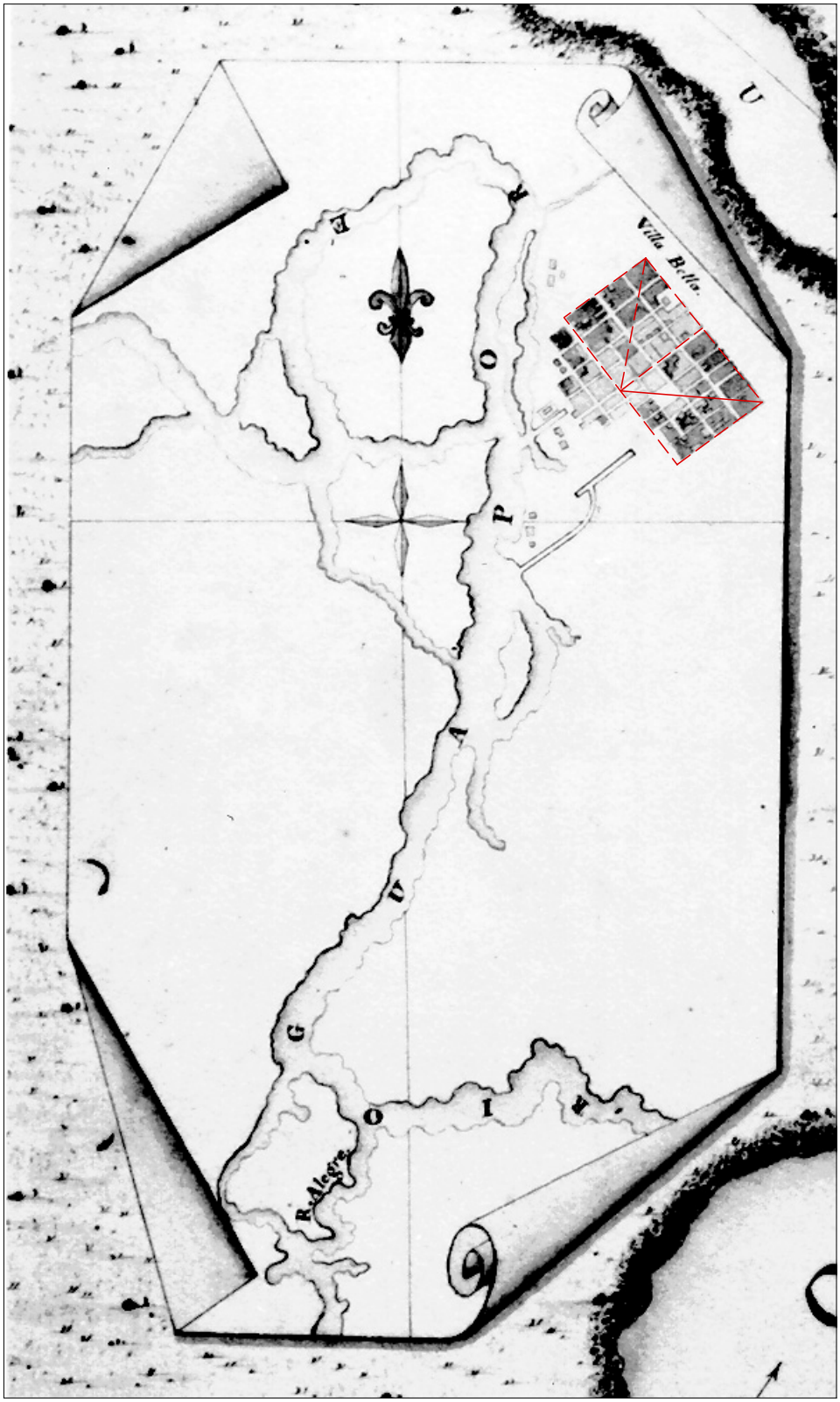
Fig. 24



1789

Plano de Villa Bella da Santíssima Trindade Capital da Capitania de Mato Grosso levantada em 1789 anno XXXII da sua fundação. Por ordem do Illmo e Exmo Senhor Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres Governador e capitão General da mesma capitania No ano XVIII do seu felis governo.
Color 66 x 51 cm
Casa da Insua 1

Fig. 25

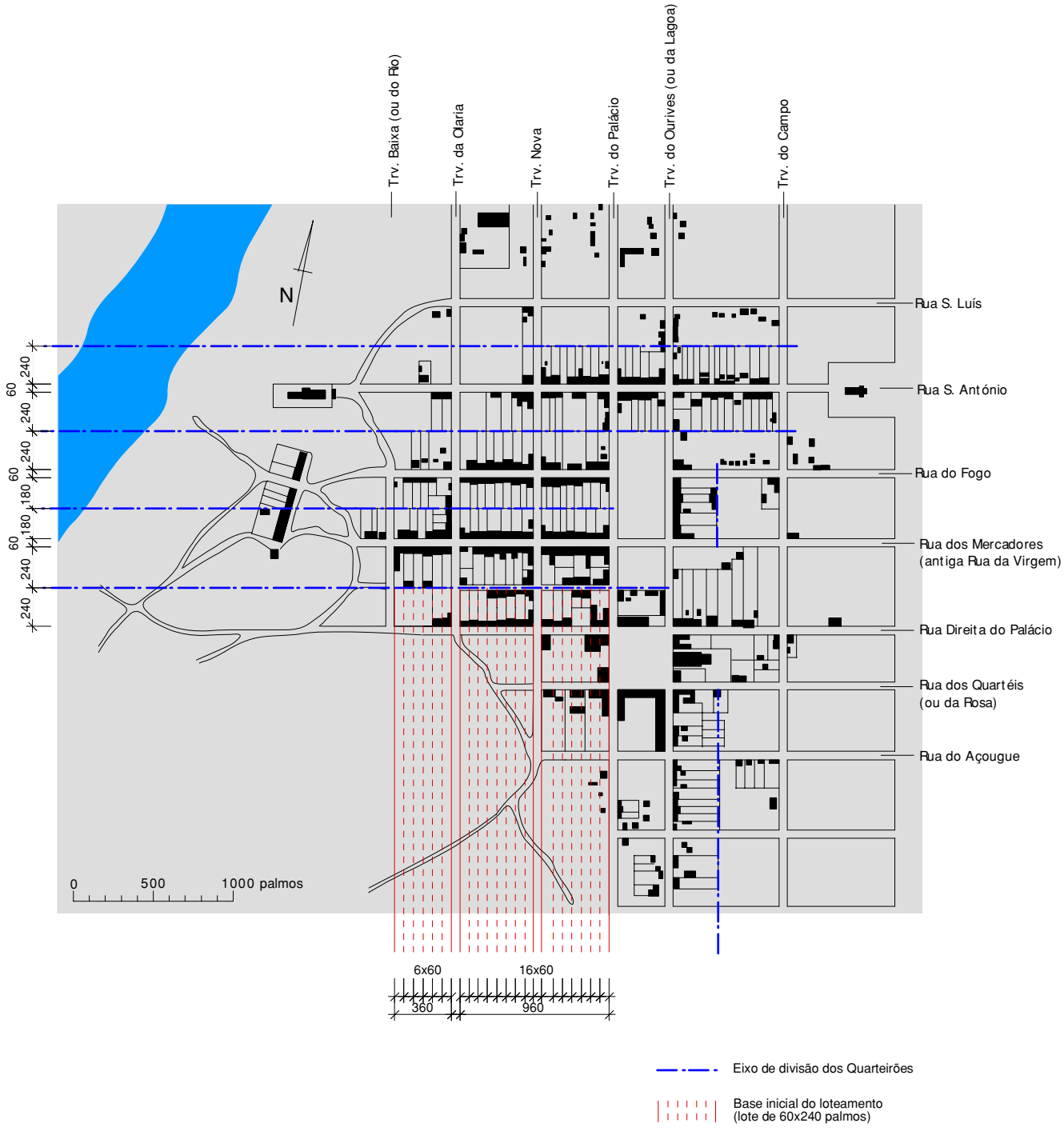


Vila Bela - projecção da evolução da malha urbana

Detalhe da Planta de Vila Bela da Santíssima Trindade Capital do Mato Grosso. Fundadada em 1752 por D. António Rolim de Moura (...)
Color 50x64 cm

AHE 008-B3

Fig.26



Vila Bela - Estrutura do Loteamento
Planta baseada no levantamento de 1789 (fig. 24)



VILA BELA - Palácio do Governador



VILA BELA - Ruínas da Igreja

Cap. 7.

Príncipe da Beira: A Encenação do Poder

"Não devo omitir de reconhecer diante de V. Ecia. que as fundações destas duas fortalezas e dos mais estabelecimentos que o mesmo Senhor se tem dignado conferir me nesta fronteira, são sem duvida hum dos mais lizongeiros testemunhos da leal confiança e grandeza com que Sua Magestade benignamente quiz honrar a minha limitadissima capacidade"[1].

7.1. A Ocupação Formal do Guaporé-Mamoré-Madeira

Sob vários aspectos, a construção do Forte do Príncipe da Beira é o último gesto duma sucessão de actos de conquista e ocupação do vale do rio Guaporé por parte dos portugueses. Na altura em que este gesto se concretizou tinham já transcorrido mais de cem anos depois da famosa viagem na qual Raposo Tavares realizou a circum-navegação do Brasil. Apesar do longo processo decorrido entre o primeiro desbravamento do rio e a instalação do forte, este era, ao tempo da sua construção, um marco isolado numa zona de muito baixa densidade demográfica, e ainda hoje continua a ser.

Com efeito, o projecto de ocupação do vale assentou sobre a ideia de se estabelecerem ao longo do rio uma série de povoações que o viabilizassem como via de transporte e de comércio entre as capitanias do Grão Pará e do Mato Grosso, integrando o território colonial numa comunicação fluida e constante. Essa comunicação deveria ser a efectiva caução da fronteira, garantindo uma "linha" de ronda no limite da colónia. Se, no que diz respeito à consecução da fronteira o projecto do Guaporé foi vitorioso, relativamente à intenção de urbanização e povoamento foi um projecto continuamente frustrado (e ainda hoje continua a ser).

Na base desse projecto estava a criação das aldeias de índios. Por um lado, no espírito do Directório, as aldeias deveriam ser as povoações "civis" e "civilizadas" que imporiam limites à "barbárie" dos "selvagens". Por outro lado,

---

[1] 3 de Março de 1774 -Carta de Luís de Albuquerque à Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, Casa da Insua, Cod. "Cartas para as Secretarias de Estado e Erário Régio 1772 a 1778", fl. 45, transcrita in Gilberto Freyre - *Contribuição para uma sociologia da biografia: o exemplo de Luiz de Albuquerque* ..., Lisboa : Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1968, Vol. II - Documentário, p. 164.

elas seriam as efectivas "muralhas dos sertões" marcando com a sua presença a posse do território colonial. Em quase todos esses aspectos falharam.

O passo inicial para o estabelecimento do projecto de colonização do vale foi dado no momento em que se deu o primeiro contacto entre os povoadores das minas do Mato Grosso e os índios e jesuítas das missões de Moxos. A partir da viagem de Manuel Félix de Lima e Francisco Leme do Prado, em 1742, o Guaporé impôs-se, quase imediatamente, como via de comunicação e, ao mesmo tempo, como objecto de disputa entre portugueses e espanhóis. Na verdade, é o próprio estabelecimento das aldeias missionárias espanholas na margem oriental que provoca o acelerar de um processo de tomada de posição recíproca entre ambas as nações colonizadoras assumindo-se o rio como o eixo do espaço pleiteado por cada uma delas[2].

Nesse sentido, pode dizer-se que foram os jesuítas "espanhóis" os iniciadores do processo de colonização "portuguesa" do vale do Guaporé[3]. Assim, é significativo que as fundações realizadas por Rolim de Moura naquele rio tenham sido feitas "sobre" as instalações espanholas precedentes. Tal foi, nomeadamente, o caso do presídio da Conceição, feito no sítio da antiga aldeia de Santa Rosa. Mas, mesmo quando as povoações não foram instaladas nos locais das antigas aldeias espanholas, foram feitas com alguns dos "seus" índios, que foram convidados a permanecerem no lado oriental do Guaporé, ou para ele transmigrarem. No entanto, aparentemente sem qualquer contradição, pelo menos por parte de Rolim de Moura, as primeiras "aldeias de Índios" criadas na região pelos portugueses foram também coordenadas por jesuítas, com os quais o governador mantinha uma relação de respeito e amizade[4].

A fundação de Vila Bela inaugurou o povoamento português do vale do Guaporé. O segundo núcleo criado no rio, depois da capital, foi a aldeia de S. José, fundada em 1754, na foz do rio Corumbiara. Era seu responsável o padre jesuíta Agostinho Lourenço. Tratava-se já da segunda aldeia de índios criada na capitania sob a responsabilidade dos jesuítas. A primeira foi a aldeia de Santa Ana (actual município da Chapada dos Guimarães) instalada nas proximidades de Cuiabá, logo na chegada de Rolim de Moura, em 1751.

---

[2] Ver item 2.3 "A Miragem do Ouro".

[3] Sob certos aspectos a situação no rio Guaporé tinha alguns paralelos com o processo das missões guaraníticas no sul do continente americano. Também ali as instalações dos jesuítas espanhóis precederam, em termos de ocupação sistemática, a efectiva colonização portuguesa. A reivindicação do território por parte dos portugueses inviabilizou a presença das missões naquelas áreas, no entanto, ao serem expulsos os padres, as infra-estruturas urbanas e territoriais foram, na medida do possível, aproveitadas e recicladas pela colonização portuguesa.

[4] Quando o religioso franciscano frei José dos Anjos dirigiu um pedido ao Conselho para estabelecer missões no Mato Grosso, a resposta do consultor indicava que a região estava "prometida à Companhia de Jesus". AHU Mato Grosso caixa 1 doc 2 - anterior a 3 de Junho de 1750.

A criação das duas aldeias mantém uma inequívoca correspondência. Os missionários vieram na comitiva de Rolim de Moura desde o Rio de Janeiro. Eram os padres Agostinho Lourenço e Estevão de Castro. Ambos estavam no Brasil há já muitos anos, tendo servido em diversas Casas da Companhia. O padre Estevão de Castro, que em 1745 era examinador de filosofia no Colégio de São Paulo, foi designado superior da missão a ser instalada no Mato Grosso[5]. Ao padre superior foi confiada a instalação da primeira aldeia e ao seu subordinado coube a responsabilidade pela segunda, no rio Guaporé.

O processo seguido em ambos os casos tem algumas particularidades. A situação dos índios na capitania era verdadeiramente escandalosa. Segundo a maioria dos relatos, as condições de vida dos nativos junto aos colonos eram insuportáveis. Os índios apanhados nos sertões eram normalmente escravizados e submetidos à tratamentos tão desumanos[6] que não eram menores do que as atrocidades de que os ditos "selvagens" eram acusados[7]. O próprio governador descrevia a situação como uma verdadeira chacina. Apesar da proibição da escravatura indígena e de todas as tentativas de controle por parte das autoridades, os sertanistas continuavam a fazer resgates, aprisionando os nativos e vendendo-os como escravos, chegando até a faze-lo em praça pública[8].

Não querendo adiar mais a solução do problema, Rolim de Moura apressou-se a instituir a primeira aldeia onde se deveriam reunir os índios retirados dos seus "administradores" brancos. Para tal comprou uma propriedade, por oitocentas oitavas de ouro, na qual já se achavam instaladas certas benfeitorias, nomeadamente, algumas casas e capela, para além dos

---

[5] Cf. A de Magalhães Basto - *D. António Rolim de Moura Governador da Capitania de Mato Grosso (Três documentos)*, separata de "Brasília", vol. IX, Coimbra Editora, 1954. O autor cita Serafim Leite (*História da Companhia de Jesus no Brasil)* para informar que Agostinho Lourenço nascera na Régua em 1721, tendo entrado no serviço da Companhia com 15 anos, em 1736. Estevão de Castro era natural do Porto, ingressara no mesmo instituto com 17 anos, em 1730. Ambos serviam no Rio de Janeiro na altura em que foram designados para passar ao Mato Grosso.

[6] *"Arrancados assim das suas terras estes povos, erão pellos caminhos tratados peor do q os irracionaes, porq a estes quando se trazem de humas para outras terras, se canção ou adoecem, curão-se, alivião-se e pasteão-se. A estes indios nada menos se fazia. Se cançavão, ou adoecião era certo o ficarem. Mas como? Degolados à catana; porq suspeitando estes bons sertanistas que a doença e cançasso erão fingidos, por não tornarem pª as suas terras, e pª aterrarem os que ficavam pª q não cançassem mais nem adoecessem, os matavam a sua vista, e por não gastarem tempo em tirarem a corrente do pescosso a alguns ali mesmo lhe apartavam a cabeça dos ombros por mais brevidade".* Cf. BPMP Cod. 296, doc. nº 37 fls.113-117 . O documento intitula-se "Apontamentos concernentes à esta aldeya nova no Cuiabá", provavelmente de autoria do padre Agostinho Lourenço. Publicado in A de Magalhães Basto - *D. António Rolim de Moura Governador da Capitania de Mato Grosso (Três documentos)*, separata de "Brasília", vol. IX, Coimbra Editora, 1954, pp. 25-31.

[7] Uma das descrições mais terríveis sobre os ataques indígenas é feita por José Barbosa de Sá na *Relação das Povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seos principios thé os prezentes tempos.* (p. 55) *"No Mes de Mayo invadio o gentio Bororo os moradores de Coxiapoasu mattou bastante gente homens e mulheres e crianças apanharão duas mossas donzelas filhas de Patricio Bicudo a hua quebrarão a cabeça e arrancarão todos os dentes da boca e a outra levarão viva despedaçarão alguas crianças abrindo pelas pernas devidindolhes os corpos em duas parte e outras esmagandolhes as cabeças a outras atravessandoas com espetos de paos agudos pozerão fogo as cazas roubarão tudo o que lhes fazia mister."*

roçados, criações e frutos já existentes no terreno[9]. Esta situação não era comum no processo de instalação das aldeias mas correspondia a "urgência" determinada pelas recomendações da corte e às próprias condições da região.

Os missionários jesuítas foram imediatamente envolvidos no processo tendo sido consultados na selecção do sítio para a instalação da aldeia. O superior das missões, o padre Estevão de Castro, encarregou-se pessoalmente da acomodação dos índios "*recebendo-os e arrumando-os e fazendo todo o esforço pª prover as dependencias necessidades, e urgencias tanto pessoais dos indios, como locais da Aldeya*"[10]. Entre estas últimas necessidades os missionários apontavam uma série de obras que eram imprescindíveis de serem realizadas no local, assim como indicavam os métodos e os trabalhadores que deveriam ser utilizados na sua consecução[11]. Das informações registadas pelos jesuítas deduz-se que embora as despesas tenham corrido por conta da fazenda real, os missionários - neste caso o padre Estevão de Castro - foram os responsáveis pela instalação efectiva da aldeia no terreno, coordenando inclusive os seus aspectos formais e construtivos, e escolhendo os operários com que trabalhavam.

Tudo leva a crer que se possa ter passado do mesmo modo na formação da aldeia de S. José, sob a responsabilidade do padre Agostinho Lourenço, excepto pelo facto de ali não se ter comprado nenhum terreno, tendo se aproveitado o lugar de uma antiga instalação de mineiros abandonada. As acomodações para os "cento e tantos" índios que inicialmente acodiram à aldeia foram possivelmente feitas de raiz, dado que ali apenas existia a "casa redonda", como era conhecido o lugar, que deve ter servido de instalação provisória para o padre.

A única indicação documental que temos sobre a forma inicial desses estabelecimentos é o comentário, um tanto depreciativo, de João Pedro da Câmara que afirmou, já depois da expulsão dos jesuítas, "*que não consiste a*

---

[8] AHU Mato Grosso caixa 5 doc 25 - 11 de Junho de 1751. Carta de D. António Rolim de Moura ao Conselho.

[9] Idem.

[10] Cf. BPMP Cod. 296, doc. nº 37 fls.113-117

[11] Idem. "*Devese cuidar logo nos materiaes pª levantar Igreja e Cazas. Estes os mais podem sair do sitio, como he barro pª as taypas, e telha, madeiras pª serra, machado e enxo, e officiais que fabriquem e dirigão estas obras. (...) Nos officiaes se pode prover com muito comodo fazendo porção a hum homem que pode superintender a todos estes officios de oleiro pº telha e tijolo, de director das taypas, de carpintejar, e serrar, e ainda de obras de couro, como sellas e cangalhas, o qual homem ja inculquei, e elle se oferece por muito racionavel soldada. Os ajudantes se procurem dos mesmos carijos, dos quais ha muitos que tem capaciade e uzo destas obras como serradores etc.. e estão espalhados ainda pelos moradores. Estes depois de tres ou quatro anos que assistirem com o dito homem nesta aldeya ficarão officiaes da mesma aldeya. (...) As cazas e Igreja necessitão de apressada erecção, por q as do sitio estão todas caindo, e como sobre velhas são de palha, he continuo o perigo do fogo, alem da mutidão de grilos e outras sevandijas, q destroem e perdem tudo. A Igreja tambem porq o povo, q ja ca esta não cabe na capelinha tambem de palha e barro solto*".

fabrica dessas aldeias mais que em dous Ranchos"[12]. Note-se que a aldeia de São José acabou por não sobreviver na primeira localização e o padre Agostinho Lourenço foi o responsável por uma segunda instalação dos índios em outra localidade, na foz do rio Mequens[13]. Também a aldeia de Santa Ana foi transferida para um sítio distante duas léguas da fundação primitiva a qual passou a ser identificada por "Aldeia Velha"[14].

Se nas primeiras fundações os missionários coordenaram todos os trabalhos relativos à construção dos edifícios, é certo que também fizeram o mesmo no segundo estabelecimento de cada um dos núcleos. Em ambos os casos os padres tiveram pouco tempo para a realização das obras pois, em 1759, com o decreto de expulsão dos jesuítas do Brasil, foram obrigados a abandonar as missões. É portanto provável que os aldeamentos fossem formados por instalações sem grandes requintes, mas a identificação de que eram simples "ranchos" parece exagerada. Essa descrição do governador provavelmente refere-se, ainda que de maneira simplificada, ao padrão dos aldeamentos jesuíticos, caracterizados pela construção de alojamentos para os índios que se assemelham a grandes barracões embora cada família dispusesse de um "quarto" isolado dentro de tal "casa". Essa tipologia habitacional coincide com o modelo utilizado, na maior parte dos casos, pelos jesuítas espanhóis, especialmente nas missões guaranis **(fig. 28)**.

As "missões jesuíticas" são um tema recorrente na história do urbanismo colonial, tendo merecido as mais variadas abordagens quer sobre a origem do seu desenho quer sobre a sua presumível carga simbólica. Embora se possa dizer que existe uma vasta bibliografia sobre o assunto há uma desproporção evidente entre os trabalhos relativos às missões espanholas (especialmente as guaranis) e às portuguesas, tendo sido aquelas muito mais estudadas do que estas últimas[15]. Não há, efectivamente, muitos estudos que abordem a composição formal dos aldeamentos jesuíticos na Amazónia (onde a companhia teve uma grande penetração nos séculos XVII e XVIII) ou sobre as

---

[12] AHU Mato Grosso caixa 12 doc 59 A - 16 de Dezembro de 1765. Documentação anexa a cartografia manuscrita. Este documento já foi referido no item 3.3. "João Pedro da Câmara e Luís Pinto de Sousa: Entre o Norte e o Sul". Ver Anexo Documental **Doc. IV.**

[13] Ver item 3.2. "Rolim de Moura: Fixação e defesa dos caminhos - o caminho do Pará". A aldeia sofreria uma segunda transmigração realizada durante a administração de João Pedro da Câmara, e depois ainda uma terceira no período de Luís de Albuquerque que mais adiante se abordará.

[14] Carlos Francisco Moura - *A Igreja de Santa Ana do Sacramento da Chapada dos Guimarães 1779-1979.* Cuiabá : UFMT, 1978, p. 10.

[15] A diferença quantitativa de estudos reside especialmente no âmbito da história do urbanismo. Não podemos afirmar com segurança que tal situação se repita em outros aspectos da abordagem histórica das missões jesuíticas. Para um síntese das principais referências bibliográficas sobre o assunto vejam-se as bibliografias publicadas por Ramón Gutiérrez e Graciela Vinualles nos seus artigos integrados na colectânea

missões anteriores existentes nas outras capitanias do Brasil desde o século XVI. Na verdade, mesmo no caso dos muitos estudiosos brasileiros que se dedicaram ao tema, o principal objecto das pesquisas foram também as missões guaranis, especialmente os "Sete Povos das Missões", como são conhecidas as reduções jesuíticas que foram incorporadas ao território colonial português e que fazem hoje parte do estado do Rio Grande do Sul.

No seu conjunto, a bibliografia relativa às missões jesuíticas espanholas aponta para a identificação de um modelo de assentamento urbano que os padres espanhóis teriam maioritariamente utilizado nas suas diversas instalações na América do Sul. Ramón Gutierrez afirma que é importante ressaltar o carácter pragmático da acção da Companhia de Jesus que, ao longo do tempo, e em várias ocasiões, fez uso de tipologias diferentes para resolver problemas específicos de adaptação ao meio físico, ou às culturas indígenas aldeadas[16]. No entanto, ainda segundo o mesmo autor, *"junto ao pragmatismo é evidente a existência de uma planificação que, consolidada no século XVIII, defende um conjunto de características básicas para a estrutura urbana, que constituem uma tipologia reiterada não somente nos trinta povoados das Missões do Paraguai (Argentina, Brasil, Paraguai), como também nos outros tantos de Moxos e Chiquitos (Bolívia)"*[17].

Essas missões sobre as quais não há dúvidas quanto a utilização de um "modelo jesuítico" situavam-se, como é sabido, nas regiões limítrofes do Mato Grosso, quer para ocidente (Moxos e Chiquitos) quer para Sul (Missões do Paraguai) **(fig. 3)**. Embora não se possa afirmar com segurança que os jesuítas portugueses do Mato Grosso tenham realizado projectos similares aos dos seus pares espanhóis é possível intuir que, pragmaticamente, possam ter utilizado um modelo próximo daquele, considerando que os índios em questão eram da mesma região e que a ordem mantinha instruções tendencialmente universais para todas as suas comunidades missionárias. Se assim foi, é possível que os "ranchos" de que falava João Pedro da Câmara fossem efectivamente as habitações dos índios que corresponderiam ao modelo referido. Tal observação, no entanto, não pode ser comprovada posto que não subsistem qualquer das

---

Estudios sobre Urbanismo Iberoamericano: *Siglos XVI al XVIII*, Sevilha : Junta de Andalucia; Consejeria de Cultura Asesoria Quinto Centenario, 1990.

[16] Cf. Ramón Gutiérrez - *Reflexões sobre as Missões Jesuíticas*, in "SPHAN 27", Novembro / Dezembro, 1983, pp. 7-8. *"Hoje parece claro que a estrutura das missões não foi sempre similar e ainda vemos, em fins do século XVII, como o padre Sepp traça San Juan Bautista seguindo suas peculiaridades urbanas, pelo menos sem seguir - segundo diz - conhecimentos teóricos ou imposições de modelos. É também evidente que o modelo jesuítico é abandonado quando a realidade do meio ou as forças das vidas dos indígenas fazem-no desaconselhável. Tal se dá nos estabelecimentos costeiros das Missões jesuíticas de Maynas ou nos povoados do Tarumá paraguaio (San Estanilao, San Joaquin e Belen), onde os hábitos dos montanheses (moyas) exigiam a dispersão das casas para evitar os incêndios generalizados quando alguém abandonava o povoado e punha fogo em sua casa segundo o costume dos caçadores nômades"*.

instalações referidas. O único elo de identificação tipológica possível de se estabelecer entre as missões jesuíticas espanholas e as missões portuguesas do Mato Grosso diz respeito a outro elemento da composição urbana muito importante nas missões - a praça. Com efeito a praça do actual município da Chapada dos Guimarães mantém, relativamente à igreja, uma implantação e forma que são assimiláveis às instalações claramente barrocas das reduções jesuíticas. Mas mesmo essa aproximação pode ser dúbia, na medida em que a "praça" não é um elemento nem menos importante, nem menos barroco, nas concepções básicas do urbanismo colonial português do século XVIII.

Assim, aparentemente, chega-se a um impasse. Não é possível vincular directamente os primeiros "aldeamentos de índios" do Mato Grosso, nem ao modelo das missões (por falta de evidências), nem ao padrão das "cartas de fundação" (porque efectivamente não correspondem àquela metodologia de instalação), nem à proposta urbana do directório, pois esta só se concretiza depois da fundação daqueles núcleos. Ora, tal indefinição tipológica corresponde, em parte, a uma situação de excepção e de transição que esses primeiros aldeamentos de índios do Mato Grosso inevitavelmente enfrentaram.

Embora saibamos que a região do Mato Groso fosse considerada um referencial do território português desde o século XVII, a sua efectiva "colonização" só começou após a descoberta das jazidas minerais em Cuiabá no início do século XVIII. Tal facto remete para a circunstância de que, a esta altura, os processos de missionação em outras regiões da colónia já há muito tinham começado, e também já há muito se enfrentavam, em todas essas regiões, os problemas relativos às disputas entre missionários e colonos. Por esse, e por vários outros motivos, a coroa tinha decidido proibir a acção de regulares nas áreas de mineração[18]. No entanto, o Mato Grosso, apesar de ser uma região de minas, era uma vasta fronteira indígena ocupada por muitos povos nativos, sobre os quais era imperioso o trabalho de missionação e conversão, para o qual, via de regra, o clero secular estava pior preparado do que o clero regular. Mais ainda, a região era também a fronteira "política" com as terras de Espanha, obrigando a uma acção de povoamento e urbanização que fosse rápida e eficiente para assegurar o domínio do território.

---

[17] Idem.

[18] Não apenas se procurava aliviar as hipóteses de conflito, já de si potencialmente amplos nas áreas em que o ouro fazia a sua aparição, mas também, sob vários aspectos, procurava-se estabelecer com maior pressão o controle régio quer a nível fiscal, quer a nível moral, contando com a acção da Inquisição e evitando a "disputa" contínua com os missionários que existia na outras regiões, tanto em função da sua política indígena, como pelas muitas acusações de corrupção dos seus membros. A proibição de entrada das ordens religiosas nas Minas foi decretada em 1702. Cf. Fréderic Mauro (coord.) - *O Império Luso Brasileiro 1620-1750*. Lisboa : Editorial Estampa, 1991, pp. 177-182, onde se aborda a "*articulação entre o poder civil e o pode religioso: funcionamento e disfuncionamento do sistema.*"

Assim, a região em si impunha um compromisso entre a imprescindível conversão dos indígenas e a imperiosa necessidade de fundar povoações. As recomendações da Coroa apontavam para se investir numa colonização persuasiva que deveria ser realizada politicamente pelo governador apelando aos sacerdotes do local para concretizarem a conversão e a educação dos gentios. Em 1753 dizia-se a Rolim de Moura que "*Sendo importante que se cuide em aldear indios e que se lhe fassa toda a deligencia pellos trazer a povoações, em que vivão na mais segura liberdade, que saibão falar portugues e que os filhos aprendam a ler e escrever e as artes a que tiverem inclinação, para isto buscara V.Sª. os meios da brandura e da perçuazão sem guerra nem armas que pareça que os vão ofender, e quanto a missionarios veja V.Sª por hora se pode achar qualquer sacerdote que os instrua na doutrina Christam, e que os ensine a ler e a terem bons costumes, porq esas povoaçoens sempre se hão de reduzir a freguezias e também porq S.Mag.de. não quer regulares nas terras mineraes nem convem por muitos principios*"[19]. Mas tão pouco haviam muitos párocos naquela região que pudessem realizar a tarefa de acordo com o pedido.

O que acabou por ocorrer foi a conciliação dos meios disponíveis. Rolim de Moura "empregou" o serviço dos missionários jesuítas, na conversão e administração dos índios, assumindo, no entanto, a "fundação" das aldeias como encargo da fazenda real, segundo se lhe determinara. O governador preocupava-se constantemente com a questão da criação das aldeias. Em alguns aspectos o cuidado com a conversão, ou com a forma urbana, pareciam menores relativamente à preocupação com o aldeamento em si, que chegou a propor que se fizesse quase nos moldes dos próprios índios[20]. Mas, como o próprio Padre Agostinho Lourenço reconhecia, foi a sua determinação que permitiu a acção dos missionários, enquanto ela foi possível politicamente[21].

---

[19] AHU Mato Grosso caixa 6 doc 66 - 1 de Junho de 1753. Minuta de carta (não assinada) para D. António Rolim de Moura.

[20] Rolim de Moura afirmava que os aldeamentos de índios retirados aos particulares implicava em muitos gastos para a fazenda real, por se ver obrigada a comprar os vestidos e as comidas até que a aldeia produzisse algo, o que não aconteceria se aldeassem os índios dos sertões, nas suas próprias regiões: "*...a dita despeza fica mais bem aplicada em se aldearem os indios que ainda estão nas suas terras de que ha bastantes para a margem oriental do Guaporé, e pera o interior que corre para a mesma banda, pois estes como vivem em Republica, sojeitos aos seus cassiques em cazas, e com rossas, hê facil conservalos da mesma sorte, com o que importa hua aldeia piquena dos outros se podem fundar muitas populosas destes, que nem necessitam de serem logo vestidos, porque pelo costume de andarem nus lhe não faz falta e com o tempo, e com jeito se vão ao depois vestindo com o seu mesmo trabalho, nem necessitão tão bem se cuide do seu sustento porque eles estão acostumados a procuralo e tratarem de sy...*" Cf. AHU Mato Grosso caixa 8 doc 1 - 27 de Junho de 1755. Resumo do Conselho sobre a questão indígena no Mato Grosso.

[21] Como nas outras regiões a chegada dos missionários jesuítas foi internamente contestada pelos colonos que fizeram várias acusações especialmente à actuação do Padre Estevão de Castro. O Governador, na maioria das vezes defendeu os missionários, mas quando foi determinada a sua expulsão cumpriu escrupulosamente as ordens régias. Para tais questões ver o artigo de A de Magalhães Basto - *op. cit.*, onde se publica uma carta do Padre Agostinho Lourenço a D. Rolim de Moura em que este dirige ao governador

Como já se viu, as únicas aldeias criadas durante a sua administração foram as de São José e de Santa Ana que vínhamos referindo[22] que tomaram depois os nomes de Lugar de Leomil e Lugar dos Guimarães (a actual Chapada dos Guimarães)[23].

As instalações de outros aldeamentos de índios foram feitas já pelos governadores seguintes. João Pedro da Câmara providenciou a criação de mais dois núcleos, ambos no vale do Guaporé-Mamoré-Madeira. A primeira "nova aldeia" foi feita, em 1765, com os índios oriundos da missão espanhola de S. Miguel que tinha sido queimada pelos portugueses no ataque realizado no ano de 1762 por Rolim de Moura. Esses índios tinham sido "guardados" desde então nas imediações da fortaleza de N. Sra. da Conceição e foram nessa altura transferidos para outro local, mais acima, no mesmo rio Guaporé. O governador encarregou o engenheiro da capitania, José Mathias de Oliveira Rego, de desenhar o plano da nova aldeia que foi identificada pela origem dos seus índios (S. Miguel). A segunda instalação foi realizada no rio Madeira, na cachoeira do Girau, onde se aldearam os índios Pamas, nativos daquela região. A povoação foi depois denominada, por Luís Pinto de Souza Coutinho, como Lugar de Balsemão e também teve o seu plano desenhado por José Mathias de Oliveira Rego. O mesmo engenheiro fez ainda o desenho da povoação de Lamego, instalada no rio Guaporé, em 1769, por Luís Pinto de Souza Coutinho.

Esses três "projectos urbanos" tem também algumas particularidades que importa ressaltar. Foram todos realizados sob a alçada legal do Directório dos índios. Deveriam ser portanto administrados por directores que gerissem a vida comunitária da povoação, enquanto a vida espiritual estaria a cargo dos sacerdotes do clero secular, como vinha sendo recomendado desde o início da colonização da região. De todos os modos já não haviam missionários na capitania desde a expulsão dos jesuítas, em 1759, que tinham sido os únicos a actuar ali. Voltava-se assim a situação desde sempre existente, ou seja, pretendia-se "urbanizar" os índios e converte-los à civilização branca mas faltavam os meios de contacto entre as culturas em causa - o que nas outras regiões tinha sido feito pelos missionários, tanto pela aprendizagem e difusão recíproca das línguas nativas, como pela própria catequese. Tal facto repunha constantemente o impasse que atravessou todo o processo de ocupação

---

as seguintes palavras "*V. Excª não prega, não catechisa, não cura os enfermos, mas quem pregaria, administraria sacramentos e cuidaria destes barbaros, destes selvagens, se não tivessem a V. Excª nesta capitania?*" (p. 31).

[22] Para além da tentativa frustrada de se criar uma povoação no rio Madeira, a aldeia da Boa Viagem, que não chegou a se desenvolver. Ver item 3.2. "Rolim de Moura: Fixação e defesa dos caminhos - o caminho do Pará".

formal do vale do Guaporé que era a pretensão de criar povoados "coloniais" sem efectivamente ter como "colonizar" os habitantes do local.

Neste sentido é significativo que a população de uma das "Novas Aldeias" criadas por João Pedro da Câmara fossem os índios, já catequizados, oriundos de uma aldeia castelhana destruída. Mais significativo ainda é que, apesar das críticas às povoações feitas durante a administração do seu tio, que dizia terem sido caras e mal instaladas, aparentemente, João Pedro da Câmara pouco inovou no aspecto formal dos aldeamentos que mandou instituir. O "*Projecto do Novo apuzento para os indios da aldeia de S. Miguel*" realizado por Oliveira Rego apresenta algumas semelhanças com os modelos das "missões jesuíticas" realizadas pelos vizinhos espanhóis a que antes se referiu **(fig. 29)**.

A principal semelhança é o próprio processo de acomodação habitacional. Observa-se na planta que o engenheiro organizou a composição do núcleo dispondo grandes blocos paralelos que, segundo a legenda, eram os "vãos para as casas dos índios". Esses blocos de 180 x 30 palmos não correspondem a tipologia de um "quarteirão" mas sim a uma sucessão contínua de lotes de habitação de 30 x 30 palmos cada. Um conjunto de seis ou de três lotes formava o bloco. Não se tem indicações do alçado das habitações mas, provavelmente, cada bloco tratava-se de uma única edificação, com a mesma cobertura, subdividida internamente. Mas mesmo se assim não fosse, e se tratassem de várias pequenas casas coladas uma às outras, a planta rompia a estruturação característica dos quarteirões ao eliminar os quintais. A composição geral do núcleo assemelha-se à composição das missões também pela marcação mais estreita entre os blocos habitacionais e as ruas, dando o aspecto geral de um acampamento **(fig. 29)**.

A praça, apesar de quadrangular como as outras, guarda, no entanto, uma diferença essencial relativamente às das missões. Ali a forma desse espaço urbano estava, via de regra, conjugada à intencional monumentalização perspéctica do templo que se situava num dos lados da praça. Este definia uma espécie de vértice/eixo de composição do conjunto ao mesmo tempo que apresentava a sua grande "fachada" urbana. Tal não ocorre aqui. Embora a igreja tenha uma situação destacada na composição urbana esta não corresponde a qualquer posição de axialidade.

Na verdade, o desenho da praça da aldeia dos índios de S. Miguel é similar ao de uma infinidade de exemplos do urbanismo colonial português que,

---

[23] Sobre a denominação das aldeias ver item 3.3. "João Pedro da Câmara e Luís Pinto de Sousa: Entre o

para além de ter a forma quadrangular como base da composição da maioria das suas praças fez também muitas vezes uso duma disposição em "U" mantendo um lado aberto ao mar ou a um rio. Nesse sentido, a monumentalização pretendida vai para a frente urbana como um todo (ribeirinha ou marítima). A "fachada", que se resume alegoricamente na praça, é a imagem da cidade vista da água.

A mesma situação, da praça aberta sobre o rio, repete-se também no plano da aldeia de Lamego, assim como os longos blocos para a acomodação dos índios **(fig. 29A)**. Observam-se ainda outras semelhanças entre os dois planos. Em ambos a igreja encontra-se disposta na mesma posição relativamente ao rio e à praça (no lado direito) e tem rigorosamente a mesma dimensão. As casas do director e do pároco, ocupam a posição frontal da praça, embora tenham tamanhos diferentes nos dois casos. Quanto aos outros equipamentos urbanos também se equivalem. Há um engenho de açúcar em cada uma das aldeias. Além disso, em S. Miguel projectou-se um paiol para recolher os frutos enquanto em Lamego incluiu-se uma horta no desenho da povoação **(fig. 29 –29A)**.

Em termos de escala os projectos também mantinham correspondências, embora a aldeia de Lamego fosse um pouco maior do que a de S. Miguel. Os blocos previstos para a acomodação dos índios tinham, nas duas aldeias, a mesma base compositiva, feita em módulos de 30x30 palmos (que correspondia à habitação prevista por família). Assim, os blocos variavam entre os conjuntos de três e seis lotes, em S. Miguel (30x90 e 30x180), e de seis e dez lotes em Lamego (30x180 e 30x300). Desse modo era diferente o número de acomodações previstas para cada caso (81 para S. Miguel e 114 para Lamego) **(fig. 29 –29A)**.

Quanto às medidas e lógicas de composição dos desenhos, as suas bases são evidentes. Em S. Miguel toda a forma urbis ficava enquadrada em um rectângulo de 300x750 palmos. Em Lamego a povoação ficava praticamente toda inscrita em um imenso quadrado de 570x570 palmos. As praças, nos dois casos, são quadrados de 210x210 palmos. Em ambos os desenhos o módulo de 30x30 palmos é claramente a medida-base que estrutura toda a composição. As ruas têm evidentemente, também, os mesmos 30 palmos nos dois exemplos **(fig. 31)**.

Já tínhamos notado, em trabalho anterior, que o plano da aldeia de S. Miguel encontrava-se "submetido" a uma métrica de composição bastante

---

Norte e o Sul".

coerente e que o desenho da forma urbis evidenciava uma proporcionalidade intencional. Repetindo a análise, observa-se, com efeito, que o rectângulo da forma urbis é o resultado da conjugação das medidas múltiplas dos 30 palmos e que a figura final corresponde a um rectângulo de proporção "*dupla sesquialtera*"[24]. Ou seja, trata-se de um rectângulo formado por um duplo quadrado a que se acrescentou mais metade do quadrado-base inicial (o quadrado-base tem 300x300 palmos que corresponde ao lado menor do rectângulo) **(fig. 31)**.

Tal relação de proporcionalidade implícita na forma final da aldeia resulta de um procedimento metódico de projecto, em que o controle mais apertado das medidas usadas em cada um dos elementos acaba por gerar uma grande coerência final no conjunto, como é evidentemente o caso. No entanto, embora seja aparentemente uma simples questão de método de trabalho, este procedimento indica um cuidado projectual que corresponde a uma intenção "modeladora" que abrange desde a casa até a forma final da aldeia. E este aspecto é importante por que revela o quanto o desenho urbano encontrava-se vinculado à base ideológica do projecto civilizacional que cada nova aldeia de índios pretendia representar.

A estrutura do desenho de Lamego também mantém a mesma lógica de composição baseada no módulo de 30x30 palmos. Ali é menos evidente a proporcionalidade da figura final da forma urbis, mas é visível que o plano desta vila corresponde a uma ampliação do plano anteriormente feito para S. Miguel **(fig. 31)**.

No caso de Balsemão o desenho e a escala da composição são já completamente diferentes. A povoação estrutura-se a partir de uma grande praça quadrada, totalmente fechada e sem nenhuma abertura para o rio. A praça tem 710 palmos de lado, o que equivale a um aumento de mais de 300 % relativamente às praças de S. Miguel e Lamego. Os lotes das casas para os povoadores tem aqui 50x50 palmos e não 30x30 das outras aldeias. E, sobretudo, contam todos com uma área posterior que está identificada como "cercado para quintais", que não existia de todo nos exemplos anteriormente citados. A casa da Câmara e a igreja ocupam posições simétricas e frontais no eixo de dois lados da praça. Nos outros dois lados, a mesma posição central é ocupada por dois armazéns, que também se colocam frente a frente um do outro **(figs. 30 -31)**.

---

[24] Cf. Renata Araujo - *As Cidades da Amazónia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*. Porto : Faup publicações, 1998, pp. 52-56. Por lapso nas medidas, naquela ocasião pensávamos que o total da figura tinha 800 palmos, o que correspondia a outra proporção, que aqui aproveitamos para rectificar.

O desenho de Balsemão tem uma relação evidente com a proposição genérica das cartas de fundação que já antes referimos. Trata-se, com efeito, de uma praça quadrada, de onde saem, um pouco antes dos cantos, as ruas "rectas". Tem a interessante particularidade (rara no desenho urbano colonial), das frentes das casas situadas nas esquinas da praça fazerem um ângulo recto entre si.

Quanto a S. Miguel e Lamego, seria exagerado e incorrecto vincular o seu desenho à tipologia das missões, mas também seria incorrecto não admitir a hipótese de uma influência. Influência esta que, pelo menos nesses casos, pode ter redundado de uma visão pragmática e circunstancial. Note-se que os índios que estavam a ser instalados ali provinham directamente de antigas missões espanholas. A eventual necessidade de não criar atritos, ou de não os submeter a uma nova adaptação, podem ter sido os motivos mais evidentes desse pragmatismo tipológico.

O facto destes três planos terem sido feitos pelo mesmo engenheiro é também significativo. Pois embora se possa identificar a autoria dos desenhos, e vislumbrar inclusive um método de composição de certo modo comum, não se pode dizer que correspondam a um modelo único de projecto urbano. Ao contrário, fica evidenciada a maleabilidade do autor, que desenhou os planos de acordo com as circunstâncias mais pragmáticas para cada situação. E neste contexto é de admitir que esta hipótese de adaptação formal da tipologia urbana pudesse corresponder a uma eventual necessidade de ajustamento às condicionantes de certo modo impostas pelos grupos culturais a serem urbanizados.

Em todo o processo de aculturação das culturas indígenas decorrente da colonização, a "urbanização" dos índios levantou sempre alguns problemas. Primeiro pela própria estabilidade do assentamento urbano que entrava em choque com o nomadismo tribal, e que implicava em uma série de modificações nas estruturas de fixação dos índios, que iam desde a diferente escolha do local de assentamento à outra forma dos núcleos e aos novos materiais utilizados na construção dos edifícios. Não bastasse todo este conjunto de imposições formais e culturais ainda havia a questão, que era talvez a que causava problemas mais directos, por estar vinculada à estrutura social dos grupos, e que dizia respeito à habitação colectiva, tradicionalmente utilizada pela maioria das culturas nativas da América do Sul. A "maloca", onde coabitavam várias famílias de índios, era normalmente relacionada, na óptica dos colonizadores, à prática da poligamia, ou pelo menos a uma maior liberdade no relacionamento sexual, também comum entre as tribos

nativas. Assim associadas tornavam-se estigmas da "brutalidade" dos índios que era imperioso combater. Os missionários, especialmente os jesuítas, enfrentaram esse problema e foram-no resolvendo paulatinamente. A tipologia utilizada para a habitação dos índios nas reduções guaranis é o resultado de um processo que começou por ceder ao padrão indígena de casa comum para depois irem-se introduzindo as divisórias internas que separavam as famílias.

A separação das famílias é, com efeito, a mais incidente das recomendações relativas ao aldeamento dos índios. O Directório refere expressamente que "*Sendo tambem indubitavel, que para a incivilidade, e abatimento dos Indios, tem concorrido muito a indecencia, com que se tratão em suas casas, assistindo diversas Familias em huma só, na qual vivem como brutos; faltando àquellas Leys da honestidade, que se deve á diversidade dos sexos; (...): Cuidarão muito os Directores em desterrar das povoações este prejudicialissimo abuso, persuadindo os Indios que fabriquem as suas casas a imitação dos Brancos; fazendo nellas diversos repartimentos, onde vivendo as Familias com separação, possão guardar, como Racionaes, as Leys da honestidade, e policia*"[25]. Embora o Directório não traga outras indicações de cunho formal sobre o modo de instalar as povoações de índios deduz-se que estas se deveriam basear nos padrões das vilas dos "brancos" em todos os aspectos.

Como já se disse, não temos informações precisas sobre a forma dos aldeamentos missionários na Amazónia antes da sua elevação à vilas. Mas é significativo observar os planos propostos para a "reforma" de Silves e de Serpa, por exemplo[26]. Os desenhos de ambas as "novas vilas" foram realizados por Filipe Strum, um dos engenheiros integrantes da primeira comissão demarcadora. Os projectos de Strum propõem dois modelos completamente diferentes entre si para as duas vilas que ficavam relativamente próximas uma da outra[27]. No caso de Silves apresenta uma planta de base ortogonal cuja composição é marcada pela existência de duas grandes praças rectangulares dispostas uma ao lado da outra, separadas por um quarteirão que marca o eixo de simetria da composição[28]. No caso de Serpa a forma urbis define-se por um hexágono regular que gera todo o desenho urbano formando o limite exterior

---

[25] *Directorio que se deve observar nas povoaçoens dos Indios do Para, e Maranhão enquanto Sua Magestade não mandar o contrario.* Lisboa : na officina de Miguel Rodrigues, 1758. artigo 12.

[26] Serpa era uma missão jesuita (Abacaxis) e Silves era uma missão dos mercedários (Anibaré).

[27] Ambas situavam-se nas imediações da foz do rio Madeira, na sua entrada no Amazonas.

[28] O plano de Silves insere-se numa tipologia de dupla praça que tem alguns casos similares realizados no âmbito das demarcações, quer no Norte quer no Sul. No norte contam-se, pelo menos Macapá e Silves, e no sul a vila de S. José do Taquari. A planta da vila de Macapá é provavelmente o mais significativo caso,

da vila, o "anel" de circulação intermédio e a praça central, para onde convergem os eixos radiais das ruas[29]. Num terceiro exemplo desenhado pelo mesmo autor, para a vila de S. José das Marabitenas, povoação realizada nas imediações daquela fortaleza no alto Rio Negro, a proposta é ainda diferente das anteriores. O plano apresenta também uma estrutura de base ortogonal mas tem apenas uma praça quadrada onde se localiza a igreja que estabelece o eixo de simetria da composição **(fig. 32)**.

Embora diversos entre si, todos esses planos têm o "quarteirão" como um dado constante na sua composição. Este, em cada caso assume uma forma eventualmente diferente, mas não prescinde do "lote com quintal" como seu elemento estruturador. Com efeito, o "lote com quintal" era um dos dados-base das povoações dos colonos brancos quer na Amazónia, quer, possivelmente, em todo o resto do Brasil[30]. Longe se está portanto do modelo habitacional das missões, que prescinde do quintal estabelecendo apenas a casa "dormitório" das famílias, como também acontece nas Aldeia de S. Miguel e Lamego no Guaporé[31].

Mas as plantas dessas aldeias não estão sozinhas. Mesmo dentro do quadro do urbanismo pós Directório dos Índios, a Aldeia Maria a Primeira, fundada em 1782, em Goiás, para aldear um conjunto de índios Caiapós, também apresenta uma composição que indicia um loteamento sem quintal, com uma estrutura habitacional disposta em grandes blocos paralelos que se assemelham a "barracões". A área comum de cultivo da povoação, que incluía uma horta e um "bananal", localizava-se ao lado da igreja. O projecto é identificado como sendo da autoria do próprio governador de Goiás, Luís da Cunha Menezes[32]. Toda a estrutura construtiva é indicada na planta, assim como

---

cujas praças apresentam a maior dimensão. Ver mais dados em Renata Araujo - *As Cidades da Amazónia no século XVIII Belém, Macapá e Mazagão*. Porto : FAUP, 1998.

[29] O plano de Serpa é um caso raro no urbanismo colonial português. É talvez o único exemplo de uma proposta urbana completa em planta centralizada.

[30] O lote com quintal tem uma longa história nos territórios de colonização. Sabe-se que vinham sendo utilizados desde as primeiras instalações nas ilhas Atlânticas prolongando nos territórios descobertos uma tradição de loteamento que nos núcleos do continente começavam a ser pressionados pelo crescimento das cidades. Nas colónias a relação entre a área edificada do lote e a área de quintal foi substancialmente aumentada, chegando a área não construída a triplicar a área de edificação. Na Amazónia a importância do quintal na estrutura urbana é perfeitamente identificável em Belém, Macapá e Mazagão que representam as vilas mais "brancas" da região, mas também é visível nos projectos citados e em outros.

[31] Tal facto remete para outra das características de difícil adaptação no processo de aculturação dos índios especialmente no que diz respeito ao conceito de propriedade fundiária, quer urbana quer rural. As culturas indígenas, na sua maioria, privilegiavam o usufruto comum da terra em detrimento de qualquer noção de propriedade colectiva e menos ainda de propriedade privada. Embora eventualmente cultivassem roças separadas não lhes parecia necessário "possuírem", ou demarcarem o terreno para o fazer.

[32] Cf. Paulo Bertan - *Notícia Geral da Capitania de Goiás*. Goiania / Brasília : Editora da Universidade Católica de Goiás, Editora da Universidade Federal de Goiás, Solo Editores, 1997, p. 62.

as fachadas dos blocos de habitação para os índios que são claramente identificados como "quartéis" **(fig. 33)**.

Essa mesma denominação de "quartéis para os índios" vai reaparecer em outros aldeamentos, que a seguir se retornará[33]. No entanto, importa salientar que esta identificação pode esclarecer a origem da tipologia do "barracão" que, a par da possível influência do modelo das missões, também pode ter-se originado na adaptação pragmática dos quartéis, de modo a resolver o mesmo problema posto aos missionários para conciliar o dado cultural indígena da habitação comum, com a necessidade de separação das famílias imposta pela colonização.

De todos os modos, o que se pode concluir é que, em termos formais, o dado que mais entrava em linha de conta para a definição de um projecto urbano era a sua imagem "regular". E esta "regularidade" era substancialmente medida pelo aspecto ordenado do conjunto urbano, em que pesavam sobremaneira a coerência e proporcionalidade das medias utilizadas, a noção de alinhamento e simetria das casas (com ou sem quintal) e a presença da praça regular. Sobre esta base, de certo modo elementar, um enorme conjunto de possibilidades era permitido, conquanto que ficasse evidente a "formosura" □ subentenda-se a "racionalidade" □ do plano.

Mas apesar dos repetidos intentos de aldear os índios nos vales do Guaporé e do Madeira, em qualquer das tipologias utilizadas para a sua instalação, o processo não vingou. As fundações realizadas naqueles rios por Rolim de Moura e por João Pedro da Câmara enfrentaram alguns problemas reincidentes que praticamente inviabilizaram a sua evolução apresentando um quadro de contínuo decréscimo populacional[34]. Para além da incontornável dificuldade em manter um contacto profícuo com os índios que redundasse na aculturação pretendida[35], também surgiam outros motivos que implicavam na decadência das aldeias já estabelecidas. Os principais eram a proliferação das doenças, devido a fragilidade dos índios aldeados relativamente aos contágios, e as contínuas deserções de indivíduos para o mato, reintegrando-se nos seus moldes de vida anterior.

A deserção das aldeias era um problema recorrente em toda a Amazónia que existia desde o período da administração dos missionários e que

---

[33] Ver mais adiante o cap. 8 "Coimbra, Albuquerque e Vila Maria: A Guarda do Paraguai".

[34] Ver dados populacionais da região nos apêndices deste trabalho.

[35] Em alguns aspectos a pretensão do Directório era verdadeiramente utópica, especialmente no caso do Mato Grosso, onde não tinha havido o trabalho inicial de missionação e conversão, esperava-se que o simples "exemplo" da vida civilizada fosse capaz de efectuar a "educação" dos índios.

aumentou após a sua expulsão. Especialmente na região do rio Madeira esse quadro contava com a identificação de um dado suplementar que muito influenciou o imaginário dos colonos. Tratava-se do "perigo Mura". Os índios Mura gozaram por muito tempo de um duplo "prestígio" no vale do rio Madeira. Eram, por um lado, os ferozes inimigos militares que, pelos seus ataques e emboscadas, punham em risco os habitantes da região e os viajantes do rio. E, por outro lado, eram também identificados como eventuais "aliciadores" dos índios aldeados, pois incorporavam nas suas hostes indivíduos de outras etnias, chamando-os de volta à vida selvagem[36].

Essa ambiguidade da questão Mura percorreu, de algum modo, todo o processo de ocupação formal do vale dos rios Madeira e Guaporé. A sua má-fama começou por ser difundida pelos jesuítas que moveram o primeiro processo-crime contra os índios, em 1738-9[37], procurando instituir a guerra justa contra aqueles gentios que consideravam como "bárbaros irredutíveis". As acusações feitas pelos inacianos foram denunciadas como falsas pelos outros missionários e o processo para a liberação das tropas de resgate não teve procedimento. Tal facto coincidia com o interesse da coroa em manter defesa a navegação do rio Madeira. Nessa altura, os Mura eram o inimigo útil que afastava aventureiros de uma região ainda inexplorada.

Depois da abertura da navegação fluvial entre o Pará e o Mato Grosso, em 1753, os Mura ressurgem como inimigos militares. As referências a tribo multiplicam-se em repetitivos episódios de recontros e ataques-surpresa que reforçam a aplicação do epíteto de índio feroz e insubmisso. Tal quadro é ainda ampliado na medida em que o designativo Mura passa a ser, cada vez mais, aplicado de maneira genérica, quer a índios daquela etnia precisa, quer a outros indivíduos ou grupos "murificados". No entanto, apesar da detracção constante de que são alvo nos documentos oficiais, sendo normalmente referidos como ferozes e irascíveis, o próprio Rolim de Moura admitia que o seu poder de ataque não oferecia verdadeiro perigo para as embarcações que navegavam no rio[38]. Na verdade, a manutenção da "ameaça Mura" era noutro aspecto

---

[36] Cf. Marta Rosa Amoroso - *Corsários no caminho Fluvial: os Mura do Rio Madeira*. in "História dos Índios no Brasil", ...p. 309. "*A política dos directórios (...) tem na deserção dos índios um dos principais problemas. Para a população aldeada, os mura passam a figurar como espaço étnico alternativo para aqueles que, fugindo do sistema de aldeamentos, buscavam a vida na floresta. Essa deserção enquanto traduzida em murificação, acaba dando ao Mura uma condição de adversário especial. Atraindo e "convertendo" etnias distintas, o Mura configura-se não apenas como inimigo militar, mas como concorrente, que contrapõe um modelo civilizador a outro, uma força de atracção a outra*".

[37] Trata-se dos "Autos da devassa contra os índios Mura do rio Madeira e nações do rio Tocantins", feitos em 1738-9 no âmbito da actuação da Junta das Missões no Grão-Pará. Cf. idem.

[38] Cf. AHU Mato Grosso caixa 6 doc 61 - 26 de Maio de 1753. Consulta ao governador D. António Rolim de Moura sobre a abertura do caminho para o Pará que responde em 2 de Janeiro de 1755, garantido que o

conveniente aos portugueses para justificar a instalação de um aparato bélico que lhes seria eventualmente útil contra os espanhóis e largamente exagerado contra os índios[39].

Assim, o poderio Mura cresceu potencialmente em termos de imaginário, não correspondendo em todos os aspectos à sua verdadeira eficácia. Cresceu, especialmente, em termos de abrangência geográfica deslocando a ameaça para a região dos rios Negro e Japurá na margem norte do Solimões-Amazonas e alcançando a área entre os rios Madeira e Tapajós na margem sul. Nesse imenso "território", os Mura permaneciam como inimigos reconhecidos, fazendo juz inclusive a uma situação de excepção na lei de liberdade geral dos índios que os excluía de tal privilégio, permitindo o seu cativeiro[40].

Mas o efectivo perigo que os Mura representavam era o contraponto que ofereciam em termos civilizacionais, mantendo a "resistência" a colonização até ao limite e pondo em causa o projecto de sedentarização de todos os índios. Marta Amoroso observa que em várias ocasiões os Mura eram referidos, a par com as formigas, como empecilhos ao bom andamento da agricultura das novas povoações, pois o medo das investidas do gentio bárbaro impedia os índios aldeados de cultivarem as roças[41]. Num eloquente contraponto entre a civilização e a natureza indomada, os Mura representavam o perigo de que esta pudesse vencer aquela.

No caso do vale dos rios Guaporé e Madeira pode dizer-se que o paradigma Mura foi permanente. Na verdade, quer se constituíssem como ameaça concreta ao projecto civilizacional do Directório, quer não passassem de uma referência alegórica, o facto é que os Mura não destruíram as aldeias daquela região porque elas quase não chegaram a existir. Os repetidos projectos de se instalarem novas povoações ao longo dos rios fracassam sucessivamente. Mesmo as feitorias da Companhia do Grão Pará e Maranhão, previstas para fixarem o caminho fluvial como via de ligação privilegiada entre as capitanias também falharam. Foi nesse âmbito, e no contexto da fronteira, que Luís de Albuquerque fundou, como vimos, a povoação de Viseu, na foz do rio Corumbiara, no Guaporé. Para tal precisou "recuperar" a população da antiga aldeia de São José fundada por Rolim de Moura, e voltar a instala-la nas proximidades de onde tinha sido inicialmente aldeada. Essa situação é sintomática na medida em que, concretamente, significava que não se tinham

---

caminho é até menos perigoso que o do sul pois o único perigo no Madeira eram os índios Mura, que não tinham força do rio, enquanto os paiaguás ainda ofereciam perigo no caminho do Cuiabá.

[39] Cf. Marta Rosa Amoroso - *op. cit.*, p. 302.

[40] As tribos "banidas" da liberdade eram os Mura, Munduruku e Karajá. Cf. idem.

feito progressos, nem no número de aldeamentos realizados, nem no acréscimo da população contabilizada, posto que os índios eram os mesmos que apenas mudavam de lugar. A própria povoação de Viseu acabou aliás por perder-se quando aquela área passou a ser território Boliviano.

Nas povoações previstas para o rio Madeira o histórico é ainda mais desolador. Praticamente todas as tentativas de instalação frustraram-se. A primeira tinha sido a povoação de Nossa Senhora da Boa Viagem, criada em 1758, que não chegou a resistir um ano. Depois, em 1765, foi criada a aldeia de Balsemão com os índios Panas que em 1773 tinha apenas 38 famílias e a partir de então desapareceu dos quadros de contagem da população. Em 1799 Caetano Pinto de Miranda Montenegro realizou a última fundação do século XVIII no rio Madeira, criando a povoação de São José do Montenegro, ou S. José do Ribeirão.

Entre as últimas tentativas de estabelecer mais um aldeamento de índios na região consta a fundação, em 1795, por João de Albuquerque de Melo e Castro, da Aldeia Carlota. Esta teve origem na captura de um quilombo que congregava escravos fugidos e índios nativos. Devolvidos os escravos aos antigos donos, os índios foram oficialmente baptizados e autorizados a formar uma povoação no mesmo lugar onde tinha sido apreendido o quilombo[42]. Tal circunstância é significativa pela opção de total pragmatismo que incorpora, pois a criação da aldeia "institucionalizava" uma instalação claramente marginal ao processo colonizador que era o quilombo. É inclusive paradoxal, pois ali quem tinha cumprido o papel "civilizador" dos índios tinham sido os negros escravos que os tinham cristianizado e ensinado a língua dos colonos. Nesse caso o paradigma Mura funcionara às avessas e os escravos, naturalmente resistentes à colonização, fizeram o papel de colonizadores.

Mas, se no aspecto da aculturação dos povos indígenas o vale do Guaporé-Mamoré-Madeira continuava a ser uma fronteira em aberto, no plano territorial conseguiu-se, efectivamente, marcar o limite da posse colonial.

7.2. A Fortaleza do Mato

---

[41] Cf. Marta Rosa Amoroso - *op. cit.*, p. 303.

[42] Ver item 5.1. "João de Albuquerque e Caetano Pinto de Miranda Montenegro: Entre a Paz e a Guerra".

Embora represente o controle de uma área bastante grande, a defesa de todo o vale do Guaporé-Mamoré-Madeira salda-se por uma única fortificação - o forte do Príncipe da Beira. Sobre o projecto e a edificação desse forte foram publicados nos últimos anos alguns estudos[43], que esclarecem a sequência dos levantamentos e das obras realizadas no terreno, fazendo ver as dificuldades e as soluções encontradas para que se concluíssem os trabalhos daquele que seria, segundo as palavras do próprio Luís de Albuquerque, o "único ponto de apoio" de uma vasta fronteira[44].

De maneira sintética, voltar-se-á a enumerar os factos relativos à edificação do forte, não para refazer a história do Príncipe da Beira, que não cabe no âmbito deste trabalho, mas apenas para indicar as fases do processo de ocupação do vale do Guaporé-Mamoré-Madeira que importam especialmente para a compreensão da sua incorporação territorial e o papel que aí desempenhou a fortificação em causa.

Como já se viu, o primeiro acto de fortificação da região foi realizado por Rolim de Moura, com a instalação, em 1756, de uma estacada no "Sítio das Pedras", no rio Guaporé. A este seguiu-se a tomada da antiga aldeia de Santa Roza, em 1760, com a respectiva instalação de um novo destacamento no local, que tomou o nome de N. Sra. da Conceição. Em 1761, esse destacamento transformou-se numa pequena fortificação de campanha, a partir da qual Rolim de Moura organizou o ataque ao presídio espanhol de Itonamas, em 1763.

Em 1767, começou-se a construção, em local supostamente escolhido por Rolim de Moura e pelo então governador João Pedro da Câmara, da efectiva fortaleza de N. Sra. da Conceição, cujas obras ficaram a cargo do engenheiro José Mathias de Oliveira Rego **(fig. 34)**. É importante ressaltar que, segundo o engenheiro, a escolha do terreno para a fortificação foi de inteira

---

[43] Embora não se refira exclusivamente ao forte, a obra de Gilberto Freyre - *Contributo para uma Sociologia da biografia. O exemplo de Luiz de Albuquerque Governador do Mato Grosso no fim do século XVIII*. Lisboa : Academia Internacional de Cultura Portuguesa, 1968, é de grande importância para a bibliografia sobre o Príncipe da Beira, pois são ali publicados vários documentos da autoria de Domingos Sambucetti (não identificados como tal) que pertenciam ao acervo da Casa da Insua e que, não fosse a sua publicação, poderiam se ter perdido no incêndio. A publicação intitulada *Real Forte Príncipe da Beira* , editada pela Fundação Emílio Odebrecht, em 1985, veio dar também um importante contributo na medida em que reúne um conjunto impar de documentação iconográfica sobre a região, com um vasto inventário realizado por Isa Adonias, e um estudo sobre o forte da autoria de José Maria de Souza Nunes. Mais recentemente Miguel Figueira de Faria tem publicado estudos sobre o Príncipe da Beira em que analisa e divulga a documentação compilada por Gilberto Freyre, assim como vários outros documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, apresentando uma síntese de todo o processo de construção do forte e especialmente o empenho de Domingos Sambucetti no seu projecto e edificação. Vejam-se do referido autor sobre o tema as seguintes obras: *A Engenharia Militar no Brasil Setecentista: Cartografia, Urbanismo e Fortificação*, separata Anais Série História Volume I. Lisboa : Universidade Autónoma de Lisboa, 1994 (comunicação apresentada no Colóquio Internacional "La Construtione del Nuovo Mondo", Academia Ligustica di Belli Arti, Genova, Novembro 1993 - publicada nas referidas actas em italiano) e *Príncipe da Beira: A Fortaleza para além dos limites*, in "Oceanos" nº 28, Outubro/Dezembro, 1996.

[44] Cf. AHU Mato Grosso caixa 20 doc 24. Ver item 4.3 "O Território Tratado".

responsabilidade do governador[45], que foi avisado pelo técnico da sua inadequação para aquele fim pois estava sujeito a inundações e não era suficientemente firme[46]. Na verdade, este seria o grande problema da fortificação então construída, que quase imediatamente após a sua conclusão começou a apresentar ruínas. Diante da necessidade urgente de realizar reparos, o engenheiro responsável pela obra enviou, em 1769, um relatório ao então governador Luís Pinto de Sousa reafirmando que o local não era adequado. Sem obter resposta para tal reivindicação, Oliveira Rego executou os reparos necessários na muralha que inevitavelmente voltou a arruinar-se[47].

Em Maio de 1771, a mesma fortaleza, então denominada de Forte de Bragança, continuava a apresentar problemas. Realizou-se um "auto de exame e vistoria ocular" estando presentes todo o corpo de oficiais assim como o pedreiro e o mestre de obras. Todos foram unânimes na recomendação de transferir a fortificação para outro local[48]. O governador enviou à corte a documentação esperando a resolução do conselho sobre o procedimento a tomar[49]. Em Janeiro de 1772, realizou-se outra vistoria à fortificação, desta feita efectuada pelo ajudante engenheiro Domingos Sambucetti, que tinha vindo do Pará, e pelo sargento-mor responsável pela obra José Mathias de Oliveira

---

[45] Em carta dirigida a Francisco Xavier de Mendonça Furtado João Pedro da Câmara relata o seu encontro com o tio afirmando que "*Logo que cheguei ao destacamento de N. Sra. da Conceição (...) comuniquei a meu antecessor a ordem de Sua Magestade participada por V. Exa. para se fazer a fortaleza no mesmo destacamento. Depois de assentarmos no sitio mais proprio, e na forma della, imediatamente se expedirão as Ordens, ao Sargento Mor Engenheiro para fazer o risco, e aos officiais da Fazenda para mandar ajuntar os materiaes necessarios.*" Cf. AHU Mato Grosso caixa 12 doc 24 - 11 de Fevereiro de 1765.

[46] "*Ordenando-me V.Ex.a desenhasse o projecto junto da fortaleza q' se quer fazer de novo delineada por V. Ex.a; p.a servir de desfença emparte dos dominios desta Capp.nia de Mato Grosso, como he o Priziido de Nosa Snr.a. da Conc.am, na margem do rio Guapore, (....) e fazendo eu refleção sobre o dito projecto, tanto p.a. o seu uzo, como para a sua construção, acho os embaraços seguintes, q' em razão da minha profição devo propor a V.Exa; antes de se dar o principio da obra*" Cf. AHU Mato Grosso caixa 14 doc 74 - 30 de Maio de 1771. Anexo 1. Carta de José Mathias de Oliveira Rego a João Pedro da Câmara, datada de 31 de Julho de 1767.

[47] Em 1 de Agosto de 1769 o engenheiro escrevia ao governador dizendo que acabara a reedificação das muralhas "*porq. se esperava a resolução de V. Exc. não se faria nada nessas secas*". Cf. AHU Mato Grosso caixa 14 doc 74 - 30 de Maio de 1771. Anexo nº 3. *Extracto de hum periodo da carta escrita ao governador da capitania de Mato Grosso pelo Sargento Mor Inginheiro Joze Mathias de Oliveira Rego do Forte de Bragança em data de 1 de Agosto de 1769.*

[48] AHU Mato Grosso caixa 15 doc 2 - 18 de Junho de 1771. "*... e sendo alli todos juntos em conselho de guerra pelo dito comandante foi dito que em cumprimento da dita portaria que a todos foi lida era necessario proceder-se o dito exame o qual se fez com a assistencia de todos os oficiais militares, fazenda e mestres das obras, e acharão que inteiramente estava a dita praça toda aruinada alem de oito pedaços de moralha que ja estavam chaidos por terra, tanto pellas chuvas como pela grande inundação do rio a qual esta sojeita a dita praça por ser fundada em terreno baixo e ser a sua construção de pedra e barro que não resiste à agoas, está disposta annualmente a estas innundaçoens. E que a dita fortaleza não pode ser reparada solidamente das suas actuais ruinas por ficar sojeita a dita inundação (...) E outro sim achou o dito Mestre que as ruinas da dita praça não prevem do alicerse, e fundamento da dita obra, mas sim dos metriais com que foi fabricada que he pedra e barro, o qual não resiste a agoa porque com a enchente do rio vaia dita comendo, e descarnando a moralha athe que faltando-lhe o equilibrio do seu nivel , abate e cahe por terra, como tambem declarou e assentou com todos os mais adjuntos que toda a despeza que nesse sitio se fizesse hera inutil á Fazenda Real de Sua Magestade pela qualidade do terreno*".

[49] Cf. AHU Mato Grosso caixa 14 doc 74 - 30 de Maio de 1771. Carta de Luis Pinto de Sousa a Martinho de Melo e Castro.

Rego[50]. O veredicto era o mesmo, repetido por ambos os técnicos e corroborado pelo governador[51] - o local não suportava a obra em causa e era conveniente transferir a fortificação para outra situação com maior vantagem relativamente às cheias do rio.

O mesmo estado de coisas manteve-se até a chegada de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, em 1772. Logo no início do ano seguinte o governador recebeu ordens determinando que fosse com o engenheiro Salvador Franco da Mota vistoriar uma vez mais as ruínas da fortaleza existente, e também examinar uma outra localidade, nas cachoeiras do rio Madeira, onde deveria ser construída uma nova fortificação, tudo integrado num vasto plano que abrigaria feitorias da Companhia do Grão Pará e Maranhão na via fluvial do Guaporé-Mamoré-Madeira. Para a execução de tais ordens, o governador requereu a vinda de mais engenheiros do Pará, que chegaram em Fevereiro de 1774. Uma outra vez voltava ao Mato Grosso o ajudante Domingos Sambucetti, nessa ocasião acompanhado de Alexandre José de Sousa, também ajudante de infantaria com exercício de engenheiro[52].

Antes de iniciar os trabalhos previstos para a região, Luís de Albuquerque recebeu novas recomendações da corte, que alteravam em alguns aspectos as ordens anteriormente recebidas. A principal delas dizia respeito à nova fortaleza, que na primeira ordem se determinara que fosse executada na margem oriental do rio Madeira, na "duodécima cachoeira a contar do Pará na foz do rio Benin"[53]. A nova recomendação frisava que, tendo por base as notícias divulgadas na corte por Luís Pinto de Sousa, o sítio inicialmente previsto não era apropriado, mas sim um outro, indicado por aquele governador, que se situava na margem ocidental do rio. Reforçava-se tal indicação afirmando "*que não obsta a dificuldade de se haver entendido até agora que a margem ocidental*

---

[50] Cf. AHU Mato Grosso caixa 15 doc 38 - 28 de Fevereiro de 1772. Carta de Luís Pinto de Sousa a Martinho de Melo e Castro. Em anexo pareceres de Domingos Sambucetti e José Mathias de Oliveira Rego. Vários trechos desse documento foram reproduzidos por Miguel Faria, que publicou integralmente o parecer de Sambucetti. Cf. Miguel Faria -*A Engenharia Militar no Brasil Setecentista: cartografia, urbanismo e fortificação*. Lisboa : Universidade Autónoma de Lisboa, 1994.

[51] Embora concordasse com a necessidade de mudança da fortificação defendida por ambos os engenheiros Luís Pinto de Sousa não eximia de culpas a Oliveira Rego. Segundo o governador, o responsável pela obra não fora suficientemente claro nas suas recomendações sobre a construção inadequada naquele lugar e sobretudo não deveria ter continuado as obras no forte sabendo da sua inutilidade. A versão de Oliveira Rego insistia sobre o cumprimento do seu dever enquanto técnico, tendo apresentado o seu parecer negativo na altura própria, embora tivesse executado o que lhe foi ordenado pelo governador. Em várias ocasiões surgem situações similares a esta, relativamente à hierarquia e a capacidade de decisão efectiva dos engenheiros. Os problemas surgem não apenas em função das ordens dos governadores, que eram efectivamente pouco contestáveis, mas também entre os comandantes das fortalezas e os engenheiros, o que eventualmente provocava algumas dificuldades. Entre Sambucetti e o comandante do forte do Príncipe da Beira ocorrerá uma questão relacionada com a gestão dos escravos que a seguir veremos.

[52] Ver item 4.2. " A Criação Urbana: Discurso e Acção".

[53] Na verdade o dito rio Benin ou Enin era o nome dado pelos espanhóis ao próprio rio Madeira.

do Rio Beny, e a que jaz dela para o Norte, desde o paralelo de nove graos, e trinta minutos, era pertencente a Espanha; porque nunca athe agora passou pelo pensamento aos Espanhoes tal pertenção; antes muito pelo contrario o dito Parallelo constitue a extremidade Meridional da Capitania de S. Josê do Rio Negro, como se manda declarar aos respectivos Governadores, para que mais não torne e vir em duvida"[54].

Esta recomendação é especialmente significativa na medida que estabelece um importante antecedente para a atitude tomada por Luís de Albuquerque ao longo de toda a fronteira. Como vimos, em mais de uma ocasião o governador ousou realizar as suas fundações na margem ocidental dos rios da fronteira, nomeadamente do Paraguai e do Guaporé, que eram tradicionalmente tidas como território espanhol. Seguia o princípio várias vezes repetido por mais de um governador do Mato Grosso de que era mais seguro ocupar primeiro e, eventualmente, ceder depois, do que permitir que os espanhóis tomassem a dianteira[55]. No caso do rio Madeira a questão era de certo modo diferente, pois envolvia a posse portuguesa das áreas a sul do rio Solimões que, em princípio, estavam garantidas desde a viagem de Pedro Teixeira.

Luís Pinto de Sousa tinha dedicado especial atenção a esse tema, tendo alertado, em 1769, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, pois encontrara um documento na secretaria do governo do Mato Grosso em que se proibia aos portugueses construírem na margem ocidental do rio Madeira dizendo ser domínio castelhano. O governador afirmava que tal provisão tinha sido feita sem conhecimento de causa e que usurpava direitos legítimos da coroa portuguesa, pelo que deveria ser urgentemente "borrada" dos livros[56]. Ao enviar a sua "reflexão circunstanciada" sobre o rio da Madeira, Luís Pinto de Sousa abordava, uma vez mais, o problema, afirmando que "*Tudo isto, nos deve adevertir, como bem refletiu ja o sobre dito Conde de Azambuja, de nam perdermos tempo algu em se formarem estabelecimentos pella nossa parte, sobre huma, e outra margem do Rio Madeira; antes que os Espanhoes se antecipem: por quanto, chegando a fazer qualquer fundação nas Caxoeiras, e a forteficarem nellas algum posto; perdida fica em hum instante toda a*

---

[54] AHU Mato Grosso caixa 16 doc 9 - 14 de Fevereiro de 1774. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro. Anexo.

[55] *"he mais facil o ceder da parte q' já tivermos ocupado, do que desalojarmos os Hespanhoes d'aquella aque indevidamente se tiverem adiantado*". AHU Mato Grosso caixa 11 doc 8 - 15 de Julho de 1761. Anexo. Carta de D. António Rolim de Moura a Gabriel de Sousa Filgueiras.

[56] AHU Mato Grosso caixa 13 doc 30 - 2 de Março de 1769. Carta particular de Luís Pinto de Sousa a Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

navegação do Pará, e empossebilitados quaesquer socorros para poderem nunca vir em tempo de Guerra, aos dominios desta Capitania"[57].

Assim, a recomendação da construção de uma fortificação na margem ocidental do rio Madeira provinha das indicações de Luís Pinto de Sousa como era referido no próprio documento. Mas, apesar de ter em conta tal necessidade, e de, possivelmente, concordar com ela, veremos que Luís de Albuquerque não a pode priorizar.

A recomendação seguinte do mesmo documento dizia respeito à fortaleza já existente no Guaporé. Assumia-se finalmente que o terreno em que estava fundada não era apropriado e que se deveria construir uma outra fortificação para a substituir. Indicava-se para tal edificação um terreno que distava cerca de um quarto de légua daquela, na mesma margem do rio. A fortaleza antiga deveria ser conservada até que a nova estivesse pronta para receber a guarnição[58].

Luís de Albuquerque empregou imediatamente os engenheiros vindos do Pará nos levantamentos e projectos recomendados, participando também ele, activamente, da execução dos cálculos e especulações necessárias a execução de ambas as fortalezas que lhe tinham sido ordenadas. A natureza dessas "especulações" assustou o pragmatismo de Pombal que foi contundente na sua repreensão ao governador[59]. Luís de Albuquerque não devia, nem podia, fazer as duas fortificações ao mesmo tempo. As ordens directas do Marquês determinavam, expressamente, que se começasse pela execução do forte no rio Guaporé, que deveria substituir a arruinada fortaleza de N. Sra. da Conceição (ou Bragança).

Os trabalhos efectivos da fortificação que viria a ser o Príncipe da Beira começaram no início do ano de 1775 **(fig. 35)**. Durante todo o ano de 1774 tinham se realizado as explorações e medições da região. Em Junho daquele ano falecera, durante os levantamentos no Madeira, o capitão Salvador Franco da Mota, que era o oficial engenheiro de maior graduação da capitania.

---

[57] AHU Mato Grosso caixa 13 doc 19 - 20 de Janeiro de 1769.

[58] AHU Mato Grosso caixa 16 doc 9 - 14 de Fevereiro de 1774. Anexo. "*Quanto a outra Fortaleza já existente e denominada de Nossa Senhora da Conceyção, respeita a nota seguinte. Note-se que dipois de o tempo em que se escreveo este Paragrafo, chegaram mais exactas informações, pelas quais se concluio: que esta fortaleza foy fundada em hum terreno condenado aos embates do Rio; que nele se não pode edificar obra sigura, e sustentada, que sobre a mesma margem hum quarto de legoa com pouca diferença mais assima se acha outro terreno solido, siguro, dominante, e de nenhuma parte dominado, no qual se deve por isso principiar logo a edificação d'outra Fortaleza com que devemos sigurar, conservando-se no entretanto a que hoje existe athe que a outra se ache no estado de se mudar para ela a Artilharia e a Guarnição Militar ficando a prezente reduzida a Adeia de Lavradores com algumas tendas miudas para o trafico dos indios vizinhos*".

[59] Já se referiu a este facto no item 4.2. "A Criação Urbana: Discurso e Acção".

Sambucetti o substituiu na coordenação das operações e foi encarregado de dirigir a obra do novo forte, que se faria no sítio por ele proposto em 1772.

O trabalho do ajudante Domingos Sambucetti na Amazónia e no Mato Grosso tem sido razoavelmente divulgado. Sabe-se, por uma petição sua pedindo a promoção para o posto de sargento-mor, que Sambucetti era natural de Génova, que tinha vindo para a América com a comissão demarcadora de limites e que tinha realizado vários trabalhos[60]. O próprio engenheiro enumera-os cronologicamente destacando, entre outros, a elaboração de uma carta do rio Solimões (1756-57), a reedificação e direcção das obras da fortaleza de Gurupá (1762-64), a assistência nas obras da fortaleza de Macapá (1765-66), o levantamento do terreno e execução da planta e projecto da vila de Mazagão (1769-71), a comissão no rio Madeira e a vistoria da fortaleza de N. Sra. da Conceição (1772), o exame e visita à fortaleza de Macapá e às vilas de Mazagão e Vila Vistosa (1773) e, finalmente, a assistência no Mato Grosso e a coordenação dos trabalhos do forte do Príncipe da Beira (1774-1777). Com efeito, trata-se de um percurso notável que é ainda mais interessante quando se sabe que o jovem Sambucetti chegara à Amazónia como auxiliar do astrónomo Brunelli e que na prática do trabalho, no terreno, completou a sua formação, sendo promovido a ajudante engenheiro por Francisco Xavier de Mendonça Furtado que lhe reconhecia as qualidades.

A experiência prática de Sambucetti, assim como os seus conhecimentos de geometria e astronomia, serão constantemente utilizados e referidos ao longo do seu trabalho na construção do forte do Príncipe da Beira. Entre Abril de 1775 e Janeiro de 1777, o engenheiro manteve com o governador uma profícua e interessante correspondência em que lhe relatava miudamente o andamento do projecto. Essa correspondência é reveladora de vários aspectos de ordem pragmática e circunstancial relativos às obras, assim como traz também outras informações esclarecedoras da metodologia de trabalho utilizada naquelas tão adversas circunstâncias.

A primeira série de trabalhos foram executados em dois ambientes distintos: a pedreira, onde se fazia a recolha das pedras, e o local de instalação do forte, onde se faziam as tarefas iniciais de desmatamento e limpeza do terreno. Ali, as primeiras etapas foram a construção de infra-estruturas de apoio,

---

[60] Sambucetti endereçou várias vezes o mesmo pedido de promoção à corte sem ter chegado a obter a patente pretendida. O primeiro pedido data de 1770 quando ainda estava no Pará. (AHU Pará caixa 744 (30) - 9 de Janeiro de 1770 - Viterbo publica uma cópia similar dessa petição que se encontrava na altura na BNL (Cf. Sousa Viterbo - *Dicionário...*, vol III, p. 7)). No Mato Grosso Sambucetti renovou o pedido, por pelo menos três vezes, contando com a ajuda de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (AHU Mato Grosso caixa 16 doc 28 - 30 de Setembro de 1774; AHU Mato Grosso caixa 16 doc 45 - 19 de Maio de 1775; AHU Mato

nomeadamente os quartéis para os escravos empregados nas obras, e um quartel para o engenheiro "*com o comodo destinado para o risco, por me parecer indispensável esta providência, pois não tenho abrigo, nem adonde escreva, muito menos adonde risque*"[61]. Outra providência de significativa importância foi a preocupação do engenheiro em formar pessoas que o pudessem ajudar. Disponibilizou-se, logo no início das obras, a instruir alguns oficiais em "praticantes engenheiros" dando-lhes aulas teóricas e práticas. A primeira tentativa, realizada com o cabo de esquadra António Ferreira Coelho, revelou-se improdutiva. O aluno não tinha efectivo interesse em aprender[62]. A segunda, com o sargento Ignacio de Souza Nogueira foi bastante profícua[63], o que se repetiu com o cabo de esquadra Felix Botelho de Queiroz[64], e depois com o filho do capitão Joaquim Lopes Poupino[65]. Na verdade, foram estes oficiais os principais auxiliares de Sambucetti, sendo constantemente referidos nas cartas enviadas à Luís de Albuquerque. Alexandre José de Souza, o ajudante engenheiro que tinha vindo do Pará na mesma altura que Sambucetti, não pode oferecer muita ajuda. Esteve doente a maior parte do tempo e em Agosto de 1775 regressou a Belém[66].

Grosso caixa 17 doc 19 - 24 de Julho de 1776). Uma dessas petições (caixa 16 doc 45) está publicada na íntegra in Miguel Faria - *A Engenharia...*, pp.157-158.

[61] Gilberto Freyre - *op. cit.*, Vol II, p.93 (documento nº 1, de 27 de Abril de 1775).

[62] Idem, p. 92 (documento no 1, de 27 de Abril de 1775).*"Falei ao cabo de esquadra António Ferreira Coelho, e nelle não achei vontade nem capacidade para se aplicar à engenharia; elle me disse que esperava que V. Exa. lhe desse sua baixa, que não sabia riscar, e o risco que tinha feito fora com muito trabalho e materialmente, e na verdade não tem a mínima notícia da Geometria, e examinandoo no contar, também não da rezão do que faz."*

[63] Idem, Ibidem. "*Tudo o que eu tinha passado com o ditto Coelho chegou à notícia do Sargento de Artilharia, que veio do Rio de Janeiro e se acha neste forte, o qual me procurou e me declarou o grande dezejo que tinha de servir a Sua Magestade na faculdade de Engenheiro, pois se achava já com os estudos necessarios a um bom artilheiro; e na verdade sabe a aritmetica com fundamento e oacho tão adiantado na geometria quanto baste para se aplicar a fortificação, e tambem com os seus principios de riscar; e como nesse sugeito alem da referida capacidade se acha huma grande vontade de se aplicar e por este meio ser util ao serviço de Sua Magestade (...) Creio que fara muito bom serviço nestas obras, por cujo motivo peço a V. Excia. que seja servido destinar o dito sargento para que sirva de praticante engenheiro e tenha assistência nestas obras, izento totalmente de qualquer otra obrigação militar para que eu possa ter este adjutório nos trabalhos de minhas obrigaçõens, que por assim me parecer mais util ao Real Serviço.*" Idem, p. 101 (documento nº 5 de 13 de Junho de 1775) "*Beijo as mãos de V. Excia pela merce que me fez em destinar o sargento Ignacio de Souza Nogueira para a faculdade de engenheiro e serviço destas obras; e desde agora fica sendo huma das minhas obrigaçoens em que farei gosto adiantalo na theoria a medida que se hira instruindo na pratica*".

[64] Idem, p. 116 (documento nº 17 de 19 de Dezembro de 1775) . "*O cabo de esquadra Felix Botelho de Queiros enquanto eu estive molestado esteve postilando parte do primeiro livro de Euclides, e são poucos dias que se vai instruindo na aritmetica*".

[65] Idem, p. 130 (documento nº 24 de 10 de Dezembro de 1776). "*O capitam Joaquim Lopes Poupino me participa que nesta ocasião roga a V. Exª parq que se digne mandar assentar praça e destinar para o serviço desta fortificação hum unico filho que tem de 17 para 18 anos de idade, instruido na lingua latina, co seus principios de aritmetica, e com alguma propensão para o desenho; não posso deixar de julgar muito acertada essa sua determinação, e estimala ao mesmo tempo, na consideração de que V. Exª lhe ha de conceder a graça que pertende. A idade e instrução do dito sugeito, aqui palicado nesta fortificação debaixo dos olhos do pai, alguma coisa promete, e quanto mais não seja suprira nas doenças dos mais*".

[66] Idem, p. 109 (documento nº 10 de 31 de Agosto de 1775).

As doenças eram aliás parte do quotidiano dos trabalhos. São constantes as alusões às sezões, tanto do engenheiro e dos seus auxiliares mais directos, como dos escravos empregados na obra. Numa estatística aproximada, pode dizer-se que deveria haver cerca de um terço dos operários sempre doentes. A dureza dos trabalhos era incontestável e o número de óbitos também foi bastante elevado. As pedras recolhidas na pedreira eram transportadas pelo rio para o local da fortificação, exigindo homens tanto para uma como para outra tarefa. No terreno, depois de concluídos os quartéis e armazéns, e estando limpa a área de inserção da fortaleza, esta foi completamente "delineada" no solo, com esteios indicando a disposição das paredes e baluartes e, após isso, começou-se a abertura do fosso. Todos estes trabalhos se realizaram antes da cerimónia de colocação da "primeira pedra" realizada em 20 de Junho de 1776 e celebrada no famoso "Auto de fundação" **(fig. 36)**.

Depois da formalidade da fundação as obras seguiam, ou melhor, o forte finalmente começava a se erguer do solo. Sambucetti continuou a dirigir os trabalhos e a dar notícias dos progressos da construção. Em Janeiro de 1777 afirmava que "*V. Exª terá o gosto de ver brevemente executado o mais dificultoso da obra, com hum baluarte acabado, huma cortina, a porta, com os adjacentes aquartelamentos e aberto o fosso em roda da fortificação (...) com taõ bom principio com razão se poderá dizer ter V. Exª conseguido a metade do trabalho - Dimididium facti qui bene cepit habet - que com mais facilidade se poderá depois concluir, ainda que por falta de operarios se haja de gastar mais tempo*"[67]. Para a continuação das obras mandaram-se vir do Pará mais operários[68] e um cirurgião. Este, no entanto, não foi capaz de curar o engenheiro das suas constantes "sezões", que eram provavelmente acessos de malária, e que provocaram a sua morte em meados daquele ano.

Em Setembro de 1777 o governador comunicou à corte o falecimento de Sambucetti. Reclamava a falta do fornecimento de cabedais por parte da Companhia de Comércio do Grão Pará, que deveria financiar a obra, e reafirmava a urgente necessidade de substituição do engenheiro, pedindo que se enviasse um do Pará. Luís de Albuquerque declarava que "*a casualidade de terem falecido os dous unicos officiais engenheiros que eu tinha nesta capitania, a saber o capitão Salvador Franco da Mota e o Ajudante Domingos Sambucetti, (...) teriam sem duvida posto em hum grande embarasso as obras (...) se eu mesmo não tomasse sobre mim o determinar e regular desde logo*

---

[67] Cf. Gilberto Freyre - *op. cit.*, vol II, p. 133 (documento nº 26 de 8 de Janeiro de 1777).

[68] As cartas referem-se a um pedreiro de nome Nogueira "o melhor oficial que havia em Macapá" e a um "taipeiro mazaganista", sobre o qual Sambucetti não tinha tão boa opinião. Cf. Gilberto Freyre - *op. cit.*, vol II, p. 128 e 134.

todos os profis correspondentes, elevações e mais medidas, e calculos necessarios sobre o plano dessa fortaleza, que primeiro havia projectado"[69].

Esta não era apenas uma declaração simbólica. Na verdade Luís de Albuquerque era também "autor" do projecto da fortaleza, tendo sido responsável pela sua idealização e pela determinação da sua configuração e tamanho, o que foi executado em desenhos e na obra por Sambucetti. O "*quadrado regular de oitenta braças de lado fortificado pelo metodo de Vauban*" nasceu da colaboração entre os cálculos e especulações do governador e a acção prática e teórica do engenheiro. Até a chegada de José Pinheiro de Lacerda, o substituto de Sambucetti, que afinal veio do Pará, a vigilância das obras do forte foi entregue a "*hum oficial de milicias deste paiz que tem bastantes luzes*"[70]. Provavelmente era um dos discípulos de Sambucetti treinados na "prática de engenharia".

As obras do forte continuaram até ao final do século embora tenham diminuído de ritmo após a administração de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vários desenhos foram sendo executados mostrando o andamento dos trabalhos. Para além dos quatro baluartes, projectara-se também uma bateria externa, que nunca chegou a ser construída. Em 1799, Caetano Pinto de Miranda Montenegro enviou a corte desenhos do que já estava executado e do que ainda restava por fazer. Os baluartes e a maioria dos edifícios internos estavam concluídos, a estrada coberta que deveria cercar o forte, o aqueduto, e todas as obras externas, faltavam. Continuariam a faltar.

A quantidade e a disposição dos edifícios no interior do forte sofreram algumas variações ao longo do tempo de construção. A opção final foi feita a partir de um projecto executado em 1780 por José Pinheiro de Lacerda. O conjunto compunha-se por 16 edifícios distribuídos em duas linhas concêntricas à volta do quadrado-base que definia o desenho da fortaleza. Quatro ruas estabelecidas a partir do meio dos panos da muralha cortavam o conjunto das construções. Uma dessas ruas dava acesso ao portão principal da fortaleza. Outras quatro ruas, abertas nos eixos diagonais do quadrado, ligavam a praça central aos baluartes, impondo aos edifícios da primeira linha de construções uma forma trapezoidal. Na segunda linha construíram-se grandes rectângulos que abrigavam os alojamentos dos militares da companhia, os armazéns de petrechos e pólvora e o hospital. Na primeira linha ficavam as instalações dos

---

[69] AHU Mato Grosso caixa 17 doc 48 - 12 de Setembro de 1777. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro.

[70] AHU Mato Grosso caixa 17 doc 48 - 12 de Setembro de 1777. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro

oficiais, a casa do governador do forte, a capela, e as acomodações do capelão e do cirurgião **(fig. 37)**.

É evidente a lógica hierárquica e funcional da distribuição dos edifícios. Assim como também é visível a "correcção" do projecto, que se faz de uma maneira quase canónica, com todos os elementos necessários ao funcionamento do forte desenhados de acordo com as recomendações tratadísticas[71]. A mesma postura é visível também no desenho da porta, da qual se fez pelo menos três propostas, até se decidir pelo resultado final que integra uma entrada em arco pleno encimada por um frontão tripartido, que não nega a intenção monumental do projecto.

As construções do interior têm os cunhais e esquadrias das portas e janelas executadas em pedra lavrada e as paredes são em alvenaria de pedra irregular, que deveria ser rebocada e provavelmente pintada. Nas muralhas, a pedra, correctamente talhada, mostra-se na sua cor escura natural, dotando o conjunto remanescente da fortaleza de uma imponência ímpar, mesmo agora que se encontra em ruínas.

Embora incompleto relativamente ao seu projecto inicial, o Príncipe da Beira é, incontestavelmente, um monumento. As suas dimensões, o isolamento da região em que está localizado, as inúmeras dificuldades enfrentadas na obra, com uma impressionante mortalidade dos trabalhadores envolvidos, tudo remete para um quadro épico da sua construção e da sua idealização. "Épico e sublime"[72] como diria Picon, na medida em que a obra construída encarnava o desejo de submeter e de exaltar a natureza ao mesmo tempo, revelando a capacidade de intervenção dos homens sábios em luta contra os elementos indomados da terra selvagem. Para além do que podia representar em termos de soberania política sobre o território, a construção da fortaleza significava também uma inquestionável demonstração de poder sobre o próprio espaço. É, nesse sentido, um monumento a própria acção dos técnicos que moldaram os elementos naturais conformando-os segundo os seus interesses e devolvendo-os à natureza numa forma "civilizada". A força do contraste que a obra estabelece com o meio □ uma fortificação no mato □ é, em si, esclarecedora do seu peso simbólico e monumental.

---

[71] Note-se que a disposição e a forma das construções no interior do forte do Príncipe da Beira é similar à opção utilizada na fortaleza de Macapá, com a diferença de que ali fez-se apenas uma linha de edificações e não as duas do Príncipe da Beira.

[72] Antoine Picon - *op. cit,* p. 214. "*Plus généralment, la construction des ouvrages importants prend très souvent un caractère héroique et sublime. Ne représen-t-elle pas en effet un défi permanent lancé à la pensateur, défi qui utilise na nature pous transgresser sa loi la plus universelle? (...) Construir c'est torturer la matière en la soumettant aux éxigences d'une raison dangereuse.*"

Em praticamente todos os aspectos o processo de construção do Príncipe da Beira evidencia uma estratégia de dominação: dominação do território, pela demarcação da fronteira; dominação da natureza, pelo controle dos materiais e da geografia; e dominação dos habitantes da região, pela imposição de um aparato bélico que a ser utilizado contra os povos nativos seria devastador. Mas, em cada um desses aspectos, a sua "eficiência" era bem mais simbólica do que concreta.

Desde a escolha do lugar da fortaleza, em que se consideraram tanto as prioridades da fronteira como a adequação do sítio preciso da construção (que deveria conciliar as qualidades do terreno com a proximidade dos materiais a serem utilizados) que o que estava em causa eram os dados de uma rigorosa "geometria territorial". A acção construtiva da fortaleza tinha como escopo principal a "ordenação" do território em que se inseria. Era claramente um marco e um referencial neste território, inclusive para os seus próprios construtores. Não é crível que se esperasse poder fazer, com aquela única fortificação, a defesa efectiva de todo o vale do Guaporé, caso houvesse uma guerra real. O Príncipe da Beira era o "ponto de apoio daquela vasta fronteira", como dizia o próprio Luís de Albuquerque, consciente do peso relativo da intervenção que, a todos os níveis, fora feita para funcionar num sistema integrado de defesa do território.

Por um lado, a construção da fortaleza estava inequivocamente vinculada ao sistema de defesa da Amazónia que incluía todos os outros fortes realizados durante as comissões demarcadoras, com os quais o Príncipe da Beira mantém correspondências de vária ordem. Em termos formais, integra uma série de quadrados fortificados com quatro baluartes que tem inúmeros exemplos entre as fortalezas construídas no século XVIII no Brasil e que, na Amazónia, se repete nas três principais fortificações feitas durante as demarcações - Macapá, S. José das Marabitenas e Príncipe da Beira. Estas fortificações guardavam entre si apenas variações de tamanho e na previsão das suas obras externas, que em nenhum dos casos foram completamente realizadas, o que ainda mais as assemelha. Estas mesmas três fortificações perfazem um triângulo no território que marcava os principais pontos de acesso fluvial da região: o rio Amazonas (Macapá), o rio Negro (Marabitenas) e o rio Guaporé-Madeira (Príncipe da Beira) **(fig. 38)**.Por outro lado, o Príncipe da Beira relaciona-se também com as intervenções realizadas à sul que perfaziam o sistema de defesa português da região do rio Paraguai com o forte de Coimbra, a fortaleza de N. Sra. dos Prazeres do Iguatemi e depois o forte de Miranda.

Em todos esses casos, as obras de fortificação foram realizadas numa lógica territorial e relacional. Nenhuma defendia em si uma área precisa, mas todas em conjunto guardavam a totalidade do território, salvaguardando as suas principais entradas. Embora os fortes citados do quadro de defesa da Amazónia, ou mesmo a fortaleza do Iguatemi e o próprio Príncipe da Beira, tenham sido fortificações caras e custosas, em termos operacionais e de construção, eram na realidade fortalezas pouco complexas, que seguiam o mais simples dos "modelos" ditos de Vauban[73].

No caso da engenharia portuguesa, especialmente na acção colonial, é visível a compreensão dessa problemática e a correspondente tomada de atitude adequada, privilegiando as decisões globais sobre as pontuais. A própria expressão utilizada por Luís de Albuquerque para identificar o Príncipe da Beira como um "ponto de apoio" é sintomática dessa consciência da fragilidade da fortificação em si enquanto arma de guerra e do seu valor crucial em termos territoriais. Já no início do século XIX veremos um dos engenheiros de Napoleão, Rogniat, utilizar uma definição bastante similar à que Luís de Albuquerque usara cinquenta anos antes, afirmando que "*por si mesmas las fortalezas no son suficientes para la defensa de las fronteiras de un país abierto, por no representar más que cuerpos muertos, cuya influencia no se extiende más allá del alcance de tiro de los cañones de sus fortificaciones, pero considerándolas como* ***punto de apoyo****, como refugio de exercito de campaña, como cabezas de puentes, que le garanticen, su libertad de maniobra en los rios, como seguros depósitos para el almacenaje en abundancia de toda a classe de petrechos bélicos, resultan ser elementos preciosíssimos y absolutamente indispensáblesparagarantizar la defensa del país*"[74].

Nesse sentido compreende-se a aparente diacronia do projecto do Príncipe da Beira, em que a fortaleza em si não faz sentido como edifício bélico (e não chegou a ser utilizada com este propósito em nenhuma ocasião), mas é pertinente como símbolo e como peça crucial do processo de territorialização. Para além de ser um gesto efectivo de marcação do espaço, que mantém a sua função, sob certos aspectos até hoje, sustentando um discurso de soberania

---

[73] Parece que a utilização desses modelos padronizados correspondia mais a permanência de um método de desenho de fortificação repetido na prática e não necessariamente a uma influência directa das teorias de Vauban e dos seus "sistemas". Na verdade, como aponta Ramón Gutierrez, a difusão das ideias de Vauban alcança maior público quando em termos operativos os sistemas por ele propostos seriam já quase ineficientes em função dos próprios avanços da artilharia e dos novos métodos de combate. Assim, o que permanece como extracto das teorias de Vauban é, por um lado, o exemplo das fortificações que construiu e sugeriu como modelos, que alimentam um repertório fortificador para todo o mundo, e por outro, a compreensão evolutiva do próprio papel dessas fortificações nos jogos de guerra e, em especial, no seu papel enquanto paradigmas do controle do território. Cf. Ramón Gutierrez, Cristina Esteras - *Territorio y Fortificacion - Vauban, Fernandez de Medrano, Ignacio Sala e Felix Prospero, Influencia en España y America*. Madrid : Ediciones Tuero, 1991.

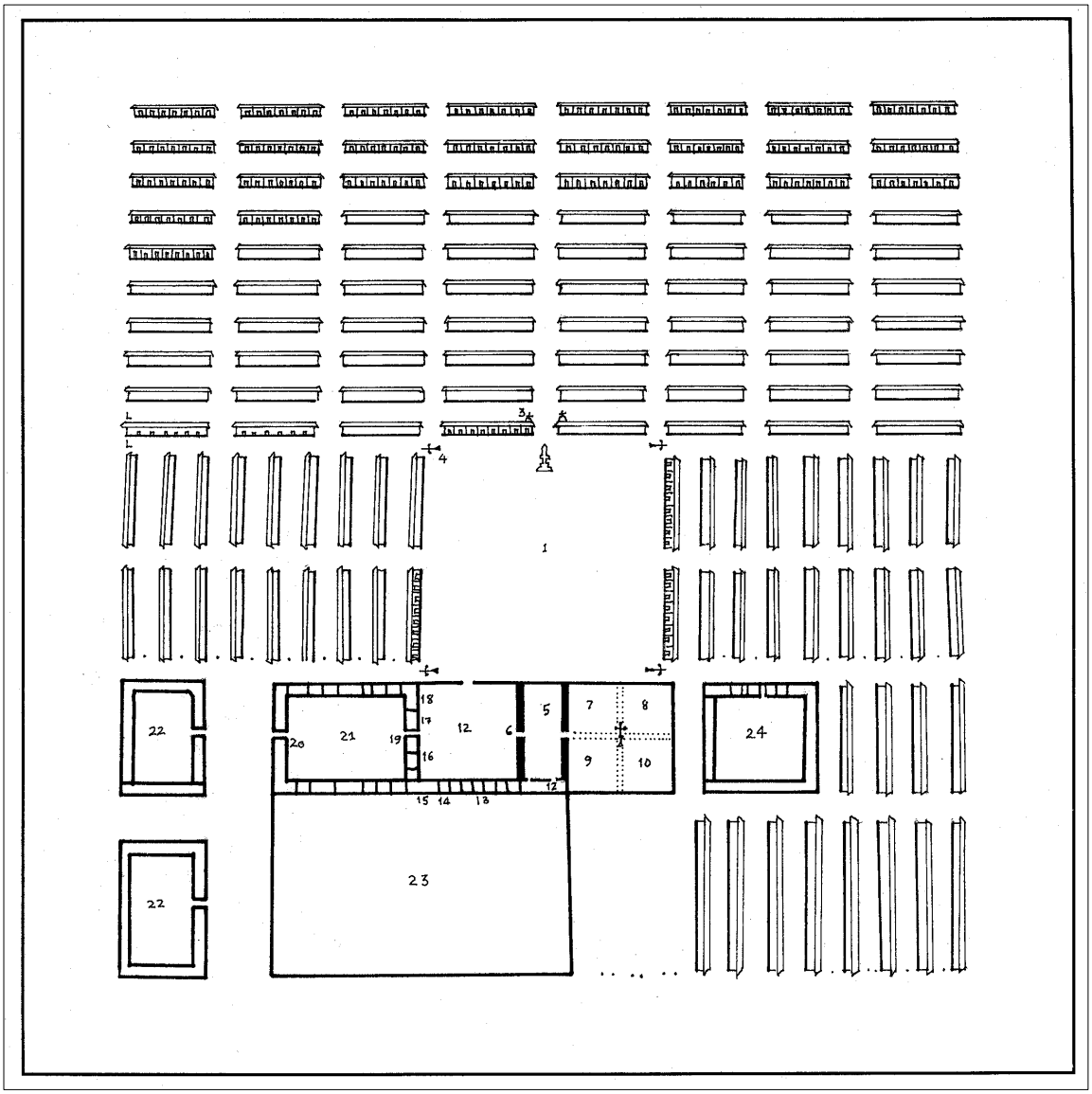
sobre aquele território, o Príncipe da Beira é também um eloquente discurso sobre o poder (e as suas várias facetas).

É significativo notar que, embora a sua estrutura correspondesse a um aparato bélico, a principal função sustentada pela fortaleza nos primeiros anos da sua existência foi a de um grande posto de contrabando, que era, naturalmente, não só aceite, como incentivado pelo governo português. O caso não era novo. A mesma função já tinha sido exercida, cem anos antes, pela Colónia do Sacramento, com bons resultados. Com a aparência de uma pesada máquina de guerra, cuja principal justificativa para a sua construção fora a necessidade de defesa do território perante os espanhóis, o Príncipe da Beira era, na verdade, uma "arma" de ataque. Executava, mesmo nos tempos de paz, uma batalha "clandestina" que boicotava continuamente as normas fiscais dos vizinhos. A sua imponente presença era talvez o melhor disfarce para esta acção.

Aquela imensa obra de pedra erguida no meio do mato que, aparentemente, apenas encenava o poder bélico dos portugueses, era, com efeito, mais do que uma fortaleza. Era, simbolicamente, um dos baluartes de uma imensa muralha virtual que defendia o conjunto do território colonial, guardando a fronteira ocidental do império. E nesse aspecto a sua actuação foi completa, embora a fortaleza se tenha arruinado sem ter sido utilizada. Mesmo em ruínas, o Príncipe da Beira é também um símbolo ainda noutro sentido, pois representa, com a sua eloquência formal, a síntese do discurso que a sociedade que o construiu veiculava. Um discurso que pretendia impor novas formas de vida ao mundo que então criava, mas que por vezes, esbarrava numa imponderável incomunicabilidade **(figs. 39 / 40).**

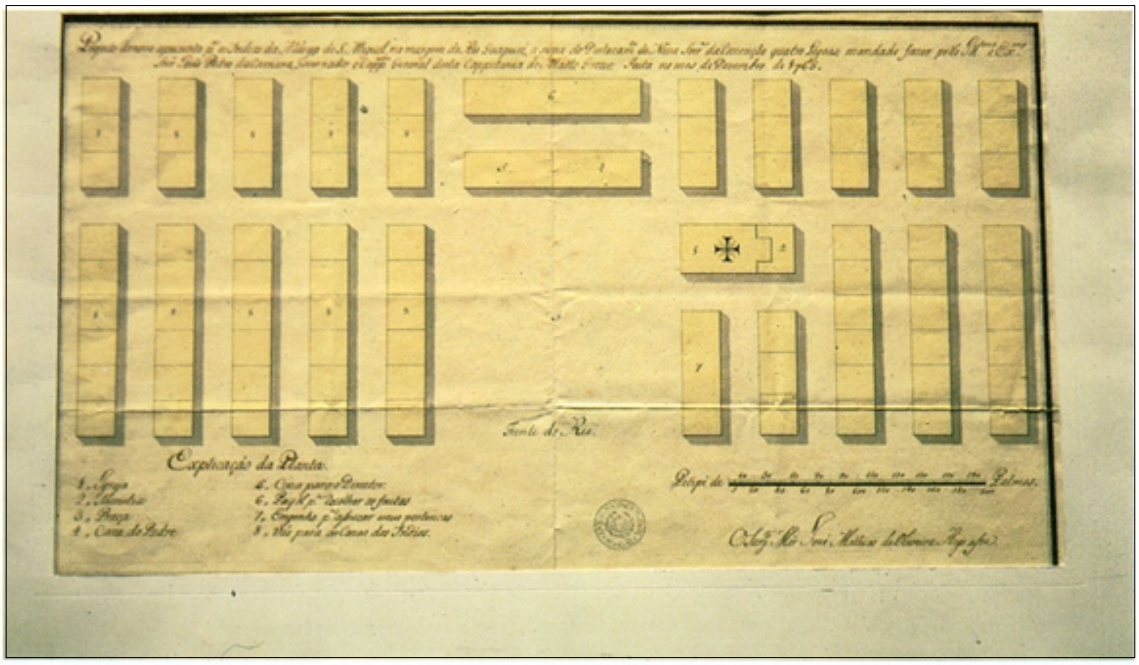
---

[74] Apud. Idem, p. 115.



PLANO TIPO. Referencias:

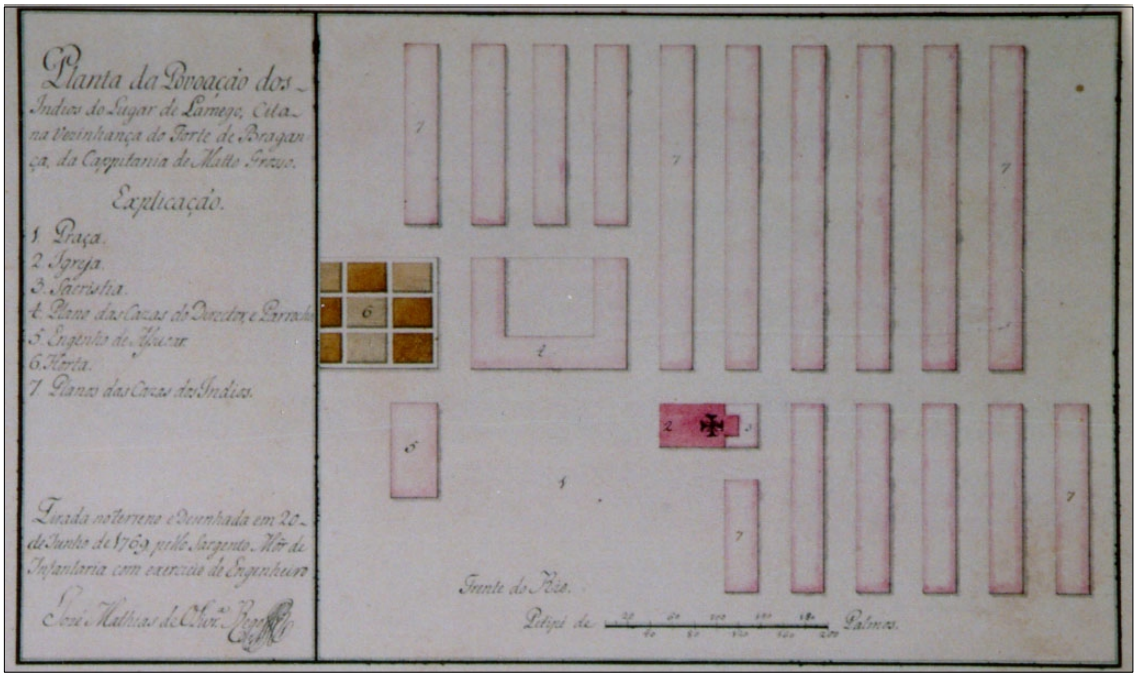
Modelo dos aldeamentos jesuítas
(apud. Ramon Gutierrez ; Ernesto J.A. Maeder - *Atlas Historico y Urbano del Nordeste Argentino: Pueblos de Indios e Misiones Jesuiticas*. Resitencia : Conicet / Fundanor, 1994.)



1765

José Mathias de Oliveira Rego
Projecto do Novo Apuzento para os ìndios da Aldeia de São Miguel, na margem do rio Guaporé asima do Destacamento de N. Sra. da Conceição.quatro leguas mandado fazer pelo Ilmo e Exmo Snr João Pedro da Câmara (...) feita no mes de Dezembro de 1765 o Sargento Mor José Mathias de Oliveira Rego a fez. Explicação da planta: 1. igreja 2. sacristia 3. Praça 4. casa do padre 5. casa para o director 6. paiol para colher frutos 7. engenho para assucar 8. vão para as casas dos indios.

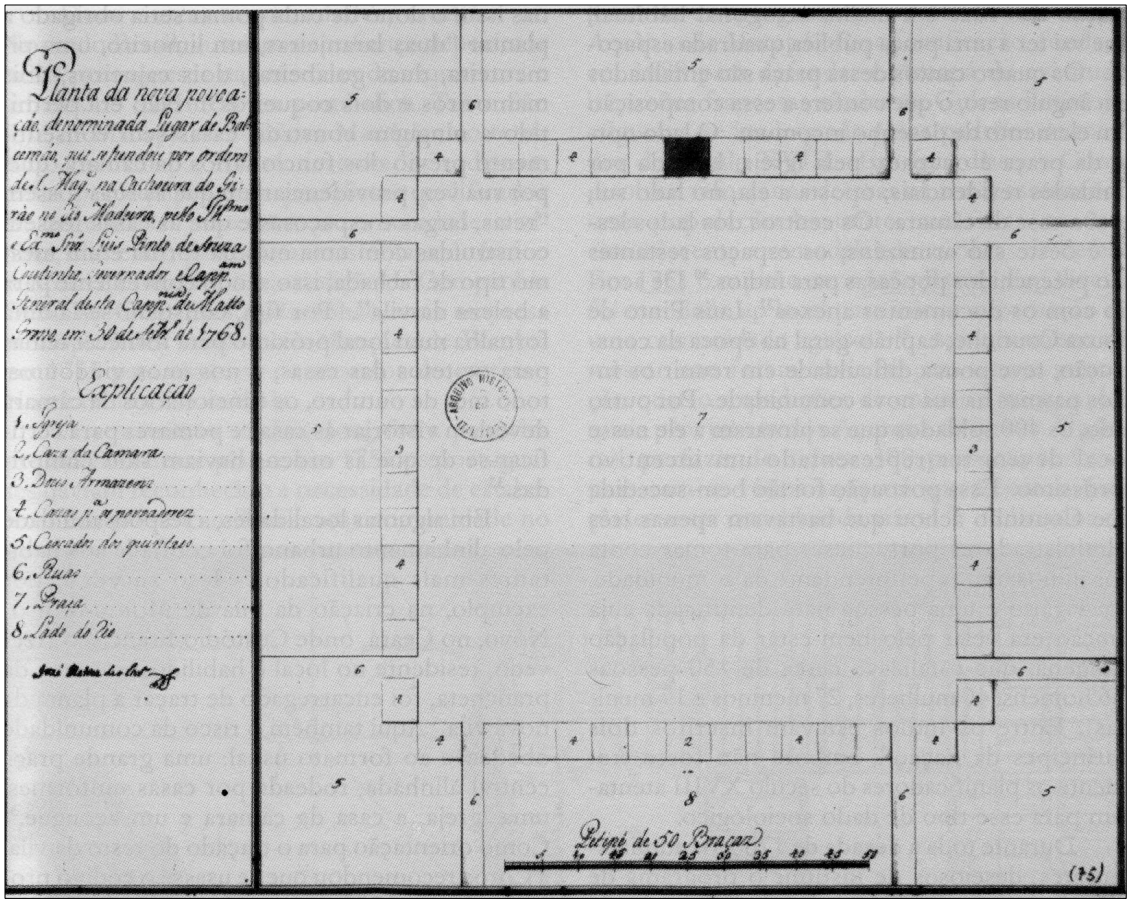
AHU Cartografia Manuscrita 851(443)



1769

José Mathias de Oliveira Rego
Planta da Povoação dos Indios do Lugar de Lamego, cita na vezinhança do Forte de Bragança, da Capitania do Matto Grosso. Tirada no terreno e desenhada em 20 de Junho de 1769 pello Sargento Mor de Infantaria com exercicio de Engenheiro José Mathias de Oliveira Rego.
Color. 34 x 21 cm

Casa da Insua 19

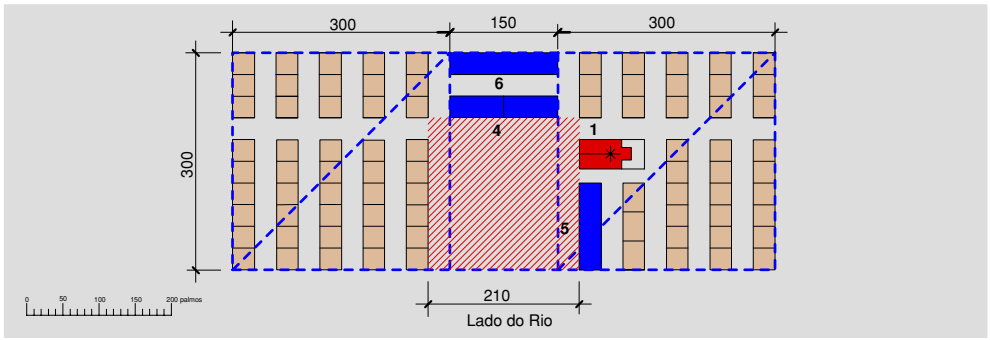


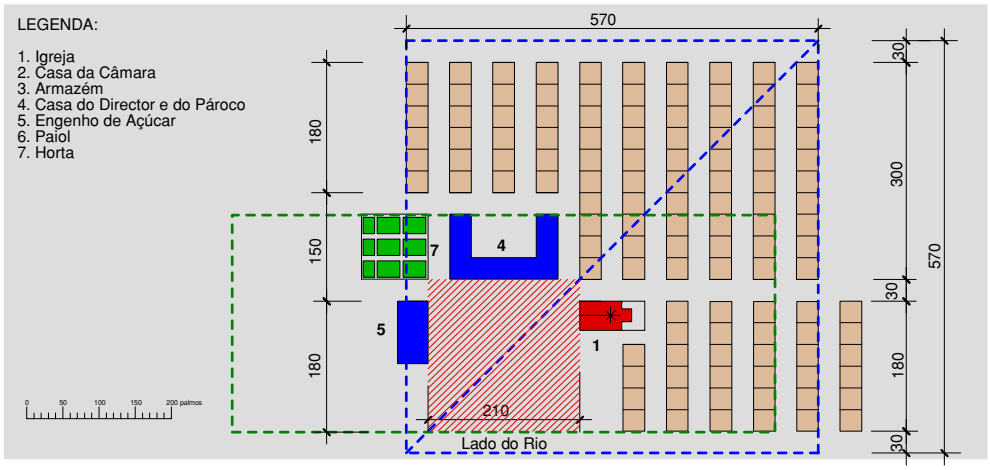
1768

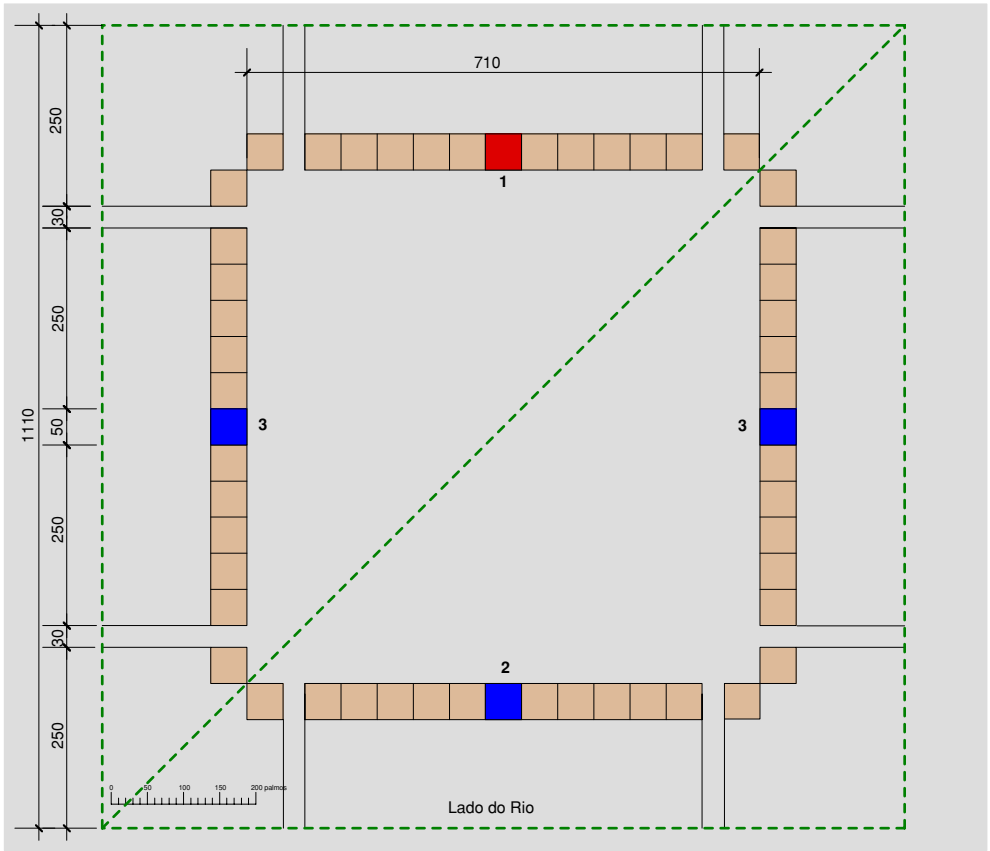
José Mathias de Oliveira Rego
Planta da nova povoação, denominada Lugar de Balsemão, que se fundou por ordem de S. Mag na Cachoeira do Girao no rio Madeira, pelo Illmo e Exmo Snr. Luis Pinto de Souza Coutinho (...) em 30 de Setro de 1768. Feita por José Mathias de Oliveira Rego. Color 30 x 39

Mapoteca do Itamaraty

Fig. 31

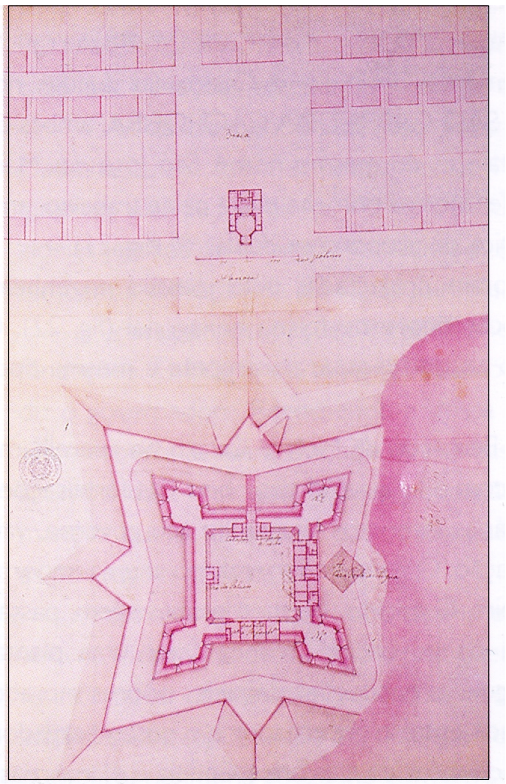


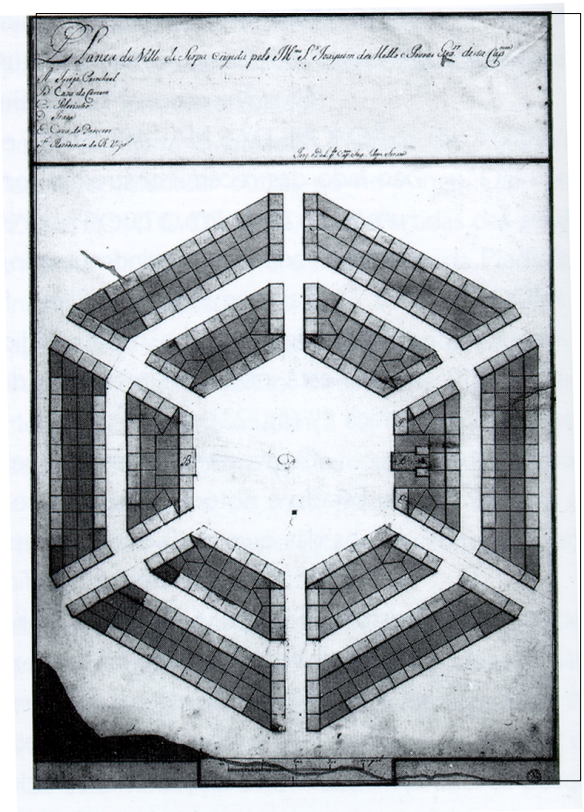


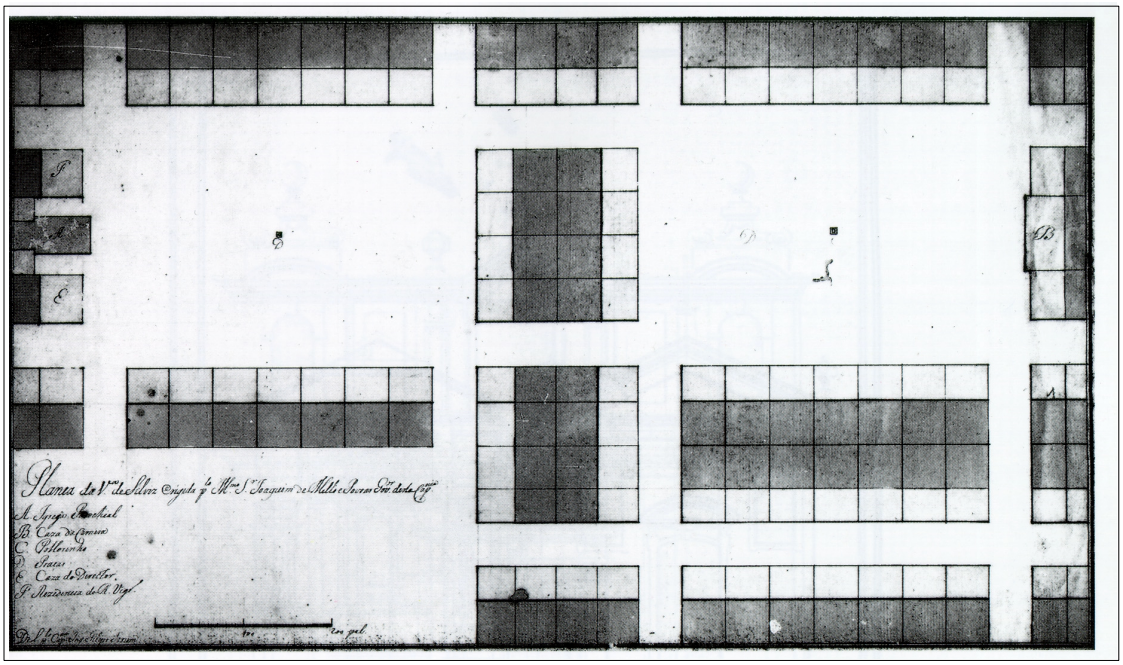


S. Miguel, Lamego e Balsemão - Forma e Dimensões

Fig. 32







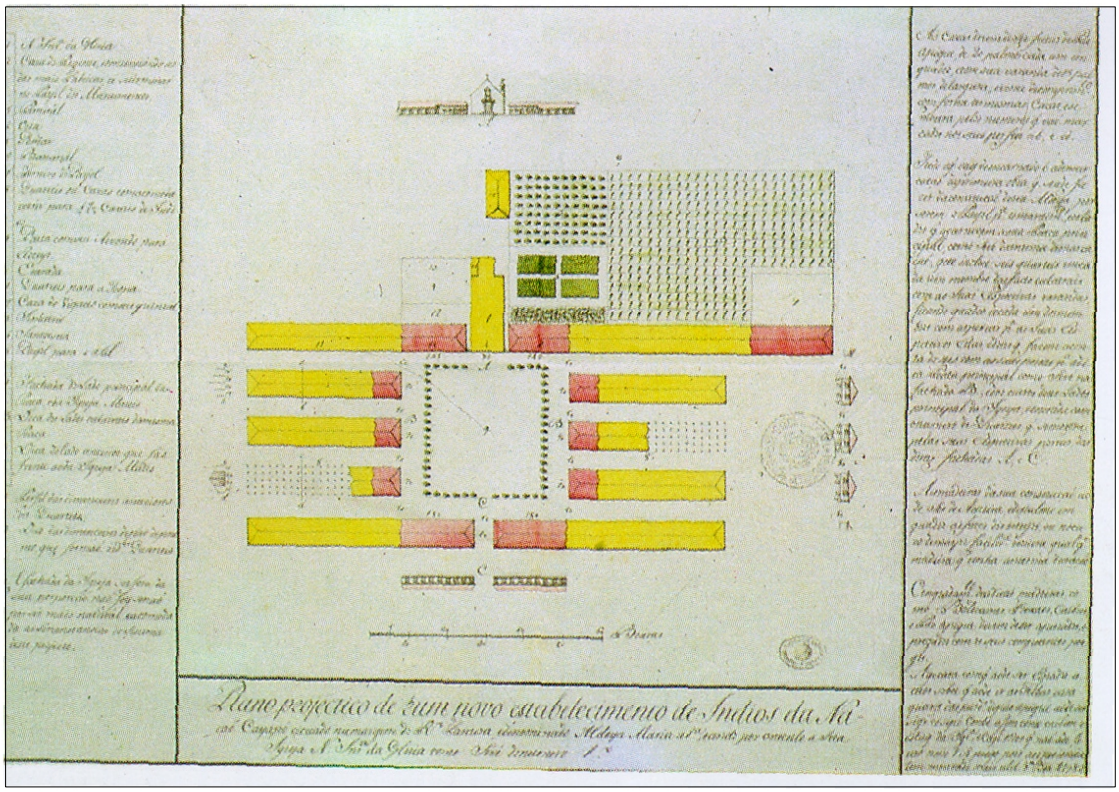
1767

São José das Marabitenas, Serpa e Silves - Projectos de Filipe Sturm
Fortaleza de São José das Marabitenas e Povoação
AHU Cartografia Manuscrita, Rio Negro 774 (c. 1767) ;

Planta da Vila de Serpa erigida pello Illo e Exmo Snr Joaquim de Melo e Povoas ...
BNL Iconografia D201A;

Planta da Vila de Silvez erigida pelo Snr Joaquim de Melo e Povoas...
BNL Iconografia D199A.

Fig. 33

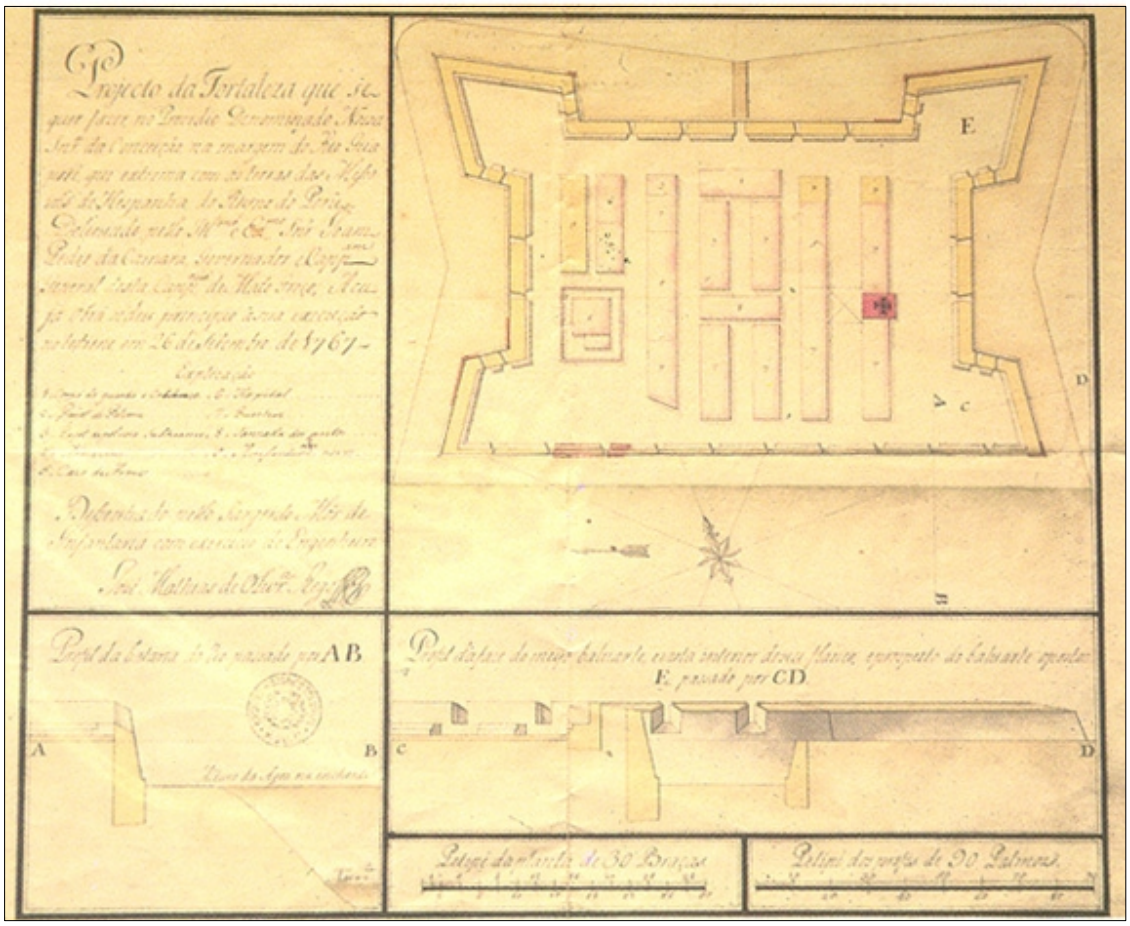


1782

Plano Projectivo de um Novo estabellecimento de Indios da Nação Cayapó situado na margem do rio Fartura e denominado Aldeia Maria a Primeira

AHU Cartografia Manuscrita Goiás 875.

Fig. 34

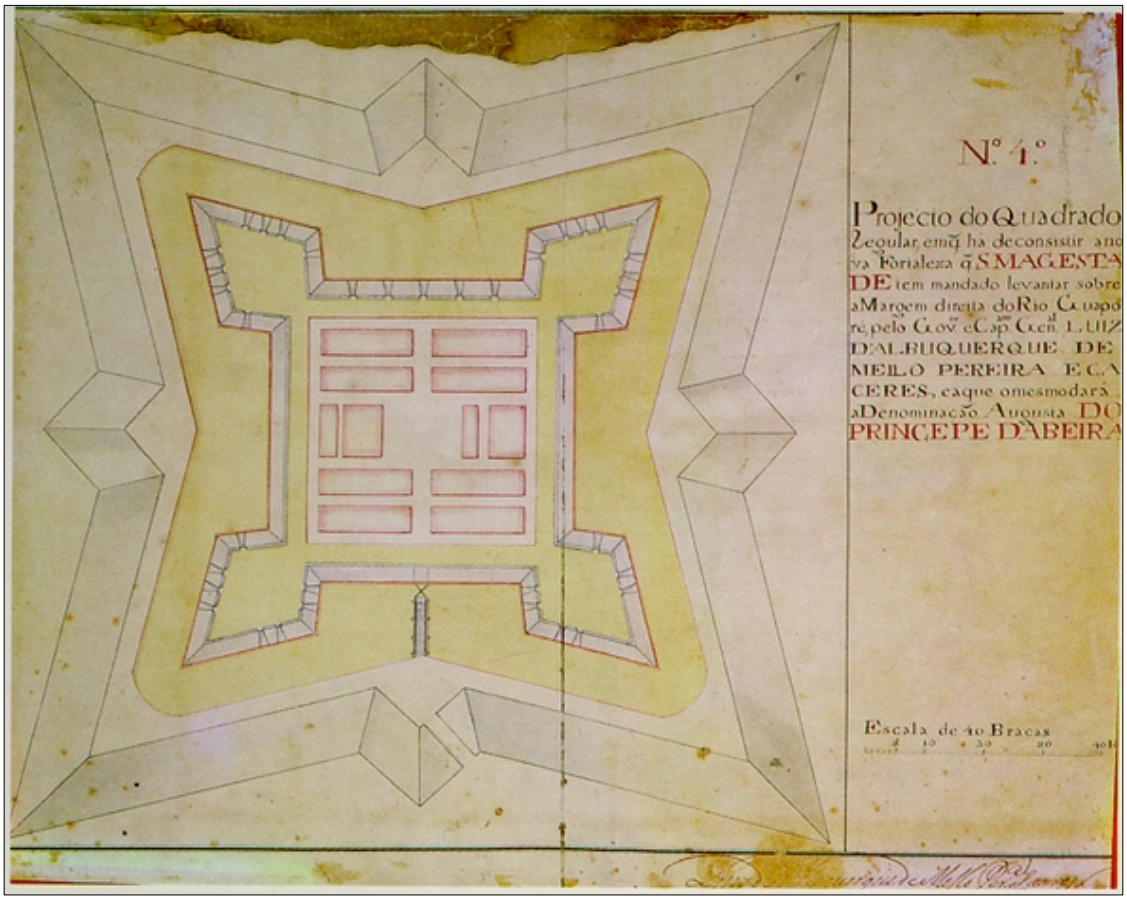


1767

José Mathias de Oliveira Rego
Projecto da Fortaleza que se quer fazer no Presídio denominado de N. Sra da Conceição na margem do rio Guaporé que extrema com as terras das missões de Espanha no reino do Peru delineada pelo Ilmo e Exmo Snr João Pedro da Câmara (...) a cuja obra se deu principio a sua execução no terreno em26 de Setembro de 1767. Desenhado pelo Sargento Mor de Infantaria com exercício de Engenheiro José Mathias de Oliveira Rego.

AHU Cartografia Manuscrita 852(444)

Fig. 35

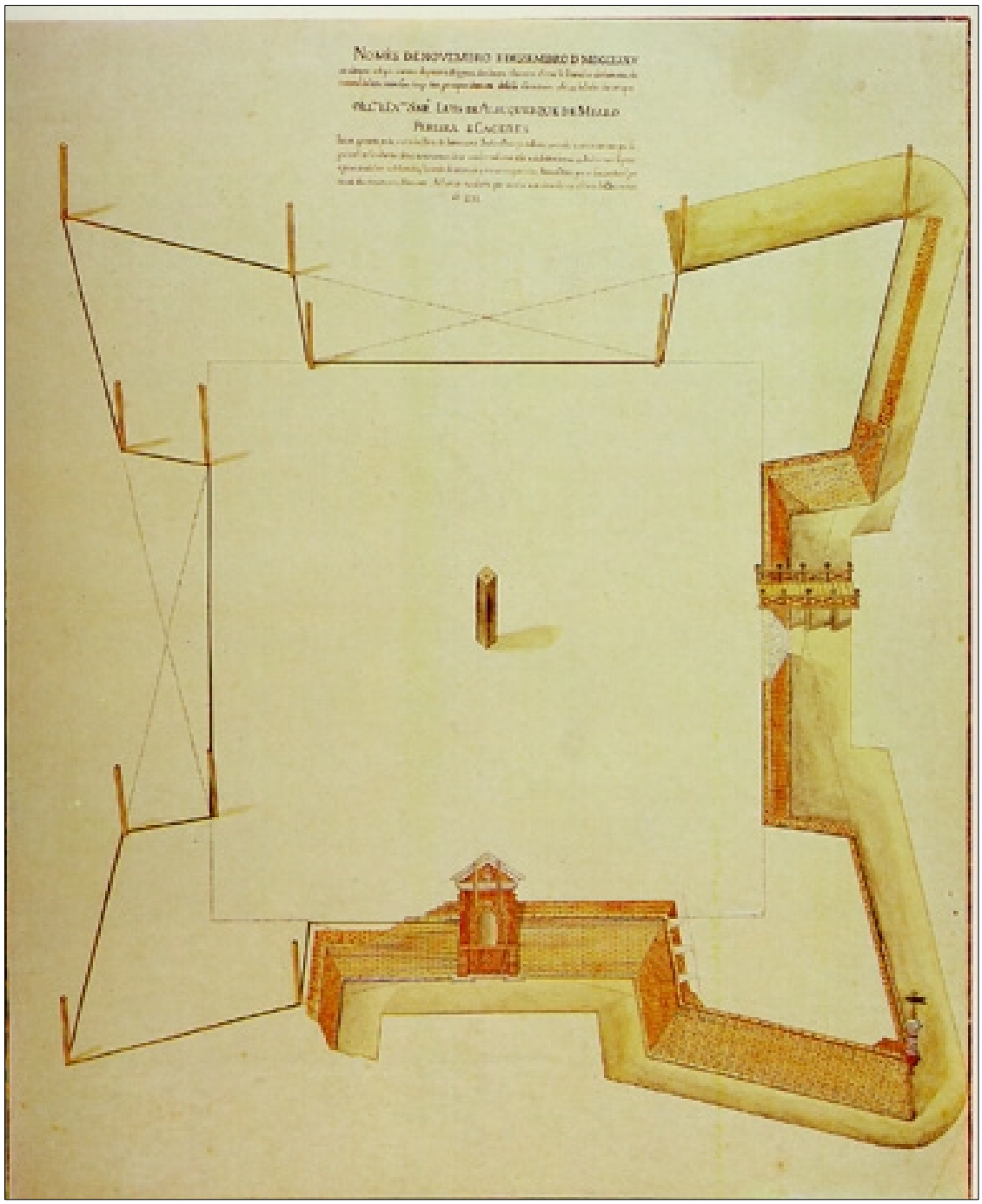


1775

Domingos Sambucetti
Projecto do Quadrado regular, em que se ha consistir a nova fortaleza que sua Magestade tem mandado levantar sobre a margem direita do Rio Guaporé, pelo Gov (...) LAMPC a que o mesmo dara a denominção Augusta de Príncipe da Beira. Color 32 x 32 cm.

Arquivo Militar do Rio de Janeiro

Fig. 36

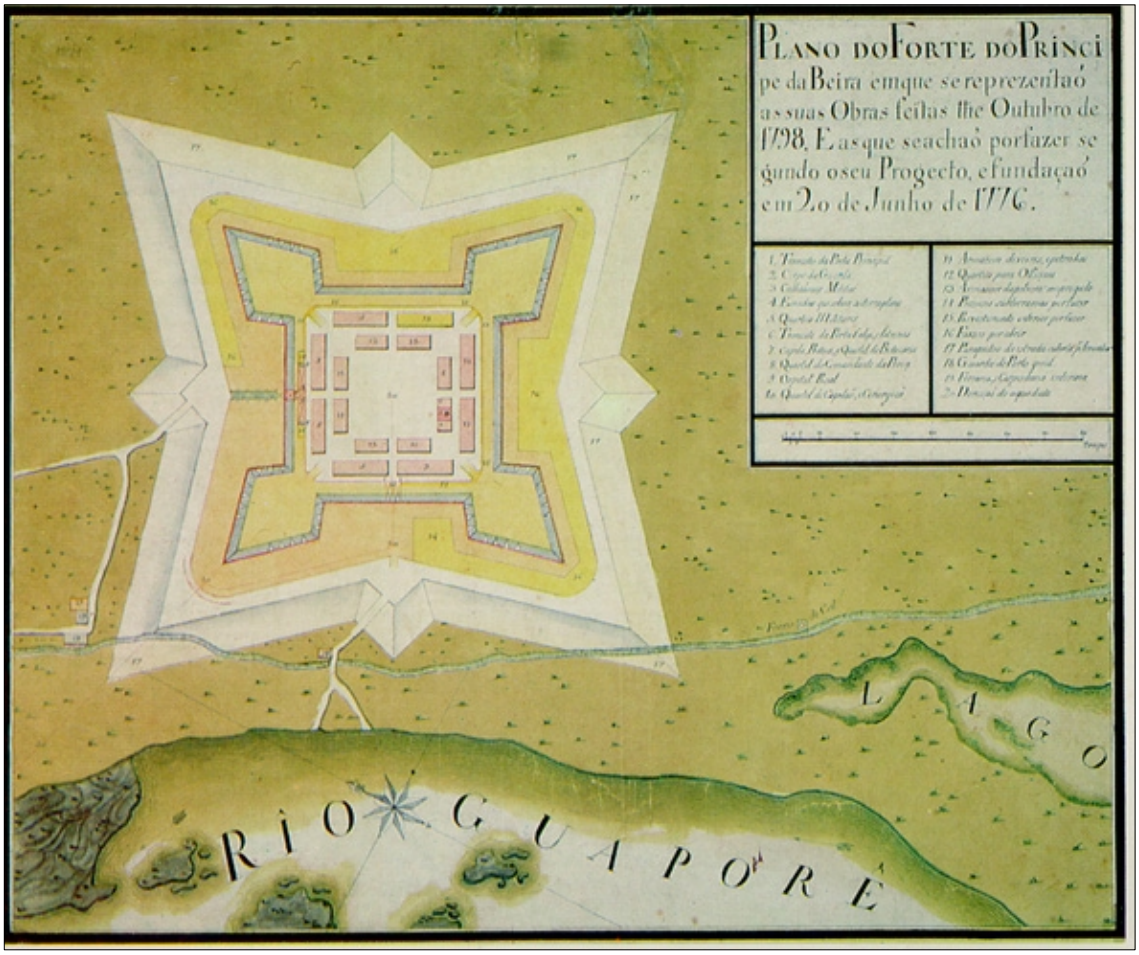


1778

José Pinheiro de Lacerda
No mes de Novembro e Dezembro de MDCCLXXV se alimpou e dispos o terreno do presente polígono. Em Janeiro e Fevereiro de 1776 se fizerão os alinhamentos, e levantarão balizas e ao mesmo tempo teve principio a abertura do fosso e se continuou ate 20 de Junho dia em que o Illmo e Exmo Snr Luis de Albuquerque ... lançou a primeira pedra e intitulou Forte do Serenissimo Senhor Principe da Beira... Desenho no último de Dezembro de 1778.
Color 79 x 64 cm.

Casa da Insua A27

Fig. 37



1798

José Pinheiro de Lacerda
Plano do Forte Príncipe da Beira em que se representão as suas Obras feitas thé o ultimo de Outubro de 1798, e as que se achão por fazer segundo o seu projecto, e fundação em 20 de Junho de 1776. Color 42 x 50 cm.

AHE / Mapoteca do Itamaraty



Fortalezas de defesa externa da Amazónia / Mato Grosso

S. José de Macapá, S. Joaquim do Rio Branco, S. José das Marabitenas
Príncipe da Beira, Coimbra, Iguatemi



PRÍNCIPE DA BEIRA
Vista do Baluarte



PRÍNCIPE DA BEIRA
Muralha Norte e Entrada

Fig. 40



PRÍNCIPE DA BEIRA
Entrada



PRÍNCIPE DA BEIRA
Edifício do Interior

Cap. 8.

Coimbra, Albuquerque e Vila Maria: A Guarda do Paraguai

He sem questão de duvida que o Estabelecimento deve ser bem regulado, Ruas direitas, largas, Praça no meio espaçosa, Caza de Oração, Quarteis, Armazem, e huma estacada devendo estas obras serem feitas de taypa por mais permamentes para o seu tempo se cobrirem de telha por cauza dos fogos e melhor sigurança"[1].

8.1. A Fortaleza de Coimbra e a Vila de Albuquerque

Quando, em 1775, Luís de Albuquerque deu finalmente início à ocupação do rio Paraguai com a criação do forte de Coimbra realizava, como vimos, um intento muitas vezes proclamado pelos seus antecessores mas jamais efectivado[2]. A sua preocupação era guardar a "porta de Chiquitos" procurando evitar que os espanhóis tomassem a incitava de avançar por aquela área atingindo o centro da capitania[3]. O perigo anunciado por Luís de Albuquerque, era que os "*Espanhoes /por huma vez que se anulou o Tratado de Limites/ pertendam estabelecer-se alí; como em hum certão pertencente ao primeiro ocupador; o que lhe não seria nada dificil suposta a vezinhança da Cidade da Assunção, e comoda facilidade que oferece o Rio(...)*"[4].

Contudo, apesar da suposta facilidade com que poderiam ter avançado ao longo do rio, os espanhóis, aparentemente, não demonstraram grande interesse naquele "sertão desocupado", pelo menos até ao final do século XVIII. Quando, por esta altura, efectivaram a criação da Vila Real de Concepcion e dos fortes de Bourbon e do Apa. Fizeram-nos já em clara resposta às iniciativas e aos avanços portugueses, que se tinham iniciado com o forte de Coimbra que, provocadoramente, se localizava na margem ocidental.

---

[1] AHU Mato Grosso caixa 21 doc 30 - 20 de Julho de 1783. Instrução do Mestre de campo comandante António José Pinto de Figueiredo ao sargento-mor comandante da vila de Albuquerque José António Pinto de Figueiredo. Ver Anexo Documental **Doc. XIV.**

[2] Entre os governadores do Mato Grosso, fora especialmente Luís Pinto de Souza Coutinho o maior defensor da ocupação do rio Paraguai. Mas não se pode esquecer a visão contemporânea do Morgado de Mateus, a partir da capitania de S. Paulo. Já se abordaram estes temas nos ítens 3.3. e 4.2.

[3] AHU Mato Grosso caixa 16 doc 46 - 24 de Maio de 1775. Anexo, carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Luís António de Sousa Botelho datada de 13 de Maio de 1775.

[4] Idem. Anexo, carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro datada de 2 de Abril de 1773.

No entanto, não seria correcto dizer que os espanhóis não tivessem interesse naquela área, ou que tivessem descurado a ocupação em prol dos portugueses, ou sequer, que lhes parecesse justa a alegação de posse portuguesa da região. Ao contrário, aos olhos dos administradores coloniais espanhóis, aquela área era mais justamente pertença do rei espanhol do que da coroa de Portugal. Tinham a seu favor a antiga instalação das missões jesuíticas, especialmente as do Itatin, que se localizaram nas proximidades do rio Paraguai, e a existência outrora naquele mesmo local de uma povoação espanhola, a vila de Santiago de Jerez. A estas reivindicações, os portugueses contrapunham os feitos guerreiros dos bandeirantes que, ainda no século XVII, tinham expulsado da região os padres e os povoadores espanhóis. Ao mesmo tempo que também classificavam a área, em proveito próprio, como "sertões desocupados" que deveriam pertencer ao "primeiro" ocupador, fazendo tábua rasa da efectiva ocupação anterior espanhola[5].

Mas o facto é que os ditos sertões não se encontravam desocupados. Aquela região era, como se viu, território de várias tribos indígenas que mantinham o domínio do espaço apesar das alusões de ambos os colonizadores relativamente à sua posse. Envolvidos, até então, na disputa dos terrenos quer mais ao Sul, quer mais ao Norte da referida área, nenhum dos dois pôde avançar com a colonização definitiva da região. Com efeito, não era uma tarefa fácil. A barreira física do pantanal impunha uma série de constrangimentos tanto à instalação como à manutenção dos estabelecimentos coloniais. De igual modo pesavam também os ataques e as investidas dos índios, ainda então senhores da terra, que afugentavam indiferentemente aos portugueses e aos espanhóis. Assim, a "ocupação" concreta da extensa região do alto e médio Paraguai só começou após a criação da Fortaleza de Coimbra-a-Nova.

A instalação do forte no local onde se encontra foi, como é sabido, um "erro" do militar encarregado da missão. O lugar inicialmente planeado para a criação de um posto fortificado no Paraguai era o famoso "Fecho de Morros". Uma posição geográfica privilegiada que estabelecia uma espécie de estreito

---

[5] Luís de Albuquerque apresentava assim a situação do forte de Coimbra. "*A Piquena montanha, ou morro aonde com efeito se alojou, e firmou por necessidade o oficial a quem incumbi a diligencia exposta (...) consta jazer da parte do Poente, parece que não deve constituir objecto algum de mayor questão politica por parte dos Espanhoes; não so porque cessando-se o Tratado de Limites ficaram sendo as terras do soberano que primeiro mandasse ocupallas; mas alem disto porque tendo os ditos Espanhoes observado de hirem tomar; povoar, e fortificar solidamente a Foz do Rio Ipané que desagua no Rio Paraguay pela margem do Nascente, e se acha ainda a menos graos do Equador que o novo Forte de Guatemí erigido por parte do Governo de São Paulo; imagino que conformando-me eu ao seu proprio exemplo, e conduta, tenho todo o justificado motivo, e fundamento para sugeitar ao Real Dominio todo o territorio que constitue aquella extremidade do Brazil; (...)*" AHU Mato Grosso caixa 16 doc 57 - 20 de Dezembro de 1775. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro.

no imenso leito do rio, garantindo a possibilidade de fechar a navegação para quem o dominasse. Uma situação como essa era rara, dadas as características especiais do rio Paraguai que, no período das cheias, praticamente triplicava o tamanho do seu leito, impossibilitando, com o armamento disponível na altura, qualquer controle sobre a navegação.

O capitão Mathias Ribeiro da Costa foi instruído para buscar este local e ali instalar a fortificação, mas foi induzido em erro pela similitude da paisagem e fundou a sua estacada cerca de duas léguas antes do verdadeiro "Fecho de Morros" em um local que, coincidentemente, também tinha dois morros. O capitão chegou ali em Setembro de 1775. Fez imediatamente a nova fortaleza, tomando, ou retomando, posse do lugar em nome da coroa portuguesa[6].

Em Dezembro do mesmo ano, já Luís de Albuquerque mandava outro oficial mais experiente para realizar a eventual rectificação do erro de localização. A primeira das instruções passadas ao sargento-mor Marcelino Rodrigues Camponês dizia precisamente respeito ao exame que devia fazer de todos os problemas relativos ao cumprimento das ordens dirigidas ao comandante anterior. Tinha como incumbência examinar a possibilidade efectiva de fortificar também a margem oriental do rio, onde caso não fosse possível fazer forte deveriam ser instaladas roças e plantações, sem jamais abandonar a margem ocidental. Nesse sentido, se ordenava que fosse despachada, com a maior brevidade possível, a expedição de João Leme do Prado, ali referido como "hábil sertanista", para explorar as imediações e encontrar a melhor localização para o forte[7].

João Leme do Prado partiu logo em Janeiro de 1776. Tendo examinado o sítio do verdadeiro Fecho de Morros, concluiu que, apesar ser melhor localizado em termos estratégicos, o local não era bem servido de campos o que dificultaria a manutenção da fortaleza que ali se instalasse. O sertanista e o sargento-mor preferiram então manter o forte de Coimbra onde já estava localizado. Providenciaram-se, entretanto, outras expedições de exploração da região buscando um local propício para a instalação de uma nova povoação

---

[6] *"Fiz assento d'huma fortificação na forma dita com figura quadrada, sendo lançada por mim a primeira pedra em nome d'El Rei Nosso Senhor presentes as sobreditas tropas formadas em batalha com bandeiras Riais arvoradas soleminizando-se este Auto de* ***revalidação de posse****, ou de* ***nova posse*** *sendo necessario que por ordem do IIImo e Exmo. Sr. Governador e Capitão General desta sobredita Capitania tomey com efeito ou revalidey, sendo necessario como dito fica em nome d'El Rei Nosso Senhor a quem directamente pertencem esta fortificação e dominios isto com descargas d'Artilharia e mosquetaria entre os mais aplausos e vias que em semelhantes actos de praticam".* Apud. Carlos Francisco Moura - *O Forte de Coimbra: sentinela avançada da fronteira*. Cuiabá : Edições UFMT, 1975, p. 78.

[7] AHU Mato Grosso caixa 16 doc 57 - 20 de Dezembro de 1775. Anexo, Instruções passadas a Marcelino Rodrigues Camponês em 8 de Dezembro de 1775. Entre os objectivos principais da expedição de João Leme do Prado estava não apenas a vistoria do local exacto do verdadeiro Fecho de Morros, mas também se ordenava que procurasse determinar a localização da antiga cidade de Jerez.

que servisse de apoio ao forte. João Leme do Prado continuava as suas buscas[8]. Em Maio de 1776 envia ao governador o diário das suas expedições[9]. Sugeria a instalação da nova povoação a norte do forte, de modo a garantir a sua retaguarda e proteger a entrada tanto do rio Emboteteu (Miranda) como do rio Taquari, por onde passavam as monções vindas de São Paulo **(fig. 2)**.

Entretanto, em Cuiabá, proclamavam-se anúncios arregimentando povoadores para o novo estabelecimento. Mas, em Março de 1776, o mestre de campo de Cuiabá, António José Pinto de Figueiredo, declarava que todos os seus intentos tinham sido nulos[10]. Apesar dos privilégios prometidos, os colonos negavam-se a arriscarem-se a ir para aquela zona onde a fama dos "índios cavaleiros" e dos paiaguás ainda fazia furor.

No forte de Coimbra, o sargento-mor Marcelino Rodrigues Camponês mantinha-se com uma pequena guarnição que se alojava numa simples estacada de madeira. Para executá-la com "acerto e regularidade", o mestre de campo que organizara à expedição ao Fecho de Morros, tinha encomendado o projecto da paliçada ao capitão Poupino[11].

Logo no início do ano de 1777, um incêndio destruiu praticamente todo o acampamento, escapando do acidente apenas o paiol de pólvora[12]. A reconstrução também foi feita em moldes similares originando uma nova estacada que cercava os alojamentos dos militares e uma pequena capela. O "forte" resumia-se então a um rectângulo de 480 x 160 palmos com pequenas saliências nos cantos e a meio dos lados, que eram os "baluartes" dedicados a S. Ana, S. Gonçalo, S. Tiago e N. Sra. da Conceição **(fig. 41)**.

Em Janeiro de 1778, ocorreu um incidente que viria ficar conhecido como a "traição dos Guaicurus". No final de 1777, um grupo de índios daquela tribo aproximara-se da guarnição com demonstrações de paz. Foram bem recebidos pelo comandante e prometeram voltar para realizar comércio. Em

---

[8] Pela série de explorações que realizou na região João Leme do Prado seria agraciado por Luís de Albuquerque com o título de "capitão-mor das conquistas do rio Paraguai".

[9] AHU Mato Grosso caixa 17 doc 20 - 10 de Agosto de 1776. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro. Anexo :*"Diário apresentado pelo capitão João Leme do Prado de toda a derrota que lhe foi encarregada pelo Ilmo e Exmo Sr Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (...) na averiguação de toda a confluência do Rio Batetiu até as suas fontes e todos os mais anexos que no dito fazem barra ao comandante deste presídio o sargento-mor Marcelino Rodrigues Camponês de baixo de cuja ordem foi expedido deste prezídio de Coimbra a Nova em a qual aportou em 11 de Maio de 1776."*

[10] Cf. Lécio G. de Souza - *História de Corumbá*, edição do autor, s.d., p. 24.

[11] AHU Mato Grosso caixa 16 doc 54 - 2 de Setembro de 1775. Anexo carta de António José Pinto de Figueiredo datada de 29 de Julho de 1775. *"remeti a V. Excia. os riscos que mandei fazer para obrar com algum acerto e regularidade a palissada, hum feito pelo Xavier e outro pelo Poupino*". É possível que este Poupino seja o mesmo já referido nas obras do Príncipe da Beira, por Domingos Sambucetti. Ver item 7.2. "A Fortaleza no Mato".

[12] Cf. Carlos Moura - *op. cit.*, p. 29.

Janeiro o grupo regressou, acompanhado das suas mulheres, com vários produtos para negociar. Vinham sem lanças nem flechas, e traziam apenas facas e cacetes. Argumentando que a visão das armas dos soldados poderia assustar as mulheres pediram que estes as abandonassem. Foi satisfeito o pedido dos índios. Enquanto se realizavam as trocas no exterior do forte o cacique entrara para parlamentar com o comandante. Ao sair, emitiu um sinal aos seus guerreiros, que imediatamente controlaram os soldados que lhes estavam próximos, atacando-os e degolando-os com as facas que traziam. Quando os soldados que estavam na estacada saíram em defesa dos companheiros, já os índios se retiravam, sem nenhum ferido, deixando atrás de si 54 soldados mortos[13].

Como era de esperar, o incidente com os guaicurus aumentou o medo já existente entre os colonos, dificultando a arregimentação de pessoas para ocupar a região. Mas as circunstâncias da queda da Colónia de Sacramento e da tomada pelos castelhanos do forte do Iguatemi, ocorridas em 1777, tornavam urgente a ocupação do rio Paraguai, correndo-se o risco de o perder definitivamente. A decisão de Luís de Albuquerque foi apressar a criação do povoado para o qual designou novamente ao capitão João Leme do Prado.

Em Agosto de 1778, o capitão partiu de Cuiabá com a sua família e alguns povoadores para fundar a nova vila prevista pelo governador. Determinou-se a instalação da vila numa localidade a norte do forte de Coimbra, também na margem ocidental do rio, onde se realizou a cerimónia solene do Auto de Posse, efectivada a 21 de Setembro do mesmo ano, com a presença do sargento-mor Marcelino Rodrigues Camponês, que tinha vindo do forte de Coimbra para aquela circunstância e para coordenar os trabalhos de instalação. Enquanto se efectivavam os preparativos iniciais no terreno escolhido para a nova vila, que tomaria o nome de Albuquerque, João Leme do Prado, Marcelino Camponês e os povoadores encontravam-se alojados em outra localidade, ainda mais ao norte, a qual designaram Ladário.

Em Novembro de 1778 foi enviado ao governador um esboço realizado por João Leme do Prado em que se mostrava o sítio da instalação da vila, na proximidade da foz do rio de Tamengos "*onde o morro faz angulo sobre o rio*" Paraguai **(fig. 42)**. Logo depois, Marcelino Camponês também comunicava a Luís de Albuquerque que em Dezembro tinha dado início à efectiva acomodação dos povoadores formalizando o desenho da nova vila: "*medi e alinhei o terreno para a Povoação em huma ponta de terra que remete o*

[13] Idem, pp. 33-34

morro para o rio, no mais estreito tem 160 palmos para a parte do sertão vai alargando com grande destancia, o dito terreno he mui direito e da ponta que vai para o rio huma bala de mosquete por levação curça a outra banda do rio, da mesma ponta correndo para o sertão pello meio do referido morro, medi huma rua de 30 palmos com catorze casas e sete por banda com dois lanços e hum corredor para cada morador, depois de medido chamei o capitão mor e lhe disse que diantace quanto fosse possivel Regular como ficava medido sem consentir que se arrancasse as balizas"[14].

Pela descrição acima pode-se deduzir que o sargento-mor realizou a abertura da rua marcando-a no eixo da plataforma avançada sobre o rio, aparentemente, em direcção perpendicular a margem (da ponta correndo para o sertão). A vila nascente definia-se assim por uma única rua, de 30 palmos de largura, na qual se deixavam demarcados 14 lotes, sete de cada lado da rua, que abrigariam casas de dois cómodos e um corredor cada uma. Depois de aberta a rua, quando os moradores foram convidados a cortar as madeiras para começarem a construção das suas casas, ocorreu uma deserção generalizada dos povoadores que muito desanimou ao sargento-mor Marcelino Camponês, que pediu exoneração do cargo, retornando a Cuiabá[15]. O comando da povoação, bastante desfalcada com a perda daqueles potenciais moradores, passou novamente para o capitão João Leme do Prado.

A actuação de Marcelino Camponês em Albuquerque parece ter sido excessivamente simples e diferente daquela que tinha tido, três anos antes, quando foi encarregado da "regulação" do Arraial de Arraes. Ali executara com maior diligencia as ordens de Luís de Albuquerque que determinavam que fizesse a "*nova regulação de cazas que he preciza e que se dezeja*"[16]. Dando cumprimento às instruções recebidas, o sargento-mor afirmava que a povoação de Arraes estava "*em hum alto aonde se acha a capela, ahi fiz a praça quadrada, tem cada fasse trezentos e quarenta palmos, o regulamento das casas tem o seu principio do pe da fasse da mesma praça correndo em direitura para o rio das Mortes e para o sul: A primeira rua que he a do meio por principiar do meio da praça, tem de largo sessenta palmos,*

---

[14] Cf. Lécio G. de Sousa - *op. cit.*, p. 35.

[15] Segundo o relato do próprio sargento-mor três dias depois de iniciados os trabalhos de medição e marcação fugiram 21 homens e 5 mulheres da povoação, abandonando a guarda que faziam durante a noite. Este incidente ocorreu em Dezembro de 1778. Em Fevereiro de 1779 o sargento-mor pediu a exoneração do cargo alegando um grave moléstia. Entregou o comando em Abril daquele ano e em Maio já se encontrava em Cuiabá, de onde faz o devido relato ao governador. Cf. Lécio G. de Sousa - *op. cit.*, p.36.

[16] AHU Mato Grosso caixa 16 doc 2. Ver item 4.2. "A Criação Urbana: Discurso e Acção". Ver Anexo Documental **Doc. VII.**

as duas dos lados cada huma tem cincoenta, podem se estender as ruas ate o rio das Mortes"[17].

É possível ver o resultado da sua intervenção no Arraial de Arraes nas plantas que elaborou para Luís de Albuquerque **(fig. 43)**. Trata-se de um desenho urbano muito simples, mas a existência da praça e a sistematização das ruas denuncia um cuidado maior do que pôde receber a incipiente povoação de Albuquerque. Note-se que o desenho e o método seguido na instalação de Arraes continham em si a orientação para o crescimento da povoação, pois as ruas que ficavam demarcadas deveriam estender-se até ao rio das Mortes. Esse procedimento denunciava uma intenção de continuidade que, apesar de ser referida em Albuquerque, pois o comandante deixava instruções para que se adiantasse a povoação de maneira regular, esse adiantamento era, com efeito, menos evidente no desenho em si, no terreno, dado que apenas uma rua tinha sido aberta.

Embora tenha sido encarregado de dar continuidade à nova povoação, o capitão João Leme do Prado preferiu manter-se em Ladário, onde passava a maior parte do tempo. Com a falta efectiva de moradores, que ainda tinham medo de se instalarem naquela região, a povoação quase não se desenvolveu. Em 1783, Luís de Albuquerque decidiu enviar o sargento-mor José António Pinto de Figueiredo para assumir o comando da vila. Levava consigo novos povoadores e instruções para "*reedificar aquella tão importante Povoação pelo desamparo em que se acha cauzado este pelo desmazelo, mau modo, pouco prestimo do Capitão Môr João Leme aquem S. Ex.ca tinha encarregado o seu estabelecimento; sem que ha cinco anos a esta parte tenha produzido o mais leve effeito de adiantamento antes huma escandaloza declinação com a dezerção de quazi todos os colonos"*[18].

Segundo as mesmas instruções, os casais de índios e mestiços que o sargento-mor levava[19] deveriam ser "*regidas debaixo do seu mando, e inspecção devendo tratallos como filhos, conservandos com paz no temor de Deos, Serviço de Sua Magestade, e na cega obediencia das ordens de S.*

---

[17] AHU Mato Grosso caixa 16 doc 39 - 10 de Fevereiro de 1775. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro. Anexo relatório de Marcelino Rodrigues Camponês datado de 18 de Janeiro de 1775.

[18] AHU Mato Grosso caixa 21 doc 30 - 20 de Julho de 1783. Instrução do Mestre de campo comandante António José Pinto de Figueiredo ao sargento-mor comandante da vila de Albuquerque José António Pinto de Figueiredo. Ver Anexo Documental **Doc. XIV.**

[19] Foram elaboradas listas minuciosas dos povoadores enviados para Albuquerque nas quais se indicavam o nome e número de moradores solteiros e casados, com os respectivos filhos, assim como também se especificavam quais tinham recebido baetas ou panos de algodão fornecidos pela fazenda real. Cf. AHU Mato Grosso caixa 2 doc 21 - Anexos.

Ex.ca."[20]. O comandante da povoação devia cuidar imediatamente das roças de milho, feijão e arroz para sustentar a povoação e o presídio de Coimbra, assim como também era necessário instalar o cultivo de algodões que depois seriam trabalhados pelas mulheres. Para este fim remetiam-se junto com os povoadores "*tres tesseloens peritos no preparatorio de teares, Pentes, Lissos, e o mais a este respeito"*[21]. A introdução de plantas de "espinho" e de criações de pequenos animais era igualmente recomendada. Adiantava-se que já se encontravam em Albuquerque um ferreiro e um carpinteiro que deveriam ser utilizados para executar monjolos e outras obras que permitissem o aumento da povoação. O comandante era exortado a distribuir o trabalho entre os povoadores de maneira equitativa, evitando a ociosidade, assim como era lembrado dos cuidados a ter relativamente à administração da justiça, à manutenção da paz com os índios vizinhos, e a atenção nas contas da fazenda real. Como especial advertência lembrava-se ao sargento-mor que era *sem questão de duvida* que o estabelecimento deveria ser bem regulado, com ruas direitas e largas e com uma espaçosa praça no meio[22].

O conjunto das instruções passadas ao novo comandante da povoação eram praticamente decalcadas das recomendações do directório. Em vários aspectos criava-se, uma vez mais, um novo "aldeamento de índios", mas aqui, em termos formais, a definição do desenho urbano já não será a mesma que foi utilizada nas povoações fundadas no vale do Guaporé. O modelo seguido foi o sinteticamente sugerido nas instruções, com "praça no meio" e casas a volta, como a seguir se verá.

Assim que chegou à povoação de Albuquerque, em Agosto de 1783, José António Pinto de Figueiredo recebeu o comando das mãos de João Leme do Prado. A descrição do que encontrou era bastante depreciativa: "*Achei a dita povoação formalizada com uma casa de oração e hua rua de 127 passos de comprido guarnecida de cazas inuteis pois estão a cahir e toda a circunferencia bastantemente descortinada"*[23]. Em Abril de 1784, o seu relato era já mais optimista. Enviava ao governador uma planta em que se podia ver

---

[20] Idem.

[21] Idem.

[22] Ver nota nº 1 deste capítulo.

[23] AHU Mato Grosso caixa 22 doc 21 - 4 de Janeiro de 1785. Anexo Carta de José António Pinto de Figueiredo a Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres datada de 5 de Outubro de 1783. Esta rua localizava-se nas imediações do porto, mesmo na margem do Paraguai. Só depois da chegada de José António Pinto de Figueiredo, com os novos casais é que a povoação foi finalmente instalada no alto do morro que é sobranceiro ao rio. Cf. Legenda da Planta de Albuquerque (1789) *"Por ordem de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (...) foi fundada esta povoação (...) pelo capitão-mor das conquistas João Leme do Prado fazendo seus arranxamentos na fralda do morro junto a margem do*

"*o estado em que se acham as retificações das cazas, cujas estão acabadas com portas, e janelas novas já assentadas, e já estamos todos gozando e habitando nelas. (...) a que fico agora cuidando na prontidão do templo*"[24].

A planta referida é um desenho bastante simples que apresenta a vila formada por uma grande praça rectangular com cerca de 160 x 270 palmos, cercada por casas contíguas (os quartéis) com cerca de 20 x 20 palmos cada. Nos quatro cantos há pequenas aberturas que são identificadas como postos para "sentinelas". No eixo central dos lados menores do rectângulo encontram-se, numa face, a igreja, e na outra, a entrada para o "pátio", tal como é identificada a praça. No interior da praça/pátio colocou-se um plinto com a Santa Cruz. O forma urbis apresenta-se com a constituição similar a de uma estacada, ou seja, um rectângulo fechado, com poucas aberturas, as quais não se definem como ruas, mas como "entradas" ou "vigias" da praça **(fig. 44)**.

A legenda do desenho indica as funções dos vários "compartimentos" do grande rectângulo. Mesmo ao lado da igreja estavam as casas destinadas ao capelão e ao cirurgião, "quando os houver", e ao lado destas os aposentos para os colonos solteiros. Na outra face do rectângulo surgem, nos vértices, guardando as aberturas para as sentinelas, de um lado, o quartel do sargento-mor, e do outro, o quartel do capitão-mor. Em toda esta frente ficavam outras instalações militares: ladeando a entrada estavam o corpo da guarda e o calabouço e, na sequência destes, surgem de um lado o armazém dos mantimentos e a casa de armas, e do outro, o hospital e o quartel de pedestres. Os dois lados maiores do rectângulo serviam aos povoadores e soldados casados e um dos cómodos é identificado como casa para ferramentas.

Todo o conjunto corresponde, evidentemente, a um formato de cariz militar. Só que aqui, ao invés da forma de acampamento de campanha que as vila do Guaporé apresentavam, o que se vê é o modelo de uma vila-forte em que as paredes posteriores das casas, para onde quase não há aberturas, funcionavam como os muros da povoação.

É espantosa a semelhança deste desenho de Albuquerque com o de outra povoação de índios na capitania de Goiás, a Aldeia de S. José de Mossâmedes **(figs. 45-46)**. Note-se que na aldeia de S. José de Mossâmedes o conjunto dos edifícios também se dispõe à volta de uma grande praça rectangular e a entrada da povoação está situada no eixo da igreja. A grande

---

Paraguai. Em 1784 foram mudados pelo Sargento major de Auxiliares José António Pinto de Figueiredo para o lugar puzitivo em que se acha."

diferença, em termos formais, entre as duas povoações reside no seu tamanho, tendo a praça de Mossâmedes quase o dobro da dimensão de Albuquerque **(fig. 47)**.

Em termos de programa urbano há também coincidências pois as instalações de São José contavam com uma casa de fiação, onde as índias trabalhavam em teares, que era o que se pretendia instalar em Albuquerque. A aldeia goiana tinha como "mais valia" relativamente à Albuquerque, o facto de ter quatro sobrados marcando os vértices do rectângulo da praça. Neles ficavam instalados o vigário, o inspector das obras, o cirurgião e o respectivo hospital, e a casa dos teares, que recebia o cano de água. Por cima do arco de entrada da povoação um outro sobrado servia para acomodar o próprio governador da capitania aquando das suas estadas no povoado.

A aldeia de São José de Mossâmedes, que se localizava a cinco léguas a sudoeste de Vila Boa, foi realizada durante a administração de José de Almeida e Vasconcelos de Soveral e Carvalho[25] (1772-1778) e era tida como um estabelecimento modelar. A sua construção começou em 1774 (em 15 de Novembro desse ano marcou-se o terreno) e culminou em 1778, quando o governador mandou desenhar a planta da povoação. O objectivo era instalar os índios acruas que tinham sido "reduzidos" à civilização pelo general de Goiás. Na planta que o governador mandou executar nota-se o nível de pormenor a que o projecto chegara. São indicados no desenho, entre outros itens, as "*cazas de sobrado com figura de torrião, (…) cazas de sobrado na frente da povoação q he residencia do Snr General, (…) caza de jantar de Sua Exª, (…) caza do regente, (…) moinho, (…) engenho de fabricar farinhas, (…) ferraria, (…) orta da aldeia, (…) grande bananal com mais de 2000 soqueiras plantadas na forma que se vê, (…) casa da infermeira, mestra e mestre dos meninos*", para além *da "caza de fiar de 40 fusos"* e da *"caza dos tiares"*[26] **(fig. 45)**. Em 1081 foi realizado um novo conjunto de desenhos da aldeia, prevendo a reconstrução de várias das estruturas urbanas que se encontravam arruinadas **(fig. 46)**.

---

[24] AHU Mato Grosso caixa 22 doc 21 - 4 de Janeiro de 1785. Anexo Carta de José António Pinto de Figueiredo a Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres datada de 1 de Abril de 1784.

[25] José de Almeida iniciou o governo da capitania de Goiás ao mesmo tempo que Luís de Albuquerque também dava início à sua gestão do Mato Grosso. Ambos os governadores percorreram juntos o percurso até Vila Boa.

[26] Anónimo – *Planta da Aldeia de S. José de Mossamedes (…) abitagio dos Indios Acruas, que com incomparavem zelo de fe catholica,a aumento dos vassalos de S, Mag. F. reduzio a sevilização o Illmo e Exmo Snr General Jozé de Almeida e Vasconcelos de Soveral e Carvalho (…).* BNL Iconografia D. 117 R. (nº 1118 do catálogo de Aires de Carvalho).

É bastante provável que essa aldeia possa ter sido o modelo utilizado para a instalação de Albuquerque. Até na denominação da vila no Mato Grosso observa-se uma "influência" da experiência goiana, pois ali também o governador se quis auto-homenagear e intitulou a praça da aldeia de praça de Almeida[27] **(fig. 45)**. Por outro lado, também pode ser que a forma de ambas correspondam a uma simplificação das estruturas fortificadas que de certo modo lembram. A explicação para esta forma urbana fechada deve corresponder, como parece evidente, à situação de perigo latente que ambas as povoações enfrentavam por se localizarem em áreas em que não se podia excluir a possibilidade de ataques dos índios. De todos os modos, é importante ressaltar o quanto a ideia de "povoação" que gere ambos os projectos procura conciliar uma visão de certo modo militarizada, que se revela quer na forma urbana, quer na hierarquia inerente à gestão das aldeias, mas onde não está ausente um projecto "civilizacional" (e até, eventualmente, comercial) em que o incentivo às formas de produção e auto-sustento dos moradores é valorizado. O que corresponde, com efeito, ao espírito do Directório. O interessante, neste caso, e no de Vila Maria que a seguir veremos, é que os povoadores em causa eram, na sua maioria, provenientes das antigas missões espanholas, onde um modo de produção cultural e económica também já tinha sido tentado.

Em 1785, cerca de um ano depois de "reedificada", as notícias da povoação de Albuquerque não podiam ser melhores. O Mestre de Campo de Cuiabá[28] relatava ao governador que tinha recebido um vinagre produzido com os frutos daquela povoação, que se encontrava em franco progresso. Afirmava ainda que tinha remetido para o sargento-mor "*huma colher para embussar, rebocar e cayar as cazas para fazerem melhor vista e terem mais duração advertindo que as duas cazas que proximamente deve fazer da engenhoca e trença sejam feitas com perspectiva que formozee a*

[27] Embora seja evidente que o "Almeida" em causa seja relativo ao nome de família do governador de Goiás (como o "Albuquerque" no outro caso) pode-se sempre admitir que também seja uma referência à Praça de Almeida (a cidade em Portugal) onde Luís de Albuquerque fez boa parte da sua aprendizagem militar, assistindo ao general Mac Lean. Sobre este aspecto ver mais adiante o cap. 11 "Formação e Informação: A Ciência Pragmática do Estado".

[28] O Mestre de Campo de Cuiabá tinha também experiência como responsável por uma "regulação" urbana. Assim como o sargento-mor Marcelino Camponês foi incumbido de regular o Arraial de Arraes, em 1775, Pinto de Figueiredo foi enviado para o Arraial de Peripoconé, em 1781, quando Luís de Albuquerque decidiu eleva-lo a categoria de vila, com o nome de São Pedro del Rei (ver fig.). Tendo encontrado o arraial já instituído o mestre de campo apenas pode aproveitar a ocasião em que se edificava a nova igreja da freguesia para ordenar a construção de algumas casas que deixava "melhor arruadas", vaticinando a destruição paulatina das antigas, o que não chegou a acontecer. Cf. AHU Mato Grosso caixa 20 doc 23 - 18 de Janeiro de 1781. Anexos

povoação"[29]. A sua conclusão era definitiva *"Agora sim Exmo Sr. tem V. Exa Estabelecimento"*[30].

Em 1786, a povoação de Albuquerque foi visitada pela expedição de reconhecimento do rio Paraguai realizada por Ricardo Franco de Almeida Serra, Francisco José de Lacerda e Almeida e António Pires da Silva Pontes[31]. Ricardo Franco descreveu o povoado de maneira positiva: *"Este estabelecimento tem a figura de um grande pateo regular, é fechado com casas em roda e um portão na frente, constando de 75 passos de comprido e 50 de largura sendo a sua população de 200 pessoas que aqui plantam milho e feijão, que é muito superabundante ao annual consumo; tambem ha muito algodão que aqui mesmo fiado e tecido pode ir para Cuiaba a troca das cousas mais necessarias aos moradores; a pesca e caça abundantíssimas, e ainda que esta habitação esteja cercada pelos gentios payaguás e Aycuruz ou Cavaleiro, contudo pela aspereza do terreno e sua situação que franqueia todos estes varios territorios pelo meio do rio Paraguay, não tem sido ate o presente insultada pelo gentio"*[32].

Aparentemente o povoado progredia segundo os planos iniciais. Com efeito uma planta realizada em 1789 deixa ver, para além do grande pátio regular, duas outras fileiras de edificações dispostas por trás dos lados maiores do rectângulo inicial **(fig. 49)**. Tratavam-se das "cozinhas" das habitações dos moradores às quais se ajuntavam alguns terrenos de cultivo. Uma vez mais é patente a semelhança com a Aldeia de S. José de Mossâmedes que tinha em cada lado da praça duas grandes áreas de cultivo, cercadas por muros **(figs. 45-46)**.

Apesar dos progressos, o aspecto geral da povoação de Albuquerque era, no entanto, bastante frágil. Os desenhos realizados por ocasião da passagem de Alexandre Rodrigues Ferreira pela região mostram as casas cobertas de colmo e a paliçada para a eventual protecção dos ataques. O conjunto parecia débil e medíocre, como um acampamento efémero **(fig. 50)**.

Entretanto começavam a diminuir as investidas indígenas aos estabelecimentos portugueses encaminhando-se para a celebração do acordo de paz com os chefes guaicurus, realizado em 1791. O perigo maior eram

---

[29] AHU Mato Grosso caixa 22 doc 21 - 4 de Janeiro de 1785. Anexo Carta de António José Pinto de Figueiredo a Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres datada de 20 de Fevereiro de 1785.

[30] Idem.

[31] Antes de Albuquerque a expedição passou pela nova Vila de São Pedro del Rei tendo sido realizada nessa altura a planta da vila. Cf. AHU Mato Grosso caixa 22 doc 29 - 21 de Dezembro de 1785.

[32] Apud. Lécio G. de Sousa - *op. cit.*, p. 42.

então, novamente, os espanhóis, que a partir de 1773, com a fundação de Vila Real da Concepcion, tinham começado a avançar com as suas ocupações no rio Paraguai. Entre 1790 e 1793 a defesa do rio Paraguai português esteve a cargo do engenheiro Joaquim José Ferreira. Foram realizados alguns reparos na estacada de Coimbra, com madeiras que vieram da povoação de Albuquerque, mas o forte continuava a ser o mesmo pequeno reduto que existia desde a reconstrução após o incêndio de 1777[33]. Contudo, mantinha-se um clima de tensão na fronteira, reactivado, em 1792, quando os espanhóis construíram o forte de Bourbon e, em 1795, quando instalaram outra fortificação no rio Apa.

Em 1797, Ricardo Franco de Almeida Serra assumiu a defesa da região. Caso se verificasse algum ataque espanhol era evidente que a estacada de Coimbra não resistiria. Era inadiável a construção de uma fortaleza definitiva, de pedra e cal, que pudesse conter o avanço espanhol. Nesse mesmo ano o engenheiro realizou o projecto da nova fortificação e começou a sua construção[34].. Tratava-se de uma fortificação irregular que se adaptou ao muito acidentado terreno do morro onde se localizava **(fig. 51)**. O resultado final foi o de um forte com um belíssimo sentido paisagístico e uma proverbial "ineficácia" em termos guerreiros**(fig. 52)**.

No entanto, foi neste forte, ainda incompleto, que se deu a resistência ao ataque espanhol que afinal se concretizou, em 1801. O relato desta batalha, da qual se exalta o heroísmo dos poucos soldados do forte que não temeram enfrentar os muitos homens e índios que acompanhavam o atacante D. Lázaro de Ribeira[35], é demonstrativo de um estranho paradoxo que envolveu o domínio daquela região. Nos sete dias que duraram os confrontos, os espanhóis não conseguiram efectivamente atingir o forte a partir do rio, onde se

---

[33] A opinião de Joaquim José Ferreira sobre o forte era pouco abonatória, mas o engenheiro não teve oportunidade de realizar qualquer grande obra na estacada. "*Apesar de eu ter toda a certeza de que V. Ex.ca. tem hum verdadeiro conhecimento da situação deste Prezidio, não deixarey de satisfazer a minha obrigação dando a V. Ex.ca. huma individual parte não so do estado em que se acha, mas tambem do terreno em que esta fundado, sendo o mais improprio para semelhente estabelecimento, tanto por estar construido na falda de hum morro que o domina por todos os lados, e quando o Rio enche apenas fica o reduto que se acha cercado da estacada, não tendo terras algumas na vizinhança que não sejam alagadas, ou de rocha viva, os edificios não tem concerto algum, e quererse lhe bolir sera precizo fazellos todos de novo (...)*" (AHU Mato Grosso caixa 24 doc 55 - 22 de Dezembro de 1790. Carta de Joaquim José Ferreira a João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres).

[34] Nessa altura Ricardo Franco faz também um projecto para melhorar a defesa da povoação de Albuquerque que não chegou a ser executado. Cf. AHU Mato Grosso caixa 29 doc 14 - 7 de Dezembro de 1797. / (Lécio G. de Sousa - *op. cit.*, pp. 40 e 121-123.)

[35] A troca de cartas entre o comandante da guarnição espanhola e o engenheiro português tem sido muito divulgada pela historiografia militar do Brasil, valorizando-se especialmente a frase em que Ricardo Franco afirmava que "*a desigualdade de forças foi sempre um estímulo que muito animou os portugueses, por isso mesmo a não desampararem os seus postos e defende-los até as duas extremidades, ou de repelir o inimigo ou de sepultar-se debaixo das ruinas dos fortes que lhes confiaram*". Cf. Carlos Moura - *op. cit.*, p. 48.

encontravam. Mas também os portugueses, instalados na fortificação, não os poderiam impedir de continuar a navegação, se eles quisessem, pois também as suas balas não alcançavam os barcos inimigos. Estranha batalha esta em que nenhum dos contendores conseguiu atingir o outro. D. Lázaro retirou-se, possivelmente por começarem a lhe faltar mantimentos para a tropa, que não podia sair das sumacas. Finda a "batalha", os soldados de Coimbra foram saudados como heróis. Depois desse, o único outro confronto que o forte de Coimbra iria enfrentar seria já na Guerra do Paraguai, em 1864, quando o resultado saldou-se por uma derrota e o forte foi efectivamente tomado pelos combatentes de Solano López, permanecendo em poder dos paraguaios até 1868.

Também a povoação de Albuquerque, que augurava tão bom crescimento, viria a sofrer alguns revezes. Em 1800, um incêndio destruiu-a praticamente toda resistindo apenas a igreja por ser o único edifício coberto de telha[36]. Paulatinamente, os moradores começaram a abandonar o povoado. Em 1819, fundou-se, nas suas imediações, nas proximidades da foz do rio Miranda, uma missão que se designou Missão da Misericórdia de Albuquerque, para onde chegaram a se mudar alguns dos moradores de Albuquerque. O mesmo topónimo dado às duas instalações gerou uma série de confusões ao longo do século XIX, por se perder a referência de qual era de facto a Albuquerque fundada por Luís de Albuquerque. Tal facto teve inclusive consequências no processo de criação dos municípios, tendo a Missão de Albuquerque sido elevada a freguesia antes da primitiva povoação. A partir de meados do século XIX um novo topónimo foi sendo progressivamente adoptado para aquela povoação que passou a ser identificada por Corumbá. Em 1862, Corumbá foi oficialmente elevada a vila com esta designação. Três anos depois, a vila caiu em poder dos paraguaios, que a tomaram após ter sido abandonada pelos seus moradores, sem qualquer resistência, na sequência da perda do forte de Coimbra.

Finda a Guerra do Paraguai, em 1869, a vila foi devolvida ao Brasil e reconstruída. Foi rápido o seu crescimento, em boa parte devido ao intenso comércio[37] que então se fazia no rio Paraguai, escoando a produção da borracha e de outras mercadorias, e também pelo incremento da pecuária naquela região. Em 1878, Corumbá foi elevada à cidade. O desenho urbano era então uma malha reticulada, com quarteirões sensivelmente quadrados. No local onde se localizara o "pátio" que inicialmente definira a povoação estava

---

[36] Cf. Estevão de Mendonça - *Datas Matogrossenses*

[37] Inclusive o contrabando.

uma praça, onde se construiu, em 1872, a matriz da vila, sob o orago de N. Sra. da Candelária **(figs. 53-54)**.

8.2. O Marco do Jauru e a Criação de Vila Maria do Paraguai

Apenas 15 dias depois de realizado o "Auto de Fundação e Posse" da povoação de Albuquerque uma outra equipa de oficiais e povoadores efectuava uma cerimónia similar, mais acima no mesmo rio Paraguai, fundando a Vila Maria do Paraguai, em 6 de Outubro de 1778. A nova vila foi estabelecida em local sobranceiro ao rio, na sua margem direita, distante cinco léguas das proximidades da confluência do rio Paraguai com o rio Jauru, onde estava situado o marco de mármore ali deixado pela comissão demarcadora de limites no ano de 1754.

Nas quatro faces do obelisco que constituía o "marco do Jauru" estavam inscritos os seguintes dizeres: na face oriental, voltada para o rio Paraguai, lia-se "Sub Joanne V. Lusitanorum Rege Fidelissimo", na face ocidental os termos eram "Sub Ferdinando VI Hispanioe Rege Catholico", nas outras duas faces os dizerem eram "Justitia et Pax Osculatoe Sunt" e "Expartis Finium Regundorum Conventis Madrid idib Januar MDCCL". O obelisco tratava-se, como é evidente, de um efectivo ponto de demarcação cujo intuito era deixar firmada no solo uma das posições da fronteira determinada pelo Tratado de Madrid. O local onde se fincou o marco estabelecia o último ponto até aonde a linha da fronteira era definida pelo próprio rio Paraguai. A partir daquele ponto a fronteira deveria seguir uma linha recta até outro ponto a ser demarcado na confluência do rio Sararé com o rio Guaporé, que constituiria então o limite dali para o Norte. O marco do Jauru era portanto um claro elemento de delimitação do espaço, era uma corporificação da fronteira, apontando nas suas faces qual era o lado português e qual era o lado espanhol.

Como é sabido, as demarcações previstas pelo tratado de Madrid não se concretizaram na totalidade e o próprio convénio foi anulado, em 1761, pelo tratado do Pardo, que determinava que as possessões portuguesas e espanholas na América do Sul voltassem ao estado anterior à celebração do tratado de Madrid. Mas apesar da anulação do acordo, o marco do Jauru não deixava, em parte, de continuar a fazer sentido como elemento demarcador da fronteira, pois ainda era um ponto aparentemente pacífico da divisão entre os territórios português e espanhol na América. O que foi inclusive confirmado aquando da celebração do tratado de Santo Ildefonso, em

1777, que repunha a fronteira naquela área nos mesmos termos do acordo de 1750.

No entanto, desde cerca de 1770, que a pertinência do marco do Jauru começou a ser abalada, especialmente pelos portugueses, que foram os primeiros a transgredir os termos dos tratados que determinavam aquele ponto como o limite das suas possessões. A actuação do Morgado de Mateus, com a ocupação a partir de São Paulo da área do Iguatemi, e a intenção declarada por Luís Pinto de Sousa Coutinho, de ocupar o Fecho de Morros no rio Paraguai, eram acções que procuravam anular o sentido da demarcação anterior. Por um lado, avançavam para além dos limites então supostamente estabelecidos e, por outro lado, buscavam salvaguardar a posse efectiva do território estabelecendo marcas mais operativas da ocupação construindo fortalezas e povoações.

Contudo, o marco do Jauru continuava ali. Quando, em 1775, Luís de Albuquerque finalmente concretizou a expedição ao Fecho de Morros, e fundou a fortaleza de Coimbra-a-Nova na margem ocidental do rio Paraguai, o marco deixava efectivamente de fazer sentido e era, inclusive, uma prova contraditória para a actuação portuguesa. E foi certamente por isso que, na mesma ocasião em que o governador enviou a expedição ao Paraguai, também fez instalar nas proximidades do marco do Jauru um posto de Registo, com destacamento militar permanente. O Registo do Jauru foi instalado na estrada que ligava Vila Bela a Cuiabá. A sua principal função era, supostamente, controlar o eventual desvio de ouro que alguns contrabandistas poderiam estar a fazer. Mas, como é evidente, também servia para manter um destacamento de prontidão naquela área[38], considerando a hipótese de um eventual avanço espanhol, que fosse uma espécie de "resposta" à fundação de Coimbra.

Com a concretização do tratado de Santo Ildefonso, em 1777, o marco do Jauru continuava a ser uma área problemática. Luís de Albuquerque defendia que invés daquele marco o forte de Coimbra deveria ser a nova baliza da fronteira de modo a garantir para os portugueses a posse de ambas as margens do rio Paraguai, pelo menos a partir daquele ponto. Sustentava que o forte tinha sido feito durante o período de "anulação" do tratado de Madrid e antes da efectivação do tratado de Santo Ildefonso e que era portanto perfeitamente legítimo. Mas, tais argumentos eram, manifestamente, frágeis.

[38] Não era a primeira vez que se colocava um destacamento no rio Jauru. Em 1766, diante do perigo muitas vezes divulgado que os espanhóis estavam a preparar uma invasão ao Mato Grosso, João Pedro da Câmara também fez instalar ali uma guarda para proteger a entrada para Cuiabá a partir do Oeste. Ver item 3.3. "João Pedro da Câmara e Luís Pinto de Sousa: Entre o Norte e o Sul".

Assim, logo em 1778, antes de começarem as demarcações determinadas pelo novo tratado, o governador criou as povoações de Albuquerque e Vila Maria, com menos de um mês de diferença entre as suas fundações. Com isso procurava desvalorizar o local em si do marco, avançando a soberania mais para o sul, ao mesmo tempo que as duas povoações garantiam, respectivamente, a retaguarda tanto da forte quanto do marco. No caso da Vila Maria, a sua fundação era também um reforço da defesa da capital e de Cuiabá, pois a sua localização na estrada entre os dois principais núcleos urbanos da capitania salvaguardava a ambos no caso de serem invadidos pelo sul, de onde provinha o perigo espanhol.

O perigo espanhol também esteve na base de outras operações que antecederam a instalação da Vila Maria do Paraguai. Em Outubro de 1777, Luís de Albuquerque encarregou ao tenente de Dragões António Pinto do Rego e Carvalho que passasse à região denominada por "campina das salinas", na província de Santa Cruz de la Sierra, nas proximidades das povoações de Chiquitos. O objectivo da missão era, segundo o próprio encarregado, "*explorar o que nellas havia, em a conjuntura que os hespanhoes havião rendido a Ilha de Santa Catarina e pertendião passar ao Mato Grosso*"[39]. Resultou dessas explorações a comunicação feita pelo oficial ao governador "*do que achou e tinha visto, certificandoo poder por ali ser invadido o Mato Grosso, e as sus terras, contra a errada crença em que se estava*"[40]. De posse dessa informação Luís de Albuquerque uma vez mais enviou ao mesmo oficial noutra missão, incumbindo-o de "*catequizar numerosos indios de ambos os sexos errantes por aquela campanha*"[41] e de os convencer a passarem para os domínios portugueses.

Foram esses índios, resgatados nas campinas de Chiquitos, os povoadores da Vila Maria Paraguai, cuja erecção esteve a cargo do mesmo oficial que os conseguiu "catequizar" no sertão. António Pinto do Rego e Carvalho orgulhava-se não apenas de ter conseguido trazer os índios para aumentar os domínios do rei mas afirmava também que na elevação da Vila praticamente tudo fora trabalho seu "*sendo elle mesmo que a risca e o seu plano, demarca a praça, e aformosea tudo com ruas de sessenta palmos de largura, e travessas de trinta palmos, pondo tudo em ordem e simetria*"[42].

---

[39] AHU Mato Grosso caixa 27 doc 25 (ant. a 19 de Junho de 1795) - Petição de António Pinto do Rego e Carvalho dirigida ao Conselho. Ver Anexo Documental **Doc.XVI.**

[40] Idem.

[41] Idem.

[42] AHU Mato Grosso caixa 27 doc 25 (ant. a 19 de Junho de 1795) - Petição de António Pinto do Rego e Carvalho dirigida ao Conselho. Ver Anexo Documental **Doc. XVI.**

Com efeito, a actuação de Pinto do Rego na construção da vila é relatada no próprio Auto de Fundação, onde se diz que *"determinou ele dito Thenente a todos os moradores em nome de Sua Ex.ca, que deixando de fazer mais algum beneficio a varias cabanas existentes, so nellas assistissem em quanto se fabricavam cazas no novo arruamento que lhe ficava prescrito e balizado por ele Thenente com marcos solidos de pau de Ley; sendo obrigados a não excederem nem diminuirem a ditta construção na altura de 14 palmos de pé direito na frente de todas as cazas que se levantarem e 24 palmos de altura no cume: Outro sim determinou que precizamente chamariam para regular os ditos pes direitos ao carpinteiro João Martins Dias, e na falta deste, outro algum inteligente no oficio, afim de conservar sem descrepancia segundo o risco a largura de 60 palmos de ruas que estão assinadas por ele dito Thenente; cujas actualmente demarcadas, e balizadas terão os seguintes nomes a saber a primeira contando do Norte = Rua d'Albuquerque = a imediata para o Sul = Rua de Mello = as quaes ambas ambas vão desembocar na Praça e cada huma dellas faz face a mesma do Norte e do Sul; assim como tambem as traveças de 30 palmos que devidem os quarteis das ditas Ruas, e se denominarão estas travessas = a primeira contando do Poente para o Nascente = Traveça do Pinto = e a que se segue contando também para o Nascente = traveça do Rego = e no alto da Praça da mesma banda do Nascente cuja frente fica riscada entre as ruas e traveças com 360 palmos cujo numero tem tambem as mais quadras poderão os moradores erigir a sua Igreja por ficar a Porta principal della para o Poente como determinam os Rituaes; e o mais terreno desta frente da Praça por agora se não ocupara em cazas, deixando-o livre para as do Concelho, e Cadea quando se deveram fabricar. Cada morada dos ditos povoadores não tera mais de cem palmos de comprimento para quintal que lhes ficam detreminados para o centro de cada hum dos quarteis. O que tudo assim executado pelo dito Thenente de Dragoens na prezença de todos os moradores mandou a mim Domingos Ferreira da Costa Fiel deste Registo, que servindo de escrivão fizesse este termo para constar do referido"*[43].

O extenso relato da acção do tenente é significativo em vários aspectos. A primeira informação de que dá conta é que a existência do Registo do Jauru dera azo a formação de um pequeno núcleo de povoadores que se instalaram no local protegido pela guarda. Estes viviam nas "cabanas" que se preconizava que fossem eliminadas e substituídas pelos novos edifícios a

[43] AHU caixa 18 doc 37 - 20 de Novembro de 1778. Anexo *"Termo de Fundação do novo estabelecimento a que mandou proceder o Illmo e Exmo Sor. Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, Governador e*

serem construídos no novo arruamento determinado pelo oficial. António Pinto do Rego certamente sabia, e contava, com esse conjunto de povoadores já existente no local, para completar o grupo de "*78 individuos de ambos os sexos*" que constituía a população de índios que trouxera das campinas de Chiquitos[44]. Na própria escolha do local da povoação terá influído a experiência do tenente que, em 1775, aquando da expedição ao Fecho de Morros, foi encarregado de manter-se no Registo do Jauru, guardando vários petrechos militares[45].

A segunda informação diz respeito à padronização dos edifícios que é curiosamente referida pelas medidas de pé-direito (14 palmos na frente e 24 palmos na cumeeira). É interessante essa identificação que projecta o ideal de uniformidade do conjunto sobre a volumetria dos edifícios. Em termos tipológicos a referência vem mais adiante quando são novamente identificados os "quartéis". Quanto à malha urbana, embora o tenente aluda às ruas e travessas que tinha balizado no terreno, de 60 e 30 palmos respectivamente, o que de facto ficou desenhado no solo foi uma grande praça cercada pelas ditas ruas e em que as travessas ficavam apenas apontadas no meio dos lados mais extensos da praça.

A toponímia escolhida é reveladora de um elementar sistema de homenagens totalmente evidente, em que o nome do governador é utilizado nas ruas e o do próprio oficial encarregado da missão nas travessas. É bastante possível que esses nomes não tenham vingado por muito tempo. O lado menor da praça, que constituía a frente urbana voltada para o rio, tinha, segundo o termo de fundação, 360 palmos. Nesse lado ficavam marcados os locais para a construção da igreja, e da casa de Câmara e Cadeia, quando houvesse. Os outros "quadros", ou seja, os lados da praça até as respectivas travessas, tinham também os mesmos 360 palmos, originando uma forma final em duplo quadrado. A última informação do documento identifica os quintais de 100 palmos de fundo que corresponderiam a cada quartel.

A única planta contemporânea que temos de Vila Maria está incluída num levantamento dos rios Paraguai e Jauru realizado em 1784, provavelmente por Ricardo Franco de Almeida Serra **(fig. 55)**. O desenho da vila confere com a descrição feita no termo de fundação e mostra uma grande praça aberta para o rio cuja forma corresponde a de um duplo quadrado de 360x720 palmos. A

Capitão General desta Capitania de Mato Grosso denominado = Vila Maria do Paraguai =". Ver Anexo Documental **Doc. X.**

[44] Idem.

[45] AHU Mato Grosso caixa 27 doc 25 (ant. a 19 de Junho de 1795) - Petição de António Pinto do Rego e Carvalho dirigida ao Conselho. Ver Anexo documental **Doc. XVI.**

disposição da praça seguia aproximadamente a orientação Leste-Oeste. As travessas seguiam a orientação norte-sul, localizando-se no extremo e no eixo da praça. As frentes dos quarteirões definidos por este elementar esquema viário tinham: no lado leste 240 palmos, que corresponde aos 360 de largura da praça menos as duas ruas de 60 palmos cada; nos lados norte e sul o primeiro quarteirão tinha 300 palmos, que corresponde aos 360 do "quadro" menos as duas travessas de 30 palmos cada; e o seguinte tinha os 360 palmos referidos **(fig. 47)**. Quanto aos edifícios, não há identificação de lotes separados, mas apenas o desenho das áreas construídas e dos respectivos quintais comuns, parecendo-se de facto com "quartéis". Na face Leste da praça vê-se a igreja, localizada na confluência da rua, e no outro extremo uma edificação, também com um pequeno quintal **(fig. 55)**.

Existem ainda duas vistas da Vila, uma de autor anónimo e outra dos desenhadores de Alexandre Rodrigues Ferreira. Em ambas é evidente a valorização da amplitude da praça, que é representada com certo exagero na perspectiva de um dos desenhos **(figs. 50 /56-56A)**. Vê-se ali a frente dos ditos "quartéis", que seguiam, possivelmente, o sistema de corredor central e dois cómodos por casa, gerando um alçado de janela-porta-janela por cada "lote". Estes não seriam de facto lotes, mas sim unidades familiares, no sentido das que já se tinha visto nos outros aldementos indígenas. Pelas medidas das frentes dos quarteirões (300 e 360 palmos) pode deduzir-se que a unidade familiar teria ou 20 ou 30 palmos, que eram as medidas que já tinham sido experimentadas em Albuquerque e nas outras aldeias do vale do Guaporé.

Como em Albuquerque, e em São José de Mossâmedes, a base da composição de Vila Maria é uma grande praça rectangular. Também como em ambas aquelas povoações, a construção das casas corresponde a tipologia de quartéis dispostos em banda contínua à volta da praça. Há, no entanto, algumas diferenças de tamanho entre os núcleos, certamente correspondentes ao número de povoadores envolvidos em cada fundação **(fig. 47)**. Quanto à forma aberta ou fechada das praças, Albuquerque e Mossâmedes aproximam-se mais da estacada militar que lhes inspirou o desenho, enquanto Vila Maria vai buscar a praça aberta para o rio numa composição bastante mais civil. Mas a imagem dominante das três povoações é o grande rectângulo que define as suas praças.

Embora não seja possível estabelecer ligações directas entre todos os casos, convém lembrar que esse grande rectângulo não é de todo incomum no urbanismo colonial português no Brasil. Para além de outros eventuais exemplos, podem citar-se uma série de povoações na Bahia e no Espírito

Santo, entre as quais destacam-se as vilas de Abrantes, Santarém e Nova Almeida. São todas fundações com origem em aldeias jesuítas que foram elevadas a vila durante o consulado pombalino. Abrantes, localizada nas proximidades de Salvador, era a antiga aldeia do Espírito Santo. Foi uma das primeiras aldeias jesuíticas fundadas no Brasil e foi, simbolicamente, a primeira a ser elevada a vila na Bahia, após a publicação do Directório[46]. Santarém, localizada na comarca de Ilhéus, era a antiga aldeia de S. Miguel de Serinhaem, e Nova Almeida, era a aldeia dos Reis Magos e está hoje situada no estado do Espírito Santo. Um interessante conjunto de desenhos existente no AHU mostra imagens de algumas destas povoações, em que é patente a importância da grande praça rectangular **(fig. 48)**.

No caso das povoações fundadas no Mato Grosso é importante ressaltar que, quer António Pinto do Rego, em Vila Maria, quer Marcelino Camponês e José António Pinto de Figueiredo, em Albuquerque, foram todos muito enfáticos ao assumirem a autoria do plano das vilas por eles dirigidas. É de crer que os procedimentos tomados por estes oficiais correspondessem a uma base de conhecimentos partilhada pelos homens da sua formação militar, ou seja, um método de trabalho padrão. No entanto, nem Marcelino Camponês, nem José António Pinto de Figueiredo ou António Pinto do Rego e Carvalho eram engenheiros ou tinham formação específica de engenharia militar. Nenhum deles era aliás um bom desenhador. Eram todos homens da prática militar que foram chamados a actuar pelo governador pois este não dispunha de engenheiros suficientes na capitania.

Observa-se na acção de todos estes homens um sentido básico de composição que se vincula directamente às práticas de aquartelamento. Não há, evidentemente, grande apuro formal ou uma especial sofisticação compositiva. A maior evidência no desenho das povoações por eles criadas é um empenho em utilizar certas medidas padronizadas (para as casas, as frentes, os pés-direitos e as ruas), assim como a imperiosa intenção de manter a "regularidade" das povoações. Regularidade esta que residia não só no aspecto ordenado do desenho urbano, mas principalmente, no conceito de "alinhamento" das ruas e das frentes voltadas para a praça e na "simetria" (igualdade) das edificações.

Note-se que Marcelino Camponês fez uma observação em que dizia que medira o terreno para as primeiras casas em Albuquerque "com dois lanços

---

[46] Maria Helena Flexor – *Cidades e Vilas Pombalinas no Brasil do século XVIII*, in "Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português", Lisboa : CNCDP, 1998, p. 262. As ordens relativas à elevação das vilas foram executas na Bahia por D. António Rolim de Moura, o Conde de Azambuja, que depois de governar o Mato Grosso foi governador da Bahia.

e um corredor para cada morador" e que a rua tinha "trinta palmos". Os mesmos trinta palmos voltam a aparecer no plano de Vila Maria, assim como, aparentemente, também o mesmo desenho das casas. Observa-se assim que, apesar das diferenças de tamanho entre as povoações fundadas, há uma profunda inter-relação entre os seus planos que é garantida, sobretudo, pelas medidas utilizadas.

Neste sentido, cabe notar que há uma espécie de progressão proporcional no sistema básico de medidas, pois enquanto nos aldeamentos e povoações pequenas se utilizam os 20 e 30 palmos de lote, em Vila Bela os lotes são sensivelmente maiores, tendo em média 60 palmos de frente, ocorrendo inclusivamente lotes duplos, com 120 palmos de frente. Por um lado, é evidente que esta diferença de tamanhos diz respeito à natural hierarquia entre as povoações. Mas, por outro lado, é significativo que não se perca o sentido relacional entre todas as medidas.

O que importa ressaltar é que nesta sequência numérica que é utilizada para as frentes dos lotes (20, 30, 60, 120) está implícito um conjunto de relações proporcionais, cuja razão envolvida é o dobro ou o triplo da quantidade menor. Estas mesmas quantidades e relações proporcionais geram um outro grupo de medidas que também se observam com frequência (150, 300, 360, 480), que servem aos quarteirões ou às praças, e que resultam do mesmo tipo de operações. A nível de desenho, a conjugação destas medidas faz-se em figuras rectangulares que, via de regra, mantém as relações de proporção das bases numéricas, gerando os duplos ou triplos quadrados, ou outros exemplos, que são visíveis na forma dos lotes, na forma dos quarteirões e das praças e, às vezes, até na própria forma urbis como um todo.

Assim, a elaboração formal do desenho urbano resulta de um processo de composição, que embora não se possa dizer que seja especialmente complexo, pois baseia-se em simples conjugações de figuras rectangulares, mas em que a proporcionalidade intrínseca das medidas utilizadas dota o conjunto de uma coerência formal bastante sólida. Esse procedimento, que parece fazer parte de uma base de conhecimentos comuns, e que surge, de maneira natural e interiorizada, como um método de trabalho, também não é especialmente valorizado, em si, por quem o executa, mas é certamente identificado com um dos aspectos da regularidade final que se pretendia obter em cada caso. Vejam-se neste sentido as várias referências que são feitas por todos os "autores" dos planos, desde os oficiais militares até Luís de Albuquerque, que constantemente apontavam para a correcta formação dos povoados que tinham desenhado e para a sua "regularidade".

Mas para além dessa base "regular" de composição do desenho urbano, pesam também na sua formação os conceitos de "alinhamento e simetria" que antes referimos. No caso de Vila Maria, é bastante interessante a imposição que se pretendeu fazer de uma bitola para o pé-direito (14 palmos) e para a cumeeira (24 palmos) de todas as edificações. Tal medida não só reforça o ideal de regularidade do conjunto urbano, considerando inclusivamente o aspecto da sua volumetria, como também denuncia uma intenção de simetria que pretendia anular a ideia da casa isolada. Ou seja, exigia-se que todas as construções fossem feitas segundo uma "fachada" em se que deveria respeitar não apenas o alinhamento das frentes das edificações, mas também manter a continuidade dos beirais e da cobertura. Deste modo, embora fossem várias casas, a linha contínua dos beirais impunha a imagem de um único edifício, que se apresentaria inteiro, compondo a povoação com uma unidade indiscutível. Supõe-se que as aberturas e os vãos das casas também fossem padronizados, para manter a "mesma figura exterior" como se dizia nas cartas régias. Mas nesse caso, mesmo que não fossem, a simples continuidade do telhado garantia a leitura única do conjunto, o que é aliás identificável nas vistas da vila realizadas no século XVIII **(figs. 50 / 56–56A)**.

Esse ideal de igualdade e continuidade das fachadas urbanas perpassa todo o quadro mental do urbanismo português do século XVIII. Já as indicações sobre a "formosura das terras" eram evidentes e importantes nas cartas de fundação do período joanino, e seriam ainda mais valorizadas durante o ideário pombalino. O que está por trás disso, embora complexo, já não é, certamente, uma grande novidade. Por um lado, há a natural herança cultural, que implicava uma forte base de cunho matemático e geométrico, que chegava ao século XVIII depois de pelos menos 300 anos de longa estabilização e difusão na sociedade portuguesa. E com esta herança cultural se tinham sedimentado conceitos estéticos altamente devedores da "razão e proporção" dos números e das figuras[47]., e em que a formosura e a beleza eram sinónimos de unidade, simplicidade e clareza no desenho. Por outro lado há todo um conjunto de razões de ordem económica que sustentava um discurso, também de longo alcance no tempo, que primava pelo elogio das soluções pragmáticas, que conjugassem a eficiência com a simplicidade de meios. Para além dessas, há ainda as conhecidas razões de natureza histórica e política que fizeram coincidir no período pombalino uma especial valorização do urbanismo enquanto veículo difusor de um discurso de poder e em que os aspectos da

[47] Ver especialmente sobre este aspecto e sobre uma eventual permanência das relações métricas orientadoras da arquitectura e do urbanismo o trabalho de Helder Carita – *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*. Lisboa : Livros Horizonte, 1999.

igualdade e simetria foram especialmente aproveitados. Todos estes aspectos tem sido tratados em bibliografia especializada quer no âmbito da história da cultura, quer no âmbito da história do urbanismo, e fazem hoje parte do escopo desta disciplina.

No caso do urbanismo colonial, a relação mais pertinente, ou pelo menos a mais simbólica, para a importância do discurso sobre a "igualdade e simetria" dos edifícios que se construíam nas vilas fundadas "de novo" nos sertões do Brasil, diziam respeito, sem dúvida, a uma especial conjugação entre um ideal utópico de cidade e uma imagem autocrática do poder do Estado que as construía. Nitidamente desenhadas como focos da civilização que se queria impor no "mato", as cidades coloniais, e em especial as fundações inspiradas no directório pombalino, eram uma espécie de espelho de dupla face, onde se pretendia fazer reflectir os valores da sociedade dominante e, ao mesmo tempo, espelhar os ideais de uma nova sociedade que com elas se tencionava formar. Uma sociedade ideal, que era descrita nos discursos de maneira bastante diferente da que a realidade espelhava.

Neste sentido, não é por acaso que o ideal de "igualdade" que a legislação pombalina pregava para o índios é interpretada no desenho urbano a maneira de quartéis de soldados. Também não é por acaso que o projecto civilizacional que se pretendia aplicar tem menos efeitos sobre as populações efectivamente autóctones, que continuavam a resistir em moldes guerreiros, e tem uma grande dependência dos índios espanhóis, já aculturados pelos missionários. Note-se que mesmo depois da assinatura do tratado de paz com os guaicurus é muito difícil a instalação desses índios em novos povoados[48]

E no entanto, é sobre esse discurso, de certo modo ideal e irreal, que os projectos urbanos se desenvolvem, e não perdem por isso o seu cunho "civilizacional". A formação de cada povoação envolvia muito mais do que as preocupações com a regularidade e a simetria da praça ou das casas. Cada vila era um conjunto maior que incluía as instalações destinadas ao processamento do algodão, ou ao trabalho agrícola, num projecto global que relacionava a cidade ao seu campo de maneira inequívoca. No caso de Vila Maria esta componente da relação cidade-campo será ainda acrescida de um importante factor.

Em Janeiro de 1779, o tenente António Pinto do Rego dava conta ao governador do andamento da povoação. Afirmava a sua grande preocupação com a falta de pessoas que soubessem ler e escrever português

[48] Ver cap. 5 "O Território como Herança".

e que pudessem ensinar os índios. Ensinar os ofícios de carpinteiro e ferreiro era também importante. Embora estivessem a utilizar os talentos dos próprios índios, continuavam a faltar mestres. Para além da construção das casas, o mais importante empenho do oficial era em empregar os habitantes na fábrica de algodão sobre a qual afirmava que podia trazer grandes progressos aos povoadores e a toda a capitania. A maioria das casas estavam já "*armadas com a maior perfeição e segurança*", esperando poder cobri-las com telhas brevemente. Já tinha sido feita uma casa para o pároco de que se estava a espera, tanto para dar alento espiritual aos moradores como para "*cazar os que estão desimpedidos e unir os castelhanos com os nossos que assim ficam mais seguros*".

Na continuação das obras renovavam-se preocupações com a integração da comunidade e com os arruamentos: "*Acabadas as cazas para os Indios Castelhanos, hei de cuidar na factura das outras para os aqui ja moradores, nas quaes hão de trabalhar todos amigavelmente, que de outra sorte se não podem fazer, e estas hei de fundallas em primeiro lugar em todos os angulos dos quarteis, por forma que hão de ficar servindo de balizas, para que ao dipois quem vier me não deite a perder os arruamentos e Praça*"[49].

A falta de párocos era um assunto de constante referência na correspondência dos governadores do Mato Grosso. Em 1779 Luís de Albuquerque requisitava que se mandassem pelo menos mais 8 clérigos para suprir as carências mais imediatas da capitania[50]. Todas as novas fundações que realizara até aquele ano encontravam-se sem serviço religioso permanente[51]. Em parte terá sido esta uma das razões porque o governador não pode efectivar a elevação da maioria daqueles lugares a freguesias, como pretendia, e como seria razoável dadas as grandes distâncias que separavam os núcleos. Para Vila Maria, o pedido para a transformar em paróquia foi feito um ano após a fundação da povoação[52]. Luís de Albuquerque alegava que assim contribuía

---

[49] AHU Mato Grosso caixa 19 doc 5 - 13 de Janeiro de 1779. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro. Anexo nº 1 carta de António Pinto do Rego a Luís de Albuquerque datada de 1 de Janeiro de 1779. Ver Anexo Documental **Doc. XI.**

[50] AHU Mato Grosso caixa 19 doc 5 - 13 de Janeiro de 1779. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro. Anexo nº 2 *Relação dos estabelecimentos de Mato-Grosso que se achão sem parochos ou capelães; e dos sacerdotes que se necessitão para suprir esta falta.* Ver Anexo Documental **Doc. XI.**

[51] Não apenas as povoações fundadas por Luís de Albuquerque não tinham párocos, mas também os arraiais de mineração. Na lista enviada em 1779 referia-se ao Forte do Príncipe, a povoação de Vizeu, Vila Bela, Arraial do Pilar, Arraial de S. Francisco Xavier da Chapada, Arraial da Lavrinha e Vila Maria.

[52] AHU Mato Grosso caixa 19 doc 36 - 25 de Dezembro de 1779. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro. "*Dipois da Nova Fundação de Vila Maria do Paraguay, a que procedi no anno de 1778 precedente (...)aonde me tenho esforçado, e vou esforçando de fazer levantar Igreja, cazas e promover as ardinarias agriculturas com algum principio de fabricas tecer algudões, o que faz um objecto precizíssimo nestes paizes; alem de outras mais providencias competentes ao*

"para mais respeitosa memoria e profundo obséquio do Augusto Nome da Rainha Nossa Senhora". Mas o processo não era de todo simples, pois o Mato Grosso continuava dependente da diocese do Rio de Janeiro, o que retardava sobremaneira a concretização das freguesias. No caso de Vila Maria, o governador adiantou-se e, sem esperar pela aprovação do bispado, criou a nova paróquia, cujo orago era São Luís de Cáceres, desmembrando partes das de Cuiabá e de Vila Bela[53].

Para além da concretização da nova freguesia, Luís de Albuquerque realizou também um outro importante estabelecimento que viria contribuir para o desenvolvimento da vila. Tratava-se da criação de uma fazenda de gado que se fez na outra margem do Paraguai "*que apenas distarâ da nova Povoação cousa de huma legoa com o Rio de permeio*" e que o governador esperava que pudesse não só "indemnizar-se" do seu custo, como suprir eventualmente a falta de carne no açougue de Cuiabá. A justificativa apresentada para o estabelecimento da fazenda era o sustento dos índios "espanhóis", que estavam habituados à carne, o que até então obrigava a um excessivo custo na sua manutenção[54]. A criação dessa fazenda, e de outras realizadas tanto naquela região como em outros pontos da capitania, tiveram especial importância para a economia do Mato Grosso dinamizando a pecuária, que viria a ser a principal base da economia regional, depois da decadência progressiva da mineração. Hoje a grande produção Mato Grossense é o gado, que é criado de maneira extensiva nos vastos campos naturais do pantanal.

Mas o projecto de incentivo à pecuária preconizado por Luís de Albuquerque tinha também outros objectivos. Visava implementar a efectiva integração do território. No mesmo documento em que anunciava a criação da fazenda para os índios de Vila Maria, Luís de Albuquerque comunicava ainda a criação de outra no rio de Porrudos ou S. Lourenço, afirmando que esperava que aquele estabelecimento redundasse em "*huma grande comodidade para os tropeiros, correios e mais viandantes assim de Goiaz, como desta capitania que tranzitarem aqueles sertoens, alem da que ja lhes resultava de encontrarem no outro estabelecimento, e Registo denominado da Insua que*

---

mencionado adiantamento; julguai que absolutamente se fazia necessario erigir em nova Parroquia a ditta Villa; (...) .

[53] Idem.

[54] Idem." *Igualmente vou a V. Ex.ca relatar para que tambem suba ao Real conhecimento a util compra de huma fazenda de gado (...) com o destino de servir a indispençal subisistencia dos referido indios espanhoes, de que principalmente se povoa, porquanto sendo criados em paizes de imenço gado vacum como são todas estas adjacentes Provincias de Moxos e Chiquitos, estranhariam infinito a falta de semelhante socorro, ou continuariam a obrigar a real fazenda a groça despesa de lhes estar comprando constantes vezes (...) alguns bois ou carne seca.*"

muito pouco dipois da minha chegada também erigi de novo nos confins orientais desta capitania"[55].

É visível aqui, uma vez mais, a lógica dos grandes caminhos de ligação para a integração do território, nesse caso procurando conectar a capitania de maneira mais eficaz com o resto da colónia. As estradas eram, evidentemente, a maneira mais simples de promover o desenvolvimento de novos pólos populacionais. No caso do Mato Grosso, o investimento no "caminho central" promovido por Luís de Albuquerque foi, a vários níveis, profícuo. Na verdade foi na zona central da capitania que se concretizou a maior densificação urbana da região (embora esta se tenha dado, na maior parte dos casos, entre a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX). O sentido de integração Norte-Sul que tinha sido inicialmente tentado, quer com a ligação a São Paulo através do caminho das monções, quer com a ligação fluvial ao Pará continuou, por muito mais tempo desocupado e ainda hoje continua por integrar, especialmente no que diz respeito ao Norte. Assim, é interessante observar que as fundações do centro e sul da capitania vingaram efectivamente em termos urbanos, enquanto as experiências do norte falharam, delas nada restando salvo o forte do Príncipe da Beira que não chegou a constituir um núcleo urbano.

No centro, ao contrário, surgiram inclusive alguns núcleos que começaram por ser aglomerações espontâneas e que redundaram na criação de municípios actuais. É ocaso da povoação que se desenvolveu no alto rio Cuiabá que teve origem inicialmente num arraial designado Monjolo, que enfrentou alguns contratempos com a escassez das minas. No final do século XVIII, os moradores do local tinham construído uma capela dedicada a N. Sra. do Rosário para qual reivindicavam, em 1782, a criação de uma freguesia[56]. A paróquia foi afinal instituída apenas em 1833, com o nome de N. Sra. do Rosário do Rio Acima, e deu origem depois a criação do actual Município de Rosário Oeste[57]. Não é muito diferente o caso do município de Santo António do Leverger[58], antes identificado por Santo António do rio Abaixo, também em referência ao santo padroeiro eleito pela comunidade. Já a origem de Camapuã[59], relaciona-se com uma fazenda instituída no antigo estreito por onde passava o caminho das monções. Depois da abertura das minas de

---

[55] Idem.

[56] Em 1782 registam-se petições para a criação de freguesias dos moradores do Arraial de São Pedro del Rei e da área do "Rio Cuiabá Acima". Cf. AHU Mato Grosso caixa 21 doc 6.

[57] Cf. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* XXXV Vol., pp. 284-289.

[58] Idem, pp. 289-292.

diamantes, em 1805, outros núcleos surgiram também na região do alto Paraguai, como é o caso de Diamantino, que em 1811 já era freguesia e em 1820 foi elevado a categoria de vila[60].

Outras situações demonstravam também um certo dinamismo alcançado nos núcleos anteriormente estabelecidos naquela área. Em 1779 Luís de Albuquerque comunicava à corte a construção de uma nova igreja na Aldeia da Chapada dos Guimarães afirmando que tinha sido feita com "*bastante magnificencia e asseio para estas terras*"[61] **(fig. 57)**. Em 1784, os moradores do local pediam paramentos para celebrarem missa na sua matriz, afirmando que embora a capela-mor tivesse ruído durante a construção, fora reerguida, e a igreja encontrava-se concluída. A povoação contava inclusive com uma "*grandiosa propriedade de casas para servir de alojamento aos peregrinos*"[62] que a ela se dirigiam[63].

Quanto a Vila Maria do Paraguai, esta também continuou a crescer. O tenente António Pinto do Rego, ao pedir a sua reforma, em 1795, já com 77 anos de idade, afirmava que deixara a povoação enobrecida com uma casa de sobrado que fizera para sua propriedade e que doara a fazenda real[64]. Em 1850 a freguesia foi elevada à vila com o nome de São Luís do Paraguai embora, em 1851, voltasse a ter a designação de Vila Maria do Paraguai. Em 1874 recebeu o título de cidade tomando desta feita o nome de São Luís de Cáceres. Por decreto-lei de 1938 o município passou a designar-se simplesmente Cáceres[65].

Do núcleo inicial de Vila Maria, a única remanescência na actual Cáceres é ainda a grande praça rectangular que se abre diante do rio Paraguai. Em dada altura, transferiu-se para a praça o antigo marco das demarcações que estava nas proximidades do rio Jauru. Numa foto de 1914, um ano depois de por ali ter passado a famosa expedição de Rondon e Roosevelt, vê-se o marco diante da igreja e vislumbra-se a amplitude da praça. Ao lado da igreja, uma pequena casa térrea lembra a tipologia dos edifícios primitivos **(fig. 58)**. A partir dos anos 50, a cidade teve grande crescimento, recebendo uma forte

---

[59] Idem, pp. 105-107.

[60] Idem, pp. 179-183.

[61] Cf. AHU Mato Grosso caixa 19 doc 36 - 25 de Dezembro de 1779. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro.

[62] AHU Mato Grosso caixa 22 doc 5 - 17 de Junho de 1784.

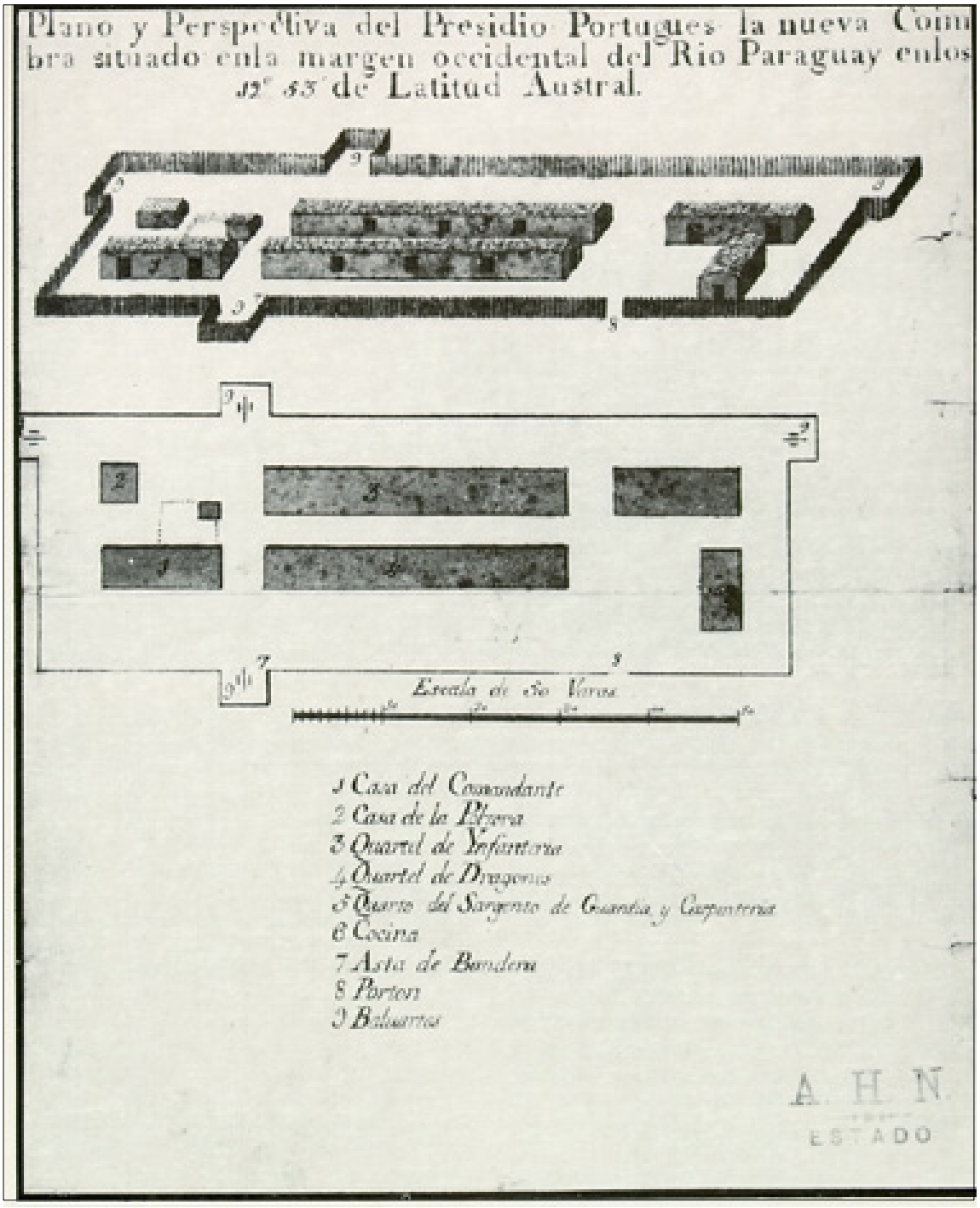
[63] Sobre a construção da igreja da Chapada dos Guimarães que é hoje um edifício tombado pelo SPHAN veja-se o trabalho de Carlos Moura - *A Igreja de Santa Ana do Sacramento da Chapada dos Guimarães 1779-1979*. Cuiabá : UFMT, 1978.

[64] AHU Mato Grosso caixa 27 doc 25 - anterior a 19 de Junho de 1795. Ver anexo Documental **Doc. XVI.**

migração de novos povoadores que buscavam o Mato Grosso como novo pólo de desenvolvimento, sustentado sobretudo pela pecuária. Actualmente é a segunda maior cidade do estado, depois de Cuiabá **(fig. 59)**.

[65] Cf. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* XXXV Vol., pp. 99-104.

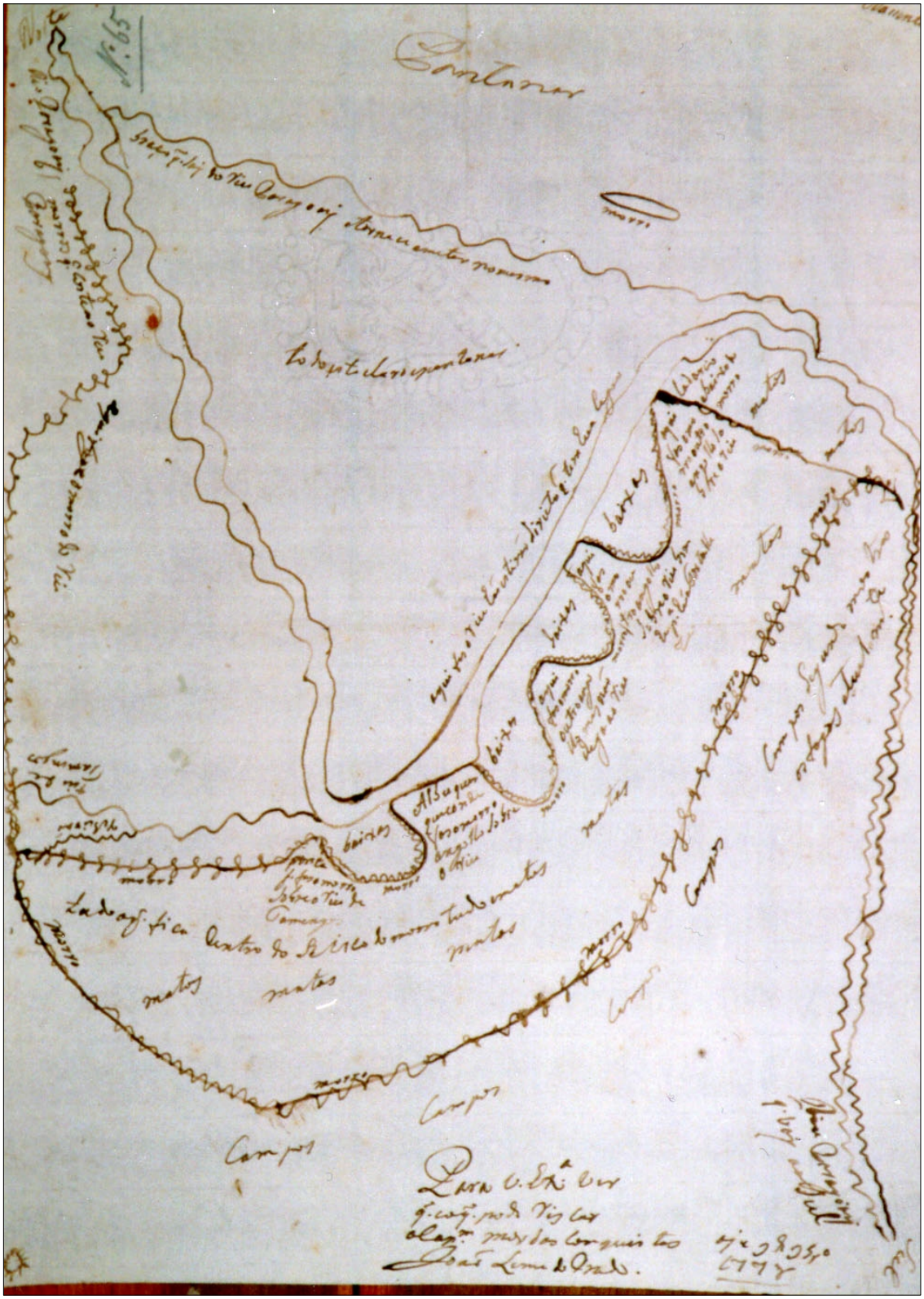
Fig. 41



Plano y Perspectiva del presidio portugues la nueva Coimbra situado en la margen occidental del Rio Paraguay en los 19º 53' de Latitud Austral.
Color 27 x 21 cm.

Arquivo Historico Nacional, Madrid

Fig. 42



1778

João Leme do Prado
Sem Título. Apresenta um esboço da região de Albuquerque, feito pelo capitão das conquistas João Leme do Prado em 9 de Novembro de 1778.
Color 41 x 29 cm.

Casa da Insua CG 65

Fig. 43

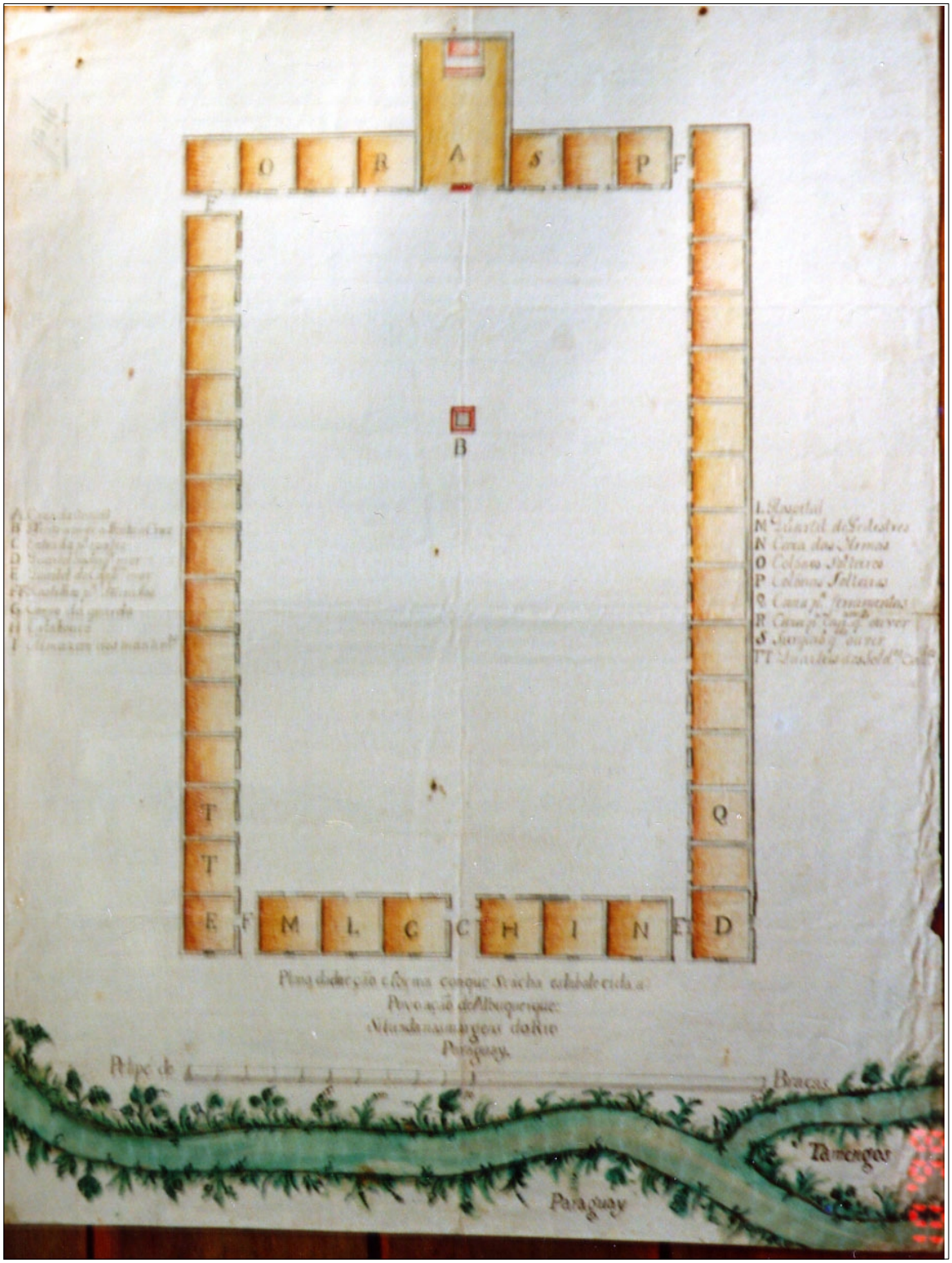


1775

Marcelino Roiz
Carta Tipográfica em que se demonstra a actual posição do Arraial de Arrais ou de Amaro Leite (...) a qual se reduziu conforme as notícias e notas oculares do Sargento Mor de Auxiliares Marcelino Roiz, despachado pelo Gov. e Cap. General Luis de Albuquqerque de Melo Pereira e Cáceres em 15 de Maio de 1774, a fim de regular o referido estabelecimento em conformidade das ordens e instruções que recebeo. Vila Bela 20 de Janeiro de 1775.
Color . 43 x 33 cm.

AHU Cartografia Manuscrita 855 / Casa da Insua CG 75

Fig. 44

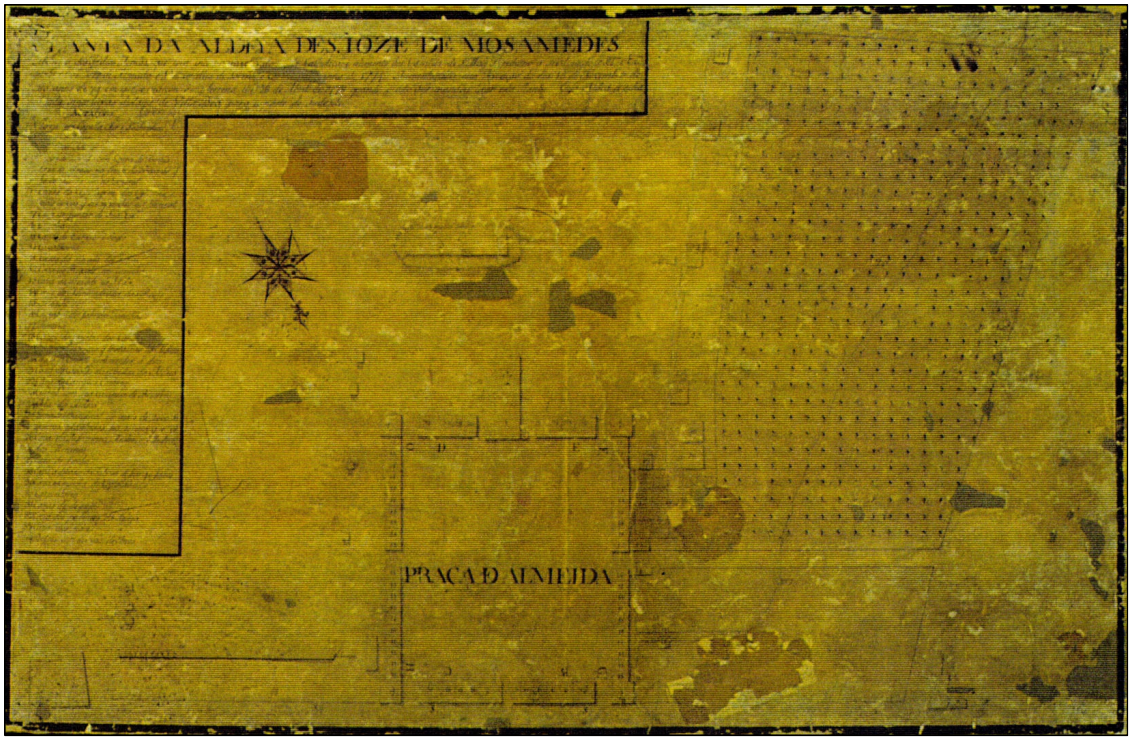


1784

Plano da Direcção e forma com que se acha estabelecida a povoação de Albuquerque; situada nas margens do rio Paraguay.
Color. 55 x 43 cm.

Casa da Insua 16

Fig. 45

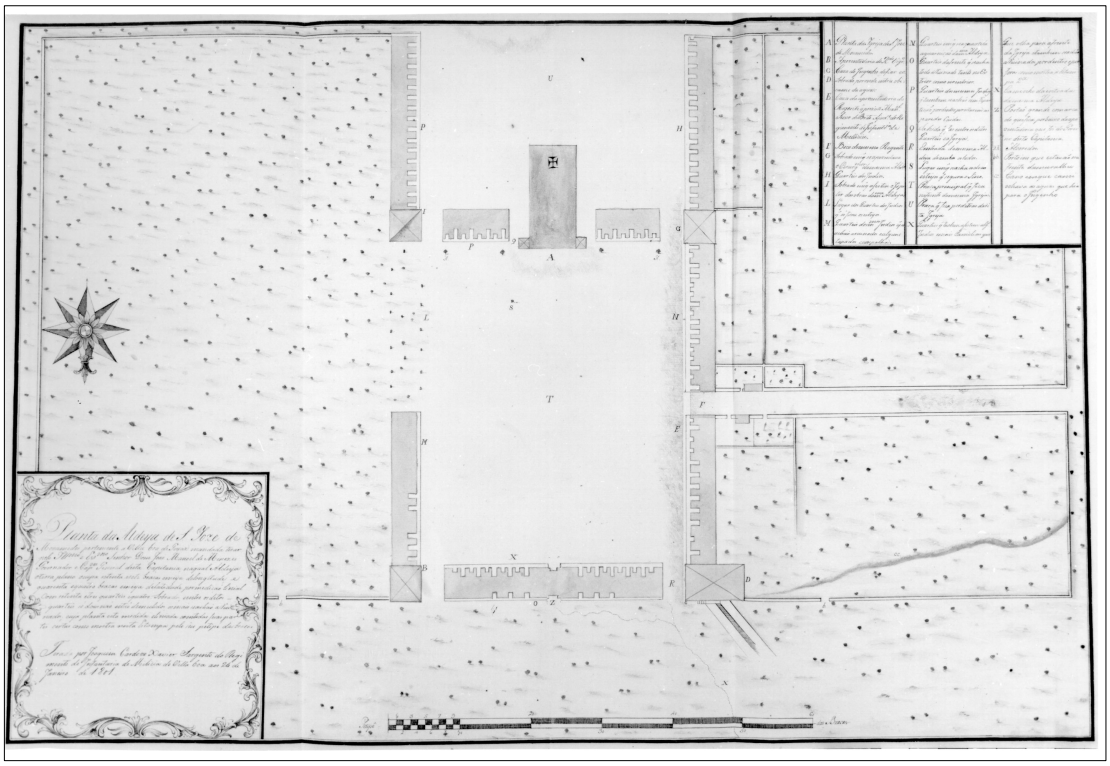


1778

Planta da Aldeia de S. Joze de Mosamedes (...) dos Indios Acrûas, que (...) Reduzio a sevilização o Illmo e Exmo Snr. General Joze de Almeida e Vasconcellos de Soveral e Carvalho(...) Anno de 1774.Aumentandoce esta povoação no dia 15 de Novembro do dito anno de 1774 em que se marcou o seu terreno, the 28 de Abril de 1778 quando o dito Snr mandou tirar esta planta (...). Tinta da China 50x90 cm.

Biblioteca Nacional de Lisboa Iconografia D.117R

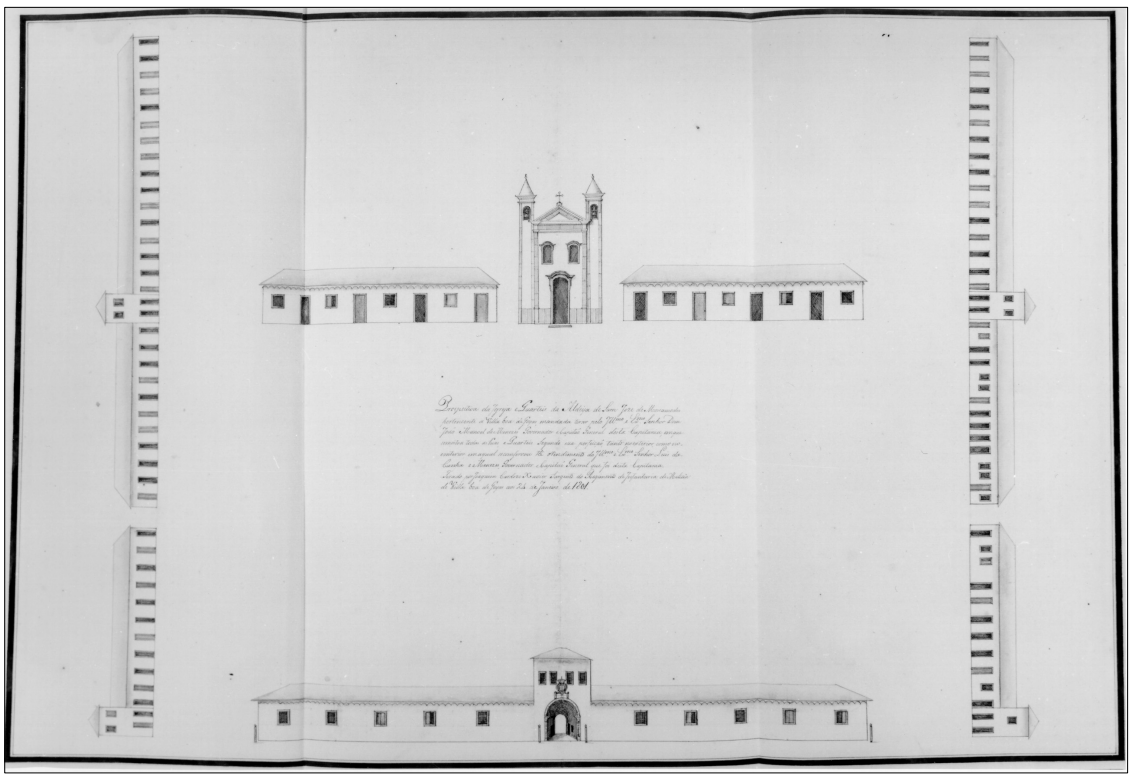
Fig. 46



1801

Planta da Aldeia de S. José de Mossamedes pertencente a Villa Boa de Goyaz, mandada tirar pelo Ilmo e Exmo Sr D. João Manuel de Menezes, Governador e Cap. General desta capitania (...)

Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo

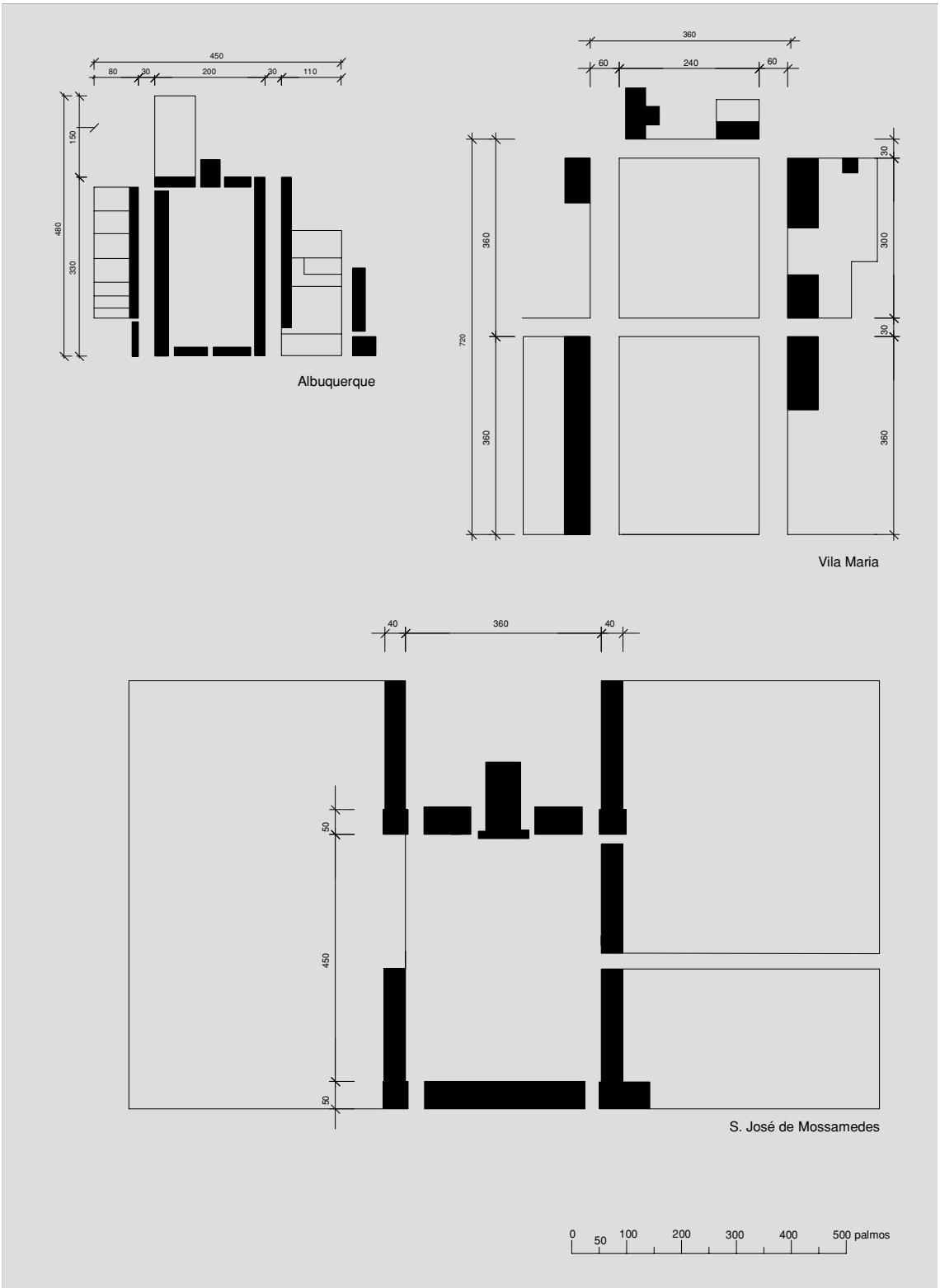


1801

Perspectiva da Igreja e quarteis da Aldeia de S. José de Mossamedes (...)

Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo

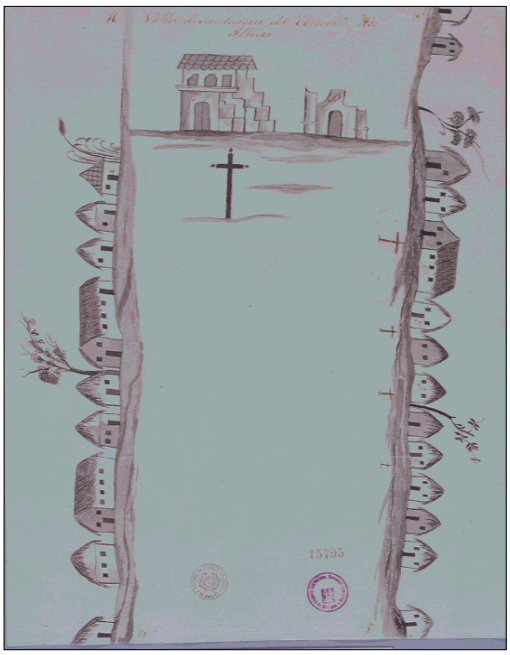
Fig. 47

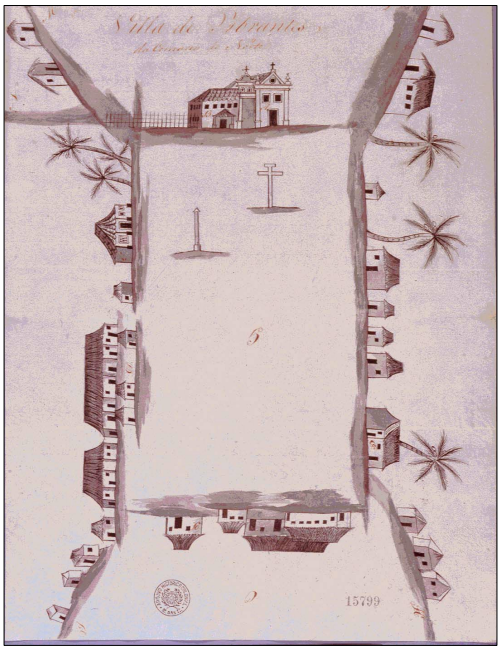


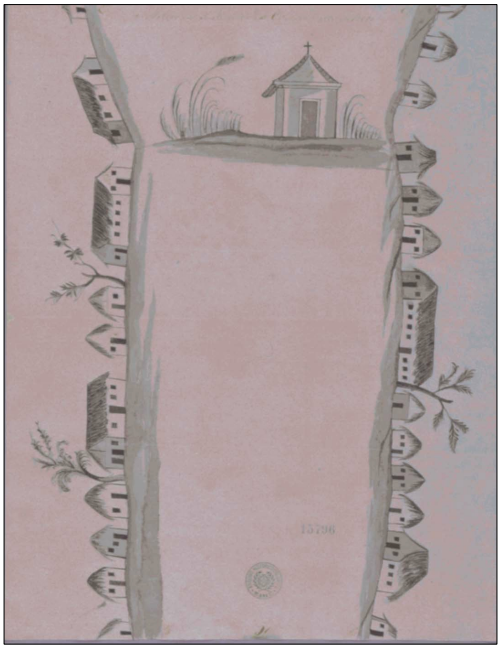
Albuquerque, Vila Maria e S. José de Mossamedes

Forma e Dimensões

Fig. 48







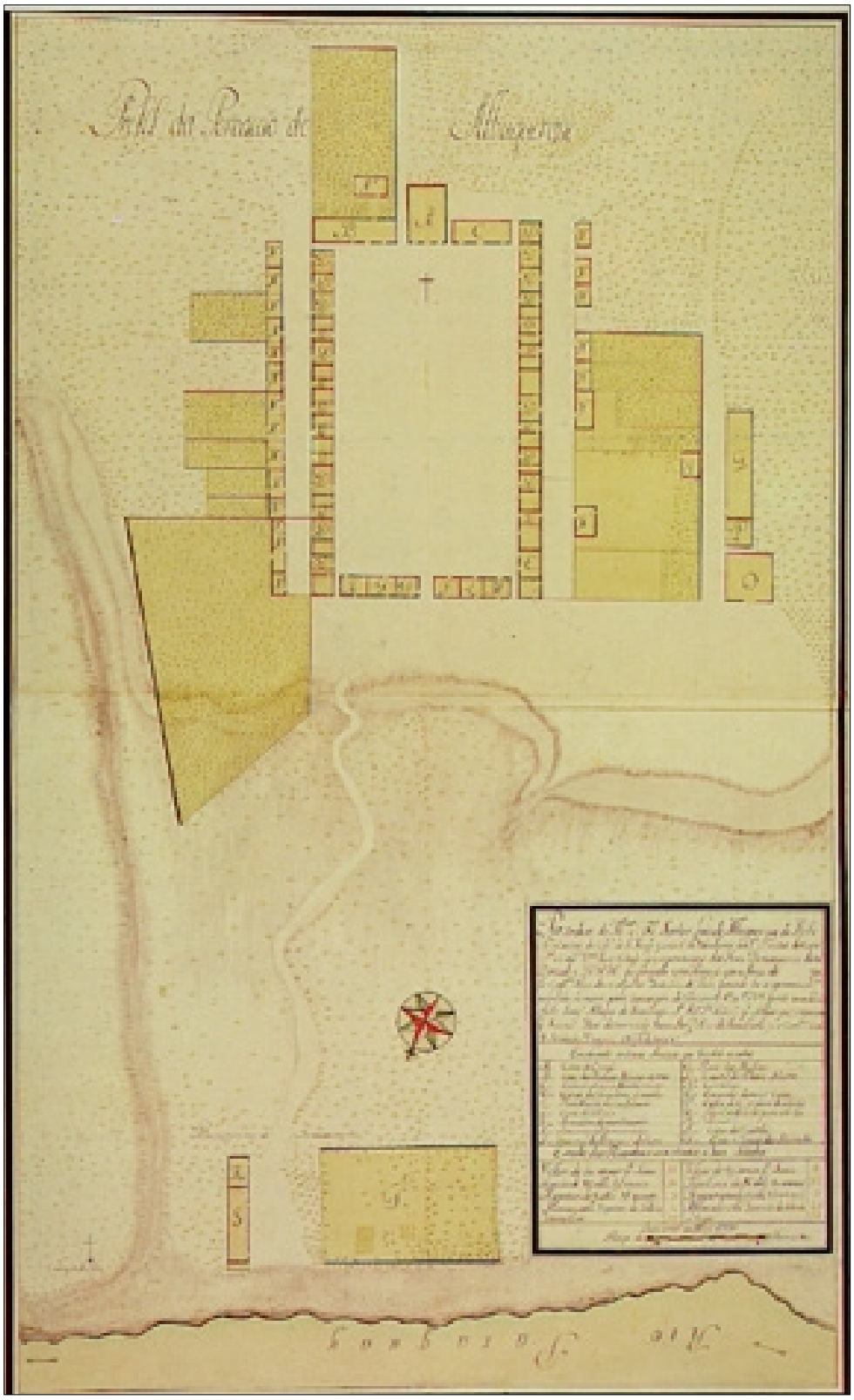
Villa de Santarem da Comarca de Ilheos

Villa de Abrantes da Comarca do Norte

Adeia de São Fidelis da Comarca de Ilheos

AHU Cartografia Manuscrita Bahia 1039, 1043, 1040

Fig. 49



1789

Perfil da Povoação de Albuquerque. Feito em 1º de Abril de 1789.
Color. 67 x 43 cm.

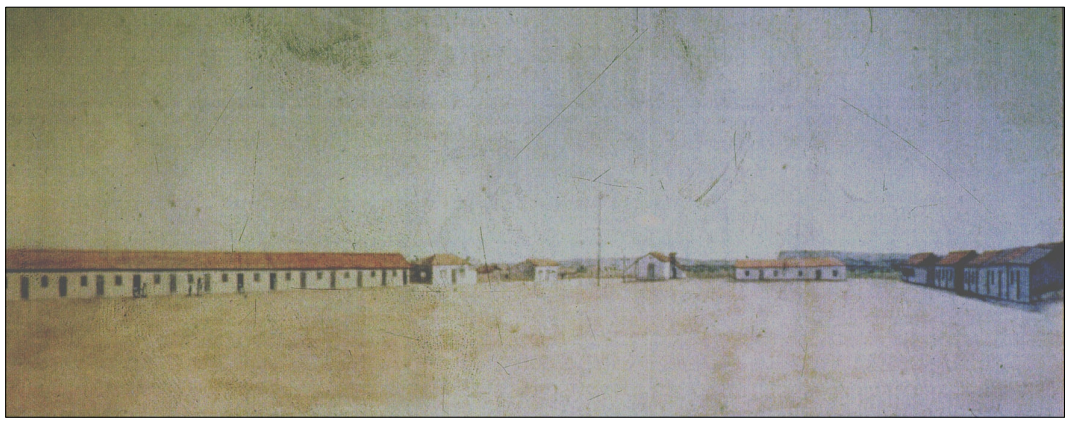
Casa da Insua 15

Fig. 50



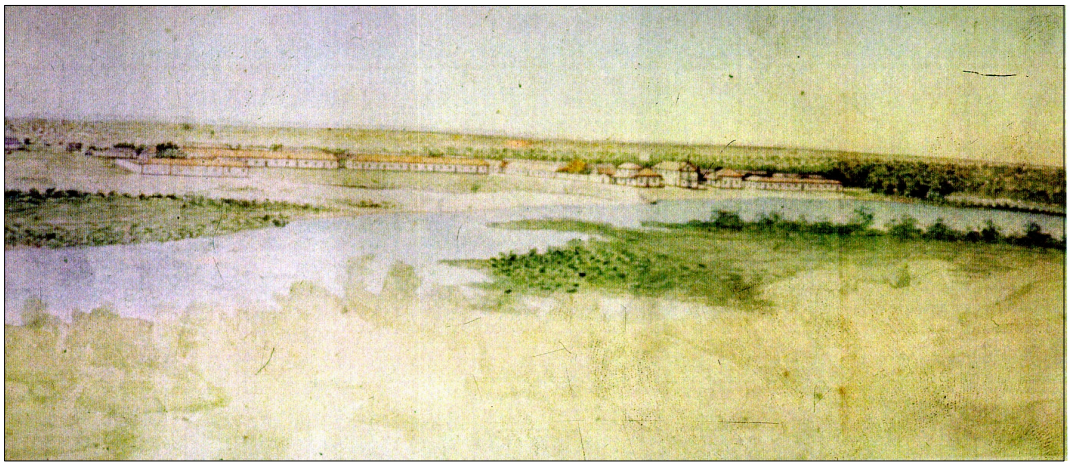
Prospecto da Povoação de Albuquerque (...)
Álbum da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1791)

Museu Bocage Lisboa



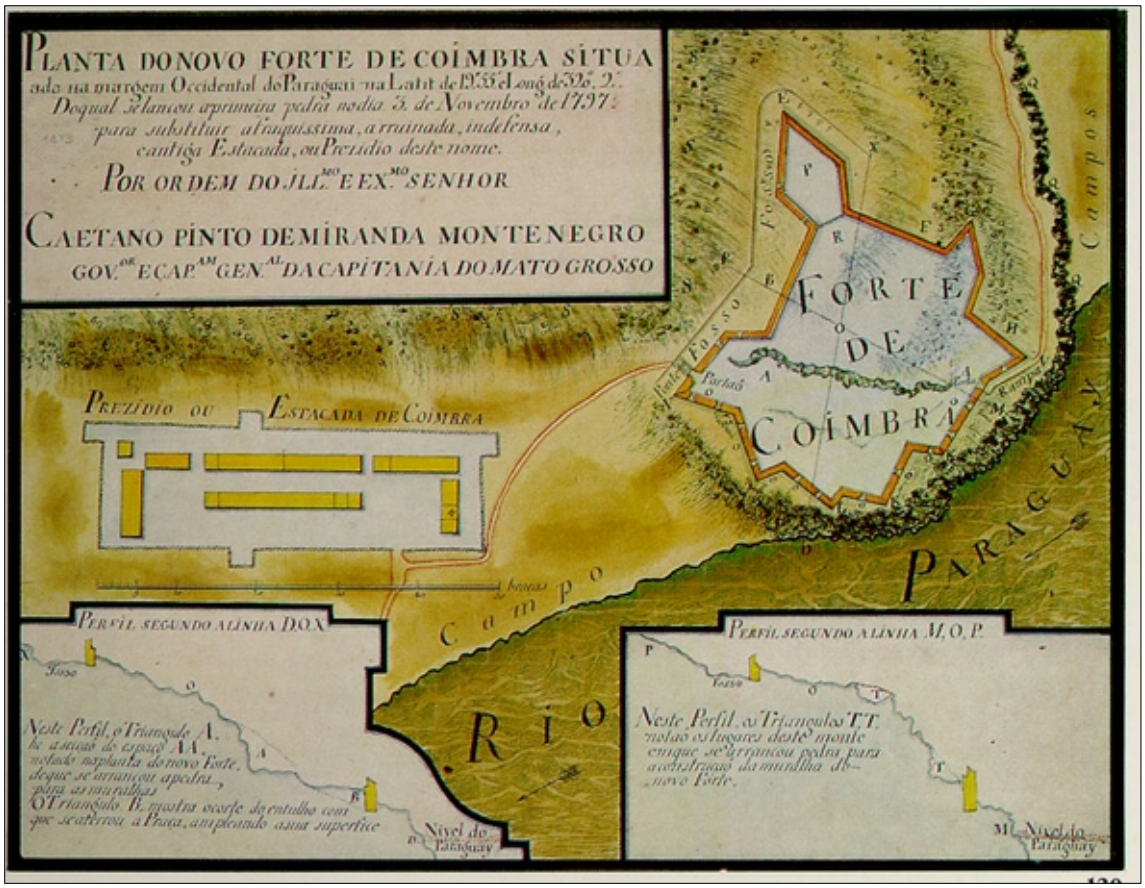
Prospecto da Villa Maria de S. Luis do Paraguai (...)
Álbum da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1791)

Museu Bocage Lisboa



Prospecto da Povoação de Cazal Vasco (...)
Álbum da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1791)

Museu Bocage Lisboa



1798

Ricardo Franco de Almeida Serra
Planta do Novo Forte de Coimbra situado na margem Occidental do Paraguai na latitude de 19º55' e long. de 320º2'. Do qual se lançou a primeira pedra no dia 3 de Novembro de 1797: para substituir a fraquissima, arruinada, indefensavel e antiga estacada (...) por ordem do Illmo e Exmo Senhor Caetano Pinto de Miranda Montenegro...
Color 32 x 41 cm.

Mapoteca do Itamaraty / BNRJ Arc 8-9-11 /AHE nº 121 F.6.5

Fig. 52



Vista do Forte de Coimbra



FORTE DE COIMBRA - Interior

Fig. 53



PLANTA CORUMBÁ, 1914

Album Gráfico do Estado do Mato Grosso



CORUMBÁ - Vista da Cidade

Fig. 54



CORUMBÁ - Praça



CORUMBÁ - Rua do Porto

Fig. 55



1784

Planta da Vila Maria do Paraguai.. (1784). Rio Jauru (...) / Mapa do Rio Paraguai (...) / Marco do Jauru que se colocou em 14 de Janeiro de 1754.
Color. 118 x 48 cm.

Casa da Insua 68 A

Fig. 56



1791

Prospecto da Vila Maria de São Luís do Paraguai situada em uma barreira de perto de 40 palmos de alto em um excelente taboleiro de terra (detalhe)
Desenho da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (nº56)

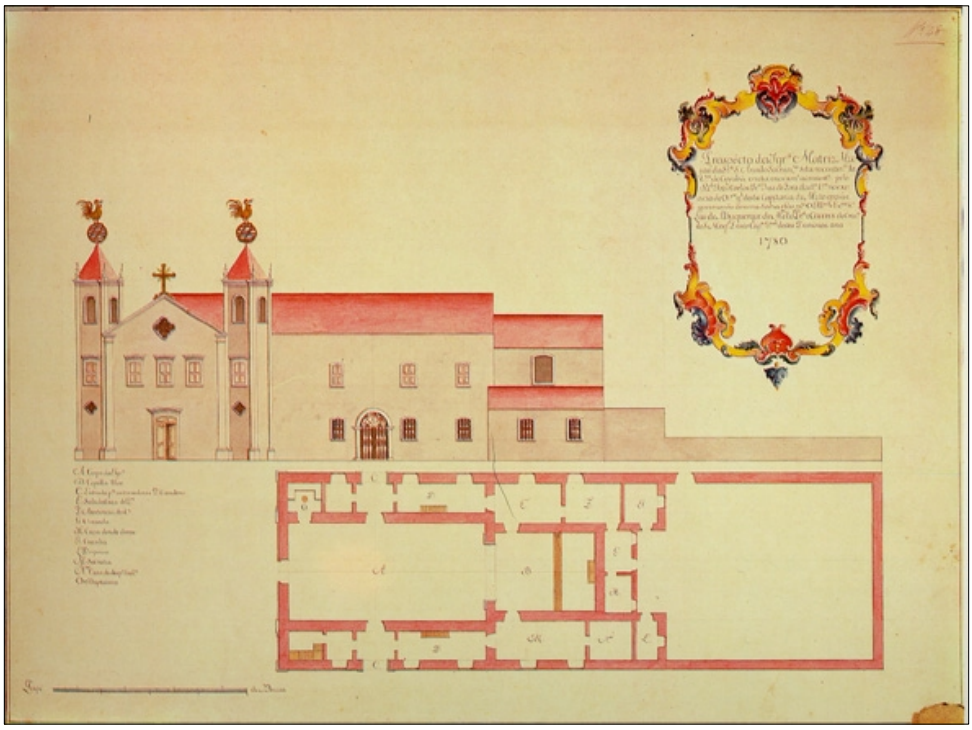
Museu Bocage



Villa Maria do Paraguai. Vista
Color. 48x 34 cm.

Casa da Insua 45

Fig. 57



1780

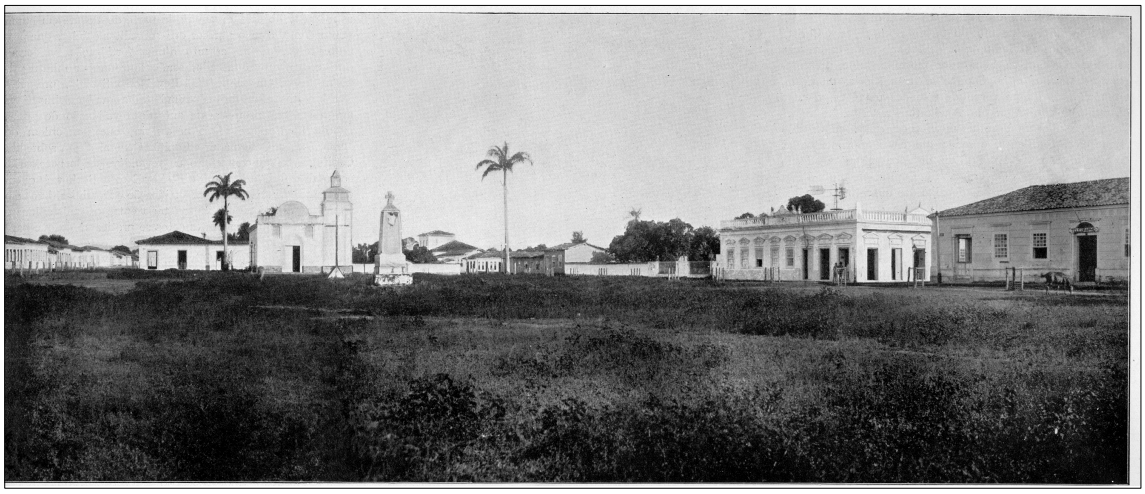
Prospecto da Igreja Matriz da Missão de Santana do Sacaramento sita do continente da Vila do Cuiabá erecta e novamente acrescentada pelo Bel José Carlos Pereira, Juiz de Fora da dita Vila no exercício de Ouvidor Geral desta Capitania de Mato Grosso, governando a mesma sabia e felismente o Ilmo e Exmo Sr. LAMPC... Ano de 1780.
Color 65 x 49cm.

Casa da Insua 48



CHAPADA DOS GUIMARÃES - Vista da Igreja

Fig. 58



1914

Album gráfico do Mato Grosso
Cáceres- Vista da Praça

Fig. 59



CÁCERES - Vista da Rua



CÁCERES - Vista do Rio Paraguai

Cap. 9.

Casal Vasco: O Quartel Avançado

"(...) tendo pelos Capitães Engenheiros na forma do projecto que lhes determinou mandado Levantar o Plano da referida Povoação e aplainar, e dispor todo o espaço que deve ser ocupado, ordenou o fizessem alinhar, e demarcar, para o que se achavam promptos Marcos de Pau de Ley, e tudo o mais necessario, determinando outrossim que a dita Povoação se denominasse - Cazalvasco - e que desde logo consistisse alem de hum competente numero de cazas em cuja construção podessem os referidos moradores logo hir cuidando, especialmente na sua frente paralellamente ao Rio(...)".[1]

9.1. Um Território de Caça

No início do ano de 1783, Luís de Albuquerque deslocou-se para a região do rio Barbados acompanhado de uma grande comitiva que incluía os dois engenheiros das demarcações e um dos matemáticos. O pretexto a ser apresentado aos espanhóis, caso contestassem a expedição, era o hábito já instituído pelo governador de ir caçar e pescar naquela região. É provável que Luís de Albuquerque tivesse já mais de um vez ido caçar ou pescar ali, mas naquela precisa ocasião o seu objectivo era dar cumprimento às determinações régias, que demandavam a exploração da área das nascentes dos rios Alegre e Aguapei e dos seus terrenos adjacentes. O governador avançara para a região do rio Barbados dando continuidade às explorações que já há alguns anos vinha realizando para identificar os terrenos que se localizavam nas imediações da capital e que protegiam a zona das ditas nascentes.

Com efeito, o verdadeiro motivo daquelas explorações era a realização de um levantamento completo da região, de modo a se poder propor uma alternativa à linha de fronteira que estava determinada no tratado de Santo Ildefonso. Como já se viu, o polémico artigo X do tratado previa que a demarcação entre as possessões castelhanas e portuguesas naquela área fosse feita através de uma linha recta que ligaria um ponto na confluência dos rios

[1] AHU Mato Grosso caixa 22 doc 36. Anexo, cópia do *Termo de Fundação do novo estabelecimento de Cazalvasco* datado de 29 de Setembro de 1783. Ver Anexo Documental **Doc. XV.**

Jauru e Paraguai, a outro ponto no rio Guaporé, na altura da foz do rio Sararé. Essa linha recta era totalmente contestada por Luís de Albuquerque que preconizava que a fronteira fosse uma linha "sumamente curva", de modo a abarcar a própria capital, Vila Bela, que estaria excluída da área portuguesa segundo a demarcação proposta pelo tratado. E não só. Visava-se também defender o istmo de ligação entre as nascentes dos rios Alegre e Aguapei, já referidos. Tal ligação implicava na possibilidade de conectar as bacias do Prata e do Amazonas, como já se viu[2].

A região do rio Barbados era especialmente importante para esse objectivo. Tratava-se de um afluente da margem ocidental do rio Guaporé que tinha algumas características relevantes para a situação em causa. A primeira era, evidentemente, o facto de que o rio Alegre desaguava naquele rio e era por ali que se estabeleceria a comunicação com o famoso istmo. Mas haviam ainda outras razões para defender o rio Barbados. Por um lado, a sua foz encontrava-se praticamente diante de Vila Bela, o que deixava a vila vulnerável a uma penetração por aquela via fluvial. Por outro lado, o percurso do rio Barbados obedece basicamente ao sentido Sul-Norte e o seu desague no Guaporé faz-se exactamente na altura em que este rio toma também a direcção Norte estabelecendo-se assim uma continuidade de navegação entre os dois rios, confundindo quase os seus leitos **(fig. 11)**.

Essas circunstâncias específicas transformavam a região do rio Barbados numa área que precisava ser defendida, pois de contrário, punha-se em risco tanto a capital, como as ligações fluviais prioritárias que se tencionavam estabelecer no território. Assim, a intenção de Luís de Albuquerque, tal como argumentava na sua "Ideia Geral", era empurrar a linha da fronteira para ocidente do rio Barbados, salvaguardando desse modo a navegação privativa daquele rio e garantindo todas as conexões que dele dependiam - quer a conexão com o Alegre e a sua ligação com o Aguapei, quer a continuação da navegação com o rio Guaporé.

Mas esses argumentos não apareciam na correspondência usual de Luís de Albuquerque, que apenas fazia referência à necessidade de guardar aquela região das entradas ilícitas dos espanhóis e das saídas, também ilícitas, dos escravos que por ali fugiam. Ou seja, como já ocorrera no Sul, em que a fuga dos escravos também tinha sido usada como justificativa para a construção da fortaleza de Coimbra, fazia-se uma vez mais tábua rasa das determinações do tratado e se avançava com a fronteira ainda mais para Oeste. A área em

[2] Todos estes aspectos já foram abordados no item 4.3. "O Território Tratado".

causa era apresentada como "território predilecto de caça" do governador, que com aquele pretexto pretendia consolidar a "*Posse adquirida, e constantemente sustentada pela Coroa de Portugal ha mais de vinte e sinco annos como he incontestavel naqueles Lugares, e suas adjacentes vizinhanças*"[3].

Em termos simbólicos, é interessante essa justificação da posse da região que é identificada como um território de caça. De certo modo, aquele tinha sido o estatuto primordial da sua alegada conquista, desde quando os bandeirantes passaram por ali, numa autêntica "caça" aos índios. Mas o argumento principal utilizado por Luís de Albuquerque não foi certamente este. Os mais de vinte cinco anos de incontestável posse a que se refere dizem respeito, evidentemente, aos anos da implantação da capitania do Mato Grosso e a consequente distribuição de sesmarias naquela área.

As primeiras indicações sobre a ocupação da região do rio Barbados datam do período de D. António Rolim de Moura, que não apenas distribuiu as primeiras sesmarias como também pretendeu instalar ali um destacamento com índios bororós[4]. A ideia não teve seguimento durante a sua administração, mas o seu sucessor, João Pedro da Câmara, estabeleceu, temporariamente, uma guarda no rio quando se manifestou o perigo de uma invasão pelas tropas espanholas. Dada a sua relativa proximidade com as minas de Mato Grosso é possível que ainda antes da criação da capitania aqueles terrenos tivessem sido explorados em busca de ouro ou de diamantes. Mas a efectiva ocupação da área foi realmente feita com as fazendas de criação de gado que se foram instalando ali a partir de meados dos anos 50, quando passaram a ser responsáveis pelo abastecimento do açougue de Vila Bela.

A ocupação rural daquela terra era o grande argumento para alegar o direito ao seu uso (para caçadas inclusive) e para reivindicar a posse política. Mas não era suficiente. Assim, a providência imediatamente assumida pelo governador para garantir a evidência de que aquela área estava ocupada pelos portugueses foi o estabelecimento de um nova vila, que foi criada naquele mesmo ano de 1783.

A decisão foi tomada depois de um incidente que envolveu um encontro entre os engenheiros portugueses e alguns soldados espanhóis que faziam uma

---

[3] AHU Mato Grosso caixa 22 doc 19 - 2 de Janeiro de 1785. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro.

[4] Cf. AHU Mato Grosso caixa 7 doc 1 - 26 de Janeiro de 1754. Carta de D. António Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Corte Real.

ronda na região, como já se referiu[5]. Tal facto alertou o governador para a necessidade de estabelecer uma guarda constante no local, o que foi imediatamente feito. Em Agosto de 1783, quando voltaram a aparecer emissários espanhóis estes foram recebidos no destacamento português, então instalado na área. Logo após a partida desses emissários, Luís de Albuquerque decidiu-se a transformar o destacamento em uma povoação regular de modo a reforçar o domínio da região. Assim, no dia 29 de Setembro de 1783, foi assinado o "Termo de fundação do novo estabelecimento de Casal Vasco", criado na margem oriental do rio Barbados, cerca de 8 léguas a sul de Vila Bela.

No termo de fundação do novo povoado consta que este foi feito no local onde existia "*huma Fazenda e curral de gado vacum, criaçoens de outros animaes domesticos, terras lavradias e huma e outra margem, em que se cultivam, e colhem todos os generos de lavouras*"[6]. A vila foi instalada "*junto do lugar em que se acham estabelecidos as casas de vivenda de Custodio José da Silva, Bartholomeu Paes da Cruz*"[7]. As referências à ocupação rural prévia da região são insistentemente repetidas e a própria criação da nova vila justificava-se pela necessidade de potencializar esta ocupação, congregando os povoadores dispersos em um núcleo urbano que, para além de lhes ser, supostamente, útil, convinha também ao Real Serviço "*por outras muitas rezoens Politicas de igual, ou mayor consideração*"[8].

Note-se que se estabelece uma nova vila para confirmar a posse de um território que já se encontrava, de facto, ocupado. O peso simbólico da criação urbana era requisitado para manter e validar uma pretensão já concretizada no terreno. Em termos da organização hierárquica do território, ou mesmo da sua lógica de distribuição de espaços urbanos, aquela vila não fazia sentido, nem era concretamente útil para os criadores da região. Vila Bela estava apenas a 8 léguas e era o centro por onde escoavam a sua produção, e de onde continuariam a faze-lo. Assim, a declaração de que os primeiros moradores da

---

[5] Ver item 4.3. "O Território Tratado".

[6] AHU Mato Grosso caixa 22 doc 36. Anexo, cópia do *Termo de Fundação do novo estabelecimento de Cazalvasco* datado de 29 de Setembro de 1783. Ver Anexo Documental **Doc. XV.**

[7] Idem.

[8] Idem. "...(o governador)*pessoalmente reconheceu, e muito muidamente examinou todos os estabelecimentos, Agriculturas, pastos, e situações deste dito Rio, inteirandose de que todos eles eram de maior ventagem, e necessidade a preciza conservação, aumento e ainda administração do Governo da mesma referida Capital, e consequentemente de grande utilidade ao Real Serviço, e alem athe por outras muitas rezoens Politicas de igual, ou mayor consideração, pelo que se deviam promover, e consolidar com o zelo mais eficaz, e que para este fim convinha muito que se unissem, e congregassem os seus antigos e numerozos moradores que dispersamente o povoam, e cultivam desde mais de vinte annos antes por ambas as sobreditas Margens em grande extensão athe as sua primeiras fontes, com fazenda de Gado Vacum, e criaçoens de outros animaes domesticos, Engenhos de assucar, e Agoa ardente, e todas as outras qualidades de Lavoura, para que com todos os mais que de novo viessem correndo, para o que se dariam*

vila foram "*os que ja de tempo mais antigo povoam com efeito este Rio dos Barbados*"[9] não passou, provavelmente, de pura retórica, pois estes devem ter continuado a viver nas suas fazendas como até então.

Na verdade, como também não se deixava de reconhecer, pelas superiores razões de Estado que eram alegadas para a fundação do povoado, Casal Vasco tratava-se efectivamente de um posto de vigia da fronteira. Nesse sentido, o governador avançava com mais uma justificativa para a sua criação, declarando que a nova vila serviria para sediar o encontro entre as equipas de demarcação previstas no tratado de Santo Ildefonso e, especialmente, para abrigar os comissários e técnicos espanhóis que viriam para tal fim.

Atente-se que as motivações básicas apontadas para a criação do povoado relacionavam-se todas com a defesa da região, que era descrita como uma porta aberta quer para a passagem dos espanhóis, quer para a fuga de escravos. Com efeito, a paisagem daquela área não diferia muito do resto do pantanal. Tratava-se de uma zona também sujeita à inundações periódicas em que às vezes não se vislumbrava a terra firme por largos espaços. Por essa razão, a problemática da demarcação da fronteira enfrentava ali uma série de dificuldades acrescidas. A própria solução advogada pelo tratado era praticamente inviável. Não era possível estabelecer com precisão uma linha recta naquele terreno e muito menos aquela linha, que cortaria vários rios em sentido transversal e que estaria quase sempre dentro d'água, criando uma total indefinição de propriedade.

Assim, embora aparentemente se tratasse de uma acção arrojada por parte de Luís de Albuquerque, que uma vez mais se posicionava para além da linha prevista no tratado, naquele caso tal atitude vinha já há muito sendo sustentada, mesmo sem se saber que se estava a ultrapassar a fronteira. Ou melhor, a linha que foi negociada no tratado não era do real interesse dos portugueses, que no terreno já tinham feito mais, e não era sequer viável. Tal circunstância foi aliás, várias vezes reafirmada na correspondência de Luís de Albuquerque com a metrópole. O governador dizia que "*talvez por equivocação, ou por falta de cartas do paiz*"[10] se tinha cometido aquele erro nas negociações e que urgia rectificá-lo no terreno.

O processo de instalação da vila iniciado por Luís de Albuquerque teve um seguimento bastante rápido. Uma vez tomada a decisão política de criar a

---

providencias se incorporassem em Povoação regular, em paragem que alem de reunir as outras ventagens, e circunstancias atendiveis fosse a todos comoda ...".

[9] Idem.

[10] Idem.

povoação começaram imediatamente as obras, que estavam a cargo do engenheiro Joaquim José Ferreira, o autor do plano. A decisão de fazer sediar ali a comitiva espanhola das demarcações deu ainda mais alento ao projecto que passou a merecer prioridade nos gastos da capitania. O empenho pessoal de Luís de Albuquerque no desenvolvimento da nova vila fazia-se sentir tanto pela disponibilidade monetária com que dotava as obras, como pelas constantes visitas e estadias que fazia ao estabelecimento. O governador passava ali cerca de quatro meses cada ano[11], em que aproveitava para realizar as caçadas e pescarias sempre anunciadas.

Muito embora a grande justificativa para o impulso das obras tenha sido a urgência em estabelecer as acomodações necessárias para a realização das negociações com os comissários espanhóis, estes não chegaram a vir. Já se referiu à cronologia dos sucessivos adiamentos do encontro entre as comissões demarcadoras do Mato Grosso, que nunca chegou a ocorrer[12]. Mas apesar de não ter sediado as conferências para a determinação das fronteiras, Casal Vasco foi palco de um outro tipo de negociações.

Foi logo na ocasião da vinda dos primeiros emissários espanhóis, em Agosto de 1783, que se realizaram algumas transacções comerciais entre os súbditos das duas coroas ibéricas. À coberto das instruções secretas que recebera no início do seu governo, Luís de Albuquerque não só foi conivente com a realização do comércio proibido, como até participou dele. O seu relato é suficientemente explícito. Afirmava que do conjunto das negociações realizadas tinha resultado os espanhóis deixarem na vila mais de 15.000 cruzados em prata e tecidos. No entanto, a principal parte do negócio tinha sido feita com cavalos e bestas muares que, segundo Luís de Albuquerque, não eram efectivamente a troca mais vantajosa para os portugueses, que os poderiam obter dos nacionais, embora mais caros. Mas o próprio governador, por necessidade, e para mostrar a sua "tolerância" neste assunto, tinha pessoalmente comprado uma partida de oitenta mulas espanholas[13].

Depois desta, em várias outras circunstâncias se realizaram transações comerciais em Casal Vasco que, apesar de serem legalmente proibidas, não

---

[11] AHU Mato Grosso caixa 23 doc 40 - 9 de Agosto de 1787. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro. "*Desta nova igualmente, que importante Povoação (pelas rezoens politicas referidas por mim a V. Ex.ca com bastante detalhe em outras conjunturas) ja hoje mais de meia levantada; e em que conformente ao Plano e Elevação que tive a honra de tambem remeter a V. Ex.ca para que subissem a prezença de Sua Magestade, me acho ja para sinco annos fazendo vigorozamente proseguir (...) não so em como desde o anno de 1786 eu tenho sempre vindo passar nella, com toda a minha comitiva e Familia, os ultimos quatro Mezes de cada hum dos decorridos*."

[12] Ver nota 117 do cap. 4. "O Território como Limite".

[13] AHU Mato Grosso caixa 21 doc 42 - 24 de Novembro de 1783. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro.

eram obviamente clandestinas, e se praticavam com o conhecimento de todos. Na sua correspondência com a metrópole, Luís de Albuquerque afirmava que mantinha o contrabando em níveis discretos, apenas para dar cumprimento às ordens régias e para usufruir da entrada da prata espanhola na capitania. No entanto, é ele próprio a dar conta de que o género que efectivamente mais se comerciava na fronteira era o que menos interesse tinha para a coroa portuguesa[14]. Ao invés de ficar com a prata espanhola como se pretendia, eram as bestas muares trazidas pelos contrabandistas espanhóis que acabavam por levar o ouro dos habitantes do Mato Grosso.

Essa situação não deixava, como é evidente, de ser motivo de descontentamento por parte dos colonos que constantemente reclamavam da excessiva carestia de todos os géneros na capitania. Num documento anónimo, intitulado "*Reflexões sobre o governo e Administração da Capitania do Mato Grosso que manifestão as concessões, roubos, depredaçoens e violencias que cometem os governadores*", Luís de Albuquerque era especialmente acusado de ter fomentado o contrabando no seu próprio interesse e dos seus colaboradores mais directos. Sobre Casal Vasco os críticos diziam que "*Estas obras (...) que importarão em mais de duzentos e cinquenta mil cruzados foram intentadas com o pretexto de que aquele sitio deveria servir para o theatro da negociação Espanhola, mas os verdadeiros motivos foram para desviar os espanhois de irem comerciar a Vila onde os mercadores lhes vendião os generos mais baratos e obrigando-os a comprarem em Casal Vasco deviam se sugeitar aos preços que pediam os creados do governador que erão os unicos que ali vendião, outro motivo foi o de empregar nestas obras o grande numero de escravos que tinha o mesmo governador e de os fazer ganhar seis vintens de ouro por dia...*"[15].

Não é possível ilibar ou confirmar as acusações relativas ao eventual interesse de Luís de Albuquerque nos negócios que se realizavam em Casal

---

[14] AHU Mato Grosso caixa 22 doc 19 - 2 de Janeiro de 1785. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro. "*Tambem a Sua Magestade vou dar conta que durante a minha expressada demora naquela paragem sucedeu que desde os mesmos confinantes dominios Espanhoes se introduziram para estes alguns novos contrabandistas, que declaro na relação incluza, trazendo quase unicamente Bestas Muares, e cavalares em numero de mais de mil, como della mesmo constara a V. Ex.a cujo contrabando ainda que he certamente dos menos uteis a este paiz (...) contudo eu não pude deixar de admitir na antiga ideya e Sistema Politico que persuadem as Secretas Reas Ordens de 13 de Agosto de 1771 (...) com que me acho instruido, por intervençaõ de V. Ex.a ainda nesta Corte, de pouco a pouco hir sempre procurando contentar e atrair, ainda que debaixo das cautellas necessarias os mesmos clandestinos comerciantes Espanhoes apezar da grande vigilancia com a corte de Madrid jamais se descuida de os fazer embaraçar , e punir (...) ".*

[15] AHU Mato Grosso caixa 23 doc 61 - post. 1788. O contrabando era, com efeito, realizado antes em Vila Bela, a coberto das mesmas ordens dúbias que os antecessores de Luís de Albuquerque também receberam. Em parte, como é evidente, as reclamações dos comerciantes de Vila Bela diziam respeito à uma efectiva perda da sua capacidade de acção quando Casal Vasco passou a ser o centro do contrabando da região.

Vasco. Mas é possível afirmar que o custo das obras da vila excedeu largamente as expectativas e que de facto importou uma quantia bastante elevada. É também o próprio governador quem reconhece tal facto ao confirmar, em 1785, que apesar do zelo do engenheiro encarregado da direcção das obras "*as respectivas despesas deste recente estabelecimento tem importado e ficam todavia importando muito mais do que no principio se calculava como quazi sempre sucede em tais trabalhos*"[16]. Em 1787, novamente se desculpava pelo contínuo crescimento das despesas em Casal Vasco[17].

Na verdade, os fundos empregados em Casal Vasco não diziam respeito apenas à realização das obras[18] e nem todos foram totalmente contabilizados. Para além da construção das casas e dos outros edifícios, várias eram as despesas vinculadas ao projecto de instalação da vila. Nos primeiros anos, Luís de Albuquerque referiu-se ao facto de ter promovido o aumento da população da região fazendo transferir para ali alguns casais de gente pobre. Distribuíra algumas sesmarias, adiantado, por parte da coroa, além de mantimentos e transportes para as famílias, até vestuário, em alguns casos[19]. Noutras ocasiões o governador fez comprar gado para aumentar os rebanhos da vila. Segundo as suas palavras, todas as medidas que tomava eram na esperança de que aquele lugar "*não ficara sendo tão insignificante como algum dia que pouco menos era do que hum Dezerto*"[20].

Mas o principal empenho e investimento no lugar consistia na manutenção do controle da fronteira, funcionando quer como um posto de vigia dos movimentos dos vizinhos, quer como uma base avançada de penetração no território oponente, que se concretizava em várias expedições de exploração levadas a cabo pelos militares sediados em Casal Vasco. Sob o pretexto de buscar escravos fugidos, organizavam-se expedições de

---

[16] AHU Mato Grosso caixa 22 doc 4 - 18 de Maio de 1785 - Relação de cartas de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro remetidas até Março de 1785 (nº 4).

[17] AHU Mato Grosso caixa 23 doc 32 - 25 de Março de 1787. Relação de cartas de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro. Nº8 . 18 de Outubro de 1787. Refere-se aos gastos "*que se tem feito e fizerem com esta nova e bastante regular povoação de Casal Vasco em que de presente existo, que já não são piquenos*", pelos quais desculpa-se e pede tolerância.

[18] Em todos os Mapas de Balanço das Despesas feitas com as Demarcações entre 1782 e 1788 consta um item referente ao pagamento dos *jornaes da gente de serviço empregado nas obras de Casal Vasco* . Os valores relativos a cada um dos anos são os seguintes: **1782** - *2.236$180;* **1783** -*2.299$888,* **1784** -*3.113$477* , **1785** - *3.866$771* , **1786** -*4.519$009* mais *75$075 para o capitão Joaquim José Ferreira comandante de Casal Vasco,* **1787** -*5.149$298* mais *456$000* para *compra de gado para Casal Vasco* , **1788** -*4.583$315* (Cf. AHU Mato Grosso caixa 23 docs 63 (5 anexos) e doc 64). O total destes valores perfaz 26.229$013.

[19] AHU Mato Grosso caixa 21 doc 42 - 24 de Novembro de 1783. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro datada de 26 de Novembro de 1783. "*(...)alem de ter sido necessario mandar conduzir com as suas fracas equipaçoens, e criaçoens a custa tambem da Real Fazenda, o foy tambem precisamente que pela mesma se lhes assistisse com algum vestuario, e mantimentos, durante o prezente anno e parte do seguinte, não podendo antes disso aproveitar o fructo das suas lavouras (...)*".

patrulhamento da região que serviam para localizar as fazendas castelhanas e controlar as possíveis entradas de soldados no território. O mesmo procedimento era também tomado pelos espanhóis. Em 1787, relatava-se o facto de que numa das suas incursões aos territórios de Chiquitos os homens de Casal Vasco tinham encontrado um destacamento de 10 ou 12 soldados sediados na Missão de São Joaquim, que era a estância mais próxima dos portugueses. Dali faziam rondas aproximando-se do rio Barbados. Embora tivesse notícias de que o destacamento espanhol tinha tido problemas de doenças e tinha voltado para a Missão de Santa Anna, de onde se tinha originado, Luís de Albuquerque afirmava que era importante que "*tambem se veja que da sua parte se não descuidam eles em zelar a acupação praticando alguns actos do supertendido Dominio, sobre os mesmos Territorios, não demarcados ainda que jazem de permeio*"[21].

No entanto, a mais eficiente penetração concretizada pelos portugueses no território vizinho realizava-se a nível do assédio das populações indígenas. Tal como ocorrera com os índios de Chiquitos levados para a fundação de Vila Maria do Paraguai, também foram recebidos em Casal Vasco outros índios, oriundos desta feita das missões de Moxos. Uma vez mais, Luís de Albuquerque assumia que os tinha "*feito seduzir mui secretamente* (...)*a fim da mesma interessante emigração*"[22].

Todo o processo de construção de Casal Vasco realizou-se durante os anos da administração de Luís de Albuquerque. Até 1790, o engenheiro Joaquim José Ferreira coordenou todos os trabalhos e dirigiu a povoação. Nesse ano, João de Albuquerque o transferiu para o comando do forte de Coimbra. No mesmo ano, os comissários espanhóis que ainda não tinham vindo para as demarcações, reclamaram a entrega de Casal Vasco alegando que pertencia aos domínios do rei Católico. João de Albuquerque respondeu às autoridades espanholas afirmando que se tratava de uma "*fraca povoação reedificada que para melhor comodidade se reunirão alguns moradores que havião muitos anos habitavão naquele terreno possuido por Sua Magestade Fidelissima desde o princípio desta capitania*"[23].

---

[20] Idem.

[21] AHU Mato Grosso caixa 23 doc 40 - 9 de Agosto de 1787. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro.

[22] AHU Mato Grosso caixa 22 doc 19 - 2 de Janeiro de 1785. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro. Os índios tinham sido recolhidos a partir do forte do Príncipe da Beira.

[23] AHU Mato Grosso caixa 24 doc 46 - 12 de Outubro de 1790. Anexo, carta de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Vice-rei de Buenos Aires.

A descrição correspondia, obviamente, aos intentos diplomáticos de João de Albuquerque, mas na verdade Casal Vasco não era uma "fraca povoação". Até ao contrário, em termos estritamente militares, a vila estava formada e permanecia como um quartel avançado na fronteira. Em 1791, fez-se a devolução dos instrumentos espanhóis que estavam guardados em Casal Vasco desde 1784 a espera da realização das demarcações. A partir desse momento deixava de fazer sentido uma das atribuições para que supostamente a vila fora criada, pois não mais abrigaria as comitivas espanhola e portuguesa.

Embora a vila continuasse a ser dirigida por militares[24] e mantivesse a sua principal função de defesa, procuraram-se aumentar os investimentos na estrutura produtiva da região valorizando especialmente a pecuária[25]. Em 1798 foi descoberta nas proximidades de Casal Vasco uma mina de salitre da qual se intentou a exploração.

Mas apesar de Luís de Albuquerque ter manifestado o seu desejo de que a povoação fosse mais do que um deserto, foi exactamente nisso que ela se tornou. Esvaziada das suas funções de defesa desde a fixação definitiva das fronteiras, em meados do século XIX, a povoação foi sendo progressivamente abandonada. Já neste século foi criado um outro destacamento e quartel com o nome de Casal Vasco nas proximidades do local da antiga povoação. Em 1996, habitavam nas ruínas da vila apenas duas pessoas que utilizavam as praças como pastagem para o seu parco gado. Segundo as suas próprias informações, viviam, basicamente, da caça e da abundante pesca do rio Barbados.

9.2. Projecto e Execução

Casal Vasco foi a única vila do Mato Grosso que não foi apenas desenhada, como foi construída e dirigida por um engenheiro. Do autor do plano e coordenador de todos os trabalhos de edificação da vila cabe fazer-se uma breve síntese do seu percurso.

---

[24] Os sucessores de Joaquim José Ferreira no comando da vila até 1821 foram os seguintes militares: o tenente de artilharia Ignácio José Nogueira, o alferes Francisco Pedro de Mello, o alferes João Pereira Leite; o alferes de pedestres Joaquim Vieira Passos, o tenente de pedestres Manoel Ribeiro Leite, o ajudante de milícias Alexandre Boeno Lemos de Menezes, novamente o capitão Francisco Pedro de Mello, o capitão Flaviano José de Matos Coelho e o tenente Luiz Antonio de Souza. Cf. Luiz d'Alicourt - *op.cit.*, p. 207.

[25] Em 1795 João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres comunicou a corte que havia criado fazendas de gado cavalar nas imediações de Casal Vasco e no rio Caeté. AHU Mato Grosso caixa 27 doc 27 - 20 de Julho de 1795.

Joaquim José Ferreira, natural de Lisboa, era filho de João da Costa Ferreira, que também era engenheiro militar, com excelentes serviços prestados no Brasil[26]. Embora tenha partido para a colónia depois do filho, João da Costa Ferreira cumpriu uma carreira exemplar na capitania de São Paulo tendo realizado, entre vários outros trabalhos, um levantamento de toda a costa da capitania, que incluía desde a configuração da barra dos portos, a planta das cidades e respectivas fortificações e o inventário das madeiras e dos estaleiros onde se construíam embarcações[27].

Joaquim José seguiu portanto o caminho do pai. Terá começado a carreira militar por volta de 1765[28]. Em 15 de Novembro de 1768 ingressou como discípulo do número da Aula da Academia Militar da Corte. A sua formação durou sete anos, até 5 de Setembro de 1776, quando obteve o posto de ajudante de infantaria com exercício de engenheiro[29]. Durante esse tempo foram muitos os trabalhos que realizou.

Sousa Viterbo publica um documento em que a primeira referência sobre os trabalhos do engenheiro é a sua participação na "*edificação e reparo das fortalezas do Reino do Algarve, para onde foi destacado, especialmente nas baterias, redutos e mais fortificações de Vila Real de Santo António*"[30]. Não é indicada a data em que Joaquim José realiza estes trabalhos, nem em que qualidade. O mesmo documento refere a seguir que o engenheiro estivera "*em Academia das Reais Aulas da Marinha*" e também na "*obra do canal novo de Oeyras, no anno de 1769*" e "*nas plantas e edificio da fabrica do ferro com muitas deligencias cometidas pela Secretaria de Estado, de que dando exacta conta foi encarregado da retificação de Lisboa*"[31]. Tudo isto é citado

---

[26] Viterbo refere que João da Costa Ferreira partiu para São Paulo em 1788 no posto de capitão de Infantaria com exercício de engenheiro. As várias plantas por ele assinadas no Brasil indicam-no já no posto de sargento-mor, ou coronel do Real corpo de Engenheiros. Cf. Sousa Viterbo - *Dicionário* ..., vol. I, pp. 241-242.

[27] Trata-se de um conjunto intitulado "*Cartas Corograficas e Hidrograficas de toda a costa e portos da capitania de São Paulo com as plantas topograficas das suas vilas e fortificações respectivas. Levantadas e configuradas por João da Costa Ferreira, coronel graduado do Real Corpo de Engenheiros debaxo dos pontos de latitude e longitude observados pelo astronomo de S.A.R. Francisco de Oliveira barboza em 1791 sendo as longitudes contadas da ponta mais ocidental da Ilha do Ferro para Oriente e as latitudes todas Austrais*". A Sociedade de Geografia de Lisboa guarda uma cópia desse excepcional conjunto de desenhos (S.G.L - Gaveta H - nº 1), alguns dos quais foram reproduzidos no catálogo *A Engenharia Militar no Brasil e no Ultramar Português Antigo e Moderno* (Lisboa, 1960, pp. 56-59).

[28] Um documento publicado por Viterbo , datado de 1799, refere-se a mais de 34 anos de serviços prestados à corte. Cf. Sousa Viterbo - *op. cit.* , vol I, pp. 360-361.

[29] AHU Mato Grosso caixa 28 doc 7 - ant. a 22 de Junho de 1796. Anexos. *Fé de officios do Ajudante de Infantaria com exercício de engenheiro Joaquim José Ferreira de onze annos e hum mez e vinte tres dias como nella se declara*, datada de 30 de Julho de 1780.

[30] Torre do Tombo, Chancelaria de D. Maria I, Registo de Merces, liv. 29, fol. 192. Cf. Sousa Viterbo - *op. cit.* , vol I, pp. 360-361.

[31] Idem.

antes da *"longa e perigosa marcha pelos certoens de Matto Grosso"* [32]e os demais serviços prestados na colónia.

Ora, este "curriculum" contém uma contradição intrínseca. Pela lógica sequencial dos trabalhos apresentados, a sua estada no Algarve teria decorrido antes da sua participação na obra em Oeiras, em 1769. No entanto, nessa altura, não havia ainda a Vila Real de Santo António que, tal como é citada, só existe de facto depois da construção pombalina que ocorre entre 1774 e 1776[33]. Assim, deduz-se que, ou a ordem cronológica da apresentação dos trabalhos está correcta, e Joaquim José trabalhou de facto no Algarve antes de 1769, e o nome da vila pombalina aparece no documento apenas porque este foi escrito em 1799; ou a ordem de apresentação dos trabalhos não segue necessariamente um critério cronológico, e o engenheiro esteve efectivamente em Vila Real de Santo António ao tempo da sua existência concreta, ou seja, depois de 1774.

Não se pode excluir, com segurança, qualquer uma das duas hipóteses. Com efeito, durante a guerra de 1762 com a Espanha, foram construídas várias baterias na região de Vila Real de Santo António, nomeadamente, Torre Velha, Cabeço, Monte Gordo, Santo António da Ponta da Areia e Medo Alto, a que se depois acrescentaram mais duas, a do Pinheiro e a da Carrasqueira[34]. É portanto possível que Joaquim José tivesse participado em reparos nestas baterias ainda antes de 1768, quando seguramente ingressa na academia na corte.

Por outro lado, é também possível que o engenheiro possa ter estado envolvido no reparo dessas mesmas baterias realizado durante as obras de construção da vila entre 1774 e 1776. Uma carta do sargento-mor José Monteiro de Carvalho atesta que entre 1774 e 1777 Joaquim José esteve ocupado, sob as suas ordens, em algumas diligências particulares da Secretaria de Estado[35]. Tal referência à diligências particulares admite a hipótese do engenheiro ter sido enviado ao Algarve em alguma missão especial, eventualmente acompanhando ao Brigadeiro Guilherme de Valleré que foi

---

[32] Idem.

[33] A rigor, o nome de Vila Real de Santo António só passa a ser oficialmente usado a partir de 1775 quando uma ordem régia determina que se abolisse a denominação de Santo António de Arenilha. Cf. José Eduardo Horta Correia –*Vila Real de Santo António Urbanismo e Poder na Política Pombalina*. Porto : Faup publicações, 1997, p. 406, doc. 159.

[34] Cf. Carlos Calixto – *A Fortificação Barroca*, in "História das Fortificações Portuguesas no Mundo". Dir. Rafael Moreira. Lisboa : Publicações Alfa, 1989, p. 217.

[35] AHU Mato Grosso caixa 28 doc 7 - ant. a 22 de Junho de 1796. Anexos. Declaração de José Monteiro de Carvalho, datada de 3 de Julho de 1777.

secretamente enviado à região em 1774[36] para dar conta do estado das suas fortificações[37].

De tudo isso, o que importa salientar é que da formulação do "curriculum" de Joaquim José Ferreira, pode deduzir-se o seu "conhecimento" do projecto de Vila Real de Santo António. Quer tenha trabalhado na região antes da execução do projecto, quer tenha assistido às obras no local, ou apenas tido contacto com os desenhos na corte, ao referir-se, nestes termos, à "Vila Real de Santo António", o engenheiro não só confirma o seu conhecimento do projecto, como valoriza esta circunstância. Do mesmo modo que também valoriza outros trabalhos específicos que são citados no mesmo documento.

Assim sabemos, seguramente, que entre Fevereiro e Março de 1769, o então discípulo da academia esteve nas obras do rio novo de Oeiras, sob as ordens do tenente coronel João Bento Python, que era lente da Aula do Regimento da Artilharia de Lagos[38]. De Junho a Dezembro de 1770 executou as plantas da fábrica do ferro sob o comando do capitão engenheiro Manuel de Sousa[39]. Entre 1774 e 1777 esteve ocupado quer em algumas diligências particulares da Secretaria do Estado quer nas obras de reconstrução de Lisboa sob as ordens do Sargento-mor José Monteiro de Carvalho[40], então inspector das obras da reedificação da cidade e examinador dos discípulos da academia

---

[36] No entanto, exactamente em 1774, talvez por pura coincidência, havia um Joaquim José Ferreira a trabalhar no Algarve por conta da Companhia do Alto Douro. Uma carta de Frei José de Mansilha, datada de 2 de Março de 1774 alude à resolução da Companhia de "*mandar a Joaquim Jozé Ferreira para tomar as justas medidas afim de se construirem as barcas, cahiques e s.*" (Cf. Horta Correia – *op. cit.*, p. 329, doc nº 47). No dia 8 do mesmo mês, é já Alberto Luís Pereira quem diz "*V.mces mandarão o Mestre Joaquim José Ferreira (eu ainda não o vi, q' elle foi assestir na praia de Montegordo) para formar o desenho das barcas maiores para as fabricarem neste porto: Elle se tem ocupado nesta deligencia…*" (Cf. Horta Correia – *op. cit.*, p. 331, doc. nº 49). As indicações sobre o mestre Joaquim José referem exclusivamente ao seu trabalho com as embarcações e não fazem nenhuma alusão às fortificações ou a própria edificação da vila, então em curso. Para além disso, num outro documento, de Outubro de 1774, afirmava-se que tinha morrido o mestre de estaleiro que "veio de Lisboa". (Cf. Horta Correia – *op. cit.*, p. 370, doc. nº 108). Como se vê, parece tratar-se de uma coincidência de nomes, e não é provável que este mestre Joaquim José seja o engenheiro a que nos referimos.

[37] Cf. Horta Correia – *op. cit.*, pp. 86-87, cap. III, nota 20. Horta Correia indica que o pretexto utilizado para a viagem do Brigadeiro foi, para além de interesses particulares do militar, "*a curiosidade de ver a bella Vila de Santo António de Arenilha que novamente se está edificando*".

[38] AHU Mato Grosso caixa 28 doc 7 - ant. a 22 de Junho de 1796. Anexos. Declaração de João Bento Python, datada de 8 de Junho de 1769. Sobre João Bento Python, Viterbo publica documentos que atestam a sua ida ao Brasil, onde terá permanecido por 8 anos, para além de outros trabalhos realizados nas províncias do Minho e Trás-os-Montes. (Cf. Sousa Viterbo – *op. cit.*, vol II, p. 331.) Na Biblioteca Pública Municipal do Porto existe um mapa da autoria de Python intitulado "*Prospecto e planta do salto grande do rio Paraná, na altura de 24°4'27'' austral tomada pelo astronomo de S.M.F. que foy na terceira partida elevada geometricamente por mim Joam Bento Python, ajudante de infantaria com exercício de engenheiro e geographo da mesma partida, o qual desenhou, e pos em prospectiva.*"

[39] AHU Mato Grosso caixa 28 doc 7 - ant. a 22 de Junho de 1796. Anexos. Declaração de Manuel de Souza Capitão de infantaria com exercício de Engenheiro datada de 23 de Janeiro de 1771.

[40] AHU Mato Grosso caixa 28 doc 7 - ant. a 22 de Junho de 1796. Anexos. Declaração de José Monteiro de Carvalho, datada de 3 de Julho de 1777.

Militar[41]. De todos os seus comandantes, Joaquim José obteve cartas de recomendação que frisavam a sua boa conduta e empenho nos trabalhos.

Em 7 Janeiro de 1780 Joaquim José Ferreira foi nomeado Capitão de Infantaria com exercício de engenheiro, e designado para servir nas demarcações no norte do Brasil. Em Fevereiro de 1780 os engenheiros e matemáticos estavam já em Belém do Pará. Até 1781 acompanharam o governador João Pereira Caldas nos trabalhos demarcatórios na capitania do Rio Negro[42]. Em 1 de Setembro de 1781 Joaquim José Ferreira partia com os seus companheiros para a capitania do Mato Grosso. Depois de realizarem trabalhos no rio Madeira, os membros da comissão chegaram a Vila Bela em 28 de Fevereiro de 1782[43]. Até 21 de Outubro do mesmo ano de 1782 Joaquim José esteve encarregado de realizar as medições e levantamentos da área a sul de Vila Bela, precisamente na região dos rios Barbados e Alegre[44]. Em 4 de Julho de 1783 o engenheiro voltava para o rio Barbados desta feita acompanhando o governador e a sua grande comitiva. Iam, segundo constava, caçar e pescar. A partir de então Joaquim José foi encarregado das obras da povoação de Casal Vasco que se decidiu fundar naquele local.

Já se tratará da acção do engenheiro no projecto específico da vila. Sabe-se que permaneceu sediado em Casal Vasco até 1791. Contudo, realizou durante esse período várias expedições de exploração da região, adentrando inclusive pelos territórios castelhanos. A sua fé de ofícios lista os seguintes trabalhos[45]: Entre 6 e 14 de Dezembro de 1784 foi em reconhecimento da fronteira; entre 18 de Março e 20 de Abril de 1785 percorreu o rio Alegre desde a sua foz até a primeira cachoeira; de 3 a 19 de Dezembro de 1786 esteve

---

41 O Sargento-mor José Monteiro de Carvalho era o famoso "bota-abaixo" que no início das obras de reconstrução da cidade de Lisboa foi responsável pelas cargas de explosivos que, destruindo definitivamente alguns edifícios que ainda estavam em ruínas, abriram caminho para os trabalhos de reedificação (Cf. José-Augusto França - *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. 3ª ed. Lisboa : Bertrand, 1987, p. 144). A partir de 1766 até provavelmente a sua morte, por volta de 1780, José Monteiro de Carvalho foi inspector das obras de reedificação da cidade, quando teve Joaquim José Ferreira como um dos seus colaboradores. Entre 1764 e 1770 José Monteiro de Carvalho elaborou o álbum com as descrições e plantas das paróquias de Lisboa que se encontra na Torre do Tombo (o álbum foi publicado pela Câmara Municipal de Lisboa. *Lisboa na 2ª metade do século XVIII (Plantas e descrições das suas freguesias)*. Lisboa : C.M. L., s.d.). Monteiro de Carvalho é também o autor de um importante mapa do Brasil, cópia do famoso "mapa das cortes". que realizou em 1752. (Cf. Souza Viterbo - *op.* cit., vol. II, pp. 175-176 e vol III, pp. 388-390.).

42 AHU Mato Grosso caixa 28 doc 7 - ant. a 22 de Junho de 1796. Anexos. Declaração de João Pereira Caldas datada de 23 de Maio de 1781. Joaquim José Ferreira realizou entretanto, entre vários outros trabalhos, alguns mapas e levantamentos do Rio Negro. Sobre este assunto ver mais adiante o cap. 10 "Os Mapas do Mato Grosso: O Território como Projecto".

43 AHU Mato Grosso caixa 20 doc 37 - 1 de Setembro de 1781. *Diario ou Roteira da Viagem que a expedição destinada à Diligencia das Demarcações fez o Rio Negro até Vila Bela Capital do Mato Grosso.*

44 AHU Mato Grosso caixa 28 doc 7 - ant. a 22 de Junho de 1796. Anexos. *Fé de Officios do Sargento Mor Joaquim José Ferreira com exercicio de Inginheiro de doze annos e dez dias que servio a Sua Magestade Nesta Capitania no Posto de Capitão de Infantaria e Sargento Mor como nela se declara*. datada de 10 de Setembro de 1793.

45 Idem.

novamente "noutra parte" da fronteira; de 20 de Julho a 3 de Agosto de 1787 esteve empregado, juntamente com Ricardo Franco e os dois matemáticos, no exame prático de determinações astronómicas entre Vila Bela e os arraiais do Mato Grosso (N. Sra. do Pilar, Santa Ana, Ouro Fino, São Vicente e São Francisco Xavier)[46]. De 2 de Fevereiro de 1788 até 26 de Outubro de 1790 o engenheiro esteve entre Vila Bela e Casal Vasco, vistoriando as obras, entretanto já bastante adiantadas, e realizando ainda algumas viagens que resultariam na elaboração de vários mapas que foram executados, na sua maioria, em conjunto com Ricardo Franco de Almeida Serra[47].

Em 21 de Janeiro de 1790 recebeu a carta patente que o nomeava no posto de Sargento-mor de Infantaria com exercício de engenheiro, patente esta que lhe tinha sido concedida desde 1788. Em 31 de Outubro de 1790 partiu para o sul da capitania, para dirigir o presídio de Nova Coimbra e a povoação de Albuquerque. Fez poucas reformas no presídio e construiu algumas defesas na povoação, a que já se referiu no capítulo anterior. Mas o principal empenho de Joaquim José Ferreira, durante o período em que esteve no sul da capitania, foi a concretização do tratado de paz com os índios Guaicurus[48]. Com efeito, tratou-se de um gesto que teve as mais vastas implicações no plano político e que é revelador de uma postura conscientemente moderna da parte de Joaquim José. O engenheiro agia no território com uma visão dialéctica de domínio, compreendendo que a incorporação das culturas indígenas era imprescindível para a efectiva concretização da posse territorial. Essa visão, embora fosse, aparentemente, a pedra de toque do discurso que se começou a produzir na segunda metade do século XVIII, não era ainda, no terreno, a visão dominante, como a seguir se verá.

Em 22 de Setembro de 1792, Joaquim José Ferreira deixava o comando de Coimbra dirigindo-se para Vila Bela onde chegou em 2 de Novembro. Cerca de um ano depois, em Setembro de 1793, o engenheiro partia, doente, para o Pará, a caminho da corte. Era já referido como Tenente Coronel do Real Corpo de Engenheiros. Em Janeiro de 1794, chegou em Belém. O seu estado de saúde impediu-o de fazer imediatamente a viagem para Lisboa. Não se coibiu, no entanto, de aceitar a responsabilidade da direcção das obras de fortificação da

---

[46] Desta diligencia resultou certamente o levantamento das plantas dos Arraiais que se pode assim atribuir a Joaquim José Ferreira, provavelmente em co-autoria com Ricardo Franco de Almeida Serra. Ver Inventário Iconográfico nº 15.

[47] Ver cap. 10 "Os Mapas do Mato Grosso: O Território como Projecto".

[48] Alexandre Rodrigues Ferreira, e Diogo de Toledo Lara Ordonhez, fazem especial referência ao trabalho que o engenheiro desenvolveu com os índios nas declarções que acompanham a fé de ofícios de Joaquim José Ferreira. Cf AHU Mato Grosso caixa 28 doc 7 - ant. a 22 de Junho de 1796. Anexos. Declaração de Alexandre Rodrigues Ferreira, datada de 25 de Janeiro de 1796 e Declaração de Diogo de Toledo Lara Ordonhez, datada de 25 de Janeiro de 1792.

cidade que lhe encarregou o governador D. Francisco de Sousa Coutinho[49]. Até Junho de 1795 ainda estava em Belém. Em 1797, já na corte, obteve a mercê do hábito de São Bento de Aviz, como corolário de tão profícua carreira.

Quanto ao projecto desenvolvido em Casal Vasco, Joaquim José Ferreira começou os trabalhos provavelmente antes mesmo da instalação da vila. Como foi o responsável pelo levantamento daquela região logo na sua chegada à capitania é possível que o engenheiro tenha sido ouvido sobre o melhor lugar para instalar o acampamento do governador. Foi eleito, como é sabido, o sítio onde já existiam as casas de Custódio José da Silva e Bartolomeu Paes da Cruz. Note-se que se enfrentava no rio Barbados o mesmo problema das cheias que tanta polémica já havia causado aquando da fundação de Vila Bela. O próprio Luís de Albuquerque confirma essa preocupação na descrição que fez das obras em curso da nova vila afirmando que fundara "*huma piquena Povoação regular na unica limitada coroa de terra que apenas se reconheceu livre de inundaçoens na margem direita daquele Rio, junto da fazenda de gado de Custódio José da Silva*"[50].

No mesmo documento, Luís de Albuquerque dizia ainda que as primeiras providencias tomadas para a instalação da povoação tinham sido *"levantar alem de um certo aquartelamento; e deposito necessarios por conta da Real Fazenda tambem huma capelinha em que se colocaram as imagens já encomendadas de Nossa Senhora e São Pedro, na forma do projecto, e com os fins importantes que a V. Ex.ca expus na sobredita carta, athe consegui, não sem algum socorro da dita Fazenda Real que ali mesmo se construissem varias outras habitaçoens muito mais proprias e solidas do que as antigas que eram primeiramente cabanas de palha, e ainda essas poucas e dispersas, o que melhor se deixará ver do Plano que a V. Exca incluo neste mesmo saco para que suba ao Real conhecimento"*[51].

O plano a que o governador se referia eram certamente os dois primeiros desenhos de Casal Vasco que foram enviados à corte. Tratavam-se de uma

---

[49] AHU Mato Grosso caixa 28 doc 7 - ant. a 22 de Junho de 1796. Anexos. Declaração de D. Francisco de Souza Coutinho, datada de 18 de Junho de 1795. "*Attesto mais que não obstante a ditta molestia que sempre padece sempre accodio com mais louvavel efficacia e promptidão a dirigir todas as obras de fortificação de que o encarreguei, e forão a continuação da palissada que defende o desembarque de toda a marinha da cidade, o reparo competente no Reduto de São José, na Battaria de santo Antonio e em todas as mais, alem das que estão a erigir-se de novo na parte indefeza da dita cidade, e sendo por algum tempo encarregado do comando do parque, Battarias, e Armazens das Armas, a tudo satisfez exemplarmente.*" Para além das obras nas fortificações, Joaquim José Ferreira realizou também, sob pedido do governador do Pará, o levantamento do antigo convento e igreja dos Mercedários, de que há desenhos originais na BPMP. Ver Inventário Iconográfico (lista).

[50] AHU Mato Grosso caixa 21 doc 42 - 24 de Novembro de 1783. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro, datada de 26 de Novembro de 1783.

[51] Idem.

planta do conjunto a ser edificado e de uma elevação da frente urbana sobre o rio Barbados[52], respectivamente identificados pelos números 1 e 2. Ambos pertencem ao acervo da Mapoteca do Itamaraty, embora a Casa da Insua tenha uma cópia da planta, em que faltam as indicações relativas aos moradores a que se destinavam cada um dos lotes. **(figs. 60-60A e 61)**.

O desenho identificado como nº 1 mostra a disposição adoptada para a povoação. Dois conjuntos de edificações são claramente distintos. Mais próximo da margem do rio encontra-se um primeiro grupo de edifícios que correspondem aos que foram citados por Luís de Albuquerque na sua carta: os quartéis, a igreja e as casas dos moradores já existentes no local. Por trás desses há um segundo grupo de edifícios que surgem formando outra rua paralela ao rio. Ali estão os vários lotes destinados às casas dos novos moradores trazidos para a povoação **(fig. 60)**.

Os edifícios do primeiro grupo estão quase que individualmente separados por ruas (excepção feita para os dois lotes à direita que estão unidos). Os dos segundo grupo, ao contrário, formam na sua maioria blocos que conjugam 6 lotes, então separados por ruas. Ao lado desses surgem outros lotes isolados que correspondem aos blocos da frente e que seguem a mesma disposição e separação daqueles. Assim a forma escolhida para a disposição dos edifícios do primeiro grupo contamina parte dos do segundo grupo criando dois tipos de estrutura na planta da povoação. À direita encontram-se os edifícios isolados que correspondem quer aos lotes institucionais quer a alguns lotes de habitação. À esquerda estão os lotes-padrão distribuídos pela maioria dos moradores, que formam quarteirões com seis lotes cada. São esses quarteirões que fazem a frente urbana diante do rio designada por "Praça da Vitória".

Esta praça, que se define formalmente por um rectângulo, tem apenas dois lados estabelecidos pelas edificações. Os blocos que compõem a frente para o rio tem 360 palmos de frente, correspondendo a seis lotes de 60 palmos cada. O maior lado da "Praça da Vitória" era pois composto por 3 blocos de 360 palmos, separados por ruas de 40 palmos, que perfaziam 1200 palmos de frente para o rio. O outro lado correspondia ao grande lote de 650 palmos que abrigava o quartel e depósito da Fazenda Real, mais uma rua de 50 palmos, perfazendo 700 palmos de medida total. Aparentemente, neste lado, apenas

---

[52] *"Plano (Nº 1) do Novo Arraial de Cazal Vasco que sobre a margem direita do rio dos Barbados a oito legoas de distancia da Capital de Villa Bella para rumo de Sul fes levantar no anno de 1783 o G.or e Cap.am General (...) Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Cujo Arraial se acha em 317º40' de longitude e em 15º19'46'' de latitude Austral "* e da *"Elevação da (Nº 2) Principal Frente que oferece o Novo Arraial de Cazal vasco cujo plano se mostra na folha Nº 1 para a banda do Rio Barbados"*.

um edifício tinha a sua frente voltada para a praça, tendo os outros dois as frentes dirigidas ou para a rua, ou directamente para o rio. Do mesmo modo também os outros lotes isolados que estão à direita da praça tem as suas frentes voltadas directamente para o rio ou para a única outra rua que é paralela ao rio. Excepto o quartel, que tem um lado voltado para a praça, não há nenhum outro edifício cuja frente esteja dirigida para as ruas perpendiculares ao rio **(fig. 60)**.

Na verdade, todo o desenho urbano, que também se estrutura num rectângulo, parece corresponder a uma grande frente de edificações voltadas para o rio. A praça surge como uma espécie de recuo relativamente ao rio, cuja função terá sido precisamente a de valorizar esta mesma relação, mantendo a prioridade da linha de água como definidora da forma urbana. Tal facto é comprovado pela elevação que acompanhava a planta da vila onde se mostrava a fachada completa da povoação numa visão contínua das casas que formavam a praça e os edifícios isolados. O desenho tem uma dimensão excepcional de quase 5 metros de comprimento (30 x 483 cm) e mostra toda a frente urbana voltada para o rio, numa escala bastante maior que a da planta. Tal aspecto é interessante porque implicava, provavelmente, na intenção de valorizar o estabelecimento em causa através do desenho, procurando convencer os próprios ministros portugueses da importância da povoação então criada, que assim parecia mais grandiosa do que na verdade era. A própria identificação do desenho, que se refere à "*Principal frente*" na nova povoação é esclarecedora dessa intenção e prioridade **(fig. 61)**.

Uma segunda planta de Casal Vasco, datada provavelmente de 1786, apresenta já a povoação com um maior número de edifícios e outra distribuição **(fig. 62)**. Mantém-se o conjunto inicial dos lotes isolados que são ocupados com o quartel (e a residência do governador), a capela e a casa do primeiro morador. Os dois únicos lotes que se encontravam unidos passaram a ser três, mantendo um lote para um dos antigos moradores e outros dois para oficiais. A direita de todo esse conjunto construiu-se a casa das canoas e, no mesmo alinhamento da rua horizontal já existente, surgiu um novo bloco de edificações criando uma espécie de praça cuja frente aberta voltava-se para um pequeno curso d'água denominado baía do capelão.

À esquerda do núcleo inicial, a praça foi fechada com dois blocos feitos para abrigarem os índios castelhanos[53]. Aqui não se vêem as divisões dos lotes e é de presumir-se que se tenha feito uma edificação contínua, no mesmo

[53] Os índios foram transferidos para a povoação em 1785. Ver nota 22 deste capítulo.

modelo dos "quartéis" tão usados nas outras povoações. Os quarteirões diante do rio, que antes tinham a sua única frente voltada para a praça, passaram a ter os seus lotes divididos criando-se outra frente na face posterior, onde foi acrescentado um novo conjunto de blocos que repetem basicamente a estrutura e o desenho dos anteriores. Entre uns e outros, ao invés de uma rua surgem dois grandes rocios de cerca de 260 por 1000 palmos cada **(fig. 62)**.

Para além da grande ampliação do povoado, ocorrida em apenas três anos, observa-se nessa planta algumas modificações na distribuição das funções urbanas. O conjunto institucional permanece maioritariamente sediado na beira do rio. A residência temporária do governador é instalada ao lado da capela, onde já estavam os quartéis. Mantém-se ali as casas dos primeiros moradores do local e acrescentam-se residências para os oficiais da guarnição. A casa das canoas cumpria um papel ao mesmo tempo funcional e institucional na medida em que representava o local onde se recolhiam os transportes para as expedições oficiais e era também o porto efectivo da povoação.

No seguimento do bloco onde estavam os quartéis instalaram-se mais edifícios com funções militares: o hospital e a cavalariça das tropas. Também por trás da igreja surgem outras instalações para oficiais, gerando uma espécie de núcleo onde se concentravam os edifícios directamente ligados à estrutura militar do povoado, que se localizava praticamente no eixo vertical da povoação. Fora desse eixo estavam mais uma casa para oficiais, que se situava no outro extremo da praça, e a residência do comandante da povoação que estava instalada, juntamente com a "fábrica de tecidos de algodão", nos blocos novos que foram adicionados ao desenho inicial. Além desses edifícios com funções determinadas, que na sua maioria tinham lotes maiores que o padrão, todo o resto do tecido urbano era preenchido com as "casas dos índios" (à esquerda da praça) e as "casas dos moradores", assim diferenciadas e identificadas na planta. Já fora do perímetro urbano situavam-se o cemitério, a olaria e os currais da Fazenda Real **(fig. 63)**.

É interessante notar que as diferenças existentes entre os dois tipos de "casas" apenas se faziam distinguir pela planta, posto que no alçado é de supor que ambas se apresentavam com igual aspecto exterior. As fachadas dos edifícios estão apresentadas na "Elevação da Principal Frente...." e no desenho realizado durante a passagem da expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira pela vila. Em ambos é visível que as casas mantém um padrão de uniformidade que é dado sobretudo pela volumetria constante da maioria dos edifícios (excepção feita para a igreja e a residência do governador) e pela cobertura única utilizada para vários lotes contínuos. A composição dos

alçados, que fazem oscilar portas e janelas numa sequência pouco diversificada, também contribui para a padronização do conjunto. Embora se vejam algumas variações, a situação mais comum parece ter sido a colocação de uma porta central com duas janelas laterais para cada lote. No conjunto, tal situação correspondia a visão contínua de janela-porta-janela-janela-porta-janela, etc... em cada um dos grandes "barracões" que as casas aparentavam ser **(figs. 61-61A)**.

Ou seja, a norma padrão da "formosura" da vila era mantida através da volumetria e da fachada, embora pudesse existir diversidade nas plantas das edificações. Mas mesmo neste aspecto, a grande diferença residia, quase que exclusivamente, na existência, ou não, de um "quintal" privado para cada lote. Nas "casas dos índios" tal quintal não aparece dividido, enquanto que nas "casas dos brancos" tem marcações evidentes de utilização separada[54]. No entanto, quer umas, quer outras tinham, aparentemente, as mesmas dimensões em termos de área edificada. Embora não existam desenhos que mostrem as divisões internas das casas, a indicação das plantas é de que todas tinham a mesma profundidade. Nos lotes "dos brancos" aparecem ainda alguns pequenos rectângulos no fundo das casas, que pensamos que fossem as cozinhas **(fig. 62)**.

Quanto à estrutura final da forma urbana, mantinha-se o rectângulo, embora com proporções diversas das do primeiro desenho. Enquanto na planta inicial toda a povoação cabia numa figura de 1650 x 1000 palmos, agora a forma urbis da povoação perfazia uma figura de cerca de 2000 x 1600 palmos. Pela relação numérica deduz-se que a base da composição foi o quadrado de 1000 x 1000 palmos. No desenho, ele acaba por ficar mais evidente na planta final da povoação posto que é visível o duplo quadrado que se estabelece com a conjugação da praça inicial e os blocos que são acrescidos à direita **(fig. 64)**. O eixo vertical da composição fica assim estabelecido pelo bloco dos quartéis que define o lado menor da praça. Os quarteirões que foram acrescentados por trás da praça indiciam uma tendência de expansão do núcleo naquela direcção que foi feita respeitando o sentido principal de orientação da forma urbana que mantinha o lado maior voltado para o rio.

Embora sejam diferentes, as relações entre as medidas da forma urbis são proporcionais nos dois tempos do desenho urbano. Na primeira planta o rectângulo final de 1650 x 1000 palmos correspondia ao quadrado inicial de 1000 palmos de lado a que se tinha acrescentado metade (500 palmos), mais

---

[54] Já se abordou o sentido desta "diferença" no item 7.1. "A Ocupação Formal do Guaporé-Mamoré-Madeira".

um décimo do rectângulo gerado (150 palmos) **(fig. 64)**. Na segunda planta a forma final do desenho urbano corresponde a um quadrado de 1600 palmos de lado a que se acrescentou a sua quarta parte (400 palmos) formando a figura rectangular de 1600 x 2000 palmos **(fig. 64)**. Ambas estas relações de proporção denunciam um cuidado na composição urbana que foi retrabalhada com o aumento do povoado mas que não se deixou perder.

No entanto, embora seja visível a intenção de manter a clareza da leitura da forma urbis, o desenho de Casal Vasco é, noutros aspectos, uma composição bastante híbrida para a qual não é fácil encontrar tipologias directamente comparáveis. A maior evidência do desenho é a valorização dada aos espaços vazios. Dentro do rectângulo que define a forma urbana a relação entre a área destinada à edificação (lotes) e a área não edificada (praças e ruas) é de quase paridade. Se se acrescentar que mesmo dentro dos lotes mais de dois terços do terreno correspondia aos quintais, tem-se uma relação ainda mais evidente do quão rarefeita era a povoação

Por um lado, essa valorização do espaço vazio corresponde a uma característica algo comum do dito urbanismo pombalino, já denunciada por vários autores[55], que realçam a importância formal do espaço público enquanto espaço de representação do poder. No caso de Casal Vasco, essa análise é perfeitamente legítima na medida em que a própria criação da povoação representa um gesto de vontade e a sua existência deve-se, em última análise, a uma inequívoca intenção de representação de poder sobre o espaço. Por outro lado, é significativo que a quantidade e a distribuição de todos esses espaços vazios marquem de tal forma o desenho urbano que quase parece que a povoação não tem ruas, mas apenas praças. A ser intencional tal hipervalorização do espaço público, Casal Vasco seria um exemplo "avant la letre" das modernas cidades-jardim. O que, sob alguns aspectos, não deixava de ser verdadeiro, posto que a fruição daquele espaço, tão cheio de praças e quintais, e tão cercado de vegetação abundante, devia comparar-se a um grande jardim[56].

Conquanto não seja possível estabelecer com segurança qualquer filiação para o desenho específico de Casal Vasco há elementos que são, naturalmente, comparáveis com alguns outros exemplos. A grande "Praça da Vitória", a primeira, e a definidora do desenho inicial da povoação é,

---

[55] Vejam-se, especialmente, os estudos de José-Augusto França, José Eduardo Horta Correia, Gonçalo Byrne e Walter Rossa, citados na bibliografia deste trabalho.

[56] Neste sentido é interessante ver o quanto a própria planta da cidade valoriza este aspecto através da representação da vegetação que é desenhada "ordenadamente" no espaço urbano, quer circundando as praças, quer dentro dos quintais, e mais "naturalmente" no espaço exterior **(fig. 62)**.

obviamente, devedora da Praça do Comércio de Lisboa. Embora no primeiro projecto a praça ainda não se encontrasse fechada no lado esquerdo, as suas grandes dimensões eram já denunciadoras do exemplo em causa[57]. No projecto final a praça assumiu definitivamente uma forma quase quadrada (840 x 700 palmos), que sendo um pouco menor que a de Lisboa mantinha a mesma configuração aberta para o rio. Também como em Lisboa, em Casal Vasco o eixo central da praça corresponde à uma rua que corta ao meio a frente voltada para o rio, que é ladeada por outras duas ruas que delimitam a praça.

Não havia, certamente, no plano de Casal Vasco, a intenção de igualar aquela povoação na fronteira à capital do reino. No entanto, guardadas as devidas proporções, é evidente que o que estava em causa com a concretização daquele espaço era uma intenção similar de monumentalidade e de representação urbana. Quanto mais não fosse, essa intenção era lícita na medida em que a povoação se propunha ser a "porta" de entrada da capitania (e por extensão, do reino) onde deveriam ser recebidos os espanhóis para a concretização das demarcações. Assim, a Praça da Vitória deveria ser uma espécie de grande átrio público, ao mesmo tempo que deveria representar, com a magnitude possível, a grandeza do reino do qual era a porta de entrada.

Tal situação remete para duas hipóteses de comparação dentro do mesmo universo temporal no urbanismo português. Por um lado é possível ver as eventuais semelhanças existentes com Vila Real de Santo António (1774-1776), quer em termos da conjuntura política, quer do projecto em si. Por outro lado, também se pode comparar Casal Vasco com Barcelos, na capitania do Rio Negro (1753-1758), que tem em comum não só o facto de ter sido feita para abrigar as comissões demarcadoras, como as circunstâncias regionais são similares.

Aparentemente, quase nada do desenho urbano em si de Casal Vasco parece-se com o Vila Real de Santo António. O que num caso era uma cidade aberta e cheia de espaços vazios, no outro era uma cidade fechada, com praticamente apenas uma praça interior. Também não há em Casal Vasco toda a coerência formal que transforma o projecto de Vila Real de Santo António no mais perfeito e "geométrico" exemplar do urbanismo português. Não se vê no Mato Grosso, nem a complexa sistematização tipológica, nem a

[57] A Praça do Comércio tem cerca de 1000 palmos de lado e a praça inicial de Casal Vasco tinha, como se viu, 1200 x 700 palmos. Sobre as dimensões das praças no urbanismo colonial português veja-se o estudo de José Manuel Fernandes – *Índia e sul do Brasil: planos do urbanismo português no século XVIII*, in "Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português 1415 –1822", Lisboa : CNCDP, 1998.

eloquência da racionalização do desenho de todos os elementos urbanos existente em Vila Real.

Mas, como na vila algarvia, vê-se em Casal Vasco a declarada intenção de marcar a posse efectiva do território com o selo da urbanidade. A conjuntura de uma constante guerra virtual com a Espanha é precisamente a mesma, assim como a necessidade de defender um território isolado, que em vários aspectos valia mais do que ele próprio, posto que se relacionava com o conjunto maior do reino. Tal era a situação do Mato Grosso relativamente ao Brasil, tal era a situação do Algarve relativamente à Portugal. E a resposta portuguesa dada "em forma de cidade" é nesse sentido bastante similar nas suas duas fronteiras com Espanha, a oriente e a ocidente.

Todo o processo de construção - real e política - de Vila Real de Santo António já foi estudado por Horta Correia[58] e não cabe repetirmos os argumentos já apresentados. Importa aqui apenas indicar os pontos onde é possível estabelecer paralelos entre os dois exemplos. O principal elo de ligação é a posição específica de "fronteira" que ambos os casos representam, apesar de haver, obviamente, várias diferenças implícitas nas duas situações. Mas, em resposta a essa situação fronteiriça, os projectos das duas povoações assumiram posições que se reflectem no seu desenho. Em ambas é possível identificar claramente a preocupação com a composição de uma "fachada" urbana, supostamente voltada para Espanha. Em Vila Real de Santo António trata-se de uma evidente e assumida fachada, totalmente edificada, que se apresenta inclusive rematada por dois torreões.

No caso de Casal Vasco, a fachada urbana também é trabalhada, e embora o seja de maneira diferente, procura criar, como em Vila Real de Santo António, uma vista coerente da sua frente urbana, que é o mais importante "alçado" da povoação. Tal preocupação é perfeitamente visível nas duas representações feitas da povoação no século XVIII, quer a elevação realizada na altura do primeiro projecto **(fig. 61)**, quer a vista realizada por um dos desenhadores que acompanhava Alexandre Rodrigues Ferreira **(figs. 50/61A)**. Todos os principais edifícios estão voltados para o rio, inclusive os que formam a praça. A própria praça é um elemento de composição do desenho cuja função é intencionalmente monumentalizadora da frente urbana, no nível em que tal era possível. Nesse sentido, é interessante observar que ao ter utilizado dimensões próximas da grande praça de Lisboa, Joaquim José perdeu, em alguns aspectos, o efeito monumental desejado, posto que a relação entre

---

[58] Cf. José Eduardo Horta Correia - *Vila Real de Santo António: Urbanismo e Poder na Política Pombalina*. Porto : FAUP Publicações, 1997.

aquelas medidas e a tipologia da edificação valorizava muito o espaço vazio da praça, mas fazia quase sumir o pequeno conjunto das casas.

Para além da fachada urbana, feita para os espanhóis verem, um outro aspecto une Casal Vasco e Vila Real de Santo António. Ambas foram realizações políticas feitas com a urgência do momento, nas quais se procurou ser imperiosamente rápidos nas suas construções, mas em nenhum dos casos se descurou a coerência do projecto urbano subjacente. Ou seja, as fachadas urbanas apresentavam cidades que deveriam existir de facto e não serem apenas cenários. Cidades que a prática portuguesa se dava ao luxo de construir em apenas "cinco meses", como afirmava Pombal, relativamente à Vila Real de Santo António[59], e que podiam surgir, no "mato", em menos tempo ainda, como é o caso de Casal Vasco. Mas há ainda outros pontos de contacto entre as duas vilas da fronteira.

Embora as dimensões da Praça da Vitória sejam comparáveis às da Praça do Comércio, em Lisboa, as dimensões da povoação como um todo aproximam-se mais das medidas da forma urbis de Vila Real de Santo António, assim como a sua orientação. O rectângulo de implantação da vila algarvia tinha 1930 palmos de comprimento e 950 palmos de largura, com os lados maiores voltados para leste e oeste e a fachada direccionada para o rio, a nascente. Em Casal Vasco a situação é similar. Os lados maiores do rectângulo que definem a sua forma urbis também seguem a orientação nascente-poente, neste caso com a frente de rio voltada para oeste. As dimensões de Casal Vasco são maiores que as de Vila Real de Santo António, mas a frente urbana de ambas as vilas tem praticamente a mesma medida (1930 palmos em Vila Real, 2000 palmos em Casal Vasco). Quanto à largura, Casal Vasco tem 650 palmos mais que Vila Real. No entanto, ao observarmos a planta do núcleo é possível ver que, se considerarmos apenas o conjunto formado pelos edifícios incialmente previstos, e a primeira ampliação que se faz à direita da Praça da Vitória, obtem-se um duplo quadrado (1000x2000 palmos) **(fig. 64)**, que muito se aproxima das dimensões de Vila Real (950x1930 palmos). Assim, a forma final de Casal Vasco aparece como uma ampliação em profundidade de um plano com dimensões básicas que se relacionam com a vila algarvia.

Aqui surgem também os elementos da uniformização e de padronização existentes nos dois projectos, embora as opções tomadas por Joaquim José Ferreira em Casal Vasco tenham sido muito mais simples do que as utilizadas em Vila Real de Santo António, por Reinaldo Manuel dos Santos.

---

[59] Cf. José Eduardo Horta Correia - *Vila Real de Santo António levantada em cinco meses pelo Marquês de Pombal*, in "Pombal Revisitado", Lisboa, 1984.

A mais evidente "identidade" entre os dois projectos é a tipologia dos alçados e volumetria das "casas térreas" de Vila Real de Santo António que é claramente retomada em Casal Vasco. Mas neste caso o exemplo não poderia ser somente a vila algarvia, posto que o mesmo "padrão" tipológico já se vinha repetindo nas fundações anteriomente realizadas não apenas no Mato Grosso, como em vários outros locais na colónia. Numa recolha elementar podemos ver conjuntos similares em Barcelos, Macapá e Mazagão, tal como já tínhamos apontado o mesmo modelo em São José de Mossâmedes ou Vila Maria **(fig. 65)**. É patente a associação desta tipologia ao modelo dos "quartéis", o que é inclusivamente referido textualmente, como vimos no caso dos aldeamentos indígenas e na maioria das fundações criadas no Mato Grosso no século XVIII. O mesmo que já Horta Correia denunciara para Vila Real de Santo António, apoiado nas evidências do desenho, e na clarissíma frase do superintendente das alfândegas que dizia "*a intenção do Illmo e Exmo Sr. Marquês de Pombal é que todos os que edificarem fora da rua que olha sobre o mar e fora da praça sigam no prospecto o preceito dos quartéis*"[60]. Não temos elementos para saber se em Casal Vasco esta tipologia de alçado correspondia a variações internas de planta, como se verifica em Vila Real de Santo António.

Mas se o modelo das "casas-quarteis" não pode ser vinculado exclusivamente à vila algarvia, já o exemplo do cemitério localizado fora da povoação estabelece um vínculo inequívoco entre os dois projectos, posto que Vila Real foi efectivamente pioneira neste aspecto[61].

Ainda noutro ponto pode-se relacionar os projectos urbanos de Casal Vasco e Vila Real de Santo António. Trata-se da implicação de ambas as povoações com as produções das regiões em que se inserem. No caso de Vila Real de Santo António a relação com a pesca da sardinha é evidente, e já esta bem explicada[62]. No caso de Casal Vasco, embora a comparação seja um pouco forçada, é também visível o empenho na estabilização da principal vertente da produção regional, a pecuária, para o que se criou inclusive uma "fazenda real" no povoado. Por outro lado, a vinda dos índios castelhanos despoletou ainda um outro investimento produtivo, com a criação da fábrica de tecidos de algodão que, apesar de não ser prioritária, remete um vez mais para a compreensão da cidade como um espaço de produção e de trocas que eram tratadas tanto ao nível político como ao nível de desenho urbano.

---

[60] Cf. José Eduardo Horta Correia - *Vila Real de Santo António: Urbanismo e Poder na Política Pombalina*. Porto : FAUP Publicações, 1997, p. 157.

[61] Idem, p. 116 nota 87 cap. IV.

[62] Idem.

Mas Casal Vasco foi feita, supostamente, para receber a comissão demarcadora castelhana. Nesse sentido cabe a comparação com a vila de Barcelos desenhada pelo engenheiro Filipe Strum para o mesmo fim. No entanto, também quase nada do desenho urbano em si de Casal Vasco parece-se com o de Barcelos[63]. Não se vê, nas duas plantas de Casal Vasco, nenhuma referência aos edifícios e equipamentos que tornavam específico o projecto de Barcelos. Não há nenhuma indicação relativa á acomodação quer dos comissários castelhanos, quer das suas equipas técnicas ou dos seus soldados. Não se esperava, evidentemente, que se fizesse como em Barcelos, em que se projectou uma casa de conferências, especialmente desenhada em forma de octógono, que deveria ficar equidistante dos dois palácios dos plenipotenciários[64].

Embora não fosse necessário tal aparato, nem era recomendável, era contudo de se esperar que se tivesse ao menos pensado na instalação das equipas de demarcação prevendo um ou dois edifícios para tal fim. Mas, se houve esta intenção, ela não ficou determinada na planta da povoação. E, a não ser que a ideia fosse utilizar a praça para realizar os trabalhos numa grande sala ao ar livre, não há nenhum espaço em Casal Vasco que concretamente contasse com os espanhóis, ou com as demarcações.

Já se sabe que quando Luís de Albuquerque deixou o governo da capitania as suas instruções para o irmão referiam ao adiamento "sine die" das demarcações no Mato Grosso. Mesmo enquanto fazia construir a povoação de Casal Vasco, Luís de Albuquerque sempre soube da pouca probabilidade da vinda dos espanhóis e, de certo modo, contava com a sua ausência, que lhe permitiu realizar tantos avanços na fronteira. Assim, embora tenha apresentado o projecto da povoação com a justificativa de criar um lugar para as demarcações, na verdade, a intenção era adiar a negociação, enquanto na prática ainda se conquistava mais terreno. Logo, em termos tipológicos e funcionais, Casal Vasco seria menos a sede de uma negociação e mais um posto militar avançado na fronteira.

Assim, pode-se aventar que a intenção subjacente ao desenho da praça, ou das praças, de Casal Vasco era mais pragmática, visando simplesmente a realização de exercícios militares. Embora tal hipótese seja elementar, parece que também não se pode olvidar que a forma urbana realizada "para os espanhóis verem" pretendia também marcar o espaço com o seu desenho e

---

[63] Cf. Roberta Marx Delson - *Novas Vilas para o Brasil-Colônia: Planejamento espacial e social no século XVIII*, Brasília : Edições ALVA-CIORD, 1997, pp. 51-53.

deixar o selo da sua presença no território. E nesse sentido, toda a obra da vila tinha uma inequívoca intenção "monumental", e era muito mais do que um simples "quartel".

Mas tal obra não resistiu. De todo o conjunto urbano construído, restam hoje apenas as ruínas de algumas paredes da igreja e do "Palácio", cujos cunhais em pedra ainda são visíveis. Do núcleo da povoação somente se podem ver os embasamentos de algumas edifícios. Os próprios embasamentos estão completamente envolvidos pela abundante vegetação, que a tudo cobriu. Só uma escavação permitiria vislumbrar as marcas do desenho urbano identificando aquilo que foi concretamente construído e o que foi apenas projecto **(fig. 66)**.

Quanto ao projecto, algumas perguntas continuam difíceis de responder. De onde teria Joaquim José Ferreira buscado a inspiração para desenhar tantas praças? Onde pode sustentar a relativa liberdade de composição demonstrada em Casal Vasco? Viu-se que durante a sua formação trabalhou em fortificações no Algarve, no projecto de uma fábrica de ferro e na construção de um canal fluvial em Oeiras, para além do grande exercício na reconstrução de Lisboa. Não lhe faltavam experiências nos vários campos da sua profissão que abalizariam qualquer opção tomada. No entanto, é difícil de explicar se o engenheiro desenhou aquelas praças todas por estar maravilhado com as hipóteses que a amplitude dos espaços virgens proporcionavam, ou se pretendia deliberadamente assumir um cunho monumental e barroco no seu desenho urbano, ou ainda se apenas pensava nos exercícios militares da tropa, ou mesmo se se propunha a adaptar-se ao quadro mental da cultura dos nativos que valorizavam os espaços abertos. É possível que vários destes aspectos, ou todos, tenham pesado para que se realizasse aquela obra aberta em pleno pantanal matogrossense.

---

[64] O projecto de Sturm previa a construção de dois palácios iguais e simétricos para os plenipotenciários português e espanhol. Um dos palácios jamais foi construído. Cf. Renata Araujo - *op. cit.*, p. 325 e 333.

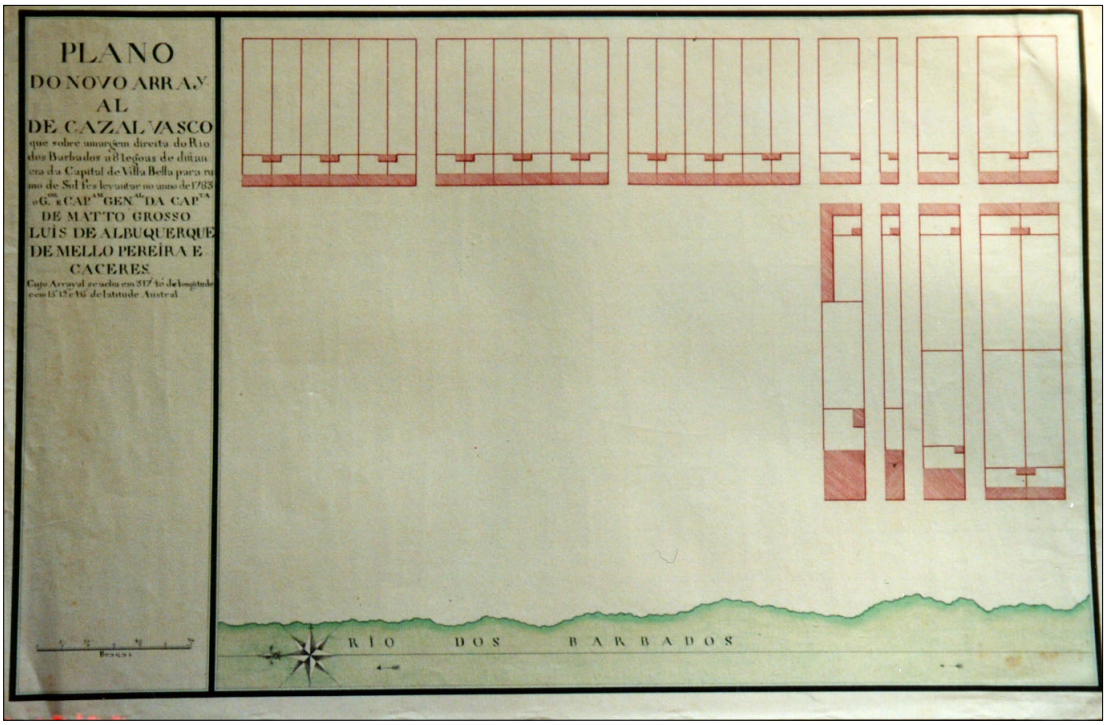
Fig. 60



1783

Joaquim José Ferreira
Plano do Novo Arraial de Casal Vasco (nº1) que sobre a margem direita do rio dos Barbados a 8 legoas de distancia da capital de Villa Bella para rumo de Sul fes levantar no anno de 1783 o G.or e Cap.am General (...) Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Cujo Arraial se acha em 317º 40' de longitude e em 15º19'46'' de latitude Austral. Color 33 x 50cm.

Mapoteca do Itamarati



1783

Joaquim José Ferreira
Plano do Novo Arraial de Casal Vasco (nº1) que sobre a margem direita do rio dos Barbados a 8 legoas de distancia da capital de Villa Bella para rumo de Sul fes levantar no anno de 1783 o G.or e Cap.am General (...) Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Cujo Arraial se acha em 317º 40' de longitude e em 15º19'46'' de latitude Austral. Color 43 x 65 cm.

Casa da Insua 17

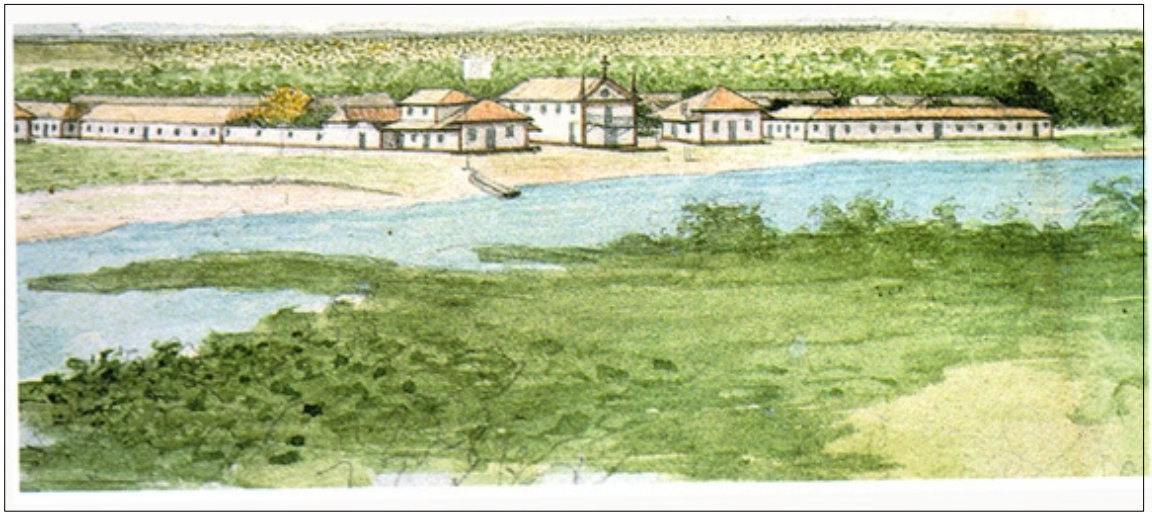
Fig. 61



1783

Joaquim José Ferreira
Elevação da Principal Frente que oferece o novo Arraial de Casal Vasco (nº2) cujo plano se mostra na folha Nº 1 para a banda do rio Barbados. Color 30 x 483 cm.

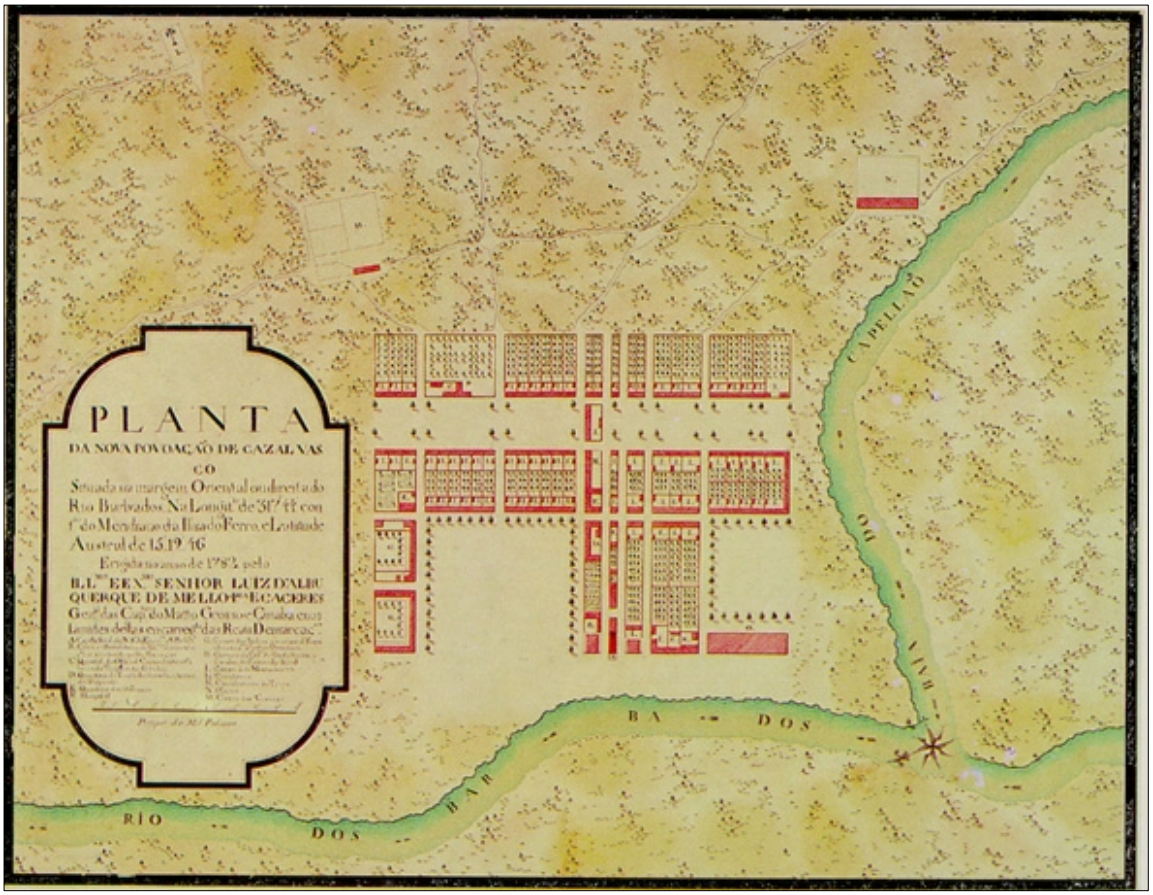
Mapoteca do Itamarati



1791

Prospecto da Povoação Casalvasco situada no rio dos Barbados 8 legoas aos sul de Vila Bela
Desenho da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (nº 50) (detalhe)

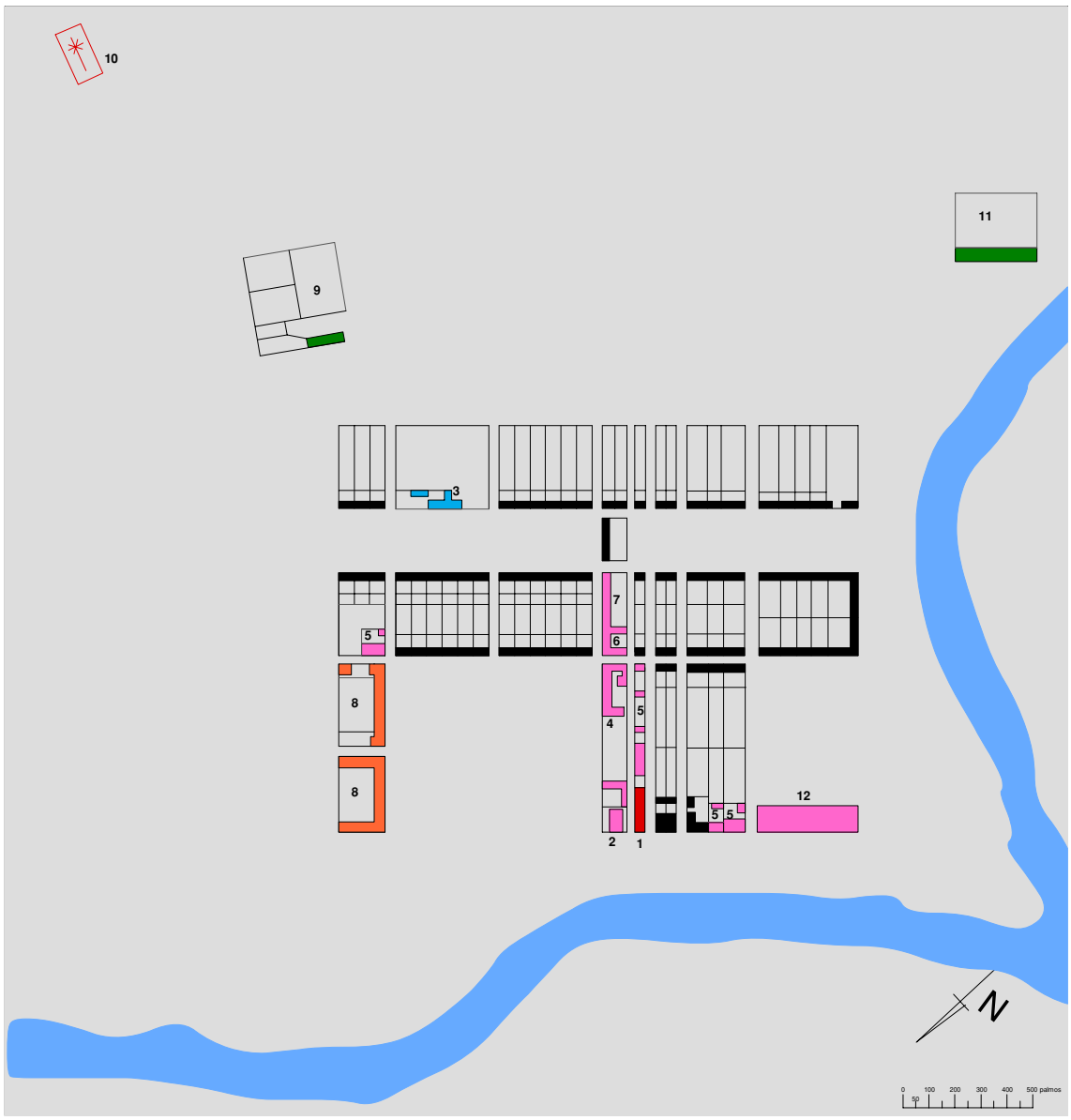
Museu Bocage, Lisboa



1786

Joaquim José Ferreira
Planta da Nova Povoação de Casal Vasco. Situada na margem oriental ou direita do Rio Barbados. Na longitude de 31º44' contados do meridiano da Ilha do Ferro, e latitude Austral de 15º19'46''. Erigida no ano de 1782 pelo Illmo e Exmo Sr. LAMPC Gov. General das capitanias do Mato Grosso e Cuiabá e nos limites dellas encarregado das reais demarcações. Color . 80 x 64 cm.

Casa da Insua A1 / BNRJ 12-6-9

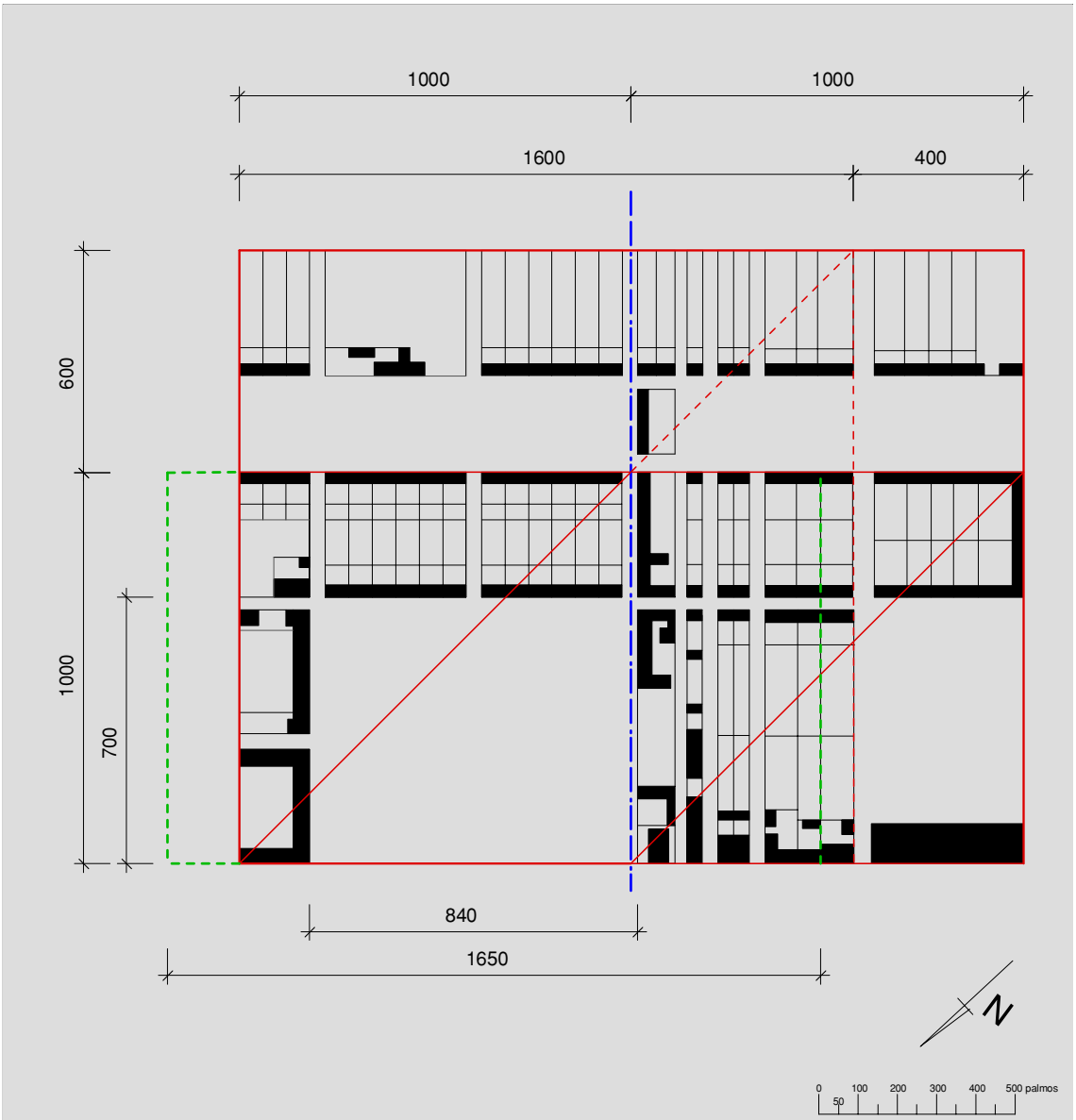


LEGENDA:

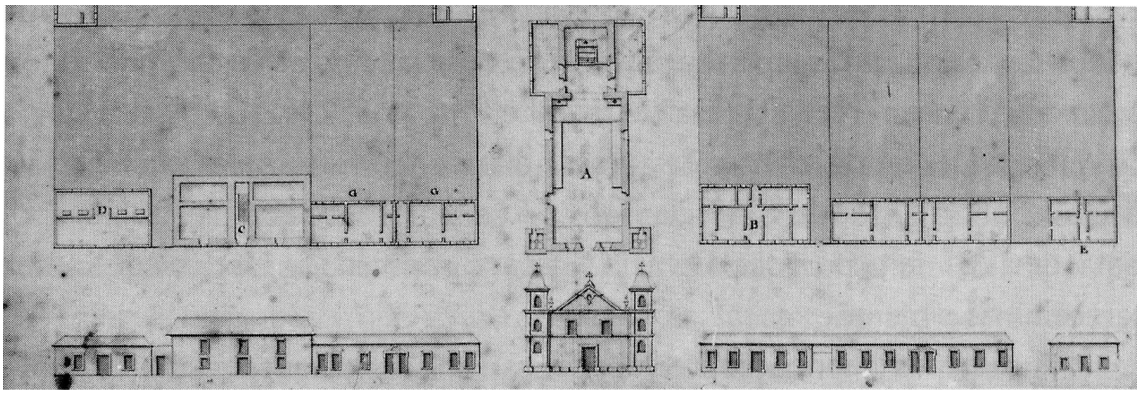
1. Capela Real de N. Srª da Esperança e S. Pedro
2. Casa do Governador
3. Quartel do Oficial Comandante e Fáb. de Tecidos de Algodão
4. Quartel da Tropa Destacada e Armazém
5. Quartel dos Oficiais
6. Hospital
7. Cavalariças da Tropa
8. Casas dos Índios
9. Currais
10 Cemitério
11. Olaria
12. Casa das Canoas

Casal Vasco - Principais Edifícios

Fig. 64



Casal Vasco - Estrutura da malha - ampliação



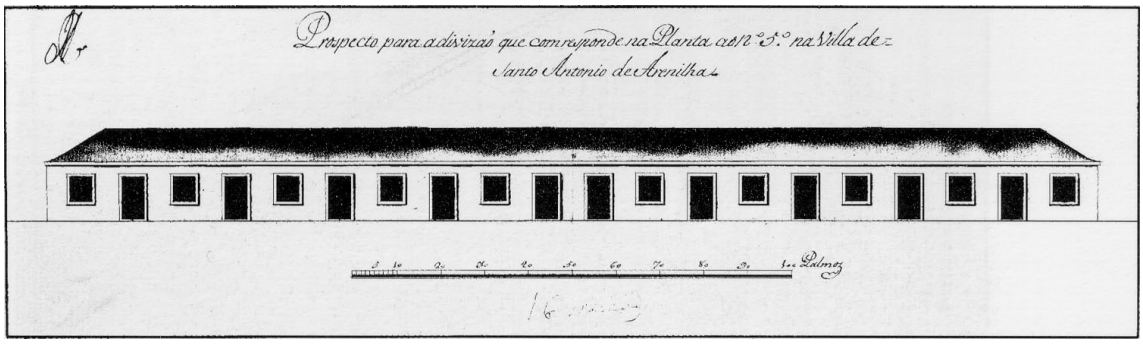
Tomás Rodrigues da Costa
Planta Ichonografica das casas novas erigidas e ajuntadas a Villa de S. José de Macapa para os novos povoadores e soldados que derão baixa em o anno de 1759

AHE M 13 Pa 106



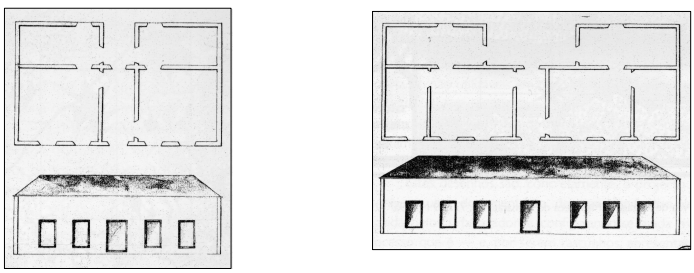
Filipe Sturm
Elevação das casas que se estão fazendo em um dos lados da nova Praça para os moradores soldados casados nesta Villa de Barcelos

BNL Iconografia D 200A



Prospecto para a divisão que corresponde na planta ao nº 5º na Villa de Santo Antonio de Arenilha (alçado para quarteirão de habitação de casas térreas de 240 palmos, enviado para o Algarve em Junho de 1777)

AMOP D 486A



Domingos Sambucetti
Planta e elevação das casas que actualmente se edificão na Vª Nova de Mazagão

AHU Cartografia Manuscrita Pará 807

Fig. 66



CASAL VASCO - Ruínas da Igreja



CASAL VASCO - Ruínas da Antiga Vila

Cap. 10.
Os Mapas do Mato Grosso: O Território como Projecto

"(...) a nenhuma potencia mais que a Portugal compete o fazer-se poderosa no mar, e a agulha de marear, diz D. Frª Manuel he so a que pode serzir os muitos retalhos em que a nossa Monarquia se acha dividida"[1].

10.1. Os Desenhos da Terra

A agulha de marear, ou seja, a bússola, foi, com efeito, a grande tecedora do império português. Não só porque proporcionou a união virtual dos muitos pedaços da monarquia portuguesa, como também porque foi com o seu "fio" que se teceu o novo mundo. Se, para encontrar outras terras, navegou-se por mar, também se navegou por terra para descobrir a própria terra. A decifração e a fixação do espaço desconhecido era similar quer na terra, quer no mar. Mediam-se as alturas de cada ponto e marcavam-se as coordenadas dos passos dados nas regiões incógnitas da terra, do mesmo modo como se tinham identificado as rotas na semovente superfície dos oceanos.

O espaço do Brasil foi, a vários níveis, urdido e construído através de muitas e repetidas navegações realizadas, em terra, pelos caminhantes e desbravadores. Algumas dessas expedições pioneiras talvez nem contassem com a bússola, usufruindo apenas da orientação dos guias índios conhecedores do território. Mas, ao contrário do que sucedera no Oriente, onde se entrou em contacto com civilizações com bases escritas, em que o saber da terra estava descodificado num código traduzível e legível, ali tudo estava por conhecer e (d)escrever.

Antes ainda, na óptica dos desbravadores, tudo estava por nomear. Uma sucessão de baptismos inaugurou a história do Brasil. A cada acidente geográfico descoberto foi dado um novo nome que, via de regra, ignorava a eventual designação indígena do lugar. Numa metáfora da própria criação bíblica, a entrada do novo mundo no mundo fez-se pela sua nomeação[2]. O

[1] AHU Mato Grosso caixa 9 doc 43 - 5 de Dezembro de 1758. Carta de D. António Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Rolim de Moura referia-se, provavelmente, a D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666).

[2] Veja neste sentido a bonita interpretação de Manuela Carneiro da Cunha: "*Deste paraíso descoberto os portugueses eram o novo Adão. A cada lugar conferiram um nome - atividade propriamente adámica - e a*

baptismo do Brasil anulou o tempo dos naturais da terra e marcou o começo da história dos novos ocupadores, que lhe trouxeram a escrita - como no início da História.

Nesse sentido, o espaço do Brasil foi sendo sucessivamente construído quer a nível físico, quer a nível conceptual e linguístico. A cada novo desbravamento acrescentavam-se-lhe lugares e nomes. Nomes que podiam significar a assimilação concreta da paisagem, identificando as suas características mais marcantes, numa toponímia adequada ao seu reconhecimento subsequente, tais como o rio Vermelho, o Pão de Açúcar, o morro da Cara de Cão ou a serra dos órgãos. Outros revelavam com maior evidencia a apropriação simbólica dos lugares impondo-lhes, efectivamente, um baptismo cristão, que se mostra na vasta homenagem prestada aos santos, que a quase tudo deram o seu nome, a rios, serras, baías e vilas. Em cada ponto do território uma língua se impunha, (re)criando-o e construindo-o no seu próprio código[3].

Mas no princípio havia o Brasil. A terra que foi sendo progressivamente conhecida tinha um nome ainda antes das suas partes terem sido totalmente desvendadas. Era a um "todo" apenas intuído que se acrescentavam nomes e lugares e que se rectificavam contornos. Ao longo desse processo, o território do Brasil foi sendo "desenhado" não só mentalmente como concretamente.

As primeiras imagens divulgadas do Brasil, foram mapas e cartas que, tendo começado por apontar a linha da costa atlântica, evoluíram rapidamente até alcançarem a visão continental da América do Sul. Mas se os contornos do continente foram logo razoavelmente corrigidos nas cartas gerais, o mesmo não se pode dizer do seu interior. Por muito tempo a representação da América do Sul foi estigmatizada num volume que apresentava com relativa correcção os litorais atlântico e pacífico, mantendo no entanto graves erros na representação dos acidentes geográficos do interior (especialmente os rios),

---

sucessão de nomes era também a crónica de uma gênese que se confundia com a própria viagem. A cada lugar, o nome do santo do dia: Todos os Santos, São Sebastião, Monte Pascoal. Antes de se baptizarem os gentios, batizou-se a terra encontrada. De certa maneira, desta forma, o Brasil foi simbolicamente criado. Assim, apenas nomeando-o, se tomou posse dele, como se fora virgem." Cf. Manuela Carneiro da Cunha - *Introdução a uma História Indígena*, in "História dos Índios no Brasil". São Paulo : Fapesp; Companhia das Letras; SMC, 199., p. 9.

[3] Embora já numa altura de maior contacto com os povos indígenas, e inclusive nas vésperas da realização de um tratado de paz com os índios, Luís de Albuquerque recomendou expressamente ao oficial encarregado da expedição ao rio Paraguai que desse nomes portugueses aos principais acidentes geográficos da região. (Cf. AHU Mato Grosso caixa 16 doc 57 - 20 de Dezembro de 1775). Tradicionalmente, mesmo quando os desbravadores se apropriavam dos nomes indígenas para identificar os lugares, faziam-no evidenciando a tomada de posse, pois acrescentavam ao topónimo original uma "tradução" geográfica, que nem sempre coincidia com a identificação primitiva. Tal circunstância gerou algumas poéticas redundâncias na geografia brasileira, como a designação do rio Paraguaçu, que desagua na baía de Todos os Santos. Em tupi paraguaçu quer dizer "água grande" e designava, originalmente, a própria baía, ou o oceano.

sobretudo no que dizia respeito parâmetros de longitude. Tais erros esbarravam, em parte, nas dificuldades tecnológicas existentes, na altura, para a determinação das longitudes, que apenas foram resolvidas no século XVIII. Mas denunciavam também um efectivo desconhecimento da amplitude da massa continental.

Mais do que as vicissitudes da evolução da representação cartográfica do Brasil (ou melhor, do território português da América do Sul), o que importa salientar é que as suas primeiras imagens foram representações do **espaço**. Apesar não serem necessariamente correctas, ou completas, estas imagens apontam para a ideia de um conjunto que se definiu conceptualmente a partir do espaço físico. Um conjunto cujo fundamento era o espaço antes de qualquer outra coisa. Mas era um espaço ainda por desenhar. Num lugar onde tudo estava por nomear, não podia ser de outro modo.

Assim, o desenho, especialmente o desenho do território, participou na construção do Brasil como um elemento comparável à língua e à escrita. Os acidentes geográficos da América surgiram para o mundo ao serem encontrados e nomeados pelos colonizadores. Mas foi ao serem desenhados e cartografados que ocuparam definitivamente o seu lugar no espaço. No entanto, tal como a imposição da língua e da escrita se deram no decorrer no tempo, também o desenho do território seguiu um longo processo.

Tomando como exemplo a região do Mato Grosso, que é a que nos interessa propriamente, observa-se que a representação do espaço segue um claro padrão evolutivo. Ao longo do tempo se vão realizando cada vez mais desenhos, onde são, simultaneamente, corrigidas as informações anteriores e acrescentadas outras. Assim, as cartas evoluem tanto em precisão quanto em abrangência.

Os primeiros exemplares de cartas da região Mato Grosso, de que se tem conhecimento, são dois desenhos identificados por Jaime Cortesão como esboços realizados pelos bandeirantes indicando o caminho seguido para as minas então descobertas. Nenhum deles tem títulos, ou assinatura, e devem ter sido realizados entre 1717-1720[4]. Da mesma série de desenhos primitivos existe ainda um terceiro, intitulado "*Idea da topographia the as novas minas de*

[4] Os dois desenhos fazem parte do acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Jaime Cortesão identifica-os como: □Mapa da região das monções de São Paulo a Cuiabá - *ca.* 1720□ ; □Mapa do alto Paraguai com seus afluentes entre os quais o Cuiabá e o Porrudos - *ca.* 1720□. Cortesão confirma a sua atribuição e dataçaõ dos desenhos apontando que o primeiro mapa indica um caminho ainda anterior ao das monções através de Camapuã. Também faz ver que as minas descobertas estão indicadas, mas a povoação do Cuiabá ainda não é sequer nomeada. Cf. Jaime Cortesão - *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro : Instituto Rio Branco, □196-□, 2v. ; v. 2, pp. 222-223. Apud. Isa Adonias - *Cartografia e Iconografia*, in "Real Forte Príncipe da Beira", Rio de Janeiro : Fundação Emílio Odebrecht, 1985, pp. 165-166.

Cuyabâ", que também não tem indicação de autor, ou de data, e que guarda as mesmas características dos outros dois[5]. Segundo Jaime Cortesão, o estilo desses desenhos assemelhava-se às cartas dos índios. Continham apenas indicações sumárias das sequências de acidentes geográficos, mostrando especialmente o percurso dos rios, tudo sem grande correspondência de escala.

Mas, para além do estilo e da forma de apresentação, estas cartas tem ainda uma outra característica comum. São todas desenhos de caminhos. Na verdade, correspondem ao modelo que será a base de toda a cartografia da região, que evoluiu sempre a partir do levantamento de um, ou mais caminhos percorridos. De início eram, com efeito, verdadeiros "mapas do tesouro", cuja informação sumária e extremamente codificada dificultava uma leitura mais ampla do espaço, servindo possivelmente apenas aos iniciados para refazer um percurso do qual já tinham alguma experiência, ou contavam com alguém que tivesse. O desenho, nesse caso, funcionava como um auxiliar da narrativa, quer oral, quer escrita, que se fazia sobre as vicissitudes e características do caminho.

Um outro grupo de desenhos primitivos surge também associado a esse, priorizando desta feita a indicação da localização das próprias minas. São igualmente simples, e a informação principal que neles consta é a indicação dos acidentes geográficos preponderantes na paisagem. Aqui as serras e rios funcionavam como marcas para a localização dos lugares indicados, dando também uma noção da sua posição relativa. Vejam-se como exemplos, o desenho das "*Minas Novas descobertas por Pascoal Moreira*"[6], ou a "*Configuração da Chapada das Minas do Mato Grosso*"[7] **(fig. 67)**.

Após a instalação da vila de Cuiabá e dos arraiais de Mato Grosso aparecem várias outras cartas novamente vinculadas à realização de jornadas e ao levantamento de caminhos. As informações prioritárias a serem fixadas nos desenhos eram a ligação com São Paulo e as distâncias dos arraiais portugueses relativamente às missões espanholas. Sob esse prisma, o principal exemplo é a expedição realizada, em 1740, pelo ouvidor João Gonçalves Pereira, a que já se fez referência noutros capítulos[8]. Com os dados obtidos na expedição foi realizado um desenho, bastante tosco, assinado pelo próprio ouvidor, em que se

---

[5] Este desenho também se encontra na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Arc.4-4-8). Cf. Jaime Cortesão - *op. cit.,* p. 225. Apud. Isa Adonias - *op. cit.*, p. 166.

[6] Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro Arc 23-4-19.

[7] Há vários exemplares do mesmo desenho. AHU Cartografia Manuscrita Mato Grosso 858 (450) / Casa da Insua CG 79 / BNRJ / Academia das Ciências de Lisboa. Ver Inventário Iconográfico.

[8] Ver itens 1.3 e 2.1.

apresentavam os rios Guaporé e Mamoré localizando de um lado os arraiais portugueses e do outro as missões espanholas[9] **(fig. 67)**.

Entre os anos 30 e 50 surgem pelo menos três desenhos significativos que abarcam quer o caminho das monções, quer os territórios espanhóis. Nenhum deles tem indicação de autor ou de data e partilham das mesmas características de simplicidade dos anteriormente citados. O mais antigo dos três, provavelmente da década de trinta, não tem título. Mostra vários rios não identificados, que correspondem ao Paraguai e alguns afluentes. Os outros pontos assinalados no desenho indicam referências da paisagem que são identificadas de maneira bastante simples como "*morro*", "*serra*", "*serrado*" ou "*morrotes*"[10].

Os outros dois tem ambos o mesmo título, mas foram feitos provavelmente com dez anos de diferença um do outro (ca. de 1740 e c. 1750). Tratam-se de duas versões de um mapa intitulado "*Parte do governo de Sam Paullo e Parte dos Dominios da Coroa de Castella*". São ambos ricos em legendas que fazem referências desde às primeiras bandeiras realizadas na região até às expedições do descobrimento do ouro. Em parte, essas legendas repunham no desenho os elementos que naturalmente fariam parte das narrativas dos caminhos[11].

Para Jaime Cortesão, "*estes dois mapas representam, em súmula, quase toda a lição geográfica das bandeiras e devem resultar dos informes e "riscos" de muitos bandeirantes*"[12]. Assim, tão importante quanto a elaboração, em si, dos mapas, era a quantidade de informação sobre a região que estas cartas continham, quer a nível geográfico, quer histórico. Apesar de serem desenhos muito simples abarcavam um significativo conjunto de dados que aprofundavam os elementos do domínio regional.

Nesse âmbito cabe fazer-se referência à realização paralela do famoso "mapa das cortes" (1749) que usufruiu dessas e de outras muitas cartas provenientes das várias partes da colónia. Não é certamente necessário lembrar

---

[9] AHU Cartografia Manuscrita Mato Grosso 850.

[10] O desenho pertence ao acervo da Mapoteca do Itamaraty. Cf. Isa Adonias - *op. cit.*, p. 167.

[11] Ali se lêem, entre outras, as seguintes notícias: "*Rodrigo Sezar estabeleceu esta va. do Sr. do Bom Jesus do Cuyaba em 1725", "Nessa passagem he q os Payagazes tomarão o nosso comboy de canoas q vinhão do Cuyaba com os quintos de S. Magestade em 1730",* ou ainda "*Xerez Destruhida por Antonio Raposo Tavares em 1648",* informação esta que é rectificada na segunda versão que indica que a vila foi destruída por Ascencio de Quadros, depois da Aclamação de D. João VI (Cf. Isa Adonias - *op. . cit.* , p. 167 e 170). Sob certos aspectos, também esta "tradição" narrativa e histórica se manterá ao longo da evolução da cartografia do Mato Grosso, como a seguir se verá.

[12] Jaime Cortesão - *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro : Instituto Rio Branco, □196-□, 2v. ; v. 2, pp. 226-227. Apud. Isa Adonias - *Cartografia e Iconografia*, in "Real Forte Príncipe da Beira", Rio de Janeiro : Fundação Emílio Odebrecht, 1985, pp. 167-168 e 170.

as condições especiais da elaboração daquele mapa, que tão importante papel teve nas negociações e na definição do tratado de Madrid. Embora contasse com deformações intencionais, como já foi cabalmente demonstrado por Jaime Cortesão[13], o mapa das cortes representou uma fenomenal síntese de dados geográficos, que foram obtidos das mais variadas fontes e sistematizados em uma carta da América do Sul que não tinha efectivamente paralelo no lado espanhol, que foi assim obrigado a aceitar a versão portuguesa.

Contudo, a região, de certo modo, mais "mal representada" no mapa das cortes foi o Mato Grosso. É significativo notar que tanto o rio Paraguai como o Guaporé foram substancialmente "empurrados" para oriente, sobrevalorizando a região do Chaco onde se localizavam as missões espanholas. Veja-se também a insistência na representação da lagoa dos Xaraiés, confirmando um mito tido por verdade pelos espanhóis, e que era do interesse dos portugueses manter, embora no terreno estes já descrevessem e identificassem o pantanal com muito maior rigor. Tais deformações intencionais só foram possíveis pela falta de levantamentos espanhóis quer das suas próprias áreas, quer da área dos arraiais portugueses. Exactamente por saberem algo mais sobre aquela região precisa (de um lado e do outro) é que os portugueses poderam manipular os dados de modo a parecer que sabiam tão pouco.

Mas a verdade é que os portugueses não só se empenhavam em saber as distâncias que os separavam dos seus vizinhos, como também se esforçavam por descrever, com maior precisão, as características da geografia regional. E tudo isso se revelava nos desenhos. Foi-se, progressivamente, acrescentando informações e precisando a localização dos acidentes apontados nas cartas e, especialmente, foi-se ganhando "escala" na representação. Os desenhos passaram então a proporcionar uma leitura mais autónoma, constituindo-se como efectivos mapas. A base desses mapas continuava a ser o "caminho", que era tratado como a espinha dorsal da composição. Via de regra, os desenhos mostravam sobretudo os rios que se percorriam nas viagens procurando dar parâmetros mais seguros de distâncias entre um e outro pouso. Contudo, à volta dos rios conhecidos e navegados, ainda se apontava no branco do papel o "sertão dos gentios".

A mais significativa série dessa "segunda geração" de mapas de caminho são os que representam a viagem de D. António Rolim de Moura para ir governar a capitania, em 1750. O governador fez questão, segundo o seu próprio relato, de medir pessoalmente as coordenadas dos vários pontos por

[13] Cf. Jaime Cortesão - *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid...*

onde passou desde Santos até Cuiabá. Ao chegar ao Mato Grosso providenciou para que os seus apontamentos e riscos fossem passados a limpo a fim de serem remetidos para a Corte, o que entretanto só ocorreu em 1754.

Os dados obtidos acabaram por dar origem a dois mapas: um relativo ao caminho de Santos à Cuiabá, outro referente ao caminho entre Cuiabá e Vila Bela **(figs. 68-69)**. É interessante notar que Rolim de Moura teve a preocupação de sistematizar nos seus mapas todas as informações de que dispunha ampliando consideravelmente o seu nível de abrangência. Explica que "*Ao 1° mapa mandei juntar o de Goyas, que me havia remetido daquella villa Francisco Tosi Colombino, e tambem o do caminho por terra da mesma parte pª o Cuyabá observado pelo mesmo sojeito que desinou o mapa. Ao 2° mandei ajuntar o que por informações de sertanistas, e viandantes se pode saber das terras e rios desta capitania para servir como mapa topografico*"[14].

O mapa de Goiás a que Rolim de Moura se refere é um dos mais importantes documentos cartográficos do Brasil do século XVIII. Trata-se de um desenho realizado, em 1751, por Francisco Tosi Colombina, o engenheiro militar que já se mencionou nesse trabalho[15]. O mapa foi feito sob encomenda do primeiro governador da capitania de Goiás, o Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha (1749-1755). Jaime Cortesão afirma que do ponto de vista estilístico o mapa de Colombina é um desenho pobre e mesmo do ponto de vista da geografia matemática também não é um exemplo de correcção sendo, assumidamente, uma compilação empírica de dados recolhidos em várias fontes[16]. A sua importância reside no facto de que, estando a capitania de Goiás no centro de todos os caminhos de comunicação da colónia, a representação de Colombina privilegiou esse aspecto dando a ver tanto as ligações com o norte, como com o sul, transformando-se num dos primeiros documentos que

---

[14] AHU Mato Grosso caixa 7 doc 1 - 26 de Janeiro de 1754. Carta de D. António Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Corte Real.

[15] Ver item 2.1. " O Caminho como Prática".

[16] Segundo o próprio Colombina "*Este mapa he feito deste modo: da villa de Santos guardando os pontos de latitude e longitude dos roteiros e dos geografos mais modernos (...) A derrota das canoas de Araritaguaba ate o Cuiabá depois ate ao Matto Grosso, tanto por rio como por terra, com a ocasião da minha demora de onze meses naquelas partes do embarque, segui a informação dos melhores pilotos que por la andão, por isso me não se deve culpar o erro, como não me gloriaria do acerto (...) A derrota q com canoas fes João de Sousa Azevedo de Cuiabá até o Gram Para, voltando pelo rio Madeira ate o Matto Grosso, foy por informações que de la me mandou o Dor. José Martins Machado. O curso do Rio das Amazonas ate o Gram Para he copia da navegação de Mon.r de la Condamine, ao qual se deve todo o crédito. A derrota do Pontal da Natividade ate o rio Tucantins e canaes chamados guarupés ate o Gram Para he informação do Capitam Francisco de Almeida descubridor das Minas das Arayas, q fes tal viagem; o mais he por outras informações e o mais interior não se sabe ainda que muito confusamente (...)*". Cf. Isa Adonias - *A Cartografia da Região Amazônica*. 2 Vol. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1963, vol. II, p. 477.

representam o bojo do Brasil de uma maneira integrada[17]. Tanto este mapa de Colombina, como outros que o mesmo autor realizou tiveram bastante aceitação entre os governadores tendo-se realizado várias cópias feitas quer por ele próprio, quer por outros engenheiros[18].

Foi de uma dessas cópias que Rolim de Moura fez uso. Procurou, por sua vez, rectificar os dados relativos ao caminho fluvial de São Paulo para o Mato Grosso, ao qual experimentara, assim como também buscou ampliar a sua abrangência, incorporando as informações relativas ao caminho por terra daquela capitania até Goiás, que desconhecia. O mesmo procedimento será tomado para a execução do segundo mapa, que abarcava a região entre Cuiabá e Vila Bela em se incluíam todos os dados fornecidos pelos sertanistas.

As legendas dos dois mapas são suficientemente elucidativas dos seus conteúdos e métodos. O primeiro intitula-se "*Exemplo geografico e descrição demonstrativa das terras e rios mais principais que se tem descoberto e navegado desde o limite setentrional da Capitania de São Paulo até a divisão da America no districto de Villa Bella, Capitania do Mato Grosso (...) cuja observação se deve ao Illmo e Exmo Sr. D. Antonio Rolim de Moura que a fez de passagem indo governar a dita capitania e se demonstra a sua viagem com 114 pousos (...)*" **(fig. 68)**. O segundo tem a seguinte identificação: "*Mappa das Terras, Rios e Ribeirões principaes que se contem no Sertão , que medea entre a Villa do Cuiaba e Villa Bella (...) com os dois caminhos velho e novo de uma para outra vila, o primeiro calculado e descripto por observações ajustadas de quem fez a viagem que vai denotada por numeros, em vinte e cindo jornadas por terra e quatro pelo rio Guaporé, e o segundo, e tudo o mais desse mapa descrito por informações solicita e miudamente tomadas de muitas pessoas praticas do mesmo continente (...)*" **(fig. 69)**.

Como se vê, o processo seguia sendo o mesmo utilizado por Colombina, com a sucessiva compilação de dados novos aos conhecimentos já adquiridos. Esse factor é deveras importante pois revela que a função da cartografia era claramente assumida como um "work in progress", ou seja, compreendia-se que o conhecimento geográfico do todo territorial seria obtido pela sua

---

[17] "*Supomos que este é o primeiro mapa, ou um dos primeiros, onde se representam todos estes caminhos. Calcado na capitania central do actual Brasil, o cartógrafo teve a intuição da importância dessa rede de caminhos, como afirmação de soberania política e de unidade geográfica. (...) Mas as mesmas imperfeições de coordenadas dão carácter ao trabalho de Colombina. Em boa verdade, ele traçou o mapa de formação natural e espontânea do Brasil. Mais que nenhum outro, ele ilustra a lógica geográfica que presidiu a formação do Estado, è uma lição de geografia viva, humana e política. Tem ainda a frescura de um mundo incerto que acaba de sair do caos*". Trecho de uma aula de Jaime Cortesão no Curso de História da Cartografia do Brasil, realizado em 1940, publicada in Isa Adonias - *A Cartografia da Região Amazônica*. 2 Vol. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1963, vol. II, pp. 477- 480.

descodificação progressiva. Nesse sentido, nenhum dos "autores" dos mapas tinha pejo em assumir a base empírica do seu trabalho. Ao contrário, é ela que é valorizada enquanto método de um efectivo processo de "construção" da imagem do espaço, que também progressivamente se descortinava, sobretudo a partir dos caminhos que nele se abriam.

Os desenhos da viagem de Rolim de Moura foram muito bem recebidos na corte. Diogo de Mendonça Corte Real afirmava que "*S. Mag.de gostou muito de o ver e a perfeição com que estava desenhado*" tendo ficado também muito satisfeito com as notícias e luzes que se dava nas cartas para que se pudesse fazer com mais acerto a demarcação de limites[19]. Instado a informar quem executara os mapas, Rolim de Moura afirmou ter sido um moço chamado Diogo José, um mineiro da região que tinha dotes para o desenho aos quais o governador pretendia utilizar novamente encarregando-o de realizar outros mapas para as demarcações[20].

Não sabemos quais terão sido os outros mapas executados pelo moço mineiro. No entanto, os dois exemplares que realizou da viagem de Rolim de Moura foram muito importantes no processo de evolução da cartografia do Mato Grosso. Fizeram-se várias cópias daqueles desenhos, quer contemporâneas e iguais ao original, quer utilizando-os como base de trabalho para actualizações posteriores[21].

Embora as posições dos acidentes geográficos ainda não estivessem totalmente correctas, os mapas da viagem de Rolim de Moura constituíram um importante avanço relativamente aos primeiros que tinham sido realizados na capitania, tanto em termos da sua execução gráfica, como em termos da informação cartográfica. Esses mapas contribuíram para o alargamento da própria noção dos caminhos definindo-os com tal abrangência geográfica que os convertia em imagem do território. Mas, à volta dos percursos que

---

[18] Jaime Cortesão refere, entre outras, a uma cópia realizada, em 1756, pelo Sargento-mor engenheiro da Bahia intitulada "*Mapa Geral do interior da nossa America*". Cf. Idem, p. 479.

[19] AHU Mato Grosso caixa 7 doc 44 - 13 de Março de 1755. Carta de Diogo de Mendonça Corte Real a D. António Rolim de Moura.

[20] AHU Mato Grosso caixa 8 doc 30 - 29 de Junho de 1756. Carta de D. António Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Corte Real.

[21] Tanto a Mapoteca do Itamaraty como o Arquivo Histórico do Exército possuem cópias de um mapa realizado em 1764, cujo título é "*Mappa do continente das capitanias de Mato Grosso, de Goiaz, com a configuração mais exacta, até agora, de todas as terras, rios e serras, principalmente dos dous caminhos, hum pelos rios, outro por terra de São Paulo para o Cuiaba*" que foi feito a partir do mapa de Rolim de Moura. A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro tem um outro exemplar intitulado "*Copia do mapa do Snr. Conde de Azambuja, em que se nota a derrota de S.E. desde São Paulo thé o Cuyaba por agoas com 114 dias de viagem dali por terra the a margem do Guapore onde fundou a Villa Bella em Mato Grosso (...) se conserva a gradação antiga percorrida da configuração e se lança neste quadro o cathalogo das observações astronomicas feitas pelos oficiais das demarcações desde o anno de 1782 the o de 1790*". Ver Inventário Iconográfico.

identificavam as áreas concretamente utilizadas pelos colonos, mantinham-se as indicações dos "sertões" ainda dominados pelas diversas tribos indígenas.

Entretanto, no mesmo ano de 1754 em que se tinham desenhado os mapas de Rolim de Moura, foram também realizados os levantamentos na área do rio Jaurú, inseridos na terceira partida de demarcações do Tratado de Madrid, uma das únicas levadas a cabo naquele período[22]. Entre os vários mapas executados pelos técnicos envolvidos naquela operação, o que apresenta o conjunto maior de informações relativas à capitania do Mato Grosso é o "*Mappa Geographico da Terceira Partida de divisões, que compreende do Salto Grande do Rio Paraná athe a boca do Rio Jauru, aonde se colocou hum dos marcos de marmore, em o dia 14º de Janeiro de 1754*"[23]. Ainda se notam erros, especialmente na direcção de alguns rios. Mas já não há indicações dos sertões indígenas e, como é evidente, o principal elemento do mapa é a fronteira com os territórios espanhóis que, no caso, se configura através do rio Paraguai **(fig. 70)**.

Nos anos 60, a cartografia da região foi dominada por um tema recorrente: a guerra provável com os espanhóis. Nesse sentido, voltaram a estar presentes as preocupações com as missões castelhanas, especialmente na região do rio Guaporé, onde se localizava o maior perigo, e onde se deram as acções de ocupação dos sítios das antigas aldeias jesuíticas. Nessa altura surgiram na capitania alguns desenhos de origem castelhana obtidos, provavelmente, em acções de "espionagem"[24].

Na sua maioria são levantamentos da região cuja maior preocupação era, evidentemente, o planeamento de um eventual combate. Em termos de

---

[22]Na Colecção Pombalina da Biblioteca Nacional de Lisboa há cópias de uma interessante correspondência trocada entre José Custódio de Sá e Faria e D. António Rolim de Moura que atesta o interesse do governador nos trabalhos demarcatórios e na confecção dos mapas em curso. Ver bibliografia deste trabalho.

[23] Há vários exemplares deste mapa em Portugal e no Brasil. Um deles tem uma dedicatória a D. António Rolim de Moura datada de "Vª Bela, 5 de Março de 1759" . (Cf. Isa Adonias - *Cartografia e Iconografia*, in "Real Forte Príncipe da Beira", Rio de Janeiro : Fundação Emílio Odebrecht, 1985, p. 181.) É possível que este exemplar com dedicatória a Rolim de Moura seja o que foi listado como um dos mapas geográficos que existiam na Secretaria do Governo da Capitania de Mato Grosso em 1798 (Cf. AHU Mato Grosso caixa 29 doc 23 - 1 de Março de 1798). Existe também na Casa da Ínsua uma cópia colorida do mesmo mapa realizada já no período de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Ver Inventário Iconográfico.

[24] É disso exemplo o mapa intitulado "*Mapa de Cuyaba y Mato Grosso*", que aponta a "*estacada de los portugueses*" e o "*campamto de Españoles*" para além das indicações da localização, das aldeias de Moxos e Chiquitos e dos arraiais portugueses. Mais dois exemplos são o "*Mapa que comprehende las Missiones de la Compañia de Jesus en el territorio de Moxos, y Chiquitos, en la Governacion, y Comandancia Gral. de Sta. Cruz de la Sierra, marcando en el terreno de S.M.C. que ocupan los Portugueses, segun las mas exactas noticias adquiridas por los Oficiales que han servido en la Expedicion de Moxos (...)*", não assinado e datado de 4 de Junho de 1764, na Cidade de La Plata, e outro desenho, sem título, que mostra com detalhe a fortaleza de N. Sra. da Conceição (embora estimada) e diante desta os destacamentos espanhóis que estiveram a postos para atacá-la, em 1766, sob o comando de Alonso Berdugo, Antonio Aymerich e António Pasqual, que assinaram conjuntamente a planta, em San Pedro, a 19 de Maio de 1766.

execução gráfica não são mapas muito elaborados, embora um deles tenha a assinatura de pelo menos um engenheiro, o coronel Aymerich[25].

Entretanto, no lado de cá da fronteira continuavam a realizar-se outros mapas e cartas. Em 1765, o então governador, Luís Pinto Souza Coutinho, encomendou a José Mathias de Oliveira Rego, que fizesse um esboço de parte dos rios Guaporé e Mamoré procurando identificar algumas ligações problemáticas. Este fez a "*Planta extimativa de parte do Rio Guaporé, e barra do Rio Mamoré*" cujas indicações dizem respeito antes de tudo à situações de defesa daquela área, referindo-se ao local onde os castelhanos faziam a "cilada".

Em 1769, o mesmo José Mathias de Oliveira Rego executou outros dois mapas que são significativos dos interesses em curso na região. Tratam-se de duas cópias de mapas antigos, que Souza Coutinho mandou "desenhar novamente". Um deles representa as "*capitanias do Rio de Janeiro. Minas Geraes, São Paulo, Goyas, Cuiaba e Mato-Grosso*"[26] e o outro mostra a região sul do continente onde se travaram as lutas com as missões guaranis[27]. Os originais desses mapas datavam respectivamente de 1755 e de cerca de 1759.

---

[25] Há ainda um outro desenho da autoria do coronel Aymerich existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Trata-se de um croquis da área do rio Baurés o qual foi, possivelmente, enviado pelo governador João Pedro da Câmara à corte como prova do perigo que se corria na região, denunciando a presença daquele engenheiro e a movimentação das tropas inimigas. ("*Croquis por el qual se hace presente el camino que se propone hacer desde el pueblo de San Pedro hasta la otra banda del rio Baures passando por la estancia del pueblo de San Miguel (...)*", Antonio Aymerich, 1766, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Iconografia Arc 23-1-15). Em carta de 20 de Junho de 1766 de João Pedro da Câmara a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o governador descreve os movimentos dos espanhóis na fronteira, demonstrando especial preocupação com a presença do engenheiro que dizia ser sobrinho de Cevallos e que estava instalado nas missões do Baurés. Como se refere também ao envio de um mapa, supomos que pode ser o exemplar indicado. Cf. AHU Mato Grosso caixa 12 doc 60.

[26] "*Mappa do Continente das capitanias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Goyas, Cuiaba e Mato Grosso, da Monarchia Lusitana, deleniado por N. e composto e ajustado nas suas partes, por calcullos e observaçõins de huns lugares, e noticias de outros, tomadas solicita e miudamente, dos Certanistas mais conhecidos, e de muitas pessoas praticas. Não se descreveo o nome de alguns Rios, por senão saberem com certeza. Feito no anno de 1755. Mandado desenhar novamente pelo Ill.mo e Ex.mo Sñr. Luis Pinto de Sousa Coutinho, Goverandor e Capitão General das Capitanias de Mato-Grosso e Cuyaba, por Jozé Mathias de Oliveira Rego, Sargento Môr Infantaria com exercicio de Engenheiro, Anno 1769*" . Casa da Insua A 15.

[27] "*Mappa de huma parte da America Meridional pertencente a devizão pelo publico tractado de lemites entre as duas coroas de Portugal, e Hespanha: Demostra a demarção (sic) primeira de Castilhos Grande, até ao posto de Santa Tecla, e paiz porq ha passado a armada del Rey F., tudo configurado pelas ajustadas observaçoins da prancheta; como tambem o que ha atalhado o exercito de S.M.C., e o q se fecha entre o rio Uruguay, e missoins pertencentes a sobre dita demarcação, o q se pos com as referidas noticias de praticos, e vaqueanos, assim portug.s como hespanhoes, aos quaes sendo mostrado, uniformes afirmarão, estar conforme com o q elles sabem do referido pais q tem pizado. Demostra igualm.te o gr.de como inutil trabalho que sofreria a armada de S.M.F. sahindo do rio Gr.de aonde ao prez.te se acha, e marchasse por Chuy, e Serro de Ilhecas a unirse as tropas de S.M.C. q sahirão de Monte Vedio, afim de marcharem juntas a S.ta Tecla. Ultimam.te se mostra ser, incoveniente o fazer-se em o passo Chileno a junção dos dous exercitos a caminho que sae do R. Gr.de (...) C. Lugares propostos pelo Sr. G.al Gomes Freire de Andrade pª em hu delles se ajuntarem os dois Ex.tos, e pª os Q.es pode mais brevem.te marchar o de S.M.C., e com menos cuid.º de serem insultados pellos indios, e se marchar mais facilidade as missoins. Mandado desenhar novam.te pello Ill.mo e Exm.º Snr Luis Pinto de Souza Coutinho, Governador e Capp.am General das Capp.nias de Mato-Grosso, e Cuyabá, Por Jozé Mathias de Oliveira Rego, Sargento mór de Infantaria com exercicio de Engenheiro, em o anno de 1769*". Biblioteca Pública Municipal do Porto pasta 24 (38).

O das capitanias corresponde a uma nova versão do mapa-base da região que tinha sido feito com as indicações da viagem de Rolim de Moura. O do sul, cuja legenda continha várias informações sobre a guerra guaranítica na área do rio Uruguai, era também uma síntese informativa sobre as tentativas de demarcação naquele perímetro.

Compilando as informações cartográficas disponíveis, o governador procurava manter-se em sintonia com o processo de construção da fronteira quer na sua região, quer mais ao Sul. Mas o interesse prioritário relativamente ao mapa da área do rio Uruguai dizia provavelmente respeito às tácticas de guerra e movimentação de tropas que a carta indicava. O que tinha especial utilidade na conjuntura então vivida no Mato Grosso, quando se pensava que era possível haver um ataque espanhol.

No entanto, para além das preocupações com as eventuais hipóteses de batalhas na fronteira, observa-se uma evolução crescente no sentido de integrar a região num suposto mapa "maior" da colónia, quer buscando informações sobre as áreas confinantes à capitania, quer fixando a sua imagem balizada por estas áreas. Um outro mapa também encomendado por Luís Pinto de Souza Coutinho é disso um bom exemplo. O desenho, do qual se conhece uma cópia do século XIX, intitula-se *"Carta Geografica das Cap.as. do Para, Maranhão, Piauhy, Goias, Matto Grosso, e S. Paulo, e das mais provincias e reinos confinantes, desde o parallelo de 10 Gráos de latitude septentrional, athe ao parallelo de 26 Gráos de latitude Meridional, formada dos melhores Mapas, e observaçoens mais modernas, e derrotas que fes do Govor. e Capam Gal, que foi de Matto Grosso, Luís Pinto de Souza Coutinho (...)"*[28].

Note-se que se mantém a designação das "derrotas" efectuadas pelo governador como o princípio que aquilata a confecção da própria carta. Na verdade tal facto é significativo na medida em que, como já havíamos notado nos capítulos anteriores, as "derrotas", ou os caminhos percorridos pelos sucessivos governadores do Mato Grosso para alcançar a capitania, implicaram num conhecimento acrescido das várias ligações que conectavam aquela região ao resto da colónia. Assim, enquanto os primeiros mapas realizados no período de Rolim de Moura mostravam as conexões com o Sul, estes agora mostravam as conexões com o Norte, por onde tinham chegado tanto João Pedro da Câmara, como Luís Pinto de Souza Coutinho. Mas não só relativamente às grandes ligações os mapas continuavam a referir-se às

[28] Segundo Isa Adonias trata-se de um mapa bastante minucioso, no qual estão integralmente representadas as capitanias de Mato Grosso, Goiás, Pará e Rio Negro. O desenho é uma cópia realizada por José Pedro César de Menezes, no ano de 1809, por ordem de Carlos César Burlamaqui, então governador da capitania do Piauí. Cf. Isa Adonias - *Cartografia e Iconografia...*, p. 179

"derrotas" como as bases da sua confecção. Um outro pequeno levantamento da área circundante de Vila Bela, realizado no mesmo período, também se intitulava "*Mappa topografico das vizinhanças de Villa Bella, desde as fontes do rio Guapore, athé o marco do rio Jauru: formado das derrotas, observaçõens que fez e noticias que adquirio daquelle paiz, o Governador que foi desta capitania de Mato Grosso Luis Pinto de Souza Coutinho*"[29].

A viagem de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres veio também confirmar tal quadro. Mesmo antes da partida do Rio de Janeiro o governador teve a preocupação de recolher as informações mais actualizadas e detalhadas sobre o longo caminho que iria percorrer até a sua capitania[30]. Foi inclusive encomendado um mapa que mostrava a região entre Vila Boa de Goiás e Cuiabá, o qual foi especialmente realizado para a sua viagem[31]. O resultado dessa nova recolha e sistematização de dados constituirá o que designamos a "terceira geração" de mapas de caminho do Mato Grosso.

Embora a representação da região central do Brasil (nomeadamente da capitania de Goiás) estivesse presente já nos mapas do período de Rolim de Moura, Luís de Albuquerque foi o primeiro a empreender, pessoalmente, o longo percurso por aqueles caminhos do interior do continente. Desse modo, assim como naquela altura foram importantes as medições e levantamentos realizados pelo Conde de Azambuja no caminho de Santos à Cuiabá, agora também o seriam as medições e correcções realizadas por Luís de Albuquerque nas regiões por onde passou.

Importa no entanto salientar que, nos cerca de vinte anos que separam a realização dos mapas de Rolim de Moura dos de Luís de Albuquerque, o quadro geral da cartografia na colónia havia crescido bastante. O quarto governador da capitania do Mato Grosso pode assim contar com muito mais elementos de pesquisa do que o seu antecessor. De uma maneira geral, e para além do contexto das operações de demarcação realizadas quer a norte quer a sul da colónia, também no interior, o famoso mapa de Colombina tinha, por assim dizer, feito "escola". Embora ainda se mantivessem grandes erros no que dizia respeito às distâncias efectivas entre os pontos, tinham-se multiplicado os

---

[29] Existem pelo menos três cópias similares do mesmo mapa. Duas no Arquivo Histórico do Exército (nº 66 -C e nº 007 F.6.4.) e outra na Biblioteca Pública Municipal do Porto (pasta 24(47)).

[30] Entre os vários mapas a que Luís de Albuquerque provavelmente teve acesso deveria constar a "*carta da capitania do Rio de Janeiro tirada por ordem do Illmo e Exmo Sr. Conde da Cunha pelo capitão engenheiro Salvador Franco da Mota no anno de 1767*", pois Salvador Franco da Mota acompanhou o governador na sua viagem para o Mato Grosso.

[31] Trata-se do "*Mappa que o Illmo e Exmo Snr Brigadeiro Antonio Carlos Furtado de Mendonça mandou fazer e ajustar em conferência de pessoas munto praticas do caminho de Villa Boa athe o Cuyaba para a melhor comodidade da marcha que ha de fazer por esta estrada o Illmo e Exmo Snr Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (...) Thomas de Sousa fez em Junho de 1772.*" .

desenhos que procuravam abarcar os largos espaços do interior do continente numa visão integradora do todo colonial.

Entre os melhores exemplos que se pode citar de tal processo é a "*Carta Geografica da America Meridional dividida em sete principais partes, subdivididas em outras, que no Brasil se chamão Capitanias, & estas repartidas em outras muitas com o titulo de Comarcas, ou Ouvedorias (...) Que pelas modernas noticias e exactas diligencias applicadas a conseguir a concorrencia de muitos mappas de varias partes, e combinandose huns com os outros, dirigindo-os a hum todo, mandou delinear e colorir Luiz Diogo Lobo da Silva, Govor e Capm Gnal da Capitania de Minas Geraes, e que melhor se faria se se medisse e examinasse o terreno, como intentava mandar fazer, e não cõcluio por se findar o tempo do seu Governo(...)*"[32].

Assim, Luís de Albuquerque não só buscou a "concorrência de muitos mapas", e os combinou uns com os outros, como também efectivamente mediu e examinou os terrenos por onde passou, como o seu colega da capitania de Minas Gerais pretendia fazer e não pode.

Há duas versões, provavelmente contemporâneas, do mapa da viagem de Luís de Albuquerque. A que parece ter sido a primeira configuração do desenho, que tem inclusive a assinatura de Luís de Albuquerque, intitula-se "*Carta geografica que mostra a vigem do Rio de Janeiro athe Villa Bella da Santissima Trinde. Capal. do Govo. do Matto Groço, o mais Ocidental da America Portugueza, executada no anno de 1772 pelo Goverandor e Capitão General do Estado do Matto Groço e Cuiabá Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres: na qual se vem tambem descriptas as Sinco capitanias de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Geraes, Goiaz e Mato Grosso com as suas relativas estençoens e lemites, igualm.te que a fronteira do Estado do Brazil com os dominios de Castela(...), o que tudo se redigio com bastantes aumentos e correcçoens fundados nas proprias noticias, e exames oculares, e nos Mapas mais modernos e verdadeiros que poderam adiquirirse na mesma viagem pelo sobre dito Gor. e Capam. General*" **(fig. 71)**.

A segunda versão abarca apenas uma parte do desenho anterior e intitula-se "*Carta de toda a porção d'America Meridional que pareceo necessaria a manifestar a viagem de 569 legoas commuas, que da escala e cidade do Rio de Janeiro, executou por terra, em 17 do mes de Mayo de 1772, para Villa Bella da Santissima Trindade, o Goverandor e Capitão General do Estado do Mato Grosso e Cuiabá, Luis d'Albuquerque de Mello Pereira e*

---

[32] Trata-se de um exemplar da Mapoteca do Itamaraty. Cf. Isa Adonias - *Cartografia e Iconografia...*, p. 176

Caceres do Concelho de Sua Magestade Fidelissima que Deos guarde" **(fig. 71A)**.

O que quer que se diga sobre estes mapas é importante ressaltar que eles traduzem uma evolução em termos da representação cartográfica que não é apenas significativa no quadro regional do Mato Grosso, mas no conjunto de toda a cartografia da colónia. Por um lado, ao compararmos estes desenhos com os relativos à viagem de Rolim de Moura as diferenças são evidentes. Aqui já não se tratava de mostrar um caminho que pretendia configurar um território, mas de apresentar um território constituído no qual se indicavam um, ou mais caminhos. A própria representação dos eventuais "vazios" de conhecimento - e de poder sobre o território - que se mantinham, como o "certão do gentio cayapo", eram apresentados inseridos num conjunto muito mais sólido de referências geográficas que os limitavam entre áreas de soberania garantida e não ao contrário, como era nos mapas de Rolim de Moura **(figs. 68 -69)**.

Evidentemente, a base desse referencial geográfico continuava a ser a rede hidrográfica e as indicações das principais serras e montanhas, que já existiam nos primeiros mapas de caminho. Só que aqui estes elementos estavam distribuídos ao longo de todo o mapa, exibindo um conjunto de relações e de conexões muito mais rico (e real) do que o que era mostrado nos exemplares iniciais.

Por outro lado, se fizermos a comparação com outros mapas contemporâneos, ou mesmo posteriores, que pretendiam representar igualmente aquelas regiões centrais da colónia, as diferenças qualitativas também são muito grandes. Vejam-se por exemplo dois mapas da capitania de Goiás realizados em 1778, por Thomas de Souza[33], que denotam muito pouco avanço relativamente à carta de Colombina e que, certamente, apresentam uma informação bem menos sistematizada do que as cartas da viagem de Luís de Albuquerque **(fig. 72)**.

A riqueza informativa é também visível no aspecto da divisão interna das capitanias que são representadas no mapa. Em 1749, quando Rolim de Moura recebeu as instruções régias para dar início ao governo do Mato Grosso reconhecia-se naquele documento que os confins do governo com as outras capitanias do Brasil não estava definido "*por falta de conhecimento bastante*

[33] O engenheiro Thomas de Sousa teve importante papel na capitania de Goiás e prestou, em mais de uma ocasião, colaboração no levantamento do Mato Grosso. Vimo-lo realizando o desenho da fortaleza de N. Sra. da Conceição e a carta que Luís de Albuquerque utilizou como base para a sua viagem entre Vila Boa e Cuiabá e o veremos ainda como autor de outros mapas entre os quais uma planta identificada como "*Carta Geografica de Villa Boa the a Fortaleza de N. Sra. . da Conceição"*, realizada também em 1778, que mostra de maneira bastante simplificada as comunicações entre o Pará, Mato Grosso e Goiás. Ver inventário Iconográfico.

dos sertões"[34]. Em 1772, quando Luís de Albuquerque fez o mapa da sua viagem, uma das suas preocupações foi delimitar correctamente as áreas correspondentes à jurisdição de cada governador.

Outro ponto significativo é a apresentação do litoral no mapa. Tal circunstância relaciona-se, evidentemente, como facto de Luís de Albuquerque ter iniciado a sua viagem no Rio de Janeiro, mas é importante na medida em que a costa atlântica passava a funcionar como referencial de distância da capitania do Mato Grosso, o que até então nunca tinha sido representado. Assim, a "distância" da viagem de Luís de Albuquerque era passível de ser politicamente lida como a "profundidade" dos domínios portugueses na América.

Todos esses aspectos relacionados com a qualidade dos mapas em causa apontam para o problema da identificação da sua autoria. Os originais dos desenhos estão assinados por Luís de Albuquerque que, nos seus diários, afirma ter efectuado pessoalmente as medições ao longo da jornada. É perfeitamente lícito admitir que boa parte do trabalho tenha sido de facto realizada pelo próprio governador que levou consigo os instrumentos necessários para as demarcações[35]. Há que considerar, no entanto, que é também bastante provável que Luís de Albuquerque tenha contado com a ajuda do engenheiro Salvador Franco da Mota, que o acompanhou durante toda a viagem e que, possivelmente, foi o responsável pelo mapa "passado a limpo" que foi enviado à corte em 1773[36].

O mesmo engenheiro deve ter desenhado também a pequena carta relativa ao exame das minas de sal e salitre próximas de Cuiabá, que foi realizado por Luís de Albuquerque logo na sua chegada à capitania, em Outubro de 1772[37]. É interessante observar o cuidado posto no tratamento deste pequeno desenho que inaugura uma fase de maior investimento estético na apresentação das cartas, mesmo quando se tratavam de apontamentos relativamente simples **(fig. 73)**.

---

[34] Ver item 3.1. "A Criação da Capitania: as vilas e o território".

[35] Em carta datada de 6 de Dezembro de 1771, quando ainda estava no Rio de Janeiro, antes de começar a jornada para o Mato Grosso, Luís de Albuquerque informava à Martinho de Melo e Castro *"em meu poder fica um graphometro e hu estojo de Matematica que V. Excia foy servido remeter-me para destes instrumentos poderem fazer necessario uzo os engenheiros e tomarei por cuidado na sua conservação"*. (AHU Mato Grosso caixa 15 doc 28)

[36] AHU Mato Grosso caixa 15 doc 70 - 4 de Janeiro de 1773. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro em que comunica a sua chegada e refere ao diário que tinha feito da viagem ao qual acrescentaria uma carta geográfica para o remeter à corte.

[37] Voltar-se-á a referir a estes levantamentos das minas de sal e salitre no próximo capítulo.

Um dos primeiros actos de Luís de Albuquerque foi a recomendação para que fosse levantada a área das nascentes dos rios Aguapei e Alegre. O governador pretendia estabelecer uma ligação entre os dois rios construindo uma passagem na pequena porção de terreno a que chamavam de o "extremo varadouro", ou istmo, que separava as duas nascentes. O canal projectado entre os dois rios nunca chegou a ser concluído, embora o comboieiro Gabriel António Henriques, que havia intentado a acção, protestasse sempre "*que se podia conseguir aquele fim, ainda que contra as experimentadas notícias de todos os praticos do país*"[38]. Os primeiros desenhos deste projecto foram executados por volta de 1773, quando foi ordenado o levantamento[39]. Outras cópias foram realizadas posteriormente, como é o caso do exemplar da Casa da Insua, feito certamente após a fundação de Casal Vasco, em 1782 **(fig. 74)**.

Durante todo o ano de 1774, e nos imediatamente posteriores, os interesses de Luís de Albuquerque estiveram prioritariamente voltados para a exploração da região dos rios Madeira e Guaporé, onde, cumprindo as ordens régias, buscava os sítios próprios para a instalação das fortalezas e feitorias determinadas pela coroa. As viagens e trabalhos realizados naquela região, quer pelo governador, quer pelos engenheiros, deram origem a uma série de desenhos, em especial levantamentos do curso dos rios, a que se referirá no item a seguir.

Após a fundação das fortalezas e vilas (Coimbra, 1775; Príncipe da Beira e Viseu, 1776; Albuquerque e Vila Maria, 1778) a representação cartográfica do Mato Grosso tomou outro rumo, especialmente determinado por Luís de Albuquerque. Obcecado com a ideia da fronteira, o governador investiu na representação do território completo que dela dependia. Ou seja, os novos mapas procuravam não apenas apresentar a capitania, mas, dando a ver a fronteira regional, buscavam relacionar aquele espaço com o todo colonial que ali tinha o seu "limite".

O primeiro exemplar desta nova série, já agora de efectivos "mapas do território" foi a carta realizada, em 1778, intitulada "*Mapa de Todo o vasto*

---

[38] Cf. Isa Adonias - *Cartografia e Iconografia*..., p. 193.

[39] Como já se fez ver noutros capítulos, a questão da ligação entre os rios Aguapei e Alegre é especialmente significativa. A legenda dos desenhos demonstra o grande entusiasmo despertado pelo "istmo" que é referido como "*talvez o mais memoravel no seu genero de todo o universo*". A recuperação da mítica circunvalação do Brasil representada hipoteticamente pela passagem do istmo é também referida numa carta realizada em 1775, por Thomás de Souza, que se intitula "*Carta Geografica da America Portugueza ou terreno americano, compreendido entre os Rios das Amazonas e Paraguai; supostas as suas fontes no Guapehy e Alegre, nas terras de Portugal na capitania do Matto Grosso*" .

Continente do Brazil, ou America Portugueza com as fronteiras respectivamte constituidas pelos Dominios Espanhoes adjacentes. Oferecido junto do Soberano Trono da muito alta e mto poderoza Rainha Nossa Senhora D. Maria Iª por Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres do Consº de S. Mag. G.or e cap.am General do Mato Groço e Cuiabá, debaixo de cujos exames e direcção se reduziu e configurou o mesmo mapa no anno de 1778" [40]. **(fig. 75)**.

Esta carta representa um marco a vários níveis. Primeiro, por se constituir como um inquestionável exemplo do empenho e pertinácia de Luís de Albuquerque que a fez em circunstâncias de isolamento e falta de meios de vária ordem. Segundo, por concretizar, a partir de dentro, a ideia do território cuja soberania se define pelo seu conhecimento. E terceiro, por representar no todo da colónia o verdadeiro significado das suas partes, valorizando o "vasto continente do Brazil" em si, ou seja, o seu território.

Com efeito, Luis de de Albuquerque construíu praticamente sozinho este mapa. Lembremos que o governador perdeu sucessivamente os engenheiros que tinha de serviço no Mato Grosso, tendo morrido, em 1774, Salvador Franco da Mota e, em 1777, Domingos Sambucetti. Segundo os seus relatos, Luís de Albuquerque fez questão de compilar todos os dados disponíveis na capitania e, fazendo uso das medições entretanto efectuadas na região, quer por si próprio, quer pelos engenheiros, assim como de outras cartas existentes na secretaria do governo, montou o novo mapa tendo encomendado apenas a sua "cópia" (desenho) a um "curioso do país". Este curioso era, sem dúvida alguma, Francisco Xavier de Oliveira, um velho desenhador que vivia em Cuiabá desde os tempos de Rolim de Moura[41] e que Luís de Albuquerque tinha levado para Vila Bela.

A opinião de Luís de Albuquerque sobre Francisco Xavier de Oliveira não era das mais abonatórias[42]. No entanto, talvez porque tivesse efectivamente poucas pessoas com que contar, o governador requisitou os serviços do desenhador em mais de uma ocasião. Este já tinha executado, em 1774, a carta do rio Guaporé, a que voltaremos a referir no próximo item, e faria ainda outros

---

[40]Casa da Insua A 24. Para a realização deste grande mapa foram feitos outros parciais que também constam do acervo da Casa da Insua. Ver Inventário Iconográfico.

[41] Segundo Carlos Moura, Francisco Xavier de Oliveira foi levado para a capitania pelo próprio Rolim de Moura que o trouxe na sua comitiva desde Santos, por o "*ter achado com préstimo de riscar e outras coisas semelhantes*". O mesmo autor afirma que o desenhador viveu muitos anos em Cuiabá sendo inicialmente sustentado por Rolim de Moura. Cf. Carlos Francisco Moura - *As Artes Plásticas em Cuiabá nos séculos XVIII e XIX*. Cuiabá : Fundação Cultural de Mato Grosso e Museu de Arte e de Cultura Popular da UFMT, 1976, p. 17.

[42] Dizia que ele era "*de genio tão vario, e extravagante, que muito pouco se pode certamente contar sobre o seu prestimo, que alias senão estende a construir de novo, nem tão pouco a reduzir cartas Geograficas, que vem a ser o mais importante de que se trata, não passando de ser nesta parte que um mero copiador athe onde a sua ja grande falta de vista e exquizito genio lhe permitem*". AHU Mato Grosso caixa 22 doc 23 -

trabalhos, mesmo depois da chegada dos engenheiros da demarcação. Fez o desenho de algumas plantas de cidades, mas fez sobretudo cartelas e molduras de mapas, que acabariam por ser a sua "especialidade" no conjunto da cartografia da região.

Na verdade, embora Souza Viterbo refira à Francisco Xavier de Oliveira como "desenhador e cartógrafo"[43] tratava-se, com mais propriedade, de um profissional cuja actuação mais se aproximava da de um artista, tal como podia ser entendido no século XVIII. Para além das cartelas que desenhou, as quais denotam o seu empenho estético e decorativo, em especial nas representações de animais e figuras humanas que introduziu nas molduras dos desenhos, Francisco Xavier de Oliveira fez também outros trabalhos. No mapa de rendimentos e despesas da Câmara de Cuiabá no ano de 1769 consta que se "*pagou a Francisco Xavier de Oliveira por mandado do risco da planta que foi a S. Mag. para a igreja*" assim como também se lhe pagou "*por mandado da muzica da festa de S. Sebastião*"[44]. A julgar pelo estilo da cartela, que repete alguns elementos constantes nas cartas geográficas, Xavier de Oliveira terá sido também o autor do projecto para a igreja da Chapada dos Guimarães realizado em 1780[45], assim como, provavelmente, desenhou duas plantas, uma de Cuiabá, outra de Vila Bela, ambas realizadas em 1777[46]. Artista com aptidões eventualmente mutifacetadas, abrangendo pelo menos o desenho e a música, é possível que Xavier de Oliveira tenha integrado o significativo quadro da cultura barroca do Mato Grosso no século XVIII, que tinha entre as suas principais expressões o teatro[47].

Nesse sentido, o "preconceito" de Luís de Albuquerque relativamente a Francisco Xavier dizia respeito, provavelmente, a uma eventual falta de talentos

---

6 de Março de 1785. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro. Quando Luís de Albuquerque fez este comentário, Francisco Xavier tinha já mais de 75 anos.

[43] Cf. Souza Viterbo - *Expedições Científico-Militares enviadas ao Brasil*, Vol II. Lisboa : Edições Panorama, 1964, p. 35.

[44] AHU Mato Grosso caixa 13 doc 48. Mapa Geral das Receitas e Despesas da Capitania no ano de 1769.

[45] Trata-se do "*Prospecto da Igra. Matriz Missão da Sra. S. Ana do Sacramento, sita no continente da Va. do Cuyabá, erecta, e novame. acrescenta., pelo Bel. Jozé Carlos Pra. Juiz de Fora dada. Va. no exercicio e Ovdor. Gl. desta capitania de Mato Grosso, governando a mesma sabia e felismte o Illmo e Exmo Sr. Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Caceres... anno 1780*". Sobre o projecto da Igreja da Chapada ver a obra já referida de Carlos Moura - *A Igreja de Santa Ana do Sacramento da Chapada dos Guimarães 1779-1979*. Cuiabá : UFMT, 1978.

[46] Tratam-se dos seguintes exemplares : "*Plano da Capital de Villa Bella do Mato Grosso situada em 14°35' de latitude Meridional e em 318°35' de longitude contados da Ilha do Ferro, cujo plano se levantou no anno de 1777 por Direcção do Gov. e Cap. General daquela capitania a mais ocidental do Brazil. Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres*". e o "*Plano da Villa de Cuiabá da Capitania de Mato Grosso situada em 14°45' de latitude Austral e 322°5' de longitude contados da Ilha do Ferro: cujo plano se levantou debaixo da direcção do G. e Cap. General da referida ca.ta. Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, no anno de 1777.*" Ver Inventário Iconográfico.

[47] Ver, mais adiante, sobre este aspecto, o item 11.3. "Visões do Mundo: O Teatro na Fronteira".

de cunho matemático, embora, certamente não descurasse o mérito dos seus ornatos nas molduras e cartelas dos mapas que enviava para a corte[48].

Vale notar, neste particular, que alguns desses desenhos são especialmente bonitos e, na sua maioria, procuram representar aspectos naturalistas, incluindo índios e animais da floresta. Tal facto é visível no "*Mapa de todo o vasto continente do Brasil*" em que, junto á legenda principal, com a sua moldura característica, aparecem dois índios com uma onça aprisionada e ao seu lado um animal que parece ser uma capivara. No outro extremo do desenho, onde foram acrescentadas as notas, toda uma composição se expõe. O conjunto forma-se por duas partes que pretendem representar uma espécie de placa de pedra sobreposta a um murete também de pedra. Á volta deste conjunto há um interessante grupo de figuras que se encontram encadeadas umas às outras. À esquerda da composição surge um casal de índios em pose idílica. Ele segura uma catana à qual se vê amarrado um fio. Este fio liga-se a um pequeno macaco que está sentado sobre o murete comendo uma banana com uma das mãos. Com a outra mão o animal recebe outra banana que lhe é dada por outro índio que se encontra do lado oposto do murete. Este índio, armado de arco e flecha, tem também uma espécie de fio que o liga a um animal que parece uma mula, que tem ao seu lado, um cão e um tatu. À volta da placa que está sobre o murete surge um outro grupo de figuras. Desta feita aparece uma musa apoiada sobre nuvens que escreve com uma pena na superfície da laje que é sustentada por dois pequenos querubins. Embora não haja nenhuma explicação definitiva para os motivos utilizados na composição talvez se a possa ler como uma alegoria da construção que se pretendia fazer naquele território erguendo sobre as suas bases naturais uma sólida "civilização" cristã **(fig. 75A)**.

Mas a importância que este mapa representa enquanto documento cartográfico ultrapassa, em larga medida, as suas eventuais qualidades estéticas ou alegóricas. Ultrapassa, inclusive, as suas próprias qualidades (ou defeitos) especificamente cartográficos, pois embora persistam alguns erros de representação, o "*Mapa de todo o vasto continente do Brasil*" é uma síntese, cujo mérito principal reside mais na metodologia do que na cartografia em si.

Nas notas, que também foram emolduradas pelos desenhos de Francisco Xavier, Luís de Albuquerque explica o processo utilizado na confecção do seu "monumento geográfico". Na primeira diz que "*pela falta de suficientes cartas*

[48] Numa outra carta da fronteira, realizada já em 1785, por Ricardo Franco de Almeida Serra, o governador encomendou a Francisco Xavier de Oliveira que desenhasse o busto da rainha. AHU Mato Grosso caixa 22 doc 23 - 6 de março de 1785. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro.

e notícias se não compreenderam neste mapa os três governos da Ilha de Santa Catarina, Rio Grande de São Pedro e da Colonia do Sacramento, Subalternos da Capitania Geral do Rio de Janeiro os quais também pertencem ao Real Dominio de S. Magestade e jazem desde a latitude □em branco□ *athe a desembocadura e Margem Septentrional do Grande Rio da Prata e assim mesmo se não descreveu o sertão das capitanias da Bahia e Pernambuco pela sobredita falta de cartas*". Na segunda nota acrescenta-se que "*a direcção pontuada de encarnado desde a capital do Rio de Janeiro ate Vila Bella da Santissima Trindade capital do Mato Grosso faz ver a dilatada estensão e diferentes rumos da viagem que o referido G.or. e Cap.am G.ral executou no anno de 1772 indo tomar posse daquele governo e desde Vila Bela ao longo dos rios Guapore e Mamore, da Madeira e das Amazonas athe o Para no anno de* □em branco□ *qdo se recolhia a Portugal*".

Ambas estas observações são significativas. A primeira por deixar claro que embora faltem algumas informações sobre certas partes do território é sobre a ideia do seu todo que se apresenta o mapa. Vale notar a preocupação em descrever a extensão dos domínios do rei até a embocadura do rio da Prata, assumindo, implicitamente, o direito à Colónia do Sacramento, que tinha sido tomada pelos espanhóis em 1777[49].

Quanto à segunda nota, ela é importante na medida em que Luís de Albuquerque, para reforçar a credibilidade do documento que produziu, procurava mostrar o seu conhecimento concreto dos territórios que havia desenhado. Para tal apresentava os "caminhos" que havia percorrido, adiantando, inclusive, um percurso que tencionava fazer, mas que ainda não tinha feito, que era a volta pelo rio das Amazonas até ao Pará[50]. Este aspecto é especialmente interessante porque reafirma o discurso da experiência, como o método mais abalizado para comprovar o conhecimento. Mas é também significativo que parte desta experiência possa ter sido assumida "avant la lettre". De certo modo, Luís de Albuquerque podia afirmar que conhecia concretamente pelo menos até a metade do caminho do Pará, pois o tinha percorrido até as cachoeiras do rio Madeira. Dali até Belém, o seu conhecimento era "teórico". Mas não era menos concreto. Na verdade, o governador detinha efectivamente o saber "geográfico" e espacial de todo o

[49] É possível que Luís de Albuquerque tenha deliberadamente omitido do seu mapa esta área, exactamente para não provocar polémicas com os espanhóis. A razão que apresenta, de não ter cartas suficientes na capitania, é perfeitamente plausível para as regiões da Bahia e Pernambuco, que também ficaram em branco, mas é menos credível para as regiões do Sul. Vide, pelo menos, os mapas que Luís Pinto de Souza tinha mandado executar em 1769. (Ver nota 27 deste capítulo).

"vasto continente do Brasil" tal como o apresentava. E isto é o mais significativo, pois representa um saber, a vários níveis, partilhado pela sua geração.

Insistindo no tema da fronteira, Luís de Albuquerque mandou fazer, depois desse, uma série de outros mapas que mostravam a capitania do Mato Grosso e as suas adjacentes, ou que ampliavam a área da linha de fronteira proposta pelo governador na sua "Ideia Geral". Todas estas cartas funcionavam como documentos da sua insistente argumentação. Aumentando sucessivamente a escala de desenho dos mapas procurava mostrar com maior detalhe as áreas problemáticas. A sequência dos mapas que a seguir se pode ver indica perfeitamente o processo seguido.

Na "*Carta Geográfica do Governo e Capitania General do Mato Grosso e Cuiabá com parte de outros Governos adjacentes*" mostra-se o conjunto da capitania, em especial o quadro da sua rede hidrográfica. Na "*Carta Geographica dos Extenços Territórios, e principais Rios do Governo, e Capitania General do Matto Grosso (...)*" o que é mostrado é basicamente a linha de fronteira e os rios que lhe estão adjacentes. *Na "Carta Topographica de huma parte da Vasta capitania de Matto Grosso (...)"* apresenta-se apenas a área relativa ao artigo X do Tratado, onde se pretendia estabelecer a linha curva, ao invés da recta prevista no acordo. O desenho é claramente um pormenor do anterior, onde são aumentados os rios e acrescentadas algumas informações sobre outros acidentes geográficos **(figs. 76-77-78)**. Foram estes mapas, realizados entre 1778 e 1779, a base do que foi enviado para a corte, em 1780, juntamente com a "Ideia Geral", onde Luís de Albuquerque defendia a "sua" fronteira[51]. Note-se que todos estes desenhos eram bastante grandes, assim como também o era o "*Mapa de todo o Vasto Continente do Brasil*", tendo quase todos dimensões de cerca de 100 cm de lado, ou mais.

Em 1782 chegaram finalmente os matemáticos e engenheiros. E Luís de Albuquerque pô-los imediatamente a trabalhar. Ordenou expedições às principais áreas da fronteira: a região do famoso istmo, entre o rio Jauru e o

---

[50] Quando mandou desenhar o mapa Luís de Albuquerque provavelmente já contava com a sua substituição no governo da capitania. Como já vimos, em 1779, João Pereira Caldas foi nomeado governador do Mato Grosso, embora nunca tenha chegado a assumir o posto.

[51] Ver item 4.3. "O Território Tratado" onde se faz referência ao mapa que foi acompanhando a documentação escrita. O exemplar que seguiu em 1780 tinha como título "*Mappa oferecido à soberana Presença da Rainha Nossa Senhora por intermédio do Illmo e Exmo Sor Martinho de Mello e Castro, Ministro e Secretário de Estado dos Negocios Ultramarinos, por Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres Governador de Mato Grosso e Cuyaba. No qual se configurão com mais algum detalhe acrescentando varias notas de bastante consideração os diferentes territorios ocidentaes da dita capitania que confinam com os Dominios Hespanhoes de Mojos e Chiquitos sobre que principalmente tem de lançar-se a linha divisoria que deve separar os dous Reaes Dominios, segundo pouco mais ou menos a ideia geral da mesma linha, ou sua respectiva tentativa que com data de 20 de Agosto de 1780 já foi presente à mesma Augusta Senhora pelo referido Governador e Capitão General*". A "carta particular" que o governador também refere era, provavelmente, o mapa que apresentava em maior detalhe a área relativa ao artigo X.

Barbados, e a área do Guaporé, nas proximidades do Príncipe da Beira e depois o Paraguai. Estas, e outras expedições, deram origem a várias cartas que, por se basearem sobretudo no levantamento detalhado dos rios, serão tratadas no próximo ítem. Os rios, que eram os eixos definidores da fronteira seriam, a partir de então, a principal base de trabalho dos demarcadores que ampliavam assim a escala e o detalhe de cada uma das suas partes tornando o território cada vez mais visível e legível.

A par das cartas de rios, realizaram-se também alguns levantamentos mais detalhados das áreas limítrofes, entre os quais se destacam os "raids" efectuados na vizinhança de Casal Vasco ou de Vila Bela. Vejam-se os exemplos da "*Carta dos campos e cabeceiras do Rio Barbados, levantada por ordem do Exmo Sr. Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres nos anos de 1782 e 83*" [52], ou o "*Mappa Geografico em que se mostrão as derrotas de Cazal Vasco às Missões de Sta Anna, e Sto Ignacio da Provincia de Chiquitos feitas em 1784 e 1786 por ordem do Illmo e Exmo Sr, Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres (...)*"[53], de Joaquim José Ferreira, ou ainda o "*Mapa dos terrenos compreendidos entre a ponta da serra dos rios Paragau, Vila Bela e marco do Jauru levantada pelos sargentos mores engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra e Joaquim José Ferreira desde 1781(...)*" [54].

Em 1785, em carta endereçada a Martinho de Melo e Castro, Luís de Albuquerque afirma ter enviado à Corte um desenho, que descrevia como um "*Mapa Geografico, em que as dilatadas Fronteiras desta Capitania, e seus correspondentes enlaces, e disposiçoens a respeito dos Dominio de Espanha, se configurassem com justeza, individuação, e detalhe do que nos precedentes, adequadamente a Linha de Demarcação proxima que tem de se lançar*,". Segundo as próprias palavras do governador aquele desenho era "*mais circunstanciado do que todos os outros remetidos, athe porque varios dos seus principais pontos que se declaram já vão sugeitos a observações Astronomicas*". Afirmava também, como já dissera dos outros, que o desenho tinha sido feito "*debaixo da minha ocular, e imediata inspecção*", mas que "o *constructor do sobredito mapa foy o Capitão Engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra oficial habil, como ja disse a V. Ex.ca, em que tenho reconhecido huma destincta inteligencia, e capacidade para semelhantes trabalhos*". Quanto a tarja, em que ia inscrito o título "*e em cujo remate fiz gravar os Reas Bustos de Suas Magestades*", esta tinha sido executada pelo velho Francisco

[52] Ver Inventário Iconográfico.

[53] Ver Inventário Iconográfico.

[54] BNRJ Arc 1-2-40 / Arc 23-8-4.

Xavier de Oliveira[55]. A carta é seguida de algumas notas relativas ao mapa feitas pelos matemáticos Francisco José de Lacerda e Almeida e António Pires da Silva Pontes e de um relatório de viagem elaborado por Ricardo Franco. Embora a descrição do documento seja pormenorizada, não conseguimos encontrar nenhum mapa da região onde constassem os bustos régios, tal como foram descritos por Luís de Albuquerque. Na mesma carta o governador diz também que enviara o "*Plano particular, ou carta Topografica em mayor escalla do famoso Istmo unicamente de 2400 Braças que estabelecem os dois Rios Alegre, e o Aguapehy,*" **(fig. 74)**.

Desde a chegada dos engenheiros e matemáticos, os mapas passaram a ser o seu maior encargo no Mato Grosso assumindo eles o conjunto dos levantamentos e desenhos. No entanto, é interessante observar que Luís de Albuquerque continuava a afirmar a sua participação pessoal nos trabalhos cartográficos e, em especial, o seu empenho em "inspeccionar" directamente aquelas tarefas. Embora não venha a propósito tratar das relações pessoais entre os técnicos e o governador, o certo é que Luís de Albuquerque manteve-se sempre muito próximo dos oficiais da demarcação. Esta proximidade terá dado azo aos normais confrontos de personalidades, provocando reacções quer positivas, quer negativas, de ambas as partes envolvidas. A opinião de Luís de Albuquerque sobre os engenheiros sempre foi das mais abonatórias, não poupando elogios nem a um, nem a outro. Quanto aos matemáticos, a situação era diferente. O governador era de certo modo mais crítico com ambos, que entre si também pouco se entendiam naquela altura[56]. Os comentários de Luís de Albuquerque, ácidos relativamente aos dois técnicos, atingiam especialmente a António Pires da Silva Pontes, de quem dizia ter um "*génio intrigante e artificioso*"[57].

---

[55] AHU Mato Grosso caixa 22 doc 23 - 6 de Março de 1785. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro.

[56] Os desentendimentos entre os dois matemáticos eram constantes. Em 1786, Francisco José de Lacerda e Almeida enviou uma carta directamente à Martinho de Melo e Castro denunciando o comportamento pouco correcto do seu colega que, segundo a sua opinião, ofendia não apenas a sim mas a todos os outros técnicos que viam a sua "tolerância" constantemente testada pelos seus "insultos e impropérios". Entre outras considerações, o matemático acusa veladamente a António Pires da Silva Pontes de ser um potencial "traidor" ao dizer que "*se pelo espirito de rebelião, que nele reina, pudesse por em prática os discursos, q imprude.mte. tem proferido de dever ser Minas / sua Patria / cabeça de hum grde Reino, faltando ao c.dª devido à nossa Soberana, e aos deveres de cidadão*". (Cf. AHU Mato Grosso caixa 23 doc 20 - 24 de Setembro de 1786. Carta de Francisco José de Lacerda e Almeida à Martinho de Melo e Castro). Sobre o eventual envolvimento António Pires da Silva Pontes numa lógica "revolucionária" relativamente ao Brasil, ver mais adiante o próximo capítulo.

[57] O comentário de Luís de Albuquerque sobre os matemáticos é bastante extenso. Reproduzimos aqui alguns trechos de uma carta em que começa por elogiar os engenheiros para a seguir dizer que "*Em quanto aos ditos dous Mathematicos, não são com efeito tão iguais as circunstancias que neles concorrem, porque suposto tenham tambem sido empregados, como referi a V. Exca, em alguns reconhecimentos e exploraçõens de terrenos, que mandei proceder para que neles praticassem as correspondentes Observaçõens Astronomicas: tem por outra parte mostrado a larga experiencia já de sinco anos, que possuidos d'hum certo orgulho scolastico, alguma coisa impertinentes, e descuidados athe da*

No entanto, foi exactamente a estes homens que Luís de Albuquerque encomendou, em 1789, que fizessem o "*mapa geografico de quase toda esta peninsula da America Meridional*"[58]. Tal projecto surgia em clara consonância com a sequência de cartas da fronteira que vinha desenvolvendo e como complemento inevitável do "*Mapa do vasto continente do Brasil*" que tinha realizado em 1778 e que agora podia ser finalmente rectificado/completado com as observações dos matemáticos. Este grande mapa, que Luís de Albuquerque queria que fosse executado ali no Mato Grosso, acabou por não ser feito "sob a sua imediata inspecção", mas foi efectivamente realizado, pelos homens a quem ele tinha encomendado, cerca de dez anos depois, em Lisboa.

Com efeito, em 1798, António Pires da Silva Pontes viria a assinar um dos monumentos da cartografia colonial do Brasil. Com um extenso título que incluía uma dedicatória ao Príncipe Real, o matemático apresentava na corte a "*Carta Geographica de Projecção espherica ortogonal da nova Luzitania ou America Portuguesa e Estado do Brasil*"[59]. Tratava-se de um portentoso documento cartográfico que compilava finalmente toda a informação disponível sobre o espaço da colónia. O mapa esclarecia não apenas sobre os dados "astronómicos" da posição dos acidentes geográficos, como também mostrava, com uma riqueza de detalhes impar, um imenso conjunto de informações. Símbolos diferentes indicavam as localizações das *cidades, vilas, freguezias. lugares, fortalezas, registos, sitios, divisão de capitanias, caminhos, cachoeiras, volcanos, minas de ouro, minas de ferro e sítios abandonados*. Para além disso, várias informações complementares eram anotadas, acrescentado dados históricos da ocupação das diferentes regiões.

---

mesma importante conservação, e aseyo dos seus Instrumentos, muito pouco s'interessam em lhes dar o frequente uzo que deveram, nem tambem em proseguir no Estudo indispensavel das diferentes partes da Mathematica (...) ou não fossem, qualquer dos dous mais amigos do seu divertimento, e comodidade, do que do dezempenho das obrigações com que se mandaram passar a esta capitania (...) o Doutor Antonio Pires da Silva Pontes não pouco prejudicialmente, quando não em outras frivolidades, em rabolices e arrezoados forenses os mais rediculos, e indecentes, sem ainda falar, que ho peor de tudo, em varias outras perturbaçoens contrarias á Sociedade que tem promovido, e a que he propenso o referido Doutor Pontes pelo seu genio intrigante, e artificioso (...)". Cf. AHU Mato Grosso caixa 23 doc 44 A - 26 de Outubro de 1787. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro.

[58] AHU Mato Grosso caixa 24 doc 1 - 2 de Maio de 1789. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro.

[59] A legenda completa do mapa é a seguinte "*A Sua Alteza Real Principe do Brazil, D. João Nosso Senhor dedica a Carta Geographica de projecção espherica ortogonal da Nova Luzitania ou America Portuguesa e estado do Brazil Antonio Pires da Silva Pontes Leme, capitão de fragata, Astrónomo de Sua Magestade nas demarcações de Limites em execução da ordem do Illmo e Exmo Ministro e Secretario de Estado da Repartição da Marinha e Dominio Ultramarino, o Sr. D. Rodrigo de Souza Coutinho, graduou nos seu verdadeiros pontos de longitude e Latitude pelas observações astronómicas da costa e do continente pelo mesmo astronomo, como oitenta e seis cartas da Secretaria d'Estado da Marinha, e desenhada no Gabinete do Real Jardim Botanico de Sua Magestade pelos desenhadores José Joaquim Freire e Manuel Tavares da Fonseca. Anno de 1798.*" Segundo Isa Adonias haviam dois originais desta carta um em Lisboa, outro do Rio de Janeiro, no Ministério do Exército. A Mapoteca do Itamaraty e a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro possuem cópias do mapa. Cf. Isa Adonias - *A Cartografia* ..., vol I, pp. 326-329. Encontramos mais um desenho do mesmo mapa no Laboratório Astronómico da Universidade de Coimbra. Os originais dos desenhos preparatórios, por região, estão no Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar.

Na base do mapa vinha impressa uma longa lista de "*Autoridades que abonam esta carta*", assim como as "*Cartas Geograficas das capitanias respectivas*" que tinham sido utilizadas como fontes de trabalho. Em nenhuma das listas consta o nome de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres[60] mas era a sua encomenda, e o seu desejo, que ali se concretizavam e era o seu "método" que, a todos os níveis, tinha sido utilizado para a configuração desse grande mapa do Brasil.

10.2. As Estradas Fluviais

Enquanto os "mapas do território" representaram uma das facetas da evolução dos primeiros "mapas de caminho" outra vertente do mesmo processo evolutivo foi seguido pelas cartas hidrográficas. Mas se nas cartas da terra os problemas da longitude e da representação diferenciada dos vários tipos de acidentes geográficos impunham uma série de dificuldades, que nem sempre foram ultrapassadas, nas cartas dos rios, onde estes problemas eram menores, a evidência da evolução é patente, quer a nível informativo (e científico), quer a nível estético.

Os desenhos das muitas cartas dos rios do Mato Grosso são um dos conjuntos mais elucidativos, e bonitos, do que significou a apreensão da terra pela água, que marca, desde o início, a expansão portuguesa. Vê-se, ao longo do tempo, um constante aprimorar das capacidades de hierarquização da informação geográfica que, tomando as vias fluviais como eixo das composições, faz surgir, literalmente, nas margens dos rios, todo o espaço que se descortina para além delas.

---

[60] Da lista de "autoridades" contam os nomes de quase todos os mais importantes cartógrafos e engenheiros que actuaram no Brasil, especialmente as equipas do Tratado de Santo Ildefonso. São citados, nesta ordem, o Pe. Codeo, Pe. Diogo Soares, Pe. Domingos Capassi, Miguel Angelo Ciera, José Custódio de Sá e Faria, Ignácio Senmartoni, José Angelo Bruneli, D. António Rolim de Moura, José Simões de Carvalho, José Joaquim Victorio, Euzébio António de Ribeiros, Pedro Alexandrino Pinto, Francisco José de Lacerda e Almeida, António Pires da Silva Pontes, Ricardo Franco de Almeida Serra, Joaquim José Ferreira, José de Saldanha Rabello, Joaquim Felix da Fonseca, João Francisco Roscio, João Vasco Manuel de Braun, capitão Montesinho, pilotos José Patrício e Joaquim José da Silva Lobo, José dos Santos Lopes, Theodosio Constantino Chermont, Thomas de Souza, Manuel da Gama Lobo, Domingos Sambucetti, Salvador Franco, José Pinheiro de Lacerda, José Pereira Leão, Alexandre Montanha e José António Caldas. As cartas geográficas das capitanias fazem referência aos governadores citando-se a Luís Diogo Lobo da Silva (Pernambuco 1756-63, Minas Gerais 1763-66), D. António de Noronha (Minas Gerais 1775-178-), Conde de Linhares, Luis da Cunha (Goiás e Minas Gerais 1777-88), Barão de Mossamedes (Goiás 1772-1781), João Pereira Caldas (Grão Pará 1772-1780), D. Francisco de Sousa Coutinho (Grão Pará 1790-1803), Francisco Xavier de Mendonça Furtado (Grão Pará 1751-1758). A citação conclui-se com a seguinte observação "*e outras muitas cartas antigas que se verificaram boas*". Cf. Isa Adonias - *A Cartografia* ..., vol I, pp. 327-328. É possível que o facto de Luís de Albuquerque ter sido "excluído" das listas, com a acusação implícita de que os seus dados não eram confiáveis, deva-se às más relações entre António Pires da Silva Pontes e o governador.

Os trajectos dos rios, e a rede de conexões por eles proporcionadas, que no fundo eram já a base dos "mapas de caminho", passam a ser os objectos de uma leitura do espaço cada vez mais aprofundada. Através dos seus percursos efectua-se uma espécie de "corte" do território lendo-o a partir das suas veias internas.

Os primeiros desenhos dos rios da região correspondem aos já citados no item anterior. Mas os mais significativos desenhos que inauguram, por assim dizer, os levantamentos exclusivamente hidrográficos do Mato Grosso, são os que correspondem às viagens, também elas inaugurais, dos rios Guaporé e Mamoré e a sua conexão com o Madeira e o Amazonas. A primeira destas cartas é o desenho executado, em 1747, por José Gonçalves da Fonseca sob pedido de Alexandre de Gusmão[61]. O autor compilou ali toda a informação disponível sobre as nascentes do Madeira usando para tal as notícias trazidas por Francisco Palheta que tinha alcançado Santa Cruz de la Sierra, em 1722. Trata-se de um desenho ainda bastante esquemático cuja riqueza maior reside mais nas informações que disponibiliza em texto[62] do que na imagem propriamente dita **(fig. 79)**.

A segunda carta desta série foi realizada pelo mesmo José Gonçalves da Fonseca, em 1750. Trata-se, desta feita, do efectivo levantamento do curso dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé realizado durante a viagem, a que já se referiu noutro capítulo, em que o próprio José Gonçalves acompanhou o capitão Luís Fagundes Machado. O título do desenho é suficientemente elucidativo do seu conteúdo: "*Carta Hidrografica em que se descrevem as origens de vários grandes rios da America Meridional Portuguesa, muito especialmente o nascimento do Rio da Madeira, e Rumos da sua direcção, com os rios que lhe são collateraes, ate entrar no famoso Rio das Amazonas observado tudo exactamente por ordem de S. Mag. Fidelissima no anno de 1750. E da mesma sorte se faz publica a verdadeira origem do Rio Paraguai, incognita a toda a Geografia antiga e moderna; descrevendo-se a confluência de aguas que formão o tronco principal deste grande Rio: que, com os maes, foram delineados no Mato Grosso por José Gonçalves da Fonseca Explorador*

---

[61] Isa Adonias publica um trecho dos *Apontamentos das aulas do Curso de História da Cartografia* ... (Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1944, n. 25) em que Jaime Cortesão esclarece as condições da encomenda deste mapa, feita por Alexandre de Gusmão ao governador do Pará Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, que então encarrega José Gonçalves da Fonseca de o realizar. Cf. Isa Adonias - *A Cartografia da Região Amazónica* ..., vol. I, p. 497.

[62] Uma extensa nota acompanha o desenho fornecendo uma série de informações complementares sobre a região que são de especial importância. Para além de indicar conexões dos rios nos territórios castelhanos, lista também os principais produtos daquelas regiões, dá informações curiosas sobre a natureza e acrescenta os principais dados de cunho histórico citando todas as expedições entretanto realizadas até aquela data, em especial a de Palheta. A nota está publicada, na íntegra, in Isa Adonias - *A Cartografia da Região Amazónica* .., vol. I, pp. 497-498.

desta indagação no mesmo anno"[63]. A execução da carta fez-se acompanhar de um relato minucioso da expedição que narrava os acontecimentos e os acidentes observados[64].

A legenda da carta de José Gonçalves da Fonseca reforça a sua importância, chamando a tenção para dois factores essenciais. Por um lado, é a "revelação" do rio Madeira (a sua origem e rumos) que define a sua pertinência e corresponde à "encomenda" que tinha sido feita aos exploradores. Por outro lado, acrescenta-se na carta a informação sobre a "verdadeira origem" do rio Paraguai, que é finalmente esclarecida. É interessante notar o uso da expressão "incógnita de toda a geografia" que aparece associada à origem do rio Paraguai. Na verdade, esta expressão diz respeito não ao desconhecimento em si dessa origem, mas à sua não "fixação" correcta em nenhum mapa anterior, o que a tornava, de facto, incógnita. Assim, o desenho, o mapa, era o meio que surgia como o "revelador" da geografia.

Esse raciocínio permite-nos ainda ler uma outra mensagem na mesma legenda. Aquela carta mostrava juntos os rios Madeira, Guaporé e Paraguai. Ou seja, apresentava de maneira integrada, o caminho fluvial eleito para a região, e não outro. A apresentação geográfica deste percurso, ao mesmo tempo que revelava a estratégia de ligação escolhida pela administração colonial, também escondia outra informação importante. Explica-se. É bastante provável que a exploração realizada por José Gonçalves da Fonseca às nascentes do rio Paraguai estivessem vinculadas às vicissitudes da vinda do sertanista João de Sousa Azevedo na sua expedição. Como se sabe, Sousa Azevedo havia alcançado Belém através da conexão dos rios Paraguai, Arinos, Juruena e Tapajós. Essa conexão, sobre a qual não se tinha dúvidas da sua possibilidade, dado que tinha sido realizada, não é, deliberadamente mostrada no mapa. É omitida por razões estratégicas, mas não por desconhecimento.

A "escolha" implícita nesse primeiro exemplo vai manter-se ao longo do processo evolutivo das cartas fluviais do Mato Grosso. São aqueles "rios-caminhos" os que vão ser sucessivamente redesenhados com cada vez mais detalhes, omitindo-se os outros. Apenas depois de garantidas as condições de domínio geográfico daqueles rios é que se investiu na representação dos outros. Já nos anos finais do século, o rio Arinos, por exemplo, será novamente lembrado pelos engenheiros que o passam a defender como alternativa à comunicação via Guaporé-Madeira. Mas o que importa ressaltar é o facto de que o processo

---

[63] Em 1798 existia ainda um exemplar deste mapa na Secretaria do Governo da Capitania do Mato Grosso. Segundo o inventário elaborado nesse ano, o mapa estava *"inteiramente dilacerado, athe lhe faltam já alguns pedaços."* Cf. AHU Mato Grosso caixa 29 doc 23 - 1 de Março de 1798.

de "desenho" da região engendrava de tal modo a "revelação da geografia" que se permitia estabelecer etapas progressivas de conhecimento. Estas etapas correspondiam, em parte, evidentemente, às dificuldades em abarcar o todo de uma só vez. Mas implicavam também uma necessária hierarquização política do saber sobre o território, que nunca deixou de ser levada em consideração.

Como resultado directo das ordens régias que determinavam especificamente a exploração da região da barra do rio Mequens foi realizado, no início de 1774, o mapa denominado "*Mapa da Barra e corrente do rio Mequens e de todo o Paiz imediato, na margem direita ou Oriental do Rio Guaporé, compreendido com a linha circular, descripta por um raio de quatro legoas de distancia, apoiado no centro da mesma barra, a que se junta a relativa corrente do rio Guapore com toda a figura e direcção do seu leito (...) hindo tudo notado sobre as observações oculares feitas pelo Governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres em observação das reais ordens de S. Magestade*". Este mapa terá sido elaborado ou por Salvador Franco da Mota, ou Domingos Sambucetti, ambos presentes e actuantes no levantamento daquela região na data em causa[65].

Em Setembro de 1774 era enviado à corte outro mapa descrito por Luís de Albuquerque como "*uma resumida carta em que fiz configurar da junção dos rios Guaporé e Carambiara com toda a sua imediação correspondente a demonstrar a verdadeira figura do lugar em S. Mag. determinou fosse levantada feitoria que deve pertencer a Companhia de Comercio do Para*"[66]. Trata-se da região em foi posteriormente fundada a povoação de Viseu.

Estes desenhos avançavam informações precisas sobre algumas áreas limitadas do rio. Mas a carta onde se dá a verdadeira mudança na representação do rio Guaporé, embora estivesse sendo elaborada contemporaneamente a estes pequenos mapas, só veio a ser finalizada no início de 1779, quando foi remetida à corte. Como resultado dos prolongados esforços de Luís de Albuquerque e de Francisco Xavier de Oliveira, que a desenhou, surgiu então a "*Carta aonde se faz ver a corrente dos Rios Guaporé,*

---

[64] Ver nota 25 do cap. 3.

[65] É bastante possível que os conhecimentos de Sambucetti tenham sido especialmente utilizados, pois para além de conhecer bem a região, que já havia visitado aquando da inspecção à fortaleza de N. Sra. da Conceição, o engenheiro tinha também realizado, em 1773, um mapa do rio Madeira que se encontra na Mapoteca do Itamaraty.

[66] AHU Mato Grosso caixa 16 doc 32 - 30 de Setembro de 1774. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro. O título do desenho em causa é "*Planta da Terra Firme fronteira a foz do rio Caraimbiara e confluencia do mesmo no rio Guaporé latitude Austral de 13 graos e na longitude contada da Ilha do Ferro de 316°45' tirada por ordem de Luís de Albuquerque (...)*". Ver nventário Iconográfico.

e Mamoré, desde a capital de Villa Bella do Mato Grosso (...) athe que o mesmo Mamore conflue no outro gre. R.º da Madeira, constituindo naquela parte da America o termo da Raya Castelhana. A qual carta oferece ao pe do muito Augusto Trono del Rei D. Pedro III Nosso Senhor o G.or e Capam Gen.al. da sobredita Cap.ta e do Seu Concelho Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, debaixo de cujos olhos e direcção se levantou e configurou com toda a geometrica exactidão que foi possivel nos fins do anno de 1774 e principios de 1775" **(fig. 80)**.

Este belo e colorido desenho, que tem sido razoavelmente divulgado, apresenta o rio Guaporé, estendido por mais de 2 metros de papel. O objectivo da carta era, como fica evidenciado na própria legenda, ressaltar a linha da fronteira, segundo Luís de Albuquerque a propunha.

Ao longo da linha do rio, que é tratado procurando levar em conta todas as particularidades do seu percurso, aparecem uma série de informações complementares relativas à cada ponto do trajecto. Nomeiam-se todos os acidentes geográficos por que passa a corrente ("*campo do meio*", "*ilha dos macacos*", "*Morro de Santa Roza*", etc..), assim como se indicam os dados históricos da ocupação da região ("*Neste Lugar esteve e missão de Santa Roza primeiramente*", "*Para este lugar se mudou por algum tempo a Missão castelhana de Santa Roza*", etc..). O desenho é um eloquente discurso sobre a apreensão da paisagem através do caminho do rio. É o mapa de uma viagem simbólica, continuamente repetida, que reproduzia cada passo do percurso histórico de dominação do espaço. A forma alongada do desenho repetia no papel a grande linha do rio por onde se pretendia marcar o limite da posse colonial.

O mesmo tipo de desenho alongado foi doravante repetido na maioria das cartas hidrográficas, que se multiplicaram a partir da chegada dos técnicos da demarcação. Ainda em 1781, os rios Madeira, Mamoré e Guaporé, que foram percorridos durante a viagem que trouxe os engenheiros e matemáticos, foram novamente levantados e deram origem à realização de novas cartas. A primeira delas foi o "*Plano geografico do Rio Madeira desde a sua fox no rio das Amazonas athé a confluência do Rio Mamoré (...) levantado em MDCLXXXI debaixo das ordens de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres*" **(fig. 81)**.

O desenho segue o mesmo padrão das outras cartas já executadas pela mesma equipe na capitania do rio Negro, em especial o "*Mappa do rio das Amazonas (...)*", o "*Plano Geographico de uma parte do Rio Negro (...)*" e o "*Plano Geographico do Rio Branco (...)*"**(fig. 81A)**. Em todas estas cartas o

desenho é bastante mais depurado e as informações genéricas são substituídas pela indicação das coordenadas matemáticas, que fazem a malha de fundo da composição. Mas, se os muitos dados sobre a região percorrida não estão todos inscritos no mapa, estão registados num longo "diário de navegação" que aborda desde as questões puramente geográficas até especulações de ordem política, económica e etnológica.

Documentos de crucial importância, os diários de navegação acompanharam a maioria das cartas hidrográficas entretanto realizadas no Mato Grosso. Vinham na sequência do processo já utilizado pelos primeiros desbravadores, de que o relato de José Gonçalves da Fonseca é um dos principais exemplos. Assim como as cartas foram sendo rectificadas com o aumento dos conhecimentos ao longo do tempo, também os diários o foram. Veja-se neste sentido "*Diário dos Rios Madeira Mamoré e Guaporé*", realizado em 1782, que foi rescrito em 1790, pelos mesmos autores, que lhe acrescentaram novas e acuradas notícias da região[67]. Uma vez mais observa-se o uso da expressão que reforça o sentido da jornada. Fazia-se o "diário" de um lugar no sentido da sua apreensão no tempo de uma viagem. Apresentava-se um caminho que era relatado, e depois revisto e revisitado mentalmente, denunciando um conhecimento que se fazia por aprofundamento da consciência do percurso, sempre reconfirmando os dados segundo as coordenadas do saber científico.

Esta "evolução" é patente tanto nos textos quanto nos desenhos, que são sucessivamente "completados", incorporando novos dados e apresentando um quadro cada vez mais rico das relações existentes no espaço. Pode-se observar o processo especialmente através dos mapas destes rios que vimos referindo. Em 1789-90 foram executados uma nova série de desenhos do Guaporé, Madeira e Mamoré, feitos pelos mesmos engenheiros e matemáticos, agora sob as ordens de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, que dava continuidade aos trabalhos realizados durante a administração do seu irmão.

A sequência de mapas é bastante rica. O primeiro, que tem o Nº 1 grafado à esquerda, terá sido a "*Carta geografica do Rio Guaporé desde a sua origem thé a sua confluencia com o rio Mamoré, e igualmente dos rios Alegre, Barbados, Capivari, Verde, Paragau, Baures e Itonamas que nele desaguam*

---

[67] AHU Mato Grosso caixa 24 doc 41 - 20 de Agosto de 1790. Ricardo Franco de Almeida Serra, "*Novo Diario da Viagem dos Rios da Madeira, Mamore, e Guapore, athe Villla Bella, capital do Governo do Matto Grosso. Em que vão comentadas , e correttas, todos as defirenças deque foi susceptivel, e que se fez da mesma viagem no anno de 1782. Tempo em que ainda não estava verificada Astronomicamente a pozição Geografica dos mais notaveis pontos desta longa navegação Acrescentado de muitas noticias esenciaes, sobre os tres mencionados Rios, assim como dos mais Rios laterais que nelles entrão. Anno de 1790.*"

pela sua margem meridional (...)" **(fig. 82)**. Depois deste, o Nº 2, tem um título similar identificando-se como "*Carta Geografica do Rio Guaporé desde a sua origem principal athe a sua confluencia com rio Mamore e igualmente dos rios Cuiaba, Paraguay, Jauru, Aguapehi, Barbados, Alegre e Paragau, em que da mesma forma vai configurado todo o terreno limitrophe entre os estabelecimentos portugueses contiguos a Villa Bella capital do governo de Mato Grosso e as provincias espanholas de Chiquitos e de Moxos (...)"***(fig. 82A)**. O Nº 3 apresentava-se como o "*Mappa suplemento ao do Guapore em que vão configuradas as origens dos rios Aguaphy, Alegre e Barbados e mais terrenos limitrophes entre o Paraguay e Paragau. Cujo suplemento se pode unir com o mapa do Guaporé pelo centro dos tres simicirculos A.B.C.*" **(fig. 82B)**.

Há uma série de cópias destes mapas que introduzem pequenas variantes nas legendas[68]. Algumas foram realizadas na altura dos levantamentos, e outras foram feitas depois pelos arquivos que os guardaram. Mas o mais significativo de todos estes desenhos é a sua impressionante quantidade de detalhes e a densidade da informação neles contida, quer a nível geográfico, quer, uma vez mais, a nível cultural e político. São indicadas as latitudes de todas as povoações ou estabelecimentos marcados no mapa e, para vários deles, são acrescentadas observações complementares. Estas observações diziam respeito tanto aos estabelecimentos portugueses quanto aos espanhóis. Por exemplo, no local da missão castelhana da Madalena o mapa mostrava a seguinte nota: "*Grande Missão de Indios da Nação Mapua, com grande templo ornado de bellos quadros o qual tem de comprido 135 palmos e 32 de largo. Tem este povo consta de 9.000 Almas*".

Entretanto, enquanto os engenheiros e matemáticos executavam a sua série de mapas da região do Guaporé Mamoré e Madeira um outro levantamento dos rios estava sendo realizado. Alexandre Rodrigues Ferreira e os seus colaboradores na Viagem Filosófica percorreram também aquela área entre Agosto de 1788 e Outubro de 1789. O resultado da sua expedição redundou igualmente em desenhos, que embora sejam diferentes dos mapas não deixam de lhes ser complementares. Os desenhadores de Rodrigues Ferreira realizaram um excepcional levantamento das margens do rio, especialmente da área das cachoeiras do Madeira, que são, guardadas as devidas proporções, algo comparável a uma reportagem "fotográfica" da paisagem. A excelência dos desenhos, a sua quantidade e diversidade, revelam a preocupação em apresentar a "imagem do lugar" que é, intencionalmente, retratada nos mínimos detalhes.

---

[68] Ver Inventário Iconográfico.

Em 1794, mais uma vez os técnicos da demarcação voltavam a desenhar a mesma região norte da capitania apresentando desta feita o "*Mapa geografico do nascimento e origens principaes dos rios Galera, Sararé, Guaporé e Juruena principal braço do rio Tapajós e do terreno que medeia entre elles e mais distritos adjacentes a Vila Bella (....)*"**(fig. 83)**. Este mapa, ao contrário dos outros que insistiam na visão da fronteira, acrescentava outros dados explorando as comunicações interiores, especialmente a conexão possível com o Pará, através do Juruena e do Tapajós, que era especialmente recomendada pelos engenheiros[69].

O mesmo processo descrito para o Norte da capitania repetia-se no Sul, com os sucessivos levantamentos da área do rio Paraguai. Os primeiros desenhos da região tinham sido os trabalhos da comissão demarcadora realizados em 1754. Entre 1775 e1778, voltou-se a levantá-la, por ocasião das expedições ordenadas por Luís de Albuquerque para fundar a fortaleza de Coimbra e as povoações de Albuquerque e Vila Maria. Mas foi apenas depois da chegada da equipa de demarcadores que os trabalhos cartográficos puderam se desenvolver. Em 1784 ficou pronta a bela planta tripartida que mostra o rios Jauru e Paraguai e a Vila Maria **(fig. 55)**. Entre 1785 e 1786 fizeram-se algumas das mais interessantes cartas do Paraguai, valorizando especialmente a região das lagoas Uberaba, Guaiba e Mandioré, que tinham sido objecto de expedições de levantamento especiais [70] **(fig. 84)**.

Em 1788-89 um outro "caminho" do sul foi novamente levantado. Francisco José de Lacerda e Almeida coordenou a expedição e realizou nesta ocasião o "*Mapa do leito dos rios Taquari, Coxim, Camapoam, Varanda de Camapoam, Pardo, Paraná, Tieté e caminho de terra desde a freguesia de Nossa Senhora da Mãe dos Homens de Araritaguaba athe a cidade de São Paulo* "**(fig. 84A)**. Trata-se, como é evidente, do percurso inaugural da capitania realizado em sentido contrário indo do Mato Grosso para o "povoado" de onde partiram os primeiros bandeirantes que desbravaram aquela região. Simbolicamente, este mapa, também muito bem desenhado e rico de informações, fecha um ciclo na cartografia do Mato Grosso. Os engenheiros tinham refeito, concretamente, e no papel, todos os "caminhos" da região. Tinham, finalmente, construído, em termos mentais e abstractos, o seu território.

---

[69] Ver cap. 5 " O Território como Herança".

[70] Tratam-se dos mapas intitulados *"Nova carta Geografica da parte do rio Paraguai com as suas memoraveis lagoas e pantanosas margens, mais particularmente configuradas da parte do ocidente, allem de outras mais porções de rios ou ribeiras que nelle confluem (...)"* e a *"Carta Topografica de parte do Rio*

10. 3. A Construção do Espaço

Picon reforça a base interactiva do processo de aprendizagem e execução da cartografia afirmando que "*Apprendre à dessiner la carte, c'est tout d'abord apprendre à lire la nature, à déchiffrer les signes qu'elle prodigue à l'observateur attentif*[71]". No caso do Brasil esta dupla aprendizagem, da leitura da natureza e da representação cartográfica, redundava, inequivocamente, numa revelação ainda mais ampla - a apreensão das potencialidades do território que se descortinava quer para quem executava os mapas, como para quem os "lia", noutro ponto do globo. Assim, o desenho das "cartas" do Mato Grosso, e de outras regiões do Brasil, não são apenas as provas de um processo contínuo de leitura do espaço, são também o resultado de uma metodologia de conhecimento que se instituía ao mesmo tempo que o seu código de representação. Isto é, a cartografia construía duplamente o território, pois afirmava, em termos concretos, o conhecimento e o uso do espaço, ao mesmo tempo que estabelecia, em termos conceptuais, a sua imagem.

Mais do que simples imagens, os mapas eram, com efeito, signos visuais de uma linguagem que se "aprendia" e se "apreendia". Uma linguagem que descrevia o espaço e que o retinha tanto conceptualmente quanto concretamente. A progressão que se observa nos desenhos de cartas do Mato Grosso deixa patente o quanto a leitura do espaço foi sendo sucessivamente sistematizada. Mas não o foi de modo aleatório ou artificial. Ao contrário, todo o processo parece ter seguido uma "evolução" natural, em que continuamente se refaziam os percursos da aprendizagem aprimorando os modos de representação. Tal facto só reforça o que antes se disse de que a escrita desta língua do desenho foi sendo aprendida ao ser executada, num interminável exercício de caligrafia do espaço.

Se para os primeiros desbravadores do território o ensaio de representação cartográfica significava uma vontade de fixar a memória do seu conhecimento sensorial de um determinado espaço, para os engenheiros e matemáticos a cartografia representava, em si, uma imagem supostamente "universal" do mesmo espaço, uma imagem que devia ser legível tanto para quem o conhecesse sensorialmente como para quem nunca estivesse lá estado. Todos sabemos, como afirma Caprettini, que "*toda a actividade*

Paraguay que compreende os tres lagos Uberava, Gaiba e Mandioré (...)". Ver também referências aos diários relativos às expedições de levantamento das lagoas na bibliografia.

[71] Antoine Picon - *op. cit.*, p. 202.

comunicativa (mesmo visual) se funda necessariamente em códigos precisos: toda a forma de representação "por imagens" não consiste numa transferência, mas numa operação de selecção e de "pertinização". Nos signos visuais reproduzem-se somente alguns caracteres dos objectos: a relação entre imagem e objecto ***é*** *portanto* ***de certos pontos de vista*** *que se consideram pertinentes em detrimento de outros, descurados porque considerados não funcionais relativamente a um certo objectivo comunicativo*[72]".

Pode dizer-se que nos mapas, de uma maneira geral, o primeiro grande factor de sistematização da realidade é a redução operada pela escala. Ao diminuir proporcionalmente as grandezas da natureza de modo a poder abarca-las numa imagem de síntese realiza-se uma sofisticada operação mental. A escala pressupõe que cada parte da imagem corresponde a uma parte da realidade. Assim, o que é visualizado não é verdadeiramente tido como pequeno, mas está ali, como se estivesse no seu tamanho "real" apenas diminuído em função de uma idealização do cone visual. Ou seja, a redução implícita no mapa supõe que aquilo que é visto ali, no desenho, é como se fosse a imagem do real visto de tal distância que permitisse ver o todo e não apenas as suas partes. Nesse sentido a ideia-base da cartografia é a suposição conceptual de que se reproduzia a imagem do espaço como ele seria na realidade se fosse visto de cima.

Para pessoas que nunca tinham verdadeiramente "voado" tal processo implicava numa grande capacidade de abstracção. Mas para além disso, significava também, em termos simbólicos, que a representação do espaço da terra pressupunha um ponto de vista que quase se colocava fora dela. Ou seja, para apreender o espaço na sua totalidade era preciso saber ver para além do que era efectivamente visível ao percorre-lo. Por outro lado, era também necessário saber "retirar" da realidade os excessos de informação que seriam de todos os modos eliminados na "diminuição" operada pela escala.

Eram essas duas linhas de visão que embasavam quer a formação quer a actuação dos engenheiros e matemáticos que trabalharam no Mato Grosso. De certo modo, a "visão superior" eles pretendiam tê-la não apenas pelo seu saber teórico, que lhes permitia pensar o espaço em termos matemáticos e geométricos, mas também porque eles, com este saber, representavam, efectivamente, um outro tipo de domínio sobre o espaço que se estabelecia a partir de fora (ou de cima). Um domínio já de si fundado numa visão que se

---

[72] G.P. Caprettini - *Imagem*, in "Enciclopédia Einaudi", vol. 31. Lisboa : Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1994, p. 179.

sustentava sobre a ideia do conjunto. A outra visão, a que lhes permitia "reduzir" o todo de maneira sistematizada e hierarquizada, eles também a tinham por formação, posto que utilizavam uma linguagem que tinha os seus códigos estabelecidos.

Num estudo sobre a iconografia dos engenheiros militares Beatriz Bueno faz ver o processo de evolução da cartografia portuguesa que passou dos cosmógrafos para o engenheiros sendo progressivamente sistematizada de acordo com os padrões normativos vigentes na Europa[73]. Azevedo Fortes insistia sobre a necessidade de padronização dos sistemas de representação advogando a utilização de um código visual que fosse legível per si. Dissertava assim, de acordo com "*as maximas, ou regras principaes, estabelecidas por convenção dos melhores Desenhadores da Europa*"[74], como se deviam representar as ravinas, os pomares, os olivais, as hortas, os prados, os jardins, os caminhos, as casas, etc. As variantes das representações incluíam cores diversas, diferentes tipos de trama ou de símbolos gráficos. O mapa deveria permitir a visão total da paisagem que era submetida a um código racionalizado de convenções gráficas. Em princípio, a simples visão do código dispensaria as palavras que apenas deveriam ser utilizadas nos títulos e legendas[75].

Na verdade, há uma utopia do território que perpassa como um todo o "sistema dos engenheiros", tal como o descreve Picon[76]. Uma utopia fundada sobre as capacidades de racionalização da ciência, que pretendia submeter a natureza à uma ordem descritiva que era ao mesmo tempo totalitária e reguladora. Mas a pretensão de sistematizar a paisagem num código simultaneamente legível e visível revelava tanto da utopia dominadora dos técnicos, que tencionavam domar o espaço, como do seu desejo de aprendizagem diante da natureza que ao poder ser "lida", e escrita, era, naturalmente, assimilada enquanto dado da cultura, e não como elemento externo à ela.

Essa aparente contradição, entre o desejo de dominação da natureza e a imperiosa necessidade da sua compreensão/apreensão fica evidente ao se observar a evolução da cartografia do Mato Grosso. Assiste-se, com efeito, a

---

[73] Cf. Beatriz Bueno - *A Iconografia dos engenheiros militares no século XVIII: Instrumento de conhecimento e controlo do território*, in "Colectânea de Estudos: Universo Urbanístico Português", Lisboa : CNCDP, 1998. pp.87-118.

[74] Manuel de Azevedo Fortes - *O Engenheiro Português* ... citado in Beatriz Bueno - *op. cit.*, p. 112.

[75] Cf. Beatriz Bueno - *op. cit.*, p. 115. "*A linguagem verbal (...) foi progressivamente substituída por signos convencionais, pictogramas e símbolos gráficos (trama, variação de valor, etc.). A transição entre as cartas invadidas pela escrita (típicas dos séculos XV e XVI) - clamando mais pela leitura que pelo olhar - para aquelas que privilegiavam a visibilidade à lisibilidade, impondo ao desenho uma certa economia gráfica, é fruto de uma longa trajectória histórica de três séculos*".

um processo de contínua sistematização e racionalização tanto na recolha dos dados a serem utilizados nos mapas, assim como na sua apresentação. Os "morros" sem nome, desenhados como pequenas ondas, são progressivamente substituídos por representações padronizadas e por localizações mais precisas, com as respectivas coordenadas. Os rios deixam de ser umas espécies de fios interligados para se converterem em percursos detalhados, que apontam as muitas curvas e ilhas dos caminhos fluviais. As matas, os pântanos, as ravinas, assim como os pomares e os jardins, são representados com desenhos cada vez mais normalizados (especialmente nas plantas de cidades). Mas há algo que permanece ao longo do processo evolutivo: a palavra.

Os mapas do Mato Grosso (e do Brasil) estão cheios de palavras escritas. Não apenas as das legendas e dos títulos, mas dentro dos próprios desenhos surgem inúmeras observações, como já se referiu. O que é significativo é que, na sua maioria, estas observações são de cunho "histórico" e não apenas "geográfico", fornecendo muitos dados sobre o processo de ocupação do espaço. A palavra funciona, em vários casos, como a reposição do discurso da conquista que é assim colocado "sur place" evidenciando a posse material do território na sua representação iconográfica. Ou seja, a palavra e o desenho unem-se para anunciar e comprovar a dupla inscrição daquele espaço no mundo, a que fora feita pelo seu baptismo "conquistador" e a que se fazia pela sua escrita espacial.

Para além de simbólica, esta dupla escrita do território era, evidentemente, também política e ideológica. Não há dúvida que o processo que engendrou os territórios da expansão ultramarina foi, desde sempre, virtualmente costurado pelas agulhas de marear que levaram os portugueses aos quatro cantos do mundo. Mas a "costura" interna de cada um destes territórios, e muito especialmente o do Brasil, foi proporcionada pelas linhas dos textos e dos desenhos que em paralelo construíram um novo espaço. No Mato Grosso, a eloquência deste duplo discurso do espaço é profícua. É das regiões do Brasil, mais descritas e desenhadas. Ou não fosse a fronteira, onde era preciso demonstrar para o mundo a quem pertencia o domínio sobre o espaço, e onde cada mapa valia como um documento comprovativo da posse.

---

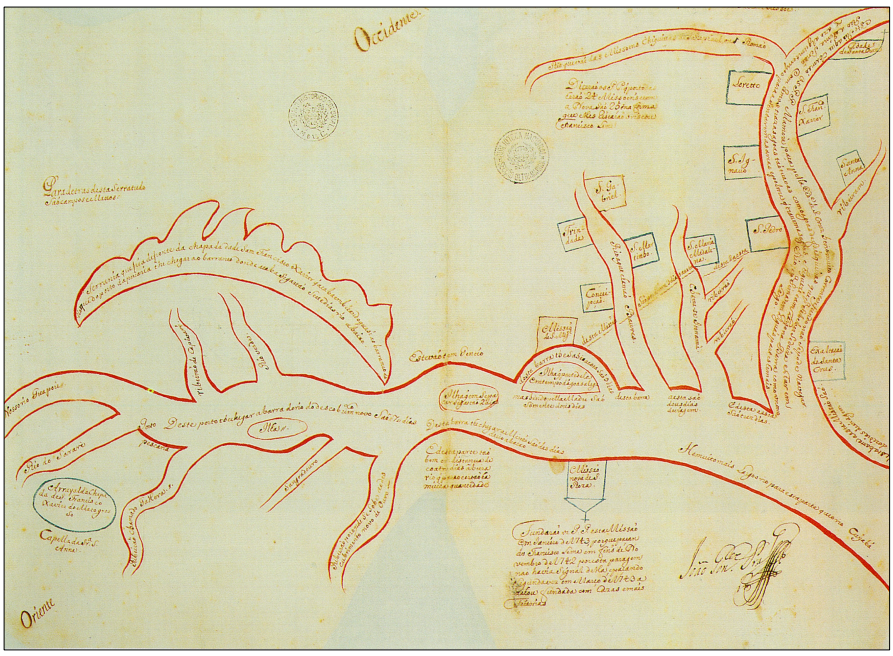
[76] Cf. A. Picon - *op. cit.* , pp. 100-103.

Fig. 67



Configuração da Chapada das Minas do Mato Grosso. 1. descobrimento do gengibre 2. Arraial de S. Francisco Xavier 3. Chapada de Faisqueiras 4. Corgo de S. João 5. Corgo chamado do Boriti 6. Corgo chamado das pedras 7. Arraial de N. Sra do Pilar 8. Lavra do corgo das rodas 9. Seviço de Manoel Leite 10. Larva de António Leite 11. Larva de Brás Atunes 12. Larva do Padre Amaro Barbosa 13. Larva de Manoel Dias Penteado 14. Larva de Manoel Pinto 15. Larva de João Nunes 16. Larva do P. José de Barros Penteado. Color 48 x 34 cm.

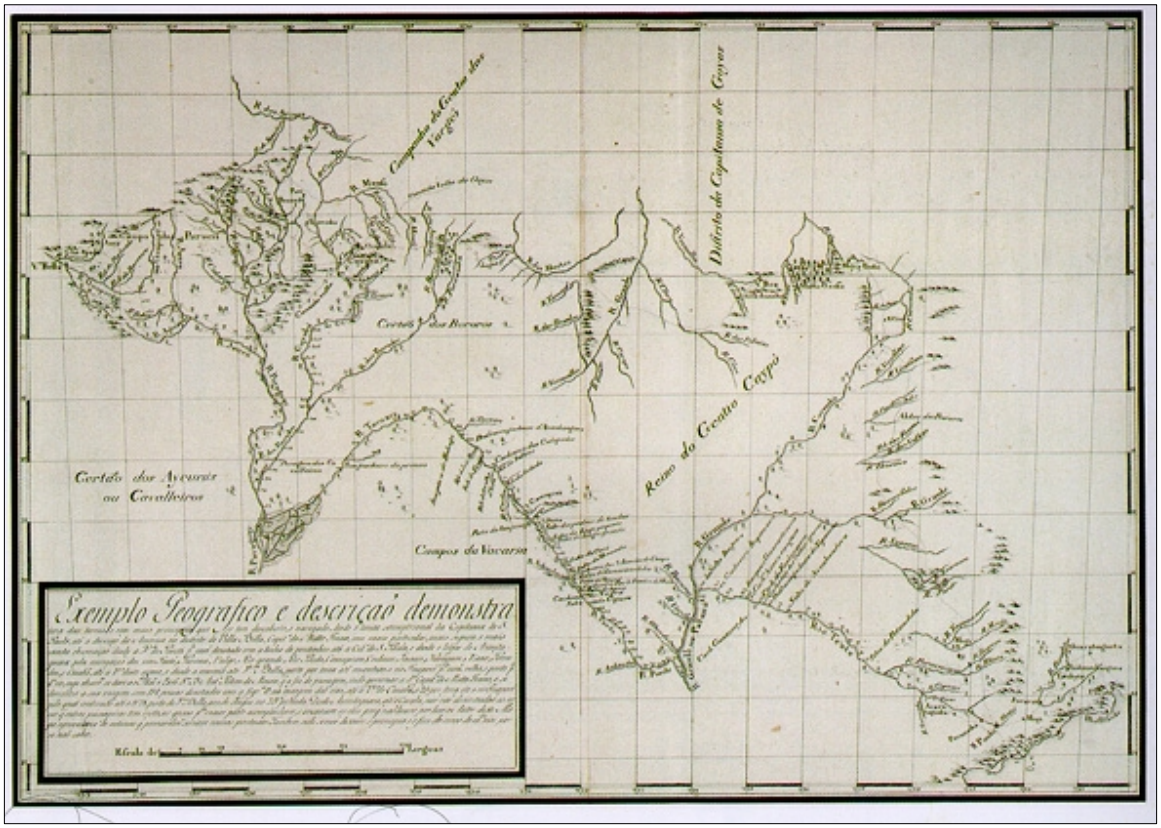
AHU Cartografia Manuscrita 858 (450) / Casa da Insua CG 79 /BNRJ / Academia de Ciências de Lisboa



1754
João Gonçalves Pereira
Mapa dos Rios Guaporé e Mamoré com a localização da Missões Jesuítas espanholas
Color 33 x 45 cm.

AHU Carografia Manuscrita 850

Fig. 68

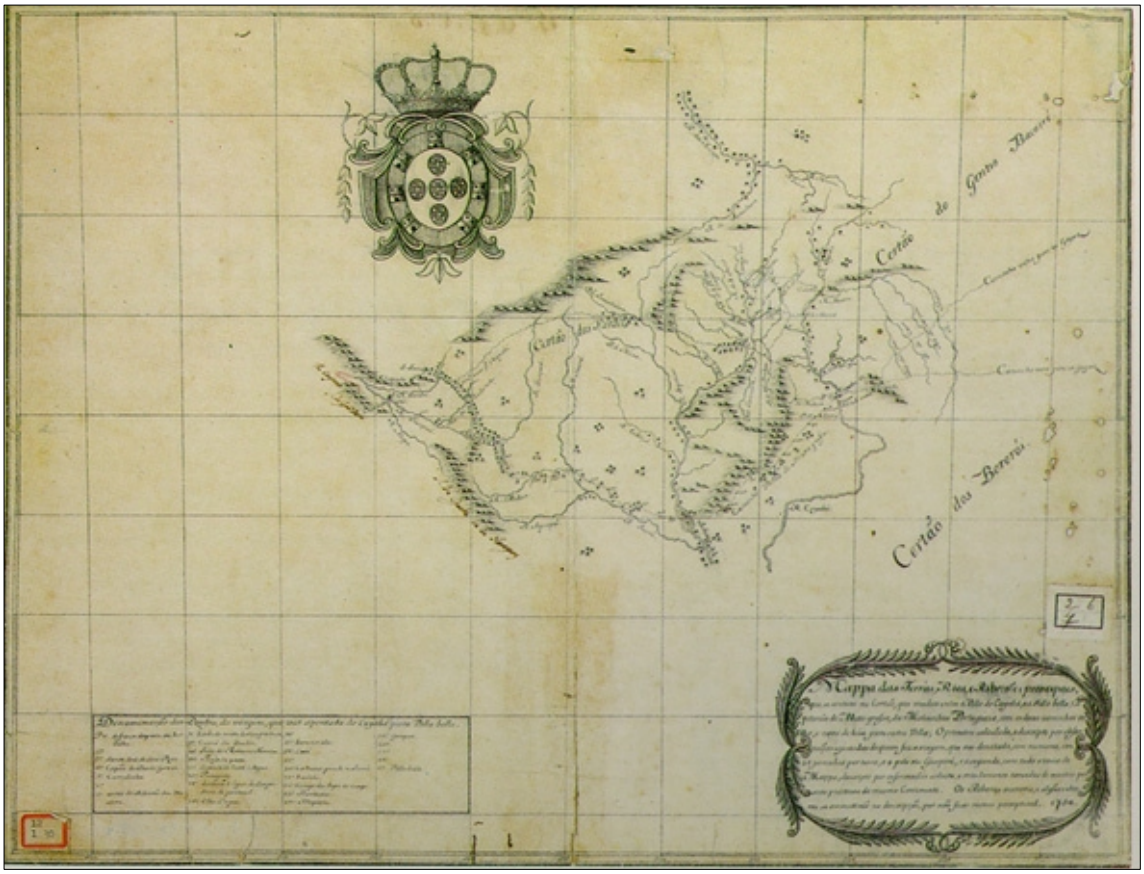


1754

Exemplo geografico e descrição demonstrativa das terras e rios mais principais que se tem descuberto e navegado desde o limite setentrional da Capitania de São Paulo até a divisão da America no distrito de Villa Bella, Capitania do Mato Grosso (...) cuja observação se deve ao Ilmo e Exmo Snr D. Antonio Rolim de Moura que a fez de passagem indo governar a dita capitania e se demonstra a sua viagem com 114 pousos (...) Color. 71 x 51 cm.

Casa da Insua CI 18 A

Fig. 69



1754

*Mappa das Terras, Rios e Ribeiroes principaes que se contem no Sertão, que medea entre a Villa do Cuiaba e Villa Bella, (...) com os dois caminhos velho e novo de huma para outra vila, o primeiro calculado e descripto por observaçoens ajustadas de quem fez a viagem que vai denotada por numeros, em vinte e cinco jornadas por terra e quatro pelo rio Guapore, e o segundo, e tudo o mais deste mapa descrito por informaçoens solicita e miudamente tomadas de muitas pessoas praticas do mesmo contiente...*Color 35 x 43cm.

Mapoteca do Itamaraty / AHE 006-B4

Fig. 70



1754

Mappa Geografico da Terceira Partida de divisões, que comprehende do Salto Grande do Rio Parana ate a boca do rio Jauru aonde se colocou hum dos marcos de marmore em o dia 14º de janeiro de 1754.
Color 66 x 38 cm.

GEAEM 4607-1A-10A-53 / AHE 047-M-I-G-2 / BNRJ / Mapoteca do Itamaraty



1772

Carta geografica que mostra a viagem do Rio de Janeiro athe Villa Bella da Santíssima Trindade (...) executada no ano de 1772 pelo governador Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (...)o que tudo se regio com bastantes aumentos e correcções fundadas nas próprias noticias e exames oculares, e nos Mapas mais modernos e verdadeiros que poderam adquirirse na mesma viagem pelo sobredito Governador. 52 x 71 cm

AHE 027-B3 / Casa da Insua

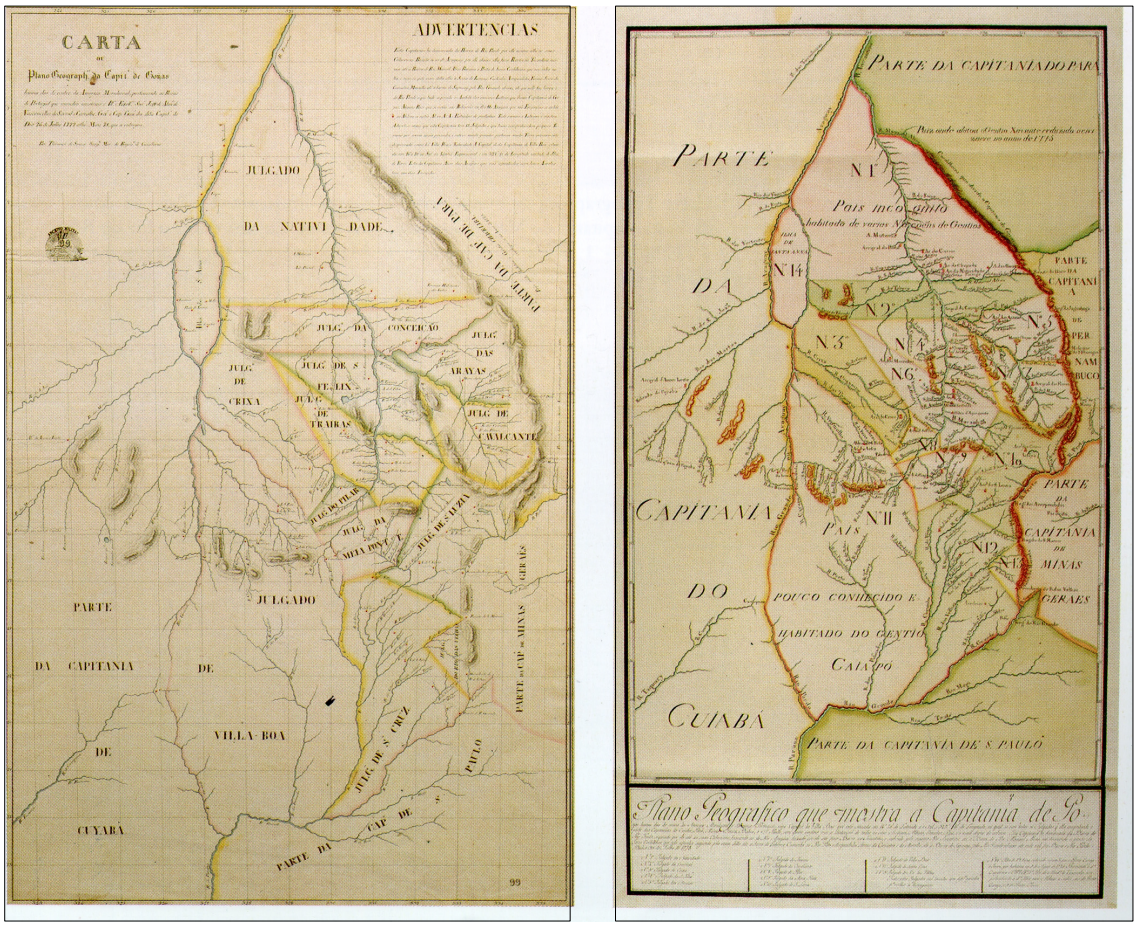


1772

Carta de toda a porção da América Meridional, que pareceu necessaria a manifestar a viagem de 569 leguas que da escala e cidade do Rio de Janeiro executou por terra, em 17 do mes de mayo de 1772 para Villa Bela da Santissima Trindade o governador e Capitam General LAMPC... Color 43 x 85 cm.

Mapoteca do Itamaraty / Ministério do Exército

Fig. 72



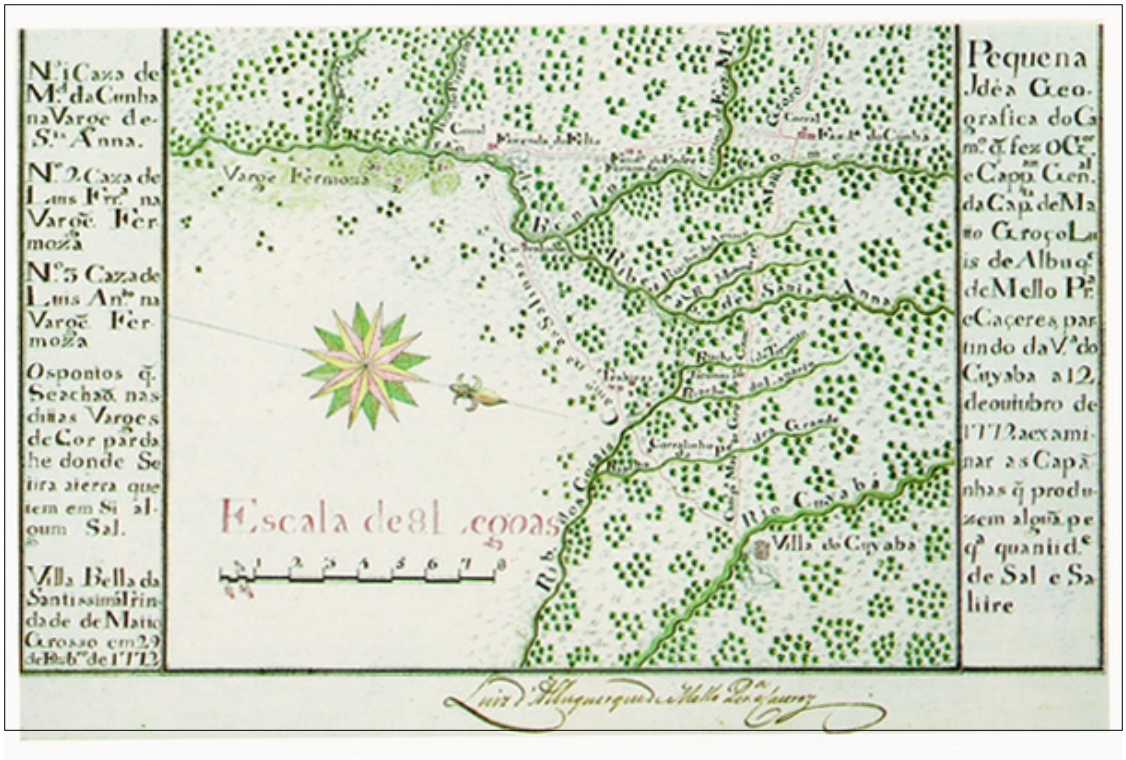
1778

Tomás de Sousa
Carta ou Plano Geographico da Captª de Goyas huma das do centro da America Meridional, pertencente ao Reino de Portugal.
Color 89 x 56 cm.

GEAEM 4638 / 3-38-52

Plano Geographico que mostra a Capitania de Goyas huma das do centro da America Meridional e Dominio Portuguez.
Color 100 x 64 cm.

Casa da Insua CG 4.

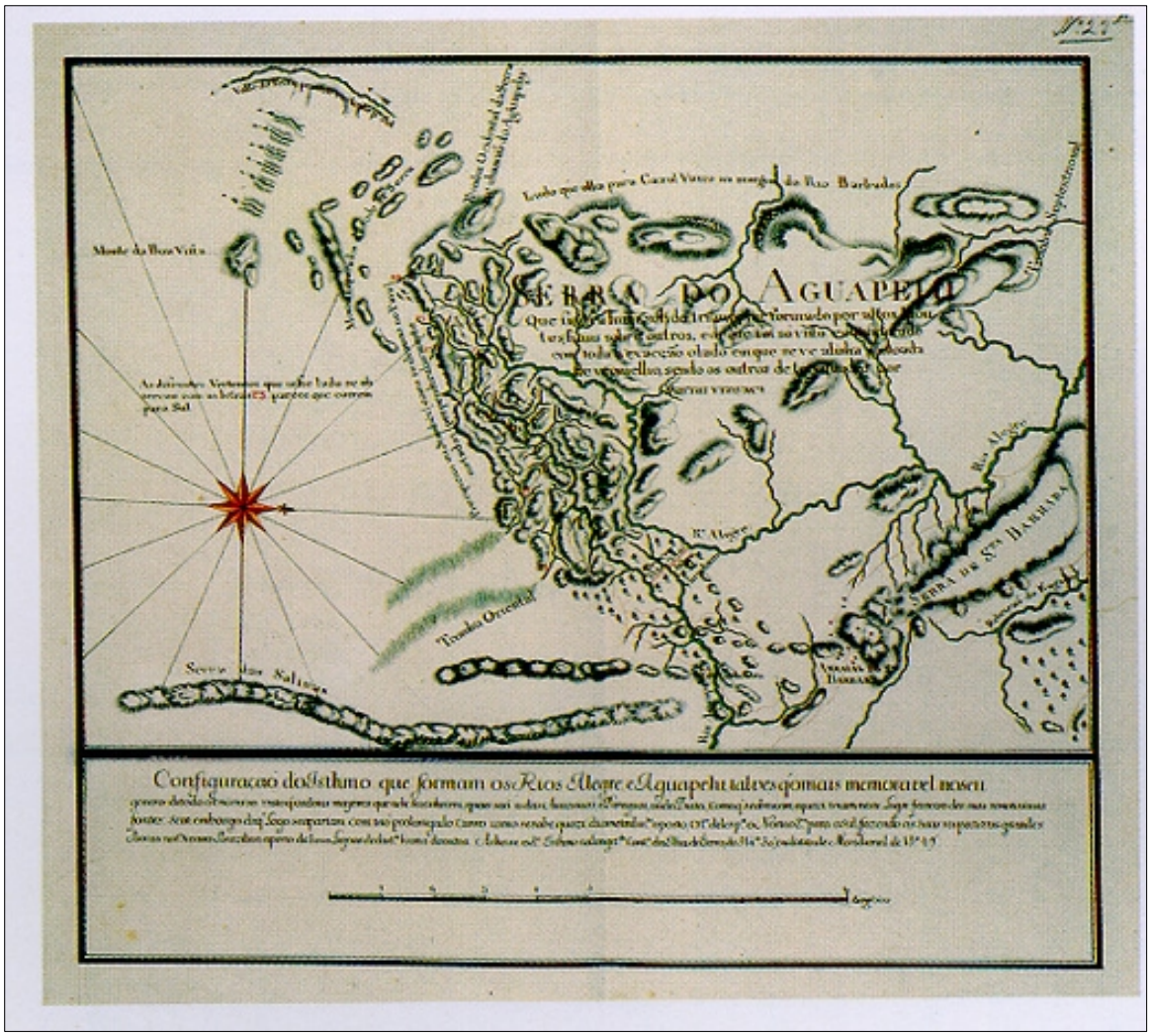


1772

Salvador Franco da Mota (atrib.)
Pequena ideia geografica do caminho que fez o G.or. e Capp.am General da Cap. de Matto Grosso Luis de Albuquerque de Mello Pr.ª e Caceres partindo da Vª do Cuyaba a 12 de Outubro de 1772 a examinar as campanhas que produzem algua pequena quantidade de sal e salitre. Color 19 x 31 cm.

Mapoteca do Itamaraty

Fig. 74

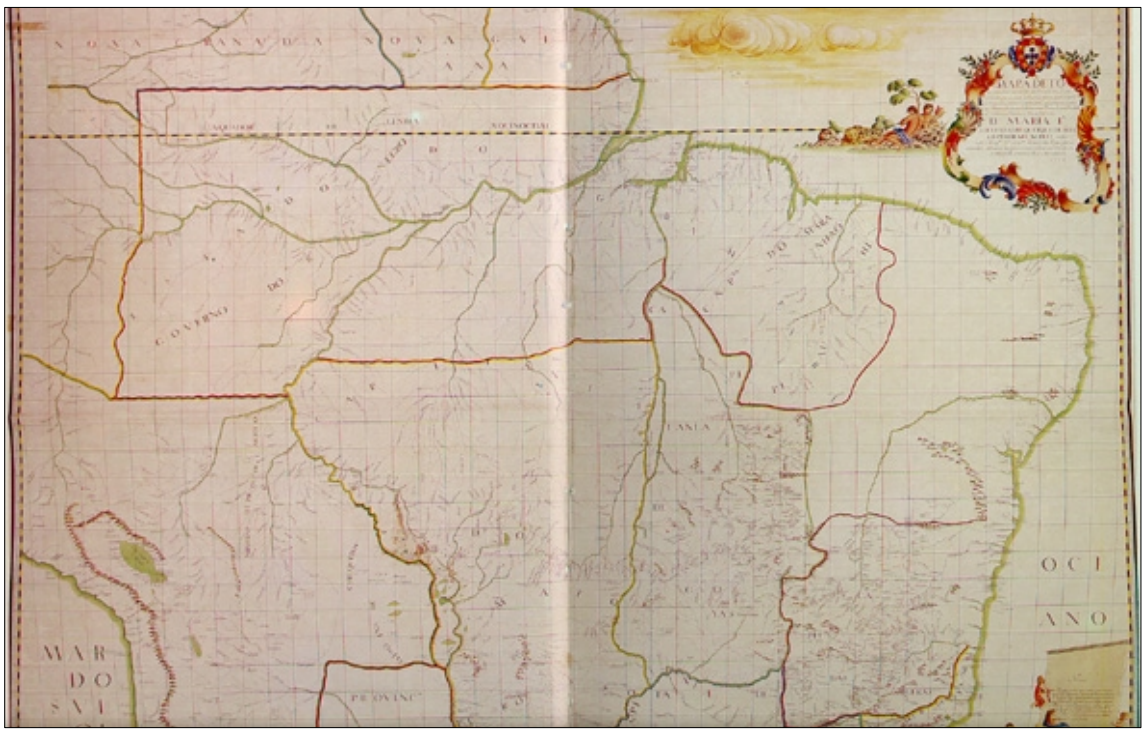


1785

Configuração do Isthmo que formão os rios Alegre e Aguapei, talvez o mais memoravel no seu genero de todo o universo, visto q' os dous maiores que nele se conhecem, quaes são o das Amazonas, e Paraguai, ou da Prata que se abraçam e quase tocam neste lugar famozo (...) Color 53 x 54 cm.

Casa da Insua CI 23 A /Mapoteca do Itamaraty / Ministério do Exército / BPMP

Fig. 75



1778

Mapa de todo o vasto continente do Brasil ou America Portugueza com as fronteiras respectivamente constituidos pelos Dominios Espanhois Adjacentes . Oferecido junto do Soberano Trono da muito alta e muito podeoza Rainha Nossa Senhora D. Maria Iª por Luis de Albuquerque de Melo (...) debaixo de cujos exames e direcção se reduziu e configurou o mesmo mapa. Color 181 x 141 cm.

Casa da Insua A24

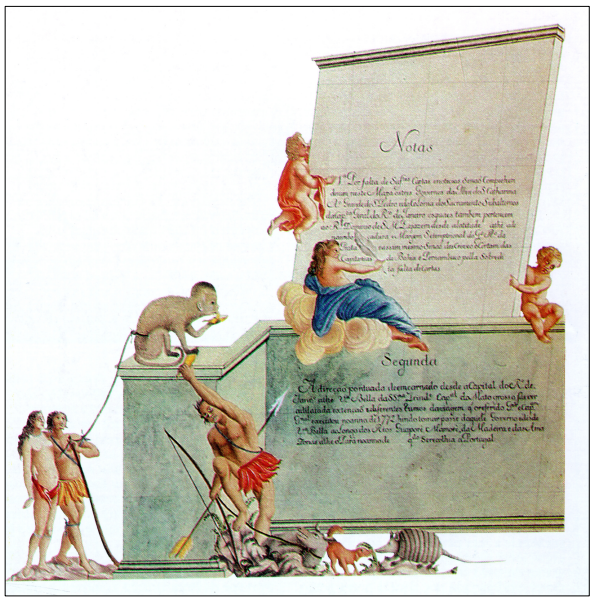


Fig. 76



Carta Geografica do Governo e Capitania General do Matto Grosso, e Cuiabá com parte de outros governos adjacentes.
Color. 118 x 101 cm.

Casa da Insua A17

Fig. 77

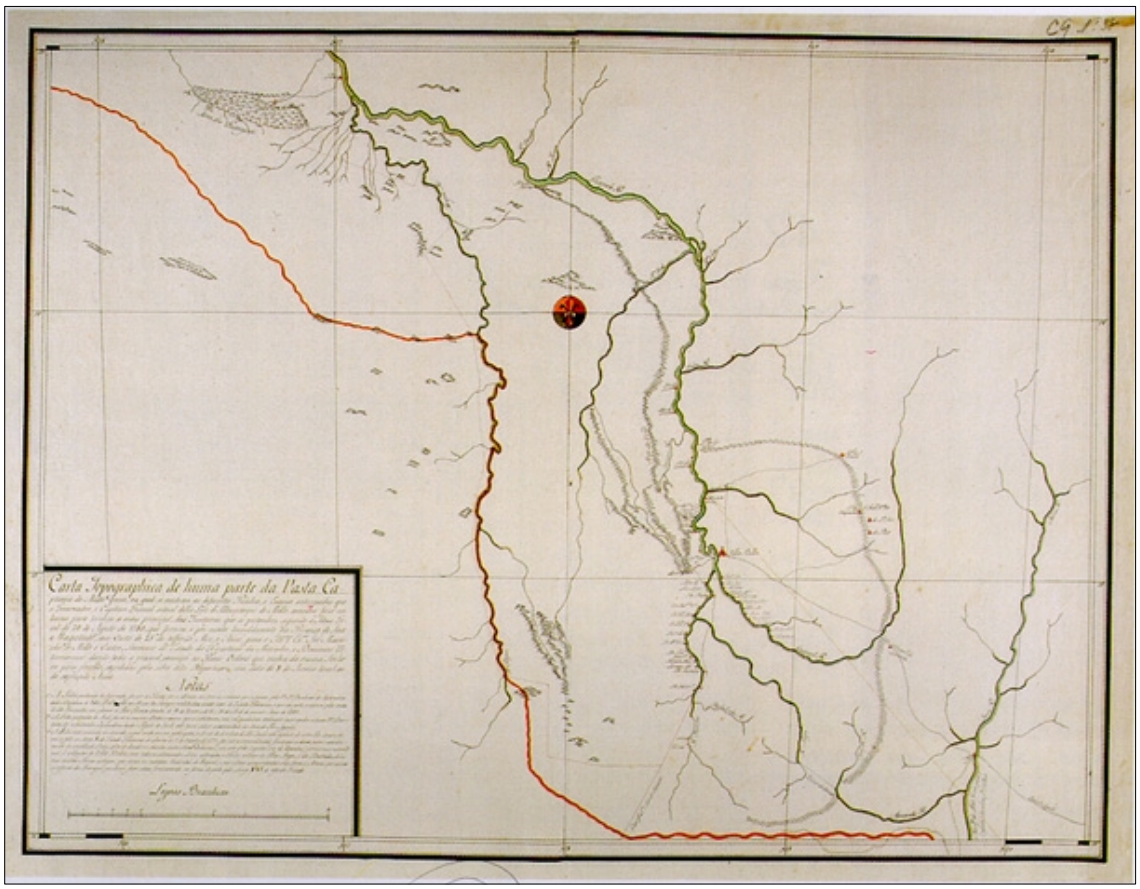


1781

Carta Geografica dos Extenços Territorios , e principaes Rios do Governo e Capitania General do Mato Grosso (...)Vila Bela 20 de Outubro de 1781. Color 129 x 93 cm.

Casa da Insua CG 13 /AHE 003

Fig. 78

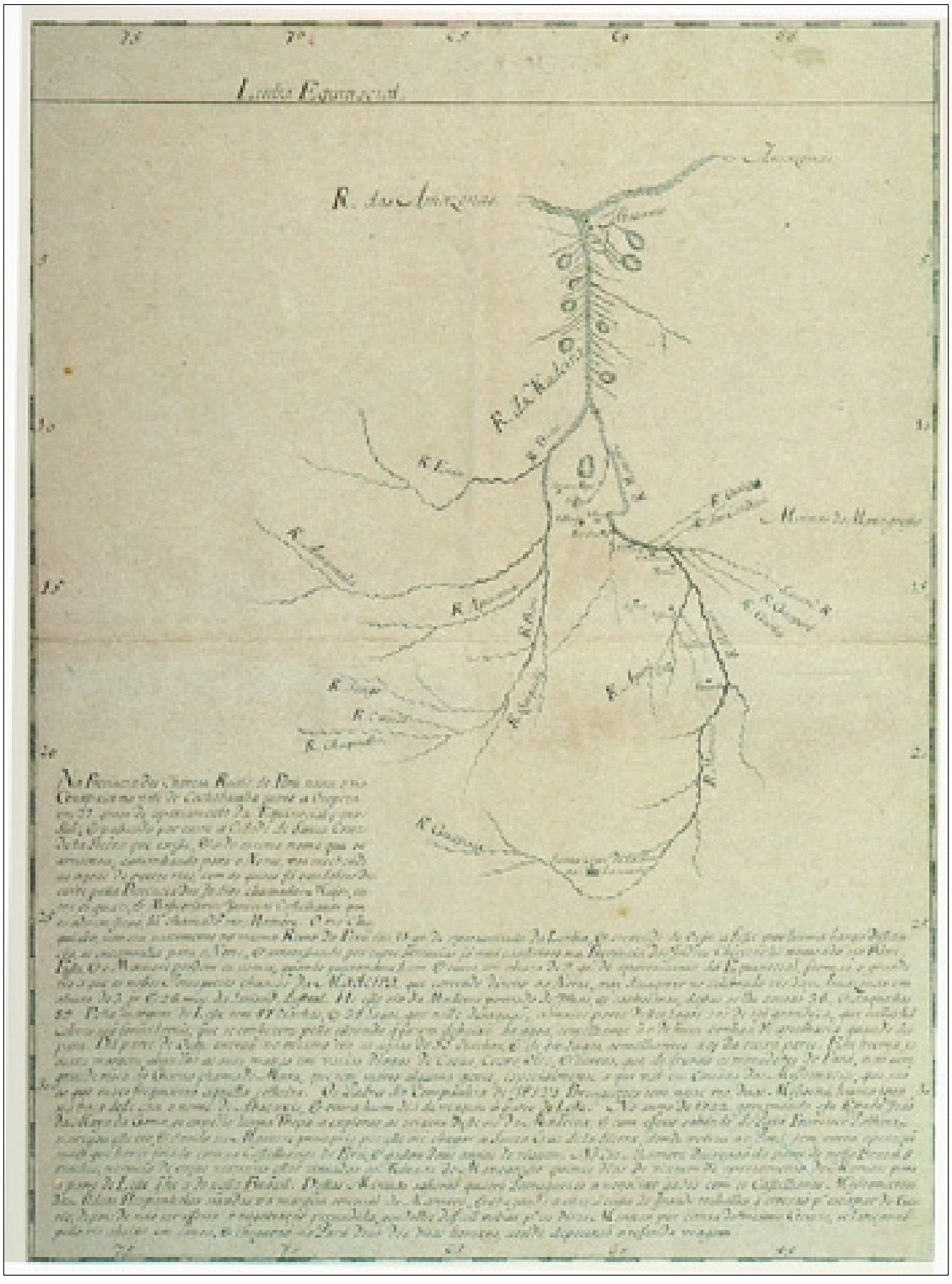


1780

Carta Topografica de huma parte da vasta capitania do Matto Grosso, na qual se motram as diferentes Picadas e Exames antecipados que o governdor (...) LAMPC, mandou fazer em huma parte tambem a mais principal, das fronteiras, que se pretendem sigundo a ideia Geral de 20 de Agosto de 1780, que formou e poz muito humildemente na presença de sua Magestade com carta de 25 do referido mez e ano o Illmo e Exmo Sr Martinho de Melo e Castro...
Color 62 x 81cm.

Casa da Insua CI-CG 38 / Serviço de Documentação Geral da Marinha / AHE

Fig. 79

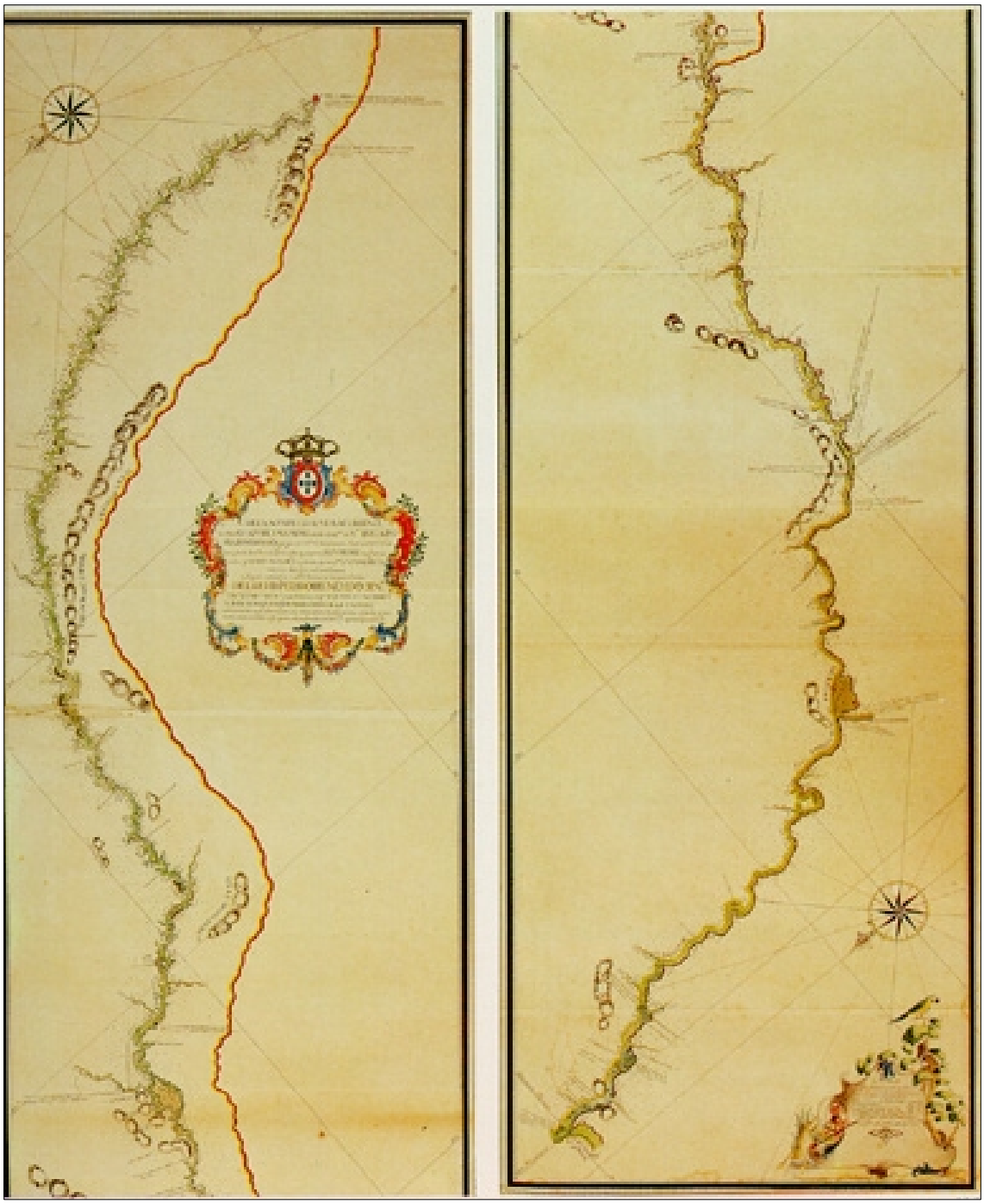


1747

José Gonçalves da Fonseca
Na Provincia das Charcas reino do Peru nasce o rio...Mapa dos rios Madeira, Beni e Mamoré com descrição das nascentes dos rios em território espanhol. Tinta preta 40 x 30 cm.

Mapoteca do Itamaraty

Fig. 80



1775

Francisco Xavier de Oliveira
Carta a*onde se faz ver a corrente dos rios Guaporé e Mamoré desde a capital de Villa Bela do Mato Grosso (...) A qual carta oferece ao pé do muito Augusto trono del rei D. Pedro III Nosso Senhor o Gov. e Cap. General da sobredita capitania Luis de Albuquerque (...) debaixo de cujos olhos e direcção se levantou, e configurou com toda a geometrica exatidão que foi possivel, nos fins do ano de 1774 e principios de 1775. Francisco Xavier de Oliveira Sculp.* Color 271 x 62 cm.

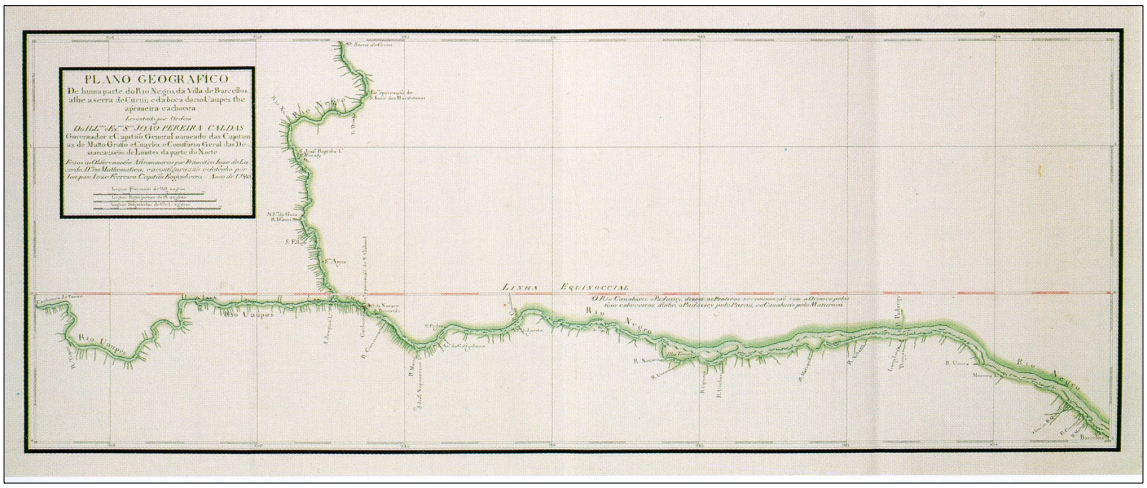
Casa da Insua 50 C /BNRJ Arc 16-5-5 /AHE



1781

Plano Geografico do Rio Madeira desde a sua fox no Rio das Amazonas athé a confluência do Rio Mamoré (...) Levantado em MDCCLXXXI debaixo das ordens de LAMPC (...) Color 388 x 64 cm.

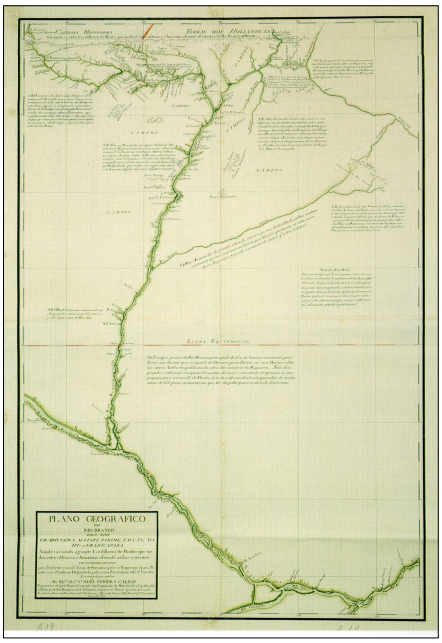
Casa da Insua 50 B



1780

Francisco José de Lacerda e Almeida / Joaquim José Ferreira
Plano Geografico de huma parte do Rio Negro, da Villa de Barcelos athe a Serra de Cucui. Color 119 x 49 cm

Casa da Insua CG53



1780

António Pires da Silva Pontes e outro
Plano Geografico do Rio Branco.
Color 128 x 89 cm

Casa da Insua A 18

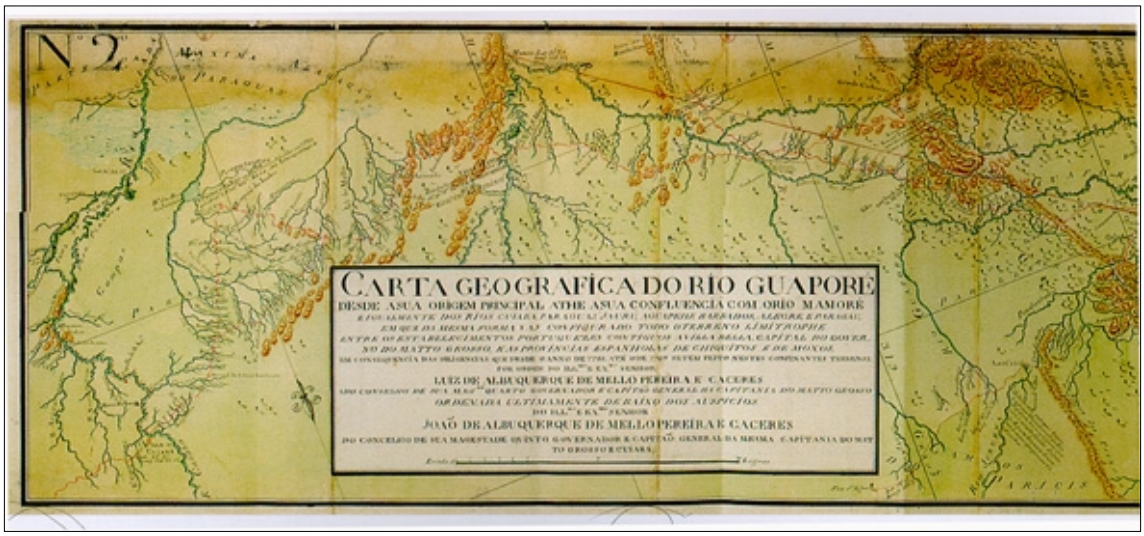
Fig. 82



1789

Ricardo Franco de Almeida Serra e Joaquim José Ferreira
Carta geografica do rio Guaporé desde a sua origem principal athe a sua confluencia com o rio Mamoré e igualmente dos rios Alegre, Barbados; Capivari, Verde Paragau, Baures e Itonamas que nele desguam pela sua margem meridional, assim como dos rios Aguapei e Jauru com parte do Paraguai e Cuiaba com a estrada geral dese esta Villa Bela e a configuração dos terrenos, serras, arraiais e estabelecimentos adjacentes às duas provincias espanholas de Chiquitos e Moxos

BNRJ Arc 2-4-22 / Arc 14-3-35 (cópia 1868)



1789

Ricardo Franco de Almeida Serra e Joaquim José Ferreira
Carta geografica do rio Guaporé desde a sua origem principal athe a sua confluencia com o rio Mamoré (...) Em que da mesma forma vai configurado todo o terreno limitrofe entre os estabelecimentos portugueses adjacentes a Villa Bella (...) e o forte do Principe da Beira e as provincias espanholas de Chiquitos e Moxos (...) Em consequencia das diligencias que desde o ano de 1781 ate o de 1789 se tem feito nestes confinantes terrenos por ordem de JAMPC (...) ordenada ultimamente (detalhe) .

Casa da Insua A40



1789

Ricardo Franco de Almeida Serra e Joaquim José Ferreira
Mappa suplemento ao do Guaporé em que vão configuradas as origens dos rios Aguapehy, Alegre e Barbados e mais terrenos limitrofes entre o Paraguai e Paragau. Color 59 x 181 e 50 x 171 cm.

Casa da Insua CI A39

Fig. 83



1794

Ricardo Franco de Almeida Serra
Mapa geografico do nascimento e origens principaes dos rios Galera, Sararé, Guaporé e Juruena, principal braço do Rio Tapajós e do terreno que medeia entre elles e mais districtos adjacentes a Vila Bela levantado no ano de 1794 por ordem de JAMPC (...) pelo tenente coronel engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra.Color 58 x 89 cm.

Casa da Insua CG 44 / Mapoteca do Itamaraty / Arquivo Militar do Rio de Janeiro

Fig. 84



1786

Carta Topográfica de Parte do Rio Paraguay que compreende os tres lagos Uberava, Gaiba e Mandioré. Levantada no anno de 1786 por ordem de LAMPC (...)
Color. 36 x 100 cm.

Casa da Insua 63



1789

Francisco José de Lacerda e Almeida
Mapa do leito dos Rios Taquari, Cuxim, Camapoam, Varandas de Camapoam, Pardo, Paraná, Tieté, e caminho de terra desde a freguesia de Nossa Senhora da Mãe dos Homens de Araritaguaba athe a cidade de São Paulo, que por ordem do Illmo e Exmo Sr. Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, do Conselho de Sua Magestade Fidelissima,(...), e plenipotenciario das reas demarcações de lemites nas mesmas capitanias. Levantou e fes no anno de 1788 e 1789 o Dr. Astronomo Francisco José de Lacerda e Almeida.
Color. 212 x 62 cm

Casa da Insua R91 /BPMP pasta 19 (17) / Mapoteca do Itamaraty / AHE

IV. A Razão do Lugar

Cap. 11.

Formação e Informação: A Ciência Pragmática do Estado

"Havendo S. Mag. posto no zelo, cuidado e prestimo de V. Sª toda a Sua Real confiança: esperando, que daquellas virtudes se sigão inspiraçoens muito semelhantes às que na primitiva India Oriental fizerão, com que se vissem tão poucos Portuguezes fazer tantos, e tão façanhozos progressos, e dominar tantas, e tão numerozas Naçoens: Tendo por certo, que os Portguezes são sempre, e hão de ser os mesmos, e que a differença sô consiste no modo, com que são dirigidos."[1]

"O primeiro passo de uma nação para aproveitar as suas vantagens, é conhecer perfeitamente as terras que habita, o que em si encerram, o que de si produzem, o de que são capazes[2]*".*

11.1. A Geração do Mato: Governadores, Engenheiros e Filósofos

O Mato Grosso começou efectivamente a ser "governado" a partir da segunda metade do século XVIII. Sob vários aspectos, a capitania mais ocidental da colónia é o lugar por excelência para testar a mística dos governadores pombalinos no Brasil. Enquanto esteve no poder, o ministro de D. José seleccionou os governadores da capitania, desde D. António Rolim de Moura, à Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, incluindo os que não chegaram a exercer o cargo, como João Pereira Caldas. A lógica "pombalina" da nomeação dos governadores continuou, com efeito, para além do próprio consulado do marquês. Já se viu que a escolha do irmão de Luís de Albuquerque para o suceder foi ditada por uma clara vontade de manutenção das políticas anteriormente seguidas e a administração de Caetano Pinto de Miranda Montenegro também não estabeleceu grandes soluções de continuidade neste aspecto.

---

[1] AHU Mato Grosso caixa 9 doc 31 - 22 de Agosto de 1758. Carta de Tomé Joaquim da Costa Corte Real a D. António Rolim de Moura.

[2] José Correia da Serra, discurso de abertura das Memórias Económicas da Academia de Ciências, 1779.

Noutro sentido ainda, os capitães-generais do Mato Grosso representam uma "continuidade" especial no quadro da política colonial, dado que, na sua maioria, eles vieram a ocupar, depois da sua passagem pela capitania, outros cargos importantes, quer no Brasil, quer em Portugal. D. António Rolim de Moura, Conde de Azambuja, foi sucessivamente governador da Bahia (1765-1767) e vice-rei do Brasil (1767-1769). Luís Pinto de Sousa Coutinho, Visconde de Balsemão, depois de uma passagem pela diplomacia como representante de Portugal em Londres, ocuparia por treze anos a pasta dos negócios estrangeiros e da guerra (1788-1801) e depois assumiria os negócios do reino (1801-1804). Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, no curto tempo que esteve de volta na corte, antes da sua morte, actuou como conselheiro do Conselho Ultramarino. Caetano Pinto de Miranda Montenegro assumiu o comando da capitania de Pernambuco e, após a Independência, voltaria a representar o Mato Grosso no senado do Império que lhe deu o título de Marquês da Praia Grande. Todos estes homens foram inquestionáveis representantes de uma elite que se manteve vinculada aos destinos do Brasil atravessando inclusive a crise colonial e permanecendo na ribalta durante o Império.

Não só os governadores representavam esta elite que de certo modo actuou no Mato Grosso, ou que fez a sua aparição naquela região. Entre os vários outros "funcionários" do rei, o matemático António Pires da Silva Pontes tem uma conspícua passagem pelos anais da transição histórica do Brasil colónia. Em 1786, o seu companheiro de trabalho no Mato Grosso, Francisco José de Lacerda e Almeida, enviara uma carta directamente a Martinho de Melo e Castro denunciando o possível envolvimento de Silva Pontes com as ideias "revolucionárias" então em voga na capitania de Minas Gerais, de onde o matemático era natural[3]. Mesmo admitindo uma eventual ligação ideológica com os revoltosos de Minas[4], o que supostamente o matemático assumia abertamente nos seus discursos e "arrazoados"[5], Silva Pontes seguiu uma carreira nada menos que brilhante. De volta ao reino, foi lente na Academia da Marinha, desde 1791. Sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, era constantemente consultado para emitir pareceres sobre diversos assuntos de

[3] Ver nota 56 do cap. 10.

[4] Sobre este aspecto ver a abordagem de Keneth Maxwell que cita o mesmo documento da denúncia de Francisco José de Lacerda e Almeida. Cf. Keneth Maxwell - *The Generation of the 1790's and the Idea of Luso-Brazilian Empire*, in "Colonial Roots of Modern Brazil", Berkley, Los Angeles, London : University of California Press, 1973, pp. 107-144. Uma nova síntese sobre o assunto foi realizada recentemente pelo mesmo autor. Cf. Keneth Mawwell - *Ideias Imperiais*, in "História da Expansão Portuguesa", vol. 3. Lisboa : Círculo de Leitores, 1998, pp. 410-420.

[5] Ver nota 57 do cap. 10.

cunho científico, sobre os quais redigiu algumas memórias[6]. Em 1798, coordenou os trabalhos da *Carta Geográfica do Brasil*, a que já se referiu no capítulo anterior, que mereceu os mais altos elogios de D. Rodrigo de Sousa Coutinho no seu discurso inaugural da Sociedade Real Marítima Militar e Geográfica[7]. Nesse mesmo ano, publicou uma tradução de um tratado de arquitectura naval[8] onde afirmava ser governador da capitania do Espírito Santo, cargo para o qual deveria já estar nomeado, e que veio a tomar posse em 1800.

Francisco José de Lacerda e Almeida, o companheiro de Silva Pontes, iria realizar, em 1798, uma viagem por África, cujo objectivo era percorrer o continente de costa à costa[9]. José Mathias de Oliveira Rego, que actuou na capitania sob as ordens de Luís Pinto de Souza Coutinho, voltaria a servi-lo na corte como coronel do corpo de engenheiros, dirigindo obras como o quartel da Ajuda[10]. O Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira, outro nome inquestionável da elite cultural da colónia, e da metrópole, também realizou parte do seu imenso trabalho no Mato Grosso.

Ao observarmos o quadro das principais figuras actuantes em termos políticos e culturais na capitania durante a segunda metade do século XVIII vê-se que quase todos foram personalidades que alcançaram, embora em níveis diferentes, projecção em esferas maiores do que o ambiente regional. O que diferenciava, afinal, esta "geração do mato"? Na verdade, o próprio mato.

Diogo Ramada Curto (re)conta-nos uma história relatada por Francisco José de Lacerda Almeida que parece significativa de outras amplitudes da dimensão do "mato". O facto passara-se numa das viagens de reconhecimento dos rios realizadas pelo matemático. Em meio a narrativa da viagem, Lacerda e

---

[6] Maxwell cita em especial uma consulta realizada a Silva Pontes por D. Rodrigo de Sousa Coutinho a propósito das minas, posto que o matemático tinha-lhe escrito uma *"Memória sobre a utilidade pública em se extraihir o outro das minas e os motivos dos poucos interesses que fazem os particulares que minerão actualmente no Brasil"* (pub. com uma carta a D. Rodrigo de Sousa Coutinho In RAPM, I (1896) pp. 417-426 - Cf. Keneth Maxwel - *The Generation...*, p. 135). Existem ainda outros trabalhos de Silva Pontes realizados no âmbito da Academia de Ciências de Lisboa, entre os quais uma *Memória sobre os Homens Selvagens da América do Sul* (1792). Sobre as viagens realizadas no Mato Grosso, vários dos seus diários encontram-se publicados. Ver Bibliografia.

[7] Cf. Diogo Ramada Curto - *As Práticas de Escrita*, in "História da Expansão Portuguesa". Vol. 3. Lisboa : Círculo de Leitores, 1998, p. 443.

[8] Trata-se da obra *Construção e analyse das proposições geometricas e experiencias praticas, que servem de fundamento à Architectura Naval: Impressa por ordem de Sua Magestade e traduzida do inglês por António Pires da Silva Pontes, Cavaleiro Professo na Ordem de S. Bento de Aviz, Capitão de Fragata da Real Armada, e Governador da Capitania do Espirito Santo*. Lisboa : Na Officina Patriarcal de João Procópio Correa da Silva, MDCCXCVIII (1798).

[9] Na sua volta a Lisboa Lacerda e Almeida foi também lente da Academia de Marinha e, posteriormente foi nomeado governador dos rios de Sena, em Moçambique. Em 1798 partiu chefiando uma expedição para África com a intenção de atravessar o continente entre Moçambique e Angola, percorrendo o rio de Sena, Tete, Cazende até Luanda. A viagem foi interrompida em Cazende por morte do engenheiro, em 1798. (Cf. Souza Viterbo - *Expedições ....*, vol. I, pp. 18-21.).

[10] Cf. Sousa Viterbo - *Dicionário....*, vol. I, p. 137.

Almeida refere-se elogiosamente ao índio-proeiro que comandava com especial destreza e habilidade a canoa da expedição. O matemático louva as qualidades do remador exaltando o seu talento. No entanto, faz contrastar este elogio com uma pequena parábola sobre as suas crenças e superstições. Em certa ocasião, este mesmo índio tinha dito ao matemático que o fundo do rio era habitado por "*mães-d'água encantadas, que levantavam grandes ondas e faziam muita bulha, e tinham morto alguns homens*", às quais "matronas" eram descritas pelo índio, segundo Lacerda e Almeida, como um monstro "*mais horrendo que aquele que nos pinta Horacio*". O cientista quis, honestamente, contestar a possibilidade de existência de tais monstros, mas como os índios tinham se mostrado muito ofendidos com as suas observações, chegando ao ponto de ameaçarem rebelar-se, Lacerda e Almeida foi obrigado a concordar com eles. Como moral da história, o matemático afirmava que pretendia fazer ver "*que é dificultosa a empresa o desferrar das suas opiniões a homens rústicos, e também a muitos sábios logo que são presumidos*"[11].

A parábola de Lacerda e Almeida pode ser lida nos dois sentidos. É interessante observar que o cientista mostrou-se tão relutante em aceitar a existência do "monstro", como os índios em admitir que ele não existia. Ou seja, o sábio colocava-se, não sem ironia, na situação que ele próprio descrevera. Mas foi ele quem foi obrigado a ceder. No fundo, simbolicamente, foi de facto o cientista que foi obrigado a encarar, e a assumir, no seu próprio interesse, o(s) "monstro(s)" que ali "viviam". Todo o processo de colonização do Mato Grosso durante a segunda metade do século XVIII implicou uma constante interiorização do conhecimento que o mato significava e, especialmente, uma apropriação desse conhecimento em termos culturais, políticos e económicos.

Neste sentido a "apropriação do mato" (e dos seus monstros) pode ser lida também como algo maior, significando não apenas a colonização daquela região em si, mas todo o contexto cultural em que se deu a "territorialização" do Brasil. Com efeito, foi pelo conhecimento e pela posse do "mato" e dos "sertões bravios", que se tomou e se formou a colónia. Retomando os repetidos discursos que descreviam o Mato Grosso como a "chave dos sertões" do Brasil, voltamos a encontrar o peso e o significado que aquela região encarnava em termos estratégicos e políticos. Mas a sua importância ultrapassava as meras questões da fronteira política, ou dos acordos internacionais. Na verdade, o que o "Mato" representava inseria-se num quadro de valores ainda mais

[11] O relato original encontra-se publicado na colecção de *Diarios de Viagem* de Francisco José de Lacerda e Almeida, organizados por Sérgio Buarque de Holanda (Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1944, pp. 94-95). Fazemos aqui um apanhado da história a partir da síntese já realizada por Diogo Ramada Curto. Cf. Diogo Ramada Curto - *op. cit.*, pp. 456-57.

estratégicos do que a fronteira política em si, pois dizia respeito ao valor do território numa mais ampla dimensão.

Francisco Bethencourt afirma que "*de uma visão espacialmente concentrada o Estado do Brasil passou a ter uma visão estratégica de protecção de vastos territórios (...) que até ai não tinham qualquer significado estratégico. A noção de defesa e de segurança do Estado passou a compreender as zonas do interior, caracterizando-se o século XVIII justamente pelo extraordinário alargamento territorial do Brasil*"[12]. O alargamento do território corresponde, a vários níveis, a outras efectivas ampliações, quer do quadro mental, quer das estratégias de poder que envolviam a colónia, que não deixam de ser apontadas pelo mesmo autor que se refere à "*reorganização das unidades administrativas e recomposição das elites ligadas ao mando e a governança*"[13].

O que se assiste no Mato Grosso enquadra-se, como é evidente, nesse grande processo de territorialização por que passam as próprias estruturas do Estado e que envolvem, sobretudo, uma renovada elite administrativa. Os valores desta elite são, de certo modo, herdeiros de um também longo processo que tem as suas raízes nos primórdios da Expansão, mas que vão encontrar, especialmente no século XVIII, uma singular síntese entre um ideal conquistador/civilizador e um projecto de "aculturação" experimental.

Toda a história da colonização está profundamente marcada pela ideia da "diferença", ou melhor, pelas muitas "diferenças" existentes entres os vários integrantes da sociedade. Tendo por base a profunda distinção de categorias, estatutos, liberdades, direitos e deveres dos elementos da sociedade, pode dizer-se que as "diferenças" eram, com efeito, o estatuto-base das relações sociais da colónia. A primeira grande clivagem surgiu logo no início dos contactos, com a identificação de alteridade projectada nos índios. Eles eram os outros, os diferentes. Depois, acrescentaram-se ainda muitas outras "diferenças" que, supostamente, distinguiam todos de todos. Os nativos e os escravos eram, obviamente, diferentes dos colonos, assim como os nativos e os escravos eram diferentes entre si, e até os colonos entre si. Neste caso, a principal distinção dizia respeito aos que envergavam o peso e a honra de representarem a metrópole.

Diferentes de todos, e superiores a todos, os funcionários e representantes do rei simbolizavam, no terreno, o topo da hierarquia colonial estabelecendo-se, desde sempre, na estrutura social da colónia, como uma inquestionável elite.

---

[12] Francisco Bettencourt - *America Portuguesa*, in "História da Expansão Portuguesa", vol. 3. Lisboa : Círculo de Leitores, 1998, p. 239.

[13] Idem, p. 228.

Detentores de poder, em vários casos oriundo da condição conjunta de representantes do reino e de possuidores de outras influências a nível local, os membros desta elite viam-se a si próprios quase num nível "supra-social" arvorando para si, em nome da coroa que representavam, o mérito histórico da conquista, conversão e civilização dos povos, que entretanto dirigiam e administravam nas suas competências específicas. A sua "diferença" residia assim, quer na superioridade dos seus cargos, quer no mérito implícito do seu papel (isto quase independente do seu efectivo merecimento enquanto homens ou políticos).

Noutro âmbito, a própria visão do processo colonial como um todo encontrava-se, também ela, perpassada por uma vincada idealização da diferença. Neste caso era uma diferença positiva que identificava a metrópole com uma auto-imagem de prestígio e de poder. Desde as grandes navegações que o discurso da nação portuguesa se inflara das novas terras e dos novos mundos que os descobrimentos proporcionaram à Coroa. As colónias garantiam efectivamente a distinção do Estado Português no contexto internacional e a Coroa, justamente, orgulhava-se delas. Assim, por mais bizarro que pareça, parte da imagem de distinção e diferença que os representantes da metrópole encarnavam nas colónias sustentava-se da própria existência dessas colónias.

Mas o que em alguns aspectos poderia parecer uma elementar relação de domínio, na verdade comportava um fundo cultural bastante mais complexo. Quando, em 1758, Tomé da Costa Corte-Real lembrava a Rolim de Moura que a efectiva "diferença" consistia no modo como os portugueses eram dirigidos, referia-se a um empenho do Estado na formação das suas elites coloniais que, historicamente, remontava ao período áureo do Oriente, onde tão poucos fizeram tantas façanhas[14]. Essa longa tradição na eleição e formação das elites coloniais tinha já passado por diversas fases e abarcava diferentes níveis de complexidade, envolvendo também de maneira diferenciada as muitas categorias de representantes do rei.

Quanto a uma dessas categorias de "funcionários régios" cuja formação foi especialmente cuidada - a dos engenheiros militares - já se tentou um primeiro tratamento no trabalho anteriormente desenvolvido sobre as cidades da Amazónia[15]. Entre outros aspectos, o que ali se procurou remarcar era que na

---

[14] Ver nota 1 deste capítulo.

[15] Como ali se disse "*a criação urbana era, para a Coroa portuguesa, um encargo e uma prerrogativa do colonizador. Incluindo-a entre os trabalhos da administração colonial, a Coroa encarrega tal função a um corpo de funcionários. E, lucidamente, investe na sua formação e aperfeiçoamento, instituindo aulas e distribuindo mestres pelos seus vários territórios. Uma "escola" cria-se, e renova-se continuamente numa metodologia, que tendo evoluído na experiência prática, divulga-se da mesma forma*". Cf. Renata

base, e ao longo de todo o processo de formação dos principais agentes de intervenção territorial do império, estava um quadro mental profundamente marcado, por um lado, pela consciência e pela valorização da aprendizagem experimental, e por outro lado, por um investimento, cada vez mais sólido, nos fundamentos científicos da sua acção, no caso encabeçados pela geometria e pela matemática. A tudo isto juntava-se um exacerbado pragmatismo, que primava pelas soluções apropriadas à cada caso, mas que jamais abdicava do papel do Estado enquanto gestor máximo dos assuntos do "espaço" colonial.

Nos últimos anos vários estudos tem descortinado o amplo quadro da formação e actuação dos engenheiros militares abordando quer os trabalhos desenvolvidos na metrópole quer nas colónias[16]. Tem-se, cada vez mais, esclarecido a continuidade da formação destes técnicos nas Aulas estabelecidas nos vários pontos do Império, assim como o contínuo crescimento do número de profissionais envolvidos, que no século XVIII atinge um verdadeiro "boom". A par do maior número de técnicos actuantes nos vastos territórios coloniais, o século XVIII foi também o tempo áureo dos resultados da sua actuação, tanto em termos urbanísticos, com um crescimento ímpar do número de vilas criadas - especialmente no Brasil - assim como em termos da acção cartográfica e demarcadora que desenvolveram, de que o próprio Mato Grosso é um dos principais exemplos.

Se não restam dúvidas quanto à proficuidade e eficiência da actuação destes técnicos, um estudo recentemente elaborado por Roberta Marx Delson[17] veio ainda trazer luz para um aspecto essencial da sua formação. Comparando os sistemas educacionais utilizados pelas duas potências colonizadoras da América do Sul a autora faz ver que, a despeito da proverbial, e real, falta de estruturas de ensino oficiais na colónia portuguesa, em contraste com as espanholas que desde o século XVI contavam com universidades, havia pelo menos uma excepção significativa, representada pelas "Aulas" de fortificação e engenharia militar, que começaram a surgir no Brasil e nas outras colónias, em finais do século XVII. Para além do facto em si de representarem uma excepção no contexto de uma carência generalizada de estudos oficiais, o padrão ideológico e a estrutura de funcionamento destas aulas também se apresentavam, segundo a autora, num paradigma bastante diverso do modelo educacional do vizinho espanhol e de outros colonizadores contemporâneos.

Malcher de Araújo - *As Cidades da Amazónia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*. Porto : FAUP, 1998, p. 293.

[16] Ver alguns dos títulos recentes na bibliografia deste trabalho.

[17] Cf. Roberta Marx Delson - *Para o entendimento da educação colonial: o papel das Academias Militares no Brasil Colónia*, in "Colectânea de Estudos: Universo Urbanístico Português", Lisboa : CNCDP, 1998, pp. 225-242.

Valorizando a interdependência que as aulas das colónias tinham com as da metrópole, tendo sido instituídas na mesma altura, e com os mesmos padrões e métodos avaliativos, R. Delson reforça o vínculo de paridade entre as várias instituições, nas quais não se colocavam situações de hierarquia em função do local de formação dos profissionais. Do mesmo modo aponta que, aparentemente, também não haviam situações de rejeição elementar dos candidatos por outros critérios para além dos requisitos mínimos para a aprendizagem, tais como noções de matemática e desenho, não tendo influência definitiva factores como o local de nascimento ou a origem social e racial dos alunos, facto que pesava sobremaneira nos estatutos das universidades espanholas na América. De tudo a autora conclui que "*a abordagem portuguesa deve ser considerada como uma extensão dos seus cursos metropolitanos, e não como um substituto colonial. O objectivo português era criar um corpo global de engenheiros que pudesse ser recolocado no reino conforme a necessidade. Como os diplomados brasileiros eram obviamente bem treinados nas exigências do contexto brasileiro, podiam, e deviam, servir em muitos locais*"[18].

Com efeito, a "ubiquidade" das élites envolvidas na administração colonial é um facto comprovado ao longo de toda a história da colonização portuguesa. Naturalmente vinculado ao tradicional pragmatismo das estruturas administrativas do império, o aproveitamento sistemático de um conjunto limitado de indivíduos diz respeito tanto ao empenho centralizador da Coroa, quanto à efectiva falta de meios humanos especializados para gerir uma situação tão vasta e complexa. Neste sentido, tem ainda mais pertinência a abordagem desenvolvida por Roberta Delson porque não só fornece mais um elemento para caracterizar o próprio pragmatismo da gestão colonial, como o identifica de uma maneira especialmente significativa. Com o seu "método" de formação, a coroa atingia duplamente as suas carências. Por um lado, formava mais técnicos, essenciais para o desenvolvimento das actividades das quais dependia o próprio sistema colonial, tais como a defesa e a fortificação dos territórios sob o seu domínio. Por outro lado, formava-os em condições adaptadas às suas próprias actuações, o que não só garantia a sua eficiência no terreno da sua formação, e outros similares no império, como também diminuía os custos da formação e deslocação de técnicos a partir da metrópole.

Mas, para além desses factores de cunho essencialmente pragmáticos, há que ter em conta, como tão bem aponta Roberta Delson, que esta opção da coroa portuguesa implicava uma base ideológica que dizia respeito à

[18] Idem, p. 241.

sua visão das colónias. Sem pretender entrar em juízos de valor relativamente à postura "colonial" dos portugueses, parece importante ressaltar que o que quer que esta postura tenha significado ela não deixa de manter uma inextricável dependência com a base experimental da cultura moderna portuguesa. Como já antes tínhamos dito, parte da ideia da grandeza do império advinha da noção da existência e, sobretudo, da "experiência" das colónias, que era virtualmente partilhada por todos, ainda que em níveis distintos.

Embora as relações de hierarquia entre o centro do Império e as suas periferias fossem evidentes, estas relações não anulavam o sentido geral de que o valor do conjunto era dado pela soma das suas partes. Assim, ao invés de ser "isolada" ou diminuída relativamente à metrópole, a experiência prática nas colónias era, de uma maneira geral, valorizada por quem a detinha, e também era valorizada institucionalmente a nível da gestão do império. Ou seja, os currículos acumulados dos "funcionários do rei" não só davam prova da sua constante aplicação no enobrecimento da Coroa, como demonstravam o quanto esta se revia no espelho da sua própria experiência colonial, nos quatro cantos do mundo.

A proficiência e ubiquidade referida para os engenheiros pode, com maior propósito ainda, ser utilizada para os governadores da capitanias e dos territórios sob a égide do Império. Neste caso, se não se pode falar de uma "formação" específica para o cargo, pode-se, com certeza falar de um progressivo processo de selecção das élites que deveriam actuar no comando das regiões coloniais. Ao longo do século XVIII assiste-se ao regular alistamento dos governadores das capitanias dentre os membros da nobreza titulada. A carreira, em especial no Brasil, tinha sido substancialmente valorizada e algumas famílias influenciavam o acesso aos principais cargos[19]. No entanto, e na base do processo de selecção, continuava a pesar um factor que também era herdeiro dos tempos da conquista da Índia e que diz respeito à função militar.

O paradigma mítico do capitão/conquistador/administrador, cujo modelo ideal poderia ser encarnado por Afonso de Albuquerque, pairava sobre a imagem dos mandatários coloniais desde o começo da Expansão. Mas, a par da glória das conquistas, foram-se acrescentando ainda outros méritos necessários ao bom governo colonial. Estes requisitos eram, em boa parte, também associados à carreira militar, e diziam respeito sobretudo ao conhecimento das ciências da guerra e da fortificação, para além das qualidades de lealdade e honestidade indispensáveis ao serviço do rei, que se

[19] Cf. Nuno Gonçalo F. Monteiro – *O Brasil na Corte Portuguesa do século XVIII*, in "A Construção do Brasil 1500-1825". Lisboa : CNCDP, 2000, pp. 49-59.

esperava tanto dos representantes da nobreza como dos valorosos vassalos que tinham dado provas da sua têmpera em circunstâncias precisas.

No século XVIII, não só o constante quadro de guerra possível na Europa, e as suas eventuais concretizações envolvendo Portugal, assim como a própria situação da disputa fronteiriça na América, fizeram com que o estatuto do comandante militar fosse um requisito praticamente indispensável para o governo das capitanias brasileiras, em especial as da fronteira, ou as a ela vinculadas. Mas a ligação dos militares aos cargos máximos de gestão administrativa dos territórios coloniais não era nova. Na verdade era o procedimento comum embora, ocasionalmente, alguns "letrados" ou membros da hierarquia da igreja exercessem as funções de comando das capitanias. O que se assiste, em especial no século XVIII, é que para além das posições de comando estarem ocupadas por militares, a própria estruturação das tropas nas capitanias foi substancialmente reforçada. Reorganizaram-se os métodos de recrutamento e, com um muito mais rígido sistema de alistamento, multiplicaram-se os contingentes, sobretudo nas capitanias em que a segurança era prioritária. Assim, pode dizer-se que "*o Estado do Brasil podia ser caracterizado como um Estado fortemente militarizado nas últimas décadas do século XVIII, pois a grande maioria dos homens entre os quatorze e os sessenta anos, servia na tropa de linha, nas milícias, ou nas ordenanças*"[20].

Em parte, essa militarização do Estado correspondia também a uma certa militarização da sociedade. Embora contestado e rejeitado em várias ocasiões, o serviço militar correspondia, via de regra, a uma possibilidade de ascensão social, o que, numa sociedade ultra estratificada, era naturalmente bem vindo pelas camadas mais baixas. Como vimos pelo próprio processo de aprendizagem disponibilizado dentro das estruturas militares, até em termos de formação cultural a carreira militar era valorizada, em paridade com a metrópole inclusive. Sobre este aspecto da militarização da sociedade Raimundo Faoro vai mais longe e afirma que no caso do Brasil "*a organização militar precede à descoberta, estrutura-se com a monarquia no curso dos séculos e funde-se com a história da colónia. Ela terá um papel de defesa e um papel social aglutinando populações e elevando os seus elementos na escala de prestígio. A terra se consolida nas mãos do português por via da força armada - é a conquista. Mas a terra se torna interiormente portuguesa também mercê da integração no quadro da funções e das honras militares - é o prolongamento da metrópole na colónia. Este é o elo mais profundo, mais*

[20] Cf. Francisco Bettencourt - *op. cit.,* p. 240.

duradouro, mais estável da integração ultramarina"[21]. Mais adiante dirá ainda que *"Na colónia, o próprio bacharel de Coimbra só se eleva com o título militar"*[22].

Embora se compreenda a intenção enfática do autor, esta última frase parece exagerada, especialmente para o quadro do século XVIII. Na verdade, a par da ininterrupta valorização do estatuto militar, assiste-se, sobretudo no período pombalino, uma também progressiva valorização do saber académico. O entusiasmo iluminista do marquês correspondia, com efeito, a um quadro social renovado em que a "ciência", e em especial a "filosofia natural", detinham cada vez mais adeptos e interessados. A cadeira de História Natural foi instituída, em 1772, na Faculdade de Filosofia, no âmbito das reformas pombalinas da universidade. No entanto, desde pelo menos os primeiros anos do século XVIII que a disciplina despertava o interesse dos meios mais cultos do reino, conciliando-se com a consideração desde sempre dispensada às ciências geométricas e cartográficas. Diogo Soares, um dos "padres matemáticos" enviados ao Brasil por D. João V em 1729, foi instruído para recolher dados de história natural em conjunto com a sua actividade de geógrafo[23].

No final do século, e após a formação do curso em Coimbra, a história natural era matéria tida como prioritária nos interesses científicos do reino e como tal era divulgada e valorizada. Em 1781, um ano após a abertura da Academia das Ciências em Lisboa, esta editava um opúsculo intitulado *"Breves instruções aos correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa sobre as remessas dos produtos, e notícias pertencentes à História da natureza, para formar um Museu Nacional"*[24]. Entendida de uma maneira geral como a "síntese" dos conhecimentos então em voga, a história natural abarcava um vasto universo de referências que iam desde à botânica, zoologia e mineralogia às observações astronómicas e geográficas e aos apontamentos de cunho etnológico e económico. Verdadeira ciência "enciclopédica", a história natural exigia profissionais polifacetados. Segundo Vandelli, o naturalista, para além dos vastos campos das suas observações, deveria também dominar as técnicas de

---

[21] Raimundo Faoro - *Os Donos do Poder Formação do Patronato Político Brasileiro*. Vol.I. Porto Alegre : Globo, 1984, p. 189.

[22] Idem, p. 192. O autor refere-se ao caso de Inácio José de Alvarenga Peixoto, formado em leis em Coimbra que requisitou a patente de Coronel Comandante de um regimento em Minas. *"A carta de Coimbra pouco valia: os bordados de coronel realçam-na, engrandecem-na e dão-lhe prestígio"*.

[23] *"forma, no mesmo tempo, uma Historia Natural dos rios, montes, árvores, ervas, frutos animais e pássaros que há no Brasil, aplicações tão uteis que só se devem a deligência com que Sua Magestade provocava adiantar as ciências, pois não só serviram a Portugal mas também a Europa que delas fez a devida estimação"*. Cf. Francisco Xavier da Silva - *Elogio fúnebre e histórico (...) de D. João V*, Lisboa, 1750, pp. 162-163. Apud. Rómulo de Carvalho - *A História Natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa : ICALP, 1987, pp. 23-24.

[24] Rómulo de Carvalho - *op. cit.* , pp. 74-75.

desenho e os mistérios da trigonometria plana, de modo a poder desvencilhar-se sozinho, caso lhe faltassem os matemáticos e engenheiros como auxiliares nas viagens filosóficas. Para o célebre professor da Universidade de Coimbra, melhor seria o profissional que sozinho desse conta de mostrar o mundo que tinha visitado, pois as "*plantas que ha mais exactas são as que nos deram os que ao mesmo tempo erão Philosofos e Pintores*"[25].

Serem ao mesmo tempo filósofos, pintores, engenheiros e generais terá sido o ideal de cada um dos líderes actuantes no Mato Grosso no século XVIII[26]. Depois do ideal da conquista e da catequese, que tinha animado as mentes dos dirigentes dos séculos anteriores, o século XVIII chegava com o entusiasmo reformista sustentado pelas luzes da razão. Para os membros da elite pombalina, o saber enciclopédico da filosofia natural e das ciências matemáticas dever-se-iam somar ao seu papel militar para domar a barbárie e instituir a civilização na selva. Embora pudessem reclamar do imenso trabalho que os seus altos objectivos lhes impunham[27], estavam, com efeito, deles imbuídos, alimentando uma auto-imagem profundamente idealizada do seu papel.

Neste sentido, mantinham para si a ideia da "diferença" positiva que os colocava "acima" dos seus governados em poder e em saber. No entanto, não descuravam que a base do seu saber era efectivamente alimentada pela sua experiência no terreno. E aqui voltamos ao "mato", agora visto no sentido da imensa periferia que circundava a "ilha" europeia e que se personificava nos vastos territórios coloniais. Assim, a "geração do mato" tinha, e sabia que tinha, uma mais valia entre os seus pares. Os capitães da Índia haviam dominado "*tantas e tão numerozas nações*" eles tinham tentado dominar o "mato" - e

---

[25] Domingos Vandelli - *Viagens Filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o Filosofo Naturalista nas sua peregrinações deve principalmente observar*. Cópia manuscrita existente na Academia das Ciências de Lisboa datada de 1797. Apud. Miguel Faria - *Brasil: Visões Europeias da América Lusitana*, in "Oceanos" nº 24, Out.-Dez., 1995, p. 96. O trecho do texto de Vandelli que é citado neste artigo é significativo: "*quam indispensáveis são aos naturalistas os conhecimentos da Trigonometria plana, e risco das plantas, e Pintura: porque ainda que aquelles se podem suprir levando consigo hum homem instruido na Mathematica como Engenheiros, e aos ultimos hindo acompanhado de hum Pintor, nem sempre isto he praticável: tanto porque aquelles podem faltar, como tem mostrado a experiência, enquanto à pintura, como porque as plantas que ha mais exactas são as que nos deram os que ao mesmo tempo erão Philosofos e Pintores*".

[26] Essa imagem do faz parte, de certo modo, da mentalidade setecentista. Fernanda Bicalho aponta, neste sentido o exemplo da intectualidade francesa cultora por excelência da literatura de viagens, género presente e constante nas bibliotecas dos filósofos e dos estrategistas coloniais. "*Estes últimos, os chamados 'admistradores-filósofos', dividiam-se entre o governo das colônias e a contribuição, através da sua experiência, em memórias relativas ao seu desenvolvimento e em verbetes escritos para a Enciclopédia sobre temas e técnicas ultramarinas.*" Cf. Maria Fernanda Bicalho – *A Cidade e o Império: O Rio de Janeiro na dinâmica colonial portuguesa. Séculos XVII e XVIII*. Tese de doutorado apresentada ao departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 1997, p. 107.

[27] Alexandre Rodrigues Ferreira dizia, em 1784, em carta endereçada ao Abade Correia da Serra: "*diz a instrução para os correspondentes da Academia que dêm eles conta da história do país, da sua população, forças, indústria, agricultura, mecânica, medicina, teologia, lingua, etc..., ah, se fora tão fácil a um único naturalista o executar isto, que a tantos custou o escrevê-lo, e recomendá-lo somente!*". Apud. Diogo Ramada Curto - *op. cit.* , p. 443.

não era mérito menor. Na verdade, a sua acção contribuiu para operar uma efectiva transformação do quadro mental de toda uma época, introduzindo novos valores e dados que ainda hoje pesam nos conceitos de território, ciência e natureza, com que tanto nos debatemos, e que enformam a cultura moderna. Esta "reforma do mato", operada a partir de dentro, por quem ali actuava, é porventura o mais significativo dado do processo global de conhecimento engendrado pela "colonização" dos "novos mundos". E é o que, de certo modo, para o bem e para o mal, continua em curso.

11.2. A Estratégia do Conhecimento: As Minas e a Quina

Em uma carta dirigida a Mendonça Furtado, Rolim de Moura referia-se aos índios como uma espécie de metáfora utilizada por Deus. Afirmava que despertar nos índios a vaidade, a ambição e o desejo de viver com maior comodidade eram os meios mais eficazes para conseguir a sua "civilização" como pretendia a nova lei. Explicava: "*Ainda que sejão vicios, elles são pela maior parte, os que obrigão aos homens a trabalhar, a instruir-se, a associar-se e a viver em hua necessaria dependencia huns dos outros; e se lhes não forão estarião os brancos hoje no mesmo estado em que vemos aos indios: nos quaes parece, nos quiz Deos mostrar a necessidade que o mundo tem para a sua conservação depois da cahida dos nossos paes, das inclinações e propenções naturaes*"[28]. Iluminista e contraditória, esta frase de Rolim de Moura espelha em parte um dilema presente ao longo de toda a colonização. Por um lado, a "ignorância" dos índios justificava o papel "civilizador" que os colonizadores atribuíam a si próprios revendo-se como irmãos mais velhos daqueles seres primitivos. Por outro lado, talvez não lhes escapasse de todo a noção de que esta conversão implicava em passar para os índios os "vícios" dos brancos.

Entre os projectos mais recomendados ao primeiro governador da capitania do Mato Grosso constava a intenção de militarizar alguns índios organizando-os em tropas especiais, a moda dos sipaios da Índia[29]. Embora Rolim de Moura manifestasse o maior interesse possível pelos assuntos militares[30], o

---

[28] AHU Mato Grosso caixa 9 doc 38 - 15 de Novembro de 1758. Carta de D. António Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

[29] Já se referiu a este aspecto no cap.3.

[30] Rolim de Moura primava pelos comentários militares e era, assumidamente, um aficcionado pela ciência da Guerra. Em carta a Mendonça Furtado dizia, em tom de falsa modéstia: "*Eu assentei praça muito rapaz ainda antes das passagens e sempre fiz gosto da vida militar e procurei instruir-me nesta arte, mas como a verdadeira escola he a guerra viva, considere V. Exa a pena que me causara achar-me em similhante ocasião cá nesta distância aonde em lugar de aprender o meu oficio com os grandes Mestres que me*

projecto de criar um exército "brasílico" no Mato Grosso nunca foi totalmente concretizado, pelo menos nos moldes que a idealização pombalina previa. Os bororós eram, segundo o governador, "*muito mais barbaros que os Sipaes da India, e não será facil introduzir-lhe a mesma disciplina*"[31].

Apesar destas, e de outras observações de Rolim de Moura relativamente aos índios, a sua preocupação com a educação dos nativos era constante. Chegou a pensar em mandar alguns para a metrópole para que pudessem depois ensinar aos seus irmãos os modos (ou os vícios) aprendidos com os brancos[32]. "*Muyto tempo ha, me tem lembrado, e o dezejo, se mandêm hir de cá Indios rapazes para o Reyno, afim de lá serem criados, e instruidos, como os brancos, pois essa experiencia nos havia de dezenganar, do q' elles são capazes, tirando lhe de diante dos olhos os objectos que forçozamente lhes hão de estar sempre lembrando as suas primeiras ideias e introduzindolhe outras differentes com a mudança de terra. E conseguindo-se nessas o fim pretendido, talvez serião ao dipois os melhores mestres para os seus naturaes.*[33]"

Como é evidente, o paradoxo da intenção de educação dos nativos não exclui a discriminação, nem atenua a visão colonial. O saber é visto como um legado a ser passado pelo colonizador e como uma dádiva a ser valorizada pelo colonizado. Mas, tal como se tinha visto no caso do índio-proeiro, que é elogiado por Lacerda e Almeida pelas suas qualidades naturais na lida com o terreno, as diferenças se atenuavam no contacto entre os povos, pela essência das lições que ambos acabavam por partilhar e pela indispensável necessidade que os próprios colonizadores tinham de aprender, pela experiência, a lidar com aquele ambiente.

O "saber do mato" era assim valorizado, e compensado, pelas estruturas coloniais, sendo, em alguns casos, equiparado ao saber "institucional". João de

---

dizem se esperavam de fora neste Reyno, me vejo obrigado a ensinar aos outros o que eu não sei bem". (AHU Mato Grosso caixa 11 doc 57 - 1 de Junho de 1763.)

[31] AHU Mato Grosso caixa 9 doc 50 - 23 de Dezembro de 1758. Carta de D. António Rolim de Moura a Thomé Joaquim da Costa Corte- Real.

[32] Sobre a educação dos índios veja-se o artigo de Ângela Domingues - *A educação dos meninos índios no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*, in "Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz", Lisboa : Editorial Estampa, 1995. É interessante observar que mesmo no âmbito do Directório, cujo objectivo expresso era conseguir uma assimilação da cultura portuguesa por parte dos índios como um todo, há, em várias ocasiões, a ideia de que era prioritário educar os representantes das elites indígenas de modo a que eles pudessem retransmitir a cultura portuguesa aos seus pares com maior eficiência. Como diz a autora "*No entanto, ainda que contemplando o ensino de todas as crianças índias, a política educacional dirigiu-se , por excelência, aos filhos de principais, de sargentos-mores, de capitães-mores e de outros indivíduos que tivessem lugar de destaque ou de prestígio na comunidade. A alfabetização e a cristianização dirigiram-se prioritariamente aos que viriam a ser futuros chefes das comunidades indígenas ou que futuramente poderiam servir de exemplo junto da comunidade e sobre ela exercer a sua vontade*". (pag. 70).

[33] AHU Mato Grosso caixa 9 doc 38 - 15 de Novembro de 1758. Carta de D. António Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

Souza Azevedo, o sertanista que tinha desbravado o rio Tapajós e depois tinha participado na expedição de abertura do caminho do rio Madeira, alegava estes méritos do seu currículo para pedir, entre outras mercês, a equiparação do seu salário ao dos engenheiros[34], pois era nesta categoria que se via.

Embora Rolim de Moura tenha contado com a presença de um examinador de filosofia[35] entre os seus colaboradores nos primeiros tempos de administração da capitania não é certo que no seu período tenham havido grandes explorações no âmbito das ciências naturais[36]. As preocupações de ordem militar terão impedido outras investigações que não as relacionadas com a defesa do território. De todos os modos, aparentemente, o próprio Rolim de Moura não demonstrava grande interesse pessoal pelo assunto. Ficou famosa a sua atitude, já como vice-rei do Brasil, por ter sido muito pouco amistoso para com o capitão James Cook e Sir Joseph Banks, que desembarcaram no Rio de Janeiro em 1768 para realizarem explorações naturalistas[37]. O Conde de Azambuja chegou a acusar o capitão inglês de ser um contrabandista[38].

Tal não era certamente o caso de Luís Pinto de Sousa Coutinho, cujo interesse pelas matérias de cunho científico pode ser comprovado pelo vasto conjunto de documentos versando sobre o Mato Grosso existentes na Biblioteca Pública Municipal do Porto que, na sua maioria, são oriundos da colecção do Visconde de Balsemão. Em dois importantes manuscritos existentes neste arquivo, Luís Pinto de Sousa Coutinho é identificado como patrono das ciências naturais. António José Landi, o famoso arquitecto que actuou na Amazónia, dedicou o seu álbum de desenhos de plantas e animais à Luís Pinto de Sousa Coutinho *"Il quale com soma fatica e diligenzza envestigó moltissimi cose appartenenti alla storia naturale e delle qualle se potrá formare un grosso volume in vantaggio della Republica Letteraria"*[39]. Noutro documento,

---

[34] AHU Mato Grosso caixa 11 doc 40 - (anterior a 28 de Setembro de 1762). Petição de João de Souza de Azevedo.

[35] Como já se disse anteriormente, o Pe. Estevão de Castro era examinador de filosofia do Colégio de São Paulo antes de ir para o Mato Grosso.

[36] A. de Magalhães Basto, em trabalho já citado, afirma no entanto que os padres jesuítas realizaram viagens de exploração na região dai resultando alguns manuscritos que hoje se encontram reunidos no códice 464 da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Entre os títulos encontram-se as *"memórias do Rd. Pe. Agostinho Lourenço"*, datadas de 29 de Julho de 1752, e o *"Extracto de hum diario do Pe. Estevão de Castro desde Camapuão ao Cuiaba"* (Apud. A. de Magalhães Basto - *op. cit.,* p. 22). Ambos os textos parecem ser relatos de viagens com descrições geográficas das regiões percorridas.

[37] Para mais informações sobre o contexto da viagem e a sua recepção no Rio de Janeiro ver Maria Fernanda Bicalho – *A Cidade e o Império: O Rio de Janeiro na dinâmica colonial portuguesa. Séculos XVII e XVIII*. Tese de doutorado apresentada ao departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 1997, pp. 129-131.

[38] Ernest Pijning - *O ambiente científico da época e a viagem ao Brasil do príncipe alemão Maximiliano de Wied-Neuwied*, in "Oceanos", nº 24, Out.-Dez., 1995, p.27.

[39] Cf. *Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Porto, 1988, p 275.

António Correia Furtado de Mendonça, enviava ao Visconde Balsemão algumas arrobas da planta do caruá silvestre para que se ensaiasse a produção de cordas a partir dela, assim como uma memória sobre a dita planta. Na carta que acompanhava o envio do material, Furtado de Mendonça dirige-se ao então ministro afirmando que "*a V. Excia Ministro de Estado devo tambem fazer esta revelação da minha descoberta não so em razão do Alto ministerio que ocupa junto ao Real Trono, senão como ao Primeiro Naturalista, q tem o Reino de Portugal, ou melhor direi de toda a Europa*"[40].

Mas o interesse do Visconde de Balsemão não se restringiu à recolha de documentos. Rómulo de Carvalho atesta que o visconde era possuidor de um gabinete privado de História Natural onde guardava vários espécimes oriundos das colónias[41]. Mais que isso, Luís Pinto de Sousa Coutinho, como ministro dos negócios estrangeiros e da guerra, foi o responsável político pelas viagens de estudo pela Europa realizadas por dois famosos estudantes brasileiros em Coimbra, Manuel Ferreira da Câmara de Bethencourt e Sá e José Bonifácio de Andrade e Silva. O último dos quais é um nome que dispensa apresentação no panorama da História do Brasil, quer pelo seu desempenho académico enquanto cientista e mineralogista, quer pelo seu papel no processo de Independência e na constituição do Império.

Enquanto esteve no Mato Grosso, Luís Pinto de Sousa Coutinho redigiu memórias geográficas e reflexões políticas. Encomendou, igualmente, certas "inquirições" cujo objectivo era, na maioria dos casos, estabelecer uma "imagem" correcta da paisagem daquela região de modo a poder controlá-la eficazmente, sobretudo no que dizia respeito à fronteira. Os rios, em especial o Madeira, foram o aspecto mais visado das suas memórias geográficas. A principal característica desses trabalhos é o facto de se estruturarem a partir de uma estratégia de descrição. Com efeito, a aproximação ao objecto de interesse, quer fosse ele um acidente físico, ou um espécime botânico, ou animal, ou ainda uma tribo ou povo, era sempre pautada por uma lógica descritiva, em que abundavam ainda as enumerações.

Durante o ano de 1769 realizaram-se alguns trabalhos que denunciam o tipo de preocupações do governador. Nas memórias sobre o rio Madeira, para além das observações de cunho matemático e estritamente geográfico, Sousa Coutinho apresentava as diferentes áreas atravessadas pelo rio listando as

---

[40] Idem, pp. 221

[41] Rómulo de Carvalho - *op. cit.*, p. 79. Note-se que relativamente a este gabinete privado de Sousa Coutinho ocorre uma divergência com Alexandre Rodrigues Ferreira pois, em certa ocasião o ministro pediu algumas peças do Gabinete da Ajuda, então dirigido por Alexandre Rodrigues Ferreira, e este manifestou o

produções da natureza e as possibilidades de exploração de cada uma delas. Ao longo do texto cita geógrafos de renome e não esquece de referir às ervas medicinais[42].

Enquanto Sousa Coutinho observava pessoalmente a região portuguesa do Madeira, um oficial de sua confiança, o tenente Francisco José de Figueiredo Tavares, tinha sido enviado à província e Moxos com instruções detalhadas para, sob o disfarce da realização de comércio clandestino, tentar "inquirir" sobre uma série de elementos indicados pelo governador. Uma das recomendações expressas da missão do tenente era averiguar da existência e exploração de alguns produtos no território vizinho entre os quais a cochonilha, a quina e o bálsamo do Peru. Para além disso, deveria, evidentemente, esclarecer sobre a localização das aldeias missionárias fornecendo uma descrição das suas respectivas guarnições, assim como também deveria questionar aos da região sobre a origem, curso e navegação dos rios, especialmente o Madeira[43].

Ainda no mesmo ano de 1769, Luís Pinto de Souza comunicava uma vez mais a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre outra exploração que mandava fazer, desta feita a procura de uma "lagoa de sal" que teria sido referida pelos primeiros descobridores das minas e que seria de grande utilidade caso fosse encontrada[44]. A falta de sal natural no Mato Grosso, acrescida à situação de monopólio imposta pela coroa, transformava aquele produto num dos mais caros da região e motivo de inflacionamento de todo o mercado. A hipótese de encontrar sal não era de todo descabida dado que este era efectivamente abundante nas áreas vizinhas sob o domínio espanhol. Depois do ouro, que merecia constantes buscas, quer da parte dos mineiros, quer da própria coroa, o sal era o produto mais procurado no Mato Grosso, especialmente durante a administração de Luís Pinto de Sousa, como adiante se verá.

Quanto aos outros itens "especiais" que se buscava na região, como a cochonilha ou a quina, embora o governador se empenhasse em promover a

---

seu desagravo, pois segundo a sua opinião as colecções do rei eram um tesouro "público" e não deveriam ser "emprestadas" à nobreza.

[42] *"O terreno em que se achão as Caxoeiras, hé pella mayor parte alto, e em muitas partes montuozo: por quanto nestas paragens vai proseguindo no rumo de W.N.W. aquella mesma serrania, que Mr de La Buache descreve nas suas cartas fizicas com o nome de Mato Grosso; a qual serve a ligar a cordilheira do Peru com as outras Montanhas do Brazil. Todo este terreno hé abundante em produssoins de cacau, salsa, baunilha, Jalapa, contra erva, Burua, Rezina de assaferida; e outras muitas drogas medicinais; de que se podia fazer hum bom comercio sendo este paiz povoado".* AHU Mato Grosso caixa 13 doc 19 - 20 de Janeiro de 1769. Carta de Luís Pinto de Souza Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

[43] AHU Mato Grosso caixa 13 doc 45 - 21 de Junho de 1769. Carta de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

[44] AHU Mato Grosso caixa 13 doc 47 - 23 de Junho de 1769. Carta de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

sua descoberta, estas não constavam do efectivo "mapa económico" da capitania. O quadro das produções do Mato Grosso em 1771 indicava que, a par das minas, o gado começava a despontar como a efectiva riqueza da região[45]. Entre os géneros da agricultura a pobreza parecia evidente. Produziam-se apenas milho, mandioca, algum feijão e pouco açúcar. Os engenhos de açúcar tinham de disputar com a fabricação de aguardente, mais compensadora. O arroz, que o governador pensava poder se dar bem naquelas campinas, quase não era cultivado. O algodão servia para a fabricação de alguns panos que eram produzidos nos 49 teares existentes na capitania[46].

Nos comentários feitos ao "mapa económico" Souza Coutinho voltava a afirmar o estado de penúria generalizada em toda a região. Sobre os produtos da terra dizia que "*Nesta Capitania, assim como na maior parte do Brazil, não ha Agricultura perfeita*" . E assim era, na sua opinião, porque não se utilizava o arado e porque se faziam as perniciosas "queimadas" como método de plantio sem tratar as sementes. Retomando os dados do mapa económico, que apontavam a decadência regional, o governador referia-se aos seus esforços de renovação, tendo investido especialmente no estabelecimento de novos engenhos e na distribuição de sesmarias para a criação de gado. Apesar do quadro pouco brilhante, a sua abordagem era optimista: "*A fertilidade do país he extraordinaria, na mayor parte desta Cap.nia, assim como a bond.e dos pastos para a criação dos gados vacuns. O seu terreno he proporcionado para a cultura do milho, do arroz, do feijão, da cana de assucar, do tabaco, algodão, e do Anil, e em algumas paragens cresce com abondancia a Árvore da coxonilha: se bem, que athe agora se não tem podido descobrir o precioso inseto que nella se nutre*"[47].

Nesse mesmo documento o governador aborda ainda o estado das minas, do comércio, da fazenda, da polícia e da administração da justiça, do clero e das tropas, de modo a fornecer ao rei "*huma* ***idea geral*** *da situação, e negocios desta Cap.nia aq.al abrasando em hum unico ponto, os diferentes*

---

[45] O rebanho da gado vacum da capitania tinha quase 37.000 cabeças. Cf. AHU Mato Grosso caixa 14 doc 67 - 1 de Maio de 1771. *Mapa economico que compreende o estado actual da agricultura fabricas e minas desta capitania como tambem os oficios mecanicos e produção de gado vacum e cavalar calculado no decurso dos dois anos de 1769-1770. Primeiros da administração do governador Luís Pinto de Sousa.*

[46] Sobre esta manufactura Sousa Coutinho afirmava que "*os tiares do referido genero são de pano groceiro e ordinario que se fabrica no Para: exceto no Lugar de Lamego adonde todos são pelo modelo dos dos indios do Peru: porem, esta fabrica he tam vagaroza, que so a sua paciencia podia ser propria para suportar um tal trabalho: e a todas as povoações dos mesmo indios, se tem mandado rodas para fiar o algodão porque ate aqui o fazião com os pes*" Cf. AHU Mato Grosso caixa 14 doc 67 - 1 de Maio de 1771.

[47] AHU Mato Grosso caixa 14 doc 70 - 1 de Maio de 1771. Carta de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Martinho de Melo e Castro.

objectos da sua adminstração, podese representala dignamente à elevada esfera de S.Mag.e em hum verdadeiro ***corpo de sistema***"[48].

Relativamente à mineração, que continuava a ser o esteio económico da capitania, refere-se às dificuldades que enfrentara pois, segundo o seu relato, as minas do Mato Grosso eram detidas em monopólio por "*12 pessoas ricas*". Refere com destaque ao descobrimento de sal marinho[49], e adianta a sua importância e carestia na área e a necessidade de captar os "direitos reais" do produto e organizar a sua exploração.

Quanto ao comércio, começa por dizer que a maioria dos comerciantes preferiam utilizar os contactos com o sul, ainda que a via do Pará pudesse ser mais rápida[50], pela pouca capacidade de resposta que a Companhia de Comércio do Grão Pará oferecia. Num parágrafo memorável, refere que os objectivos da Companhia não se cumpriam, nem com a introdução dos escravos pretendidos, nem com a venda de manufacturas nacionais, que continuava a se não fazer, posto que as estrangeiras ainda eram compradas, embora correspondessem as necessidades e não às escolhas da população. Nesse sentido, aborda a hipótese de se abrir um novo caminho de comércio para o Pará pelo rio Paraupava, e pretende demonstrar que o risco que se aventava de que os paraenses pudessem, como os paulistas, abandonar as terras e descurar a agricultura procurando as minas não era possível pelas diferentes naturezas dos estados. A sua análise é interessantíssima, focando com justeza as circunstâncias da diáspora dos paulistas, que saíram inicialmente em busca de índios e não de ouro. Diz que se *tomou erradamente a finalidade pela cauza* e faz um elogio à expansão paulista que garantiu o aumento territorial da colónia e outro ao Pará, prevendo para Belém uma situação no futuro de "rivalidade" com o Rio de Janeiro[51]. Culmina a análise sobre o comércio referindo às dívidas da Fazenda, que reputa como um grande problema, que afectava o crédito em toda a região.

---

[48] Idem.

[49] Idem. Tinha-se encontrado uma mina nas proximidades de Cuiabá que viria ser depois visitada por Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres.

[50] Idem. O governador refere ao caminho via Goiás, mas diz que ainda era muito perigoso em função dos ataques dos índios Caiapós.

[51] Idem. "*Nam obstante estes mesmo paulistas forão aquelles que pellos mesmos princípios que se reputarão (ileg.), extenderão os domínios de Sua Magestade, aumentarão as Rendas da Coroa, povoarão as Minas Geraes; e fundarão finalmente o comercio a prosperidade do Rio de Janeiro; e por huma revolução natural das cousas, o mesmo comercio facilitando-lhes novos meios de assistencia , e a intrudução dos escravos restituiu a mesma colonia, não so ao seu antigo estado mais a huma maior prosperidade; como hoje o manifesta a experiência. Pello contrario, a capitania do Para, pella sua situação ventajosa, pella diversidade dos seus P.tos e pellos interesses do comercio se acha ligada a elle com outros vinculos mais fortes que não deixam ressear os mesmos efeitos, antes he evidente, que quanto mais se extender a sua comunicação, tanto mais próspera se fara aquella colonia; a povoação se aumentara insencivelmente*

Em todo o discurso de Sousa Coutinho é sensível a mentalidade fisiocrata que começava a dominar as mentes dos administradores coloniais. A crítica, já não velada, à acção monopolista da Companhia de Comércio de Grão Pará e Maranhão, o empenho na abertura de novos meios de comunicação e de comércio inter-regional dentro da colónia, o incentivo à produção agrícola e a visão do papel do Estado mais como "educador" económico dos povos, fornecendo-lhes os meios para aumentar a produção, e a própria elaboração do "mapa económico" da capitania, são todos indicadores de uma visão que, embora sem referências teóricas expressas, apontam para a lógica da escola de Quesnay. Não cabe discutir neste trabalho a penetração ou o peso que as ideias fisiocratas possam ter tido nas modificações da gestão económico-administrativa da colónia. Para o nosso caso, importa no entanto ressaltar que o quadro mental que Luís Pinto de Sousa Coutinho já indicia no Mato Grosso, e que viria a se confirmar, em vários aspectos, na sua acção posterior nas secretarias de estado do reino, é uma peça importante para a visão do território que vínhamos tentando descortinar ao longo deste trabalho.

Para Sousa Coutinho é evidente que o Mato Grosso - e por extensão, o Brasil - era um "território" colonial. Mas nessa visão do território pesava, para além da dimensão física do mesmo, uma dimensão virtual, que o via enquanto fonte inesgotável de recursos. Ou seja, o território era mais do que a terra em si, era acima de tudo um espaço legitimado de exploração e aproveitamento dos recursos naturais. Assim a ideia de posse do território incluía não apenas a certeza do domínio físico do espaço, que era basilar, mas também a noção de um domínio potencial sobre os seus recursos. O território mental passava a ser maior que o território físico, pois representava tanto a terra de hoje como o que ela poderia ser, ou prover, no futuro. Era a terra numa dimensão pródiga, e quase edénica, que a renovada utopia das luzes tinha fornecido aos homens do século XVIII, com o seu entusiasmo pelas "ciências naturais".

Embora o discurso do governador do Mato Grosso não tenha um carácter entusiástico, ele denuncia, de diversas maneiras, a visão de um novo território produtivo que é enquadrado numa lógica profundamente pragmática de exploração dos seus potenciais recursos. É nesse âmbito que se devem entender as prospecções que Sousa Coutinho encomenda, sobretudo, dos produtos mais difíceis, como o sal, ou mais exóticos, como a cochonilha e a quina. Mas a busca desses produtos não visava somente esquadrinhar as possibilidades de exploração económica do território. Ela também se faz numa

---

com o concurso da nova gente, e a cidade do Para se veria a fazer em breves annos, o ultra rival do Rio de Janeiro equilibrando o seu comercio sem o justo de projudicalo."

óptica de engrandecimento do conhecimento científico. Até porque, em termos práticos, salvo o sal, qualquer dos outros dois não garantiam retornos imediatos. No fundo, a sua investigação correspondia a uma legítima curiosidade sobre as "novas" descobertas no campo da ciência natural e era, apesar da justificação de ordem economicista, uma acção de cunho efectivamente cultural.

Neste sentido cabe falarmos de um quadro mental em que o interesse pela natureza era demonstrado por uma atitude que conjugava o desejo de aprender com o desejo de dominar. A imagem do território revela-se profundamente idealizada e politizada, identificado as suas potencialidades como atributos que dignificavam o seu possuidor. Nesse quadro, é significativo observar o surgimento no Mato Grosso de uma obra como os "*Diálogos geograficos cronologicos politicos e naturais escripos (sic) por Jozeph Barboza de Saa nesta Vila Real do Bom Jesus do Cuyaba, anno de 1769, oferecidos ao Illmo e Exmo Sr Luis Pinto de Sousa Coutinho (...)*"[52] . Na dedicatória do manuscrito o autor diz: "*Sr. Como V. Excia foy o astro que ilustrou esta não antipoda, sim a mais incognita região da America : obsequisosa oferece por um minimo filho, estas noticias suas; aonde achara que cousa he America, o Lugar e Assento que ocupa, as provincias em que se divide, a descrição de suas costas e portos maritimos, as gentes que nellas habitão, Leis e costumes que praticão, e finalmente as producçoens de minerais, animais e plantas que nella se achão; de donde poderá V. Excia colher uma breve noticia sem correr muitos Lugares; e posa como cultor desta rustica herdade ter conhecimento dos meyos mais eficientes para a sua cultura (...)*"[53].

Note-se que é o território na sua totalidade que se apresenta ao seu "dono": o território físico e o território virtual das produções da terra. E não só, é também o território político, pois toda a primeira parte da obra discorre sobre a ocupação e a divisão da América entre portugueses e espanhóis, assim como as vicissitudes da sua conquista aos povos naturais do continente[54]. O Mato Grosso,

---

[52] José Barbosa de Sá - *Dialogos Geograficos cronologicos politcos e naturais (...)*. Biblioteca Pública Municipal do Porto. Cod. 235.

[53] Idem.

[54] O livro está dividido em duas partes cada uma composta por 11 diálogos entre dois personagens: Felino, um velho sábio, e Polívio, um jovem académico, que discutem os mais variados assuntos. Na primeira parte começa-se por abordar Deus e a criação do Mundo, para dai passar à descoberta e exploração da América, seguindo-se a descrição das partes portuguesa e espanhola do continente, algumas notícias de acontecimentos vários, sobretudo da região de fronteira, informações sobre os povos e nações naturais do continente, especialmente os mexicanos, os ingas(incas), os Bororos e os Payagoates (payaguás). Tem também algumas notas sobre gigantes, pigmeus e amazonas. Termina com considerações sobre a colonização portuguesa no Brasil que incluem reflexões sobre a inquisição no Brasil e na América espanhola e a prisão de judeus, e faz considerações sobre o negócio das minas e a escravatura, considerando os prejuízos que dela resultavam fazendo com que os brancos não trabalhassem. A segunda parte discorre sobre a natureza, que é apresentada numa progressão que vai dos produtos do reino mineral,

"a mais incógnita região da América" oferecia-se à "cultura", no mais vasto sentido. Ou seja, apresentava-se ao cultor daquela "rústica herdade" os "conhecimentos" que a própria terra guardava, e que seriam, eles próprios, os meios mais eficientes para cultivá-la e, em última análise, dominá-la.

Quando Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres chegou ao Mato Grosso também já levava grande entusiasmo pessoal pelas questões ligadas à "filosofia" e à história natural. Não se tem dados seguros da sua formação académica antes da partida para o Brasil. Segundo Freitas Barros, é possível que o jovem tenha frequentado a Universidade, ou realizado outros estudos em Coimbra, antes de ingressar na carreira militar. Eram proverbiais os seus conhecimentos de inglês, francês, geografia, história, ciências naturais, matemática e desenho[55]. É certo que parte preponderante da sua aprendizagem foi obtida nos seis anos que serviu na praça de Almeida, entre 1765 e 1771, como ajudante de ordens do Marechal de campo Francisco Mac-Lean[56].

De Almeida, Luís de Albuquerque partiu para o Mato Grosso. É significativo que a primeira recomendação que levava da corte era para observar as minas de sal e salitre que o seu antecessor tinha descoberto nas proximidades de Cuiabá. Desse exame, que contava com a avaliação supostamente especializada de Luís de Albuquerque, resultou uma planta **(fig. 73)**, e um relatório da inspecção, que não recomendava a exploração das minas, pela pouca rentabilidade da sua produção[57]. Sousa Coutinho viria ainda contestar esta posição de Luís de Albuquerque, insistindo que se tentasse a exploração das minas, fornecendo para tal condições e incentivos. Na mesma ocasião voltava a referir à hipótese de exploração da cochonilha, sugerindo a visita de um botânico à região[58]. Nem um nem outro produto começaram a ser explorados nessa altura, mas tal não terá ocorrido por falta de empenho de Luís de Albuquerque.

---

para os do reino animal (incluindo os animais domesticáveis, indomesticáveis, voláteis e aquáticos) e por fim os do reino vegetal, passando das plantas às flores e aos frutos. Trata-se de uma obra que supomos inédita cujo interesse ultrapassa o âmbito regional.

[55] *"teria feito a sua preparação literária e científica, principalmente no estudo das línguas francesa e inglesa, Geografia, História; Ciências Naturais, Matemática e Desenho (...) em Coimbra, em casa dos avós maternos e na Universidade*". J.C. de Freitas Barros - *Um Português no Brasil...*, pp. 3-5. Gilberto Freyre não aponta para estudos universitários citando antes uma educação privada. Cf. Gilberto Freyre - *op. cit.,* Vol. I, pp. 128.129.

[56] Gilberto Freyre - *op. cit.,* pp. 128-129.

[57] AHU Mato Grosso caixa 15 doc 60 - 18 de Dezembro de 1772. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro.

[58] AHU Mato Grosso caixa 15 doc 68 - 25 de Dezembro de 1772. Carta de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Martinho de Melo e Castro.

O interesse do novo governador pelas questões de ordem científica tinham especial acento no domínio da mineralogia, que se viria a desenvolver ainda mais no ambiente do Mato Grosso. Segundo Alexandre Rodrigues Ferreira, Luís de Albuquerque "*não cessou de empregar pelo espaço de quase 17 anos as mais eficazes diligencias para completar um Gabinete Mineralógico por ser esta a parte da História Natural cujo aumento favorecia, mais particularmente a sua situação. Deste genero de produção é transportada para a Europa a mais vasta, mais seleccionada e mais rica colecção que se pode desejar. Sua Excia juntou mais alguns animais preparados, desenhos de todo o género de produção dos três reinos e prospectos*"[59].

Com efeito, Luís de Albuquerque organizou uma invejável colecção para o seu gabinete de história natural. Boa parte, ou a quase totalidade dessa colecção, viria a ser incorporada ao Real Museu da Ajuda, em 1799[60]. Por uma lista de "efeitos" destinados ao Museu que o governador enviou ainda do Mato Grosso pode ver-se a diversidade dos seus interesses, que envolviam, para além dos minerais, peças de cunho etnológico e até um feto humano[61]. Quanto aos desenhos a que Alexandre Rodrigues Ferreira se referia são provavelmente os mesmos que continuam na posse dos herdeiros de Luís de Albuquerque na Casa da Ínsua, e que perfazem uma assombrosa colecção de animais e vegetais que merecia um estudo especial.

Eram constantes as recomendações do governador para que os seus subordinados atentassem para a diversidade da natureza, recolhendo amostras de tudo que parecesse "interessante" ou "curioso". Quando encarregou António Lopes Silva do estabelecimento do Registo da Insua, incluiu entre as suas recomendações uma ordem expressa em que dizia que o oficial "*Sera*

---

[59] Alexandre Rodrigues Ferreira - *Viagem Filosófica* ...Rio de Janeiro : Conselho Federal de Cultura, 1972, p. 122.

[60] *Almanaque de Lisboa*, para 1799, p.464. apud. Rómulo de Carvalho - *op. cit.*, p. 73.

[61] A lista, autografada pelo governador, constava de 8 itens. Não devia ser a primeira remessa, pois Luís de Albuquerque referia-se a "novamente oferecer" os efeitos concernentes à história natural que neste caso eram os seguintes:" *1 - Duas pessas maiores de cristal moutano das vizinhanças do Cuiaba, com parte dos seus respectivos prismos e piramides, exquizitamente caracterizados; 2- Hum morteiro de pedra ou gral com sua mão de ozo ainda que grosseiro dos indios selvagens cabexi, que habitam junto dos pequenos rios Juruena e Sumidouro, cabeceiras do rio Tapajos que conflue no Amazonas junto da Vª de Santarem, assim mesmo que outro utensilio tambem de pedra dos indios Caiapos; 3 - Hum pedaço de quartzo com suas pequenas porções de ouro nativo bem vizivel do sitio dos cocaes perto da Vª de Cuiaba; 4- Hum grupo bastante coriozo de cristaes com bocadinhos d'ouro nativo agregados; 5 - Huma piquena caza ou ninho de moribondos ou vespas da America das pequenas e de cor escura; 6- Huma porção do arbusto ou vegetal marinho chamado sergasso, recolhido no meio do Oceano vindo do Para, dentro do vastissimo espaço em que se costumam encontrar os mesmos arbustos, em imensa quantidade; 7 - Hum embrião de feto humano de 3 mezes que nasceu vivo, sendo filho de huma negra; cujas principaes partes e configurações se distinguem muito bem na sua excessiva piquenhez, conservado em Espirito de vinho dentro em seu vidro, o qual se trouxe de Villa Bella do Mato Grosso; 8 - Huma das maiores e mais nocivas aranhas hirsutas que costumam encontrarse na America, a qual, como se acha sem maior consistencia e prejudicada bastantemente, não podendo talvez conservar, servira pelo menos para se poder copiar.*" (AHU Mato Grosso caixa 39 doc 49 - s.d.)

obrigado indispensavelm.te d'avizar-me, com toda a individuação, sobre aquilo que achar a respeito não so de qualquer descobrimento d'ouro, mas de quaesquer outras minas de Metaes, Bitumes, e Pedras q' paressam finas ou raras; terras exquizitas na cor ou qualidade; e assim mesmo d'algumas arvores, gomas, rezinas animaes de qualq.r sorte, ou outras produssoens da natureza que pareserem interessantes, ou por quqlquer principio curiozas e d'utilidade"[62].

Na mesma ocasião, o oficial encarregado da regulação do arraial de Arraes também recebia ordens similares: "*Tambem lhe recomendo fazer memoria de todas as produções da natureza q' comun.e. cria aquele paiz, v.g. as qualidades diversas d'Animaes quadrupedes; reptis; insectos; Passaros; peixes; arvores raras com suas frutas; cristaes; ou outras pedras estravagantes; terras d'alguma boa qualidade; ou cor; rezinas d'Arvores, ou Balsamos; individuando-se os nomes que tiverem no paiz, e as parages ou sitios em q' se tenham descoberto. Ultimam.te de tudo formara as memorias, e clarezas mais individuaes, que lhe for possivel para me serem prezentadas; e de todas as mencionadas produções da natureza, fara deligencia por mandar conduzir algumas amostras, quando tiver de recolher-se a fim de que a vista dela possam fazer-se os exames e averiguações que se dezejam"*[63].

Para além dessas, as instruções do sargento-mor indicavam ainda, com meticulosa precisão, as necessárias investigações de cunho geográfico que deveria fazer: "*Fara por adquirir todos os conhecimentos geograficos e naturaes do territorio por mão das informações dos praticos do lugar; isto he se elle he cortado de ribeiras; qual seja a sua direcção e grandeza; se tem fertilidade de peixe; ou cassa, se se conhecem alguns sitios, lagos ou montanhas memoraveis, se se acha reconhecida a corrente do rio das Mortes ate fazer embocadura no Rio Grande; e a q' distancia de Arrayal a pouco mais ou menos se verifica esta confluencia; se não experimentara dificuldade invencivel pª intentar esta navegação; se este rio tem abundacia de peixes e de que qualidade; se as margens delle se achão ocupadas por algumas nações de Indios silvestres; se tem observado os seus costumes, e o seu Nº e finalmente observará na jornada que fizer do Cuiabá para os Arraes, se este caminho segue a sua verdadeira direcção ou se reconhecidamente podia ser mais curto; e mais tranzitavel. Notará todas as ribeiras q' passar, e se for possivel o Rumo da sua corrente; assim como algumas outras parages, ou lugares, q' lhe*

---

[62] AHU Mato Grosso caixa 16 doc 2 - 4 de Janeiro de 1773. Instruções ao fiel António Lopes da Silva datadas de 3 de Novembro de 1773. Ver Anexo Documental **Doc. VII.**

[63] AHU Mato Grosso caixa 16 doc 2 - 4 de Janeiro de 1773. Instruções ao sargento-mor Marcelino Rodrigues datadas de 2 de Novembro de 1773. Ver Anexo Documental **Doc. VII.**

parecerem dignos de memoria; calculando por huma estima a mais aproximada que poder o numero de legoas q' andar"[64].

Como se vê, o empenho de Luís de Albuquerque era constante e as suas recomendações primavam pela indicação minuciosa dos interesses em causa. As suas instruções parecem-se com as recomendações manuscritas de Vandelli para a recolha e sistematização das informações obtidas nas viagens filosóficas[65], ou com as indicações do livro de José António de Sá[66], embora lhes sejam anteriores. Na verdade, o governador achava-se acompanhado no Mato Grosso de uma biblioteca digna de um naturalista, que chamou a atenção de Alexandre Rodrigues Ferreira, que a terá consultado aquando da sua estadia em Vila Bela[67].

A situação de Luís de Albuquerque não era totalmente excepcional. É comummente aceite hoje que a cultura no Brasil-colónia alimentava-se, em grande parte, de círculos intelectuais criados a volta de alguns dos mais altos representantes da metrópole. No dizer de Diogo Ramada Curto "*Quando em 1772, o vice-rei, marquês do Lavradio, estabeleceu no seu palácio do Rio de Janeiro uma Academia Científica, prolongou em parte hábitos de uma sociabilidade intelectual centrada em espaços áulicos e promovida por vice-reis, governadores ou capitães-generais e bispos"*[68], nas quais é patente que as ciências naturais eram matérias de grande interesse[69].

No entanto, o ambiente intelectual à volta de Luís de Albuquerque não terá sido muito aliciante até a chegada dos membros da comissão demarcadora. Até então o governador não teria muito com quem trocar impressões de ordem filosófica. Talvez apenas com o já referido José Barbosa de Sá e Joaquim José Cavalcanti de Albuquerque Lins, que era secretário do governo e que fora colega de Alexandre Rodrigues Ferreira em Coimbra[70], embora este também só tenha chegado na década de 80. Mas com a vinda

---

[64] Idem.

[65] Em especial "*Viagens Filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações deve praticar" (*1779). Apud. Rómulo de Carvalho - *op. cit.*, p. 83.

[66] José António de Sá -*Compendio de observações que formam o plano de viagem política, e filosófica que se deve fazer dentro da pátria*. (1783). Apud. Rómulo de Carvalho - *op. cit.*, pp. 84-86.

[67] Segundo Gilberto Freyre, Alexandre Rodrigues Ferreira pode consultar na biblioteca de Luís de Albuquerque, entre outras obras a *Histoire Naturelle* de Buffon e *Voyage sur la riviere des Amazones* de La Condamine. Cf. Gilberto Freyre - *op. cit.*, vol. 1., pp. 107-111 e 159. No Mato Grosso consta que José Barbosa de Sá também possuía uma biblioteca com 123 livros, que versavam, na sua maioria sobre assuntos jurídicos, embora tivesse alguns títulos sobre mitologia e literatura. (Cf. Carlos Moura (org.) – *O Tutor Enamorado*. Cuiabá : Imprensa Universitária, 1982).

[68] Diogo Ramada Curto - *op. cit.* , p. 440.

[69] Idem, pp. 440-444.

[70] Cf. William J. Simon - *Scientific Expeditions in the portuguese overseas territories (1783-1808)*... Lisboa : Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1983, p. 43.

dos engenheiros e matemáticos, em 1782, tal situação certamente mudou. O governador preocupou-se pessoalmente com a sua acomodação e instituiu, logo após a sua chegada, um regime de assistência que incluía os almoços e jantares que eram quotidianamente servidos aos técnicos que estivessem em Vila Bela na residência do governador[71].

Uma das medidas prioritariamente tomadas logo nos primeiros meses da estadia dos engenheiros foi a instituição de uma aula onde pudessem ser ensinados "*vários praticantes nos primeiros elementos da geometria prática*"[72]. O mesmo tipo de preocupação tinha já levado à instituição de uma espécie de casa do risco nas obras do Príncipe da Beira, onde Sambucetti também instruíra alguns alunos, como já se viu[73]. Tais factos reforçam, uma vez mais, o empenho multiplicador do conhecimento e confirmam o método de formação de todos os envolvidos no processo. Os mestres ensinavam os seus saberes técnicos aos seus alunos, ao mesmo tempo que aprendiam, no terreno, os dados que lhes dariam o efectivo conhecimento (e domínio) do território.

Durante a administração de João de Albuquerque, em princípio, mantiveram-se todas as prerrogativas do período do seu irmão. As expedições e as respectivas memórias realizadas pelos técnicos das demarcações retomavam a descrição da natureza, enfocando as suas produções e potencialidades. A tónica agora era especialmente voltada para ampliação da circulação dentro do território, com a livre utilização de novos caminhos fluviais. Será esta a pedra de toque do discurso de Ricardo Franco de Almeida Serra e Joaquim José Ferreira que a defendem sobretudo por razões de segurança, de modo a ter caminhos alternativos caso a fronteira fosse ameaçada.

Como não podia deixar de ser, os seus argumentos utilizam metáforas da linguagem matemática para dar a ver a importância da matéria em causa. Na dedicatória das "*Reflexões sobre a Capitania do Mato Grosso (...)*", que os dois engenheiros oferecem a João de Albuquerque, referem-se ao governador aludindo "*as suas mesmas combinadas ideyas, emanadas da illuminada penetração e conhecimentos geographicos, que desta vasta porção de Novo Mundo, tem analizado o* ***espírito geometrico*** *de Vossa Excelencia*". Mais adiante no texto, na comparação que fazem entre o caminho do Pará pelo Guaporé e pelo Tapajos - que sugerem que se abra - dizem que "*será navegar pelo*

---

[71] Há vários documentos que referem a estas ceias, que muita polémica provocaram especialmente da parte dos opositores de Luís de Albuquerque que as viam como ostentação e mau uso dos dinheiros públicos. Cf. AHU Mato Grosso caixa 20 doc 41 / caixa 22 doc 18.

[72] AHU Mato Grosso caixa 20 doc 49 - 24 de Julho de 1782. Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro.

[73] Ver item 7.2 "A Fortaleza do Mato".

diâmetro de um círculo e não pela sua circunferência". O funcionamento dos dois caminhos seria, na opinião dos engenheiros, de utilidade tanto para o Mato Grosso como para Belém "*aquela cidade Maritima, Chave do vasto Paiz das Amazonas, tão rico nos efeitos que lhe são privativos, e que tem em cada hum dos Ryos que nelle entrão outras tantas portas que dão livre navegação hum ate o Centro, do amplo Brazil, e outros até a maior parte das ricas terras compreendidas no Alto e populoso Peru*"[74].

Embora as preocupações dos engenheiros visassem principalmente as questões da segurança do fronteira, não deixavam de apontar a ideia de um território completamente dominado pelo saber, no sentido da compreensão da sua lógica interna e das relações físicas entre as suas paisagens, e em especial, os seus caminhos - no caso maioritariamente fluviais. Não descuravam também de apontar as eventuais hipóteses de exploração económica da região, como viria ser o caso da erva mate[75], ou ainda as curiosidades que se podiam aproveitar, como as amostras de baunilha que Joaquim José Ferreira enviou ao governador, em 1793[76].

As minas eram outro motivo constante de especulação entre os sábios. Embora todos partilhassem a ideia de que era necessário investir na agricultura regional e aumentar as produções da terra, aparentemente, nenhum membro da "geração do mato" chegou a propor que se desactivassem as minas, porque estas desviavam braços da agricultura, como foi sustentado por alguns intelectuais. Ao contrário, a maioria dos cientistas do Mato Grosso pugnavam inclusive para que se abrissem as minas do Alto Paraguai, então defesas pela política de monopólio defendida pela coroa. Os próprios governadores, que aceitavam as regras em jogo e mantinham a proibição, começavam também a dar sinais de que talvez fosse mais eficiente para o caso do Mato Grosso permitir a exploração controlada daquela área que, para além dos diamantes, também tinha ouro, de modo a atrair povoadores para a região[77]. Com efeito,

---

[74] AHU Mato Grosso caixa 26 doc 53 - 18 de Setembro de 1793. *Reflexões sobre a Capitania do Mato Grosso que particularmente me forão apresentadas pelos tenentes coroneis de infantaria com exercicio de engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra e Joaquim José Ferreira.*

[75] Idem. "*Eles conduzem os seus efeitos de Buenos Aires em 30 dias de navegação pelo Paraguay acima ate a Cidade da Assumpção em barcos de seis at°e dez mil arrobas. Daquy em mais dez dias chegão a Villa Real novamente edificada na margem Oriental do Paraguay, seis legoas acima da boca do Ipané, e no cento do pais que produz a sua estimadissima yerba, ou Mate que tem tanto consumo em todo o Peru, como o xá na China, efeito so por si bastante para fazer a riqueza e a subsistencia desta, e das outras Colonias igualmente situadas*".

[76] AHU Mato Grosso caixa 26 doc 51 - 14 de Setembro de 1793.

[77] Caetano Pinto de Miranda Montenegro é primeiro governador a assumir, e pedir claramente que se abrissem nomeadamente as minas do Alto Paraguai e do Coxipó. Cf. AHU Mato Grosso caixa 30 doc 25 - 18 de Julho de 1798. Carta de Caetano Pinto de Miranda Montenegro a D. Rodrigo de Sousa Coutinho. "*Projecto em que brevissimamente se apontam os meios (...) para aumentar e proporcionar a receita da Fazenda Real da Capitania de Mato Grosso (...)*"

as minas persistiam, no imaginário regional, como a riqueza-símbolo do Mato Grosso e eram a mais eloquente imagem da prodigalidade latente daquele território. Talvez até pelo facto de se ter proibido a mineração de algumas áreas esta imagem de riqueza virtual se pôde manter inalterada, apesar da evidência do desgaste nas minas já exploradas.

Neste sentido é significativo ver que boa parte dos trabalhos de Alexandre Rodrigues Ferreira na região fizeram-se na exploração de minas e de jazidas minerais[78]. Evidentemente que o naturalista não deixou de continuar as suas observações no âmbito da botânica, da zoologia[79] e dos apontamentos e recolhas de materiais de cunho etnológico[80]. Mas a perda de dois dos seus colaboradores no Mato Grosso[81], para além do desgaste físico do próprio cientista, terão certamente diminuído o ritmo dos trabalhos relativamente aos efectuados no Rio Negro[82].

Quanto ao contacto com os povos indígenas, Rodrigues Ferreira refere-se especialmente aos Guaicurus abordando o âmbito do tratado de paz que então se fazia com os chefes daquela tribo, do qual o naturalista foi uma das testemunhas. Nessa ocasião Rodrigues Ferreira redigiu a "*Memória sobre o Gentio Guaicuru*" (1791) na qual também faz alusão aos índios guanás, então aldeados conjuntamente com os Guaicurus.

---

[78] Cf. AHU Mato Grosso caixa 24 doc 31 - 17 de Maio de 1790. Carta de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro. Sobre a viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira feita às minas e arraiais da Lavrinha, Santa Bárbara, São Pedro del Rei e ao descobrimento das Lavras de Cocaes. Ver também AHU Mato Grosso caixa 24 doc 32 / caixa 25 doc 4 e caixa 25 doc 5 todos referentes à viagem de Rodrigues Ferreira. Neste último documento Luís de Albuquerque refere expressamente que o grande interesse da viagem do naturalista no Mato Grosso era "*o exame das minas de que este vinha encarregado*".

[79] Em Vila Bela Alexandre Rodrigues Ferreira completou um dos mais significativos trabalhos do seu espólio, versando sobre os mamíferos da região. Tratava-se da memória intitulada "*Observações Gerais e particulares sobre a classe dos Mamais observados nos Territórios dos tres rios Amazonas, Negro e Madeira: Com as descrições que, de quase todos eles deram os antigos e modernos naturalistas e principalmente com a dos Tapuios*" que foi enviada à Corte em mãos do próprio Luís de Albuquerque. Cf. AHU Mato Grosso caixa 24 doc. 23.

[80] Sobre os materiais recolhidos por Alexandre Rodrigues Ferreira no Mato Grosso veja-se o texto de Tekla Hartann - *Testemunhos Etnológicos*, in "Memória da Amazónia Alexandre Rodrigues Ferreira e a Viagem Philosophica pelas capitanias do Grão Para Rio Negro Mato Grosso e Cuyaba 1783-1792", Catálogo da Exposição. Coimbra, Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra, 1991, pp. 199-210.

[81] O jardineiro botânico Agostinho Joaquim do Cabo faleceu logo na chegada à capitania, e depois, na expedição do Paraguai, morreu também Codina, um dos seus desenhistas. Cf. William Simon - *op. cit.,* p. 45.

[82] Para além do trabalho sobre os mamíferos já citado na nota 79, as memórias da Viagem Filosófica relativas ao Mato Grosso são: *Relação circunstanciada do Rio Madeira e seu território, desde a sua foz até a sua primeira cachoeira chamada de Santo António; Memória sobre as febres da capitania de Mato Grosso; Viagem a Gruta das Onças em 1790; Memória sobre os índios Guaycurus; Diário sobre as observações feitas nas plantas que se recolheram no rio Madeira; Roteiro de viagem do Mato Grosso; Viagem a Gruta do Inferno; Descrição da Gruta do Inferno no Morro da Nova Coimbra sobre o Paraguai, População do povo de Albuquerque aos 17 de Abril de 1791; Memórias sobre as salinas do Cunha contendo noticia das minas de sal do Jauru*. Cf. Estevão de Mendonça - *Datas Matogrossenses*, vol. 2, p. 147.

É interessante observar que praticamente todos os "filósofos" em presença do Mato Grosso manifestaram, de algum modo, a sua opinião sobre os índios. António Pires da Silva Pontes também redigiu uma "*Memória sobre os homens selvagens da América Meridional*" (1792), embora, segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, o autor pouco enfoque os índios, preferindo dar dados físicos sobre a região e criticar o Directório[83]. Ricardo Franco de Almeida Serra procurou descrever os usos e costumes dos guaicurus e guaná[84] e, segundo Gilberto Freyre, casou-se inclusivamente com uma índia Guaná. Não se conhece nenhum texto específico de Joaquim José Ferreira sobre os costumes dos índios, mas a sua visão pacificadora e conciliadora e os contactos que proporcionou aos chefes guaicurus, estão na base do acordo de paz que se assinou em 1791. Ao seu empenho, e ao de Francisco Rodrigues do Prado, deve-se todo o processo de pacificação dos guaicurus. O próprio Francisco Rodrigues do Prado, que veio a ser o comandante do presídio de Coimbra e depois de Miranda, foi também o autor de um *Dicionário* da língua Guaicuru[85].

Apesar dos esforços desenvolvidos pelos seus predecessores para desvendar os segredos do mato, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, o primeiro "doutor" a governar a capitania, assustou-se com o cenário de profunda ignorância com que se deparou na região. Numa óptica um tanto pessimista dizia que "*a riqueza dos tres reinos he inteiramente desconhecida neste sertão, e Linneo, Bussone e Valmont Bonare, apenas são aqui conhecidos pelo nome de meia duzia de pessoas*"[86]. No entanto, desde 1795 que a rainha aprovara a petição do padre José Manuel de Sequeira, natural de Cuiabá, que alegava se ter instruído por sua conta[87], e que pretendia estabelecer ali uma *Aula de Filosofia Racional e Botânica*[88].

---

[83] Cf. Maria Beatriz Nizza da Silva - *A História Natural no Brasil antes da viagens do Príncipe Maximiliano*, in "Oceanos" , nº 24. Lisboa : CNCDP, Out. / Dez. ,1995, p.18.

[84] Ricardo Franco de Almeida Serra - *Parecer sobre o aldeamento do índios uaicurús e guamás com a descrição de seus usos , religião e estabilidade de custumes.* in "R.I.H.G.B.", tomo VII, Rio de Janeiro, 1845.

[85] AHU Mato Grosso caixa 30 doc 29 - 23 de Julho de 1798. Carta de Caetano Pinto de Miranda Montenegro a D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Em anexo carta de Francisco Rodrigues do Prado ao governador, datada de 29 de Abril de 1798.

[86] AHU Mato Grosso caixa 30 doc 12 - 12 de Junho de 1798. Carta de Caetano Pinto de Miranda Montenegro a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho.

[87] Segundo Estevão de Mendonça, o padre José Manuel de Siqueira foi ordenado no Rio de Janeiro em 1782 e que após isto terá vivido alguns anos em Lisboa, tendo se tornado sócio da Academia Real de Ciências. Ainda segundo o mesmo autor, o padre era aguarelista distinto e deixou vários trabalhos escritos dos quais só se salvaram duas memórias, uma sobre a decadência das três capitanias mineiras e outra sobre o descobrimento das minas dos martírios. Cf. Estevão de Mendonça - *Datas Matogrossenses*, vol 2, p. 35

[88] Cf. AHU Mato Grosso caixa 27 doc 31 - ant. 24 de Julho de 1795. Petição de José Manuel de Siqueira ao Conselho. / AHU Mato Grosso caixa 27 doc 40 - 19 de Setembro de 1795. Aprovação do pedido / AHU Mato Grosso caixa 27 doc 43 - 3 de Outubro de 1795.

Em 1798 esta aula estava em funcionamento pois é o próprio governador quem comunica à corte o facto, lembrando ao mesmo tempo que se tinham retomado as pesquisas sobre a quina[89]. No final do mesmo ano voltaria ainda a referir ao assunto adiantando que também se procurava esclarecer sobre as minas de salitre[90]. Em todas estas novas pesquisas é patente o papel do padre José Manuel de Sequeira. Em Março de 1799 o governador comunica finalmente sobre o exame que o clérigo tinha realizado às minas de salitre e sobre a sua incessante busca a várias espécies de quina que dizia haver na região[91]. Com efeito, no ano seguinte, o padre Sequeira elaborou um mapa localizando as suas descobertas e identificando "*as serras, montanhas &a, em que habitão as chinchonas Rubra e Lutecens, descobertas na Capitania de Cuyaba no anno de 1800*"[92]. **(fig. 85)**. O padre também tinha fornecido ao governador uma lista de plantas e árvores que podiam servir para fabricar papel, afirmando que além daquelas havia outras, das quais mandaria amostras[93].

Apesar deste esforço, Miranda Montenegro continuava a não estar satisfeito com o quadro cultural da capitania. Lamentava a falta de mais professores de mineralogia e botânica e quando recebeu ordens régias para instituir um jardim botânico como o que tinha sido feito pelo governador do Pará pediu imediatamente que se enviasse um "naturalista de profissão" para o Mato Grosso[94].

A coroa também determinou, por cartas datadas de 21 e 27 de Outubro de 1798, que se enviassem 7 alunos da capitania para estudar no reino, às expensas da câmara, que para tal deveria cobrar uma finta especial[95]. A este respeito o governador afirmava que "*Quando eu cheguei a Villa Bella, não achei hua Escola, nem Publica, nem particular, nem ainda de ler e escrever; e vendo que a Mocidade ia crescendo sem estes primeiros rudimentos da educação civil por providencia interina estabeleci hua Escola das Primeiras Letras, na qual andão ainda todos os que me foram propostos pela Câmara; a*

---

[89] AHU Mato Grosso caixa 30 doc 15 - 14 de Junho de 1798. Carta de Caetano Pinto de Miranda Montenegro a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho.

[90] AHU Mato Grosso caixa 30 doc 55 - 27 de Dezembro de 1798. Carta de Caetano Pinto de Miranda Montenegro a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho.

[91] AHU Mato Grosso caixa 31 doc 59 - 10 de Março de 1799. Carta de Caetano Pinto de Miranda Montenegro a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho.

[92] Este é o título do exemplar do desenho que se encontra na Mapoteca do Itamarati, que é provavelmente o original. Cf. Isa Adonias - *Cartografia....*, p. 276.

[93] AHU Mato Grosso caixa 33 doc 24 - 21 de Abril de 1800. Relação de cartas do governador, nº 93.

[94] Idem. Carta nº 91.

[95] AHU Mato Grosso caixa 34 doc 2 - 15 de Janeiro de 1801. Carta de Caetano Pinto de Miranda Montenegro a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho.

excepção dos primeiros dois que já estudaram gramatica latina, sendo porem o primeiro de muito pouca habilidade. Nestes termos, bem vê V. Ex. a dificuldade que há, de fazer hua boa escolha, farei contudo por divisar por entre a densa nuvem da rudeza e da ignorância, a escaça e longuinqua luz do genio e do talento"[96].

Em Janeiro de 1801 finalmente seguiam os moços para estudar no reino, como Rolim de Moura tinha pensado fazer com os índios. Os escolhidos iam para Belém e dali para Lisboa. Eram: Francisco José da Costa Roiz - "*estudou gramatica e Filosofia Racional e Moral. Tem talento e deseja ser medico";* Joaquim António Ribeiro - "*Andava na Aula de Gramatica e deseja ser cirurgião",* João Pedro de Moraes Baptista - "*Estudou Gramatica Latina e Filosofia Racional e Moral e deseja ser Engenheiro";* José Leite Pereira - "*Andava na Aula de Gramatica, escreve sofrivelmente e deseja ser Engenheiro";* Manuel Filipe de Araujo - "*Escreve muito bem, tem principios e bastante habilidade para desenho e deseja ser Engenheiro";* Manuel Ribeiro da Silva - "*Andava na Aula de Gramatica tem tambem bastante agilidade para desenho e deseja ser Engenheiro";* e António Gomes de Oliveira - "*Principiava a estudar gramatica e deseja tambem ser Engenheiro"*[97].

Como se vê, a maioria queria ser engenheiro. O governador achava que também eram necessárias outras profissões na capitania e sugeria: "*Os cinco que desejão ser Engenheiros, hum deve ser contador e o ultimo, se adquirisse boa letra, seguisse a Aula do Comercio e praticasse no Erario Regio, viria a ser hum bom Oficial de Fazenda de que muito carece esta Capitania"*[98].

Destes rapazes ainda teremos mais duas notícias. Em 1802, D. Rodrigo de Sousa Coutinho comunicava ao Visconde de Anadia que tinham chegado seis[99] moços vindos do Mato Grosso, aos quais tinha mandado recolher no convento de São Francisco da Cidade, enquanto aguardavam para irem parar ao Colégio da Polícia em Coimbra, ou passarem a frequentar as Aulas da Academia Real da Marinha[100]. Cinco anos depois, em 1807, um dos estudantes que queria ser engenheiro escrevia ao Conselho dizendo que não podia acabar os estudos e pedia que lhe fosse dado um cargo de oficial efectivo na secretaria da

---

[96] AHU Mato Grosso caixa 33 doc 24 - 21 de Abril de 1800. Relação de cartas do governador, nº 88.

[97] AHU Mato Grosso caixa 34 doc 2 - 15 de Janeiro de 1801. Carta de Caetano Pinto de Miranda Montenegro a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho.

[98] Idem.

[99] Um dos estudantes deve ter ficado no Pará, pois a carta apenas se referia à seis moços chegados em Lisboa.

[100] AHU Mato Grosso caixa 34 doc 30 - 7 de Maio de 1802. Carta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho ao Visconde de Anadia.

capitania. Em observação à margem do requerimento os conselheiros apontavam: "*Não há que deferir*"[101]. Talvez temessem que os estudantes retornados levassem alguns "vícios" para a colónia, em especial os vicíos revolucionários.

Para saber galgava-se o mato com muitas dificuldades, mas tentava-se. Tentava-se suprir os grandes vazios da ignorância do próprio espaço procurando empurrar cada vez mais os limites da busca. A coroa não estava alheia a este esforço. Pragmaticamente, e dento dos seus próprios limites, fê-lo de uma maneira pautada e quiçá, escassa, mas não deixou de fazer. Da descoberta das minas no início do século XVIII até a descoberta da quina, já nos primeiros anos do século XIX, assiste-se a uma contínua e progressiva aprendizagem e assimilação do território, dando a ver um conhecimento que era, acima de tudo, vivenciado pela própria experiência.

11. 3. Visões do Mundo: O Teatro na Fronteira

Parte da experiência do território não ficaria totalmente descrita se não se levar em conta alguns dados específicos da sua vivência quotidiana. Vimos, no primeiro capítulo deste trabalho, o quanto a natureza foi um dado da construção da mitologia do lugar. Em certos aspectos, o desvendar da natureza, e a sua progressiva assimilação, terão funcionado, no sentido inverso, como a desconstrução do mito e a construção da imagem, já agora de um novo lugar. O incógnito "Mato Grosso" cedeu lugar à fronteira levantada e desenhada no próprio terreno e os "sertões dos indígenas" converteram-se nos "termos" das povoações ali criadas.

Esta transformação/construção do lugar implicou em sucessivos processos de mutação e conversão que actuaram quer no "teatro da natureza" quer no quadro maior da vida naquele espaço. De todas as mudanças ali vivenciadas, a mais radical, a todos os níveis, foi a implantação da vida urbana. O surgimento das povoações mudou por completo a relação dos homens com a natureza e, por estarem directamente associadas à presença do colonizador, as povoações mudaram também as relações entre os próprios homens da região. As novas vilas não só fincaram em termos físicos os novos marcos do território como também o marcaram definitivamente em termos culturais. Depois delas, o lugar passou a ser outro.

---

[101] AHU Mato Grosso caixa 38 doc 28 - 21 de Agosto de 1807. Requerimento de João Pedro de Morais Batista Navarro.

O que quer que se diga sobre o carácter das povoações criadas no período colonial, considerando a sua forma e desenho, ou o método de implantação no terreno, ou ainda a quem coube a iniciativa da sua fundação, o certo é que era nelas, em todos os casos, que recaia o maior fardo da representação da metrópole. A palavra aqui é justa, pois era de representação que se tratava, encarnado a vida urbana o símbolo máximo da colonização do território. As cidades da colónia, quaisquer que fossem elas, respondiam pelo reino, eram parte integrante dele. A elas estava vinculado o território adjacente distribuído pelas sesmarias rurais e a partir delas se organizava toda a administração colonial. As cidades eram os tentáculos do reino, as sedes da sua presença.

Como é sabido, várias gerações de estudiosos associaram a criação urbana colonial portuguesa a um processo de repetição mimética das cidades da metrópole nos quatro cantos do mundo. Clamavam assim que o Rio de Janeiro, ou Salvador, repetiam o desenho de Lisboa ou do Porto. É interessante observar que, a despeito da já demonstrada não correspondência dessa tese em termos formais, ela não é descabida em termos simbólicos e mentais. Com efeito, as próprias cidades coloniais reviam-se no espelho da metrópole e alegavam as suas "semelhanças" com os grandes centros urbanos da península. Em 1726, o bispo do Rio de Janeiro, descrevia a cidade numa carta dirigida ao cónego magistral em Lisboa. A suposta "semelhança" era tal, que o bispo propunha ao religioso que este se pusesse a imaginar como era a cidade do outro lado do mar e dizia: "*Suponha V. Illma. Que tenho a casa onde está o Convento do Carmo, e que a cidade corre pelo Rossio, Mouraria, até as Olarias, com a diferença que cá fica o mar à mão esquerda. Na calçada de Santo André suponha a que cá sobe para a Sé, mas muito maior e mais íngreme. No Convento da Graça finja o Colégio da Companhia, e em Santa Mônica o castelo de São Sebastião. Daí por entre mato se vai à Sé que fica como cá, lá, Nossa Senhora do Monte*"[102].

O imaginário urbano do Brasil estava profundamente impregnado da relação colonial. A cidade - as cidades da colónia como um todo - eram a representação do Estado - logo, sempre, o espelho da metrópole - quer a nível político, quer económico, quer cultural. As cidades eram o símbolo da colonização e o seu principal instrumento. Espelhos da civilização "moderna" que se queria implantar no território inculto e selvagem do Novo Mundo, as cidades

---

[102] AHU Rio de Janeiro, RJ, Documentos Avulsos, Caixa 17 doc 18. Carta do Bispo do Rio de Janeiro ao Illmo Sr. Cónego magistral. Rio de Janeiro, 28 de Junho de 1726. Apud Fernanda Bicalho - *O Urbanismo Colonial e os símbolos do poder: o exemplo do Rio de Janeiro nos séculos XVII e XVIII*, in " Estudos Ibero-Americanos", PUCRS, v. XXIV, n. 1, Junho, 1998, p. 38.

eram, em si, a modernidade daquele território, o seu novo mundo. Especialmente no caso do Brasil, cujas culturas nativas eram semi-nómades e não conheciam nenhuma forma de civilização urbana, as cidades, e tudo que lhes está associado, representaram o espaço da "transformação", a todos os níveis, que aquelas culturas foram obrigadas a submeter-se enfrentando, literalmente, o seu próprio desaparecimento. Assim, a cidade no Brasil é, por contingência e por definição, moderna, assim como é a própria sociedade que ali surge.

No centro das transformações por que passa o Mato Grosso no século XVIII está a sua **urbanização**. Esta urbanização não se resume apenas à instalação física dos povoados ou à consequente regularização do território como até aqui vínhamos observando. A amplitude do processo envolve também a "urbanização" da cultura regional. Os estudiosos da região são unânimes em afirmar que, durante o período colonial, os centros urbanos eram a base da convivência social e cultural da capitania. O interesse inicial pelas minas e a organização económica estruturada à volta da extracção do ouro, marcaram o quadro social da região com uma vivência vincadamente urbana.

Nesse contexto é significativo atentarmos para a observação feita por Carlos F. Moura que descortinou no ambiente do Mato Grosso no século XVIII um especial interesse pelo teatro e pelas representações cénicas. Segundo este autor, que desenvolveu um estudo especial sobre o tema, *"nenhuma capitania aderiu de forma tão total ao teatro. Em nenhuma ele teve tanta importância social e cultural"*[103]. Com efeito, a lista dos títulos representados na capitania é vasta, assim como o número de ocasiões em que se repetiam as encenações teatrais. Para além das ocasiões que porventura não ficaram assinaladas, o autor recolheu nas crónicas e noutras fontes, registos de representações que começam em 1729 e vão até 1800[104].

---

[103] Carlos Francisco Moura - *O Teatro em Mato Grosso no século XVIII*. Cuiabá: UFMT; Belém : SUDAM, 1976, p. 34.

[104] Resumidamente apresentamos a lista: 1729 - duas comédias, banquetes públicos e fogos, por ocasião da trasladação da imagem do Senhor Bom Jesus que veio de Camapuã; 1761 - comédias, danças, fogos e cavalhadas em comemoração do casamento dos príncipes; 1763 - comédias, óperas, danças, carros triunfantes, cavalhadas e fogos pelo nascimento do Infante D. José; 1769 - comedias, cavalhadas e danças pela chegada do governador Luís Pinto de Sousa Coutinho; 1772 - comedias por ocasião da chegada do governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, em Cuiabá e depois na posse, em Vila Bela; 1777 - bailes públicos, cavalhadas, quatro óperas e fogos, na festa de Santo António em Vila Bela; 1780 - Cavalhadas e outras representações na inauguração da matriz da freguesia de Santana na Chapada; 1781- outras quatro óperas na festa de Santo António em Vila Bela; 1782 - comédias, danças, máscaras e repetição de poesia por ocasião do aniversário da Rainha em Vila Bela; 1785 - duas comédias e uma ópera ("Guerras do Alecrim e da Manjerona") na inauguração da capela em Casal Vasco; 1790 - vasto programa de representações em homenagem ao Ouvidor Diogo Toledo de Lara Ordoñes que durou 14 dias com encenação de comédias e entremezes diferentes em cada um deles (ver mais adiante as peças representadas); 1794 / 1795 - óperas comédias e danças em comemoração do nascimento da Princesa da Beira; 1796 - máscaras, bailes, cavalhadas e seis comédias na recepção do governador Caetano Pinto de

Tratam-se, na maioria dos casos, de espectáculos enquadrados em comemorações de cunho áulico, ou que evidenciam uma inequívoca vinculação à metrópole, tais como nascimento de príncipes e princesas, casamentos régios, ou a chegada dos governadores[105]. Esta vinculação fazia-se sentir também no repertório que era fundamentalmente formado por peças de cordel que mantinham uma espantosa actualidade relativamente à Portugal, chegando-se a encenar libretos que tinham sido divulgados no reino no mesmo ano ou no ano anterior. Em alguns casos deve-se presumir que as representações repetiam-se todos os anos, dado que faziam parte de festejos cíclicos, como as festas de santos. Noutros, tornavam-se tradições locais como a comemoração do aniversário de Casal Vasco, que era festejado anualmente, assim como em Vila Bela faziam-se festas por ocasião do aniversário do monarca[106].

Do tempo de Luís de Albuquerque, Gilberto Freyre enumera uma série de ocasiões em que as festas e encenações se repetiram[107], tendo inclusive merecido críticas por parte dos moradores que viam ali gastos exagerados para fazenda real. Utilizando como fonte o Anal de Vila Bela, Freyre afirma que em 1771, na Trezena da Festividade de Santo António na matriz da vila houve "*baile, ceia, beija-mãos, 4 dias de cavalhadas de 20 cavaleiros, com dança de 12 máscaras ricamente vestidas, em todas as noites óperas e comédias, e os dias cheios de muitas máscaras*"[108]. Em 1781, houve quatro óperas bem executadas na festa de Santo António[109]. Ricardo Franco de Almeida Serra teria recitado poemas nas festividades do "cumpreanos" da rainha, em 1782[110]. E, no mesmo ano, uma imagem de N. Sra. do Carmo foi trazida de Lisboa pelo furriel António Francisco de Aguiar para a capela de Santo António, tendo merecido novas festas[111].

Miranda Montenegro; 1800 - orquestras, bailes e duas óperas por ocasião da visita do governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro a Cuiabá. (Cf. Carlos Moura - *op. cit.* , pp. 67-71).

[105] Na verdade estas festas ocorriam em toda a colónia. O fausto das comemorações variava de acordo com a disponibilidade das Câmaras, que normalmente arcavam com as despesas, ou com a iniciativa dos governadores, ou mesmo com o entusiasmo dos moradores que eventualmente financiavam algumas representações. (Cf. Maria Beatriz Nizza da Silva - *A Vida Quotidiana*, in "O Império Luso-Brasileiro 1750-1822", Lisboa : Editorial Estampa, 1986, pp. 532-536). No caso do Mato Grosso é patente o interesse dos próprios moradores pelas encenações teatrais que fica especialmente demonstrado pela série de representações "privadas" efectuadas por ocasião da homenagem ao Ouvidor Diogo de Toledo Lara Ordoñes.

[106] Gilberto Freyre - *op. cit.*, vol I. p. 65.

[107] Gilberto Freyre - *op. cit.*, vol I. p. 173.

[108] Gilberto Freyre - *op. cit.*, vol I. p. 152

[109] Gilberto Freyre - *op. cit.*, vol I. p. 170.

[110] Gilberto Freyre - *op. cit.*, vol I. p. 156.

[111] Gilberto Freyre - *op. cit.*, vol I. p. 174.

Embora estas representações costumassem ocorrer tradicionalmente em tablados montados ao ar livre, parece que em Vila Bela mereceram uma sala especial. A planta de 1775 indica a existência de uma "*Casa da Opra*" que não aparece noutros documentos, mas que a ter existido com este fim era um caso pouco comum nesta altura[112].

A descrição mais completa do tipo de encenações ocorridas no Mato Grosso no século XVIII temos nas festas que se fizeram em Cuiabá em homenagem ao Juiz de Fora Diogo de Toledo de Lara Ordoñez[113]. Homem muito estimado pela população, o juiz foi honrado com festas que duraram do dia 6 de Agosto a 11 de Setembro de 1790. A cada dia eram representados um, ou mais espectáculos, a que o Juiz de Fora, ou algum acólito, fez os mais elogiosos comentários[114]. Sobre o *Tamerlão da Persia* executada por crioulos, o autor faz especial referência a um negro que era "*inimitavel neste theatro nos papeis de carácter violento e altivo*" . "Zaíra", foi acompanhada "*com o mais jocozo entremez que jamais vi representado*". A ópera "Ézio em Roma" foi levada a cena pelos pardos que "*cantaram muitas arias que executaram bem pois eles são curiosos na cantoria, além de que a dama que fazia o papel de Honoria é músico de profissão, de voz e estylo. A orquestra foi numerosa e tocou muitas sonatas*"[115].

Pelo relato, as funções parecem ter sido completas e ricas a todos os níveis. A participação também era geral envolvendo pretos, mulatos e brancos (não há referências relativas aos índios). Tomavam parte dos preparativos, dos

---

[112] Consta que a primeira sala de espectáculos do Brasil foi instalada na Bahia em 1729, mas desapareceu em 1734. Em 1760 Salvador tinha novamente um teatro. No Rio de Janeiro existia, em 1767 uma "Casa da Ópera do Padre Ventura" e depois surgiram outros teatros. Em Belém parece também ter havido uma casa de ópera ainda no final do século XVIII. Em São Paulo tentou-se construir um teatro em 1763 mas foi impedido pela Câmara. Com a chegada do Morgado de Mateus instituiu-se finalmente um teatro regular. Outras vilas tiveram esporadicamente teatros, mas na sua maioria não duravam muito. Cf. Maria Beatriz Nizza da Silva - *Teatro* in "Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil", Lisboa : Verbo, 1994, p. 782 e Carlos Moura - *op. cit.*, p. 32.

[113] Segundo Estevão de Mendonça Diogo de Toledo Lara Ordoñez chegou a Cuiabá em 1785. Nasceu em São Paulo, em 1758. Filho do mestre de campo Agostinho Delgado Arouche de Toledo Lara e de Maria Teresa Lara, formou-se em Coimbra e fez-se membro da Real Academia de Ciências de Lisboa. Conhecem-se dele um trabalho em latim sobre José de Anchieta e uma memória intitulada *Memória ou apontamentos enviados à D. Rodrigo de Souza Coutinho sobre as minas do Cuiabá e Mato Grosso* que faz parte dos manuscritos da Academia. Exerceu vários cargos no Brasil, tendo sido desembargador do paço, conselheiro da fazenda, fiscal das mercês e, depois da Independência, foi deputado pela província de São Paulo. Morreu no Rio de Janeiro em 1826. Cf. Estevão de Mendonça - *op. cit.*, 2º vol., pp. 315-316.

[114] Dois documentos significativos dão conta das festas: uma lista das pessoas que participaram nos festejos, e uma espécie de crítica dos espectáculos. Ambos estão publicados e estudados por Carlos Moura na obra já citada. Em síntese as peças representadas foram: dia 9 - comédia *Aspasia na Siria*; dia 11 - comédia *Eurene Perseguida e Triunfante*; dia 14 - entremez ou comédia *Saloio Cidadão* e outro entremez; dia 16 - tragédia *Zenóbia no Oriente* e um entremez; dia 18 *Tragédia de D. Inês de Castro* e um entremez; dia 20 - quatro entremezes; dia 23 - comédia *Amor e Obrigação*, dia 24 - comédia do *Conde Alarcos* e dois entremezes; dia 25 - comédia *Tamerlão na Pérsia* ; dia 29 - tragédia de *Zaíra* e o entremez *O Tutor Enamorado*; dia 31 - ópera *Ézio em Roma*; dia 3 - *tragédia de Focas*, entremez dos esganarelos; dia 8 - comédia; dia 11- comédia *Emira em Suza*. Cf. Carlos Moura - *op. cit.*, pp. 69-70.

[115] Idem, pp. 62-66. Como era costume no reino, os papéis femininos eram representados por homens.

financiamentos e até da representação, alguns dos nomes mais evidentes da sociedade cuiabana. O cronista Joaquim da Costa Sequeira[116] dançou com "farças" no baile do dia 6 de Agosto. Os professores régios não só entravam em várias peças como "ofereciam" comédias ao povo, e o capitão Poupino escreveu inclusivamente um entremez por ocasião da homenagem ao Juiz de Fora[117].

Se estas festas e encenações são reveladoras de uma vivência que não destoa do quadro geral da sociedade barroca, irmanando as cidades da metrópole[118], na medida do possível, ao longínquo Mato Grosso, elas também revelam o quanto este reflexo cultural era significativo. O teatro é das artes mais urbanas. Crónica e espelho das sociedades, vive da relação e projecção que estabelece com o público. O teatro é vida, a vida é teatro. Um jogo de espelhos codificado e aceite por quem vê e por quem representa, dum lado e doutro da cena.

No caso da fronteira do Mato Grosso este jogo especular, entre a vida e a representação, tinha leituras múltiplas. O novo mundo que ali se instalara esforçava-se por difundir os modelos do velho mundo ao qual representava em todos os sentidos da palavra. Representava politicamente, guardando a fronteira, representava culturalmente, impondo as suas bases civilizacionais, e representava, simplesmente, mimando no meio do mato os hábitos de uma sociedade que ali já tinha uma nova composição.

Nos festejos comemorativos do nascimento do Príncipe da Beira realizados em Cuiabá, em 1795, uma das encenações públicas constava de um barco todo engalanado que atravessava a cidade e parava diante do forte. Depois disso aparecia "*sobre os mares em que estava a embarcação uma balêa, que abrindo a bocca vomitou doze rapazes ricamente adereçados, que formando em terra uma bem ordenada dança, em que muito brilharam, deram aos espectadores excessivo gosto e satisfação; e finda a dança com despedidas do povo, abrindo outra vez a bocca a balêa, por ela se introduziram, e mergulhado esta se findou com a tarde a festa*"[119].

---

[116] Joaquim da Costa Siqueira era natural de São Paulo (1740 ou 1741). Capitão de cavalaria, auxiliou nas Minas de Cuiabá como juiz das medições e demarcações de sesmarias. Escreveu o "Compêndio Histórico Cronológico das Noticias de Cuiabá, Repartição da Capitania do Mato Grosso". Faleceu em 1821, em Cuiabá. Cf. Rubens de Mendonça - *Dicionário Biográfico Mato Grossense*, s.l : s.n, 1953, p. 123.

[117] Cf. Carlos Moura - *op. cit.*, p. 43.

[118] Sobre a vivência barroca em Lisboa, em especial sobre a Dança, veja-se o trabalho de Daniel Tércio – *Dança e Azulejaria no Teatro do Mundo*. Lisboa : Inapa, 1999.

[119] Cf. Carlos Moura - *op. cit.* , p. 71.

Quão diferente é já esta imagem daquela outra do "bicho" do Mato Grosso que a todos destruiu e quase não deixou testemunhas para contar a história. Agora se entrava e saía do ventre da baleia como quem estava em casa. O "bicho" tinha sido domado, e era conhecido e percorrido no seu próprio interior. Resta saber se ele foi de facto submetido, ou se tinha, finalmente, engolido a todos no "seu" mundo.

Fig. 85



1800

Pe. José Manuel de Sequeira
Planta Topografica da nova descuberta da quina na Villa do Cuyaba pelo Pe. Joze Manoel de Sequeira
Color 38 x 25 cm.

BNRJ Arc 25-4-12 / Mapoteca do Itamaraty

Conclusão

Conclusão

"Portugal vai ocupar no sistema da Europa o lugar que desde o fim do reinado do Senhor Rei D. João 3º lhe tinhão uzurpado. As suas ricas colonias são as que hão de reivindicarlhe esta consideração Política, e eu estimarei que a do Mato Grosso concorra com o que lhe couber na geral destribuição do Bem Público"[1].

O Território e as Cidades: As Heranças da Colónia

Dizíamos, na introdução deste trabalho, que o Brasil é metade da América do Sul. É evidente que um tão vasto território não se forjou por acaso. No entanto, o famoso mito da "auto-construção" territorial do Brasil é significativo, pois denuncia uma visão acertada do processo, que partiu de uma noção conceptual do território para depois efectivamente alcança-lo, em termos físicos.

Com efeito, a base sobre a qual se sustenta a primeira ideia do Brasil é o território. Ou seja, antes de vir a ser um país, uma cultura, e até mesmo antes de ter sido claramente assumido como uma colónia, o Brasil foi a identificação de um espaço. Um espaço sobre o qual pairava, no princípio, uma noção algo vaga das suas dimensões, mas que desde o início tinha atributos de identificação claramente territoriais, entre os quais uma certa ideia da fronteira. Fronteira esta que foi virtualmente estabelecida, em Tordesilhas, antes mesmo da descoberta do próprio espaço.

Esse dado não é simplesmente uma metáfora. É talvez o primeiro dado da "modernidade" da formação dos territórios coloniais da América do Sul, que se fundaram, antes de tudo, sobre um pacto de partilha política. Os "territórios" oriundos desse pacto, contavam, para a sua primeira definição, com uma noção sobretudo conceptual, que se baseava na comprovação da sua existência □ estabelecida pelo "descobrimento", e na sua finitude potencial □ estabelecida pelo limite anteposto, mas não tinham, inicialmente, elementos definitivos sobre a "forma" dos espaços em causa. No entanto, essa falta inicial de elementos formais não anulava a ideia do território em si pois este se definia prioritariamente enquanto lugar legitimado de exercício do poder, o que estava

garantido pela existência do pacto. Neste sentido, a "fronteira virtual" que o tratado de Tordesilhas criou sobre a América foi um dos primeiros marcos da sua "territorialidade", embora esta também tenha começado por ser "virtual".

O território físico, o espaço concreto da acção do poder, foi-se construindo ao longo do tempo sobre três eixos que são indissociáveis. Para o alcançar foi necessário confrontar o desconhecido e converter o vazio da ignorância em espaço identificável e mensurável aí renovando continuamente o mito da **descoberta**. Precisou-se enfrentar o ocupador real do território, ou seja, os índios renovando também o mito da **conquista**. Assim como era inevitável encontrar, e eventualmente enfrentar, o(s) outro(s) oponente(s) colonizadores confirmando o **pacto colonial**. Esses eixos convergem num contínuo processo de territorialização que é tanto físico, quanto cultural, mas que se afirma sobretudo pela noção de apreender o território, que inclui o aprender, no sentido de o conhecer, e o prender, no sentido de cativar a sua posse e garantir o seu uso.

Para esta contínua apreensão do território dois instrumentos foram cruciais: os caminhos e as povoações, que foram substancialmente geridos pelo colonizador ao longo de todo o processo. Ambos possuem características especiais, mas funcionaram num sistema tão claramente interelacionável que podemos apelidar o processo todo como um efectivo método de "construção" territorial. Abrir caminhos e fazer vilas eram os dois lados da mesma moeda da territorialização, ambos a base física da colonização.

Os caminhos não foram simples eixos que permitiram o desbravamento da terra incógnita (apenas para os que tinham chegado, dado que jamais deixou de ser conhecida dos seus naturais). No Brasil, a abertura dos caminhos revela e atesta, acima de tudo, uma estratégia de ligação territorial, da qual nunca deixou de estar presente a visão do conjunto da massa continental, assim como uma assumida intenção de garantir a expansão da conquista em termos de continuidade territorial.

A América, no seu conjunto, foi ocupada pelos colonizadores a partir das suas bordas. Principiando no litoral, todo o avanço fez-se no sentido da "penetração" no interior. A expressão "terra-adentro" usada pelos portugueses é significativa desta noção que associa o conhecimento e a efectiva conquista do território a uma noção de progressiva "profundidade". Com efeito, "entrava-se" cada vez mais na nova terra, garantindo com isso as suas dimensões no espaço político mundial. A expansão do território solidificava a colónia e dava-

[1] AHU Mato Grosso caixa 30 doc 13 - 13 de Junho de 1798. Carta de Caetano Pinto de Miranda Montenegro

lhe as medidas da sua existência, ao mesmo tempo que conferia a espessura necessária ao poder político que sobre ela se exercia.

Estas expressões não são simples figuras de estilo. Em boa parte, a "espessura" do poder colonial media-se, concretamente, pelas dimensões dos territórios que a metrópole dominava e que ocupava em termos positivos. Se houve um tempo em que o controle dos meios de transporte e de comunicação por mar pareciam suficientes para assegurar o domínio de vastas áreas de influência, logo este domínio passou a exigir a posse efectiva quer dos locais de escoamento, quer dos meios de produção, de modo a garantir efectivamente o poder político que se pretendia exercer e o poder económico que daí advinha.

Neste sentido, o processo de construção territorial do Brasil é significativamente demonstrativo das vicissitudes pelas quais passou ao longo do tempo a ideia de domínio que os europeus foram sucessivamente tendo e exercendo sobre o espaço mundial, e sobretudo o método que os portugueses foram progressivamente adoptando e adaptando na sua acção colonizadora. O pioneirismo de Portugal uma vez mais se faz sentir neste campo, posto que desde o início se fez orientar por uma particular percepção da territorialidade, que se manteve sempre vinculada a um profundo sentido relacional e hierárquico.

Quando Luís Filipe Thomaz afirma que no caso da formação do Estado da Índia "*a territorialidade é um fim instrumental, isto é, um fim ordenado a outro fim, considerado superior na hierarquia dos objectivos*"[2], que era a manutenção da rede, deixa de certo modo claro que o conceito subjacente a este princípio implica também uma noção substancialmente hierarquizada do próprio território. Ou seja, os espaços (territórios) que eram passíveis de ser utilizados como instrumentos para a estruturação da rede eram em si espaços que se entendiam submetidos a uma relação hierárquica com algum centro. Era actuando sobre estes centros, ou estabelecendo-os "ex-nuovo", que se pretendia alcançar, ou garantir, o domínio do território, e com eles a manutenção e subsistência da rede. Esses centros eram, evidentemente, os núcleos urbanos.

E aqui reside, provavelmente, o cerne da especificidade do conceito de urbanização que norteou a acção colonial portuguesa. Pois ao ver as cidades como os pólos da acção sobre o espaço também delas se fez um uso instrumental. Uso este que é patente, mas que se manifesta de maneira

---

a D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

diferente nos diversos casos. Tais como as acções no Índico, em que se recorreu às prerrogativas oferecidas pela conquista de núcleos urbanos já existentes e onde se utilizou uma vasta gama de hipóteses de aproveitamento do território que tais núcleos tinham sob o seu controle[3]. Mas que também, e cada vez mais ao longo do tempo, e sobretudo nos espaços do Atlântico que não estavam anteriormente urbanizados, em que se recorreu à criação de novos núcleos. Estes estabeleciam implicitamente uma necessária vinculação territorial, embora esta vinculação estivesse, como de resto os próprios núcleos urbanos, também submetida à estrutura maior da rede como um todo.

Os núcleos urbanos ocupam na lógica da expansão portuguesa um lugar incontestavelmente proeminente. Foi, quase sempre, a partir deles que se projectaram e/ou fixaram os sucessivos avanços alcançados, quer a nível da expansão comercial da rede, quer a nível da expansão territorial propriamente dita. Com efeito, não é novidade nenhuma dizer-se que o "império" português no mundo, ergueu-se sobre uma rede de cidades que ligaram os três oceanos numa superestrutura de relações culturais, económicas e políticas ao longo de pelo menos três séculos. Essa estrutura, que era eminentemente relacional, era também profundamente flexível, no sentido em que a sua força residia na sua capacidade de transformação e adaptabilidade.

Sustentando-se sobre um imenso conjunto de pontos distribuídos por todo o globo, a rede urbana do império em muitas ocasiões assistiu e suportou uma série de transformações. Viu deslocarem-se os seus centros relativos, sempre que tal pareceu necessário, assim como viu também nascerem e morrerem várias cidades, algumas inclusive, que tinham chegado a desempenhar importante papel na rede. A tudo foi sobrevivendo e se adaptando, criando novas relações a partir de novos núcleos, ou potencializando outros que desempenhavam antes um papel menor. Ao longo dos tempos, a rede cresceu e encolheu como uma enorme teia, dando lugar a diferentes configurações, e abrigando diversas alternativas de composição e/ou relação com o território nos vários espaços em que se estabeleceu, mas jamais perdeu o peso da sua intrínseca "urbanidade".

---

[2] Luís Filipe Thomaz – *op. cit.*, p. 214.

[3] "*Ao mesmo predomínio da actividade marítima e da economia mercantil se liga o* ***carácter fundamentalmente urbano*** *do Estado da Índia. Este manifesta-se não só na esmagadora superioridade numérica da população urbana sobre a rural, na concentração dos portugueses e seus órgãos de administração nas cidades e na diminuta importância da actividade agrícola, mas também na diferença de estrutura administrativa entre as praças portuguesas e os territórios que, nalguns casos, lhe estavam anexos. Para as cidades há um regímen coerente e uniforme, o das capitanias, independentes entre si e submetidas ao vice-rei, com uma série de cargos que pouco variava de praça para praça. Para os territórios adjacentes, há em cada caso um regímen próprio, que em regra representa a integração e adaptação do regímen pré-existente à presença portuguesa.*" Idem, p. 216. (grifo nosso).

Se tal é verdadeiro para o conjunto do império é ainda com maior pertinência para o caso do Brasil. As cidades foram, com efeito, os pólos que sustentaram a organização da colónia garantido quer a sua estruturação política e económica, quer a sua própria expansão. Mas a "marca" urbana da construção do Brasil é em certos aspectos tão "territorial" que em alguns períodos da história do país confundiu-se esta territorialidade com "ruralidade".

Como já se tinha feito notar, há, no caso do Brasil, um precedente que dota a ideia do território em si de uma certa anterioridade relativamente à colonização efectiva. Na verdade, foi conjugando o peso da urbanidade, enquanto principal pólo da intervenção colonizadora da metrópole, com a noção prévia de continuidade e amplitude potencial do espaço sobre o qual se pretendia agir (o território virtual) que finalmente se construiu, fisicamente, o território do Brasil.

Ainda após o descobrimento, o "Brasil" era apenas a ideia de um espaço à espera da acção do poder que sobre ele se alegava. As primeiras acções foram, evidentemente, de desbravamento e patrulha, com eventuais contactos e trocas estabelecidas com a população nativa. Mas não houve conquistas, posto que não haviam cidades para serem conquistadas. Com as capitanias hereditárias tem início o processo de colonização efectiva e aí surgem as primeiras vilas. Estas incorporam em si a "responsabilidade" sobre o alegado território de cada capitania. Mas foram poucas as povoações que foram criadas e menos ainda as que vingaram. Certamente não por falta de interesse da metrópole, que no documento mesmo de doação das capitanias insistia para que os donatários não só criassem os núcleos urbanos que serviriam de sede às capitanias, como também incentivassem a criação de outras povoações, sobretudo ao longo da costa, onde os capitães podiam, e deviam, fazer tantas vilas quantas lhes parecessem necessárias. Para além disso, é significativo notar que a carta de doação refere-se expressamente a necessidade de salvaguardar para cada uma destas novas vilas o correspondente "termo", assim como denuncia a preocupação da coroa em supervisionar, desde o início, a expansão urbana da colónia [4].

Como é sabido, com o Governo Geral a própria coroa responsabilizou-se pela criação de novos núcleos urbanos, de que Salvador foi o primeiro exemplo e a que depois se seguiram outros nas principais regiões da costa onde a colonização se ia fazendo cada vez mais presente. Cada um desses novos

[4] Já se referiu a este aspecto no nosso trabalho anteriormente desenvolvido como dissertação de mestrado, onde se incluiu a citação do trecho relativo á fundação de vilas da carta de doação das capitanias hereditárias . Cf. Renata Araujo – *op. cit.*, p. 27.

núcleos passava a incorporar a já vasta rede de conexões do "império", mantendo relações quer com a metrópole, quer entre si.

Necessariamente vinculadas às cidades, iriam surgir então as áreas de exploração agrícola, com especial destaque para o investimento na cultura da cana de açúcar que se fez na região da costa nordestina. Noutro contexto, vai-se dar início também a missionação e a recolha das "drogas do sertão" na Amazónia, avançando assim com o reconhecimento e ocupação de outras áreas do interior. O território, na sua expressão rural, passava a ser explorado, mas o escoamento da produção e todas as decisões de pertinência política e económica eram tomadas nas vilas e cidades que respondiam pela tutela dos termos que lhes correspondiam. No caso da Amazónia, as poucas vilas e cidades existentes até ao século XVII garantiam a salvaguarda da imensa área que a coroa portuguesa reivindicava para si, até o limite do rio Napo, onde tinha chegado Pedro Teixeira.

As cidades revelam-se então na sua evidência como a base de sustentação e estruturação do território. Às quais, como já aqui se disse, se vão ligar os caminhos e as rotas de desbravamento e comunicação interior, responsáveis pela ampliação das suas áreas de influência e pela expansão do território colonial que progressivamente avançava "terra-adentro".

A cidade surge, assim, como o grande agente da construção do território do Brasil. Mas não o é pontualmente e sim hierarquicamente. Não é a soma, ou o número de cidades, o que está em causa para a constituição do território, mas a sua pertinência geográfica, a sua acção potencializadora em termos territoriais, a sua capacidade de se instaurar como "centro" □ ainda que periférico □ num quadro de relações de poder sobre o espaço.

Daí a grande importância da cidade ideologizada, da cidade que é símbolo e alegoria do poder, da cultura, e da sociedade que representa. É essa cidade moderna, que sustentava os discursos do poder colonial, a que sustinha também o território, controlando a sua produção e garantindo a sua expansão. É essa a cidade do novo mundo. É essa a cidade da construção e da unidade do Brasil.

Mas a cidade, como já se disse, era parte de um sistema. E ao mesmo tempo que ela era a portadora da mais eloquente carga simbólica do discurso colonial era também um dos seus mais elementares instrumentos e, nesse aspecto, era tão frágil quanto o comprovam as muitas povoações que não resistiram ao passar dos anos.

A própria unidade do território brasileiro foi, também ela, uma construção integrada e submetida ao sistema. Por princípio, a unidade básica da colónia era a sua pertença ao património do Reino. Essa unidade, que era anterior à unidade física, foi o que tanto impulsionou como controlou o processo de construção e unificação territorial. Mas este passou também por sucessivas fases, denunciando, numa escala mais reduzida, o mesmo método de progressivas adaptações à novas configurações, a que toda a rede se submetia.

Num processo que necessariamente emanava do exterior, onde estava o centro do sistema, assiste-se a uma contínua re-ordenação da estrutura de organização adminstrativo-territorial da colónia. Das capitanias hereditárias, que dividiam o território em longas faixas de terra, passou-se para a estrutura do Governo Geral que originou a criação de outras capitanias, definidas já com outro contexto jurídico e com outra configuração espacial. Estas capitanias também foram sucessivamente re-divididas e re-agrupadas de acordo com as necessidades de cada conjuntura e com o próprio processo de expansão do território. Assim como também o "governo geral" sofreu modificações e por um longo tempo a colónia esteve dividida em dois estados: o Brasil e o Maranhão e Grão-Pará, para depois voltar a estar unida. Do mesmo modo também mudaram-se capitais ou centros administrativos quando tal pareceu necessário.

Para além das evidentes razões de ordem política que cada uma destas transformações comportou, o que importa ressaltar é que ao longo de todo o processo de construção territorial do Brasil é possível constatar uma lógica profundamente marcada por uma visão geoestratégica do espaço, o que também denuncia uma noção inquestionavelmente moderna do território. Em cada momento que o território é expandido é re-estruturada a sua organização física, procurando-se sempre encontrar a maneira mais eficiente de gestão das condições geográficas que são sucessivamente reavaliadas. Nesta avaliação são sempre levadas em consideração a orientação e a situação dos pontos de ligação, assim como as hipóteses de circulação e comunicação capazes de manter o conjunto integrado no todo[5]. Mas são também avaliadas as características geográficas específicas de cada região, incluindo as dimensões e a amplitude do espaço em causa. Isto é, o território, para além de ser encarado na macro-escala das relações de poder é também visto como uma entidade materializável, mensurável, e passível de ser descodificada em termos formais. Ou seja, é um território que pode ser desenhado.

[5] Como e sabido, uma das razões prioritárias que levaram a criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará, separado do Brasil, foi a dificuldade de comunicação entre São e Luís e Belém com Salvador, por causa das correntes marítimas que embaraçavam a navegação entre aqueles portos.

Na verdade, especialmente no Brasil, o processo deu-se efectivamente ao contrário. De certo modo, o Brasil começou por ser desenhado, ainda que o primeiro desenho tenha sido o do seu desígnio[6]. Mas toda a sua construção física se processou sobre uma base mental, isto é, sobre a conceptualização do espaço. Foi a partir dos desenhos do espaço do continente americano que se construiu o território do Brasil. E foi desenhando, mentalmente e concretamente, as ligações neste espaço que ele se concretizou em termos físicos. Assim, tanto quanto foi um espaço politicamente construído, o Brasil foi um espaço desenhado.

O desenho do Brasil foi pois, real e metaforicamente, uma realização que partiu do imponderável "desejo" da sua criação. Mas foi, sobretudo, uma acção processual e metódica, como todos os desenhos o são. Isto é, para desenhar concretamente no espaço o território em causa foi efectivamente necessário desenhá-lo. E foi utilizando os métodos e processos, quer teóricos, quer práticos, desse desenho, que se realizava no papel, ou simplesmente na cabeça, que se desenhou fisicamente o espaço.

Com efeito, os métodos e processos do desenho estão na base da construção territorial do Brasil. Ali, como em outros lugares do mundo, coube aos "descobridores" portugueses o papel de reveladores e sistematizadores da realidade visual do espaço onde actuavam. As circunstâncias específicas da América representar efectivamente um mundo totalmente "novo" para o conhecimento europeu e o facto das sociedades encontradas na área de actuação portuguesa não terem qualquer registo de natureza gráfica, ou escrita, de representação e descrição do território, obrigou os ocupantes a construírem do nada a imagem daquele espaço.

À essa necessidade básica para a sua actuação, correspondeu ainda um proverbial empenho e uma especial "vocação" desbravadora da cultura portuguesa, sobretudo no que diz respeito ao estabelecimento e fixação de rotas (quer marítimas, quer terrestres), que exigiam um profundo conhecimento "mental" do espaço. A combinação desses elementos deu origem ao processo de "desenho" do território que contou não apenas com acções de registo gráfico e de desenho concreto, tais como a elaboração de roteiros e mapas,

---

[6] Entre as utilizações do verbo desenhar ainda era comum no século XVI a referência ao sentido original do vocábulo. Desenhar deriva do latim "designare", designar portanto, indicar, ordenar, e também arranjar, dispôr. O desenho que deste "designare" nasce é o desígnio, a intenção de quem o desenha e pensa, o seu desejo. Francisco de Holanda, por exemplo, ainda utiliza este sentido, e o apresenta de maneira magistral numa passagem da *Ciência do Desenho* : *"(...) de que vem dizerem os pintores que já tem acabada e feita a sua obra como em sua ideia tem feita o desenho dela, não tendo feito nada mais que o desenho na ideia. De que vem dizerem também que os Imperadores na guerra que tem desenho de ir assentar seu campo em tal província, ou combater seu exército em tal cidade, ou de fazer tal fortaleza, muito antes que*

como também usufruiu de um prolixo e enraizado "saber" espacial que se revelava em vários outros aspectos, para além dos textos e desenhos em si.

Os portugueses não foram os únicos europeus a colonizar os novos espaços, e a suposta necessidade de representar visualmente as zonas de actuação colonial deveria, em princípio, ser comum a todos. No entanto, pelo menos em comparação com a actuação da coroa espanhola na América, é patente que as preocupações com a representação do território e com o desenvolvimento da cartografia tiveram muito mais êxito entre os portugueses, o que foi comprovado, a longo prazo, pelos resultados dos tratados de limites, que denunciaram a inquestionável vantagem portuguesa neste aspecto. O mesmo não se poderia dizer, por exemplo, dos holandeses, que deixaram um vasto acervo de representação cartográfica e iconográfica dos seus territórios coloniais, que em termos relativos é provavelmente maior que o dos portugueses, especialmente a partir do século XVII.

No entanto, e apesar do "congelamento" que se observa em termos gerais na evolução da cartografia portuguesa a partir do século XVII, e da tomada de dianteira neste campo por outras nações europeias, que se encarregaram então do desenvolvimento teórico e estético da disciplina, convém não esquecer o inestimável contributo das primeiras gerações de cartógrafos e descobridores que estamparam a imagem da terra em termos pioneiros. E foi usufruindo da "herança mental" destes cartógrafos que os portugueses continuaram o seu trabalho de desenho do espaço do mundo, ainda quando de facto o desenharam menos.

É incontestável o peso e a pertinência que a cultura geométrica e matemática dos Descobrimentos desempenharam na mente portuguesa do Renascimento. Assim como parecem hoje claras as especiais implicações desse processo na cultura urbanística que então se estabelecia[7]. No nosso trabalho anteriormente elaborado para a dissertação de mestrado, procuramos salientar o carácter sólido do conhecimento que fundava e fundamentava tanto a teoria como a prática da acção urbanizadora que os portugueses então passaram a aplicar no mundo. Como é evidente, não cabe aqui repetir as considerações já ali desenvolvidas[8]. Volta-se a afirmar no entanto, o valor e a permanência desses dados da cultura portuguesa, chamando também a atenção para a

---

o façam, ***tendo feito já o desenho na deliberação secreta do entendimento***".(Cf. Francisco de Holanda - *Da Ciência do Desenho* (1571). Lisboa : Livros Horizonte, 1985, p. 21). (grifo nosso).

[7] Veja-se sobre este assunto o recente trabalho de Hélder Carita - *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (11495-1521).* Lisboa : Livros Horizonte, 1999.

[8] Cf. Renata Araujo – *op. cit.*, pp. 25-59.

relevância que o conceito de geo-estratégia territorial adquire ao longo do processo.

Com efeito, é evidente que a capacidade de pensar o espaço em termos conceptuais se encontrava profundamente desenvolvida na cultura portuguesa e é esta capacidade que, de certo modo, nutre a complexa ideia de território desenvolvida pela acção colonial portuguesa. Um território que, por um lado, é sempre entendido na macro-escala das relações espaciais que envolvem todo o globo terrestre. É o território enquanto lugar de inserção da rede do império que tem a sua sede na metrópole, onde se gere um intricado sistema de relações. Por outro lado, é também o território mensurável e demarcável da acção colonial, o território que se conquista no terreno e que se marca com cidades. Noutra escala ainda, o território é o espaço concreto da exploração (comercial, agrícola, mineral, etc..) e neste sentido é profundamente maleável nas relações que estabelece com os núcleos urbanos nele estrategicamente implantados, (ou conquistados), que funcionam quer como baluartes da sua defesa, e fronteiras dos seus limites, quer como pólos de escoamento das suas riquezas.

No seu conjunto, o desenho do espaço surge como um elemento basilar da expansão e da acção colonizadora portuguesa. "Desenho" este que é aqui entendido não necessariamente como a representação gráfica do espaço, mas como a súmula de um procedimento mental que trabalha e modela o espaço em termos intencionais. E não só. Trata-se sobretudo de um desenho do espaço projectado e pensado em termos de estratégia. Uma estratégia territorial, complexa como vimos, que se concretiza, sobretudo, por um método de urbanização em larga escala (no sentido da criação de redes urbanas). É, em última análise, um desenho do espaço que se realiza através da criação de cidades, paradoxalmente, o seu instrumento mais elementar, e o seu mais poderoso símbolo.

E aqui voltamos a convocar os protagonistas desta imensa acção de desenho do espaço. Se antes tínhamos chamado aos engenheiros militares os "funcionários do urbanismo", agora, com mais propriedade os deveríamos identificar, numa escala mais alargada, como os construtores do território, posto que a urbanização que concretizaram construiu, com efeito, o(s) território(s) da acção colonial. Mas nesta categoria mais ampla era também de toda a justiça incluir não apenas os técnicos, mas também os governantes e os agentes políticos e militares que responderam, a vários níveis, pelas estratégias de construção territorial, assim como os desbravadores e as populações que completaram a fixação efectiva do desenho no terreno.

Neste sentido, é interessante observar que nos retratos que mandaram fazer de si próprios, os governadores e ministros orgulhavam-se dos seus feitos e os estampavam na tela como a sua mais marcante obra. Assim como Pombal se fez retratar com os desenhos da reconstrução de Lisboa, o seu irmão Mendonça Furtado surge ao lado dos mapas da capitania do Grão-Pará e Maranhão, que uma placa indica, em latim, que foi por ele "restaurada". Do mesmo modo, os irmãos Albuquerque também ostentam os seus feitos. Luís, retratado ainda antes de ir para o Brasil, segura uma planta da praça de Almeida e indica o seu papel como ajudante de ordens de Mac-Lean. João identifica-se como governador e capitão general do Mato Grosso e tem em mãos um compasso e uma luneta, os instrumentos com que "desenhara" o mato **(figs. 86-87)**.

O Mato Grosso e o Brasil: O Estado Urbanizado

A urbanização do Mato Grosso foi o fecho do desenho do Brasil. Um desenho que plasmou no espaço da América do Sul um território que se assemelha a um enorme "triângulo". Por acaso, a realidade da acção sobre o espaço não está de todo longe desta "inspiração geométrica". Sabe-se que a primeira imagem mental do espaço do Brasil foi a ideia da grande "ilha" que estaria isolada do continente por uma linha de água que atravessava o seu eixo. Desfez-se progressivamente o mito da ilha, mas manteve-se sempre o desejo alcançar o centro da América. E neste desejo, o primeiro grande eixo de penetração foi a longa linha horizontal do Amazonas que, somada à costa, constituíram os dois primeiros lados desse triângulo virtual, a que se vira juntar depois o eixo que partiu do sul em direcção ao centro-oeste, que iria completar a figura. A "ilha" desejada, era assim desenhada no espaço.

Este processo de desenho concreto, no espaço, da fronteira ocidental do Brasil, foi o que se procurou dar conta nos capítulos deste trabalho. Espera-se que em cada um deles e ao longo do seu conjunto tenham ficado esclarecidas as principais conclusões a que se pôde chegar sobre *A Urbanização do Mato Grosso no século XVIII* e o seu *Discurso e Método*, tal como se tinha proposto.

Uma síntese do que já foi dito em cada capítulo corre o risco de tornar enfadonha e repetitiva esta conclusão. Daí que talvez valha a pena lembrar somente o que, para além dos dados específicos do processo histórico ou da fundação de cada uma das vilas, tenha sido o grande eixo ideológico que norteou aquela acção. E este eixo funda-se, inquestionavelmente, sobre uma base cultural que encarava a tarefa da urbanização, como um

encargo e como um método. Um encargo indissociável da acção expansionista e colonizadora, e um método sobretudo aprendido e aperfeiçoado ao longo desta mesma acção.

O resultado da urbanização do Mato Grosso no século XVIII é, em termos quantitativos, bastante escasso, se considerarmos simplesmente o número de vilas formadas naquele período para um espaço tão vasto. Mas sabemos que este mesmo número está longe de ser parco em termos relativos, pois foram efectivamente aqueles poucos núcleos que garantiram a posse de tão vasto espaço. Em termos qualitativos, as fundações realizadas naquela região também não eram os principais centros urbanos da colónia. No entanto, e salvaguardadas as devidas proporções, vieram a representar alguns dos exemplos mais significativos do grande ensaio formal que foi a urbanização do Brasil.

Realizaram-se no Mato Grosso praticamente cada um dos "tipos" de povoações que o Brasil-colónia comportou. Ali havia o arraial de mineração, o aldeamento missionário, depois convertido na vila do directório, a vila-capital, a vila-quartel, a vila-fortaleza, a vila-freguesia e a vila do caminho. Umas foram, obviamente, mais "planeadas" do que outras e o nosso estudo incidiu especialmente sobre aquelas que foram objecto do encargo e do método do Estado. Mesmo dentre estas é patente alguma diversidade, quer na forma e desenho dos núcleos, quer sua na escala ou no processo da sua execução. Só não há diversidade nos propósitos. As povoações fundadas pela Coroa no Mato Grosso visavam todas garantir a fronteira e salvaguardar assim o território.

Unidas por esta "razão superior" se poderia dizer de todas as vilas ali fundadas o que se disse a propósito de Vila Bela que "*V. Magestade não mandou formar esta villa ao cómodo e satisfação dos moradores do Mato Grosso, nem elles tal villa pediam, nem queriam*". As vilas eram criadas porque as razões de Estado assim o determinavam e não "ao cómodo dos moradores", que não seriam, necessariamente, chamados a decidir sobre esta matéria, que tão largamente os ultrapassava.

Pensada e executada em termos estratégicos, a urbanização do Mato Grosso é assim o corolário de um método que há muito vinha dando os seus frutos na formação de todo o império. As cidades que tinham sido as balizas e os sustentáculos iniciais da formação de um império de relações mantinham ainda o seu papel. Primeiro tinham sido conquistadas, agora eram construídas, construindo territórios. Assumidas numa macro-escala passavam a ser objectos principais de uma política hiper pragmática que as utilizou na construção quer territorial, quer política e económica do próprio império. Fazer e manter

cidades foi, com efeito, a grande tarefa e a base de construção do império colonial português. As relações e ligações construídas por estas cidades sobre o território físico (do mundo) geraram e mantiveram o seu território político.

Com efeito, a fundação de Vila Bela resume e sintetiza o principal escopo da urbanização do Mato Grosso, que pretendia conjugar elementos de dois campos ideológicos, unindo o discurso da civilização ao método da guerra. A capital da capitania mais ocidental do Brasil era uma cidade civil, feita num quadro de guerra. Uma guerra não necessariamente concretizada em batalhas, mas onde se disputava inequivocamente a conquista do território. E são métodos e procedimentos de guerra que constróem a cidade e que emprestam as suas técnicas ao urbanismo. A eleição do sítio cede à lógica estratégica do domínio do território. A instalação e os equipamentos urbanos acomodam-se ao pragmatismo e à simplicidade e pureza da estética castrense. O dito "palácio" dos governadores de Vila Bela, em quase nada difere dos muitos "quartéis" que se fizeram nas outras vilas ali fundadas para abrigar índios ou colonos.

Constata-se que há "quartéis" em todas as povoações "novamente" fundadas, mas tal não implica de modo algum a utilização de um modelo único. Na verdade, a tipologia dos quartéis apenas revela o pragmatismo inerente à lógica da conquista e o projecto de cada vila corresponde a um processo evidente de adaptação aos sítios, aos momentos e às circunstâncias, como é preciso fazer nas guerras.

Assim é que, embora tenham mudado de localização, e eventualmente não tenham sobrevivido, as aldeias de índios do vale do Guaporé procuravam continuamente cumprir a sua dupla função de conquistar o espaço e cativar (em ambos os sentidos) os povos da região. Maleáveis às eventuais "derrotas" em todos os aspectos, elas faziam-se e refaziam-se, em novo lugar, com os mesmos ou outros habitantes, até finalmente ganharem espaço mesmo sem existirem. Símbolo inquestionável do domínio bélico do território, o forte do Príncipe da Beira surge ali como um monumento de si próprio. É um objecto de guerra construído menos para fazer a guerra e mais para representar a sua presença virtual ao longo de todo o processo. Um "memento mori" que marca simbolicamente o fim de um tempo e o começo de outro.

No sul da capitania, no majestoso rio Paraguai, fundaram-se duas vilas e um forte. O forte de Nova Coimbra tem história de batalhas ganhas, perdidas e recuperadas, como acontece normalmente aos fortes. As vilas, Albuquerque e Vila Maria, hoje Corumbá e Cáceres, surgiram como se fossem "fortes". Eram, assumidamente postos avançados na fronteira, cuja principal função era

garantir a navegação privativa do rio. Lá estavam os "quartéis" a servir de casa aos povoadores-defensores do território. Mas lá estavam também as praças regulares que sintetizavam o "grau zero" do desenho urbano. Eram grandes rectângulos de onde deveriam sair as ruas que dariam continuidade à construção das vilas segundo as razões da "simetria" e da "formosura". As praças que deram origem a estes núcleos eram ali mais do que uma forma, eram todo um método e um discurso que se resumia no espaço e que atestava um procedimento fundado sobre séculos de conhecimento e experiência. Um conhecimento de tal modo difundido e partilhado que é executado ali, não por técnicos especializados, mas por militares de formação corrente.

Apenas Casal Vasco, a última "vila nova" fundada no Mato Grosso no século XVIII é verdadeiramente objecto de um projecto de desenho urbano realizado por um competente engenheiro militar que se tinha treinado na reconstrução de Lisboa e que conhecia bem o projecto "ideal" de Vila Real de Santo António.

E o desenho de Casal Vasco é, uma vez mais, uma síntese. Do conjunto das vilas até então fundadas no Mato Grosso, retoma a tipologia dos "quartéis", que dão corpo à sua principal função, posto que se tratava também de mais uma sentinela da fronteira. Da capital do reino, adopta o modelo e as dimensões da grande praça voltada para o rio. Da vila algarvia, repete simétrica e inversamente a orientação, colocando-se frente para a Espanha, que ali estava a ocidente. De Vila Bela, vai buscar a mesma maleabilidade potencial de uma malha urbana que não previa limites ao seu crescimento, podendo estender-se até ao infinito.

E no entanto, o desenho de Casal Vasco é também um "projecto" único e original, e até se poderia dizer, quase de vanguarda. Revela o desejo de uma cidade aberta, em que os espaços públicos são amplos e arborizados, em que praticamente não há ruas, e passeia-se por entre praças. Onde nós teríamos já ouvido este discurso? Não se parece ao ideário das cidades-jardim dos modernistas? Naquele caso a imagem é ainda mais pertinente, porque o entorno da vila, a floresta, o pantanal e os rios do Mato Grosso, assemelham-se ainda hoje, ao Jardim do Éden.

Talvez pareça contraditório que a vila fundada com maior evidência da sua função defensiva seja a que ostenta o desenho mais civil e que passe esta imagem de urbanidade idílica no meio do mato. Mas estas eram, como vimos, as bases da sua composição: o discurso da civilização e o método da guerra.

O quadro geral do urbanismo colonial no Mato Grosso, e em todo o Brasil, é uma guerra pelo espaço, no espaço. Uma guerra ganha e perdida

ao mesmo tempo. É ganha, no sentido em que a conquista do espaço se efectiva. É perdida, no sentido em que a soberania sobre o espaço se transfere, apoiando-se exactamente sobre a mesma estrutura física que fez ganhar a guerra pelo espaço, ou seja, as cidades. Porque é a cultura urbana que sustenta e inflama o discurso da separação. Porque é nas cidades que nasce o novo país.

Assim, a fronteira a ocidente que o Mato Grosso representa é não só simbolicamente o "fecho" da construção do Brasil, mas é também o culminar de um processo que, a vários níveis, tem ali o seu "limite".

Por um lado, o limite da efectiva acção no terreno da América Portuguesa, que ali se concretiza com a vinculação pelo interior das duas grandes partes da colónia, o norte o e sul, constituindo-se a própria fronteira fluvial como o último caminho possível do território. Era, como dissemos, o "triângulo" que se fechava, desenhando a ilha-Brasil.

Por outro lado, é ali também o limite simbólico das próprias relações de todo o império, que se fechava no ocidente ao mesmo tempo que também se esgotava, no sentido em que a construção territorial que ali ficava feita se autonomizaria logo depois. O país que então nascia, para além de várias outras características, tinha uma "herança" inequívoca: era um território constituído e um Estado Urbanizado.

Fig. 86



Retrato de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Século XVIII
Óleo s/ tela
202 x 117 cm.

Colecção José Joaquim Olazabal - Casa da Ínsua

Fig. 87



Retrato de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Século XVIII
Óleo s/ tela
123 x 100 cm.

Colecção José Joaquim Olazabal - Casa da Ínsua

Bibliografia

BIBLIOGRAFIA

A. FONTES

A1. FONTES MANUSCRITAS

I. ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

Manuscritos da Série Azul
Ms 1718
ORDOÑHEZ, Diogo de Toledo Lara - *Memória ou apontamentos enviados à D. Rodrigo de Souza Coutinho sobre as minas do Cuiabá e Mato Grosso.*
Ms 17
PONTES, António Pires da Silva - *Memória sobre os Homens Selvagens da América do Sul* (1792)

II. ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

Documentação Mato Grosso
caixa 1 (1702-1737) docs. 1 a 90
caixa 2 (1738-1740) docs. 1 a 56
caixa 3 (1741-1747) docs. 1 a 77
caixa 4 (1748-1749) docs. 1 a 103
caixa 5 (1750-1751) docs. 1 a 56
caixa 6 (1752-1753) docs. 1 a 78
caixa 7 (1754-1755) docs. 1 a 61
caixa 8 (1755-1756) docs. 1 a 41
caixa 9 (1757-1758) docs. 1 a 51
caixa 10 (1759-1760) docs. 1 a 47
caixa 11 (1761-1763) docs. 1 a 85
caixa 12 (1764-1767) docs. 1 a 80
caixa 13 (1768-1769) docs. 1 a 58
caixa 14 (1770-1771) docs. 1 a 73
caixa 15 (1771-1773) docs. 1 a 91
caixa 16 (1774-1775) docs. 1 a 60
caixa 17 (1776-1777) docs. 1 a 57
caixa 18 (1778) docs. 1 a 44
caixa 19 (1779-1780) docs. 1 a 56
caixa 20 (1780-1782) docs. 1 a 49
caixa 21 (1782-1783) docs. 1 a 45
caixa 22 (1784-1786) docs. 1 a 40
caixa 23 (1786-1789) docs. 1 a 65
caixa 24 (1789-1790) docs. 1 a 57
caixa 25 (1791) docs. 1 a 49
caixa 26 (1792-1793) docs. 1 a 58
caixa 27 (1794-1795) docs. 1 a 57
caixa 28 (1796-1797) docs. 1 a 42
caixa 29 (1797-1798) docs. 1 a 29
caixa 30 (1798) docs. 1 a 57
caixa 31 (1799) docs. 1 a 63
caixa 32 (1799) docs. 1 a 36
caixa 33 (1799-1800) docs. 1 a 48
caixa 34 (1801-1802) docs. 1 a 45
caixa 35 (1802-1803) docs. 1 a 41
caixa 36 (1803-1804) docs. 1 a 61
caixa 37 (1804-1806) docs. 1 a 57
caixa 38 (1807-1827) docs. 1 a 62
caixa 39 (s.d.) docs. 1 a 53

III. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

Manuscritos da Livraria
Avulsos 3 , nº 10 - *Cuiabá e Mato Grosso . cópia de um original de José Barbosa de Sá.*

Manuscritos do Brasil
Maço 67, nº 3 - *Correspondência de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Bartolomeu Descalça e Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres e outros.*

IV. ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ

Cod. 17 (1733-1769) / docs.: 25, 26, 31, 68, 93, 96, 97, 103
Cod. 100 (1759-1762) / docs.: 31, 32, 33, 34, 35, 36
Cod. 122 (1762-1765) / docs.: 50, 51 (pag. 189, 190, 193, 198)
Cod. 126 (1762-1777) / docs.: 01,02,03,04,06, 07, 08, 11, 15, 17, 21 (pag. 04)
Cod. 127 (1762-1803) / docs.: 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 32, 83
Cod. 201 (1769) / docs.: 08, 09, 10, 11, 12, 86, 87, 88, 90
Cod. 261 (1773) / docs.: 01, 06, 26, 27, 28, 29
Cod. 288 (1775-1776) / docs.: 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 10, 13, 15, 17, 28, 30
Cod. 364 (1780-1788) / docs.: 06, 07, 08, 19, 40

V. BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

Colecção Pombalina

Cod. 170
Diário de uma Viagem feita do Rio de Janeiro até Vila Bella, capital de Matto Grosso, Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Villa Bella 3 de Novembro de 1775.

Cod 629
Cartas de José Custódio de Sá e Faria a D. António Rolim de Moura.
Cartas de D. António Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado
Anal de Vila Bela desde o primeiro descobrimento deste certão no anno de 1734. Theotonio da Silva Gusmão 31 Dezembro de 1754

Cod 642
Carta régia marcando os limites do governo de Mato Grosso - 1748 (fl.140-150)
Limites de S. Paulo e Mato Grosso.
Limites com o Paraguai -1770-1771 (fl.365-374)
Instrução que se deu a D. Pedro de Ceballos para saquear Cuyabá e Mato Grosso - 1779 (fl. 393-400)
Diário da viagem que de Villa Bela de Mato Grosso fiz para a cidade de São

Paulo Francisco José de Lacerda e Almeida - 1778 (fl. 415-422)

Cod. 672
Atestado das rifas que fez D. Rodrigo César de Menezes, assim que chegou às Minas do Cuiabá, antes de erigir vila - 1732 (fl.101)

Cod. 684
"Sonho" - Memória dirigida ao Conde da Ega Vicerei da India sobre a Reforma do Corpo de Sipaes, Francisco Tosi Colombina, 21 de Dezembro de 1758
"Tresvario" - Memória dirigida ao Conde da Ega Vicerei da India sobre a Reforma do Corpo de Sipaes, Francisco Tosi Colombina, 25 de Fevereiro de 1759
"Desacerto" - Memória dirigida ao Conde da Ega Vicerei da India sobre a Reforma do Corpo de Sipaes, Francisco Tosi Colombina, 22 de Junho de 1759.

Cod. 721
Observações astronómicas feitas por toda a costa da capitania de S. Paulo, Francisco de Oliveira Barbosa - 1791 (fl. 149-157)
Oficio sobre a importância da diligencia de ir descobrir e verificar a possibilidade de comunicação das duas costas oriental e ocidental de África, Francisco José de Lacerda e Almeida - 1798-1799 (fl. 299-310)

VI. BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

PONTES, António Pires da Silva - *Memoria Phisico Geografica acompanhada de um plano das lagoas Gaya, Uberava e Mandiorem que oferece ao Snr Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira Naturalista a serviço de Sua Magestade pelo seu condiscípulo e Crº obrº. Dr. Pontes. 29 de Maio de 1790.*

- Observações astronómicas e phisicas feitas na Capital de Villa Bella no Palácio da Residencia dos Senhores Governadores Generais desde 15 de Fevereiro até 7 de Agosto de 1782. Por F.J. de Lacerda e Almeida e A.P. da Silva Pontes, astronomos.

- Diário da diligencia de reconhecimento do Rio Paragahú e Rio Verde por ordem do Illmo e Exmo Snr LAMPC, datada de 26 de Março de 1789. Pelo Dr. Astronomo António Pires da Silva Pontes.

- Diário da diligencia de reconhecimento das cabeceiras dos Rios Sarará, Guaporé, Tapajos e Jaurú que se acham todos debaixo do mesmo paralelo na Serra dos Parecis , em Dezembro de 1789. Por António Pires da Silva Pontes e José Manoel Cardoso da Cunha, 1790.

- Diário da diligencia de reconhecimento do Rio Paraguai desde o lugar do marco ou boca do Jauru até para baixo do presidio de Nova Coimbra, que compreende a configuração das lagoas Gaiba, Uberava e Mandiorem, e das serras que se encontram no mesmo Paraguai e, igualmente a configuração de rio Cuiabá até a villa deste nome e de lá por São Pedro del Rei até Vila Bela. Por Ricardo Franco de Almeida Serra, António Pires da Silva Pontes e Francisco José de Lacerda e Almeida.

VII. BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO

Cod. 125
Nº 4.Por ordem do Illmo e Exmo Senhor Francisco Pedro de Mendonça Gorjão Cappitão General do Estado do Maranhão derrota desta cidade de Santta Maria de Bellem do Grão Para, para as Minas de Matto Grosso Arrayal de São Francisco Xavier, de que foi cabo o Sargento mor Luiz de Fagundes Machado, feita por mim Antonio Nunes de Souza, Piloto e Mestre aprovado, feita em 14 de Julho de 1749 que pode servir para outra qualquer monção hindo passar as cachoeiras estando o Rio da Madeira de meio barranco para sima que tenha agoas para passarem canoas.

N.º 5. Mappa das cahoeiras que se passão hindo para Matto Grosso / Lembrança da Noticia e Averiguação, que fez a real escolta vinda da Cidade do Grão Para em Serviço de Sua Mag. (...)

Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a D. António Rolim de Moura (Barcelos, 23 de Novembro de 1758) e cópia do Systema das Demarcações da parte do Norte aprovado por Sua Mag.

Cópia do Auto de Posse q. se tomou entre Portugal, e Dominios de Castella por Pedro Teixeira Capp.am Mor por S. Mag. das Entradas e Descobrim. to de Quito, e Rio das Amazonas.

Cod. 235
SÁ, José Barbosa de - *Diálogos geográficos, cronológicos, polliticos e naturais escriptos por Jozeph Barbosa de Saa nesta Villa Reyal do Senhor Bom Jesus do Cuyaba. Parte prª, anno de 1769, offerecidos ao Illmo e Exmo Sr. Luís Pinto de Sousa Coutinho, do Conselho de Sua Mag.de Fidellissima que Deus goarde, seo Governador e Capitam General das capitanias do Mato Grosso e Cuyaba.*
(seguido da 2º parte)

Cod. 296
Colecção de Documentos da segunda metade do século XVIII (Luís Pinto de Sousa Coutinho - Mato Grosso)

Cod. 464.
ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e - *Diário da viagem que por ordem do Illmo e Exmo Snr LAMPC fiz de Villa Bela para a cidade de São Paulo pela ordinária derrota dos rios, anno de 1788, Francisco José de Lacerda e Almeida, Dr. Astrónomo.*

CÁCERES, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e - *Idea Geral offerecida ao Real conhecimento de S. Mag. pello actual Gov.or e Capitam General da Capitania de Matto Groço (...) de toda a fronteira que forma a dita Cap.na, a mais occidental do vasto continente do Brazil, a respeito dos dominios espanhoes, principiando desde o prezidio de Nova Coimbra, na longitude da Ilha do Ferro de 320°30' e latitude austral de 20° mais ou menos, athe a confluencia do grande rio da Madeira na longitude de 314° e latitude de 10° tambem mais ou menos, ou hum pouco mais ao Norte: na qual faz juntamente prezentes a mesma Senhora o dito governador algumas notas relativas ao objecto prezente das demarcaçoens, em combinação dos artigos IX, X, XI, XIII, XV, XVI, XIX e XX ao Tratado Preliminar de Lemites, celebrado em Santo Ildefonso no 1° de Outubro de 1777.*

Cod. 808
Colecção de Documentos da segunda metade do século XVIII (Luís Pinto de Sousa Coutinho - Mato Grosso)
Obs. contem documentos repetidos do cod. 296.

A2. FONTES IMPRESSAS

ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e - *Diário da viagem do Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida pelas capitanias do Pará, Rio Negro, etc.., nos anos de 1780 a 1790.* São Paulo, 1841.

- *Diários de Viagem*. Nota e prefácio de Sérgio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro : Instituto Nacional do Livro, Imprensa Nacional, 1944.

AMOROSO, Marta Rosa; FARAGE, Nádia - *Relatos da Fronteira Amazônica no século XVIII: Documentos de Henrique João Wilkens e Alexandre Rodrigues Ferreira* . São Paulo : NHI/USP, FAPESP, 1994.

ANTONIL, Giovanni Antonio Andreoni - *Cultura e opulência do Brasil.* Texto e edição de 1711; introdução e vocabulário por A.P. Canabrava. São Paulo : Ed. Nacional, 1967. (Roteiro do Brasil, 2).

AZARA, Félix de - *Descripción General del Paraguay*. Madrid : Alianza Editorial, 1990.

BRAUN, João Vasco Manuel de - *Roteiro Corográfico da viagem que se costuma fazer da cidade de Belém do Grão Pará a Vila Bela de Mato Grosso.* in "Revista do IHGB", vol. XXIII, Rio de Janeiro, 1860, pp. 439-473.

CÁCERES, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e - *Correspondência dirigida a Martinho de Melo e Castro - Informações Officiaes sobre as Fronteiras das Capitanias e Mato Grosso, Goiaz e Pará, com as Possessões Espanholas*, in "B.S.G.R.J.", n° 2, Rio de Janeiro, 1855.

- *Correspondência dirigida a Martinho de Melo e Castro*, in "R.I.H.G.B.", tomo 28, 1° parte, Rio de Janeiro, 1865.

CAMPONÊS, Marcelino Rodrigues - *Carta datada de 17 de Outubro de 1776*, in "R.I.H.G.B.", tomo 28, 1° parte, Rio de Janeiro, 1865.

CASAL, Pe. Manuel Aires de - *Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil.* Belo Horizonte : Ed. Itatiaia, São Paulo : Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

Chronicas de Cuiabá ou Relação chronologica dos estabelecimentos , factos, sucessos mais notaveis que aconteceram nestas Minas de Cuyabá. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo. 4: 4-217, 1898-99.

COLOMBINA, Francisco Tosi - *Descobrimento das Terras do Tibagi.* Introdução e Notas de Carlos de Araújo Moreira Neto. Maringá : Universidade Estadual de Maringá, 1974.

CORTE-REAL, João Afonso - *Anal de Vila Bela desde o primeiro descobrimento deste sertão de Mato Grosso, no ano de 1734.* in "Congresso do Mundo Português", Vol. X, Lisboa, 1940, pp. 303-320.

D'ALINCOURT, Luiz - *Memória sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá*. Belo Horizonte : Ed. Itatiaia, São Paulo : Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

- *Rezultado dos Trabalhos de Indagações Statisticas da Provincia do Mato Grosso. Secção Primeira, Capitulo Primeiro, Situação*

Geographica da Província, sua extensão, superfície e limites, Cuiabá, 1828.

- Rezultado dos Trabalhos de Indagações Statisticas da Provincia do Mato Grosso. Secção Segunda, Capitulo Primeiro, Statistica Politica e Civil, Cuiabá, 1828.

Diário da navegação que fez o Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria da cidade de São Paulo à Praça de N. Sra. dos Prazeres do Rio Iguatemi. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 39:217-291, 1876.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues - *Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá 1783-1792.* Rio de Janeiro : Conselho Federal de Cultura, 1971.

FERREIRA, José Henriques - *Dissertação sobre a cochonilha. Historia do seu descobrimento na America Portuguesa*, in "Collecção de Opusculos sobre a Cochonilha", □Academia das Ciências de Lisboa□, s.l., s.d.

FONSECA, José Gonçalves da - *Notícia da Situação de Mato Grosso e Cuiabá: estado de umas e outras minas e novos descobrimentos de ouro e diamantes,* in "Revista do IHGB", Tomo XXIX, Parte I, Rio de Janeiro, 1866.

- Navegação feita da cidade do Gram Pará ate a boca do rio Madeira para escolta que por este rio subio as Minas do Mato Grosso por ordem mui recomendada de Sua Magestade Fidelissima no anno de 1749. in "Colecção de Notícias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas" (...), vol. IV., Lisboa : Academia Real de Ciências, 1826.

FLORENCE, Hercule - *Viagem Fluvial do Tiête ao Amazonas de 1825 a 1829*, Trad. Visconde de Taunay, São Paulo : Ed. Melhoramentos, s.d.

Fundação de Villa Maria do Paraguai e providências para o seu engrandecimento, in "RIHGB", vol. XXVIII, nº 1, Rio de Janeiro, 1865.

LA CONDAMINE, Charles Marie de - *Viagem pelo Amazonas 1735-1745*. São Paulo : Edusp, 1992.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes - *Notícias das Minas de São Paulo e dos Sertões da mesma Capitania*. São Paulo : Livraria Itatiaia, 1980.

LEMOS, Manuel Ignacio - *Instruções que V.M. é servida mandar a D. António Rolim de Moura, nomeado Governador e Capitão General de Mato Grosso, cujo governo vai criar na forma que assim se declara - Para Vossa Magestade ver,* in "R.I.H.G.B.", Tomo LV, Parte I, p 381 e seguintes.

LEVERGER, Augusto - *Breve Memoria Relativa a Chorografia da Provincia de Mato Grosso*, in "R.I.H.G.B.", vol. 28, Rio de Janeiro, 1964.

LIMA, Américo Pires de - *Memória de D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1º Conde de Linhares) sobre o melhoramento dos domínios de S. Majde na América.* Coimbra : Coimbra Editora Limitada, 1948.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de - *A Amazônia na Era Pombalina Correspondência Inédita do Governador e capitão General do Estado do Grão Pará e Maranhão (1751-1759)*. São Paulo : Gráfica Carioca, 1963, 3 vols.

MONTENEGRO, Caetano Pinto de Miranda - *Carta Dirigida ao Visconde de Anadia - Mapa da Povoação da capitania de Mato Grosso*, in "R.T.I.H.G.E.B.", tomo 28, Rio de Janeiro, 1865.

MORAIS, Alexandre José de Melo - *Corografia histórica, cronográfica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil.* Rio de Janeiro, 1858-1863.

- História dos Jesuítas e suas Missões na América do Sul. Rio de Janeiro, 1872

NORONHA, José Monteiro de - *Roteiro da Viagem da Cidade do Para até as ultimas colónias dos Domínios Portugueses em os Rios Amazonas e Negro ou Roteiro da Viagem da Cidade do Para até as ultimas Colonias do Sertam da Província*, in "R.I.H.G.B.", tomo 150, nº362-365, Rio de Janeiro, 1989, pp. 475-513.

OLIVEIRA, António Rodrigues Veloso de - *Memória sobre o melhoramento da Província de São Paulo, aplicável em grande parte a todas as outras províncias do Brasil,* Rio de Janeiro : Tipografia Nacional, 1822.

Relação e breve noticia de hum bicho feroz que apreceo à gente que foi para o Matto Grosso (1754).□literatura de cordel□

Relação da chegada que teve a gente de Mato Grosso e agora se acha em companhia do Senhor D. António Rolim . Lisboa : Off. Silva, 1754.

Relação da viagem que fez o Conde de Azambuja, D. António Rolim de Moura, da cidade de São Paulo para a vila de

Cuiabá em 1751. in "R.I.H.G.B.", tomo VII, Rio de Janeiro, 1845.

SÁ, José Antonio de - *Elogio Fúnebre ao IIIm° e Exm° Senhor D. António Rolim de Moura, Conde de Azambuja.* Lisboa, 1784.

- *Compendio de Observaçoens que formam o plano da viagem politica e filosofica que se deve fazer dentro da Patria*, Lisboa : Of. de Francisco Borges de Sousa, 1783.

SÁ, José Barbosa de - *Relação das Povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até hoje.* in "Anais da Biblioteca Nacional", Vol. 23, p. 558.

- *Idem.* Cuiabá : UFMT, 1975.

SAMPAIO, Francisco Xavier de - *As Viagens do Ouvidor Sampaio (1774-1775): Diário da Viagem que em visita e Correição da capitania de São José do Rio Negro; Apêndice ao Diário de Viagem; Relação Geográfica e Histórica do Rio Branco da America Portuguesa*, Manaus : ACA Fundo Editorial, 1985.

SCHAUMBURG-LIPPE-BUCKBURG, Wilhem, Conde de Lippe - *Direcções que ham de servir para os senhores coroneis, tenentes coroneis e majores dos Regimentos de Infantaria dos Exércitos de Sua Magestade Fidelissima executarem com precisão os grandes movimentos das tropas (...)*. Lisboa : Imprensa da Secretaria do Estado, 1767.

- *Regulamento para o exercício e disciplina dos Regimentos de Infantaria dos Exércitos de Sua Magestade Fidelíssima (....)* Lisboa : Impresso na Secretaria do Estado, 1763.

-*Memória sobre os exercícios de Meditação Militar para se remeter aos Generaes* . Lisboa, 1782.

SEQUEIRA, Joaquim da Costa - *Compendio Histórico Chronologico das Noticias de Cuyabá, Repartição da Capitania de Mato Grosso, desde o principio do anno de 1778 até ao fim do anno de 1817*, in "R.T.I.H.G.E.B.", vol. 13, Rio de Janeiro, 1850.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida - *Memória ou Informação dada ao governo sobre a capitania de Mato Grosso,* in "R.I.H.G.B.", tomo II, Rio de Janeiro, 1840.

- *Parecer sobre o aldeamento dos índios uaicurús e guanás com a descrição de seus usos , religião e estabilidade de custumes.* in "R.I.H.G.B.", tomo VII, Rio de Janeiro, 1845.

- *Discurso sobre a urgente necessidade de uma povoação na cachoeira do salto do rio Madeira para facilitar o util e indispensável commercio que pela carreira do Pará se deve fomentar para o Mato Grosso.*

- *Diário do rio Madeira. Viagem que e expedição destinada a demarcação de limites fez do Rio Nego até Villa Bela, 1790,* in "R.I.H.G.B.", Tomo XX, Rio de Janeiro, 1857.

- *Diário da Diligencia do Reconhecimento do Rio Paraguai desde o lugar do Marco da Boca do Jauru, até abaixo do presidio de Nova Coimbra, anno de 1786*, in "R.I.H.G.B.", Tomo XX, Rio de Janeiro, 1857.

- *Descripção Geographica da Capitania de Mato Grosso, anno de 1797,* in "R.I.H.G.B.", Tomo XX, Rio de Janeiro, 1857.

SILVA, Caetano Paes da - *Relação e Notícia da Gente que nesta Segunda Monção chegou ao sítio do Grão Pará e as terras do Mato Grosso, caminhos que fizeram por aquelas terras com outras muito curiosas e agradáveis de Rios, Fontes, Fructos, que naqueles pais acharam, cópia tudo de uma carta que a esta cidade mandou Isidoro do Couto, escripta por Caetano Paes da Silva.* Lisboa : na Offic. de Bernardo Autor de Oliveira, anno de MDCCLIX (1759)

Tratado de Limites das Conquistas (...) D. João V Rey de Portugal e D. Fernando VI Rey de Espanha... Lisboa : na Officina de José da Costa Coimbra, 1750.

VANDELLI, Domingos António - *Memória sobre algumas produções naturais das conquistas, as quais ou são pouco conhecidas, ou se não aproveitam.* in "Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa", (1), Lisboa, 1789, pp. 187-206.

B. OBRAS DE REFERÊNCIA

ADONIAS, Isa - *A Cartografia da Região Amazônica,* 2 vol. Rio de Janeiro, 1963.

- *Mapas e Planos manuscritos relativos ao Brasil colonial conservados no Ministério das Relações Exteriores e descritos por Isa Adonias para as Comemorações do Quinto Centenário da morte do Infante D. Henrique.* Brasília : Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, 1960.

ALMEIDA, Eduardo Castro e - *Inventário de Documentos Relativos ao Brasil existentes no Arquivo da Marinha e Ultramar de Lisboa.* Rio de Janeiro, 1914.

BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti - *História da Expansão Portuguesa*, 5 Vol., Lisboa : Círculo de Leitores, 1998.

Catálogo dos manuscritos ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Porto, 1988.

CHEVALIER, Jean, GHEERBRANT, Alain – *Dicionário dos Símbolos, mitos, sonhos costumes, gestos, formas, figuras cores, números*. Lisboa : Círculo de Leitores, 1997.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) - *História dos Índios no Brasil*, São Paulo : FAPESP; Companhia das Letras; SMC, 1992.

Dicionário Histórico, geográfico e Etnográfico do Brasil. Rio de Janeiro : Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1922.

Catálogo dos capitães mores, Governadores, Capitães Generais e Vice Reis. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, t. 2 3º ed. 1916, p. 92

Colecção das Leys, Decretos e Alvarás que compreende o feliz reinado d'El Rey D. José.... Lisboa : Off. de António Rodrigues Galharda, 1797.

FERREIRA, Jurandir (dir.) - *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros XXXV Volume : Mato Grosso*. Rio de Janeiro : IBGE, 1958.

HESPANHA, António Manuel (coord.) - *O Antigo Regime (1620-1807)*, in "História de Portugal" (dir. José Mattoso), IV Vol.. Lisboa : Círculo de Leitores, 1993.

MENDONÇA, Rubens de - *Dicionário Biográfico Mato-grossense.* São Paulo, 1953.

SALGADO, Graça - *Fiscais e Meirinhos. A Administração no Brasil Colonial.* Rio de Janeiro : Nova Fronteira/INL, 1985.

SAINT-ADOLPHE, Miliet - *Dicionário Geográfico Histórico e Descritivo do Império do Brasil.* Paris : Aillaud Iguilard & Cia, 1863, 2. vols.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coor.) - *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa : Verbo, 1994.

- Guia de História do Brasil Colonial. Porto : Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1992.

SOUSA, Maria Cecíla Guerreiro de - *Inventário de Documentos históricos sobre o Centro Oeste.* Colecção Documentos Ibéricos, Série Inventários. São Paulo : NDIHR, UFMT, 4 vols., s.d.

SOUSA VITERBO - *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. (fac-símile Ed. 1899-1922) 3 Vols. Lisboa : Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988.

- Expedições Científico-Militares Enviadas ao Brasil. coordenação, aditamentos e introdução de Jorge Faro. Lisboa : Edições Panorama, 1962.

VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa – *Elucidario das palavras, termos e frases que em Portugal antigamentre se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. (1798-99) 2 vols. Porto : Livraia Civilização, 1993

C. HISTÓRIA GERAL E REGIONAL

C1. HISTÓRIA GERAL

AAVV - *Brasil Brasis cousas notáveis e espantosas: A Construção do Brasil 1500-1825*. Catálogo da exposição. Lisboa : Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

AAVV - *O Marquês de Pombal e o seu tempo,* in "Revista de História das Ideias", nº IV, 2 tomos. Coimbra : Instituto de História das Ideias, Faculdade de Letras, 1982-3.

AAVV - *Pombal Revisitado,* Comunicações ao Colóquio Internacional organizado pela Comissão das Comemorações do 2º Centenário da morte do Marquês de Pombal em 1982, 2 volumes. Lisboa : Ed. Estampa, 1984.

ALEXANDRE, Valentim - *Os Sentidos do Império: Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português.* Lisboa : Ed. Afrontamento, 1993.

- O Processo de Independência do Brasil, in "História da Expansão Portuguesa", vol. 4. Lisboa : Círculo de Leitores, 1998.

ANDRADE, Amélia Aguiar – *Vilas, poder régio e fronteira: o exemplo do Entre Lima e Minho Medieval.* Dissertação de Doutoramento apresentada a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1994 (policopiado).

-Um empreendimento régio: a formação e desenvolvimento de uma rede urbana na fronteira noroeste de Portugal durante a Idade Média in "Penálope", 12, Lisboa : Cosmos, 1993.

ANDRADE, António Alberto Banha de - *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários no Brasil.* São Paulo : Saraiva/Edusp, 1978.

ABREU, J. Capistrano de - *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil.* Belo Horizonte : Ed. Itatiaia; São Paulo : Ed. da Universidade de São Paulo, 1988.

- *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*, Rio de Janeiro : Sociedade Capistrano de Abreu, 1928.

AVELLAR, Hélio de Alcântara - *História Administrativa do Brasil; Administração Pombalina.* Brasília : Ed. Universidade de Brasília, 1983.

AZEVEDO, J. Lúcio de Azevedo - *O Marquês de Pombal e a sua época.* Lisboa : Clássica Editora, 1990.

BELLOTO, Heloísa Liberalli - *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo : 1765-1775.* São Paulo : Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

BETTENCOURT, Francisco - *A América Portuguesa*, in "História da Expansão Portuguesa", vol. 3. Lisboa : Círculo de Leitores, 1998.

BICALHO, Maria Fernanda - *A Cidade e o Império: O Rio de Janeiro na dinâmica Colonial Portuguesa. Séculos XVII e XVIII*, Tese de Doutorado apresentada a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997. (policopiada)

BOXER, Charles R. - *The Golden Age of Brazil: Growing Pains of a Colonial Society 1695-1750*. Manchester : Carcanet, 1995..

- *O Império Marítimo Português 1415-1825*, Lisboa : Edições 70, 1992.

BRAZÃO, Eduardo - *História Diplomática de Portugal,* vol. I 1640-1815. Lisboa : Rodrigues, 1932.

CAEIRO, Francisco da Gama - *Para uma História do Iluminismo no Brasil. Notas acerca da presença de Verney na Cultura Brasileira.* in "Revista da Faculdade de Educação", São Paulo, 5 (1 e 2), 1979, pp. 109-118.

CARNAXIDE, Visconde de - *O Brasil na Administração Pombalina (Economia e Política Externa)*. São Paulo : Ed. Nacional; Brasília : INL, 1979.

CARVALHO, Rómulo - *A História Natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa : ICALP, 1987.

CARDOSO, *O Pensamento Económico em Portugal nos finais do século XVIII 1780-1808*. Lisboa : Editorial Estampa, 1989.

CHAUNU, Pierre - *A Civilização da Europa das Luzes*. Lisboa : Editorial Estampa, 1995.

CORTESÃO, Jaime - *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid* . Lisboa : Livros Horizonte, 1984. 3 vol.

História da Expansão Portuguesa. Lisboa : Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

Raposo Tavares e a formação Territorial do Brasil. Rio de Janeiro, 1958.

Introdução à História das Bandeiras. Lisboa : Livros Horizonte, 2 vol.

A Colonização do Brasil. Lisboa : Livros Horizonte.

Ocupação da Costa Leste-Oeste e Reivindicação da Amazónia, In "História da Expansão Portuguesa no Mundo", vol. III, 1° Parte, Lisboa, 1940.

CURTO, Diogo Ramada - *As Práticas de Escrita*, in "História da Expansão Portuguesa", vol. 3. Lisboa : Círculo de Leitores, 1998.

DIAS, José Sebastião da Silva - *Pombalismo e Projecto Político,* separata de "Cultura, História e Filosofia". Lisboa : Centro de História da Cultura da UNL, 1984.

- *Os descobrimentos e a problemática Cultural do século XVI.* Lisboa : Ed. Presença, 1988.

DIAS, Manuel Nunes - *Natureza e Estatuto da Capitania no Brasil.* Lisboa : Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1979.

FAORO, Raimundo - *Os Donos do Poder Formação do Patronato Político Brasileiro,* 2 vol. Porto Alegre : Ed. Globo, 5ª edição, 1984.

FERRÃO, António - *A Academia de Sciencias de Lisboa e o movimento filosofico, cientifico e económico da segunda metade do século XVIII: a fundação deste Instituto e a primeira fase da sua existência*. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1923.

FREYRE, Gilberto - *Aventura e Rotina.* Lisboa : Livros do Brasil, s.d.

FLEUISS, Max - *História Administrativa do Brasil.* Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1923.

GOUVEIA, António Camões - *Estratégias de Interiorização da Disciplina*, in "História de Portugal", IV Vol., Lisboa : Círculo de Leitores, 1993.

GUERREIRO, Inácio - *As Demarcações segundo o Tratado de Santo Ildefonso*, in "Cartografia e Diplomacia no Brasil do Século XVIII". Lisboa : Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

GUEDES, Max Justo - *A cartografia da Delimitação das Fronteiras do Brasil no século XVIII*, in "Cartografia e Diplomacia no Brasil do Século XVIII". Lisboa : Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

- *Os Limites Territoriais do Brasil a Noroeste e a Norte*, in "Portugal no Mundo", vol. 5. Lisboa : Publicações Alfa, 1989.

GOMES, Rita Costa - *A Construção das Fronteiras*, in "A Memória da Nação", Lisboa : Livraria Sá da Costa Editora, 1991.

HAZARD, Paul - *O pensamento Europeu no século XVIII*. Lisboa : Editorial Presença, 1983.

HESPANHA, António Manuel - *Centro e Periferia nas Estruturas Administrativas do Antigo Regime*, in "Ler História", (8), Lisboa, Ed. Salamandra, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de - *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo : Companhia das Letras, 1994.

(dir.) - *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo I A Época Colonial*. São Paulo : Difel, 1982 . 2 vol.

- *Monções*. São Paulo : Editora Alfa Omega, 1976 (2ª edição).

- *Raízes do Brasil* (1936). Lisboa : Gradiva, 2000.

MAGALHÃES, Joaquim Romero - *O Reconhecimento do Brasil*, in "História da Expansão Portuguesa", vol. 1. Lisboa : Círculo de Leitores, 1998.

- *Reflexões sobre a Estrutura municipal portuguesa e a sociedade colonial brasileira*, in "Revista de História Económica e Social", Lisboa : Livraria Sá da Costa Editora, nº 16, Jul.-Dez., 1985.

- *A Construção do Espaço Brasileiro*, in "História da Expansão Portuguesa", vol. 2. Lisboa : Círculo de Leitores, 1998.

- *As Novas Fronteiras do Brasil,* in "História da Expansão Portuguesa", vol. 3. Lisboa : Círculo de Leitores, 1998.

MARTINS, Wilson - *História da Inteligência Brasileira, Vol. I (1550-1794)*. São Paulo : Ed. Cultrix, 1977.

MAURO, Frédéric - *Do Brasil à América.* Lisboa : Editora Perspectiva, 1975.

- *Portugal, O Brasil e o Atlântico 1570-1670*, 2 vols., Lisboa : Editorial Estampa, 1989.

(coord.) - *O Império Luso-Brasileiro 1620-1750,* in "Nova História da Expansão Portuguesa", dir. Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques. Lisboa : Editorial Estampa, 1991.

MAXWELL, Kenneth - *Conflicts and Conspiracies: Brasil and Portugal: 1750-1808.* Cambridge : At the University Press, 1973.

- *Marquês de Pombal paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1996.

- *Ideias Imperiais*, in "História da Expansão Portuguesa", vol. 3. Lisboa : Círculo de Leitores, 1998.

- *The Generation of the 1790's and the Idea of Luso-Brazilian Empire*, in Alden, Dauril (coord.), "Colonial Roots of Modern Brazil", Berkley, Los Angeles, London : University of California Press, 1973.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de - *O Ano de 1755 na Era Pombalina,* separata da "Revista do IHGB", vol. 228. Rio de Janeiro, 1955.

- *O Marquês de Pombal e o Brasil.* São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1960.

- *Raízes da Formação Administrativa do Brasil.* Rio de Janeiro : IHG/Conselho Federal de Cultura, 1972.

NOVAIS, Fernando - *Estrutura e Dinâmica do Sistema Colonial*, Lisboa : Livros Horizonte, 1975.

- *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, São Paulo,1981.

PALACIN, Luís - *Subversão e Corrupção. Um estudo da Administração Pombalina em Goiás.* Goiânia : Editora da Universidade Federal de Goiás, 1983.

PINTO, Orlando da Rocha - *Cronologia da Construção do Brasil.* Lisboa : Livros Horizonte, 1987.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. - *Frontiers in Colonial Brazil: Reality, Myth and Metaphor,* in "Papers of the Third on the Acquisition o Latin American Library Materials", Albuquerque, Novo México, 1990, pp. 26-61.

- *Fronteiras de Integração*, in "História da Expansão Portuguesa", vol. I. Lisboa : Círculo de Leitores, 1998.
- *Governantes e Agentes*, in "História da Expansão Portuguesa", vol. 3. Lisboa : Círculo de Leitores, 1998.
- *Fronteiras no Brasil Colonial*, in "Oceanos", nº 40, Out.-Dez., 1999.

SCHWARTZ, Stuart - *O Brasil no Sistema Colonial*, in "História da Expansão Portuguesa", vol. 3. Lisboa : Círculo de Leitores, 1998.

SILVA, Maria Beatriz Niza da (coord.) - *O Império Luso-Brasileiro 1750-1822, In* "Nova História da Expansão Portuguesa", dir. Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques. Lisboa : Editorial Estampa, 1986.
- *História Natural no Brasil antes das viagens do Príncipe Maximiliano*, in "Oceanos", nº 24, Out./ Dez., 1995.

SILVA, Maria Beatriz Niza da; JOHNSON, Harold (coord.) - *O Império Luso-Brasileiro 1500-1620, In* "Nova História da Expansão Portuguesa", dir. Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques. Lisboa : Editorial Estampa, 1992.

SIMON, William J. - *Scientific Expeditions in the Portuguese overseas territories (1783-1808) and the role of Lisbon in the intelectual-scientific community of the late eighteenth century*. Lisboa : Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1983.

SOLANO, Francisco de - *Expedições Científicas à América durante o século XVIII*, in "A Abertura do Mundo. Estudos de História dos Descobrimentos Europeus", org. de Francisco Contente Domingues e Luís Filipe Barreto, 2º vol. Lisboa : Ed. Presença, 1987.

SOUTHEY, Robert - *História do Brasil* . Belo Horizonte : Ed. Itatiaia; São Paulo : Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. 3 vol.

SOUZA, Laura de Melo e - *Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações*, in "História da Vida Privada no Brazil : Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa". São Paulo : Companhia das Letras, 1997.

TENGWALL, David - *A Study in Military Leadership. The Sargento-mor in the Portuguese South Atlantic Empire,* in "The Americas", 40 (1), 1983, pp. 3-94.

TÉRCIO, Daniel –*Dança e Azulejaria no Teatro do Mundo*. Lisboa : Inapa, 1999.

TÉRCIO, Daniel; ARAUJO, Renata – *Relação de vários prodígios, monstros, feras e outras bizarrias do século XVIII* in Encontro sobre a "Metamorfose", Lisboa : Fundação Casa da Fronteira e Alorna, 1995 (policopiado).

VENTURA, Maria da Graça M. (coord.) - *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*. Lisboa : Edições Colibri, 1997.

VIANA, Hélio - *História do Brasil*. São Paulo : Melhoramentos, 1994.

WHELING, Arno; Maria José - *Formação do Brasil Colonial*, Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1994.

C 2. HISTÓRIA REGIONAL

ALMEIDA, Rita Heloísa de - *O Diretório dos Índios: Um projeto de "civilização" no Brasil do século XVIII*, Brasília : Editora UNB, 1997.

BARROS, J.C. de Freitas - *Um Português no Brasil, Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres; Governador e Capitão General de Mato Grosso*, Lisboa : Papelaria Fernandes, 1948.

BASTO, A. de Magalhães - *D. António Rolim de Moura Governador da Capitania de Mato Grosso (Três documentos)*, separata de "Brasília", vol. IX, Coimbra : Coimbra Editora, 1954.

CAPESTRINI, Hildebrando e GUIMARÃES, Acir Vaz - *História de Mato Grosso do Sul*, Campo Grande : Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991.

CARVALHO, Silvia M. Schmuziger - *Chaco: Encruzilhada de Povos e "Melting pot" cultural Suas relações com a bacia do Paraná e o Sul mato-grossense*, in "História dos Índios no Brasil", São Paulo : Fapesp; Companhia das Letras, SMC, 1992.

COELHO, Felipe José Nogueira - *Memórias Cronológicas da Capitania do Mato Grosso,* in "R.I.H.G.B.", tomo 13, Rio de Janeiro, 1850.

CORREIA FILHO, Virgílio - *Correspondência do Governador de Mato Grosso,* in "R.I.H.G.B"., vol. 263.
- *História de Mato Grosso.* Rio de Janeiro : INL, 1969.
-*Luiz de Albuquerque, fronteiro insigne.* in "Congresso do Mundo Português", Vol. X, Lisboa, 1940.
- *As Raias de Mato Grosso,* 4 vol., 1924-6.

DAVIDSON, David A. - *How the Brasilian west was won: freelance estate on the Mato Grosso frontier,* in Daril Auden (coord..) "Colonial Roots of Modern Brasil", Berkeley, University of California Press, 1973.

DOMINGUES, Ângela - *Viagens Científicas de exploração à Amazónia de finais do século XVIII,* in "Ler História", 19, Lisboa, 1990, pp. 105-125.

- *Formas de Intervenção no espaço amazónico em finais do século XVIII; política, ciência e aventura.* Dissertação de Mestrado em História da Expansão, Universidade Nova de Lisboa, 1988.

- *Viagens de Exploração Geográfica na Amazónia em finais do século XVIII: Política, Ciência e Aventura.* Lisboa : Secretaria Regional de Turismo, Cultura e Emigração / Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991.

FARIA, Miguel – *Mato Grosso: Estado Fronteira*, in "Oceanos", nº 40, Out.-Dez., 1999.

FONSECA, João Severino da - *Auto de Fundação de Vila Bela da SS. Trindade do Mato Grosso em 19 de março de 1752.* in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, T.LI, Suplemento, 1888.

- *Viagem ao redor do Brasil 1875-1878,* 2 vol. Rio de Janeiro, 1880-1881.

FREYRE, Gilberto - *Contribuição para uma Sociologia da Biografia: O exemplo de Luiz de Albuquerque Governador e Mato Grosso no fim do século XVIII.* 2 Vols. Lisboa : Academia Internacional de Cultura Portuguesa, 1968.

- *Dom Luís de Albuquerque e Cáceres como Governador Português no Brasil do Fim do século XVIII*, in "Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa", nº 2, Lisboa, 1966.

LEITE, Luís Philippe Pereira - *Capitães Generais do Mato Grosso.* Rio de Janeiro, 1973.

- *Vilas e Fronteiras coloniais.* São Paulo, s.d.

LIMA, Henrique de Campos Ferreira - *Vila Bela da Santíssima Trindade de Mato Grosso, o seu fundador e sua fundação.* in "Congresso do Mundo Português", Vol. X, pp. 291-301.

MADAHIL, A.G. da Rocha - *Terras do Brasil na Literatura Popular Portuguesa do século XVIII Grão Pará e Mato Grosso*, separata de "Brasília" vol. VI, Coimbra, 1951.

MAGALHÃES, Basílio - *Mato Grosso de Pascoal Moreira Cabral a Cândido Rondon.* In "R.I.H.G.B.", 206, Jan-Mar, 1950.

MELGAÇO, Barão de - *Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso.* in "R.I.H.G.B.", Vol. 205, 1949.

MENDONÇA, Estevão de - *Datas Matogrosenses,* 2 vol,2ª edição actualizada por Rubens de Mendonça. Cuiabá, 1973.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de - *O Caminho de Mato Grosso e as fortificações pombalinas da Amazónia*, in "Revista do IHGB", vol. 25, Rio de Janeiro, 1961.

MENDONÇA, Rubens de - *História do Mato Grosso.* s.l., 1970.

Memória da Amazónia. Alexandre Rodrigues Ferreira e a Viagem Philosófica pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá, 1783-1792. Coimbra : Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra, 1991.

MOURA, Américo Brasiliense de - *Governo do Morgado de Mateus no Vice-reinado do Conde da Cunha (1765-1767) São Paulo Restaurado*. in "Revista do Arquivo Municipal de São Paulo". São Paulo, 1938, 52:9-155.

MOURA, Carlos Francisco - *D. António Rolim de Moura, Primeiro Conde de Azambuja Biografia.* Cuiabá : UFMT Imprensa Universitária, 1982.

- *Arraial do Cuiabá - Vila Real do Senhor Bom Jesus.* Rio de Janeiro, 1979.

- *As Artes Plásticas em Mato Grosso nos séculos XVIII e XIX.* Museu de Arte e de Cultura Popular, UFMT, 1976.

- *Comédia Nova o Saloio Cidadão.* Colecção Memória Social da Cuiabana, Série Teatro do século XVIII, vol. I, NDIHR, 1979.

- *Curiosidades sobre o léxico da região de Vila Bela.* in "Revista da Universidade", Ano I, n1, Cuiabá, 1981.

- *Dois desenhistas e um escultor em Mato Grosso no século XVIII,* in "Revista da Universidade Federal de Mato Grosso", Ano II, n1, Cuiabá, 1982.

- *O Ensino em Mato Grosso no século XVIII e início do XIX.* Rio de Janeiro, 1977.

- *Forte de Coimbra.* Cuiabá . UFMT, 1975.

- *A Igreja de Santa Ana do Sacramento da Chapada dos Guimarães 1779-1979.* Cuiabá : UFMT, 1978.

- *Médicos e Cirurgiões em Mato Grosso no século XVIII e início do XIX.* Cuiabá : UFMT, NDIHR, 1978.
- *Notas sobre a História da Arquitectura em Mato Grosso.* Belém : UFMT; SUDAM, 1976.
- *O Teatro em Mato Grosso no século XVIII.* Belém : UFMT , SUDAM, 1976.
- *Termos da mineração usados em Mato Grosso no século XVIII e início do XIX.* Rio de Janeiro, 1977.
- *O Tutor Namorado ,* Colecção Memória Social da Cuiabania, Série Teatro do Século XVIII, vol. 2. Cuiabá : UFMT, NDIHR, 1982.
- *O Urbanismo Mato-Grossense, precursor do urbanismo pombalino.* in "Scinetia Iuridica", Braga, 1978.

NUNES, José Maria de Souza; ADONIAS, Isa - *Real Forte Príncipe da Beira.* Rio de Janeiro : Fundação Emílio Odebrecht, 1985.

OSÓRIO, Helen - *Apropriação da Terra no Rio Grande de São Pedro e a Formação do Espaço Platino*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1990.

PINILLA, Manuel Diáz-Marta - *La Navegacion Fluvial en el Rio de La Plata*, in "Puertos y Fortificaciones en America y Filipinas Actas del Seminario 1984". Madrid : CEDEX / CEHOPU, 1985.

PÓVOAS, Lenini C. - *Síntese de História de Mato Grosso.* Cuiabá : s.e., 1992.

REGO, Francisco Rafael de Melo - *O Forte de Coimbra, sua fundação e os acontecimentos que com ella se relacionam.* in "R.I.H.G.B.", t LXVII, Parte II, Rio de Janeiro, 1906.

REIS, Artur César Ferreira - *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira*, 2 vols., Belém : SECULT, 1993.

ROSA, Carlos - *Evolução Urbana de Cuiabá*, in "Cadernos de Documentos: Estudos de Tombamento", nº 2, Rio de Janeiro, 1995.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e; FERREIRA, João Carlos Vicente - *Breve História de Mato Grosso e de seus municípios.* Cuiabá : s.e., 1994.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; COSTA, Lourença Alves; CARVALHO, Cathia Maria Coelho - *O Processo Histórico de Mato Grosso.* Cuiabá : Editora Guaicurus, s.d.

SIQUEIRA, Joaquim da Costa - *Crónicas do Cuiabá,* in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo", vol. Iv, 1889.

TAUNAY, Afonso - *A Cidade do Mato Grosso (Antiga Vila Bela); O Rio Guaporé e a sua mais ilustre vítcima*. Rio de Janeiro, 1891.

VEIGA, Afonso Costa Santos - *Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres Governador e Capitão General de Cuiabá e Mato Grosso*. Arouca : Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1997.

D. URBANISMO E ENGENHARIA MILITAR

D1. HISTÓRIA DO URBANISMO E DA URBANÍSTICA

AAVV - *Le Città di Fondazione. Ati del 2º Convegno Internazionale di Storia Urbanistica*. Venezia : Marsillo Editore, 1978.

AAVV - *l'Évolution de l'Urbanisme au XVIIIe Siècle*, Colóquio Artes, Lisboa, Jul. 14 (8), 1972.

AAVV - *L'Idée de la Ville: Actes du Colloque International de Lyon*. Seyseel : Editions du Champ Vallon, 1984.

AAVV - *Villes & Civilization Urbaine XVIII-XX Siècle*. Paris : Larousse, 1992.

AAVV - *Urbanesimo: Antologia critica di scritti sulla città*. Napoli : Liguori Editore, 1993.

ANSAY, Pierre; SCHOONBRODT, René - *Penser la Ville: Choix de Textes Philosophiques*. Bruxellles : Archives d'Architecture Moderne, 1989.

ARGAN, Giulio Carlo - *Historia del Arte como Historia de la ciudad*. Barcelona : Editorial laia, 1984.

BENEVOLO, Leonardo - *A Cidade na História da Europa*. Lisboa : Editorial Presença, 1995
- *Historia da Cidade*. São Paulo : Editora Perspectiva, s.d.

BONET CORREA, Antonio - *Morfologia y Ciudad*. Barcelona, 1978.

CHOAY, Francoise - *A Regra e o Modelo - Sobre a Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*. São Paulo : Editora Perspectiva, 1985.
- *O Urbanismo - Utopias e Realidades - Uma Antologia*. São Paulo : Editora Perspectiva, 1979.

CHUECA GOITIA, Fernando - *Breve Historia del Urbanismo*. Madrid, 1979.

CHUMILLAS, Evelio Moreno - *Las Ciudades Ideales del Siglo XVI*. Barcelona : Sendai Ediciones, 1991.

FARA, Amelio - *Il Sistema e la Città: Architettura fortificata dellÉuropa moderna dai trattati alle realizzazioni 1464-1794*. Genova : Sagep Editrice, 1989.

GALANTAY, E.Y. - *Nuevas Ciudades de la Antiguidade a nuestros dias.* Barcelona : Gustavo Gili, 1977.

KOSTOF, Spiro - *The City Shaped: Urban Patterns and Meanings Through History*. London : Thames and Hudson, 1991.
- *The city assembled: The elements of urban form through history*. London : Thames & Hudson, 1992.

KRUFT, Hanno-Walter - *Le Città utopiche: la città ideale dal XV al XVIII secolo fra utopia e realtà.* Roma : Editori Laterza, 1990.

LAVEDAN, Perre - *Histoire de l'Urbanisme, Renaissance et Temps Modernes*, Vol. II, Paris, 1941.
- *L'Urbanisme à Époque Moderne XVI - XVIII siècles*. Paris : Arts et Metiers Graphiques, 1982.

MAZZOLENI, Donatelle (org.) - *La Cittá e L'immaginario*. Roma : Officina Edizioni, 1985.

MORRIS, A.E.J. - *Historory of Urban Form Before the Industrial Revolutions*. Eseex : Longman Scientific & Technical, 1994. 3ª ed.

MUNFORD, Lewis - *A Cidade na História; suas origens transformações e perspectivas*. São Paulo/Brasília : Livraria Martins Fontes, 1982.

PICON, Antoine - *Architectes et Ingénieurs au siècle des Lumières,* Marseille : Ed. Parenthèses, 1988.

SERLIO, Sebastiano - *The Five Books of Architecture*. (Ed. fac-símile 1611).New York : Dover Publications, 1982.

SICA, Paolo - *Storia dell'Urbanistica: Il Setecento*. Roma : Ed. Laterza, 1976.

TAFURI, Manfredo - *Projecto e Utopia*. Lisboa : Editorial Presença, 1985
- *Teorias e História da Arquitectura*. Lisboa : Editorial Presença, 1979.

TZONIS, Alexander; LEFAIVRE, Liane - *El Bastión como mentalidad*, in "La Ciudad y las Murallas". Madrid : Ediciones Cátedra, 1989.

VITRUVIO, Marco - *Los Diez Libros de Arquitectura.* (fac-símile Madrid : Imprensa Real, 1787). Barcelona : Editorial Alta Fula, 1987.

D2. URBANISMO COLONIAL E ENGENHARIA MILITAR

AAVV - *La Ciudad Iberoamericana: Actas del Seminario Buenos Aires 1985*. Madrid : MOPU, 1987.

AAVV - *Estudios sobre Urbanismo Iberoamericano Siglos XVI al XVIII*. Sevilha : Junta de Andalucia, Consejeria de Cultura, Asessoria Quinto Centenário, 1988.

AAVV - *El Sueño de un Orden - La Ciudad hispanoamerica*. Madrid : Centro de Estudios Historicos de Obras Publicas y Urbanismo (CEHOPU), Ministério de Obras Públicas e Urbanismo (MOPU), 1989.

AAVV - *Historia Urbana de Iberoamerica*: *La Ciudad Barroca (2 vol.)*. Madrid : Consejo Superior de los Colegios de Arquitectos de España, Assessoria Quinto Centenario, Junta de Andalucia, Consejeria de Obras Publicas y Transportes, 1991.

AAVV - *De la Ciência Ilustrada a la Ciencia Romántica: Actas dela II Jornadas sobre "España y las expediciones científicas en America y Filipinas*. Madrid : Ediciones Doce Calles, 1995.

AAVV – *Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa : Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (no prelo).

A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa. Catálogo da Exposição. Lisboa : Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994.

A Engenharia Militar no Brasil e Ultramar Português Antigo e Moderno . Catálogo da Exposição. Lisboa, 1960.

AIRES, Cristóvão - *Engenheiros Estrangeiros ao Serviço de Portugal*, in "História Orgânica e Política do Exército Português", Provas, Vol., IX, Lisboa, 1923.

- *História da Engenharia Militar Portuguesa*, in "História Orgânica e Política do Exército Português", Provas, Vol. V, VI, VII, VIII, Lisboa, 1923.

ALPOIM, José Fernandes Pinto - *Exame de Artilheiros, 1744*, rep. Fac-símile. Rio de Janeiro : Xerox, 1987.

AMARAL, Ilídio do - *Cidades Coloniais Portuguesas - notas preliminares para uma geografia histórica*, in "Povos e Culturas", nº 2, Lisboa : Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica de Lisboa, 1987.

ANDRADE, Amélia Aguiar; ROSSA, Walter – *La plaza portuguesa. Acerca de una continuidad de estruturas y funciones* in "La plaza en España y Iberoamérica – El escenario de la ciudad", catálogo da exposição, Madrid : Museu Municipal de Madrid, 1998.

ARAUJO, Renata Malcher de - *A Engenharia Militar e o Urbanismo*, in "História das Fortificações Portuguesas no Mundo", Lisboa : Publicações Alfa, 1989.

- *As Cidades da Amazónia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão,* Porto : FAUP, 1998.

AZAMBUJA, Deocleciano, et al - *Evolução das Fortificações Brasileiras do Século XVI ao início do XX*, in "Puertos y Fortificaciones en America y Filipinas Actas del Seminario 1984". Madrid : CEDEX / CEHOPU, 1985.

AZEVEDO, Aroldo de - *Vilas e Cidades do Brasil Colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva*, in "Boletim" nº 208, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - USP, 1956.

- *Embriões de Cidades Brasileiras*, sep. do Boletim da Associação Paulista de Geografia, nº 25, Março, São Paulo, 1957.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de - *Urbanismo de Trazado Regular en los dos Primeiros Siglos de la Colonización Brasileña*, in "Estudios sobre Urbanismo IberoAmericano: Siglos XVI al XVIII". Sevilha : Junta de Andalucia Consejeria de Cultura Assessoria Quinto Centenario, 1990.

- *Urbanismo de Traçado Regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira - origens*, in "Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português 1415-1822", Lisboa : CNCDP, 1998.

BONET CORREA, António - *El Urbanismo en España e Hispanoamerica*. Madrid : Ediciones Cátedra, 1991.

- *Utopia e realidade: as novas povoações em Espanha entre os séculos XVI e XVIII*, in "Lisboa Iluminista e o seu Tempo", Lisboa : UAL, 1997.

BRENNA, Giovanna Rosso del - *Medieval ou barroco? Proposta de leitura do espaço urbano colonial.* in "Barroco", nº 2 , 1983.

- *Storia della città come storia della utopie. Da San Leucio all'Amazzonia Pombalina*, in "Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português 1415-1822", Lisboa : CNCDP, 1998.

- (coord.) *La Construzione de un nuovo mundo*, Atti del Convegno Internazionale di Genova 1993. Genova : SAGEP, 1994.

- *Modeli urbani europei nell'America latina coloniale,* in "Cidade, História, Cultura e Arte. Atas do V Congresso Brasileiro de História da Arte". São Paulo : Comité Brasileiro de História da Arte / FAPESP /ECA-USP, 1995.

- *Projectos urbanos do Rio de Janeiro em meados do século XVIII*, in "Lisboa Iluminista e o seu Tempo", Lisboa : UAL, 1997.

BUENO, Beatriz P. Siqueira - *A Iconografia dos Engenheiros Militares no séc. XVIII: instrumento de conhecimento e controle do território.*, in "Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português 1415-1822", Lisboa : CNCDP, 1998.

- *Os Tratados de Arquitectura Militar Fontes Essenciais para o Estudo do Urbanismo e da Iconografia dos Engenheiros Militares do século XVIII.* Comunicação apresentada no "III Seminário de História da Cidade e do Urbanismo", São Carlos, set., 1994.

- *Os Engenheiros Militares e a Construção de Cidades*, in "V Congresso Brasileiro de História da Arte", São Paulo, 1995.

- *Particularidades do processo de colonização da América espanhola e portuguesa*, in "IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo". Rio de Janeiro : FAU-UFRJ, 1996.

- *Desenho e Desígnio : O Brasil dos engenheiros militares,* in "Oceanos", nº 41, Jan.-Mar., 2000.

CAPEL, Horacio; MONCADA, Omar; SÁNCHEZ, Joan Eugeni - *De Palas a Minerva: La Formación Científica y la Estrutura Institucional de los Ingenieros Militares en el Siglo XVIII*. Madrid : Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, 1988.

CALADO, Margarida - *Urbanismo e poder no Portugal do século XVIII*, in

"Lisboa Iluminista e o seu Tempo", Lisboa : UAL, 1997.

CARITA, Helder - *Bairro Alto Tipologias e Modos Arquitectónicos*. Lisboa : Câmara Municipal de Lisboa, 1994.

- *O Bairro Alto e a legislação urbana para Lisboa nos séculos XVI e XVII* , in "Lisboa Iluminista e o seu tempo", Lisboa : UAL, 1997.

- *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*. Lisboa : Livros Horizonte, 1999.

CARITA, Hélder; CARITA, Rui – *Modelos, instituições e personagens na urbanização do espaço atlântico nos séculos XV e XVI,* in "Oceanos", nº 41, Jan.-Mar., 2000.

CONCEIÇÃO, Maria Margarida Tavares da – *Formação do espaço urbano em Almeida (séculos XVI-XVIII) Da Vila Cercada à Praça de Guerra*. Dissertação de mestrado apresentada a FCSH-UNL, 1992.

- *A Praça de Guerra: aprendizagens entre a Aula do Paço e a Aula de Fortificação,* in "Oceanos", nº 41, Jan.-Mar., 2000.

CHUECA GOITIA, Fernando; TORRES-BALBAS- *Planos de ciudades ibero-americanas y Filipinas existentes en el Archivo de la Indias,* 2 volumes, Madrid, 1951.

CONDURU, Roberto - *A Pólvora e o Nanquim*, in "Gávea", nº 7,Rio de Janeiro, 1989.

-*Geometria Bélica Cartografia e Fortificação no Rio de Janeiro Setecentista*, in "Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português 1415-1822", Lisboa : CNCDP, 1998.

CORREIA, José Eduardo Horta - *Vila Real de Santo António. Urbanismo e Poder na Política Pombalina.* Porto : Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1997.

- *Vila Real de Santo António levantada em cinco meses pelo Marquês de Pombal*, in "Pombal Revisitado", Lisboa, 1984.

- *Urbanismo em Portugal,* in "Dicionário Ilustrado da História de Portugal", 2º Vol.. Lisboa : Publicações Alfa, 1986.

- *Urbanismo*, in "Dicionário da Arte Barroca em Portugal". Lisboa : Ed. Presença, 1989.

- *Pragmatismo e Utopismo na criação urbanística de raiz portuguesa no século XVIII*, in "Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas", Lisboa, 1995.

- *Urbanismo da Época Barroca em Portugal,* in "Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português 1415-1822", Lisboa : CNCDP, 1998.

CRUZ, Glenda Pereira da - *Rural & Urbano: Espaços da Expansão Medieval: Origem da organização espacial Ibero-americana?*, in "Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português 1415-1822", Lisboa : CNCDP, 1998.

DELSON, Roberta Marx - *New Towns for Colonial Brazil Espacial and Social Planning of the Eigteenth Century.* Ann Arbor : University Microfilms International, 1979.

- *Novas Vilas para o Brasil-Colônia: Planejamento Espacial e Social no Século XVIII,* Brasília : Edições Alva; CIORD, 1997.

- *Planners and Reforms Urban Architects of Late Eighteenth Century Brazil*, in " Eighteenth-Century Studies", vol. 10, nº 1, 1976.

- *Colonization and Modernization in Eighteenth-Century Brazil*, in "Social Fabric and Spacial Structure in Colonial Latin America". Ann Arbor : University Microfilms International, 1979.

- *The Beginnings of Professionalization in the Brazilian Military: The Eighteenth Century Corps of Engineers*, in "The Americas", Vol. 51, nº 4, April, 1995.

- *O Início da profissionalização no exército brasileiro: os corpos de engenheiros do século XVIII*, in "Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português 1415-1822", Lisboa : CNCDP, 1998.

- *Para o Entendimento da Educação Colonial: O Papel das Academias Militares no Brasil Colónia*, in "Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português 1415-1822", Lisboa : CNCDP, 1998.

- *Povoamento, Povoações Pombalinas, Urbanização,* in "Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil". Lisboa : Verbo, 1994.

DUARTE, Cristóvão – *São Luís e Belém: marcos inaugurais da conquista da Amazónia no período filipino,* in "Oceanos", nº 41, Jan.-Mar., 2000.

FARIA, Miguel - *Príncipe da Beira: a fortaleza para além dos limites*. in "Oceanos", nº 28, Out.-Dez., 1996.

- *A Engenharia Militar no Brasil Setecentista: cartografia, Urbanismo e Fortificação*. Lisboa : Universidade Autónoma de Lisboa, 1994.

- *O modelo praça / monumento central na evolução*

urbanística da cidade de Lisboa in "Lisboa Iluminista e o seu tempo", Lisboa : UAL, 1997.

- *Brasil: visões europeias da América Lusitana* in "Oceanos", nº 24, Out./Dez., 1995.

- *O desenho em viagem* , in "Oceanos" nº 9, Jan.-Fev., 1992.

FILHO, Nestor Goulart Reis - *Catálogo de Iconografia da Vilas e Cidades do Brasil Colonial: 1500/1720*. São Paulo : FAU-USP, 1964

- *Evolução Urbana no Brasil (1500-1720)*. São Paulo : Pioneira, 1968.

- *Brasil*, in "História Urbana de Iberoamerica - tomo II-2 La Ciudad Barroca Analisis Regionales 1573/1750". Madrid : Consejo Superior de los Colegios de Arquitectos de España / Comission Nacional Quinto Centenario / Junta de Andalucia, 1990.

- *Notas sobre o Urbanismo barroco no Brasil*, in "Cadernos de Pesquisa do LAP", nº 3, Nov-Dez. São Paulo : FAU-USP, 1994. idem in "Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português 1415-1822", Lisboa : CNCDP, 1998.

- *Notas sobre o Urbanismo no Brasil. Primeira Parte: período colonial*, in "Cadernos de Pesquisa do LAP", nº 8, Jul-Ago. São Paulo : FAU-USP, 1995. Idem in "Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português 1415-1822", Lisboa : CNCDP, 1998.

- *As principais cidades e vilas do Brasil – importância da vida urbana colonial*, in "Oceanos", nº 41, Jan.-Mar., 2000.

FLEXOR, Maria Helena Ochi - *Os Núcleos Urbanos Planeados do século XVIII: Porto Seguro e São Paulo*. Salvador : Universidade Federal da Bahia, 1989.

- *Núcleos Urbanos planeados do século XVIII e a estratégia de civilização de índios do Brasil*, in "Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz". Lisboa : Editorial Estampa, 1995.

- *Cidades e Vilas Pombalinas no Brasil do século XVIII*, in "Anais da XV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica". Rio de Janeiro : Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 1995. Idem in "Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português 1415-1822", Lisboa : CNCDP, 1998.

- *Núcleos Urbanos criados por Pombal no século XVIII - Cidades de colonização espanhola e portuguesa: particularidades, semelhanças e diferenças*, in "IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo", Salvador, 1996.

FONSECA, Cláudia Damasceno - *Povoir et Espace Urbain Le Minas Gerais du "cycle de l'or"*, in "Cahier du Centre de Recherches Historiques École des Hautes Études en Sciences Sociales", nº 17, Paris, 1996.

- *Do Arraial à Cidade: A Trajectória de Mariana no contexto do Urbanismo Colonial Português*, in "Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português 1415-1822", Lisboa : CNCDP, 1998.

- *Agentes e contextos das intervenções urbanísticas nas Minas Gerais do século XVIII,* in "Oceanos", nº 41, Jan.-Mar., 2000.

FORTES, Manuel de Azevedo - *O Engenheiro Português dividido em dous tratados....* Lisboa, 1728-29. Ed. fac-símile. Lisboa : Direcção da Arma de Engenharia, 1993.

- *Tratado do modo mais facil e exacto de fazer as cartas geograficas..*, Lisboa, 1722.

FRANÇA, José-Augusto - *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa : Bertrand Editora, 1987, 3ª edição.

- *Lisboa Pombalina e a estética do Iluminismo*, in "Lisboa Iluminista e o seu Tempo", Lisboa : UAL, 1997.

GUTIERREZ, Ramon - *Arquitectura y Urbanismo en Iberoamerica*. Madrid : Ediciones Catedra, 1983.

- *La Organizacion de los cuerpos de Ingenieros de la corona y su accion en las obras publicas americanas*, in "Puertos y Fortificaciones en America y Filipinas Actas del Seminario 1984". Madrid : CEDEX / CEHOPU, 1985.

-*Tipologias urbanisticas en el Paraguay durante la domination hispanica*, in "Ixth International Congress of Anthropological and Ethnological Sciences". Chicago, 1973.

-*Planification Alternativa en la Colonia. Tipologias Urbanas de las missiones jesuíticas*, in "Urbanismo e História Urbana en le Mundo Hispanico". Madrid : Universidade Complutense, 1985.

- *A cidade hispano-americana na época das Luzes,* in "Lisboa Iluminista e o seu Tempo", Lisboa : UAL, 1997.

GUTIERREZ, Ramon; ESTERAS, Cristina . *Los Pueblos de Indios. Una Realidad Singular en el Urbanismo Americano*, in "Estudios sobre Urbanismo IberoAmericano: Siglos XVI al XVIII". Sevilha : Junta de Andalucia Consejeria de Cultura Assessoria Quinto Centenario, 1990.

- *Territorio y Fortificacion: Vauban, Férnandez de Medrano, Ignacio Sala y Félix Prósperi influencia en España y America*. Madrid : Ediciones Tuero, 1991.

- *Arquitectura y Fortificación, de la Ilustración a la Independencia*

Americana. Madrid : Ediciones Tuero, 1993.

GUTIERREZ, Ramon; MAEDER, Ernesto J.A. - *Atlas Histórico y Urbano del Nordeste Argentino (2 Vols.)*. Resistencia : Instituto de Investigaciones GeoHistoricas / Conicet - Fundador, 1994.

HARDOY- Jorge E. - *La Cartografia Urbana en America latina durante el periodo colonial. Un análisis de fuentes*, in "Ensayos historico-sociales sobre la urbanización en America Latina". Buenos Aires : Ediciones Siap, 1978.

- *European Urban Forms in the Fifteenth to Seventeenth centuries and their utilization in Latin America*, in "Urbanization in the Americas from its begginnings to the present", Chicago, 1978.

LEMOS, Carlos - *O Brasil*, in "História das Fortificações Portuguesas no Mundo". Lisboa : Publicações Alfa, 1989.

LOBO, Eulalia M. Lahmeyer - *El papel comercial y financeiro e las ciudades en la America Latina de los siglos XVIII y XIX*, in "Ensayos historico-sociales sobre la urbanización en America Latina". Buenos Aires : Ediciones Siap, 1978.

MAGGIOROTTI, Leone Andrea - *Gli Architetti Militari Italiani nella Spangna , nel Portogallo e nelle loro colonie*, in "L'Opera del genio Italiano all'estero III". Roma, 1939.

MARQUES, Alfredo Pinheiro - *O Papel dos Cartógrafos e dos Engenheiros militares na fixação dos limites do Brasil*, in "Portugal no Mundo", vol. 5, Lisboa : Publicações Alfa, 1989.

MARX, Murillo - *Cidade Brasileira*. São Paulo : Melhoramentos / Edusp, 1980.

- *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo : Edusp, 1989.

- *Cidade no Brasil. Terra de quem?* São Paulo : Nobel / Edusp, 1991.

MONTOYA, Joaquin Ibáñez - *La Fortificacion como soporte urbano*, in "Puertos y Fortificaciones en America y Filipinas Actas del Seminario 1984". Madrid : CEDEX / CEHOPU, 1985.

MOREIRA, Rafael - *Um Tratado Português de Arquitectura no século XVI (1576-1579)*, in "Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português 1415-1822", Lisboa : CNCDP, 1998.

- *A Arquitectura Militar,* in "História da Arte em Portugal", vol.7. Lisboa : Publicações Alfa, 1986.

- *Do Rigor Técnico à Urgência Prática: A Arquitectura Militar*, in "História da Arte em Portugal", vol. 8. Lisboa : Publicações Alfa, 1986.

- *A Arte Luso-Brasileira: Modelos, Síntese, Autonomia*, in "História da Expansão Portuguesa", vol. 3. Lisboa : Círculo de Leitores, 1998.

MOREIRA, Rafel; ARAUJO, Renata – *A Engenharia Militar do século XVIII e a ocupação da Amazónia,* in "Amazónia Felsínea", catálogo da exposição. Lisboa : Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

NICOLINI, Alberto - *El Urbanismo em el Virreinato del Rio de la Plata,* in "Estudios sobre Urbanismo IberoAmericano: Siglos XVI al XVIII". Sevilha : Junta de Andalucia Consejeria de Cultura Assessoria Quinto Centenario, 1990.

- *Urbanismo en el Reino de las Dos Sicilias en Andalucia y en America, Séculos XVI, XVII, XVIII*, in "Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português 1415-1822", Lisboa : CNCDP, 1998.

OLIVEIRA, Lisete Asssen de - *O espaço da colonização açoriana na Ilha de Santa Catarina: suas particularidades e suas marcas no presente*, in "Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português 1415-1822", Lisboa : CNCDP, 1998.

PAULA, Alberto de - *Las Ciudades Fortificadas y el Territorio en el Cono Sur Americano (1527 a 1810)*, in "Estudios sobre Urbanismo IberoAmericano: Siglos XVI al XVIII". Sevilha : Junta de Andalucia Consejeria de Cultura Assessoria Quinto Centenario, 1990.

PIMENTEL, Luiz Serrão - *Methodo Lusitanico de desenhar as fortificações das Praças, regulares & irregulares..*, Lisboa, 1680.

PESSOA, José Simões Belmont – *Em tudo semelhante, am nada parecido: modelos e modos de urbanização na América Portuguesa,* in "Oceanos", nº 41, Jan.-Mar., 2000.

PORTAS, Nuno - *Interrogações sobre as especificidades das fundações urbanas portuguesas*, in "Os Portugueses e o Mundo Conferencia Internacional" (Porto, Julho, 1985). VI Vol., Porto : Fundação Eng. António de Almeida, 1989.

- *Os tempos das formas nas cidades lusas do Brasil*, in "Oceanos", nº 41, Jan.-Mar., 2000.

RHODEN, Luís Fernando – *A formação da rede urbana do sul do Brasil nos*

séculos XVII e XVIII, in "Oceanos", nº 41, Jan.-Mar., 2000.

ROSSA, Walter - *O Or(de)namento do Território*, in "Encotro sobre ornamento no Barroco e no Rococó", Lisboa : Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 1994 (policopiado).

- *A Cidade Portuguesa*, in "História da Arte Portuguesa" (dir. Paulo Pereira), vol. III. Lisboa : Círculo de Leitores, 1995.

- *Cidades Indo-Portuguesas-contribuição para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental*, Lisboa : CNCDP, 1997.

- *Urbanismo Regulado e as primeiras cidades coloniais portuguesas*, in "Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português 1415-1822", Lisboa : CNCDP, 1998.

- *Além da Baixa: Indícios de Planeamento Urbano na Lisboa Setecentista,* Lisboa : IPAR, 1998.

- *Bacaim – 7 aegações para uma aproximaçõa ao espaço físico* in "Espaços de um Império", Catálogo da Esposição, vol. "estudos". Lisboa : CNCDP, 1999.

- *No primeiro dos elementos: dados para uma leitura sintética do urbanismo e da urbanística portugueses da Idade Moderna,* in "Oceanos", nº 41, Jan.-Mar., 2000.

ROSSA, Walter; GOMES, Paulo Varela – *O primeiro território: Bombaim e os portugueses,* in "Oceanos", nº 41, Jan.-Mar., 2000.

ROUANET, Sérgio Paulo - *A Cidade iluminista*, in "Memória, Cidade e Cultura", Rio de Janeiro : Ed. Uerj; IPHAN, 1997.

SAMBRICIO, Carlos - *A Ideia de Território na Espanha da Razão*, in "Lisboa Iluminista e o seu Tempo", Lisboa : UAL, 1997.

SANTOS, Paulo F. - *Formação de Cidades no Brasil Colonial*, in "V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros". Coimbra, 1968.

SILVEIRA, Luís - *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*. Lisboa, 1960.

SINGER, Paul - *Campo y Ciudad en el contexto histórico iberoamericano*, in "Las Ciudades de America Latina y sus areas de influencia a través de la História". Buenos Aires : Ediciones Siap, 1976.

TAVARES, Aurélio de Lyra - *A Engenharia Portuguesa na Construção do Brasil*. Rio de Janeiro, 1965.

VIÑUALES, Graziela María - *Las Missiones Jesuíticas del Área Guaraní: Un Urbanismo Alternativo*, in "Estudios sobre Urbanismo IberoAmericano: Siglos XVI al XVIII". Sevilha : Junta de Andalucia Consejeria de Cultura Assessoria Quinto Centenario, 1990.

Índice das Imagens

Cap	Fig.	Descrição	Pag.
1	1	Área da antiga capitania do Mato Grosso	63
2	2	Percurso das Monções	91
	3	Fundações e Missões da Coroa de Espanha Séc. XVI-XVII	93
	4	Novas Minas do Mato Grosso	95
	5	Aldeias Missionárias Espanholas	97
3	6	Caminho do Pará	137
	7	Quadro Urbano da Capitania Período Rolim de Moura 1751-1764	139
	8	Quadro Urbano da Capitania Período João Pedro da Câmara / Luís Pinto de Souza Coutinho 1765-1772	141
4	9	Viagem de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres	191
	10	Percursos Interiores	193
	11	Quadro Urbano da Capitania Período Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres 1772-1789	195
	12	Fronteira	197
5	13	Viagens de Alexandre Rodrigues Ferreira	227
	14	Quadro Urbano da Capitania Período João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres / Caetano Pinto de Miranda Montenegro 1790-1803	229
6	15	Joaquim José Ferreira -*Arraial de Sta. Anna; Arraial do Pilar, Arraial de S. Francisco Xavier da Chapada, Arraial de S. Vicente* Casa da Insua 21 / BPMP Pasta 24 (22)	273
	16	*Planta e Frontespício da Igreja Matrix de Villa Bella feita no anno de 1769. Não leva explicação dos apontamentos de tinta carmim por serem todos de cousas triviais que parece que ninguém ignora* AHU Cartografia Manuscrita Mato Grosso 853 (445)	275
	17	Vila Bela – Ruas e edifícios principais Planta baseda no levantamento de 1789 (fig. 24)	277
	18	*Novo Projecto para a continuação do Plano primitivo desta vila que o Illmo e Exmo Sr Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres (…) mandou delinear e ordena que se observe exactamente. 25 de 9bro de 1775* Casa da Insua 14	279

19 *Plano da Capital de Villa Bella do Mato Grosso situada em 14°35' de latitude meridional e em 318°35' de longitude contados da Ilha do Ferro, cujo plano se levantou no anno de 1777 por direcção do Gov. e Cap. General daquela Capitania a mais ocidental do Brazil Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres.* 281
Casa da Insua 5 / BPMP pasta 24 (26)

20 *Plano de Vila Bela (…) situada em 14°55' de Latitude Austral, e 318°35' de Longitude da Ilha do Ferro. Levantado no ano de 1780.* 283
Casa da Insua 10 / BPMP pasta 19 (9)

21 Vila Bela - Assentamento Inicial (período Rolim de Moura) 285

Vila Bela - Evolução Urbana até 1775

22 Vila Bela - Projecto de 1775 287

Vila Bela - Intervenção de 1777

23 Vila Bela - Modulação Inicial da Malha 289

Vila Bela - Regulação de Luís de Albuquerque

24 *Plano de Villa Bella da Santíssima Trindade Capital da Capitania do Mato Grosso Levantodo em 1789 anno XXXII (sic) da sua fundação. Por ordem do Illmo e Exmo Senhor Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres Governador e capitão General da mesma capitania No anno XVII do seu felis governo.* 291
Casa da Insua 1

25 Vila Bela – projecção da evolução da malha urbana 293
Detalhe da *Planta de Vila Bela da Santíssima Trindade Capital do Mato Grosso. Fundada em 1752 por D. António Rolim de Moura (…)*
AHE 008-B3

26 Vila Bela – Estrutura do loteamento. 295
Planta baseda no levantamento de 1789 (fig. 24)

27 Vila Bela – palácio do governador 297

Vila Bela – ruínas da igreja

7 28 Modelo dos aldeamentos jesuítas 331
(apud. Ramon Gutierrez; Ernesto j.A. Maeder – Atlas Historico y Urbano del Nordeste Argentino: Pueblos de Indios e Misiones Jesuíticas. Resistencia : Conicet/Fundanor, 1994)

29 José Mathias de Oliveira Rego – *Projecto do Novo Apuzento para os indios da Aldeia de São Miguel na margem do rio Guapore asima do Destacamento de N. Sra da Conceição quatro leguas mandado fazer pelo Illmo e Exmo Snr João Pedro da Câmara (…) feita no mes de Dezembro de 1765 (…)* 333
AHU Cartografia Manuscrita Mato Grosso 851 (443)

José Mathias de Oliveira Rego – *Planta da Povoação dos Indios do Lugar de Lamego, cita na vezinhança do Forte de Bragança da capitania do Matto Grosso. Tirada no terreno e desenhada em 20 de junho de 1769 (…)*
Casa da Insua 19

30 José Mathias de Oliveira Rego - *Planta da nova povoação de Balsemão que se fundou por ordem de S. Mag. Na cachoeira do Girao no rio Madeira pello Illmo e Exmo Snr Luis Pinto de Souza Coutinho (…) em 30 de Setembro de 1768.* 335
Mapoteca do Itamaraty

31 São Miguel, Lamego e Balsemão – forma e dimensões 337

32 Filipe Sturm 339
Fortaleza de S. José das Marabitenas e Povoação (…).
AHU Cartografia Manuscrita Rio Negro 774 (c. 1767)
Planta da Vila de Serpa erigida pelo Illmo Sr Joaquim de Melo e Póvoas (…). BNL Iconografia D201A
Planta da Vila de Silvez erigida pelo Sr Joaquim de Melo e Povoas (…).
BNL Iconografia D199A

33 *Plano projectivo de um novo estabelecimento de indios da nação Cayapó situado na margem do rio Fartura e denominado Aldeia Maria a Primeira* (c. 1782) 341
AHU Cartografia Manuscrita Goiás 875

34 *Projecto da fortaleza que se quer fazer no Presídio denominado de N. Sra da Conceição na margem do rio Guaporé que extrema com as terras das missões de Espanha no reino do Peru delineada pelo Ilmo e Exmo Snr João Pedro da Câmara (…) a cuja obra se deu principio a sua execução no terreno em 26 de Setembro de 1767. Desenhado pelo Sargento mor de Infantaria com exercicio de engenheiro José Mathias de Oliveira Rego.* 343
AHU Cartografia Manuscrita Mato Grosso 852 (444)

35 Domingos Sambucetti 345
Projecto do quadrado regular em que ha de consistir a nova fortaleza que S. Magestade tem mandado levantar sobre a margem direita do rio Guaporé, pelo Gov. e Cap.am Gal Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres a que o mesmo dara a denominação augusta do Principe da Beira
Arquivo Militar do Rio de Janeiro

36 José Pinheiro de Lacerda 347
No mês de Novembro e Dezembro de MDCCLXXV se alimpou w dispos do terreno do presente poligono. Em Janeiro e Fevereiro de 1776 se fizerão os alinhamentos e levantaram balizas e ao mesmo tempo teve principio a abertura do fosso e se continuou até 20 de Junho, dia em que o Ilmoe Exmo Sr Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres lançou a primeira pedra e intitulou Forte do Sereníssímo Senhor Príncipe da Beira (…) Desenho no último de Dezembro de 1778
Casa da Insua A27

37 José Pinheiro de Lacerda 349
Plano do Forte do Príncipe da Beira em que se representão as suas obras ate o último de Outubro de 1798, e as que se achão por fazer segundo o seu projecto e fundação em 20 de Juno de 1776.
AHE / Mapoteca do Itamaraty

38 Fortalezas de defesa externa da Amazónia / Mato Grosso 351
São José de Macapá, S. Joaquim do Rio Branco, São José das Marabitenas, Príncipe da Beira, Coimbra, Iguatemi

	39	Príncipe da Beira – vista do baluarte	353
		Príncipe da Beira – muralha norte e entrada	
	40	Príncipe da Beira – entrada	355
		Príncipe da Beira – edifício do interior	
8	41	*Plano y perspectiva del presidio portugues de la nueva Coimbra situado en la margen occidental del Rio Paraguay en los 19º53' de Latitud Austral* Arquivo Historico Nacional, Madrid	387
	42	Sem Título. Apresenta um esboço da região de Albuquerque feito pelo capitão das conquistas João Leme do Prado em 9 de Novembro de 1778. Casa da Insua CG 65	389
	43	*Carta tipografica em que se demonstra a actual posição do Arraial de Arraias ou de Amaro Leite (…) a qual se reduziu conforme as noticias e notas oculares do Sargento-mor de Auxiliares Marcelino Roiz despachado pelo Gov. e Cap. General Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres em 15 de Maio de 1774 a fim de regular o referido estabelecimento em conformidade com as ordens e instruções que recebeo. Vila Bela 20 de Janeiro de 1775.* AHU Cartografia Manuscrita Mato Grosso 855 / Casa da Insua CG 75	391
	44	*Plano da direcção e forma com que se acha estabelecida a povoação de Albuquerque situada nas margens do rio Paraguay (1784)* Casa da Insua 16	393
	45	*Planta da Aldeia de S. Joze de Mossamedes (…) dos Indios Acrûas, que (…)Reduzio a sevilização o Illmo e Exmo Snr. General Joze de Almeida e Vasconcellos de Soveral e Carvalho (…) Anno de 1774. Aumentadoce esta povoação no dia 15 de Novembro do dito anno de 1774 em que se marcou o seu terreno, the 28 de Abril de 1778 quando o dito Snr mandou tirar esta planta (…)* Biblioteca Nacional de Lisboa Iconografia D. 117R	395
		Planta da Aldeia de Santana na Capitania de Goiás (ca. 1775) AHU Cartografia Manuscrita Goiás 874	
	46	*Planta da Aldeia de S. José de Mossamedes pertencente a Villa Boa de Goyaz, mandada tirar pelo Ilmo e Exmo Sr D. João Manuel de Menezes, Governador e Cap. General desta capitania (…)* (1801) Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo	397
		Perspectiva da igreja e quarteis da Aldeia de São José de Mossamedes (….) (1801) Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo	
	47	Albuquerque, Vila Maria e S. José de Mossâmedes – forma e dimensões	399
	48	*Vila de Santarem da Comarca de Ilheos* AHU Cartografia Manuscrita Bahia 1039	401
		Villa de Abrantes da Comarca do Norte AHU Cartografia Manuscrita Bahia 1043	
		Aldeia de São Fidelis da Comarca de Ilheos AHU Cartografia Manuscrita Bahia 1040	

49 *Perfil da povoação de Albuquerque feito em 1 de Abril de 1798* 403
Casa da Insua 15

50 *Prospecto da povoação de Albuquerque (...)* 405
Álbum da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1791)
Museu Bocage, Lisboa

Prospecto da Vila Maria de São Luis do Paraguai situada em uma barreira de perto que 40 palmos de alto em um excelente taboleiro de terra
Álbum da viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (nº56) (1791)
Museu Bocage, Lisboa

Prospecto da povoação de Casalvasco situado no rio dos Barbados oito legoas ao sul de Vila Bela
Álbum da Vigem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (nº50) (1791)
Museu Bocage, Lisboa

51 Ricardo Franco de Almeida Serra - *Planta do novo forte de Coimbra situado na margem ocidental do Paraguai (...) . Do qual se lançou a primeira pedra no dia 3 de Novembro de 1797, para substituir a fraquissima, arruinada e indefensavel antiga estacada (...) por ordem do Illmo e Exmo Senhor Caetano Pinto de Miranda Montenegro (...)* 407
Mapoteca do Itamaraty / BNRJ Arc 8-9-11 / AHE nº 121 F.6.5

52 Vista do forte de Coimbra 409

Forte Coimbra – interior

53 Planta de de Corumbá, 1914 411
Álbum Gráfico do Mato Grosso

Corumbá – vista da cidade

54 Corumbá – praça 413

Corumbá – rua do porto

55 *Planta de Vila Maria do Paraguai / Rio Jauru (...) / Mapa do rio Paraguai (...) / Marco do Jauru que se colocou em 14 de Janeiro de 1754* (1784) 415
Casa da Insua 68 A

56 *Prospecto da Vila Maria de São Luis do Paraguai situada em uma barreira de perto que 40 palmos de alto em um excelente taboleiro de terra* (detalhe) Álbum da viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira 417
Museu Bocage, Lisboa

Villa Maria do Paraguai
Casa da Insua 45

57 *Prospecto da igreja matriz da missão de Santana do Sacramento sita no continente da Vila do Cuiabá erecta e novamente acrescentada pelo Bel José Carlos Pereira, Juiz de For a da dita Vila o exercicio de Ouvidor Geral desta Capitania de Mato Grosso, governando a mesma sabia e felismente o Illmo e Exmo Sr Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres . Ano de 1780* 419
Casa da Insua 48

Chapada dos Guimarães – vista da igreja

58 Cáceres - Vista da praça, 1914 421
Álbum Gráfico do Mato Grosso

59 Cáceres – vista de uma rua 423

Cáceres – vista do rio Paraguai

9 60 *Plano do Novo Arrayal de Cazal Vasco (Nº 1) que sobre a margem direita do rio dos Barbados a oito legoas de distancia da capital de Villa Bella para rumo de Sul fes levantar no anno de 1783 o G.or e Cap.am General (…) Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Cujo Arraial se acha em 317° 40' de longitude e em 15°19'46'' de latitude Austral* 453
Mapoteca do Itamaraty

Plano do Novo Arrayal de Cazal Vasco que sobre a margem direita do rio dos Barbados a oito legoas de distancia da capital de Villa Bella para rumo de Sul fes levantar no anno de 1783 o G.or e Cap.am General (…) Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Cujo Arraial se acha em 317° 40' de longitude e em 15°19'46'' de latitude Austral
Casa da Insua 17

61 *Elevação da principal frente que ofrece o novo Arrayal de Cazal vasco (Nº2), cujo palno se mostra na folha Nº1 para a banda do rio Bardados* (detalhe) 455
Mapoteca do Itamaraty

Prospecto da povoação de Casalvasco situado no rio dos Barbados oito legoas ao sul de Vila Bela – (detalhe)
Álbum da Vigem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (nº50) (1791)
Museu Bocage, Lisboa

62 *Planta da nova povoação de Cazal Vasco, situada na margem oriental ou direita do Rio Barbados. Na longitude de 317°44' contados do meridiano da Ilha do Ferro e latitude Austral de 15°19'46''. Erigida noa ano de 1782 pelo Ilmo e Exmo Sr Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres Gov. General das capitanias de Mato Grosso e Cuiaba e nos limites dellas encarregado das reais demarcações* 457
Casa da Insua A1 / BNRJ Arc 12-6-9

63 Casal Vasco – principais edifícios 459

64 Casal Vasco - estrutura da malha – ampliação 461

65 Tomas Rodrigues da Costa – *Planta Ichonografica das casas novas erigidas e ajuntadas a Villa de S. José de Macapa para os novos povoadores e soldados que derão baixa em o anno de 1759* 463
AHE M13 Pa. 106

Domingos Sambucetti -*Planta e Elevação das casa que actualmente se edificão na Vª nova de Mazagão*
AHU Cartografia Manuscrita Pará 807

Filipe Sturm - *Elevação das casas que se estão fazendo em um dos lados da nova praça para os moradores soldados casados nesta Villa de Barcelos*
Biblioteca Nacional deLisboa Iconogrfia D 200 A

Prospecto para a divisão que corresponde na planta ao nº 5 na Villa de Santo Antonio de Arenilha (alçado para quarteirão de habitação de casas térreas de 240 palmos enviado para Algarve em junho de 1777)
Arquivo Ministério das Obras Públicas D486A

66 Casal Vasco – ruínas da igreja 465

Casal Vasco – ruínas da antiga vila

10 67 *Configuração da Chapada da Minas do Mato Grosso* 505
AHU Cartografia Manuscrita Mato Grosso 858(450) / Casa da Insua CG79 / BNRJ / Academia das Ciências de Lisboa

João Gonçalves Pereira
Mapa dos rios Guaporé e Mamoré com alocalização das Missões Jesuítas espanholas
AHU Cartografia Manuscrita 850

68 *Exemplo Geografico e descrição demonstrativa das terras e rios mais principais que se tem descuberto e navegado desde o limite setentrional da Capitania de São Paulo até a divisão da America no distrito de Villa Bella, Capitania do Mato Grosso (…) cuja observação se deve ao Illmo e Exmo Snr D. Antonio Rolim de Moura que a fez de passagem indo governar a dita capitania e se demonstra a sua viagem com 114 pousos (…)* 507
Casa da Insua CI 18 A

69 *Mappa das Terras, Rios e Ribeirões principaes que se contem no Sertão que medea entre a Villa do Cuiaba e Villa Bella (…) com os dois caminhos velho e novo de huma para outra vila, o primeiro calculado e descrito por observações ajustadas de quem fez a viagem que vai denotada por numeros em vinte e cinco jornadas por terra e quatro pelo rio Guapore, e o segundo, e tudo o mais deste mapa descrito por informações solicita e miudamente tomadas de muitas pessoas praticas do mesmo continente (…)* 509
Mapoteca do Itamaraty / AHE 006-B4

70 *Mappa Geografico da Terceira partida de divisões, que comprehende do Salto Grande do Rio Parana ate a boca do rio Jauru aonde se colocou hum dos marcos de marmore em o dia 14 de Janeiro de 1754* 511
GEAEM 4607/1A-10-53 / AHE 047 M-I-G-2 / BNRJ / Mapoteca do Itamaraty

71 *Carta geografica que mostra aviagem do Rio de Janeiro ate Villa Bella da Santissima Trindade (…) executada no ano de 1772 pelo governador Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres (…) o que tudo se regiu com bastantes aumento e correcções fundadas nas próprias noticias e exames oculares, e nos mapas mais modernos e verdadeiros que poderam adquirirse na mesma viagem pelo sobredito Governador* 513
AHE 027-B3 / Casa da Insua

Carta de toda a porção da América Meridional que pareceu necessaria a manifestar a viagem de 569 leguas que da escala e cidade do Rio de Janeiro executou por terra em 17 do mes de mayo de 1772 para Villa Bella da Santissima Trindade o governador e Capitam General Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres (…)
Mapoteca do Itamaraty / Ministério do Exército

72 Tomas de Sousa 515
Carta ou Plano geografico da Capt° de Goyas, huma das do centro da America Meridional pertencente ao Reino de Portugal
GEAEM 4638/3-38-52

Plano Geografico que mostra a Capitania de Goyas huma das do centro da America Meridional e Dominio Portuguez
Casa da Insua CG 4

73 Salvador Franco da Mata (atrib) 517
Pequena ideia geografica do caminho que fez o G.or e Capp.am General do Matto Grosso Luis de Albuquerque de Mello Prº e Cáceres partindo da Vªa do Cuyaba a 12 de Outubro de 1772 a examinar as campanhas que produzem algua pequena quantidade de sal e salitre.
Mapoteca do Itamaraty

74 *Configuração do Isthmo que formão os rios Alegre e Aguapei, talvez o mais memoravel no seu genero de todo o universo, vito q' os dous maiores que nele se conhecem, quaes são o das Amazonas, e Paraguai, ou da Prata que se abraçam e quase tocam neste lugar famozo (...)* 519
Casa da Insua CI 23 A / Mapoteca do Itamaraty / Ministério do Exército / BPMP

75 *Mapa de todo o vasto continente do Brasil ou America Portugueza com as fronteiras respectivamente constituidos pelos Dominios Espanhois Adjacentes. Oferecido junto do Soberano Trono da muito alta e poderoza Rainha Nossa Senhora D. Maria 1ª por Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres (...) debaixo de cujos exames e direcções se reduziu e configurou o mesmo mapa* 521
Casa da Insua A 24

76 *Carta geografica do Governo e Capitania General do Matto Grosso e Cuiaba comparte de outros governos adjacentes* 523
Casa da Insua A 17

77 *Carta Geografica dos Extenços (sic) Territorios e principaes Rios do Governo e Capitania General do Mato Grosso (....) Vila Bela 20 de Outubro de 1781* 525
Casa da Insua CG 13 / AHE 003

78 *Carta Topografiaca de huma parte da vasta capitania do Matto Grosso na qual se mostram as diferentes Picadas e Examen antecipados que o governador (....) Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres mandou fazer em huma parte também a mais principal, das fronteiras que se pretendem sigundo a Ideia Geral de 20 de Agosto de 1780 que formou e poz muito humildemente na presença de Sua Magestade com carta de 25 do referido mez e ano o Illmo e Exmo Sr Martinho de Melo e Castro (...)* 527
Casa da Insua CI CG38 / Serviço de Documentação Geral da Marinha / AHE

79 José Gonçalves da Fonseca 529
Na Provincia das Charcas reino do Peru nasce o rio (...)
Mapa dos rios Madeira, Beni e Mamoré com descrição das nascentes dos rios em territorio espanhol (1747)
Mapoteca do Itamaraty

80 *Carta aonde se faz ver a corrente dos rios Guaporé e Mamoré desde a capital desde a capital de Villa Bela do Mato Grosso (...) A qual carta oferece ao pé do muito Augusto trono del rei D. Pedro III Nosso senhor o Gov. e Cap. General da sobredita capitania Luis de Albuquerque (...) debaixo de cujos olhos e direcção se levantou e configurou com toda a geometrica exactidão que foi possível, nos fins do ano de q774 e principios de 1775.Francisco Xavier de Oliveira sculp.* 531
Casa da Insua 50 C / BNRJ Arc 16-5-5 / AHE

81 *Plano Geografico do Rio Madeira desde a sua fox no Rio das Amazonas athé a confluência do Rio Mamoré (….)* (1781) 533
Casa da Insua 50 B

Francisco José de Lacerda e Almeida / Joaquim José Ferreira
Plano Geografico de huma parte do Rio Negro, da Villa de Barcelos athe a Serra de Cucui (1780)
Casa da Insua CG 53

António Pires da Silva Pontes e outro
Plano Geografico do Rio Branco (…) (1780)
Casa da Insua A 18

82 Ricardo Franco de Almeida Serra e Joaquim José Ferreira 535
Carta geografica do rio Guaporé desde a sua origem principal athe a sua confluencia com o rio Mamore e igualmente dos rios Alegre, Barbados, Capivari, Verde, Paragau, Baures e Itonamas que nele desaguam pela sua margem meridional, assim como dos rios Aguapei e Jauru com parte do Paraguai e Cuiaba com a estrada geral desde esta Villa Bella e a configuração dos terrenos, serras, arraiais e estabelecimentos adjacentes às duas provincias espanholas de Chiquitos e Moxos (1789)
BNRJ Arc 2-4-22 / Arc 14-3-35 (cópia 1868)

Carta geografica do rio Guapore desde a sua origem principal athe a sua confluencia com o rio Mamore (…) em que da mesma forma vai configurado todo o terreno limitrofe entre os estabelecimentos portugueses adjacentes a Villa Bella (…) e o forte do Principe da Beira e as provincias espanholas de Chiquitos e Moxos (…) em consequencia das diligencias que desde o ano de 1781 ate o de 1789 se tem feito nestes confinantes terrenos por ordem de Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (…) (1789)
Casa da Insua A 40

Mappa suplemento ao do Guaporé em que vão configurados as origens dos rios Aguapehy, Alegre e Barbados e mais terrenos limitrofes entre o Paraguai e o Paragau (1789)
Casa da Insua CI A39

83 Ricardo Franco de Almeida Serra 537
Mapa geografico do nascimento e origens principaes dos rios Galera, Sararé, Guaporé e Juruena, principal braço do rio Tapajos e do terreno que medeia entre elles e mais districtos adjacentes a Villa Bella. Levantado no anno de 1794 por ordem de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres pelo tenente coronel engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra.
Casa da Insua CG 44 /mapoteca do Itamaraty / Arquivo Militar do Rio de Janeiro

	84	*Carta Topografica de parte do rio Paraguay que compreende os tres lagos Uberava, Gaiba e Mandiore. Levantada no anno de 1786 por ordem de Luis de Albuquerque (….)* Casa da Insua 63 Francisco José de Lacerda e Almeida *Mapa do leito dos rios Taquari, Cuxim, Camapoam, Varandas de Camapoam, Pardo, Parana, Tiete e caminho de terra desde a freguesia de Nossa senhora da Mãe dos Homens de Araritaguaba athe a cidade de São Paulo, que por ordem de do Illmo e Ex mo Sr. Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, do Conselho de Sua Magestade Fidelissima (….) e plenipotenciario das reaes demarcações de limites nas mesmas capitanias levantou e fes no anno de 1788 e 1789 o Dr. Astronomo Francisco José de Lacerda e Almeida.* Casa da Insua R 91 / BPMP pasta 19(17) / Mapoteca do Itamaraty / AHE	539
11	85	*Planta Topografica da nova descuberta da quina na Villa de Cuyaba pelo Pe. Joze Manoel de Sequeira* (1800) BNRJ Arc. 25-4-12 / Mapoteca do Itamaraty	581
	86	Retrato de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Século XVIII. Óleo s/ tela. 202 x 117 cm. Porto. Colecção José Joaquim Olazabal (Casa da Insua)	601
	87	Retrato de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Século XVIII. Óleo s/ tela. 123 x 100 cm. Porto. Colecção José Joaquim Olazabal (Casa da Insua)	603

Ano	Mato Grosso	Brasil /América	Portugal / Europa
1703			Tratados de aliança defensiva e defensiva com a Inglaterra e tratado de comércio (Methwen) Envolvimento na guerra de sucessão espanhola (1703-1714)
1706		Espanhóis na posse da Colónia do Sacramento	Morte de D. Pedro II e início do reinado de D. João V
1708		Guerra dos Emboabas em Minas Gerais	
1709		Criação da Capitania de São Paulo e das Minas do Ouro	
1710		Recife é elevada a categoria de vila Guerra dos Mascates (1710-1711)	
1711		São Paulo é elevada a categoria de cidade É fundada no Rio de Janeiro a Academia Científica	
1713			Paz de Utreque
1715		Portugal volta a estar na posse da Colónia do Sacramento	Assinatura do armistício com a Espanha
1716	Expedição de António Pires de Campos marca o rumo até Cuiabá	A donataria de Pernambuco passa à capitania do Rei.	Criação do patriarcado de Lisboa a pedido de D. João V
1717			início da construção do convento de Mafra Fundação da Companhia Francesa do Ocidente
1718	Expedição de Pascoal Moreira Cabral Leme Descoberta das lavras de Coxipó	Fundação de Nova Orleans	
1719		Criação da Diocese do Grão-Pará	
1720		Separação de Minas da capitania de São Paulo. Criação da capitania de Minas Gerais. Fundação da colónia inglesa de Honduras Os espanhóis instalam-se no Texas Expedição de F. Charlevoix ao *Far West* americano (1720-22)	Fundação da Academia Real de História Portuguesa
1721		Rodrigo César de Menezes é nomeado Governador de São Paulo e D. Lourenço de Almeida é o governador de Minas	

1722	Descoberta das lavras do Sutil por índios que, em busca de mel, encontraram ouro nas imediações da igreja do Rosário (Cuiabá) Francisco de Melo Palheta explora o rio Madeira	Expedição de Bartolomeu Bueno da Silva (O Anhanguera) que descobriria ouro em Goiás	
1723		Fundação de Montevideo pelos portugueses	
1724	Descoberta das lavras da Conceição (Cuiabá)	É fundada a Academia Brasílica dos Esquecidos	
		Montevideo é tomada pelos espanhóis	
1725		Descoberta do Estreito de Behring	
1726	Viagem do governador RCM ao Mato Grosso (Julho a Novembro		Nova fundição de ferro em Lisboa
1727	Elevação de Cuiabá a vila (1° de Janeiro)		
1729		Descobertas as primeira jazidas de diamantes em Serro Frio	
1730	Ataque dos Paiaguás à monção em que viajava o Dr. António Alves Lanhas Peixoto.	*História da América Portugueza* de Sebastião da Rocha Pitta	
1731		Missão dos Padres Matemáticos	Início da construção do aqueduto das águas livres
1733		Gomes Freire de Andrade Governador e Capitão General do Rio de Janeiro Cristóvão Pereira de Abreu, conduzindo cavalhada do Rio Grande, abre caminho para São Paulo	
1734	Bandeira dos irmãos Paes de Barros descobrem as lavras do Rio Galera no chamado Mato Grosso ou sertões dos Pareci Descoberta e fundação do Arraial de São Francisco Xavier		
1735	Lavras de Santana descobertas pela bandeira de Fernandes de Abreu e dos irmãos Paes de Barros		Conclusão do Convento de Mafra Criação da Fábrica do Rato
1736	Descoberta das Lavras do Brumado Fundação do Arraial do Pilar - igreja de Santana. Abertura de estrada entre Cuiabá e Goiás	Ataque espanhol à Colónia do Sacramento Fundação do Forte de Jesus Maria José no Rio Grande do Sul Academia dos Felizes no Rio de Janeiro	Reorganização das secretarias de Estado
1737			Tratado de Paz entre Portugal e Espanha Perda de Mormugão na Índia
1738		A Ilha de Santa Catarina e o Rio Grande passam do capitania de São Paulo para a capitania do Rio de Janeiro	

		É criada a capitania de São Pedro, subalterna à do Rio de Janeiro	
1739	Bandeira do ouvidor João Gonçalves Pereira às missões espanholas de Chiquitos		Conquista de Baçaim pelos Maratas
1740			Conquista de Chaul pelos Maratas Guerra de Sucessão na Áustria (1740-48) Reinado de Frederico II da Prússia (1740-86)
1742	Viagem de Manuel Félix de Lima pelo Madeira Mamoré até Belém. instalada na margem direita do Guaporé uma missão jesuíta espanhola, aldeia de Sta. Rosa		
1743		Viagem de La Condamine ao longo do Amazonas	
1744	Descoberta das Lavras do Rio Corumbiara Outra missão jesuítica é criada na margem direita do Guaporé, aldeia de São Miguel.		
1745	Uma bula institui a prelazia de Cuiabá, mas o primeiro prelado foi nomeado somente em 1782 e não chegou a assumir.	Criação das dioceses de São Paulo e Mariana	
1746	É fundada nova missão jesuítica espanhola na margem direita do Guaporé, denominada aldeia de São Simão Minas do Rio Arinos		
1747	Descoberta das Minas do Alto Paraguai (Diamantino) pelo Capitão António Pinho de Azevedo.		Início da construção do Palácio de Queluz.
1748		Criação das Capitanias de Mato Grosso e Goiás desmembradas da de São Paulo que deixa de ter governo autónomo, o Governador de Santos passa a estar subordinado ao do Rio de Janeiro.	Concessão do título de fidelíssimo a D. João V.
1749	Viagem de João de Sousa Azevedo de Belém às Minas do Mato Grosso	*Anaes do Maranhão* de António Pereira Berredo	
1750	Novos achados nos ribeirões de Santana e S. Francisco Xavier		Tratado de Madrid. Morte de D. João V. Início do reinado de D. José Sebastião José de Carvalho Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra

			Diogo de Mendonça Corte Real Secretário de Estado da Marinha e Ultramar
1751	Casa dos Quintos de Cuiabá e Vila Boa Início do governo de D. António Rolim de Moura. Criação da primeira aldeia de índios mansos dedicada a Santa Ana, inaugurada pelo jesuíta Estevão de Crasto em Maio de 1751 (Chapada dos Guimarães) Vedadas as minas do Alto Paraguai (suspeita de diamantes)	Criação do Estado do Grão Pará e Maranhão. Francisco Xavier de Mendonça Furtado toma posse do governo do Estado e da Capitania do Grão Pará (até 1759). Transferência da capital do Estado de São Luís para Belém. Criação do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro Fundação de Rio Pardo no Rio Grande do Sul	Publicação da Enciclopédia
1752	Fundação de Vila Bela Minas de Guarajus descobertas pela bandeira de Domingos Alves da Cunha Abertura do caminho do Pará	Francisco Xavier de Mendonça Furtado e Gomes Freire de Andrade são feitos Plenipotenciários das Demarcações no Brasil	Separação de Moçambique do Estado da índia e criação da Capitania geral de Moçambique
1753	Os jesuítas espanhóis abandonam e incendeiam as aldeias de Santa Rosa, São Miguel e São Simão, que tinham no lado oriental do Guaporé. A terceira partida das demarcações trabalha no rio Jauru. José Custódio de Sá e Faria e Miguel António Ciera são os comissários portugueses e D. Manuel António de Flores e Atanásio varanda são os comissários espanhóis	Começam as hostilidades nas missões jesuíticas guaranis no sul do Brasil impedindo a realização das partidas de demarcação previstas Chegada dos técnicos da expedição demarcadora de limites em Belém	Fundação da Companhia da Ásia Portuguesa. Restabelecimento da capitania de Bissau.
1754	Rolim de Moura funda a Aldeia de S. José (primeiro na Casa Redonda, passou em 1756 para o rio dos Mequens e depois em 1760 para o local posteriormente chamado Leomil)	Criada na Bahia a Academia dos Renascidos	
1755		Criação da capitania do Rio Negro. Criação da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão. Decreto de Liberdade dos índios	Terramoto de Lisboa Real Junta do Comércio Manuel da Maia entrega a primeira parte do memorial sobre a reconstrução de Lisboa.
1756		No sul junção dos exércitos de Gomes Freire e Val de Lirios na guerra guaranítica. Gomes Freire recusa-se a tomar posse da região cedida, alegando a falta de paz. Atrasa deste modo a entrega da Colónia do Sacramento e requestiona a possibilidade de execução do tratado de Madrid. Chegada dos primeiros escravos negros trazidos pela Companhia do Grão Pará e Maranhão	Criação da Companhia da Vinhas do Alto Douro e da Companhia de Pesca da Baleia. Sebastião José de Carvalho assume a chefia dos Negócios do Reino Tomás da Corte Real assume a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar Manuel da Maia entrega a segunda parte do memorial sobre a reconstrução de Lisboa. Constituição da Casa do Risco Início da Guerra dos Sete Anos entre a França e a Inglaterra Derrota dos portugueses em Goa pelos Maratas

1757	D. António Rolim de Moura faz instalar em Janeiro uma guarda no Sítio das Pedras, no Guaporé, comandada por Francisco Xavier Dorta Tejo, é retirada em Setembro e depois reinstalada em 1759	Joaquim de Melo e Póvoas toma posse do governo da capitania do Rio Negro.	Motim do Porto contra a companhia das vinhas do Alto Douro Concessão do exclusivo do comércio de Cabo Verde à Companhia do Grão Pará e Maranhão
1758	Rolim de Moura cria a aldeia de N. Sra. da Boa Viagem no rio Madeira.	Mendonça Furtado institui o Directório para o governo político e económico das aldeias de índios Elevação à vila dos antigos aldeamentos missionários do Pará e Rio Negro. Recriação da Aula de Fortificação em Belém. Retomada das partilhas de demarcação no rio Ibicui. José Custódio de Sá e Faria e D. Juan de Echeverria.	Atentado contra o rei D. José
1759	Rolim de Moura toma posse do sítio da antiga aldeia castelhana de Santa Rosa e a refunda com o nome de Nossa Senhora da Conceição em Fevereiro de 1760	Expulsão da Companhia de Jesus do Brasil Criação da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba Extinção das últimas donatarias no Brasil. Manuel Bernardo de Melo e Castro toma posse do governo da capitania do Grão Pará (até1763) Retomada das partilhas de demarcação no rio Igurei. José Fernandes Pinto Alpoim e D. Francisco de Arguedas.	Expulsão da Companhia de Jesus e confisco dos bens Execução do Duque de Aveiro e Távoras e confisco dos bens Início das reformas pombalinas do ensino Concessão do título de Conde de Oeiras a Sebastião José de Carvalho e Melo
1760	Em Novembro chegam a Vila Bela dois oficiais enviados por D. Alonso Berdugo, governador de Santa Cruz, com um protesto pela ocupação de Santa Rosa. Em 1761 outros emissários seriam ainda enviados.	Início da crise económica do Brasil	Criação da Polícia da Corte e do Reino Expulsão do núncio apostólico e suspensão das relações diplomáticas com a Santa Sé Francisco Xavier de Mendonça Furtado assume a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. Carlos Mardel sucede a Eugénio dos Santos na Casa do Risco
1761			Tratado do Pardo (12 de Fevereiro) Instituição do Erário Régio Pacto de Família entre os Bourbons
1762	Rolim de Moura parte para o Presídio de N. Sra. da Conceição com o objectivo de aumentar o efectivo da companhia ali instalado.	Ataque no sul do Brasil à Colónia do Sacramento por Ceballos que tomou a Colónia e o Rio Grande Fortalezas de São José das Marabitenas e S. Gabriel no Rio Negro Os ingleses tomam Havana	Portugal não adere ao Pacto de Família e entra em guerra com a Espanha e França Chegada em Portugal do Conde de Lippe para reorganização do exército Criação da Real Escola Náutica do Porto Reinado de Catarina II da Rússia (1762-96)
1763	Diante da hipótese de ataque espanhol pelo Itonamas, Rolim de Moura ataca de surpresa a missão de São Miguel e prende os dois jesuítas que a administravam. Trava-se um combate no acampamento espanhol de Itonamas sem que este seja tomado. A assinatura do Tratado de Paris	É restituída a Colónia do Sacramento mas os espanhóis permanecem com o Rio Grande do Sul. Transferência da capital do Brasil para o Rio de Janeiro D. António Álvares da Cunha, Conde da Cunha é vice-rei do Brasil (até 1767)	10 de Fevereiro assinatura da Paz em Paris pondo fim à guerra dos sete anos. Miguel Angelo Blasco sucede a Carlos Mardel na Casa do Risco

	impõe a trégua no Mato Grosso Rolim de Moura recebe o título de Conde de Azambuja e a promoção a Marechal de Campo.		
1764		Início da construção do plano definitivo da Fortaleza de S. José de Macapá, de autoria de Galluzzi.	Início do Passeio Público em Lisboa
1765	João Pedro da Câmara, sobrinho de D. António Rolim de Moura assume o governo da Capitania de Mato Grosso Chegada do engenheiro José Matias de Oliveira Rego Construção do fortim de N. Sra. da Conceição, que depois passa a ser designado por Forte de Bragança Projecto da aldeia de índios de São Miguel	É restaurada a capitania de São Paulo assumindo o governo Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão. Acto do Selo. Início do conflito entre a Inglaterra e as suas colónias americanas.	
1766	O forte N. Sra. da Conceição é assediado pelos espanhóis.	Aleijadinho faz o risco de igreja de S. Francisco de Assis (Ouro Preto)	Abertura do Real Colégio dos Nobres
1767		D. António Rolim de Moura, Conde de Azambuja, é vice-rei do Brasil (até 1769) São reavidas as terras na margem norte do Rio Grande. Início das obras do palácio dos governadores em Belém (Landi) Expulsão dos jesuítas dos territórios espanhóis	
1768	Luís Pinto de Sousa Coutinho (futuro 1º Visconde de Balsemão) é feito governador e Capitão General do Mato Grosso (até 1772)	Fundação do Praça de N. Sra. dos Prazeres no Rio Iguatemi Expulsão dos jesuítas das colónias espanholas	Fundação da Imprensa Régia Instituição da Real Mesa Censória
1769	Mudança de nome das aldeias e lugares: o antigo lugar de S. João dos Índios, passa-se a chamar Lugar de Lamego; o estabelecimento na cachoeira do Girau chama-se Lugar de Balsemão. Trocam-se também os nomes do lugar de S. José para Leomil, do forte de N. Sra. da Conceição para Bragança; da aldeia de Sta. Ana para Lugar de Guimarães e do Sítio das Pedras para Destacamento de Palmela.	Transferência dos moradores da praça de Mazagão para o Pará. D. Luís de Almeida Portugal d'Eça de Melo e Silva, Marques do Lavradio é vice-rei do Brasil (até 1779).	Abandono da Praça de Mazagão Morte de Francisco Xavier de Mendonça Furtado Concessão do título de Marques de Pombal ao Conde de Oeiras *Uraguai*, de José Basílio da Gama
1770		Aula de Geometria em São Paulo Fundação de Vila Nova de Mazagão	Martinho de Melo e Castro sucede a Francisco Xavier de Mendonça Furtado na Secretaria de Negócios Ultramarinos (até1796) Restabelecimento das relações diplomáticas com a Santa Sé. Reinaldo Manuel dos Santos assume a direcção da Casa do Risco

1771		Reflexões de José Custódio de Sá e Faria sobre o Iguatemi e a defesa do Paraguai Conclusão do Palácio dos Governadores de Belém (Landi)	
1772	Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres é governador do Mato Grosso (até 1789) Chegada do engenheiro Salvador Franco da Mata	João Pereira Caldas toma posse do governo capitania do Grão Pará (até 1780)	Reforma da Universidade Reforma da Inquisição Nova Reforma do Exército
1773			Criação da Companhia Geral das Reais pescarias do Algarve. Reforma Territorial do Algarve. Conquista e submissão de Poinda, na índia com submissão dos Maratas.
1774	Ataque dos Guaicurus Criação do Registo da Insua Regulação do Arraial de Arraes Chegada do engenheiro Domingos Sambucetti Morre o engenheiro Salvador Franco da Mata	José Custódio de Sá e Faria no Iguatemi Vertiz e Salcedo invade o Rio Grande do Sul.	Reforma da Administração do Estado da índia. Edificação de Vila Real de Santo António
1775	Construção do Forte de Nova Coimbra (13 de Setembro), na margem direita do Rio Paraguai.		Inauguração da estátua equestre de D. José em Lisboa.
1776	Início da construção do Forte do Príncipe da Beira (20 de Junho) Fundação de Viseu Aula de Desenho no Príncipe da Beira	Os portugueses retomam a vila de São Pedro e a margem sul do Rio Grande Proclamada a Independência dos Estados Unidos da América	Festas de inauguração do obelisco e da Vila Real de Santo António. Projecto para Nova Goa
1777	Lavra da Chapada de Beripoconé (Poconé) Morre o engenheiro Domingos Sambucetti Chegada do engenheiro José Pinheiro de Lacerda	Ceballos toma a Ilha de Santa Catarina, a Colónia do Sacramento e a fortaleza do Iguatemi Abolição do monopólio da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão	Tratado de Santo Ildefonso. Morte de D. José I. Início do reinado de D. Maria I. Desgraça de Pombal
1778	Criação da vila de Albuquerque (21 de Setembro) actual Corumbá. Criação de Vila Maria do Paraguai (6 de Outubro) - actual Cáceres.	Extinção da Companhia do Grão Pará e Maranhão Luís de Vasconcelos e Sousa, Conde de Figueiró, é vice-rei do Brasil (até 1790).	Criação da Academia Rela de Fortificação, Artilharia e Desenho
1779	Minas de Salina nas cabeceiras do Rio Barbados. Retirada de cal em Albuquerque		Criação da Real Academia das Ciências de Lisboa Criação da Academia Real de Marinha.
1780	"Traição dos Guaicurus" no Forte de Nova Coimbra	João Pereira Caldas toma posse como plenipotenciário das demarcações no Norte.	

1781	Criação da vila de São Pedro del Rei (Poconé)	Encontro das comissões de demarcação no rio Japurá: João Henrique Wilkens e Requena	Julgamento e condenação do Marquês de Pombal
1782	Chegada dos matemáticos e engenheiros da comissão demarcadora: António Pires da Silva Pontes, Francisco José de Lacerda e Almeida, Ricardo Franco de Almeida Serra e Joaquim José Ferreira Aula de Fortificação em Vila Bela	Início da Expedição Botânica Fluminense por José Mariano da Conceição Veloso Inauguração da Fortaleza de São José de Macapá	Morte do Marquês de Pombal
1783	Criação de Casal Vasco (29 de Setembro)	Início da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira em Belém É inaugurado o passeio público da cidade do Rio de Janeiro Reconhecimento da Independência dos EUA	
1785	Lavra da cabeceira do Rio Alegre	Alvará que proíbe as manufacturas no Brasil.	Criação da Aula Régia de Desenho e Arquitectura Civil
1788			Vandeli publica *Flore Lusitanicae e Brasiliensis specimen*.
1789	Chegada de Alexandre Rodrigues Ferreira à Vila Bela Chegada de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres que assume o governo da capitania.	Denunciada a Inconfidência Mineira	Início da publicação das Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa Revolução Francesa Declaração dos Direitos do Homem
1790	Viagens de ARF à Serra de São Vicente, Gruta das Onças, região de Cuiabá do Presídio de Nova Coimbra	D. José Luís da Costa de Castro, Conde de Resende, é vice-rei do Brasil (até 1801)	Criação da Academia Real de Fortificação Artilharia e Desenho
1791	Regresso de ARF à Belém. Termo de Paz com os Guaicurus firmado em Agosto de 1791	Permissão do comércio intercolonial. Morte de Landi.	Morte de Reinaldo Manuel dos Santos
1792		Execução de Tiradentes	Loucura de D. Maria I Alvará ordenando a remodelação territorial
1793			Inauguração do teatro de São Carlos
1795	Criação da Aldeia Carlota	Criação do Jardim Botânico de Belém	Instala-se o governo do Directório em França
1796	Assume o governo da Capitania Caetano Pinto de Miranda Montenegro		D. Rodrigo de Sousa Coutinho assume a Secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos
1797	Construção do Presídio de Miranda		
1798	Descoberta das minas de Salitre. Franqueamento da exploração mineral junto ao rio Coxipó.	Conjuração baiana Abolição do Directório dos índios	Francisco Xavier de Lacerda e Almeida dá início à viagem da costa ocidental de África á contra-costa oriental (Moçambique-Angola). A viagem é interrompida por morte

			do matemático.
1800		Chega ao Brasil o naturalista alemão Friedri Sieber que exploraria a região entre Belém e o Tapajós É criada no Rio de Janeiro a Aula Régia de Desenho e Figura Aleijadinho esculpe os profetas de Congonhas do Campo	
1801	Ataque ao Forte de Coimbra	Abolição do monopólio do sal	
1804	Assume o governo da capitania Manuel Carlos de Abreu e Menezes, que sugere a transferência da capital para Cuiabá.	Independência do Haiti	Napoleão Bonaparte é sagrado Imperador
1806		D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos é vice-rei do Brasil (até 1808)	
1807	Assume o governo da capitania João Carlos Augusto Oeynhausen Gravenburg		
1808		Chegada da Família Real no Brasil Abertura dos portos brasileiros Revogação da proibição de manufacturas Criada a Impressão Régia no Rio de Janeiro e o Real Arquivo Militar Bolívar toma o poder em Caracas	Chegada de Junot à Lisboa
1809		Tomada da Guiana Francesa pelo Brasil	
1810		Tratados de Comércio e Navegação e Aliança e Amizade com a Inglaterra. Criação da Aula de Comércio no Rio de Janeiro Revolução de Maio na Argentina	Linhas de Torres Vedras
1814		Viagem do príncipe Maximiliano pelo Rio Doce. Francia toma o poder no Paraguai.	António de Araújo e Azevedo, Conde da Barca, assume a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha
1815		Brasil é elevado a Reino Unido. Devolve-se a Guiana Francesa	Congresso de Viena
1816		Chega ao Rio a Missão Artística Francesa	Morte de D. Maria
1817		Queda de Montevideo, tomada pelo exército brasileiro Revolta republicana em Pernambuco *Corografia Brasilica* de Manuel Aires do Casal	Convenção de Paris

1818	Renomeia-se Vila Bela com o nome de cidade do Mato Grosso Cuiabá é elevada à categoria de cidade.	Aclamação de D. João VI	
1819	Assume o governo da capitania o tenente-general Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho Fábrica de Ferro em Cuiabá		
1820	Marcação dos pesos hispano americanos em Cuiabá (até 1822)		Constituição no Porto da Junta Suprema de Governo do Reino.
1821		Uruguai, anexado ao Brasil como Província Cisplatina. Pronunciamentos militares a favor dos liberais no Pará, Bahia e Rio de Janeiro.	O rei e a corte regressam a Portugal o Príncipe Real fica no Brasil Aprovação e juramento da constituição por D. João VI.
1822		Independência do Brasil, D. Pedro Imperador	
1825		Portugal reconhece a Independência do Brasil	

QUADRO DE HABITANTES

ANO / POVOAÇÕES	**1771**	**1772**	**1773**	**1775**	**1776**	**1777**	**1778**	**1779**	**1790**	**1791**	**1794**	**1795**	**1802***
Vila Bela e arraiais vizinhos	3903	4115	4794	5063	4876	4761	4947	5155	6465	5804	6403	2573	7209
Arr. S.Vicente e Boavista												1097	
Pilar, Santana e OuroFino												1303	
Arr. Chapada												434	
Casal Vasco												576	
Fortaleza da Conceição (Bragança)	290	684	709	1124									
Lugar de **Lamego**	268												
Lugar de **Leomil**	105												
Lugar de **Balsemão**	170	172	151										
Forte do **Príncipe da Beira** e missões de Indios					775	779	747	762	816	712	884	792	
Nova Povoação de **Viseu** e Sítio d Pedras					69	98	99	212	77	61	90		
Vila de **Cuiabá** e arrabaldes	6548	8692	9341	8891	9630	10192	10210	10419	14143	14463	16499	9183 7741	20481
Registo da **Insua**					61	70	74	76	102	74	102	52	
Rio Grande												13	
Barreiros												18	
Amarante (Arraial dos Arraes)	198	256	247	196	30	55	50	65	29	29	16		
Chapada dos **Guimarães**	377	447	428	410	565	566	545	556	850	736	1840		
Povoação de **Albuquerque** e Presídio de Nova Coimbra				213	238	236	311	338	150	169	151	245	
Vila Maria do Paraguai e Registo do Jauru				193	309	651	669	678	640	589	637	537	
Reg. Jauru e Faz. Caeté												96	
Arr. Porrinhos e S. Bárbara												643	
Faz. Camapoã												180	
Total	11859	14376	15670	16090	16544	17308	17652	18261	23.272	22.637	25.732	25.483	27690

* população indicada por distrito

QUADRO DE FAMÍLIAS OU FOGOS

ANO / POVOAÇÕES	**1771**	**1772**	**1773**	**1775**	**1776**	**1777**	**1778**	**1779**	**1790**	**1791**	**1794**	**1795**
Vila Bela e arraiais vizinhos		498	660	695	694	705	712	720	718	721	951	343
Arr. S. Vicente e Boa Vista												136
Pilar, Santana, Ouro Fino												133
Arr. Chapada												38
Casal Vasco												76
Fortaleza da Conceição (Bragança) e missões de Indios		142	152	191								
Lugar de **Balsemão**		48	38									
Forte do **Príncipe da Beira** e missões de Indios					127	130	132	130	196	174	199	106
Nova Povoação de **Viseu** e Sítio d Pedras, Guarajus					14	14	16	27	18	4	11	
Vila de **Cuiabá** e arrabaldes		895	1044	1031	1208	1380	1391	1402	1459	1482	1866	1805
Registo da **Insua**					4	7	7	7	24	18	24	8
Rio Grande												3
Barreiras												3
Amarante (Arraial dos Arraes)		37	46	32	5	4	4	7	4	4	3	
Chapada dos **Guimarães**		71	66	68	106	104	102	106	120	122	160	
Povoação de **Albuquerque** e Presídio de Nova Coimbra					4	10	24	38	39	36	42	33
Vila Maria do Paraguai e Registo do Jauru				12	29	56	62	68	198	196	117	100
Reg. Jauru												14
Arr. Porrinhos e S. Barbara												68
Total		1691	2006	2029	2191	2410	2450	2505	2768	2757	3373	2866

Quadro das Povoações do Mato Grosso - Núcleos remanescentes do século XVIII

Povoação Antiga (ref. documentação)	**Séc.XVIII - 1817** (Corografia Bras.)	**Séc. XIX - 1863** (Dicionário Geogra.)	**Município actual**	**Obs.**
Albuquerque	aldeia	aldeia	Corumbá (MS)	
Aldeia Carlota		aldeia		
Almeida	aldeia desapar.			
Amaro Leite / Arraes	aldeia desapar.			
Arnesto		povoação		
Balsemão				aldeia
Boa Vista	aldeia	aldeia		
Bom Jesus		freguesia		
Buriti		aldeia		
Caiçara	fazenda			
Casal Vasco		povoação	Casal Vasco	
Camapuã	fazenda		Camapuã	
Coimbra (nova)	presídio	freguesia	Coimbra (MS)	
Cubatão		freguesia		
Cuiabá	vila	cidade	Cuiabá	
Diamantino	arraial	vila	Diamantino	
Forquilha		povoação		
Insua / Araguaia	aldeia	aldeia	Araguaiana (?)	registo
Jauru				registo
Lapa	aldeia despar.			
Livramento / Cocais	freguesia	povoação	N. Sra. Livramento	
Mãe dos Homens		cidade		
Miranda	presídio	presídio	Miranda(MS)	
Monjolo / Rosário do Rio Acima			Rosário Oeste	fazenda
N.S. Prazeres	freguesia			
N.S. Conceição / Bragança				fortaleza
Ouro Fino	arraial	lugarejo		
Pilar	arraial			
Príncipe da Beira	fortaleza		P. da Beira (RO)	
S. Ana / Guimarães	arraial	aldeia	Chapada dos Guimarães	
S. António	freguesia		S.Antonio do Leverger	
S. Fran. da Chapada	arraial			
S. GonçaloAmarante	ermida			
S. José / Leomil	aldeia	aldeia		
S. José do Ribeirão				aldeia
S. Miguel / S. João / Lamego				aldeia
S. Pedro del Rei	arraial		Poconé	
S. Vicente Ferreira	arraial			
Sernancelhe	aldeia desapar.			
S. das Pedras / Palmela				destacamento
Vila Bela / Mato Grosso	vila	cidade	Vila Bela	
Vila Maria do Paraguai	vila	vila	Cáceres	
Viseu				aldeia
43 indicações	27 povoações	23 povoações	16 núcleos	

Nota Final – Agradecimentos

A realização de um projecto de investigação é um processo que envolve muito para além do empenho do investigador. As ajudas e apoios são muitos e imprescindíveis. Cumpre reconhecer a evidência de que nada poderia ser feito sem tais ajudas e agradecer o facto concreto da sua existência para que o trabalho possa ter sido realizado.

Ao Prof. Doutor José Eduardo Horta Correia, orientador desta dissertação, não só agradeço o apoio e a amizade sempre presentes, como o faço com a dupla consciência de que foi o seu incentivo o principal motor para a realização desta investigação e que a sua orientação segura é responsável pelo que de melhor possa haver neste trabalho.

A todos os professores do Departamento de História da Arte da Universidade Nova de Lisboa, agradeço o acolhimento desta dissertação, assim como o apoio dos funcionários da instituição, em especial a atenção da Dra Maria Luís Rodrigues.

Agradeço à CAPES, que financiou todo o processo de pesquisa em Portugal, assim como a viagem de estudos ao Mato Grosso, posto que sem a bolsa que me foi concedida por esta instituição não teria sido possível realizar a investigação.

No Mato Grosso, especialmente em Vila Bela, eu e meus amigos tivemos a honra de ser "orientados" por Joaquim, o "rei do Congo", que nos revelou um espaço e um tempo mágicos e a quem simplesmente agradecer parece pouco pelo muito que fez. Em Cuiabá, a presença e o apoio de Beth Sparano foram cruciais para o trabalho.

Sou profundamente grata ao Eng. José Joaquim Olazabal e à D. Teresa Brito e Cunha Olazabal pela enorme gentileza com que me receberam, quer na Casa da Insua, em Penalva do Castelo, quer na sua residência no Porto, permitindo-me ver e consultar a preciosa documentação de são os guardiões.

Durante a redacção deste trabalho tive o enorme privilégio de contar com o apoio e a amizade da Doutora Amélia Andrade, a quem muito sinceramente agradeço a disponibilidade, a paciência e a atenção que teve em discutir comigo o Mato Grosso do século XVIII. Na organização documental contei com o apoio da Dra. Marta Gonçalves que fez a transcrição dos documentos reproduzidos no volume II deste trabalho.

Agradeço à direcção e aos funcionários dos arquivos que consultei no Brasil e em Portugal, onde sempre fui muito bem recebida, em especial no Arquivo Histórico do Exército no Rio de Janeiro, no Arquivo Público do Pará e no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa. Aos funcionários do Arquivo Histórico Ultramarino tenho imenso prazer em reiterar o meu agradecimento, não apenas pelo sempre eficiente atendimento e colaboração com que tenho contado ali, como pela grata circunstância de, com a sua amizade, transformarem a rotina de trabalho em verdadeiro prazer. O mesmo posso dizer dos meus amigos da Casa da Cerca, a quem agradeço o constante incentivo.

No Brasil e aqui em Portugal, muitos foram os colegas e amigos que contribuíram com ajudas de vária ordem. Ao Fernando Pires, ao Daniel Tércio, à Isabel Rodrigues e à Inês Guimarães, obrigada pela constante solidariedade e pela inesquecível companhia no Mato Grosso. Ao Walter Rossa e ao Hélder Carita, há muito por agradecer ao longo desses quatro anos em que temos trabalhado e convivido. À Fernanda Bicalho, o meu obrigada pela leitura, pelas sugestões e pelo carinho implícito. À Zelinda Cohen e ao António Correia, obrigada pelas discussões e sugestões. À Roberta Delson, à Cláudia Damasceno Fonseca, à Beatriz Bueno, à Til Pestana, à Isabel Martins, à Margarida Tavares da Conceição e ao Cristóvão Duarte, agradeço as trocas de ideias proporcionadas pelos nossos encontros nos dois lados do Atlântico. Aos mestres Paulo Ormindo de Azevedo e Rámon Gutiérrez agradeço os ensinamentos que me ofereceram nas viagens na sua companhia. Ao Augusto, à Fátima, à Cláudia e à Patrícia o meu obrigado pelo indizível.

Renata Malcher de Araujo

Orientador:
Professor Doutor José Eduardo Horta Correia

A URBANIZAÇÃO DO MATO GROSSO NO SÉCULO XVIII

DISCURSO E MÉTODO

Volume II - Anexo Documental

Dissertação de Doutoramento em História da Arte

Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
2000

Nota explicativa

Este anexo documental inclui uma selecção de dezasseis documentos que dizem respeito ao tema de trabalho específico desta dissertação. Pertencem todos ao acervo do Arquivo Histórico Ultramarino. Na sua maioria são inéditos, embora tenham sido já publicados trechos de alguns deles, nomeadamente as cartas de criação de algumas das vilas e o auto de fundação do forte do Príncipe da Beira. Pela sua importância para o tema em questão, optou-se por transcrevê-los novamente, na íntegra. Para realçar o seu significado político e para contextualizar a sua utilização como "provas documentais" da acção no terreno, transcreveu-se também algumas das cartas introdutórias, que acompanharam a remessa desses documentos que foram enviados à corte, eventualmente em mais de uma ocasião. Tal facto é patente, por exemplo, no **Doc. XIII** em que os autos de fundação da vilas foram novamente enviados como anexo da extensa *Ideia Geral* de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres.

Como já se disse na introdução do trabalho, tanto nas citações, como nas transcrições que constam deste anexo documental adoptou-se o critério de manter a grafia e pontuação original dos documentos, excepto nos casos de utilização das maiúsculas, que foram adaptadas ao uso actual. Os sublinhados que algumas vezes aparecem nas transcrições fazem parte dos próprios textos originais. Os trechos ou expressões que se quis especialmente ressaltar foram marcados a **bold.**

Os lapsos ou erros evidentes dos textos foram assinalados com (sic), as interpretações de algumas palavras, das quais não se tem a certeza da sua transcrição estão identificadas com (?) e os trechos ou palavras cuja leitura foi impossível por inexistência ou mau estado do documento foram substituídos por (...). Os títulos de identificação dos documentos são da nossa responsabilidade.

Acompanha também este anexo um inventário da iconografia relativa ao tema do trabalho. A iconografia do Mato Grosso no século XVIII constitui um conjunto bastante rico, formado por mapas e desenhos originais que se guardam em arquivos diversos. Muitos desses desenhos são cópias uns dos outros, apenas com pequenas variações em cada um dos exemplares. No intuito de identificar as matrizes e sistematizar as referências dos várias arquivos elaborou-se uma base de dados em que se procurou compilar todos os elementos disponíveis. É esta base de dados que aqui se apresenta. Está organizada em forma de fichas que contém a esquerda os dados relativos a cada um dos desenhos (ano, localidade, autor, descrição e arquivo) e a direita uma imagem que o identifica visualmente. As

fichas estão indexadas inicialmente por ordem alfabética de localidades e em cada uma delas por ordem cronológica. As referências iconográficas de que não se conseguiu reproduzir a imagem foram incluídas no final, em forma de lista, também indexada da mesma maneira.

Os dados que constam nas fichas foram obtidos quer através do contacto directo com os originais (na sua maioria), quer através da consulta a inventários já publicados. Aqui cabe sobretudo referir às seguintes obras de Isa Adonias: *Mapas e Planos manuscritos relativos ao Brasil colonial conservados no Ministério das Relações Exteriores e descritos por Isa Adonias para as Comemorações do Quinto Centenário da morte do Infante D. Henrique*. Brasília : Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, 1960; *A Cartografia da Região Amazônica,* 2 vol. Rio de Janeiro, 1963; *Real Forte Príncipe da Beira*. Rio de Janeiro : Fundação Emílio Odebrecht, 1985.

Foram também consultados outros inventários, tais como o *Catálogo dos manuscritos ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Porto, 1988; e o catálogo da Exposição *A Engenharia Militar no Brasil e Ultramar Português Antigo e Moderno* , Lisboa, 1960. Para além, evidentemente, dos ficheiros existentes nos vários arquivos visitados.

Procurou-se sistematizar todos as informações existentes conjugando os dados obtidos nos arquivos com as listas publicadas. Mesmo nos casos em que não se consultou directamente os arquivos referidos nas publicações[1] manteve-se a indicação citada nos inventários e, sempre que possível, acrescentou-se a cota dos documentos indicados.

As abreviaturas (de instituições e nomes próprios) utilizadas neste anexo são as mesmas listadas no primeiro volume do trabalho.

[1] Não se visitou a Directoria do Serviço Geográfico, nem o Arquivo Militar no Rio de Janeiro pois segundo informações obtidas no Arquivo Histórico do Exército na mesma cidade, os acervos de ambas estas instituições teriam sido transferidos para ali.

Índice **Pag.**

Documentos

Doc. I	AHU Mato Grosso caixa 1 doc 3 - 3 de Fevereiro de 1727 Carta do Ouvidor Geral de Cuiabá António Alvares Lanhas Peixoto ao Conselho Ultramarino Em anexo certidão de criação da Vila de Cuiabá (1 de Janeiro de 1727), datada de 3 de Fevereiro de 1727	9
Doc. II	AHU Mato Grosso caixa 3 doc 2 - (post a 30 Jan. de 1741) Documento incompleto – minuta de carta régia determinando a criação de uma vila no Mato Grosso	15
Doc. III	AHUMato Grosso caixa 6 doc 16 - 22 de Outubro de 1752 Carta de D. António Rolim de Moura ao Conselho Ultramarino	18
Doc. IV	AHU Mato Grosso caixa 12 doc 59A - 16 de Dezembro de 1765 Carta de João Pedro da Câmara a Francisco Xavier de Mendonça Furtado Documentação anexa a plantas	21
Doc. V	AHU Mato Grosso caixa 13 doc 39 - 15 de Junho de 1769 Carta de Luís Pinto de Souza Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado	22
Doc. VI	AHU Mato Grosso caixa 14 doc 5 - 3 de Fevereiro de 1770 Carta do Oficiais da Câmara de Vila Bela a Luís Pinto de Souza Coutinho	24
Doc. VII	AHU Mato Grosso caixa 16 doc 2 - 4 de Janeiro de 1774 Cartas de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro. Em anexo cópias das instruções passadas ao fiel António Lopes da Silva e ao sargento-mor Marcelino Rodrigues Camponês	27
Doc. VIII	AHU Mato Grosso caixa 17 doc 11 - 23 de Junho de 1776 Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Marquês de Pombal	45
Doc. IX	AHU Mato Grosso caixa 18 doc 36 - 21 de Setembro de 1778 (Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro) Em anexo Auto de posse e fundação do lugar de Albuquerque	50

Doc. X	AHU Mato Grosso caixa 18 doc 37 - 20 de Novembro de 1778 Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro. Em anexo termo do estabelecimento de Vila Maria do Paraguai	51
Doc. XI	AHU Mato Grosso caixa 19 doc 5 - 13 de Janeiro de 1779 Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro	55
Doc. XII	AHU Mato Grosso caixa 19 doc 39 - 1779-1780 Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro, datada de 29 de Dezembro de 1779	60
Doc. XIII	AHU Mato Grosso caixa 20 doc 4 - 10 de Agosto de 1780 (Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro) Em anexo ideia geral oferecida ao real conhecimento de Sua Magestade (…)	62
Doc. XIV	AHU Mato Grosso caixa 21 doc 30 - 20 de Julho de 1783 Cópia de uma carta do mestre de campo António José Pinto de Figueiredo ao sargento-mor José António Pinto de Figueiredo rubricada por Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres	78
Doc. XV	AHU Mato Grosso caixa 22 doc 36 - 30 de Março de 1786 Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro Em anexo termo de fundação de Casalvasco	81
Doc. XVI	AHU Mato Grosso caixa 27 doc 25 – anterior a 19 de Junho de 1795 Petição de António Pinto do Rego e Carvalho ao Conselho Ultramarino	84

Inventário Iconográfico (com imagens) **Inv. Nº**

Albuquerque	1-6
Aldeia Carlota	7
Aldeia Santana / Chapada dos Guimarães	8-9
Aldeia de São Miguel	10
Arraial de Amaro Leite ou de Arraes	11-12
Arraial de Sta Ana, Pilar, São Francisco e São Vicente	13
Balsemão	14
Bragança / N. Sra da Conceição	15-22
Casal Vasco	23-30
Chapada do Mato Grosso	31
(Nova) Coimbra	32-34
Cuiabá	35-42
Fortaleza no rio Madeira	43-44
Iguatemi	45-46
Lamego	47
Mapas Brasil Fronteira	48-55
Mapas de caminhos	56-68
Mapas capitanias	69
Mapas Mato Grosso	70-72
Missões espanholas	73-74
Presídio de Miranda	75-77
Príncipe da Beira	78-94
Rio Guaporé	95-102
Rio Madeira / Mamoré	103-104
Rio Paraguai	105
Rios	106-109
Santo António dos Guarajuz	110
São Pedro del Rei	111-112
Vila Bela da Santíssima Trindade	113-127
Vila Maria do Paraguai	128-130
Vila Real da Conceição (Paraguai)	131
Viseu	132

Outras referências iconográficas (sem imagens)

I. Documentação

Doc. I

AHU Mato Grosso caixa 1 doc 3

3 de Fevereiro de 1727

Carta do Ouvidor Geral de Cuiabá António Álvares Lanhas Peixoto ao Conselho Ultramarino. Em anexo certidão de criação da Vila de Cuiabá (1 de Janeiro de 1727)

Senhor:

Estando[1] na cidade de S. Paulo aonde vim da minha comarca de Pernaguá por ordem de Vossa Magestade, que me participou o senhor capitam general Rodrigo Cezar de Menezes, e tendo dado conta daquella cidade a Vossa Magestade de que ali ficava, sahi em companhia do dito general em 7 de Julho de 1726; caminhando por terra athe o porto de Aririтaguaba: em 16 do dito embarquei em canoa, e fizemos viagem pello rio Tiatê; porque navegamos 20 dias athé entrar no rio Grande, que passado tomamos a barra, que nelle fás o rio Pardo que sobimos athé Camapoám, nesta distancia que é muy dillatada, encontramos 4, ou 5 roças ou sitios de moradores, em que não só pella falta de mantimentos, que erão muito poucos, más pello longe dos povoados, erão os preços excessivos, como logo direi.

No alto do rio Pardo accampamos para passar as canoas/ embarcaçoins de hum só mastro/ duas legoas de terra sobre rodas, sendo puxadas a mão, com excessivo trabalho, e não pouca dillação, a lança-las no rio Camapoám: aqui há 2 roças ou sitios de moradores, huma dellas, que nos provéo de alguns mantimentos; suposto que poucos vendia o milho o @ a 10/8ªs e a mão de milho que são 60 espigas a 2/8ªs, e algum vendéo a duas 8ªs, e meya de ouro: o @ de feijão a 15/8ªs; huma galinha 4/8ªs, hum frangão 2; e havendo só destes generos, passadas as canoas a mão e a matalotagem as costas dos escravos, e as de muitos livres pobres, navegamos o dito rio Camapoám abaixo, com muito pouca agoa e muitos paos, e matos, que o embaração, trazendo as canoas quazi a rasto a mão, e sendo necessario para passarem, virem com machados diante da canoa do general abrindo caminho.

Entramos Cochim rio arrebatadissimo, que se une com o dito Camapoám aqui com mais desembaraço, e evidente perigo continuamos viagem athé o Taquarí e continuada entramos o Peraguai, Aihanés, e por varios rios viemos a dar no dos Porrudos, e navegado entramos neste do Cuyabá, e em todo elle não achamos, gastando 16; ou 17 dias mantimentos; o que em parte remedeou a vigilancia do general com mandar adiantar canóas, de cuja deligencia rezultou chegar-lhe antes 5 ou 6 dias huma canoa com 100 mãos de milho, que repartio pella tropa, que constava de 60 canoas, dando a todos os pobres, por nos acodir a grande necessidade que experimentavamos na falta de mantimentos; e pagou da sua fazenda 200/8ªs que só o milho custou, não sei o que seria a conducção; da mesma sorte no rio Grande repartio da sua fazenda muito com a mesma tropa dando a muitos dos que o acompanhavão a 15 mãos, a outros a 10 \…/ dava a cada hum conforme a sua necessidade e cometiva: o mesmo obrou em todo o caminho; dando assucar, doce, e galinhas a doentes e necessitados e tudo o mais necessario, e assim remedeou a muitas

[1] No canto superior esquerdo: "Mato Grosso, 1727, 3 de Fevereiro".

e grandes necessidades com muy consideravel despeza, e perdendo totalmente huma canoa com roupas de copa e varios vibres de muy consideravel preço, sustentou mais de 100 pessoas em sua commetiva; a que não deixou de chegar igualmente a falta de mantimento como a todos e abaixo direi a Vossa Magestade.

Vi, que muitas vezes coméo milho assado, e torrado ao fogo, e outras todo o genero de mantimento rustico como aves do matto, e rios, e peixe destes, mel de páo e fructos silvestres. Nesta jornada gastamos embarcados 4 mezes menos hum dia a bom navegar, o que tudo se deve ao seu cuidado; que deixando muitas das suas canoas atrás, seguio viagem por amparar e salvar 60 canoas pouco mais, ou menos com que nestas minas aportou: muytos nesta monção morrerão afogados, outros de doenças, allagarão-se perdidas de todo muitas canoas e outras salvarão a mettade das fazendas quazi perdidas de molhadas, e he esta jornada tál, que me persuado sem encaresser, he a mayor empreza da nacção; nella gastarão com ser boa a monção algumas das tropas 8 mezes, e outras mais, outras 7, outras 6 mezes em que ultimamente não tem medida, nem termo o trabalho a necessidade, o perigo e a mizeria; porque se passão cachoeiras sem numero assi rio assima como agoa abaixo com muito trabalho, e perigo, que são correntes impetuozas dos rios por entre pedras, e baixios por sima dellas, no que a qualquer toque de canoas, ou se fendem perdendo-sse tudo, affogando-se gente, ou se alagão enchendo-sse de agoa perdendo-sse as fazendas; pação-se muitos varadores, que são partes aonde os rios se despenhão de penhas tão altas, que algumas terão 10 braças de alto, e por não poderem passar as canoas se lanção fora, e puxão arrasto por terra athe as lançar em baixo no rio, e se passão as cargas as costas em humas partes mais distancia e em outras menos caminho: e há em todo o que navegamos muita quantidade de onças, e tigres contra o que pella deffenção se vigia de noute, e há muitos rebates, são infinitas as cobras peçonhentas, e he necessario cautella muito amiudo nos quarteis: em muitos destes quantidade de formigas, que picando he intoleravel o ardor, e quazi em todos a multidão de mosquitos que ferem, e he sobre difficultoza impossivel moralmente a deffença das referidas sevandijas.

E he o caminho por longo, e tão intrincado laberyntho de mattos tal que sahindo muitos a terra, a pouca distancia affastados se perdem para nunca mais aparesser; a alguns desaparesserão nesta forma escravos, e ao general se lhe perdeo hum cozinheiro (?) livre.

Não he pouco o cuidado com que se marcha em partes aonde costuma andar e passar os rios o gentio Gaycrús, multidão que anda todo varoens, e femeas em fermozos cavalos, uza de lanças e laços, que lançados attão e apertão tudo o sobre que cayem, athé nas feras, que arrastão correndo nos cavalos, trazem consigo muito numero de gentio a pé com flechas, que tratão como a escravos, com esta porção de gentio a que chamão tambem os naturaes cavaleiros, ao depois de nós passarmos pellejarão 12 ou 13 canoas das nossas tropas e durou 3 dias a deffença metidos os nossos entre poucos troncos de arvores, a que chamão os mesmos naturaes capão de matto, e servio-lhe para a deffeza o estarem de huma parte cercados de hum pantano, ou terra com agoa, e pella outra o rio quazi cheyo e razo, o que impedio passarem os de cavalo o rio naquelle sitio, e chegarem pella outra parte a elles o allagadiço.

Em fim huns chegarão nûs, e todos macelados, e doentes e os que melhor escapão vem adoesser a esta terra, o general adoesseo, morreu-lhe em breves dias em casa o seu

mordomo alfers (*sic*) pago Manuel Antunes durando so 5 dias de doença: eu adoessi 15, e tambem a chegar com a sobredita preça, vim em huma canoa ligeira equipada, deixando a muita matalotagem, e roupas em outras, e cheguei em tal forma que me foi necessario fazer hum vestido de camelão lizo que me custou 150/8ªs sem outra couza, e tal que poderia nessa corte custar-me de quinze athé desoito mil reis: achamos os preços de todos os generos tão excessivos, que paresserá hyberbole, o que he pura verdade: hum @ de feijão 25/8ªs e 22 o mais baratto: o @ de milho a 14/8ªs, e o de menos preço 12: a mão de milho como já disse 60 espigas por 3/8ªs; huma galinha 3/8ªs: des ovos muy pequenos, por ser a terra nimiamente \.../ huma 8ª: hum arrátel de toucinho oitava e meya de carne de porco fresca 1/8ª, e o menos 3 quartos, hum peixe do rio fresco a que chamão Lacuassû, ou outro dourado 1/8ª. O peixe salgado ou seco o mesmo, hum barril de carne de veado menos que 2 arrobas, e muitas vezes pouco mais de arroba 25/8ªs, e ultimamente qualquer pessoa não janta a sustentar-se parco com menos de tres ou quatro mil reis por falta dos mantimentos que há por cauza de não chover, nem haver agoas há 2 annos o que nos condús a grande mizeria.

Chegados que fomos, foi recebido o general e estimado com aplauzo de tudo, e tem procedido como costuma e a Vossa Magestade he patente; pella ordem de Vossa Magestade me avizou podia servir de superintendente, ouvidor geral e provedor dos defuntos e abzentes e como me participou logo fis elleição de justiças que entrando a servir em dia de Janeiro se levantou pelourinho e creou vila, a que se pos nome de Vila Real do Bom Jezus, e em nome de Vossa Magestade lhe declarou armas de que havia de uzar, que são hum campo de relva verde com hum outeiro no meyo salpicado tudo com granetes e folhetas de ouro por tymbre huma fenis: tudo consta da certidão que remetto.

Estas minas são fecundissimas de ouro segundo o que todos affirmão, e se experimenta; porque abalando-se a terra sem se profundar se acha o ouro em grandes groços . Tem-se achado folhetas de mais de mill 8ªs, mas como a referida falta de agoa fás com que se não lave o ouro estão neste tempo de secca menos fecundas, mas ainda assim sempre se tira ouro, 3, 4 ou sinco 8ªs dá cada hum negro por semanna, e pello tempo de agoas se tira muito mais, e não pouco consomem os negros em luxos como a Vossa Magestade darei conta a parte. O destricto e largueza destas minas he muy grande, e em toda a parte se faisca; porque em toda a parte dá de si ouro: a falta de escravos pella pouca gente, que athe agora há não deu lugar a (...) rios, e fazer serviços de agoa, e proffundar as cavas ou lavras, o que fazendo-sse o que fazendo-sse (*sic*) há grandes esperanças de serem fecundissimas: a multiplicidade do gentio indio, que habita daqui 2, 3, ou 4 dias de jornada não deixa alargar os homens a fazerem descobrimentos.

O general intenta e procura mandar bandeiras, e tropas assim a descobrimentos, como a dar nos ditos indios mais vezes a que chamão Bararós, mas a falta de gente lhe impede o executar-se mais como queria todo no emprego do real serviço de Vossa Magestade, augmento da real fazenda e coroa em que com muito zello se disvella; e a mim seja-me licito por tudo o refferido a seus reais pês, para o acrescentamento de lugares no meu desp...o (?)

Villa Real do Bom Jezus, Fevereiro 3 de 1727.

O ouvidor geral (assinatura de Alvares Lanhas Peixoto)

Luis [2] de Almeyda Barboza escrivão da provedoria nesta Villa Real do Bom Jezus, etc..., certefico que pello Doutor Antonio Alvares Lanhas Peixoto ouvidor geral da villa de Pernagua, e nella e sua comarqua procurador das fazendas e deffuntos e auzentes, e superintendente com os mesmos empregos nesta mesma Villa Real do Bom Jezus do Cuyabá me foy aprezentada a petição portaria e certidão que se segue mandando-me de tudo lhe desse por certidão o treslado no impedimento do escrivão da correyçam e ouvidoria geral Manoel Vicente Nunez e o theor de tudo de verbo ad verbum he o seguinte.

Petiçam

Excellentissimo Senhor, dizem os officiaez da camera desta Villa Real do Bom Jezus que elles supplicantes querendo por certidão do secretario deste governo a copia do termo que se fes da nova creação desta villa que se acha feito nos livros da secretaria deste governo o qual querem tambem mandar registar nos livros da camera, em cujos termos// pedem a Vossa Excellencia que attendendo ao refferido lhe fassa merçe mandar por sua portaria que o secretario deste governo dé ao supplicante o treslado do dito termo de tudo o que constar em modo que fassa feé, e receberá merçe //

Portaria

Desse aos supplicantes o treslado do termo que pedem Villa Real do Bom Jezus vinte e dous de Janeyro de mil setecentos e vinte e sete. // huma rubrica //

Certidão

Gervazeo Leite Rebello secretario do governo desta capitania de Sam Paulo por Sua Magestade que Deos guarde, etc..., certefico que vendo o livro primeyro que serve nesta secretaria dos termos que se fazem nele a f.2 v° the 10 v° está o termo do que os supplicantes pedem o treslado cujo theor he o seguinte/ Ao primeyro dia do mes de Janeyro de mil setecentos e vinte e sete nesta Villa Real do Senhor Bom Jezus do Cuyabá[3], sendo mandado por Sua Magestade que Deos guarde a crea-lla de novo o Excellentissimo Senhor Rodrigo Cezar de Menezes governador e capitão general desta capitanhia e que o acompanhasse para o necessareo o Doutor Antonio Alvares Lanhas Peixoto ouvidor geral da comarqua de Pernaguá, sendo por elle elleitas as justiças// juizes ordinareos Rodrigo Bicudo Chassim, o tenente coronel João de Queyros Mascarenhas Sarmento // vereadores Marcos Soarez de Faria, Francisco Xavier de Matos, Joam de Oliveyra Garcia, e procurador do concelho Paulo de Anhaya (?) Leme, servindo de escrivão da camara Luis Ferreyra// Almotaçes o brigadeiro Antonio de Almeyda Lara o capitão mor Antonio Jozeph de Mello, levando o estandarte da villa Mathias Soares de Faria; foy mandado pello dito senhor governador e capitam general que com o dito Doutor ouvidor todos juntos com a nobreza e o povo fossem a praça, levantar o pilourinho desta villa a que em nome de El Rey deu o nome de Villa Real do Bom Jezus, e declarou que se criasse as armas de que uzasse hum

[2] Na canto superior esquerdo : "1727, Janeiro 1".

[3] À margem direita: "1727, Jan° 1".

escudo dentro com campo verde, e hum morro, ou monte no meyo tudo salpicado com folhetas e granetes de ouro e por timbre em sima do escudo hua feniz, e nomeou para levantar o pilourinho ao capitam mor regente Fernando Dias Falcam, e todos os sobreditos com o dito Doutor ouvidor nobreza e povo foram a praça desta villa, aonde o dito Fernando Dias Falcam levantou o pilourinho do que para constar a todo o tempo fez este termo que assignou o dito senhor general com os sobreditos. E eu Gervazeo Leite Rebello secretario deste governo que o escrevy dia e era ut supra// Rodrigo Cezar de Menezes// Antonio Alvarez Lanhas Peixoto// Rodrigo Bicudo Chassim// Joam de Queyros Mascarenhas Sarmento// Marcos Soares de Faria// Francisco Xavier de Mattos// João de Oliveyra Garcia // Paulo de Anhaya Leme // Luis Ferreyra de Almeyda // Antonio de Almeyda Lara// Antonio Jouzeph de Mello// Mathias Soares de Faria// Fernando Dias Falcam// João Pereyra da Crus// Luiz Castanho de Almeyda// Salvador Martins Bonilha// Luis de Vasconçellos Pessoa// Manoel Dias de Barros e Manoel Vicente Nunes// Joam Martins de Almeyda// Gaspar de Godoy Moreyra// Antam Leme da Silva// Francisco de Salles Xavier// João Rodrigues do Valle// Manoel Moreyra Pessa // Thome de Gouvea e Saá// Jozeph da Silva Godinho// Balthezar de Sam Payo Couto// Manoel Jozeph da Cunha// Manoel Ribeyro Lima// Gonçallo Affonço dos Reys// Bernardo de Andrade Cunha// e não continha mais o dito termo a que me reffiro e passey a prezente em virtude da portaria nesta inserta. Villa Real do Bom Jezus vinte e tres de Janeyro de mil setecentos e vinte e sete annos, etc... Gervazeo Leite Rebello// E he o que conthem a dita petição portaria e certidão que eu sobredito escrivão aquy bem e fielmente tresladey da (...) a que me reporto que torney entrega (...) ouvidor que a recebeu e assignou e ao (...) em (...) que (...) prezente que escrevy assigney e concertey Villa Real do Bom Jezus, Fevereyro trez de mil setecentos e vinte e sete annos. Luis de Almeyda Barboza escrivão da provedoria que escrevy, asigney e concertey.[4]

[4] Seguem-se as assinaturas de Luis de Almeida Barbosa e de António Alvares Lanhas Peixoto.

Doc. II

AHU Mato Grosso caixa 3 doc 2

(post a 30 Jan. de 1741)

Documento incompleto – minuta de carta régia determinando a criação de uma vila no Mato Grosso

Vila no Matto Grosso

Dom João, etc... Faço saber a vos ouvidor geral da comarca do Cuyaba, que sendo-me prezentes algumas contas que me deo vosso antecessor João Gonçalves Pereira sobre as quaes mandey informar a D. Luis Mascarenhas, governador e capitam general dessa capitania de S. Paulo, e attendendo a sua informação, sobre a qual forão ouvidos os meos procuradores da fazenda; e Coroa, fuy servido por resolução de 27 de Junho do prezente anno, tomada em consultas do meu Conselho Ultramarino de 30 de Janeiro de 1741; e de 28 de Abril do prezente anno mandar erigir huma villa no destricto do Matto Grosso em o sitio que se julgar mais conveniente a qual[5] da parte do Cuyabá tenha por termo o Cubatão, dezembocadouro do Rio Jaurû.

E por dezejar fazer merce, e favorecer aos meus vassallos assistentes em parte tão remotta, que habitarem a villa que mando fundar: hey por bem de lhes conceder todos os privilegios, prerogativas, izençoens de direitos, e liberdades a diante nesta declaradas.

1. Hey por bem que os officiaes da camara, que servirem na villa que mando fundar no ditto sitio do Matto Grosso, e forem elleitos na forma da ordenação deste reino, tenhão e gozem todos os privilegios, e prerogativas que tem, e gozão os officiaes da camara da cidade de S. Paulo, capital desse governo, para o que se lhe passará carta em forma.

2. Todos os officios de justiça, da mesma villa não serão dados de propriedade, nem de servintia a quem não for cazado, e morador na mesma villa, e emquanto nella não houver hómens cazados capazes destas servintias, se darão somente a moradores solteiros, e não a outras pessoas de qualquer prerogativa, e condição que sejão, ou deste reino, ou do Brazil, ou de qualquer outra parte; não sendo morador na dita villa quando alcansar qualquer dos dittos officios, porque quero, e hey por bem os sirvam somente os dittos moradores, por lhes fazer merce; com a ditta declaração que havendo moradores cazados prefirão aos solteiros nas servintias e propriedades dos dittos officios.

3. Por dezejar em tudo o que for justo favorecer os dittos moradores, hey por bem que não paguem maiores emulumentos aos officiaes de justiça, e fazenda, do que os que deverem pagar os moradores das Minas Geraes, assim pello que toca a escripta dos escrivãos como as mais diligencias que os dittos officiaes fizerem.

4. Hey por bem de fazer merce a todos os moradores da ditta villa, e seu destricto de os izentar de pagarem fintas, talhas,e quaesquer tributos, ainda o das entradas, e isto por tempo de dez annos, que terão principio do dia da fundação da ditta villa em que se fizer a primeira elleição das justiças, que nella hão de servir; como tambem os hey por izentos de pagarem pello ditto tempo quaesquer direitos reaes que me são devidos, e somente

[5] Seguem-se, riscadas, as palavras "tenha por termo".

dos metaes e mineraes que tirarem serão obrigados a pagar-me metade dos dittos direitos, satisfazendo somente a decima parte em lugar do quinto que devem. E emquanto o quinto do ouro se pagar no Brazil por capetação, como de prezente se paga, quero, e mando que no destricto da ditta nova villa se pague somente pello ditto tempo, metade da quantia que se pagar nas mais minas que ficão fora do ditto destricto; e nesta izenção não entrão os dizimos devidos a Deos dos frutos da terra[6] os quaes devem pagar como os mais moradores do Brazil.

5. E pello que dezejo favorecer este novo estabelecimento sou servido que todos os moradores dentro na villa que novamente mando fundar no Matto Grosso, não possão ser executados por dividas que tiverem contrahido fora della e seu destricto, o que se entende somente nos primeiros 3 annos, contados do dia em que forem estabelecer-se na ditta villa em qualquer tempo que seja, ou nos principios da sua fundação, ou[7] no futuro; mas deste privilegio não gozem os que se levantarem, e fugirem com fazenda alhea, porque esta poderão logo haver seus donos pellos meyos de direito; por serem indignos desta merce os que[8] tiverem similhante procedimento.

E para que tenhão promptamente o seu devido effeito estas merces e se estabelessa a ditta nova villa sou servido ordenar-vos que vades ao referido destricto do Matto Grosso, e estando nelle convoqueis para determinado dia todos os seus habitadores, e lhes partecepareis as merces que lhes faço, ordenando-lhe que de entre si ellejão cinco pessoas para estas determinarem o sitio em que a villa se deve fundar com as circunstancias abaixo declaradas, e rezolvão comvosco todas as mais duvidas que se offerecerem na execução desta ordem, e fundação da ditta villa, e vos lhes dareis juramento para que debaixo delle vottem em cinco pessoas que lhes parecerem mais capazes para o ditto effeito, e lhes tomareis, e regullareis os vottos, e aos que sahirem elleitos por mais vottos, dareis juramento nos santos evangelhos para que debaixo delle fação a ditta elleição do sitio, e determinem comvosco as mais duvidas, conformando-se com esta ordem no que nella se declara.

O sitio que se elleger para a fundação da ditta villa[9] seja o mais saudavel, e em que haja boa agoa para beber, e lenha bastante; e se determine o lugar da praça, no meyo da qual se levante o pelourinho, e se assignalle area para o edeficio da igreja, capaz de receber competente numero de freguezes, quando a povoação se augmente; e fareis logo delinear por linhas rectas a area para as cazas se edeficarem, deixando ruas largas, e direitas, e em primeiro lugar se determine nesta area das cazas, as que se devem fazer para a camara, cadea, e caza das audiencias, e mais officinas publicas, e os officiaes da camara despois de elleitos darão os sitios que se lhe pedirem para cazas e quintaes nos lugares diliniados, e as ditas cazas em todo o tempo serão feitas todas no mesmo perfil no exterior; ainda que no interior as fara cada morador a sua vontade; de sorte que[10] se conserve a mesma formozura da terra, e a mesma largura das ruas. Junto da villa fique bastante terreno para logradouro publico, e para nelle se poderem edifficar novas cazas, que serão feitas com a mesma

---

[6] Seguem-se várias palavras riscadas, de leitura impossível.

[7] Seguem-se, riscadas, as palavras "em qualquer tempo".

[8] Seguem-se, riscadas, as palavras "tem este".

[9] Seguem-se, riscadas, as palavras: "se procure".

[10] Seguem-se, riscadas, as palavras "em todo o tempo"

ordem, e concerto com que se mandão fazer as primeiras; e deste terreno se não poderá em nenhum tempo dar parte alguma de sesmaria, nem de aforamento sem ordem minha, que derrogue esta, porque sou servido que fique para uzo publico, e para se edificarem cazas que os officiaes da camara arruarão; e os governadores poderão dar de sesmaria toda a mais terra com as clauzullas e condiçoens que tenho ordenado, excepto na extenção de terra, que se permitte dar a cada morador, porque nos contornos da ditta villa dentro em seis legoas de distancia della, não poderão dar de sesmaria a cada morador mais do que meya legoa de terra em quadra, para que augmentando-se a ditta villa possão todos os moradores terem as suas datas de terra; e só no ditto contorno se dará huma datta de quatro legoas de terra em quadra que admenistrarão os officiaes da camara para do seu rendimento se fazerem as obras, e despezas do concelho, e desta terra poderão aforar para o mesmo effeito de terem rendimento aquellas partes que lhes parecer, observando o que dispoem a ordenação para estes aforamentos, e fora das dittas seis legoas, darão os governadores as sesmarias na forma estabelecida nas mais partes do Brazil.

Determinado o sitio para a fundação da villa fareis elleição das pessoas que hão de servir os cargos da terra, na forma que dispoem a ordenação. E hey por bem haja na ditta villa dous juizes ordinarios, dous vereadores, hum procurador do concelho que sirva de thezoureiro, e hum escrivão da Camara[11], que sirva tambem da almotaceria: hum escrivão do público judicial e notas, que sirva também das execuçoens; emquanto a povoação não crescer de sorte que seja necessario fazer mais officiaes de justiça; porque sendo-me prezente a nececidade que delles houver proverei os que forem precizos; e chegando os moradores ao numero da ley da creação dos juizes dos orfãos, se procederá na elleição delle na forma da mesma ley; e os officiaes da camara farão a elleição dos almotaces, e se fará o alcaide na forma da ordenação; que terá seu escrivão da vara e das pessoas que houver mais capazes para as servintias dos officios de provimento que pode fazer o governandor; vos com os officiaes da camara juntamente informareis por carta o ditto governador para elle os prover sem donativo pello tempo que pode em que eu não dispozer o contrario, e de tudo o que se obrar me dareis conta pello conselho ultramarino mandando registar esta nos livros da camara da ditta villa e nos da ouvidoria.

Ao governador se escreva na mesma forma referindo-se-lhe o que ao ouvidor se ordena, e ordenando-lhe que pela parte que lhe toca assim o execute, e faça executar, e da sua parte promova o augmento da ditta villa, e de conta do que se obrar e do mais que entender he concernente ao mesmo fim.

Continue estas ordens com os conselheiros mais antiguos[12] (…)

[11] Seguem-se, riscadas, as palavras "e dous Almotaces com…"

[12] Documento incompleto.

Doc. III

AHU Mato Grosso caixa 6 doc 16

22 de Outubro de 1752

Carta de D. António Rolim de Moura ao Conselho Ultramarino

Senhor:[13]

Depoiz[14] que se levantou a villa, não sómente as moleztias proprias, que muito me perseguirão, mas a epidemia geral que houve, e o continuarem as agoas ate muito tarde demorou por algum tempo trabalhar-se no seu estabelecimento. Tanto que estes embaraços tiverão alguma diminuição, persuadido, como dei conta a Vossa Magestade, que o principio das cazas da rezidencia o havia de ser tão bem da villa se povoar lhe mandei abrir os alicerses, o que começou logo a chamar gente para ella, assim officiaes, como outros pela conveniencia de alugarem os seus pretos, e muitos entrarão a levantar cazas. Dezaseis moradas se achão já entre as que estão feitas, e as começadas.

Como este sitio está distante dos Arrayaes, e das rossas servem de grande obstaculo a concorrem (*sic*) mais gente a falta e a carestia de mantimentoz, para[15] o vencer tenho feito deligencia por que se plantem nestas vezinhanças e com effeito dez rossas ha já a borda do Goaporé, e perto da villa com a planta que basta pera fazer abundancia grande pera o tempo da colheita.

Nunca porem pode a povoação crescer muito, emquanto tirar só deste destricto o seu aumento, estando elle tão falto de gente, como reprezentei a Vossa Magestade; e necessita pera este fim de outras providencias, que só Vossa Magestade pode dar pera que de outras capitanias, ou do reino, ou das ilhas, lhe entre o povo de que preciza, não só a villa pera ficar estabelecida com firmeza; mas ainda a conservação das mesmas minas, que cada ves são a menos, pelos muitoz que todos os annos morrem, emquanto a mim, não tanto

[13] Na margem superior esquerda pode ler-se: Junta a primeira conta que deu sobre o estabelecimento da Vila, aja visto o Procurador da Fazenda. Lisboa, 19 de Fevereiro de 1754.

[14] Na margem esquerda do documento lê-se: "A comunicação do Pará em que se espera toda a felicidade da nova villa está ja pormetida assim della se sigão tantas condições como se representão: a povoação da villa se ha-de fazer com as pessoas que ordinariamente se quizerem hir a ella estabelecer e não com cazaes mandados a esse fim; porque esta pobre gente não vem de condição alguma e atemorizada com a malignidade do clima não só hirão (…) mas fogirão de hir com gosto, para as mais conquistas, alem da excessiva que Sua Magestade faria no transporte, para tão grande distancia.

Em tudo o mais me parece se pode aprovar o que o governador tem feito.

(Rubrica)

Haja vista (…) da coroa. Lisboa 20 de Novembro de 1754.

(Rubricas)

[15] No final da página anterior, e no canto superior esquerdo da presente página lê-se: Conforme com o que diz o ouvidor procurador da fazenda. (rubrica)

Encabeçando o texto principal, lê-se: Ao conselho parece o mesmo que aos procuradores regios. Lisboa, 10 de Outubro de 1754. (rubrica)

pela malignidade do clima, como por não terem com que se curar em rezão da grande careztia e falta de remedios, procedida do dilatado, e dificultozo caminho que he precizo vencerem pera cá chegarem; a vizta do que me parece, que só a franqueza do comercio com o Pará pode ter mão na ruina destas terras.

Ainda que do Rio de Janeiro truxe o risco pera as cazas de rezidencia me não servi delle vendo a exceciva dezpeza que me importaria a sua execução, e me rezolvo a faze-llas pelo que remeto a Vossa Magestade proporcionando-me aos poucos meyos da fazenda real desta capitania: porem às paredez dou a grossura necessaria pera poderem levantar-se a todo o tempo, que parecer conveniente fazer quarto alto.

A villa vou formando da maneyra seguinte. Escolhi pera a praça principal hum terreno mais alto, e fora de todo o risco das cheas por mais extraordinariaz que sejão, diztante do rio perto de quinhentos passos; porque a demaziada vizinhança destes he ordinariamente sogeita a sezões no tempo das enchentes e vazantes. Como os quatro lados da dita praça, que faço de quatrocentos e outo palmos em quadro estão quazi aos quatro rhumos principais determiney o que fica ao oriente pera a matris o do poente pera as caza (*sic*) da camera, o do norte pera as da rezidencia e o do sul pera quarteis.

Sahem de cada angulo da mesma praça duas ruas em direitura cada huma de cada hum dos lados, que formão o dito angulo, e lhe dou secenta palmos de largo. As duas que correm leste oeste vão em linha recta ao porto dezembocando em huma grande praça que nelle deixo ficar, ainda que irregular, porque o mesmo rio a termina por huma parte. Porem de todas estas ruas sómente está começada a que fica no mesmo no mesmo (*sic*) alinhamento das cazas de rezidencia, as mais se hirão fazendo que houver, quem se queira nellas estabelecer, e ao mesmo tempo determino fazer outra atravessadas pera mayor comodo, e serventia dos moradores, ou pera milhor dizer se achão já duas com algum principio.

O meu cuidado mayor he que as cazas todas vão bem perfiladadas sem que alguma dellas se afaste do estrocimento das ruas porque o erro que agora se der nisso não sera facil emmendar-se ao depoiz, e he couza que não aumenta a dezpeza aos moradorez: emquanto a igualdade, e simetria das fachadaz me tenho relaxado maiz por ver a dificuldade, que fazia a muitos este ponto pera virem estabelecer-se na villa, principalmente aos pobres fazendo-se-lhe custoza haver de se proporcionar aos ricos nesta perfeição, porque o meu fim, e o que por hora intendo convem maiz ao serviço de Vossa Magestade he facilitar o que for possivel, o estabelecimento dos moradores. Pelo mesmo motivo lhe permito tambem cobrirem as cazas de capim, e porque ainda que as quizessem cobrir de telha a não há, nem haverá tão depreça só pera as que estão feitas. Se a villa for em aumento, tempo virá em que possão emmendar estes defeitos, porquanto as cazas que agora fazem, não são de muita dura, por serem de pao a pique, e quando os donnos az quizerem reformar, ou fazer de novo, será milhor occazião de lhe por a ley, sem o rizco, de que esse detrimento haja de oz fazer largar a vivenda, a que ja estão costumados.

Rezolvo-me a fazer quarteis, como assima disse, sem embargo de não ter ordem pera isso, intendendo o haverá Vossa Magestade por bem por ser assim conveniente ao real serviço de Vossa Magestade; porque como em outra conta puz já na prezença de Vossa Magestade mandara vir pera esta villa hum destacamento de Dragõez, que não he menos precizo em respeito aos nossos vezinhos, e aos moradores deztas minas, do que

tem sido util pera o mesmo estabelecimento da dita villa, poiz nella não há mais cazas do que as que cada qual vay fazendo pera sua morada, necessariamente as hei de fazer pera os acomodar.

A muito Alta e Real Pessoa de Vossa Magestade guarde Deos muitos annos, que seus fieiz vassalos lhe pedimos. Villa Bella da Santissima Trindade vinte e doiz de Outubro de mil setecentos sincoenta e doiz.

D. Antonio Rollim de Moura

Doc. IV

AHU Mato Grosso caixa 12 doc 59A

16 de Dezembro de 1765

Carta de João Pedro da Câmara a Francisco Xavier de Mendonça Furtado

Documentação anexa a planta[16]

Illm° e Exm° Senhor[17]:

A aldea de S. Miguel, composta dos indios, que no tempo da guerra, passarão para a nossa parte da missão castelhana, que se queimou, e de outros que fugirão, e vão fugindo das mais missoens; ficou situada à pouca distancia deste destacamento; porque naquelle tempo se não podia dar outra melhor providencia.

Quiz meu anteçessor muda-lla, para evitar os desturbios, que commettião os soldados desta goarnicão com as indias, e os continuos furtos, que fazião nas plantaçoens, e criaçoens dos mesmos indios; porem alguns obstaculos dilatarão tão justo, e santo projecto. Eu tenho trabalhado em vence-llos, e com effeito consegui mudar a referida aldea, para outro sitio rio acima, quatro legoas distante da primeira, de muito bons ares, e largueza bastante.

Nesta mudança, e situação se não gastou couza alguma da real fazenda, havendo-se dispendido cem mil oitavas de ouro, com as duas de S. Joseph, e S. Anna; para cuja fundação forão mandados com meu antecessor dous jesuitas, que se aproveitarão, segundo dizem, bastantemente, tanto destas despezas, como do trabalho dos indios: E o peor de tudo, he que não consiste a fabrica destas aldeas, mais que em dous ranchos, que precizamente devo mandar deitar abaixo, e fazer de novo com a formalidade, que he conveniente, para a habitação, e commodidade dos moradores.

Espero que esta transmigração seja do agrado de Sua Magestade, pelos justificados motivos, com que foi feita; e juntamente a planta da nova aldea, que incluza appresento a V. Exª.

Deos guarde a V.Exª. Destacamento de N. Srª da Conceicão, 16 de Dezembro de 1765.

Illm° e Exm° Senhor Francisco Xavier de Mendonça Furtado

João Pedro da Camara

[16] Ver Inventário Iconográfico n° 10

[17] No canto superior esquerdo: "Mato Grosso 14-XII-765"

Doc. V

AHU Mato Grosso caixa 13 doc 39

15 de Junho de 1769

Carta de Luís Pinto de Souza Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado

Illm° e Excm° Senhor:

Em virtude das ordens de Sua Magestade que determinão se hajão de dominar as terras deste continente com os apellidos das cidades, villas, e lugares de Portugal; a fim de que se reconheca possetivamante, e com mais facilidade o verdadeiro dominio a quem pertencem; fiz publicar por hum bando nesta capitania a determinação da mesma ordem; e substituir com os sobreditos apelidos alguns lugares de indios, e outros novos estabelecimentos, que por huma piedade mal entendida se achavam designados com os nomes dos seus padroeiros: pratica na verdade mais devota, que significante.
E como nos officios que actualmente sou obrigado a passar deverá V. Exª notar esta mudança, me pareceo indispensavel participa-llo; a fim de que V. Exª fique sciente da referida substituição, que corresponde às denominaçoens antigas, pela ordem seguinte:

Nomes Antigos	Nomes Modernos
Fortaleza de N. Srª da Conceição	Forte de Bragança
Lugar de S. João de Indios	Lugar de Lamego
Lugar de S. Joseph de Indios	Lugar de Leomil
Lugar de Stª Anna destrito do Cuyaba	Lugar de Guimaraes
Sitio das Pedras	Destacamento de Palmella
Novo estabelecimento dos Pamas na Cachoeira do Girau	Lugar de Balsemão

Da mesma sorte me cumpre participar a V. Exª, em como fazendo-se quasi inhabitavel por forca do clima o antigo lugar de S. Joseph situado nas margens do rio dos Mequens, e não sendo naquella situação de quazi utilidade alguma para o Estado; me resolvi a determinar neste verão a sua mudança para hum sitio mais adequado, sobre as margens do Gaporé, da parte superior da fortaleza, e a dous dias de viagem della unicamente. Como a situação he propria para a cultura lisongeo-me que puderá adquirir em breves annos maior augmento, e vir a ser muito util para o sustento da goarnição do mesmo forte; assim como já o he a povoação de Lamego, que o meu antecessor fez transplantar com o mesmo fim para aquellas circumvezinhancas.

Espero pois que V. Exª se dignará de espor isto mesmo na real presença de Sua Magestade, dezejando que haja d'obter a honra da sua real approvacão.
Deos guarde a V. Exª. Villa Bella 15 de Junho de 1769.

Illmº e Exmº Senhor Francisco Xavier
de Mendonça Furtado

Luiz Pinto de Souza

Doc. VI

AHU Mato Grosso caixa 14 doc 5

3 de Fevereiro de 1770

Carta do Oficiais da Câmara de Vila Bela a Luís Pinto de Souza Coutinho

1º [18] Illm° e Exm° Senhor// A carta de V. Exª de 16 de Janeiro, com lista dos pontos respectivos à policia, e civilidade desta capital, faz o assumpto da presente resposta. E posto que pela copea incluza da assemblea de 28 do sobreditto, se mostra a execução que demos a muitos dos pontos principais, não devemos omittir algumas reflecçoes sobre huns e outros em cumprimento da nossa obrigação, e dezejo de promover as couzas pelos meyos mais opportunos, e de que a experiencia nos tem produzido sufficiente conhecimento.

2º Pelo que toca pois ao 1° ponto da lista, inviolavelmente tractaremos de fazer escrever os annáes deste, e dos annos passados, em que, por omissão, houve huma falta indesculpavel: e por esta advertencia já tem alguns substituido o defeito.

3º Da mesma sorte entenderemos com exacção sobre a observancia da regularidade inalteravel dos pezos, e medidas, pela determinação do 2° ponto, de sua natureza recomendavel: beneficio, que esta capital confessará dever singularmente a V. Exª. entre tantos, que, em tão pouco tempo tem percebido.

4º Quanto ao 3°, constará da copea sobreditta, que fizemos-lo notorio a todo o concurso da Assembléa, para que se dispuzessem os lavradores, em tempo habil, a estabelecerem fabricas de algodão, e fumo, na forma, que V. Exª determinou.

5º Persuadindo-nos porem, que será de difficil consecução o estabelecerem fabricas do primeiro genero, dependendo este de fiandeiras, que costumão ser indias, e pretas escravas. Neste paiz, e commummente em todas as mais minas, são muito menos as pessoas deste sexo. A mayor parte dos moradores não tem mais, que huma, ou duas escravas: E se fundão na copea de escravatura habil para exercicio braçal, como rossas, e lavras, que são os unicos meyos em minas, como estas, proprios para abastecimento dos homens. Somente nos povoados, onde minas não há, e as mulheres sobejão, como em S. Paulo e capitania do Espirito Santo se applicão aos algodões com desvello e utilidade.

6º Igualmente foi a todos intimado o 4° ponto: exortámos a que pozessem cuidado na agricultura de fructas, e ortalissas os moradores dos suburbeos desta villa pera que a ella a mandassem vender; não esperamos em quanto estes primeiros tempos haja de haver abundancia destas couzas, por ter mostrado a experiencia, que alem de falta de agoas para regar as ortas em partes convenientes, pouca sahida, e rendimento costumão dar estes effeitos porque todos commummente plantão nos seus quintais mais, e menos

[18] No canto superior esquerdo: "Copea".

tendo por mais util contentar-se com o limitado fructo delles, do que comprar em praça a ouro semilhantes provimentos. E o mesmo entendem os lavradores circumvezinhos, na certeza de que, applicando-se a este meyo, hum só bastaria para abundar à vista dos compradores, que podem nesta villa dar gasto diariamente às ortalissas. A mesma conveniencia pecuniaria, cuja consecução ninguem perdoa, e a todos hé de hum continuo insenttivo virá a excitar este exercicio, que não cessaremos de applicar.

7º O contheudo no 5º, 6º, 7º, e 8º ponto hé da nossa particullar obrigação: e será muito mais hoje de mayor attenção, em obsequio das recomendações de V. Exª; nesta conformidade quanto ao 9º, haverá igual cuidado na prohibição de se não cavar fora das balizas determinadas; com o pezar de que não poderemos satisfazer inteiramente a outra parte delle, pelo que toca à planta de arvoredos nos bordos dos valos: pois sendo pastos de animaes, em partes resfriadas e em que não podem ter a devida cultura, nem menos couzas silvestres costumão produzir.

8º Quanto ao 10 ponto concideramos tanta, e tão importante utilidade[19] se formarem fazendas de gado pelas margens do Guapihy, e outros lugares, com fraca esperança nos fica, de que, só por nossas admoestações se animem os moradores da comarca, e de fora a povoar os campos com gados, sem que os interessem outras, e mais relevantes utilidades, como por exemplo a graça de não pagarem dereitos, lograr indultos, que os excitem a estabelecimento tão importante. Assim o tem muitos engenhos das partes maritimas, e ainda algumas fazendas de gado. E não hé muito que a debilidade desta povoação se fomente com semilhantes beneficios sendo huma fronteira remotissima e exposta a toda a invasão de hostilidade, e que depende indefectivelmente de meyos proporcionados à sua subsistencia. O que tudo só pode subministrar a alta comprehenção de V. Exª por si, ou authorizada com beneplacito regio, bem iformado da necessidade da materia. Este sera hum dos mais avantajados serviços, que, entre outros, poderá V.Exª fazer a esta capitania, e seus moradores que hoje tem a felicidade, e a honra de viverem debaixo do seu vigilantissimo governo.

9º Da determinação do 11 ponto fizemos incumbencia ao procurador do senado, para que, sem perda de tempo, faça rellação dos officios, e mais expecificações nelle conteudas, em ordem a que logo a façamos expedir a V.Exª.

10º A materia do 12 ponto se conferiu na assemblea, cuja resolução consta da copea, que incluza fazemos enviar. A authoridade[20] das ruas calçadas, hé sem duvida incontroversa: e muito nos interessamos neste projecto. A praxe porem não deixa de padecer alguma impossibilidade; porque ha-de custar muitas lagrimas da pobreza, que hé da mayor parte, de que se compoem algumas ruas. O mais, que no estado presente se poderá conseguir, virá a ser o calçarem-se oito, ou dez palmos na forma exposta na referida copea, intervindo

[19] Segue-se, riscada, a palavra "em".

[20] Ressalvada esta palavra, por sublinhado: à margem esquerda do documento lê-se: "Esta palavra parecia devia ser = utilidade".

algumas modificações, segundo a conjectura do tempo presente, o permittir às partes mais fracas, que devemos attender, não só pelo que nos parece excesso de razão obriga-las, como porque a sua impossibilidade actual se faz credora da mayor compaixão: esperando comtudo, que no curso de mais annos, em que os moradores estejão menos exhaustos, possamos todos preferir esta utilidade publica a todas as outras domesticas.

11º A Camara hé certo, que com couza alguma não pode concorrer, sendo-lhe por outra parte de obrigação esta concideravel obra, se não estivesse tão gravada de empenhos, e destituida de rendimentos copiozos. Por isso nem menos pode prevenir rezerva alguma, em virtude do 13 ponto, para se acabarem as cazas da camara, e cadeia, quando para o que está feito, e para que tomou dinheiros a orphãos, até agora não pode pagar: e ainda com se lhe deputar os rendimentos dos subsidios das canoas para aquelle desempenho, em menos de dous decenios, nunca virá a desonerar-se. O empenho hé mayor do que talvez a V. Exª será notorio, não só pelas quantias de juros, cujos donos actualmente clamão, se não pelas proprias despezas annuais, comulando-se humas a outras de dous, e tres annos anteriores ao corrente; com tanto prejuizo das partes, e das obras do mesmo senado, que muitas se não fazem, porque nimguem as quer tomar pela falta de correspondencia.

12º Este he o estado da impossibilidade em que se acha esta camara: estas em suma as dispozições de algumas couzas para se poderem promover a melhor forma: e \.../ a conta e informação, que nos pareceu de justiça devemos a V.Exª informar, digo a V.Exª representar, ratificando novamente a nossa solemne prottesta de sermos em tudo, e por tudo inseparaveis à vontade, e obediencia de V.Exª, como for servido mandar. Deos guarde a V.Exª muitos annos. Villa Bella em camara de 3 de Fevereiro de 1770// Illmº e Exmº Senhor Luiz Pinto de Souza Couttinho// Antonio Ribeiro Leite de Serqueira// Manoel de Oliveira Pombal// Domingos Jorge da Sylva// Antonio Carneiro Peixotto// Costodio Jozé da Sylva.

Jozé de Oliveira Ramos secretario interino

Doc. VII

AHU Mato Grosso caixa 16 doc 2

4 de Janeiro de 1774

Cartas de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro. Em anexo cópias das instruções passadas ao fiel António Lopes da Silva e ao sargento-mor Marcelino Rodrigues

Illm° e Exm° Senhor:

Ponho na real prezença de Sua Magestade, que em consequencia do expreçado no oficio de 25 de Mayo do anno passado, que a V. Exc.ª dirigi, e do que julguey reconhecidamente necessario e util ao serviço do mesmo Senhor, dey todas as providencias e ordens convenientes, antes de partir de Villa Bella, para que efectivamente fosse estabelecido nas primeiras secas hum novo registo, sobre a estrada que vay para Goyáz; junto da extremidade oriental deste governo; e muyto nas imediações das ribeiras do Barreyro, e das Pitombas, por ser aquela paragem huma das que me pareceram mais proporcionadas a este destino, quando por aquele grande sertão fiz a minha jornada.

Este registo cuja fundação me pareceu da mais indispensavel importancia na forma referida, deve servir não só para o precizo exame de todas as pessoas, que ouverem de sahir desta capitania, ou entrar nela; e de tudo quanto levarem na sua companhia, acautelando com as atençoes mais particulares os extravios do ouro em pó; mas para favoreçer, abrigar, e socorrer aos passageiros, e viandantes de tão dilatado sertão; e porque devendo de novo fazer-se este piqueno estabelecimento num paiz deserto, infestado de gentios ferozes e tão remoto das comodidades, e asistencias de povoação, julguey tambem que seria necessario instruir com mais amplo detalhe as pessoas que deputey para tão trabalhosa deligencia na forma, que a V.Exc.ª constará da memoria adjunta que remeto, para que possa ser constante a Sua Magestade tudo o que ela contem, e que o mesmo Senhor possa dignar-se de conferir o seu augusto beneplacito a este piqueno novo esforso do meu devido zelo pelo seu real servisso.

A remessa da moeda provincial de prata, e cobre, que a Sua Magestade supliquei de mandar fazer para esta capitania,/ aonde prezentemente se não encontra a mais piquena porsão dela/ pela carta que a V. Exc.ª encaminhey em 5 de Abril do referido anno passado, ainda agora fica sendo mais inexcuzavel, com a criação daquele registo, alem dos que já existiam antecipadamente; porquanto he certo, que em conformidade do regimento da intendencia que o mesmo senhor tem mandado rigorosamente observar, devem sempre estar providos os registos das competentes quantidades da dita moeda para se trocar nas ocazioes precizas, alem da necessidade de a fazer muitas vezes circular para mayor facilidade, e promptidão do comercio interior quotidiano.

He o que sobre esta materia me pareceu referir a V. Exc.ª em conformidade das inherentes obrigaçoes do meu incargo para constar no supremo conhecimento de Sua Magestade.
Deos guarde a V. Exc.ª muitos annos.
Fortaleza da Conceyção, 4 de Janeyro de 1774.
Illm°e Exm° Senhor Martinho de Mello e Castro.

Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres

Copia das instruções com que o governador e capitão general da capitania do Mato Grosso Luiz d'Albuquerque de Mello Pereyra e Caceres mandou passar as vezinhanças do rio Grande ao fiel Antonio Lopes da Silva, a fim de erigir, e criar de novo hum registo na paragem indicada.

Carta que acompanhou as instruções

Tendo escolhido a Vossa Merce para criar = o registo novo da Insua = na extremidade oriental deste governo, e detreminado que haja de partir para exercitar ali o imprego de fiel/ o que espero fará muy acertadamente/ lhe dirijo nesta ocazião as instruções que me ocorreram mais precizas, e mais esenciaes por onde ha-de governar-se; remetendo juntamente copia das minhas portarias para o Doutor juiz de fora dessa vila, a quem Vossa Merce deve dirigir-se para que lhe aprompte o precizo em tempo competente; e juntamente a da carta que agora escrevo ao sargento mor Marcelino Rodriguez, sobre a escolha dos soldados, e pedestres, que hão d'acompanhar a Vossa Merce, a quem dipois direy alguma couza mais que tenha de ocorrer; sigurando-lhe entretanto que eu hey de proteger a comudidade, e emteresse de Vossa Merce quanto seja possivel atendida a trabalhoza dificuldade, e impertinencia de hir fundar o primeiro estabelecimento, e de o promover; em cuja operação espero que ha-de desempenhar o meu bom conceito.
Dipois de vistas as instruções referidas que lh'invio, e de reflectir atentamente em todos os objectos delas, Vossa Merce me avizará de qualquer concideração, ou circumstancia atendivel, que necessite das minhas providencias, para que haja tempo de as aplicar/ se o requerer a necesidade/ antes que Vossa Merce parta; o que precizamente deve executar por todo o mez de Mayo proximo; porque só principiando nesta estação a sua viagem, se poderá concluir, ou ao menos adiantar bastantemente a importante diligencia de que o incarrego. Deos guarde a Vossa Merce. Villa Bella 4 de Novembro de 1773 = Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres = S. fiel Antonio Lopes da Silva.

Instruções

O fiel do registo que mando estabelecer nos confins orientaes desta capitania/ que me pareseu denominar = registo novo da Insua = principiara por escolher hum sitio proporcionado para aranxamento em hum dos rios, ou ribeirões que se ofresem adiante da junção dos caminhos, ou encruzilhada que chamam dos Araés; e se for possivel, que seja pelo menos hum bom dia de viagem adiante; em tal maneira porem, que posam registar-se perfeitamente bem ambas as estradas, e acautelar-se todo o genero d'extravio.
Algum dos sitios ou rios que discorrem entre o Taquaral piqueno, e as Lages da Serra, paresse-me serem as mais convenientes paragens para fazer a escolha pertendida; cuja seria reconhecidamente mais util, se a piquena picada por onde se comunica com o caminho, o sitio das Pitombas lhe pude-se ser tambem sugeita com a mesma precizão; porem no exame que se fizer com todo o escrupulo, e com toda a observação, se deverá sem duvida preferir hum lugar, que reunindo as mais condições, não seja ao mesmo tempo pantanozo, mas antes ao contrario povoado d'algumas alturas, ou piquenos montes;

que tenha precizamente perto ribeirão e sendo possivel com boa pesca; e da mesma maneira os competentes matos para fazer rossa; contendo alem disto a necessaria capacidade para huma fazenda de gado, que precizamente deve sustentar-se; pois que dela depende com vezivel necessidade huma grande parte da subsistencia do fiel, e de todos os mais moradores que hajam no registo; alem da utilidade que pode produzir-lhes de venderem para os Araés, gado, carne seca, e couros, com que igualmente poderão socorrer aos viandantes.

O primeiro principio que deve ter o rancho mencionado, consistirá logo em huma caza ou atalaya de sobrado, ou giráu quadrada, e que não seja grande, e que tenha esteyos fortes com sua escada interior, que comunique com o sobrado, ou girau; deve ter algumas frestas ou boracos para em cazo de surpreza dos gentios, se poder sobre eles fazer hum vigorozo fogo, com a mesma pouca gente que suceda estar na caza; servindo a elevação dela para flanquear, e descobrir melhor o campo, que não havendo incoveniente, concideravel, por todos os lados se deve divizar em alguma distancia. Esta caza assim alta, e com figura d'atalaya, deve ter em sima algum ornato de bandeirolas de pano velho, ou outra qualquer couza que seja propria para impor aos indios brutos algum receyo, ou temor, conciderendo-a couza maior do que hé na realidade, e hé manifesto serem mais convenientes/ em sircunstancias semelhantes/ as piquenas cazas da expressada figura levantada do que o pode ser qualquer sercado, ou intrincheiramento baixo, que comprienda hum grande espasso, porque para a defensa deste, se faz preciza muita gente, sendo sempre grande a facelidade de saltar dentro; quando socede tudo pelo contrario, sendo da construção que assima se descreve.

Feita assim a referida caza/ que não deixará de ser mais sadia que outra qualquer/ cuidará o fiel imediatamente em levantar dous, ou tres lansos de cazas terreas / no cazo de não poderem ser de mais capacidade/ as quais lhe servirão para alojamanto ordinario; e como for possivel armará huma banca, e as mais comodidades necessarias para escrever, dormir e finalmente acondicionar o que for precizo emquanto não poder fazer hum mais solido estabelecimento.

Se não encontrar impossibilidade faça logo rossa de milho, mandioca, feijão, etc, acressentando para seu socorro, tudo o mais que puder de plantações de qualquer qualidade, de donde poderá tambem asestir e vender aos passageiros por pressos racionaveis, a fim de não escandalizar aos compradores, podendo praticar o mesmo com a gente dos Araés, cuja preguisa, e desmazelo os não deixa cuidar no trafico, e na agricultura por mais que palpavel lhes seja a conveniencia destas aplicaçoes. Havendo no sobredito lugar capacidade para fazenda de gado que he tão necessaria, ou avizará para se lhe remeterem vacas de cria, ou as mandará buscar as fazendas do rio Grande, no que se concidera mais facelidade; e o mesmo praticará a respeito d'outras quaesquer provizoens esenciaes, de que necesite, que tudo será pago sem demora; no cazo porem que ali se procurem pressos excessivos; eles serão arbitrados judicialmente; porquanto para o general da capitania de Goyáz se tem pedido de dar todas as providencias, e ordens precizas a respeito do fazendeiro da banda d'alem do mencionado rio Grande; e emquanto ao que for do Cuiabá, ao Doutor juiz de fora desta villa se dirigiram já as ordens necessarias. O fiel fará examinar com o maior disvelo/ e quanto o possam permitir as suas

possibilidades/ se nas vezinhanças do registo aparessem minas d'ouro, ou inda algumas de prata; porque este meio seria sem duvida o mais eficaz para aumentar a concorrencia d'abitantes; por cujo motivo mandey remeter do Cuiabá os almocafres que constam da relação com esta junta.

Será manifestamente util que agregue ao registo todas as pessoas d'ambos os sexos que poder; comtanto porem que as faça trabalhar na rossa, pesca, costeio de gados, ou outras aplicações convenientes; de tal sorte que jamais se sofra gente ocioza; pois hé certo que ha-de viver a custa dos outros, praticando outras inclinaçoes prejudiciaes; e muito menos consentirá na vezinhança do registo criminozos, ou sejam desta capitania, ou d'outra qualquer, ainda que sejam grandes as conveniencias ou socorros que eles ofresam; não premitindo igualmente amancebados; antes ao contrario fará toda a possivel deligencia para que cazem, e dará toda a necessaria asistencia para este fim.

Se concorrerem mais alguns moradores a estabeleser-se, junto do registo os dirigirá, e persuadirá, a que fasam cazas, ou ranchos com as sobreditas providencias, formando rua direyta, ou outros espassos regulares que paresam proprios; para o que se uzará d'alinhamentos, e com piquetes; e seria sem duvida muito proveitozo, que em lugar de paus a pique, quizessem antes uzar o methodo dos adobos que duram imcomparavelmente mais e fazem muy pouca difirença na despeza. Terá o mesmo fiel todo o cuydado, e possivel vegilancia, principalmente em evitar o extravio do ouro; e a este indispensavel fim fará dar as mais exactas buscas aos passageiros e viandantes de qualquer qualidade, que pertendam seguir caminho para fora deste governo, ou entrar nelle, examinando seus passaportes, e edentidades de pessoa; outrosim evitará com a mayor atenção, que os moradores dos Araés vão fundir a capitania de Goiáz /como athe gora costumavam/ o ouro que extrahiam das suas minas; e sendo necessario patrulhar sobre este caminho, o fará tambem, servindo-se da asistencia dos soldados, que devem rezidir no mesmo registo, para fornecerem o socorro que for precizo. Acautelará sempre todo o genero de picada nova, que pertender abrir-se, e mesmo fará que mais se não cultive alguma que lhe pareser desnecessaria e poder servir para o descaminho; pois estas cautelas são siguramente as mais precizas nas vezinhanças dos registos, por onde precizamente devem passar todas as pessoas que tranzitam com todas as suas fazendas, e equipagens que levarem na sua companhia, afim de que tudo seja examinado, e revisto com a miudeza e atenção devidos.

A respeito do Arraial dos Araes praticará os esforsos que poder para facelitar a sua comunicação e correspondencia com o registo, em ordem a que reciprocamente se posam dar as maos, atendidas porem as expressadas prevensoens sobre o prejuizo dos novos caminhos ou picadas.

A todas as pessoas que pasarem fará o bom acolhimento que poder, não só uzando com elas de sivilidade, e do bom modo, mas vendendo-lhes por pressos arezoados os mantimentos com que se achar provido; os quais deve sempre ter em abundancia, a respeito dos que são compativeis com a possibilidade do certão, como v.g. milho, farinha, feijão, alguma carne seca, ou peixe, bananas, etc, porquanto a facelidade de achar semelhantes socorros, aumentara sem duvida o concurso de passageiros.

A toda a especie de gentio que se atreva a cometer o insulto, a matar, queimar, ou destruir algumas plantas, repulsará com o maior vigor, preseguindo-o, e atacando-o

como em justa guerra defensiva para o intimidar, e constranger a procurar a paz; e para este fim terá sempre promptas, e desembarasadas as armas com as suas correspondentes patronas, providas e dispostas em cabides na caza do sobrado, e mesmo assim algumas na rossa.

Ensinará e instruirá aos escravos todos no prompto e desembarasado uzo da espingarda, e da mesma sorte as mais pessoas que rezidirem no registo, e lhes dará o mais que poder d'esforso, aconselhando-lhes o rezistirem em todo o cazo ao gentio com desafogo, e valor, de tal sorte que jamais se lhes fuja nem dem mostras do mais piqueno medo; mas advirtindo que deve fazer guardar hum regulamento tão prudente, e huma tão exacta boa ordem, que nunca saya ninguem desacompanhado, nem s'exponha temerariamente ao insulto, e destruição dos mesmos barbaros a quem ainda no cazo de não haver armas de fogo será conveniente que se faça rezistencia com paos, pedras, etc, a fim de se lhes tomarem os porretes ou os arcos que facilmente largam quando se vem rezolutamente perseguidos.

No cazo que alguns destes gentios testemunhem vontade de comunicar ou asociar, prezentando-se com aparencias d'huma paz, e amizade sinceras, o agazalhará muyto/ guardadas sempre todas as prevençoes, e medidas de cautela e desconfiança necessarias / fazendo-os porem trabalhar, e exercitar em couza util; porquanto sustentar estes ou outros individuos de qualquer condição sem que sejam d'alguma maneira impregados hé de reconhecido prejuizo ao servisso de Sua Magestade, à sua real fazenda e ao bem comum e aumento da povoação; motivos porque deverá consistir hum dos principaes cuydados do fiel em promover o trabalho e aplicação de semelhante gente.

Se for com efeito praticavel, fará da mesma sorte o esforso possivel por convidar aos mesmos indios selvagens para algum genero de trafico, cambio, ou negocio, a respeito daquelas poucas e grosseiras mercadorias que unicamente lhes pode forneser a esteril pobreza, e inculta barbaridade do certão; quaes são por exemplo, algumas peles de veado ou outros animaes; algumas das suas rusticas manofacturas, como de penas ou outra qualquer materia; arcos com as suas flexas porquanto com avizo do fiel se remeterão os generos de resgate que forem proporcionados para facelitar assim, a comunicação e sivilidade de que tanto necessitam.

Será obrigado indispensavelmte d'avizar-me, com toda a individuação, sobre aquilo que achar, a respeito não só de qualquer descobrimento d'ouro, mas de quaesquer outras minas de metaes, bitumes, e pedras que paresam finas, ou raras; terras exquizitas na cor ou qualidade; e assim mesmo d'algumas arvores, gomas, rezinas, animaes de qualquer sorte, ou outras produsoens da natureza que pareserem interesantes, ou por qualquer principio curiozas e d'utilidade.

Estas minhas ordens, e todas as mais que posteriormente se lhe dirigirem por este governo, registará no livro que para este destino ouver de lhe ser entregue e igualmente fará memoria de quaesquer que pela intendencia lhe forem encaminhadas, relativas às funsões e deveres de fiel e poderem ser consernentes a exacto cuidado e vegilancia sobre as obrigaçoes do registo que lh'encarrego; bem persuadido de que ha-de servir a Sua Magestade como fiel vassalo desempenhando-as completamente. Villa Bella 3 de Novembro de 1773 = Luiz d'Albuquerque e Mello Pereira e Caceres =

Portaria

O Doutor juiz de fora da villa do Cuyabá, encarregado da inspecção dos reaes direitos, mandará asestir por conta da fazenda de Sua Magestade ao fiel que deve partir para o novo = registo da Insua = nos principios de Mayo proximo com os seguintes provimentos

1. O moniciamento do costume para doze pessoas por tempo d'hum mez
2. Quatro cavalos com suas cangalhas e bruacas
3. Doze armas de fogo com suas respectivas bayonetas e correspondentes patronas, tudo no precizo bom estado de servir
4. Cento e vinte pederneiras
5. Hum barril incapado de polvora, a qual no cazo de pareser melhor se acomodará antes em frasqueiras
6. Seis arrobas de perdigotos, ballas, e xumbo grosso em que tambem será incluida alguma porsão que seja propria para cassar
7. Doze machados com seus cabos
8. Doze fouses tambem preparadas de cabos
9. Doze almocafres
10. Tres alavancas
11. Dous martelos d' orelhas
12. Doze verrumas surtidas, entre as quaes sejam algumas de boa grossura
13. Duas enxôs xatas
14. Huma dita goyva
15. Duas serras piquenas
16. Huma dita brassal
17. Mil e quinhentos pregos surtidos
18. Cem anzoes de fora
19. Sesenta ditos da terra surtidos
20. Fexaduras preparadas seis
21. Seis inxadas com seus cabos
22. Seis pares de lemes correspondentes as fexaduras
23. Dous livros em branco que sem duvida se remeterão da intendencia desta villa para o registo das ordens e das guias, muito antes que chegue o tempo detreminado para a partida do fiel
24. Huma resma de papel ordinario
25. Hum quarteirão de penas para escrever

Finalmente fará asestir ao sobredito fiel com quaesquer miudezas que se costumam dar d'ordinario e se fazem indispensaveis para as expediçoes de viagem e asistencia no certão; como v.g. alguma soficiente porsão de quina, purgas, vomitorios, etc...; huma corrente com mais algumas prizoes e huma sella arreada.

O fiel guardará tudo o que se lhe entregar da fazenda real com o possivel cuidado para que não haja de faltar-lhe o precizo socorro e a ajuda na fundação e conservação

deste novo e necessario estabelecimento detreminado; e ainda que o uzo das armas e ferramentas que ficam ditas deverá servir-lhe como ajuda de custo, sempre se conciderará tudo existente no estado em que o uzo o permitir pertencendo à fazenda de Sua Magestade; e passará assim para outro qualquer fiel que possa soceder-lhe no oficio; a cujo fim ficará relação asinada, que servirá de recibo, a qual se remeterá a esta intendencia de Villa Bella, para servir de documento e de clareza. Villa Bella 3 de Novembro de 1773 – com a rubrica = Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres.

Illm° e Exm° Senhor[21]:

O informe e irregularissimo estabelecimento dos Araez no destricto deste governo, que se acha situado sobre a margem esquerda do rio, que aqui chamam das Mortes, ao mesmo tempo que pode vir a ser d'huma utilidade concideravel para o regio erario de Sua Magestade, pelas ferteis minas d'ouro que incerra/ainda que de baixo toque/ e pelo suficiente numero de vassalos que pode sustentar; se achava até o prezente pela sua grande distancia, e pouco comonicavel situação, em huma negligencia, incevilidade, e desordem conhecidas; de maneira que quazi só consistia numa congregação de gentes dispoticas, e arbitrarias, aonde não somente se não divizava a menor policia, mas ate mesmo pela mayor parte eram as santas leys da justiça muito pouco conhecidas, e correpondentemente respeitadas.

Por todas estas razões julguey ser d'uma muito urgente necessidade, e imediata obrigação minha, o mudar inteiramente a forma daquele estabelecimento, e fazer toda a deligencia por introduzir-lhe quanto possivel fosse, hum modo de viver menos grosseiro, e silvestre; e aquela sugeição de que tanto precizava; nestes termos ordeney que o sargento mor dos auxiliares do Cuiabá cuja prezença se fazia actualmente ali pouco necessaria passase ao mencionado, e inculto lugar dos Araez incarregado pozitivamente da execução dos varios regulamentos e deligencias que com bastante largueza lhe prescrevi; na forma que consta na copia que adjunta derijo nesta ocazião a V. Exc.ª para que intervindo o seu conhecimento, possa subir ao de Sua Magestade tudo o que nela se contem; juntamente com os motivos que me moveram a hum tal procedimento, o qual espero que não desmereserá a soberana aprovação do mesmo Senhor, conciderados os seus reaes interesses, e utilidade, que unicamente me propuz de solicitar conforme devo.

He quanto se me ofresse de partecipar a V. Exc.ª sobre este assumpto.

Deos guarde a V. Exc.ª muitos annos. Fortaleza da Conceyção, 4 de Janeiro de 1774.

Illm° e Exm° Senhor Martinho de Mello e Castro.

Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres

[21] No canto superior esquerdo: "4 de Janeiro de 1774".

Copia das instruções e ordens, com que o governador e capitam general da capitania de Matto Grosso Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, mandou passar ao sargento mor d'auxiliares Marcelino Rodriguez ao Arrayal dos Araés sobre a margem ocidental do rio das Mortes; com o objecto d'estabelecer os regulamentos de cevilidade, policia, e boa ordem que vão prescritos, e são dependentes dos exames, e indagações que ao mesmo vão ordenadas.

Carta que acompanhou estas instruções

Remeto a Vossa Merce as incluzas ordens minhas, com as instruções que lhe vão adjuntas, pelas quaes se governará na exacta e pontual execução que deve dar-lhes indefectivelmente. Deos guarde a Vossa Merce, Villa Bella, 2 de Novembro de 1773 – Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres = S. sargento mor Marcelino Rodriguez.

Instruções e ordens asima referidas

Nº1 Logo que entrar no Arrayal, e tiver convocado o juiz dele/ para quem leva carta minha/ com algumas pessoas mais autorizadas se as ouver, as instruirá com alguma politica do objecto da sua jornada, e das minhas ordens, que unicamente se dirigem a solicitar o aumento, e policia da mesma povoação, e as comodidades e interesses dos seus habitantes, capacitando-os ao mesmo tempo da necessidade urgente que sentiam/ confessada em carta do proprio juiz que para nesta secretaria/ das varias providencias, encarregadas agora ao mesmo sargento mor; o qual dipois que conhecer, que os referidos moradores estão cabalmente persuadidos destas uteis intençoes, e os vir dispostos na forma que lhe parecer conveniente, principiará a por em pratica o regulamento, e boa ordem que nesta lhe prescrevo.

Sera hum dos seus primeiros cuidados, e deligencias o examinar atentamente se o terreno em que se acham prezentemente situadas as cazas, ou habitações dispersas, hé comodo, e proporcionado para nele se viver, e edificar povoação; a saber, se he salutifero, provido d'agoa, e lenha, d'alguma terra fertil para a cultura das ortas, e das mais vezinhanças que se fazem indispenssaveis para a conservação fizica das gentes.

Examinará sucessivamente se nas paragens vezinhas haverá algum outro lugar melhor situado, e proprio para fazer domicilio, em que se ofresam com vantagem as sobreditas condiçoes; sem extraordinarios obstáculos para o preferir, formando nele a nova regulação de cazas que he preciza e que se dezeja.

Logo dipois persuadirá aos moradores com a suavidade, e bom modo, que achar posivel, o quanto util e conveniente lhes será, o principiarem a regular o seu estabelecimento/ que para o futuro pode vir a engrandecer concideravelmente/ por huma escolha de terreno, feita com as circunspectas atensões que asima se indicam, e dipois que a este respeito ouver sido tomada huma difinitiva deliberação, fará cuidadozamente, e sem perda de tempo proceder a hum novo alinhamento de ruas direitas com suas correspondentes travesas e mais partes de que costuma compor-se huma povoação sevilizada; para o que se plantarão estacas grandes, ou mouroes que asinalem os alinhamentos detreminados, juntamente com os difirentes angulos, que fôr precizo destinar para a

formatura das travessas, naquela proporção que o terreno permitir. N.B. Em todo o cazo deverá escolher-se hum sitio proprio para hum largo espasozo, ou prasa quadrada, se não ouver incoveniente; e junto desta em alguma das faces, deverá ser edificada pelo tempo adiante a igreja, e prizão publica, sendo essencial que este terreno seja a pouca diferença huma planicie.

Passará huma revista exactissima a todos os moradores d'hum e outro sexo, e de quaisquer idades; e destas revistas formará relaçoes bem individuaes, e claras, com um mapa adjunto, no qual se vejam todas as noticias, e diversas claces que vão indicadas no modelo nº2º para tudo me ser prezente.

Hé tambem precizo que traga todo o conhecimento, e toda a clareza das pessoas que lhe paresserem mais abeis, e mais capazes para ocupar algum imprego de milicia, ou de republica, distinguindo aqueles que tiverem mais algum fundo, ou estabelecimento de bens; os que procedem com mais rigularidade, e com mais sugeição as sagradas leys, e ordens de Sua Magestade; e finalmente aqueles em que huma, e outra couza se verificar, ou nenhuma delas; com tudo o mais que for consernente a esta materia; e observará quando fizer esta averiguação de fazer saber em meu nome constantemente a todos os moradores, que aqueles que praticarem o correspondente procedimento de bons e liaes vassalos do mesmo Senhor, experimentarão sempre por parte deste governo, toda a possivel concideração, e beneficio, e que ao contrario os que forem máos, e rebeldes às mesmas santas leys, e regulamentos regios, serão tratados com a ultima severidade, reputando-se huns disfarsados inimigos dos Estados e d'El Rey Nosso Senhor, aonde nunca serão consentidos, nem experimentarão de nenhuma sorte piedade.

Examinará também perfeitamente o estado da agricultura, e da plantação; se se acha bastantemente cultivada, e se o não está por negligencia dos habitantes , ou ingratidão do territorio; e se outro qualquer imediato/ ou ainda que seja em maior distancia que não paresa excessiva/ será para isto proprio; e fará os mais verdadeyros esforsos por persuadir a estes ineptos, e indolentes habitantes, que o asumpto d'agricultura, hé sem duvida o mais util, e o que mais esencialmente demanda a sua aplicação, e deligencia, porquanto hé bem vizivel, que dele depende primariamente o poderem subsistir em paragem tão agreste, e tão remota das outras povoações.

Averiguará se há pastos, ainda que não seja muito nas imediaçoes do lugar; e animará quanto possivel seja estes moradores, para que se interessem em fazer vir do Cuiabá algumas boyadas, o que sem despeza concideravel podem conseguir pela grande barateza do gado naquela villa; e igualmente os capacitará da utilidade que deve produzir-lhes a criação d'alguns cavalos; vista a indispensavel necessidade que há deles para os transportes e conduções.

Procurará saber a fundo da fertilidade, e abundancia das minas, ou pedreiras d'ouro; do metodo com que se aplicam os moradores para extrai-lo; se reina a divida boa ordem, e costumada justiça destributiva nesta importante materia; e se parese que alguns outros modos diversos dos que se acham estabelecidos, poderiam facilitar mais, e fazer mais rendoza a extração do ouro, que consta ser extraordinariamente fertil; ainda que seja de baixo toque, e sobre todos estes pontos ponderados, persuadirá aos moradores que abrassem os arbitrios, que manifestamente se reprezentarem proveytozos, e de

vantagem conhecida; sendo huma das recomendações principaes que lhes devera fazer a de convida-los ao exame das campanhas imediatas, aonde naturalmente hão-de poder descubrir-se minas solidas de melhor ouro, ou de prata; pela razão, de que consta das uniformes tradiçoes dos antigos sertanistas que todo o norte desta capitania incerra abundancia das referidas minas.

Instruirá a todos os moradores na exactidão e rigoroza observancia que devem por em pratica a respeito das inteyras remessas que precizamente são obrigados a fazer de todo o ouro extrahido, em direitura ao cofre da villa do Cuiabá; de donde sem mais intrevensão, nem trabalho seu será fidelissimamente remetido, à intendencia desta capital, e dela outra ves para a mesma villa do Cuiabá dipois d'estar fundido, para dali se dirigir com a possivel brevidade ás diversas partes a quem tocarem.

Capacitará na mesma ocazião aos ditos moradores, das recomendadas ordens que tenho dado, principalmente no novo registo que se manda erigir nas vezinhanças do rio Grande, para se fazerem os mais escrupolozos exames, averiguações, e vegilantes patrulhas, a fim de evitar-se todo o extravio do sobredito ouro, e a extracção dele para fora desta capitania, sem ser fundido; não havendo nada mais certo, que serem punidos todos os que se convensam de transgressores, não só com os confiscos estabelecidos, mas com outras penas arbitrarias que pareser conveniente d'aplicar-lhes.

Fará por adquirir todos os conhecimentos geograficos, e naturaes do territorio por meio das informações dos praticos do lugar; isto he se elle he cortado de ribeiras; qual seja a sua direcção e grandeza; se tem fertilidade de peixe, ou cassa, se se conhecem alguns sitios, lagos, ou montanhas memoraveis, se se acha reconhecida a corrente do rio das Mortes até fazer embocadura no rio Grande; e a que distancia do Arrayal pouco mais ou menos se verifica esta confluencia; se não s'experimentará dificuldade invensivel para intentar esta navegação; s'este rio tem abundancia de peixes e de que qualidades; se as margens dele se acham ocupadas por algumas nações d'indios silvestres; se se tem observado os seus costumes, e o seu número; e finalmente observará na jornada que fizer do Cuiabá para os Araés, se este caminho segue a sua verdadeira direcção, ou se reconhecidamente podia ser mais curto, e mais tranzitavel. Notará todas as ribeiras que passar, e se for possivel o rumo da sua corrente; assim como algumas outras paragens, ou lugares, que lhe parecerem dignos de memoria; calculando por huma estima a mais aproximada que poder o numero de legoas que andar.

Como me consta que o gentio silvestre, e cruel Cayapô, habita tambem as imediações dos Araés, e provavelmente pretenderá aproveitar as ocazioes que se lhe prezentarem d'incomodar, e invadir com os seus ordinarios insultos, e barbaridades aos moradores; hê sumariamente necessario que o sargento mor os exorte quanto poder, para que vivam prevenidos, e acautelados contra as insesantes, irrupções perigozas destes selvagens que não costumam deyxar perder as conjunturas que divizam para fazer mal.

Tambem lhe recomendo de fazer memoria de todas as produções da natureza que comumente cria aquele paiz, v.g. as qualidades diversas d'animaes quadrupedes; reptis; insetos; passaros; peyxes; arvores raras com suas frutas; cristaes; ou outras pedras estravagantes; terras d'alguma boa qualidade, ou cor, rezinas d'arvores, ou balsamos; indicando-se os nomes que tiverem no paiz, e as paragens ou sitios em que se tenham

descoberto. Ultimamente de tudo formará as memorias, e clarezas mais individuaes, que lhe for possivel para me serem prezentadas; e de todas as mencionadas produçoes da natureza, fará a deligencia por mandar conduzir algumas amostras, quando tiver de recolher-se a fim de que a vista delas posam fazer-se os exames e averiguações que se dezejam.

Se o tempo das agoas neste anno não terminar muy tarde partirá do Cuiabá sem a menor falência, no primeiro de Mayo proximo de 1774; e se soceder ao contrario, sahirá da dita villa desde 15 até 20 do mesmo.

Conservar-se-há no arrayal dos Aráes precizamente os mezes de Junho, Julho, Agosto, Setembro, e Outubro; de maneira que só do primeiro de Novembro por diante, poderá novamente por-se em marcha, retirando-se para a sobredita villa do Cuyabá.

Na adjunta portaria, e ordem que nesta mesma ocaziam dirijo ao Drº juiz de fora João Baptista Duarte se prescrevem as pessoas que devem acompanhar ao sargento mor, e as equipagens que por conta da real fazenda de Sua Magestade lhe mando apromptar em proporção do que pareceo precizo; a fim de ser indemnizado de toda a despeza extraordinaria, que tenha de se lhe ofreser nesta expedição.

Em todo o tempo que se conservar no arrayal/ que não será nada excesivo para a execução do que fica ordenado, e para introduzir os principios de cevilidade que nele tanto se precizam/ uzará sempre d'huma certa suavidade politica com os moradores, fazendo-se porém respeitar e atender constantemente, e conservando hum ar d'autoridade correspondente a importante comição de que o incarrego; para o que fará sempre conservar a porta do seu alojamento huma sentinella; mandando como julgar que he justo e precizo, ao juiz e mais moradores, na forma do amplo poder que lhe concedo. Villa Bella, 2 de Novembro de 1773 # Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres.

Aditamento as Instruções

Será muito conveniente que o sargento mor sobredito, convide e persuada algumas pessoas para que vão estabelecer-se no arrayal se tiverem algum numero d'escravos para ocupar na mineração, ou poder formar alguma util fazenda de gado, ou de rossa; podendo siguramente anima-las com a esperança de serem atendidas para o adiantamento; e havendo algumas destas pessoas sentenciadas a qualquer degredo penozo, e que tenha de des escravos para sima, querendo hir estabelecer-se no arrayal ao menos por bastante tempo lhes ficará assim comutado o seu degredo na forma dita.

Tudo o mais que de mantimentos ou provizões for possivel persuadir-lhes que transportem, será util para aumentar os socorros precizos de subsistencia que ali devem sempre ser escassos, sendo ao mesmo tempo necessarios urgentemente.

Das sincoenta cabessas de gado que mando transportar, ordenara o sargento mor que matem duas por semana, para o sustento da sua cometiva e d'outras quaesquer pessoas que de novo forem; e será sem duvida muito proveitozo, que na sua companhia vão alguns pescadores e cassadores para suprirem qualquer falta de mantimentos; a fim do que hirão monidos dos preparos competentes.

No cazo de que no arraial não ache alojamento comodo/como he provavel/ fará construir interinamente hum ranxo proporcionado, e defendido o melhor que poder ser; não só para conservação da desencia mas tambem da sigurança.

Durante o tempo da sua demora, fará que s'executem o mais que for possivel d'experiencias, e averiguaçoes a respeito dos diversos modos de queimar a pedra das pedreiras do ouro, ou de o extrair d'outra qualquer sorte; sendo constante que o melhor metodo de queimar, consiste em fazer a operação n'um forno alto d'adobes, no qual se queima sem dificuldade, e com muito pouca lenha sendo ao mesmo tempo precizo d'advirtir que algumas das pedras he necessario que se queimem com muito pouco fogo para se evaporar o inxofre; porquanto se o fogo he forte antes d'evaporado queima e consome a prata e mesmo o ouro.

Tambem não seria inutil animar aos moradores à construção d'algum engenho/ d'agoa do rio, ou outra ribeira sendo praticavel/ com piloens de roda, a fim de fazer mais facil a extracção do ouro, e se o mesmo sargento mor com alguns seus escravos, ou outros quaesquer fizesse trabalhar nesta qualidade de mineração / o que lhe pode ser de bastante utilidade/ será bom aumentar, e exaltar o jornal que produzir hum semelhante trabalho, para que todos se animem, dizendo-lhes tambem que a qualidade do ouro se vay examinando cada ves melhor na caza da fundição, aonde está reconhecido que a mistura dele he puramente prata.

No tempo das rossas qual hé o de Julho, Agosto, e parte de Setembro, fará que todos cuidem principalmente em rossar; e obrigará a que dentro deste espasso de tempo se suspendam as lavras athé terem rossado de subejo para o precizo consumo de todo o anno; porque só este arbitrio poderá bastantemente preservar o paiz da extraordinaria escaces e carestia de mantimentos que d'ordinario s'experimentam nele a efeitos da suma negligencia, descuido e preguissa dos mencionados moradores; e só por meyo dele se pode facelitar a concorrencia de gente que he indispensavel para o aumento da povoação; para a exploração de maiores minas, para a cultura delas; e finalmente para o fornecimento dos frutos da rossa e dos gados precizos.

No tempo da planta devem todos plantar abundantemente; milho, mandioca, feijão, arrós, e as mais plantas que o paiz cria, devendo-se tambem promover nele a cultura das arvores frutiferas dele; quaes são as larangeiras, limoeiras, limoeyros, ananazeiros, bananeyras, goyabeiras, mamoyeiros, juntamente com as ortaliças, que são ordinarias. N.B. Quanto mais se queimar o mato, tanto mais será sadio o ar da terra, como geralmente se tem experimentado nos certoes.

He bom advirtir aos moradores, que façam deligencia por comprar antes no Cuiabá tudo o que lhes for precizo de provimentos, do que na capitania de Goyaz, porque este sistema lhes pode trazer entre outros o beneficio de se não tentarem a extraviar o ouro; sendo certo que deste extravio pode rezultar a sua ruina. Para a camara do Cuyabá recomendarei que se persuadam alguns piquenos traficantes a que vão vender ao arrayal o necessario; e sendo possivel a algum mercador mais concideravel; lembrarey na mesma ocazião, que se poder ser, vão tambem algumas boyadas, e alguma porsão de bebidas, pois se acha provado pela experiencia, serem proprias a melhor conservação da saude.

Não consentirá o mesmo sargento mor/ e ordenará, que dipois de partir dos Araés mais se não consinta senão nas ocaziões precizamente necessarias/ que no arrayal se prezentem alguns moradores livres ou escravos com armas de fogo, ou algum ar d'alevantados e regulos, fazendo-lhes saber que hé já tempo de adquirirem o necessario grau de policia, que devem constituir as sociedades, como geralmente procuram os mais povos, e liaes vassalos de Sua Magestade, deixando d'andar vivendo como entre féras, e prestando as leys do mesmo Senhor, e principioz de justiça que tem mandado estabelecer, o mais profundo respeito, cougeição; advirtindo-os também que se não se corrigirem de quaesquer modos, ou procedimentos que paresam opostos as referidas leys, e sabios regulamentos regios, que sem duvida serão mandados prender estes revoltozos, e remetidos para o Cuyabá para serem processados, e sentenciados com as correspondentes penas estabelecidas; a fim do que o mesmo sargento mor emquanto se demorar, e dipois da sua retirada quem ouver de comandar no arrayal, juntamente com o juiz, tirarão sumario de testimunhas, por onde conste da expressada rebelião ás ordens; e no cazo que esta rebelião seja mais formal, e de mais nossiva consequencia e que paressa dificultozo, ou ariscado de fazer prender algum dos amotinadores, se me fará imediatamente avizo com o mayor segredo para mandar tal alsada, que posam conhecer os moradores, que os interesses do servisso de Sua Magestade, utilizam mais na destruição d'hum cento de lugares que não conservam sugeição, do que em que se sofra hum unico sô, aonde ligeiramente se repugne a tudo quanto se acha disposto pelas suas clementissimas ordens, inviolaveis e sacratissimas ordenaçoes. Villa Bella 2 de Novembro de 1773 – Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres.

Nº2 Memoria das claces, e devizões com que devera formar-se a relação de todos os habitantes dos Araés, acuzada na instrução asima de baixo nº2

1. O numero das familias ou dos fogos.
2. O dos meninos desde a idade d'hum anno a de 7.
3. O das meninas da mesma idade.
4. O nº dos rapazes desde a idade de 8 annos até a de 15.
5. O das raparigas desde a idade de 8 annos até 14.
6. O nº dos homens desde a idade de 16 annos até a de 50.
7. O das molheres desde a idade de 15 annos até a de 40.
8. O nº emfim dos homens desde a idade de 50 para sima.
9. E os das molheres desde a idade de 40 para sima.

Na mesma relação virão igualmente numerados os nacimentos, as mortes, e os cazamanentos de cada anno – com a rubrica

Nº3

Portaria

O Drº juiz de fora da villa do Cuiabá João Baptista Duarte, faça apromptar por conta da real fazenda de Sua Magestade, e a ordem do sargento mor Marcelino Rodriguez, dentro dos limites de tempo que ao mesmo são prescritos pelas minhas ordens o seguinte

1. Huma boyada de 50 cabessas que sairá 10 ou 12 dias antecipadamente a partida do sargento mor da referida villa em direitura ao arrayal dos Araés, com o destino de contribuir a sua necessaria subsistencia, e das mais pessoas da cometiva durante o tempo da sua demora no dito arrayal, o qual igualmente vay indicado nas mencionadas ordens minhas.
2. O moniciamento ordinario do costume por tempo d'hum méz para quaesquer soldados; assim pagos como auxiliares, ou ordenanças que hajam d'acompanhar ao sobredito sargento mor cujo numero vay igualmente indicado na relação nº4 junta tambem às minhas ordens.
3. Seis arrobas de tousinho de sobreselente.
4. Seis alqueires de feijão dito
5. Huma arroba de polvora com xumbo competente para cassar.
6. O numero de cavalos que indispensavelmente paresser precizo para a condução do dito moniciamento.
7. As armas de fogo competentes para as pessoas que acompanharem o sargento mor e que as não tiverem.
8. Alguns cavalos com cargas e milho que deve servir para a jornada; e se acharão promptos/ não havendo inconveniente/ e descansados na aldea da Chapada.

Villa Bella 2 de Novembro de 1773 – com a rubrica.

Nº4 Relação das pessoas que devem acompanhar ao Sargento Mor Marcelino Rodriguez na expedição que lhe tenho ordenado; cujas pessoas lhe serão imediatamente mandadas apromptar/ dipois que o mesmo as tenha nomeado/ pelos respectivos comandantes; a cujo fim servirá de portaria, e ordem expressa minha a prezente relação por mim rubricada.

1. Dous soldados dragoens que não sejam inabeis, e que o sargento mor nomeara com tanto que não sejam dos que tenho destinados para o regimento do certão.
2. Dous soldados auxiliares da companhia de cavalaria, que sejam robustos e de capacidade, os quaes o mesmo tambem nomeará; e de que hum pelo menos faça boa letra, escreva certo, e não podendo verificar-se em nenhum deles esta qualidade, poderá nomear, e escolher para semelhante deligencia qualquer oficial do mesmo corpo d'auxiliares, em quem s'encontre este requezito, com todos os mais que se fazem necessarios.
3. Levará tambem comsigo dous pedestres, e não podendo have-los no quartel do Cuiabá desocupados/ como provavelmente socederá conciderada a necessidade principal de fundar, e prover o novo registo do certão/ pedirá quatro ou seis caborés, pardos, ou outra semelhante gente das ordenanças ao comandante dellas, para o acompanharem a pê e ajudarem no certão; o que junto com alguns escravos em

que naturalmente consistirá também a cometiva, formarão sem duvida o necessario numero de gente para a execução da deligencia encarregada. Villa Bella 2 de Novembro de 1773 – com a rubrica.

Nº5 Copia da carta escrita ao juiz do arrayal dos Araés.

O sargento mor Marcelino Rodriguez portador desta, vay incarregado por mim da execução de varias deligencias importantes do real serviso de Sua Magestade nesse arrayal; e da de varios estabelecimentos de policia, e civilidade que neles se faziam tão precizos; e achando-se para estes utilissimos fins munido de toda a jurisdição; e autoridade que julguei conveniente conceder-lhe; ordeno expressamente a Vossa Merce, não só de observar exactissimamente as suas detreminações, sobre os pontos referidos, que amplamente lhe vão indicados na minha instrução, mas de fazer que todos os mais moradores do arrayal, lhe prestem toda a divida obediencia, e sugeição nesta conjuntura; e para que imediatamente dipois da sua chegada seja a todos constante esta minha positiva ordem, Vossa Merce os convocará na prezença do mesmo sargento mor, e lendo-lhes esta minha carta, lhes fará também saber que eu mando praticar com ele as atençoes e respeitos que são correspondentes ao caracter de delegado meu, com que me pareseu nesta ocazião autorizado sobre os incargos que lhe confiey.
Dipois que nesta capitania foy suspendida a capitação dos escravos, e que em lugar dela ficou substituindo o direito senhorial do quinto do ouro que pertence a Sua Magestade, e se deve pagar na fundição; tem sido tão extraordinariamente diminuta a porção desse arrayal, que a ela tem vindo para fundir-se, que eu estou constantemente persuadido, de que nele se pratica o mais escandalozo descaminho, e extravio do mesmo ouro, ou seja fazendo-o exportar/sem ser fundido/ para a capitania de Goyáz, ou para outra qualquer parte: nestes termos abstendo-me por agora de mandar tomar hum conhecimento judicial sobre tão culpavel transgreção, para a fazer punir severamente; me paresseu ordenar tambem a Vossa Merce que sobre esta importante materia, observe, e faça observar a risca, tudo o que as ordens e sagradas rezoluçoes de Sua Magestade pozitivamente mandam sobre hum asunto em que tanto podem defraudar-se os regios direitos do seu erario, ficando advirtido de que eu tenho mandado aplicar as mais rigorozas providencias para acautelar no sucessivo estas perniciozissimas desordens; e que sem duvida hão-de ter os trangressores, não só as penas ordinarias e confisco, mas outras que rezervo a meu arbitrio. Deos guarde Vossa Merce. Villa Bella, 2 de Novembro de 1773 – Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres – Senhor juiz ordinario do Arrayal dos Aráes.

Portaria

Ordeno muito expressamente ao sargento mor d'auxiliares da villa do Cuyabá Marcelino Rodriguez de passar ao arrayal de Santo Antonio dos Araés no tempo prescrito na instrução que vai adjunta de baixo do nº1 e que ali execute inviolavelmente tudo o que na mesma vay detreminado; e a fim de que não possa ofrecer-se o menor obstacolo à devida promptidão dessa indispensavel, e utilissima deligencia do real servisso de Sua Magestade, ordeno igualmente ao mesmo sargento mor, que sem demora solicite/ ainda que seja com alguma antecipação/ ao Drº juiz de fora da mesma villa, todos aqueles socorros, e asistencias, que são precizos para a sua viagem, na forma das ordenz pozitivas que lhe dirijo; juntamente com huma relação das mesmas asistencias, que aqui pareceram necessarias de forneser-se-lhe; cuja copia vay tambem junta debaixo do nº3; indo da mesma sorte na outra nº4 descritas as pessoas que devem escolta-lo, e ajuda-lo na expedição detreminada; e na de nº5 a copia da minha carta para o juiz dos Araéz, em que lhe ordeno, a sugeição e obediencia que ele juntamente com os mais moradores do arrayal devem prestar as ordens do sobredito sargento mor, passadas em meu nome, sobre todos os pontos que vão mencionados na minha instrução. Villa Bella 2 de Novembro de 1773 – com a rubrica.

Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres

Doc. VIII

AHU Mato Grosso caixa 17 doc 11

23 de Junho de 1776

Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Marquês de Pombal

Illm° e Exm° Senhor

Acompanho esta de hum exemplar do termo de fundação, pelo que respeita a este novo forte do Princepe da Beyra que na minha prezença se executou no dia 20 do corrente mez; para que directamente tenha sempre de chegar a mão de V. Ex.ª o referido monumento, não obstante a remessa de outro semelhante, com que agora mesmo instruo as respectivas contas que dou a Sua Magestade, pela secretaria d'Estado da repartição ultramarina, sigundo mostra a copia incluza.

Tambem devo estabelecer na minha proxima subida para Villa Bella, os primeyros principios da povoação ordenada pelo dito senhor na margem ocidental deste proprio rio Guaporé, quazi defronte do Caraimbiara que nele desemboca; para cujo fim já tenho feito conduzir ali varios cazaes de moradores de bastante familia, e com alguns escravos; os quaes me não foi mui dificultozo descobrir; logo que os previligiey de serem executádos alguns anos, à imitação dos exemplos praticados pelo conde de Azambuja meu predecessor, que Sua Magestade foi servido ordenar-me que seguisse no paragrafo 10 da carta instrutiva dirigida por V. Excª com data de 24 de Dezembro de 1774.

Espero pois, que este utilissimo estabelecimento/ de que porei na real prezença outro diferente termo de fundação/ não deixará de hir crescendo, e promovendo-se; assim por conta dos referidos moradores, que ja nos mezes que ainda restam deste ano deverão plantar e rezidir naqueles lugares, com outro maior numero de pessoas civilizadas, e de indios que espero conceguir que brevemente se transportem; como em rezão da feitoria de comercio que pode ser atraya alguma gente, levantando-se no expreçado sitio do Caraimbiara: deligencia que já desde aqui poderão muito bem vir executar os comissarios da companhia, quando forem expedidos; como talves que já tenham sido conforme os avizos que recebi do governador e capitão general do Estado do Para João Pereira Caldas, a quem agora partecipo estas mesmas nossoens dizendo-lhe tambem que dentro na fortaleza da Conceição cujas irreparaveis ruinas cada dia se multiplicam apezar de toda a praticavel providencia que lhe estou aplicando/ tenho mandado construir outro semelhante edificio, ainda que interino, cuja despeza encarreguey a hum dos administradores, que para semelhante fim vieram destinados, que ele regulasse, e notasse exactamente; fazendo dar-lhe todos os auxilios que athe o prezente foram necessários para dipois se restituirem à fazenda real. Paresse-me que esta obra se achara concluida dentro em quatro mezes, ficando promptos bastantes armazens para receberem as primeiras carregaçoens que tem de mandar a mesma companhia; e que eu espero cheguem em Novembro, ou pouco depois.

Em quanto ao depozito geral da capital de Villa Bella; como ainda não tem cabido no possivel que viessem os outros comissarios que devem administrá-llo, e estabelece-lo, conforme as reaes ordens, que a dita carta instructiva de V. Exc.ª contem no paragrafo

7°, o detreminam; este se não acha com efeito prompto, porem tenho sempre eligido, e disposto já o terreno mais acomodado e feito preparar alguns materiaes de sabida necessidade, para que imediátamente chegárem os ditos feitores, ou comissarios se possa regular e procurar nesta párte quanto seja precizo, sem mayor demóra; concorrendo eu para que se lhes discubra e facilite athe onde ouver meyos, em conformidade do que me está ordenado.

Deos guarde a V. Exc.ª muitos annos. Forte do Princepe da Beyra 23 de Junho de 1776.

Illm° e Exm° Senhor Marquez de Pombal

Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres

Auto de fundação e de declaração de dia, em que se dá principio e lança a primeira pedra na nova fortaleza, que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, governador e cappitão general desta capitania de Mato Grosso, manda levantar na margem oriental, ou direita do rio Guaporé denominando-a = Real Forte do Princepe da Beyra.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e settecentos e settenta e seis annos aos vinte dias do corrente mez de Junho; vindo o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres a este lugar situado na margem oriental, ou direita do rio Guaporé desta capitania, em distancia de mil braças pouco mais ou menos da antiga fortaleza da Conceição; o qual lugar tinha sido escolhido, e aprovado pelo mesmo senhor depois de circunspectamente o reconhecer ouvindo a varios enginheiros, com particularidade ao ajudante de infantaria com o dicto exercicio Domingos Sambucete, a quem pela sua intiligencia tem cometido a direcção principal das obras, para nelle se fundar a outra nova fortaleza, que Sua Magestade ordenou; assim por estar livre das mayores excrecencias do dicto rio; como por que o terreno, hé naturalmente o mais sólido, e o mais acomodádo em todos os sentidos que podia dezejar-se; ahi por Sua Excellencia foi pessoalmente lançada a primeira pédra nos alicerces, depois de se lhe gravar a inscripção seguinte

Josepho Iº
Lusitaniae et Brasiliae Rege Fidelissimo
Ludovicus Albuquerquius a Mello Pererius et Caceres
Regiae Majestatis a consilus
Amplissimae huyus Mato Grosso Provinciae
Gubernator ac Dux Supremus
Ipsius Fidelissimi Regis nutu
Sub Augustissimo Beirensis Principis nomine
Solidum huyus arcis fundamentum jaciendum curavit
Et primum lapidem possuit
Anno Christi MDCCLXXVI
Die XX Mensis Junii

Cuja pedra foi com efeito posta no alicerce do angulo flanqueado do baluarte em que de prezente se trabalha; cujo angulo com piquena diferença olha para o poente; e determinou o dicto Senhor, que a mesma nova fortaleza de hoje em diante se denominasse = Real Forte do Princepe da Beyra = consagrando-se os quatro baluartes em que há de consestir; a saber: a Nossa Senhora da Conceição o referido em que se trabalha, com direcção geral ao poente; a Sancta Barbara, o outro que vira para o sul, ambos adjacentes ao rio: a Sancto Antonio de Padua, e a Sancto André Avelino, os outros dous que devem corresponder-lhes; o que tudo se fez sendo prezentes o cappitão de dragões da capitania de Goyaz, Joseph de Mello e Castro de Vilhena; o referido enginheiro Domingos Sambucete; o tenente de dragões Joseph Manoel Cardoso da Cunha; o tenente em segundo de artelharia Thomé Joseph

de Azevedo; o alferes de dragões Joaquim Pereira de Albuquerque; e o cappitam Joaquim Lopes Poupino intendente das obras; do que se fez este auto com quatro copias mais, em que o dicto senhor governador e cappitão general asignou, e da mesma forma os sobredictos, com as mais pessoas que abaixo constão. E eu Antonio Ferreira Coelho Escrivão da Fazenda Real que o escrevi.

Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres[22]

[22] Segue-se uma lista de assinaturas, de todos os participantes neste auto.

Illm° e Exm° Senhor = O adjunto termo, que ponho na real prezença de Sua Magestade por mão de V. Excª he da fundação da nova fortaleza neste lugar, a que solemnemente vim dar principio no dia 20 do corrente pondo-lhe o augusto nome = do Princepe da Beyra= dipois de fazer gravar na pedra, que com efeito meti nos alicerses a inscripção que o mesmo termo manifesta.

Sem embargo de ser somente agora que se fes praticavel a expreçada deligencia, nem por isso tinha deixado de trabalhar-se nas dispoziçoens precizas para esta tão concideravel obra, desde quazi dous annos a esta parte sem interrupção com toda a maior viveza, e cuydado que os meyos permitiram; de sorte que ja se conceguio traçar completamente sobre o terreno a dita fortaleza, tirar, e conduzir aos lugares destinados huma suficiente porção de pedra, e de madeiras de varios generos, levantar muitos armazens, quarteis, e oficinas interinos, que são indispençaveis; e alem disto que a mayor parte da abertura do fosso esteja executada, pelo que toca ao recinto do primeiro baluarte chamado da Conceyção cujas respectivas faces, e flancos estou desde logo mandando revestir, pondo todo o mayor esforço, de que as circunstancias prezentes podem ser capazes em que estas obras se adiantem.

Posso sigurar a V. Excª com bastante satisfação minha, que este terreno que vay ser fortificado, hé sem duvida o mais proprio e mais vantajozo que no paiz se descobriria; pois incerra não somente huma pozição muito dominante e defençavel, que admite hum quadrado da necessaria extenção regularissimo; mas tem varias aptidoens que se ignoravam athe aqui e que só por fortuna podiam descobrir-se, cujas farão dispender pode ser que menos huma meya parte do que se esperava, sigundo os ultimos calculos que agora fiz, e vem a ser que reconhecendo-se as terras que devem constituir quazi toda a fortificação formadas, ou conglutinadas fortemente com huma certa pissarra, ou meya pedra vermelha de consistencia e proporção excelentes para se sustentarem de per si, sem o dispendiozissimo socorro das ordinarias grandes grossuras de muralha, de alicerses muito profundados, e de contrafortes; virão a bastar na mayor parte para revestimento simples camizas de cantaria pouco mais do que para guardar das injurias do tempo, e em outros lugares ainda menos do que isto porque serão suficientes taypas de terra bem fabricadas, para o que a mesma que se achou he muito acomodada, peneirando-se e misturando-se na devida forma.

Mas sem embargo do suprimento deste arbitrio muitas vezes praticado em algumas das mais importantes praças fortes da Europa, acho que a excessiva falta que se experimentará da cal preciza ha-de ser muito de sentir, pelo obstaculo que por certo ocazionará a boa travadura e sigurança da referida cantaria; principalmente formando-se esta com pedras de piquena grandeza como ellas só podem talhar-se neste paiz: mas he huma couza computada, que o consumo da dita cal pelo menos necessaria ainda nos termos de ser permitido diminuir-se como disse o solido de pedra seria d'huma tão extraordinaria violencia, que não bastassem com mil cruzados para faze-la por mayor deligencia que se pozesse em baratear a sua condução.

He o que a este respeito de prezente se me ofrece para comunicar a V. Excª a quem no sucessivo relatarey as mais noticias que parecem dignas de chegarem ao real conhecimento.

Deos guarde a V. Excª muitos annos. Forte do Princepe da Beyra 22 de Junho de 1776 = Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres = Illmº e Exmº Senhor Martinho de Mello e Castro.

Doc. IX

AHU Mato Grosso caixa 18 doc 36

21 de Setembro de 1778

(Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro). Em anexo Auto de posse e fundação do lugar de Albuquerque

Auto de posse, e fundação do lugar de Albuquerque, e seu destrito para a coroa de Portugal.[23]

Anno do nacimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1778 annos, aos 21 dias do mes de Setembro do dito anno, nesta povoação de Albuquerque situada na margem ocidental do rio Paraguay, em hum assento de terra que decorre para rio abaixo e dista a mesma formalidade huma legoa pouco mais, ou menos, aonde o sargento mor comandante Marcelino Rodrigues Campones, em observancia das ordens do Illm° e Exm° Senhor Luis d' Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, governador e capitão general das capitanias do Matto Groço e Cuiabá, tendo comsigo o capitam mor das conquistas João Leme do Prado, e às pessoas abaixo nomeadas e asinadas; e ele dito sargento mor comandante tomou posse para a coroa de Portugal mandando levantar huma grande cruz de pau de ley, limpar terreiro, fazer quartel e fogo nele, cassar nos matos vezinhos, pescar no rio e passear de huma e outra parte no dito terreiro; dizendo com vozes altas, 1ª, 2ª e 3ª ves; viva El Rey de Portugal; cujas palavras em igual voz todos os circunstantes repetimos outras tantas veses: e para de tudo constar aos vindouros, mandou ele dito sargento mor comandante fazer este auto que asinou, adjunto o capitão mor da conquista com os asistentes o alferes de granadeiros Salvador Rodrigues de Sequeira, o sargento da ordenança Manoel Pereira da Silva, e os soldados dragoens Manoel Jozé Correa, Jozé Joaquim d'Almeida, Manoel Barboza, e o sargento da companhia de pedestres Alexandre Ferreira Neto; e comigo Joze da Fonceca Fontoura Oliveira que sirvo de escrivão, que o escrevi e asiney; nesta povoação de Albuquerque; aos 21 dias do mez de Setembro de 1778 = Marcelino Rodrigues Campones = João Leme do Prado = Salvador Rodrigues de Sequeyra = Manoel Pereira da Silva = Alexandre Ferreira Neto = Manoel Joze Correa = Joze Joaquim d'Almeyda = Manoel Barboza Paes.

Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres

[23] Na margem superior esquerda: "Copia".

Doc. X

AHU Mato Grosso caixa 18 doc 37

20 de Novembro de 1778

Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro
Em anexo termo do estabelecimento de Vila Maria do Paraguai

Illm° e Exm° Senhor[24]:

Faço a Sua Magestade prezente o termo da nova fundação denominada = Villa Maria do Paraguay = a que ultimamente dei principio na margem esquerda do rio Paraguay, junto do lugar por onde de prezente se dirige o caminho desta capital para a villa do Cuyabá que distará 5 legoas do antigo marco do Jaurú; tendo-me valido a fim de povoá-la, alem de outros cazaes disperços que pude congregar, de mais de sessenta indios castelhanos de ambos os sexos que haverá tres mezes dezertaram da missão de São João de Chiquitos, persuadidos de pessoas que neste mesmo objecto fiz penetrar ao dito estabelecimento: e suposto que semelhantes deligencias já mais deixam de trazer comsigo bastante trabalho e despeza da real fazenda e que por consequencia são bem dificultozas neste paiz, conheço por outra parte, que intereçam essencialmente o real serviço; pelo que athe onde abrangerem os fracos meios actuaes, emquanto por aqui me demorar, eu não sessarei de continua-llas; em conformidade das ordens da mesma Senhora, de cuja execução estou encarregado.

A paragem da referida nova povoação he conhecidamente propria, e adquada a facilitar a indispençavel comunicação e comercio desta com a mesma villa do Cuyabá; porque fica quaze no meio do caminho, e jaz em situação fertilissima de peixes e cassas em que abunda de oridinario o mencionado Paraguay; ficando alem disto bem nas vezinhanças da fronteira; porem necessitara de bastante tempo e despeza, antes que finalmente se cosnsolide nos termos competentes; e o mesmo repito tambem a V. Exª que socede a respeito dos outros tres novos estabelecimentos, ou povoaçoens a que da mesma sorte dey principio nesta capitania; sigundo as respectivas contas que fiz subir ao Real Trono; ainda que para todos estes fins me vejo na verdade tão embaraça do como V.Exª poderâ julgar pela notoria falta de habitantes, pois que de huma tão remota parte do Mundo como esta e tão pouco sadia, são com efeito rarissimas as pessoas que voluntariamente se trnasportam; e ainda essas mesmas sem disignio algum de existir, e permanecer como se fazia necessario.

Pelo que tudo se Sua Magestade fosse servida de mandar conduzir hum certo numero que parecesse de familias brancas pela via do Parâ, ou aliaz do Rio de Janeiro em direitura aos rios de São Paul; seria certamente huma providencia ainda que custoza de donde resultassem ao dito Real Serviço as mais proveitozas utilidades; na certeza em que se pode convir de ser como baldado todo o maior fundo que se fizer na civilização e prestimo destes indios selvagens quazi sempre inconstantissimos, ferozes, e indomaveis, ou d'huma

[24] No canto superior esquerdo: "20 de Novembro de 1778".

indolencia, e preguiça sem exemplo que vagando pelos matos por efeitos da propria inclinação, e natureza com total desprezo de honras e fazendas ainda no dificil cazo de se atrahirem, e ajuntarem, não obstante a mais cuidadoza deligencia, se internam novamente sempre que podem consegui-llo por estes imenços dezertos que a tudo preferem, dipois de executarem as suas costumadas rapinas, mortes, e outros dânos; deixando alem disto infrutiferas pela maior parte todas as fadigas e groças despezas a que sempre primeiro não deyxam de dar ocazião.

Deos guarde a V.Excª muitos annos.

Villa Bella 20 de Novembro de 1778.

Illmº e Exmº Senhor Martinho de Mello e Castro.

Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres.

Termo de fundação do novo estabelecimento a que mandou proceder o Illm° e Exm° Sr° Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, governador e capitão general desta capitania de Mato Groço denominado = Villa Maria do Paraguay =[25]

Anno do nacimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1778 aos 6 dias do mez de Outubro do dito anno, neste destrito do rio Paraguay, e margem oriental dele no lugar aonde prezentemente se dirige a estrada que segue ao Cuyabá desde Villa Bella; sendo prezente o thenente de dragoens Antonio Pinto do Rego, e Carvalho, por ele foy dito que tinha passado a este dito lugar, por ordem do Illm° e Exm° Sr° Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres; governador e capitão general desta capitania de Mato Groço, para com efeito fundar, erigir e consolidar huma povoação civilizada aonde se congregacem todo o mayor numero de moradores possivel comprehendidos todos os cazaes de indios castelhanos proximamente dezertados para estes dominios portuguezes da provincia de Chiquitos que fazem o numero de 78 individuos de ambos os sexos a que juntando-se todo o outro numero das mais pessoas congregadas para o dito fim faz o total de 161 individuos de ambos os sexos; cuja povoação sigundo as ordens do dito senhor se denominará de hoje em diante em obsequio do real nome de Sua Magestade = Villa Maria do Paraguay = esperando-se que de semelhante estabelecimento haja de rezultar grande utilidade ao real serviço e comodidade publica: e porque suposto o plano do terreno para a dita villa se acha com alguma dispozição para continuar a fundar-se com regularidade; comtudo como alguns dos alinhamentos não estão conformes ao projecto da boa policia como deveria ser detreminou ele dito thenente a todos os moradores em nome de Sua Exc.ª, que deixando de fazer mais algum beneficio a varias cabanas existentes, so nellas asistissem emquanto se fabricavam cazas no novo arruamento que lhe fica prescrito, e balizado por ele thenente com marcos solidos de pau de ley; sendo obrigados a não excederem nem diminuirem a dita construção na altura de 14 palmos de pé direito na frente de todas as cazas que se levantarem e 24 palmos de altura no cume: Outrosim detreminou que precizamente chamariam para regular os ditos pes direitos ao carpinteiro João Martins Dias, e na falta deste, outro algum inteligente no oficio, afim de conservar sem descrepancia segundo o risco a largura de 60 palmos de ruas que estão asinadas por ele dito thenente; cujas actualmente demarcadas, e balizadas terão os seguintes nomes a saber a primeira contando do norte = Rua d'Albuquerque = a imediata para o sul = Rua de Mello = as quaes ambas vão desembocar na praça e cada huma dellas faz face a mesma do norte e do sul; assim como tambem as traveças de 30 palmos que devidem os quarteis das ditas ruas, e se denominarão estas travessas = a primeira contando do poente para o nacente = Traveca do Pinto = e a que se segue contando tambem para o nacente = Traveça do Rego = e no alto da praça da mesma banda do nacente cuja frente fica riscada entre as ruas e traveças com 360 palmos cujo numero tem tambem as mais quadras poderão os moradores erigir a sua igreja por ficar a porta principal della para o poente como detreminam os rituaes; e o mais terreno desta frente da praça por agora se não ocupará em cazas, deixando-o livre para as do conselho, e cadea quando se deverem fabricar. Cada morada dos ditos povoadores

[25] No canto superior esquerdo: "Copia"

não terá mais de cem palmos de comprimento para quintal que lhes ficam detreminados para o centro de cada hum dos quarteis. O que tudo assim executado pelo dito thenente de dragoens na prezença de todos os moradores mandou a mim Domingos Ferreira da Costa Fiel deste Registo, que servindo de escrivão fizesse este termo para constar do referido, o qual asinou com as testemunhas seguintes, Leonardo Soares de Souza, homem de negocio; Inacio d'Almeyda Lara; João Marques d'Avilla; Inacio Joze Pinto, soldado dragão; Manoel Gonçalves Ferreira, soldado dragão; Antonio Pereira de Matos; Antonio da Costa Rodrigues Braga; Jose Francisco, Agostinho Fernandes; Antonio Xavier de Moura, Antonio Teixeira Coelho; e eu Domingos Ferreyra da Costa Fiel deste Registo que o escrevy = o thenente de dragoens comandante Antonio Pinto do Rego e Carvalho = Leonardo Soares de Souza = Inacio d'Almeida Lara = João Marques d'Avilla = Inacio Joze Pinto = Manoel Gonçalves Ferreira = Antonio Pereira de Matos = Joze Francisco = Antonio da Costa Rodrigues Braga = Agostinho Fernandes = Antonio Xavier de Moura = Antonio Teyxeira Coelho.

Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres.

Doc. XI

AHU Mato Grosso caixa 19 doc 5

13 de Janeiro de 1779

Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro

Illm° e Exm° Senhor[26]:

Fiz prezente a Sua Magestade por meio da carta de 20 de Novembro de 1778 proximo passado que a V.Exc.ª dirigi, o termo de fundação do novo estabelecimento que executey nesta capitania [composto na mayor parte de indios castelhanos que fiz dezertar] denominado Villa Maria do Paraguay, com tudo o mais consernente de que então podia dar conta: agora cumpro com a remeça que a V. Excª faço da adjunta copia de varios ¶ ¶; [N° 1°] da carta do oficial a quem tenho incumbido de promover ao mesmo estabelecimento quanto caiba no possivel, ainda no meyo das extraordinarias dificuldades, e faltas de meios que na verdade subsistem, por onde tambem se farão a mesma Senhora prezentes as ultimas noticias do estado daquella povoação; cuja mais permanente consolidação será por certo da mayor utilidade; assim ella se faça praticavel.

Sem embargo da conta que tambem fiz subir ao pé do real trono na outra minha carta para V. Exc.ª de 9 de Janeiro do dito anno de 1778, sobre a extrema necessidade que havia nesta capitania de mais alguns clerigos para administrarem os sacramentos, visto que os existentes nella, sobre pouquissimos são na mayor parte adiantados em annos, e muito achacados; sou obrigado a repetir agora a V. Exc.ª a mesma suplica, tendo principalmente acrecido os novos lugares, ou povoaçoens a que dei principio, que indispensavelmente precizam de parrocos; athe pela rezão de que a asistencia dos referidos nas paragens remotas deste paiz não deixa de atrahir bastantemente aos moradores e de consiliar-lhes huma certa mayor satisfação, e complacencia; e por via da incluza relação N°2 que ponho na mão de V. Excª poderá constar, os que pouco mais, ou menos se necessitarão.

Deveriam porem ser estes ecleziasticos destinados, e escolhidos com a mais escrupoloza circunspecção pelo que respeita ao genio e costumes; por ser hum paiz este aonde quaesquer dos referidos a não serem solidamente dotados de hum fundo de boa morigeração, infalivelmente degeneram nos procedimentos mais escandalozos, e prejudiciaes aos povos; como imagino que não terá deixado de constar na real prezença, não só por outras antecedentes cartas minhas; mas athe pelas do conde de Azambuja que tudo individual, e judiciozamente ponderou quando gouvernou esta capitania; para cujas desordens acho que muito essencialmente contribuem assim a excessiva distancia em que os ditos clerigos se acham do bispo diocezano, praticando por concequencia os maiores descuidos, e relaxaçoens nas suas obrigaçoens quazi impunemente; como porque imbuidos de perniciozas ideyas da mayor independencia, ambição, e vão orgulho que de ordinario, se arrogam; observo que não guardam a sugeição, e respeito que deveriam, nem ainda os

[26] No canto superior esquerdo "N°5:13 de Janeiro de 1779"

mesmos vigarios da vara em quem se acha delegada a jurisdição de rege-los, e de coibi-llos; o que não somente escandaliza, mas tem concequencias bem prejudiciaes ao serviço de Deos, e ao mesmo de Sua Magestade sem que verdadeyramente seja facil a correcção; muito mais sucedendo que algumas vezes são tambem reos os mesmos juizes.

He quanto nesta materia me pareceu que tinha obrigação de relatar a V. Excª para ser constante no real conhecimento.

Deos guarde a V. Excª muytos annos.

Villa Bella 13 de Janeiro de 1779.

Illmº e Exmº Senhor Martinho de Mello e Castro.

Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres.

Nº 1

Copia de alguns ¶¶ de huma carta do tenente de dragoens Antonio Pinto do Rego, destacado em Villa Maria do Paraguay com algumas noticias respectivas a mesma povoação.

Illmº e Exmº Senhor

¶ 2º Tambem receby tres diferentes cartas de V. Exc.ª em que vem rezolvidos todos os pontos que eu a V. Exª havia proposto nas minhas penultimas cartas; e ao que demais vem detreminado hirey dando execução como V. Exc.ª manda porem para proceder a devaça a respeito dos maos procedimentos do dominguinhos estou totalmente impossibilitado por que o soldado deste registo he incipido para escrivão, e alem de fazer pessima letra não sabe o que escreve, e seria couza vergonhoza o ver-se semelhante papel escrito por ele e tem de ser huma das testemunhas, e não ha quem escreva o seu depoimento por cuja rezão escrevo ao soldado Manoel Gonçalves Neves para que de Jaurû me mande o dragão Manoel Joze Correa, ou outro soldado que agora chegaram de Coimbra qual deles melhor escrever para esta deligencia emquanto V. Exc.ª me não manda algum que tenha geito, e sofrivel letra por que quer o tambem ocupa-llo no exercicio de ensinar estes indios a ler e escrever couza muito preciza não só para a perfeição mas para que mais depreça entendam a nossa lingoa, e deixem o uzo da sua, e ja tenho tambem falado a mestra para ensinar as raparigas a costura, e tenho dous a aprender o oficio de carpinteiro, e hum deles com bom geito.

3º Acha-se entre estes indios hum que he ferreiro, e ainda que o não concidero perfeito para obras groças, como concerto de machados, etc... de que alguns ja carecem, ha-de remediar, assim haja modo dos precizos instrumentos para se lhe armar huma tal ou qual tenda de que muito se carece a toda a hora sobre cujo asumpto V. Exc.ª dará a providencia que for servido.

4º Nas cazas vai-se lidando, segundo o tempo permite e vão armadas com a mayor perfeição, e segurança que as poucas forças podem e ficam nos termos a qualquer hora de se lhes poder pôr telha, o que talves se concluirá para as secas dando-me Deos vida, porque muitos destes indios a sabem fazer sigundo dizem porque sempre do trabalho viveram muito distantes não me admira retirarem-se agora dele, mas como lhe vou conhecendo humildade, pouco a pouco, os hirey pondo nos termos, e eles mesmos se chegarão quando entrarem a receber o fruto do seu trabalho o que nas suas terras não tinham porque tudo era para o padre.

5º Já fuy entregue dos ferros, arame, e vestias para os indios capitaens com as quaes estão muito contentes, só os alferes ficaram desconsolados, e de tudo mandey já recibo ao alferes Joaquim Pereira por via de quem me foram entregues; falta só a ferrage para o Tronco mas não tardará visto como V. Exc.ª me diz a mandará remeter; assim como tambem alguns chapeos para os indios, os quaes vou levando com muita paciencia, e o que mais me custa he não pode-llos dispor já para trabalharem ao menos meyo dia que se assim os acolhera havia de fazer com eles muito serviço, e este lhe vou adiantando o mais que

posso para os introduzir na fabrica do algodão de que lhe pode rezultar aqui grande conveniencia por ser lugar para isso bem acomodado, e o melhor que tem toda a capitania para o seu estabelecimento por todas as circunstancias e na verdade o terreno he bonito.

6º O padre com efeito he aqui muito precizo, e conveniente, e se só há por obstaculo o não haver onde se recolha para poder vir; eu cuidarey o mais que poder em preparar hum lanço das cazas que tenho armado para ele se aquartelar, e tenha paciencia, assim como eu a tenho tido emquanto se lhe não poder dar comodo com mais largueza, e decencia; por que dezejo pelo serviço de Deos, e aumento da terra cazar os que estão desempedidos, e unir os castelhanos com os nossos que assim ficam mais siguros; para o que espero de V. Exc.ª rezolução sobre este ponto.

7º Acabadas as cazas para os indios castelhanos, hei-de cuidar na factura das outras para os aqui ja moradores, nas quaes hão de trabalhar todos amigavelmente, que de outra sorte se não podem fazer, e estas hei-de funda-llas em primeiro lugar em todos os angulos dos quarteis, por forma que hão de ficar servindo de balizas, para que ao dipois quem vier me não deite a perder os arruamentos e praça.

Villa Maria o 1º de Janeyro de 1779 = Illmº e Exmº Senhor Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres = António Pinto do Rego e Carvalho.

Nº 2

Rolação dos estabelecimentos de Mato Grosso que se achão sem parrochos, ou capellaes; e dos sacerdotes que se necessitão para suprir esta falta; a saber:

1º Forte do Principe da Beira –

1 sacerdote. Pode então ficar para cura das duas missoens de indios hum que de presente existe no mesmo forte unicamente, ja com bastentes annos; ainda que tem grandes propençoes para enlouquecer.

2º Povoação de Vizeu –

1 sacerdote. Acha-se sem ter algum este lugar, sendo na verdade precizissimo.

3º Villa Bella Capital –

2 sacerdotes, ou ao menos hum. São summamente necessarios para curar as almas, não somente da mesma villa, mas dos arrabaldes de que alguns ficão bastantes legoas de distancia; por que não obstante a existencia do actual vigario encomendado Estevão Ferreira Ferro, que he summamente zeloso na sua obrigação, como padece molestias graves, que prometem pouca vida, e o impossibilitão, não pode suprir muito; e o mesmo se pode dizer de outro clerigo, que somente existe, chamado Fernando Vieira; ainda que por differentes principios.

4º Arrayal do Pilar –

1 sacerdote. Não tem algum este Arrayal, sendo dilatado, e hum unico clerigo que existe huma legoa distante, na capella de Stª Anna, sendo de exemplar conducta, como tem mais de 90 anos de idade, pouco pode ja agora viver, e não pode sahir daquelle destrito.

5º Arrayal de S. Francisco Xavier da Chapada

1 sacerdote- Também se acha sem algum, sendo igualmente dilatado.

6º Arrayal da Lavrinha –

1 sacerdote – Este lugar he hoje bastantemente populozo, e todas as suas immediaçoens, e sitios vezinhos do Jauru, que indispensavelmente tem precizão de Parrocho. –

7º Villa Maria

1 Sacerdote. Suposto que esta nova povoação pertença ao destrito de Cuyabá,/ aonde os clerigos tambem são em pequeno numero, e summamente rebeldes para o serviço espiritual, que lhes compete,/ sobre tudo se necessita de hum bom sacerdote, que haja de bem desempenhar todas as obrigaçoens parrochiaes para com aquelles indios.

–

8 sacerdotes

Villa Bella, 12 de Janeiro de 1779

Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres.

Doc. XII

AHU Mato Grosso caixa 19 doc 39

1779-1780 (data da pasta)

Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro, datada de 29 de Dezembro de 1779

Illm° e Exm° Senhor[27]

Em rezão, de que a boa policia das terras constitue huma parte d'administração, civil, a qual paresse não desmerecer toda a possivel atenção, e vigilancia de quem governa; tenho cuidado em fazer que sem prejuizo dos outros mais importantes negocios que ocorreram, se fosse promovendo a povoação desta villa capital muito mais comoda, e regularmente do que na verdade se achava na minha chegada; fazendo abrir duas novas ruas, que facilitam sumamente a comunicação dos habitantes, sem que com efeito intreviesse outro incomodo, e despeza, que alguma muito moderada por parte das rendas da camera; que a vista de tão publica, e notoria utilidade se destinou com suma complacencia. Alem da referida regulação, tenho podido inspirar aos mesmos habitantes em geral, e sem que se lhe ocazionasse a minima violencia; o util arbitrio, não somente de edificarem de novo muitas, e decentes cazas proprias, tanto sobre o permitivo plano da creação desta referida villa, que foy muito bem advirtido, como sobre os aditamentos que no meu tempo se lhe fizeram; mas ainda de reformarem desde os alicerces, como na verdade se fazia precizo, a mayor parte das cazas antigas, que subsistiam, pois que sendo muito mal construidas, não tinham sigurança, nem comodidade.

Tambem por conta da real fazenda se me fes urgente fazer aqui levantar hum armazem comodo e siguro que não havia, e se acha proximo a concluir-se; empregando nesta obra muito mayor despeza de industrias, do que de dinheyro: sendo este edificio absolutamente precizo para a arrecadação das muniçoens de boca e guerra; e mais efeitos da dita real fazenda, os quaes não haviam recebido piquenos prejuizos, e avarias na falta do mesmo edificio; em que fiz particularmente incluir huma distinta acomodação ou rezervatorio bastante acautelado, a fim de conservar e prezervar a polvora, não só da ruina dos tempos que he frequente, e naturalissima nestes climas incomparavelmente humidos; mas das grandes ruinas a que se conciderava exposto aquele tão importante provimento pela carencia de resguardo que athe agora tinha: tanto que paresse milagrozo o não ter acontecido alguma disgraça.

Devera fazer a Sua Magestade prezente o novo plano, que efectivamente tenho construido da mesma povoação, mas fico com o sentimento de se não achar copeado com a requerida decencia para tão alto fim; porem certo de o remeter a V. Exc.ª logo que me for possivel; ajuntando ao mesmo plano o da Villa do Cuiabá, que tambem fiz levantar com bastante exacção, ao tempo de nella passar no meu transporte do Rio de Janeiro; visto ser bastante concideravel, e a primeira villa capital que tiveram estas remotissimas

[27] No canto superior esquerdo: "N°6".

colonias mais ocidentaes do Estado do Brasil: o que tudo a V. Exc.ª pesso de fazer subir ao real conhecimento da mesma Senhora.
Deos guarde a V. Exc.ª muitos annos.
Villa Bella 29 de Dezembro de 1779

Illm° e Exm° Senhor Martinho de Mello e Castro

Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres

Doc. XIII

AHU Mato Grosso caixa 20 doc 4

10 de Agosto de 1780

(Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro)
Em anexo *Ideia geral oferecida ao real conhecimento de Sua Magestade (...)*

Idea geral oferecida ao real conhecimento de Sua Magestade pelo actual governador, e capitão general da capitania do Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres; de toda a fronteira que forma a dita capitania, a mais ocidental do vasto continente do Brazil, a respeito dos dominios espanhoes; principiando desde o prezidio de Nova Coimbra na longitude da ilha do Ferro de 320° 30', e latitude austral de 20° mais ou menos; athe a confluencia do grande rio da Madeira na longitude de 314°, e latitude de 10° tambem mais, ou menos, ou hum pouco mais ao norte: na qual fas juntamante prezentes à mesma Senhora o dito governador algumas notas relativas ao objecto prezente das demarcaçoens em combinação dos artigos IX, X, XI, XIII, XV, XVI, XIX e XX do Tratado Preliminar de Limites, celebrado em Santo Ildefonço no 1° de Outubro de 1777.

Desde o prezidio de Nova Coimbra, athe de fronte do marco do Jaurú

No anno de 1775 se procedeu pelo governador, e capitão general da capitania do Mato Groço Luiz de Albuquerque, a ocupar a margem ocidental, ou direita do rio Paraguai, na paragem do Fecho dos Morros, a piquena diferença em vinte graos de latitude, com hum destacamento de tropa regular, e auxiliar de muito mais de cem homens, artelharia, e outras competentes muniçoens de guerra; com que emfim se tomou solemne posse daquele lugar no dia 13 de Setembro do referido anno, estabelecendo nele hum intrincheiramento, e prezidio [que se denominou dipois Nova Coimbra], sigundo consta do auto adjunto n°1, remetido à real prezença com carta de 20 de Dezembro pela secretaria d'Estado Ultramarina; e se tem sustentado com efeito o mesmo prezidio athe a hora prezente, apezar de grandes despezas e dificuldades.

Os fins do real serviço que moveram ao dito governador sigundo reprezentou foram os de previnir que os espanhoes se não apoderassem, não só do sobredito posto, conforme constou naquele tempo que pertendiam, mas que dipois de nele fortificados, ao abrigo dos estabelecimentos que tem no rio Paraguay, se fizessem senhores das pantanozas bocas dos rios Embotetiû [hoje Mondego] Taquari privando a dita capitania do Mato Groço da indispençavel navegação e comercio de São Paulo e Rio de Janeiro, pela via dos outros rios Cuyabá, e Jaurú que tão util e precizamente se frequenta; o que seria hum golpe fatalissimo de concequencias talves irremidiaveis.

Paresse pois, que desde o referido prezidio athe defronte do marco de Marmore deveria tambem pertencer aos reaes dominios toda a margem ocidental ou direita dos rios Paraguay, e Jaurû, com hum certo piqueno limite que se lhe detreminasse, em ordem a

verificar sem duvida que a navegação dos portuguezes do Mato Groço para Cuiabá, ou vice verça lhes fosse com efeito privativa como diz o artigo X do Tratado Preliminar; pois que muito mal poderia dizer-se privativa semelhante navegação, sem que na verdade pertencessem aos mesmos reaes dominios aquellas duas margens, desde o mencionado prezidio: o que athe mesmo paresse que as expreçoens geraes do artigo XIII e ainda do XVI, e XX, estipulam pozitivamente.

No cazo porem de que esta propozição paressa hum pouco ardua aos comissarios espanhoes, visto terem a seu favor de algum modo o artigo IX; ao menos se deveria pertender que a dita margem ocidental ou direita do Paraguay e Jaurú, se reputasse portugueza desde a nova povoação chamada Albuquerque, que o sobredito governador tambem fes estabelecer na forma do auto que ajunta nº 2 e que actualmente subsiste com bastantes cazaes de moradores, e seus respectivos cultivados na mesma margem, porem a mais de vinte legoas de distancia para cima, ou ao norte do referido prezidio; conforme pos na real prezença por carta de 5 de Junho de 1779: porque ainda assim mesmo se conceguiria o interesse e a ventagem de salvar inteyramente, e fazer privativa dos portuguezes a dita navegação do Mato Groço para Cuyabá: mas já neste cazo lho não ficaria a outra diferente navegação, na verdade mais importante ainda, e necessaria desde os portos de Jaurú e Cuyabá para o isthmo de Camapoam, São Paulo, etc..., sem embargo de se omitir o menciona-lla no tratado; ficando sugeitas a navegação comua de ambas as nacoens, as diversas barras dos rios Taquari e Mondego por onde indispençavelmente se dirigem as canoas: o que no futuro não deixaria de ter efeitos bem prejudiciaes a estes dominios.

Como no artigo XVI do Tratado Preliminar, se prescrevem algumas regras e excepçoens geraes a respeito de não ser prejudicada a navegação privativa de cada nação, na forma do artigo XIII; nem as actuaes posseçoens dos cultivados, minas ou pastos; paresse haver este bom fundamento que alegar aos comissarios espanhoes: ainda que mesmos não deixarão talves de prevalecer-se da expreção condicional, que contem o mesmo artigo = e não sejam cedidos por este tratado em beneficio da linha divizoria = por lhe ser conhecidamente favoravel: de sorte que a não virem algumas instrucoens, ou rezoluçoens de Sua Magestade que sirvam de regra para os comissarios respectivos, nas quais instruçoens se façam desvaneçer as expreçadas duvidas; paresse provavel que não concordem com os referidos espanhoes, nem possa deixar de se mover contestação em que haja de ter uzo o arbitrado no artigo XV.

Desde as vezinhanças do marco do Jaurú, athe salvar o principio da cordilheira fronteiro a capital de Villa Bella, para o Rumo de S.O.

A porção da linha, que deverá seguir desde as mediçoens do marco do Jaurú, athé por detras da serra desta villa capital; he certamente pela sua maior importancia, huma das que pedem tambem maior exame, vigilancia, e circunspecção no seu reconhecimento, e ainda maior politica antes de ser finalmente asinalada: assim porque tem de correr; infelismente, tão vezinha da mesma capital, e dos mais estabelecimentos do Mato Groço; como por serem incompativeis, e hum pouco indetreminadas as expreçoens do artigo X, e tambem do XX do tratado; propondo-se principalmente no primeiro deles para

separação dos dois dominios, huma linha recta desde a boca do Jaurú athe a margem do Guaporé defronte da boca do Sararé, que nele desagua; [a couza de tres unicas legoas desta dita villa] o que absolutamente se faria impraticavel, sem com efeito sugeitar o principal e mais necessario territorio de Mato Groço, aos gravissimos inconvenientes que agora se reprezentam no real conhecimento pela adjunta carta de 25 do mez corrente de Agosto, do sobredito governador: por cujos certos principios a referida linha que emfim se projectar para cobrir todas as actuaes posseçoens dos cultivados, minas, e pastos na forma do artigo XVI; devera ser sumamente curva, e abraçar por concequencia maior espaço de terreno para a banda do sul, e de oeste; sem embargo do anunciado talves por equivocação ou falta de cartas do paiz do dito artigo X, sobre cuja execução já foi advirtido o mesmo governador, pelas reaes ordens, e instruçoens de 8 de Janeyro do prezente anno, emquanto se demorasse nesta capitania.

A vista das combinaçoens alegadas, que todavia não deixarão de parecer contestaveis aos comissarios espanhoes; mas em que por invariavel sistema não se lhe deverá ceder nem a minima couza: pondo-lhe aos olhos, se precizo fór, alem da impossibilidade fizica da mencionada linha recta, a detreminação expreça do mesmo artigo X; para que de nada importe ficar mais, ou menos hum bocado de terreno a esta, ou aquella parte: se fica cuidadozamente apromptando a primeira bandeira que deve reconhecer os lugares mais proporcionados a lançar a dita raya, antes que concorram os espanhoes; isto hé desde as vezinhanças do marco do Jaurú athé por detras da serra desta villa; acautelando aos comandantes desta deligencia que na picada que abrirem não so hajam de salvar todos os estabelecimentos portuguezes dos rios Aguapei, e Alegrê, e principalmente dos Barbados que vem confluir no Guaporê, com todas as suas mais remotas cabeceiras: mas que no interino exame e escolha que forem fazendo das balizas naturaes, não deixem de ter prezente que em hum paiz de tantos escravos, como já he este de Mato Groço, e que sera de muitos mais pelo tempo adiante; aonde as fugidas dos mesmos são continuas inevitavelmente se faz precizissimo que a fronteira se não conceba ou detremine na imediata vezinhança de qualquer genero de estabelecimentos portuguezes, a fim de se não frequentarem sem obstaculo, como aliaz socederia, com huma ocazião tão proxima as mesmas fugidas; sem ao menos poder aplicar-se o triste remedio de seguir aos mesmos escravos dezertores: havendo-se reconhecido que só este aproveita algumas vezes, e de nenhuma sorte o de pedir a sua restituição aos espanhoes, cujo paiz a praticar-se o contrario se enrriqueceria concideravelmente em muito breve tempo com tão uteis povoadores, à custa destes dominios, e vassalos de Sua Magestade: como já, por disgraça, tem principiado a soceder em grande parte.

Paresse mais, que sem embargo de que estas razoens não deixarão de ter alguma força a persuadir aos ditos comissarios espanhoes, juntamente com a que tambem se lhe deve repitir do mencionado artigo XVI, a respeito do que não estiver especificado; sempre será conveniente advirtir-lhe que como no artigo XIX se convenciona, que no cazo de fugirem os escravos, pois que constituem a riqueza mais essencial destes paizes, se restituam precizamente a quem pertencerem; com mais rezão ainda se deve regular antecipadamente o melhor modo de evitar a dita fuga: o que seria de todo impossivel nos perniciozos termoz de não ficar aos portuguezes hum certo bocado de terreno livre

que haja de separar os seus estabelecimentos, a fim de seguirem aqueles fugidos antes de se enternarem nos dominios espanhoes; do que certamente rezultariam, alem dos mais irreparaveis prejuizos, quotidianas discordias e animozidades, em risco evidente de perturbar a comua boa paz e armonia; o que tanto se manda acautellar na sua origem, pelo referido artigo XVI do Tratado Preliminar.

Acresse tambem, que a respeito da coroa de Espanha se não dão, nem há aparencias de dar nunca, os interessantes motivos de possuir estabelecimentos de alguma concequencia na imediação desta raya de Mato Groço; nem em circunstancias semelhantes que demais hum piqueno bocado de terreno possa já mais retirar o menor proveito; contra o que tão manifestamente socede a respeito da de Sua Magestade; particularmente não tendo os espanhoes escravos alguns por estas partes, cuja restituição possam dezejar no cazo de fugida.

Seria igualmente digno de observar e reflectir aos mesmos comissarios espanhoes, em favor daquella divizão; que sendo notoria neste destricto do Mato Groço a falta de matos competentes para as difirentes agriculturas, e inherente por necessidade a subsistencia de sua povoação a abundancia dos mesmos matos, que só há para as partes do rio dos Barbados, e logo por detrás da serra desta villa; o muito que seria prejudicial e mesmo ruinozo privar deles, na divisão que se fizer, e com maior motivo sendo como na verdade são couza muito limitada, a respeito de tão imenços territorios.

Tambem poem na real prezença o sobredito governador, que sem que se conclua o exame previo [que ha-de levar muitos tempos] detreminado pelas ordens de Sua Magestade, a respeito dos certoens por onde deverá passar a linha divizoria e que agora terá o primeiro principio; não sera possivel formar com suficiente clareza as cartas topographicas de toda a referida linha, athe por não haver de prezente pessoa bastante habil, e desocupada a quem encarregar a sua construção; dependente na mais principal parte, das noticias que trouxerem os executores deste reconhecimento ou exame previo.

Desde por detras da serra, ou cordilheira de Villa Bella, athe a foz do rio São Simão na margem ocidental do Guaporé

A exploração de toda esta parte de territorio extenço e dificil, por detras da cordilheira ao que paresse seguida com piquenas interrupçoens, em mayor, ou menor distancia do rio Guaporé, athe chegar a sobredita foz [na sua margem ocidental] do São Simão; he o que executará a sigunda das bandeiras que ficam a expedir-se, constituindo a outra porção de linha divizoria pelo meio daquele certão desconhecido das importantissimas concequencias que o governador dito havia feito subir a real noticia, pelas cartas de 30 de Novembro de 1778, 8 de Janeiro, 9 de Junho, 3 de Julho, e 28 de Dezembro de 1779; e ultimamente pela de 15 d'Abril de 1780 corrente, dirigidas pela secretaria d'Estado Ultramarina; a fim de provar a necessidade absoluta, de que o seu real dominio sustentasse em todos os cazos a navegação privativa do mesmo rio Guapore, com toda a sua margem ocidental em huma certa largura de terras athe o referido de São Simão; de que incontestavelmente se acha de posse a mesma Senhora: assim por via de bastantes sitios, ou fazendas nella povoados, desde mais largo tempo, como pela do estabelecimento de Vizeu fundado

em 14 de Setembro de 1776, pelo mesmo governador na dita margem ocidental, muito antes da celebração do Tratado Preliminar; sigundo a conta que dirigio a real prezença em 25 tambem de Setembro daquele anno, como o auto da dita fundação [cuja copia ajunta igualmente debaixo de nº 3º] da qual rezultou a grande ventagem que já se propoz naquele tempo, de serem emfim descobertas, examinadas, e povoadas as minas dos Garajúz, que de outra sorte ficariam sendo castelhanas; achando-se nellas prezentemente estabelecidos varios mineiros com perto de trezentos escravos no actual exercicio de extrahirem ouro; em cujas circumstancias he certo que tem todo o lugar a convenção pozitiva do mesmo artigo XVI, a respeito das minas actualmente possuidas; com particularidade não se achando cedido o lugar dellas, como não acha pelo tratado.

Desvanecido que for como he de prezumir, pelas sobreditas rezoens toda a controvercia que poderia mover-se sobre a imaginada e impraticavel linha recta da boca do Jaurú, de que acima se falou, paresse que deverão concequentemente desvanecer-se outras quaesquer, se os comissarios espanhoes se avizassem de disputar a continuação da dita raya, desde (...) da cordilheira referida sigundo as balizas mais naturaes, e conhecidas; como não deixarão de ser talves os morros da continuação della no cazo que se prezume de have-llos, ou outros que sejam memoraveis athe o rio São Simão: porquanto como o lugar na margem ocidental do Guaporé, que ha-de servir de termo a nossa navegação privativa, e de principio a navegação comua de ambas as naçoens; se acha indifinido pelas seguintes palavras do artigo X = Desde o lugar que na margem austral do Guaporé for asinalado [supoem claramente que o não está ainda] para termo de raya = he certo que o mesmo termo se ha-de convir, e detreminar pelos comissarios a vista do que fica conciderado, e reflectido: podendo tambem acressentar-se a urgente falta de Matos bastantes para rossas que he extrema na margem oriental; sendo pelo contrario abundante a ocidental, e não austral como lhe chama o tratado, que a tão legitimo titolo pertendemos: o que tambem já foy posto na real prezença, em huma das humildes reprezentaçoens do mencionado governador a este respeito.

> Desde a barra do rio São Simão no Guaporé, ou suas vezinhanças athe a junção dos rios da Madeira, e Mamoré, ou mais ao norte onde enfim terminar a navegação comua.

A separação dos dois dominios desde a barra do rio de São Simão, aonde com pouca diferença se deve asinalar o termo da raya, he sem duvida que a detreminarão as aguas do mesmo Guaporé, do Mamore, e da Madeira, cuja navegação deve ser comua na forma dos artigos X, e XI sobreditos, athe o lugar que for elegido com aprovação de huns, e outros comissarios para com efeito lançar a linha de leste a oeste que deve ligar o Javari; sem que em toda a extenção daqueles rios, ao que pode julgar-se, se ofreça ocazião de mayor duvida, logo que as detreminaçoens do artigo XIV se executarem literalmente na separação e adjudicação das ilhas, sigundo o lugar em que se acharem no tempo seco.

Na margem oriental do dito Guaporé que pelo referido modo fica sendo portugueza, entre as bocas dos rios castelhanos, Itonames e Mamore; existe ainda hoje a antiga fortaleza da Conceição que ha-de dimolir-se por totalmente inutil, logo que se concluir

ou adiantar o forte do Principe da Beyra, fundado em situação ventajoza hum pouco mais ao sul na dita margem oriental; tendo sido posta nos seus alicerçes a primeira pedra pelo governador e capitão general Luiz d'Albuquerque no dia 20 de Junho de 1776; na forma do termo [tambem adjunto debaixo de nº 4º] que já pos na real prezença com carta de 22 do dito mez e anno, observando em toda esta materia as supremas ordens reaes das suas instruçoens.

Pode não ser inutil, o expor neste mesmo lugar que o progreço do dito forte do Principe da Beira, não deixa de ter sido concideravel porquanto se acha mais de meio levantado, conforme as ultimas contas do dito governador; havendo respeito à qualidade deste paiz, ao pouco tempo, e a grande falta de meyos para tão importante construção na qual todavia se fica proceguindo com o possivel vigor: não só por se achar na dita margem oriental e portugueza, mas porque o dito seu principio foy muito antes do Tratado Preliminar, destinando-se alem disto a substituir a mesma antiga fortaleza logo que for demolida; por cujos motivos paresse que não está nos termos de se julgar comprehendido no artigo XVIII por não ser fortificação que de novo se levante, devendo prevalecer alem de tudo isto a urgentissima precizão de que se conclua e exista o mesmo forte como à dita Senhora não deixará de ser bem constante, e manifesto, nos termos de ser o unico que cobre todo este lado ocidental do Estado do Brazil, e o unico ponto de apoyo da vasta fronteira que constitue.

Tambem paresse necessario relatar ao pé do real trono na ocazião prezente, o mesmo de que já deu conta o dito governador, principalmente nas cartas de 5 de Junho e 27 de Dezembro de 1779; afim de mostrar que a suspenção das obras actuaes do referido forte no cazo de rezolver-se traria comsigo os atendiveis prejuizos de se frustarem em grande parte as groças despezas que na verdade tem custado a conduzir e a juntar de muitos centos de legoas de distancia, não só a gente necessaria para aqueles trabalhos, mas todos os precizos instrumentos, materiaes, e provizoens.

Na exprecão do artigo XI do Tratado Preliminar, paresse não ter havido exacto conhecimento geographico a respeito do rio da Madeyra, talves por falta de cartas ao tempo de celebrar o primeiro tratado de limites, de 13 de Janeiro de 1750 nos seus artigos VII, e VIII, de donde o dito preliminar paresse transcripto; por se achar ja hoje perfeitamente averiguado que o dito rio da Madeira não só he muito diverço dos outros rios Guaporé, e Mamore que nele confluem unidos, mas que sem embargo disso he quazi dobrada a copiozissima porção das agoas do primeiro; conforme pessoalmente examinou o referido governador nos principios do anno de 1774, em que passando de ordem de Sua Magestade aquella notavel confluencia, achou as diferentes larguras, profundezas, e mais noticias da copia tambem adjunta nº 5º.

Desde o termo que for asinalado na margem do Guaporé, e barra de São Simão mais ou menos, para ter principio a navegação comua athe a dilatada boca do dito rio da Madeira; poderá talves ministrar huma idea bem suficiente o mapa topographico, encaminhado anteriomente a real prezença com carta do dito Governador de 8 de Janeiro de 1779; por ser em ponto muito perceptivel a mostrar a configuração de quazi toda a corrente dos rios que se destinam a mesma navegação comua; com os adjacentes terrenos de toda a margem ocidental, principalmente desde a capital de Villa Bella; e que tambem não

deixará de divizar-se na carta geral prezentemente dirigida, ainda que com menor expecificação a respeito das ilhas por conta do seu mais piqueno petipé.

> Desde o ponto que se detreminar na margem ocidental do rio da Madeira para lançar a linha de leste a oeste, que ha-de ligar o rio Javari; athe a embocadura deste rio das Amazonas, ou Maranhão.

A linha de leste a oeste detreminada no dito artigo XI, no cazo de ter o seu efectivo principio na margem ocidental do rio da Madeira em igual distancia das bocas do Mamore, e do mesmo da Madeira athe com efeito hir encontrar o Javari, sigundo se mostra dos mapas que existem; não poderá ter menos de boas cento e sincoenta legoas de extenção dos mais dificeis e asperos certoens ja mais penetrados; pelo que será impossivel que deixe de ser do mais extraordinario e demorado trabalho para os comissarios de ambas as naçoens e das mais concideraveis despezas o seu pontual reconhecimento; nem será talves praticavel o principia-llo sem que primeiro se expidam, ou adiantem bastantemente os outros extenços e dificeis exames que ficam referidos: sendo este apenas o juizo que por agora se poderá formar nesta materia vasta, e importante, emquanto se não consultar o animo dos espanhoes, a visto das ordens que trouxerem; conferindo de alguma sorte com eles os arbitrios que se conciderarem mais uteis à execução comua destas deligencias e mais proprios a facilitar os seus muitos estorvos, e dificuldades.
Se com efeito chegar a verificar-se o reconhecimento da dita linha de leste a oeste superando emfim todos os obstaculos, athe encontrar a margem oriental do Javari, há toda a aparencia de que não faltarão outros ainda que vencer naquele lugar; assim para fixar com as observaçoens astronomicas que correspondem o termo da referida linha, que deverá ser no mesmo paralello do principio que se lhe tiver dado na margem ocidental do Madeira; como para dipois de tudo isto poderem decer as duas partidas de portuguezes e espanhoes pela corrente do mencionado Javari athe a sua embocadura; a cujo fim ha-de ser precizo indispençavelmente que tenham por el subido todas as necessarias embarcaçoens de transporte com as suas esquipaçoens (*sic*) e provimentos, remetidos do Pará, ou de Rio Negro pelo que pertence aos portuguezes; e da confinante provincia de Mainas pelo que respeita aos ditos espanhoes; dando-se nesse cazo por concluido o laboriozo, e dilatado giro que se destina na capitania do Mato Groço a sigunda e terceyra partidas das mencionadas demarcaçoens; na forma do plano geral detreminado pela carta regia, de 8 de Janeyro do prezente anno.

Notas Principaes

Todas as sobreditas noticias a respeito do objecto das demarcaçoens são as que humildemente se anima a levar a real prezença o governador actual da capitania do Mato Groço Luiz d'Albuquerque emquanto se não fizer possivel adquirir outras tratando com os espanhoes que vierem encarregados da 2ª e 3ª partidas das mesmas demarcaçoens, pois que ambas estas na forma do plano geral se hão de ocupar em companhia das duas portuguezas nesta dilatada fronteira, a qual por mais importante e dificil de regular, em

rezão das circunstancias reprezentadas nesta memoria; pedirá naturalmente muito mais larga dilação de huns e outros comissarios, e por concequencia muito mayores asistencias, athe final concluzão.

O dito governador poem ao mesmo tempo na real prezença a relação tambem junta do nº6 extrahida dos registos desta secretaria do governo a fim de produzir hum piqueno exemplo da excessiva carestia destes paizes, ou dar a conhecer por hum dos dedos a grandeza do gigante; a qual relação sendo unicamente de alguns mantimentos com que o Exmº conde de Azambuja mandou asestir, como por cazualidade e em figura de refresco, no anno de 1754 que governava esta dita capitania, aos comissarios que vieram levantar o marco do Jaurú: fas ver que eles importaram mais de trinta e dous mil cruzados; sem embargo de executar-se aquella remessa não só em medianas distancias, mas pela via dos rios Paraguay, e Jaurú muitas vezes mais facil e comoda de preços para os transportes do que são sem duvida os caminhos de terra; principalmente por entre os mais desconhecidos, e asperos certoens como tem de fazer-se huma tão grande parte, dos que nesta dita fronteira se praticarem.

Villa Bella do Mato Groço, 20 de Agosto de 1780.

Luis d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres

Nº 1[28]

Termo de revalidação de posse, ou sendo necessario, de nova posse, tomado por parte de Sua Magestade, que Deos guarde, do lugar que até agora se chamava = Fexo de Morros = sobre as margens do rio Paraguay; em consequencia das ordens de Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, governador e capitão general desta capitania.

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil settecentos settenta e cinco, aos treze dias do mez de Setembro nesta situação até agora chamada = Fexo dos Morros = aonde prezentemente me acho, eu o capitão Mathias Ribeiro da Costa, comandante de hum corpo de soldados dragões, de outro de auxiliares incarregado ao ajudante Francisco Rodriguez Tavares; e de outro de ordenanças, encarregado ao capitão Miguel Joseph Rodriguez; e sendo ahi em cumprimento das ordens do Illm° e Exm° Senhor Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, governador e capitão general desta capitania do Matto Grosso, debaixo das quaes, fui expedido da villa do Cuyabá, com os sobreditos corpos, a indagar paragem propria, que debaixo das armas de Sua Magestade Fidelissima podesse segurar a nossa antiga navegação do rio Paraguay; para que em nenhum tempo passem vassalos de outro qualquer monarca, a occupar, e invadir estes dominios meridionaes do dito senhor; nem prosseguir por este rio, nem pelos mais que nele desembocão subindo té suas fontes; ou isto seja com tropas civilizadas, ou seja com gentes gentilicas, habitadoras destes destritos, que por serem auxiliadas com armas ofencivas, e outros socorros pelos vassalos de Sua Magestade como costumão por esta mesma navegação fazer repetidos roubos, e mortes, não só nas viagens dos comerciantes, mas ainda nas povoações sugeitas a Sua Magestade Fidelissima que Deos guarde. E não achando eu paragem mais acomodada para estabelecer-me intrincheirado, segurando as ordens do dito senhor general, em té a sua decizão ultima; se não a de hum morro, que firma sobre as margens do dito Paraguay da parte do poente, em huma ponta dell, com o parecer dos sobreditos officiaes, que prezentes estavão, fiz assento de huma forteficação, na forma dita, com figura quadrada, sendo lansada por mim a primeira pedra, em nome d'El Rey Nosso Senhor, prezentes as sobreditas trópas, formadas em batalha, com bandeiras reaes arvoradas; solemnizando-se este acto de revalidação, / ou de nova posse sendo necessario, / que por ordem do dito Illm° e Exm° Senhor governador, e capitão general desta sobredita capitania, tomei com efeito, ou revalidei, sendo necessario, como dito fica, em nome d'El Rey, Nosso Senhor, a quem directamente pertencem esta forteficação e dominios; isto com descargas de artelharia, e mosquetaria, entre os mais aplauzos, e vivas, que em similhantes actos se praticão; do que para constar a todo o tempo, mandei lavrar este termo por Joseph da Fonseca Fontoura e Oliveira, e assignei como comandante, juntamente com os mais officiaes abaixo assignados. E eu Joseph da Fonseca Fontoura e Oliveira, que sirvo de furriel de dragões, por ordem do dito comandante, o escrevi e assignei = Joseph da Fonceca Fontoura e Oliveira = O comandante deste novo prezidio Mathias Ribeiro da Costa = o Capitão Miguel Joseph Rodriguez = O Ajudante Francisco Rodriguez Tavares = O Alferes Gaspar Luiz de Amorim = O Alferes Francisco Lopes Barreiro =

[28] No canto superior esquerdo: "Copia"

Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres

Nº 2

Auto de posse, e fundação do lugar de Albuquerque, e seu destrito, para a coroa de Portugal.

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil settecentos settenta e oito, aos vinte hum dias do mez de Septembro do dito anno, nesta povoação de Albuquerque, situada na margem occidental do rio Paraguay, em hum assento de terra que decorre para rio abaixo e dista a mesma formalidade huma legoa, pouco mais ou menos, aonde o sargento mor commandante Marcelino Rodrigues Camponez, em observancia das ordens do Illm° e Exm° Senhor Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, governador e capitão general das capitanias de Matto Grosso, e Cuyabá, tendo consigo o capitão mor das conquistas João Leme do Prado, e as pessoas abaixo nomeadas, e assignadas, elle dito sargento mor commandante, tomou posse para a coroa de Portugal, mandando levantar huma grande cruz de pau de ley, limpar terreiro, fazer quartel; e fogo nele, casar nos matos vezinhos, pescar no rio, e passear de huma e outra parte no dito terreiro, dizendo em vozes altas, primeira, segunda, e terceira vez; viva El Rey de Portugal; cujas palavras, em igual voz, todos os circunstantes repetimos, outras tantas vezes. E para de tudo constar, aos vindouros, mandou elle dito sargento mor commandante, fazer este auto que assignou, adjunto o capitão mor da conquista, com os assistentes o alferes de granadeiros Salvador Rodriguez de Sequeira, o sargento da ordenança Manoel Pereira da Sylva, e os soldados dragões Manoel Joseph Correa, Joseph Joaquim de Almeida, Manoel Barboza, e o sargento da companhia de pedestres Alexandre Ferreira Netto, e comigo Joseph da Fonceca Fontoura e Oliveira que o escrevi, e assignei nesta povoação d'Albuquerque, aos vinte hum dias do mez de Septembro de mil settecentos settenta e oito. = Marcelino Rodriguez Camponez = João Leme do Prado = Salvador Rodriguez de Sequeira= Manoel Pereira de Souza = Alexandre Ferreira Netto= Manoel Joseph Correa = Joseph Joaquim de Almeida = Manoel Barboza Paes.

Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres

Nº 3 [29]

Auto de principio com que se estabelesce a nova povoação denominada de Vizeu, que o Illm° e Exm° Senhor Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, governador e capitão general desta capitania, veyo pessoalmente mandar fazer a este lugar, situado na margem occidental, ou esquerda do rio Guaporé, quazi defronte do rio Caraimbiara.

Aos quatro dias do mez de Septembro do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil settecentos settenta e seis, vindo o Illm° e Exm° Senhor Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, a este mesmo lugar da margem occidental do rio Guaporé desta capitania de Matto Grosso, quazi defronte aonde nele desemboca o rio Caraimbiara, que com muito pouca diferença hé o meyo da viagem do forte do Principe da Beira, para a capital de Villa Bella; ahi pelo dito Senhor, ao depois de examinar, e medir o terreno, que avezinha ao rio, forão detreminados os necessarios alinhamentos, para o fim de que as cazas de moradores, conduzidos por ordem de Sua Exª., de varias partes, que prezentes estavão, formassem seus ranchos, e cazas, em ordem a fundar-se huma povoação regular, e prezistente, como com efeito desta sorte se fundou, pondo-se-lhe o nome de Vizeu, que o mesmo Senhor ellegeu, e assentou, assignado este termo de fundação, com mais algumas copias que se fizerão, o que tudo posto por fé, que foi executado, sendo testemunhas do referido acto, todas as pessoas que abaixo assignarão, e eu Antonio Ferreira Coelho escrivão da fazenda real que o escrevi = Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres = Joaquim Pereira de Albuquerque = Antonio Francisco de Aguiar = Joseph Ignacio dos Santos = Joaquim do Nascimento = Vitoriano Lopes de Macedo = Joseph Rodriguez da Costa = Joseph de Santiago de Figueiredo.

Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres

[29] No canto superior esquerdo : "Copia".

Nº 4

Auto de Fundação, e declaração do dia em que se dá principio, e lança a primeira pedra na nova fortaleza que o Illmº e Exmº Senhor Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, governador e capitão general desta capitania de Matto Grosso manda levantar na margem oriental, ou direita do rio Guaporé, denominando-a = Real Forte do Principe da Beira.

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil settecentos e seis annos, aos vinte dias do corrente mez de Junho, vindo o Illmº e Exmº Senhor Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, a este lugar situado na margem oriental, ou direita do rio Guaporé desta capitania, em distancia de mil braças, pouco mais ou menos da antiga fortaleza da Conceição; o qual lugar tinha sido escolhido, e aprovado pelo mesmo Senhor, depois de circunspectamente o reconhecer, ou vindo a varios engenheiros, com particularidade ao ajudante de infantaria, com o dito exercicio Domingos Samboceti, a quem, pela sua inteligencia, tem cometido a direcção principal das obras, para nele se fundar a outra nova fortaleza, que Sua Magestade ordenou, assim porque está livre das mayores excressencias do dito rio, como porque o terreno hé naturalmente o mais sólido, e o mais acomodado em todos os sentidos, que podia dezejar-se; ahi por S. Exª foi pessoalmente lansada, a primeira pedra nos alicerces, depois de se lhe gravar a inscripção seguinte.

Josepho 1°
Lusitania et Brasilia Rege Fidelissimo
Ludovicus Albuquerquius a Mello Pererius et Caceres
Regia Majestatis a Consiliis
Amplissimae hujus Matto Grosso Provincia
Gobernator ac Dux Supremus
Ipsius Fidilissimi Regis nutu
Sub Augustissimo Beirensis Principis Nomine
Solidum Hujus Arcis Fundamentum jaciendum curavit
Et primum Lapidem posuit
Anno Christi MDCCLXXVI
Die XX Mensis Junii

Cuja pedra, foi com effeito posta no alicerce do angulo flanqueado do baluarte, em que de prezente se trabalha, cujo angulo, com pequena diferença, olha para o poente; e determinou o dito Senhor, que a mesma fortaleza de hoje em diante, se denominasse = Real Forte do Principe da Beira = consagrando-se os quatro baluartes em que ha-de consistir; a saber: A Nossa Senhora da Conceição, o referido em que se trabalha, com direcção geral ao poente; a Santa Barbara, o outro que vira para o sul, ambos adjacentes ao rio; e a Santo Antonio de Padua, e a Santo André Avelino, os outros dois que devem corresponder-lhes; o que tudo se fez sendo prezentes o capitão de dragões da capitania de Goyáz Jozeph de Mello e Castro de Vilhena; o referido engenheiro Domingos Sambuceti; o thenente de dragões Joseph Manoel Cardozo da Cunha; o thenente em segundo de artelharia Thomé

Joseph de Azevedo; o alferes de dragões Joaquim Pereira de Albuquerque; o capitão Joaquim Lopes Poupino, intendente das obras, de que se fez este auto, com mais quatro copias, em que o dito senhor governador, e capitão general assignou, e da mesma forma os sobreditos, com as pessoas que abaixo constão; e eu Antonio Ferreira Coelho escrivão da fazenda real que o escrevi = Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres = e mais abaixo Joseph de Mello e Castro de Vilhena e Sylva = Domingos Samboceti = Joseph Manoel Cardozo da Cunha = Thomé Joseph de Azevedo = Joaquim Pereira de Albuquerque = Joaquim Lopes Poupino = Ignacio Pedro Jacome de Souza Magalhaes = Belchior Alvarez Pereira = João de Magalhães Coutinho = Joseph da Cunha Moraes = Joaquim de Matos.

Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres

Nº 5

Observaçoens determinadas na confluencia dos rios da Madeira, e Mamore, na prezença do governador e capitão general Luiz d'Albuquerque, no mez de Fevereiro de 1774.

1ª Tem o ryo da Madeira de profundeza na sua boca, braças.....10

2ª Dittas que tem o ryo Mamoré.....10

3ª Largura da boca do Madeira, braças.....494

4ªDittas na do Mamoré 440

5ª Largura da confluencia dos ryos, braças.....900

6ª Velocidade da corrente em hum segundo de tempo = igual a 1/60 de minuto – 8 palmos

3/22

Observações calculadas, em aproximação por falta de instrumentos necessarios

1ª Longitude da ilha do Ferro deste lugar.....314° 10' 0''

2ª Latitude Autral do mesmo Lugar.....10° "

3ª Vareação da agulha para nordeste.....7° 6'

Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres

Nº 6

Rellação do que se gastou pela real fazenda da provedoria do Cuyabá na primeira e segunda expedição que se fez para socorro dos commissarios que vierão a por o marco do Jaurú no anno de 1754.

Farinha	1071 . 3/4	alqueires	1:607	1/4	-----
Feijão	498. 1/2	ditos	436	-----	120
Toucinho	150@8$		751	1/4	-----
Arros pilado	20	alqueires	40	-----	-----
Molhados do reyno	22	frasqueiras	435	-----	-----
Molhados da terra	32	ditas	112	-----	-----
Mellado	3	ditas	10	1/2	-----
Fumo	392	varas	73	1/2	-----
Frutas	2	caixas	5	3/4	80
Queijos	1	barris	18	-----	-----
Biscoitos	4	ditos	42	-----	-----
Doce	1	ditos	14	-----	-----
Manteiga	1	ditos	16	-----	-----
Assucar	1	ditos	16	-----	-----
Sal	12	ditos	137	1/2	-----
Galinhas	200		75	-----	-----
Bananas	100	caxos	18	3/4	-----
Milho	20	alqueires	10	-----	-----
Bois que se matarão e perderão			367	1/2	-----
Fazenda, toldas, barris, breu, frasqueiras, caixões, barracas, e outas couzas mais precizas para a expedição das canoas			1:660	-----	15
Aluguer das canoas e perda de 2			93	-----	-----
Salario dos pilotos e proeiros			1:844	1/2	22
Aluguer de carros			54	-----	-----
(...) de pretos			22	1/2	-----
Concertos de canoas			18	1/4	-----
Salarios de vaqueiros			66	1/2	80
Feitio de sacos			26	1/4	-----
Aluguer de cavallos			208	1/2	-----
Salario ao fiel			28	1/2	4
Salario ao cirurgião			24	1/2	107
Somma			8:433	-----	111

O escrivão da fazenda real – Francisco Ferreira de Azevedo

N.B. A quantia supra de 8:433. - 11 (sic) reis de ouro, que naquelle tempo valia a 1500 reis cada 8ª reduzindo-se a reis de prata fas a quantia consideravel de 12.649$743 reis.[30]

Alem da sobredita despeza que se fez nesta deligencia dos 12.649$743 reis tambem se executou na mesma a do pagamento de hum alferes de dragões, hum cabo, e dez soldados igualmente occupados emquanto durou que não havia de ser muito pequena.

Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres

[30] No canto inferior direito: "segue"

Doc. XIV

AHU Mato Grosso caixa 21 doc 30

20 de Julho de 1783

Cópia de uma carta do mestre de campo António José Pinto de Figueiredo ao sargento-mor José António Pinto de Figueiredo rubricada por Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres

Marcha[31] Vossa Merce por huma pozitiva ordem de Sua Exc.ª com o seu ajudante Joze Vieira Passos a demandar a nova povoação d'Albuquerque com os cazaes, e pessoas que constam da lista junta os quaes hão de viver e serem regidos debaixo do seu mando, e inspecção devendo trata-llos como filhos, conserva-los com paz no temor de Deos, serviço de Sua Magestade, e na cega obediencia das ordens de S. Excª.

Vay Vossa Merce dirigidamante a reedificar aquella tão importante povoação pelo desamparo em que se acha cauzado este pelo desmazelo, mau modo, pouco prestimo do capitão môr João Leme a quem S. Exª tinha encarregado o seu estabelecimento; sem que há sinco annos a esta parte tenha produzido o mais leve effeito de adiantamento antes huma escandaloza declinação com a dezerção de quazi todos os colonos.

Para conservação destes he muito conveniente que tanto que Vossa Merce desembarcar naquela pozitura cuidar logo sem perda de tempo em mandar fazer huma grande rossada que leve ao menos dezaseis alqueires de milho, e concequentemente a seu tempo, outro tanto de feijão e arros para que produzindo como espero se possa sustentar com fartura essa povoação, e fornecer o prezidio de Coimbra dos taes viveres emquanto não ha produção dos mais, e tambem para que os povoadores principiem a perceber o lucro do seu trabalho.

E para suavizar este deve haver cuidado grande da planta de muitos algodoaes para que as molheres tenham em que se ocupar, e ao mesmo tempo principiarem as manufacturas de pano d'algodão para o seu vestuario, e fazerem negocio do acressimo para cujo fim remeto tres tesseloens peritos no preparatorio de teares, pentes, lissos, e o mais a este respeito.

Ja se sabe que a povoação deve ser fornecida de toda a qualidade de plantas, arvores d'espinho, pois me consta que ainda lá não há um so limoeiro, bananeiras, cana, mandioca, aypim, carâ, batatas, tamarineiros, guayabeiras, mamona, porcas, patos, galinhas, não so para fartura como para fazer negocio com as canoas das monsoens que por ahi hão de passar, como tambem para fazer o mesmo negocio com os destacados de Coimbra.

Prezentemente acha-sse na povoação hum ferreiro e carpinteiro segundo nesta conduta mais alguns deste officio para se empregarem em fazer monjollos de mão emquanto se não descobrir algum modo de se poder fazer de agoa, escarossadores d'algudão, de mellado, e tudo o mais que se carecer para aumento da dita povoação.

Recomendo a Vossa Merce muito que haja cuidado grande a que o trabalho seja repartido por todos com igualdade não devendo ignorar que a ociozidade alem de ser madrasta he o

[31] No canto superior esquerdo: "Copia".

primeiro movel de todos os vicios dos quaes provem os maiores e mais pessimos desconsertos.

He sem questão de duvida que o estabelecimento deve ser bem regulado, ruas direitas, e largas, praça no meio espaçoza, caza de oração, quarteis, armazem, e huma estacada devendo estas obras serem feitas de taypa por mais permanecentes para a seu tempo se cobrirem de telha por cauza dos fogos e melhor sigurança.

Fará Vossa Merce tomar contas a João Leme de tudo quanto pertencer a fazenda real, e com huma tal exacção que ao depois de feito o inventario pela relação que leva extrahida desta provedoria, devera asinar aquele e Vossa Merce tambem remetendo-a por copia para aqui se ajuntar, e do que achar conserva-llo com todo o resguardo; e assim o mais que pertencer a Sua Magestade, zelando poupando e despendendo só o muito precizo por ser couza mais que melindroza, e nisto haja cautella grande.

Tanto que a povoação se achar nos termos de huma completa concordia passara de tempos em tempos ao prezidio de Coimbra para ocularmente ver e observar o estado em que se acha, informando-sse do furriel comandante de quanto carecer para bem do mesmo prezidio constituindo-se obrigado a dar huma breve, clara, e exacta conta a Sua Exc.ª, não só do tal prezidio como da mesma povoação onde ha-de ser a sua rezidencia athe o mesmo Senhor detreminar outra couza; ficando na inteligencia de socorrer em qualquer incidente aquele, assim como reciprocamente essa povoação ser socorrida.

Vossa Merce encarregará ao capitam mor João Leme que haja de sahir repetidas vezes a ver, rever, e examinar a campanha em beneficio das pessoas que se ocuparem nas lavouras para que o gentio não tenha ocazião de executar os seus desatinos no que deve haver hum cuidado maximo, e ao mesmo tempo fazer deligencia por descobrir as missoens que houver nesse continente; a sua distancia, qualidade de naçoens, morros, sangradores e campanhas, não perdendo ocazião de aquiziciar, reduzir e conquistar debaixo de toda a sigurança, e cautella aqueles barbaros e o mais a este respeito, devendo o mesmo João Leme ser fornecido do precizo, e tratado com estimação.

Antes que os trabalhadores sigam todos os dias para o seu trabalho, e ainda os existentes os fará encomendar a Deos antes de amanhacer para que o mesmo Senhor lho prospere e aumente de cujo louvavel exercicio se acha Vossa Merce bem instruido pelo inveterado costume que sempre observou na sua caza; e assim mesmo fará guardar os Domingos e dias santos.

Como em todas as povoaçoens mormente novas costumam acontecer varias discordias, desabrimentos e desobediencias, cauzadas por alguns animos revoltozos, o que muito bem pode acontecer nessa; fique Vossa Merce desde ja advirtido que para evitar semelhantes insolencias foram estabelecidos varias e diversas qualidades de castigos para se aplicarem aos delinquentes conforme os delictos que cometerem, e primeiro que aqueles se façam executar para exemplo deve Vossa Merce revestir-se de hum modo prudente advertindo-os, e cazo continuem encrepallos (?) e reprehende-los, e insistindo cartiga-llos, tendo sempre diante dos olhos a compaixão por ser muito necessaria para conservar esses povoadores.

E de tudo o mais que me não ocorre e lhe parecer conveniente e ao seu ajudante a quem consultará para beneficio, aumento e conservação da dita povoação o fará

executar devendo ter sempre diante dos olhos o seu honrrado nacimento para que os seus procedimentos lho athorizem servindo a Deos, a Sua Magestade em todo o sentido agradar a Sua Exc.ª a cuja illustre e excelente pessoa deve venerar, obedecer, e respeitar pelos distintos e extraordinarios beneficios que tem recebido do mesmo Senhor. Deos guarde a Vossa Merce. Cuyabá 20 de Julho de 1783. O mestre de campo comandante = Antonio Joze Pinto de Figueiredo = Senhor sargento mor comandante Joze Antonio Pinto de Figueiredo.

Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres.

Doc. XV

AHU Mato Grosso caixa 22 doc 36

30 de Março de 1786

Carta de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro
Em anexo termo de fundação de Casalvasco

Illm° e Exm° Senhor

A incluza copia que passo às maons de V.Exc.ª (a quem juntamente rogo de querer bem disculpar-me pela demora que a semelhante respeito reconheço que na verdade tenho praticado) hé do termo de fundação do novo estabelecimento de Cazalvasco a que efectivamente procedi no anno de 1783, sobre a margem direita do rio Barbados, não longe dos confins desta capitania a rumo da provincia castelhana de Chiquitos; sigundo por muitas vezes tenho posto com mayor detalhe na prezença de Sua Magestade, intrevindo o conhecimento de V. Exc.ª de quem tambem espero que nella haja de querer fazer constar a mencionada copia.
Deos Guarde a V. Exc.ª muitos annos. Villa Bella 30 de Março de 1786.

Illm° e Exm° Senhor Martinho de Mello e Castro.

Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres

Termo[32] de fundação do novo estabelecimento, e povoação regular de Cazalvasco na margem oriental do rio dos Barbados, oito legoas com pouca diferença para o sul de Villa Bella capital da capitania do Matto Grosso.

Anno do nacimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil setecentos oitenta e tres, aos vinte e nove dias do mes de Setembro, nesta margem oriental do rio dos Barbados, oito legoas com pouca diferença ao sul de Villa Bella capital desta capitania de Matto Grosso, aonde com huma fazenda, e curral de gado vacum, criaçoens de outros animaes domesticos, terras lavradias de huma e outra margem, em que cultivam, e colhem todos os generos de lavouras junto do lugar em que se acham estabelecidos com cazas de vivenda Costodio Jozé da Silva, e Bartholomeu Paes da Cruz, e em que pessoalmente se acha tambem prezente o Illm° e Exm° Senhor governador e capitão general desta mesma capitania Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres acompanhado dos tenente coronel de infantaria com exercicio de seu ajudante das ordens Antonio Felipe da Cunha Ponte, e dos capitaens engenheiros Ricardo Franco d'Almeida Serra, e Joaquim Jozé Ferreira, e do Dr° astronomo Antonio Pires da Silva Pontes, do capitão de cavalaria auxiliar Manoel Velozo Rebelo de Vasconcellos, do tenente d'infantaria auxiliar Alexandre Barboza Faleiro, do padre Alvaro de Loureiro da Fonceca Zuzarte de toda a sua guarda militar de dragoens, e de outras muitas mais pessoas, tendo neste, e já em outros muitos mais annos precedentes em que tambem pessoalmente reconheceu, e muito miudamente examinou todos os estabelecimentos, agriculturas, pastos, e situaçoens deste dito rio inteirando-se de que todos eles eram de mayor ventagem, e necessidade à preciza concervação, aumento e ainda administração de governo da mesma referida capital, e concequentemente de grande utilidade ao real serviço, e alem destas athé por outras muitas rezoens politicas de igual, ou mayor concideração, pelo que se deviam promover, e consolidar com o zelo mais eficaz, e que para esse fim convinha muito que se unissem, e congregassem os seus antigos, e numerozos moradores que dispersamente o povoam, e cultivam desde mais de vinte annos antes por ambas as sobreditas margens em grande extenção athé as sua primeiras fontes, com fazenda de gado vacum, e criaçoens de outros animaes domesticos, engenhos de assucar, e agoa ardente, e todas as outras qualidades de lavoura, para que com todos os mais que de novo viessem correndo, para o que se dariam providencias se incorporassem em povoação regular, e paragem que alem de reunir as outras ventagens, e circunstancias atendiveis fosse a todos comoda, e observando que a mayor parte destas se verificam melhor do que em outro algum, neste intremedio que referido fica da margem oriental, ou direita deste dito rio, e tendo pelos sobreditos capitaens engenheiros na forma do projecto que lhes detreminou mandado levantar o plano da referida povoação e aplainar, e dispor todo o espaço que deve ser ocupado, ordenou o fizessem alinhar, e demarcar, para o que se achavam promptos marcos de pau de ley, e tudo o mais necessario, detreminando outrosim que a dita povoação se denomina-sse = Casalvasco = e que desde logo consistisse alem de hum competente numero de cazas, em cuja construção podessem os referidos moradores logo hir cuidando, especialmente na sua frente paralellamente ao rio, e a

[32] No canto superior esquerdo: "Copia"

rumo de poente fizessem os mesmos officiaes juntamente demarcar, e alinhar huma igreja, ou capella decente, e proporcionada para a celebração dos oficios divinos, e administração do pasto espiritual dos mesmos moradores, como tambem huma caza, e alguns quarteis que logo mandaria construir per conta da real fazenda, para que S. Exc.ª e os mais senhores generaes que lhe sucedessem, com os officiaes, e guarda que deveriam acompanha-llos tivessem aonde se recolher, e aquartellar, não somente quando passassem a vizitar estes ditos lugares, mas que no real serviço da importantissima deligencia das demarcaçoens sobre os terrenos adjacentes das fronteiras desta dita capitania que lhe estava encarregada pelas soberanas ordens de Sua Magestade em execução do Tratado Preliminar de Limites do primeiro de Outubro de mil setecentos setenta e sete tivessem por conveniente vir rezidir nesta dita povoação: e tendo-se logo executado todas as referidas mediçoens e alinhamentos, na sua mesma prezença, e de todos os sobreditos officiaes, e mais pessoas, mandou o mesmo Senhor lavrar este termo, para que sendo por ele assinado, e por todos os referidos officiaes, e mais pessoas, por ele conste a todo o tempo da importante fundação deste novo estabelecimento e lugar de Cazalvasco, sendo dele primeiros moradores os que ja de tempo mais antigo povoam com efeito este rio dos Barbados com o que teve seu principio. O tenente coronel Antonio Felipe da Cunha Ponte que tambem serve de secretario do governo por impedimento do actual o fez escrever = Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres = Antonio Felipe da Cunha Ponte = Ricardo Franco d'Almeida Serra = Joaquim Jozé Ferreira = Antonio Pires da Silva Pontes = Manoel Velozo Rebelo de Vasconcellos = Alvaro de Loureiro da Fonseca Zuzarte = Vitoriano Lopes de Macedo = Manoel Rebelo Leite = Alexandre Barboza Faleiro.

Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres

Doc. XVI

AHU Mato Grosso caixa 27 doc 25

Anterior a19 de Junho de 1795

Petição de António Pinto do Rego e Carvalho ao Conselho Ultramarino

Senhora:

Antonio[33] Pinto do Rego e Carvalho da villa de Porto de Mos, e tenente de dragões em Matto Groço; mais fiado na real clemencia de Vossa Magestade, cuja intensão he premiar os vaçallos, que a servem com honra, fidelidade, e zello, do que nos exuberantes serviços, que tem feito a Vossa Magestade, com proveito e utilidade da real fazenda, expondo para esse fim muitas vezes a vida; chega com o mais profundo acatamento a real prezença de Vossa Magestade a expor alguns dos mesmos serviços, para que possão ser objecto da real attenção.

Não obstante que o suplicante havia muitos anos servia a Vossa Magestade neste reyno, excitado na memoria de seus mayores que em grandes postos servirão a coroa deste reyno nas partes remottas dos seus dominios, não querendo degenerar, partio voluntariamente a melitar para os estados da America.

Matto Groco foi a praça, sem que, sendo já alferes em Dezembro de 1773, foi pelos seus serviços provido em capitam de infantaria; e pelo bem que servia, e confidencia que delle fazia o seu general Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, o mandou destacado em Outubro de 1775, para Jaurú, encarregando-o das primeiras expedições para o presidio intitulado Nova Coimbra, que de novo se creara no Feixo dos Morros, e embocadura do rio da Prata, e continhão postos militares, petrexos de guerra, munições da mesma, e de boca; e foi tal a sua vigilancia, prestimo e cuidado, que seu general o não dezonerou della; antes vendo a utilidade, que havia resultado desta elleicão, determina, por lhe não poder conferir o posto de capitam de dragoes, que aceitasse o posto de tenente dos mesmos para que a elle como seu official proprio lhe dessem mais prompta obediencia; e como a vontade do supplicante sempre fosse sugeita as ordens, que se lhe incumbião, e ao zello do serviço de Vossa Magestade não duvidou passar do posto mayor para outro inferior.

Com effeito em Outubro de 1777 passou, ou desceo de capitam a tenente, e no discurço de trez annos menos hum dia, andou sempre em hum continuo giro pela campina das salinas, confinante com as terras de Hespanha da provincia de S. Cruz da Serra, ainda aproximando-

[33] Na parte superior da folha, e antes do requerimento de Antonio Pinto do Rego e Carvalho encontram-se duas notas onde se lê: "Passe portaria para informar o conselheiro Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres governador e capitam geral que foy da capitania de Matto Grosso. Lisboa, 19 de Junho de 1795" - Rubricas - e " Faça-se a consulta, e o conselho se conforma com a informação do conselheiro Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres. Lisboa, 8 de Agosto de 1795." – Rubricas.

Na margem esquerda do documento encontram-se outras duas notas, onde se lê: "Veyo com avizo de 16 de Junho expedido pela secretaria dos negocios da marinha para se consultar com effeito"; e " Expedida do (…) em 19 de Junho de 1795".

se as povoações dos Chiquitos da ditta provincia, para explorar o que nellas havia, em a conjuntura, que os hespanhoes havião rendido a ilha de S. Catharina e pertendião passar a Matto Groço.

Inexplicaveis são os incómodos, e perigos de vida a que o supplicante se expoz, comandando huma companhia de cavallos e auxiliares de Cuiabá por tam vasta campanha, exposto a todo o risco, por ser a ditta tropa o unico soccorro, com que se havia cuidar aquella tam espasoza porta. O rigor do clima, a fereza do gentio, seus continuos acomettimentos, o perigo dos animaes ferozes, e venenozos, de que o paiz abunda, tudo se fazia, não so temido, mas horrivel, e se tudo isto não dezanimou o supplicante para affrouxar na vigilancia, e zello do real serviço; foi baste para alcançar muitas molestias, que ainda hoje padesse, que faz certo com attestamento letra =A=

Examinada com disvello, e muitas fadigas a vasta campinha das salinas, ate aquelle tempo não vadiada pelos portuguezes, dá verdadeira informação ao seu general do que achou, e tinha visto, certificando-o poder por ali ser invadido Matto Groço, e as suas terras, contra a errada crença, em que se estava.

Certificado o supplicante da paz, feita no anno de 1778 não se suspendeo o seu zello; e o seu disvello solicita catequizar numerozos indios de ambos os sexos, errantes por aquella campanha, para cujo fim não ha idea, que não procure, ate reparte com elles dos proprios vestidos do seu uso, afim de augmentar os dominios de Vossa Magestade, benevolencia, que os attrahe, o que sabido pelo seu chefe lhe dá ordem para edificar huma villa na margem oriental do rio Paraguai, em cuja erecção gasta dois annos, sendo elle mesmo o que a risca co seu plano, demarca a praça, e afformozea tudo com ruas de secenta palmos de largura, e travessas de trinta palmos, pondo tudo em ordem, e simetria.

Forma as casas para habitação dos indios, e tudo sem despeza alguma da fazenda real, e os sustenta a sua propria custa, emquanto não fabricão roças, auxiliando-os com toda a instrucção para o seu bom viver, e ate lhes ensina a doutrina christaã, emquanto lhes não chega parocho; e os por constantes na obediencia de Vossa Magestade de quem ficarão vassalos, e promptos para qualquer expedição.

Mais estabelece huma fabrica de panos de algudão, em que elles mesmos trabalhão, tão util como precisa naquelles paizes, e na mesma villa, que se denomina em obsequio do augusto nome de Vossa Magestade, villa Maria do Paraguai; forma em huma das frentes da praça humas casas nobres para a sua residencia; visto que teve a honra desta formatura e ereção cujas casas bem valião o milhor de settecentos e vinte mil reis, e faz dellas gratuitamente doação a real fazenda como consta do documento letra =D = e C = e E.

A continua fadiga destes trabalhos reduzirão ao supplicante por vezes a desconfiar da vida, e ainda nestas circunstancias, todo o pezo elle supportava, sempre laboriozo, suprindo muitas faltas occurrentes e irremediaveis sem a sua industria, e assistencia, tanto para manter os indios, como para complemento da ereção da dita villa, e ja quazi sem outra esperanca mais, que a da morte.

Pela frequencia e augmento de muitas molestias, pedio ao seu general, para que licenceado buscasse nos ares patrios o ser possivel dilatar mais algum tempo a vida;
mas elle, a quem ora patente todo o referido, na concideração de não ter outro
circunstanciado, como o supplicante para continuar, por fim a obra, em que se achava

tam enteressante ao real serviço lha denega com estimulos da honra, e dos interesses de Vossa Magestade e real coroa, que excitão o mesmo supplicante a conclusão, apezar do evidente perigo da vida o que faz certo o documento letra G.

Servio o Supplicante sem notta, falta, ou ficar responsavel em cousa alguma a real fazenda, antes fazendo-lhe summo augmento; poes sendo o seu quartel em Jauru, onde fazia registar o ouro dos que entravão; os livros mostrarão o grande augmento que naquelle tempo teve a real fazenda, pela sua verdade, diligencia, e exaptidão incurruptivel; depoes de cuja conclusão foi o supplicante licenceado por Vossa Magestade; mas as suas molestias ja são inherentes a sua vida, que he aflicta por ellas e pela idade de secenta e sette anos, como mostra a certidam letra = B = e documento = F =

Como nestas circunstancias se ve impossibilitado para o exercicio militar, que voluntariamente abraçou, implora a real clemencia para effeito de ser reformado em sargento mor com soldo por inteiro, que por esse lhe compette, segundo o estillo, por haver sido capitam, ainda que depoes fosse tenente, porque este posto se lhe deu para utilidade do real serviço, e se lhe não poder dar pelo seu general o de capitam de dragoes, e não permittirem as circunstancias recorrer-se a Vossa Magestade com dilação necessaria; servindo esta graça de linitivo aos annos e molestias do supplicante, que lhe não permitem muita duração.

O supplicante no anno de 1789, ignorando a practica, fez esta reprezentaçam a Vossa Magestade pela secretaria dos negocios de guerra; e foi Vossa Magestade servida manda-llo consultar pelo conselho de guerra; e subindo a consulta a real prezença, foi servida declarar, requer-lhe pela secretaria dos negocios ultramarinos; o que agora faz, implorando a regia benignidade de Vossa Magestade, com a qual se eterniza nos corações dos seus vaçalos.

(....)

Antonio Pinto do Rego e Carvalho